ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 166

Brasília - DF, segunda-feira, 31 de agosto de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 8
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 8
Ministério da Cultura 10
Ministério da Defesa 14
Ministério da Educação 21
Ministério da Fazenda 27
Ministério da Integração Nacional 82
Ministério da Justiça 85
Ministério da Pesca e Aquicultura 92
Ministério da Saúde 92
Ministério das Cidades 109
Ministério das Comunicações 109
Ministério das Relações Exteriores 116
Ministério de Minas e Energia 118
Ministério do Desenvolvimento Agrário 126
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior . 127
Ministério do Meio Ambiente 138
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 140
Ministério do Trabalho e Emprego 141
Ministério dos Transportes 148
Conselho Nacional do Ministério Público 150
Ministério Público da União 151
Tribunal de Contas da União 151
Poder Judiciário 199
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 199

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Julgamentos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.240 (1)
ORIGEM : ADI - 5240 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : SÃO PAULO
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : ASSOCIAÇÃO DOS DELEGADOS DE POLÍCIA DO BRASIL - ADEPOL-BRASIL
ADV.(A/S) : WLADIMIR SERGIO REALE
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : CORREGEDOR-GERAL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROC.(A/S)(ES): SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO NACIONAL DOS POLICIAIS FEDERAIS - FENAPEF
ADV.(A/S) : CEZAR BRITTO E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL
AM. CURIAE. : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PROC.(A/S)(ES): DEFENSOR PÚBLICO-GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, conheceu em parte da ação e, na parte conhecida, julgou improcedente o pedido, vencido o Ministro Marco Aurélio, que preliminarmente julgava extinta a ação e, no mérito, julgava procedente o pedido formulado. Falaram, pelo *amicus curiae* Defensoria Pública da União, o Dr. Antonio Ezequiel Inácio Barbosa, Defensor Público Federal, e, pelo *amicus curiae* Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo, o Defensor Público-Geral do Estado, Dr. Leonardo Oggioni Miranda. Ausentes, justificadamente, o Ministro Dias Toffoli, participando, na qualidade de Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, da 2ª Assembleia Geral e Conferência Internacional da Associação Mundial de Órgãos Eleitorais, organizadas pela Associação Mundial de Órgãos Eleitorais (AWEB), e a Ministra Cármen Lúcia, participando do 11º Fórum Brasileiro de Controle da Administração Pública, no Rio de Janeiro/RJ. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 20.08.2015.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

Presidência da República

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DO DIRETOR PRESIDENTE
Em 27 de agosto de 2015

Entidade: AR ARISP, vinculada à AC VALID BRASIL
Processo nº: 00100.0000297/2012-27
Acolhe-se a Nota nº 510/2015/APG/PFE-ITI/PGF/AGU que opina pelo deferimento do pedido de Credenciamento Simplificado da AR ARISP, vinculada à AC VALID BRASIL, com localização na Rua Maria Paula, nº 123, 1º Andar, Conjunto 11 e 12, Bairro Bela Vista, São Paulo/SP para as Políticas de Certificados credenciadas. Em vista disso, e consoante com o disposto no item 2.2.3.3.3, do DOC-ICP-03, defere-se o credenciamento.

Em 28 de agosto de 2015

Entidade: AR MW5
CNPJ: 19.890.113/0001-38
Processo Nº: 00100.000160/2015-15
Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 06/10), RECEBO a solicitação de credenciamento da AR MW5 CERTIFICADOS DIGITAIS, operacionalmente vinculada à AC DIGITALSIGN RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR FECOMERCIO TO
CNPJ: 37.344.793/0001-76
Processo Nº: 00100.000207/2015-41
Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 63/66), RECEBO a solicitação de credenciamento da AR FECOMERCIO TO operacionalmente vinculada à AC CERTISIGN MÚLTIPLA, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

Entidade: AR REDE IDEIA
CNPJ: 10.707.895/0001-52
Processo Nº: 00100.000209/2015-30
Nos termos do parecer exarado pela Procuradoria Federal Especializada do ITI (fls. 06/10), RECEBO a solicitação de credenciamento da AR REDE IDEIA, operacionalmente vinculada à AC SAFEWEB RFB, com fulcro no item 2.2.3.1.2 do DOC ICP 03, versão 4.7, de 06 de junho de 2014. Encaminhe-se o processo à Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização.

MAURÍCIO AUGUSTO COELHO
Substituto

CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO

PORTARIA Nº 2.140, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

A SECRETÁRIA DE TRANSPARÊNCIA E PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO, no uso da competência que lhe foi conferida pelo art. 17 do Decreto nº 8.109 de 17 de setembro de 2013, resolve:

Art. 1º - O artigo 14 do regulamento do 7º Concurso de Desenho e Redação, instituído pela Portaria nº 750, de 23 de março de 2015, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Para entregar sua Ficha de Participação e os trabalhos selecionados, cada escola participante poderá optar por uma das seguintes possibilidades: entrega via Correios ou entrega por meio digital, até a data limite de 30 de setembro de 2015, para ambos os casos.

.....

§ 2º Os trabalhos postados após 30 de setembro de 2015 serão desclassificados.

.....

§ 4º Os trabalhos enviados após 30 de setembro de 2015 serão desclassificados".

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA AUDI

COORDENAÇÃO-GERAL DE GOVERNO ABERTO E TRANSPARÊNCIA

PORTARIA Nº 2.108, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Aprova a realização do Processo Seletivo do Grupo de Trabalho Temático de assessoramento do Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto.

O COORDENADOR DO GRUPO EXECUTIVO DO COMITÊ INTERMINISTERIAL GOVERNO ABERTO, com fundamento no § 3º do art. 7º do Decreto Presidencial de 15 de setembro de 2011 e considerando os termos da Resolução nº 1, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º. Aprovar a realização do Processo Seletivo do Grupo de Trabalho Temático de assessoramento ao Grupo Executivo do Comitê Interministerial Governo Aberto, nos termos do Edital Nº 01/2015, publicado na seção 3 desta Edição do Diário Oficial da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º. O Processo Seletivo tem por objetivo selecionar entidades civis para integrarem Grupo de Trabalho temático da sociedade civil para assessoramento do referido Grupo Executivo no biênio 2015-2017.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 2.152, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO, nos termos previsto no art. 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no exercício das atribuições previstas no § 2º do art. 3º do Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003 e no art. 9º, do Ato nº 1, de 28 de julho de 2005, que aprova o Regimento do Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção, resolve:

Art. 1º Delegar à Secretaria de Transparência e Prevenção da Corrupção - STPC, nos termos do inciso VI do no art. 9º, do Ato nº 1, de 28 de julho de 2005, competência para prestar assessoria ao Conselho de Transparência Pública e Combate à Corrupção - CTPCC para promover a realização de ações junto à Controladoria-Geral da União no que diz respeito a:

I - fixação de diretrizes da política de transparência da gestão de recursos públicos e de combate à corrupção;

II - atuação como instância de articulação e mobilização da sociedade civil organizada;

III - elaboração de estudos e estratégias que fundamentem propostas legislativas e administrativas tendentes a maximizar a transparência da gestão pública e o combate à corrupção e à impunidade;

IV - adoção ou proposição de medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos ao Conselho.

Art. 2º Delegar à STPC, nos termos do art. 5º do Decreto nº 4.923, de 18 de dezembro de 2003, competência para prestar suporte administrativo e técnico aos trabalhos do CTPCC, devendo para tal:

I - divulgar a pauta das reuniões CTPCC;

II - secretariar as reuniões do CTPCC;

III - lavrar as atas das reuniões do CTPCC;

IV - manter controle da distribuição de matérias aos Conselheiros e da numeração dos atos do CTPCC;

V - propor ao Secretário-Executivo medidas que objetivem o aperfeiçoamento dos serviços afetos ao CTPCC;

VI - exercer, no âmbito de suas competências, todas as providências necessárias ao deslocamento dos membros do CTPCC em dia de reunião; e

VII - executar outras atividades cometidas pelo Secretário-Executivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS HIGINO RIBEIRO DE ALENCAR

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGMANN RODRIGUES TELES
Coordenador de Produção Substituto

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS

RETIFICAÇÃO

Na Resolução nº 03 deste Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência , de 12 de agosto, publicada no DOU em 14 de agosto de 2015, seção 01, página 2, no Art. 18, na Tabela 01:

Onde se lê:

População do Estado	Estados		Delegados(as) eleitos(as) para a Conferência de DH	Total
Inferior a 06 milhões de habitantes	15	RR, AM, AC, TO, RO, SE, MS, DF, PI, MT, AL, RS, AM, ES, PB	02 por Estado	30
06 a 13 milhões de habitantes	08	PB, GO, SC, MA, PA, CE, PE, PA	04 por Estado	32
13 a 25 milhões de habitantes	03	BA, RJ, MG	08 por Estado	24
Superior a 25 milhões de habitantes	01	SP	14 por Estado	14
TOTAL	27			100

Leia-se:

População do Estado	Estados		Delegados(as) eleitos(as) para a Conferência de DH	Total
Inferior a 06 milhões de habitantes	15	AC, AL, AM, AP, DF, ES, MS, MT, PB, PI, RN, RO, RR, SE, TO	02 por Estado	30
06 a 13 milhões de habitantes	08	CE, GO, MA, PA, PE, PR, RS, SC	04 por Estado	32
13 a 25 milhões de habitantes	03	BA, MG, RJ	08 por Estado	24
Superior a 25 milhões de habitantes	01	SP	14 por Estado	14
TOTAL	27			100

SECRETARIA DE PORTOS
AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

RESOLUÇÃO Nº 4.323, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.001156/2010-81 e tendo em vista a aprovação da Superintendente de Outorgas, conforme delegação contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 818-ANTAQ, de 20 de dezembro de 2011, do empresário individual CELSO M DOS SANTOS ME, CNPJ nº 11.701.435/0001-80, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em decorrência de alteração de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

RESOLUÇÃO Nº 4.324, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS-ANTAQ, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, à vista dos elementos constantes do processo nº 50300.000985/2015-51 e tendo em vista a aprovação da Superintendente de Outorgas, conforme delegação contida na Portaria nº 282/2014-DG, de 3 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.201-ANTAQ, de 12 de junho de 2015, do microempreendedor individual ALCIDES ALVES BEZERRA FILHO 16134664200, CNPJ nº 22.378.750/0001-34, para alterá-lo, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 1º Termo Aditivo, em decorrência de alteração de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo encontra-se disponível no sítio eletrônico da Agência - www.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÁRIO POVIA

ACÓRDÃO Nº 82-2015-ANTAQ

Processo: 50300.000117/2015-71.
Parte: IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A.

Ementa:

Trata-se de Processo Administrativo Sancionador - PAS instaurado em desfavor da empresa DNP - Distribuidora Nacional de Petróleo Ltda., CNPJ n° 03.217.431/0006-07, (incorporada pela empresa Ipiranga Produtos de Petróleo S.A., CNPJ n° 33.337.122/0001-27), mediante a lavratura do Auto de Infração nº 001283-1, por não realizar a adaptação do Termo de Autorização n° 607/2009-ANTAQ, referente ao terminal portuário de uso privado - TUP, localizado em Santarém - PA, caracterizando inobservância às disposições do art. 58 da Lei n° 12.815/2013 e art. 38 (caput) e seu § 2º da Norma aprovada pela Resolução n° 3.290-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2014, tipificada como infração no inciso XXXVIII do art. 32 da norma aprovada pela Resolução nº 3.274-ANTAQ, de 6 de fevereiro de 2014.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 387ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 29 de julho de 2015, o Diretor, Relator, Fernando Fonseca, votou como segue:

"a) Julgar subsistente o Auto de Infração nº 001283-1; b) Determinar à SFC que, em conjunto com a Unidade Regional de Belém - UREBL, oportunize à empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A., CNPJ/MF Nº 33.337.122/0001-27 (sede) e 33.337.122/0075-63 (filial de Santarém-PA), a celebração de Termo de Ajuste de Conduta - TAC, conferindo-lhe prazo razoável para a adaptação da outorga do terminal de uso privado - TUP, localizado em Santarém-PA, junto a esta Agência, com a inserção de cláusula estabelecendo as penalidades de multa pecuniária e de cassação na hipótese de seu eventual descumprimento; e c) Estabelecer que, no caso de eventual recusa por parte da empresa autuada para fins de celebração do citado TAC, os autos deverão retornar imediatamente a esta Relatoria, para julgamento do feito e aplicação das penalidades aplicáveis ao caso."

O Diretor Mário Povia, então, apresentou verbalmente o seguinte voto divergente:

"A minha proposta é de, alinhado com a Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais, propor a aplicação de multa pecuniária e abrir prazo para apresentação da documentação complementar."

O Diretor Adalberto Tokarski verbalmente acompanhou, na íntegra, o voto do Diretor Relator, Fernando Fonseca.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67 da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto proferido pelo Diretor Relator, acompanhado pelo Diretor Adalberto Tokarski.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador Federal José Galdino, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO Nº 83-2015-ANTAQ

Processo: 50300.000071/2013-29.
Parte: LOUIS DREYFUS COMMODITIES DO BRASIL S.A.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Louis Dreyfus Commodities do Brasil S.A., CNPJ nº 47.067.525/0001-08, em face de deliberação da Diretoria Colegiada por ocasião de sua 341ª Reunião Ordinária, realizada em 5 de junho de 2013, consignada nos termos do Acordão n° 022/2013-ANTAQ, que declarou a extinção do Contrato de Arrendamento PRES-001/91, firmado em 25 de janeiro de 1991, entre a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP e o pool constituído pelas empresas Bascitrus Agroindústria S/A, Citrovita Agroindustrial Ltda., Coinbra Frutesp S/A e Louis Dreyfus Commodities Brasil S/A, bem como a possibilidade de celebração de Contrato de Transição, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, junto às citadas empresas, até que se ultime o procedimento licitatório da área objeto do extinto Contrato, consoante o disposto no § 1º do art. 35 da norma aprovada pela Resolução n° 2.240-ANTAQ, de 4 de outubro de 2011, com a redação dada pela Resolução n° 2.826-ANTAQ, 12 de março de 2013.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 387a Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 29 de julho de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Louis Dreyfus Commodities do Brasil S/A, para, no mérito, negar-lhe provimento, observando, ainda, a ocorrência de perda de objeto, mantendo-se, por conseguinte, o teor da decisão proferida no âmbito do Acórdão n° 022/2013-ANTAQ, de 5 de junho de 2013, retificado pela Resolução n° 3.418-ANTAQ, de 29 de maio de 2014, bem como por determinar à Procuradoria Federal junto à ANTAQ, que faça chegar o conteúdo da presente deliberação aos autos do Processo nº 0042742-21.2013.4.01.0000, que tramita perante o Tribunal Regional Federal - TRF da 1ª Região. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador Federal José Galdino, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO Nº 84-2015-ANTAQ

Processo: 50311.002694/2013-15.
Parte: NAVEMAR TRANSPORTES E COMÉRCIO MARÍTIMO LTDA.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa Navemar Transportes e Comércio Marítimo Ltda., CNPJ no 14.386.593/0001-80, contra decisão proferida pela Diretoria Colegiada da ANTAQ que, em sua 368a Reunião Ordinária, realizada em 7 de agosto de 2014, aplicou à recorrente a penalidade de multa pecuniária no valor total de R$ 15.050,00 (quinze mil e cinquenta reais), pela prática das infrações capituladas nos incisos IV e XIII do art. 21 da norma aprovada pela Resolução no 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 387a Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 29 de julho de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa Navemar Transportes e Comércio Marítimo Ltda., dada a sua tempestividade, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo o valor da penalidade de multa aplicada por intermédio da Notificação n° 61/2014-ANTAQ, de 15 de agosto de 2014, no valor total de R$ 15.050,00 (quinze mil e cinquenta reais), para R$ 8.050,00 (oito mil e cinquenta reais), considerando a apresentação do Certificado de Segurança da Navegação - CSN da embarcação Navemar VII como atenuante; sendo R$ 7.000,00 (sete mil reais) pela prática da infração tipificada no inciso XIII do art. 21 da Resolução n° 2.510-ANTAQ, de 19 de junho de 2012, referente à falta de apresentação, no procedimento de fiscalização, do CSN válido para a embarcação Navemar XII e o valor de R$ 1.050,00 (um mil e cinquenta reais), pela prática da infração tipificada no inciso IV do art. 21 do mesmo normativo, pela falta do recolhimento da Contribuição Sindical. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor, Relator, Adalberto Tokarski, o Procurador Federal, José Galdino, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor Relator

ACÓRDÃO Nº 85-2015-ANTAQ

Processo: 50305.000140/2014-35.
Parte: A. A. DOS SANTOS PEREIRA TRANSPORTE - ME.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de pedido de reconsideração interposto pela empresa A. A. dos Santos Pereira Transporte - ME, CNPJ no 10.828.997/0001-26, contra decisão proferida pela Diretoria Colegiada por ocasião de sua 378ª Reunião Ordinária, realizada em 12 de fevereiro de 2015, que aplicou à recorrente a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), pela prática da infração tipificada no inciso XXIII do art. 20 da norma aprovada pela Resolução n° 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto da Ata da 388a Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 13 de agosto de 2015, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, por conhecer o pedido de reconsideração interposto pela empresa A. A. dos Santos Pereira Transporte - ME, uma vez que preenchidos os pressupostos legais de admissibilidade, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se, por conseguinte, a aplicação à recorrente da penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), pela prática da infração capitulada no inciso XXIII do art. 20 da norma aprovada pela Resolução n° 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007, consubstanciada no fato de deixar de prestar as informações solicitadas por esta Agência no prazo que lhe fora fixado. Participaram da reunião o Diretor-Geral, Relator, Mário Povia, o Diretor Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador-Chefe Luiz Eduardo Diniz Araújo, e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral Relator

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

ACÓRDÃO Nº 86-2015-ANTAQ

Processo: 50300.000911/2014-34.
Parte: TERMINAL PORTUÁRIO DO MEARIM S.A.

Ementa:

Trata o presente Acórdão do exame de recurso administrativo interposto pela empresa Terminal Portuário do Mearim S.A., inscrita no CNPJ sob o n° 08.597.768/0001-04, em face de decisão exarada pela Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, que aplicou à recorrente a penalidade de multa pecuniária no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), em decorrência do descumprimento injustificado de compromisso estabelecido no Termo de Ajuste de Conduta - TAC n° 002/2012-SPO, celebrado com esta Agência em 17 da janeiro de 2012.

Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, na conformidade do voto objeto das Atas das 378ª e 388ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada - ROD, realizadas, respectivamente, em 12 de fevereiro e 13 de agosto de 2015, o Diretor, Relator, Fernando Fonseca, votou como segue:

"a) Por conhecer o recurso administrativo interposto pela Terminal Portuário do Mearim S.A., CNPJ/MF nº 08.597.768/0001-04, posto que tempestivo, negando-lhe, no entanto, provimento no mérito, o que implica a manutenção da aplicação de multa pecuniária, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) à recorrente, nos termos do que estabelece a Cláusula Quarta do Termo de Ajuste de Conduta - TAC nº 002/2012-SPO.

b) Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC que realize diligência para verificar a situação atual do terminal, no intuito de colher os subsídios cabíveis para o encaminhamento do assunto, nos termos da Resolução nº 3.259-ANTAQ, de 30 de janeiro de 2014."

O Diretor Adalberto Tokarski, então, por ocasião da 388ª ROD, apresentou o seguinte voto-vista:

"Por conhecer o recurso administrativo interposto pela Terminal Portuário do Mearim S.A., CNPJ/MF n° 08.597.768/0001-04, posto que tempestivo, dando-lhe provimento no mérito, para declarar extinto o Termo de Ajuste de Conduta n° 002/2012-SPO, sem aplicação de multa pecuniária, uma vez que 1) o descumprimento ocorreu por razões justificadas perante esta Agência; 2) a multa aplicada tomou por base a parte final da Cláusula Quarta, não aplicável ao TUP MEARIM - Granéis Sólidos; 3) a adaptação do Termo de Autorização nº 459-ANTAQ, aprovado pela Resolução n° 1.095-ANTAQ, ambos de 12 de agosto de 2008, consubstanciada no Contrato de Adesão (Adaptação) n° 86/2015 - ANTAQ, absorveu todas as questões objeto do referido TAC."

O Diretor Mário Povia acompanhou o voto-vista proferido pela Diretor Adalberto Tokarski.

Assim, acordam os Diretores da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com base no art. 67, da Lei nº 10.233/2001, em fazer prevalecer o entendimento expresso no voto-vista, acompanhado pelo Diretor Mário Povia.

Participaram da reunião o Diretor-Geral, Mário Povia, o Diretor, Relator, Fernando José de Pádua Costa Fonseca, o Diretor Adalberto Tokarski, o Procurador-Chefe, Luiz Eduardo Diniz Araújo e o Secretário-Geral, Joelson Neves Miranda.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2015.

MÁRIO POVIA
Diretor-Geral

FERNANDO JOSÉ DE PÁDUA COSTA FONSECA
Diretor Relator

ADALBERTO TOKARSKI
Diretor

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA
GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 27 DE AGOSTO DE 2015

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, resolve:

Nº 2.309 - Renovar a inscrição do heliponto privado Mostardeiro (RS) (código OACI: SSAL) no cadastro de aeródromos. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos. Processo nº 00065.099247/2015-13.

A GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV da Portaria nº 1751 de 6 de julho de 2015, pelo que consta no artigo 41, incisos VIII e X da Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, e conforme disposto na Portaria Interministerial nº 1422/MD/SAC-PR, de 5 de junho de 2014, resolve:

Nº 2.310 - Homologar o heliponto em navio privado BRAVA STAR (RJ). (código OACI:9PJO). Esta Portaria será válida até 5 de julho de 2018. Processo nº 00065.116456/2015-21.

Nº 2.311 - Homologar o heliponto em plataforma privado PIRANEMA SPIRIT (SE) (código OACI: 9PGE). Esta Portaria será válida até 10 de junho de 2018. Processo nº 00065.104660/2015-07.

Nº 2.312 - Homologar o heliponto em plataforma privado PETROBRÁS PRA-1 (RJ) (código OACI: 9PUM). Esta Portaria será válida até 7 de julho de 2018. Processo nº 00065.104655/2015-96.

Nº 2.313 - Homologar o heliponto em plataforma privado PLATAFORMA PETROBRAS XVII P-17 (RJ) (código OACI: 9PJP). Esta Portaria será válida até 12 de agosto de 2017. Processo nº 00065.116430/2015-82.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação.O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

ISABELA CRISTINA DINIZ BARUFFI

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIAS DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, resolve:

Nº 2.314 - Homologar o curso de Comissário de Voo, partes teórica e prática, da VEE-ONE Escola de Aviação Civil, por 5 (cinco) anos, situada à Avenida Dom Helder Câmara, nº 5200 - Salas de 701 a 704 - Cachambi - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20.771-004. Processo nº 00065.144436/2014-69.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 2.315 - Renovar a homologação da parte prática dos cursos Piloto Privado de Avião (PP-A), Piloto Comercial de Avião (PC-A), Instrutor de Voo Avião (INV-A) e Voo por Instrumentos (IFR), por 5 (cinco) anos, do AEROCLUBE DE BATATAIS, situado no Aeroporto Municipal de Batatais (SDBA), s/nº - Bairro: Aeroporto - Batatais - SP - CEP: 14300-000. Processo nº 00065.054001/2015-12.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA

PORTARIA Nº 84, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Fixa a meta global da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, para efeito de avaliação do desempenho institucional do segundo ciclo de avaliação, para fins de concessão da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (GDPGPE) e da Gratificação de Desempenho de Cargos Específicos (GDACE).

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA DA MICRO E PEQUENA EMPRESA DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto na Lei nº 12.792, de 28 de março de 2013, no § 5º do art. 7º - A da Lei no 11.357, de 19 de outubro de 2006, e suas alterações posteriores, no art. 22 da Lei nº 12.277, de 30 de junho de 2010, e no Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010, resolve:

Art. 1º Fixar a Meta Global de Desempenho Institucional da Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República, para o período de 1º de setembro de 2015 a 31 de agosto de 2016, aferida pelo indicador "Empresa Apoiada", correspondendo ao quantitativo de empresas atendidas por intermédio de sistemas de informação disponibilizados pela Secretaria da Micro e Pequena Empresa da Presidência da República para apoio a Empresas e ao segmento do Artesanato, na forma do Anexo a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUILHERME AFIF DOMINGOS

ANEXO
META GLOBAL DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL

INDICADOR DA META GLOBAL	META FÍSICA	META GLOBAL
Empresa Apoiada	1.424.924	Atingir 80% de execução da meta física

CONSELHO DE GOVERNO
CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR

RESOLUÇÃO Nº 80, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede redução temporária da alíquota do Imposto de Importação ao amparo da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando a aprovação pelo Comitê Executivo de Gestão da CAMEX- GECEX, em sua 129ª Reunião, do tratamento de urgência para o pedido de redução tarifária;

Considerando que, até a presente data, pende de análise, perante a Comissão de Comércio do MERCOSUL - CCM, o pleito brasileiro;

Considerando que a situação de desabastecimento ainda persiste; e

Considerando o disposto nos artigos 14 e 15 da Resolução nº 08/08 do Grupo Mercado Comum do MERCOSUL - GMC, sobre ações pontuais no âmbito tarifário por razões de abastecimento, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Alterar para 2% (dois por cento), a partir de 1º de setembro de 2015, por um período de 180 (cento e oitenta) dias, conforme quota discriminada, a alíquota **ad valorem** do Imposto de Importação da mercadoria classificada no código da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM a seguir:

NCM	Descrição	Quota
3920.91.00	-- De poli(butiral de vinila)	5.692.698 Kg

Art. 2º A alíquota correspondente ao código 3920.91.00 da NCM, constante do Anexo I da Resolução nº 94, de 8 de dezembro de 2011, passa a ser assinalada com o sinal gráfico "**", enquanto vigorar a referida redução tarifária.

Art. 3º A Secretaria de Comércio Exterior - SECEX do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC editará norma complementar, visando a estabelecer os critérios de alocação da quota mencionada.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO

RESOLUÇÃO Nº 81, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Incorpora a Resolução nº 33, de 15 de julho de 2015, do Grupo Mercado Comum do Mercosul ao ordenamento jurídico brasileiro.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XIV e XIX do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando a Resolução nº 33, de 15 de julho de 2015, do Grupo Mercado Comum - GMC, do MERCOSUL e a Resolução CAMEX nº 94, de 8 de dezembro de 2011, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º A Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM e as alíquotas do Imposto de Importação que compõem a Tarifa Externa Comum - TEC, de que trata o Anexo I da Resolução CAMEX nº 94, de 2011, ficam alteradas na forma do Anexo a esta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016.

ARMANDO MONTEIRO

ANEXO

SITUAÇÃO ATUAL			MODIFICAÇÃO APROVADA		
NCM	DESCRIÇÃO	TEC %	NCM	DESCRIÇÃO	TEC %
8421.12.10	Com capacidade, expressa em peso de roupa seca, inferior ou igual a 6 kg	20	8421.12.10	Com tambor de capacidade inferior ou igual a 23 litros	20
8421.12.90	Outros	14BK	8421.12.90	Outros	14BK

RESOLUÇÃO Nº 82, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Estende a aplicação do direito antidumping definitivo, pelo mesmo período de duração da medida, às importações brasileiras de chapas grossas com adição de cromo, originárias da China.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, e com fundamento no inciso XV do art. 2º do mesmo diploma legal,

Considerando o que consta dos autos do Processo MDIC/SECEX 52272.000718/2015-94, resolve, **ad referendum** do Conselho:

Art. 1º Encerrar a revisão anticircunvenção, com extensão da aplicação do direito antidumping definitivo apurado na investigação original às importações de chapas grossas com adição de cromo, normalmente classificadas no item 7225.40.90 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, provenientes ou originárias da República Popular da China, pelo mesmo período de duração da medida antidumping original, fixado em dólares estadunidenses por tonelada, no montante abaixo especificado:

Origem	Produtor/Exportador	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)
China	Todos	211,56

Art. 2º Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão, conforme consta do Anexo.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO

ANEXO

1. DO PROCESSO

1.1 Dos antecedentes

Em 21 de dezembro de 2009, a empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS, doravante também denominada USIMINAS ou peticionária, protocolou no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil de laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, não folheados ou chapeados, nem revestidos, não enrolados, simplesmente laminados a quente, sem apresentar motivos em relevo, de espessura igual ou superior a 4,75 mm, classificadas nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da Coréia do Norte, Coréia do Sul, Espanha, México, Romênia, Rússia, Taipé Chinês e da Turquia e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática.

Constatada a existência de indícios de dumping e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, foi recomendada, conforme o Parecer nº 16, de 17 de agosto de 2010, a abertura da investigação, a qual foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 37, de 24 de agosto de 2010, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 26 de agosto de 2010.

A referida investigação, entretanto, foi encerrada a pedido da peticionária, nos termos do art. 40 do Decreto nº 1.602, de 23 de agosto de 1995, conforme Circular SECEX nº 60, de 22 de novembro de 2011.

Em 26 de dezembro de 2011, a USIMINAS protocolou no MDIC nova petição de início de investigação de dumping nas exportações para o Brasil do mesmo produto citado acima, porém quando originárias da África do Sul, Austrália, Coreia do Sul, China, Rússia e da Ucrânia e do correlato dano à indústria doméstica.

Consoante o contido no Parecer DECOM nº 12, de 20 de abril de 2012, verificou-se a existência de indícios suficientes de dumping nas exportações para o Brasil de chapas grossas procedentes da África do Sul, Austrália, Coreia do Sul, China, Rússia e da Ucrânia e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, tendo sido recomendado o início da investigação. Com base no parecer mencionado, a investigação foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 19, de 2 de maio de 2012, publicada no D.O.U. de 3 de maio de 2012.

Em 6 de dezembro de 2012, foi publicada no Diário Oficial da União a Circular SECEX nº 63, de 5 de dezembro de 2012, por meio da qual se encerrou a investigação de dumping nas exportações de chapas grossas da Austrália e da Rússia para o Brasil, uma vez que se constatou volume insignificante de importação dessas origens, nos termos do inciso III do art. 41 do Decreto nº 1.602, de 1995.

Ao final da investigação, confirmou-se a existência de dumping nas exportações de chapas grossas da África do Sul, da China, da Coreia do Sul e da Ucrânia para o Brasil, e de dano à indústria doméstica decorrente de tal prática, tendo sido recomendada a aplicação de direito antidumping definitivo às importações brasileiras de chapas grossas das origens mencionadas.

Assim, em 3 de outubro de 2013, foi publicada a Resolução CAMEX nº 77, de 2013, que estabeleceu medida antidumping definitiva às importações brasileiras de laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processados por meio de laminação convencional ou controlada e tratamento térmico, de espessura igual ou superior a 4,75 milímetros (mm), podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento (chapas grossas), originárias da África do Sul, da Coreia do Sul, da China e da Ucrânia, comumente classificadas nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 da NCM, sob a forma de alíquota específica fixada em dólares estadunidenses por tonelada, nos montantes abaixo especificados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Direitos antidumping aplicados na investigação original

Origem	Produtor/Exportador	Direito Antidumping (US$/t)
África do Sul	Todos	166,63
China	Todos	211,56
Coreia do Sul	Posco	135,08
	Hyundai Steel Company	135,84
	Demais	135,84
Ucrânia	Todos	261,79

Foram excluídas do escopo da referida Resolução CAMEX as chapas grossas listadas a seguir: i) chapas grossas de aço carbono, de qualquer grau da Norma API 5L, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, conforme Norma NACE-TM0177, soluções A ou B, ou Norma NACE-TM0284, solução A; ii) chapas grossas de aço carbono de Norma API 5L de grau superior a X60, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, conforme Norma NACE-TM0284, solução B; iii) chapas grossas de aço carbono, de qualquer grau da Norma DNV-OS-F101, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, conforme Norma ISO 15156 ou Norma NACE-TM-0284, solução A; e iv) chapas grossas de aço carbono para produção de tubos conforme norma ANSI/API 5L Nível PSL2 44a, com laminação termomecânica controlada com resfriamento acelerado, com as seguintes especificações: API X70M, com resistência mecânica mínima de 485MPa e com espessura acima de 25,4 mm; e API X80M, com resistência mecânica mínima de 555MPa e com espessura acima de 19,05 mm

Em 18 de março de 2014, a USIMINAS protocolou pleito relativo à extensão da medida antidumping mencionada anteriormente às importações brasileiras de chapas grossas pintadas, originárias da China, usualmente classificadas na NCM 7210.70.10, além da extensão da mesma medida às importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro da China e da Ucrânia, classificadas na NCM 7225.40.90, uma vez que as importações destes produtos estariam frustrando a eficácia da medida antidumping aplicada sobre as importações de chapas grossas da China e da Ucrânia.

Com base no Parecer DECOM nº 18, de 22 de abril de 2014, a revisão anticircunvenção de práticas comerciais que estariam frustrando a aplicação de direito antidumping vigente foi iniciada por meio da Circular SECEX nº 19, de 2014, publicada no D.O.U. de 22 de abril de 2014, e resultou na extensão da aplicação de direito antidumping definitivo sobre importações de chapas grossas pintadas, provenientes ou originárias da China e sobre importações de chapas grossas com adição de boro, provenientes ou originárias da China e da Ucrânia, conforme Resolução CAMEX nº 119, de 2014, publicada no D.O.U. de 19 de dezembro de 2014 (retificada em 5 de janeiro de 2015).

1.2 Do processo atual

1.2.1. Da análise da petição

Em 18 de maio de 2015, a USIMINAS, em conformidade com o art. 125 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, por meio de seus representantes legais, protocolou pleito relativo à extensão da medida antidumping, mencionada no item anterior, às importações de chapas grossas com adição de cromo provenientes ou originárias da China, usualmente classificadas na NCM 7225.40.90.

O pleito em tela está fundamentado na Subseção II da Seção III do Capítulo VIII do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, doravante denominado Regulamento Brasileiro, que trata da possibilidade de extensão de medida antidumping às importações de produtos que, originários ou procedentes dos países sujeitos à medida antidumping, apresentem modificações marginais com relação ao produto sujeito à medida antidumping, mas que não alteram o seu uso ou a sua destinação final.

Segundo as informações apresentadas pela USIMINAS, as importações de chapas grossas com adição de cromo da China estariam sendo realizadas com o objetivo de frustrar a eficácia da medida antidumping aplicada às importações de chapas grossas originárias desse país.

1.2.2. Do conteúdo da petição

O pedido da USIMINAS de revisão anticircunvenção se baseou na hipótese prevista no inciso III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 2013, para caracterizar a prática de circunvenção a que faz referência, qual seja:

A aplicação de uma medida antidumping poderá ser estendida (...) a importações de:

III - produto que, originário ou procedente do país sujeito a medida antidumping, apresente modificações marginais com relação ao produto sujeito a medida antidumping, mas que não alteram o seu uso ou a sua destinação final.

Com efeito, a USIMINAS identificou como conduta que configuraria prática de circunvenção, segundo o marco normativo brasileiro, as importações brasileiras de chapas grossas com adição de cromo à composição da liga, provenientes ou originárias da China.

A adição de cromo à liga das chapas constituiria, segundo a peticionária, modificação marginal do produto sujeito à medida antidumping. Além disso, a adição de cromo à composição da liga das chapas grossas sujeitas ao mencionado direito antidumping faria com que essas chapas deixassem de ser classificadas nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 e passassem a ser classificadas no item 7225.40.90. Essas alterações, no entanto, não modificariam, segundo a peticionária, o uso ou destinação final do produto sujeito à medida antidumping.

Ainda de acordo com a peticionária, a prática de circunvenção nas exportações de chapas grossas estaria explicitada pelos dados de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), os quais demonstrariam que desde o final da revisão anticircunvenção que estendeu a aplicação do direito antidumping definitivo às importações de chapas grossas com adição de boro originárias da China, houve crescimento das importações de chapas grossas com adição de cromo. As chapas grossas estariam sendo submetidas a pequenas modificações, que não alterariam seu uso, mas que as diferenciariam do produto objeto da medida, de modo que não mais estivessem no escopo de aplicação do direito.

Nesse contexto, a USIMINAS solicitou que o direito antidumping imposto sobre as importações brasileiras de chapas grossas fosse estendido também às importações de chapas grossas com adição de cromo, quando provenientes ou originárias da China.

1.2.3. Das partes interessadas

De acordo com o art. 126 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram identificadas como partes interessadas, além da peticionária, os produtores/exportadores de chapas grossas com adição de cromo da China e o governo da China.

Por meio dos dados oficiais brasileiros de importação fornecidos pela RFB, do Ministério da Fazenda, foram identificadas as empresas chinesas que, no período de abril de 2014 a março de 2015, produziram e exportaram chapas grossas com adição de cromo (classificadas na NCM 7225.40.90) para o Brasil.

1.3 Do início da revisão

Considerando o que constava do Parecer DECOM nº 28, de 12 de junho de 2015, tendo sido verificada a existência de indícios suficientes de circunvenção que estaria frustrando a aplicação das medidas antidumping impostas às importações brasileiras de chapas grossas da China, foi recomendado o início da revisão, que se deu por meio da publicação da Circular SECEX nº 38, de 12 de junho de 2015, no D.O.U de 15 de junho de 2015.

1.3.1 Das notificações de início de revisão e da solicitação de informações às partes

1.3.1.1 Da peticionária, dos produtores e exportadores e dos governos

Em atendimento ao que dispõe o art. 45, combinado com o art. 126 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram notificados do início da revisão a peticionária, os produtores/exportadores de chapas grossas com adição de cromo da China - identificados por meio dos dados oficiais de importação fornecidos pela RFB - e o governo da China, tendo sido encaminhada cópia da Circular SECEX nº 38, de 2015.

Considerando o § 4º do art. 45 do mencionado Decreto, foi encaminhada cópia do texto completo não confidencial da petição que deu origem à revisão aos produtores/exportadores e ao governo do país exportador.

Segundo o disposto no art. 127 do Decreto nº 8.058, de 2013, foram enviados também aos produtores/exportadores conhecidos os respectivos questionários, com prazo de restituição de vinte dias, contado da data de ciência.

1.3.1.2 Do recebimento das informações solicitadas

Nenhuma empresa notificada acerca do início da revisão respondeu ao questionário ou apresentou qualquer manifestação acerca da presente revisão.

2. DO PRODUTO

2.1. Do produto sujeito à medida antidumping

O produto sujeito à medida antidumping são os laminados planos de baixo carbono e baixa liga provenientes de lingotamento convencional ou contínuo, podendo ser processados por meio de laminação convencional ou controlada e tratamento térmico, de espessura igual ou superior a 4,75 milímetros (mm), podendo variar em função da resistência, e largura igual ou superior a 600 mm, independentemente do comprimento, doravante também denominadas chapas grossas, normalmente classificadas nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias e procedentes da África do Sul, China, Coreia do Sul e da Ucrânia.

Nos termos da Resolução CAMEX nº 77, de 2013, as chapas grossas listadas a seguir estão excluídas da aplicação do direito antidumping definitivo:

i. chapas grossas de aço carbono, de qualquer grau da Norma API 5L, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, conforme Norma NACE-TM0177, soluções A ou B, ou Norma NACE-TM0284, solução A;

ii. chapas grossas de aço carbono de Norma API 5L de grau superior a X60, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, conforme Norma NACE-TM0284, solução B;

iii. chapas grossas de aço carbono, de qualquer grau da Norma DNV-OS-F101, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, conforme Norma ISO 15156 ou Norma NACE-TM-0284, solução A;

iv. chapas grossas de aço carbono para produção de tubos conforme norma ANSI/API 5L Nível PSL2 44a, com laminação termomecânica controlada com resfriamento acelerado, com as seguintes especificações: API X70M, com resistência mecânica mínima de 485MPa e com espessura acima de 25,4 mm; e API X80M, com resistência mecânica mínima de 555MPa e com espessura acima de 19,05 mm.

As chapas grossas podem ser obtidas por meio do desbobinamento e desempeno (produto laminado plano em rolo colocado na forma plana) e corte de bobinas grossas em comprimentos específicos. Este processo possui limitações de bitola, pois nem todas as espessuras podem ser bobinadas (a faixa mais comum de bobinamento de laminados planos atinge até 12,7 mm).

Esses produtos têm facilidade de conformação, seja por dobramento, por usinagem, soldagem, trefilação, etc. Os aços de baixo teor de carbono são os mais utilizados sendo, usualmente, denominados aços comuns ao carbono.

As chapas grossas são utilizadas em estruturas para diversos fins, tais como: estrutura geral, construção civil e naval, produção de tubos de grande diâmetro, produção de equipamentos rodoviários, agrícolas, tratores, caldeiras e vasos de pressão.

No que se refere a normas ou regulamentos técnicos, as chapas grossas sujeitas à aplicação de direito antidumping não estão submetidas a nenhum regulamento técnico aprovado por órgão governamental. O produto, entretanto, segue a norma técnica brasileira ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas, além de normas técnicas internacionais (ASTM - American Society for Testing and Materials, ABS - American Bureau of Shipping, entre outras) e/ou especificações técnicas de clientes, sendo que, na fabricação de aços para aplicações navais, há homologações de entidades como o ABS, DNV, GL, BV, NACE, SAE, entre outras.

2.2. Do produto objeto da extensão de medida antidumping

O produto objeto da extensão da medida antidumping, atualmente em vigor, conforme definido na Resolução nº 119, de 2014, publicada no D.O.U do dia 19 de dezembro de 2014, são as chapas grossas sujeitas à medida antidumping original adicionadas unicamente de boro, provenientes ou originárias da China e da Ucrânia, usualmente classificadas na NCM 7225.40.90. Neste sentido, estão excluídas da mencionada extensão da medida antidumping as chapas de alta liga, adicionadas de outros elementos, que possuiriam usos e aplicações diversos aos do produto objeto da medida antidumping original.

Foi concluído, na ocasião, que a adição de boro em teores abaixo do limite de solubilidade de 0,003% não causam aumentos significativos de resistência mecânica na ferrita, desde que o aço não sofra tratamento térmico, além de gerar impacto econômico irrelevante no custo do produto. Ademais, o processo de adição de 0,0008% a 0,003% deste elemento não confere nenhuma característica que altere seus usos e aplicações.

2.3. Do produto objeto da revisão

No caso em questão, o produto sujeito à medida antidumping foi modificado por meio da adição de cromo em sua liga sem, no entanto, alterar seu uso ou destinação final.

As chapas grossas adicionadas de baixo teor de cromo em sua composição químico-física possuem características físicas semelhantes às das chapas grossas objeto da medida antidumping em vigor, com a exceção da adição do cromo.

As chapas grossas de aço, depois de serem produzidas pela laminação das placas de aço ao carbono, podem receber elementos de liga com o objetivo de conferir ao aço propriedades mecânicas necessárias para cumprir requisitos desejados, segundo sua aplicação.

Entretanto, é possível adicionar elementos de liga em teor insignificante, de forma que seriam incapazes de alterar as propriedades estruturais do aço.

O cromo, representando uma proporção de apenas 0,3% da composição química de uma chapa grossa constitui um elemento de liga. Contudo, assim como nos casos em que ocorre a adição de boro às chapas grossas em teores entre 0,0008% e 0,003%, essa modificação marginal não proporciona nenhuma alteração nos seus usos e destinações finais. Adições inferiores ao teor acima citado impedem a classificação sob o item 7225.40.90 da NCM/SH.

Nesse contexto, a prática da adição de cromo não tem motivação ou justificativa econômica outra do que frustrar a eficácia de medida antidumping vigente. A adição de cromo nessa proporção não altera as propriedades do produto e não apresenta vantagens técnicas.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Para fins de comparação, em anexo à petição, foi apresentado estudo denominado "Efeito da adição de cromo em aços laminados a quente para aplicação estrutural", desenvolvido pela empresa Usiminas, em que se comparam as propriedades mecânicas de aços com e sem adição de cromo.

Após apresentar as principais funções do cromo, quando adicionado às ligas das chapas grossas em quantidade relevante, o estudo concluiu que a adição de cromo em chapas de aços carbono laminadas a quente para aplicação estrutural, como as especificadas pelas normas ASTM-A36/ASTM-A36M, ASTM-A572-GR50/ ASTM-A572M-GR50 e SAE-J403-1045, em teores entre 0,3% e 0,7%, não alteraria as propriedades adequadas à aplicação desses produtos. E explicou que:

O cromo quando presente no aço forma carbonetos e acelera o crescimento dos grãos, sendo utilizado quando se deseja aumento da temperabilidade, aumento da resistência à corrosão, aumento da resistência a altas temperaturas e aumento da resistência ao desgaste. A intensidade com que essas propriedades são afetadas depende do teor de cromo, da presença e dos teores de outros elementos e das condições de processo do aço, incluindo tratamentos térmicos do produto. (...)

A adição de cromo em chapas laminadas a quente de aços carbono estruturais, como as especificadas pelas normas ASTM-A36/ASTM-A36M, ASTM-A572-GR50/ ASTM-A572M-GR50 e SAE-J403-1045, não é necessária para obtenção das propriedades adequadas à aplicação do produto. Embora seja possível a obtenção de propriedades compatíveis com a aplicação desses aços, a adição de cromo não apresenta vantagens técnicas.

Cabe salientar que o produto objeto desta revisão de circunvenção são as chapas grossas objeto da medida antidumping adicionadas unicamente de cromo. Nesse sentido, não se incluem as chapas de alta liga, adicionadas de outros elementos (como manganês, molibdênio, entre outros), que possuem usos e aplicações diversos aos do produto objeto da medida antidumping.

2.4. Da conclusão sobre as alterações marginais do produto

De acordo com as informações contidas nos autos, a adição de cromo, além de não apresentar vantagens técnicas, não altera os usos e aplicações finais das chapas grossas, uma vez que o produto objeto de revisão possui características semelhantes àquelas do produto sujeito à medida antidumping.

O processo de adição de 0,3% de cromo às chapas não confere característica que altere seus usos e aplicações nem causa impacto significativo no seu processo produtivo. Sendo assim, o produto objeto da revisão anticircunvenção não apresenta diferenças significativas quando comparado com o produto sujeito à medida antidumping e, da mesma maneira, com os produtos objeto da extensão do direito (chapas grossas com adição de boro e chapas grossas pintadas).

2.5. Da classificação e tratamento tarifário

2.5.1. Produto sujeito à medida antidumping

As chapas grossas sujeitas à medida antidumping são comumente classificadas nos itens 7208.51.00 e 7208.52.00 da NCM.

Classificação e Descrição do Produto Sujeito a Medida Antidumping

NCM	Descrição da TEC
72.08	Produtos laminados planos, de ferro ou aço não ligado, de largura igual ou superior a 600 mm, laminados a quente, não folheados ou chapeados, nem revestidos.
7208.5	Outros, não enrolados, simplesmente laminados a quente:
7208.51.00	De espessura superior a 10 mm
7208.52.00	De espessura igual ou superior a 4,75 mm, mas não superior a 10 mm

A alíquota do Imposto de Importação que incide sobre os produtos classificados nos referidos itens da NCM permaneceu inalterada em 12% de abril de 2012 a março de 2015, exceto no que se refere a seguir.

A Resolução CAMEX nº 55, de 5 de agosto de 2010, publicada no D.O.U. de 6 de agosto de 2010, estabeleceu a alíquota de 0% para as importações de produtos fabricados em conformidade com especificações técnicas e normas de homologação aeronáuticas, compreendidos nas subposições 7208.51 e 7208.52 e utilizados na fabricação, reparação, manutenção, transformação, modificação ou industrialização de aeronaves e outros veículos, compreendidos na posição 88.02 e suas partes compreendidas na posição 88.03. A Resolução CAMEX nº 94, de 8 de dezembro de 2011, publicada no D.O.U. de 12 de dezembro de 2011, excluiu da lista de produtos sujeitos à regra de tributação para produtos do setor aeronáutico as subposições 7208.51 e 7208.52 da NCM.

A Resolução CAMEX nº 19, de 4 de abril de 2012, publicada no D.O.U. de 5 de abril de 2012, reduziu, ao amparo da Resolução nº 08/08 do GMC, a alíquota do Imposto de Importação para 2%, para uma quota de 145.000 toneladas, no período de 180 dias, para chapas grossas que, classificadas no item 7208.51.00 da NCM, fazem parte do Ex-Tarifário 001 - chapas grossas de aço carbono, laminadas a quente, com espessuras variando de 29 mm a 33 mm, largura de 1.800 mm a 1.825 mm e comprimento de 12.250 mm a 12.450 mm, conforme norma DNV OS F101 de Outubro 2010 e grau 450 SFD, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, segundo as normas NACE - TM0284 e NACE - TM0177, sendo a solução de teste nível B da norma NACE - TM0177 para o teste de HIC e a solução de teste nível B da norma NACE - TM0284 para o teste de SSC.

A Resolução CAMEX nº 70, de 28 de setembro de 2012, publicada no D.O.U. de 1º de outubro de 2012, elevou, ao amparo da Decisão nº 39/11 do CMC, para 25%, por um período de 12 (doze) meses, a alíquota ad valorem do Imposto de Importação das mercadorias classificadas na NCM 7208.51.00, com exceção das reduções vigentes das alíquotas do Imposto de Importação concedidas na condição de Ex-tarifários para bens de capital, Ex-tarifários específicos para o regime automotivo e ao amparo da Resolução nº 08/08 do GMC.

A Resolução CAMEX nº 73, de 17 de outubro de 2012, publicada no D.O.U. de 18 de outubro de 2012, reduziu, ao amparo da Resolução nº 08/08 do GMC, para 2% e por um período de 4 (quatro) meses, para uma quota de 8.000 toneladas, a alíquota ad valorem do Imposto de Importação das chapas grossas que, classificadas no item 7208.51.00 da NCM, fazem parte do Ex-Tarifário 002 - chapas grossas de aço carbono, com espessuras variando de 28,0 mm a 31,0 mm, largura de 1.340 mm a 1.360 mm e comprimento de 12.250 mm a 12.500 mm, conforme norma DNV OS F101 de outubro 2010 e grau 450 SFD, com requisitos para atender a testes de resistências à corrosão ácida, segundo as normas NACE - TM0284 e NACE - TM0177, sendo a solução de teste nível B da norma NACE - TM0177 para o teste de HIC e a solução de teste nível B da norma NACE - TM0284 para o teste de SSC.

A Resolução CAMEX nº 87, de 17 de outubro de 2013, publicada no D.O.U. de 18 de outubro de 2013, reduziu, ao amparo da Resolução nº 08/08 do GMC, para 2% e por um período de 180 dias, para uma quota de 9.500 toneladas, a alíquota ad valorem do Imposto de Importação das chapas grossas que, classificadas no item 7208.51.00 da NCM, fazem parte do Ex-Tarifário 001 - chapas grossas de aço carbono, laminadas a quente, com espessuras variando de 28,0 mm a 32,0 mm, largura de 1.335 mm a 1.510 mm e comprimento de 12.250 mm a 12.500 mm, conforme norma DNV OS F101 de Outubro 2010 e grau 450 SFDU, com requisitos para atender a testes de resistência à corrosão ácida, segundo as normas NACE - TM0284 e NACE - TM0177, sendo a solução de teste nível B da norma NACE - TM0177 para o teste de HIC e a solução de teste nível B da norma NACE - TM0284 para o teste de SSC.

2.5.2. Das chapas grossas com adição de cromo

As chapas grossas com adição de cromo (assim como as chapas grossas com adição de boro) são comumente classificadas no item 7225.40.90 da NCM.

Classificação e Descrição do Produto Objeto da Revisão Anticircunvenção

NCM	Descrição da TEC
72.25	Produtos laminados planos, de outras ligas de aço, de largura igual ou superior a 600 .
7225.40	Outros, simplesmente laminados a quente, não enrolados
7225.40.90	Outros

Cabe destacar que a nota do capítulo 72 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL, no item f, define "outras ligas de aço" como sendo aços que não satisfaçam a definição de aços inoxidáveis e que contenham, em peso, um ou mais dos elementos a seguir discriminados nas proporções indicadas:

0,3% ou mais de alumínio;
0,0008% ou mais de boro;
0,3% ou mais de cromo;
0,3% ou mais de cobalto;
0,4% ou mais de cobre;
0,4% ou mais de chumbo;
1,65% ou mais de manganês;
0,08% ou mais de molibdênio;
0,3% ou mais de níquel;
0,06% ou mais de nióbio;
0,6% ou mais de silício;
0,05% ou mais de titânio;
0,3% ou mais de tungstênio (volfrâmio);
0,1% ou mais de vanádio;
0,05% ou mais de zircônio;
0,1% ou mais de outros elementos (exceto enxofre, fósforo, carbono e nitrogênio (azoto)), individualmente considerados.

A alíquota do Imposto de Importação que incide sobre os produtos classificados no referido item da NCM permaneceu inalterada em 14% de abril de 2012 a março de 2015, exceto no que se refere a seguir.

A Resolução CAMEX nº 55, de 5 de agosto de 2010, publicada no D.O.U. de 6 de agosto de 2010, estabeleceu a alíquota de 0% para as importações de produtos fabricados em conformidade com especificações técnicas e normas de homologação aeronáuticas, compreendidos na subposição 7225.40 e utilizados na fabricação, reparação, manutenção, transformação, modificação ou industrialização de aeronaves e outros veículos, compreendidos na posição 88.02 e suas partes, compreendidas na posição 88.03. A Resolução CAMEX nº 94, de 8 de dezembro de 2011, publicada no DOU de 12 de dezembro de 2011, excluiu da lista de produtos sujeitos à regra de tributação para produtos do setor aeronáutico a subposição 7225.40 da NCM.

3. DA PRÁTICA DE CIRCUNVENÇÃO

Conforme já registrado anteriormente, foram analisadas as importações de chapas grossas com adição de cromo, provenientes ou originárias da China.

O art. 123 do Decreto nº 8.058, de 2013, dispõe que a existência de circunvenção será determinada pela análise conjugada de informações relativas tanto aos países de origem das exportações dos produtos quanto aos produtores ou exportadores destes países.

No presente caso, as informações analisadas se limitaram ao país de origem das exportações do produto, uma vez que não foram apresentadas respostas aos questionários, inviabilizando, assim, a disponibilização e a análise de dados individualizados acerca do produto modificado por cada um dos produtores/exportadores investigados.

3.1. Das importações de chapas grossas com adição de boro e de cromo

Buscou-se determinar, inicialmente, em atendimento ao estabelecido no inciso I do §1º do art. 123 do Decreto nº 8.058, de 2013, se em razão de alterações nos fluxos comerciais da China ocorridas após o início da revisão anticircunvenção às importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro, restou frustrada a eficácia da aplicação da medida antidumping imposta sobre as importações brasileiras de chapas grossas da China.

Ressalta-se que a revisão anticircunvenção que culminou com a extensão da aplicação do direito antidumping às importações de chapas grossas com adição de boro, procedentes ou originárias da China, iniciou-se no dia 22 de abril de 2014 e foi encerrada em 19 de dezembro de 2014. Assim, foi considerado, para fins de análise das importações de chapas grossas com adição de boro e com adição de cromo, o período de abril de 2012 a março de 2015, dividido da seguinte forma:

P1 - abril de 2012 a março de 2013;

P2 - abril de 2013 a março de 2014;

P3 - abril de 2014 a março de 2015.

Dessa forma, buscou-se apurar a evolução dos fluxos comerciais das importações desses produtos da China após o início da mencionada revisão de circunvenção.

Para fins de apuração dos valores totais e das quantidades totais de chapas grossas com adição de boro e de cromo importados pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados oficiais das importações brasileiras, fornecidos pela RFB.

3.1.1. Das importações de chapas grossas objeto da extensão da medida antidumping

O item tarifário em que se classificam as importações do produto objeto da extensão da medida antidumping e o objeto desta revisão, qual seja, 7225.40.90 da NCM/SH, engloba outros produtos além daqueles considerados na presente revisão e na que culminou com a extensão da medida às importações brasileiras de chapas grossas com boro da China. Assim, realizou-se depuração das informações constantes dos dados oficiais de importação de forma a se obterem dados referentes exclusivamente às chapas grossas com adição de boro e de cromo. Dessa forma, na depuração, foram retiradas as operações relativas às importações de chapas grossas sem a adição de boro ou cromo que contivessem outras ligas em conjunto, em dimensões ou formatos diversos ao do produto objeto da extensão do direito antidumping vigente.

Estão apresentados, a seguir, os volumes de chapas grossas com adição de boro da China, objeto da extensão de direito antidumping em vigor, no período de abril de 2012 a março de 2015.

Volume de importação de chapas grossas com adição de boro (em número índice de tonelada)

Países	P1	P2	P3
China	100,0	510,9	92,6
Total investigado	100,0	510,9	92,6
Ucrânia	100,0	419,7	187,7
Demais Origens *	100,0	40,5	5,8
Total geral	100,0	162,7	42,8

*Alemanha, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Holanda, Suécia.

As importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro, objeto da extensão do direito antidumping vigente, originárias da China, cresceram 410,9% de P1 para P2 e decresceram 81,9% de P2 para P3. Considerando todo o período (P1-P3), tais importações decresceram 7,4%.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

A partir da análise dos dados apresentados na tabela acima, constatou-se queda acentuada nas importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro originárias da China de P2 para P3. Saliente-se que o início da revisão anticircuvenção que culminou com a extensão do direito ocorreu em abril de 2014 e o seu encerramento, que resultou na extensão de medida antidumping para tais importações, deu-se em 19 de dezembro de 2014. Ou seja, as importações de chapas grossas com adição de boro caíram significativamente no período correspondente ao início da revisão e à entrada em vigor da extensão do direito.

As importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro, exportadas a partir das origens não investigadas na presente revisão (Ucrânia e demais origens) diminuíram 1,3% de P1 para P2 e 65,9% de P2 para P3. Ressalta-se que de P2 para P3, o volume de importações originárias da Ucrânia, as quais também foram sujeitas à extensão do direito antidumping, e que representava 65,3% do volume importado das demais origens em P2, diminuiu 55,3%, o que acarretou o decréscimo de 65,9% do volume importado das origens não investigadas.

Sendo assim, o total das importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro reduziu 73,7%, considerando P2 e P3.

Na tabela a seguir, demonstra-se o valor das importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro, no período de P1 a P3.

Valor da importação de chapas grossas com adição de boro (em número índice de mil CIF/US$)

Países	P1	P2	P3
China	100,0	418,1	77,7
Total Investigado	100,0	418,1	77,7
Ucrânia	100,0	440,8	193,2
Demais Origens *	100,0	45,0	4,1
Total geral	100,0	105,8	23,0

*Alemanha, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Holanda, Suécia.

Percebe-se que o valor importado de chapas grossas com adição de boro, originárias da China, decresceu 22,3% durante todo o período analisado (P1-P3), acompanhando a tendência observada pela análise do volume importado. De P1 para P2, constatou-se aumento de 318,1% no valor importado e de P2 para P3, constatou-se decréscimo de 81,4%.

Por outro lado, o valor importado das origens não investigadas (Ucrânia e demais origens) apresentou queda de 27,4% de P1 para P2, 76,2% de P2 para P3 e 82,8% no acumulado de P1 para P3. Ressalta-se que o decréscimo observado de 76,2% no valor importado de P2 para P3 das origens não investigadas decorre, conforme já mencionado, da diminuição de 55,3% do volume importado da Ucrânia, que também teve o direito antidumping estendido às importações de chapas grossas com adição de boro.

Na mesma tendência, o valor total importado pelo Brasil teve diminuição equivalente a 77% de P1 para P3, decréscimo gerado a partir do aumento de 5,8% de P1 para P2 e da queda de 78,2% de P2 para P3.

A próxima tabela demonstra a evolução do preço médio das importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro.
Preço médio na importação de chapas grossas com adição de boro (em número índice de CIF US$/t)

Países	P1	P2	P3
China	100,0	81,8	84,0
Total Investigado	100,0	81,8	84,0
Ucrânia	100,0	105,0	102,9
Demais Origens *	100,0	111,3	71,0
Total geral	100,0	65,0	54,0

*Alemanha, Áustria, Bélgica, Coreia do Sul, Espanha, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Holanda, Suécia, Ucrânia.

O preço das importações de chapas grossas com adição de boro, originárias da China, sofreu diminuição de 18,2% de P1 para P2 e aumento de 2,6% de P2 para P3. Considerando-se os extremos da série, constatou-se queda de 16% nos preços das importações de chapas com adição de boro originárias da China.

O preço das importações originárias das demais origens, que permaneceu em patamares superiores aos das importações chinesas, cresceu 11,3% de P1 para P2 e decresceu 36,2% de P2 para P3, o que gerou redução de 29% de P1 para P3.

3.1.2 Das importações de chapas grossas com adição de cromo da China

Estão apresentados, a seguir, os volumes de chapas grossas com adição de cromo importadas pelo Brasil, no período de P1 a P3.

Volume de importação de chapas grossas com adição de cromo (em número índice de toneladas)

Países	P1	P2	P3
China	-	-	100
Demais Origens*	-	-	100
Total Geral	-	-	100

* Estados Unidos da América.

Conforme análise dos dados constantes da tabela anterior, constatou-se que não foram registradas importações de chapas grossas com adição de cromo da China em P1 e P2, ocorrendo, no entanto, em P3.

Considerando a proporção de chapas grossas com adição de boro (objeto da extensão de direito antidumping) e as chapas grossas objeto da revisão (com adição de cromo), observa-se que em P3, período em que ocorreu o início e a condução da primeira revisão anticircunvenção, as importações brasileiras de chapas grossas com adição de cromo da China passaram a responder por 51,1% do volume total de chapas grossas com alterações marginais importado daquele país, enquanto as importações do produto objeto da extensão do direito antidumping passaram a corresponder a 48,9% do volume total de chapas grossas com alterações marginais importado da China.

Estão apresentados, a seguir, os valores de chapas grossas com adição de cromo importadas pelo Brasil, no período de P1 a P3.

Valor da importação de chapas grossas objeto com adição de cromo (em número índice de mil CIF/US$)

Países	P1	P2	P3
China	-	-	100
Demais Origens*	-	-	100
Total Geral	-	-	100

* Estados Unidos da América.

O valor importado de chapas com adição de cromo da China apresentou tendência semelhante àquela evidenciada pela quantidade, havendo importações apenas em P3.

Está apresentado, a seguir, o preço de chapas grossas com adição de cromo importadas pelo Brasil, no período de abril de 2012 a março de 2015.

Preço médio da importação de chapas grossas com adição de cromo (CIF/t)

Países	P1	P2	P3
China	-	-	100
Demais Origens*	-	-	100
Total Geral	-	-	100

* Estados Unidos da América.

O preço das chapas grossas com adição de cromo importadas pelo Brasil da China em P3 foi inferior em 3,7% ao preço das chapas grossas com adição de boro importadas no mesmo período.

Com relação ao preço médio ponderado das chapas grossas com adição de cromo das demais origens, este se mostrou bastante superior ao praticado pela origem investigada, com uma diferença de cerca de 2.131,6%.

Essa tendência sugere que os produtos originários dos países não investigados possuem características que lhes conferem usos diversos dos alegadamente objeto de circunvenção, por isso seu preço largamente superior.

3.1.3 Das importações de chapas grossas objeto da extensão do direito antidumping em comparação com as importações de chapas grossas objeto da revisão anticircunvenção.

Deve-se observar a evolução da participação relativa do produto objeto da revisão de circunvenção no total das importações de chapas grossas. Em P1 e P2, não houve registro de importações de chapas grossas objeto da revisão. Em P3, por sua vez, período em que houve a extensão do direito antidumping vigente às importações brasileiras de chapas grossas com adição de boro, as importações de chapas grossas com adição de cromo passaram a representar 51,1% das chapas grossas com alterações marginais importadas da China contra 48,9% das chapas grossas com adição de boro que, conforme já mencionado, diminuíram 81,9% no seu volume importado.

Ressalta-se que foram identificadas como empresas produtoras e exportadoras chinesas de chapas grossas com adição de cromo as mesmas empresas produtoras e exportadoras de chapas grossas com adição de boro na revisão anticircunvenção que culminou com a extensão do direito antidumping.

Além disso, identificou-se também, que as empresas que adquirem atualmente chapas grossas com adição de cromo são as mesmas empresas que adquiriam as chapas grossas com adição de boro.

3.2 Da conclusão sobre importações de chapas grossas com cromo

A partir da análise das importações brasileiras de chapas grossas com adição de cromo, constatou-se que efetivamente ocorreu alteração no fluxo comercial desse produto para o Brasil. As importações de chapas objeto da extensão de direito antidumping da China foram substituídas, após o início da revisão de circunvenção que culminou com a mencionada extensão, pelas importações de chapas grossas com adição de cromo.

Observou-se simultaneamente drástica redução do volume importado de chapas grossas com boro e surgimento de importações de chapas grossas com cromo.

Além disso, verificou-se também que as importações de chapas com adição de cromo apresentaram preços inferiores àqueles observados nas importações de chapas com adição de boro, o que reforça a tese de que a eficácia da medida antidumping vigente está sendo frustrada.

Deve-se ressaltar também que não foram identificadas novas aplicações ou nenhuma motivação econômica e comercial para os produtos adicionados de cromo que justificassem o aumento substancial das importações deste produto da China evidenciado no período.

Considerou-se, portanto, que, nos termos dos incisos I e II do § 1º do art. 123 do Decreto nº 8.058, de 2013, em razão de alterações nos fluxos comerciais do país analisado, ocorridas após o início da revisão anticurcunvenção que culminou com a extensão do direito às importações de chapas grossas com adição de boro, a eficácia da medida antidumping vigente restou frustrada em decorrência de nova alteração marginal efetuada no produto objeto da medida antidumping.

Deve-se destacar, conforme mencionado no item 3.1.3 desta Resolução, que as empresas produtoras e exportadoras de chapas grossas com adição de cromo da China para o Brasil identificadas na presente revisão já haviam sido identificadas como produtoras e exportadoras de chapas grossas com adição de boro na revisão anticircunvenção que culminou com a extensão do direito antidumping.

Dessa forma, a constatação da existência de circunvenção não decorre tão somente de uma análise estatística dos fluxos de comércio dos países para o Brasil. A observância de coincidência entre algumas empresas produtoras/exportadoras envolvidas na primeira revisão anticircunvenção e aquelas que se encontram atualmente produzindo e exportando chapas grossas com adição de cromo sugere que há movimento deliberado no sentido de modificar marginalmente seu produto, alterando perfil comercial, com fim único de frustrar a eficácia da medida antidumping em vigor.

4. DA COMPARAÇÃO DO PREÇO DE EXPORTAÇÃO DO PRODUTO OBJETO DE REVISÃO E DO VALOR NORMAL APURADO NA INVESTIGAÇÃO ORIGINAL DE DUMPING.

A fim de verificar se as chapas grossas com modificações marginais foram exportadas para o Brasil abaixo do valor normal apurado na investigação original, foram comparados os preços unitários, na condição FOB, das importações brasileiras de chapas grossas com adição de cromo, quando originárias da China, com o valor normal apurado na investigação original.

As tabelas a seguir apresentam o valor normal, apurado na investigação original para a China, bem como o preço de exportação FOB do produto objeto da revisão, durante o período de abril de 2014 a março de 2015.

Valor normal apurado na investigação original

País	FOB US$/t
China	962,93

Preço de exportação - Em US$ FOB/t

Produto	China
Chapa grossa com adição de cromo	568,78

Verificou-se, portanto que, baseado nas informações resumidas nas tabelas anteriores, o preço de exportação do produto com a adição de cromo esteve abaixo do valor normal apurado na investigação original, o que reforça a tese de que a elevação repentina das importações das chapas grossas com adição de cromo está frustrando a eficácia da medida antidumping vigente.

5. DA PARTICIPAÇÃO DAS EXPORTAÇÕES DO PRODUTO OBJETO DE REVISÃO NAS VENDAS TOTAIS DO PRODUTOR OU EXPORTADOR

Uma vez que não houve participação das empresas investigadas na presente revisão, não foi possível avaliar a participação das exportações das chapas grossas com adição de cromo de cada uma delas nas suas vendas totais.

6. DO AUMENTO SUBSTANCIAL DAS EXPORTAÇÕES DO PRODUTO OBJETO DE REVISÃO

Conforme explicitado no item 3.5 desta Resolução, constatou-se que as importações de chapas objeto da extensão de direito antidumping da China foram substituídas, após o início da revisão de circunvenção que culminou com a mencionada extensão, pelas importações de chapas grossas com adição de cromo.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. DO CÁLCULO DO DIREITO ESTENDIDO

Inicialmente, deve-se reiterar que não foram recebidas respostas ao questionário do exportador encaminhado às empresas investigadas.

Para fins de determinação final, de acordo com o § 1º do art. 130 do Decreto nº 8.058, de 2013, o valor do direito estendido consistirá na média ponderada da margem de dumping apurada para os produtores ou exportadores do país investigado na investigação original.

7.1 Da China

Por ocasião da investigação original de prática de dumping, os produtores/exportadores da China também não responderam ao questionário. Portanto, para fins de determinação final daquela investigação e, com base no parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, o valor normal e o preço de exportação para aquele país foram apurados com base nos fatos disponíveis no processo.

O cálculo da margem de dumping absoluta, definida como a diferença entre o valor normal e o preço de exportação, e da margem de dumping relativa, definida como a razão entre a margem de dumping absoluta e o preço de exportação, são explicitadas no quadro a seguir:

Margem de Dumping - China

Valor Normal (US$/t)	Preço de Exportação (US$/t)	Margem Absoluta de Dumping (US$/t)	Margem Relativa de Dumping
962,93	751,37	211,56	28,2%

Assim, o direito a ser estendido às importações de chapas grossas com adição de cromo é de US$ 211,56/t, correspondente a margem de dumping absoluta apurada na investigação original.

8. DA CONCLUSÃO

Com fundamento no inciso III do art. 121 do Decreto nº 8.058, de 2013, concluiu-se que as chapas grossas com adição de cromo constituem produto com modificação marginal às chapas grossas sujeitas à medida antidumping e às chapas sujeitas ao direito estendido na revisão anterior, sem alteração de seu uso, que passaram a ser exportadas para o Brasil com a finalidade específica de frustrar a eficácia do direito antidumping em vigor.

Ademais, com fundamento nos art. 122 e 123 do Decreto nº 8.058, de 2013, concluiu-se que as importações brasileiras de chapas grossas adicionadas de cromo originárias da China constituem prática de circunvenção.

Conforme apurado, a partir do início da revisão anticircunvenção que resultou na extensão do direito antidumping vigente, a China passou a exportar ao Brasil chapas grossas adicionadas de cromo, classificadas na NCM 7225.40.90, em detrimento das exportações de chapas grossas adicionadas de boro, também classificadas na NCM 7225.40.90, sendo que essa situação foi acentuada a partir de dezembro de 2014, com a extensão do direito.

Embora não tenha sido possível apurar preço de exportação individualizado aos produtores/exportadores, por falta de informação proveniente das empresas investigadas, os preços médios ponderados das importações de chapas grossas adicionadas de cromo não apenas foram inferiores ao valor normal apurado na investigação original, como diminuíram ao longo do período analisado, estando também, em P3, abaixo do preço médio do produto objeto da extensão da medida.

Em decorrência da análise precedente, ficou determinada a existência de circunvenção que frustra a aplicação das medidas antidumping impostas às importações de chapas grossas originárias da China.

Uma vez verificada a existência de práticas de circunvenção, o Departamento de Defesa Comercial propôs a extensão da aplicação do direito antidumping definitivo vigente, apurado na investigação original, às importações de chapas grossas com adição de cromo, normalmente classificadas no item 7225.40.90 da NCM, provenientes ou originárias da China, pelo mesmo período de duração da medida antidumping original, fixado em dólares estadunidenses por tonelada, no montante abaixo especificado:

País	Produtor/Exportador	Margem de Dumping Absoluta (US$/t)
China	Todos	211,56

RESOLUÇÃO Nº 83, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o art. 2º da Resolução CAMEX nº 50, de 2010.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DE MINISTROS DA CÂMARA DE COMÉRCIO EXTERIOR - CAMEX, no uso da atribuição que lhe confere o § 3º do art. 5º do Decreto nº 4.732, de 10 de junho de 2003, no exercício da competência conferida pelo inciso I e pelo § 2º do art. 2º do mesmo diploma legal, e tendo em vista o disposto no art. 136 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, resolve**, ad referendum** do Conselho:

Art. 1º O art. 2º da Resolução CAMEX nº 50, de 27 de julho de 2010, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

I - Titular: Henrique Alves Santos

II - Suplente: Eric Lisboa Côdo Dias

....." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ARMANDO MONTEIRO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 52, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Resumo dos pedidos de registro para exportação atendendo aos dispositivos legais do artigo 2º e inciso XV decreto 4.074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a lei 7.802, de 11 de julho de 1989.

1- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: AMPLO 63 SL
Nome do requerente: Basf S. A.
Número do processo: 21000.004067/2015-88
Data do protocolo: 13/07/2015
País importador: Costa Rica
Indicação de uso: Herbicida
2- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: KIFIX 70 WG
Nome do requerente: Basf S. A.
Número do processo: 21000.005328/2015-87
Data do protocolo: 18/08/2015
País importador: Costa Rica e México
Indicação de uso: Herbicida
3- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: KIFIX WG
Nome do requerente: Basf S. A.
Número do processo: 21000.005331/2015-09
Data do protocolo: 18/08/2015
País importador: México
Indicação de uso: Herbicida
4- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: CADRE 70 WG
Nome do requerente: Basf S.A
Número do processo: 21000.005325/2015-43
Data do protocolo: 18/08/2015
País importador: Peru
Indicação de uso: Herbicida
5- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: KIFIX 70 DG
Nome do requerente: Basf S.A
Número do processo: 21000.005329/2015-21
Data do protocolo: 18/08/2015
País importador: México
Indicação de uso: Herbicida
6- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: HEAT 70 WG
Nome do requerente: Basf S. A.
Número do processo: 21000.005327/2015-32
Data do protocolo: 18/08/2015
País importador: Costa Rica
Indicação de uso: Herbicida
7- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: PLATEAU 70 WG
Nome do requerente: Basf S. A.
Número do processo: 21000.005330/2015-56
Data do protocolo: 18/08/2015
País importador: Costa Rica
Indicação de uso: Herbicida
8- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: GASTOXIN
Nome do requerente: Bequisa Indústria Química do Brasil Ltda.
Número do processo: 21000.004929/2015-72
Data do protocolo: 11/08/2015
País importador: Suriname
Indicação de uso: Inseticida Fumigante
9- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: Saluzi 60 FS
Nome do requerente: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.
Número do processo: 21000.004642/2015-42
Data do protocolo: 31/07/2015
País importador: Argentina
Indicação de uso: Inseticida
10- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: Acaramik EC
Nome do requerente: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.
Número do processo: 21000.004641/2015-06
Data do protocolo: 31/07/2015
País importador: Argentina
Indicação de uso: Inseticida
11- Motivo da solicitação: Registro de Exportação
Marca: Saddler FS
Nome do requerente: Rotam do Brasil Agroquímica e Produtos Agrícolas Ltda.
Número do processo: 21000.004643/2015-97
Data do protocolo: 31/07/2015
País importador: Argentina
Indicação de uso: Inseticida

JÚLIO SÉRGIO DE BRITTO
Coordenador-Geral

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR
NUCLEBRÁS EQUIPAMENTOS PESADOS S/A

DESPACHOS

Processo: OCM-770/2015 - Objeto: Descontaminação química (decapagem interna) e inertização em 1 cilindro 30B - Contratada: Decapametal Decapagem e Flushing Ltda. Valor: R$ 19.650,00.Parecer Jurídico SFSM-21/2015. Justificativas: No caso em tela dada a peculiaridade do objeto pleiteado, notadamente porque visa à execução de contratos de grande complexidade, e, ainda, diante da determinação do CTMSP, que exige o atendimento dos mesmos requisitos e especificações aplicados no contrato celebrado entre a INB e NUCLEP, o procedimento específico desenvolvido pela Decapamental, detentora dos direitos sobre a propriedade intelectual,a torna a única capaz tecnicamente de prestar o serviço em apreço, conforme justificativas constantes no processo. Considerando que a justificativa acima tem fundamento no artigo 25 caput da Lei 8666/93 reconheço a inexigibilidade de licitação referente ao processo supracitado.

GLAUCIA MENEZES SALVADOR VALLE
Gerente Geral de Compras e Contratações

Em observância ao art. 26 da Lei 8666/93 e em face do parecer favorável já efetuado pela consultoria jurídica sobre o assunto, ratifico a decisão do Gerente Geral de Compras e Contratações.

PAULO ROBERTO TRINDADE BRAGA
Diretor Administrativo

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.682/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05; do Artigo 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05 e do Artigo 5º, inciso IV da Resolução Normativa Nº 1, de 20 de Junho de 2006 analisou a alteração da CIBio da instituição abaixo discriminada e concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

Processo nº: 01200.002695/1998-30
Requerente: Embrapa Clima Temperado
CQB: 062/98
Próton: 41240/15
Assunto: Alteração da Comissão Interna de Biossegurança - CIBio
Extrato Prévio: 4699/15 publicado em 24/07/2015
Decisão: DEFERIDO

A requerente solicitou ao Presidente da CTNBio parecer técnico referente à nova composição da Comissão Interna de Biossegurança. Para tanto, o responsável legal da instituição emitiu ato formal de alteração da CIBio, a saber: Carta de 16 de julho de 2015, nomeando Leonardo Ferreira Dutra (Presidente), Natercia Lobato Pinheiro, Iraja Ferreira Antunes, Sergio Delmar dos Anjos e Silva e Sandro Bonow para comporem a CIBio local.

Atendidas as recomendações e as medidas de biossegurança contidas no processo, esta comissão interna de biossegurança é apta a gerir os riscos associados às atividades desenvolvidas na instituição.

A CTNBio esclarece que este extrato de parecer não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis às atividades em questão.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.683/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 167ª Reunião ordinária da CTNBio, realizada em 07 de novembro de 2013, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.001182/1997-49

Requerente: Escola Paulista de Medicina- Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP

CQB: 028/97

Próton: 40369/2013

Endereço: Rua Botucatu, 862 - (Prédio do CEDEME) 1º andar, Vila Clementino - São Paulo - SP. CEP: 04023-062. Fone: (11) 5576-4558, Fax: (11)5571-5780.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para atividades com OGMs da classe II de risco biológico.

Extrato Prévio nº: 3819/2013 publicado no DOU 207 de 16 de outubro de 2013.

Decisão: Deferido

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer para atividades com OGMs da classe II de risco biológico de em áreas cadastradas no CQB da instituição com o nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da CIBio da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo, Dra. Marimélia A. Porcionatto, solicita à CTNBio parecer técnico para execução de projeto de pesquisa em instalações credenciadas no Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição. O projeto de pesquisa será realizado nas instalações do localizado no endereço UNIFESP - Universidade de São Paulo, Rua Botucatu, 740 826 ECB 6º andar sala 620, CEP 04023-062, Vila Clementino, São Paulo, SP. O responsável técnico pelas atividades será o Dr. Renato Arruda Mortara e este declara que as instalações do laboratório dispõem de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para o laboratório e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHO DO PRESIDENTE

Em 28 de agosto de 2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, após decisão ocorrida na 183ª Reunião Ordinária da CTNBio, em 11/06/2015, que ficam APROVADOS, os relatórios de liberação planejada após sua conclusão dos seguintes Processos: 01200.000441/2009-64; 01200.000568/2008-01; 01200.004099/2009-71; 01200.003953/2009-82; 01200.003976/2010-21; 01200.002008/2011-88; 001200.004041/2009-28; 01200.000032/2011-82; 01200.004507/2010-29; 1200.001349/2011-36; 1200.002102/2012-18; 01200.003279/2012-31; 01200.001746/2011-16; 01200.004690/2010-62; 01200.001811/2012-86; 01200.001651/2012-75; 01200.004602/2011-11; 01200.001707/2012-91; 01200.001514/2012-31; 01200.000033/2013-99; 01200.002462/2012-10; 01200.003916/2012-70; 01200.004061/2010-32.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI



Ministério da Cultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 78, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o Anexo da portaria nº 26, de 07 de abril de 2015, que estabelece, no âmbito das Unidades Administrativas e Vinculadas do Ministério da Cultura, os limites de movimentação e empenho para a concessão de diárias e passagens no exercício de 2015.

O MINISTRO DE ESTADO DA CULTURA, no uso da atribuição conferida pelo inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição e tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto n.º 7.689, de 2 de março de 2012, resolve:

Art. 1º Fica alterado o Anexo da Portaria nº 26, de 07 de abril de 2015, na forma do quadro anexo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO LUIZ SILVA FERREIRA

ANEXO

R$ 1,00

Unidades Administrativas e Vinculadas	Limite Autorizado
Ministério da Cultura - Ad. Direta	
Representações Regionais	205.750
Representação Regional do RJ e ES	16.250
Representação Regional do Nordeste	36.750
Representação Regional de Minas Gerais	14.250
Representação Regional de São Paulo	16.750
Representação Regional do Minc - Região Sul	38.750
Representação Regional do Norte	41.750
Representação Regional da Bahia e Sergipe	16.250
Representação Regional do Centro-Oeste	25.000
Secretaria Executiva	1.000.000
Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	200.000
Secretaria do Audiovisual	432.000
Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	600.000
Secretaria de Políticas Culturais	800.000
Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural	965.000
Secretaria de Economia Criativa	814.580
Secretaria de Articulação Institucional	2.000.000
Diretoria de Direitos Intelectuais	200.000
Diretoria de Relações Internacionais	350.000
Diretoria de Prog. Especiais de Infraestrutura Cultural	188.500
Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas	165.000
Entidades Vinculadas	
Fundação Casa de Rui Barbosa	172.922
Fundação Biblioteca Nacional	421.760
Fundação Cultural Palmares	604.370
Instituto do Patrimônio Hist. e Art. Nacional	3.200.000
Fundação Nacional de Artes	447.120
Agencia Nacional do Cinema	1.221.808
Instituto Brasileiro de Museus	983.010
TOTAL MINC	14.971.820

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 74, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar a troca de titularidade do projeto audiovisual abaixo relacionado da empresa Produtora Audiovisual Quark Ltda. para a empresa Olé Produções Ltda. - ME, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através dos mecanismos indicados.

11-0147 - Paulo Mendes da Rocha em: Tudo é Projeto

Processo: 01580.013280/2011-66

Proponente: Olé Produções Ltda. - ME

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 09.019.897/0001-70

Valor total do orçamento aprovado: R$ 614.321,62

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 583.605,53

Banco: 001- agência: 3026-0 conta corrente: 16.949-8

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 580, realizada em 18/08/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE

Em 27 de agosto de 2015

Nº 196 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos e realizar a revisão orçamentária dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0275 - OS ESPETACULARES

Processo: 01580.017003/2013-94

Proponente: Fraiha Produções de Eventos e Editora Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 00.538.914/0001-00

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 7.970.858,28 para R$ 7.954.444,70

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.988-3

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.000.000,00 para R$ 1.835.864,15

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.991-3

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.989-1

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 37.992-1

Prazo de captação: 31/12/2016.

13-0188 - SAMPA, UMA NOVA SINFONIA DA METRÓPOLE

Processo: 01580.030499/2012-19

Proponente: Pulsar Produções Artísticas e Culturais Ltda.

Cidade/UF: São Paulo / SP

CNPJ: 56.839.830/0001-61

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 2.883.807,09 para R$ 2.880.140,64

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 839.334,92 para R$ 802.670,41

Banco: 001- agência: 1270-X conta corrente: 23.162-2

Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 2º Aprovar o remanejamento das fontes de recursos dos projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos dos artigos indicados.

13-0339 - TALVEZ UMA HISTÓRIA DE AMOR

Processo: 01580.020499/2013-83

Proponente: CHOCOLATES FILMES LTDA. ME

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 11.503.567/0001-05

Valor total do orçamento aprovado: R$ 3.878.453,04

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 684.530,39

Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 44.580-0

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 2.006.191,50

Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 44.579-7

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 993.808,50

Banco: 001- agência: 2807-X conta corrente: 46.634-4

Prazo de captação: 31/12/2016.

14-0184 - CAMPUS SANTO

Processo: 01580.018846/2014-99

Proponente: ASACINE PRODUÇÕES LTDA. EPP

Cidade/UF: Brasília/DF

CNPJ: 37.981.206/0001-50

Valor total do orçamento aprovado: R$ 2.866.111,94

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.722.806,39 para R$ 287.702,34

Banco: 001- agência: 1419-2 conta corrente: 24.293-4

Prazo de captação: 31/12/2016.

Art. 3º. Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 197 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2015.

15-0423 - O VASCO QUE O MEU FILHO NÃO VIU

Processo: 01580.045398/2015-87

Proponente: DISA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 28.699.023/0001-55

Valor total aprovado: R$ 2.000.000,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 28.391-6

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 28.394-0

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 500.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 28.392-4

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 250.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 28.395-9

Valor aprovado no artigo 25 da Lei nº. 8.313-1/91: R$ 100.000,00

Banco: 001- agência: 1569-5 conta corrente: 28.393-2

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2016.

15-0012 - MOBILAS

Processo: 01580.094946/2014-11

Proponente: DUO2.TV LTDA - ME

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 07.929.498/0001-10

Valor total aprovado: R$ 579.152,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00

Banco: 001- agência: 6849-7 conta corrente: 6.592-7

15-0421 - BIOMAS DO BRASIL - SERIADO

Processo: 01580.055003/2015-54

Proponente: JOÃO GABRIEL NAZARETH AMORIM - ME

Cidade/UF: Brasília/DF

CNPJ: 13.384.449/0001-42

Valor total aprovado: R$ 1.532.170,20

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.455.561,69

Banco: 001- agência: 2863-0 conta corrente: 23.839-7

15-0424 - DIVALDO FRANCO

Processo: 01580.053872/2015-44

Proponente: LUZ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA

Cidade/UF: Fortaleza/CE

CNPJ: 00.975.333/0001-36

Valor total aprovado: R$ 3.125.000,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 800.000,00

Banco: 001- agência: 2937-8 conta corrente: 33.915-6

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 2937-8 conta corrente: 33.916-4

Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.168.750,00

Banco: 001- agência: 2537-2 conta corrente: 30.422-0

15-0425 - SEU SOARES

Processo: 01580.050491/2015-11

Proponente: PAULO PÉLICO - ME

Cidade/UF: São Paulo/SP

CNPJ: 01.301.355/0001-83

Valor total aprovado: R$ 3.534.800,00

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00

Banco: 001- agência: 6986-8 conta corrente: 15.742-2

15-0426 - O QUE TERIA ACONTECIDO OU NÃO NAQUELA CALMA E MISTERIOSA TARDE DE DOMINGO NO JARDIM ZOOLÓGICO

Processo: 01580.051971/2015-91

Proponente: IKEBANA PRODUÇÕES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA - ME

Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ

CNPJ: 09.485.982/0001-23

Valor total aprovado: R$ 399.000,00

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 113.715,00

Banco: 001- agência: 3455-X conta corrente: 5.719-3

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 265.335,00

Banco: 001- agência: 3455-X conta corrente: 5.721-5

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

15-0429 - CONTINENTAL SEM FILTRO
Processo: 01580.052308/2015-12
Proponente: 2.8 ½ PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS S/S LTDA - ME
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 02.019.144/0001-15
Valor total aprovado: R$ 1.556.538,86
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 1199-1 conta corrente: 25.362-6
15-0430 - EIKE - TUDO OU NADA
Processo: 01580.055002/2015-18
Proponente: MORENA FILMES EIRELI - ME
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 42.473.256/0001-66
Valor total aprovado: R$ 14.515.033,90
Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 17.812-8
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 17.814-4
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 17.813-6
Art. 3º Aprovar os projetos audiovisuais relacionados abaixo, para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.
15-0422 - VOCÊ NÃO ME CONHECE
Processo: 01580.054351/2015-12
Proponente: DOCUMENTA PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 00.360.459/0001-04
Valor total aprovado: R$ 880.000,00
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001- agência: 3441-X conta corrente: 17.815-2
15-0427 - PEREGRINA
Processo: 01580.043153/2015-15
Proponente: CONTEUDO TV PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 20.520.970/0001-25
Valor total aprovado: R$ 2.578.947,37
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 350.000,00
Banco: 001- agência: 2895-9 conta corrente: 44.113-9
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.100.000,00
Banco: 001- agência: 2895-9 conta corrente: 44.114-7
15-0428 - ESPÍRITO DA LUTA
Processo: 01580.034202/2015-29
Proponente: FILMES MAIS LTDA
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 03.435.290/0001-94
Valor total aprovado: R$ 2.913.431,56
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.767.759,98
Banco: 001- agência: 3347-2 conta corrente: 6.102-6
Art. 4º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 198 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 140 de 03 de julho de 2012; e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23 de dezembro de 1991, Lei nº. 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto nº. 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:
Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2016.
15-0408 - EM SILÊNCIO
Processo: 01580.040562/2015-60
Proponente: SÃO PAULO CINE VIDEO LTDA EPP
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 02.188.743/0001-62
Valor total aprovado: R$ 1.192.840,63
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 733.198,60
Banco: 001- agência: 4.306-0 conta corrente: 14.301-4
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 400.000,00
Banco: 001- agência: 4.306-0 conta corrente: 14.302-2
Art. 2º Aprovar o projeto audiovisual relacionado abaixo, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos das leis indicadas, cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2018.
15-0419 - IRMÃS FOX
Processo: 01580.051960/2015-10
Proponente: CINÉTICA FILMES E PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro
CNPJ: 01.946.155/0001-88
Valor total aprovado: R$ 15.582.591,90
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001- agência: 2.909-2 conta corrente: 46.261-6
Art. 3º Este despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 67, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto Nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2014, decide:

1. Homologar a decisão da Comissão Avaliadora, instituída conforme o Edital do Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior - 2015-2017, desta Fundação, publicado no DOU de 29 de junho de 2015, seção 3, fl. 11 e a Decisão Executiva nº 57, que aprovou as seguintes bolsas de intercâmbio. A Comissão reuniu-se no dia 26 de agosto de 2015 e foi composta pelos seguintes integrantes: Moema Sá Pereira Salgado, Leonardo Fróes da Silva, Marcus Venício Toledo Ribeiro, André Dunham Maciel Siaines de Castro e Gustavo de Britto Freire Pacheco.

Seleção do Programa de Intercâmbio de Autores Brasileiros no Exterior:

Projetos selecionados

1. Instituição A Livraria, Autor André Sant'Anna, País Alemanha, Pontuação total 13, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.100,00.

2. Editora Biblos (Dédalo), Autora Regina Dalcastagnè, País Argentina, Pontuação total 12,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 600,00.

3. Editora Diente de León (Torre Gráfica), Autor Ronaldo Correia de Brito, País Colômbia, Pontuação total 16, Bolsa aprovada no valor de US$ 600,00.

4. Editora Tupi or not Tupi, Autora Manoela Sawitzki, País França, Pontuação total 10,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.000,00.

5. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autor André de Leones, País México, Pontuação total 15,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

6. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autor Carlito Azevedo, País México, Pontuação total 16, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

7. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autora Cláudia Lage, País México, Pontuação total 14,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

8. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autor Flávio Carneiro, País México, Pontuação total 16,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

9. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autor Joca Reiners Terron, País México, Pontuação total 17, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

10. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autora Noemi Jaffe, País México, Pontuação total 15, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

11. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autor Raphael Montes, País México, Pontuação total 15, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

12. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autor Rubens Figueiredo, País México, Pontuação total 16, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

13. Feria Internacional del Libro de Guadalajara - FIL, Autora Simone Campos, País México, Pontuação total 14,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

14. Editora Cal y Arena, Autor Ignácio de Loyola Brandão, País México, Pontuação total 15, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

15. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autor André Neves, País Portugal, Pontuação total 15, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.200,00.

16. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autora Ângela Lago, País Portugal, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.200,00.

17. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autora Ciça Fittipaldi, País Portugal, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.200,00.

18. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autor Nelson Motta, País Portugal, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.100,00.

19. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autor Reinaldo Moraes, País Portugal, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.100,00.

20. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autor Ricardo Azevedo, País Portugal, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.200,00.

21. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autor Roger Mello, País Portugal, Pontuação total 15, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.200,00.

22. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autor Ruy Castro, País Portugal, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.200,00.

23. Município de Óbidos - Festival Literário Internacional de Óbidos - FOLIO, Autor Sidarta Ribeiro, País Portugal, Pontuação total 14, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.100,00.

24. Instituição University College London - UCL, Autor Ricardo Lísias, País Reino Unido, Pontuação total 13,5, Bolsa aprovada no valor de US$ 900,00.

25. Editora Timpul, Autor Vladimir Queiroz, País Romênia, Pontuação total 10, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.200,00.

Projetos classificados

1. Editora Almadía, Autor Joca Reiners Terron, País México, Pontuação total 9, Bolsa aprovada no valor de US$ 921,00

2. Feira Internacional de Libro de Guadalajara - FIL, Autor André Sant'Anna, País México, Pontuação total 8, Bolsa aprovada no valor de US$ 1.400,00.

2. A presente Decisão entra em vigor na data de sua assinatura.

RENATO LESSA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

PORTARIA Nº 375, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando o disposto na Portaria nº. 92, de 05 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º - Convocar, em decorrência de rescisão contratual, os aprovados e classificados no Processo Seletivo Simplificado, do qual trata o Edital nº. 1 de 2013, publicado no DOU de 22 de outubro de 2013, com o resultado final homologado pelo Edital nº 7, publicado no DOU de 27 de março de 2014, constantes no Anexo II, para contração após confirmação de recebimento da correspondência de que trata o Item 13.1 do Edital nº 1/2013.

Art. 2º - Os candidatos terão o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realização de procedimentos pré-admissionais e exames médicos complementares, contados a partir do prazo de que trata o Item 13.1 do Edital nº 1/2013.

Art. 3º - A relação dos exames médicos, documentos, formulários a serem preenchidos e endereços das unidades organizacionais do IPHAN, para entrega da documentação para fins de contratação, estão disponíveis no sitio: http://www.iphan.gov.br.

Art. 4º - A documentação necessária para contratação deverá ser entregue na Sede das Superintendências Estaduais do IPHAN, localizadas nas capitais das Unidades da Federação em que foram aprovados ou na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Sede Nacional.

Art. 5º - Eventuais dúvidas serão esclarecidas pelos endereços eletrônicos: cogep@iphan.gov.br e coap@iphan.gov.br.

Art. 6º - Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

JUREMA MACHADO

ANEXO I

UF	Cidade da Vaga	Classificação	Nome	CPF
Código/Área de Atuação - 10 3 - ARQUITETURA OU ENGENHARIA				
CE	FORTALEZA	6º	FRANCISCO EDSON MELO DA SILVA	69566496320
RJ	RIO DE JANEIRO	4º	ELIANE CASTELLO BRANCO COSTA	52825922749

PORTARIA Nº 376, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A PRESIDENTA DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 21, Inciso V, anexo I, do Decreto nº 6.844, de 07 de maio de 2009, considerando o disposto na Portaria nº. 92, de 05 de julho de 2012, publicada no DOU de 09 de julho de 2012, resolve:

Art. 1º - Tornar público a recusa à contratação nos termos do Edital nº 1 de 2015, publicado no DOU de 16 de janeiro de 2015, referente à classificação unificada, por área de atuação, constantes no Anexo I desta portaria, do candidato aprovado e classificado no Processo Seletivo Simplificado, do qual trata o Edital nº. 1 de 2013, publicado no DOU de 22 de outubro de 2013, com o resultado final homologado pelo Edital nº 7, publicado no DOU de 27 de março de 2014.

Art. 2º - Convocar para contratação o aprovado e classificado, na forma do Anexo II desta portaria, no Processo Seletivo Simplificado, do qual trata o Edital nº. 1 de 2013, publicado no DOU de 22 de outubro de 2013, com o resultado final homologado pelo Edital nº 7, publicado no DOU de 27 de março de 2014, nos termos do Edital nº 1 de 2015, publicado no DOU de 16 de janeiro de 2015, referente a classificação unificada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 3º - O candidato terá o prazo máximo de 30 (trinta) dias para realização de procedimentos pré-admissionais e exames médicos complementares, contados a partir do prazo de que trata o Item 13.1 do Edital nº 1 de 2013.

Art. 4º - A relação dos exames médicos, documentos, formulários a serem preenchidos e endereços das unidades organizacionais do IPHAN, para entrega da documentação para fins de contratação, estão disponíveis no sitio: http://www.iphan.gov.br.

Art. 5º - A documentação necessária para contratação deverá ser entregue na Sede das Superintendências Estaduais do IPHAN, localizadas nas capitais das Unidades da Federação, ou na Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - Sede Nacional.

JUREMA MACHADO

ANEXO I

UF	Cidade da Vaga Original	Classificação Unificada por área de atuação	Nome	CPF	Motivo
Código/Área de Atuação - 101 / LOGÍSTICA, CONVÊNIOS E CONTRATOS					
MA	SÃO LUÍS	15º	RENATA LIMA CASTRO	66328322372	Declaração de Recusa

ANEXO II

UF	Cidade	Classificação Unificada por área de atuação	Nome	CPF
Código/Área de Atuação - 101/LOGÍSTICA, CONVÊNIOS E CONTRATOS				
RS	PORTO ALEGRE	16º	ALINE QUIROGA NEVES	00671997041

DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 49, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A DIRETORA DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 308, de 11/05/2012, e de acordo com o disposto no inciso VIII, art. 17, Anexo I, do Decreto n.º 6.844, de 07/05/2009, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I -Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II -Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

III -As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental, exceto as autorizações referentes ao Nível II, que correspondem à anuência do Iphan à Licença de Instalação dos empreendimentos;

IV- As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos projetos e programas autorizados na presente portaria, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do empreendimento.

V-Determinar às Superintendências do IPHAN das áreas de abrangência dos projetos, o acompanhamento e a fiscalização da execução dos trabalhos, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VI-Condicionar a eficácia das presentes permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria, contendo todas as informações previstas nos artigos 11 e 12 da Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/88.

VII-Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROSANA PINHEL MENDES NAJJAR

ANEXO I

01-Processo n.º 01424.000174/2014-68

Projeto: Resgate dos sítios arqueológicos localizados na LT 230 kV SE UHE Cachoeira Caldeirão SE UHE Ferreira Gomes

Arqueólogo Coordenador: Kleber de Oliveira Souza

Apoio Institucional: Núcleo de Pesquisa Arqueológica do Instituto de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Estado do Amapá

Área de Abrangência: Município de Ferreira Gomes, Estado do Amapá

Prazo de validade: 06 (seis) meses

02-Processo n° 01506.004707/2015-51

Projeto: Diagnóstico Interventivo e Prospecções na área de influência direta da LT da UTE Santa Cândida II

Arqueólogo Coordenador: José Luiz de Morais

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura do Município de Iepê

Área de Abrangência: Municípios de Bocaina, Gavião Peixoto e Boa Esperança do Sul, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

03-Processo n° 01506.004255/2015-16

Projeto: Resgate Arqueológico e Educação Patrimonial na área do projeto Aeródromo Terra Branca

Arqueólogo Coordenador: Nair Harumi Tanabe Tomiyama e Vivian Cristiane Fernandes Yamashita

Apoio Institucional: Núcleo de Arqueologia da Universidade Brás Cubas - NABC/UBC

Área de Abrangência: Município de Mogi das Cruzes, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 09 (nove) meses

04-Processo n.º 01516.001492/2015-06

Projeto: Resgate e Monitoramento Arqueológico da Obra de Restauração do Cineteatro São Joaquim

Arqueólogas Coordenadoras: Cristiane Loriza Dantas e Fernanda Fonseca Cruvinel de Oliveira

Apoio Institucional: Superintendência do IPHAN em Goiás

Área de Abrangência: Município de Goiás, Estado de Goiás

Prazo de validade: 12 (doze) meses

05-Processo n.º 01500.000966/2014-82

Projeto: Diagnóstico, Prospecções e Educação Patrimonial para ampliação do Tecar, no Porto de Itaguaí

Arqueólogo Coordenador: Nanci Vieira de Oliveira

Apoio Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Laboratório de Antropologia Biológica

Área de Abrangência: Município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

06-Processo n.º 01500.004675/2014-63

Projeto: Monitoramento visando a liberação da área para construção de emissário de efluentes domésticos

Arqueólogo Coordenador: Dorita Maria da Conceição Rodrigues do Amaral

Apoio Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Laboratório de Antropologia Biológica

Área de Abrangência: Município de Maricá, Estado do Rio de Janeiro

Prazo de Validade: 02 (dois) meses

07-Processo nº. 01496.000756/2015-81

Projeto: Diagnóstico e Prospecção Arqueológica na área de instalação da Rede de Distribuição 38,5 kV- SE Pitombeira e LT 138 kV SE Pitombeira - SE ICG Aracati III

Arqueólogo Coordenador: Lívia de Oliveira e Lucas

Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - INSTITUTO TEMBETÁ

Área de Abrangência: Municípios de Aracati e Fortim, Estado de Ceará

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

08-Processo n° 01506.003938/2015-48

Projeto: Monitoramento, Salvamento Arqueológico e Educação Patrimonial para o projeto PDD-OSSP P 12' e A 14', a Estação de Bombeamento de São Bernardo de Campo- ESBC e a LT da ESBC

Arqueólogo Coordenador: Onésimo Jerônimo Santos

Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar

Área de Abrangência: Município de São Paulo, Mauá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santo André e São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

09-Processo n° 01506.003704/2015-09

Projeto: Diagnóstico Arqueológico Prospectivo e Programa de Educação Patrimonial para implantação e ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário

Arqueólogo Coordenador: Neide Barrocá Faccio

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Iepê - Prefeitura do Município de Iepê

Área de Abrangência: Município de Iguape, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 08 (oito) meses

10-Processo n.º 01500.005272/2014-31

Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico (etapas Diagnóstico, Prospecção e Monitoramento) do terreno da Rua da Cidade de Lima n.º 340

Arqueólogo Coordenador: Erika Marion Robrahn-González

Apoio Institucional: Universidade do Estado do Rio de Janeiro - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - Laboratório de Antropologia Biológica

Área de Abrangência: Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

11-Processo n.º 01510.002159/2015-66

Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo para a Implantação do Loteamento Valéria Tiscoski Kulkamp

Arqueólogo Coordenador: Juliano Bitencourt Campos

Apoio Institucional: Universidade do Extremo Sul Catarinense, Unesc, Instituto de Pesquisas Ambientais e Tecnológicas - Universidade do Extremo Sul Catarinense - IPAT/UNESC

Área de Abrangência: Município de Forquilhinha, Estado da Santa Catarina

Prazo de validade: 06 (seis) meses

12-Processo n° 01506.004222/2015-68

Projeto: Prospecção Arqueológica Intensiva e Educação Patrimonial - Via Cambuí

Arqueólogo Coordenador: Raimundo Ney da Cruz Gomes

Apoio Institucional: Fundação Museu de História, Pesquisa e Arqueologia do Mar

Área de Abrangência: Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

13-Processo n.º 01401.000030/2015-51

Projeto: Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial da PCH Verde 4

Arqueólogo Coordenador: Gilson Rodolfo Martins

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MuArq/UFMS

Área de Abrangência: Município de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, Estado de Mato Grosso do Sul

Prazo de validade: 03 (três) meses

14-Processo n.º 01401.000045/2015-19

Projeto: Pesquisa Arqueológica/Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área de revitalização da Orla Fluvial

Arqueólogo Coordenador: Gilson Rodolfo Martins

Apoio Institucional: Museu de Arqueologia - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - MuArq/UFMS

Área de Abrangência: Município de Corumbá, Estado de Mato Grosso do Sul

Prazo de validade: 03 (três) meses

15-Processo n.º 01506.003684/2015-68

Projeto: Diagnóstico Arqueológico Interventivo Loteamento Jardim Cidade Universitária II

Arqueólogos Coordenadores: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani e Job Lôbo

Apoio Institucional: Prefeitura Municipal de Jahu - Museu Municipal de Jahu

Área de Abrangência: Município de Limeira, Estado de São Paulo

Prazo de validade: 03 (três) meses

16-Processo n.º 01506.004524/2013-74

Projeto: Prospecção Arqueológica, Monitoramento e Educação Patrimonial da Linha de Transmissão 500 kV Araraquara II - Taubaté, SP (Complementação)

Arqueólogo Coordenador: Carla Verônica Pequini

Apoio Institucional: Centro Regional de Pesquisas Arqueológicas - Núcleo de Pesquisa e Estudo em Chondrichthyes - NUPEC/CERPA

Área de Abrangência: Municípios de Araraquara, Boa Esperança do Sul, Ibaté, Ribeirão Bonito, São Carlos, Itirapina, Analândia, Corumbataí, Rio Claro, Araras, Cordeirópolis, Limeira, Cosmópolis, Paulínia, Artur Nogueira, Holambra, Jaguariúna, Campinas, Pedreira, Amparo, Morungaba, Bragança Paulista, Atibaia, Piracaia, Igaratá, São José dos Campos, Caçapava e Taubaté, Estado de São Paulo.

Prazo de Validade: 12 (doze) meses

17- Processo n.º 01502.002394/2014-56

Projeto: Diagnóstico Arqueológica Interventivo e Prospecção Intensiva - Usinas Termoelétricas Camaçari Muricy II e Pecém II

Arqueólogo Coordenador: Renata Rauber

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Paleontologia da Universidade do Estado da Bahia, Campus VII, Senhor do Bonfim

Área de Abrangência: município de Dias D'Ávila, Estado da Bahia

Prazo de validade: 06 (seis) meses

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO II

01-Processo n.º 01516.001997/2013-09

Projeto: Programa de Gestão Arqueológica da área de atuação da ORINOCO GOLD Mineração (Levantamento, Resgate, Monitoramento Arqueológico e Educação Patrimonial)

Arqueólogo Coordenador: Gislaine Valério de Lima Tedesco

Apoio Institucional: Universidade Estadual de Goiás - Núcleo de Arqueologia

Área de Abrangência: Município de Faina, Estado de Goiás

Prazo de validade: 12 (doze) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria n.º 48/2015, Seção 1, Anexo III, Autorização n.º 02, de 24/08/2015, onde se lê: "Estado do Maranhão", leia-se: "Estado da Paraíba"

Na Portaria n.º 48/2015, Seção 1, Anexo III, Autorização n.º 03, de 24/08/2015, onde se lê: "Estado do Maranhão", leia-se: "Estado do Rio Grande do Sul"

Na Portaria n.º 48/2015, Seção 1, Anexo III, Autorização n.º 04, de 24/08/2015, onde se lê: "Estado do Maranhão", leia-se: "Estado do Rio Grande do Sul."

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 506, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

153155 - Festa a Fantasia Apresentações Culturais 2015

FABIO ANDRE BROCKER - ME

CNPJ/CPF: 13.299.088/0001-36

Processo: 01400029301201560

Cidade: Porto Alegre - RS;

Valor Aprovado: R$ 150.600,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 13/10/2015

Resumo do Projeto: Realizar duas apresentações de artes circences paralelas a "Festa a fantasia" de Lajeado- RS no dia 12 de setembro de 2015.

152196 - Festival Myrna Baroni

Liceu de Artes e Ofícios Cordélia Barreto

CNPJ/CPF: 08.603.521/0001-45

Processo: 01400016262201531

Cidade: Araxá - MG;

Valor Aprovado: R$ 589.930,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto consiste em promover um festival, onde será realizado o encontro de artistas que compõe o cenário da música de Câmara, da dança, da poesia e do Teatro, promovendo o resgate da cultura tradicional evidenciado por cada uma dessas artes. A cidade de Araxá, será palco das apresentações, que estão previstas para acontecer durante 8 finais de semana com o objetivo de resgatar a cultura tradicional.

153063 - Jornada Cultural de São Gotardo

João Batista dos Santos

CNPJ/CPF: 563.938.656-87

Processo: 01400029096201532

Cidade: Araxá - MG;

Valor Aprovado: R$ 124.700,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realizar de 27 a 29 de novembro de 2015 a Jornada Cultural de São Gotardo - 100 anos de história, comemorando centenário da cidade, com oficinas de artesanato, contação de história, desenho e pintura e vídeo; e, apresentações de teatro, dança, circo, folia de reis, congada, orquestra de viola caipira. As oficinas e seus desdobramentos acontecerão no espaço de uma tenda. As apresentações serão realizadas num palco grande, também montado ao ar livre.

153271 - Ubu Rei

Pequena Central de Produções Artísticas Ltda

CNPJ/CPF: 31.606.247/0002-60

Processo: 01400029641201591

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 3.782.250,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Texto de Alfred Jarry que marca o início do Teatro de vanguarda, "Ubu Rei" é um espetáculo contagiante e extremamente popular. Com inteligência, o texto satiriza o poder e a política sem abrir mão da comicidade. Protagonizado por Marco Nanini em parceria com o diretor Daniel Herz e a Cia Atores de Laura, a proposta é a montagem de uma comédia popular e de alta categoria artística, que prevê um público abrangente, sem distinção entre classes e idades. Realizaremos montagem e temporada de 16 semanas do espetáculo na cidade do Rio de Janeiro e posterior realização de temporada de 12 semanas em São Paulo. A adaptação é de Leandro Soares, produção de Fernando Libonati, cenários de Bia Junqueira e iluminação de Beto Bruel. Serão realizadas 84 apresentações no total (48 RJ+ 36SP)

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

152519 - O Melhor da Música Clássica para Jovens de Todas as Idades

PAUTA MUSICAL PRODUCOES LTDA - ME

CNPJ/CPF: 03.750.588/0001-99

Processo: 01400028449201587

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 1.627.940,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: A grande repercussão da peça Pedro e o Lobo denota um público composto por pais e crianças ávidas por música de boa qualidade. O repertório dedicado a esse público é vasto. E em 2015 propomos a realização de concertos dedicados à estas platéias. Os concertos contarão com a participação especial de ilustres convidados, que graças a possuírem repertórios específicos para crianças, serão um grande atrativo.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

152408 - Raízes indígena-afro

DENIS SENA ROCHA

CNPJ/CPF: 13.772.572/0001-30

Processo: 01400028213201541

Cidade: Salvador - BA;

Valor Aprovado: R$ 56.185,60

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Neste projeto, Denissena trabalhará com elementos simbólicos do universo indígena-afro através da técnica spray sobre tela. Motivado pela vontade de afirmar suas raízes culturais e ressaltar o legado das matrizes indígena e africana, o artista propõe a criação de uma série de 20 telas (1,00 X 1,40 m) cujo estilo e temática dialoguem com os campos de signos de nossos ancestrais. A exposição ocupará o 1º andar do Centro Cultural Correios de Salvador. O projeto também inclui a realização de 8 visitas monitoradas e de 2 workshops de arte graffiti ministrados por Denissena,ambas as ações serão voltadas p/ estudantes de escolas públicas de Salvador. A curadoria será realizada pela artista plástica Andrea May.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

145260 - XX Festival de Bumba-meu-boi de Zabumba

Clube cultural de boi de zabumba e tambor de crioula do Maranhão

CNPJ/CPF: 05.162.047/0001-75

Processo: 01400015097201419

Cidade: São Luís - MA;

Valor Aprovado: R$ 233.350,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Festival de Bumba-meu-boi de Zabumba acontece todos os anos desde 1995 e integra o calendário dos grandes eventos de Bumba-meu-boi realizados em São Luís do Maranhão. Promove a divulgação e valorização dos grupos desse sotaque e consolida um público específico dos bois de zabumba, que aguarda a realização do evento ano a ano. Ao articular diversidade e tradição, é ainda uma iniciativa que representa um esforço no sentido da salvaguarda do Bumba-meu-boi, registrado como Patrimônio Cultural Imaterial do Brasil. O festival surgiu e continua sendo realizado a partir da iniciativa dos próprios grupos, ao reconhecerem a necessidade de sua autoafirmação como representantes de uma forma de expressão tradicional do Bumba-meu-boi maranhense, em que a presença negra é significativa. A cada ano, é realizada uma apresentação.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

152327 - Água Doce

ASX PRODUCOES ARTISTICAS LTDA-ME

CNPJ/CPF: 13.420.359/0001-60

Processo: 01400016454201547

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 264.643,50

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Edição de um livro de arte com um panorama das águas brasileiras, oferecendo ao leitor fotos e textos autorais capazes de despertar um olhar contemporâneo sobre o tema. O livro terá 204 páginas e será bilíngue (português/inglês).

152223 - Epona (título provisório)

PAULO EDUARDO JUNQUEIRA DE ARANTES

CNPJ/CPF: 659.723.848-68

Processo: 01400016299201569

Cidade: Curitiba - PR;

Valor Aprovado: R$ 273.383,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto prevê o desenvolvimento de uma publicação de artes visuais apresentando o trabalho das fotógrafas Paula da Silva e Elayne Massaini. O livro, em formato fine arts, integra fotografia e literatura para retratar o pouco do universo da mulher brasileira ? com recorte na sua relação com a natureza e os animais.

152373 - Memórias do Varejo no Brasil - Uma abordagem cultural através do tempo

DBA Dórea Books and Art Artes Gráficas Ltda.

CNPJ/CPF: 38.815.841/0001-20

Processo: 01400028167201580

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 252.076,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto "Memórias do Varejo no Brasil - Uma abordagem cultural através do tempo" prevê a realização de uma obra editorial que tem por objetivo a edição de um livro de arte que abordará a evolução do comércio varejista em nosso país, desde a chegada da Corte Portuguesa ao Brasil até os dias atuais. Serão apresentadas as principais particularidades de cada período histórico, reunindo textos de autoria do escritor Ignácio de Loyola Brandão. Serão produzidos 3 mil exemplares.

153267 - MONUMENTOS DE PORTUGAL - CRISTIANO MASCARO

Editora M.A.S. Ltda.

CNPJ/CPF: 67.404.673/0001-88

Processo: 01400029637201522

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 346.390,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Editar e publicar um livro de arte, com fotografias de Cristiano Mascaro, a respeito dos monumentos de Portugal. A edição pretende apresentar o olhar de um grande fotógrafo brasileiro a respeito de um país que parte representante de nossas raízes. A edição será bilíngue.

151134 - O Caçador de Emoções

Editora da Montanha Ltda.

CNPJ/CPF: 38.988.598/0001-41

Processo: 01400014806201520

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 346.329,50

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto REGINALDO MANENTE ? O CAÇADOR DE EMOÇÕES visa a edição de um livro de fotografia, resgatando a obra do fotógrafo Reginaldo Manente, um dos maiores fotojornalistas brasileiros, vencedor de vários Prêmios Esso na categoria Fotojornalismo.

152599 - O Vaqueiro Brasileiro

CHRISTIAN W.V.O GAUL FOTOGRAFIA E CINEMA

CNPJ/CPF: 03.440.159/0001-15

Processo: 01400028569201584

Cidade: Teresópolis - RJ;

Valor Aprovado: R$ 306.130,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Edição e impressão do livro de arte intitulado "VAQUEIRO BRASILEIRO", com registros fotográficos do artista Christian Gaul, com objetivo de retratar o persongagem vaqueiro com sua cultura e contextos, percorrendo as 05 (cinco) regiões do país.

152423 - Paraná, Terra de Todos os Povos

AINTERPAR - Associação Inter-étnica do Paraná

CNPJ/CPF: 77.041.986/0001-72

Processo: 01400028254201537

Cidade: Curitiba - PR;

Valor Aprovado: R$ 342.628,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Ricamente ilustrado e com textos informativos, o livro Paraná - Terra de Todos os Povos contribuirá para o conhecimento, valorização e preservação do rico patrimônio imaterial paranaense. A publicação irá registrar a cultura das várias etnias que chegaram ao Paraná a partir do Segundo Império, graças a uma política oficial de colonização e de desenvolvimento.

151280 - Porto Aberto Para Todos

INSTITUTO ENSAIO ABERTO

CNPJ/CPF: 10.289.112/0001-68

Processo: 01400015072201504

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 509.586,00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Implantar, no Armazém da Utopia, na Região Portuária do Rio de Janeiro, uma mostra artística com espetáculos de teatro, exposições, entre outros eventos complementares, que atenda o calendário cultural da cidade do Rio de Janeiro, valorizando as características da Região Portuária, seus costumes, suas tradições, seus moradores, fomentando parcerias locais e democratizando o acesso à cultura.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)

152045 - Janela da Música

Gaclo Producoes LTDA - EPP

CNPJ/CPF: 21.195.971/0001-04

Processo: 01400016041201562

Cidade: Salvador - BA;

Valor Aprovado: 952757.00

Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Janela da Música trará a Salvador grandes nomes da Música Popular Brasileira para dividir palco com artistas locais, criando um novo circuito de MPB em diálogo com a música baiana, através de seis edições com periodicidade bimestral.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 26 , § 1º)
151873 - A Estrela
Nitro Imagens LTDA
CNPJ/CPF: 07.308.879/0001-82
Processo: 01400015799201583
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Aprovado: 265500.00
Prazo de Captação: 31/08/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: A proposta consiste em um curso profissionalizante na área cultural a ser realizado dentro de unidades prisionais. Serão realizadas oficinas sobre linguagens e técnicas de comunicação profissional (vídeo, fotos e textos). Para materializar o conhecimento construído durante o curso, será criado veículo para divulgar os produtos culturais de autoria dos detentos, a saber uma revista sob o nome A Estrela - que também terá seu conteúdo disponibilizado na internet.

PORTARIA Nº 507, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
149747 - Doutores Cidadãos - Palhaços hospitalares promovendo humanização hospitalar
Organização para Produção e Democratização de Informação Canto Cidadão
CNPJ/CPF: 05.199.987/0001-39
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2015 à 31/12/2015

Ministério da Defesa

COMANDO DA MARINHA
TRIBUNAL MARÍTIMO
SISTEMA DE GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE PROCESSOS JURÍDICOS

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (JUIZ)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 67, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria Especial da Marinha, com pedido de representação, conforme despacho do Juiz-Relator pela publicação de Notas para Arquivamento:
N° do Processo: 29027/2014
Acidente / Fato:
ENCALHE
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PIONEIRA / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: BALSA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO SÃO FRANCSICO / BURITIZEIRO-MG
Data do Acidente: 02/04/2014
Hora: 06:30
Data Distribuição: 15/08/2014
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: Dr(a) DANIELLA SCHUMACKER GASCO SANTOS

Em 27 de agosto de 2015.

NOTAS PARA ARQUIVAMENTO (PEM)

Acha(m)-se em Secretaria, aguardando representação de possíveis interessados, com o prazo de dois (2) meses, de conformidade com o art. 68, do Regimento Interno Processual, o(s) processo(s) abaixo, recebido(s) da Procuradoria Especial da Marinha, com pedido de Arquivamento:
N° do Processo: 29377/2015
Acidente / Fato:
QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: MSC DIVINA / TRAPICHE
Tipo:
Bandeira: Estrangeira
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO CABO DE CALCANHAR / RN
Data do Acidente: 18/06/2014
Hora: 16:57
Data Distribuição: 03/02/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: Dr(a) JULIANA MOURA MACIEL BRAGA
N° do Processo: 29543/2015
Acidente / Fato:
VARAÇÃO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: PINHEIRO / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: ROLL-ON - ROLL-OFF
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: PRAIA DA MARINA DE ARATU / BAÍA DE TODOS OS SANTOS
Data do Acidente: 09/04/2013
Hora: 14:00
Data Distribuição: 07/04/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
PEM: Dr(a) CARLA ANDRADE DE MELO
N° do Processo: 29586/2015
Acidente / Fato:
NAUFRÁGIO
Objeto(s) Acidentado(s):
Nome: DONA MARIA I / EMBARCAÇÃO DE INTERIOR E TRAVESSIA
Tipo: PASSAGEIRO E CARGA
Bandeira: Nacional
Local do Acidente: RIO NEGRO / MANAUS-AM
Data do Acidente: 19/11/2013
Hora: 14:00
Data Distribuição: 14/04/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
PEM: Dr(a) DANIELLA SCHUMACKER GASCO SANTOS

Em 27 de agosto de 2015.

SECRETARIA-GERAL

ATA DE DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS DE 26/08/2015

Nº do Processo: 30011/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 1072/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 21/05/2014
Hora: 19:30
Local do Acidente: PRAIA DO FORTE - PONTA DA LAJINHA - CABO FRIO - RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PAPAGOLFE III "
" VADINHO "
Nº do Processo: 30012/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1077/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 21/08/2014
Hora: 05:00
Local do Acidente: PRAIA DA BANDEIRA - ILHA DO GOVERNADOR - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PAU BRASIL "
Nº do Processo: 30013/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1078/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 11/03/2015
Hora: 07:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PÍER DO IATE CLUBE JARDIM GUANABARA - ILHA DO GOVERNADOR - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" XAO "
Nº do Processo: 30014/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1079/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 16/09/2014
Hora: 16:00
Local do Acidente: ILHA DA CONCEIÇÃO - NITERÓI - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VALESCA "
Nº do Processo: 30015/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1157/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 13/09/2014
Hora: 08:20
Local do Acidente: BACIA DE SANTOS - RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" UP TOPÁZIO "
" CERRADO "
Nº do Processo: 30016/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0425/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 28/12/2014
Hora: 13:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: EXPLOSÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MR BLUE "
Nº do Processo: 30017/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0427/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 20/05/2015
Hora: 17:30
Local do Acidente: ILHA DO JORGE GREGO - ANGRA DOS REIS
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" AYUNE "
Nº do Processo: 30018/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0439/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 16/03/2015
Hora: 16:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DO MAMEDE - BAÍA DA RIBEIRA - ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30019/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0448/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 23/05/2015
Hora: 15:30

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA GROSSA - BAÍA DA ILHA GRANDE - ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" COMENDADOR I "
Nº do Processo: 30020/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0449/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 26/05/2015
Hora: 18:20
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO MARINA ITANEMA - BAÍA DA RIBEIRA - ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SETTE MARI "
Nº do Processo: 30021/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0178/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 11/03/2015
Hora: 08:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DA RESTINGA DA MARAMBAIA - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DONA LI III "
Nº do Processo: 30022/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0194/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 28/11/2014
Hora: 19:00
Local do Acidente: TERMINAL SEPETIBA TECON S/A - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DK INITIO "
Nº do Processo: 30023/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0195/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 26/02/2015
Hora: 20:30
Local do Acidente: ILHA CUTIATÁ-AÇU - MUNICÍPIO DE MANGARATIBA - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PRIMAS "
Nº do Processo: 30024/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0198/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 24/01/2015
Hora: 11:00
Local do Acidente: BAÍA DE SEPETIBA - ILHA DA CARAPUÇA - MANGARATIBA - RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" FERRARI "
Nº do Processo: 30025/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0186/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 30/07/2014
Hora: 11:25
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NAMORADO 1 "
Nº do Processo: 30026/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0193/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 08/02/2015
Hora: 10:20
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS - CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PETROBRAS 52 "
Nº do Processo: 30027/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0210/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 13/08/2014
Hora: 03:45
Local do Acidente: BACIA DE SANTOS - RIO DE JANEIRO - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CAROLINA "
Nº do Processo: 30028/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0533/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 07/12/2014
Hora: 15:45
Local do Acidente: PÍER Nº 2 DO TERMINAL DE TUBARÃO - VITÓRIA - ES
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BERGE BUREYA "
Nº do Processo: 30029/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0540/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 01/01/2015
Hora: 00:00
Local do Acidente: CAIS DA PRAINHA - VILA VELHA - ES
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MONTE SANTO III "
Nº do Processo: 30030/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0570/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 16/01/2015
Hora: 08:40
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE DOUALA-CAMARÕES X PORTO DE PRAIA MOLE - ESPÍRITO SANTO - ES
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ARMATA "
Nº do Processo: 30031/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0450/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE (C P S E)
Data do Acidente: 30/04/2014
Hora: 07:30
Local do Acidente: FUNDEADOURO MUNICÍPIO DE - BARRA DOS COQUEIROS - SE
Acidente / Fato: DEFICIÊNCIA NA AMARRAÇÃO OU FUNDEIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VEGA CRUSADER "
Nº do Processo: 30032/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0447/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 17/11/2014
Hora: 07:00
Local do Acidente: FUNDEADOURO INTERIOR DA BAÍA DE TODOS OS SANTOS - SALVADOR - BA
Acidente / Fato: RUPTURA DE CABOS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SOLIS LUNA "
Nº do Processo: 30033/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0492/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 12/02/2011
Hora: 11:00
Local do Acidente: RIO JEQUIRIÇÁ - CAIRU - BA
Acidente / Fato: ACIDENTE COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NÊGA "
Nº do Processo: 30034/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0515/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 01/01/2015
Hora: 10:20
Local do Acidente: BAÍA DE TODOS OS SANTOS - SALVADOR - BA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LARA BEATRIZ "
" TIMONEIRO "
Nº do Processo: 30035/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0516/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 17/02/2015
Hora: 12:00
Local do Acidente: BAÍA DE TODOS OS SANTOS - VERA CRUZ - BA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LUNA I "
Nº do Processo: 30036/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0442/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 22/08/2014
Hora: 20:00
Local do Acidente: PRAIA DO PONTAL DE MACEIÓ - FORTIM - CE
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CARTA BRANCA "
Nº do Processo: 30037/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 012-283/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 15/12/2014
Hora: 04:00
Local do Acidente: RIO MOSSORÓ - AREIA BRANCA - RN
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO A INCOLUMIDADE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LUZ DIVINA "
Nº do Processo: 30038/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0336/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA PARAIBA (C P P B)
Data do Acidente: 11/01/2015
Hora: 14:30
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DA CIDADE DE ITAPISSUMA - PE
Acidente / Fato: EXCESSO DE PASSAGEIRO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" C-IGOR I "
Nº do Processo: 30039/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-210/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (C P P E)
Data do Acidente: 27/04/2015
Hora: 13:00
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE VALENÇA-ESPANHA X PORTO DE SUAPE - PE
Acidente / Fato: TRANSPORTE DE TÓXICOS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MSC CORUNA "
Nº do Processo: 30040/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 20-211/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE PERNAMBUCO (C P P E)
Data do Acidente: 23/05/2015
Hora: 20:30
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE VERA CRUZ - MEXICO X MONTEVIDEO - URUGUAI
Acidente / Fato: ACIDENTE COM PESSOA EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" WUHU "
Nº do Processo: 30041/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0434/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS (C P A L)
Data do Acidente: 25/01/2015
Hora: 16:24
Local do Acidente: RIO SÃO FRANCISCO - PÃO DE AÇÚCAR - AL
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LUSITANIA "
Nº do Processo: 30042/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 201-174/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 06/11/2014
Hora: 09:30
Local do Acidente: RIO GUAMÁ - BELÉM - PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30043/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 201-181/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 13/01/2015
Hora: 00:30
Local do Acidente: RIO PARÁ - ILHA DO CAPIM - PA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" AYRTON "
Nº do Processo: 30044/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 201-182/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 11/03/2015
Hora: 12:20
Local do Acidente: RIO IGARAPÉ-MIRI - MUNICÍPIO IGARAPÉ-MIRI - PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DIEGO CALIL "
" GONÇALVES I "
Nº do Processo: 30045/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 201-183/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 23/04/2015
Hora: 15:00
Local do Acidente: RIO LARANJEIRAS - PONTA DE PEDRAS - ILHA DE MARAJÓ - PA
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30046/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0393/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 09/04/2015
Hora: 06:00
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE DOUALA - CAMARÕES X SÃO LUIS - MA
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SPARROW "
Nº do Processo: 30047/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0394/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 11/09/2014
Hora: 20:30
Local do Acidente: PORTO DO ITAQUI - SÃO LUIS - MA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" YUAN ZHI HAI "
Nº do Processo: 30048/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0501/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 02/11/2014
Hora: 19:05
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE SALVADOR - BA
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VOULA SEAS "
Nº do Processo: 30049/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0287/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE GUAÍRA (DEL GUAÍRA)
Data do Acidente: 15/03/2015
Hora: 07:00
Local do Acidente: RIO PARANÁ - PORTO CAMARGO - ICARAÍMA - PR
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NEGO LISO "
Nº do Processo: 30050/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0309/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 04/03/2015
Hora: 10:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DOS MOLEQUES DO SUL - FLORIANÓPOLIS - SC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" RESSACA II "
Nº do Processo: 30051/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0550/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAÍ)
Data do Acidente: 29/09/2014
Hora: 11:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DE ITAPEMA - SC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" EDLAMAR "
Nº do Processo: 30052/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0552/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAÍ)
Data do Acidente: 13/09/2014
Hora: 18:13
Local do Acidente: ESTALEIRO DO CHICO - NAVEGANTES - SC
Acidente / Fato: SEM CÓDIGO DE NATUREZA DO ACIDENTE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DOM MANUEL PACHECO I "
Nº do Processo: 30053/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-81/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 24/03/2015
Hora: 09:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - RS
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO, A INCOLUMIDADE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" POLACO "
Nº do Processo: 30054/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-85/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 21/01/2015
Hora: 06:00
Local do Acidente: CANAL DE ACESSO AO PORTO - LAGUNA - SC
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LAGUNA V "
" CAMARÃO II "
" CAMARÃO "
" VILLA LOBOS "
Nº do Processo: 30055/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 20-242/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 22/11/2014
Hora: 07:30
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DA BARRA DE RIO GRANDE - RS
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VÓ FELIPE "
Nº do Processo: 30056/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-243/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 07/12/2014
Hora: 14:00
Local do Acidente: LAGOA DE ITAPEVA - TERRA DE AREIA - RS
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" FAP "
Nº do Processo: 30057/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-272/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 21/01/2015
Hora: 08:30
Local do Acidente: EM VIAGEM COM DESTINO AO PORTO DE RIO GRANDE - RS
Acidente / Fato: MORTE DE PESSOA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VALENCE "
Nº do Processo: 30058/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0862/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA)
Data do Acidente: 14/09/2014
Hora: 16:00
Local do Acidente: RIO GUAÍBA - ILHA DO PRESÍDIO - PORTO ALEGRE - RS
Acidente / Fato: AVARIAS NO CASCO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" RIO DA MADRE "
Nº do Processo: 30059/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0654/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA)
Data do Acidente: 14/03/2015
Hora: 16:55
Local do Acidente: RIO JACUÍ - PORTO ALEGRE - RS
Acidente / Fato: EXPOR A RISCO A INCOLUMIDADE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" REB LAÇADOR "
Nº do Processo: 30060/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0721/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE PORTO ALEGRE (CFPA)
Data do Acidente: 01/03/2015
Hora: 11:00
Local do Acidente: RIO JACUÍ - MUNICÍPIO DE TRIUNFO - RS
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LIMA "
" JANGA CLARINDO "
Nº do Processo: 30061/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0260/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE URUGUAIANA (DEL URUGUAIANA)
Data do Acidente: 29/01/2015
Hora: 09:30
Local do Acidente: RIO URUGUAI - ITAPIRANGA - SC
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ITAPIRANGA "
Nº do Processo: 30062/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0195/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO PANTANAL (C F P N)
Data do Acidente: 24/10/2014
Hora: 20:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DO JULIÃO - CÁCERES - MT
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" EXTRA "
Nº do Processo: 30063/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0305/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE CUIABÁ (DEL CUIABÁ)
Data do Acidente: 15/02/2015
Hora: 18:00
Local do Acidente: RIO TELES PIRES - PARANAÍTA - MT
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MANTEGA XX "
Nº do Processo: 30064/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0336/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE CUIABÁ (DEL CUIABÁ)
Data do Acidente: 20/11/2014
Hora: 15:00
Local do Acidente: LAGO DA REPRESA DO MANSO - CHAPADA DOS GUIMARÃES - MT
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" WHITENESS "
Nº do Processo: 30065/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0167/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE BRASÍLIA (CFB)
Data do Acidente: 29/03/2015
Hora: 11:30
Local do Acidente: LAGO PARANOÁ - BRASÍLIA - DF

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PIMPOLHA "
Nº do Processo: 30066/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 1409/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 02/06/2014
Hora: 14:30
Local do Acidente: CANAL DO PORTO DE SANTOS - SP
Acidente / Fato: AVARIA NAS MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PANGAEA "
Nº do Processo: 30067/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1446/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 25/01/2015
Hora: 15:00
Local do Acidente: ILHA DAS CABRAS - GUARUJÁ - SP
Acidente / Fato: ÁGUA ABERTA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" JB I "
Nº do Processo: 30068/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 1447/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 07/11/2014
Hora: 08:15
Local do Acidente: ESTALEIRO DA EMPRESA WILSON SONS - GUARUJÁ - SP
Acidente / Fato: EXPLOSÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" FUGRO AQUARIUS "
Nº do Processo: 30069/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 1514/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 03/04/2015
Hora: 14:20
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS BERTIOGA - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LEÃO DA TRIBO DE JUDÁ "
Nº do Processo: 30070/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0356/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 11/01/2015
Hora:
Local do Acidente: ILHA DO TAMANDUÁ - CARAGUATATUBA - SP
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ARIADNE "
Nº do Processo: 30071/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0383/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 28/03/2014
Hora: 04:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DA VITÓRIA - UBATUBA - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" FLY N CAT "
Nº do Processo: 30072/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0366/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITACIO)
Data do Acidente: 02/01/2015
Hora: 18:30
Local do Acidente: RIO PARANÁ - CIDADE DE PRESIDENTE EPITÁCIO - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CF CARDOSO "
Nº do Processo: 30073/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0401/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITACIO)
Data do Acidente: 13/05/2015
Hora: 23:00
Local do Acidente: RIO PARANAPANEMA - CIDADE DE TEODORO SAMPAIO - SP
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOAS NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30074/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0402/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITACIO)
Data do Acidente: 20/04/2015
Hora: 06:00
Local do Acidente: RIO PARANÁ - MUNICÍPIO DE PAULICEIA - SP
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" TOTI II "
Nº do Processo: 30075/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0266/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE TABATINGA (C F T)
Data do Acidente: 07/04/2015
Hora: 10:00
Local do Acidente: RIO JAVARI - ATALAIA DO NORTE - AM
Acidente / Fato: EXPLOSÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30076/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-454/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 18/07/2014
Hora: 02:30
Local do Acidente: RIO TARUMÃ MIRIM - MANAUS - AM
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VICE PRESIDENTE JOSÉ ALENCAR "
Nº do Processo: 30077/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-0676/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 13/01/2015
Hora: 10:45
Local do Acidente: RIO AMAZONAS - PARINTINS - AM
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" AGAPE IV "
Nº do Processo: 30078/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-712/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 08/08/2014
Hora: 09:30
Local do Acidente: RIO SOLIMÕES - PROXIMIDADES DO PARANÁ DA TERRA NOVA - SÃO FRANCISCO - AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 30079/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-760/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 03/05/2014
Hora: 09:00
Local do Acidente: LAGO DO TARUMÃ - PROXIMIDADES DO FLUTUANTE DO SEM TERRA - TARUMÃ - MANAUS - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DONA MARIANA "
SEM NOME
Nº do Processo: 30080/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-762/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 23/12/2014
Hora: 23:30
Local do Acidente: RIO JURUÁ - CRUZEIRO DO SUL - AC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ANJO GABRIEL "
" GEPOM/CZS "
Nº do Processo: 30081/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0291/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PORTO VELHO (DEL P VELHO)
Data do Acidente: 22/08/2014
Hora: 01:00
Local do Acidente: RIO MADEIRA - PORTO VELHO - RO
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SEDA "
" JATUARANA I "
" JATUARANA II "
Nº do Processo: 30082/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0300/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PORTO VELHO (DEL P VELHO)
Data do Acidente: 27/06/2012
Hora: 20:30
Local do Acidente: RIO MADEIRA - PORTO VELHO - RO
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CONSAG VII "

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	13	13
MARCELO DAVID GONÇALVES	12	12
FERNANDO ALVES LADEIRAS	12	12
SERGIO BEZERRA DE MATOS	11	11
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	12	12
GERALDO DE ALMEIDA PADILHA	12	12
Total:	72	72

TERMO DE ENCERRAMENTO
CONTÉM A PRESENTE ATA 72 INQUÉRITO(S)/RECURSO(S) DISTRIBUÍDO(S) POR PROCESSAMENTO ELETRÔNICO DE DADOS.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2015

MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)
Juiz-Presidente

PROCESSOS EM PAUTA PARA JULGAMENTO SESSÃO DE 8 DE SETEMBRO DE 2015 (TERÇA-FEIRA), ÀS 13H30MIN:

Nº 27.283/2012 - Acidente da navegação envolvendo o BM "PARAENSE II", ocorrido no rio Acará, nas proximidades da ilha do Papagaio, Pará, em 13 de novembro de 2011.
Relatora : Exmª Srª Juíza Maria Cristina Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
PEM : Drª Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Izaias de Abreu Coelho (Comandante)
Advogada : Drª Cristovina Pinheiro de Macedo (OAB/PA 5.949)
Nº 26.238/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "MONTE TAMARO", de bandeira alemã, e um Trabalhador Portuário Avulso, ocorrido no cais da Libra Terminais, porto de Santos, São Paulo, em 21 de julho de 2009.
Relator : Exmº Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Diana Soares Corteze Caldeira
Representados : Marcelo Christian Fontes da Silva (Estivador)
Advogado : Dr. Paulo Henrique dos Santos (OAB/SP 287.897)
: Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário do Porto Organizado de Santos - OGMO/Santos
Advogado : Dr. Ataíde Mendes da Silva Filho (OAB/SP 174.174)
Nº 25.590/2011 - Acidente e fato da navegação envolvendo a canoa "POLÍCIA MILITAR 3BPM", seu condutor e passageiros, ocorridos no rio Sono, Pedro Afonso, Tocantins, em 25 de julho de 2010.
Relator : Exmº Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos
Revisor : Exmº Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Drª Aline Gonzalez Rocha
Representados : Estado do Tocantins (Proprietário/Armador)
Advogado : Dr. Mauricio F. D. Morgueta (Procurador do Estado)
: Reinaldo Ferreira Miranda (Condutor)
Advogada : Drª Patrícia Maria Dias Nogueira Leal (OAB/TO 4.807-A)
Nº 29.294/2014 - Fato da navegação envolvendo o BM "SEM NOME", não inscrito, e uma passageira, ocorrido no rio Aruanã, Portel, Pará, em 18 de agosto de 2013.
Com Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Francisco Queiroz Paiva (Proprietário) e Eliel da Silva Paiva (Condutor) e com despacho do Exmº Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.
Relator : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
Revisor : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira
Nº 27.281/2012 - Fato da navegação envolvendo o BM "CALEBE JÚNIOR", não inscrito, e uma embarcação tipo rabeta não identificada, ocorrido no furo do Piramanha, entre os municípios de Barcarena e Belém, Pará, em 12 de março de 2011.
Relator : Exmº Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha
Revisor : Exmº Sr. Juiz Nelson Cavalcante
PEM : Drª Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representados : Sebastião Pinto Mendes (Motorista) e
: José Maria Serrão Carneiro (Pescador)
Advogada : Drª Daniela Correa Jacques Brauner (DPU/RJ)
: Claudio Barreto Ferreira (Pescador)
Advogada : Drª Amanda Fernandes Silva de Oliveira (DPU/RJ)

Em 27 de agosto de 2015.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DIVISÃO DOS SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 27.193/12 - "NÃO INSCRITA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : João Luis Júnior
Advogado : Dr. Giovanni Dagostin Marchi(OAB/SC 13.844)
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Agravo : Nº 105/2015
Proc. nº 27.675/12 -"SANTA MARIA I"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Agravante : Aryany Capuxy Santiago Alves
Advogada : Dra. Márcia Assis (OAB/RJ - 170.625)
Despacho : "Aos possíveis interessados para conhecer do agravo interposto por Aryany Capuxy Santiago Alves e se manifestar."
Proc. nº 27.935/13 - "SÃO PEDRO"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Representados : José Luciano da Costa - Revel
: Marco Damião da Costa - Revel
Despacho : "Aos representados para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 27.994/2013 - "PIONEIRA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Daniella Schumacker Gasco Santos
Representados : Dervaldo Gonçalves dos Santos - Revel
: José Geraldo Soares Pereira - Revel
Despacho : "Aos representados para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias Publique-se."
Proc. nº 28.238/13 - "JOIA RARA"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Daniella Schumacker Gasco Santos
Representado : Andrei Loss Ramiro Basto
Advogado : Dr. Yves Maia de Albuquerque (OAB/AL 3.367)
Despacho : "1 - Recebo os embargos de declaração interposto pelo representado Andrei Loss Ramiro Basto, datado de 29/07/2015, como simples petição. 2 - Chamo o processo à ordem e reaberta a Instrução. 3 - Ao representado Andrei Loss Ramiro Basto, para cumprir o despacho publicado no DOU nº 109 de 09/06/2015, no sentido de apresentar os quesitos iniciais, especificando a qual testemunha arrolada à fl. 77 se refere e efetuar o pagamento do preparo, para que sejam ouvidas na Capitania dos Portos, conforme o Art. 63, da Lei 2.180/54 e os Art. 110 e 130 do RIPTM. O silêncio será recebido como desistência da produção da prova requerida."
Prazo: "05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.426/13 - "NANUK I"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Daniella Schumacker Gasco Santos
Representado : Olivier Fabre - Revel
Defensor : Dr. Thales Arcoverde Treiger - DPU/RJ
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.604/14 - "JOVINO"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Darlan Damásio da Silva
Advogados : Dr. Leandro de Andrade (OAB/SC 35.281)
: Dr. Helder Bittencourt Guarezi(OAB/SC 40.036)
Despacho : " Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se"
Proc. nº 28.792/14 - "OLIVEIRA E BIANCO" e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Lucas Coelho Francisco
Defensor : Dr. Thales Arcoverde Treiger - DPU/RJ
Representado : Vinícius Mattos Garcia
Defensor : Dr. Charles Pachciareck Frajdenberg - DPU/RJ
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.928/14 - "FD HONORABLE" e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representados : Chamon de Niterói Transportes Marítimos LTDA
: Ricardo Maia de Almeida
Advogado : Dr. Paulo Antonio Gonçalves Melgaço (OAB/RJ 93.800)
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.956/14 - "P-5" e outra
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Carla Andrade de Melo
Representado : Emerson Richas da Silva Barros
Advogado : Dr. Marcio Olivar Brandão (OAB/PA 3476)
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 29.086/14 - "TOP MARINE 04"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Alex Sandro Pinheiro Eller
Representado : Fábio Dias Alvarenga
Representado : Top Marine Locação e Serviços Marítimos LTDA
Despacho : "Citem-se os representados Srs. Alex Sandro Eller; Fábio Dias Alvarenga e Top Marine Locação e Serviços Marítimos LTDA. Publique-se."
Proc. nº 28.231/2013 - "FAST DUTRA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : William Harold Knight
Advogado : Dr. Godofredo Mendes Vianna (OAB/RJ 73.562)
Despacho : "Aberta a Instrução. À D. Procuradoria e ao representado para provas. Prazos sucessivos de 05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.750/14 - "LAMBARI"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Luiz Carlos André
Advogada : Dra. Eloísa Cristina Werdenberg Rodrigues(OAB/PR 47.774)
Despacho : "Defiro a prova testemunhal requerida às fls 85/86. Ao representado para apresentar o rol de quesitos e o respectivo preparo."
Proc. nº 29.194/2014 - "MONTE SANTO II"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Representado : Heitor Alexandre de Souza
Advogado : Dr. José Lauro Lira Barbosa Júnior (OAB/ES 15.997)
Representado : Roberto Barreto de Oliveira
Advogada : Dra. Karoline Carvalho Rocha (OAB/ES 22.469)
Despacho : "Aberta a Instrução. Às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (cinco) dias."
Proc. nº 27.714/2013 - "BORODINE"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representados : Claudio Pedrosa de Oliveira
Graninter Transportes Marítimos de Granéis S/A
Advogado : Dr. Luciano Penna Luz (OAB/RJ 102.831)
Assistente da PEM: Narval Serviços de Transportes LTDA
Advogado : Dr. Paulo César Ribeiro Filho (OAB/RJ 62.954)
Despacho : "Defiro o requerido em petição em comum pelos representados e pela Narval Serviços de Transporte LTDA, fls 158,159, admitindo a retirada desta da condição de Terceira interessada - Assistente da PEM". Publique-se."
Proc. nº 28.092/13 - "TURISMAR II"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Joiny Leitão Mendes - Revel
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes, para alegações finais. Prazo de 10 (dez) dias, sucessivos à PEM e aos representados. Publique-se e notifique-se à PEM."
Proc. nº 28.500/2013 - "SEM NOME"
Relator : Juiz Fernando Alves Ladeiras
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Representados : Bartolomeu Costa Marques - Revel
: Lauro Matos de Carvalho Marques - Revel
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes, para alegações finais. Prazo de 10 (dez) dias, contados em dobro, sucessivos à PEM e aos representados. Publique-se e notifique-se à PEM."
Proc. 26.341/11 - "JEAN FILHO XXX" e outras
Relator : Juiz Sérgio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Representado : José da Silva Mourão
Advogado : Dr. Israel Barroso Costa (OAB/PA 18.714)
Representado : Chibatão Navegações e Comércio LTDA
Advogado : Dr. Caio César da Silva Carvalho (OAB/RJ 145.031)
Despacho : "1) Defiro a oitiva da testemunha Antonio Marcos Barata Magalhães e o depoimento pessoal de José da Silva Mourão, requeridas por Chibatão Navegação e Comercio LTDA (fl.277). 2) Ao representado José da Silva Mourão para formular os quesitos iniciais, se o desejar, indicando a qual depoimento se refere. 3) Publique-se"
Proc. nº 26.765/2012 - "SPLENDORE" e outra
Relator : Juiz Sérgio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Almir da Silva Almeida
Advogado : Dr. Flávio José dos Santos Marques (OAB/AM 1.608)
Despacho : "1) Ao representado para arrolar as testemunhas que pretende sejam ouvidas, apresentar os quesitos iniciais, especificando a qual oitiva arrolada se destina e efetuar o preparo, para que os depoentes sejam ouvidos na respectiva Capitania dos Portos com jurisdição no domicílio das testemunhas, por delegação de atribuições, conforme o Art. 63, da Lei 2.180/54 e os Art. 99, Art. 110 e Art. 130 do RIPTM, se for o caso. 2) O silêncio será recebido como desistência da produção das provas requeridas. 3) Prazo 05 (cinco) dias. 4) Publique-se."
Proc. 28.520/2013 - "CELEBRIDADE" e outras
Relator : Juiz Sérgio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Leonardo Carlos Villanova
Advogados : Dr. Milton Aparecido Olsen Messa (OAB/MS 13.485)
: Dr. Wanderson Caramit Garcia (OAB/MS 17.907)
Despacho : "Ao representado para conhecer os depoimentos juntados às fls. 281 a 300."
Prazo : "05 (cinco) dias."
Proc. nº 28.744/14 - "SALMO 121"
Relator : Juiz Sérgio Bezerra de Matos
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Jacob Correa Pires - Revel
Despacho : "Ao representado para especificar justificadamente, as provas que pretende produzir."
Prazo : "05 (cinco)dias".
Proc. nº 25.402/2010 - "Serra Grande"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representados : Gilmar da Costa Moraes
Edilson Pureza Duarte
Edgar Paiva
Jucélio da Costa Moraes
Manoel de Jesus Souza Cavalheiro
Defensor : Dr. Thales Arcoverde Treiger - DPU/RJ
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 26.410/11 - "DOÑA CARMEM" e outras
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Representado : Salustiano Ramon Jara Arevalos
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Assistente da PEM:
Autor : Fairfasc Brasil Seguros Corporativos S/A
Advogado : Dr. Antonio Francisco Sobral Sampaio (OAB/RJ 63.503)
Despacho : "Dou por encerrada a Instrução. À PEM para apresentar suas razões finais em 05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.497/13 - "CAPITÃO CHICO"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Adauto Lima Lessa
Defensor : Dr. Giselton de Alvarenga Silva - DPU/RJ
Despacho : "Ao representado para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.647/2014 - "SEAFLAG"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Pedro Newton Lopes de Souza
Advogado : Dr. Filipe Roulien Azeredo Guedes Camillo (OAB/RJ 170.510)
Despacho : "Ao representado para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se"
Proc. nº 28.786/14 - "SEABULK ANGRA" e outra
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Paulo Marcelo Albuquerque Paixão
Advogada : Dra. Camila Mendes Vianna Cardoso(OAB/RJ 67.677)
Despacho : "Encerro a Instrução. À Procuradoria para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.856/2014 - "PSYCO BOAT" e outra
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : David dos Santos Caldas
Advogada : Dra. Cristina Alves Tubino (OAB/DF 16.307)
Representado : Ramon de Medeiros Dantas
Advogada : Dra. Priscilla Campos Favieiro (OAB/DF 30.691)
Despacho : "Aberta a Instrução. À Procuradoria para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 29.229/2014 - "VALE INDONÉSIA"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dr. Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Sung Bum Sup
Advogado : Dr. Luiz Roberto Leven Siano (OAB/RJ 94.122)
Despacho : "Aberta a Instrução. À Procuradoria para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 29.232/2014 - "SILVER PEGASUS" e outra
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Pery Augusto dos Santos Soares
Advogada : Dra. Ana Lourdes Mello de Figueiredo (OAB/RJ 84.339)
Despacho : "Aberta a Instrução. À Procuradoria para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 27.860/2013 - "SALMITA DE DAVI I"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assunção
Representado : Cleydson Fernando de Souza Serrão
Defensora : Dra. Luísa Ayumi Komoda Paes de Figueiredo - DPU/RJ
Despacho : "Aberta a Instrução. À PEM para provas."
Prazo : "05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.226/13 - "BIZÃO II"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representada : Sepetiba Tecon S/A
Advogada : Dra. Lilian Shaefer (OAB/RJ 71.772)
Despacho : "1. Oficiar conforme requerido no item 1) de fl. 259. 2. Defiro conforme requerido o prazo de 30 dias para apresentação do laudo pericial independente. 3. Publique-se."
Proc. nº 28.389/13 - "LU XUN"
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Juliana Moura Maciel Braga
Representados : Tang Guo Xim
: Jie Gao
Defensor : Dr. Thiago Rigbeiro de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução. À D. PEM para alegações finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.674/14 - "FORÇA VII" e outras
Relator : Juiz Geraldo de Almeida Padilha
PEM : Dra. Diana Soares Corteze Caldeira
Representado : Elísio Quaresma Ferreira
Advogada : Dra. Maria Helena de Moraes Guerra (OAB/PA 9022)
Representado : Madson Cavalcante Balieiro
Advogado : Dr. Alberto Vidigal Tavares (OAB/PA 4610)
Despacho : "Aos representados Elísio Quaresma Ferreira e Madson Cavalcante Balieiro para razões finais."
Prazo : "10 (dez) dias. Publique-se."

Em 26 de agosto de 2015.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SEÇÃO DE RELATÓRIOS E ACÓRDÃOS

ACÓRDÃOS

Proc. nº 25.409/2010
Relatora: Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha

EMENTA: N/M "AMAZING GRACE" X N/M "BALTIC CHAMPION". Abalroação envolvendo mercantes estrangeiros, durante navegação em rumos cruzados, porto de Santos, SP. Danos sofridos por ambos os mercantes. Não houve acidentes pessoais, tampouco registro de poluição ao meio ambiente marinho. Erro de manobra cometido por ambos os mercantes, resultado da falha de comunicação para combinar uma manobra de passagem segura entre ambos os mercantes, aliado ao descumprimento às Regras 5 e 7 do RIPEAM e as boas práticas marinheiras por parte de ambos os mercantes. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Sang Yol Paek (Comandante do N/M "AMAZING GRACE") (Adva. Dra. Adele Teresinha Patrima Freschet - OAB/SP Nº 103.118) e Konstantin Yordanov Danov (Comandante do N/M "BALTIC CHAMPION") (Adv. Dr. Nilo Dias de Carvalho Filho - OAB/SP Nº 69.555).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação envolvendo dois mercantes estrangeiros, durante navegação na saída do porto de Santos, SP. Danos em ambos os mercantes. Não houve registro de acidentes pessoais, tampouco de poluição ao meio ambiente marinho; b) quanto à causa determinante: erro de manobra cometido por ambos os mercantes, resultado da falha de comunicação para combinar uma manobra de passagem segura entre ambos os mercantes, aliado ao descumprimento às Regras 5 e 7 do RIPEAM e as boas práticas marinheiras; e c) decisão: julgar procedente a Representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha, em sua promoção juntada às fls. 284/301, considerando o acidente da navegação, previsto no art. 14, letra "a", da Lei n° 2.180/54 e suas consequências, como decorrente das condutas imprudentes e negligentes de Sang Yol Paek (1° representado) e de Konstantin Yordanov Danov (2° representado), condenando cada um à pena de multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), prevista no art. 121-VII, c/c os artigos 124-I e IX, e 127 - Caput, todos da Lei nº 2.180/54, com redação dada pela Lei n° 8.969/94. Custas processuais divididas. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de setembro de 2014.

Proc. nº 25.614/2011
Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Colisão E/M "CONFIANÇA IX" e balsa "SW ROTTERDAM" e E/M "BERTOLINI XXX" e balsa "BERTOLINI CLXI". Abalroação. Erro de manobra. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Aluizio José de Menezes Lobo (Comandante/Condutor do comboio formado pelo Rb "BERTOLINI XXX" com a balsa "BERTOLINI CLXI") (Adv. Dr. Pedro Calmon Filho - OAB/RJ Nº 9.142) e Francisco Rodrigues de Souza (Condutor do comboio formado pelo Rb "CONFIANÇA IX" com a balsa "SW ROTTERDAM") (Adv. Dr. Hamilton Santana Pegado - OAB/PA Nº 2.132).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação entre comboios com danos materiais; b) quanto à causa determinante: deficiência de vigilância e erros de manobras; e c) decisão: julgar o acidente da navegação como decorrente da imperícia e imprudência dos representados, condenando-os à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), custas divididas na forma dos artigos 14, "a" e 121, VII, da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 02 de junho de 2015.

Proc. nº 26.568/2011
Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: B/P "ARCA DA ALIANÇA I". Naufrágio. Avaria por deficiência de manutenção. Negligência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Odimar Claudio dos Santos (Proprietário/Condutor) (Adv. Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de B/P com danos materiais; b) quanto à causa determinante: deficiência de manutenção; e c) decisão: julgar o acidente da navegação como decorrente de negligência do representado, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) e o pagamento das custas na forma dos arts. 14, "a" e 121, VII, da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de maio de 2015.

Proc. nº 27.251/2012
Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Moto aquática "OCEANO". Colisão com banhista e mureta de cais. Erro de manobra. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Gilberto de Oliveira (Proprietário/Condutor inabilitado), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão de moto aquática com mureta e banhista, provocando lesões leves; b) quanto à causa determinante: erro de manobra; e c) decisão: julgar o acidente da navegação como decorrente de imprudência e imperícia do representado, condenando-o à pena de multa de 500,00 (quinhentos reais) e ao pagamento das custas na forma dos artigos 14, alínea "a" e 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de junho de 2015.

Proc. nº 28.341/2013
Relator: Juiz Marcelo David Gonçalves

EMENTA: Lancha "FÊNIX III". Naufrágio com danos materiais. Deficiência de manutenção. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Dilson Cavalcanti Vieira de Melo (Proprietário) (Adva. Dra. Érica Guerra da Silva - OAB/RJ Nº 121.616).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio de lancha com danos materiais; b) quanto à causa determinante: deficiência de manutenção e inexistência a bordo de bomba de esgoto automática; e c) decisão: julgar o acidente da navegação como decorrente da imprudência e negligência do representado, condenando-o à pena de repreensão e o pagamento das custas na forma dos artigos 14, "a" e 121, I, da Lei nº 2.180/54. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de abril de 2015.

Proc. nº 25.828/2011
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: Comboio formado pelo R/M "JEAN FILHO LIII" e as balsas "ISABELE I" e "ISABELE III" e o comboio formado pelo R/M "JANAU XI" e as balsas "LINAVE IX" e "SERRA MORENA". Abalroamento. Condições meteorológicas adversas, com fortes chuvas e ventos, com visibilidade comprometida em área de navegação restrita. Caso fortuito. Exculpar os representados. Infração ao RLESTA. Arquivamento.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Carlos Alberto Rodrigues de Souza (Comandante/Condutor do Rb "JEAN FILHO LIII" em formação de comboio com as balsas "ISABELE I" e "ISABELE III") (Adv. Dr. Eduardo Cesar Paredes de Carvalho - DPU/RJ), Waldir do Socorro da Silva Lima (Comandante/Condutor do Rb "JANAU XI" em formação de comboio com as balsas "SERRA MORENA" e "LINAVE IX") (Adva. Dra. Hellen Melo Vieira - OAB/PA Nº 16.016).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento envolvendo dois comboios nacionais, descendo o rio Pará, com danos materiais de pequena monta, mas sem avarias nas embarcações e sem danos pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: condições meteorológicas adversas, com fortes chuvas e ventos, com visibilidade comprometida em área de navegação restrita; c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, acolhendo a tese das Defesas e exculpando, do que foram acusados pela D. Procuradoria Especial da Marinha, os representados Carlos Alberto Rodrigues de Souza, Piloto Fluvial, Comandante do comboio formado pelo R/M "JEAN FILHO LIII" e as balsas "ISABELE I" e "ISABELE III", e Waldir do Socorro da Silva Lima, Mestre Fluvial, Comandante do comboio formado pelo R/M "JANAU XI" e as balsas "SERRA MORENA" e "LINAVE IX", mandando arquivar os presentes autos; e d) medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, da responsabilidade do armador do R/M "JANAU XI", LINAVE - Luiz Ivan Navegação Ltda.: art. 13 (não dispor a bordo de todos os tripulantes exigidos conforme CTS - Comboio com 2.267 AB, Comandante nível 6, PLF). Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de abril de 2015.

Proc. nº 27.145/2012
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: Motos aquáticas "BIRIBA" e "LIDER". Abalroação, sem danos materiais. Equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser apuradas com a devida precisão, mas com indícios de caso fortuito. Não receber a Representação da D. Procuradoria Especial da Marinha. Infração ao RLESTA. Arquivamento.

Com representação de autoria da Procuradoria Especial da Marinha contra Bertoldo Luiz Pereira Júnior (Condutor da moto aquática "BIRIBA") e Vinicius Ribeiro de Brito (condutor da moto aquática "LÍDER") e com despacho do Exmo. Sr. Juiz-Relator pela publicação de Nota para Arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento envolvendo duas motos aquáticas, sem registro de danos materiais, pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada acima de qualquer dúvida, mas com indícios de caso fortuito; c) decisão: não receber a Representação da Douta Procuradoria Especial da Marinha e julgar o acidente da navegação em pauta, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não foram apuradas acima de qualquer dúvida, rejeitando os termos da exordial da Douta Procuradoria e mandando arquivar os presentes autos; e d) medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania Fluvial do Araguaia-Tocantins, agente local da Autoridade Marítima, para as sanções aplicáveis, a infração ao art. 16, inciso I, do RLESTA (falta de transferência de propriedade da embarcação) apontada nos autos, da responsabilidade do proprietário da moto aquática "LIDER", Bertoldo Luiz Pereira Junior. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de abril de 2015.

Proc. nº 28.842/2014
Relator: Juiz Fernando Alves Ladeiras

EMENTA: L/M "CEDRO" e moto aquática "CEDRO I". Abalroamento envolvendo uma lancha em navegação, à noite, com baixa visibilidade, e uma moto aquática à deriva e sem iluminação. Equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser devidamente apuradas, em relação à deriva da moto aquática. Com pedido de arquivamento da D. Procuradoria Especial da Marinha. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento envolvendo a lancha "CEDRO" e a moto aquática "CEDRO I", no Rio Preguiças, próximo à travessia de balsas para os Grandes Lençóis, Barreirinhas, MA, com danos materiais e pessoais, mas sem vítima fatal e sem registro de poluição ao meio ambiente; b) quanto à causa determinante: moto aquática a deriva por motivo não apurado com a devida precisão, à noite, sem iluminação e em área de baixa visibilidade; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "a" (abalroamento), da Lei nº 2.180/54, como equiparado aos casos cujas circunstâncias determinantes não puderam ser devidamente apuradas, acolhendo a promoção por arquivamento da Douta Procuradoria Especial da Marinha. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2015.

Proc. nº 22.349/2006 - Embargos Infringentes nº 22/2014.
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: L/M "SEPTEMBER" e traineira "PENA MAR". Embargos Infringentes acolhidos. Causa determinante não apurada com a devida precisão.

Embargos Infringentes nº 22/2014 interpostos em 01 de agosto de 2014 e 04 de agosto de 2014 respectivamente.

Embargante: Marcio Correa (Mestre de traineira "PENA MAR") (Adv. Dr. Sergio Rosas de Aguiar - OAB/RJ Nº 127.439).

Embargante: Eduardo Plass (Proprietário/Condutor da lancha "SEPTEMBER V") (Adv. Dr. Everaldo Sergio Hourcades Torres - OAB/RJ Nº 46.233).

Embargada: Procuradoria Especial da Marinha.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por maioria nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Revisor: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroamento entre lancha e traineira durante navegação noturna, com danos materiais em ambas embarcações, o falecimento de duas pessoas e ferimento em outras duas; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: acolher os argumentos contidos nos Embargos Infringentes propostos por Eduardo Plass, pois na representação sustenta-se a suposição de que as luzes de navegação da traineira estariam acesas, fato que não foi provado pela acusação, exculpando-o. Conhecer os Embargos Infringentes de Marcio Correa, apesar do defeito na representação e exculpá-lo ante a não apuração precisa da causa determinante do acidente da navegação, sendo acompanhado pelos Exmos. Srs. Juízes Fernando Alves Ladeiras, Marcelo David Gonçalves e Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmo. Sr. Juiz-Relator votou no sentido de não conhecer dos Embargos Infringentes interpostos por Marcio Correa, mas declarar extinta sua punibilidade, em razão de óbito. Conhecer dos Embargos de Eduardo Plass, para julgá-los improcedentes, mantendo o Acórdão no que lhe diz respeito, sendo acompanhado pelo Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha, sendo ambos vencidos. Autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz-Revisor para prolatar o acórdão. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de abril de 2015.

Proc. nº 25.697/2011
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: N/M "FLINTERLAND". Fato da navegação. Queda de carga no porão de navio estrangeiro, durante faina de descarga em porto brasileiro, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Porto de Imbituba, Santa Catarina. Emprego de fitas inadequadas e falha na execução da faina. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Mikhail Kotlyarov (Comandante) e Konstantin Golubev (Imediato/Oficial de Carga) (Adv. Dr. Fernando C. Sobrinho Porto - OAB/RJ Nº 47.659) e Union Armazenagem e Operações Portuárias S/A. (Operador Portuário) (Adv. Dr. Breno Garbois Fernandes Ribeiro - OAB/RJ Nº 131.402).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: queda de carga no porão do N/M "FLINTERLAND" durante a faina de descarga, quando atracado no berço nº 2 do porto de Imbituba, SC, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: emprego de fitas inadequadas para içamento da carga e a falha na execução da faina; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência dos Representados, responsabilizando Mikhail Kotlyarov, na qualidade de Comandante do Navio, Konstantin Golubev, na qualidade de Oficial da Carga, e Union Armazenagem e Operações Portuárias S.A., na qualidade de Operador Portuário, condenando-os à pena de multa de R$ 800,00 (oitocentos reais) para cada um, com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º, art. 124, inciso IX e art. 127, § 2º, todos da mesma lei. Custas divididas igualmente na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 23 de junho de 2015.

Proc. nº 26.562/2011
Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: R/E "EDL VI" e B/M "NOGUEIRA JUNIOR". Acidente e fato da navegação. Abalroamento entre embarcações brasileiras, seguido de naufrágio de uma delas e queda de pessoas na água, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Rio Tapajós, Aveiro, Pará. Inobservância de normas de segurança da navegação. Infração à Lei nº 8.374/91. Condenação.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Autora: A Procuradoria.

Representado: Luiz Cosme de Oliveira Nogueira (Comandante inabilitado/Proprietário do B/M "NOGUEIRA JUNIOR") (Adv. Dr. Evaldo Tavares dos Santos - OAB/PA Nº 12.806).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão dos acidentes e fato da navegação: abalroamento entre o comboio formado pelo R/E "EDL VI" com as balsas "EDL XVI" e "EDL XX" e o B/M "NOGUEIRA JUNIOR", seguido do naufrágio deste e da queda na água de seus tripulantes, quando navegavam no rio Tapajós, nas proximidades da ilha do Papagaio, Aveiro, PA, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de normas de segurança da navegação; c) decisão: julgar os acidentes e fato da navegação, capitulados no art. 14, alínea "a" e art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrentes de imprudência e imperícia do Representado, responsabilizando Luiz Cosme de Oliveira Nogueira, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º, art. 124, inciso IX e art. 127, todos da mesma lei. Custas na forma da lei; e d) medidas preventivas e de segurança: oficiar à Delegacia Fluvial de Santarém, agente da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometida por Luiz Cosme de Oliveira Nogueira, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 9.537/97. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 18 de junho de 2015.

Proc. nº 26.932/2012

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Veleiro "L'INSOLENT". Acidente da navegação. Água aberta em embarcação estrangeira quando navegando em águas brasileiras, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Ilhéus, Bahia. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: água aberta decorrente de avaria no casco do veleiro "L'INSOLENT" quando navegava nas proximidades do porto de Ilhéus, Ilhéus, BA, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de junho de 2015.

Proc. nº 27.039/2012

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Bote "EZEQUIAS". Acidente da navegação. Naufrágio de bote em águas brasileiras, provocando a morte de um de seus ocupantes, sem registro de danos ambientais. Inobservância de normas de segurança da navegação. Litoral de São Francisco do Sul, Santa Catarina. Infração ao RLESTA e à Lei nº 8.374/91. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Jeremias Tufic Nassar (Condutor) (Adva. Dra. Daniella Correa Jacques Brauner - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: naufrágio do bote a motor "EZEQUIAS" e a queda dos tripulantes na água, seguida da morte de Acácio do Nascimento, quando navegavam nas proximidades da praia Grande, São Francisco do Sul, SC, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de normas de segurança da navegação; c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do Representado, responsabilizando Jeremias Tufic Nassar, condenando-o à pena de multa de R$ 400,00 (quatrocentos reais), com fundamento no art. 121, inciso VII e § 5º, art. 124, inciso IX e art. 135, inciso II, todos da mesma lei. Sem custas em razão da hipossuficiência econômica do Representado, como requerido; e d) medida preventiva e de segurança: oficiar à Delegacia em São Francisco do Sul, agente da Autoridade Marítima, as infrações ao art. 16, inciso I, do RLESTA e ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, cometidas por Jeremias Tufic Nassar, para as providências cabíveis, com fundamento no art. 33, parágrafo único, da Lei nº 9.537/97. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 26 de maio de 2015.

Proc. nº 27.117/2012

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Canoa "FLAMENGUINHO". Fato da navegação. Ferimento grave em tripulante de barco de pesca brasileiro em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Lagoa dos Patos, São José do Norte, Rio Grande do Sul. Inobservância de normas de segurança. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Manoel Lemos de Souza (Proprietário/Condutor) (Adva. Dra. Clarissa Ligiero de Figueiredo - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: lesão corporal grave sofrida pelo Condutor da canoa "FLAMENGUINHO", quando navegava em atividade de pesca na lagoa dos Patos, São José do Norte, Rio Grande do Sul, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: inobservância de normas de segurança pelo Condutor da Embarcação; e c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência do Representado, responsabilizando Manoel Lemos de Souza, porém sem aplicar-lhe qualquer das penas previstas no art. 121, em razão da gravidade da lesão sofrida, conforme previsto no art. 143, da mesma Lei. Sem custas em razão da hipossuficiência econômica do Representado, como requerido. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 28 de maio de 2015.

Proc. nº 27.148/2012

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Ferry Boat "FB-25". Acidentes da navegação. Avaria no sistema de governo de embarcação brasileira em águas interiores, provocando o encalhe, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Ilhabela, São Sebastião, São Paulo. Causa não apurada. Arquivamento.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Leovaldo Jorge de Oliveira (Comandante) (Adv. Dr. Rodrigo Luiz Zanethi - OAB/SP Nº 155.859) e Dersa - Desenvolvimento Rodoviário S/A. (Proprietária/Armadora) (Adv. Dr. Iwam Jaeger Jr. 0AB/RJ Nº 44.606).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão dos acidentes da navegação: avaria no sistema de governo da embarcação "FB-25", seguida de encalhe, durante manobra de desatracação ao flutuante em Ilhabela, São Sebastião, São Paulo, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: do encalhe foi o rompimento da mangueira flexível do sistema de óleo hidráulico dos lemes do MCP 03 e 04 e a da avaria não foi apurada com a devida precisão; e c) decisão: rejeitar as preliminares e julgar os acidentes da navegação capitulados no art. 14, alíneas "a" e "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida. Exculpar Leovaldo Jorge de Oliveira e de DERSA - Desenvolvimento Rodoviário S.A., por insuficiência de provas, mandando arquivar os Autos. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 09 de junho de 2015.

Proc. nº 29.007/2014

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Embarcação "NORMAND DROTT". Acidente da navegação. Incêndio a bordo de embarcação estrangeira em águas interiores, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Niterói, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio no compartimento da máquina do leme da embarcação "NORMAND DROTT", quando atracada ao cais do estaleiro Mauá, Niterói, RJ, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de junho de 2015.

Proc. nº 29.080/2014

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Lancha "WAVE HUNTER". Acidente da navegação. Colisão de embarcação brasileira com passageira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Canal de Bertioga, Guarujá, São Paulo. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: colisão da embarcação "WAVE HUNTER" com a passageira Kelly Heyko Kaneda, seguida da morte desta durante a manobra para fundear nas proximidades do restaurante "DALMO" no canal de Bertioga, Guarujá, SP, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de junho de 2015.

Proc. nº 29.096/2014

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Plataforma "PETROBRAS XVIII". Acidente da navegação. Queda na água da bola de estabilização de guindaste a bordo de plataforma em águas brasileiras, sem registro de danos pessoais e nem ambientais. Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: queda na água da bola de estabilização do guindaste de boreste da Plataforma "PETROBRAS XVIII" durante a operação no campo de Marlin, bacia de Campos, Campos dos Goytacazes, RJ, sem registro de danos pessoais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação avaria capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem desconhecida, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de junho de 2015.

Proc. nº 29.228/2014

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Moto aquática "FOFINHO". Fato da navegação. Ferimento em tripulante de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos materiais e nem ambientais. Lago nas proximidades da ilha do Formoso, Penalva, Maranhão. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: o tripulante da embarcação "FOFINHO" sofreu ferimento no rosto após colidir com um arame demarcador da cerca de uma propriedade quando navegava no lago nas proximidades da ilha do Formoso, Penalva, MA, sem registro de danos materiais e nem ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com a devida precisão; c) decisão: julgar o fato da navegação capitulado no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de junho de 2015.

Proc. nº 29.233/2014

Relator: Juiz Sergio Bezerra de Matos

EMENTA: Balsa "AP MARINE I". Acidente da navegação. Incêndio a bordo de embarcação brasileira em águas interiores, sem registro de danos ambientais. Rio Matapi, Santana, Amapá. Causa não apurada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: incêndio na embarcação "AP MARINE I", quando atracada no porto do Céu, rio Matapi, Santana, AP, sem registro de danos ambientais; b) quanto à causa determinante: não apurada com devida precisão; e c) decisão: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os Autos, conforme a promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de junho de 2015.

Proc. nº 27.174/2012

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: B/M "RIO JORDÃO". Fato da navegação caracterizado pelo escalpelamento da proprietária do barco durante esgotamento. Embarcação provida de proteção do eixo retirada para o esgotamento. Cabelos presos que se soltaram durante a faina. Infortúnio da própria vítima que leva a exculpabilidade. Infrações ao RLESTA.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Tomásia Malaquias da Gama (Proprietária) (Adva. Dra. Suzana de Queiroz Alves - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por maioria, quanto ao mérito, com voto de desempate do Exmo. Sr. Juiz-Presidente, nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Revisor e por maioria quanto à medida preventiva e de segurança, nos termos do voto do Exmo. Sr. Juiz-Relator: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: acidente pessoal com a proprietária da embarcação, provocando a perda de 100% de seu couro cabeludo; b) quanto à causa determinante: enroscamento dos cabelos da vítima no eixo da embarcação durante esgotamento; c) decisão: exculpar a representada, atribuindo o acidente ao infortúnio da própria vítima; e d) medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental, agente local da Autoridade Marítima, as infrações ao RLESTA, art. 11 (contratar tripulante sem habilitação para operá-la), art. 16, inciso I (deixar de inscrever ou registrar a embarcação) e a infração à Lei nº 8.374/91 (falta de bilhete de seguro obrigatório DPEM em vigor na data do acidente) cometidas pela proprietária do B/M "RIO JORDÃO", Tomasia Malaquias da Gama. O Exmo. Sr. Juiz-Revisor foi acompanhado, no mérito, pelo Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves e pela Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha. O Exmo. Sr. Juiz-Relator foi acompanhado pelos Exmos. Srs. Juízes Sergio Bezerra de Matos e Fernando Alves Ladeiras e, ainda, quanto à medida preventiva e de segurança, pela Exma. Sra. Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha. Havendo empate quanto ao mérito, com fulcro no art. 70, da Lei nº 2.180/54, o Exmo. Sr. Juiz-Presidente desempatou acompanhando o voto do Exmo. Sr. Juiz-Revisor. Autos conclusos ao Exmo. Sr. Juiz-Revisor, para prolatar o acórdão. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 27 de novembro de 2014.

Proc. nº 27.232/2012

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: E/M "ENVIRA R-53" e BALSA "SANAVE III". Furto e comercialização de óleo diesel dos tanques de serviço de bordo de empurrador previsto no art. 155, § 4°, incisos II e IV do Código Penal, com utilização de embarcação miúda tipo rabeta, provocando prejuízos materiais para a empresa armadora. Ação dolosa de tripulantes do empurrador e de ribeirinhos ocupantes da embarcação miúda tipo rabeta. Ação dolosa. Condenação. Exculpar.

Autora: A Procuradoria.

Representados: José André Gemaque de Souza (Piloto Fluvial) (Adv. Dr. Raimundo Rubens Fagundes Lopes - OAB/PA Nº 4.305), Teófilo dos Santos (Marinheiro Fluvial de Máquinas) (Adva. Dra. Maria Joanna Pacheco e Chaves - DPU/RJ), Luiz Gilmar do Rosário Oliveira (Marinheiro Fluvial de Convés) (Adv. Dr. Thales Arcoverde Treiger - DPU/RJ), Anailson de Melo Moraes (Responsável pela compra do fruto do crime) e Edem de Melo Moraes (Responsável pela compra do fruto do crime) (Adva. Dra. Amanda Fernandes da Silva Oliveira - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: furto e comercialização de óleo diesel dos tanques de serviço de bordo de empurrador, com utilização de embarcação miúda tipo rabeta, provocando prejuízos materiais para a empresa armadora; b) quanto à causa determinante: ação dolosa de tripulantes do empurrador e de ribeirinhos ocupantes da embarcação miúda tipo rabeta; c) decisão: julgar o fato da navegação, previsto no art. 15, alínea "f", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de ação dolosa de José André Gemaque de Souza, Teófilo dos Santos, Anailson de Melo Moraes e Eden de Melo Moraes, condenando o primeiro e segundo representados, à pena de repreensão, multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) e suspensão de 60 (sessenta) dias de acordo com o art. 121, incisos I, II e VII, § 5º, combinado com os artigos 124, inciso IX, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e condenando o quarto e quinto representados à pena de repreensão e multa no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais) de acordo com o art. 121, incisos I e VII, § 5º, combinado com os art.124, inciso IX, da Lei nº 2.180/54. Custas processuais igualmente divididas.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Exculpar o terceiro representado Luiz Gilmar do Rosário Oliveira por falta de provas; e d) medidas preventivas e de segurança: oficiar ao MPE juntando cópia do Acórdão. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 14 de maio de 2015.

Proc. nº 27.380/2012

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: B/M "COMTE AIRES II". Excesso de passageiros a bordo para realização de travessia em navegação interior expondo a risco a segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo, sem ocorrência de danos pessoais, materiais ou ambientais. Falta de controle no acesso a bordo e recontagem de passageiros antes e durante a viagem de Belém até Curralinho, PA. Imprudência. Negligência. Condenação. Exculpar.

Autora: A Procuradoria.

Representado: R. N. M. Barbosa Comércio e Navegação - ME (Afretadora) e Benedito Oliveira de Jesus (Comandante) (Adv. Dr. Alex Andrey Lourenço Soares - OAB/PA Nº 6.459).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: excesso de passageiros a bordo para realização de travessia em navegação interior expondo a risco a segurança da embarcação, as vidas e fazendas de bordo, sem ocorrência de danos pessoais, materiais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: falta de controle no acesso a bordo e recontagem de passageiros antes e durante a viagem de Belém até Curralinho, PA; c) decisão: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência e negligência de Benedito Oliveira de Jesus, condenando-o à pena de suspensão de 30 (trinta) dias e multa no valor de R$ 1.000,00 (hum mil reais), de acordo com o art. 121, incisos II e VII, § 5º c/c com o art. 124, inciso IX, e art. 127, inciso II, § 2º, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Exculpar R. N. M. Barbosa Comércio e Navegação-ME. Custas processuais na forma da Lei; e d) medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos da Amazônia Oriental as infrações ao RLESTA, art. 11, cometida pelo MAF Benedito Oliveira de Jesus e art. 11, art. 13, inciso III e art. 22, do RLESTA, c/c o art. 34, inciso I e art. 8º, inciso I, da LESTA, todas cometidas pela pessoa jurídica R. N. M. Barbosa Comércio e Navegação-ME. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 10 de junho de 2015.

Proc. nº 27.706/2012

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: L/M "NINJA IV" x L/M "PRADINHO II". Abalroação entre duas lanchas a motor, provocando avarias em ambas as embarcações, sem ocorrência de danos pessoais ou ambientais. Intempestiva atitude de ocupante da L/M "NINJA IV" ao acelerá-la de encontro a L/M "PRADINHO II" que se encontrava fundeada. Imprudência. Condenação.

Autora: a Procuradoria.

Representado: Rafael Yoshiaki Niimoto (Ocupante da L/M "NINJA IV"), Revel.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente da navegação: abalroação entre duas lanchas a motor, provocando avarias em ambas as embarcações, sem ocorrência de danos pessoais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: intempestiva atitude de ocupante da L/M "NINJA IV" ao acelerá-la de encontro a L/M "PRADINHO II" que se encontrava fundeada; e c) decisão: julgar o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei n° 2.180/54, condenando, como decorrente de imprudência de Rafael Yoshiaki Niimoto, à pena de repreensão, de acordo com o art. 121, inciso I e art. 139, inciso IV, alínea "d", da Lei n° 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94. Custas processuais na forma da lei. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 16 de abril de 2015.

Proc. nº 28.442/2013

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: B/P "HORIZONTE AZUL II". Abalroação de bote de pesca com lancha da polícia ambiental após intensa perseguição policial, expondo a risco a segurança da navegação, provocando danos materiais e ferimentos em um ocupante da lancha policial, sem danos ao meio hídrico. Ato consciente e voluntário de manobrar o bote de pesca na tentativa de evadir-se de maneira perigosa e em velocidade incompatível com o local, para escapar da ação fiscalizadora da polícia ambiental. Imprudência. Condenação. Exculpar.

Autora: A Procuradoria.

Representados: Jorge Luis Edom Araújo (Proprietário/Mestre) e José Luiz Araújo Filho (Tripulante) (Adva. Dra. Luísa Ayumi Komoda Paes de Figueiredo - DPU/RJ).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente e fato da navegação: abalroação de bote de pesca com lancha da polícia ambiental após intensa perseguição policial, expondo a risco a segurança da navegação, provocando danos materiais e ferimentos em um ocupante da lancha policial, sem danos ao meio hídrico; b) quanto à causa determinante: ato consciente e voluntário de manobrar o bote de pesca na tentativa de evadir-se de maneira perigosa e em velocidade incompatível com o local, para escapar da ação fiscalizadora da polícia ambiental; e c) decisão: julgar o acidente e fato da navegação, previstos no art. 14, alínea "a", e art. 15, alínea "e" da Lei nº 2.180/54, condenando Jorge Luiz Edom Araújo por imprudência, à pena de repreensão e multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais) de acordo com o art. 121, incisos I e VII § 5º combinado com o art. 124, inciso IX, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94, exculpando José Luiz Araújo Filho. Isentos de custas processuais conforme requerido. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 19 de maio de 2015.

Proc. nº 28.749/2014

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: Bote "MEM". Realização de manobra brusca, adernando a embarcação e lançando os dois ocupantes na água, expondo a risco a segurança da navegação e as vidas de bordo, provocando o óbito de Elson Melo Braguim, sem consequências materiais ou ambientais. Condução do bote por pessoa não habilitada e a não utilização dos obrigatórios coletes salva-vidas, aliado ao empréstimo do bote para pessoa desprovida de habilitação, em desacordo com o item 0509 e o anexo 2-D da NORMAM-03. Imprudência. Condenação.

Autora: A Procuradoria.

Representado: Edson Rogério Sornas (Proprietário) (Adva. Dra. Fernanda da Silva Pegorini - OAB/PR Nº 46.638).

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do fato da navegação: realização de manobra brusca, adernando a embarcação e lançando os dois ocupantes na água, expondo a risco a segurança da navegação e as vidas de bordo, provocando o óbito de Elson Melo Braguim, sem consequências materiais ou ambientais; b) quanto à causa determinante: condução do bote por pessoa não habilitada e a não utilização dos obrigatórios coletes salva-vidas, aliado ao empréstimo do bote para pessoa desprovida de habilitação em desacordo com o item 0509 e o anexo 2-D da NORMAM-03; e c) decisão: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de imprudência, condenando Edson Rogerio Sornas à pena de multa de R$ 2.000,00 (dois mil reais), de acordo com o art. 121, inciso VII, § 5º, art. 124, inciso IX, § 1º e art. 135, inciso II, da Lei nº 2.180/54, com a redação dada pela Lei nº 8.969/94 e ao pagamento das custas processuais. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 25 de junho de 2015.

Proc. nº 29.245/2014

Relator: Juiz Geraldo de Almeida Padilha

EMENTA: L/M "PEROLA X". Explosão seguida de incêndio a bordo de lancha de esporte e recreio, provocando avarias no casco e queimaduras leves no condutor e nos três passageiros; sem danos ao meio hídrico. Causa determinante não apurada. Origem indeterminada. Arquivamento.

Com pedido de arquivamento.

ACORDAM os Juízes do Tribunal Marítimo, por unanimidade: a) quanto à natureza e extensão do acidente: explosão seguida de incêndio a bordo de lancha de esporte e recreio, provocando avarias no casco e queimaduras leves no condutor e nos três passageiros; sem danos ao meio hídrico; b) quanto à causa determinante: não apurada; e c) decisão: julgar o acidente da navegação, previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar o inquérito, conforme promoção da PEM. Publique-se. Comunique-se. Registre-se. Rio de Janeiro, RJ, em 30 de junho de 2015.

Rio de Janeiro, RJ, em 28 de agosto de 2015.

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINISTRO
Em 28 de agosto de 2015

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 83/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, não conhece do recurso administrativo interposto pela Faculdade Capixaba da Serra - MULTIVIX SERRA, mantida pela Empresa Capixaba da Serra de Ensino, Pesquisa e Extensão Ltda., conforme consta do Processo e-MEC nº 20074487.

RENATO JANINE RIBEIRO

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXECUTIVA

SÚMULA DE PARECERES

REUNIÃO ORDINÁRIA DOS DIAS 8, 9, 10 E 11 DE JUNHO/2015

CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 23001.000086/2015-51 Parecer: CNE/CEB nº 5/2015 Relator: Francisco Aparecido Cordão Interessados: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI/MEC) e Ministério da Justiça - Brasília/DF Assunto: Remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade no sistema prisional brasileiro Voto do relator: À vista do exposto, nos termos deste Parecer, submeto à apreciação da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação o Projeto de Resolução, que dispõe sobre as Diretrizes Operacionais Nacionais para a remição de pena pelo estudo de pessoas em privação de liberdade nos estabelecimentos penais do sistema prisional brasileiro Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000087/2015-03 Parecer: CNE/CEB nº 6/2015 Relator: Francisco Aparecido Cordão Interessado: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais - Belo Horizonte/MG Assunto: Consulta sobre a possibilidade de realizar a matrícula e o cômputo da frequência de alunos de cursos técnicos subsequentes por disciplina Voto do relator: À vista do exposto, não resta dúvida de que, de acordo com a legislação e os atos normativos do sistema educacional brasileiro, nos termos do projeto pedagógico do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais e de seu Regimento Escolar, o mesmo deve orientar toda a estruturação curricular e correspondente oferta de cursos técnicos de nível médio, de modo especial os realizados na forma subsequente, pela possibilidade de ser garantida aos estudantes maior flexibilidade, nos termos do art. 23 da Lei nº 9.394/96, "sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar". Assim, é perfeitamente possível, do ponto de vista legal e normativo, que a matrícula e o cômputo da frequência dos alunos matriculados em cursos técnicos subsequentes sejam por disciplina Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000088/2015-40 Parecer: CNE/CEB nº 7/2015 Relator: Francisco Aparecido Cordão Interessado: Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial/Departamento Regional de Roraima - Boa Vista/RR Assunto: Consulta referente à carga horária do curso técnico de Enfermagem oferecido pelo SENAC de Roraima Voto do relator: À vista do exposto, nos termos deste Parecer, responda-se ao Departamento Regional do SENAC de Roraima, com cópia para o Departamento Nacional do SENAC, para o Conselho Estadual de Educação de Roraima, para o Conselho Federal de Enfermagem e para o Conselho Regional de Enfermagem de Roraima, para que sejam adotadas as seguintes providências: 1. Comunicar ao Conselho Federal de Enfermagem que, imediatamente após ter sido alertado sobre a eventual irregularidade na estrutura curricular de seu curso técnico de Enfermagem em relação às atividades de estágio profissional supervisionado, o Departamento Regional do SENAC de Roraima alterou seu plano de curso pela Resolução CRS/RR nº 13/2015, aumentando a carga horária em 300 (trezentas) horas para as novas turmas do referido curso, implantadas a partir dessa Resolução, totalizando 600 (seiscentas) horas de estágio profissional supervisionado. 2. Comunicar ao Conselho Federal de Enfermagem e ao Conselho Estadual de Educação de Roraima que, em caráter excepcional, a Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação entendeu que os alunos já concluintes de seus cursos técnicos de Enfermagem, até a data da aprovação do presente Parecer, e que tenham sido regularmente matriculados e devidamente certificados, recebendo seus diplomas expedidos e registrados no próprio SENAC/RR, por terem cumprido estrutura curricular autorizada em plano de curso aprovado pelo Parecer CEE/RR nº 13/2012, fazem jus à correspondente inscrição e ao registro profissional no Conselho Federal de Enfermagem e no Conselho Regional de Enfermagem de Roraima. 3. Comunicar, ainda, ao Conselho Federal de Enfermagem que, em contrapartida, os alunos do SENAC/RR, que ainda não concluíram o curso técnico de Enfermagem até a data da aprovação do presente Parecer, deverão complementar a sua carga horária de atividades de estágio profissional supervisionado, assumido como ato educativo da instituição educacional, em regime de parceria com as organizações concedentes dos estágios, nos termos da Lei nº 11.778/2008 e do art. 82 da Lei nº 9.394/96 (LDB), integralizando 600 (seiscentas) horas de estágio profissional supervisionado Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

Processo: 23000.017809/2011-37 Parecer: CNE/CES 222/2015 Relator: Yugo Okida Interessada: (ASBEC) Sociedade Baiana de Educação e Cultura S/A - Salvador/BA Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio do Despacho nº 134, de 8 de julho de 2014, publicado no DOU em 11 de julho de 2014, determinou a redução de 20 (vinte) vagas na oferta do curso superior de bacharelado em Nutrição, do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), que passará a ofertar 180 (cento e oitenta) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão do Despacho SERES nº 134, de 8 de julho de 2014, publicado no DOU em 11 de julho de 2014, que determinou a redução de 20 (vinte) vagas no curso de Nutrição, bacharelado, do Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE), com sede no município de Salvador, estado da Bahia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000078/2014-23 Parecer: CNE/CES 223/2015 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: Associação Aparecidense de Educação - Aparecida de Goiânia/GO Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria nº 236, de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 16 de abril de 2014, indeferiu o pedido de autorização do curso de Medicina, bacharelado, da Faculdade Alfredo Nasser, com sede no município de Aparecida de Goiânia, no estado de Goiás (ref. e-MEC nº 201210256) Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES/MEC nº 236, de 15 de abril de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 16 de abril de 2014, para autorizar a oferta do curso de graduação em Medicina, bacharelado, da Faculdade Alfredo Nasser, localizada na avenida Bela Vista, nº 26, Jardim Esmeralda, município de Aparecida de Goiânia, estado de Goiás, com 100 (cem) vagas anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201203345 Parecer: CNE/CES 224/2015 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Instituição de Ensino Superior de Quirinópolis Ltda. - EPP - Quirinópolis/GO Assunto: Credenciamento da Faculdade João Paulo II, a ser instalada no município de Quirinópolis, no estado de Goiás Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade João Paulo II, a ser instalada na Rua José Joaquim Cabral, nº 47-A, Centro, no município

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de Quirinópolis, no estado de Goiás, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos superiores de graduação em Engenharia Química, bacharelado (código: 1179330; processo: 201203562), e Arquitetura e Urbanismo, bacharelado (código: 1179328; processo: 201203560), com 100 (cem) vagas totais anuais para cada curso Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201114618 Parecer: CNE/CES 225/2015 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: (SOEDES) Sociedade Didaches Piauiense Ltda.-ME - Teresina/PI Assunto: Credenciamento da Faculdade de Educação do Meio Norte (FAM), a ser instalada no município de Teresina, no estado do Piauí Voto do relator: Voto pelo indeferimento do requerimento de credenciamento da Faculdade de Educação Meio Norte (código: 17201), situada na rua Telegrafista Sebastião Portella, nº 3.587, bairro São Cristóvão, no município de Teresina, no estado do Piauí Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201103900 Parecer: CNE/CES 226/2015 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: ULT União Latino-Americana de Tecnologia SS Ltda. - EPP - Jaguariaíva/PR Assunto: Credenciamento da União Latino-Americana de Tecnologia (ULT), com sede município de Jaguariaíva, no estado do Paraná, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da União Latino-Americana de Tecnologia, para oferta de cursos superiores na modalidade a distância Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200905629 Parecer: CNE/CES 227/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessado: C. Vieira Serviços - EPP - Teresina/PI Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ensino Superior do Piauí, localizada no município de Teresina, estado do Piauí Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Ensino Superior do Piauí, localizada na rua Primeiro de Maio nº 2.235, bairro Primavera, município de Teresina, estado do Piauí, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 20076803 Parecer: CNE/CES 228/2015 Relator: Yugo Okida Interessada: Fundação Educacional Vale do Itapemirim (FEVIT) - Cachoeiro de Itapemirim/ES Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro de Itapemirim, com sede no município de Cachoeiro de Itapemirim, estado do Espírito Santo Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Cachoeiro de Itapemirim (FACCACI), com sede na Rodovia Eng. Fabiano Vivacqua - Br 482, Km 05, bairro Morro Grande, município de Cachoeiro de Itapemirim, no estado do Espírito Santo, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201116297 Parecer: CNE/CES 229/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Sociedade Educacional Desembargador Plinio Pinto Coelho Ltda. - EPP - Santo Antônio de Pádua/RJ Assunto: Recredenciamento da Faculdade Santo Antônio de Pádua, com sede no município de Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Santo Antônio de Pádua (FASAP), com sede na rua Coronel Olivier, nº 60, bairro Centro, no município de Santo Antônio de Pádua, no estado do Rio de Janeiro, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201100393 Parecer: CNE/CES 230/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Instituto Mantenedor de Ensino Superior da Bahia Ltda. - ME - Salvador/BA Assunto: Recredenciamento da Faculdade da Cidade do Salvador (FCS), com sede no município de Salvador, no estado da Bahia Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade Cidade do Salvador (FCS), com sede na Praça da Inglaterra, nº 2, Ed. Nobre, bairro Comércio, no município Salvador, no estado da Bahia, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, §7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201207793 Parecer: CNE/CES 231/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessada: Unidade de Ensino Superior Vale do Iguaçu S.A. - União da Vitória/PR Assunto: Recredenciamento da Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, com sede no município de União da Vitória, estado do Paraná Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu, com sede na rua Padre Saporiti, nº 717, bairro Rio D'Areia, município de União da Vitória, estado do Paraná, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201102441 Parecer: CNE/CES 233/2015 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Unic Educacional Ltda. - Cuiabá/MT Assunto: Recredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, com sede no município de Tangará da Serra, no estado de Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, com sede na avenida Vergílio Favetti, nº 1200, bairro Vila Alta, no município de Tangará da Serra, no estado de Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201102593 Parecer: CNE/CES 234/2015 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Sociedade Civil Integrada Madre Celeste Ltda. - Ananindeua/PA Assunto: Recredenciamento da Escola Superior Madre Celeste (ESMAC), com sede no município de Ananindeua, estado do Pará Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Escola Superior Madre Celeste, situada à Estrada da Providência, nº 10, bairro Coqueiro, município de Ananindeua, estado do Pará, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201108271 Parecer: CNE/CES 235/2015 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Sociedade Padrão de Educação Superior Ltda. - Montes Claros/MG Assunto: Recredenciamento das Faculdades Integradas Pitágoras, com sede no município de Montes Claros, no estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento das Faculdades Integradas Pitágoras, situada à avenida Professora Aida Mainartina Paraíso, nº 80, bairro Ibituruna, município de Montes Claros, estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201117645 Parecer: CNE/CES 236/2015 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessado: Centro de Ensino Superior de Vespasiano Ltda. - Vespasiano/MG Assunto: Recredenciamento da Faculdade da Saúde e Ecologia Humana, com sede no município de Vespasiano, estado de Minas Gerais Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento da Faculdade da Saúde e Ecologia Humana, com sede na rua São Paulo, nº 958, bairro Jardim Alterosa, no município de Vespasiano, no estado de Minas Gerais, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º, da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 200901266 Parecer: CNE/CES 237/2015 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessada: Única Educacional - Brasília/DF Assunto: Recredenciamento das Faculdades Integradas Promove de Brasília, com sede em Brasília, Distrito Federal Voto do relator: Voto favoravelmente ao recredenciamento das Faculdades Integradas Promove de Brasília, com sede na Região Administrativa X, Guará I, QE 11 Área Especial C/D, s/nº, no Distrito Federal, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 4º da Lei nº 10.870/2004, como a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do Decreto nº 5.773/2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201304797 Parecer: CNE/CES 238/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: União Cultural e Educacional de Angeles - Araçatuba/SP Assunto: Credenciamento da Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo, a ser instalada no município de Paragominas, no estado do Pará Voto do relator: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade União Cultural do Estado de São Paulo, que seria instalada na rua Fortaleza, s/nº, Trecho Seco, município de Paragominas, estado do Pará Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201355765 Parecer: CNE/CES 239/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessado: Centro de Estudos Especializados Ltda. - Vitória/ES Assunto: Credenciamento da Faculdade Unida de Vitória, localizada no município de Vitória, no estado do Espírito Santo, para oferta de cursos de Pós-Graduação Lato Sensu na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Unida de Vitória, localizada na rua Engenheiro Fábio Ruschi, nº 161, bairro Bento Ferreira, município de Vitória, estado do Espírito Santo, para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, observando-se o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.000323/2014-11 Parecer: CNE/CES 240/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessado: Instituto Adventista de Ensino (IAE) - Engenheiro Coelho/SP Assunto: Recurso contra ato do Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria SERES/MEC nº 662, de 11/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 12/12/2014, indeferiu pedido de unificação do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), com sede no município de São Paulo, com a Faculdade Adventista de Hortolândia (FAH), com sede no município de Hortolândia, ambas no estado de São Paulo Voto do relator: Nos termos do Artigo 6º, Inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa na Portaria SERES/MEC nº 662, de 11 de dezembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 12 de dezembro de 2013, para indeferir o pedido de unificação do Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP), localizada no município de São Paulo, com a Faculdade Adventista de Hortolândia (FAH), localizada no município de Hortolândia, ambas no estado de São Paulo Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201304782 Parecer: CNE/CES 241/2015 Relator: Joaquim José Soares Neto Interessado: Instituto de Ensino Dalva Campos Ltda. - Cuiabá/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade Fasipe Mato Grosso, a ser instalada no município de Cuiabá, estado de Mato Grosso Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Fasipe Mato Grosso, a ser instalada na rua Lezino da Costa Leite, nº 29, bairro Jardim Petrópolis, no município de Cuiabá, no estado de Mato Grosso, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta dos cursos de Enfermagem (150 vagas anuais), de Nutrição (150 vagas anuais), de Análise e Desenvolvimento de Sistemas (150 vagas anuais), de Fisioterapia (150 vagas anuais) e de Biomedicina (150 vagas anuais) Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201307852 Parecer: CNE/CES 242/2015 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP) - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento da Fundação Universidade Virtual do Estado de São Paulo (UNIVESP), com sede no município de São Paulo, estado de São Paulo, para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Fundação Universidade Virtual do estado de São Paulo (UNIVESP), para oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com a realização das atividades presenciais obrigatórias em sua sede e nos polos de apoio presencial relacionados no Quadro I, anexo a este Parecer, a partir da solicitação de oferta do curso superior de tecnologia em Processos Gerenciais, com 1.200 vagas, observados tanto o prazo máximo de 5 (cinco) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007 Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201206742 Parecer: CNE/CES 243/2015 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Sociedade Escolar Barão do Rio Branco - São Paulo/SP Assunto: Credenciamento do Instituto de Formação Profissional Administrativa (IFPA), a ser instalado no município de São Paulo, no estado de São Paulo Voto da relatora: Voto favoravelmente ao credenciamento do Instituto de Formação Profissional Administrativa (código: 17587), a ser instalado na avenida Engenheiro Alberto Kuhlmann, nº 525, Jardim Ipanema (Zona Sul), município de São Paulo, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do Curso Superior de Tecnologia em Processos Gerenciais (código: 17587; processo nº 201206743), com 40 (quarenta) vagas totais anuais, pleiteado quando da solicitação de credenciamento Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201305254 Parecer: CNE/CES 244/2015 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessada: Sociedade Educacional Pinhalzinho - ME - Pinhalzinho/SC Assunto: Credenciamento da Faculdade São José, a ser instalada no município de São Miguel do Oeste, no estado de Santa Catarina Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade São José, a ser instalada na rua La Salle, n.º 2570, Centro, no município de São Miguel do Oeste, no estado de Santa Catarina, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta inicial dos cursos de Administração, bacharelado, Ciências Contábeis, bacharelado, e Educação Física, licenciatura, com 70 (setenta) vagas totais anuais cada Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201304681 Parecer: CNE/CES 245/2015 Relator: Paulo Monteiro Vieira Braga Barone Interessado: Ser Educacional S.A. - Recife/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Jaboatão dos Guararapes, a ser instalada no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade Maurício de Nassau de Jaboatão dos Guararapes, a ser instalada na, rua 101, nº 15, bairro Guararapes, no município de Jaboatão dos Guararapes, no estado de Pernambuco, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, quanto a exigência avaliativa, prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta inicial do curso de Ciências Contábeis, bacharelado, e dos cursos superiores de tecnologia em Logística, em Segurança no Trabalho e em Gestão Comercial, com 240 (duzentas e quarenta) vagas totais anuais cada Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201115170 Parecer: CNE/CES 246/2015 Relator: Yugo Okida Interessado: Barros Melo Ensino Superior Ltda. - Olinda/PE Assunto: Credenciamento da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO), a ser instalada no município de Olinda, no estado de Pernambuco Voto do relator: Voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Medicina de Olinda (FMO), a ser instalada na rua Doutor Manoel de Almeida Belo, nº 1353, bairro Novo, no município de Olinda, no estado de Pernambuco, observados tanto o prazo máximo de 3 (três) anos, conforme o artigo 13, § 4º, do Decreto nº 5.773/2006, como a exigência avaliativa prevista no artigo 10, § 7º, do mesmo Decreto, com a redação dada pelo Decreto nº 6.303/2007, a partir da oferta do curso de Medicina, com 120 (cento e vinte) vagas totais anuais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 23001.000028/2014-46 Parecer: CNE/CES 247/2015 Relator: Gilberto Gonçalves Garcia Interessado: Édson Reis Meira - Foz do Iguaçu/PR Assunto: Recurso contra a decisão da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que indeferiu o pedido de reconhecimento do diploma de mestrado obtido na Universidade de Tessalônica e do diploma de doutorado obtido na Universidade de Atenas, ambos na Grécia Voto do relator: Considerando o constante no presente parecer, dou provimento ao recurso impetrado por Édson Reis Meira, e determino à Universidade Federal da Bahia que proceda à análise dos pedidos de reconhecimento dos diplomas de mestrado e doutorado, obtidos na Universidade de Tessalônica e na Universidade de Atenas, respectivamente, ambos na Grécia Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000175/2014-16 Parecer: CNE/CES 248/2015 Relator: Yugo Okida Interessada: Neide Néri Carvalho Batista - Uberlândia/MG Assunto: Recurso contra decisão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que indeferiu o pedido de reconhecimento do diploma de mestrado em Gestão Empresarial emitido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), na cidade de Vila Real, em Portugal Voto do relator: Diante do exposto, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo a decisão da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), que indeferiu o pedido de reconhecimento do título de mestre obtido por Neide Néri Carvalho Batista, RG nº M-9.092 - SSP/MG, emitido pela Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), na cidade de Vila Real, em Portugal Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.005523/2014-51 Parecer: CNE/CES 249/2015 Relator: Luiz Roberto Liza Curi Interessada: Fundação José Bonifácio Lafayette de Andrada - Barbacena/MG Assunto: Recurso contra a decisão da SERES que, por meio do Despacho nº 208 de 5/12/2013, determinou medidas cautelares na Faculdade de Administração de Cataguases (UNIPACAT) Voto do pedido de vistas: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho SERES nº 208, de 5 de dezembro de 2013, que determinou medidas cautelares na Faculdade de Administração de Cataguases - UNIPACAT, com sede na rua Nogueira Neves, nº 187, Centro, município de Cataguases, estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000079/2015-59 Parecer: CNE/CES 250/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessado: Rogério Epifânio de Almeida - Porto Velho/RO Assunto: Solicitação de autorização para cursar 75% (setenta e cinco por cento) do internato de Medicina fora da unidade federativa em que está matriculado Voto do relator: Voto favoravelmente à autorização para que Rogério Epifânio de Almeida, portador da carteira de identidade nº 07714785-50, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF sob o nº 826.725.475-72, estudante do curso de Medicina das Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA), situada no município de Porto Velho, estado de Rondônia, realize, em caráter excepcional, 75% (setenta e cinco por cento) do Estágio Curricular Supervisionado (Internato) no Hospital Santo Antônio, instituição filantrópica ligada à Associação Obras Sociais Irmã Dulce, situado na avenida Bonfim nº 161, largo de Roma, no município de Salvador, estado da Bahia devendo o requerente cumprir as atividades de estágio curricular previstas no projeto pedagógico do curso de Medicina das Faculdades Integradas Aparício Carvalho (FIMCA) do município de Porto Velho, estado de Rondônia, cabendo a esta a responsabilidade pela supervisão do referido estágio Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201104746 Parecer: CNE/CES 251/2015 Relator: José Eustáquio Romão Interessado: Lael Varella Educação e Cultura Ltda. - Muriaé/MG Assunto: Credenciamento da Faculdade de Minas (FAMINAS), com sede no município de Muriaé, no estado de Minas Gerais, para oferta de cursos de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância Voto do relator: Por estar em consonância com os requisitos do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, alterado pelo Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, e nos termos da Portaria nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, e do Decreto nº 5.622/2005, alterado pelo Decreto nº 6.303/2007, voto favoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Minas (FAMINAS) para a oferta de programas de pós-graduação lato sensu na modalidade a distância, com sede localizada na avenida Cristiano Ferreira Varella, Rodovia BR 116, Km 701, nº 655, bairro Universitário, no município de Muriaé, estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.003248/2011-99 (Ref.: 23000.009300/2009-04; 23000.016397/2010-37; 23000.005182/2009-57; 23000.014962/2010-21; 23000.006231/2011-93; e 23000.006246/2011-51) Parecer: CNE/CES 252/2015 Relator: Luiz Fernandes Dourado Interessada: Associação de Educação e Assistência Social São Marcos - São Paulo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio do Despacho do Secretário nº 28, de 22 de março de 2012 - SERES/MEC, publicado no Diário Oficial da União em 26 de março de 2012, determinou o descredenciamento da Universidade São Marcos, por aplicação da penalidade do artigo 52, inciso IV, do Decreto nº 5.773/2006 Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conhecemos do recurso para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo os efeitos do Despacho do Secretário nº 28, de 22 de março de 2012 - SERES/MEC, publicado no Diário Oficial da União em 26 de março de 2012, que descredenciou a Universidade São Marcos Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23000.008914/2013-47 Parecer: CNE/CES 253/2015 Relator: Erasto Fortes Mendonça Interessada: Fundação Edson Queiroz - Fortaleza/CE Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (SERES) que, por meio da Portaria SERES/MEC nº 628/2013, deferiu parcialmente o pedido de aumento de vagas, sob a forma de aditamento ao ato autorizativo, do curso de graduação em Medicina, bacharelado, ministrado pela Universidade de Fortaleza, com sede no município de Fortaleza, estado do Ceará Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, expressa na Portaria SERES/MEC nº 628, de 1/2/2013, publicada no Diário Oficial da União de 21/3/2013, para autorizar a oferta de 144 (cento e quarenta e quatro) vagas totais anuais do curso de graduação em Medicina (bacharelado), da Universidade de Fortaleza (Unifor), localizada na avenida Washington Soares, nº 1.321, município de Fortaleza, estado do Ceará Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Processo: 23001.000038/2014-81 Parecer: CNE/CES 254/2015 Relator: José Eustáquio Romão Interessada: (UNISEPE) União das Instituições de Serviços, Ensino e Pesquisa Ltda. - Amparo/SP Assunto: Recurso contra a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior que, por meio da Portaria SERES nº 615 de 19 de novembro de 2013, publicada no DOU em 20 de novembro de 2013, indeferiu o pedido de autorização do curso de Direito, bacharelado, das Faculdades Integradas ASMEC, com sede no município de Ouro Fino, no estado de Minas Gerais (ref. e-MEC nº 201203491) Voto do relator: Nos termos do artigo 6º, inciso VIII, do Decreto nº 5.773/2006, conheço do recurso para, no mérito, dar-lhe provimento, reformando a decisão da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior expressa na Portaria SERES/MEC nº 615, de 19 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 20/11/2013, para autorizar a oferta de 60 (sessenta) vagas totais anuais do curso de Direito, bacharelado, das Faculdades Integradas ASMEC, antigo Instituto de Ensino Superior de Ouro Fino, instituição situada na Av. Dr. Professor Antônio Eufrásio de Toledo, nº 100, Jardim dos Ypês, no município de Ouro Fino, estado de Minas Gerais Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

e-MEC: 201103899 Parecer: CNE/CES 255/2015 Relatora: Márcia Angela da Silva Aguiar Interessada: Faculdade de Pontes e Lacerda Ltda. - Pontes e Lacerda/MT Assunto: Credenciamento da Faculdade de Pontes e Lacerda, a ser instalada no município de Pontes e Lacerda, no estado de Mato Grosso Voto da relatora: Voto desfavoravelmente ao credenciamento da Faculdade de Pontes e Lacerda, que seria instalada na avenida José Martins Monteiro, nº 1.256, Centro, no município de Pontes e Lacerda, no estado de Mato Grosso Decisão da Câmara: APROVADO por unanimidade.

Observação: De acordo com o Regimento Interno do CNE e a Lei nº 9.784/1999, os interessados terão prazo de 30 (trinta) dias para recursos, quando couber, a partir da data de publicação desta Súmula no Diário Oficial da União, ressalvados os processos em trâmite no Sistema e-MEC, cuja data de publicação, para efeito de contagem do prazo recursal, será efetuada a partir da publicação nesse Sistema, nos termos do artigo 1º, § 2º, da Portaria Normativa MEC nº 40/2007. Os Pareceres citados encontram-se à disposição dos interessados no Conselho Nacional de Educação e serão divulgados na página do CNE (http://portal.mec.gov.br/cne/).

Brasília, 28 de agosto de 2015.
RODRIGO LAMEGO DE TEIXEIRA SOARES
Secretário Executivo

ANEXO

Quadro I
Polos de Apoio Presencial

	Polos	Endereço
1	CEU Água Azul (Zona Leste)	Avenida dos Metalúrgicos, nº 1.262 - Cidade Tiradentes - São Paulo/SP
2	CEU Alvarenga (Zona Sul)	Estrada do Alvarenga, nº 3.752 - Santo Amaro - Balneário São Francisco - São Paulo/SP
3	CEU Aricanduva (Zona Leste)	Rua Olga Fadel Abarca, s/nº - Vila Aricanduva - São Paulo/SP
4	CEU Butantã (Zona Oeste)	Avenida Engenheiro Heitor Antônio Eiras Garcia, nº 1.870 - Jardim Esmeralda - São Paulo/SP
5	CEU Campo Limpo (Zona Sul)	Avenida Carlos Lacerda, nº 678 - Pirajussara - São Paulo/SP
6	CEU Casa Blanca (Zona Sul)	Rua João Damasceno, nº s/nº - Vila das Belezas - São Paulo/SP
7	CEU Cidade Dutra (Zona Sul)	Avenida Interlagos, nº 7350 - Interlagos - São Paulo/SP
8	CEU Jaçanã (Zona Norte)	Rua Antônio César Neto, nº 105 - Jaçanã - São Paulo/SP
9	CEU Jambeiro (Zona Leste)	Avenida Flores do Jambeiro, s/nº Guaianases - Jardim São Paulo(Zona Leste) - São Paulo/SP
10	CEU Jardim Paulistano (Zona Norte)	Rua Aparecida do Taboado, s/nº - Jardim Paulistano (Zona Norte) - São Paulo/SP
11	CEU Meninos (Zona Sul)	Rua Barbinos, s/nº - São João Clímaco - São Paulo/SP
12	CEU Parque São Carlos (Zona Leste)	Rua Clarear, nº 141 - Jardim São Carlos (Zona Leste) - São Paulo/SP
13	CEU Parque Veredas (Zona Leste)	Rua Daniel Muller, nº 347 - Chácara Dona Olívia - São Paulo/SP
14	CEU Pera Marmelo (Zona Oeste)	Rua Pêra-Marmelo, nº 226 - Jardim Santa Lucrécia - São Paulo/SP
15	CEU Quinta do Sol (Zona Leste)	Avenida Luiz Imparato, nº 564 - Parque Císper - São Paulo/SP
16	CEU Rosa da China (Zona Leste)	Rua Clara Petrela, s/nº - Jardim São Roberto - São Paulo/SP
17	CEU Vila Atlântica (Zona Oeste)	Rua Coronel José Venâncio Dias, nº 840 - Jaraguá - São Paulo/SP
18	CEU Vila Curuçá (Zona Leste)	Avenida Marechal Tito, nº 3.400 - Itaim Paulista - São Paulo/SP
19	Faculdade de Tecnologia de Diadema	Avenida Luiz Merenda, nº 503 - Campanário - Diadema/SP
20	Faculdade de Tecnologia de Itaquera Prof. Miguel Reale	Avenida Miguel Ignácio Curi, s/nº - Vila Carmosina - São Paulo/SP
21	Faculdade de Tecnologia de Jacareí	Avenida Nove de Julho, nº 745 - Jardim Pereira do Amparo - Jacareí/SP
22	Faculdade de Tecnologia de Pompeia Shunji Nishimura	Av. Shunji Nishimura, nº 605 - Distrito Industrial - Pompeia/SP
23	Faculdade de Tecnologia de São Roque	Rua Marechal Deodoro da Fonseca, nº 132 - Centro - São Roque/SP
24	Famema	Avenida Monte Carmelo, nº 800 - Fragata - Marília/SP
25	Famerp	Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 5416 - Vila São João - São José do Rio Preto/SP
26	Fatec Tatuapé	Rua Antônio de Barros, nº 800 - de 701/702 a 1.349/1.350 - São Paulo/SP

COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR

PORTARIA Nº 109, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Outorga do Prêmio Capes de Tese - Edição 2015, teses defendidas em 2014.

O PRESIDENTE DA COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR - CAPES, usando das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto aprovado pelo Decreto nº 7.692, de 02 de março de 2012, tendo em vista o Edital nº 08/2015, publicado no Diário Oficial da União do dia 09 de abril de 2015, Seção III, página 29/30, que disciplina a edição 2015 do Prêmio Capes de Tese, e considerando as decisões tomadas pelas comissões de avaliação do Prêmio Capes de Tese, resolve:

Art. 1º - Outorgar o Prêmio Capes de Tese Edição 2015 aos autores das melhores teses de doutorado defendidas em 2014 e dar distinção aos respectivos orientadores, coorientadores e Programas de Pós-Graduação, conforme a área de conhecimento:

CARLOS AFONSO NOBRE

Área	Autor	Orientador	Coorientador	Tese	Programa	IES
Administração, Ciências Contábeis	Marco Antônio de Oliveira Vieira Goulart	Newton Carneiro Affonso da Costa Jr		Aversão à vergonha: um estudo em finanças comportamentais	Administração	UFSC
Antropologia e Arqueologia	Edilson Sandro Pereira	Renata de Castro Menezes		O Teatro da Religião: A Semana Santa em Ouro Preto vista através de seus personagens	Antropologia Social	UFRJ
Arquitetura e Urbanismo	Tathiane Agra de Lemos Martins	Leopoldo Eurico Gonçalves Bastos	Luc Adolphe	De condicionantes solares à oportunidades de desenho urbano: otimização de tipo-morfologias urbanas em contexto de clima tropical	Arquitetura	UFRJ

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artes e Música	Luiz de França Costa Lima Neto	Martha Tupinambá de Ulhôa	Maria de Lourdes Rabetti	Música, teatro e sociedade nas comédias de Luiz Carlos Martins Penna (1833-1846): entre o Lundu, a Ária e a Aleluia	Música	UNIRIO
Astronomia e Física	Eduardo Olímpio Ribeiro Dias	José Américo de Miranda Neto		Otimização e controle de interfaces instáveis e de forças adesivas em fluidos	Física	UFPE
Biodiversidade	Mathias Mistretta Pires	Paulo Roberto Guimarães Júnior		Redes Tróficas de Pleistoceno: Estrutura e Fragilidade	Ecologia	USP
Biotecnologia	Caio Pinho Fernandes	Leandro Machado Rocha	Deborah Quintanilha Falcão	Desenvolvimento de uma nanoemulsão bioinseticida preparada com extrato de *Manilkara subsericea*	Biotecnologia Vegetal	UFRJ
Ciência da Computação	Gustavo Araújo Soares	Rohit Gheyi		Uma abordagem automatizada para testar ferramentas de refatoramento	Ciência da Computação	UFCG
Ciência de Alimentos	Geovana Dagostim Savi Bortolotto	Vildes Maria Scussel		Estratégias de controle e descontaminação do trigo em grãos (Triticum aestivum L.) com relação a fungos, micotoxinas e agrotóxicos utilizando compostos químicos e ozônio gasoso	Ciências dos Alimentos	UFSC
Ciências Políticas e Relações Internacionais	Thiago Lima da Silva	Sebastião Carlos Velasco e Cruz		A resiliência da política de subsídios agrícolas nos Estados Unidos	Ciência Política	UNICAMP
Ciências Agrárias I	Gilberto de Oliveira Mendes	Maurício Dutra Costa	Ivo Ribeiro da Silva, Nicolay Bojkov Vassilev, José Ivo Ribeiro Júnior	Cinética e otimização da solubilização de fosfato natural por *Aspergillus niger*	Microbiologia Agrícola	UFV
Ciências Ambientais	Luiz Carlos Demattê Filho	Paulo Eduardo Moruzzi Marques		Sistema agroalimentar da avicultura fundada em princípios da Agricultura Natural: multifuncionalidade, desenvolvimento territorial e sustentabilidade	Ecologia Aplicada	USP/ESALQ
Ciências Biológicas I	Pedro Elias Marques Pereira Silva	Gustavo Batista de Menezes		Deposição de DNA no fígado como um novo fenômeno da lesão hepática medicamentosa	Biologia Celular	UFMG
Ciências Biológicas II	Eugenio Damaceno Hottz	Patrícia Torres Bozza	Fernando Augusto Bozza	Mecanismos de Ativação Plaquetária na Dengue: Contribuições para a Patogênese	Biologia Celular e Molecular	FIOCRUZ
Ciências Biológicas III	Daniel Menezes Souza	Ricardo Toshio Fujiwara	Daniella Castanheira Bartholomeu	Estudo de proteínas do parasito *Leishmania (Viannia) braziliensis* ortólogas a proteínas do hospedeiro: papel na infectividade e potencial uso no diagnóstico sorológico das leishmanioses	Parasitologia	UFMG
Ciências Sociais Aplicadas I	Raphael Diego Greenhalgh	Miriam Paula Manini		Segurança contra roubo e furto de livros raros: uma perspectiva sob a ótica da Economia do Crime e da Teoria da Dissuasão	Ciências da Informação	UNB
Direito	Martin Perius Haeberlin	Thadeu Weber	Ingo Wolfgang Sarlet; Ekkehart Reimer	Crítica da razão do Estado: uma (re)formulação do conceito de interesse público e a correlata construção de um Estado meritocrático de direito	Direito	PUC/RS
Economia	Priscilla de Albuquerque Tavares	Vladimir Pinheiro Ponczek		Três Ensaios em Economia da Educação	Economia de Empresas	FGV/SP
Educação	Cristiane Correia Taveira	Vera Maria Ferrão Candau		Por uma didática da invenção surda: prática pedagógica nas escolas-piloto de educação bilíngue no município do Rio de Janeiro	Educação	PUC-RIO
Educação Física	Rodrigo de Marche Baldon	Fábio Viadanna Serrão		Efeitos do treinamento de estabilização funcional em mulheres saudáveis e com dor femoropatelar	Fisioterapia	UFSCAR
Enfermagem	Ana Graziela Alvarez	Grace Teresinha Marcon Dal Sasso		Tecnologia persuasiva na aprendizagem da avaliação da dor aguda em enfermagem	Enfermagem	UFSC
Engenharias I	Nívea Gabriela Benevides de Albuquerque	Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo		Comportamento das ligações de lajes lisas de concreto armado com pilares de borda sujeitas a excentricidades interna e externas	Estruturas e Construção Civil	UNB
Engenharias II	Evelin Andrade Manoel	Maria Alice Zarur Coelho	Denise Maria Guimarães Freire	Obtenção de biocatalisador para resolução cinética de derivados de *mio*-inositol	Tecnologia de Processos Químicos e Bioquímicos	UFRJ
Engenharias III	Fernando de Jesús López Rodríguez	Vicente de Paulo Nicolau	Xavier Maldague	Detecção e Caracterização de Defeitos Internos por Termografia Infravermelha Pulsada	Engenharia Mecânica	UFSC
Engenharias IV	Carlos Renato Belo Azevedo	Fernando José Von Zuben		Antecipação na tomada de decisão com múltiplos critérios sob incerteza	Engenharia Elétrica	UNICAMP
Ensino	Filipe Santos Fernandes	Antonio Vicente Marafioti Garnica		A quinta história: composições da educação matemática como área de pesquisa	Educação Matemática	UNESP/RC
Farmácia	Joel Gonçalves de Souza	Renata Fonseca Vianna Lopez		Avaliação do potencial da associação de dendrímeros e iontoforese para a administração ocular de fármacos	Ciências Farmacêuticas	USP/RP
Filosofia/Teologia	Luis Fernando Munaretti da Rosa	Cláudio Gonçalves de Almeida	Peter Klein	Toward Explicating and Modelling Epistemic Rationality	Filosofia	PUC/RS
Geociências	Carlos Eduardo Ganade de Araujo	Umberto Giuseppe Cordani		Evolução tectônica da margem ativa neoproterozóica do Orógeno Gondwana Oeste na Província Borborema (NE-Brasil)	Geociências (Geoquímica e Geotectônica)	USP
Geografia	Rodolfo Alves da Luz	Cleide Rodrigues		Mudanças geomorfológicas na planície fluvial do Rio Pinheiros, São Paulo (SP), ao longo do processo de urbanização	Geografia (Geografia Física)	USP
História	Edianne dos Santos Nobre	Jacqueline Hermann		Incêndios da alma: a beata Maria de Araújo e a experiência mística no Brasil do Oitocentos	História Social	UFRJ
Interdisciplinar	Bernardo Martins Rocha	Elson Magalhães Toledo	Rodrigo Weber dos Santos Luis Paulo da Silva Barra	Modelagem da atividade eletromecânica do coração e os efeitos da deformação na repolarização	Modelagem Computacional	LNCC
Letras/Linguística	Rodrigo Borba	Luiz Paulo da Moita Lopes		(Des)aprendendo a "ser": trajetórias de socialização e performances narrativas no processo transexualizador	Interdisciplinar Lingüística Aplicada	UFRJ
Matemática/Probabilidade e Estatística	Lucas Coelho Ambrozio	Fernando Codá dos Santos Cavalcanti Marques		Constant Mean Curvature Foliations and Scalar Curvature Rigidity of Three-Manifolds	Matemática	IMPA
Materiais	Edroaldo Lummertz da Rocha	Carlos Renato Rambo	Luismar Marques Porto	Interações Nanopartícula-Células e Biomaterial-Células Induzem Mudanças Globais em Programas de Expressão de Genes	Ciência e Engenharia de Materiais	UFSC
Medicina I	Marta Ribeiro Hentschke	Carlos Eduardo Poli de Figueiredo	Lucilla Poston; Bartira Ercília Pinheiro da Costa	Pré-eclâmpsia: avaliação de aspectos fisiopatológicos e clínicos	Medicina e Ciências da Saúde	PUC/RS
Medicina II	Ary Gadelha de Alencar Araripe Neto	Rodrigo Affonseca Bressan	Mirian Akemi Furuie Hayashi	Caracterização do papel das oligopeptidases (NDEL1 e ECA) na esquizofrenia: um estudo translacional e multimodal	Psiquiatria e Psicologia Médica	UNIFESP
Medicina III	Jhenifer Kliemchen Rodrigues	Paula Andrea de Albuquerque Salles Navarro		Papel dos androgênios na sobrevida, crescimento e secreção de hormônios esteróides e anti-mülleriano por folículos de *Macaca mulatta* cultivados individualmente em matrix 3-D	Ginecologia e Obstetrícia	USP/RP
Medicina Veterinária	Rodrigo Otávio Silveira Silva	Francisco Carlos Faria Lobato	Roberto Mauricio Carvalho Guedes	*Clostridium difficile*: Padronização e avaliação de métodos de diagnóstico, ocorrência em seres humanos e animais e desenvolvimento de um modelo experimental em hamsters	Ciência Animal	UFMG
Nutrição	Isabelle da Silva Luz	Evandro Leite de Souza		Capacidade de adaptação e tolerância em bactérias contaminantes de alimentos frente ao óleo essencial de *Origanum vulgare* L. e carvacrol	Nutrição	UFPE
Odontologia	Jovito Adiel Skupien	Tatiana Pereira Cenci	Maximiliano Sérgio Cenci	Uso de materiais diretos e indiretos para amplas restaurações: Implicações clínicas e laboratoriais	Odontologia	UFPEL
Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	Lúcia Maria de Siqueira Cavalcanti Veras	Ana Rita Sá Carneiro		Paisagem-postal: a imagem e a palavra na compreensão de um Recife urbano	Desenvolvimento Urbano	UFPE
Psicologia	Áurea Lúcia Magalhães Cardoso de Medeiros Ferreira	Vera Lúcia Trevisan de Souza		Os sentidos da docência para alunos do magistério indígena: o papel da língua como mediação.	Psicologia	PUCCAMP
Química	Rodrigo Villegas Salvatierra	Aldo José Gorgatti Zarbin	Marcela Mohallem Oliveira	Filmes Finos de Polímeros Conjugados e Nanoestruturas de Carbono obtidos em Interfaces Líquido-Líquido: Síntese, caracterização e aplicação em dispositivos fotovoltaicos	Química	UFPR

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Saúde Coletiva	Flávia Bulegon Pilecco	Daniela Riva Knauth	Álvaro Vigo	Aborto Provocado em Mulheres Vivendo com HIV/AIDS	Epidemiologia	UFRGS
Serviço Social	Maria Ilidiana Diniz	Elaine Rossetti Behring	Guilherme Almeida da Silva	Mulheres como eu, mulheres como as outras: desvelando o assédio moral e sexual no âmbito do trabalho das comerciárias do Estado do Rio Grande do Norte	Serviço Social	UERJ
Sociologia	Marcos Santana de Souza	Mariza Corrêa		"Sou policial, mas sou mulher": gênero e representações sociais na Polícia Militar de São Paulo	Ciências Sociais	UNICAMP
Zootecnia/Recursos Pesqueiros	Ana Paula Del Vesco	Eliane Gasparino		Mecanismos moleculares relacionados à deposição protéica e ao estado redox de aves alimentadas com DL-metionina e submetidas ao estresse térmico	Zootecnia	UEM

§1° Os orientadores citados no artigo 1° farão jus ao auxílio enunciado nos incisos I, II e IV, do Artigo 7°, do Edital n°08/2015.

§2° Os coorientadores e Programas de Pós-Graduação receberão certificado.

Art. 2° - Outorgar Menção Honrosa, no âmbito do Prêmio Capes de Tese Edição 2015, aos seguintes autores, conforme sua área de conhecimento:

Área	Autor	Orientador	Coorientador	Tese	Programa de Pós Graduação	Instituição
Administração, Ciências Contábeis	Adalmir de Oliveira Gomes	Tomas de Aquino Guimarães		Estudos sobre desempenho da Justiça Estadual de primeira instância no Brasil	Administração	UNB
Administração, Ciências Contábeis	Leon Chant Dakessian	Paulo Roberto Feldmann		Explorando os efeitos das distâncias cultural e psíquica sobre o desempenho das fusões e aquisições: O caso das aquisições internacionais realizadas pelas multilatinas	Administração	USP
Antropologia/ Arqueologia	Ângelo Alves Corrêa	Fabíola Andréa Silva		Pindorama de mboîa e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi	Arqueologia	USP
Antropologia/ Arqueologia	Izabella Lacerda Pimenta	Simoni Lahud Guedes	Edilson Márcio de Almeida Silva	Dos acessos ao "mundo do trabalho" - uma etnografia sobre os processos de construção institucional de presos e egressos no Rio de Janeiro (Brasil) e em Ottawa (Canadá)	Antropologia	UFF
Arquitetura e Urbanismo	André Luiz Prado de Oliveira	Silke Kapp		Ao fim da cidade: conjuntos habitacionais nas bordas urbanas	Arquitetura e Urbanismo	UFMG
Arquitetura e Urbanismo	Thaís Troncon Rosa	Cibele Saliba Rizek		Cidades Outras: pobreza, moradia e mediações em trajetórias urbanas liminares	Arquitetura e Urbanismo	USP/SC
Artes e Música	Marianne Tezza Consentino	Sonia Lucia Rangel		O Rei Lear no meu quintal. Da sala de ensaio à cena: formação, percurso e método no trajeto poético de uma encenadora	Artes Cênicas	UFBA
Astronomia e Física	Marcelo Victor Pires de Sousa	Elisabeth Mateus Yoshimura	Carlos Amilcar Parada	Interação de laser com neurônios: óptica de tecidos e fotoneuromodulação da dor	Física	USP
Astronomia e Física	Natasha Ariane Diniz Yamamoto	Lucimara Stolz Roman		Células solares orgânicas baseadas nas Estruturas Heterojunção em Bicamada e Heterojunção de Volume	Física	UFPR

Biodiversidade	Lucília Souza Miranda	Antonio Carlos Marques		Evolução de Staurozoa (Cnidaria): inferências moleculares, morfológicas e de cnidoma	Ciências Biológicas (Zoologia)	USP
Biodiversidade	Vinícius de Lima Dantas	Marco Antônio Portugal Luttembarck Batalha		O papel do fogo na estruturação funcional e filogenética de savanas e florestas tropicais	Ecologia e Recursos Naturais	UFSCAR
Biotecnologia	Gabriela Hase Siqueira	Ana Lúcia Tabet Oller do Nascimento	Marina von Atzinger dos Reis	Envolvimento de proteínas de membrana de *Leptospira interrogans* nos mecanismos de evasão e invasão do hospedeiro	Biotecnologia	USP
Biotecnologia	Laura de Andrade Moura	André Lopes Fuly		Bioprospecção marinha: propriedade antitrombótica na alga *Dictyota menstrualis* e atividade fosfolipásica A2 na anêmona *Condylactis gigantea*	Ciências e Biotecnologia	UFF
Ciência da Computação	Uéverton dos Santos Souza	Fábio Protti	Maise Dantas da Silva; Dieter Rautenbach	Multivariate Investigation of NP-Hard Problems: Boundaries Between Parameterized Tractability and Intractability	Computação	UFF
Ciência da Computação	Wallace Correa de Oliveira Casaca	Luis Gustavo Nonato	Gabriel Taubin	Estudo do Laplaciano do grafo para o problema de clusterização espectral e segmentação interativa de imagens	Ciências da Computação e Matemática Computacional	USP/SC
Ciência de Alimentos	Cristiano Augusto Ballus	Helena Teixeira Godoy		Caracterização química e capacidade antioxidante de azeites de oliva extravirgem provenientes do Brasil e de outros países utilizando técnicas eletroforéticas, cromatográficas e espectrométricas	Ciência de Alimentos	UNICAMP
Ciência de Alimentos	Meg da Silva Fernandes	Arnaldo Yoshiteru Kuaye	Dirce Yorika Kabuki	*Enterococcus* spp. e *Bacillus cereus* isolados de processamento de ricota: patogenicidade, formação de biofilmes multiespécie e detecção de autoindutores AI-2	Tecnologia de Alimentos	UNICAMP
Ciências Agrárias I	Edivânio Rodrigues de Araújo	Marisa Alvares da Silva Velloso Ferreira	Alice Maria Quezado-Duval	Diagnose molecular e estudos epidemiológicos da mancha-bacteriana do tomateiro	Fitopatologia	UNB
Ciências Agrárias I	Lucas William Mendes	Siu Mui Tsai	Eiko Eurya Kuramae	Metagenome of Amazon forest conversion: impacts on soil-borne microbial diversity and functions	Ciências (Energia Nuclear na Agricultura)	USP/CENA
Ciências Ambientais	Viviane Fernandez Cavalcanti	Mário Luiz Gomes Soares	Carlos José Saldanha Machado	Para onde vamos com o sequestro de carbono? A rede sociotécnica do carbono assimilado por manguezais	Meio Ambiente	UERJ
Ciências Biológicas I	Luciana Tovo Rodrigues	Mara Helena Hutz		Importância do estudo de desordem intrínseca de proteínas para a genética psiquiátrica: receptor de dopamina D4 e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade como modelo.	Genética e Biologia Molecular	UFRGS
Ciências Biológicas I	Renata Tupinambá Branquinho	Marta de Lana	Vanessa Carla Furtado Mosqueira	Farmacocinética e eficácia terapêutica de lactona sesquiterpênica nanoestruturada na doença de Chagas experimental em modelo murino	Ciências Biológicas	UFOP
Ciências Biológicas II	Ana Cristina Colabardini	Gustavo Henrique Goldman		Análise funcional dos genes que codificam as proteínas quinases *pkcA* e *ypkA* de *Aspergillus nidulans*	Bioquímica	USP/RP
Ciências Biológicas II	Theresa Rachel Jacinto de Souza Bomfim	Fernanda Guarino de Felice	Sérgio Teixeira Ferreira	Disfunção da sinalização por insulina hipocampal na Doença de Alzheimer	Química Biológica	UFRJ
Ciências Biológicas III	Leonardo Carmo de Andrade Lima	Carlos Frederico Martins Menck		Respostas a danos no DNA envolvidas na recuperação do bloqueio da replicação e transcrição em células humanas	Ciências Biológicas (Microbiologia)	USP
Ciências Biológicas III	Leonardo da Silva Augusto	Sergio Schenkman		Caracterização de uma proteína quinase do fator de início de tradução, eIF2alfa, regulada por heme e envolvida no controle do crescimento e diferenciação de *Trypanosoma cruzi*	Microbiologia e Imunologia	UNIFESP
Ciência Política e Relações Internacionais	Florencia Antía Agunin	Renato Raul Boschi		La dinámica política de la redistribución en Chile y Uruguay en los años 2000	Ciência Política	UERJ
Ciência Política e Relações Internacionais	Diego Rafael Canabarro	Marco Aurélio Chaves Cepik		Governança Global da Internet: tecnologia, poder e desenvolvimento	Ciência Política	UFRGS
Ciências Sociais Aplicadas I	Flora Côrtes Daemon de Souza Pinto	Ana Lúcia Silva Enne		Sob o signo da infâmia: jovens homicidas/suicidas e as estratégias comunicacionais de inscrição *post mortem*	Comunicação	UFF
Ciências Sociais Aplicadas I	Reinaldo Cardenuto Filho	Eduardo Victorio Morettin		O cinema político de Leon Hirszman (1976-1981): engajamento e resistência durante o regime militar brasileiro	Meios e Processos Audiovisuais	USP
Direito	Rosane Freire Lacerda	José Geraldo de Sousa Júnior		*"Volveré, y Seré Millones"*: Contribuições Descoloniais dos Movimentos Indígenas Latino Americanos para a Superação do Mito do Estado-Nação	Direito	UNB
Economia	Guilherme Issamu Hirata	Rodrigo Reis Soares		Discriminação Racial no Brasil: preferências, concorrência e profecias	Economia	PUC-RIO
Economia	Otávio Menezes Damé	Aloísio Pessoa de Araújo	Paulo Klinger Monteiro	Share Bidding Auctions, Sliding Scale Royalty Rates and the New Brazilian Regulatory Framework for the Pre-salt Areas	Economia	FGV/RJ
Educação	Patrícia Daniela Maciel	Maria Manuela Alves Garcia		Lésbicas e professoras: modos de viver o gênero na docência	Educação	UFPEL
Educação	Roseli Regis dos Reis	José Geraldo Silveira Bueno		Juventude e Conhecimento Escolar: um estudo sobre o (Des)interesse	Educação: História, Política, Sociedade	PUC/SP
Educação Física	Everton Crivoi do Carmo	Valmor Alberto Augusto Tricoli	Rômulo Cássio de Moraes Bertuzzi	Efeito da economia de corrida sobre a estratégia de prova utilizada durante uma corrida de 10km	Educação Física e Esporte	USP
Educação Física	Rodrigo Mallet Duprat	Marco Antonio Coelho Bortoleto		Realidades e particularidades da formação do profissional circense no Brasil: rumo a uma formação técnica e superior	Educação Física	UNICAMP
Enfermagem	Fernanda Freire Jannuzzi	Roberta Cunha Matheus Rodrigues		Crenças e fatores psicossociais determinantes da adesão aos antidiabéticos orais	Enfermagem	UNICAMP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Enfermagem	Natália Gonçalves	Lídia Aparecida Rossi		Modelo educativo com seguimento por telefone para o autocuidado para pessoas que sofreram queimaduras: ensaio clínico controlado aleatorizado	Enfermagem	USP
Engenharias I	Érico Masiero	Léa Cristina Lucas de Souza		Análise da Influência de Corpos D'Água em Microclimas Urbanos: Estudo de caso em São José do Rio Preto, SP	Engenharia Urbana	UFSCAR
Engenharias I	João Victor Staub de Melo	Glicério Trichês		Desenvolvimento e estudo do comportamento reológico e desempenho mecânico de concretos asfálticos modificados com nanocompósitos	Engenharia Civil	UFSC
Engenharias II	Jovani Luiz Favero	Paulo Laranjeira da Cunha Lage	Luiz Fernando Lopes Rodrigues Silva	Simulação de escoamentos multifásicos polidispersos multivariados	Engenharia Química	UFRJ
Engenharias II	Monique Osorio Talarico da Conceição	Dilson Silva dos Santos		Efeitos dos catalisadores à base de Nb e cloretos de V, Nb, Zr ao MgH2 para uso como armazenadores de Hidrogênio	Engenharia Metalúrgica e de Materiais	UFRJ
Engenharias III	Gustavo Valentim Loch	Arinei Carlos Lindbeck da Silva		Uma nova abordagem no processo iterativo de melhoria de solução na resolução do problema de transporte	Métodos Numéricos em Engenharia	UFPR
Engenharias III	Ovandir Bazan	Jayme Pinto Ortiz		Estudo experimental de escoamento pulsátil através de biopróteses valvulares cardíacas mitrais a partir do desenvolvimento de um simulador do lado esquerdo do coração	Engenharia Mecânica	USP
Engenharias IV	Felipe Vigolvino Lopes	Washington Luiz Araújo Neves	Damásio Fernandes Júnior	Localização de faltas em tempo real baseada na teoria de ondas viajantes usando dados não sincronizados de dois terminais	Engenharia Elétrica	UFCG
Engenharias IV	Gustavo Medeiros Freitas	Fernando Cesar Lizarralde	Liu Hsu	Reconfiguração de robôs móveis com articulação ativa navegando em terrenos irregulares	Engenharia Elétrica	UFRJ
Ensino	France Fraiha-Martins	Terezinha Valim Oliver Gonçalves		Significação do ensino de ciências e matemática em processos de letramento científico-digital	Educação em Ciências e Matemáticas	UFPA
Ensino	Marta Maximo Pereira	Maria Lucia Vital dos Santos Abib		Memória mediada na aprendizagem de Física: problematizando a afirmação "Não me lembro de nada das aulas do ano passado!"	Ensino de Ciências (Modalidades Física, Química e Biologia)	USP
Farmácia	Juçara Ribeiro Franca	André Augusto Gomes Faraco	Anderson José Ferreira; Rachel Oliveira Castilho	Desenvolvimento e avaliação da atividade de *Inserts* Poliméricos de Quitosana para liberação de fármacos antiglaucomatosos	Ciências Farmacêuticas	UFMG
Farmácia	Michelle Fraga	Helder Ferreira Teixeira	Ursula Matte	Desenvolvimento de nanoemulsões catiônicas peguiladas visando à terapia gênica para a Mucopolissacaridose tipo I	Ciências Farmacêuticas	UFRGS
Filosofia/ Teologia	Allan da Silva Coelho	Jung Mo Sung		Capitalismo como religião: Uma crítica a seus fundamentos mítico-teológicos.	Ciências da Religião	UMESP
Filosofia/ Teologia	Marco Antônio Sousa Alves	Rodrigo Antônio de Paiva Duarte	Helton Machado Adverse	O Autor em cena: Uma investigação sobre a autoria e seu funcionamento na modernidade	Filosofia	UFMG
Geociências	Marta Pereira Llopart	Rosmeri Porfírio da Rocha		Impacto da representação solo-planta-atmosfera em simulações climáticas regionais para a América do Sul	Meteorologia	USP
Geociências	Murilo Quintans Ribeiro Bastos	Roberto Ventura Santos		Dos sambaquis do Sul do Brasil à diáspora africana: estudos de geoquímica isotópica de séries esqueléticas humanas escavadas de sítios arqueológicos brasileiros.	Geologia	UNB
Geografia	Edir Augusto Dias Pereira	Rogério Haesbaert da Costa		As encruzilhadas das territorialidades ribeirinhas: Transformações no exercício espacial do poder em comunidades ribeirinhas da Amazônia Tocantina Paraense	Geografia	UFF
História	Ana Flávia Magalhães Pinto	Sidney Chalhoub		Fortes laços em linhas rotas: literatos negros, racismo e cidadania na segunda metade do século XIX	História	UNICAMP
História	Luciana da Cruz Brito	Maria Helena Pereira Toledo Machado		Impressões norte-americanas sobre escravidão, abolição e relações raciais no Brasil escravista	História Social	USP
Interdisciplinar	Alexandre Donizeti Alves	Horacio Hideki Yanasse	Nei Yoshihiro Soma	Desenvolvimento e aplicações de ferramentas computacionais para o mapeamento de produção científica	Computação Aplicada	INPE
Interdisciplinar	Andréa Betânia da Silva	Edilene Dias Matos	Idelette Muzart-Fonseca dos Santos	Entre pés-de-parede e festivais: rota(s) das poéticas orais na cantoria de improviso	Cultura e Sociedade	UFBA
Letras/ Linguística	Chandra Wood Viegas	Ana Suelly Arruda Câmara Cabral		Línguas em rede: para o fortalecimento da língua e da cultura Kokama	Lingüística	UNB
Letras/ Linguística	Tiago Guilherme Pinheiro	Marcos Piason Natali		Literatura sob rasura. Autonomia, neutralização e democracia em J. M. Coetzee e Roberto Bolaño	Letras (Teoria Literária e Literatura Comparada)	USP
Matemática/ Probabilidade e Estatística	Adriano João da Silva	Luiz Antonio Barrera San Martin	Fritz Colonius	Entropia Invariante para Sistemas de Controle em Grupos de Lie e Espaços Homogêneos	Matemática	UNICAMP
Matemática/ Probabilidade e Estatística	Diana Milena Galvis Soto	Víctor Hugo Lachos Dávila		Analise bayesiana de modelos de regressão para dados de proporções na presença de zeros e uns	Estatística	UNICAMP
Materiais	Thiers Massami Uehara	Valtencir Zucolotto	Paulo Barbeitas Miranda	Estudo da interação de nanomateriais com modelos de membranas celulares e com células-tronco neurais	Ciências e Engenharia de Materiais	USP/SC
Medicina I	Mônica Siqueira Ferreira	Rodrigo Ramos Catharino		Estudos lipidômicos aplicados à esquistossomose	Fisiopatologia Médica	UNICAMP
Medicina I	Emerson Leonildo Marques	Cintia Cercato		Efeito da perda de peso induzida por cirurgia bariátrica sobre metabolismo cerebral e função cognitiva	Endocrinologia	USP
Medicina II	Dayvison Francis Saraiva Freitas	Maria Clara Gutierrez Galhardo	Rosely Maria Zancopé Oliveira	Avaliação de fatores epidemiológicos, micológicos, clínicos e terapêuticos associados à esporotricose	Medicina Tropical	FIOCRUZ
Medicina II	Rafael Augusto Teixeira de Sousa	Rodrigo Machado-Vieira		Fisiopatologia do Transtorno de Humor Bipolar e efeito do tratamento com lítio: enfoque em neuroproteção e função mitocondrial	Psiquiatria	USP
Medicina III	Juliano Pinheiro de Almeida	Ludhmila Abrahão Hajjar		Estratégia liberal de transfusão de hemácias versus estratégia restritiva em pacientes submetidos à cirurgia oncológica: estudo controlado e randomizado	Anestesiologia	USP
Medicina III	Renato Dichetti dos Reis Lisboa	Augusto Paranhos Jr.	Felipe Andrade Medeiros	Avaliação diagnóstica da tomografia de coerência óptica no glaucoma e sua aplicação clínica	Oftalmologia e Ciências Visuais	UNIFESP
Medicina Veterinária	Luana Martins Perin	Luis Augusto Nero		Diversidade molecular da microbiota lática bacteriocinogênica de leite de cabra e caracterização de seu potencial bioconservador para a produção de queijo Minas	Medicina Veterinária	UFV
Medicina Veterinária	Ralph Eric Thijl Del Val Oñoro Vanstreels	José Luiz Catão-Dias		Estudo da malária aviária e outros hemoparasitas em pinguins na costa atlântica da América do Sul	Patologia Experimental e Comparada	USP
Nutrição	Ana Beatriz Franco Sena Siqueira	Gilberto Kac		Fatores associados às concentrações plasmáticas de leptina e ao ganho de peso materno ao longo da gestação segundo o IMC pré-gestacional	Nutrição	UFRJ
Odontologia	Ataís Bacchi	Rafael Leonardo Xediek Consani		Cimentos resinosos modificados com aditivos poliméricos tiouretanos: propriedades da camada de cimento e da interface adesiva	Clínica Odontológica	UNICAMP/Pi
Odontologia	Daniela Garbin Neumann	João Carlos Caetano	Mirelle Finkler	Modelo de atenção em saúde bucal na saúde suplementar: uma análise a partir das operadoras de planos odontológicos no Brasil	Odontologia	UFSC
Planejamento Urbano e Regional/ Demografia	Inês Martina Lersch	Celia Ferraz de Souza		A busca de um ideário urbanístico no início do século XX: D*er Städtebau* e a escola de engenharia de Porto Alegre	Planejamento Urbano e Regional	UFRGS
Química	Aline Almeida da Silva	Flávia Cristina Camilo Moura		Compósitos Anfifílicos Magnéticos contendo ferro e carbono: Síntese, Caracterização e Aplicações	Química	UFMG
Química	Anderson dos Reis Albuquerque	Iêda Maria Garcia dos Santos	Júlio Ricardo Sambrano	Estudo Químico-Quântico do Óxido Ti(1-x)CexO2-delta na Fase Anatase	Química	UFPB/J.P.
Saúde Coletiva	Adelyne Maria Mendes Pereira	Luciana Dias de Lima	Cristiani Vieira Machado	Descentralização e regionalização em saúde no Brasil e na Espanha: trajetórias, características e condicionantes	Saúde Pública	FIOCRUZ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Saúde Coletiva	Jacqueline Alves Torres	Maria do Carmo Leal	Rosa Maria Soares Madeira Domingues / Zulmira Maria de Araújo Hartz	Análise da contribuição de um programa perinatal multifacetado para a redução da prevalência de cesarianas em um hospital privado: um subprojeto da pesquisa "Nascer no Brasil"	Epidemiologia em Saúde Pública	FIOCRUZ
Serviço Social	Tathiana Meyre da Silva Gomes	Inez Terezinha Stampa	Alexandre Magno Teixeira de Carvalho	Para além da rima pobre do Capital: Questões sobre a inserção de pessoas com transtorno mental no trabalho formal	Serviço Social	PUC-RIO
Sociologia	Ana Paula Portella Ferreira Gomes	José Luiz de Amorim Ratton Jr.	Cristiano Ferraz	Como morre uma mulher? : configurações da violência letal contra mulheres em Pernambuco	Sociologia	UFPE
Sociologia	Maria Caramez Carlotto	Sylvia Gemignani Garcia		*Universitas semper reformanda?* A história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social	Sociologia	USP
Zootecnia/ Recursos Pesqueiros	Camila Tângari Meira	Rogério Abdallah Curi		Identificação de regiões genômicas selecionadas de forma divergente em equinos quarto de milha de corrida e trabalho	Genética e Melhoramento Animal	UNESP/JAB
Zootecnia/ Recursos Pesqueiros	Diego Noleto Luz Pequeno	Carlos Guilherme Silveira Pedreira		Respostas agronômicas e adaptação do modelo CROPGRO - Perennial Forage para predição de crescimento de três genótipos forrageiros tropicais sob condição irrigada e não-irrigada	Ciência Animal e Pastagens	USP/ESALQ

Art. 3º - A cerimônia de entrega dos prêmios deverá ocorrer na sede da Capes, Brasília, no dia 10 de dezembro de 2015.

Art. 4º - O resultado do Grande Prêmio Capes de Tese - Edição 2015 será divulgado na cerimônia de entrega dos prêmios.

Parágrafo único. Para os autores premiados, a outorga do Grande Prêmio Capes de Tese se fará apenas para fins de registro.

CARLOS AFONSO NOBRE

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 2.395, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

A PRÓ-REITORA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL, no exercício do cargo de REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe foram delegadas por meio da Portaria n.º 2.376-GR/IFAM, de 25.08.2015; CONSIDERANDO a aprovação do Regimento Interno do IFAM, conforme o teor da RESOLUÇÃO Nº 02-CONSUP, de 28.03.2011, publicada nas páginas 41 a 50, da seção I, do DOU de 14.04.2011; resolve:

to I. ALTERAR a estrutura organizacional do Gabinete da Reitoria consoante seção I, capitulo VI do Regimento Geral do IFAM.

II. INCLUIR/VINCULAR na estrutura organizacional do Gabinete da Reitoria, consoante ao inciso II, do art. 120 e art. 128 do Regimento Geral do IFAM, a Assessoria de Relações Internacionais.

III. Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

ANA MARIA ALVES PEREIRA

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 28 de agosto de 2015

Dispõe sobre a decisão de processo administrativo instaurado em face do curso de Enfermagem (cód. 64559) ofertado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX - CEUNIH (cód. 216). Processo MEC nº 23000.017864/2011-27.

Nº 68 -A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista os instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e as normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos art. 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, todos da Constituição Federal; no art. 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; no art. 2º, I, VI e XIII, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; e no Capítulo III do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e as razões expostas na Nota Técnica nº 1327/2015-CGSE/DISUP/SERES/MEC, determina que:

1. Sejam reduzidas as vagas autorizadas para o curso de Enfermagem (cód. 64559) ofertado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX - CEUNIH (cód. 216), de 240 (duzentas e quarenta) para 216 (duzentas e dezesseis) vagas totais anuais, como forma de convolação da penalidade de desativação do curso, prevista no art. 52, inciso I, do Decreto nº 5.773, de 2006, em atenção ao princípio da proporcionalidade, previsto no art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999;

2. Sejam revogadas as medidas cautelares aplicadas ao curso de Enfermagem ofertado pelo CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX - CEUNIH, aplicadas por meio do Despacho SERES/MEC nº 242, de 2011.

3. Seja notificado o CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX - CEUNIH da possibilidade de interposição de recurso, nos termos do art. 53, do Decreto nº 5.773, de 2006; e

4. Seja notificado o CENTRO UNIVERSITÁRIO METODISTA IZABELA HENDRIX - CEUNIH do teor do Despacho, nos termos do art. 28 da Lei nº 9.784, de 1999.

MARTA WENDEL ABRAMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS DA MATEMÁTICAS E DA NATUREZA
INSTITUTO DE QUÍMICA

PORTARIA Nº 6.067, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

A Diretora do Instituto de Química do Centro de Ciências Matemáticas e da Natureza da UFRJ resolve tornar público o resultado do concurso público de provas e títulos para o provimento de 01(uma) vaga para o cargo de Professor Adjunto do Departamento de Físico-Química, referente ao Edital nº 450 de 03/12/2014, com alterações feitas pelo Edital n° 18 de 22/01/2015, divulgando, em ordem de classificação, os nomes dos candidatos aprovados:
Setorização: Espectroscopia
1 - Yunier Garcia Basabe
2 - Grazieli Simões

CÁSSIA CURAN TURCI

Ministério da Fazenda

BANCO CENTRAL DO BRASIL

RESOLUÇÃO Nº 4.435, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Ajusta as normas para contratação de operações de crédito rural.

O Banco Central do Brasil, na forma do art. 9º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o Conselho Monetário Nacional, em sessão realizada em 27 de agosto de 2015, tendo em vista as disposições do art. 4º, inciso VI, da Lei nº 4.595, de 1964, e dos arts. 4º e 14 da Lei nº 4.829, de 5 de novembro de 1965, resolveu:

Art. 1º O item 7-A da Seção 4 (Despesas) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"7-A - .....

$$S_t = \left\{ S_{t-1} * \left[\left(1 + \frac{Trva_t}{100} \right)^{\frac{1}{DAC}} \right] * \left[\left(1 + \frac{Teja}{100} \right)^{\frac{1}{DAC}} \right] \right\} - X_t + Y_t$$

onde:

S_t = saldo apurado no dia t;

S_{t-1} = saldo apurado no dia anterior (t-1);

$Trva_t$ (1) = taxa de remuneração variável anual (pós-fixada), quando houver (TR, TJLP, etc.);

(1) quando a $Trva_t$ for expressa em unidade de tempo diferente de ano, deve-se calcular, previamente, a taxa equivalente anual para aplicação na fórmula;

Teja = taxa efetiva de juros anual (pré-fixada);

DAC = número de dias do ano civil (365 ou 366 dias);

X_t = pagamento efetuado pelo beneficiário do crédito rural no dia t;

Y_t = valores liberados ao beneficiário no dia t, passíveis de financiamento e em conformidade com as normas estabelecidas no MCR." (NR)

Art. 2º A alínea "b" do item 7-B da Seção 4 (Despesas) do Capítulo 2 (Condições Básicas) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"b) deve ser considerado o número de dias corridos do ano civil, assim entendido o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro;" (NR)

Art. 3º O item 14 da Seção 3 (Créditos de Investimento) do Capítulo 3 (Operações) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"14 - O limite de que trata o item 12 pode ser elevado para até R$1.000.000,00 (um milhão de reais) por beneficiário, no ano agrícola 2015/2016, desde que, no mínimo, os recursos adicionais sejam direcionados exclusivamente para as finalidades previstas nas alíneas "a" e "b" do item 9, observadas, ainda, as seguintes condições específicas:

....." (NR)

Art. 4º A alínea "f" do item 3 da Seção 2 (Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias - Procap-Agro) do Capítulo 13 (Programas com Recursos do BNDES) do MCR passa a vigorar com a seguinte redação:

"f) encargos financeiros para as operações contratadas a partir de 1º/9/2015: taxa efetiva de juros de 10,5% a.a. (dez inteiros e cinco décimos por cento ao ano);" (NR)

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Fica revogada a alínea "c" do item 10-A da Seção 2 (Créditos de Custeio) do Capítulo 3 (Operações) do Manual de Crédito Rural (MCR).

ALTAMIR LOPES
Presidente do Banco Central do Brasil, substituto

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Balanço CAIXA 2015 1° semestre

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – 1S15

O presente documento baseia-se nas Demonstrações Contábeis Consolidadas da CAIXA em 30 de junho de 2015, e faz referências e declarações sobre estimativas de crescimento e projeções de resultado. Essas referências e declarações não são garantia de desempenho futuro e envolvem riscos e incertezas que podem extrapolar o controle da Administração e, dessa forma, resultar em saldos e valores diferentes daqueles aqui antecipados e discutidos.

A partir de 30 de junho de 2010, as informações apresentadas neste relatório estão consolidadas e abrangem as demonstrações da Instituição Financeira CAIXA e da empresa CaixaPAR, subsidiária integral da CAIXA.

As demonstrações gerenciais relativas aos períodos anteriores podem ter sido reclassificadas para fins de comparabilidade, gerando eventuais diferenças com as publicações contábeis em razão de eventuais realocações ou agrupamento de itens, os quais visam fornecer um melhor entendimento ou visão da evolução de ativos, passivos e resultados, ou ainda preservar a comparabilidade dos dados entre os períodos.

Os números indicados como totais em algumas tabelas podem não ser a soma aritmética dos números que os precedem devido a ajustes de arredondamento. Todos os índices e variações apresentados foram calculados com base nos números efetivos, podendo haver divergência quando o cálculo for efetuado sobre os valores arredondados.

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis Consolidadas relativas ao primeiro semestre de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

INTRODUÇÃO

A CAIXA auferiu lucro líquido de R$ 3,5 bilhões, 2,8% superior ao registrado no mesmo período de 2014. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, a evolução foi de 25,0%. A Instituição apresentou resultados favoráveis, mesmo diante de um cenário marcado pela desaceleração da economia, com impactos na indústria e no comércio varejista.

Além disso, em decorrência das ações destinadas a aumentar a eficiência da gestão, o índice de eficiência operacional da CAIXA foi melhorado em 2,0 p.p., quando comparado a junho de 2014, alcançando 55,9% em junho de 2015.

A carteira de crédito ampliada atingiu o saldo de R$ 648,1 bilhões, evolução de 17,4%, em 12 meses, com destaque para o crédito habitacional, 20,8% superior em relação ao primeiro semestre de 2014, atingindo o saldo de R$ 366,6 bilhões, o que representa 67,9% do mercado.

No âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida, no primeiro semestre de 2015, foram contratados pela CAIXA R$ 19,2 bilhões, totalizando 171,0 mil unidades habitacionais, realizando o sonho da casa própria de muitas famílias brasileiras, ao tempo em que propiciou o aquecimento da economia por meio da construção civil.

No primeiro semestre de 2015, as atividades da Empresa foram responsáveis por injetar R$ 363,2 bilhões na economia brasileira por meio de contratações de crédito, distribuição de benefícios sociais, investimentos em infraestrutura própria, remuneração de pessoal, destinação social das loterias, dentre outros.

A CAIXA busca promover o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico da população brasileira, por meio da implantação de iniciativas do Governo Federal, em setores como infraestrutura, habitação, saneamento básico e benefícios sociais, além da oferta de serviços bancários. Na execução dos programas governamentais, durante o semestre, foram pagos R$ 13,9 bilhões em benefícios sociais e R$ 99,0 bilhões em benefícios aos trabalhadores.

Além disso, a CAIXA oferece 65,7 mil pontos de atendimento, entre unidades próprias, lotéricas e rede compartilhada, 18 unidades itinerantes, 2 agências-barco. Tudo isso para gerar conforto e conveniência aos 80,8 milhões de clientes.

Este relatório apresenta os resultados da CAIXA no primeiro semestre de 2015, que referendam seu papel de instituição financeira e agente de políticas públicas, e justificam o reconhecimento pela sociedade como uma das instituições que mais contribuem para o crescimento do País e para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros.

CLIENTES E CANAIS DE ATENDIMENTO

A CAIXA busca constantemente fortalecer o relacionamento com seus clientes, investindo na melhoria de seus produtos, serviços e canais, visando à excelência no atendimento.

No primeiro semestre de 2015, a base de clientes da Instituição alcançou 80,8 milhões de correntistas e poupadores, alta de 6,7% em 12 meses. A carteira de clientes pessoas físicas, atingiu 78,6 milhões, e a de pessoas jurídicas, 2,2 milhões, evoluções respectivas de 6,7% e 8,3% em comparação ao primeiro semestre de 2014.

Atualmente, a rede de atendimento CAIXA conta com 65,7 mil pontos. São 4,2 mil agências e pontos de atendimento; 29,4 mil correspondentes CAIXA Aqui e Lotéricas; 32,1 mil equipamentos distribuídos pelo País; 2 agências-barco; 18 caminhões-agência e 3 escritórios de representação no Exterior (Japão, Estados Unidos e Venezuela). Além disso, os clientes têm à sua disposição, 16,2 mil terminais da rede Banco24Horas.

No ambiente virtual, a CAIXA oferece aos seus clientes aplicativos de acesso à conta via smartphones e Internet Banking CAIXA (inclusive tablets), que alcançaram, no primeiro semestre de 2015, uma base com 2,3 milhões e 13,1 milhões de usuários, respectivamente.

A quantidade de usuários cadastrados para acesso via smartphones aumentou 78,5% em relação ao primeiro semestre de 2014, e a de usurários para acesso via Internet Banking CAIXA aumentou 17,2%, na mesma comparação. Nesses canais, foram realizadas 821,6 milhões de transações, correspondendo a 21,0% do total de transações do período.

Uma novidade na estratégia de redes sociais foi o lançamento do perfil @avidapede no Instagram. Nele, a CAIXA fortalece os laços com os clientes, reafirmando seu compromisso de fazer parte da vida e das conquistas dos brasileiros. O objetivo não é apenas divulgar produtos ou serviços, mas incentivar os usuários a curtirem e a compartilharem momentos que tornam a vida mais feliz.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em junho de 2015, os ativos da CAIXA totalizaram R$ 1,119 bilhão, evolução de 16,2% em doze meses e de 3,8% em relação ao primeiro trimestre de 2015. A carteira de crédito ampliada representava 57,9% desse total, com R$ 648,1 bilhões, e os títulos e valores mobiliários, com R$ 170,9 bilhões, correspondiam a 15,3% do total de ativos.

Patrimoniais (em R$ bilhões)	1S13	1S14	1S15
Ativos Caixa	815	963	1.119
Carteira de Crédito Ampliada	431	552	648
Poupança	190	221	232
Recursos Administrados (de terceiros)	618	694	774

Os ativos administrados pela CAIXA somaram R$ 1,9 trilhão, com destaque para o FGTS, com saldo de R$ 437,9 bilhões, e os Fundos de Investimento, R$ 251,6 bilhões, evoluções respectivas de 12,7% e 7,8%, em 12 meses.

Do total dos passivos, 38,1% consistiam em depósitos e 30,3% correspondiam a captações no mercado aberto e letras. Os depósitos à vista, com saldo de R$ 27,9 bilhões, apresentaram crescimento de 14,8%, e os depósitos a prazo totalizaram R$ 154,3 bilhões, evolução de 18,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, os depósitos à vista apresentaram evolução de 8,0%, e os depósitos a prazo, 4,0%.

No primeiro semestre de 2015, a CAIXA auferiu lucro líquido de R$ 3,5 bilhões, evolução de 2,8% em doze meses. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, o crescimento foi de 25,0%. Os fatores que mais influenciaram o resultado foram o crescimento de 56,4% no resultado de títulos, valores mobiliários e derivativos e o aumento de 33,9% das receitas de operações de crédito em relação ao primeiro semestre de 2014. O resultado operacional foi de R$ 1,4 bilhão.

O patrimônio líquido da CAIXA apresentou saldo de R$ 62,5 bilhões, incluindo R$ 36,1 bilhões em Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida elegíveis a compor o capital principal em Basileia III. O retorno sobre o patrimônio líquido médio acumulado em doze meses foi de 12,5%.

O índice de Basileia, em junho de 2015, correspondeu a 14,0%, superior em 3,0 p.p. ao valor mínimo exigido de 11%.

Os resultados obtidos refletiram diretamente nas metas estabelecidas pela Empresa que objetivaram promover a eficiência na gestão de seus recursos, levando-a a novos patamares de eficiência operacional que contribuem com a manutenção de resultados sustentáveis.

Indicadores (em %)	1S13	1S14	1S15
Retorno sobre Ativo Médio (acum. 12m)	0,9	0,8	0,7
Retorno sobre o PL Médio (acum. 12m)*	25,2	22,1	12,5
Índice de Solvabilidade – Basileia	14,7	13,3	14,0
Endividamento Setor Público	32,9	28,1	30,0
Cobertura de Desp. Administrativas (acum. 12m)	63,8	63,2	64,8
Cobertura de Desp. de Pessoal (acum. 12m)	103,0	102,0	103,2
Índice de Eficiência Operacional (acum. 12m)	61,1	57,9	55,9

*Conforme a Resolução CMN nº 4.192/13, inclui o Instrumento Híbrido de Capital e Dívida, no valor de R$ 36,1 bilhões.

OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

No primeiro semestre de 2015, a carteira de títulos e valores mobiliários totalizou saldo de R$ 170,9 bilhões, dos quais R$ 149,2 bilhões representados por títulos públicos federais e R$ 19,7 bilhões correspondentes a títulos privados.

O resultado das operações com TVM e derivativos atingiu R$ 19,4 bilhões, 56,4% superior ao registrado no primeiro semestre de 2014. Influenciada, principalmente, pela Taxa SELIC e pelo aumento da carteira.

Em atendimento ao disposto no artigo 8º da Circular BACEN 3.068/2001, a CAIXA declara ter a intenção de manter os títulos classificados na categoria III, os quais totalizaram R$ 47,5 bilhões, em junho de 2015, até os seus respectivos vencimentos, bem como possuir capacidade financeira para tanto.

CARTEIRA DE CRÉDITO AMPLIADA

No primeiro semestre de 2015, a carteira de crédito ampliada da CAIXA alcançou saldo de R$ 648,1 bilhões, evolução de 17,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, o crescimento foi de 3,4%. As contratações totais somaram R$ 235,8 bilhões. Destaca-se a carteira de crédito comercial com R$ 196,1 bilhões de saldo e R$ 134,7 bilhões contratados no período, valores 4,9% e 6,3% superiores aos registrados no primeiro semestre de 2014, respectivamente.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

As operações com pessoas físicas atingiram o saldo de R$ 100,2 bilhões, alta de 10,2% em 12 meses. Comparando-se com o primeiro trimestre de 2015, a evolução foi de 2,9%. Já as contratações avançaram 7,8%, somando R$ 76,1 bilhões no primeiro semestre de 2015. Na comparação com o trimestre anterior, o crescimento foi de 8,1%.
Entre os produtos do segmento pessoa física, destaca-se o crédito consignado com volume contratado de R$ 14,7 bilhões e saldo de R$ 55,6 bilhões, crescimento de 9,7% em 12 meses e de 3,0% em relação ao primeiro trimestre de 2015. A participação de mercado foi de 20,9%, em junho de 2015.
O segmento PJ, no final do período, totalizou R$ 58,6 bilhões em contratações, aumento de 4,3% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em relação ao primeiro trimestre de 2015, a evolução foi de 16,4%. O saldo desse segmento foi de R$ 95,9 bilhões ao final do semestre.
As operações de saneamento e infraestrutura apresentaram, no final de junho de 2015, saldo de R$ 63,3 bilhões, crescimento de 36,8% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, a evolução foi de 5,2%.
As contratações para esse segmento atingiram a soma de R$ 4,5 bilhões. Desses valores, R$ 1,6 bilhão foram contratados em atividades multisetoriais no segmento; R$ 695,0 milhões, em financiamentos de energia e logística; R$ 497,0 milhões, em infraestrutura urbana.
A carteira de crédito imobiliário alcançou, no final do semestre, o saldo de R$ 366,6 bilhões, 20,8% superior ao registrado no primeiro semestre de 2014. Em relação ao primeiro trimestre de 2015, a evolução foi de 3,5%. A CAIXA permanece na liderança desse mercado com 67,9% de participação, excluídos os certificados de recebíveis imobiliários.
As contratações da carteira de crédito habitacional somaram R$ 50,9 bilhões, até junho de 2015, dos quais R$ 23,3 bilhões com recursos do FGTS, incluindo subsídios, R$ 27,2 bilhões com recursos do CAIXA/SBPE e R$ 397,0 milhões contratados com outros recursos.
Para o Programa Minha Casa Minha Vida, no primeiro semestre de 2015, foram contratados pela CAIXA R$ 19,2 bilhões, totalizando 171,0 mil unidades habitacionais.
O Crédito Rural CAIXA atingiu saldo de R$ 6,4 bilhões em junho de 2015, evolução de 77,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Na comparação com o primeiro trimestre de 2015, a evolução foi de 21,6%. As contratações do período atingiram a soma de R$ 3,5 bilhões, crescimento de 61,2% em 12 meses e 168,4% superior em relação ao primeiro trimestre de 2015. O crédito rural está disponível em mais de 1.500 agências em todo o Brasil.
Para facilitar o acesso a essa linha de crédito, a Empresa leva às principais feiras e eventos do setor o Caminhão do Agronegócio da CAIXA, agência volante na qual o produtor pode, inclusive, contratar o Custeio Fácil CAIXA, e ter acesso a diversas informações e produtos. Além disso, para auxiliar na elaboração dos projetos agrícolas ou pecuários, a Instituição possui ainda convênio com mais de 2.500 empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural em todas as regiões do País.
Nesse primeiro semestre de 2015, a qualidade da carteira de crédito continuou elevada, com aproximadamente 90,8% do seu total classificada nos ratings de AA-C. O índice de inadimplência da CAIXA foi de 2,85%, considerando o saldo de ACC/ACE que foi incluído a partir de junho de 2015.

DEPÓSITOS E CAPTAÇÕES DE RECURSOS
As captações totais apresentaram saldo de R$ 892,7 bilhões em junho de 2015, evolução de 18,8% em relação ao mesmo período de 2014. Na comparação trimestral, o crescimento foi de 4,9%.
Os depósitos alcançaram o saldo de R$ 425,9 bilhões, crescimento de 8,8% em 12 meses. A poupança com R$ 232,1 bilhões de saldo, cresceu 5,0% em relação a junho de 2014.
No semestre, foram abertas 4,4 milhões de contas de poupança totalizando 60,5 milhões ao final do período, evolução de 8,8% em relação ao mesmo período de 2014 e de 2,3% em relação a março de 2015.
Visando o melhor atendimento ao cliente e a oferta de um portfólio amplo de produtos a CAIXA lançou a Poupança Integrada à Conta-Corrente que permite a todo correntista a realização de aplicações em poupança por meio da conta corrente, sem a necessidade de ir a uma agência para abertura de nova conta poupança. O produto pode ser acessado pelo correntista nos canais Internet Banking Caixa – IBC, Mobile Banking e Autoatendimento, e é ativado a partir da primeira aplicação, usando o mesmo cartão e senha da conta corrente.
A base de contas-correntes totalizou 26,1 milhões, assim distribuídos: 23,8 milhões de contas Pessoa Física (incluindo contas simplificadas – CAIXA Fácil) e 2,3 milhões de contas Pessoa Jurídica.
A CAIXA elevou o limite de saldo das contas simplificadas de R$ 2 mil para R$ 3 mil, e de R$ 5 mil para R$ 6 mil do saldo máximo para efeito de bloqueio das contas. Com a elevação dos limites de movimentação, estende-se o benefício da inclusão financeira a uma quantidade ainda maior de clientes.
Essas contas visam permitir ao cidadão o acesso ao sistema bancário, o estímulo do hábito de poupar e de usar produtos e serviços financeiros que agregam facilidade e qualidade de vida como, por exemplo, a utilização de canais remotos, sem a necessidade de visitas às agências físicas.
Os depósitos à vista totalizaram R$ 27,9 bilhões e os depósitos a prazo, R$ 154,3 bilhões, com crescimentos de 14,8% e 18,1% respectivamente, em relação a junho de 2014. Destaque para o CDB que alcançou R$ 97,0 bilhões, alta de 17,8% em 12 meses.
Os depósitos judiciais obtiveram acréscimo de 18,5% em 12 meses, apresentando saldo de R$ 57,3 bilhões. Os demais depósitos somaram R$ 11,5 bilhões de saldo.
Em junho de 2015, as Letras totalizaram captação líquida de R$ 14,9 bilhões e saldo de R$ 149,6 bilhões, aumento de 46,5%, se comparado a junho de 2014.
Destaque para as Letras Imobiliárias que evoluíram 57,5%, atingindo saldo de R$ 105,7 bilhões no semestre, correspondendo a 54,3% de participação no mercado.
As Letras Financeiras, por sua vez, também se destacaram, somando R$ 41,9 bilhões, evolução de 28,3% em 12 meses.
Em relação às captações internacionais, a CAIXA totalizou R$ 22,3 bilhões de saldo, avanço de 80,4% em 12 meses.

SERVIÇOS BANCÁRIOS
Durante o primeiro semestre de 2015, foram realizadas 3,9 bilhões de transações bancárias, 12,5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.
Do total de transações, 150,2 milhões foram realizadas via celulares e smartphones no primeiro semestre de 2015, crescimentos de 105,2% em 12 meses e 14,6% na comparação trimestral.
O aumento das transações refletiu a evolução de 13,2% nas receitas de prestação de serviços e tarifas totalizando R$ 9,9 bilhões no primeiro semestre de 2015. Dessas, destacam-se os serviços bancários com R$ 3,3 bilhões, aumento de 15,8% em doze meses.
Além disso, a CAIXA, em sua parceria com o Grupo CAIXA Seguros, disponibiliza produtos como seguros de vida, residencial e automobilísticos, títulos de capitalização, previdência privada e consórcios que renderam R$ 198,9 milhões em tarifas de balcão, 61,4% superior ao registrado no mesmo período de 2014, evolução de 16,5% na comparação trimestral.

FUNDOS DE INVESTIMENTOS
O patrimônio líquido dos Fundos de Investimentos e carteiras administradas alcançou o saldo de R$ 516,9 bilhões no primeiro semestre de 2015, incluindo FI de FIC e FI FGTS, evolução de 8,7% em 12 meses. O saldo dos fundos não rede totalizou R$ 167,9 bilhões, e os fundos de rede, R$ 114,9 bilhões, alta de 4,5% e 12,4% em 12 meses, respectivamente.
Os Fundos de Investimentos, no final de junho, totalizaram o saldo de R$ 282,8 bilhões, evolução de 7,6% em 12 meses.
A CAIXA administrava, em junho de 2015, 8,5% do ativo total dos fundos de mercado, segundo a ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades de Mercado Financeiro e de Capitais, ocupando a quarta posição dentre os gestores de recursos.
No final do primeiro semestre de 2015, a CAIXA administrava 448 produtos de investimento, sendo 423 Fundos de Investimento, dos quais 36 FI de FIC, e 25 Carteiras Administradas. Nesse período, foram lançados 16 Fundos de Investimentos.

CARTÕES DE CRÉDITO E DÉBITO
Os clientes dos cartões CAIXA realizaram, no primeiro semestre de 2015, 722,9 milhões de transações, representando um volume financeiro de R$ 55,1 bilhões. A evolução das transações foi de 18,5%, enquanto o valor movimentado apresentou crescimento de 17,0% em relação ao mesmo período do ano anterior.
A base de cartões de débito atingiu 93,2 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA Electron e Elo, aumento de 11,2% em relação ao primeiro semestre de 2014. Foram realizadas 556,9 milhões de transações, demonstrando um aumento de 22,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, com um volume financeiro de R$ 35,2 bilhões, aumento de 20,2% se comparado ao mesmo período de 2014.
Os cartões de crédito atingiram a base de 8,5 milhões nas bandeiras MasterCard, VISA e ELO. Foram realizadas mais de 166,0 milhões de transações, representando um volume de R$ 19,9 bilhões, crescimento de 11,6% em relação ao primeiro semestre de 2014.
A base de cartões da bandeira Elo aumentou 54,7% em 12 meses, atingindo a marca de 33,8 milhões de cartões, sendo 33,1 milhões de débito e 661,7 mil de crédito. Na comparação trimestral, a evolução foi de 10,3%.
Neste semestre, a CAIXA migrou as operações de cartões para o seu novo Datacenter, um dos centros de tecnologia bancário mais modernos do mundo. A migração permitirá maior agilidade na implementação de novas funcionalidades e serviços em cartões de crédito.

SERVIÇOS DE GOVERNO
A CAIXA, como principal agente operador dos programas sociais do Governo Federal, contribui ativamente para a erradicação da pobreza e para a melhoria da distribuição de renda da população brasileira. No primeiro semestre de 2015, foram pagos cerca de 82,1 milhões de benefícios sociais, correspondendo a R$ 13,9 bilhões.
O principal programa de transferência de renda, Bolsa Família, pagou cerca de 79,4 milhões de benefícios no período. O valor pago neste semestre totalizou R$ 13,4 bilhões, 11,1% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.
Em relação aos programas voltados ao trabalhador, a Instituição foi responsável por realizar 71,4 milhões de pagamentos de benefícios no primeiro semestre de 2015, que totalizaram R$ 99,0 bilhões.
Entre eles o Seguro-Desemprego, Abono Salarial e PIS, correspondendo a R$ 18,3 bilhões.
As aposentadorias e pensões aos beneficiários do INSS totalizaram 33,0 milhões, somando R$ 33,7 bilhões.
A arrecadação do FGTS atingiu R$ 56,2 bilhões e os saques, R$ 47,0 bilhões. No primeiro semestre de 2015, o Fundo era composto por 137,0 milhões de contas ativas.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100029

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A CAIXA recebeu a Certificação ISO 9001:2008 – Sistemas de Gestão da Qualidade na Gestão do FGTS. A Norma ISO 9001:2008 define os requisitos mínimos que uma empresa deve atender, obtendo com isso um certificado de qualidade compatível com os mais altos padrões internacionais de gestão.

LOTERIAS

No primeiro semestre de 2015, a arrecadação das Loterias da CAIXA foi de R$ 6,1 bilhões. Destaque aos produtos Lotogol, Quina e Dupla-Sena que apresentaram aumentos respectivos de 37,7%, 28,1% e 15,2% em relação ao mesmo período de 2014. A Mega-Sena teve alta de 44,2% se comparado ao primeiro trimestre de 2015.

Além de alimentar os sonhos de milhões de apostadores por seus prêmios milionários, as Loterias CAIXA constituem uma importante fonte de recursos para o desenvolvimento social.

Dos valores arrecadados do portfólio de produtos das Loterias, no período, cerca de R$ 2,2 bilhões foram transferidos aos programas sociais do Governo Ffederal nas áreas de seguridade social, esporte, cultura, segurança pública, educação e saúde.

Destinação das Loterias (em R$ milhões)	1S13	1S14	1S15
Destinação Social	1.891	2.123	2.231
Prêmios	1.864	2.064	2.187
Tributos	434	516	520
Despesas de Custeio e Manutenção	1.000	1.123	1.171
Arrecadação Total	5.188	5.826	6.110

PARTICIPAÇÕES ESTRATÉGICAS

O Conglomerado CAIXA, grupo de empresas formada pela instituição financeira CAIXA e suas participações diretas e indiretas, busca otimizar seu desempenho a partir da obtenção de ganhos originados da integração junto às suas participações. A Política do Conglomerado CAIXA estabelece orientações para a gestão, a realização de investimentos e as contratações no âmbito do Conglomerado, abrangendo o relacionamento comercial e a governança entre a CAIXA e as empresas integrantes desse Conglomerado e buscando estabelecer parcerias estratégicas que viabilizem o acesso, em condições competitivas, a mercados considerados estratégicos e a serviços que viabilizem atingir seus objetivos.

Nesse contexto, destacam-se as seguintes parcerias de caráter estratégico comercial:

Banco Pan (consignado, veículos, habitação segmento alta renda e seguros);

CAIXA Seguros (seguros, capitalização, previdência e saúde);

Elo, Vale Presente e CIELO: voltadas para o mercado de cartões;

CAIXA Crescer (microfinanças);

Parcerias com perfil de suporte às operações da CAIXA, como a Capgemini (TI) e a TecBan (rede de atendimento);

Branes (suporte na captura e tratamento de operações de crédito); e

Habitar (rede de correspondentes para habitação).

No 1º semestre de 2015, destaca-se a criação da CAIXA Seguridade, holding que passa a reunir as participações de seguros e previdência.

Composição da Carteira de Participações (em R$ milhões)	1S13	1S14	1S15
CAIXA Seguros Holding S.A.	1.923.994	2.096.717	2.399.648
Banco PAN	652.475	441.558	890.254
Capgemini	294.033	249.527	211.339
Elo Serviços	9.814	13.253	18.749
Cia. Bras. de Securitização – CIBRASEC	7.048	6.778	6.832
CAIXA Seguros Participações – CSP	3.158	43.331	–
Crescer	5.163	4.209	100
Branes	2.019	1.860	1.834
BIAPE	1.140	542	200
FGO – Fdo. Garantia de Operações	113.208	104.445	211.957
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	141.689	186.565	235.629
Fundo de Investim. em Participações	39.272	39.356	32.465
TECBAN	–	–	106.636
PAN Corretora	–	–	26.610
PAN Seguros	–	–	336.528
Outros Investimentos	1.026	6.834	44.108
TOTAL	**3.194.039**	**3.194.975**	**4.522.889**

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A CAIXA mantém a sua atuação visando tornar-se referência em práticas de governança corporativa, seja pelo Modelo de Gestão vigente, que tem a governança como um de seus componentes, seja pela adoção de práticas de gestão alinhadas a princípios como transparência, equidade, prestação de contas, responsabilidade socioempresarial, conformidade, gestão estratégica de riscos e sustentabilidade. Princípios que se concretizam em instrumentos variados de gestão, como o Código de Ética, os Regimes de Alçadas e as Políticas de Atuação da CAIXA.

A governança corporativa da Instituição está estruturada em um sistema que privilegia a decisão colegiada ágil e descentralizada, mediante a instrumentalização da decisão estratégica, da organização dos níveis decisórios, da agenda de trabalho e da visão dos temas essenciais à gestão.

A CAIXA dispõe de colegiados e unidades específicas que executam as atribuições relativas à supervisão e à fiscalização da gestão dos administradores da Instituição, além dos órgãos de fiscalização e controle externos.

Como parte de seu sistema de governança, a Empresa dispõe de instrumentos que asseguram a inibição de conflitos de interesses entre suas diversas instâncias de gestão. Além das regras relativas à não participação dos Vice-Presidentes das áreas segregadas como membros do Conselho Diretor, o Estatuto da CAIXA contém outras regras de segregação de funções que devem ser observadas pelos órgãos da Administração.

No primeiro semestre de 2015, a política de governança corporativa foi revista e adequada ao contexto atual o Modelo de Gestão e Governança do Conglomerado, que teve seu escopo ampliado para as subsidiárias da CAIXA. Essa ação busca promover melhorias nas práticas adotadas pela Instituição, além de contribuir para a consolidação do seu modelo de governança.

A CAIXA disponibiliza informações sobre a sua governança corporativa na página http://www.caixa.gov.br/sobre-a-caixa/governanca-corporativa.

ATUAÇÃO INTERNACIONAL

A atuação internacional da CAIXA está alinhada à expectativa do Governo Federal de apoiar tanto os brasileiros residentes no Exterior quanto as instituições dos diversos países, por meio da oferta de serviços e produtos.

Com o auxílio do Programa de Remessas Internacionais, clientes residentes no Exterior podem enviar recursos ao Brasil. O Programa captou, no primeiro semestre de 2015, R$ 220,8 milhões por meio dos bancos correspondentes e dos bancos parceiros, valor 15,9% superior ao registrado no mesmo período de 2014.

No segmento de comércio exterior, a CAIXA realizou, no primeiro semestre deste ano, R$ 4,7 bilhões em operações de câmbio e capital de giro para financiamento à exportação. No período, destaca-se o incremento de 157,7% na contratação de operação de ACC/ACE em relação ao 1º semestre de 2014, o que reflete o empenho da CAIXA em oferecer produtos e serviços que contribuam para o aumento da participação das empresas brasileiras no comércio internacional.

Na esfera da Cooperação Técnica Internacional, o início deste semestre iniciou-se com a assinatura do projeto: "Apoio Institucional ao Programa Viviendas de Interés Social", que visa a transferência de conhecimento da CAIXA para o governo da Nicarágua. As atividades foram iniciadas com a execução de ações de nivelamento e trocas de informações sobre o sistema habitacional brasileiro e nicaraguense, com o objetivo de desenvolver alternativas de financiamento de moradias de baixa renda.

Outro destaque do período foi o memorando de entendimentos firmado entre a CAIXA e o Banco Industrial e Comercial da China – ICBC para a criação de um Fundo de Investimentos destinado a projetos de infraestrutura de interesse dos dois países. Os recursos virão do Programa de Financiamento Verde para a América Latina e Caribe – GFP, criado pela instituição chinesa. Caberá à CAIXA a gestão e administração do Fundo.

CONTROLES INTERNOS

O Sistema de Controles Internos – SCI da CAIXA é composto por políticas, normas, padrões de conduta e cultura adotados pela Instituição para alcance de seus objetivos, fornecimento de informações gerenciais e financeiras consistentes, desempenho de todas as suas atividades realizadas em conformidade com as leis, normas internas e externas, e redução do risco de danos à sua imagem.

A Política de Controles Internos e Compliance da Instituição tem o objetivo de estabelecer princípios e diretrizes que promovam condições para assegurar a efetividade do seu Sistema de Controles Internos, estruturada de acordo com os cinco componentes do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission – COSO: ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle e compliance, monitoramento, informação e comunicação.

A verificação do cumprimento da referida Política é realizada por meio do monitoramento do Sistema de Controles Internos, que consiste na avaliação de um conjunto de indicadores desenvolvidos a partir dos seus princípios e diretrizes.

Das atividades de controle, destacam-se a prevenção à lavagem de dinheiro e o combate ao financiamento ao terrorismo e à corrupção. As diretrizes dessa atividade estão consolidadas na Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo.

Os modelos de avaliação dos riscos de mercado, de crédito e operacional são validados e monitorados, para a conformidade e controle, observando as diretrizes, princípios e procedimentos aprovados pelo Comitê de Risco e Capital, bem como as normas externas publicadas pelo BACEN e pelo Banco de Compensações Internacionais.

O processo de registro de informações sobre as atividades de Controles Internos, desenvolvidas pelas diversas unidades da Instituição, encontra-se automatizado, subsidiando o monitoramento do sistema e a elaboração dos relatórios de controles internos para atendimento à Resolução CMN nº 2.554/1998, à Circular BACEN n° 3.467/2009 e ao Comunicado Técnico IBRACON nº 003/2010, bem como à Instrução CVM nº 505/2011.

GESTÃO DE RISCOS E CAPITAL

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento dos riscos de crédito, operacional, mercado, liquidez, taxa de juros, concentração, contraparte, estratégia, re-

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

putação, atuarial e socioambiental, incluindo uma gestão ativa de capital, em consonância aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração.
O gerenciamento de riscos e de capital é percebido pela Alta Administração como fator de diferencial competitivo no mercado financeiro e principal meio para preservação da solvência, liquidez e rentabilidade da CAIXA.
As estruturas de gerenciamento de riscos e de capital estão em conformidade com a regulação vigente, adequadas à natureza e à complexidade dos instrumentos financeiros, produtos, serviços e operações da CAIXA e às boas práticas de governança corporativa, permitindo à Alta Administração identificar o comprometimento do capital para fazer frente aos riscos, avaliar os impactos sobre os resultados e decidir prontamente sobre limites de exposição aceitos.
A Política de Gerenciamento de Riscos, a Política de Gerenciamento de Capital e os limites de exposição são revisados, no mínimo, anualmente, de acordo com a estratégia, fatores macroeconômicos, ambiente de negócios e capacidade de assumir risco, e suas revisões são claramente comunicadas a todos os empregados no sistema interno de divulgação normativa.
As atividades de administração de risco são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.
O controle do risco de crédito ocorre por meio do monitoramento de indicadores de atraso, inadimplência, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e segmentações, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, entre outros.
Com base no acompanhamento observa-se que os indicadores de inadimplência, a provisão para devedores duvidosos e a perda da carteira se mantiveram dentro do esperado.
No primeiro semestre de 2015, foram concluídas diversas ações que permitiram a melhoria na gestão do risco de crédito da CAIXA, quais sejam:
Criação do controle de inadimplência das agências, com o objetivo de estabelecer rotina de acompanhamento nas concessões das agências que apresentam índices mais elevados de inadimplência;
Melhorias no processo de gerenciamento de garantias;
Redução do impacto de contratos com valor residual nos demais contratos do cliente, alinhando o valor provisionado ao real risco do cliente;
Adequação às novas regulamentações publicadas pelo Supervisor, no que diz respeito ao cálculo dos requerimentos mínimos de capital, concernente às exposições ao risco de crédito (RWAcpad).
Com relação ao Capital, no primeiro semestre de 2015, a CAIXA captou 5 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local, no valor total de R$ 6 milhões, consideradas elegíveis ao Nível II do Patrimônio de Referência pelo Banco Central do Brasil – BACEN.
A descrição detalhada das estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, incluindo responsabilidades, práticas, processos, procedimentos e modelos, está disponível na rede mundial de computadores, no sítio: http://www.caixa.gov.br, menu Sobre a CAIXA, Governança Corporativa.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

A CAIXA possui política ambiental e de responsabilidade socioempresarial normatizadas e atua como indutora de práticas sustentáveis. Neste semestre, a CAIXA divulgou sua nova Política de Responsabilidade Socioambiental CAIXA – PRSA, nos termos da Resolução BACEN nº 4.327/2014.
De forma a garantir a Promoção do Desenvolvimento Sustentável, entre as práticas previstas na PRSA e em normativos internos, estão o apoio a projetos e a investimentos socioambientais, com recursos próprios, de forma a consolidar e a ampliar a sua atuação no incentivo financeiro a ações que promovam o desenvolvimento sustentável, por meio do Fundo Socioambiental CAIXA, ao qual são destinados recursos correspondentes a até 2% do lucro líquido.
No primeiro semestre de 2015, foram beneficiados 29 projetos com recursos do FSA CAIXA, com a disponibilização especificamente, neste período, de um montante R$ 3,1 milhões.
Entre as principais ações realizadas no semestre, destaca-se a parceria celebrada entre o FSA CAIXA e a Secretaria Geral da Presidência da República, que selecionou 10 projetos, no universo dos ganhadores dos Prêmios ODM Brasil, com o objetivo de dar continuidade e sustentabilidade às ações que contribuem para o desenvolvimento local sustentável.
Em maio, a CAIXA participou do Climate Finance Day, em Paris, evento promovido pela Unesco para debater os desafios climáticos e as ações para diminuir o aquecimento global. O Climate Finance Day faz parte do Climate Week Paris Event, evento que busca ampliar o diálogo entre as empresas e os políticos sobre questões climáticas. O encontro reuniu líderes de grandes instituições financeiras, os maiores fundos de pensão e lideranças de iniciativas internacionais.
O Relatório de Sustentabilidade 2014, publicado em maio de 2015, é uma prestação de contas à sociedade sobre a gestão, a estratégia e os principais resultados e perspectivas da Instituição. O documento se baseia nas diretrizes da Global Reporting Initiative – GRI, versão G4. Para acessá-lo, visite o endereço: http://www.caixa.gov.br/Downloads/caixa-relatorio-sustentabilidade/Relatorio_de_Sustentabilidade_2014.pdf.

O atual modelo de gestão de pessoas tem como objetivo consolidar uma cultura organizacional baseada na gestão proativa de talentos e por competência. A ideia é dar ênfase à meritocracia, à inovação, à alta eficiência e à melhoria contínua, promovendo identificação dos empregados com os valores e a missão da CAIXA, engajamento das lideranças e excelência no relacionamento com clientes e sociedade.
Além dos diversos programas voltados à saúde e à segurança dos empregados, a Instituição busca integrar a educação corporativa à gestão do desempenho e das competências e à gestão do conhecimento, por meio de incentivos à capacitação, de criação e manutenção de sistemas e processos de disseminação do conhecimento e desenvolvimento de habilidades. No primeiro semestre de 2015, a CAIXA investiu R$ 22,0 milhões em programas de capacitação e elevação de escolaridade.
O quadro de pessoal da CAIXA, no primeiro semestre de 2015, era composto por 97,9 mil empregados concursados e 15,5 mil estagiários e aprendizes.
A folha de pessoal somou R$ 9,6 bilhões no primeiro semestre de 2015, contemplando os benefícios proporcionados aos colaboradores e seus dependentes no valor de R$ 1,2 bilhão, além das remunerações dos empregados somadas aos encargos.
Outro benefício que a Instituição oferece aos empregados é a possibilidade de complementar sua renda, após a aposentadoria, por meio de patrocínio a planos de benefício de previdência complementar, administrados pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF.
Durante o primeiro semestre de 2015, a Fundação alcançou a participação de cerca de 97,3% do quadro de empregados ativos no período, com 138,1 mil associados no total. Desse número, 98,5 mil são ativos, 32,5 mil aposentados e 7,1 mil pensionistas.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A CAIXA investe em melhoria, inovação e aprimoramento dos serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação. No primeiro semestre de 2015, foram aplicados R$ 698,0 milhões em novas plataformas, expansão, aumento de capacidade, melhorias no desempenho e disponibilidade, manutenção e atualização do parque tecnológico.
A CAIXA participou da 25ª edição do Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras – CIAB/Febraban, um dos maiores eventos da América Latina voltados para o setor financeiro e para a área de Tecnologia.
A CAIXA foi reconhecida no XV Prêmio e-Finance, em nove categorias. Os projetos premiados foram: Biometria, Solução para Cartões de Crédito, Datacenter CAIXA – Migração e Alta Disponibilidade, Sistema de Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Crescendo Juntos, Integração de Escritórios de TI, e-Caixa, Multiaplicação e Um Piano pela Estrada.

APOIO À CULTURA E AO ESPORTE

A CAIXA, importante incentivadora do esporte brasileiro, atua em sintonia com as diretrizes do Governo Federal, e contempla em seu planejamento estratégico ações de marketing cultural orientadas para os seguintes aspectos: inclusão social, desenvolvimento humano, valores nacionais, democratização, descentralização e transparência.
Durante o primeiro semestre de 2015, foram investidos cerca de R$ 43,3 milhões em eventos culturais, incluindo os programas de ocupação cultural de seus espaços, artesanato, festivais, patrimônio, além de projetos em parceira com órgãos governamentais e eventos ligados à cultura popular.
Além disso, a CAIXA se destaca como importante patrocinadora do esporte brasileiro, investindo em modalidades de destaque no cenário nacional e internacional como o patrocínio às Confederações Brasileiras de Atletismo, Ginástica, Lutas Olímpicas, Comitê Paralímpico Brasileiro, os circuitos de corridas e corridas de rua em todo o País, além das Confederações Brasileiras de Ciclismo e tiro esportivo.
A Instituição também atua no futebol, patrocinando clubes, arenas e campeonatos. No segmento esportivo, os patrocínios aprovados no primeiro semestre de 2015 somam R$ 203,5 milhões.

PRÊMIOS E RECONHECIMENTOS

No primeiro semestre de 2015, destacam-se os seguintes prêmios e reconhecimentos recebidos pela CAIXA:
Destaque na lista "Maiores e Melhores 2015", pesquisa realizada pela Revista Exame com as empresas que se destacaram em 18 setores da economia em 2014. A Instituição se destacou em praticamente todos os indicadores referentes ao mercado financeiro.
Eleita, novamente, a marca de maior prestígio do setor financeiro do Brasil, de acordo com informação da Revista Época Negócios, realizado pelo Grupo Troiano Branding. Cada marca foi avaliada em nove dimensões: qualidade dos produtos ou serviços, confiança e ética, compromisso social e ambiental, postura inovadora, admiração, história e evolução, propósito, reconhecimento pela mídia e popularidade da empresa.
Apontada como o banco favorito dos brasileiros, de acordo com o resultado da pesquisa Marcas Mais Amadas 2015, realizada pela Officina Sophia, da holding HSR. A CAIXA foi a marca que obteve a melhor avaliação do segmento bancário.
Reconhecida no XV Prêmio e-Finance 2015, em nove categorias, na 25ª edição do Congresso e Exposição de Tecnologia da Informação das Instituições Financeiras – CIAB/Febraban.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL
(Em milhares de reais)

ATIVO	Individual			Consolidado		
	30/06/2015	31/12/2014 (Nota 3 (t))	30/06/2014 (Nota 3 (t))	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
CIRCULANTE	**539.976.559**	**513.203.252**	**484.153.074**	**541.481.371**	**514.548.403**	**485.250.568**
DISPONIBILIDADES (Nota 4)	**12.848.323**	**13.242.976**	**11.485.920**	**12.848.524**	**13.242.976**	**11.485.921**
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (Nota 5)	**125.713.522**	**120.506.953**	**85.275.228**	**125.713.522**	**120.600.940**	**85.275.228**
Aplicações no mercado aberto	117.549.929	113.973.136	78.459.281	117.549.929	114.067.123	78.459.281
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.163.694	6.534.954	6.816.469	8.163.694	6.534.954	6.816.469
Provisões para perdas	(101)	(1.137)	(522)	(101)	(1.137)	(522)
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**125.398.378**	**119.936.329**	**122.965.609**	**126.365.639**	**120.997.389**	**124.118.864**
Carteira própria – livre	43.051.875	75.083.769	80.585.560	44.019.136	76.144.829	81.738.815
Vinculados a compromissos de recompra	71.466.702	41.152.003	40.374.894	71.466.702	41.152.003	40.374.894
Instrumentos financeiros derivativos	2.062.377	905.638	37.860	2.062.377	905.638	37.860
Vinculados ao Banco Central	1.100			1.100		
Vinculados a prestação de garantias	8.816.324	2.794.919	1.967.295	8.816.324	2.794.919	1.967.295
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**98.192.610**	**93.879.294**	**93.904.977**	**98.192.610**	**93.879.294**	**93.904.977**
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.496.605	83.229	1.983.761	1.496.605	83.229	1.983.761
Créditos vinculados – depósitos no BACEN (Nota 7 (a))	95.768.498	93.345.132	91.004.376	95.768.498	93.345.132	91.004.376
Correspondentes	927.507	450.933	916.840	927.507	450.933	916.840
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**80.940**	**561.884**	**82.011**	**80.940**	**561.884**	**82.011**
Recursos em trânsito de terceiros	259	192	330	259	192	330
Transferências internas de recursos	80.681	561.692	81.681	80.681	561.692	81.681
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**138.009.940**	**129.249.192**	**122.890.627**	**138.009.940**	**129.249.192**	**122.890.627**
Setor público	5.606.942	4.518.988	5.091.381	5.606.942	4.518.988	5.091.381
Setor privado	147.400.576	138.256.038	130.598.251	147.400.576	138.256.038	130.598.251
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	705.386	748.074	550.835	705.386	748.074	550.835
Provisão para operações de créditos	(15.702.964)	(14.273.908)	(13.349.840)	(15.702.964)	(14.273.908)	(13.349.840)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**37.767.457**	**34.268.440**	**46.246.299**	**38.304.807**	**34.458.544**	**46.190.537**
Créditos por avais e fianças honrados	32.817	29.185	29.260	32.817	29.185	29.260
Carteira de câmbio	4.183.607	2.506.525	1.209.399	4.183.607	2.506.525	1.209.399
Rendas a receber	3.466.239	2.778.664	2.426.070	3.984.602	2.971.952	2.370.400
Negociação e intermediação de valores	55.104	2.766	15.662	55.104	2.766	15.662
Créditos específicos	781.382	765.593	752.954	781.382	765.593	752.954
Diversos	29.560.549	28.443.766	42.085.088	29.579.536	28.440.582	42.084.996
Provisão para outros créditos	(312.241)	(258.059)	(272.134)	(312.241)	(258.059)	(272.134)
OUTROS VALORES E BENS (Nota 10)	**1.965.389**	**1.558.184**	**1.302.403**	**1.965.389**	**1.558.184**	**1.302.403**
Outros valores e bens	1.957.092	1.602.632	1.237.916	1.957.092	1.602.632	1.237.916
Provisões para perdas	(94.693)	(90.591)	(30.371)	(94.693)	(90.591)	(30.371)
Despesas antecipadas	102.990	46.143	94.858	102.990	46.143	94.858
NÃO CIRCULANTE	**579.083.411**	**551.471.544**	**479.162.612**	**577.680.802**	**550.135.001**	**477.819.635**
TÍTULOS E VAL. MOBIL. e INST. FINANC. DERIVATIVOS (Nota 6)	**44.573.491**	**46.995.168**	**42.967.084**	**44.573.491**	**46.995.168**	**42.967.084**
Carteira própria – livre	10.670.844	8.062.680	9.578.204	10.670.844	8.062.680	9.578.204
Vinculados a compromissos de recompra	33.900.020	36.289.543	30.868.426	33.900.020	36.289.543	30.868.426
Vinculados ao Banco Central		1.046	993		1.046	993
Vinculados a prestação de garantias	2.627	2.641.899	2.519.461	2.627	2.641.899	2.519.461
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**26.320.106**	**25.145.776**	**21.443.040**	**26.320.106**	**25.145.776**	**21.443.040**
Créditos vinculados – SFH (Nota 7 (b))	26.320.106	25.145.776	21.443.040	26.320.106	25.145.776	21.443.040
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (Nota 8)	**470.286.774**	**441.339.273**	**396.189.106**	**470.286.774**	**441.339.273**	**396.189.106**
Setor público	44.499.369	43.451.441	36.782.388	44.499.369	43.451.441	36.782.388
Setor privado	434.871.276	405.528.944	367.805.114	434.871.276	405.528.944	367.805.114
Operações de Crédito Vinculadas a Cessão	4.270.540	4.605.327	3.356.758	4.270.540	4.605.327	3.356.758
Provisão para operações de créditos	(13.354.411)	(12.246.439)	(11.755.154)	(13.354.411)	(12.246.439)	(11.755.154)
OUTROS CRÉDITOS (Nota 9)	**25.039.690**	**25.565.848**	**8.153.860**	**25.039.690**	**25.565.848**	**8.153.860**
Diversos	25.084.052	25.594.041	8.187.742	25.084.052	25.594.041	8.187.742
Provisão para outros créditos	(44.362)	(28.193)	(33.882)	(44.362)	(28.193)	(33.882)
PERMANENTE	**12.863.350**	**12.425.479**	**10.409.522**	**11.460.741**	**11.088.936**	**9.066.545**
INVESTIMENTOS (Nota 11)	**5.925.498**	**5.524.993**	**4.537.952**	**4.522.889**	**4.188.450**	**3.194.975**
Participações em coligadas e controladas:	5.471.074	5.215.229	4.240.110	4.068.465	3.878.686	2.897.133
- No País	5.470.874	5.214.610	4.239.568	4.068.265	3.878.067	2.896.591
- No Exterior	200	619	542	200	619	542
Outros investimentos	674.391	499.753	475.327	674.391	499.753	475.327
Provisão para perdas	(219.967)	(189.989)	(177.485)	(219.967)	(189.989)	(177.485)
IMOBILIZADO DE USO (Nota 12)	**3.848.643**	**3.754.040**	**3.287.684**	**3.848.643**	**3.754.040**	**3.287.684**
Imóveis de uso	1.408.414	1.258.361	913.688	1.408.414	1.258.361	913.688
Reavaliações de imóveis de uso	728.363	739.998	744.196	728.363	739.998	744.196
Outras imobilizações de uso	7.029.549	6.709.767	6.172.759	7.029.549	6.709.767	6.172.760
Depreciações acumuladas	(5.317.683)	(4.954.086)	(4.542.959)	(5.317.683)	(4.954.086)	(4.542.960)
INTANGÍVEL (Nota 13)	**3.089.209**	**3.146.446**	**2.583.886**	**3.089.209**	**3.146.446**	**2.583.886**
Ativos intangíveis	4.427.376	4.262.780	3.865.189	4.427.376	4.262.780	3.865.189
Amortizações acumuladas	(1.338.167)	(1.116.334)	(1.281.303)	(1.338.167)	(1.116.334)	(1.281.303)
TOTAL	**1.119.059.970**	**1.064.674.796**	**963.315.686**	**1.119.162.173**	**1.064.683.404**	**963.070.203**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Individual			Consolidado		
	30/06/2015	31/12/2014 (Nota 3 (t))	30/06/2014 (Nota 3 (t))	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
CIRCULANTE	**646.418.845**	**620.999.102**	**570.234.245**	**646.014.134**	**621.007.710**	**569.988.762**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**345.702.542**	**341.760.050**	**320.979.781**	**344.596.723**	**341.467.033**	**320.517.031**
Depósitos à vista	27.879.676	27.013.964	24.286.581	27.879.676	27.013.964	24.286.581
Depósitos de poupança	232.117.335	236.836.068	220.990.257	232.117.335	236.836.068	220.990.257
Depósitos interfinanceiros	1.936.147	3.223.817	4.092.776	1.936.147	3.223.817	4.092.776
Depósitos a prazo	74.643.763	66.209.815	60.820.996	73.537.944	65.916.798	60.358.246
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	8.476.386	10.789.171	9.125.621	8.476.386	10.789.171
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**174.400.808**	**165.935.128**	**141.541.598**	**174.301.247**	**165.935.128**	**141.452.590**
Carteira própria	102.341.938	69.854.249	67.056.045	102.242.377	69.854.249	66.967.037
Carteira de terceiros	72.058.870	96.080.879	74.485.553	72.058.870	96.080.879	74.485.553
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**62.918.178**	**45.743.859**	**43.202.167**	**62.918.178**	**45.743.859**	**43.202.167**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	62.760.287	45.743.859	43.202.167	62.760.287	45.743.859	43.202.167
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	157.891			157.891		
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	**2.166.171**	**335.101**	**2.991.812**	**2.166.171**	**335.101**	**2.991.812**
Recebimentos e pagamentos a liquidar	2.157.545	319.759	2.977.163	2.157.545	319.759	2.977.163
Correspondentes	8.626	15.342	14.649	8.626	15.342	14.649
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	**685.398**	**1.533.644**	**915.061**	**685.398**	**1.533.644**	**915.061**
Recursos em trânsito de terceiros	613.642	1.501.545	503.538	613.642	1.501.545	503.538
Transferências internas de recursos	71.756	32.099	411.523	71.756	32.099	411.523
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**6.872.091**	**4.918.919**	**1.715.077**	**6.872.091**	**4.918.919**	**1.715.077**
Empréstimos no exterior	6.872.091	4.918.919	1.715.077	6.872.091	4.918.919	1.715.077
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS – INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**1.462.525**	**2.090.507**	**2.128.805**	**1.462.525**	**2.090.507**	**2.128.805**
TESOURO NACIONAL – PIS	359.057	195.885	402.671	359.057	195.885	402.671
BNDES	783.297	334.821	897.482	783.297	334.821	897.482
FGTS	318.086	1.486.099	826.418	318.086	1.486.099	826.418
Outras	2.085	73.702	2.234	2.085	73.702	2.234
INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (Nota 6 (g))	**73.939**	**53.718**	**295.350**	**73.939**	**53.718**	**295.350**
Instrumentos financeiros derivativos	73.939	53.718	295.350	73.939	53.718	295.350
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**52.137.193**	**58.628.176**	**56.464.594**	**52.937.862**	**58.929.801**	**56.770.869**
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.480.557	342.885	1.148.924	1.480.557	342.884	1.148.924
Carteira de câmbio	264.984	342.662	91.940	264.984	342.662	91.940
Sociais e estatutárias	1.242.557	1.874.197	1.087.190	1.652.623	1.874.197	1.087.191
Fiscais e previdenciárias	1.839.797	1.750.362	1.601.188	2.229.793	2.044.388	1.906.997
Negociação e intermediação de valores	117.016	70.597	6.790	117.016	70.597	6.790
Recursos para destinação específica:	9.554.544	10.107.859	8.455.446	9.554.544	10.107.859	8.455.446
- Obrigações de operações com loterias	891.360	1.483.765	756.764	891.360	1.483.765	756.764
- Obrigações por fundos e programas sociais	7.638.044	8.074.813	7.064.038	7.638.044	8.074.813	7.064.038
- Obrigações por fundos financ. e de desenvolvimento	1.025.140	549.281	634.644	1.025.140	549.281	634.644
Instrumentos híbridos de capital e dívida	741.048	1.900.636		741.048	1.900.636	
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	876.818	851.580	845.954	876.818	851.580	845.954
Diversas	36.019.872	41.387.398	43.227.162	36.020.479	41.394.998	43.227.627
NÃO CIRCULANTE	**446.204.205**	**417.452.929**	**364.836.922**	**410.624.553**	**381.584.971**	**356.836.922**
DEPÓSITOS (Nota 14)	**80.784.042**	**77.578.706**	**70.788.319**	**81.290.956**	**77.578.706**	**70.788.319**
Depósitos interfinanceiros	487.576	440.060	452.765	487.576	440.060	452.765
Depósitos a prazo	80.296.466	77.138.646	70.335.554	80.803.380	77.138.646	70.335.554
CAPTAÇÕES NO MERCADO ABERTO (Nota 15)	**1.882.657**	**6.834.756**	**4.381.176**	**1.882.657**	**6.834.756**	**4.381.176**
Carteira própria	1.882.657	6.834.756	4.381.176	1.882.657	6.834.756	4.381.176
RECURSOS DE ACEITES E EMISSÕES DE TÍTULOS (Nota 16)	**99.365.563**	**92.005.218**	**67.836.000**	**99.365.563**	**92.005.218**	**67.836.000**
Recursos de letras imob., hipotec., de crédito e similares	86.868.650	81.227.368	58.919.611	86.868.650	81.227.368	58.919.611
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	12.496.913	10.777.850	8.916.389	12.496.913	10.777.850	8.916.389
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS (Nota 17)	**2.825.578**	**531.120**	**1.761.520**	**2.825.578**	**531.120**	**1.761.520**
Empréstimos no Exterior	2.825.578	531.120	1.761.520	2.825.578	531.120	1.761.520
OBRIGAÇÕES POR REPAS. DO PAÍS – INSTIT. OFICIAIS (Nota 17)	**189.270.657**	**175.341.091**	**171.988.560**	**189.270.657**	**175.341.091**	**171.988.560**
TESOURO NACIONAL – PIS	351.319	584.695	317.018	351.319	584.695	317.018
BNDES	30.583.839	29.370.625	26.280.474	30.583.839	29.370.625	26.280.474
FGTS	156.173.663	143.547.345	144.008.039	156.173.663	143.547.345	144.008.039
Outras	2.161.836	1.838.426	1.383.029	2.161.836	1.838.426	1.383.029
OUTRAS OBRIGAÇÕES (Nota 18)	**72.075.708**	**65.162.038**	**48.081.347**	**35.989.142**	**29.294.080**	**40.081.347**
Fiscais e previdenciárias	136.666	144.104	149.808	136.666	144.104	149.808
Instrumentos híbridos de capital e dívida	247.234			247.234		
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	55.765.082	55.193.583	47.931.539	19.678.516	19.325.625	39.931.539
Diversas	15.926.726	9.824.351		15.926.726	9.824.351	
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 19)	**26.436.920**	**26.222.765**	**28.244.519**	**62.523.486**	**62.090.723**	**36.244.519**
Capital social	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802	22.054.802
- Capital de domiciliados no País	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000	35.000.000
- Capital a realizar	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)	(12.945.198)
Instrumento elegível ao capital principal				36.086.566	35.867.958	8.000.000
Reservas de capital	167	167	167	167	167	167
Reserva de reavaliação	400.031	408.392	388.622	400.031	408.392	388.622
Reservas de lucros	6.221.877	6.873.097	3.884.084	6.221.877	6.873.097	3.884.084
Ajuste de avaliação patrimonial	(3.839.032)	(3.113.693)	(209.255)	(3.839.032)	(3.113.693)	(209.255)
Lucros/Prejuízos Acumulados	1.599.075		2.126.099	1.599.075		2.126.099
TOTAL	**1.119.059.970**	**1.064.674.796**	**963.315.686**	**1.119.162.173**	**1.064.683.404**	**963.070.203**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100032

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2015		2014 (Nota 3 (t))		2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 21)	**32.114.638**	**65.303.597**	**24.912.633**	**47.695.725**	**32.127.820**	**65.334.042**	**24.916.755**	**47.699.847**
Operações de crédito (Nota 8 (e))	21.174.095	40.759.197	15.949.635	30.429.462	21.174.095	40.759.197	15.949.635	30.429.462
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários (Notas 5 (a) e 6 (d))	8.368.498	17.346.082	7.199.045	13.292.402	8.381.680	17.376.527	7.203.167	13.296.524
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 6 (h))	(371.461)	2.018.629	(849.949)	(892.471)	(371.461)	2.018.629	(849.949)	(892.471)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))	215.719		150.038	299.977	215.719		150.038	299.977
Resultado das aplicações compulsórias (Nota 7 (c))	2.707.160	5.140.712	2.202.394	4.242.683	2.707.160	5.140.712	2.202.394	4.242.683
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	20.627	38.977	261.470	323.672	20.627	38.977	261.470	323.672
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA (Nota 22)	**(27.163.730)**	**(55.014.426)**	**(19.282.477)**	**(36.246.467)**	**(27.146.217)**	**(54.985.959)**	**(19.270.790)**	**(36.226.164)**
Operações de captação no mercado (Notas 14 (c); 15 (b) e 16 (b))	(17.521.435)	(34.381.375)	(12.476.724)	(24.185.304)	(17.503.922)	(34.352.908)	(12.465.037)	(24.165.001)
Operações de empréstimos, cessões e repasses (Nota 17 (c))	(3.716.014)	(7.575.090)	(2.765.476)	(5.450.286)	(3.716.014)	(7.575.090)	(2.765.476)	(5.450.286)
Resultado de câmbio (Nota 9 (c.1))		(1.957.628)				(1.957.628)		
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.370.809)	(1.517.406)	(88.824)	(181.208)	(1.370.809)	(1.517.406)	(88.824)	(181.208)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Nota 8 (h))	(4.555.472)	(9.582.927)	(3.951.453)	(6.429.669)	(4.555.472)	(9.582.927)	(3.951.453)	(6.429.669)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**4.950.908**	**10.289.171**	**5.630.156**	**11.449.258**	**4.981.603**	**10.348.083**	**5.645.965**	**11.473.683**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(4.660.738)**	**(9.576.650)**	**(3.998.516)**	**(7.809.992)**	**(4.350.961)**	**(8.911.870)**	**(3.913.695)**	**(7.731.579)**
Receitas de prestação de serviços (Nota 23 (a))	4.016.554	7.948.591	3.721.682	7.223.300	4.016.554	7.948.591	3.721.682	7.223.300
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (b))	1.025.981	1.980.055	792.429	1.544.999	1.025.981	1.980.055	792.429	1.544.999
Despesas de pessoal (Nota 24)	(4.680.478)	(9.623.211)	(4.245.301)	(8.529.511)	(4.681.190)	(9.624.641)	(4.245.874)	(8.530.607)
Outras despesas administrativas (Nota 25)	(2.911.236)	(5.628.859)	(2.723.539)	(5.307.159)	(2.911.589)	(5.630.459)	(2.723.875)	(5.308.143)
Despesas tributárias (Nota 29)	(897.907)	(1.702.730)	(694.778)	(1.451.424)	(904.101)	(1.710.658)	(694.780)	(1.451.480)
Resultado de participações em coligadas e controladas (Nota 11)	150.862	341.721	133.062	305.222	145.765	310.648	128.798	286.220
Outras receitas operacionais (Nota 26)	3.004.649	5.469.096	2.458.376	4.968.832	3.014.197	5.489.315	2.449.930	4.969.946
Outras despesas operacionais (Nota 27)	(4.369.163)	(8.361.313)	(3.440.447)	(6.564.251)	(4.056.578)	(7.674.721)	(3.342.005)	(6.465.814)
RESULTADO OPERACIONAL	**290.170**	**712.521**	**1.631.640**	**3.639.266**	**630.642**	**1.436.213**	**1.732.270**	**3.742.104**
RESULTADO NÃO OPERACIONAL (Nota 28)	**(130.367)**	**(252.704)**	**(218.168)**	**(285.890)**	**(130.367)**	**(252.704)**	**(218.168)**	**(285.890)**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**159.803**	**459.817**	**1.413.472**	**3.353.376**	**500.275**	**1.183.509**	**1.514.102**	**3.456.214**
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 20 (c))	**1.706.853**	**2.771.760**	**476.702**	**289.446**	**1.678.994**	**2.734.688**	**474.514**	**285.050**
Tributos correntes	(135.721)	(656.186)	(441.399)	(872.194)	(163.586)	(693.272)	(443.589)	(876.598)
Ativo fiscal diferido	1.744.736	3.333.159	607.764	681.838	1.744.742	3.333.173	607.766	681.846
Passivo fiscal diferido	97.838	94.787	310.337	479.802	97.838	94.787	310.337	479.802
PARTICIPAÇÕES DOS EMPREGADOS NO LUCRO	**(244.305)**	**(434.971)**	**(109.424)**	**(351.797)**	**(244.305)**	**(434.971)**	**(109.424)**	**(351.797)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.622.351**	**2.796.606**	**1.780.750**	**3.291.025**	**1.934.964**	**3.483.226**	**1.879.192**	**3.389.467**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de reais)

INDIVIDUAL

EVENTOS	CAPITAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
				LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 (Nota 3 (t))	**22.054.802**	**167**	**392.929**	**2.005.496**	**2.896.900**	**23.069**		**27.373.363**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(232.324)		(232.324)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			4.433					4.433
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(6.422)	(6.422)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(8.740)				8.740	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(1.441.901)			(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO (Nota 3 (t))							3.291.025	3.291.025
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				169.473			(169.473)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(654.268)	(654.268)
Dividendos propostos							(89.387)	(89.387)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Nota 3 (t))	**22.054.802**	**167**	**388.622**	**2.174.969**	**1.709.115**	**(209.255)**	**2.126.099**	**28.244.519**
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Nota 3 (t))	**22.054.802**	**167**	**408.392**	**2.325.326**	**4.547.771**	**(3.113.693)**		**26.222.765**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(15.780)				15.780	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(1.043.352)			(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							2.796.606	2.796.606
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				139.830			(139.830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)					252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(816.147)	(816.147)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	**22.054.802**	**167**	**400.031**	**2.465.156**	**3.756.721**	**(3.839.032)**	**1.599.075**	**26.436.920**
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE MARÇO DE 2014 (Nota 3 (t))	**22.054.802**	**167**	**383.668**	**2.005.496**	**1.565.605**	**(494.001)**	**1.171.132**	**26.686.869**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						284.746		284.746
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			2.217					2.217
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(4.205)	(4.205)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			2.737				(2.737)	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS					(110.606)			(110.606)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO (Nota 3 (t))							1.780.750	1.780.750
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				169.473			(169.473)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(305.865)	(305.865)
Dividendos propostos							(89.387)	(89.387)
SALDOS AJUSTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2014 (Nota 3 (t))	**22.054.802**	**167**	**388.622**	**2.174.969**	**1.709.115**	**(209.255)**	**2.126.099**	**28.244.519**
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	**22.054.802**	**167**	**398.783**	**2.325.326**	**3.504.419**	**(2.595.198)**	**782.212**	**26.470.511**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL						(1.243.834)		(1.243.834)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO			7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO							(1.150)	(1.150)
REALIZAÇÃO DE RESERVA			(6.171)				6.171	
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO							1.622.351	1.622.351
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:								
Reserva Legal (Reservas de Lucros)				139.830			(139.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)					252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos							(418.377)	(418.377)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	**22.054.802**	**167**	**400.031**	**2.465.156**	**3.756.721**	**(3.839.032)**	**1.599.075**	**26.436.920**

CONSOLIDADO

EVENTOS	CAPITAL	INSTRUMENTO ELEGÍVEL AO CAPITAL PRINCIPAL	RESERVA DE CAPITAL	RESERVA DE REAVALIAÇÃO	RESERVA DE LUCROS		AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
					LEGAL	ESTATUTÁRIAS			
SALDOS AJUSTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**392.929**	**2.005.496**	**2.896.900**	**23.069**	**35.373.363**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(232.324)		(232.324)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				4.433					4.433
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(6.422)	(6.422)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(8.740)				8.740	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.441.901)			(1.441.901)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.389.467	3.389.467
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(654.268)	(654.268)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(98.442)	(98.442)
SALDOS S EM 30 DE JUNHO DE 2014	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**388.622**	**2.174.969**	**1.709.115**	**(209.255)**	**2.126.099**	**36.244.519**
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	**22.054.802**	**35.867.958**	**167**	**408.392**	**2.325.326**	**4.547.771**	**(3.113.693)**		**62.090.723**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(725.339)		(725.339)
ENCARGOS TRIBUTARIOS S/REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(5.032)	(5.032)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(15.780)				15.780	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(1.043.352)			(1.043.352)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								3.483.226	3.483.226
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de Loterias (Reserva de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(816.147)	(816.147)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(686.620)	(686.620)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	**22.054.802**	**36.086.566**	**167**	**400.031**	**2.465.156**	**3.756.721**	**(3.839.032)**	**1.599.075**	**62.523.486**
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2014	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**383.668**	**2.005.496**	**1.565.605**	**(494.001)**	**1.171.132**	**34.686.869**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							284.746		284.746
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				2.217					2.217
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(4.205)	(4.205)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				2.737				(2.737)	
DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS ADICIONAIS						(110.606)			(110.606)
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.879.192	1.879.192
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					169.473			(169.473)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						254.116		(254.116)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(305.865)	(305.865)
Dividendos propostos								(89.387)	(89.387)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(98.442)	(98.442)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2014	**22.054.802**	**8.000.000**	**167**	**388.622**	**2.174.969**	**1.709.115**	**(209.255)**	**2.126.099**	**36.244.519**
SALDOS EM 31 DE MARÇO DE 2015	**22.054.802**	**35.867.958**	**167**	**398.783**	**2.325.326**	**3.504.419**	**(2.595.198)**	**782.212**	**62.338.469**
AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL							(1.243.834)		(1.243.834)
ENCARGOS TRIBUTÁRIOS S/REAVALIAÇÃO				7.419					7.419
RECOLHIMENTO DE TRIBUTOS S/RESERVA DE REAVALIAÇÃO								(1.150)	(1.150)
REALIZAÇÃO DE RESERVA				(6.171)				6.171	
INCORPORAÇÃO DE REMUNERAÇÃO DE IHCD		218.608							218.608
LUCRO LÍQUIDO NO PERÍODO								1.934.964	1.934.964
DESTINAÇÕES DO LUCRO LÍQUIDO:									
Reserva Legal (Reservas de Lucros)					139.830			(139.830)	
Reserva de loterias (Reservas de Lucros)						252.302		(252.302)	
Juros sobre o capital próprio propostos								(418.377)	(418.377)
Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital								(312.613)	(312.613)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015	**22.054.802**	**36.086.566**	**167**	**400.031**	**2.465.156**	**3.756.721**	**(3.839.032)**	**1.599.075**	**62.523.486**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de reais)

	Individual				Consolidado			
	2015		2014 (Nota 3 (t))		2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS								
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**5.668.381**	**12.111.875**	**3.779.282**	**11.023.186**	**6.193.936**	**12.177.927**	**4.337.868**	**11.532.617**
Lucro Líquido	1.248.343	2.796.606	1.780.750	3.291.025	1.934.963	3.483.226	1.879.192	3.389.467
Ajustes ao Lucro Líquido:	4.420.038	9.315.269	1.998.532	7.732.161	4.258.973	8.694.701	2.458.676	8.143.150
Ajustes ao Valor de Mercado de TVM e Inst. Financ. Derivativos (Ativos/ Passivos)	718.623	347.829	(740.249)	999.940	718.623	347.829	(740.249)	999.940
(Ganho)/Perda em Investimentos	(231.513)	(58.784)	(45.803)	40.023	(85.057)	(23.791)	410.079	432.018
(Ganho)/Perda na Venda de Imobilizado	(3.512)	(4.193)	828		(3.512)	(4.193)	828	
(Ganho)/Perda na Venda de Bens Não de Uso Próprio	(812)	(55)	(801.451)	(801.451)	(812)	(55)	(801.451)	(801.451)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	4.555.472	9.582.927	3.951.453	6.429.669	4.555.472	9.582.927	3.951.453	6.429.669
Ativo/Passivo Atuarial (Benefícios a Empregados)	369.318	738.636	209.648	419.296	369.318	738.636	209.648	419.296
Depreciações e Amortizações	423.683	802.751	423.412	722.226	423.683	802.751	423.412	722.226
Impostos Diferidos	(1.842.574)	(3.427.946)	(918.101)	(1.161.640)	(1.842.580)	(3.427.960)	(918.103)	(1.161.648)
Despesas com Provisões para Causas Judiciais	344.018	837.072	290.357	485.306	344.018	837.072	290.357	485.306
Resultado de Participação em Coligadas	(150.862)	(341.721)	(133.062)	(305.222)	(145.765)	(310.648)	(128.798)	(286.220)
Despesas com Dívidas Subordinadas e Instrumentos Híbridos	238.197	809.332	(238.500)	904.014	(74.415)	122.712	(238.500)	904.014
Despesas com Atualização Monetária de Dividendos Complementares Pagos		29.421				29.421		
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**15.706.657**	**(3.149.761)**	**3.405.540**	**32.753.254**	**14.811.997**	**(3.528.019)**	**3.318.694**	**32.775.310**
(Aumento) Redução em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.360.659)	(1.629.776)	948.233	855.726	(1.264.024)	(1.535.789)	948.233	855.726
(Aumento) Redução em TVM para Negociação	1.572.689	(2.506.510)	(14.164.682)	(5.271.677)	1.572.689	(2.506.510)	(14.164.682)	(5.271.677)
(Aumento) Redução em Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	885.348	(2.423.366)	(169.524)	(4.815.856)	885.348	(2.423.366)	(169.524)	(4.815.856)
(Aumento) Redução em Relações Interfinanceiras (Ativos/Passivos)	(450.010)	(1.233.210)	(222.147)	(529.033)	(450.010)	(1.233.210)	(222.147)	(529.033)
(Aumento) Relações Interdependências (Ativos/Passivos)	(151.447)	(367.302)	(156.466)	(617.087)	(151.447)	(367.302)	(156.466)	(617.087)
(Aumento) Redução em Operações de Crédito	(23.588.565)	(47.100.800)	(35.568.151)	(63.664.143)	(23.588.565)	(47.100.800)	(35.568.151)	(63.664.143)
(Aumento) Redução em Outros Créditos	(2.318.436)	264.711	525.757	5.320.691	(2.812.696)	(82.521)	646.943	5.536.653
(Aumento) Redução em Outros Valores e Bens	(236.271)	(407.150)	684.372	554.493	(236.271)	(407.150)	684.372	554.493
(Redução) Aumento em Depósitos	5.755.732	7.147.828	16.910.732	30.712.912	5.458.150	6.841.940	16.733.948	30.535.596
(Redução) Aumento em Captações no Mercado Aberto	14.601.476	3.513.581	9.036.610	29.348.384	14.501.915	3.414.020	9.034.414	29.344.137
(Redução) Aumento em Recursos por Emissão de Títulos	8.695.150	24.534.664	14.274.907	27.215.173	8.695.150	24.534.664	14.274.907	27.215.173
(Redução) Aumento em Instrumentos Financeiros Derivativos	27.870	20.221	129.406	206.179	27.870	20.221	129.406	206.179
(Redução) Aumento em Obrigações por Empréstimos e Repasses	8.025.992	17.549.214	8.992.667	16.039.850	8.025.992	17.549.214	8.992.667	16.039.850
(Redução) Aumento em Outras Obrigações	4.508.532	(202.934)	2.869.592	(1.789.926)	4.408.640	77.502	2.840.540	(1.802.269)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(260.744)	(308.932)	(685.766)	(812.432)	(260.744)	(308.932)	(685.766)	(812.432)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**21.375.038**	**8.962.114**	**7.184.822**	**43.776.440**	**21.005.933**	**8.649.908**	**7.656.562**	**44.307.927**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS								
Aquisição e Resgate de TVM Disponíveis para Venda	(3.066.243)	(3.371.877)	614.550	749.205	(2.915.545)	(3.278.078)	142.810	217.718
Aquisição e Resgate de TVM Mantidos até o Vencimento	2.606.481	1.764.847	(691.229)	23.970	2.606.481	1.764.847	(691.229)	23.970
Alienação de Imobilizado de Uso	6.035	14.066	(3.551)	(924)	6.035	14.066	(3.551)	(924)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(313.445)	(573.574)	(228.357)	(658.462)	(313.445)	(573.574)	(228.357)	(658.462)
Baixa de Intangível	8.331	11.467	(35.829)	10.764	8.331	11.467	(35.829)	10.764
Aquisição de Intangível	(148.694)	(287.883)	(167.020)	(384.870)	(148.694)	(287.883)	(167.020)	(384.870)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	**(907.535)**	**(2.442.954)**	**(511.436)**	**(260.317)**	**(756.837)**	**(2.349.155)**	**(983.176)**	**(791.804)**
FLUXOS DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS								
Incorporação de Remuneração de IHCD					218.608	218.608		
Dividendos Complementares dos Exercícios de 2014		(1.072.773)	(1.441.901)	(1.441.901)		(1.072.773)	(1.441.901)	(1.441.901)
Dividendos/Juros sobre o Capital Próprio	(418.377)	(816.147)	499.903	(842.097)	(418.377)	(816.147)	499.903	(842.097)
Remuneração IHCD Pago	(1.448.100)	(1.448.100)			(1.448.100)	(1.448.100)		
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(1.866.477)**	**(3.337.020)**	**(941.998)**	**(2.283.998)**	**(1.647.869)**	**(3.118.412)**	**(941.998)**	**(2.283.998)**
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**18.601.026**	**3.182.140**	**5.731.388**	**41.232.125**	**18.601.227**	**3.182.341**	**5.731.388**	**41.232.125**
MODIFICAÇÕES EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA, LÍQUIDA								
Caixa e Equivalentes no Início do Período	111.797.226	127.216.112	84.213.813	48.713.076	111.797.226	127.216.112	84.213.813	48.713.076
Caixa e Equivalentes no Fim do Período	130.398.252	130.398.252	89.945.201	89.945.201	130.398.453	130.398.453	89.945.201	89.945.201
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**18.601.026**	**3.182.140**	**5.731.388**	**41.232.125**	**18.601.227**	**3.182.341**	**5.731.388**	**41.232.125**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
(Em milhares de reais)

DESCRIÇÃO	Individual								Consolidado							
	2015				2014 (Nota 3 (t))				2015				2014			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%	R$	%
1. RECEITAS	**35.475.982**		**70.865.708**		**27.715.498**		**54.717.297**		**35.498.712**		**70.916.372**		**27.711.173**		**54.722.532**	
Intermediação financeira	32.114.638		65.303.597		24.912.633		47.695.725		32.127.820		65.334.042		24.916.755		47.699.847	
Prestação de serviços com tarifas	5.042.534		9.928.646		4.514.110		8.768.299		5.042.535		9.928.646		4.514.110		8.768.299	
Provisão para devedores duvidosos – constituição	(4.555.472)		(9.582.927)		(3.951.453)		(6.429.669)		(4.555.472)		(9.582.927)		(3.951.453)		(6.429.669)	
Outras	2.874.282		5.216.392		2.240.208		4.682.942		2.883.829		5.236.611		2.231.761		4.684.055	
2. DESPESAS DE INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**22.608.258**		**45.431.499**		**15.331.023**		**29.816.798**		**22.590.745**		**45.403.032**		**15.319.336**		**29.796.495**	
3. INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	**6.495.540**		**12.454.634**		**5.455.604**		**10.498.065**		**6.183.308**		**11.769.642**		**5.357.497**		**10.400.610**	
Materiais, energia e outros	621.930		1.203.682		538.532		1.084.096		621.955		1.203.737		538.603		1.084.189	
Processamento de dados e comunicações	556.968		1.012.327		468.989		903.775		556.968		1.012.327		468.989		903.775	
Propaganda, publicidade e promoções	171.597		323.772		238.987		399.029		171.597		323.772		238.987		399.029	
Serviços de terceiros e especializados	583.806		1.163.011		541.369		1.100.615		584.134		1.164.556		541.634		1.101.505	
Serviços de vigilância e segurança	192.076		390.529		227.279		446.298		192.076		390.529		227.279		446.298	
Outras	4.369.163		8.361.313		3.440.448		6.564.252		4.056.578		7.674.721		3.342.005		6.465.814	
– Serviços delegados pelo Governo Federal	521.862		980.386		619.330		1.158.383		521.862		980.386		619.330		1.158.383	
– Despesa com lotérico e parceiros comerciais	565.080		1.147.926		534.962		1.022.496		565.080		1.147.926		534.962		1.022.496	
– Descontos de operações de crédito	328.999		460.083		84.635		140.382		328.999		460.083		84.635		140.382	
– Despesas com cartão de crédito/débito	330.766		669.165		296.817		556.094		330.766		669.165		296.817		556.094	
– Benefício pós-emprego	369.318		738.636		218.340		443.449		369.318		738.636		218.340		443.449	
– Provisões operacionais diversas	1.131.215		2.652.421		1.088.583		2.068.276		818.603		1.965.801		990.141		1.969.834	
– Demais	1.121.923		1.712.696		597.781		1.175.172		1.121.950		1.712.724		597.780		1.175.176	
4. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2-3)	**6.372.184**		**12.979.575**		**6.928.871**		**14.402.434**		**6.724.659**		**13.743.698**		**7.034.340**		**14.525.427**	
5. RETENÇÕES	**423.683**		**802.751**		**378.199**		**722.226**		**423.683**		**802.751**		**378.199**		**722.226**	
Depreciação, amortização e exaustão	423.683		802.751		378.199		722.226		423.683		802.751		378.199		722.226	
6. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (4-5)	**5.948.501**		**12.176.824**		**6.550.672**		**13.680.208**		**6.300.976**		**12.940.947**		**6.656.141**		**13.803.201**	
7. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	**150.862**		**341.721**		**133.062**		**305.222**		**145.765**		**310.648**		**128.798**		**286.220**	
Resultado da equivalência patrimonial	150.862		341.721		133.062		305.222		145.765		310.648		128.798		286.220	
8. VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR (6+7)	**6.099.363**		**12.518.545**		**6.683.734**		**13.985.430**		**6.446.741**		**13.251.595**		**6.784.939**		**14.089.421**	
9. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	**6.099.363**	**100**	**12.518.545**	**100**	**6.683.734**	**100**	**13.985.430**	**100**	**6.446.741**	**100**	**13.251.595**	**100**	**6.784.939**	**100**	**14.089.421**	**100**
Pessoal	4.287.794	70	8.761.156	70	3.765.077	56	7.700.907	55	4.288.508	67	8.762.586	66	3.765.650	56	7.702.004	55
– Remuneração direta	3.194.873		6.536.427		2.734.290		5.666.293		3.195.549		6.537.771		2.734.840		5.667.337	
– Benefícios	887.297		1.805.573		840.956		1.651.922		887.297		1.805.573		840.956		1.651.922	
– FGTS	205.624		419.156		189.831		382.692		205.662		419.242		189.854		382.745	
Impostos, taxas e contribuições	(171.958)	(3)	227.996	2	807.724	12	2.342.379	17	(137.906)	(2)	272.996	2	809.914	12	2.346.831	17
– Federais	(354.115)		(148.875)		679.481		2.047.727		(320.063)		(103.875)		681.671		2.052.179	
– Estaduais	454		591		307		434		454		591		307		434	
– Municipais	181.703		376.280		127.936		294.218		181.703		376.280		127.936		294.218	
Remuneração de capitais de terceiros	361.176	6	732.787	6	330.183	5	651.119	5	361.176	6	732.787	6	330.183	5	651.119	5
– Aluguéis	361.176		732.787		330.183		651.119		361.176		732.787		330.183		651.119	
Remuneração de capitais próprios	418.377	7	816.147	7	395.252	6	743.655	5	730.989	11	1.502.767	11	493.694	7	842.097	6
– Juros sobre o capital próprio e dividendos	418.377		816.147		395.252		743.655		418.377		816.147		395.252		743.655	
– Juros sobre instrumentos de dívida elegíveis a capital									312.612		686.620		98.442		98.442	
Lucros retidos	1.203.974	20	1.980.459	16	1.385.498	21	2.547.370	18	1.203.974	19	1.980.459	15	1.385.498	20	2.547.370	18

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2015
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Nota 1 – Contexto operacional

A Caixa Econômica Federal (CAIXA ou Instituição) é uma instituição financeira constituída pelo Decreto-Lei nº 759, de 12 de agosto de 1969, sob a forma de empresa pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília – Distrito Federal. Sua atuação abrange todo o território nacional e, no Exterior, opera por meio de escritórios de representação no Japão, nos Estados Unidos e na Venezuela. Seu capital social pertence integralmente à União.

Desenvolve suas atividades bancárias por meio da captação e aplicação de recursos em diversas operações nas carteiras comerciais, de operações de câmbio, de crédito ao consumidor, de crédito imobiliário e rural, da prestação de serviços bancários. Inclui ainda a administração de fundos e carteiras de investimento, e de natureza social, além de atividades complementares relacionadas à intermediação de títulos e valores mobiliários, a negócios com cartões de débito e crédito.

Atua também nos segmentos de seguros, previdência privada, capitalização e administração de consórcios por intermédio de participações societárias na CAIXA Seguros Holding S/A, na Pan Seguros S/A e na Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda.

A CAIXA iniciou, ao longo deste semestre, a reestruturação societária do segmento de seguridade com a criação da empresa CAIXA Seguridade Participações S/A ("CAIXA Seguridade") e da CAIXA Operadora de Seguros S/A ("CAIXA Operadora").

Como forma de financiamento de longo prazo de suas operações, a CAIXA emite títulos de dívida no mercado internacional por meio de Notas Sêniors e de Bônus Subordinados elegíveis a compor o Capital de Nível II sob as regras de Basileia III.

A Instituição exerce papel fundamental na promoção do desenvolvimento urbano e da justiça social no País, é o principal parceiro do Governo Federal na promoção de políticas públicas, na execução dos programas de transferência de renda e na implantação da política nacional de habitação. Sua atuação se estende por diversas áreas, como habitação de interesse social, saneamento básico, infraestrutura, gestão ambiental, geração de trabalho e renda, desenvolvimento rural, e outras vinculadas ao desenvolvimento sustentável e direcionadas à melhoria da qualidade de vida dos brasileiros, principalmente os de baixa renda.

Delegada pelo Governo Federal, a instituição exerce o papel de agente operador de fundos e de programas sociais, dentre os quais se destacam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), o Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS), o Programa de Integração Social (PIS), o Fundo de Desenvolvimento Social (FDS), o Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), o Fundo Garantidor de Habitação Popular (FGHAB), dentre outros, e administra, em caráter de exclusividade, os serviços das loterias federais, bem como exerce o monopólio das operações de penhor civil, em caráter permanente e contínuo. Os fundos e programas administrados são entidades jurídicas independentes, geridas por regulamentação e estrutura de governança específicas e possuem contabilidade própria.

A fim de cumprir seu objeto social, em conformidade com a Lei nº 11.908/2009, a CAIXA constituiu as subsidiárias integrais CAIXA Participações S/A – CAIXAPAR, CAIXA Seguridade e CAIXA Operadora.

Nota 2 – Apresentação das demonstrações contábeis

a) Contexto

As demonstrações contábeis individuais (INDIVIDUAL) e consolidadas (CONSOLIDADO) da CAIXA são de responsabilidade da Administração. As demonstrações contábeis de 30 de junho de 2015 foram aprovadas pelo Conselho Diretor em 21 de agosto de 2015 e pelo Conselho de Administração em 24 de agosto de 2015.

b) Base de preparação e declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da CAIXA foram elaboradas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis n° 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e n° 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis n° 11.638/07 e n° 11.941/09, em consonância com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e das práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações contêm registros que refletem os custos históricos das transações, com exceção da carteira de títulos e valores mobiliários classificados como mantidos para negociação e disponíveis para venda e os instrumentos financeiros derivativos, que são avaliados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As práticas contábeis adotadas no Brasil envolvem julgamento pela Administração quanto a estimativas e premissas relativas à mensuração de provisão para créditos de liquidação duvidosa; ativos fiscais diferidos; ao valor justo de determinados instrumentos financeiros; à provisão para causas judiciais cíveis, trabalhistas e fiscais; a perdas por redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros; a outras provisões; aos planos de previdência complementar; a ativos e passivos relacionados a benefícios pós-emprego a empregados; e à determinação da vida útil de determinados ativos. Os valores definitivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por essas estimativas e premissas, e somente serão conhecidos por ocasião da sua liquidação.

c) Reorganização Societária do segmento Seguridade da CAIXA

Em 27 de maio de 2015, a CAIXA constituiu como subsidiária integral a empresa CAIXA Seguridade, inscrita sob o CNPJ nº 22.543.331/0001-00, tendo como objeto social a aquisição de participações societárias ou a participação, direta ou indireta, como sócia ou quotista do capital de outras sociedades, no Brasil ou no Exterior, cujo objeto social seja a estruturação e comercialização de seguros nos diversos ramos, planos de previdência complementar e planos de capitalização, administração, comercialização e disponibilização de planos privados de assistência médica e odontológica, corretagem desses produtos, além da estruturação, administração e comercialização de consórcios e realização de operações de resseguro e retrocessão no País e no Exterior.

No contexto de estruturação societária, a CAIXA Seguridade, em 30 de junho de 2015, absorveu diretamente as principais participações societárias relacionadas ao ramo de seguridade detidas pela CAIXA e por sua subsidiária integral CAIXA Participações S.A. ("CAIXAPAR"), conforme descrito a seguir:

I. 100% das ações da CAIXA Operadora S.A., constituída em 27 de maio de 2015 como subsidiária integral da CAIXA, absorvida pela CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015;
II. 49,00% das ações da Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. Adquirida em 29 de dezembro de 2014 pela CAIXAPAR;
III. 48,99% das ações da PAN Seguros S.A. Adquirida em 19 de junho de 2015 pela CAIXAPAR;
IV. 48,21% das ações da CAIXA Seguros Holding S.A. Incorporada em 26 de fevereiro de 2010 pela CAIXAPAR.

Principais participações diretas da **CAIXA Seguridade:**

CAIXA Seguros Holding S.A.: Sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto social a participação como acionista ou sócia, em sociedades empresariais que exploram atividades de seguro em todos os ramos, incluindo saúde dental; planos de capitalização; planos de previdência privada aberta, nas modalidades pecúlio e renda; administração de consórcio; e atividades correlatas ou complementares às descritas anteriormente. O capital social da CAIXA Seguros Holding encontra-se dividido, predominantemente, entre o grupo francês CNP Assurances com 51,75% das ações e a CAIXAPAR com 48,21% das ações. Em 30 de junho de 2015, houve cisão parcial da CAIXAPAR com transferência dessa participação societária para a CAIXA Seguridade.

CAIXA Operadora S.A.: Subsidiária integral da CAIXA Seguridade, foi constituída em 27 de maio de 2015 com o objetivo social de gerir a comercialização e distribuição de (i) seguros de pessoas, de patrimônio, rural, de crédito, garantia, de automóveis ou qualquer outro tipo de seguro; (ii) planos de previdência complementar, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de previdência complementar; (iii) planos de capitalização, bem como demais produtos e serviços admitidos às sociedades de capitalização; (iv) cotas de grupos de consórcio; (v) seguros de assistência médica e odontológica às pessoas jurídicas e/ou físicas; (vi) quaisquer produtos ou serviços regulados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), pela Agência Nacional de Saúde (ANS) ou pelo Banco Central do Brasil (BACEN), relativos a grupo de consórcios.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

PAN Seguros S.A.: Sociedade anônima de capital fechado que tem como objetivo a exploração nos segmentos de seguros de pessoas (jurídicas e físicas), prestamista, habitacional, danos pessoais (DPVAT) e seguros de danos. Em 29 de dezembro de 2014, o controle acionário da PAN Seguros passou a ser da BTG Pactual Seguradora S.A. ("BTG") conforme contrato de compra e venda de ações celebrado entre a BTG e o Banco PAN S.A. Em 31 de dezembro de 2014, a PAN Seguros efetuou a incorporação reversa da BTG pelo valor de R$ 550.406 e, se tornou controlada direta da BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Com participação de 99,99%. Em 19 de junho de 2015, a CAIXAPAR adquiriu 48,99% das ações da PAN Seguros conforme acordado no contrato de opção de compra de ações e outras avenças firmado em 21 de agosto de 2014 com a BTG Pactual Holding de Seguros Ltda. Posteriormente, a CAIXAPAR realizou a cisão parcial da participação total da PAN Seguros para a CAIXA Seguridade em 30 de junho de 2015.

PAN Corretora: Empresa de capital fechado e empreendimento controlado em conjunto pela BTG Pactual Holding de Seguros e CAIXAPAR com as participações de 51,00% e 49,00%, respectivamente. Tem como objetivo a administração, orientação e corretagem de seguros dos ramos elementares, seguros do ramo de vida e planos previdenciários. Em 30 de junho de 2015, a CAIXAPAR efetuou a cisão parcial da participação da PAN Corretora para a CAIXA Seguridade.

d) Consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas, que incluem a CAIXA e suas subsidiárias CAIXAPAR e CAIXA Seguridade, foram elaboradas considerando a eliminação dos saldos das contas patrimoniais, as receitas, as despesas e os lucros não realizados entre as empresas.

As demonstrações contábeis da CAIXAPAR, da CAIXA Seguridade e da CAIXA são preparadas utilizando-se práticas contábeis consistentes. As participações em entidades sob controle conjunto e os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. O resultado das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o período é incluído nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da aquisição ou até a data da alienação. O custo de aquisição de uma controlada é mensurado pelo valor justo dos ativos ofertados, dos instrumentos patrimoniais emitidos e dos passivos incorridos ou assumidos na data da troca.

Os ativos identificáveis adquiridos, as contingências e os passivos assumidos em uma combinação de negócios são inicialmente mensurados pelo seu valor justo na data de aquisição, independentemente da proporção de qualquer participação na investida. O valor excedente do custo de aquisição dos ativos líquidos identificáveis em relação ao valor justo de participação é registrado como ágio fundamentado em rentabilidade futura. Quando o custo de aquisição for menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a CAIXA reconhece a diferença diretamente no resultado.

As principais empresas que a CAIXA detém participação direta ou indireta e que estão incluídas nas demonstrações consolidadas são apresentadas na Nota 11.

e) Participações societárias incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Carteira de participações societárias da CAIXAPAR	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
Banco PAN	262.164.552	112.732.358	49,00	40,35
Branes	40.975.186	-	37,25	37,25
Capgemini	63.764.544	-	24,19	22,05
Cia. Brasileira de Securitização – CIBRASEC	6.000	-	9,09	9,09
Crescer	17.640.000	-	49,00	49,00
Elo Serviços	62.779	837.031.603	0,01	33,33
TECBAN	375.508.013	-	10,00	10,00

Carteira de participações societárias da CAIXA Seguridade	Quantidade de ações		Participação %	
	O.N.	P.N.	Cap. votante	Cap. social
CAIXA Operadora	100.000	-	100,00	100,00
CAIXA Seguros Holding S.A.	2.239.226	-	48,21	48,21
PAN Seguros	166.210.711	51.313	48,99	48,99
PAN Corretora	149.940	-	49,00	49,00

f) Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Em razão das notícias divulgadas na imprensa, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", a Administração da CAIXA adotou ações acautelatórias de caráter interno, com o propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos relacionados ao tema por parte de seus empregados, administradores e fornecedores.

Até a data de divulgação das Demonstrações Contábeis do semestre findo em 30 de junho de 2015, a CAIXA, seus administradores e seus empregados não foram notificados sobre qualquer denúncia ou evidência objetiva que não sejam aquelas que envolvam seus prestadores de serviços, eventualmente decorrentes de fatos relacionados com a operação "A Origem". A despeito disso, a CAIXA adotou providências, a fim de avaliar as notícias divulgadas na imprensa e os contratos com as empresas citadas.

Com base nas informações disponíveis, foi conduzido um processo interno de investigação que não identificou impactos relacionados a esse assunto que pudessem impactar as suas Demonstrações Contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2015, nem há qualquer informação objetiva que coloque em dúvida a boa conduta de seus funcionários, administradores e fornecedores.

De forma prospectiva a CAIXA continuará acompanhando e apoiando o processo de investigação das autoridades competentes até a sua conclusão bem como avaliando, sistematicamente, qualquer nova informação que possa demandar a necessidade de análises adicionais ou que outro processo de investigação interna seja efetuado.

Nota 3 – Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

(a) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais, moeda funcional da CAIXA. Os itens incluídos nas demonstrações contábeis de cada entidade do grupo são mensurados com a mesma moeda funcional. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Ativos e Passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio da moeda funcional na data do Balanço Patrimonial. Ganhos ou perdas decorrentes do processo de conversão são alocados no resultado do período.

(b) Apuração do resultado

Em conformidade com o regime de competência, as receitas e as despesas são registradas na apuração de resultado dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento. As operações com encargos financeiros pré-fixados estão registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

As receitas e despesas de natureza financeira são reconhecidas pelo critério *pro rata dia* e calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionadas a operações no Exterior, que são calculadas com base no método linear.

(c) Caixa e equivalentes de caixa

Os valores reconhecidos como caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, moeda estrangeira, aplicações no mercado aberto, aplicações em depósitos interfinanceiros, certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa.

Os valores em espécie em moeda corrente nacional são apresentados pelo seu valor de face e os em moedas estrangeiras são convertidos pela taxa cambial divulgada pelo BACEN na data de fechamento das demonstrações contábeis. Os equivalentes de caixa caracterizam-se pela alta liquidez, são considerados na gestão dos compromissos de curto prazo, contratados com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações registradas em caixa e equivalentes de caixa são apresentados na Nota 4.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço e deduzido de eventuais provisões para desvalorização, quando aplicável. Nas operações compromissadas realizadas com acordo de livre movimentação, quando da venda definitiva do título, o passivo referente à obrigação de devolução do título é avaliado pelo valor de mercado.

A composição, os prazos e os rendimentos auferidos nas aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentados na Nota 5.

(e) Títulos e valores mobiliários

São inicialmente reconhecidos na data de negociação, isto é, na data em que a CAIXA se torna parte interessada na relação contratual do instrumento, incluindo compras ou vendas de ativos financeiros que requerem sua entrega em tempo determinado, estabelecido por regulamento ou padrão do mercado.

A Administração classifica inicialmente os instrumentos financeiros de acordo com o propósito e a finalidade da sua aquisição, e suas características. Todos os instrumentos financeiros são mensurados inicialmente ao valor justo.

O registro e a avaliação da carteira de títulos e valores mobiliários estão em conformidade com a Circular BACEN nº 3.068/2001 e são classificados de acordo com a intenção da Administração em três categorias específicas:

- **Títulos para negociação:** são adquiridos com o objetivo de serem ativa e frequentemente negociados, sendo ajustados a valor justo em contrapartida ao resultado do período;
- **Títulos disponíveis para venda:** são instrumentos mantidos por um prazo indefinido e que podem ser vendidos em reposta à necessidade de liquidez ou mudanças de condição do mercado e que não se enquadram como títulos para negociação nem como mantidos até o vencimento. Esses títulos são ajustados a valor justo, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, denominada "Ajuste de avaliação patrimonial". As valorizações ou desvalorizações são levadas ao resultado, pelo valor líquido dos efeitos tributários, quando das realizações dos respectivos títulos;
- **Títulos mantidos até o vencimento:** adquiridos com a intenção e a capacidade financeira de manter em carteira até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição ou pelo valor de mercado quando reclassificado de outra categoria. Os títulos classificados nessa categoria são acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados pelo valor de mercado.

Os rendimentos dos títulos, independentemente de sua classificação, são apropriados *pro rata dia,* observando o regime de competência, com base nas suas cláusulas de remuneração, e registrados em conta de resultado. As perdas com títulos, independentemente de sua classificação, são reconhecidas diretamente no resultado do período e passam a compor a nova base de custo do ativo.

A cada trimestre a CAIXA avalia se há qualquer evidência objetiva de perda nos instrumentos de dívida e nos instrumentos de patrimônio, classificados nas categorias títulos disponíveis para venda e títulos mantidos até o vencimento. Caso haja evidência que não seja considerada temporária, incluindo as mencionadas a seguir, seus efeitos são reconhecidos no resultado do período como perdas realizadas:

- Declínio significativo ou prolongado no valor de mercado dos títulos patrimoniais, abaixo do seu custo;
- Alterações significativas com efeito adverso que tenham ocorrido no ambiente tecnológico, de mercado, econômico ou legal no qual o emissor opera, e indica que o custo do investimento no instrumento patrimonial pode não ser recuperado;
- Significativa dificuldade financeira do emitente ou do obrigado ou quebra de contrato, tal como o descumprimento ou atraso nos pagamentos de juros ou de capital.

A classificação, composição e segmentação dos títulos e valores mobiliários são apresentadas na Nota 6 (a), (b) e (c).

(f) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA utiliza instrumentos financeiros derivativos, como swaps, futuros de taxa de juros e de câmbio em moeda estrangeira detidos na carteira de negociação com a finalidade de hedge financeiro ou hedge contábil, contabilizados conforme a Circular BACEN nº 3.082/2002.

Os derivativos são contabilizados pelo valor justo e mantidos como ativos quando positivos, e como passivos, quando negativos. São reavaliados subsequentemente também a valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, com exceção da parcela eficaz de hedge de fluxo de caixa que é reconhecida diretamente no patrimônio líquido.

Quando o derivativo é contratado em negociação, associado à operação de captação ou aplicação de recursos, nos termos da Circular BACEN nº 3.150/2002, a reavaliação é efetuada com base nas condições definidas em contrato, sem nenhum ajuste decorrente do valor justo do derivativo.

Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar, no todo ou em parte, os riscos provenientes das variações no valor de mercado de ativos ou passivos financeiros qualificados para hedge contábil são classificados como:

- ***Hedge de Risco de Mercado:*** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria, bem como os ativos e passivos financeiros relacionados, são ajustados ao valor de mercado com os ganhos e as perdas reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- ***Hedge de Fluxo de Caixa:*** Os instrumentos financeiros classificados nesta categoria têm parcela efetiva das valorizações ou desvalorizações registrada, líquida dos efeitos tributários, em conta destacada no patrimônio líquido. A parcela não efetiva do hedge é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Ao aplicar a metodologia de hedge contábil, a CAIXA documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge (derivativos) e os itens protegidos, os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização do hedge.

A documentação também contempla a natureza dos riscos protegidos, a natureza dos riscos excluídos, a demonstração prospectiva de eficácia da relação de hedge e a forma em que será avaliada a eficácia dos derivativos na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos.

A CAIXA aplica a metodologia de hedge contábil e classifica os instrumentos financeiros derivativos na categoria hedge de risco de mercado. As variações no valor justo desses derivativos designados e qualificados como hedge de risco de mercado são registradas na demonstração do resultado. O ganho ou a perda resultante do item coberto atribuível ao risco coberto ajusta o valor escriturado do item coberto em contrapartida ao resultado do período. Se o hedge não mais atender aos critérios de contabilização, o ajuste no valor contábil, avaliado ao custo, de um item protegido por hedge é amortizado no resultado durante o período até o vencimento do instrumento financeiro. Se o item objeto de hedge for baixado, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

A composição dos valores registrados em instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais quanto em contas de compensação, é apresentada na Nota 6 (e) e (f).

(g) Determinação do valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo é estabelecido com observância a critérios consistentes e verificáveis, que levam em consideração o preço médio de negociação dos instrumentos financeiros na data de apuração ou, na falta desse, cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Caso esse também não esteja disponível, o valor justo é obtido por cotações com operadores de mercado ou modelos de valorização que podem requerer julgamento pela Administração.

O valor justo de instrumentos financeiros negociados em mercados ativos na data-base do balanço é baseado no preço de mercado sem nenhuma dedução de custo de transação.

O método de valorização consiste na construção dos fluxos de caixa, a partir de dados observáveis, como preços e taxas de outros instrumentos financeiros disponíveis no mercado, tais como contratos futuros, títulos públicos e operações de swap.

Informações adicionais sobre como o valor justo dos instrumentos financeiros é calculado estão disponíveis na Nota 33.

(h) Operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio, outros créditos com características de concessão de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 e observando a avaliação periódica da Administração, que considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e aos garantidores. Adicionalmente, também são considerados os períodos de atraso estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 para atribuição dos níveis de classificação dos clientes, da seguinte forma:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100039

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Período de atraso	Prazo em dobro[1]	Classificação do cliente
de 15 a 30 dias	de 30 a 60 dias	B
de 31 a 60 dias	de 61 a 120 dias	C
de 61 a 90 dias	de 121 a 180 dias	D
de 91 a 120 dias	de 181 a 240 dias	E
de 121 a 150 dias	de 241 a 300 dias	F
de 151 a 180 dias	de 301 a 360 dias	G
superior a 180 dias	superior a 360 dias	H

[1] Para as operações com prazo remanescente superior a 36 meses, a contagem dos períodos de atraso é realizada em dobro, conforme facultado pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

A atualização das operações de crédito vencidas até o 59º dia é contabilizada em receitas de operações de crédito e, a partir do 60° dia, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.
As operações classificadas como nível de risco "H" há mais de 6 meses e com atraso superior a 180 dias, são baixadas contra a provisão e controladas, por, no mínimo cinco anos, em contas de compensação.
As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas a prejuízo e que estavam controladas em contas de compensação são classificadas como de risco nível "H". Os eventuais ganhos oriundos da renegociação somente são reconhecidos quando efetivamente recebidos. Quando ocorrer amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, ocorrerá a reclassificação da operação para categoria de menor risco.
A provisão para créditos de liquidação duvidosa é apurada em valor suficiente para cobrir prováveis perdas, conforme as normas e instruções do CMN e do BACEN, associadas às avaliações procedidas pela Administração quanto à classificação do risco de crédito.
A partir de janeiro de 2012, conforme as Resoluções CMN nº 3.533/2008 e nº 3.895/2010, todas as cessões de crédito com retenção substancial de riscos e benefícios passaram a ter seus resultados reconhecidos pelos prazos remanescentes das operações. Os ativos financeiros objetos da cessão permanecem registrados como operações de crédito e o valor recebido como obrigações por operações de venda ou de transferência de ativos financeiros são registrados no ativo tendo como contrapartida, passivo referente à obrigação assumida.
As modalidades, os valores, os prazos, os níveis de risco, a concentração, a participação dos setores de atividade econômica, as renegociações e as receitas das operações de crédito, assim como a composição das despesas e das contas patrimoniais de provisão para créditos de liquidação duvidosa são apresentados na Nota 8.

(i) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)
A constituição dos créditos tributários é baseada na estimativa de sua realização, conforme estudos técnicos e análises realizadas pela Administração. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, apurados sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias, são registrados como créditos tributários, de acordo com a expectativa de geração de resultados futuros, em consonância aos critérios para constituição, manutenção e baixa estabelecidos pela Resolução CMN n° 3.059/2002, alterada pela Resolução CMN n° 3.355/2006.
Os créditos tributários são objeto de realização de acordo com a sua origem. Os originados de diferenças temporárias se realizam pela utilização ou reversão das provisões que serviram de base para sua constituição. Por sua vez, os créditos tributários sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social realizam-se quando da geração de lucros tributáveis, por meio de compensação na base de cálculo dos referidos tributos, respeitando o limite de 30% da referida base. A CAIXA reconhece os créditos tributários de IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS sobre os ajustes negativos originados da marcação a mercado de títulos e valores mobiliários e de instrumentos financeiros derivativos apropriados no resultado e em conta destacada do Patrimônio Líquido.
A provisão para IRPJ é constituída no passivo à alíquota-base de 15% do lucro tributável e adicional de 10%. A CSLL é calculada considerando a alíquota de 15% para empresas financeiras e do ramo segurador e de 9% para as demais empresas.
A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a evidenciação dos cálculos, a origem e a previsão de realização dos créditos tributários são apresentados na Nota 20.

(j) Despesas antecipadas
As despesas antecipadas representam os pagamentos antecipados cujo benefício ou prestação de serviço ocorrerá em períodos futuros. São registradas no ativo, observado o princípio da competência para o devido reconhecimento em resultado, ocorrendo simultaneamente, quando se correlacionarem às receitas (Nota 10).

(k) Investimentos
Os investimentos em empresas controladas ou empresas cuja influência seja significativa estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Para o cálculo da equivalência patrimonial dos investimentos em empresas não financeiras, os valores são ajustados para convergência com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN). Os demais investimentos permanentes são avaliados pelo custo de aquisição. Os investimentos, independentemente do método de avaliação, são submetidos a teste de redução ao valor recuperável de ativos em conformidade com as instruções e normas do BACEN. A composição dos investimentos em empresas controladas e coligadas é apresentada na Nota 11.

(l) Imobilizado de uso
O imobilizado de uso é representado pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos de propriedade da CAIXA e destinados à manutenção de suas atividades operacionais, tais como: prédios, terrenos, móveis, equipamentos, hardware de computadores e outros utensílios. Esses ativos são registrados ao custo de aquisição ou formação e depreciados pelo método linear sem valor residual.
A despesa de depreciação do ativo imobilizado é reconhecida na demonstração do resultado e calculada basicamente utilizando-se as seguintes vidas úteis:

Grupo de bens do imobilizado	Prazo
Edificações	25 anos
Sistema de comunicação	10 anos
Móveis e equipamentos	10 anos
Sistema de processamento de dados	05 anos
Sistema de segurança	05 anos

A CAIXA não tem financiamento de ativos imobilizados nem custos de empréstimos relacionados a estes ativos. A Instituição avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicativo de perda no valor recuperável de um ativo imobilizado. Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil econômica remanescente, se esta for estimada novamente.
Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo imobilizado, a CAIXA efetua a reversão de perdas no valor recuperável registradas em períodos anteriores e ajusta, respectivamente, as despesas de depreciação futuras. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda no valor recuperável de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.
As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas, no mínimo, ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se a despesa de depreciação a ser reconhecida na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.
Custos subsequentes são reconhecidos no imobilizado, desde que atendam aos critérios para reconhecimento como ativo imobilizado. Os custos de serviços diários de manutenção em itens do imobilizado, tais como mão de obra, material de consumo e reposição de peças de pequeno valor são reconhecidos como despesas do período em que foram incorridas.
A composição dos valores dos custos dos bens e suas depreciações, assim como a mais-valia não registrada para imóveis e os índices de imobilização estão apresentados na Nota 12.

(m) Intangível
O intangível é representado por bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade. São ativos não monetários identificáveis, separáveis de outros ativos, sem substância física, que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas, cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais a CAIXA considere provável que benefícios econômicos futuros sejam gerados.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100040

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e, subsequentemente, deduzida a amortização acumulada, calculada pelo método linear, observados os prazos contratuais e sujeitos a testes de redução ao valor recuperável (impairment), conforme estabelecem as Resoluções CMN nº 3.566/2008 e nº 3.642/2008.
Eles podem ter uma vida útil indefinida quando o período ao longo do qual se espera que o ativo tenha capacidade de gerar entradas de caixa para as entidades consolidadas for imprevisível, com base em uma análise de todos os fatores relevantes. Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, esses ativos são revisados ao final de cada período contábil, a fim de determinar se suas vidas úteis continuam indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.
Os ativos intangíveis da CAIXA estão constituídos essencialmente de software e de aquisição de folhas de pagamento. Os intangíveis relacionados à aquisição de folhas de pagamento referem-se a valores pagos de contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível somente se a CAIXA puder identificar a capacidade de usá-los ou vendê-los e se a geração de benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada com confiança.
A despesa de amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado sob a rubrica "depreciação e amortização", em outras despesas administrativas e possuem as seguintes taxas de amortização:

Grupo de intangível	Prazo
Projetos logiciais – *software*	5 anos
Aquisição de folha de pagamento	Até 5 anos

A composição dos ativos intangíveis e sua movimentação são apresentadas na Nota 13.

(n) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment)
A CAIXA promove ao final de cada exercício a avaliação de seus ativos não financeiros no intuito de verificar se há evidência objetiva de perda ao seu valor recuperável. Independentemente de haver indicação de desvalorização, no mínimo anualmente, a CAIXA verifica o valor recuperável dos ativos intangíveis ainda não disponíveis para uso, tais como softwares em desenvolvimento, e dos ágios na aquisição de investimentos. Caso uma perda seja detectada, esta é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável, o qual é apurado pelo potencial valor de venda ou valor de realização deduzido das respectivas despesas, ou pelo valor em uso calculado pela unidade geradora de caixa.
A CAIXA não apresenta redução ao valor recuperável em ativos classificados como imobilizados de uso.

(o) Depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses
São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos na base *pro rata dia*.
Os depósitos e captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e obrigações por empréstimos e repasses têm seus prazos e valores contabilizados em contas patrimoniais e de resultado e seus encargos são apropriados mensalmente em razão da fluência de seus prazos, conforme demonstrado nas Notas 14, 15, 16 e 17, respectivamente.
Para as operações de captações de recursos mediante emissão de títulos e valores mobiliários, considerando tratar-se de taxa prefixada, as despesas são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo da operação e apresentadas como redutoras do passivo correspondente, conforme detalhamento na Nota 15 (b).

(p) Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas, e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009:

- **Ativos contingentes:** são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, tornando o ganho praticamente certo, e pela capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passível exigível. Os ativos contingentes, cuja possibilidade de êxito é provável, são divulgados em notas explicativas;
- **Passivos contingentes:** são reconhecidos nas demonstrações contábeis quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa com uma provável saída de recursos para a liquidação da obrigação e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As causas administrativas ou judiciais classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo apenas divulgadas nas notas explicativas quando individualmente relevante, e as classificadas como perdas remotas não são provisionadas e nem divulgadas;
- **Provisões:** são constituídas levando em consideração a opinião de assessores jurídicos e da Administração, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** envolvem processos judiciais em andamento, cujo objeto de contestação é a legalidade e constitucionalidade da obrigação, e que, independentemente da probabilidade de sucesso, têm seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

O detalhamento dos ativos e passivos contingentes e das provisões, além de suas movimentações, é apresentado na Nota 30.

(q) Benefícios a empregados
Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados atuais, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados. Os benefícios pós-emprego de responsabilidade da CAIXA e relacionados a complemento de aposentadoria e assistência médica são reconhecidos de acordo com os critérios definidos na Deliberação CVM nº 695/2012.
No plano de aposentadoria do tipo benefício definido (BD), no qual são feitas contribuições a um fundo administrado de forma independente, o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem parcial ou integralmente sobre a entidade patrocinadora. O reconhecimento dos custos requer a mensuração das obrigações e despesas do plano, diante da possibilidade de ocorrer ganhos ou perdas atuariais, e podendo gerar um registro de passivo quando o montante das obrigações atuariais supera o valor dos ativos do plano de benefícios. O valor presente das obrigações deste benefício bem como o custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado é determinado utilizando-se o Método de Crédito Unitário Projetado, atribuindo-se benefício aos períodos em que surge a obrigação de proporcionar benefícios pós-emprego.
Caso o serviço do empregado em anos posteriores conduza a um nível materialmente mais elevado de benefício do que o verificado anteriormente, atribui-se o benefício de maneira linear até a data em que o serviço adicional do empregado conduza a uma quantia imaterial de benefícios adicionais.
No plano de aposentadoria do tipo contribuição definida, o risco atuarial e o risco dos investimentos são assumidos pelos participantes. O reconhecimento dos custos é determinado pelos valores das contribuições de cada período que representam a obrigação da CAIXA e não há necessidade de nenhum cálculo atuarial para a mensuração da obrigação ou despesa, uma vez que não existe ganho ou perda atuarial.
No plano de aposentadoria do tipo contribuição variável, durante a fase de contribuição não há garantia em relação ao valor do benefício a ser recebido no momento da aposentadoria, sendo, portanto, considerado como plano do tipo contribuição definida. Porém, a partir do momento da concessão da aposentadoria, o valor do benefício passa a ser fixo e há o enquadramento em plano do tipo benefício definido, devendo ser aplicados os procedimentos relacionados aos cálculos atuariais.
Outro benefício concedido é o programa de assistência à saúde – Saúde CAIXA, destinado aos empregados, aposentados e respectivos dependentes. Na apuração dos passivos e custos deste plano de saúde, foram adotadas hipóteses e premissas atuariais homologadas pela CAIXA, bem como o método atuarial Crédito Unitário Projetado.
A CAIXA fornece também aos empregados e dirigentes o auxílio-alimentação e a cesta-alimentação, na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho, com caráter indenizatório, não sendo considerados como verba salarial e nem incidindo encargos para a CAIXA ou seus empregados e dirigentes. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual realizado. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.
A Deliberação CVM nº 695/2012 aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados e estabeleceu para os planos de benefício definido alterações na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego, como a remoção do mecanismo do corredor no registro da obrigação dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos juros remuneratórios dos ativos dos planos.
A adoção do Pronunciamento ocorreu a partir de 1º de janeiro de 2013 e implicou o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida da conta "outros ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido.
O detalhamento dos benefícios a empregados e sua movimentação são apresentados na Nota 32.

(r) Outros ativos e passivos
Os demais ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos em base *pro rata dia* e provisão para perda, quando julgada necessária. Os demais passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata dia*.

(s) Eventos subsequentes
Os eventos subsequentes correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão.
São compostos por eventos que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis e originam ajustes.
Eventos que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis não originam ajustes.

(t) Reapresentação de saldos comparativos
As demonstrações contábeis consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas independentemente de requerimento do Banco Central do Brasil para a sua apresentação, dado que a Administração da CAIXA entende ser relevante para o mercado tal divulgação em função do volume de operações e atuação da CAIXA no mercado financeiro nacional.
A Administração da CAIXA entende que as demonstrações contábeis consolidadas fornecem os elementos necessários para o melhor entendimento da sua situação financeira, do volume total de suas operações e do cumprimento dos limites regulatórios e prudenciais do Banco Central do Brasil, onde os instrumentos híbridos de capital e dívida são classificados como elegíveis a capital e compõem o patrimônio líquido.
As demonstrações contábeis individuais de 30/06/2014 e 31/12/2014, apresentadas para fins de comparação, foram ajustadas em função de orientação do Banco Central do Brasil para que os instrumentos híbridos de capital e dívida fossem reclassificados do patrimônio líquido para o passivo nas demonstrações contábeis individuais elaboradas a partir do semestre findo em 30 de junho de 2015.
Os saldos de abertura de 31/12/2013 e de 31/03/2014 na Demonstração Individual das Mutações do Patrimônio Líquido foram ajustados de forma semelhante ao demonstrado em 30/06/2014, com redução de R$ 8.000.000 no Patrimônio Líquido.
Os efeitos patrimoniais decorrentes desta orientação do Banco Central estão demonstrados a seguir:

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
ATIVO			
Total do Ativo	**963.315.686**		**963.315.686**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	**570.234.245**	-	**570.234.245**
NÃO CIRCULANTE	**356.836.922**	**8.000.000**	**364.836.922**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	40.081.347	8.000.000	48.081.347
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	39.931.539	8.000.000	47.931.539
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**36.244.519**	**(8.000.000)**	**28.244.519**
Instrumento elegível ao capital principal	8.000.000	(8.000.000)	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**963.315.686**		**963.315.686**

INDIVIDUAL			
Descrição	31/12/2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
ATIVO			
Total do Ativo	**1.064.674.796**		**1.064.674.796**
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
CIRCULANTE	**620.999.102**	-	**620.999.102**
NÃO CIRCULANTE	**381.584.971**	**35.867.958**	**417.452.929**
OUTRAS OBRIGAÇÕES	29.294.080	35.867.958	65.162.038
Instrumentos de dívida elegíveis a capital	19.325.625	35.867.958	55.193.583
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**62.090.723**	**(35.867.958)**	**26.222.765**
Instrumento elegível ao capital principal	35.867.958	(35.867.958)	-
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**1.064.674.796**		**1.064.674.796**

Os efeitos no resultado decorrentes desta orientação do Banco Central estão demonstrados a seguir:

INDIVIDUAL			
Descrição	2º trimestre de 2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**5.630.156**	-	**5.630.156**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(3.900.074)**	**(98.442)**	**(3.998.516)**
Outras despesas operacionais	(3.342.005)	(98.442)	(3.440.447)
RESULTADO OPERACIONAL	**1.730.082**	**(98.442)**	**1.631.640**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**1.511.914**	**(98.442)**	**1.413.472**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.879.192**	**(98.442)**	**1.780.750**

INDIVIDUAL			
Descrição	1º semestre de 2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
RESULTADO			
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	**11.449.258**	-	**11.449.258**
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS	**(7.711.550)**	**(98.442)**	**(7.809.992)**
Outras despesas operacionais	(6.465.809)	(98.442)	(6.564.251)
RESULTADO OPERACIONAL	**3.737.708**	**(98.442)**	**3.639.266**
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	**3.451.818**	**(98.442)**	**3.353.376**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**3.389.467**	**(98.442)**	**3.291.025**

Os efeitos nos fluxos de caixa decorrentes desta orientação do Banco Central estão demonstrados a seguir:

INDIVIDUAL			
Descrição	2º trimestre de 2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**3.877.724**	**(98.442)**	**3.779.282**
Lucro Líquido	**1.879.192**	**(98.442)**	**1.780.750**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**3.307.098**	**98.442**	**3.405.540**
Redução em Outras Obrigações	2.771.150	98.442	2.869.592
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**7.184.822**	-	**7.184.822**
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(511.436)**	-	**(511.436)**
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(941.998)**	-	**(941.998)**
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**5.731.388**	-	**5.731.388**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL			
Descrição	1º semestre de 2014		
	Conforme apresentado anteriormente	Ajustes	Valor ajustado
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO	**11.121.628**	**(98.442)**	**11.023.186**
Lucro Líquido	**3.389.467**	**(98.442)**	**3.291.025**
VARIAÇÃO PATRIMONIAL	**32.654.812**	**98.442**	**32.753.254**
Redução em Outras Obrigações	(1.888.368)	98.442	(1.789.926)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**43.776.440**	**-**	**43.776.440**
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	**(260.317)**	-	**(260.317)**
CAIXA LÍQUIDO APLICADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	**(2.283.998)**	-	**(2.283.998)**
AUMENTO LÍQUIDO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	**41.232.125**	**-**	**41.232.125**

Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa

O total de disponibilidades (caixa) são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Disponibilidade em moeda nacional" que em 30/06/2015 apresenta o montante de R$ 7.691.841 na demonstração consolidada.

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Total de disponibilidades (caixa)	**12.848.323**	**13.242.976**	**11.485.920**
Disponibilidade em moeda nacional	7.691.640	8.572.363	7.064.908
Disponibilidade em moeda estrangeira	5.156.683	4.670.613	4.421.012
Aplicações interfinanceiras de liquidez[1]	**117.549.929**	**113.973.136**	**78.459.281**
Total	**130.398.252**	**127.216.112**	**89.945.201**

[1] Operações com vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aquisição e com risco insignificante de mudança no valor justo.

Nota 5 – Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Aplicações no mercado aberto – posição bancada – Notas do Tesouro Nacional" que em 31/12/2014 apresentou o montante de R$ 93.987 na demonstração consolidada.

Descrição	1 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Aplicações no mercado aberto – posição bancada	**45.463.206**	**-**	**-**	**45.463.206**	**17.956.455**	**3.973.729**
Letras financeiras do tesouro	202.992	-	-	202.992	-	150.617
Letras do tesouro nacional	33.554.284	-	-	33.554.284	17.862.468	2.218.702
Notas do tesouro nacional	11.705.930	-	-	11.705.930	93.987	1.604.410
Aplicações no mercado aberto – posição financiada	**72.086.723**	**-**	**-**	**72.086.723**	**96.110.668**	**74.485.552**
Letras financeiras do tesouro	-	-	-	-	6.878.300	10.404.661
Letras do tesouro nacional	6.270.687	-	-	6.270.687	34.770.744	38.851.384
Notas do tesouro nacional	65.816.036	-	-	65.816.036	54.461.624	25.229.507
Aplicações em depósitos interfinanceiros	**6.573.658**	**1.477.890**	**112.045**	**8.163.593**	**6.533.817**	**6.815.947**
Depósitos interfinanceiros	5.663.547	-	-	5.663.547	5.975.649	6.816.469
Depósitos interfinanceiros – crédito rural[1]	910.212	1.477.890	112.045	2.500.147	559.305	-
Provisão para perdas em depósitos interfinanceiros	(101)	-	-	(101)	(1.137)	(522)
Total – ativo circulante	**124.123.587**	**1.477.890**	**112.045**	**125.713.522**	**120.600.940**	**85.275.228**

[1] Inclui acordo de Compensação e Liquidação de Obrigações firmado entre a CAIXA e o Banco SICRED no montante de R$ 151.283 – em 31/12/2014, conforme Resolução CMN nº 3.263/05.

(a) Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez

Compõe "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" na Demonstração do Resultado.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de aplicações no mercado aberto	**3.423.795**	**7.783.884**	**2.308.524**	**4.704.922**
Posição bancada	911.189	1.911.885	312.971	618.521
Posição financiada	2.512.606	5.871.999	1.995.553	4.086.401
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	**207.847**	**382.708**	**151.273**	**290.705**
Total	**3.631.642**	**8.166.592**	**2.459.797**	**4.995.627**

Nota 6 – Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos

(a) Composição

INDIVIDUAL						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	**42.566.928**	**97.816.015**	**8.818.951**	**1.100**	**-**	**149.202.994**
Letras financeiras do tesouro	2.716.382	40.416	-	-	-	2.756.798
Letras do tesouro nacional	23.572.252	73.833.752	8.816.324	1.100	-	106.223.428
Notas do tesouro nacional	16.271.130	23.941.847	2.627	-	-	40.215.604
Tesouro nacional/ securitização	7.164	-	-	-	-	7.164
Títulos – empresas	**11.155.791**	**7.550.707**	**-**	**-**	**-**	**18.706.498**
Debêntures	615.943	7.169.978	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	299.462	-	-	-	-	299.462
Letras de crédito imobiliário	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras financeiras	221.254	-	-	-	-	221.254
Cotas de fundos	152.662	-	-	-	-	152.662
Certificado de recebíveis imobiliários	519.398	380.729	-	-	-	900.127
Ações	9.269.745	-	-	-	-	9.269.745
Outros	-	-	-	-	**2.062.377**	**2.062.377**
Total em 30/06/2015	**53.722.719**	**105.366.722**	**8.818.951**	**1.100**	**2.062.377**	**169.971.869**
Total em 31/12/2014	**83.146.449**	**77.441.546**	**5.436.818**	**1.046**	**905.638**	**166.931.497**
Total em 30/06/2014	**90.163.764**	**71.243.320**	**4.486.756**	**993**	**37.860**	**165.932.693**

CONSOLIDADO						
Descrição	Carteira Própria – Livre	Vinculados			Instrumentos Financeiros Derivativos	Total
		Compromisso de Recompra	Prestação de Garantias	Banco Central		
Títulos públicos – Brasil	**42.566.928**	**97.816.015**	**8.818.951**	**1.100**	**-**	**149.202.994**
Letras financeiras do tesouro	2.716.382	40.416	-	-	-	2.756.798
Letras do tesouro nacional	23.572.252	73.833.752	8.816.324	1.100	-	106.223.428
Notas do tesouro nacional	16.271.130	23.941.847	2.627		-	40.215.604
Tesouro nacional/ securitização	7.164	-	-	-	-	7.164
Títulos – empresas	**12.123.052**	**7.550.707**	-	-	-	**19.673.759**
Debêntures	615.943	7.169.978	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	299.462	-	-	-	-	299.462
Letras de crédito imobiliário	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras financeiras	221.254	-	-	-	-	221.254
Cotas de fundos	176.470	-	-	-	-	176.470
Certificado de recebíveis imobiliários	519.398	380.729	-	-	-	900.127
Ações	10.213.198	-	-	-	-	10.213.198
Outros	-	-	-	-	**2.062.377**	**2.062.377**
Total em 30/06/2015	**54.689.980**	**105.366.722**	**8.818.951**	**1.100**	**2.062.377**	**170.939.130**
Total em 31/12/2014	**84.207.509**	**77.441.546**	**5.436.818**	**1.046**	**905.638**	**167.992.557**
Total em 30/06/2014	**91.317.019**	**71.243.320**	**4.486.756**	**993**	**37.860**	**167.085.948**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Classificação da carteira por prazo

INDIVIDUAL										
Posição em 30/06/2015 Descrição	Custo	Ajuste Resultado[1]	Ajuste Patrimônio Líquido[2]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos – Brasil	**150.685.358**	**(1.481.880)**	**(484)**	**149.202.994**	**149.005.387**	-	**2.483.359**	**11.267.033**	**27.841.651**	**107.610.951**
Letras financeiras do tesouro	2.754.107	2.691	-	2.756.798	2.756.798	-	7.445	-	-	2.749.353
Letras do tesouro nacional	107.664.763	(1.441.335)	-	106.223.428	106.045.078	-	2.475.914	11.267.033	27.831.689	64.648.792
Notas do tesouro nacional	40.256.412	(43.236)	2.428	40.215.604	40.196.347	-	-	-	9.962	40.205.642
Tesouro nacional/securitização	10.076	-	(2.912)	7.164	7.164	-	-	-	-	7.164
Títulos – empresas	**18.610.836**	**(22.688)**	**118.350**	**18.706.498**	**18.696.197**	**9.422.407**	**88.520**	-	**299.462**	**8.896.109**
Debêntures	7.815.513	(22.695)	(6.897)	7.785.921	7.785.921	-	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	296.784	-	2.678	299.462	299.462	-	-	-	299.462	-
Letras de crédito imobiliário	77.280	-	47	77.327	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras financeiras	221.180	-	74	221.254	221.254	-	88.520	-	-	132.734
Cotas de fundos	152.662	-	-	152.662	152.662	152.662	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	861.707	7	38.413	900.127	889.826	-	-	-	-	900.127
Ações	9.185.710	-	84.035	9.269.745	9.269.745	9.269.745	-	-	-	-
Total – TVM	**169.296.194**	**(1.504.568)**	**117.866**	**167.909.492**	**167.701.584**	**9.422.407**	**2.571.879**	**11.267.033**	**28.141.113**	**116.507.060**
Para negociação[3]	104.204.446	(1.504.568)	-	102.699.878	102.699.878	17.965	2.483.359	9.330.023	18.934.962	71.933.569
Disponíveis para venda	17.568.481	-	117.866	17.686.347	17.686.347	9.404.442	88.520	-	299.462	7.893.923
Mantidos até o vencimento[4]	47.523.267	-	-	47.523.267	47.315.359	-	-	1.937.010	8.906.689	36.679.568
Instrumentos financeiros derivativos	2.062.377	-	-	2.062.377	2.062.377	-	30.059	237.480	86.315	1.708.523
Total – TVM e Derivativos	171.358.571	(1.504.568)	117.866	169.971.869	169.763.961	9.422.407	2.601.938	11.504.513	28.227.428	118.215.583

[1] Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

[2] Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 114.994 em 30/06/2015; 31/12/2014 – (1.448.268) e 30/06/2014 (762.939); líquido dos efeitos tributários.

[3] Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

[4] Os títulos da categoria Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

CONSOLIDADO										
Posição em 30/06/2015 Descrição	Custo	Ajuste resultado[1]	Ajuste Patrimônio líquido[2]	Valor Contábil	Valor de Mercado	Sem vencimento	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias
Títulos públicos	**150.685.358**	**(1.481.880)**	**(484)**	**149.202.994**	**149.005.387**	-	**2.483.359**	**11.267.033**	**27.841.651**	**107.610.951**
Letras financeiras do tesouro	2.754.107	2.691	-	2.756.798	2.756.798	-	7.445	-	-	2.749.353
Letras do tesouro nacional	107.664.763	(1.441.335)	-	106.223.428	106.045.078	-	2.475.914	11.267.033	27.831.689	64.648.792
Notas do tesouro nacional	40.256.412	(43.236)	2.428	40.215.604	40.196.347	-	-	-	9.962	40.205.642
Tesouro nacional/securitização	10.076	-	(2.912)	7.164	7.164	-	-	-	-	7.164
Títulos – empresas	**18.700.469**	**(22.688)**	**995.978**	**19.673.759**	**19.663.458**	**10.389.668**	**88.520**	-	**299.462**	**8.896.109**
Debêntures	7.815.513	(22.695)	(6.897)	7.785.921	7.785.921	-	-	-	-	7.785.921
Nota promissória	296.784	-	2.678	299.462	299.462	-	-	-	299.462	-
Letras de crédito imobiliário	77.280	-	47	77.327	77.327	-	-	-	-	77.327
Letras financeiras	221.180	-	74	221.254	221.254	-	88.520	-	-	132.734
Cotas de fundos	176.470	-	-	176.470	176.470	176.470	-	-	-	-
Certificado de recebíveis imobiliários	861.707	7	38.413	900.127	889.826	-	-	-	-	900.127
Ações	9.251.535	-	961.663	10.213.198	10.213.198	10.213.198	-	-	-	-
Total – TVM	**169.385.827**	**(1.504.568)**	**995.494**	**168.876.753**	**168.668.845**	**10.389.668**	**2.571.879**	**11.267.033**	**28.141.113**	**116.507.060**
Para negociação[3]	104.204.446	(1.504.568)	-	102.699.878	102.699.878	17.965	2.483.359	9.330.023	18.934.962	71.933.569
Disponíveis para venda	17.658.114	-	995.494	18.653.608	18.653.608	10.371.703	88.520	-	299.462	7.893.923
Mantidos até o vencimento[4]	47.523.267	-	-	47.523.267	47.315.359	-	-	1.937.010	8.906.689	36.679.568
Instrumentos financeiros derivativos	**2.062.377**	-	-	**2.062.377**	**2.062.377**	-	**30.059**	**237.480**	**86.315**	**1.708.523**
Total – TVM e Derivativos	**171.448.204**	**(1.504.568)**	**995.494**	**170.939.130**	**170.731.222**	**10.389.668**	**2.601.938**	**11.504.513**	**28.227.428**	**118.215.583**

[1] Ajuste a Valor de Mercado no resultado;

[2] Ajuste a Valor de Mercado no Patrimônio Líquido. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 543.021 – 31/12/2014 – (732.450) e 30/06/2014 – (11.397) líquido dos efeitos tributários.

[3] Os títulos da categoria Para negociação são classificados no ativo circulante, conforme Circular BACEN nº 3.068/2001.

[4] Os títulos da categoria Mantidos até o vencimento foram marcados a mercado exclusivamente para fins de divulgação e análise, não produzindo efeitos no resultado ou no Patrimônio Líquido.

(c) Resumo da classificação dos títulos e valores mobiliários por prazo

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários baseia-se em cotação de preços na data do balanço. Se não houver cotação de preço de mercado, os valores são estimados a partir de modelo de marcação a mercado baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e das curvas de juros de mercado.

Os fluxos de caixa são construídos a partir das características dos títulos e valores mobiliários e as curvas a partir das informações/dados dos preços/taxas de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de swap.
Os papéis que compõem a carteira de TVM da CAIXA não foram reclassificados entre as categorias I, II e III, nos períodos apresentados.

(c.1) Categoria I – Títulos para negociação

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO															
Descrição	30/06/2015								31/12/2014			30/06/2014			
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Resultado	Valor de Mercado	
Títulos públicos	-	**2.483.359**	**9.330.023**	**18.934.962**	**71.005.134**	**103.235.358**	**(1.481.880)**	**101.753.478**	**102.237.348**	**(1.572.172)**	**100.665.176**	**102.437.871**	**(771.005)**	**101.666.866**	
LFT	-	7.445	-	-	2.749.353	2.754.107	2.691	2.756.798	338.741	181	338.922	45.260	2	45.262	
LTN	-	2.475.914	9.330.023	18.934.962	60.653.411	92.835.645	(1.441.335)	91.394.310	99.292.197	(1.563.359)	97.728.838	102.381.834	(770.113)	101.611.721	
NTN	-	-	-	-	7.602.370	7.645.606	(43.236)	7.602.370	2.606.410	(8.994)	2.597.416	10.777	(894)	9.883	
Títulos – empresas	**17.965**	-	-	-	**928.435**	**969.088**	**(22.688)**	**946.400**	**988.298**	**44.362**	**1.032.760**	**1.575.596**	**(6.478)**	**1.569.118**	
Debêntures	-	-	-	-	927.097	949.792	(22.695)	927.097	967.040	44.346	1.011.386	1.550.543	(6.500)	1.544.043	
Cotas de fundos	17.965	-	-	-	-	17.965	-	17.965	19.596	-	19.596	22.779	-	22.779	
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	1.338	1.331	7	1.338	1.762	16	1.778	2.274	22	2.296	
Total	17.965	**2.483.359**	9.330.023	18.934.962	71.933.569	**104.204.446**	**(1.504.568)**	**102.699.878**	**103.225.746**	**(1.527.810)**	**101.697.936**	**104.013.467**	**(777.483)**	**103.235.984**	

(c.2) Categoria II – Títulos disponíveis para venda

INDIVIDUAL														
Descrição	30/06/2015								31/12/2014			30/06/2014		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[2]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[2]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[2]	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	**14.687**	**15.171**	**(484)**	**14.687**	**16.976**	**(947)**	**16.029**	**18.674**	**(1.527)**	**17.147**
NTN	-	-	-	-	7.523	5.095	2.428	7.523	4.886	2.397	7.283	4.838	2.357	7.195
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	-	7.164	10.076	(2.912)	7.164	12.090	(3.344)	8.746	13.836	(3.884)	9.952
Títulos – empresas	**9.404.442**	**88.520**	-	**299.462**	**7.879.236**	**17.553.310**	**118.350**	**17.671.660**	**17.554.328**	**(2.530.548)**	**15.023.780**	**17.272.873**	**(1.332.048)**	**15.940.825**
Debêntures	-	-	-	-	6.858.824	6.865.721	(6.897)	6.858.824	6.906.485	(15.497)	6.890.988	6.412.253	(50.523)	6.361.730
Nota promissória	-	-	-	299.462	-	296.784	2.678	299.462	-	-	-	-	-	-
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	77.327	77.280	47	77.327	259.069	27	259.096	677.678	41	677.719
Letras financeiras	-	88.520	-	-	132.734	221.180	74	221.254	219.038	36	219.074	223.164	17	223.181
Cotas de fundos	134.697	-	-	-	-	134.697	-	134.697	122.240	-	122.240	82.435	-	82.435
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	810.351	771.938	38.413	810.351	784.097	79.377	863.474	588.989	8.367	597.356
Ações[3]	9.269.745	-	-	-	-	9.185.710	84.035	9.269.745	9.263.399	(2.594.491)	6.668.908	9.288.354	(1.289.950)	7.998.404
Total	**9.404.442**	**88.520**	-	**299.462**	**7.893.923**	**17.568.481**	**117.866**	**17.686.347**	**17.571.304**	**(2.531.495)**	**15.039.809**	**17.291.547**	**(1.333.575)**	**15.957.972**

[1] Ajuste a Valor de Mercado. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 114.994 em 30/06/2015; 31/12/2014 – (1.448.268); 30/06/2014 – (762.939); líquido dos efeitos tributários.

[2] As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, no 1º semestre de 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R$ 83.138.

CONSOLIDADO														
Descrição	30/06/2015								31/12/2014			30/06/2014		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Ajuste Patrimônio[2]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[2]	Valor de Mercado	Custo	Ajuste Patrimônio[2]	Valor de Mercado
Títulos públicos	-	-	-	-	**14.687**	**15.171**	**(484)**	**14.687**	**16.976**	**(947)**	**16.029**	**18.674**	**(1.527)**	**17.147**
NTN	-	-	-	-	7.523	5.095	2.428	7.523	4.886	2.397	7.283	4.838	2.357	7.195
Tesouro nacional/securitizados	-	-	-	-	7.164	10.076	(2.912)	7.164	12.090	(3.344)	8.746	13.836	(3.884)	9.952
Títulos – empresas	**10.371.703**	**88.520**	-	**299.462**	**7.879.236**	**17.642.943**	**995.978**	**18.638.921**	**17.899.570**	**(1.814.730)**	**16.084.840**	**17.674.586**	**(580.506)**	**17.094.080**
Debêntures	-	-	-	-	6.858.824	6.865.721	(6.897)	6.858.824	6.906.485	(15.497)	6.890.988	6.412.253	(50.523)	6.361.730
Nota promissória	-	-	-	299.462	-	296.784	2.678	299.462	-	-	-	-	-	-
Letras de crédito imobiliário	-	-	-	-	77.327	77.280	47	77.327	259.069	27	259.096	677.678	41	677.719
Letras financeiras	-	88.520	-	-	132.734	221.180	74	221.254	219.038	36	219.074	223.164	17	223.181
Cotas de fundos	158.505	-	-	-	-	158.505	-	158.505	435.664	-	435.664	386.508	-	386.508
Certif. recebíveis imobiliários	-	-	-	-	810.351	771.938	38.413	810.351	784.097	79.377	863.474	588.989	8.367	597.356
Ações[3]	10.213.198	-	-	-	-	9.251.535	961.663	10.213.198	9.295.217	(1.878.673)	7.416.544	9.385.994	(538.408)	8.847.586
Total	**10.371.703**	**88.520**	-	**299.462**	**7.893.923**	**17.658.114**	**995.494**	**18.653.608**	**17.916.546**	**(1.815.677)**	**16.100.869**	**17.693.260**	**(582.033)**	**17.111.227**

[1] Ajuste a Valor de Mercado. Inclui o ajuste a valor de mercado de TVM da controlada. O efeito da marcação a mercado registrada no Patrimônio Líquido é de 543.021 em 30/06/2015; 31/12/2014 – (732.450); 30/06/2014 (11.397); líquido dos efeitos tributários.

[2] As participações acionárias, classificadas na Categoria II, são passíveis de aplicação de testes de impairment periódicos, conforme estabelece a Circular BACEN nº 3.068/2001, no 1º semestre de 2015, foi apurada e reconhecida uma perda no valor recuperável em ações no montante de R$ 83.138.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(c.3) Categoria III – Títulos mantidos até o vencimento

A CAIXA apresenta capacidade financeira para manter estes títulos até seus respectivos vencimentos em convergência com a intenção da Administração.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2015						31/12/2014		30/06/2014	
	01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado	Custo	Valor de mercado
Títulos públicos	-	**1.937.010**	**8.906.689**	**36.591.130**	**47.434.829**	**47.237.222**	**49.144.587**	**49.159.865**	**46.421.585**	**46.829.601**
LFT	-	-	-	-	-	-	-	-	514.545	514.571
LTN	-	1.937.010	8.896.727	3.995.381	14.829.118	14.650.768	14.276.641	14.152.869	11.520.748	11.528.789
NTN	-	-	9.962	32.595.749	32.605.711	32.586.454	34.867.946	35.006.996	34.386.292	34.786.241
Títulos – empresas	-	-	-	**88.438**	**88.438**	**78.137**	**143.527**	**142.016**	**279.292**	**279.292**
Certificado de recebíveis imobiliários	-	-	-	88.438	88.438	78.137	143.527	142.016	279.292	279.292
Total	-	**1.937.010**	**8.906.689**	**36.679.568**	**47.523.267**	**47.315.359**	**49.288.114**	**49.301.881**	**46.700.877**	**47.108.893**

(d) Resultado com títulos e valores mobiliários

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	2015		2014		2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.573.541	4.810.536	2.838.403	4.637.039	2.573.541	4.810.536	2.838.403	4.637.039
Ativos financeiros disponíveis para venda	421.720	747.542	517.046	805.108	434.902	777.987	521.168	809.230
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.741.585	3.621.581	1.385718	2.859.460	1.741.585	3.621.581	1.385.718	2.859.460
Outros	10	(169)	(1.919)	(4.832)	10	(169)	(1.919)	(4.832)
Total	**4.736.856**	**9.179.490**	**4.739.248**	**8.296.775**	**4.750.038**	**9.209.935**	**4.743.370**	**8.300.897**

(e) Instrumentos financeiros derivativos

A CAIXA se utiliza de instrumentos financeiros derivativos (IFD), registrados em contas patrimoniais e contas de compensação, que se destinam a atender necessidades próprias para administrar a sua exposição a risco (hedge). Essas operações envolvem contratos futuros de DI, dólar, cupom cambial e contratos de *swaps*.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando utilizados como instrumentos de hedge, destinam-se à proteção contra variações cambiais e variações nas taxas de juros de ativos e passivos.

Os derivativos geralmente representam compromissos futuros para trocar moedas ou indexadores ou comprar ou vender outros instrumentos financeiros nos termos e datas especificadas nos contratos. Os contratos de swap são registrados com ou sem garantia na BM&FBovespa ou na Cetip.

No caso do registro com garantia, há uma clearing que fica responsável pelo cálculo dos ajustes diários e da margem de garantia a ser depositada para o pagamento em caso de default de alguma das partes. Assim, é a clearing que se torna contraparte dos contratos. Neste tipo de registro, portanto, não há risco de crédito.

No caso de registro sem garantia, não há uma clearing que calcula os ajustes diários e garante os pagamentos e os valores são calculados entre as partes. Nestes casos, porém, há a possibilidade de assinatura de contratos (Contrato Global de Derivativos – CGD e Cessão Fiduciária) onde são estabelecidas cláusulas que garantem o pagamento entre as partes. Inclusive, nesta modalidade, há um limite de crédito definido que, quando ultrapassado, requer a necessidade de depósito de ativos em conta de garantia, que é administrado pelas partes. Neste caso há risco de crédito até o limite estabelecido em contrato.

As posições dos contratos futuros têm os seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os ajustes em contas patrimoniais.

(f) Hedge Contábil

A CAIXA estabeleceu estruturas de hedge de valor justo para proteger a exposição à variação no risco de mercado no pagamento de juros e principal das emissões externas e das emissões em letras financeiras indexadas ao IPCA.

O hedge contábil das emissões externas tem como objetivo a proteção da variação do dólar e do cupom de dólar no pagamento do principal, dos juros e do imposto de 15% sobre o pagamento dos juros, objeto do hedge.

A estrutura é construída para os saldos internalizados e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do Dólar + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

O hedge contábil estruturado para as letras financeiras indexadas ao IPCA tem como objetivo a proteção da variação do IPCA e do cupom de IPCA, objeto do hedge, e a proteção ocorre por meio de contratos de swap, conforme descrito:

- Ponta Ativa Swap: variação do IPCA + cupom;
- Ponta Passiva Swap: % da variação do DI.

Pelo fato de haver o casamento dos fluxos futuros do objeto do hedge e da ponta ativa do swap, a efetividade das operações se mantém próxima de 100%, dentro do intervalo de 80% e 125% estabelecido na Circular BACEN n° 3.082/2002.

HEDGE CONTÁBIL

Estruturas	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge	Instrumentos de Hedge		Objeto de Hedge
	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil	Valor Nominal	Ajuste a Valor de Mercado[1]	Valor Contábil
Hedge das Emissões Externas	5.169.942	1.545.993	7.878.741	4.943.633	739.273	6.390.881	4.276.580	(63.647)	4.614.165
Hedge das Letras Financeiras	930.660	(5.145)	1.142.758	898.460	(45.676)	1.013.536	837.660	(14.532)	900.259
Total	**6.100.602**	**1.540.848**	**9.021.499**	**5.842.093**	**693.597**	**7.404.417**	**5.114.240**	**(78.179)**	**5.514.424**

[1] Ajuste acumulado dos contratos de swap.

ESTRUTURA TEMPORAL

Vencimento	30/06/2015		31/12/2014		30/06/2014	
	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras	Hedge das Emissões Externas	Hedge das Letras Financeiras
2014	-	-	-	-	79.410	-
2015	111.125	-	197.998	-	153.751	-
2016	213.509	-	188.617	-	147.443	-
2017	1.975.238	95.000	1.952.430	95.000	1.913.888	45.000
2018	145.126	16.500	124.083	6.500	87.837	3.500
2019	1.944.625	10.150	1.700.186	10.150	1.113.931	5.800
2020	30.805	11.360	30.805	11.360	30.805	11.360
2021	29.717	25.000	29.717	10.000	29.717	10.000
2022	719.797	-	719.797	-	719.798	-
2023	-	562.000	-	562.000	-	562.000
2024	-	203.450	-	203.450	-	200.000
2025	-	7.200	-	-	-	-
Total	**5.169.942**	**930.660**	**4.943.633**	**898.460**	**4.276.580**	**837.660**

(g) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por indexador, demonstrada pelo seu valor referencial e patrimonial

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	Conta de Compensação/Valor Referencial			Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ A Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Res./PL)	Valor Patrimonial		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	30/06/2015	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Contratos de Futuros								
Compromissos de compra	-	-	-	-	-	-	-	-
Cupom cambial	-	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos de venda	**91.889.130**	**99.146.777**	**92.413.115**	-	-	-	-	-
Mercado interfinanceiro	91.795.047	99.066.737	92.357.277	-	-	-	-	-
Moeda estrangeira	94.083	80.040	55.838	-	-	-	-	-
Contratos de *Swaps*								
Posição ativa	**11.378.741**	**8.715.390**	**7.513.690**	**2.271.909**	**(209.532)**	**2.062.377**	**905.638**	**37.860**
Índices	930.695	898.571	837.798	44.879	(33.901)	10.978	189	3.226
Moeda estrangeira	10.448.046	7.816.819	6.675.892	2.227.030	(175.631)	2.051.399	905.449	34.634
Posição passiva	**11.378.741**	**8.715.390**	**7.513.690**	**58.461**	**15.478**	**73.939**	**53.718**	**295.350**
Índices	930.695	898.571	837.798	16.244	-	16.244	46.213	18.183
Moeda estrangeira	10.448.046	7.816.819	6.675.892	42.217	15.478	57.695	7.505	277.167

continua...

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(h) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por contra parte e prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor patrimonial:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
	30/06/2015							31/12/2014	30/06/2014
Descrição	Valor Patrimonial a Receber (Recebido)/ a Pagar (Pago)	Ajuste ao Valor de Mercado (Result./ Patrimônio Líquido)	Valor Patrimonial	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias	Valor Patrimonial	Valor Patrimonial
Posição ativa:									
Contratos de Swaps – Ajuste a Receber	**2.271.909**	**(209.532)**	**2.062.377**	**30.059**	**237.480**	**86.315**	**1.708.523**	**905.638**	**37.860**
BM&FBOVESPA	44.879	(33.901)	10.978	-	-	-	10.978	189	3.226
Empresas	-	-	-	-	-	-	-	905.449	-
Inst. financeiras	2.227.030	(175.631)	2.051.399	30.059	237.480	86.315	1.697.545	-	34.634
Posição passiva:									
Contratos de Swaps – Ajuste a Pagar	**58.461**	**15.478**	**73.939**	**1.270**	**58**	**23.271**	**49.340**	**53.718**	**295.350**
BM&FBOVESPA	16.122	-	16.122	-	-	-	16.122	45.866	17.758
Empresas	122	-	122	-	-	122	-	347	427
Inst. financeiras	42.217	15.478	57.695	1.270	58	23.149	33.218	7.505	277.165

(i) Composição da carteira de instrumentos financeiros derivativos por tipo de instrumento, prazo de vencimento, demonstrada pelo seu valor referencial:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO							
	30/06/2015					31/12/2014	30/06/2014
Descrição	01 – 90 dias	91 – 180 dias	181 – 360 dias	Acima de 360 dias	Valor de Mercado	Valor de Mercado	Valor de Mercado
	Contas de Compensação/ Valor Referencial						
Contratos Futuros	2.569.826	9.337.826	13.318.110	66.663.368	91.889.130	99.146.777	92.413.115
Contratos de Swaps	289.181	1.239.753	1.523.794	8.326.013	11.378.741	8.715.390	7.513.690

(j) Resultado realizado e não realizado na carteira de instrumentos financeiros derivativos:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Swap	(589.889)	1.391.143	(218.182)	(428.279)
Futuro	218.428	627.486	(631.767)	(464.192)
Total realizado	**(371.461)**	**2.018.629**	**(849.949)**	**(892.471)**

(k) Títulos e valores mobiliários vinculados ao BACEN e à prestação de garantias

A margem de garantia é o depósito requerido de todos que detenham posições de risco, visando assegurar o cumprimento dos contratos em aberto. A margem de garantia de operações com instrumentos financeiros é a seguinte:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Títulos públicos	**8.820.051**	**5.437.864**	**4.487.749**
Notas do tesouro nacional	2.627	2.543	2.512
Letras do tesouro nacional	8.817.424	5.428.684	4.479.576
Letras financeiras do tesouro	-	6.637	5.661

Nota 7 – Relações interfinanceiras

(a) Os depósitos no BACEN são compostos, substancialmente, de recolhimentos compulsórios que rendem atualização monetária com base em índices oficiais e juros, exceto aqueles decorrentes de depósitos à vista, e não estão disponíveis para financiar as operações de rotina da CAIXA, portanto, não são considerados equivalentes de caixa.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	Remuneração	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Compulsório sobre depósito à vista	Não remunerado	3.960.386	5.386.280	3.562.205
Compulsório sobre depósito de poupança (1)	TR + 6,17% a.a.	56.536.023	47.223.375	43.900.489
Compulsório sobre depósitos a prazo	Taxa SELIC	11.774.385	7.207.801	12.870.839
Compulsório adicional	Taxa SELIC	23.497.704	33.527.676	30.670.843
Total		**95.768.498**	**93.345.132**	**91.004.376**

(1) Para os depósitos realizados a partir de 04/05/2012, quando a taxa SELIC for menor ou igual a 8,5% a.a., a remuneração do compulsório sobre depósito de poupança será a TR + 70% da taxa SELIC anual.

(b) A rubrica "SFH – Sistema Financeiro da Habitação" inclui valores a ressarcir junto ao FGTS e os valores residuais de contratos encerrados a serem ressarcidos pelo FCVS que estão em processo de novação com aquele Fundo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
FGTS a ressarcir	**90.116**	**85.207**	**96.976**
FCVS a receber	**28.870.978**	**28.028.495**	**24.606.903**
Não habilitados(1)	1.903.472	2.053.613	1.237.423
Habilitados e não homologados(2)	9.572.767	9.274.758	7.281.612
Habilitados e homologados(3)	17.394.739	16.700.124	16.087.868
Provisão FCVS a receber	**(2.640.988)**	**(2.967.926)**	**(3.260.839)**
Total (líquido de provisão)(4)	**26.320.106**	**25.145.776**	**21.443.040**

(1) Representam contratos ainda não submetidos à homologação do FCVS porque estão em processo de habilitação na CAIXA.

(2) Representam contratos já habilitados pela CAIXA em fase de análise por parte do FCVS para homologação final.

(3) Os créditos habilitados e homologados representam contratos já avaliados e aceitos pelo FCVS e dependem de processo de securitização para a sua realização, conforme previsto na Lei nº 10.150/2000.

(4) Variação em 2014 representada essencialmente pelo recebimento de R$ 3.068.077 de créditos FCVS, com deságio de R$ 1.411.087 (Nota 9 (b)) pela cessão de créditos com a EMGEA.

Os contratos a serem ressarcidos pelo FCVS rendem juros de até 6,17% ao ano e são atualizados monetariamente de acordo com a variação da Taxa Referencial de Juros (TR). A efetiva realização desses créditos depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS.

A Administração da CAIXA implementou processo de análise e conferência das condições e dos dados desses contratos para enquadramento a tais normas e procedimentos, o que fundamentou o estabelecimento de critérios para estimar as provisões para prováveis perdas decorrentes de contratos que não venham a atender às normas e aos procedimentos definidos pelo FCVS. A provisão para créditos do FCVS é efetuada com base em estudos estatísticos semestrais, levando-se em conta o histórico de perda por negativa de cobertura atribuída pelo referido Fundo.

(c) Resultado das aplicações compulsórias

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Créditos vinculados ao BACEN	2.139.079	4.109.439	1.780.500	3.431.948
Créditos vinculados ao SFH	568.081	1.031.273	421.894	810.735
Total	**2.707.160**	**5.140.712**	**2.202.394**	**4.242.683**

Nota 8 – Carteira de crédito

(a) Composição da carteira de crédito por modalidades e níveis de risco

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO												
Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Operações de crédito	**268.284.081**	**149.207.718**	**85.116.832**	**75.907.885**	**27.010.662**	**9.621.117**	**3.781.307**	**3.214.941**	**15.209.546**	**637.354.089**	**597.108.812**	**544.184.727**
Empréstimos e títulos descontados	25.243.804	54.917.942	27.488.271	24.752.865	6.560.687	4.023.914	1.541.416	1.530.590	5.365.362	151.424.851	150.624.839	152.140.369
Financiamentos	10.684.487	13.333.775	4.486.606	4.547.295	4.426.056	1.569.901	1.031.010	798.844	3.982.750	44.860.724	39.894.998	34.992.709
Financiamentos rurais e agroindustriais	694.158	1.479.422	1.970.437	1.383.863	719.200	25.583	18.859	18.117	100.488	6.410.167	4.915.019	3.613.548
Financiamentos imobiliários	192.388.249	58.213.414	49.717.033	42.044.530	14.862.265	1.654.651	1.184.323	859.311	5.718.631	366.642.407	339.858.641	303.547.992
Financiamentos de infraestrutura	39.273.383	16.449.732	1.376.295	3.139.894	426.476	2.339.572	334	-	34.327	63.040.013	56.481.914	45.982.514
Cessão de créditos	-	4.813.433	78.190	39.438	15.978	7.496	5.325	8.079	7.988	4.975.927	5.353.401	3.907.595
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	**1.980.525**	**5.117.342**	**1.643.298**	**949.388**	**701.001**	**163.636**	**25.023**	**23.502**	**135.343**	**10.739.058**	**9.820.919**	**7.923.376**
Cartão de crédito	637.826	4.339.855	425.984	543.950	195.143	58.301	24.268	19.191	99.649	6.344.167	7.171.685	6.109.045
Adiantamento de contratos de câmbio(1)	1.342.699	777.487	1.061.076	310.314	24.464	16.880	471	4.130	2.329	3.539.850	1.906.534	-
Créditos adquiridos(2)	-	-	137.238	93.668	472.452	88.303	-	-	-	791.661	684.730	1.763.168
Diversos	-	-	19.000	1.456	8.942	152	284	181	33.365	63.380	57.970	51.163
Total	**270.264.606**	**154.325.060**	**86.760.130**	**76.857.273**	**27.711.663**	**9.784.753**	**3.806.330**	**3.238.443**	**15.344.889**	**648.093.147**	**606.929.731**	**552.108.103**
Provisão p/ crédito de liquidação duvidosa	**(3.567)**	**(774.901)**	**(893.077)**	**(2.374.700)**	**(2.857.079)**	**(2.995.687)**	**(1.903.167)**	**(2.266.911)**	**(15.344.889)**	**(29.413.978)**	**(26.806.599)**	**(25.411.010)**
Total líq. de provisões	**270.261.039**	**153.550.159**	**85.867.053**	**74.482.573**	**24.854.584**	**6.789.066**	**1.903.163**	**971.532**	**-**	**618.679.169**	**580.123.132**	**526.697.093**

(1) Os adiantamentos sobre contratos de câmbio estão registrados como redutores de "Outras Obrigações".

(2) Créditos adquiridos com coobrigação dos Bancos PAN, Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Daycoval.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(b) Composição da provisão para créditos de liquidação duvidosa

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Operações de crédito	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Provisão regulamentar	-	(771.626)	(867.601)	(2.305.719)	(2.771.167)	(2.935.423)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.166.503)	(26.806.599)	(25.411.010)
Operações de crédito	-	(746.039)	(851.168)	(2.277.237)	(2.701.068)	(2.886.332)	(1.890.655)	(2.250.459)	(15.209.546)	(28.812.504)	(26.520.347)	(25.104.994)
Empréstimos e títulos descontados	-	(274.590)	(274.883)	(742.586)	(656.069)	(1.207.174)	(770.708)	(1.071.413)	(5.365.362)	(10.362.785)	(10.116.900)	(9.872.736)
Financiamentos	-	(66.669)	(44.866)	(136.419)	(442.666)	(470.970)	(515.505)	(359.191)	(3.982.750)	(6.218.976)	(5.560.415)	(4.211.234)
Financiamentos rurais e agroindustriais	-	(7.397)	(19.704)	(41.516)	(71.920)	(7.675)	(9.450)	(12.682)	(100.488)	(270.832)	(135.587)	(60.965)
Financiamentos imobiliários	-	(291.067)	(497.170)	(1.261.336)	(1.486.227)	(496.395)	(592.162)	(601.518)	(5.718.631)	(10.944.506)	(10.208.721)	(10.413.483)
Financiamentos de infraestrutura	-	(82.249)	(13.763)	(94.197)	(42.648)	(701.872)	(167)	-	(34.327)	(969.223)	(481.332)	(514.985)
Cessão de créditos	-	(24.067)	(782)	(1.183)	(1.588)	(2.246)	(2.665)	(5.655)	(7.988)	(46.182)	(17.392)	(31.591)
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	-	**(25.587)**	**(16.433)**	**(28.482)**	**(70.059)**	**(49.091)**	**(12.512)**	**(16.452)**	**(135.343)**	**(353.999)**	**(286.252)**	**(306.016)**
Cartão de crédito	-	(21.699)	(4.260)	(16.319)	(19.514)	(17.490)	(12.134)	(13.434)	(99.649)	(204.499)	(229.054)	(215.685)
Adiantamento de contratos de câmbio	-	(3.888)	(10.611)	(9.309)	(2.846)	(5.064)	(236)	(2.891)	(2.329)	(36.774)	-	-
Créditos adquiridos	-	-	(1.372)	(2.810)	(47.245)	(26.491)	-	-	-	(77.918)	(52.631)	(60.122)
Diversos	-	-	(190)	(44)	(894)	(46)	(142)	(127)	(33.365)	(34.808)	(4.567)	(30.209)
Provisão complementar[1]	(3.567)	(3.275)	(25.476)	(68.981)	(85.912)	(60.264)	-	-	-	(247.475)	-	-
Operações de crédito	(3.550)	(3.123)	(25.295)	(67.912)	(85.260)	(59.621)	-	-	-	(244.871)	-	-
Empréstimos e títulos descontados	(2.647)	(2.449)	(20.326)	(56.552)	(71.068)	(49.893)	-	-	-	(202.935)	-	-
Financiamentos	(855)	(637)	(3.872)	(9.570)	(13.849)	(9.728)	-	-	-	(38.511)	-	-
Financiamentos rurais e agroindustriais	(8)	(64)	(350)	(1.443)	(298)	-	-	-	-	(2.163)	-	-
Financiamentos imobiliários	(40)	(73)	(747)	(357)	(45)	-	-	-	-	(1.262)	-	-
Outros créditos c/ característica de concessão de crédito	(17)	(52)	(181)	(1.059)	(652)	(643)	-	-	-	(2.604)	-	-
Cartão de crédito	(5)	(26)	(143)	(577)	(593)	(531)	-	-	-	(1.875)	-	-
Adiantamento de contratos de câmbio	(12)	(26)	(37)	(478)	(41)	(112)	-	-	-	(706)	-	-
Diversos	-	-	(1)	(4)	(18)	-	-	-	-	(23)	-	-
Total Provisão	(3.567)	(774.901)	(893.077)	(2.374.700)	(2.857.079)	(2.995.687)	(1.903.167)	(2.266.911)	(15.344.889)	(29.413.978)	(26.806.599)	(25.411.010)

[1] Refere-se à provisão complementar aos percentuais mínimos requeridos pela Resolução n 2.682 de 21/12/1999, do CMN, utilizando-se da metodologia de perda esperada, adotada na gestão de risco de crédito da instituição.

(c) Composição por faixas de vencimento e níveis de risco

Com relação ao montante de crédito nos cursos Normal e Anormal (Notas 8 (c1) e (c2)), destaca-se alteração no critério de classificação. Conforme parágrafo 1º do art. 4º da Resolução 2.682/1999, admite-se a contagem dos períodos de atraso em dobro. Os valores de 31/12/2014 e 30/06/2015 foram ajustados com o novo critério para fins de comparabilidade.

(c.1) Operações de crédito em Curso normal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
01 a 30 dias	4.186.430	10.026.027	3.714.806	3.474.113	929.016	273.412	78.211	56.797	312.174	23.050.986	23.424.577	20.075.116
31 a 60 dias	3.064.891	5.419.364	2.260.827	1.834.154	566.440	178.192	43.163	28.472	178.352	13.573.855	12.653.054	12.456.001
61 a 90 dias	2.935.366	4.839.027	2.028.942	1.759.641	517.614	166.584	38.400	25.234	159.752	12.470.560	11.585.191	11.373.391
91 a 180 dias	9.563.540	12.737.406	5.193.735	4.616.023	1.393.044	1.698.137	107.738	68.820	443.076	35.821.519	32.379.962	30.531.666
181 a 360 dias	15.661.742	18.759.099	9.206.377	6.944.352	2.103.203	697.639	137.926	78.283	555.759	54.144.380	49.364.793	47.389.910
Acima de 360 dias	234.852.637	102.544.137	55.054.704	46.135.726	11.656.241	2.976.800	535.824	303.014	3.542.049	457.601.132	425.565.299	381.797.147
Total	**270.264.606**	**154.325.060**	**77.459.391**	**64.764.009**	**17.165.558**	**5.990.764**	**941.262**	**560.620**	**5.191.162**	**596.662.432**	**554.972.876**	**503.623.231**

(c.2) Operações de crédito em Curso Anormal

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Parcelas vencidas	-	-	**1.134.221**	**1.725.994**	**2.380.184**	**2.014.782**	**1.793.247**	**1.869.576**	**6.629.005**	**17.550.009**	**14.335.953**	**14.906.412**
01 a 30 dias	-	-	1.021.162	263.586	177.544	55.155	32.378	24.248	103.990	1.678.063	1.052.117	2.606.649
31 a 60 dias	-	-	113.059	800.542	277.661	97.018	50.721	36.289	175.536	1.550.827	1.410.621	1.050.040
61 a 90 dias	-	-	-	476.108	1.392.554	410.794	183.408	143.300	726.317	3.332.481	2.531.099	2.051.854
91 a 180 dias	-	-	-	188.757	532.407	1.118.842	1.195.799	1.286.168	1.361.500	5.683.473	4.285.324	4.291.903
181 a 360 dias	-	-	-	-	18	332.973	330.941	379.571	3.985.738	5.029.241	4.723.868	4.553.743
Acima de 360 dias	-	-	-	-	-	-	-	-	275.924	275.924	332.924	352.223
Parcelas vincendas	-	-	**8.166.518**	**10.364.270**	**8.165.921**	**1.779.207**	**1.071.821**	**808.247**	**3.524.722**	**33.880.706**	**35.714.368**	**33.578.460**
01 a 30 dias	-	-	168.608	235.812	160.444	44.764	22.974	17.828	97.713	748.143	739.978	631.214
31 a 60 dias	-	-	149.219	192.463	139.496	39.809	21.746	16.835	77.271	636.839	622.500	564.876
61 a 90 dias	-	-	146.576	188.444	137.391	39.071	21.332	16.523	75.411	624.748	613.587	554.316
91 a 180 dias	-	-	414.985	535.692	390.366	111.244	60.657	46.993	213.409	1.773.346	1.770.160	1.587.901
181 a 360 dias	-	-	735.952	950.803	687.874	197.916	108.142	83.883	379.898	3.144.468	3.244.347	2.917.072
Acima de 360 dias	-	-	6.551.178	8.261.056	6.650.350	1.346.403	836.970	626.185	2.681.020	26.953.162	28.723.796	27.323.081
Total	-	-	**9.300.739**	**12.093.264**	**10.546.105**	**3.793.989**	**2.865.068**	**2.677.823**	**10.153.727**	**51.430.715**	**50.050.321**	**48.484.872**

(d) Composição da carteira de crédito por setor de atividade

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
SETOR PÚBLICO	**50.283.499**	**47.934.072**	**40.271.101**
Administração direta	26.390.211	25.215.734	23.380.634
Administração indireta – petroquímico	11.286.643	11.269.806	11.249.216
Administração indireta – saneamento e infraestrutura	3.939.207	3.863.358	3.650.938
Administração indireta – outros	8.667.438	7.585.174	1.990.313
SETOR PRIVADO	**597.809.648**	**557.089.125**	**511.837.002**
PESSOA JURÍDICA	131.310.839	122.272.415	117.470.832
Comércio varejista	25.434.019	25.626.361	25.863.980
Construção civil	16.147.632	15.104.225	13.741.772
Siderurgia e metalurgia	9.678.523	9.615.257	9.619.444
Energia elétrica	10.950.261	9.655.847	10.066.859
Serviços financeiros	6.241.552	5.840.081	5.420.016
Outras indústrias	8.447.360	8.442.422	7.683.115
Transporte	9.470.022	9.038.161	7.720.851
Agronegócio e extrativismo	5.212.164	3.688.586	3.814.901
Comércio atacadista	7.214.753	5.872.840	5.620.713
Saúde	3.823.247	3.647.364	3.462.087
Saneamento e infraestrutura	4.741.023	3.518.471	3.579.716
Petroquímico	2.294.274	2.321.577	2.219.891
Têxtil	2.283.760	2.106.974	2.126.006
Comunicação	1.558.530	1.564.542	1.656.474
Alimentação	1.943.396	1.924.034	2.023.620
Serviços pessoais	370.061	375.437	378.977
Outros serviços	15.500.262	13.930.236	12.472.410
PESSOA FÍSICA	466.498.809	434.816.710	394.366.170
Total	**648.093.147**	**605.023.197**	**552.108.103**

(e) Receitas de operação de crédito

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Empréstimos, títulos descontados e financiamentos	11.324.507	21.615.568	8.899.067	16.704.798
Financiamentos rurais e agroindustriais	76.818	164.764	28.842	60.312
Financiamentos imobiliários	8.345.474	15.883.419	6.198.056	12.086.303
Financiamentos de infraestrutura e desenvolvimento	1.425.476	3.092.004	821.962	1.574.604
Outros créditos	1.820	3.442	1.708	3.445
Total	**21.174.095**	**40.759.197**	**15.949.635**	**30.429.462**

(f) Operações de Venda ou Transferência de Ativos Financeiros

A CAIXA realiza operações de aquisição, venda ou transferência de ativos financeiros como estratégia de negócio em suas operações.

A cessão de crédito está alinhada a estratégia operacional da instituição resultando no reconhecimento das receitas e despesas destas operações no resultado da intermediação financeira.

(f.1) Carteiras cedidas

No decorrer do 1º semestre de 2015 foi realizado entre a CAIXA e a Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. cessão onerosa de crédito. Ainda no mesmo período também foi realizada cessão onerosa de carteiras de créditos não performados junto à empresa Ativos S.A.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Descrição	Créditos ativos	Crédito baixados prejuízo	Valor total da cessão	Valor recebido
Renova Securitizadora S.A. (1º trimestre)	27.569	1.318.061	1.345.630	64.329
Renova Securitizadora S.A. (2º trimestre)	935.040	4.925.126	5.860.166	145.904
Ativos S.A (2º trimestre)	355.044	721.611	1.076.655	26.303
Total (Semestre)	**1.317.653**	**6.964.798**	**8.282.451**	**236.536**

Resultado com cessão de carteiras

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas com vendas ou transferência de carteiras	**1.543.226**	**1.755.297**	**88.353**	**180.864**
Valor recuperado prejuízo(1)	**178.847**	**241.858**	**-**	**-**
Ativos S.A.	29.009	29.009	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	149.838	212.849	-	-
Reversão de provisão (1)	**1.240.391**	**1.267.969**	**-**	**-**
Ativos S.A.	338.066	338.066	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	902.325	929.903	-	-
Receitas vinculadas a cessões(2)	**123.988**	**245.470**	**88.353**	**180.864**
RB Capital Securitizadora	123.988	245.470	88.353	180.864
Despesas com vendas ou transferências de carteiras	**(1.370.809)**	**(1.517.406)**	**(88.824)**	**(181.208)**
Despesas vinculadas a cessões(2)	**(123.779)**	**(244.116)**	**(88.824)**	**(181.208)**
RB Capital Securitizadora	(123.779)	(244.116)	(88.824)	(181.208)
Prejuízos de obrigações p/ operações vinc. à cessão(1)	**(1.247.030)**	**(1.273.290)**	**-**	**-**
Ativos S.A.	(340.771)	(340.771)	-	-
Renova Companhia Securitizadora S.A.	(906.259)	(932.519)	-	-
Despesas provisão carteiras cedidas com coobrigação(2)	**(3.882)**	**(35.307)**	**(5.768)**	**(7.946)**
RB Capital Securitizadora	(3.882)	(35.307)	(5.768)	(7.946)
Resultado	**168.535**	**202.584**	**(6.239)**	**(8.290)**

(1) Cessão de créditos, sem coobrigação, para a Ativos S.A. e Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

(2) Cessão de créditos, com coobrigação, para a RB Capital Securitizadora Residencial S.A.

Em vigor a partir de 1º de janeiro de 2012, a Resolução CMN nº 3.533/2008 estabelece procedimentos para a classificação, registro contábil e divulgação das operações de venda ou de transferência de ativos financeiros.

A classificação como retenção substancial dos riscos e benefícios, nas operações de cessões de crédito, configura-se pela coobrigação nas cessões de crédito. Na referida classificação, as operações cedidas permanecem registradas no ativo da instituição cedente e os recursos recebidos são registrados no ativo com a contrapartida no passivo, em função da obrigação assumida. As receitas e despesas referentes às cessões de crédito realizadas são reconhecidas no resultado, conforme prazo remanescente das operações.

(f.2) Carteiras adquiridas

Resultado com carteiras adquiridas

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Modalidade com coobrigação(1)	**21.827**	**41.416**	**65.971**	**139.398**
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	22.561	43.793	73.589	156.205
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(734)	(2.377)	(7.618)	(16.807)
Modalidade sem coobrigação(2)	**654.968**	**1.211.837**	**418.550**	**782.668**
Rendas de créditos vinculados a operações adquiridas em cessão	655.415	1.211.915	418.768	783.004
Despesas de obrigações por operações vinculadas à cessão	(447)	(78)	(218)	(336)
Resultado	**676.795**	**1.253.253**	**484.521**	**922.066**

(1) Carteiras adquiridas no período dos Bancos Cruzeiro do Sul, BMG, Bonsucesso, BMB e Banco PAN.

(2) Carteiras adquiridas no período do Banco PAN.

(g) Concentração dos principais devedores

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2015	%	31/12/2014	%	30/06/2014	%
Principal devedor	11.286.643	1,74	11.269.806	1,86	11.249.216	2,04
10 maiores devedores	44.947.581	6,94	42.036.699	6,95	39.735.200	7,20
20 maiores devedores	60.195.808	9,29	56.786.112	9,39	51.680.905	9,36
50 maiores devedores	81.893.182	12,64	77.560.357	12,82	69.183.040	12,53
100 maiores devedores	95.450.917	14,73	89.805.708	14,84	80.085.154	14,51

(h) Movimentação da carteira de renegociação

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações renegociadas	**2.906.256**	**5.611.756**	**2.709.900**	**5.201.671**
Operações comerciais	2.806.526	5.349.089	2.628.435	4.841.256
Operações habitacionais	99.730	262.667	81.465	360.415
Operações recuperadas	**744.442**	**1.052.477**	**440.644**	**804.313**
Operações comerciais	498.808	789.581	306.751	541.951
Operações habitacionais	245.634	262.896	133.893	262.362

(i) Movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa (Individual / Consolidado)

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	**(28.396.626)**	**(26.806.599)**	**(24.354.042)**	**(23.966.296)**
Constituição de provisão no período	(12.278.544)	(17.354.560)	(6.817.394)	(9.330.386)
Reversão de provisão no período	7.723.072	7.771.633	2.865.941	2.900.717
Transferência para prejuízo	3.538.120	6.975.548	2.894.485	4.984.955
Saldo final	**(29.413.978)**	**(29.413.978)**	**(25.411.010)**	**(25.411.010)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100048

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 9 – Outros créditos

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Créditos por avais e fianças honrados	32.817	29.185	29.260
Carteira de câmbio – Nota 9 (c)	4.183.607	2.506.525	1.209.399
Rendas a receber	3.466.239	2.778.664	2.426.070
Dividendos e JCP a receber	-	-	146.120
Convênios setor privado	116.193	93.957	102.597
Convênios setor público	412.766	352.279	324.667
Administração de fundos de investimento	49.534	48.089	89.830
Administração de fundos e programas sociais	2.523.305	1.988.092	1.451.160
Repasses OGU	351.201	190.080	220.309
Outras rendas a receber	13.240	106.167	91.387
Negociação e intermediação de valores	55.104	2.766	15.662
Créditos específicos	781.382	765.593	752.954
Diversos – Nota 9 (b)	54.644.601	54.037.807	50.272.830
Provisão para outros créditos	(356.603)	(286.252)	(306.016)
Total	**62.807.147**	**59.834.288**	**54.400.159**
Ativo circulante	37.767.457	34.268.440	46.246.299
Ativo não circulante	25.039.690	25.565.848	8.153.860

CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Créditos por avais e fianças honrados	32.817	29.185	29.260
Carteira de câmbio – nota 9 (c)	4.183.607	2.506.525	1.209.399
Rendas a receber	3.984.602	2.971.952	2.370.400
Dividendos e JCP a receber	518.363	193.288	90.451
Convênios setor privado	116.193	93.957	102.597
Convênios setor público	412.766	352.279	324.667
Administração de fundos de investimento	49.534	48.089	89.830
Administração de fundos e programas sociais	2.523.305	1.988.092	1.451.160
Repasses OGU	351.201	190.080	220.308
Outras rendas a receber	13.240	106.167	91.387
Negociação e intermediação de valores	55.104	2.766	15.662
Créditos específicos	781.382	765.593	752.954
Diversos – nota 9 (b)	54.663.588	54.034.623	50.272.738
Provisão para outros créditos	(356.603)	(286.252)	(306.016)
Total	**63.344.497**	**60.024.392**	**54.344.397**
Ativo circulante	38.304.807	34.458.544	46.190.537
Ativo não circulante	25.039.690	25.565.848	8.153.860

(b) Outros créditos – diversos

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2015	**31/12/2014**	**30/06/2014**	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Créditos tributários – (Nota 20)	29.096.845	25.189.572	21.056.109	29.096.898	25.189.610	21.056.147
Devedores por depósitos em garantia – (Nota 30 (c))	13.017.473	12.625.576	12.079.589	13.017.473	12.625.576	12.079.589
Adiantamentos e antecipações salariais	507.991	190.724	472.381	507.991	190.724	472.381
Antecipação de dividendos e de juros sobre capital próprio	-	1.400.065	299.269	-	1.400.065	296.626
Impostos e contribuições a compensar	682.410	1.051.828	323.437	705.010	1.051.828	323.437
Cartão de crédito[1]	6.591.027	7.313.709	6.244.592	6.591.027	7.313.709	6.246.866
Prêmio em aquisição de carteiras	1.411.733	1.188.447	1.103.902	1.411.733	1.188.447	1.103.902
Seguros a receber	143.382	125.950	108.311	143.382	125.950	108.311
Créditos adquiridos	791.661	684.730	1.763.168	791.661	684.730	1.763.168
Valores a receber – adm. de fundos e programas sociais	281.220	280.194	3.941.936	281.220	280.194	3.941.936
Valores a receber – royalties	100.457	17.260	23.304	100.457	17.260	23.304
Valores a receber – FND	434.708	410.761	402.473	434.708	410.761	402.473
Valores a receber – correspondentes bancários	131.324	146.546	156.363	131.324	146.546	156.363
Valores a receber – resgate de bônus	101.617	97.994	94.621	101.617	97.994	94.860
Valores a receber – convênios de arrecadação e pagamentos	37.798	47.118	47.075	37.798	47.118	47.075
Valores a receber – créditos administrados	26.098	25.630	26.185	26.098	25.630	26.185
Valores a receber – planos de saúde autogestão	12.847	22.224	45.689	12.847	22.224	45.689
Valores a receber – TVM no Exterior	-	344.967	-	-	344.967	-
Valores a apropriar[2]	2.129.298	3.976.640	1.983.043	2.129.306	3.976.683	1.983.043
Outros devedores[3]	764.407	380.218	167.624	760.733	376.953	167.624
Desconto em outros ativos financeiros (Nota 7 (b))	(1.411.087)	(1.411.087)	-	(1.411.087)	(1.411.087)	-
Provisão para perdas – diversos[4]	(206.608)	(71.259)	(66.241)	(206.608)	(71.259)	(66.241)
Total	**54.644.601**	**54.037.807**	**50.272.830**	**54.663.588**	**54.034.623**	**50.272.738**
Ativo circulante	29.560.549	28.443.766	42.085.088	29.579.536	28.440.582	42.084.996
Ativo não circulante	25.084.052	25.594.041	8.187.742	25.084.052	25.594.041	8.187.742

(1) Inclui R$ 6.344.167 (31/12/2014 – 7.171.685; 30/06/2014 – 6.109.045) de créditos com característica de concessão de crédito (Nota 8 (a)) e anuidades de cartões de crédito, que não possuem característica de concessão de crédito.
(2) Ativos classificados em contas transitórias, principalmente, liberações de crédito imobiliário e resgates de aplicações financeiras.
(3) Inclui redução no valor recuperável de títulos e créditos a receber de empresas em processo de recuperação judicial no montante de R$ 108.257 apurado e reconhecido no 1º semestre de 2015.
(4) Provisão para perdas líquidas definitivas e indenizações de sinistros de financiamentos habitacionais.

(c) Carteira de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Ativo – outros créditos			
Câmbio comprado a liquidar – moeda estrangeira	48.205	19.581	12.400
Direitos sobre vendas de câmbio – moeda nacional	4.100.532	2.467.809	1.193.951
Rendas a receber de adiantamentos concedidos – ACC/ACE	41.230	20.896	8.573
(-) Adiantamentos recebidos – moeda nacional	(6.360)	(1.761)	(5.525)
Ativo circulante	**4.183.607**	**2.506.525**	**1.209.399**
Passivo – outras obrigações			
Câmbio vendido a liquidar – moeda estrangeira	145.693	165.694	56.187
Obrigações por compras de câmbio – moeda nacional	3.617.911	2.104.398	1.176.164
(-) Adiantamentos sobre contratos de câmbio – ACC/ACE	(3.498.620)	(1.927.430)	(1.140.411)
Passivo circulante (Nota 18 (a))	**264.984**	**342.662**	**91.940**

(c.1) Resultado de operações de câmbio

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	**2015**		**2014**	
	2º trimestre	**1º semestre**	**2º trimestre**	**1º semestre**
Receitas	**11.218.992**	**19.914.848**	**2.673.809**	**6.282.255**
Disponibilidade em moeda estrangeira	7.135.580	14.007.044	1.578.733	3.861.047
Títulos emitidos no Exterior	4.056.889	5.856.894	1.090.855	2.412.195
Outras	26.523	50.910	4.221	9.013
Despesas	**(11.003.273)**	**(21.872.476)**	**(2.523.771)**	**(5.982.278)**
Despesas de variações e diferenças de taxas	(7.494.603)	(13.823.989)	(1.629.137)	(3.991.242)
Títulos emitidos no Exterior	(3.508.580)	(8.048.208)	(894.568)	(1.990.853)
Outras	(90)	(279)	(66)	(183)
Resultado de câmbio	**215.719**	**(1.957.628)**	**150.038**	**299.977**

Nota 10 – Outros valores e bens

Compostos por:

- Bens não de uso próprio (imóveis adjudicados, imóveis recebidos em dação de pagamento de empréstimos e imóveis que não são mais usados nas operações da CAIXA), submetidos a teste de redução ao valor recuperável;
- Despesas antecipadas relativas, essencialmente, à antecipação do décimo terceiro salário dos empregados (30/06/2015 e 30/06/2014) e à antecipação das contribuições ordinárias ao FGC (31/12/2014);
- Estoque de material de consumo.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Bens não de uso próprio	**1.924.459**	**1.567.595**	**1.209.274**
Imóveis patrimoniais não de uso	269.660	224.992	161.053
Imóveis adjudicados/arrematados	1.654.799	1.342.603	1.048.221
Despesas antecipadas	**102.990**	**46.143**	**94.858**
Material de consumo	**32.633**	**35.037**	**28.642**
Provisões p/ perdas com desvalorização de imóveis (Nota 10 (a))	**(94.693)**	**(90.591)**	**(30.371)**
Total	**1.965.389**	**1.558.184**	**1.302.403**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(a) Provisão para perdas com desvalorização de imóveis

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo inicial	**(93.048)**	**(90.591)**	**(30.425)**	**(31.614)**
Constituição	(3.700)	(12.493)	(3.183)	(25.248)
Baixas	2.055	8.391	3.237	26.491
Saldo final	**(94.693)**	**(94.693)**	**(30.371)**	**(30.371)**

Nota 11 – Participações em controladas e coligadas

(a) CAIXA Individual
Os investimentos em controladas e coligadas na CAIXA – Individual são compostos essencialmente pela CAIXA Participações S.A. (CAIXAPAR) e pela CAIXA Seguridade.
O saldo do investimento CAIXA Seguridade refere-se ao saldo de investimento consolidado, desta forma a participação de 100% na CAIXA Operadora é eliminada quando da elaboração das Demonstrações Contábeis consolidadas da CAIXA Seguridade.

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
				2015		2014	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXAPAR	2.219.361	5.214.610	4.239.568	(306.417)	(115.549)	133.271	305.431
CAIXA Seguridade S.A[1]	3.251.513	-	-	457.720	457.720	-	-
Câmara Interban. de Pagamento – CIP	2.967	2.967	2.967	-	-	-	-
BIAPE	200	619	541	(441)	(450)	(209)	(209)
FGO – Fdo. Garantia de Operações	211.957	91.943	104.445	-	-	-	-
FGHAB – Fdo. Garantidor Hab. Popular	235.629	210.991	186.565	-	-	-	-
Outros Investimentos[2]	3.871	3.863	3.866	-	-	-	-
Total	**5.925.498**	**5.524.993**	**4.537.952**	**150.862**	**341.721**	**133.062**	**305.222**

[1] CAIXA Seguridade S.A.: Empresa subsidiária da CAIXA constituída em 27 de maio de 2015 Nota 2 (c).
[2] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

(b) CAIXA Consolidado
A carteira de investimento consolidada é composta por empresas coligadas e com controle conjunto, sobre as quais a CAIXAPAR e a CAIXA Seguridade exercem influência significativa ou possuem controle compartilhado, sendo avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

Descrição	Investimento			Resultado de Equivalência Patrimonial			
				2015		2014	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
CAIXA Seguros Holding.	2.399.648	2.437.271	2.096.717	186.967	420.002	191.328	380.568
Banco PAN	890.254	1.020.949	441.558	(68.293)	(129.217)	(38.585)	(53.724)
Capgemini	211.339	236.891	249.527	(17.442)	(25.552)	(16.713)	(31.951)
Elo Serviços	18.749	14.931	13.253	2.045	3.818	(1.910)	(65)
Cia. Bras. de Securitização – CIBRASEC	6.832	6.880	6.778	103	125	16	91
Caixa Seguros Participações – CSP	-	-	43.331	-	-	270	2.192
Crescer	100	-	4.209	(3.686)	(1.279)	(5.327)	(10.402)
Branes	1.834	1.841	1.860	34	(6)	(7)	(37)
BIAPE	200	619	542	(441)	(450)	98	98
FGO – Fundo Garantia de Operações	211.957	91.943	104.445	-	-	-	-
FGHAB – Fundo Garantidor Habitação Popular	235.629	210.991	186.565	-	-	-	-
Fundo de Investimento em Participações	32.465	39.059	39.356	(152)	(6.594)	(372)	(550)
TECBAN	106.636	58.976	-	45.990	47.660	-	-
PAN Corretora	26.610	24.500	-	640	2.141	-	-
PAN Seguros[1]	336.528	-	-	-	-	-	-
Outros Investimentos[2]	44.108	43.599	6.834	-	-	-	-
Total	4.522.889	4.188.450	3.194.975	145.765	310.648	128.798	286.220

[1] PAN Seguros: Empresa adquirida pela CAIXAPAR em 18 de junho de 2015, foi objeto de cisão e incorporação pela CAIXA Seguridade S.A. em 30 de junho de 2015 Nota 2 (c).
[2] Investimentos avaliados pelo custo de aquisição.

Ágios na aquisição de investimentos				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Saldo anterior	**214.519**	**226.159**	**261.080**	**272.719**
Amortizações	(11.640)	(23.280)	(11.641)	(23.280)
Saldo atual	**202.879**	**202.879**	**249.439**	**249.439**

Nota 12 – Imobilizado de uso
Com o índice de imobilização apurado de 15,34% (31/12/2014 – 14,43%; 30/06/2014 – 14,41%), a CAIXA está enquadrada na forma definida pela Resolução do CMN nº 2.669/1999, a qual estabelece o limite de 50% do Patrimônio de Referência a partir de 31/12/2002.

Composição do imobilizado de uso							
Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Imóveis de uso	**1.408.415**	**(419.571)**	**988.844**	**1.258.361**	**(355.224)**	**903.137**	**649.162**
Edificações	1.346.783	(419.571)	927.212	1.196.546	(355.224)	841.322	591.972
Terrenos	61.632	-	61.632	61.815	-	61.815	57.190
Reavaliações de imóveis de uso	**728.363**	**(189.053)**	**539.310**	**739.998**	**(178.338)**	**561.660**	**575.340**
Edificações	534.323	(189.053)	345.270	540.437	(178.338)	362.099	374.961
Terrenos	194.040	-	194.040	199.561	-	199.561	200.379
Outras imobilizações de uso	**7.029.548**	**(4.709.059)**	**2.320.489**	**6.709.767**	**(4.420.524)**	**2.289.243**	**2.063.182**
Imobilizações em curso	31.159	-	31.159	32.401	-	32.401	36.067
Inst., móveis e equip. de uso	1.527.537	(803.972)	723.565	1.434.613	(762.772)	671.841	634.173
Sistema de comunicação	91.424	(75.647)	15.777	91.922	(74.215)	17.707	19.189
Sistema de proc. de dados	4.991.694	(3.550.870)	1.440.824	4.771.998	(3.321.961)	1.450.037	1.266.442
Sistema de transporte e segurança	387.734	(278.570)	109.164	378.833	(261.576)	117.257	107.311
Total	**9.166.326**	**(5.317.683)**	**3.848.643**	**8.708.126**	**(4.954.086)**	**3.754.040**	**3.287.684**

Descrição	Movimentação do imobilizado de uso						
	31/12/2014	Transferências	Adições	Baixas	Depreciação	30/06/2015	30/06/2014
Imóveis de uso	**903.137**	**1.530**	**214.182**	**(587)**	**(129.418)**	**988.844**	**649.162**
Edificações	841.322	1.331	214.182	(205)	(129.418)	927.212	591.972
Terrenos	61.815	199	-	(382)	-	61.632	57.190
Reaval. de imóveis de uso	**561.660**	-	**(122)**	**(9.517)**	**(12.711)**	**539.310**	**575.340**
Edificações	362.099	-	(98)	(4.020)	(12.711)	345.270	374.961
Terrenos	199.561	-	(24)	(5.497)	-	194.040	200.379
Outras imobilizações de uso	**2.289.243**	**(1.299)**	**359.514**	-	**(326.969)**	**2.320.489**	**2.063.182**
Imobilizações em curso	32.401	(1.299)	57	-	-	31.159	36.067
Inst., móveis e equip. de uso	671.841	(63)	101.004	-	(49.217)	723.565	634.173
Sistema de comunicação	17.707	-	-	-	(1.930)	15.777	19.189
Sistema de proc. de dados	1.450.037	12	246.240	-	(255.465)	1.440.824	1.266.442
Sist. de transp./ segurança	117.257	51	12.213	-	(20.357)	109.164	107.311
Total	**3.754.040**	**231**	**573.574**	**(10.104)**	**(469.098)**	**3.848.643**	**3.287.684**

Nota 13 – Intangível

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO									
Descrição	30/06/2014				31/12/2013				30/06/2013
	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Custo	Amort. Acumulada	Redução ao valor recuperável	Líquido	Líquido
Aquisição de folha de pagamento	2.856.531	(986.695)	(6.327)	1.863.509	2.797.650	(825.011)	(6.168)	1.966.471	1.556.982
Outros ativos intangíveis	366.655	(49.856)	-	316.799	370.855	(45.987)	-	324.868	333.093
Projetos logiciais – Software	1.210.517	(301.616)	-	908.901	1.100.443	(245.336)	-	855.107	693.811
Total	**4.433.703**	**(1.338.167)**	**(6.327)**	**3.089.209**	**4.268.948**	**(1.116.334)**	**(6.168)**	**3.146.446**	**2.583.886**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO

Descrição	31/12/2014	30/06/2015				30/06/2014
	Líquido	Movimentação			Líquido	Líquido
		Adições	Baixas	Amortizações		
Aquisição de folha de pagamento	1.966.471	158.294	(11.467)	(249.789)	1.863.509	1.556.982
Outros ativos intangíveis	324.868	-	-	(8.069)	316.799	333.093
Projetos logiciais – Software	855.107	129.589	-	(75.795)	908.901	693.811
Total	**3.146.446**	**287.883**	**(11.467)**	**(333.653)**	**3.089.209**	**2.583.886**

Nota 14 – Depósitos

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Depósitos à vista – sem remuneração	27.879.676	27.013.964	24.286.581	27.879.676	27.013.964	24.286.581
Pessoas físicas	12.037.318	12.323.481	9.700.972	12.037.318	12.323.481	9.700.972
Pessoas jurídicas	12.128.760	11.550.896	10.907.111	12.128.760	11.550.896	10.907.111
Vinculados	2.038.283	1.842.482	2.168.284	2.038.283	1.842.482	2.168.284
Governo	971.399	918.168	736.110	971.399	918.168	736.110
Moedas estrangeiras	98.298	11.023	65.388	98.298	11.023	65.388
Instituições do sistema financeiro	60.888	60.575	36.890	60.888	60.575	36.890
Entidades públicas	468.868	170.142	566.987	468.868	170.142	566.987
Outros	75.862	137.197	104.839	75.862	137.197	104.839
Depósitos de poupança – remuneração pós-fixada	232.117.335	236.836.068	220.990.257	232.117.335	236.836.068	220.990.257
Pessoas físicas	229.912.439	234.391.366	218.312.489	229.912.439	234.391.366	218.312.489
Pessoas jurídicas	2.202.492	2.442.270	2.675.350	2.202.492	2.442.270	2.675.350
Vinculados	2.404	2.432	2.418	2.404	2.432	2.418
Depósitos interfinanceiros	2.423.723	3.663.877	4.545.541	2.423.723	3.663.877	4.545.541
Depósitos a prazo	154.940.229	143.348.461	131.156.550	154.341.324	143.055.444	130.693.800
Remuneração prefixada	74.567.351	67.065.402	64.126.794	73.968.446	66.772.385	63.664.044
Depósitos a prazo em moeda nacional	74.567.351	67.065.402	64.126.794	73.968.446	66.772.385	63.664.044
Remuneração pós-fixada	80.372.878	76.283.059	67.029.756	80.372.878	76.283.059	67.029.756
Depósitos a prazo em moeda nacional	23.038.633	22.826.263	18.654.435	23.038.633	22.826.263	18.654.435
Depósitos judiciais com remuneração	57.334.245	53.456.796	48.375.321	57.334.245	53.456.796	48.375.321
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	8.476.386	10.789.171	9.125.621	8.476.386	10.789.171
Sem remuneração	279.354	263.759	267.394	279.354	263.759	267.394
Remuneração prefixada	525.978	494.003	477.884	525.978	494.003	477.884
Remuneração pós-fixada	8.320.289	7.718.624	10.043.893	8.320.289	7.718.624	10.043.893
Total	**426.486.584**	**419.338.756**	**391.768.100**	**425.887.679**	**419.045.739**	**391.305.350**
Passivo circulante	345.702.542	341.760.050	320.979.781	344.596.723	341.467.033	320.517.031
Passivo não circulante	80.784.042	77.578.706	70.788.319	81.290.956	77.578.706	70.788.319

(b) Depósitos por prazo de exigibilidade

Depósitos	INDIVIDUAL							CONSOLIDADO		
	Sem vencimento	01 a 90 dias	91 a 360 dias	Acima de dias	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Depósitos à vista	27.879.676	-	-	-	27.879.676	27.013.964	24.286.581	27.879.676	27.013.964	24.286.581
Depósitos de poupança	232.117.335	-	-	-	232.117.335	236.836.068	220.990.257	232.117.335	236.836.068	220.990.257
Depósitos interfinanceiros	-	1.299.843	636.304	487.576	2.423.723	3.663.877	4.545.541	2.423.723	3.663.877	4.545.541
Depósitos a prazo	57.362.691	2.504.462	14.776.609	80.296.467	154.940.229	143.348.461	131.156.550	154.341.324	143.055.444	130.693.800
CDB	13.431	2.504.462	14.776.609	80.296.467	97.590.969	89.876.983	82.766.849	96.992.064	89.583.966	82.304.099
Depósitos judiciais	57.334.245	-	-	-	57.334.245	53.456.796	48.375.321	57.334.245	53.456.796	48.375.321
Outros	15.015	-	-	-	15.015	14.682	14.380	15.015	14.682	14.380
Depósitos especiais e de fundos e programas	9.125.621	-	-	-	9.125.621	8.476.386	10.789.171	9.125.621	8.476.386	10.789.171
Total	**326.485.323**	**3.804.305**	**15.412.913**	**80.784.043**	**426.486.584**	**419.338.756**	**391.768.100**	**425.887.679**	**419.045.739**	**391.305.350**

(c) Despesas de captações com depósitos

INDIVIDUAL

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(4.223.089)	(8.171.658)	(3.443.294)	(6.832.380)
Depósitos interfinanceiros	(65.920)	(132.368)	(65.994)	(108.879)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.834.510)	(5.387.674)	(1.912.942)	(3.662.534)
Depósitos judiciais	(878.679)	(1.640.293)	(627.252)	(1.243.720)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(331.075)	(646.988)	(269.400)	(521.255)
Outras captações	(170.824)	(339.282)	(141.827)	(277.837)
Total	**(8.504.097)**	**(16.318.263)**	**(6.460.709)**	**(12.646.605)**

CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos de poupança	(4.223.089)	(8.171.658)	(3.443.294)	(6.832.380)
Depósitos interfinanceiros	(65.920)	(132.368)	(65.994)	(108.879)
Depósitos a prazo CDB/RDB	(2.819.922)	(5.364.780)	(1.903.452)	(3.646.479)
Depósitos judiciais	(878.679)	(1.640.293)	(627.252)	(1.243.720)
Depósitos especiais e de fundos e programas (d.1)	(331.075)	(646.988)	(269.400)	(521.255)
Outras captações	(170.824)	(339.282)	(141.827)	(277.837)
Total	**(8.489.509)**	**(16.295.369)**	**(6.451.219)**	**(12.630.550)**

(d) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	3.431.982	2.901.111	5.399.790
Depósitos – Especiais com remuneração	1.931.795	1.824.348	1.796.301
Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT (d.2)	1.494.339	1.763.026	1.637.081
Depósitos – FISANE	9.336	9.010	8.707
Depósitos – PRODEC	53.883	52.047	50.324
Programa de Integração Social – PIS	106.441	22.671	73.458
Fundo Garantia Safra – FGS	54.162	9.083	35.031
Fundo de Arrendamento Residencial – FAR	51.827	69.166	56.619
Fundo de Desenvolvimento Social – FDS	389.289	383.860	361.349
Depósitos – Pró-frota Pesqueira	8.170	7.945	8.114
Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Social – FAS	7.311	10.447	9.098
Depósitos – PREVHAB	658.159	623.966	551.118
Saúde CAIXA	279.354	263.759	267.394
Outros	649.573	535.947	534.787
Total	**9.125.621**	**8.476.386**	**10.789.171**

(d.1) Despesas com depósitos especiais e de fundos e programas

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	Taxa de Remuneração	2015		2014	
		2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Depósitos – FGTS	Selic	(182.922)	(366.461)	(145.030)	(285.547)
Depósitos – FAT	Selic e TJLP	(23.892)	(51.310)	(22.869)	(45.830)
Depósitos – FISANE	TR	(172)	(326)	(139)	(279)
Depósitos – PRODEC	TR + Juros 0,4868% a.m.	(974)	(1.836)	208	(649)
Depósitos – PIS	Extra mercado	(24.156)	(41.008)	(13.532)	(23.708)
Depósitos – FGS	Selic fator dia / Extra mercado	(956)	(1.405)	(703)	(1.024)
Depósitos – FAR	Selic	2.124	(1.797)	(9.171)	(15.939)
Depósitos – FDS	Selic fator dia	(12.509)	(23.393)	(9.566)	(18.408)
Depósitos – Tesouro Nacional	Selic	(10.174)	(19.322)	(7.441)	(14.355)
Depósitos – FAS	TR	(20)	(45)	(13)	(25)
Depósitos – PREVHAB	Selic	(19.401)	(37.004)	(14.679)	(28.421)
Depósitos – Caução	TR	(3.007)	(5.076)	(1.412)	(3.093)
Depósitos – FCA	Extra – mercado	(11.759)	(23.267)	(9.962)	(19.308)
Depósitos – Fundo Paulista de Habitação	CDI	(13.700)	(28.183)	(13.714)	(25.071)
Outros		(29.557)	(46.555)	(21.377)	(39.598)
Total		**(331.075)**	**(646.988)**	**(269.400)**	**(521.255)**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

(d.2) Obrigações por depósitos especiais e de fundos e programas – FAT

O FAT é um fundo especial de natureza contábil e financeira, instituído pela Lei nº 7.998/1990, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego e gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT.

As principais ações financiadas com recursos do FAT para a promoção do emprego estão estruturadas em torno dos programas de geração de emprego e renda, cujos recursos são alocados por meio dos depósitos especiais, criados pela Lei nº 8.352/1991, nas instituições financeiras oficiais federais conforme programas e linhas de créditos identificados no quadro anterior.

Os depósitos especiais do FAT enquanto disponíveis são remunerados, *pro rata dia*, pela Taxa Média Selic (TMS) e, à medida que são aplicados nos financiamentos, passam a ser remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP durante o período de vigência do financiamento.

As remunerações sobre os depósitos são recolhidas ao FAT mensalmente, conforme estipulado pelas Resoluções CODEFAT n° 439/2005 e n° 489/2006.

Descrição	Res/ TADE	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO											
		Devolução de Recursos do FAT			30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
		Forma	Data	Data Final	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total	Disponível	Aplicado	Total
Programas					118.453	1.301.309	1.419.762	462.236	1.226.330	1.688.566	251.002	1.311.621	1.562.623
Proger urbano					54.324	961.377	1.015.701	374.230	844.004	1.218.234	183.988	888.047	1.072.035
Investimento	ago/05	RA	10/10/2005		54.324	961.377	1.015.701	374.230	844.004	1.218.234	183.987	883.802	1.067.789
Proger exportação	17/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-	-	24	24
FAT empreendedor popular	23/2005	RA	09/12/2005		-	-	-	-	-	-	1	4.221	4.222
FAT – habitação	mai/07	SD	09/11/2007		-	-	-	-	-	-	804	1.920	2.724
FAT infraestrutura					63.743	336.665	400.408	64.789	378.609	443.398	65.735	419.321	485.056
Infraestrutura econômica	13/2006	RA	08/08/2008		63.743	336.665	400.408	64.789	378.609	443.398	65.735	419.321	485.056
FAT – PNMPO					386	3.267	3.653	23.217	3.717	26.934	475	2.333	2.808
FAT – microcrédito	15/2006	RA	10/05/2007		386	3.267	3.653	23.217	3.717	26.934	475	2.333	2.808
Linhas de crédito especiais					370	74.207	74.577	300	74.160	74.460	309	74.149	74.458
FAT – vila Pan-americana	jan/05	SD	09/12/2005		370	74.207	74.577	300	74.160	74.460	309	74.149	74.458
Total					**118.823**	**1.375.516**	**1.494.339**	**462.536**	**1.300.490**	**1.763.026**	**251.311**	**1.385.770**	**1.637.081**

Nota 15 – Captações no mercado aberto

(a) Composição

Descrição	INDIVIDUAL			CONSOLIDADO		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Carteira própria[1]	**104.224.595**	**76.689.005**	**71.437.221**	**104.125.034**	**76.689.005**	**71.348.213**
Letras financeiras do tesouro	40.227	-	170.240	40.227	-	170.240
Letras do tesouro nacional	73.206.834	41.115.381	41.899.202	73.206.834	41.115.381	41.899.202
Notas do tesouro nacional	23.206.649	27.661.569	24.139.107	23.107.088	27.661.569	24.050.099
Debêntures	7.368.736	7.380.696	4.438.361	7.368.736	7.380.696	4.438.361
Certificados de recebíveis imobiliários	402.149	531.359	523.106	402.149	531.359	523.106
Letras de crédito imobiliário	-	-	267.205	-	-	267.205
Carteira de terceiros	**72.058.870**	**96.080.879**	**74.485.553**	**72.058.870**	**96.080.879**	**74.485.553**
Letras financeiras do tesouro	-	6.876.951	10.404.661	-	6.876.951	10.404.661
Letras do tesouro nacional	6.259.077	34.742.305	38.851.383	6.259.077	34.742.305	38.851.383
Notas do tesouro nacional	65.799.793	54.461.623	25.229.509	65.799.793	54.461.623	25.229.509
Total	**176.283.465**	**172.769.884**	**145.922.774**	**176.183.904**	**172.769.884**	**145.833.766**
Passivo circulante	174.400.808	165.935.128	141.541.598	174.301.247	165.935.128	141.452.590
Passivo não circulante	1.882.657	6.834.756	4.381.176	1.882.657	6.834.756	4.381.176

[1] Valores calculados considerando o "PU de Garantia" do papel vinculado.

(b) Despesas de captações no mercado aberto

Descrição	INDIVIDUAL			
	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(2.469.957)	(4.709.807)	(1.718.533)	(3.236.481)
Carteira de terceiros	(2.359.551)	(5.584.688)	(2.010.543)	(4.097.432)
Carteira de livre movimentação	(19.091)	(19.740)	-	-
Total	**(4.848.599)**	**(10.314.235)**	**(3.729.076)**	**(7.333.913)**

Descrição	CONSOLIDADO			
	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Carteira própria	(2.467.032)	(4.704.234)	(1.716.336)	(3.232.233)
Carteira de terceiros	(2.359.551)	(5.584.688)	(2.010.543)	(4.097.432)
Carteira de livre movimentação	(19.091)	(19.740)	-	-
Total	**(4.845.674)**	**(10.308.662)**	**(3.726.879)**	**(7.329.665)**

Nota 16 – Recursos de aceites e emissões de títulos

(a) Recursos de letras

Depósitos	Indexador	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO						
		Vencimento				30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
		01 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias			
Letra hipotecária	IGP-M	-	-	-	615.874	615.874	622.177	583.604
Letra hipotecária	INPC	-	-	-	13.680	13.680	13.522	12.549
Letra hipotecária	TR	165	-	-	-	165	1.842	5.889
Letra imobiliária	IGP-M	-	-	-	9.401	9.401	9.011	8.911
Letra imobiliária	CDI	9.766.338	11.112.734	23.681.405	60.549.484	105.109.961	86.641.772	66.528.396
Letra financeira	CDI	2.462.743	3.496.118	11.367.462	23.626.130	40.952.453	37.075.325	31.935.765
Letra financeira	IPCA	-	-	-	902.242	902.242	800.129	698.399
Letra de crédito do agronegócio	CDI	201.507	386.475	285.339	1.151.840	2.025.161	1.807.449	2.348.265
Total		**12.430.753**	**14.995.327**	**35.334.206**	**86.868.651**	**149.628.937**	**126.971.227**	**102.121.778**
Passivo circulante						62.760.287	45.743.859	43.202.167
Passivo não circulante						86.868.650	81.227.368	58.919.611

(b) Despesas com recursos de letras

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Letras imobiliárias	(2.742.417)	(5.087.176)	(1.399.256)	(2.572.284)
Letras hipotecárias	(30.732)	(59.714)	(16.321)	(46.968)
Letras financeiras	(1.338.451)	(2.498.136)	(813.726)	(1.469.478)
Letras de crédito do agronegócio	(57.139)	(103.851)	(57.636)	(116.056)
Total	**(4.168.739)**	**(7.748.877)**	**(2.286.939)**	**(4.204.786)**

(c) Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

A CAIXA realiza emissão de títulos no exterior com o objetivo de construir uma fonte alternativa de captar recursos de longo prazo para financiamento de suas operações ativas. Até 31/12/2014, foram realizadas cinco emissões internacionais, sendo 4 tranches seniores e 1 subordinada (Nota 18 (d1)), cujas características são apresentadas a seguir:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Título	Moeda	Valor emitido	Remun. a.a.	Data Captação	Vencim.	30/06/2015(1)	31/12/2014(1)	30/06/2014(1)
1ª série	US$	1.000.000.000	2,38%	nov/12	nov/17	3.118.305	2.519.469	2.195.882
2ª série	US$	500.000.000	3,50%	nov/12	nov/22	1.560.570	1.259.734	1.099.669
3ª série	US$	1.250.000.000	4,50%	out/13	out/18	3.917.126	3.424.702	2.759.542
4ª série	US$	1.300.000.000	4,25%	mai/14	mai/19	4.058.803	3.573.945	2.861.296
Total						**12.654.804**	**10.777.850**	**8.916.389**

(1) Valores em milhares de R$.

(d) Resultado com obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Marcação a mercado de TVM no Exterior	(101.311)	91.291	(49.964)	(136.294)
Juros e deságio com TVM no Exterior	(27.792)	(54.218)	-	-
Administrativas e tributárias	(129.565)	(315.616)	(83.686)	(153.994)
Total	**(258.668)**	**(278.543)**	**(133.650)**	**(290.288)**

Nota 17 – Obrigações por empréstimos e repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Repasses no País	**190.733.182**	**177.431.598**	**174.117.365**
FGTS	156.491.749	145.033.444	144.834.457
BNDES	31.367.136	29.705.446	27.177.956
Tesouro Nacional – PIS	710.376	780.580	719.689
Outras instituições	2.163.921	1.912.128	1.385.263
Empréstimos no Exterior	**9.697.669**	**5.450.039**	**3.476.597**
Tomados junto a instituições financeiras no Exterior	3.505.252	2.020.285	1.069.064
Demais linhas de crédito	6.192.417	3.429.754	2.407.533
Total de obrigações por empréstimos e repasses	**200.430.851**	**182.881.637**	**177.593.962**
Passivo circulante	8.334.616	7.009.426	3.843.882
Passivo não circulante	192.096.235	175.872.211	173.750.080

(a) Repasses no País

Compostos, principalmente, por recursos repassados pelo FGTS para aplicação em operações de infraestrutura, desenvolvimento urbano e crédito imobiliário, estão sujeitos à atualização monetária, de acordo com a variação da Taxa Referencial (TR), e à incidência de juros médios de 6,17% ao ano. O prazo médio para o vencimento das operações é de 8 anos.

(b) Empréstimos no Exterior

O saldo dos empréstimos no Exterior é composto, substancialmente, por empréstimos tomados junto a instituições financeiras no Exterior sujeitos a juros de até 2,4050% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, com vencimentos até 2017. Os demais recursos tomados no Exterior referem-se à captação de linhas de crédito, sujeitos a taxa de juros de até 1,6243% ao ano e à variação cambial da moeda a que estão vinculados, substancialmente atreladas ao dólar dos Estados Unidos, com vencimentos até 2016.

(c) Despesas com obrigações por empréstimos/repasses

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FGTS	(2.922.086)	(5.554.626)	(2.255.472)	(4.502.801)
BNDES	(449.060)	(880.942)	(456.470)	(800.653)
Tesouro nacional – PIS	(12.681)	(25.356)	(12.148)	(22.955)
Empréstimos no Exterior	(197.822)	(699.987)	(22.190)	(69.013)
Fundo Marinha Mercante	(119.142)	(380.895)	(7.037)	(27.829)
Outras instituições	(15.223)	(33.284)	(12.159)	(27.035)
Total	**(3.716.014)**	**(7.575.090)**	**(2.765.476)**	**(5.450.286)**

Nota 18 – Outras obrigações

(a) Composição

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014 (Nota 3 (t))	30/06/2014 (Nota 3 (t))
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.480.557	342.885	1.148.924
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	264.984	342.662	91.940
Sociais e estatutárias	1.242.557	1.874.197	1.087.190
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	1.976.463	1.894.466	1.750.996
Negociação e intermediação de valores	117.016	70.597	6.790
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	9.554.544	10.107.859	8.455.446
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	988.282	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	56.641.900	56.045.163	48.777.493
Diversas (Nota 18 (e))	51.946.598	51.211.749	43.227.162
Total	**124.212.901**	**123.790.214**	**104.545.941**
Passivo circulante	52.137.193	58.628.176	56.464.594
Passivo não circulante	72.075.708	65.162.038	48.081.347

CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Cobrança e arrecadações de tributos e assemelhados	1.480.557	342.884	1.148.924
Carteira de câmbio (Nota 9 (c))	264.984	342.662	91.940
Sociais e estatutárias	1.652.623	1.874.197	1.087.191
Fiscais e previdenciárias (Nota 18 (b))	2.366.459	2.188.492	2.056.805
Negociação e intermediação de valores	117.016	70.597	6.790
Recursos para destinação específica (Nota 18 (c))	9.554.544	10.107.859	8.455.446
Instrumentos híbridos de capital e dívida (Notas 18 (d))	988.282	1.900.636	-
Instrumentos de dívida elegíveis a capital (Nota 18 (d))	20.555.334	20.177.205	40.777.493
Diversas (Nota 18 (e))	51.947.205	51.219.349	43.227.627
Total	**88.927.004**	**88.223.881**	**96.852.216**
Passivo circulante	52.937.862	58.929.801	56.770.869
Passivo não circulante	35.989.142	29.294.080	40.081.347

(b) Fiscais e previdenciárias

INDIVIDUAL			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Tributos sobre salários a recolher	407.846	420.826	378.243
Tributos sobre serviços a recolher	280.620	244.495	263.522
Tributos sobre lucros a recolher	365.831	260.452	295.221
Imposto de renda	6	89.502	62.446
Contribuição social	-	38.627	31.756
COFINS	330.438	113.878	172.985
PASEP	35.387	18.445	28.034
Tributos diferidos	766.722	804.729	634.165
Reavaliação – edificações	136.665	144.104	149.808
Ajustes ao valor de mercado – títulos disponíveis para venda	86.009	-	-
Contratos futuros	521.445	627.790	244.905
Benefícios pós-emprego	-	-	116.805
Tarifas a receber da União	22.603	32.835	40.711
Outros	-	-	81.936
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	155.444	163.964	179.845
Total	**1.976.463**	**1.894.466**	**1.750.996**
Passivo circulante	1.839.797	1.750.362	1.601.188
Passivo não circulante	136.666	144.104	149.808

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Tributos sobre salários a recolher	407.846	420.826	378.243
Tributos sobre serviços a recolher	280.620	244.495	263.522
Tributos sobre lucros a recolher	403.448	280.632	299.623
Imposto de renda	27.291	98.780	65.681
Contribuição social	9.811	43.032	32.923
COFINS	330.866	119.216	172.985
PASEP	35.480	19.604	28.034
Tributos diferidos	1.119.101	1.078.575	935.572
Reavaliação – edificações	136.665	144.104	149.808
Ajustes ao valor mercado – títulos disponíveis p/ venda	438.388	273.846	301.405
Contratos futuros	521.445	627.790	244.905
Benefícios pós-emprego	-	-	116.805
Tarifas a receber da União	22.603	32.835	40.711
Outros	-	-	81.938
Prov. riscos fiscais (Nota 30)	155.444	163.964	179.845
Total	**2.366.459**	**2.188.492**	**2.056.805**
Passivo circulante	2.229.793	2.044.388	1.906.997
Passivo não circulante	136.666	144.104	149.808

(c) Recursos para destinação específica

Referem-se às obrigações decorrentes de recursos de operações relacionadas com loterias, obrigações decorrentes de recursos de fundos e programas sociais geridos pela CAIXA e recursos de fundos ou programas especiais alimentados com recursos do Governo ou entidades públicas, administrados pela CAIXA.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Fundos e programas sociais	7.638.044	8.074.813	7.064.038
FGTS	3.641.168	4.100.400	3.289.287
Minha Casa Minha Vida	3.456.762	2.876.925	2.685.359
Programa de Subsídio à Habitação (PSH)	291.534	281.990	274.302
Programas de transferência de renda	140.929	140.812	172.568
Outros fundos e programas	107.651	674.686	642.522
Fundos financeiros e de desenvolvimento	1.025.140	549.281	634.644
PIS	842.089	497.803	633.233
FAT	181.624	50.060	-
FINSOCIAL	1.427	1.418	1.411
Operações com loterias	891.360	1.483.765	756.764
Total	**9.554.544**	**10.107.859**	**8.455.446**

(d) Instrumentos de Dívida elegíveis a capital

(d.1) Instrumentos Financeiros Subordinados – Nível II

A CAIXA possui 18 Instrumentos Financeiros Subordinados – IFS autorizados a compor o Nível II do Patrimônio de Referência – PR, sendo 05 Instrumentos de Dívida Subordinada – IDS, 12 Letras Financeiras Subordinadas – LFS e 01 Nota Subordinada – NS no Exterior, conforme detalhamento nos itens subsequentes.

O valor total captado por meio destes IFS compõe o capital da instituição, refletindo positivamente no Patrimônio de Referência – PR, na Margem Operacional, no Índice de Basileia, além de outros indicadores como, por exemplo, o de imobilização e endividamento do setor público.

Instrumento de Dívida Subordinada – IDS

A CAIXA possui 05 instrumentos de dívida subordinada autorizados pelo Banco Central do Brasil na composição do Nível II do PR, em acordo com o disposto na Resolução CMN nº 4.192/13, contratados com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS nos anos de 2005, 2011, 2012 e 2014.

O Conselho Curador do FGTS aprovou, por meio da Resolução CCFGTS nº 748/14 de 5 de junho de 2014, proposta de contratação de instrumentos de dívida subordinada entre a CAIXA e o FGTS no valor de até R$ 10.000.000 (dez bilhões de reais), em tranches de acordo com a expectativa de contratação de novas operações com recursos do FGTS.

Em 2014 a CAIXA e o FGTS assinaram 02 contratos referentes a primeira e segunda tranches, no valor total de R$ 7.000.000 (sete bilhões de reais).

Sobre o valor total das dívidas incide atualização monetária, mediante a aplicação de coeficiente de atualização idêntico ao utilizado para a remuneração das contas vinculadas do FGTS e juros capitalizados mensalmente.

Letras Financeiras Subordinadas – LFS

Ao longo do primeiro semestre de 2015, a CAIXA captou R$ 6.000 em um total de 05 Letras Financeiras Subordinadas no mercado local. A CAIXA possui 12 LFS no valor de face total de R$ 234.900, todas consideradas elegíveis ao Nível II do PR pelo BACEN.

Nota Subordinada – NS

A CAIXA captou com sucesso US$ 500.000 (quinhentos milhões de dólares) no mercado internacional, no dia 16/07/2014, por meio da emissão de bônus subordinados elegíveis a compor o capital de Nível II sob as regras de Basileia III. Os títulos emitidos possuem prazo de 10 anos, com possibilidade de resgate *(call)* no 5º ano e uma taxa de retorno de 7,25% ao ano.

Esta transação foi a primeira emissão de capital Nível II de acordo com as regras de Basileia III realizada por um banco brasileiro e a quinta transação da CAIXA no mercado de capitais internacional. As Notas possuem *reset* de cupom após o 5º ano e cláusula de "absorção de perdas" com eventual *write off* de principal e juros. Ou seja, as notas podem ser baixadas permanentemente em um montante pelo menos igual ao montante contabilizado como capital Nível II nas seguintes hipóteses: (i) Capital Principal inferior a 4,5%, (ii) Execução de um compromisso de fazer um aporte de capital emergencial na Emissora, (iii) Determinação pelo Banco Central do Brasil de não viabilidade do banco.

Em outubro de 2014 o BACEN considerou a NS elegível. Assim, a partir de outubro de 2014 o instrumento passou a compor o Nível II do Patrimônio de Referência da CAIXA.

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
Vencimento	**Rem. a.a.**	**Data captação**	**Valor emitido**	**Atualização monetária e juros**	**Amort.**	**Saldo devedor 30/06/2015**	**Saldo devedor 31/12/2014**	**Saldo devedor 30/06/2014**
Obrigações de Empréstimos – Recursos do FGTS								
fev/2020	6,30%	out/05	3.439.717	2.540.824	(1.976.561)	4.003.980	4.404.309	4.806.384
abr/2026	6,00%	ago/11	3.000.000	842.073	-	3.842.073	3.708.587	3.583.539
jul/2032	5,08%	jun/12	3.000.000	542.304	-	3.542.304	3.434.019	3.332.681
dez/2033	5,15%	out/14	3.000.000	134.178	-	3.134.178	3.007.518	-
fev/2038	4,80%	dez/14	4.000.000	130.529	-	4.130.529	4.000.000	-
Letra Financeira Elegível – Nível II								
jun/2020	110%CDI	jun/14	10.000	1.398	-	11.398	10.699	10.081
jul/2019	110%CDI	jul/14	17.400	2.255	-	19.655	18.451	-
dez/2021	110%CDI	dez/14	1.500	112	-	1.612	1.513	-
jun/2024	100%IPCA	jun/14	200.000	34.111	-	234.111	213.388	201.786
fev/2025	100% IPCA + 6,74%	fev/15	1.200	81	-	1.281	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,65%	fev/15	1.200	77	-	1.277	-	-
fev/2025	100% IPCA + 6,58%	fev/15	2.400	171	-	2.571	-	-
mar/2025	100% IPCA + 6,45%	mar/15	1.200	75	-	1.275	-	-
TVM no Exterior Elegível – Nível II								
jul/2024	7,25%	jul/14	1.106.450	522.640	-	1.629.090	1.378.721	-
Total			**17.781.067**	**4.750.828**	**(1.976.561)**	**20.555.334**	**20.177.205**	**11.934.471**

Informações adicionais sobre os Instrumentos Financeiros Subordinados estão disponíveis no Relatório de Gerenciamento de Riscos e Capital – Pilar 3, em: www.caixa.gov.br, menu "Sobre a CAIXA".

(d.2) Instrumentos híbridos de capital e dívida

O Nível I do Patrimônio de Referência é dividido em Capital Principal e Capital Complementar.

A CAIXA possui 06 Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD autorizados a compor o seu Capital Principal e não tem instrumentos subordinados contratados com características de Capital Complementar.

A União foi autorizada, por meio da Medida Provisória nº 347, de 22 de janeiro de 2007, a conceder crédito à CAIXA no valor de R$ 5.200.000 em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como IHCD. A concessão foi formalizada em 24 de maio de 2007, por meio de contrato particular nº 348 celebrado entre a União e a CAIXA.

Em 13 de outubro de 2009, por meio da Medida Provisória nº 470, uma nova contratação de

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R$ 6.800.000 e R$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R$ 3.000.000 e nº 869 de R$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina a reclassificação dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal para o Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Composição dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

INDIVIDUAL			
Discriminação	**30/06/2015 (Nota 3 (t))**	**31/12/2014 (Nota 3 (t))**	**30/06/2014 (Nota 3 (t))**
IHCD – elegíveis a capital principal (1)	36.086.566	35.867.958	36.744.579
Contrato 348	7.411.895	7.303.701	7.672.071
Contrato 504	7.564.073	7.453.659	7.800.581
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	6.883.676
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	6.388.251
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
IHCD – não elegíveis a capital principal (2)	988.282	1.900.636	98.443
Total	**37.074.848**	**37.768.594**	**36.843.022**

CONSOLIDADO			
Discriminação	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
IHCD – elegíveis a capital principal[1]	-	-	28.744.579
Contrato 348	-	-	7.672.071
Contrato 504	-	-	7.800.581
Contrato 752	-	-	6.883.676
Contrato 754	-	-	6.388.251
Contratos 868 e 869	-	-	-
IHCD – não elegíveis a capital principal[2]	988.282	1.900.636	98.443
Total	**988.282**	**1.900.636**	**28.843.022**

[1] Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas – Nota 19 (a).

[2] Composto por Juros Remuneratórios a pagar e Atualização Monetária não incorporada.

(e) Diversas

INDIVIDUAL			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	16.397.054	11.665.078	7.636.950
Saúde CAIXA	12.097.849	9.346.949	6.646.187
Auxílio e cesta alimentação	1.055.997	861.147	757.123
Planos de benefícios – Previdência privada	3.243.208	1.456.982	233.640
Provisões para pagamentos a efetuar	4.596.447	4.098.673	4.320.780
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	13.814.308	15.289.661	13.491.032
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	3.314.772	2.836.810	3.211.582
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	2.638.349	2.575.029	2.675.840
Provisões para causas judiciais – outras (Nota 30)	-	-	1.995
Financiamentos imobiliários a liberar	4.657.126	7.926.702	6.939.189
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	1.263	60.531	169.755
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	5.000.297	5.496.219	4.016.575
Obrigações por convênios	618.988	622.597	247.714
Obrigações por contribuições ao SFH	70.228	67.681	71.200
Recursos do FGTS para amortizações	587.388	450.660	381.629
Valores a pagar a sociedades ligadas	236.471	122.019	62.778
Credores diversos Exterior	13.907	89	143
Total	**51.946.598**	**51.211.749**	**43.227.162**

CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	16.397.054	11.665.078	7.636.950
Saúde CAIXA	12.097.849	9.346.949	6.646.187
Auxílio e cesta alimentação	1.055.997	861.147	757.123
Planos de benefícios – Previdência privada	3.243.208	1.456.982	233.640
Provisões para pagamentos a efetuar	4.597.054	4.099.103	4.321.245
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	13.814.308	15.289.661	13.491.032
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	3.314.772	2.836.810	3.211.582
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	2.638.349	2.575.029	2.675.840
Provisões para causas judiciais – outras (Nota 30)	-	-	1.995
Financiamentos imobiliários a liberar	4.657.126	7.926.702	6.939.189
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	1.263	60.531	169.755
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	5.000.297	5.496.219	4.016.575
Obrigações por convênios	618.988	622.597	247.714
Obrigações por contribuições ao SFH	70.228	67.681	71.200
Recursos do FGTS para amortizações	587.388	450.660	381.629
Valores a pagar a sociedades ligadas	236.471	129.189	62.778
Credores diversos Exterior	13.907	89	143
Total	**51.947.205**	**51.219.349**	**43.227.627**

[1] Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

[2] Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

(f) Credores diversos – País

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Cartões de crédito	6.658.538	7.328.476	6.305.828
Empresa Gestora de Ativos (EMGEA)[1]	34.168	59.256	60.880
Fornecedores	894.817	885.967	992.934
Aquisição de folhas de pagamento – valores a liberar	505.490	536.121	529.140
Crédito comercial – repasses	125.165	153.984	110.470
Crédito imobiliário – repasses	688.240	961.460	752.921
Obrigações com a União – repasses	43.518	41.607	39.806
Outros credores – poupança simplificada	500.178	500.195	499.799
Contas a pagar	206.678	158.468	1.124.012
Fundo Garantidor de Créditos – FGC	57.068	54.695	47.467
Valores a restituir – penhor	96.279	144.601	143.315
Valores a apropriar[2]	3.731.644	4.152.811	2.521.193
Outros credores diversos	272.525	312.020	363.267
Total	**13.814.308**	**15.289.661**	**13.491.032**

[1] EMGEA: referem-se aos valores financeiros de prestação de contas das arrecadações e contratos recebidos.

[2] Passivos classificados em contas transitórias, principalmente, arrecadações de empréstimos comerciais e financiamentos habitacionais.

Nota 19 – Patrimônio líquido

(a) Reconciliação do Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL x CONSOLIDADO

Descrição	30/06/2015 Nota 3 (t))	31/12/2014 Nota 3 (t))	30/06/2014 Nota 3 (t))
Patrimônio Líquido – INDIVIDUAL	**26.436.920**	**26.222.765**	**28.244.519**
IHCD – Elegíveis a Capital	36.086.566	35.867.958	8.000.000
Patrimônio Líquido – CONSOLIDADO	**62.523.486**	**62.090.723**	**36.244.519**

O artigo 16 da Resolução CMN nº 4.192/13 autoriza instituições financeiras públicas federais a comporem seu Nível I – Capital Principal com elementos patrimoniais, instrumentos financeiros subordinados, desde que atendam requisitos elencados na norma como, por exemplo, possuir remuneração integralmente variável, características de perpetuidade e de absorção de perdas durante o funcionamento das atividades *(going-concern)*.

Essa norma determina, ainda, que os instrumentos que atendam às características de Capital Principal devem ser reclassificados como patrimônio líquido para fins de divulgação das demonstrações contábeis consolidadas. Dessa forma, todos os Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida da CAIXA, classificados como Capital Principal, compõem o Patrimônio Líquido da CAIXA para fins de evidenciação das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Para fins de composição do Patrimônio de Referência, considera-se apenas o valor de face dos contratos somado à Atualização Monetária incorporada de exercícios anteriores. Tendo em vista que os contratos possuem cláusulas de remuneração integralmente variáveis, a atualização monetária é incorporada anualmente, após o pagamento dos juros atinentes ao exercício anterior. Em abril de 2015, houve pagamento dos juros dos IHCD e incorporação da atualização monetária referentes ao exercício de 2014.

A tabela a seguir apresenta a posição dos contratos, classificados como Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Contrato 348	7.411.895	7.303.701	-
Contrato 504	7.564.073	7.453.659	-
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	-
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	-
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
Total	**36.086.566**	**35.867.958**	**8.000.000**

(b) Capital social

O Decreto nº 7.973 da Presidência da República, de 28 de março de 2013, aprovou o Estatuto da CAIXA. Em seu artigo 7º instituiu o Capital Social no montante de R$ 22.054.802, exclusivamente integralizado pela União Federal.

(c) Enquadramento nos níveis exigidos pela Resolução CMN nº 2.099/1994 (Acordo de Basileia)

Conforme determinações da Resolução CMN nº 2.099/1994 e regulamentações posteriores, que estabelecem os níveis mínimos de patrimônio de referência para as instituições financeiras, com base nos volumes de suas operações, a CAIXA apresenta índice de 13,99% (Nota 33), sendo o mínimo exigido no Brasil de 11%.

(d) Reservas de reavaliação e de lucros

As reservas de lucros são constituídas por reserva legal, calculada à base de 5% sobre o lucro líquido, reserva de loterias e reserva de margem operacional.

As reservas de loterias são constituídas por 100% do resultado da administração das loterias federais que couberem à CAIXA como executora destes serviços públicos para incorporação ao seu patrimônio líquido, depois de deduzida a parcela apropriada ao Fundo para Desenvolvimento de Loterias. O Fundo para Desenvolvimento de Loterias tem por objeto fazer face a investimentos necessários à modernização das loterias e a dispêndios com sua divulgação e publicidade, nos termos da legislação específica, vedada sua aplicação no custeio de despesas correntes.

A reserva de margem operacional destinada à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da CAIXA é constituída mediante justificativa do percentual considerado de até 100% do saldo do lucro líquido deduzido da destinação para reserva legal, para reservas de lucros a realizar, para reservas para contingências, para reserva de incentivos fiscais e para pagamento mínimo (25% do lucro líquido ajustado) de dividendos e juros sobre capital próprio, até o limite de oitenta por cento do capital social.

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Reservas de reavaliação	400.031	408.392	388.622
Reservas de lucros	6.221.877	6.873.097	3.884.084
Reserva legal	2.465.156	2.325.326	2.174.969
Reserva estatutária – loterias	2.411.955	2.159.653	1.709.115
Reservas margem operacional	1.344.766	2.388.118	-

(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio

São assegurados dividendos sobre o lucro líquido ajustado de no mínimo 25%, após apuração de resultado do período.

Para efeito do cálculo da obrigação com dividendos são computados os juros sobre o capital próprio, calculado pela remuneração da TJLP do período sobre o patrimônio líquido ajustado, limitado a 50% do lucro líquido do período. O total dos juros sobre o capital próprio perfaz um montante de R$ 816.147(30/06/2014 – 654.268) e proporcionou uma redução na despesa com encargos tributários de IR e CSLL no montante de R$ 326.459 até 30/06/2015 (R$ 261.707 até 30/06/2014).

Em 2015, foi repassado à União o montante de R$ R$ 1.072.774 (R$ 29.421 correspondente à atualização monetária) a título de dividendos complementares do exercício de 2014.

Nota 20 – Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL)

(a) Créditos tributários

A rubrica "créditos tributários" possui como valores relevantes:

- créditos de CSLL, referentes aos períodos de apuração encerrados até dezembro de 1998, constituídos à alíquota de 18%, tendo como base o art. 8º da Medida Provisória nº 2.158-35/2001;
- créditos de IRPJ, decorrentes de prejuízos fiscais imprescritíveis acumulados e diferenças temporárias, à alíquota de 25%;
- créditos de CSLL originários de base de cálculo negativa e diferenças temporárias apuradas a partir de 1999, à alíquota de 15%; e
- créditos de PASEP e COFINS de diferenças temporárias decorrentes de ajuste a valor de mercado de operações com títulos e valores mobiliários.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A CAIXA realiza, semestralmente, estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo, atualizados para 30/06/2015 estão representados a seguir:

VALOR CONTÁBIL				
Ano de Realização	Prejuízo Fiscal	Crédito a 18% – 1998	Diferença Temporal	TOTAL
2015	133.318	12.036	13.568.975	13.714.329
2016	65.550	-	5.901.323	5.966.873
2017	186.216	-	1.083.642	1.269.858
2018	305.526	-	667.334	972.860
2019	461.776	-	615.056	1.076.832
2020	221.324	-	622.624	843.948
2021 a 2024	-	-	5.252.145	5.252.145
Total	**1.373.710**	**12.036**	**27.711.099**	**29.096.845**
Valor Presente	1.020.773	10.902	21.998.402	23.030.077

Créditos Tributários									
Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014 (Nota 3 (t))		
	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Diferenças temporárias:	**15.522.594**	**9.117.460**	**24.640.054**	**13.255.440**	**7.757.169**	**21.012.609**	**11.822.795**	**6.890.054**	**18.712.849**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	9.741.450	5.680.718	15.422.168	8.686.523	5.078.505	13.765.028	7.791.631	4.510.827	12.302.458
Passivos atuariais	2.011.395	1.206.837	3.218.232	1.420.024	852.015	2.272.039	1.210.641	726.385	1.937.026
Provisões trabalhistas	828.693	497.216	1.325.909	709.202	425.521	1.134.723	802.896	481.737	1.284.633
Provisões cíveis	721.844	433.106	1.154.950	703.304	421.982	1.125.286	725.891	435.535	1.161.426
Despesas de captação não Incorridas – IHCD	247.070	148.242	395.312	-	-	-	243.766	146.260	390.026
Provisão para perdas – FCVS a receber	491.372	294.823	786.195	481.141	288.685	769.826	-	-	-
Ajuste a VR de mercado de títulos p/ negociação	468.916	281.350	750.266	409.154	245.493	654.647	28.044	128.026	156.070
Provisão p/ desvalorização de bens não de uso	9.132	5.479	14.611	8.106	4.864	12.970	7.593	4.556	12.149
Provisões fiscais	29.309	17.586	46.895	31.130	18.678	49.808	32.592	19.555	52.147
Outros	973.413	552.103	1.525.516	806.856	421.426	1.228.282	979.741	437.173	1.416.914
Prejuízo fiscal e base negativa de CSLL:	**1.373.710**	**12.036**	**1.385.746**	**1.556.090**	**123.941**	**1.680.031**	**1.563.523**	**127.607**	**1.691.130**
Prejuízo fiscal a realizar	1.373.710	-	1.373.710	1.556.090	-	1.556.090	1.563.523	-	1.563.523
Crédito de CSLL a 18% a realizar	-	12.036	12.036	-	123.941	123.941	-	127.607	127.607
Total dos créditos com impacto no resultado	**16.896.304**	**9.129.496**	**26.025.800**	**14.811.530**	**7.881.110**	**22.692.640**	**13.386.318**	**7.017.661**	**20.403.979**
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	-	-	-	603.445	362.067	965.512	317.891	190.734	508.625
Perdas atuariais CPC 33	1.835.326	1.101.195	2.936.521	836.243	501.747	1.337.990	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido	**1.835.326**	**1.101.195**	**2.936.521**	**1.439.688**	**863.814**	**2.303.502**	**317.891**	**190.734**	**508.625**
Total dos créditos tributários	**18.731.630**	**10.230.691**	**28.962.321**	**16.251.218**	**8.744.924**	**24.996.142**	**13.704.209**	**7.208.395**	**20.912.604**
Total dos créditos não constituídos	**571.578**	**368.201**	**939.779**	**995.283**	**590.955**	**1.586.238**	**1.679.121**	**993.808**	**2.672.929**

(1) Os créditos tributários de IRPJ e de CSLL possuem informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Outros" que apresenta o montante de R$ 1.525.569 (31/12/2014 – R$ 1.228.320; 30/06/2014 – R$ 1.416.951) na demonstração consolidada.

Créditos Tributários									
Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total	PASEP	COFINS	Total
Total dos créditos com impacto no resultado	**18.805**	**115.719**	**134.524**	**10.584**	**65.131**	**75.715**	**11.392**	**70.101**	**81.493**
Ajuste a mercado	12.381	76.188	88.569	10.584	65.131	75.715	11.392	70.101	81.493
Despesas de captação não incorridas – IHCD	6.424	39.531	45.955	-	-	-	-	-	-
Total dos créditos com impacto no patrimônio líquido	**-**	**-**	**-**	**16.455**	**101.260**	**117.715**	**8.668**	**53.344**	**62.012**
Ajuste a valor de mercado títulos disponíveis para venda	-	-	-	16.455	101.260	117.715	8.668	53.344	62.012
Total	**18.805**	**115.719**	**134.524**	**27.039**	**166.391**	**193.430**	**20.060**	**123.445**	**143.505**

(b) Movimentação do crédito tributário

Movimentação do Crédito Tributário			
Descrição	Valor Bruto	Provisão	Total
Saldo em 31/12/2014	**26.775.810**	**(1.586.238)**	**25.189.572**
Constituição de diferenças temporárias no período	3.627.446	-	3.627.446
Reversão de provisão	(646.459)	646.459	-
Constituição PASEP/COFINS	58.809	-	58.809
Constituição sobre títulos disponíveis para venda	(1.083.226)	-	(1.083.226)
Const. créd. tributário perda atuarial CPC 33	1.598.530	-	1.598.530
Realização do crédito tributário IRPJ	(182.380)	-	(182.380)
Baixa de crédito tributário – Ano 2002 MP 2.158-35/01	(111.906)	-	(111.906)
Saldo em 30/06/2015	**30.036.624**	**(939.779)**	**29.096.845**
Saldo em 30/06/2014	**23.729.038**	**(2.672.929)**	**21.056.109**

(1) A demonstração da movimentação do crédito tributário possui informações coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Constituição de diferenças temporárias no período" que apresenta o montante de R$ 3.627.461 na demonstração consolidada.

(c) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

INDIVIDUAL								
Descrição	2015				2014			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	**159.803**	**159.803**	**459.817**	**459.817**	**1.511.914**	**1.511.914**	**3.451.818**	**3.451.818**
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(39.944)	(23.971)	(114.942)	(68.973)	(377.972)	(226.787)	(862.942)	(517.773)
Efeitos tributários adições e exclusões	(252.661)	(159.679)	(754.048)	(463.421)	(211.167)	(126.705)	(326.731)	(196.094)
Juros sobre o capital próprio	104.595	62.757	204.037	122.422	101.077	60.646	188.177	112.907
Participação dos empregados nos lucros	61.076	36.646	108.743	65.246	27.356	16.414	87.949	52.770
Ativo fiscal diferido – realização de PF e BN	38.083	25.274	166.867	103.418	138.214	136.703	274.068	275.300
Incentivo fiscal	9.364	-	26.588	-	16.619	-	33.755	-
Reserva de reavaliação	1.712	1.027	3.080	1.848	2.627	1.576	4.013	2.407
Despesa corrente	**(77.775)**	**(57.946)**	**(359.675)**	**(239.460)**	**(303.246)**	**(138.153)**	**(601.711)**	**(270.483)**
Ajuste reprocessamento	-	-	(34.513)	(22.538)	-	-	-	-
Total despesa corrente	**(77.775)**	**(57.946)**	**(394.188)**	**(261.998)**	**(303.246)**	**(138.153)**	**(601.711)**	**(270.483)**
Ativo fiscal diferido	**1.091.975**	**652.761**	**2.084.773**	**1.248.386**	**412.469**	**195.295**	**494.443**	**187.395**
Diferenças temporárias	1.130.058	678.035	2.267.153	1.360.292	550.683	331.998	768.511	462.694
Prejuízo fiscal / base negativa de CSLL	(38.083)	-	(166.867)	-	(138.214)	(76.819)	(274.068)	(158.346)
Realização de PF – ajuste de reprocessamento	-	-	(15.513)	-	-	-	-	-
CSLL a 18%	-	(25.274)	-	(103.418)	-	(59.884)	-	(116.953)
Realização de BN a 18% – ajuste de reprocessamento	-	-	-	(8.488)	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	**61.149**	**36.689**	**59.242**	**35.545**	**193.961**	**116.376**	**299.877**	**179.925**
Despesa diferida/marcação a mercado	61.149	36.689	59.242	35.545	193.961	116.376	299.877	179.925
Imposto de renda e contribuição social do período	**1.075.349**	**631.504**	**1.749.827**	**1.021.933**	**303.184**	**173.518**	**192.609**	**96.837**

CONSOLIDADO								
Descrição	2015				2014			
	2º trimestre		1º semestre		2º trimestre		1º semestre	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos tributos e participações	**500.275**	**500.275**	**1.183.509**	**1.183.509**	**1.514.102**	**1.514.102**	**3.456.214**	**3.456.214**
Encargo IRPJ (25%) E CSLL (15%)	(125.068)	(75.041)	(295.871)	(177.526)	(378.520)	(227.115)	(864.042)	(518.432)
Efeitos tributários adições e exclusões	(195.460)	(125.355)	(688.320)	(413.377)	(173.710)	(104.230)	(249.543)	(149.781)
Juros sobre o capital próprio	11.093	6.655	204.037	122.422	101.077	(69.574)	188.178	112.906
Participação dos empregados nos lucros	61.076	36.646	108.743	65.246	27.356	(106.726)	87.949	52.770
Ativo fiscal diferido – realização de PF e BN	38.083	25.274	166.867	103.418	138.214	93.621	274.068	275.300
Incentivo fiscal	9.364	-	26.588	-	16.619	-	33.755	-
Reserva de reavaliação	1.712	1027	3.080	1.848	2.628	(892)	4.013	2.408
Participação em coligadas e controladas	45.376	27.226	92.626	55.576	33.700	18.954	74.662	43.531
Outros	51.583	42.223	(15.388)	3.810	(44.607)	229.616	(96.914)	(147.426)
Despesa corrente	**(102.241)**	**(61.345)**	**(397.638)**	**(238.583)**	**(277.243)**	**(166.346)**	**(547.874)**	**(328.724)**
Ajuste reprocessamento	-	-	(34.513)	(22.538)	-	-	-	-
Total despesa corrente	**(102.241)**	**(61.345)**	**(432.151)**	**(261.121)**	**(277.243)**	**(166.346)**	**(547.874)**	**(328.724)**
Ativo fiscal diferido	**1.091.979**	**652.763**	**2.084.783**	**1.248.390**	**412.471**	**195.295**	**494.449**	**187.397**
Diferenças temporárias	1.130.062	678.037	2.267.163	1.360.296	550.685	331.998	768.517	462.696
Prejuízo fiscal / base negativa de CSLL	(38.083)	-	(166.867)	-	(138.214)	(76.819)	(274.068)	(158.346)
Realização de PF – ajuste de reprocessamento	-	-	(15.513)	-	-	-	-	-
CSLL a 18%	-	(25.274)	-	(103.418)	-	(59.884)	-	(116.953)
Realização de BN a 18% – ajuste de reprocessamento	-	-	-	(8.488)	-	-	-	-
Passivo fiscal diferido	**61.149**	**36.689**	**59.242**	**35.545**	**193.961**	**116.376**	**299.877**	**179.925**
Despesa diferida/marcação a mercado	61.149	36.689	59.242	35.545	193.961	116.376	299.877	179.925
Imposto de renda e contribuição social do período	**1.050.887**	**628.107**	**1.711.874**	**1.022.814**	**329.189**	**145.325**	**246.452**	**38.598**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 21 – Receitas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	21.174.095	40.759.197	15.949.635	30.429.462
Operações compromissadas	3.423.795	7.783.884	2.308.524	4.704.923
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.573.541	4.810.536	2.838.403	4.637.039
Ativos financeiros disponíveis para venda	421.720	747.542	517.046	805.108
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.741.585	3.621.581	1.385.718	2.859.460
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(371.461)	2.018.629	(849.949)	(892.471)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.139.079	4.109.439	1.780.500	3.431.948
Créditos vinculados ao SFH	568.081	1.031.273	421.894	810.735
Resultado de operações de câmbio	215.719	-	150.038	299.977
Outras	228.484	421.516	410.824	609.544
Total	**32.114.638**	**65.303.597**	**24.912.633**	**47.695.725**

CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Resultado de operação de crédito	21.174.095	40.759.197	15.949.635	30.429.462
Operações compromissadas	3.423.795	7.783.884	2.308.524	4.704.923
Ativos financeiros mantidos para negociação	2.573.541	4.810.536	2.838.403	4.637.039
Ativos financeiros disponíveis para venda	434.902	777.987	521.168	809.230
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.741.585	3.621.581	1.385.718	2.859.460
Resultado de instrumentos financeiros derivativos	(371.461)	2.018.629	(849.949)	(892.471)
Depósitos compulsórios junto ao Banco Central	2.139.079	4.109.439	1.780.500	3.431.948
Créditos vinculados ao SFH	568.081	1.031.273	421.894	810.735
Resultado de operações de câmbio	215.719	-	150.038	299.977
Outras	228.484	421.516	410.824	609.544
Total	**32.127.820**	**65.334.042**	**24.916.755**	**47.699.847**

Nota 22 – Despesas da intermediação financeira

INDIVIDUAL				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(12.275.841)	(23.287.784)	(8.412.254)	(16.221.257)
Operações com instituições financeiras	(65.920)	(132.368)	(65.994)	(108.879)
Operações compromissadas	(4.848.598)	(10.314.235)	(3.729.076)	(7.333.913)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.716.014)	(7.575.090)	(2.765.476)	(5.450.286)
Resultado com câmbio	-	(1.957.628)	-	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(331.075)	(646.988)	(269.400)	(521.255)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.555.473)	(9.582.927)	(3.951.453)	(6.429.669)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.370.809)	(1.517.406)	(88.824)	(181.208)
Total	**(27.163.730)**	**(55.014.426)**	**(19.282.477)**	**(36.246.467)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Operações com clientes	(12.261.253)	(23.264.890)	(8.402.763)	(16.205.202)
Operações com instituições financeiras	(65.920)	(132.368)	(65.994)	(108.879)
Operações compromissadas	(4.845.673)	(10.308.662)	(3.726.880)	(7.329.665)
Empréstimos, cessões e repasses	(3.716.014)	(7.575.090)	(2.765.476)	(5.450.286)
Resultado com câmbio	-	(1.957.628)	-	-
Depósitos especiais e fundos e programas	(331.075)	(646.988)	(269.400)	(521.255)
Provisões p/ créditos de liquidação duvidosa	(4.555.473)	(9.582.927)	(3.951.453)	(6.429.669)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros	(1.370.809)	(1.517.406)	(88.824)	(181.208)
Total	**(27.146.217)**	**(54.985.959)**	**(19.270.790)**	**(36.226.164)**

Nota 23 – Receitas de prestação de serviços e rendas de tarifas bancárias

a) Receitas de prestação de serviços

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Tesouro nacional e administração de fundos sociais	1.631.529	3.193.974	1.443.424	2.802.659
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1.085.410	2.143.666	964.411	1.903.467
Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)	32.397	63.949	29.636	57.338
Programa de Integração Social (PIS)	12.159	22.410	11.577	22.243
Loterias federais	326.779	594.386	287.447	568.964
Financiamento estudantil (FIES)	95.497	208.792	67.964	127.950
Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)	16.548	33.599	18.948	38.504
Repasses Secretaria do Tesouro Nacional (STN)	48.325	96.082	46.868	51.521
Seguro-desemprego	13.704	29.662	15.900	31.477
Outros	710	1.428	673	1.195
Rendas de cartões	382.869	762.740	382.524	731.030
Operações de crédito e garantias prestadas	485.552	980.594	455.052	839.964
Cobrança	171.293	334.615	157.500	312.785
Arrecadações	592.937	1.184.867	585.979	1.149.147
Fundos de investimentos e carteiras administradas	358.874	704.669	357.962	699.509
Conta-corrente	64.209	128.419	30.714	54.616
Programa de transferência de renda	85.035	170.045	91.850	183.021
Prestados a ligadas	160.539	309.119	136.378	286.113
Outros serviços	83.717	179.549	80.299	164.456
Total	**4.016.554**	**7.948.591**	**3.721.682**	**7.223.300**

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

b) Rendas de Tarifas Bancárias

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Rendas de cartões	152.545	306.404	113.744	213.265
Operações de crédito e cadastro	263.364	503.772	219.856	415.493
Pacote de serviços	449.028	852.042	332.954	669.294
Contas de depósito	105.195	209.564	83.080	164.629
Transferência de recursos	49.810	97.602	38.696	75.185
Outras	6.039	10.671	4.099	7.133
Total	**1.025.981**	**1.980.055**	**792.429**	**1.544.999**

Nota 24 – Despesas com pessoal

INDIVIDUAL

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(2.950.570)	(6.101.456)	(2.624.866)	(5.314.496)
Salários e proventos	(2.672.089)	(5.596.360)	(2.452.706)	(4.993.143)
Indenizações trabalhistas	(278.481)	(505.096)	(172.160)	(321.353)
Benefícios	(601.594)	(1.194.645)	(541.559)	(1.058.862)
Encargos sociais:	(1.085.859)	(2.247.101)	(1.032.847)	(2.065.495)
FGTS	(205.624)	(419.156)	(189.830)	(382.692)
Previdência social	(636.988)	(1.297.026)	(589.649)	(1.180.402)
Prev. complementar	(181.194)	(404.865)	(196.845)	(388.944)
Outros encargos	(62.053)	(126.054)	(56.523)	(113.457)
Outros	(42.455)	(80.009)	(46.029)	(90.658)
Total	**(4.680.478)**	**(9.623.211)**	**(4.245.301)**	**(8.529.511)**

CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Proventos	(2.951.080)	(6.102.425)	(2.625.270)	(5.315.246)
Salários e proventos	(2.672.599)	(5.597.329)	(2.453.110)	(4.993.893)
Indenizações trabalhistas	(278.481)	(505.096)	(172.160)	(321.353)
Benefícios	(601.594)	(1.194.645)	(541.559)	(1.058.862)
Encargos sociais:	(1.086.021)	(2.247.487)	(1.032.982)	(2.065.788)
FGTS	(205.662)	(419.242)	(189.855)	(382.745)
Previdência social	(637.096)	(1.297.260)	(589.716)	(1.180.548)
Prev. complementar	(181.198)	(404.906)	(196.880)	(389.022)
Outros encargos	(62.065)	(126.079)	(56.531)	(113.473)
Outros	(42.495)	(80.084)	(46.063)	(90.711)
Total	**(4.681.190)**	**(9.624.641)**	**(4.245.874)**	**(8.530.607)**

Nota 25 – Outras despesas administrativas

INDIVIDUAL

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(183.792)	(314.697)	(176.508)	(329.930)
Manutenção e conservação de bens	(233.741)	(439.741)	(212.653)	(440.263)
Água e energia	(117.116)	(223.484)	(88.397)	(163.630)
Aluguéis e arrendamento de bens	(361.176)	(732.787)	(330.183)	(651.119)
Despesas de material	(46.508)	(104.058)	(48.969)	(103.252)
Processamento de dados	(373.176)	(697.630)	(292.481)	(573.846)
Promoções e relações públicas	(92.722)	(182.386)	(103.426)	(167.258)
Propaganda e publicidade	(78.875)	(141.386)	(135.561)	(231.771)
Serviços do sistema financeiro	(128.687)	(248.864)	(100.445)	(201.427)
Serviços de terceiros	(412.378)	(832.237)	(383.307)	(782.464)
Serviços especializados	(171.427)	(330.774)	(158.062)	(318.150)
Serviços de vigilância e segurança	(192.076)	(390.529)	(227.279)	(446.298)
Amortização	(183.584)	(333.653)	(170.095)	(324.203)
Depreciação	(240.098)	(469.098)	(208.104)	(398.023)
Outras administrativas	(95.880)	(187.535)	(88.069)	(175.525)
Total	**(2.911.236)**	**(5.628.859)**	**(2.723.539)**	**(5.307.159)**

CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comunicações	(183.792)	(314.697)	(176.508)	(329.930)
Manutenção e conservação de bens	(233.741)	(439.741)	(212.653)	(440.263)
Água e energia	(117.116)	(223.484)	(88.397)	(163.630)
Aluguéis e arrendamento de bens	(361.176)	(732.787)	(330.183)	(651.119)
Despesas de material	(46.508)	(104.058)	(48.969)	(103.252)
Processamento de dados	(373.176)	(697.630)	(292.481)	(573.846)
Promoções e relações públicas	(92.722)	(182.386)	(103.426)	(167.258)
Propaganda e publicidade	(78.875)	(141.386)	(135.561)	(231.771)
Serviços do sistema financeiro	(128.687)	(248.864)	(100.445)	(201.427)
Serviços de terceiros	(412.378)	(832.237)	(383.307)	(782.464)
Serviços especializados	(171.757)	(332.319)	(158.328)	(319.041)
Serviços de vigilância e segurança	(192.076)	(390.529)	(227.279)	(446.298)
Amortização	(183.584)	(333.653)	(170.095)	(324.203)
Depreciação	(240.098)	(469.098)	(208.104)	(398.023)
Outras administrativas	(95.903)	(187.590)	(88.139)	(175.618)
Total	**(2.911.589)**	**(5.630.459)**	**(2.723.875)**	**(5.308.143)**

Nota 26 – Outras receitas operacionais

INDIVIDUAL

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações[1]	814.625	965.328	123.714	608.489
Comissões e taxas s/ operações – agente financ. FGTS	978.936	1.868.092	936.287	1.759.488
Recuperação de despesas	351.668	670.812	305.278	600.424
Reversão de outras provisões operacionais	448.716	934.671	434.745	948.135
Receitas de dividendos	2	608	6.561	6.561
Atualização de depósitos em garantia	208.178	407.298	164.126	329.039
Rendas de créditos específicos	21.104	39.732	15.913	30.994
Receita de deságio na aquisição de royalties	2.198	3.045	30.589	76.181
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS[2]	15.010	109.137	233.015	233.015
Atualização monetária sobre operações diversas[3]	834	123.548	279	501
Outras receitas operacionais	163.378	346.825	207.869	376.005
Total	**3.004.649**	**5.469.096**	**2.458.376**	**4.968.832**

CONSOLIDADO

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Comissões e taxas s/ operações[1]	814.625	965.328	123.714	608.489
Comissões e taxas s/ operações – agente financ. FGTS	978.936	1.868.092	936.287	1.759.488
Recuperação de despesas	349.741	667.031	303.747	597.380
Reversão de outras provisões operacionais	448.716	934.671	434.745	948.135
Receitas de dividendos	17.710	36.301	6.575	17.647
Atualização de depósitos em garantia	208.178	407.298	164.126	329.039
Rendas de créditos específicos	21.104	39.732	15.913	30.994
Receita de deságio na aquisição de royalties	2.198	3.045	30.589	76.181
Recuperação de despesas – PASEP/COFINS[2]	15.010	109.137	233.015	233.015
Atualização monetária sobre operações diversas (3)	834	123.548	279	501
Outras receitas operacionais	157.145	335.132	200.940	369.077
Total	**3.014.197**	**5.489.315**	**2.449.930**	**4.969.946**

[1] Variação apresentada no exercício de 2014 refere-se essencialmente à repactuação de contrato da CAIXA com a EMGEA;

[2] Recuperação de despesas com PASEP/COFINS decorrente da inclusão das despesas de juros com IHCD na base de cálculo, Lei nº 12.973/2014.

[3] Variação apresentada em 2015 refere-se essencialmente à atualização monetária de valores a receber pela prestação de serviços ao OGU.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100059

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Nota 27 – Outras despesas operacionais

INDIVIDUAL				
Descrição	2015		2014 (Nota 3 (t))	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FCVS a receber – provisão/ perdas	(57.583)	(107.493)	(96.512)	(192.804)
Obrigações com fundos e programas	(303.042)	(547.455)	(119.091)	(259.349)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	(238.197)	(809.332)	(527.517)	(1.002.456)
Despesas com cartão	(330.765)	(669.165)	(296.817)	(556.094)
Despesas com loterias	(56.650)	(112.898)	(54.731)	(99.287)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(565.080)	(1.147.926)	(534.961)	(1.022.496)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(125.028)	(253.049)	(124.371)	(246.505)
Serviços automatizados	(84.708)	(160.302)	(71.609)	(134.404)
Alavancagem de negócios	(130.040)	(247.307)	(96.044)	(174.802)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	-	(79.085)	(156.820)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(160.164)	(329.211)	(174.526)	(325.618)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(99.782)	(182.533)	(53.865)	(128.180)
Descontos de operações de crédito	(328.998)	(460.083)	(84.635)	(140.382)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(218.442)	(225.158)	(23.233)	(87.725)
Despesas com títulos emitidos no Exterior	(258.668)	(278.543)	(133.650)	(290.288)
Desp. provisões operacionais	(307.887)	(537.785)	(171.075)	(270.889)
Provisão para causas judiciais	(344.019)	(837.072)	(290.357)	(485.306)
Condenações judiciais	(23.366)	(31.528)	(72.374)	(103.148)
Benefícios sociais	(37.142)	(66.984)	(8.006)	(24.952)
Benefício pós-emprego	(369.318)	(738.636)	(209.648)	(419.296)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	(108.257)	(108.257)	-	-
Outras	(222.027)	(510.596)	(218.340)	(443.450)
Total	**(4.369.163)**	**(8.361.313)**	**(3.440.447)**	**(6.564.251)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
FCVS a receber – provisão/ perdas	(57.583)	(107.493)	(96.512)	(192.804)
Obrigações com fundos e programas	(303.042)	(547.455)	(119.091)	(259.349)
Inst. híbrido de capital e dívida – AM	74.415	(122.712)	(429.075)	(904.014)
Despesas com cartão	(330.765)	(669.165)	(296.817)	(556.094)
Despesas com loterias	(56.650)	(112.898)	(54.731)	(99.287)
Despesas com lotéricos e parceiros comerciais	(565.080)	(1.147.926)	(534.961)	(1.022.496)
FGTS – Arrecadação/pagamento	(125.028)	(253.049)	(124.371)	(246.505)
Serviços automatizados	(84.708)	(160.302)	(71.609)	(134.404)
Alavancagem de negócios	(130.040)	(247.307)	(96.044)	(174.802)
Gestão financ. c/ fundo de previdência	-	-	(79.085)	(156.820)
Operações de Financiamentos Imobiliários	(160.164)	(329.211)	(174.526)	(325.618)
Ágio na aquisição de carteiras comerciais	(99.782)	(182.533)	(53.865)	(128.180)
Descontos de operações de crédito	(328.998)	(460.083)	(84.635)	(140.382)
Desp. c/ operações de fomento – atualização monetária	(218.442)	(225.158)	(23.233)	(87.725)
Despesas com títulos emitidos no Exterior	(258.668)	(278.543)	(133.650)	(290.288)
Desp. provisões operacionais	(307.887)	(537.785)	(171.075)	(270.889)
Provisão para causas judiciais	(344.019)	(837.072)	(290.357)	(485.306)
Condenações judiciais	(23.366)	(31.528)	(72.374)	(103.148)
Benefícios sociais	(37.142)	(66.984)	(8.006)	(24.952)
Benefício pós-emprego	(369.318)	(738.636)	(209.648)	(419.296)
Perda no valor recuperável de títulos e créditos a receber	(108.257)	(108.257)	-	-
Outras	(222.054)	(510.624)	(218.340)	(443.455)
Total	**(4.056.578)**	**(7.674.721)**	**(3.342.005)**	**(6.465.814)**

Nota 28 – Resultado não operacional

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Receitas não operacionais	**75.443**	**122.946**	**47.372**	**105.161**
Lucro na alienação de valores e bens	22.879	36.359	22.111	43.235
Alienação de bens imóveis	5.688	13.590	2.785	13.547
Sobras de caixa não reclamadas	13.645	26.042	13.370	24.821
Multas e penalidades	4.770	11.052	6.874	18.574
Ganhos de capital c/ ajuste de valores pendentes	22.869	22.997	42	44
Outras rendas não operacionais	5.592	12.906	2.190	4.940
Despesas não operacionais	**(205.810)**	**(375.650)**	**(265.540)**	**(391.051)**
Desvalorização de outros valores e bens	(5.765)	(13.364)	(1.721)	(9.392)
Indenizações por perdas e danos	(69.014)	(111.165)	(66.390)	(109.081)
Perdas em imóveis	(18.343)	(29.825)	(15.296)	(23.774)
Prejuízo com saque eletrônico fraudulento	(53.253)	(108.059)	(55.585)	(99.321)
Prejuízos na alienação de valores e bens	(7.555)	(15.414)	(4.128)	(9.883)
Perdas em cartões de crédito	(24.288)	(51.767)	(20.543)	(33.028)
Perdas em investimentos permanentes avaliados p/ custo	(17.390)	(29.989)	(97.111)	(97.117)
Outras despesas não operacionais	(10.202)	(16.067)	(4.766)	(9.455)
Total	**(130.367)**	**(252.704)**	**(218.168)**	**(285.890)**

Nota 29 – Despesas tributárias

INDIVIDUAL				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(611.767)	(1.129.928)	(488.240)	(998.243)
PIS/PASEP	(99.412)	(183.613)	(79.339)	(162.215)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(168.709)	(311.672)	(117.697)	(233.792)
Despesas com IPTU	(10.250)	(56.587)	(7.367)	(53.195)
Outras	(7.769)	(20.930)	(2.135)	(3.979)
Total	**(897.907)**	**(1.702.730)**	**(694.778)**	**(1.451.424)**

CONSOLIDADO				
Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Contribuição COFINS	(616.856)	(1.136.441)	(488.241)	(998.289)
PIS/PASEP	(100.517)	(185.028)	(79.340)	(162.225)
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	(168.709)	(311.672)	(117.697)	(233.792)
Despesas com IPTU	(10.250)	(56.587)	(7.367)	(53.195)
Outras	(7.769)	(20.930)	(2.135)	(3.979)
Total	**(904.101)**	**(1.710.658)**	**(694.780)**	**(1.451.480)**

Nota 30 – Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias

Ativos contingentes

A CAIXA não possui ativos contingentes cuja entrada de benefícios econômicos seja classificada como provável.

Provisões e passivos contingentes

A CAIXA é parte em processos judiciais e administrativos de natureza tributária, cível e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. Com base em pareceres dos assessores

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

jurídicos e levando em consideração que os procedimentos adotados pela CAIXA guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para contingenciar os riscos de eventuais decisões desfavoráveis nesses processos.
Considerando o elevado número de processos administrativos e judiciais, a CAIXA utiliza a seguinte metodologia para calcular o valor em risco:
a) para ações relevantes, a análise é feita individualmente, na qual se estima o valor provável da condenação (valor provisionado); este cálculo parte da repercussão econômica dos pedidos feitos pelo autor e é ponderado com a situação do processo e a jurisprudência predominante em causas similares; tais ações são classificadas como provável, possível ou remota;
b) para as demais ações (não relevantes), o valor provisionado corresponde ao valor médio histórico de condenação pago em processos similares nos últimos 36 meses e são classificadas como prováveis.
As ações são agrupadas em demandas fiscais, cíveis e trabalhistas considerando a matéria tratada e a relevância econômica do grupo.

(a) Risco Provável:

INDIVIDUAL/CONSOLIDADO								
		1º semestre de 2015						
Descrição	31/12/2014	Novas provisões	Atualização Monetária	Adições de provisões existentes	Reversões de provisões existentes	Baixas por pagamento	30/06/2015	30/06/2014
Fiscais (Nota 18 (b))	163.964	7.523	4.817	14.616	(33.996)	(1.480)	155.444	179.845
INSS	19.668	4.413	843	51	(84)	-	24.891	21.501
ISS	102.480	2.121	2.296	13.979	(29.963)	(1.453)	89.460	106.339
Outros	41.816	989	1.678	586	(3.949)	(27)	41.093	52.005
Cíveis (Nota 18 (e))	2.575.029	171.643	100.347	262.604	(445.779)	(25.495)	2.638.349	2.675.840
Perdas e danos	832.693	130.925	39.846	60.868	(310.610)	(24.554)	729.168	910.612
Poupança	882.507	31.563	6.059	195.686	(113.460)	(939)	1.001.416	775.685
Loterias	15.474	49	925	51	(1.097)	(2)	15.400	14.285
Crédito imobiliário	108.033	811	6.777	-	(10.198)	-	105.423	103.826
Contingenciamento do FGTS	736.322	8.295	46.740	5.999	(10.414)	-	786.942	871.432
Trabalhistas (Nota 18 (e))	2.836.810	312.884	111.979	297.210	(222.568)	(21.543)	3.314.772	3.211.582
Outras (Nota 18 (c))	-	-	-	-	-	-	-	1.995
Total	**5.575.803**	**492.050**	**217.143**	**574.430**	**(702.343)**	**(48.518)**	**6.108.565**	**6.069.262**

(i) Ações fiscais
A CAIXA, como instituição cumpridora regular das obrigações fiscais e tributárias que repercutem sobre suas atividades, operações e serviços, discute em sede judicial a legitimidade dos parâmetros de cobrança levados a efeito por órgãos fazendários dos diversos entes da Federação, de acordo com a especificidade ínsita a cada caso.
As provisões constituídas sob avaliação de risco provável com base em pareceres dos assessores jurídicos se referem a ações sobre tributos e contribuições. A CAIXA acompanha regularmente o ciclo das ações judiciais em andamento, as quais, a médio e longo prazo, poderão apresentar desdobramentos favoráveis à instituição com a reversão das respectivas provisões.
Destacam-se, neste tomo, as autuações do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o recolhimento de contribuições previdenciárias sobre pagamentos a empregados da CAIXA, em que se discute o caráter indenizatório e não remuneratório de algumas verbas, tais como auxílio alimentação, APIP e licença prêmio, cujos valores, reposicionados para 30 de junho de 2015, correspondem ao total de R$ 1.480.811 (31/12/2014 – R$ 1.467.472; 30/06/2014 – R$ 1.449.624), para as quais a provisão constituída com base no histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, sopesados em recente análise técnica e jurídica acerca da matéria, é de R$ 24.891 (31/12/2014 – 19.668; 30/06/2014 – R$ 21.501).
Em relação ao ISSQN, a CAIXA aplica as diretrizes da Lei Complementar Federal nº 116, de 31 de julho de 2003, em adequação de seus sistemas e procedimentos para apuração da base de cálculo e recolhimento do tributo sobre serviços prestados.
Não obstante, as fiscalizações tributárias de municípios diversos da federação autuaram a instituição sob a alegação de falta de recolhimento ou recolhimento a menor, instaurando discussão a partir de interpretação distinta de aspectos como materialidade, alíquotas aplicáveis e local de incidência do tributo cujo valor total, em 30 de junho de 2015, corresponde ao montante de R$ 506.808 (31/12/2014 – 556.402; 30/06/2014 – R$ 559.209).
Em face do histórico de êxito e do cenário jurisprudencial, avaliados em análise técnica e jurídica acerca da matéria, ultimou-se no valor da provisão ora constituída de R$ 89.460 (31/12/2014 – 102.480; 30/06/2014 – R$ 106.339).
Ainda, como destaque, a CAIXA vem discutindo perante o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais a materialidade do débito de CSLL decorrente de 2 processos de PERD/COMP não homologados no valor de R$ 7.632 (31/12/2014 – 7.054; 30/06/2014 – R$ 6.873), em referência a questões procedimentais sobre compensação de créditos efetivamente constituídos em DCTF, no que, com base nos pronunciamentos jurisdicionais sobre a matéria, a análise dos consultores foi pela constituição da provisão integral do valor.

(ii) Ações trabalhistas
A CAIXA é parte passiva em ações ajuizadas por empregados, ex-empregados próprios ou de prestadoras de serviços e sindicatos, relacionadas com a atividade laboral, planos de cargos, acordos coletivos, indenizações, benefícios, aposentadorias, subsidiariedade, entre outros.
Em 30 de junho de 2015 constavam 61.709 processos trabalhistas provisionados, sendo aproximadamente 58.923 "não relevantes" e 2.786 "relevantes".
Visando reduzir o litígio judicial e diminuir os valores despendidos nos processos, a CAIXA continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(iii) Ações cíveis
A CAIXA é parte passiva em ações cíveis de natureza indenizatória/contratual relativas a seus produtos, serviços e atendimento. Em 30 de junho de 2015 constavam 317.479 processos cíveis provisionados, sendo aproximadamente 316.353 "não relevantes" e 1.126 "relevantes".
Destacam-se demandas que contestam o expurgo de indexadores de planos econômicos, como parte da política econômica do governo federal no combate aos índices inflacionários no passado, quando da correção de saldos em depósitos em cadernetas de poupança.
A CAIXA cumpriu a ordem legal vigente à época, entretanto, considerando as ações efetivamente notificadas e a análise da jurisprudência atual do Superior Tribunal de Justiça – STJ, em 30 de junho de 2015 foi provisionado R$ 1 bilhão para estes processos.
Cabe ressaltar que o direito a novas postulações encontra-se prescrito, caracterizando a inexistência de passivo potencial representativo. O Supremo Tribunal Federal – STF suspendeu a análise de todos os recursos interpostos até que seja proferida, por essa Corte, decisão vinculativa a todos os casos relacionados que discutam esta matéria.
Também são significativos os processos que visam reparação de danos envolvendo repasses de recursos do FGTS. O valor provisionado em 30 de junho de 2015 para estes processos foi de R$ 786 milhões.
As ações indenizatórias de perdas e danos se referem a eventuais problemas ocorridos no atendimento bancário, na prestação de serviços ou na aquisição/manutenção de algum produto.
Visando reduzir o litígio judicial em 2014, a CAIXA realizou 19.496 acordos processuais, diminuindo, consequentemente, os valores que seriam integralmente despendidos se persistisse a condenação judicial, além de oportunizar ao cliente uma rápida solução para o problema enfrentado. Além disto, continua executando sua política de conciliação judicial e extrajudicial, realiza o cumprimento espontâneo de certas decisões judiciais e faz a análise das perdas incorridas a fim de mitigar novos litígios de causas semelhantes. Em virtude disto, as ações relevantes não são individualmente divulgadas para não inviabilizar a realização de acordos.

(b) Risco possível
Com base na Resolução CMN nº 3.823/2009, as contingências classificadas como de perdas possíveis são dispensadas de constituição de provisão:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Demandas fiscais	5.512.011	5.512.106	5.266.426
Demandas cíveis	1.402.959	1.318.151	1.157.096
Total	**6.914.970**	**6.830.257**	**6.423.522**

(i) Ações fiscais
A CAIXA mantém acompanhamento de processos fiscais administrativos e judiciais em que figura como pólo passivo ou ativo e, sob o amparo dos pareceres de suas unidades jurídicas, classificou como risco de perda possível processos que totalizam o valor de R$ 5.512.011, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 – R$ 5.512.106; 30/06/2014 – R$ 5.266.426), dentre os quais se destacam as seguintes demandas em razão dos valores em discussão:
a) O montante de R$ 79.314 (31/12/2014 – R$ 76.303; 30/06/2014 – 72.642), refere-se a uma execução fiscal na qual o FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação alega o não recolhimento, na época própria, da contribuição de natureza tributária, conforme apurado em notificação fiscal de lançamento de débito;
b) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 4.545.538, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 – R$ 4.491.551; 30/06/2014 – R$ 4.429.137), pautada em insuficiência no recolhimento relativo ao período de janeiro de 1991 a dezembro de 1995, ao tempo da vigência dos Decretos-Leis nº 2.445 e 2.449/1988, que alteraram a sistemática de cálculo da contribuição, e suposta compensação indevida de recolhimentos efetuados a maior no período de janeiro de 1992 a maio de 1993;
c) Autuação de PIS/PASEP, no valor total de R$ 202.767, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 – R$ 199.801; 30/06/2014 – R$ 196.373), com base em apuração de diferenças de base de cálculo para recolhimento relativo ao período de janeiro de 1996 a dezembro de 1998, e janeiro a outubro de 1999, decorrente de exclusão ou não inclusão de receitas e cômputo de despesas consideradas indevidas e não dedutíveis sobre a base tributável, respectivamente;
d) CSLL, no valor de R$ 150.988, em 30 de junho de 2015 (31/12/2014 – R$ 147.465; 30/06/2014 – R$ 143.392), relativa a crédito oriundo de pagamento a maior declarado em DIPJ e compensado no exercício de 2003, havendo discussão quanto a questões procedimentais; e

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) Autuação de ICMS (Fazenda do Estado de São Paulo), no valor total de R$ 224.411 (31/12/2014 – R$ 218.672; 30/06/2014 – R$ 203.906), em 30 de junho de 2015, sobre a qual se discute a exigência do imposto diante da não retenção e recolhimento na fonte sobre serviços enquadrados pela fiscalização no conceito de "comunicação" para efeitos fiscais e tributários, e ainda, a determinação de sujeição passiva por responsabilidade tributária mediante convênio do Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ).
As matérias relacionadas aos processos contingentes em discussão são monitoradas sob a perspectiva de eventual sedimentação ou modificação do cenário jurisprudencial, possibilitando a manutenção como decorrência de avaliação contínua por parte da CAIXA das respectivas classificações de risco.

(ii) Ações cíveis
A CAIXA, com base na opinião de seus consultores jurídicos, acompanha sistematicamente todos os processos com classificação de risco possível ou remoto.
O montante de R$ 1.402.959 (31/12/2014 – R$ 1.318.151; 30/06/2014 – R$ 1.157.000) classificado como probabilidade de perda possível, refere-se a uma ação popular na qual se alega a prática de ilegalidade por parte da CAIXA na gestão de recursos provenientes do PREVHAB, quando da sucessão do BNH.

(c) Composição dos depósitos judiciais:
Os saldos dos depósitos em garantia constituídos para as causas judiciais passivas prováveis, possíveis e/ou remotas:

INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Demandas fiscais	9.598.952	9.317.717	9.003.715
Demandas cíveis	742.739	738.601	679.155
Demandas trabalhistas	2.675.782	2.569.258	2.396.719
Total	**13.017.473**	**12.625.576**	**12.079.589**

Nota 31 – Partes relacionadas

(a) Entidade Controladora
A CAIXA é uma instituição financeira sob a forma de empresa pública, vinculada ao Ministério da Fazenda, cujo capital social foi exclusivamente integralizado pela União. Dessa forma, encontra-se sob controle direto da Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

(b) Partes Relacionadas
Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis, abaixo é apresentada a natureza do relacionamento da CAIXA com essas entidades:

Partes Relacionadas	
Entidade	**Relacionamento**
Secretaria do Tesouro Nacional – STN	Controladora Direta
CAIXA Participações S.A. – CAIXAPAR(1)	Controlada Direta
CAIXA Seguros Holding S.A.(2)	Controladas em Conjunto Indiretas (Joint Venture)
Banco PAN S.A.	
Capgemini S.A.	
Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF	Plano de Benefícios Pós-Emprego

(1) Transações realizadas com essa subsidiária integral são evidenciadas, por meio das eliminações, quando da elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, tendo em vista tratar-se da única entidade objeto de consolidação integral.
(2) Constituída com o objetivo de controlar as empresas do Grupo CAIXA Seguros é composta pelas entidades CAIXA Seguros Participações Societárias Ltda., CAIXA Seguradora S.A., CAIXA Vida e Previdência S.A., CAIXA Capitalização S.A., CAIXA Administradora de Consórcios S.A., CAIXA Seguros Especializada em Saúde S.A., CAIXA Seguros Assessoria e Consultoria Ltda., CAIXA Seguros Participações do Sul Ltda. e Companhia de Seguros Previdência do Sul S.A.

(c) Transações com partes relacionadas
As transações com partes relacionadas são realizadas no curso das atividades operacionais da CAIXA e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.
A CAIXA mantém transações diversas com a CAIXA Seguros Holding, incluindo suas investidas, mencionadas no rodapé do quadro (b) – Partes Relacionadas. Destaca-se a disponibilização de sua rede de atendimento para comercialização, por partes das referidas investidas, de seguros, títulos de capitalização, planos de previdência e consórcios. Além disso, em contrapartida, a CAIXA presta serviços bancários diversos para essas partes relacionadas, tais como manutenção de contas de depósito, aplicações financeiras e convênios de arrecadação e pagamento.
Com relação às transações realizadas com o Banco PAN, destaca-se, dentre outras, a manutenção de acordo operacional que estabelece um limite reutilizável para aquisição de carteiras de crédito e para aplicações em depósitos interfinanceiros.
Com a Capgemini, a CAIXA mantém contratos de prestação de serviços em tecnologia da informação, voltados para o desenvolvimento de soluções corporativas para uso próprio.
A CAIXA mantém contratos de prestação de serviços bancários e de locação de imóveis de propriedade da FUNCEF.
O quadro a seguir apresenta os saldos patrimoniais decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	30/06/2015			31/12/2014			30/06/2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
ATIVO:	**5.573.519**	**18.576.086**	-	**4.769.619**	**16.127.456**	-	**4.158.004**	**14.021.944**	-
Aplicações em dep. interfinanceiros:	-	**5.663.446**	-	-	**5.854.505**	-	-	**5.473.848**	-
Banco PAN	-	5.663.446	-	-	5.854.505	-	-	5.473.848	-
Rendas a receber:	**3.845.890**	**5.636**	-	**3.115.340**	**28.108**	-	**2.570.710**	**478**	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	5.636	-	-	28.108	-	-	478	-
STN – Tesouro nacional	3.845.890	-	-	3.115.340	-	-	2.570.710	-	-
Operações de Crédito:	**935.712**	-	-	**902.094**	-	-	**870.559**	-	-
STN – Tesouro nacional	935.712	-	-	902.094	-	-	870.559	-	-
Créditos adquiridos:	-	**12.907.004**	-	-	**10.244.843**	-	-	**8.547.618**	-
Banco PAN	-	12.907.004	-	-	10.244.843	-	-	8.547.618	-
Outros créditos:	**791.917**	-	-	**752.185**	-	-	**716.735**	-	-
STN – Tesouro nacional	791.917	-	-	752.185	-	-	716.735	-	-
PASSIVO:	**536.105**	**976.165**	-	**224.674**	**181.253**	**1.562**	**623.636**	**542.058**	-
Depósitos:	**490.831**	**21.891**	-	**181.221**	**10.951**	**1.562**	**584.433**	**12.993**	-
Banco PAN	-	1.625	-	-	-	-	-	-	-
Caixa Seguros Holding S.A.	-	20.266	-	-	10.951	-	-	12.993	-
FUNCEF	-	-	-	-	-	1.562	-	-	-
STN – Tesouro nacional	490.831	-	-	181.221	-	-	584.433	-	-
Captações no mercado aberto	-	**700.354**	-	-	-	-	-	**428.176**	-
Banco PAN	-	700.354	-	-	-	-	-	428.176	-
Repasses do País – Instituições oficiais	**2.738**	-	-	**2.879**	-	-	**431**	-	-
STN – Tesouro nacional	2.738	-	-	2.879	-	-	431	-	-
Obrigações diversas:	**42.536**	**253.920**	-	**40.574**	**170.302**	-	**38.772**	**100.889**	-
Banco PAN	-	194.321	-	-	105.728	-	-	38.028	-
Capgemini S.A.	-	59.599	-	-	64.574	-	-	62.861	-
STN – Tesouro nacional	42.536	-	-	40.574	-	-	38.772	-	-

O quadro a seguir apresenta os saldos que compõem o resultado decorrentes de transações com partes relacionadas, demonstrados considerando a natureza do relacionamento com essas entidades:

Descrição	2º trimestre – 2015			1º semestre – 2015			2º trimestre – 2014			1ºsemestre – 2014		
	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades	Controladora	Controladas em conjunto	Outras entidades
RECEITAS:	**69.637**	**368.231**	-	**136.246**	**690.022**	-	**63.253**	**287.708**	-	**83.369**	**576.652**	-
Rdas. dep. interfinanceiros:	-	**207.692**	-	-	**380.903**	-	-	**151.330**	-	-	**290.539**	-
Banco PAN	-	207.692	-	-	380.903	-	-	151.330	-	-	290.539	-
Rendas prest. serviços:	**48.533**	**160.539**	-	**96.514**	**309.119**	-	**47.340**	**136.378**	-	**52.375**	**286.113**	-
Caixa Seg. Holding S.A.	-	160.539	-	-	309.119	-	-	136.378	-	-	286.113	-
STN – Tesouro nacional	48.533	-	-	96.514	-	-	47.340	-	-	52.375	-	-
Outras rec. operacionais:	**21.104**	-	-	**39.732**	-	-	**15.913**	-	-	**30.994**	-	-
STN – Tesouro nacional	21.104	-	-	39.732	-	-	15.913	-	-	30.994	-	-
DESPESAS:	**(1.365)**	**(152.135)**	**(16.121)**	**(2.031)**	**(246.757)**	**(32.251)**	**(910)**	**(84.750)**	**(14.918)**	**(2.088)**	**(136.260)**	**(29.408)**
Desp. admin. – aluguéis:	-	-	**(16.121)**	-	-	**(32.251)**	-	-	**(14.918)**	-	-	**(29.408)**
FUNCEF	-	-	(16.121)	-	-	(32.251)	-	-	(14.918)	-	-	(29.408)
Outras desp. operacionais:	**(1.365)**	**(152.135)**	-	**(2.031)**	**(246.757)**	-	**(910)**	**(84.750)**	-	**(2.088)**	**(136.260)**	-
Banco PAN	-	(47.639)	-	-	(88.593)	-	-	(9.726)	-	-	(14.466)	-
Caixa Seg. Holding S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capgemini S.A.	-	(104.496)	-	-	(158.164)	-	-	(75.024)	-	-	(121.794)	-
STN – Tesouro nacional	(1.365)	-	-	(2.031)	-	-	(910)	-	-	(2.088)	-	-

(d) Remuneração do pessoal-chave da administração
Os custos com remunerações e outros benefícios atribuídos ao pessoal-chave da administração (Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Conselho Diretor e Comitê de Auditoria) são apresentados como segue:

Descrição	2015		2014	
	2º trimestre	1º semestre	2º trimestre	1º semestre
Benefícios de curto prazo	12.950	20.248	6.100	13.251
Proventos	9.722	15.069	4.534	9.810
Encargos Sociais	3.227	5.179	1.566	3.441

Descrição	30/06/2015 (valores em R$)		30/06/2014 (valores em RR$)	
	Administrador	Empregado	Administrador	Empregado
Maior salário	50.973	33.532	48.019	30.905
Salário médio	41.131	7.244	38.748	6.585
Menor salário	37.976	2.208	35.775	2.073
Benefícios	4.131	2.376	3.965	2.079

A CAIXA não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não oferece benefícios pós-emprego aos seus administradores. Os benefícios pós-emprego estão restritos aos funcionários do quadro da CAIXA.

Nota 32 – Benefícios a empregados

(a) Composição da provisão para benefícios a empregados
As provisões para benefícios a empregados contemplam as expectativas de despesas no curto

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

prazo e no período pós-emprego. As provisões de curto prazo são direcionadas à liquidação de despesas de natureza salarial e de participação dos empregados nos lucros. Quanto às provisões para benefícios pós-emprego, referem-se às expectativas (cálculos atuariais) de despesas com os planos de aposentadoria, pensão, assistência à saúde e auxílio/cesta alimentação sob responsabilidade da CAIXA.
Essas provisões são coincidentes na demonstração individual e consolidada, com exceção do item "Benefícios de curto prazo – natureza salarial" que apresenta o montante de R$ 2.753.917 (R$ 2.315.831 – 31/12/2014 – R$ 2.626.721 – 30/06/2014) na demonstração consolidada.
A tabela abaixo apresenta a composição dessas provisões:

Descrição	30/06/2015	31/12/2014
Benefícios de curto prazo	3.179.824	2.789.534
Natureza salarial	2.753.414	2.315.402
Participação dos empregados no lucro	426.410	474.132
Benefícios pós-emprego (Nota 18 (e))	16.397.054	11.665.078
Saúde CAIXA (cálculo atuarial[1] (c.1))	12.097.849	9.346.949
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial[1] (c.2))	1.055.997	861.147
Planos de benefícios – Previdência Privada (cálculo atuarial[1] (c.4))	3.243.208	1.456.982
Total	**19.576.878**	**14.454.612**

(b) Benefícios de curto prazo:
As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis.

(c) Benefícios pós-emprego:
A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).
Até 31/12/2014, a CAIXA efetuou os cálculos atuarias relativos aos benefícios pós-emprego com periodicidade anual. A partir do exercício de 2015, estes cálculos serão apurados com periodicidade semestral.
A seguir, são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

(c.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS
O Saúde CAIXA é o programa de assistência a saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológica, odontológica, psicológica, fisioterápica, terapêutica ocupacional, serviço social, fonoaudiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.
O custeio do Plano Saúde CAIXA, de responsabilidade da CAIXA, é realizado por meio de contribuições equivalentes a 70% das despesas assistenciais.
O beneficiário titular, por sua vez, participa financeiramente com 30% das despesas assistenciais, mediante mensalidade de 2% sobre a remuneração base, pelo grupo familiar, mais co-participação de 20% sobre a utilização da assistência, limitado ao teto de co-participação, e mensalidade por dependente indireto inscrito.
O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob liminar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecidas às normas e a Tabela do PAMS.
Os mais recentes estudos atuariais do valor presente da obrigação de benefício definido foram realizados em 30 de junho de 2015 pela Deloitte Touche Tohmatsu, membro do Instituto Brasileiro de Atuários. O valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas assistenciais relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas é de R$ 12.097.849 (31/12/2014 – R$ 9.346.949 – 30/06/2014 – R$ 6.646.187).

(c.2) Auxílio-Alimentação e Cesta-Alimentação
Benefícios fornecidos pela CAIXA aos empregados e dirigentes possuem valor mensal definido em setembro de cada ano. Para o período de setembro de 2014 a agosto de 2015 o valor do auxílio-alimentação/refeição é de R$ 572,00 para aquisição de refeições prontas em restaurantes e similares. O auxílio cesta-alimentação referente a setembro de 2014 a agosto de 2015 é de R$ 431,16 para a aquisição de gêneros alimentícios em supermercados ou em estabelecimento comercial do mesmo gênero. Têm caráter indenizatório, e não são considerados como verba salarial. Portanto, não incidem encargos nem para a parte empregadora nem para a parte empregada.
O montante da provisão atuarial obtido pelo cálculo a valor presente de todos os fluxos de despesas relativos aos atuais e futuros aposentados e pensionistas com auxílio e cesta alimentação é de R$ 1.055.997 (31/12/2014 – R$ 861.147 – 30/06/2014 – R$ 757.123).

(c.3) Plano de benefícios – Assistidos PREVHAB
Por força do Decreto Nº 2.291, de 21 de novembro de 1986, o Banco Nacional de Habitação – BNH foi extinto e a CAIXA passou a sucedê-lo em todos os direitos e obrigações, inclusive aquelas decorrentes da relação de trabalho dos empregados do referido Banco. Dentre as obrigações herdadas pela CAIXA em relação aos empregados do BNH, estava a manutenção da Associação de Previdência dos Empregados do BNH – PREVHAB, Fundo de Pensão responsável por complementar os benefícios previdenciários dos empregados do BNH.
Visando a absorção da PREVHAB pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF ou a transferência dos beneficiários daquela para esta, observadas as normas de direito privado aplicáveis às respectivas situações, foram estudadas e realizadas pela CAIXA/FUNCEF estratégias previdenciais, entretanto, por não concordarem com a proposta da CAIXA ou não reunirem as condições estabelecidas, 67 assistidos permanecem recebendo os proventos da CAIXA.
O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.
Dada a característica do Plano, o Ativo Líquido será integralizado pela Patrocinadora no mesmo montante da Obrigação.

(c.4) Planos de previdência – Previdência complementar

• REG/REPLAN
A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REG/REPLAN, administrado pela FUNCEF, estruturado na modalidade Benefício Definido. Este plano foi aprovado por órgão competente em 17 de maio de 1977, tendo seu início operacional em 1º de agosto de 1977. O plano agrega os regulamentos instituídos em 1977 (REG) e 1979 (REPLAN), considerados como um só plano.
O referido plano teve saldamento de benefícios definido por meio de alterações em seu regulamento, sendo esta alteração regulamentar ocorrida em 14 de junho de 2006. Tal procedimento implica que o valor do Benefício Saldado, calculado e reajustado com base no Índice do Plano, com a desvinculação do Salário de Participação e da concessão e manutenção por Órgão Oficial da Previdência, implicando no cancelamento da Contribuição Normal para este Plano e na adesão no caso do Ativo, a outro Plano de Benefícios oferecido pela Patrocinadora.
A exemplo do ocorrido na modificação dos planos anteriores, inclui institutos fixados pela Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001, tais como: a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante.
O REG/REPLAN não Saldado assegura aos seus participantes e assistidos os benefícios:
• Suplementações de Aposentadoria por Tempo de Contribuição;
• Suplementações de Aposentadoria por Invalidez;
• Suplementações de Aposentadoria por Idade;
• Suplementações de Aposentadoria Especial;
• Suplementação de Pensão por Morte;
• Suplementação de Abono Anual;
• Auxílio-Funeral;
• Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.
Os benefícios saldados previstos para os participantes e assistidos são os seguintes:
• Benefício Programado Pleno;
• Benefício Programado Antecipado;
• Benefício por Invalidez;
• Abono Anual;
• Benefício Único Antecipado;
• Pensão Por Morte;
• Pecúlio Por Morte.
A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.
Conforme divulgado pela Fundação dos Economiários Federais – FUNCEF o Plano de Previdência REG/REPLAN patrocinado pela CAIXA registrou em 2014 seu terceiro ano consecutivo de déficit técnico acumulado.
Pelas regras e pelos critérios estabelecidos, em especial na Resolução MPS/CGPC n° 26/2008, a FUNCEF é obrigada a elaborar o plano de equacionamento quando o déficit acumulado persistir por três anos consecutivos ou quando ultrapassar 10% das reservas matemáticas. A CAIXA conforme regulamento do próprio plano e Lei Complementar n° 108 e 109/2001 deverá arcar paritariamente com os participantes do referido plano o déficit acumulado objeto do plano de equacionamento. A elaboração do referido plano está em curso pela FUNCEF com finalização no final do ano de 2015, com implementação prevista para 2016.

• REB
A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios REB, administrado pela FUNCEF. O Plano de Benefícios REB foi aprovado por órgão competente em 05 de agosto de 1998, tendo seu início operacional nessa mesma data.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

O REB é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, sendo a contribuição normal do participante calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 2% (dois por cento).
Diante de sua criação, foram interrompidas novas adesões ao REG/REPLAN e este foi oferecido aos empregados da CAIXA admitidos a partir de 1998. Em 04 de fevereiro de 2002, seu regulamento foi alterado para permitir a migração de participantes do REG/REPLAN para o REB, processo contestado por associados. Essa experiência influenciou o processo de elaboração da proposta do REG/REPLAN Saldado e da criação do Plano de Benefícios Novo Plano.
Conforme Ofício nº 160/2008/GENEP, o Plano de Benefícios REB que estava segregado virtualmente em REB 1998 e REB 2002, foi unificado.
O REB assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:
- Renda Vitalícia por Tempo de Contribuição;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez do Participante Licenciado;
- Renda Vitalícia por Aposentadoria por Invalidez;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte;
- Renda Antecipada;
- Abono Anual; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

- **Novo Plano**

A CAIXA patrocina o Plano de Benefícios Novo Plano, administrado pela FUNCEF. Aprovado por órgão competente em 16 de junho de 2006, teve seu início operacional em 01 de setembro de 2006.
O Novo Plano é estruturado na modalidade de Contribuição Variável, com contribuição definida na fase de formação de reservas e benefício definido na etapa de recebimento de benefícios, bem como nos casos de benefícios de risco, como invalidez e pensão por morte. Inclui institutos fixados pela Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001 – tais como a garantia de condições de resgate e portabilidade do saldo da conta individual de participante. Adota também nova base de contribuição, aumentando a parcela destinada pela CAIXA ao saldo de conta do associado. A contribuição normal do participante, calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o Salário de Participação, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 5% (cinco por cento).
O custeio das despesas administrativas será de responsabilidade paritária entre Patrocinador, Participantes e Assistidos, devendo ser aprovado pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo da FUNCEF, observados os limites e critérios estabelecidos pelo órgão regulador.
O Novo Plano assegura aos seus participantes e assistidos os seguintes benefícios:
- Benefício Programado Pleno;
- Benefício Programado Antecipado;
- Benefício por Invalidez;
- Abono Anual;
- Benefício Único Antecipado;
- Pensão por Morte;
- Pecúlio por Morte; e,
- Institutos de Autopatrocínio, Benefício Proporcional Diferido, Portabilidade e Resgate.

A CAIXA adotou o conceito de Compartilhamento de Riscos ("Risk Sharing"), considerando que o Passivo Atuarial deverá ser custeado 50% pela Patrocinadora e 50% pelos Participantes. Ressaltamos que a adoção do compartilhamento de risco é de responsabilidade da CAIXA, tendo esta efetuado todas as análises necessárias para a sua conceituação técnica.

(d) Quantidade de participantes – benefícios pós-emprego:

Descrição	30/06/2015			31/12/2014		
	Ativos	Assistidos	Total	Ativos	Assistidos	Total
Saúde CAIXA (Incluindo Dependentes)	96.120	56.335	152.455	98.190	49.789	147.979
Auxílio e cesta alimentação (Aposentados e Pensionistas)	-	14.501	14.501	-	14.421	14.421
Assistidos PREVHAB (Aposentados e Pensionistas)	-	66	66	-	67	67
REG/REPLAN	28.227	35.129	63.356	28.532	34.913	63.445
REB	7.420	654	8.074	7.562	655	8.217
Novo Plano	90.411	3.907	94.318	88.465	3.856	92.321

(e) Avaliação atuarial dos planos de benefício

Em 2014, a empresa Deloitte Touche Tohmatsu foi contratada para realizar avaliação atuarial dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA. A referida avaliação atuarial contemplou os planos de benefícios Saúde CAIXA, Auxílio e Cesta Alimentação, Assistidos PREVHAB, REG/REPLAN, REB e Novo Plano.
Os cálculos atuariais e levantamentos realizados pela consultoria, em consonância com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Deliberação CVM nº 695/2012, respaldam as contabilizações patrimoniais e de resultado realizadas pela CAIXA.
A CAIXA é parcialmente responsável pela cobertura do passivo dos planos REG/REPLAN, REB e Novo Plano, e totalmente responsável pela cobertura dos compromissos mantidos de Auxílio-Alimentação, Cesta-Alimentação e aos Assistidos PREVHAB.

(e.1) Reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais

A política contábil da CAIXA, no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais contabilizados em seus demonstrativos financeiros, para os planos previdenciários, assistenciais e benefícios pós-emprego estruturados na modalidade de Benefício Definido, conforme determinado no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), consiste no reconhecimento de todos os ganhos e perdas atuariais no período em que ocorrem em Outros Resultados Abrangentes.
Nos planos em que se observou ativo atuarial líquido, os mesmos são limitados ao valor do benefício econômico que a CAIXA porventura possa usufruir, sendo calculado como o valor presente do fluxo de caixa dos valores revertidos dos planos a CAIXA ou a redução efetiva de contribuições futuras, caso existam. Nos planos em que foi observado superávit na posição de 30/06/2015, não foram apurados benefícios econômicos passíveis de reconhecimento pela patrocinadora.
Com relação aos planos previdenciários que possuem benefícios estruturados na modalidade de Contribuição definida, os mesmos não geram ganhos ou perdas atuariais.

(e.2) Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial dos planos:

Conforme determina o pronunciamento técnico CPC 33 (R1), na avaliação atuarial dos planos de benefícios devem ser definidas premissas (financeiras e demográficas) que reflitam as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover esses benefícios aos seus empregados.
O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.
Abaixo são apresentadas as principais premissas adotadas nos cálculos atuariais dos planos de benefícios patrocinados pela CAIXA:

Descrição	Saúde CAIXA[3]		Auxílio e Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
Taxa anual de juros[1]	11,72	12,8	11,94	12,8	12,12	12,77	11,98	12,8	12,06	12,79	11,98	12,8
Aumento anual dos salários (projeção)	-	-	-	-	-	-	7,93	8,71	10,2	10,99	8,14	8,92
Aumento anual dos benef. (projeção)	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19
Taxa de inflação média anual	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19	5,43	6,19
Expectativa de retorno dos ativos do plano	-	-	-	-	12,12	12,77	11,98	12,8	12,06	12,79	11,98	12,8
Taxa de rotatividade[2]	1,21	Experiência FUNCEF	-		-		-		Experiência FUNCEF		Experiência FUNCEF	
Tábua de mortalidade[2]	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)	RP 2000 (-20%)

[1] O cálculo da taxa de juros de desconto atuarial anual considera, além da inflação levantada para o período (5,43%), a taxa de remuneração dos títulos públicos federais de primeira linha utilizados como referência, tendo em vista a inexistência de títulos e valores mobiliários com as condições previstas pelo Pronunciamento Técnico CPC 33. Essa alternativa é prevista pelo referido normativo.
[2] As alterações de premissas financeiras e demográficas verificadas, consonante o que determina o Pronunciamento Técnico CPC 33, justificam-se pela necessidade de que sejam consideradas as melhores estimativas da entidade sobre as variáveis que determinarão o custo final de prover benefícios pós-emprego.
[3] Dentre as principais premissas atuarias adotadas no Saúde CAIXA, destacamos a Taxa de Crescimento dos Custos Médicos, com taxas anuais projetadas de 5,00% para 2016, 4,50% para 2017, 4,00% para 2018, 3,50% para 2019, 3,00% para 2020, 2,50% para 2021, 2,00% para 2022, 1,50% para 2023 e 1,00% a partir de 2024 inclusive.

(e.3) Conciliação dos saldos do valor presente da obrigação atuarial dos planos:

O valor presente da obrigação atuarial representa os custos finais, levantados a valor presente, dos planos de benefício definido para as entidades patrocinadoras. Para levantar esses custos são consideradas diversas variáveis, tais como salários na data da concessão do benefício, rotatividade e mortalidade, contribuições de empregados e tendências de custos médicos. Trata-se, portanto, de levantamento atuarial cujo objetivo precípuo é apurar, com a maior fidedignidade possível, o montante de obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos correntes e passados.
O Método do Crédito Unitário Projetado é utilizado para determinar o valor presente das obrigações de benefício definido e o respectivo custo do serviço corrente e, quando aplicável, o custo do serviço passado. Também é conhecido como "método de benefícios acumulados" e observa cada período de serviço como a origem de uma unidade adicional do direito ao benefício e mensura cada unidade separadamente para construir a obrigação final.

Descrição	Saúde CAIXA		Auxílio/Cesta Alimentação		Assistidos PREVHAB		REG/REPLAN		REB		NOVO PLANO	
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2015	31/12/2014
VPOA[1] no início do exercício	(9.346.949)	(6.211.755)	(861.147)	(751.678)	(49.944)	(45.520)	(41.801.945)	(40.287.215)	(254.556)	(501.705)	(581.419)	(491.780)
Custo do serviço corrente	(162.210)	(400.434)	-	-	-	-	(74.255)	(3.648)	(1.217)	(1.303)	(9.099)	(37.648)
Custo de juros	(588.469)	(728.632)	(57.711)	(84.876)	(3.042)	(5.239)	(2.586.749)	(4.725.790)	(15.670)	(59.913)	(36.316)	(58.521)
Contribuições esperadas de participantes	-	-	-	-	-	-	(11.311)	(17.694)	(9)	(371)	-	(4.483)
Remensurações de ganhos/ (perdas) atuariais:	(2.155.886)	(2.292.659)	(186.276)	(116.981)	5.894	(3.056)	(3.022.067)	1.283.417	(14.981)	302.163	(108.537)	1.101
Ajuste de experiência	(193.209)	(796.063)	(182.301)	(143.399)	5.382	(5.974)	(3.077.081)	(715.647)	(20.432)	304.633	(126.845)	(12.588)
Alterações premissas biométricas	(479.584)	296.766	-	(3.903)	-	174	124.178	(465.883)	3.003	(18.928)	19.690	(60.015)
Alterações premissas financeiras	(1.483.093)	(1.793.362)	(3.975)	30.321	512	2.744	(69.164)	2.464.947	2.448	16.458	(1.384)	73.704
Benefícios pagos pelo plano	155.665	286.531	40.137	92.388	2.305	3.871	1.381.678	1.948.985	9.507	6.573	13.956	9.012
VPOA[1] no final do exercício	**(12.097.849)**	**(9.346.949)**	**(1.055.597)**	**(861.147)**	**(44.787)**	**(49.944)**	**(46.114.649)**	**(41.801.945)**	**(276.926)**	**(254.556)**	**(721.415)**	**(581.419)**

VPOA[1] – Valor Presente da Obrigação Atuarial.

(e.4) Conciliação dos saldos do valor justo dos ativos dos planos:

Os ativos dos planos representam os montantes de recursos (principal e rentabilidade de juros,

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 6.000.000. Dessa forma, em outubro de 2009 a CAIXA firmou o contrato IHCD nº 504, com a liberação dos valores em duas tranches: R$ 2.000.400 em outubro de 2009 e R$ 3.999.600 em janeiro de 2010.

Em 20 de setembro de 2012, por meio da Medida Provisória nº 581, uma nova contratação de crédito entre a CAIXA e a União foi autorizada no montante de até R$ 13.000.000, em condições financeiras e contratuais que permitissem o enquadramento da operação como capital. Nesse sentido a CAIXA assinou os contratos IHCD nº 752 e nº 754 em setembro de 2012 nos valores de R$ 6.800.000 e R$ 6.200.000, respectivamente.

Os IHCD nº 348, 504, 752 e 754 foram contratados durante a vigência da Resolução CMN nº 3.444/07, com cláusulas aderentes à qualificação como Capital a ser utilizado no Nível I e Nível II do Patrimônio de Referência, observados os limitadores existentes à época.

Em observação às Medidas Provisórias 600/12 e 620/13 e em atenção aos requisitos estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional por meio da Resolução CMN nº 4.192/13, em junho de 2013, a CAIXA e a União assinaram dois Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida – IHCD no valor total de R$ 8.000.000 (Contratos nº 868 de R$ 3.000.000 e nº 869 de R$ 5.000.000). Em agosto de 2013, o BACEN considerou estes contratos elegíveis ao Nível I – Capital Principal do Patrimônio de Referência.

Haja vista a implementação das regras de Basileia III a partir de outubro de 2013, a CAIXA assinou em novembro de 2013 aditivos aos contratos nº 348, 504, 752 e 754 para adequação à Resolução CMN nº 4.192/13, sendo realizada nova solicitação ao Banco Central do Brasil – BACEN para elegibilidade da dívida como Nível I – Capital Principal.

Enquanto aguardava-se a autorização do BACEN para a classificação destes instrumentos híbridos como Nível I – Capital Principal, a partir de outubro de 2013 os contratos passaram a ser considerados como Nível I – Capital Complementar e tiveram o percentual de 10% a.a. aplicados como redutor, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.192/13.

Em julho de 2014, o BACEN considerou os contratos nº 348, 504, 752 e 754 elegíveis ao Nível I – Capital Principal do PR da CAIXA. Assim, o valor integral dos contratos passou a constar no Capital Principal da instituição e o redutor de 10% a.a. aplicado até junho de 2014 deixou de ser considerado.

A Resolução CMN nº 4.192/13 determina a reclassificação dos instrumentos que atendam às características de Capital Principal para o Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas.

Composição dos Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida, classificados em Outras Obrigações – Instrumentos de dívida elegíveis a capital:

INDIVIDUAL			
Discriminação	**30/06/2015 (Nota 3 (t))**	**31/12/2014 (Nota 3 (t))**	**30/06/2014 (Nota 3 (t))**
IHCD – elegíveis a capital principal (1)	36.086.566	35.867.958	36.744.579
Contrato 348	7.411.895	7.303.701	7.672.071
Contrato 504	7.564.073	7.453.659	7.800.581
Contrato 752	6.800.000	6.800.000	6.883.676
Contrato 754	6.310.598	6.310.598	6.388.251
Contratos 868 e 869	8.000.000	8.000.000	8.000.000
IHCD – não elegíveis a capital principal (2)	988.282	1.900.636	98.443
Total	**37.074.848**	**37.768.594**	**36.843.022**

CONSOLIDADO			
Discriminação	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
IHCD – elegíveis a capital principal[1]	-	-	28.744.579
Contrato 348	-	-	7.672.071
Contrato 504	-	-	7.800.581
Contrato 752	-	-	6.883.676
Contrato 754	-	-	6.388.251
Contratos 868 e 869	-	-	-
IHCD – não elegíveis a capital principal[2]	988.282	1.900.636	98.443
Total	**988.282**	**1.900.636**	**28.843.022**

[1] Os instrumentos financeiros subordinados elegíveis a capital principal são classificados dentro do Patrimônio Líquido nas Demonstrações Contábeis Consolidadas – Nota 19 (a).

[2] Composto por Juros Remuneratórios a pagar e Atualização Monetária não incorporada.

(e) Diversas

INDIVIDUAL			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	16.397.054	11.665.078	7.636.950
Saúde CAIXA	12.097.849	9.346.949	6.646.187
Auxílio e cesta alimentação	1.055.997	861.147	757.123
Planos de benefícios – Previdência privada	3.243.208	1.456.982	233.640
Provisões para pagamentos a efetuar	4.596.447	4.098.673	4.320.780
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	13.814.308	15.289.661	13.491.032
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	3.314.772	2.836.810	3.211.582
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	2.638.349	2.575.029	2.675.840
Provisões para causas judiciais – outras (Nota 30)	-	-	1.995
Financiamentos imobiliários a liberar	4.657.126	7.926.702	6.939.189
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	1.263	60.531	169.755
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	5.000.297	5.496.219	4.016.575
Obrigações por convênios	618.988	622.597	247.714
Obrigações por contribuições ao SFH	70.228	67.681	71.200
Recursos do FGTS para amortizações	587.388	450.660	381.629
Valores a pagar a sociedades ligadas	236.471	122.019	62.778
Credores diversos Exterior	13.907	89	143
Total	**51.946.598**	**51.211.749**	**43.227.162**

CONSOLIDADO			
Descrição	**30/06/2015**	**31/12/2014**	**30/06/2014**
Passivos atuariais – Benefícios pós-emprego (Nota 32 (a))	16.397.054	11.665.078	7.636.950
Saúde CAIXA	12.097.849	9.346.949	6.646.187
Auxílio e cesta alimentação	1.055.997	861.147	757.123
Planos de benefícios – Previdência privada	3.243.208	1.456.982	233.640
Provisões para pagamentos a efetuar	4.597.054	4.099.103	4.321.245
Credores diversos – País (Nota 18 (f))	13.814.308	15.289.661	13.491.032
Provisões para causas judiciais – demandas trabalhistas (Nota 30)	3.314.772	2.836.810	3.211.582
Provisões para causas judiciais – demandas cíveis (Nota 30)	2.638.349	2.575.029	2.675.840
Provisões para causas judiciais – outras (Nota 30)	-	-	1.995
Financiamentos imobiliários a liberar	4.657.126	7.926.702	6.939.189
Recursos vinculados a operações de crédito[1]	1.263	60.531	169.755
Recursos vinculados a cessão de crédito[2]	5.000.297	5.496.219	4.016.575
Obrigações por convênios	618.988	622.597	247.714
Obrigações por contribuições ao SFH	70.228	67.681	71.200
Recursos do FGTS para amortizações	587.388	450.660	381.629
Valores a pagar a sociedades ligadas	236.471	129.189	62.778
Credores diversos Exterior	13.907	89	143
Total	**51.947.205**	**51.219.349**	**43.227.627**

[1] Recursos apropriados nas contas vinculadas a operações de crédito em nome de clientes, não movimentadas por estes e remunerados com os mesmos encargos incidentes nas respectivas operações.

[2] Operações de Crédito de Habitação securitizadas com retenção de riscos – Resolução CMN nº 3533/2008

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Gestão de Capital

A estrutura de gestão de capital, o processo de gerenciamento de capital e o processo interno de avaliação da adequação de capital (Icaap) encontram-se implementados na CAIXA, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.988/11, e Circular BACEN nº 3.547/11.

A CAIXA adota boas práticas nacionais e internacionais no gerenciamento de capital, em acordo aos princípios, valores, diretrizes e limites estabelecidos pelo Conselho de Administração e recomendações do Comitê de Basileia e órgãos reguladores.

A gestão de capital tem como um de seus objetivos garantir a manutenção de capital suficiente para a execução de estratégias e concretização de negócios, com a premissa de que o processo seja compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da exposição a riscos.

Desta forma, a gestão de capital é realizada por meio de:

- Mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela instituição;
- Políticas e estratégias para o gerenciamento de capital, que estabeleçam mecanismos e procedimentos destinados a manter o capital compatível com os riscos incorridos pela instituição;
- Plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos;
- Simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital;
- Relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a Diretoria e para o Conselho de Administração; e
- Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (Icaap).

Por meio desse gerenciamento, a CAIXA controla e avalia a necessidade de capital para fazer frente aos riscos, avalia potenciais impactos, planeja metas através dos objetivos estratégicos e em observação às diretrizes do Conselho de Administração, e busca a adoção prospectiva com aplicação de cenários de normalidade e estresse para verificar e planejar a composição e o consumo de capital.

Exigência de Capital Regulatório

O quadro a seguir apresenta o detalhamento do cálculo da exigência de capital regulamentar:

Cálculo da exigência de capital regulamentar

Descrição	30/06/2015[1]	31/12/2014	30/06/2014
Patrimônio de Referência – PR	**77.543.602**	**79.402.212**	**68.203.567**
Nível I	**57.802.919**	**59.237.192**	**56.480.962**
Capital Principal – CP	57.802.919	59.237.192	34.186.596
Patrimônio líquido (2)	26.436.920	26.222.765	28.244.519
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013	36.086.566	35.867.958	8.000.000
Excesso ao limite estabelecido no art. 25 da Resolução CMN nº 4.192/2013	(198.111)	-	-
Ajustes prudenciais	(4.522.456)	(2.853.531)	(2.057.923)
Capital Complementar – CC	-	-	22.294.366
Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 3.444/2007	-	-	22.294.366
Nível II	**19.740.683**	**20.165.020**	**11.722.605**
Instrumentos de dívida subordinada	18.653.065	18.554.433	11.722.605
Instrumentos de dívida subordinada (dedução 20%)	(800.796)	-	-
Notas subordinadas	1.619.165	1.370.226	-
Letras financeiras	273.180	244.051	-
Letras financeiras (dedução 20%)	(3.931)	(3.690)	-
Ativos ponderados pelo risco – RWA	**554.171.966**	**493.956.341**	**514.119.087**
Risco de crédito – RWA_{CPAD}	517.010.889	470.702.401	491.776.859
Risco de mercado – carteira de negociação – RWA_{MPAD}	3.567.837	2.986.701	1.966.187
Taxa de juros – RWA_{JUR}	1.756.766	1.985.813	1.631.057
Commodities – RWA_{COM}	-	-	-
Ações – RWA_{ACS}	-	-	-
Câmbio – RWA_{CAM}	1.811.071	1.000.888	335.130
Risco operacional – RWA_{OPAD}	33.593.240	20.267.239	20.376.041
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido (RWA*0,11) – PRMR	**60.958.916**	**54.335.198**	**56.553.100**
Risco de mercado – carteira de não negociação – R_{BAN}	**8.381.101**	**6.561.083**	**4.176.822**
Margem de capital (PR – PRMR – R_{BAN})	**8.203.585**	**18.505.932**	**7.473.645**
Índice de capital principal (CP / RWA)	**10,43%**	**11,99%**	**6,65%**
Índice de capital nível I (Nível I / RWA)	**10,43%**	**11,99%**	**10,99%**
Índice de Basileia (PR / RWA)	**13,99%**	**16,07%**	**13,27%**

[1] Conforme as Resoluções CMN nº 4.192 e 4.193/13, a partir de janeiro de 2015, o cálculo do patrimônio de referência e o cálculo dos requerimentos mínimos de capital passaram a considerar o Conglomerado Prudencial.

[2] Patrimônio Líquido descontado dos Instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados conforme Resolução CMN nº 4.192/2013.

Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados no instrumento contratual, à desvalorização de contratos de crédito originada da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O controle e acompanhamento do risco de crédito ocorre por meio da identificação, mensuração, avaliação e monitoramento de indicadores de atraso, perda realizada, esperada e inesperada, provisão e exigência de capital regulatório e econômico, em diversas granularidades e agrupamentos, possibilitando, a partir da informação de cada contrato, ampla visão do perfil das exposições, por tomador, operação, segmentos da carteira, região geográfica e setor de atividade, dentre outros. Permitindo, dessa forma, a proposição de alternativas à mitigação do risco de crédito e reportes aos gestores de produtos e serviços e às instâncias deliberativas da Instituição.

As exposições de crédito da CAIXA são submetidas à avaliação de risco em modelos baseados em critérios consistentes e verificáveis, capazes de mensurar e classificar os riscos envolvidos em cada operação.

As novas operações são avaliadas a partir de modelos de Credit Scoring – CS ou de análise especialista, a depender das características do tomador e da operação. As operações em carteira sofrem reavaliação periódica, no mínimo anualmente, sendo aplicados modelos de Behavior Scoring – BS nas exposições com perfil de varejo e reavaliação de rating nas demais.

A CAIXA possui rotina anual de revisão dos modelos, políticas, estratégias, limites de exposição ou extrapolação, para reporte e aprovação pelo Conselho Diretor e Conselho de Administração, como parte do aprimoramento contínuo do processo de controle e acompanhamento do risco de crédito. Essas revisões periódicas visam manter a CAIXA aderente às melhores práticas do mercado e ao atendimento aos requerimentos do Novo Acordo de Capitais e dos órgãos supervisores.

Os modelos de mensuração dos indicadores utilizados no acompanhamento das exposições são avaliados e homologados previamente por unidade interna e autônoma, tendo sua capacidade preditiva permanentemente monitorada.

Risco de Mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, incluídas as operações sujeitas à variação cambial, de taxas de juros, de preços de ações e de mercadorias (commodities).

A CAIXA mantém estrutura de gerenciamento de risco de mercado compatível à natureza e complexidade dos instrumentos financeiros, produtos e operações e à dimensão de sua exposição a este risco.

As atividades de administração do risco de mercado são segregadas das atividades negociais e de auditoria, sendo mantidas estruturas independentes de desenvolvimento e monitoração de modelos, de forma a evitar conflitos de interesses e resguardar a imparcialidade dos trabalhos executados.

A identificação prévia dos riscos inerentes a novos instrumentos financeiros, produtos e operações, a análise de sua adequabilidade aos procedimentos e controles adotados pela CAIXA, o monitoramento dos limites de exposição e concentração a riscos de mercado, tanto das operações incluídas na carteira de negociação quanto das demais posições, abrangendo todas as fontes relevantes de risco de mercado e o reporte tempestivo para as instâncias deliberativas visam assegurar menor volatilidade dos resultados da Instituição, alinhamento às melhores práticas de mercado e atendimento à exigência legal.

Mensuração do Risco de Mercado

A mensuração do risco de mercado inicia-se com a marcação a mercado dos títulos e valores mobiliários, ou seja, com o cálculo dos preços de negociação destes instrumentos no mercado secundário, a partir da identificação de todas as posições mantidas pela CAIXA e do cálculo dos seus fluxos de caixa, descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.

Essas taxas de juros são demonstradas por meio da estrutura a termo de taxas de juros, que é a representação gráfica do relacionamento entre as taxas de juros de instrumentos de mesma qualidade de crédito, mas de diferentes prazos, tendo como principal finalidade servir de base para a precificação de instrumentos de renda fixa.

Na CAIXA estas estruturas são estimadas a partir de informações das taxas ou preços negociados no mercado secundário de títulos e nos mercados de derivativos ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada.

***Value at Risk* – VaR**

A CAIXA utiliza a abordagem Delta-Normal para o cálculo do VaR modelo interno, metodologia paramétrica baseada no modelo analítico de matriz de covariância, que supõe que os retornos da carteira são normalmente distribuídos.

As volatilidades e as correlações são calculadas diariamente para um período histórico de dados de 252 dias úteis a partir da série dos retornos das curvas de mercado dos diversos fatores de risco.

Para o cálculo do VaR, o sistema de mensuração de risco de mercado utiliza técnica de ponderação dos dados EWMA – Exponentially Weighted Moving Average, método de suavização exponencial que pondera as observações conforme o parâmetro de decaimento escolhido, desde que o resultado do VaR seja mais conservador que o resultado calculado pela variância amostral.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

A acurácia desse modelo é monitorada diariamente por meio da execução do programa de testes de aderência, utilizando-se duas metodologias que contam o número de violações, um procedimento padrão estabelecido no Acordo de Basileia e o teste de proporção de falhas proposto por Kupiec. Esses testes verificam se os ganhos ou perdas não realizados são menores que o VaR calculado para os níveis de confiança de 95%, 97,5% e 99%.
A contagem de violações para aplicação dessas metodologias é realizada por meio da mensuração das perdas não realizadas e resultados efetivos.
Na primeira, é considerado violação o resultado negativo decorrente de perdas não realizadas maior que o VaR projetado para o dia. Na segunda, é considerado violação o resultado negativo decorrente da variação do valor da carteira, considerando as negociações realizadas no dia, maior que o VaR projetado para o dia. Nos dois casos, essa contagem de violações em determinado período deve estar de acordo com o intervalo de confiança estabelecido para o modelo.

Testes de Estresse
O Programa de Testes de Estresse, que complementa a visão fornecida pelo cálculo do VaR, adota cenários históricos, datas históricas, cenários prospectivos e análise de sensibilidade, de forma a reproduzir períodos históricos, datas relevantes, simular adversidades baseadas em características da carteira e do ambiente macroeconômico que representem condições severas e as variações graduais nas curvas de mercado, respectivamente.
A análise de cenários históricos utiliza os piores cenários de curvas de juros já ocorridos para mensurar seus impactos sobre o valor do portfólio da CAIXA.
São utilizados dois cenários para avaliação dos impactos: o primeiro consiste em encontrar a pior data existente na base de dados para definir o valor em risco de estresse, e o segundo, em encontrar a pior data para cada fator de risco existente na carteira e somar esses resultados, considerando dessa maneira uma possível quebra de premissa.
A análise de datas históricas apura o VaR a partir de datas relevantes e conhecidas de estresse ocorridas entre 2000 e 2003. São determinados os piores choques ocorridos no período e aplicados às curvas de taxas de juros de forma a mensurar a perda no valor da carteira caso estes choques venham a se repetir.
A análise de cenários prospectivos consiste em verificar os impactos no valor do portfólio da CAIXA, caso o cenário projetado ocorra. Na CAIXA, os cenários prospectivos são propostos pela Vice-Presidência de Finanças e Controladoria com a explicação das premissas e hipóteses adotadas para cada variável explicativa dos modelos e aprovados pelo Comitê de Risco, para que possam ser utilizados como insumos para os modelos de risco.
São utilizados três tipos de cenários prospectivos para o gerenciamento do risco de mercado:
- Básico, considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
- Estresse de alta, ponderando possíveis adversidades internas e externas que impactem em elevação da taxa de juros acima do considerado no cenário Básico; e
- Estresse de baixa, considerando hipóteses alternativas que impactem em redução da taxa de juros para patamares abaixo do considerado no cenário Básico.

A análise da sensibilidade da carteira a possíveis alterações nas taxas dos fatores de risco é realizada com a aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, de maneira a simular a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.
Os resultados dos testes de estresse são considerados em todo o processo de gerenciamento do risco de mercado, inclusive para estabelecer ou rever as políticas e limites de exposição a risco.

Carteira de negociação
A carteira de negociação da CAIXA é composta por todas as operações com títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a hedge de outros elementos desta carteira e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. A evolução do valor em risco da carteira, segmentado por fator de risco é apresentado a seguir:

Valor em Risco em Cenário de Normalidade(1)

Fatores de Risco	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
PRE	16.249	8.546	10.425
Cupom IPCA	49	270	1
Cupom SELIC	(2)	-	-
Cupom TR	-	-	1
VaR com ED	**16.296**	**8.816**	**10.427**

(1) Todos os valores apresentados consideram o efeito diversificação da carteira.

Operações não classificadas na carteira de negociação
As operações não classificadas na carteira de negociação abrangem os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias II – disponíveis para venda e III – mantidos até o vencimento, as operações ativas das carteiras comercial, habitacional e de saneamento e infraestrutura, e as operações passivas de captações e depósitos.
Visando assegurar que o Patrimônio de Referência – PR seja suficiente para fazer frente aos riscos de mercado assumidos pela CAIXA, a área de risco mensura e avalia o risco de taxas de juros destas operações considerando a sua natureza, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição a este risco.
A estimação do PR compatível com o risco de mercado das operações não classificadas na carteira de negociação e sujeitas à variação de taxas de juros é realizada por meio da metodologia EVE – Economic Value of Equity, em consonância com os critérios estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.365/07 e os princípios do Acordo de Basiléia. O monitoramento dos níveis de exposição destas operações ao risco de taxas de juros e o cumprimento dos limites estabelecidos são reportados à Alta Administração mensalmente.
São realizados testes de estresse em conformidade ao estabelecido na Circular BACEN nº 3.365/2007. Adicionalmente, realiza-se análises de sensibilidade, que permitem verificar a variação no valor da carteira banking a partir da aplicação de pontos percentuais à estrutura a termo de cada um dos fatores de risco, simulando a elevação nas taxas e a consequente redução dos preços dos ativos.

Instrumentos Financeiros – Valor de mercado

Descrição	Valor Contábil			Valor Marcado a Mercado			Valores a Pagar ou a Receber		
	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – ATIVOS									
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8.163.593	6.533.817	6.815.947	8.163.008	6.533.766	6.815.587	(585)	(51)	(360)
Aplicações em operações compromissadas	117.549.929	113.973.136	78.459.281	117.549.929	113.952.540	78.459.281	-	(20.596)	-
Títulos e valores mobiliários e instr. financ.	167.909.490	166.025.859	165.894.833	167.701.582	166.039.625	166.302.849	(207.908)	13.766	408.016
Títulos para negociação	102.699.876	101.697.936	103.235.984	102.699.876	101.697.936	103.235.984	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	17.686.347	15.039.809	15.957.972	17.686.347	15.039.809	15.957.972	-	-	-
Títulos mantidos até o vencimento	47.523.267	49.288.114	46.700.877	47.315.359	49.301.880	47.108.893	(207.908)	13.766	408.016
Operações de crédito, arrendam. mercantil e outros créditos	632.895.702	594.754.777	544.587.248	591.324.230	556.953.867	530.337.613	(41.571.472)	(37.800.910)	(14.249.635)
Comercial	196.285.575	190.519.837	187.133.079	207.696.623	197.257.226	201.274.344	11.411.048	6.737.389	14.141.265
Habitação	366.642.407	339.838.641	303.547.993	331.051.767	311.713.400	285.189.209	(35.590.640)	(28.125.241)	(18.358.784)
Infraestrutura/desenvolvimento	63.040.013	56.481.914	45.982.514	45.648.133	40.068.856	35.950.398	(17.391.880)	(16.413.058)	(10.032.116)
Outros créditos	6.927.707	7.914.385	7.923.662	6.927.707	7.914.385	7.923.662	-	-	-
Comparativo entre os instrumentos financeiros registrados em contas patrimoniais e seu valor marcado a mercado – PASSIVOS									
Captações de recursos	259.889.724	227.640.742	193.819.396	258.687.069	226.931.157	199.097.963	(1.202.655)	(709.585)	5.278.567
CDB/RDB	97.605.984	89.891.665	82.781.229	97.860.395	90.118.460	82.980.643	254.411	226.795	199.414
LCI LH	149.628.937	126.971.227	102.121.778	147.469.045	125.510.353	106.454.037	(2.159.892)	(1.460.874)	4.332.259
Obrigações por TVM no Exterior	12.654.803	10.777.850	8.916.389	13.357.629	11.302.344	9.663.283	702.826	524.494	746.894
Captação em operações compromissadas	176.283.465	172.769.884	145.922.774	177.213.692	172.755.223	147.023.300	930.227	(14.661)	1.100.526
Obrigações por empréstimos e repasses e outras	198.618.443	180.008.939	154.020.030	137.886.656	130.600.029	115.366.304	(60.731.787)	(49.408.910)	(38.653.726)
Exterior	9.697.669	5.450.039	3.476.597	9.683.198	5.353.897	3.472.652	(14.471)	(96.142)	(3.945)
Tesouro	42.536	40.574	38.772	43.857	41.910	40.231	1.321	1.336	1.459
FGTS(1)	156.491.749	145.033.444	144.834.457	110.801.191	108.353.417	104.075.425	(45.690.558)	(36.680.027)	(40.759.032)
BNDES	31.367.136	28.239.713	4.595.361	16.541.605	15.799.197	6.814.265	(14.825.531)	(12.440.516)	2.218.904
Depósitos não remunerados	1.019.353	1.245.169	1.074.843	816.805	1.051.608	963.731	(202.548)	(193.561)	(111.112)
Instrumento híbrido de capital e dívida	20.555.333	20.177.205	40.777.493	14.775.563	14.869.513	37.274.461	(5.779.770)	(5.307.692)	(3.503.032)

Determinação de valor de mercado dos instrumentos financeiros
Os preços dos instrumentos financeiros da carteira de títulos e valores mobiliários são determinados a partir das taxas ou dos preços praticados nas transações diárias, desde que obedecida a condição de ocorrência de uma quantidade mínima de negócios na data da apuração.
O preço de mercado das ações listadas em bolsa de valores corresponde ao preço de fechamento do dia, e o dos derivativos padronizados ao preço de ajuste do dia.
Os preços de negociação dos instrumentos de renda fixa são calculados mediante a construção dos seus fluxos de caixa descontados pelas taxas de juros de mercado de cada instrumento.
As taxas de juros são demonstradas por meio de estrutura a termo de taxas de juros estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação no mercado secundário ou, no caso de ativos sem negociação, por metodologia apropriada, utilizando-se as seguintes premissas nesta ordem:
a) Utilização de preços e taxas indicativas apuradas e divulgadas pela ANBIMA;
b) Construção da estrutura a termo pela agregação à taxa ou sobretaxa do papel do spread entre uma curva de taxa de juros de títulos públicos e uma da BM&F com características semelhantes ou uma curva de um ativo com mesma característica e que possua liquidez no mercado secundário.
O processo de marcação a mercado das demais operações não classificadas na carteira de negociação, sujeitas ao risco de taxas de juros, é baseado na construção dos fluxos de caixa dos ativos e passivos e das estruturas a termo de taxas de juros de mercado.
Os fluxos de caixa são construídos a partir das características das operações, com utilização de modelos estatísticos para aquelas que não possuem vencimento definido. Estes fluxos são descontados pelas estruturas a termo estimadas a partir de informações disponíveis de taxas e preços de negociação de mercado dos instrumentos financeiros disponíveis, tais como: contratos futuros, títulos públicos ou operações de *swap*.

Análise de Sensibilidade das Posições Relevantes – Instrução CVM nº 475
A análise de sensibilidade permite verificar o impacto das variações das taxas de juros sobre os preços dos ativos e passivos, por fator de risco. Estes estudos hipotéticos tornam-se ferramenta de gestão do risco de mercado, possibilitando a definição de medidas de mitigação em caso de concretização de tais cenários, uma vez que as exposições são monitoradas diariamente e movimentos adversos do mercado produzem a imediata atuação das unidades envolvidas no processo visando minimizar eventuais perdas que venham a ocorrer.
Em atendimento à Instrução CVM nº 475, de 17/12/2008, as análises de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerado relevante pela Alta Administração, ao qual a CAIXA estava exposta, incluíram todas as operações relevantes com instrumentos financeiros e consideraram as maiores perdas em cada um dos cenários a seguir:

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Cenário I: Cenário provável considerando a trajetória mais provável das variáveis e indicadores macroeconômicos;
Cenário II: Cenário eventual que considera um choque paralelo no cenário I, de mais ou menos 25% nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço;
Cenário III: Segundo cenário eventual que considera um choque paralelo de mais ou menos 50% no cenário I, nas variáveis de risco na data de fechamento do balanço, sendo consideradas as piores perdas resultantes.

Os resultados dos Instrumentos Financeiros em 30/06/2015 apurados estão sintetizados no quadro a seguir:

Descrição	Risco	Cenário Provável	Var. de 25%	Var. de 50%
Prefixado	Aumento de taxa de juros	(280.098)	(6.591.631)	(12.427.410)
Índice de preços	Aumento de cupons de índice de preços	(19.215)	(455.044)	(861.761)
TR/TBF/TJLP	Aumento de cupom de TR	(181.039)	(3.884.632)	(6.708.965)
Variação cambial	Queda nas taxas de câmbio	(1.913)	(48.408)	(98.038)

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é definido como:

I – A possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e

II – A possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

As regras para administração do risco de liquidez, envolvendo práticas, processos, procedimentos, modelos e reportes foram estabelecidas pelo Comitê de Risco visando manter a exposição a este risco em níveis aceitáveis e evitar que ocorram desequilíbrios entre os ativos negociáveis e os passivos exigíveis que possam afetar a capacidade de pagamento da CAIXA.

O gerenciamento deste risco é realizado por meio de modelos internos de projeção dos fluxos financeiros dos produtos, serviços e operações, em situação de normalidade e de estresse.

Para enfrentar situações de estresse, foi estabelecido Plano de Contingência de Liquidez com o objetivo de identificar antecipadamente e aumentar a capacidade da CAIXA para enfrentar crises de liquidez internas ou externas, minimizando seus potenciais efeitos na continuidade dos negócios da CAIXA, na sua capacidade de geração de resultado e na sua imagem. O Plano sistematiza os indicadores utilizados para a identificação de situações de crise, as responsabilidades das unidades e instâncias envolvidas na sua execução e os procedimentos a serem seguidos para conduzir a CAIXA a uma situação aceitável ou restabelecer o seu nível de liquidez anterior ao início da crise.

A mensuração e o monitoramento dos níveis de exposição ao risco de liquidez são reportados diariamente às Vice-Presidências de Risco e de Finanças e Controladoria, mensalmente, ao Comitê de Risco e, semestralmente, ao Conselho de Administração.

Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Essa definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrente das atividades desenvolvidas pela CAIXA.

Identificar, avaliar, mensurar, mitigar, monitorar, controlar e reportar são as fases para o perfeito ciclo de Gestão do Risco Operacional. Na CAIXA esta gestão está embasada em uma estrutura composta por três premissas básicas:

- Ambiente adequado de gerenciamento de Risco Operacional, formado pelo patrocínio da Alta Administração, por um conjunto de políticas e normas e por um processo segregado de auditoria;
- Processo de gerenciamento de Risco Operacional, composto pelas etapas de Identificação, Avaliação, Controle/Mitigação, Monitoramento e Reporte. Todas essas etapas estão interligadas de forma que o fluxo de análise tenha começo, meio e fim bem definidos; e
- Divulgação de informações de Risco Operacional, definido segundo o objetivo e público-alvo.

A avaliação do Risco Operacional na CAIXA é realizada por meio de duas análises: a análise preventiva e a análise reativa. A análise preventiva busca encontrar variáveis e indicadores que possam sinalizar prováveis ocorrências de perdas para agir antes que essas ocorram. A análise reativa busca estudar o comportamento das perdas para então encontrar possíveis causas. Em ambos os casos, a avaliação tenta fornecer instrumentos e informações suficientes para que o risco seja controlado/mitigado, monitorado e reportado. As diversas Unidades Gestoras da CAIXA são as maiores fontes de informação para a Identificação e Avaliação do Risco Operacional.

Metodologia de Cálculo Adotada na CAIXA

Em atenção aos critérios contidos na Circular BACEN nº 3640/2013, foi desenvolvida uma ferramenta para realizar cálculo integrando as três abordagens previstas:

- Abordagem do Indicador Básico – BIA;
- Abordagem Padronizada Alternativa – ASA; e
- Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada – ASA2.

A Abordagem Padronizada Alternativa – ASA, metodologia adotada na CAIXA, segue os procedimentos definidos na Circular BACEN acima, para efetivar o cálculo da parcela dos ativos ponderados, relativa ao cálculo do capital requerido para o Risco Operacional.

A Circular nº 3.675/2013 definiu que o BACEN poderá exigir que o cálculo da parcela RWAopad seja efetuado com utilização da metodologia do Indicador Básico (BIA), em virtude de eventual necessidade de correção ou aprimoramento na utilização da Abordagem Padronizada Alternativa (ASA) ou da Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada (ASA2), inclusive nos casos em que o processo de classificação em linhas de negócio não evidenciar a utilização de critérios adequados, consistentes e passíveis de verificação.

Encontra-se em estudo pelo Comitê de Basileia uma metodologia de alocação de capital alternativa aos modelos básico e padronizado, denominado de OpCaR (Operational Capital at Risk), trazendo como novidade a substituição do Gross Income (Resultado Bruto) como insumo principal do cálculo, dando lugar ao Business Indicator, sendo este último uma proxy do volume de negócios do banco.

Tal abordagem gerou um documento colocado em consulta pública pelo Comitê de Basiléia, com a descrição da metodologia, que foi analisada pelos bancos brasileiros, BACEN e FEBRABAN, inclusive com a geração de simulações pelos maiores bancos, que estão sendo verificadas pelo BACEN e FEBRABAN.

Modelos Internos

As abordagens avançadas de alocação de capital para risco operacional envolvem o aperfeiçoamento das técnicas de gestão e controle e, como resultado, espera-se reduzir o impacto decorrente de fraudes (internas e/ou externas), falhas de procedimentos operacionais, falha na gestão de contratos trabalhista, entre outros, para mitigar a exposição ao risco operacional. O modelo interno, conhecido por esta terminologia por necessitar de várias informações da própria instituição, requer maior número de variáveis a serem agregadas ao cálculo da parcela relativa ao risco operacional, dos ativos ponderados pelo risco, resultando em um valor mais preciso de capital regulamentar a ser alocado.

O modelo requer, no mínimo, o uso e integração de quatro elementos:

- Dados internos de perdas operacionais – a base de dados internos dos eventos associados aos riscos e perdas operacionais deve ser composta com informações das áreas gerenciais em consonância com as da contabilidade;
- Dados externos de perdas operacionais – a base de dados externos auxilia na quantificação dos eventos de risco operacional ocorridos em outras instituições e contribui para a quantificação de eventos nunca ocorridos internamente, aqueles de baixíssima frequência;
- Indicadores relativos ao ambiente de negócios e aos controles internos – Refletem o controle interno e o ambiente operacional e de negócios a que a CAIXA está exposta a riscos operacionais e que servirão como mitigadores da exposição.
- Análise de cenários – Permite representar as mudanças no ambiente de negócio interno e externo incorporando situações que não estão nos dados internos, pois possibilita considerar o impacto de eventos extremos nas suas operações.

Monitoramento, Controle Operacional e Mitigação

Os registros de perdas decorrentes de eventos de risco operacional são monitorados e apresentados com o objetivo de refinar a tomada de decisão e direcionar a elaboração de ações de mitigação. Também são monitoradas sistematicamente as informações provenientes dos indicadores da exposição da CAIXA às ocorrências dos eventos de Risco Operacional.

Para o controle operacional de produtos e serviços, é utilizada ferramenta específica, onde se encontram consolidados os pareceres de diversas áreas, cuja contribuição perpassa desde a apresentação de projetos até a avaliação do comportamento dos produtos e serviços em relação aos níveis de risco projetados.

Visando a redução de riscos e a melhoria de controles, são elaboradas ações de mitigação do risco operacional, que representam medidas preventivas, corretivas ou de aprimoramento da gestão, e para se obter um melhor monitoramento, essas ações são registradas em sistema corporativo.

Gestão da Continuidade dos Negócios

A gestão da continuidade dos negócios é parte do gerenciamento de risco operacional e sua atuação se dá por meio do Programa de Continuidade dos Negócios – PCN CAIXA frente às possíveis interrupções nos serviços e atividades, como fator fundamental para o sucesso de qualquer iniciativa de preservação ou recomposição da capacidade de realizar negócios.

Gestão da Segurança da Informação

A gestão de Segurança da Informação é um elemento importante na estrutura da CAIXA, cujo envolvimento de todas as áreas da CAIXA na construção e consolidação de modelos, procedimentos, estrutura, ferramentas e cultura corporativa resultam numa gestão focada fundamentalmente na proteção dos ativos de informações da Instituição.

Gestão de Crises

A Gestão de Crise é um componente da Gestão de Continuidade dos Negócios, que busca gerenciar de forma efetiva eventos de impacto significativo que abalem um ou mais pilares: pessoas, negócios, infraestrutura, informações, TI e fornecedores. Esta gestão envolve ações de preparação, identificação, resposta, resolução e, ao final, a observação das lições aprendidas, o chamado pós-crise.

NA CAIXA, o gerenciamento de crise está estruturado num modelo que contempla premissas, responsabilidades e formas de atuação, estas, sempre coordenadas por um Grupo de Gestão.

Transparência e Divulgação

A transparência e a divulgação de informações sobre o risco operacional da CAIXA são fatores imprescindíveis para que os participantes do mercado possam avaliar a qualidade do gerenciamento dessa categoria de risco na Instituição.

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

Existe um processo estruturado de comunicação interna e de divulgação ao mercado com o objetivo de integrar a transparência à rotina da CAIXA e demonstrar o seu compromisso com a consistência dos dados, com o ambiente bancário seguro e com a sociedade brasileira.

Disseminação de Cultura de Risco Operacional
Estão disponíveis na Universidade CAIXA dois cursos sobre Risco Operacional, módulos Básico e Avançado de fácil acesso para os empregados da Instituição, com o objetivo de disseminar internamente a cultura de gerenciamento dessa categoria de risco. Nesta mesma linha, existem manuais normativos referentes à Política de Risco Operacional, bem como a procedimentos associados ao ciclo de gestão.

Nota 34 – Outras informações

(a) Convergência para as Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS
Visando a convergência das Práticas Contábeis adotadas no Brasil (BrGaap) para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), o Conselho Monetário Nacional aprovou os seguintes pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC):

- Resolução CMN n° 3.566/2008: **CPC 01** Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- Resolução CMN n° 3.604/2008: **CPC 03** Demonstração do Fluxo de Caixa;
- Resolução CMN n° 3.750/2009: **CPC 05** Divulgação sobre Partes Relacionadas;
- Resolução CMN n° 3.823/2009: **CPC 25** Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes;
- Resolução CMN n° 3.973/2011: **CPC 24** Evento Subsequente;
- Resolução CMN n° 3.989/2011: **CPC 10** Pagamento Baseado em Ações;
- Resolução CMN n° 4.007/2011: **CPC 23** Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retific. de Erro; e
- Resolução CMN n° 4.144/2012: **CPC 00** Pronunciamento Conceitual Básico;

Os pronunciamentos CPC 00, CPC 01, CPC 03, CPC 05, CPC 23, CPC 24 e CPC 25 já foram adotados na elaboração das demonstrações contábeis da CAIXA, bem como os demais pronunciamentos aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que não divergem das normas emitidas pelo órgão regulador.

(b) Patrimônios líquidos de Fundos/Programas Sociais administrados pela CAIXA:

PL de Fundos/Programas Sociais administrados

Descrição	30/06/2015	31/12/2014	30/06/2014
PIS	30.908.276	28.674.573	28.761.529
FGTS	87.669.243	75.023.898	69.536.089
FAR	35.945.312	30.779.021	24.966.191
FDS	1.153.987	1.143.187	1.124.003
FAS	28.009	27.987	27.962
FGS	578.933	269.910	128.228
FGHAB	1.630.930	1.788.550	1.585.032
CCA	77.458	63.776	53.821
CCAM	32	28	24
FGCN	4.766.970	4.755.903	3.717.930
FCE	-	4	7
Total	**162.759.150**	**142.526.837**	**129.900.816**
FCVS	**(99.874.914)**	**(97.974.486)**	**(93.193.761)**

(c) Garantias prestadas a terceiros
Registra-se o valor de R$ 69.554 (31/12/2014 – R$ 69.554), referente aos imóveis patrimoniais e títulos penhorados em garantias prestadas a terceiros, relativo a ações judiciais contra a CAIXA.

(d) FGTS
O risco de crédito das operações contratadas a partir de 1º de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Operador, ficando a União com o risco nas aplicações efetuadas até aquela data, conforme estabelecido no art. 9º da Lei nº 8.036/1990, alterado pelo art. 12 da Medida Provisória nº 2.196-3/2001. Em consonância com o que estabelece a estrutura de gerenciamento de risco da CAIXA, não há necessidade de provisionamento para fazer frente a esse risco de crédito.

(e) FIES
O risco de crédito das operações contratadas a partir de 12 de junho de 2001 é da CAIXA na qualidade de Agente Financeiro e devedor solidário no limite percentual de 25%, conforme estabelecido no art. 5º da Lei nº 10.260/2001, atualizado pela Lei nº 11.552/2007. O resultado da avaliação desse risco de crédito é reconhecido como provisão na CAIXA na conta de "Obrigações diversas" no montante de R$ 211.587 (31/12/2014 – R$ 186.651).

(f) Reestruturação societária do segmento de seguridade – ações em andamento
Em continuidade ao processo de reorganização societária do segmentos de seguridade, a CAIXA está em tratativas para incorporação das empresas Panamericana Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada Ltda. e PAN Seguros S.A. na empresa CAIXA Operadora, sem alteração nas participações existentes na CAIXA Seguridade S.A. (Nota 2 (c)). Também está em curso, providências para alteração do estatuto, razão e objeto social da CAIXA Operadora e a realização de estudos no sentido de se viabilizar uma oferta pública inicial de ações (IPO) da CAIXA Seguridade no decorrer do 2º semestre de 2015.

Nota 35 – Eventos subsequentes
A Medida Provisória nº 675, de 21 de maio de 2015, elevou a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) devida pelas pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização e pelas instituições financeiras de 15% (quinze por cento) para 20% (vinte por cento). A medida entrará em vigor em 1º de setembro de 2015 e produzirá impactos na tributação corrente e diferida da Instituição.

Miriam Aparecida Belchior
Presidenta

Antônio Carlos Ferreira
Vice-presidente

Fábio Lenza
Vice-presidente

Lucas José Palomero
Vice-presidente interino
Portaria nº 932/2015

Joaquim Lima de Oliveira
Vice-presidente

Jose Carlos Medaglia Filho
Vice-presidente

José Henrique Marques da Cruz
Vice-presidente

Márcio Percival Alves Pinto
Vice-presidente

Rauelison da Silva Muniz dos Santos
Vice-presidente em exercício
Portaria nº 1376/2015

Teotônio Costa Rezende
Vice-presidente interino
Portaria nº 072/2015

Marcos Brasiliano Rosa
Superintendente Nacional
Contador CRC 022351/O-1-DF

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA
PRIMEIRO SEMESTRE DE 2015

O Comitê de Auditoria é órgão estatutário de assessoramento, vinculado diretamente ao Conselho de Administração da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.

O Comitê desincumbiu, com independência, as atribuições e responsabilidades que lhe são conferidas pela Resolução CMN nº 3.198, de 27.05.2004, orientado pelo Plano de Trabalho para o exercício de 2015, aprovado por aquele Conselho. O regimento interno do Comitê está disponível no site http://www.caixa.gov.br.

Ao longo do primeiro semestre de 2015, participou de reuniões com integrantes dos Conselhos Diretor e Fiscal e de todas as promovidas pelo Conselho de Administração. Realizou encontros, isolada ou conjuntamente, com diversas áreas da Empresa, emprestando ênfase, por força da natureza de suas atividades, aos debates e análises com as áreas de controle institucional, de gerenciamento de riscos, de contabilidade e tributos, de controladoria e de ouvidoria. Com as equipes de auditoria interna e independente, discutiu os seus planejamentos, conheceu os resultados dos principais trabalhos e examinou suas conclusões e recomendações, e revisou as demonstrações contábeis e respectivas notas explicativas.

Naquelas oportunidades, colheu informações, observações e diagnósticos a propósito de aspectos relevantes ou críticos, debateu ações corretivas e oportunidades de aperfeiçoamentos, discutiu planos e ações, formulou apontamentos, informou-se sobre o estágio das recomendações ou determinações emanadas dos diversos órgãos externos e das várias instâncias de controle, cuidando de conferir a consistência e a efetividade das respectivas atribuições.

Manteve-se em sintonia com os contextos regulatórios e econômicos e suas implicações para a CAIXA e atentou para os reflexos do modelo de gestão em implantação e para a dinâmica de atuação da Empresa, em particular quanto aos aspectos relacionados a controles internos, gestão de riscos e auditoria.

Em razão das atividades desenvolvidas, o Comitê reuniu um acervo de informações que constituiu a base de suas avaliações. Assim, analisados os elementos colecionados, considerados os

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

resultados das análises efetuadas e ponderadas as responsabilidades e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o COAUD concluiu que:
i) os sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos da CAIXA revelam satisfatório nível de efetividade, observada a necessidade de constantes aperfeiçoamentos que se ajustem, em velocidade compatível com as transformações experimentadas, ao atual porte e à maior complexidade operacional da Empresa;
ii) a atuação da auditoria interna mostrou-se efetiva, anotando-se iniciativas de aprimoramentos que visam mantê-la em linha com a crescente necessidade imposta pelo novo patamar alcançado pela CAIXA;
iii) em relação à auditoria independente, não foram identificadas situações que pudessem comprometer sua efetividade e independência; e
iv) as demonstrações contábeis, individual e consolidada, inclusive notas explicativas, relatório da administração e parecer da auditoria independente, foram elaboradas em consonância com as normas de regência e as melhores práticas adotadas no País, refletindo, em seus aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira da Caixa Econômica Federal em 30.06.2015.

Brasília (DF), 24 de agosto de 2015.

Reinaldo Busch Alves Carneiro
Presidente

Adilson da Conceição Rocha
Membro

Arnaldo Jose Vollet
Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Caixa Econômica Federal – CAIXA

Examinamos as demonstrações contábeis individuais da Caixa Econômica Federal – CAIXA ("CAIXA" ou "Instituição") e as demonstrações contábeis consolidadas da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 30 de junho de 2015 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A Administração da CAIXA é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da CAIXA para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da CAIXA. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual da Caixa Econômica Federal – CAIXA, bem como a posição patrimonial e financeira consolidada da Caixa Econômica Federal – CAIXA e suas controladas em 30 de junho de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfases

Créditos com FCVS

Chamamos a atenção para a nota 7(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2015, a CAIXA (individual e consolidado) possui créditos junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais – FCVS no montante líquido de R$ 26.230 milhões. Os financiamentos habitacionais encerrados com cobertura do FCVS, ainda não homologados, montam R$ 11.476 milhões e a sua efetiva realização depende da aderência a um conjunto de normas e procedimentos definidos em regulamentação emitida pelo FCVS. A CAIXA estabeleceu critérios estatísticos para estimar as perdas decorrentes de operações que não venham a atender a essas normas, para as quais constituiu provisão no valor de R$ 2.641 milhões. A realização dos créditos relacionados a financiamentos habitacionais já homologados pelo FCVS, no montante de R$ 17.395 milhões, em 30 de junho de 2015, segue um processo de securitização (emissão de títulos por parte da União), conforme previsto na Lei nº 10.150 de 2000. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários

Chamamos a atenção para a nota 20(b) às demonstrações contábeis, que descreve que, em 30 de junho de 2015, a CAIXA (individual e consolidado) possui R$ 30.037 milhões de créditos tributários de imposto de renda, contribuição social, PASEP e COFINS apurados sobre prejuízos fiscais, diferenças temporárias e contribuição social a compensar, deduzidos de provisão para realização desses créditos no valor de R$ 940 milhões. O valor líquido de R$ 29.097 milhões, registrado no ativo, refere-se à estimativa da administração considerando a realização prevista para os próximos dez exercícios sociais. A realização desses créditos tributários está diretamente relacionada à geração de lucros tributáveis futuros, a qual pode variar da atual estimativa da administração. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Créditos tributários em controlada em conjunto

Em 30 de junho de 2015, a controlada, em conjunto com Banco Panamericano S.A., a qual é avaliada pelo método de equivalência patrimonial, possui créditos tributários de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 2.812 milhões, reconhecidos substancialmente com base em estudo do cenário atual e futuro efetuado em 30 de junho de 2015, cujas premissas principais utilizadas foram os indicadores macroeconômicos, de produção, custo de captação, o ingresso de recursos por meio do reforço de capital e realização de ativos. A realização desses créditos tributários depende da materialização dessas projeções e do plano de negócios na forma como aprovados pelos órgãos da Administração do Banco Panamericano S.A. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Riscos relacionados a não conformidade com leis e regulamentos

Conforme mencionado na nota explicativa 2(e), em função de notícias veiculadas na mídia, a partir de 10 de abril de 2015, a respeito do suposto envolvimento de fornecedores de serviços da CAIXA na 11ª. fase do processo de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como "A Origem", a Administração da CAIXA adotou ações investigativas, com o

continua...

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100070

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 1º SEMESTRE DE 2015
SBS - Quadra 04 - Lotes 3/4 - 21º andar - CEP 70.092-900 - Brasília/DF - CNPJ 00.360.305/0001-04

propósito de identificar eventuais descumprimentos de leis e regulamentos por parte de seus empregados e administradores relacionados a essa alegação. Essas ações já foram concluídas, incluindo o processo de investigação interno. Entretanto, como a operação "A Origem" ainda encontra-se em andamento, neste momento não é possível prever os desdobramentos futuros decorrentes do processo de investigação conduzido pelas autoridades públicas, nem seus eventuais efeitos nas demonstrações contábeis da CAIXA. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado

Examinamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidado, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2015, preparadas sob a responsabilidade da Administração da CAIXA, cuja apresentação está sendo efetuada de forma voluntária. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes ao 2º trimestre de 2015

Os valores referentes às demonstrações individuais e consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes ao 2º trimestre de 2015, que estão sendo apresentadas pela Administração da CAIXA como informações suplementares, foram por nós revisadas e sobre as quais emitimos relatório de revisão, sem modificações, contendo as mesmas ênfases acima descritas, datado de 24 de agosto de 2015.

São Paulo, 24 de agosto de 2015.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-SP

Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC-1SP172167/O-6

Renata Zanotta Calçada
Contador CRC-1RS062793/O-8

PARECER DO CONSELHO FISCAL

PARECER Nº 018/2015, DA ATA Nº 686, DE 21/08/2015

Assunto: **Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, Balancete Mensal de Junho, Demonstrações Contábeis Consolidadas do Conglomerado Prudencial e Execução Orçamentária da Caixa Econômica Federal, referentes ao 1º Semestre de 2015 – Resolução do Conselho Diretor nº 2.170/2015.**

O Conselho Fiscal da Caixa Econômica Federal, consoante o artigo 50 do Estatuto Social da Empresa, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28/03/2013, combinado com o artigo 163, incisos VI e VII da Lei nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, **examinou** as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, o Balancete Mensal de junho, o Estudo do Crédito Tributário e a Execução Orçamentária da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, referentes ao 1º semestre de 2015. Com base nos documentos apresentados, na análise procedida em reuniões ocorridas mensalmente, no Relatório da Auditoria Interna e demais informações prestadas pela área, considerando o Parecer emitido pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes, as observações dispostas em seu Relatório, sobretudo as ênfases, **o Conselho Fiscal opina no sentido de que demonstrações contábeis, os atos administrativos e o Relatório da Administração refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa,** estando de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Brasília, 21 de agosto de 2015.

ANELIZE LENZI RUAS DE ALMEIDA
Conselheira

LEONARDO SILVEIRA DO NASCIMENTO
Conselheiro

MANUEL AUGUSTO ALVES SILVA
Conselheiro

WILLIAM BAGHDASSARIAN
Conselheiro

LUIZ ROBERTO BEGGIORA
Presidente

PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da Caixa Econômica Federal, em cumprimento ao disposto no artigo 18, inciso X, alínea "f", do Estatuto da CAIXA, aprovado pelo Decreto nº 7.973, de 28 de março de 2013, e alterado pelo Decreto nº 8.199, de 26 de fevereiro de 2014, tomando por base o Relatório do Comitê de Auditoria da CAIXA e o Parecer da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S., e considerando o opinamento do Conselho Fiscal, **aprovou** as Demonstrações Contábeis da Caixa Econômica Federal, relativas ao semestre findo em 30/06/2015.

Brasília, 24 de agosto de 2015.

FERNANDO FERRAZ RÊGO NEIVA
Conselheiro Representante dos Empregados
Titular

GUILHERME ESTRADA RODRIGUES
Conselheiro

LIANA DO RÊGO MOTTA VELOSO
Conselheira

MIRIAM BELCHIOR
Conselheira

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Conselheiro

PRISCILA GRECOV
Presidente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015083100071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

VICE-PRESIDÊNCIA DE FUNDOS DE GOVERNO E LOTERIAS

CIRCULAR Nº 689, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Dá publicidade à nova versão do Regulamento do Prêmio Nacional de Monografia do FGTS.

A Caixa Econômica Federal - CAIXA, na qualidade de Agente Operador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 7º, inciso II, da Lei n.º 8.036/90, de 11/05/1990, e de acordo com o Regulamento Consolidado do FGTS, aprovado pelo Decreto nº 99.684/90, de 08/11/1990 alterado pelo Decreto nº 1.522/95, de 13/06/1995, em consonância com a Lei nº 9.012/95, de 11/03/1995, baixa a presente Circular.

1 Divulga nova versão do Regulamento do Prêmio Nacional de Monografia do FGTS, instituído pela Resolução nº 763 do Conselho Curador do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

2 A versão do Regulamento, de que trata esta Circular, está disponível no sítio da CAIXA (www.caixa.gov.br), opção "downloads" e do FGTS (www.fgts.gov.br).

3 A solenidade de premiação será realizada na segunda reunião ordinária do Conselho Curador do FGTS, no ano de 2016, na cidade de Brasília-DF, em local a ser divulgado no sítio do FGTS (www.fgts.gov.br).

4 Esta Circular entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Circular CAIXA nº 676, de 14.04.2015.

FABIO FERREIRA CLETO
Vice-Presidente

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO N° 14.409, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM N° 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM N° 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 25/08/2015, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

CARRARO & ASSOCIADOS AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 21.106.824/0001-10

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 14.412, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no parágrafo único do artigo 12 das Normas contidas na Instrução CVM Nº 308, de 14 de maio de 1999, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 02/06/2015, com a nova denominação social e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica

Nova Denominação Social

SAX AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES - ME

CNPJ: 09.253.880/0001-82

Anterior Denominação Social

SAX SLAVIC AUDITORES INDEPENDENTES - SOCIEDADE SIMPLES

CNPJ: 09.253.880/0001-82

JOSÉ CARLOS BEZERRA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 14.414, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, cancela, a pedido, a autorização concedida a ECONOPREV CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA, CNPJ nº 17.615.051, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos no Art. 27 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 17, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Ratifica o Convênio ICMS 88/15.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X, do art. 5°, e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificado o Convênio ICMS 88/15, que autoriza o Estado do Rio Grande do Sul a reduzir juros e multas mediante quitação ou parcelamento de débitos fiscais relacionados com o ICM e o ICMS, na forma que especifica, celebrado na 245ª reunião extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 18 de agosto de 2015, publicado no Diário Oficial da União de 20 de agosto de 2015.

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
COMITÊ GESTOR DO ESOCIAL

RESOLUÇÃO Nº 4, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a liberação do Módulo Consulta Qualificação Cadastral on-line para atendimento do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014;

Resolução n° 2, de 3 de julho de 2015 do Comitê Gestor do eSocial.

O COMITÊ GESTOR DO eSOCIAL, no uso das atribuições previstas no art. 5º do Decreto nº 8.373, de 11 de dezembro de 2014 e considerando necessidade de realizar os batimentos dos dados cadastrais dos trabalhadores de forma a garantir sua correção antes de serem inseridos no Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas - eSocial, resolve:

Art. 1° O Módulo Consulta Qualificação Cadastral on-line é a ferramenta que verificará se o Número de Identificação Social - NIS e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF estão aptos para serem utilizados no eSocial, conforme descrito no item 4.2.2 do Manual de Orientações do eSocial, versão 2.1 aprovado pela Resolução n° 2, de 3 de julho de 2015 do Comitê Gestor do eSocial Art. 2° A implantação do Módulo Consulta Qualificação Cadastral on-line se dará conforme o seguinte cronograma:

I - para empregadores/empregados domésticos: a partir de 31/08/2015;

II - demais obrigados ao eSocial: a partir de 01/02/2016.

Art. 3° Os órgãos e entidades integrantes do Comitê Gestor do eSocial definirão as rotinas, no âmbito de suas competências, para atendimento ao disposto nesta Resolução.

Art. 4° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLÓVIS BELBUTE PERES
p/Secretaria da Receita Federal do Brasil

JANAÍNA DOS SANTOS DE QUEIROZ
p/Instituto Nacional do Seguro Social

JARBAS DE ARAÚJO FÉLIX
p/Ministério da Previdência Social

JOSÉ ALBERTO REYNALDO MAIA ALVES FILHO
p/Ministério do Trabalho e Emprego

VIVIANE LUCY DE ANDRADE
p/Caixa Econômica Federal

SUBSECRETARIA DE ADUANA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
COORDENAÇÃO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2.015, DE 27 DE MAIO DE 2015

Enquadra veículos em "Ex" da TIPI

O COORDENADOR-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO ADUANEIRA, tendo em vista o disposto na Nota Complementar NC (87-3) da Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados (TIPI), aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011, e na Instrução Normativa nº 929, de 25 de março de 2009, e ainda o que consta do processo nº 10030.000035/0215-58, declara:

Art. 1º Os veículos relacionados no Anexo Único a este Ato Declaratório Executivo cumprem as exigências para enquadramento no Ex-02 do código 8702.10.00 da TIPI.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ CARLOS DE ARAÚJO

ANEXO ÚNICO

Nome do veículo: VW 5.150 OD Versão: Escolar Capacidade de transporte: 11 (onze) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel) Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 25.496,9 dm³ Marca chassi: VW / Marca carroceria: Mascarello Fabricante: MAN LATIN AMERICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA Ano/modelo: 2015/2015
Nome do veículo: VW 15.190 EOD ESC POWER Versão: Escolar Capacidade de transporte: 57 (cinquenta e sete) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel) Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 39.777,4 dm³ Marca: VW Fabricante: MAN LATIN AMERICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA Ano/modelo: 2015/2015
Nome do veículo: VW 8.160 OD Versão: Escolar Capacidade de transporte: 23 (vinte e três) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel) Cilindradas: 3.800 cm³ / Volume interno do habitáculo = 26.959 dm³ Marca chassi: VW / Marca carroceria: Mascarello Fabricante: MAN LATIN AMERICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA Ano/modelo: 2015/2015
Nome do veículo: VW 15.190 ODR Versão: Escolar Capacidade de transporte: 56 (cinquenta e seis) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel) Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 46.664,5 dm³ Marca chassi: VW / Marca carroceria: Mascarello Fabricante: MAN LATIN AMERICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA Ano/modelo: 2015/2015
Nome do veículo: VW 15.190 EOD HD Versão: Escolar Capacidade de transporte: 49 (quarenta e nove) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel) Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 35.497,2 dm³ Marca: VW Fabricante: MAN LATIN AMERICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA Ano/modelo: 2015/2015
Nome do veículo: VW 15.190 EOD SUPER Versão: Escolar Capacidade de transporte: 61 (sessenta e uma) pessoas sentadas, incluindo o motorista Tipo de ignição: por compressão (diesel) Cilindradas: 4.600 cm³ / Volume interno do habitáculo = 46.924,6 dm³ Marca: VW Fabricante: MAN LATIN AMERICA IND. E COM. DE VEÍCULOS LTDA Ano/modelo: 2015/2015

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 185, DE 28 DE JULHO DE 2015

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O PIS/PASEP

EMENTA: REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. OPERADOR PORTUÁRIO. PAGAMENTO FEITO A ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA. CRÉDITO. IMPOSSIBILIDADE.

Não dá direito a crédito no regime de apuração não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep o valor pago, pelo operador portuário, a trabalhadores portuários com vínculo empregatício ou a trabalhadores avulsos que lhe prestem serviço por intermédio do Órgão Gestor de Mão-de-Obra, visto não serem tais dispêndios caracterizados como insumo e que as duas situações referem-se a pagamentos de mão-de-obra feitos a pessoa física.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.815, de 2013, art. 32, 33, 34, 39 e 40 ; Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º, caput II, e § 2º, I; IN SRF nº 247, de 2002, art. 66, I, "b", "b.2", § 5º, II, "b".

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE

SOCIAL - COFINS

EMENTA: REGIME DE APURAÇÃO NÃO CUMULATIVA. OPERADOR PORTUÁRIO. PAGAMENTO FEITO A ÓRGÃO GESTOR DE MÃO-DE-OBRA. CRÉDITO. IMPROCEDÊNCIA.

Não dá direito a crédito no regime de apuração não cumulativa da Cofins o valor pago, pelo operador portuário, a trabalhadores portuários com vínculo empregatício ou a trabalhadores avulsos que lhe prestem serviço por intermédio do Órgão Gestor de Mão-de-Obra, visto não serem tais dispêndios caracterizados como insumo e que as duas situações referem-se a pagamentos de mão-de-obra feitos a pessoa física.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 12.815, de 2013, art. 32, 33, 34, 39 e 40; Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º, caput e II, e § 2º, I; IN SRF nº 404, de 2004, art. 8º, I, "b", "b.2", § 4º, II, "b".

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 211, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: MERCADORIA DESTINADA A ZONA FRANCA DE MANAUS. ICMS INCIDENTE NA OPERAÇÃO. DESCONTO INCONDICIONAL.

O desconto concedido na nota fiscal cujo destinatário está sediado na Zona Franca de Manaus, de valor equivalente ao ICMS incidente na operação, em atendimento à legislação que concede a isenção desse tributo, reveste-se da qualidade de desconto incondicional, podendo ser deduzido da receita bruta para fins de apuração da base de cálculo do IRPJ.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 155, inciso II; Lei Complementar nº 24, de 1975; Decreto-Lei nº 1.598, de

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1977, art. 12; Instrução Normativa nº 51, de 1978; Convênio ICM nº 65, de 1988; Decreto nº 43.080, de 2002, do Estado de Minas Gerais, Anexo IX, art. 268.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: MERCADORIA DESTINADA A ZONA FRANCA DE MANAUS. ICMS INCIDENTE NA OPERAÇÃO. DESCONTO INCONDICIONAL.

O desconto concedido na nota fiscal cujo destinatário está sediado na Zona Franca de Manaus, de valor equivalente ao ICMS incidente na operação, em atendimento à legislação que concede a isenção desse tributo, reveste-se da qualidade de desconto incondicional, podendo ser deduzido da receita bruta para fins de apuração da base de cálculo da CSLL.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Constituição Federal, art. 155, inciso II; Lei Complementar nº 24, de 1975; Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 12; Instrução Normativa nº 51, de 1978; Convênio ICM nº 65, de 1988; Decreto nº 43.080, de 2002, do Estado de Minas Gerais, Anexo IX, art. 268; Lei 12.973, de 2014, art.50.

ASSUNTO: PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL

EMENTA: Consulta parcialmente ineficaz.

Questionamento que não identifique o dispositivo da legislação tributária sobre cuja aplicação haja dúvida, padece de ineficácia.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, arts. 46 e 52, inciso I; e Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 16 de setembro de 2013, art. 18, inciso II.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 212, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

ASSUNTO: IMPOSTO SOBRE A RENDA DE PESSOA JURÍDICA - IRPJ

EMENTA: DESPESAS OPERACIONAIS. BONIFICAÇÕES COMERCIAIS CONCEDIDAS. DEDUTIBILIDADE.

A concessão de bonificações em operações de natureza mercantil, com o fito de manter fidelidade comercial e ampliar mercado, visando aumento de vendas e possivelmente do lucro, é considerada despesa operacional dedutível, devendo, entretanto, as bonificações concedidas, guardar estrita consonância com as operações mercantis que lhes originaram.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei n° 4.506, de 30 de novembro de 1964, art. 47; Decreto n° 3.000, de 26 de março de 1999 (Regulamento do Imposto de Renda - RIR/1999), arts. 249, 299 e 366, inciso V; e Parecer Normativo CST n° 32, de 17 de agosto de 1981.

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO - CSLL

EMENTA: BASE DE CÁLCULO. BONIFICAÇÕES COMERCIAIS CONCEDIDAS. DEDUTIBILIDADE.

É dedutível na determinação da base de cálculo da CSLL, a despesa com a concessão de bonificações em operações de natureza mercantil, com o fito de manter fidelidade comercial e ampliar mercado, visando aumento de vendas e possivelmente do lucro, visto que não há na legislação relativa a essa contribuição dispositivo que determine a sua adição ao lucro líquido para efeito de apuração de sua base de cálculo.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 7.689, de 15 de dezembro de 1988, art. 2º; Lei n° 8.981, de 20 de janeiro de 1995, art. 57; Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, art. 13; Lei nº 9.430, de 1996, art 28; Instrução Normativa RFB nº 390, de 30 de janeiro de 2004, arts. 3º e 38.

FERNANDO MOMBELLI
Coordenador-Geral

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 376, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.721504/2015-58 e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência de propriedade o veículo marca HYUNDAI, modelo ACCENT, ano 2011, cor cinza, chassi KMHCT41CBCU100164, desembaraçado pela Declaração de Importação nº 12/0062210-5, de 10/01/2012, pela Alfândega do Porto de Santos, de propriedade da Sra. Deus Dedith Navarro Poveda, CPF: 702.110.881-88.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA PORÃ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O INSPETOR-CHEFE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PONTA PORÃ/MS, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 280, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 125, de 04 de março de 2009; e atendendo às informações prestadas pelos documentos protocolados nº PROTOCOLO/IRF/PPA/MS Nº 1024/2015 e nº 1027/2015 pertencentes aos dossiês 10090.000899/0815-80 e 10090.000927/0815-21, declara:

Art. 1º - Autorizar os procedimentos diferenciados aplicados à admissão temporária na hipótese prevista no inciso I, do caput do art. 2º da Instrução Normativa RFB 1361/13, quando o local da primeira entrada dos bens no País for o município de Ponta Porã/MS, nos termos do art. 48 Instrução Normativa RFB 1361, de 21 de Maio de 2013, enfatizando-se que o órgão solicitante, Federação Paranaense de Motociclismo, CNPJ 76.659.572/0001-49, ficará responsável pelo cumprimento das exigências e formalidades estabelecidas na Instrução Normativa citada.

Piloto	Dados do Veículo	Data do Evento	Local do Evento
Agenor Blans Rodrigues	Moto: KX 250F Chassi: JKAKXMZC3FA026100 Moto : KX 250F Chassi : JKAKXMZC2FA025424	05/09/2015 e 06/09/2015	Rio Bonito do Iguaçu
		10/10/2015 e 11/10/2015	Nova Auora ou Ubitratã
		14/11/2015 e 15/11/2015	Siqueira Campos
Cesar Antonio Martinez de Souza	Moto: SUZUKI Chassi: JS1RJ42C3B2101148	05/09/2015 e 06/09/2015	Rio Bonito do Iguaçu
		10/10/2015 e 11/10/2015	Nova Auora ou Ubitratã
		14/11/2015 e 15/11/2015	Siqueira Campos

Art. 2º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCIAL CEZAR MARQUES PINAZO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

Alfandegamento de recinto.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de maio de 2012, com fundamento nas disposições dos artigos 9º e 10 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, combinadas com o disposto no artigo 26, inciso II, da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e tendo em vista o que consta do Processo nº 10480.720261/2013-71, declara:

Art. 1º Alfandegado, a título permanente, com fiscalização aduaneira em horários determinados, o recinto de zona secundária com área delimitada total de 75.379 m2 (setenta e cinco mil, trezentos e setenta e nove metros quadrados), conforme indicação constante da planta apresentada no mencionado processo, localizado na rodovia BR 101 Sul. N° 2997, Galpão 01, Ponte dos Carvalhos, Cabo de Santo Agostinho-PE, administrado pela empresa YOLANDA LOGÍSTICA, ARMAZÉM, TRANSPORTE E SERVIÇOS GERAIS LTDA, CNPJ n° 01.994.008/0001-83, para a realização das operações de armazenagem e movimentação de cargas unitizadas, soltas e frigorificadas, na importação, no regime comum e nos regimes especiais de trânsito aduaneiro e entreposto, e na exportação, no regime comum e no regime especial de depósito alfandegado certificado.

Art. 2º O recinto ora alfandegado ficará sob a jurisdição da Inspetoria da Receita Federal do Brasil no Recife, que estabelecerá as rotinas operacionais que se fizerem necessárias ao controle fiscal exigido bem como os limites e condições de tais operações, conforme previsto no art. 28 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011.

Art. 3º Em relação ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização - FUNDAF, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.437, de 17 de dezembro de 1975, aplicar-se-á aos recintos ora alfandegados a legislação em vigor.

Art. 4º O código de utilização no Siscomex será 4.91.32.01-6.

Art. 5º Sem prejuízo de eventuais penalidades cabíveis, este alfandegamento poderá ser suspenso ou cancelado por aplicação de sanção administrativa, bem como poderá ser extinto a pedido da interessada, podendo ainda a RFB revê-lo a qualquer momento para a sua eventual adequação às normas legais.

Art. 6º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF04 nº 5, de 08/05/2013.

Art. 7º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GIOVANNI CHRISTIAN NUNES CAMPOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Exclusão do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - SIMPLES NACIONAL, por infringência ao inciso VIII do art. 29 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPINA GRANDE/PB, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III e IX do art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o art. 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e considerando o disposto no art. 75º da Resolução CGSN nº. 94, de 29 de novembro de 2011, do Comitê Gestor do Simples Nacional e o contido no processo nº. 10425.721439/2015-27, declara:

Art. 1º. EXCLUÍDO DO SIMPLES NACIONAL o contribuinte ALBERTO PORTO DE MELO - ME, CNPJ 01.741.005/0001-38, com efeitos a partir de 01 de janeiro de 2011, com fundamento no inciso VIII e § 1º do artigo 29 da Lei Complementar nº 123/2006, pelo motivo de, regularmente intimado, não apresentar no prazo estipulado o livro Caixa contendo toda a movimentação financeira e bancária dos anos de 2011 e 2012.

Art. 2º. Fica assegurado ao contribuinte o direito de, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência do presente Ato Declaratório Executivo, interpor manifestação de inconformidade contra a exclusão do SIMPLES NACIONAL, dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento de sua jurisdição.

Parágrafo único. Não havendo apresentação de manifestação de inconformidade no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva.

JOSÉ DOMINGOS DE MEDEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Declara inapta Pessoa Jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 39 da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, resolve:

Declarar INAPTA no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) a pessoa jurídica abaixo identificada, pelos motivos expostos no processo administrativo mencionado:

Interessado: SECULO FUTURO PRESENTE LTDA - EPP
CNPJ: 12.327.726/0001-12
Efeitos a partir da publicação
Processo: 10410.722.806/2015-79

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Declara nula por multiplicidade a inscrição de Pessoa Jurídica perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACEIÓ/AL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no inciso I do art. 33 da IN RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, resolve:

Declarar NULA, por multiplicidade de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), a inscrição da pessoa jurídica abaixo identificada.

Interessado: SOARES E SANTOS FARMÁCIA LTDA
CNPJ: 18.900.789/0001-00
Efeitos a partir da publicação
Processo: 13421-720.374/2013-69

PLÍNIO ALVES FEITOSA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

PORTARIA Nº 53, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ/RN, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1° - Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do artigo 5° da Lei 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis alternados relativamente às parcelas do débito consolidado, considerada inclusive a decorrente do recolhimento inferior aos percentuais mínimos legalmente definidos, a pessoa jurídica relacionada no quadro abaixo, com efeitos a partir de 1° de setembro de 2015, conforme propostas exaradas nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	NOME EMPRESARIAL	PROCESSO
09.404.112/0001-82	Macofil Material de Construção Ltda - ME	13433.720929/2015-03

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

Declara o reconhecimento do direito à REDUÇÃO do Imposto sobre a Renda e adicionais, na área de atuação da SUDENE, a favor da pessoa jurídica GWS CORTE E BISELADO S/A, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas sob o nº 17.383.614/0001-00.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE (PE), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 224, inciso X, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministro da Fazenda nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, e no gozo da competência determinada pelo artigo 3º, do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002, DOU 26.04.2002, c.c. o artigo 60, da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, resolve:

DECLARAR, com fundamento no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, e tendo em vista o que consta do processo nº 10480.727684/2015-83, notadamente, pelo teor em que se encerra o Despacho Decisório exarado pelo Serviço de Orientação e Análise Tributária, peça integrante daquele feito às fls. 18 a 20, o RECONHECIMENTO DO DIREITO À REDUÇÃO do Imposto sobre a Renda e adicionais, a favor da pessoa jurídica GWS CORTE E BISELADO S/A, inscrita no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídica nº 17.383.614/0001-00, observados os elementos constantes do Laudo Constitutivo nº 0032/2015, expedido em 07/04/2015, pelo Ministério da Integração Nacional/SUDENE, a seguir destacados:

1-Endereço da Unidade Produtora Incentivada: Rodovia PE 60, Galpão A, nº 8.147, Massangana, Cabo de Santo Agostinho, Estado de Pernambuco;

2-Incentivo Fiscal objeto do Laudo Constitutivo: Redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não restituíveis;

3-Fundamentação legal para o reconhecimento do direito: artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pela Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, e do Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, alterado pelo Decreto nº 6.674, de 03 de dezembro de 2008.

4-Condição onerosa atendida: INSTALAÇÃO de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

5-Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Metalurgia disposto no artigo 2º do Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002;

6-Atividade objeto da redução: Beneficiamento de Chapas de Aço;

7-Ano-calendário em que o empreendimento entrou em operação: 2013;

8-Prazo de vigência da redução: 10 (dez) anos;

9-Início do prazo: 1º de janeiro de 2015;

10-Término do prazo: 31 de dezembro de 2024;

11-Percentual de redução do Imposto de Renda e Adicionais não restituíveis: 75%

DARCI MENDES DE CARVALHO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Concede o registro para a aquisição de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, com suspensão do IPI, à pessoa jurídica preponderantemente exportadora, de que trata o art. 29 da Lei nº10.637, de 30 de dezembro de 2002.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, tendo em vista o disposto no artigo 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, na Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009 e considerando o que consta do processo administrativo nº 13821.720304/2014-89, resolve:

Art. 1º Conceder à pessoa jurídica CRIPION BIOTECNOLOGIA LTDA., CNPJ nº 68.196.781/0001-75, o registro ao benefício de suspensão do IPI, de que trata o art. 29 da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, e alterações posteriores.

Art. 2º O presente benefício será cancelado na hipótese do descumprimento da Lei que concedeu o referido benefício.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CÉLIO JORDÃO LAVOYER

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 24, DE 19 DE AGOSTO 2015

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ -da empresa que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda (MF) n° 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 27 e 29, da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014,e face ao constante no processo administrativo nº 18088.720.131/2015-44 declara:

Art. 1º BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, em razão de constatação da inexistência de fato, da empresa : MONICA APARECIDA DE MORAES COMERCIAL-ME , CNPJ :20.528.479/0001-40 conforme alíneas b do inciso II, do artigo 27 da Instrução Normativa 1.470 de 30/05/2014.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 25, DE 19 DE AGOSTO 2015.

Declara baixada a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas- CNPJ -da empresa que menciona

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARARAQUARA - SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do Art 302 do Regimento Interno da RFB, aprovado pela Portaria Ministério da Fazenda (MF) n° 203, de 14 de maio de 2012, considerando o disposto no artigo 27 e 29, da Instrução Normativa RFB nº 1.470 de 30 de maio de 2014,e face ao constante no processo administrativo nº 18088.720.132/2015-99 declara:

Art. 1º BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, em razão de constatação da inexistência de fato, da empresa : NOVA PAULISTA DO BRASIL EIRELI -EPP, CNPJ : 19.738.206/0001-41 conforme alíneas b do inciso II, do artigo 27 da Instrução Normativa 1.470 de 30/05/2014.

Art. 2º Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA DE LOURDES MARTINS OLIVEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Cancelamento de Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO-SP, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, do Senhor Ministro de Estado da Fazenda, e com fundamento nos dispositivos da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1, de 20 de janeiro de 2010 e art. 15 da Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, resolve:

Art.1º Declarar cancelada de ofício a Certidão Negativa de Débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros nº 001692015-88888623, expedida em 26 de junho de 2015, abaixo relacionada, em conformidade com os dados constantes do respectivo dossiê administrativo:

CEI Nº	CONTRIBUINTE	DOSSIÊ Nº
51.230.87623/68	JOSE ROBERTO BUZELI	10010.021666/0815-25

Art. 2º. Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARÃES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 28 DE AGOSTO 2015

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL EM SÃO BERNARDO DO CAMPO-SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria Ministerial nº 203, de 14 de maio de 2012, e de acordo com o que consta no artigo 36, inciso IX, § 2º, inciso I, da Instrução Normativa nº 1.470 de 30 de maio de 2014, da Secretaria da Receita Federal, resolve:

Declarar SUSPENSA a inscrição nº 21.887.580/0001-50, no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - FREEDOM COMERCIO DE POLIMEROS - LTDA, uma vez que foi declarada NULA o CPF do responsável perante o CNPJ no processo 10882.720.035/2015-43.

PROCESSO Nº 10882.721.806/2015-03

MARIO BENJAMIN BARTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Declara NULA a inscrição de pessoa jurídica que menciona

O CHEFE DO SERVIÇO DE CONTROLE E ACOMPANHAMENTO TRIBUTÁRIO DA DRF/SJC/SP, no uso da competência delegada e especificada pela Portaria DRF/SJC Nº 75, de 12 de maio de 2011, com fundamento no art. 33, inciso II, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando o constante do processo administrativo nº 13884.722051/2015-24, resolve:

Art. 1º Declarar a NULIDADE da inscrição da empresa JESUS DONIZETE GALLO, CNPJ 59.549.584/0001-00, no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, por ter sido constatado vício no ato de inscrição, conforme apurado no respectivo processo administrativo fiscal

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 12/10/1988, data de abertura da empresa.

CARLOS SEIJI MATUBARA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 43, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721025/2015-69, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Facheio, compreendendo: I - cinco Unidades Geradoras de 2.700 kW e uma Unidade Geradora de 3.000 kW, totalizando 16.500 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A12.1 (Subestação Alto Sertão), 34,5/230 kV - 2x100 MVA e 230/500 kV - (3+1) x 250 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples em Barra Simples, dois Transformadores 34,5/230 kV e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, além de quatro Transformadores Monofásicos 230/500 kV, sendo um reserva e uma Seção de Barramento de 500 kV, na configuração de Arranjo em Anel, compartilhada pelas EOL Anísio Teixeira, EOL Angelim, EOL Tingui, EOL Jequitibá, EOL Umbuzeiro, EOL Jurema Preta, EOL Manineiro, EOL Embiruçu, EOL Imburana de Cabão, EOL Sabiu, EOL Saboeiro e EOL Facheio e uma Linha de Transmissão, em 500 kV, Circuito Simples, com cerca de sete quilômetros de extensão que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Facheio S.A.
CNPJ nº	:	18.559.964/0001-30
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 212, de 3 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 44, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721025/2015-69, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Vellozia, compreendendo: I - sete Unidades Geradoras de 2.700 kW e uma Unidade Geradora de 3.000 kW, totalizando 21.900 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A16.1, 34,5/230 kV - 2x100 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de Arranjo em Barra Simples, um dos dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, também na configuração de Arranjo em Barra Simples, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Vellozia, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vaqueta, EOL Tabuá, EOL Abil e EOL Jabuticaba e uma Linha de Transmissão, em 230 kV, com cerca de quarenta e três quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A16.1 à Subestação A12.1, e uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Vellozia S.A.
CNPJ nº	:	18.560.475/0001-06
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 215, de 3 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 45, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721025/2015-69, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Jataí, compreendendo: I - seis Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 16.200 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A11.2, 34,5/230 kV - 2x100 MVA, com uma Seção de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples, dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, compartilhada pelas EOL Putumuju, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Carrancudo, EOL Alcacuz, EOL Canjoão, EOL Cansanção, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Caliandra, EOL Barbatimão e EOL Amescla e uma Linha de Transmissão, em 230 kV, Circuito Simples, com cerca de nove quilômetros de extensão que interliga a Subestação A11.2 à Subestação A11.1, seguido de uma Linha de Transmissão, em 230 kV, com cerca de quatorze quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação Coletora A11.1 à Subestação Coletora A12.1 e por fim, de uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, OL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Jataí S.A.
CNPJ nº	:	18.560.347/0001-54
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 217, de 6 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721025/2015-69, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Barbatimão, compreendendo: I - seis Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 16.200 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A11.2, 34,5/230 kV - 2x100 MVA, com uma Seção de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples, dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, compartilhada pelas EOL Putumuju, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Carrancudo, EOL Alcacuz, EOL Canjoão, EOL Cansanção, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Caliandra, EOL Barbatimão e EOL Amescla e uma Linha de Transmissão, em 230 kV, Circuito Simples, com cerca de nove quilômetros de extensão que interliga a Subestação A11.2 à Subestação A11.1, seguido de uma Linha de Transmissão, em 230 kV, com cerca de quatorze quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação Coletora A11.1 à Subestação Coletora A12.1 e por fim, de uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Barbatimão S.A.
CNPJ nº	:	19.502.908/0001-21
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 218, de 6 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721025/2015-69, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Unha d'Anta, compreendendo: I - cinco Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 13.500 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A16.1, 34,5/230 kV - 2x100 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de Arranjo em Barra Simples, um dos dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, também na configuração de Arranjo em Barra Simples, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Vellozia, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vaqueta, EOL Tabuá, EOL Abil e EOL Jabuticaba, uma Linha de Transmissão, em 230 kV, com cerca de quarenta e três quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A16.1 à Subestação A12.1 e uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Unha D'Anta S.A.
CNPJ nº	:	18.560.214/0001-88
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 220, de 8 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 10/04/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721025/2015-69, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Pau D'Água, compreendendo: I - seis Unidades Geradoras de 3.000 kW, totalizando 18.000 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A16.1, 34,5/230 kV - 2x100 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de arranjo em barra simples, um dos dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, compartilhada pelas EOL Pau D'Água, EOL Vellozia, EOL Unha d'Anta e EOL Cedro, uma Linha de Transmissão, em 230 kV, Circuito Simples, com cerca de quarenta e três quilômetros de extensão que interliga a Subestação A16.1 à Subestação A12.1 e uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de. sete quilômetros de extensão, CircuitoSimples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau D'Água, EOL Vellozia, EOL Unha d'Anta e EOL Cedro
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Pau D'Água S.A.
CNPJ nº	:	17.250.513/0001-53
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 222, de 9 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 14/04/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721026/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Umbuzeiro, ompreendendo: I - oito Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 21.600 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A12.1 (Subestação Alto Sertão), 34,5/230 kV - 2x100 MVA e 230/500 kV - (3+1) x 250 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples em Barra Simples,. dois Transformadores 34,5/230 kV e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, além de quatro Transformadores Monofásicos 230/500 kV, sendo um reserva e uma Seção de Barramento de 500 kV, na configuração de Arranjo em Anel, compartilhada pelas EOL Anísio Teixeira, EOL Angelim, EOL Tingui, EOL Jequitibá, EOL Umbuzeiro, EOL Jurema Preta, EOL Manineiro, EOL Embiruçu, EOL Imburana de Cabão, EOL Sabiu, EOL Saboeiro e EOL Facheio e uma Linha de Transmissão, em 500 kV, Circuito Simples, com cerca de sete quilômetros de extensão que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Umbuzeiro S.A.
CNPJ nº	:	18.560.273/0001-56
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 201, de 26 de junho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721026/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Juazeiro, compreendendo: I - sete Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 18.900 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A11.2, 34,5/230 kV - 2x100 MVA, com uma Seção de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples, dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, compartilhada pelas EOL Putumuju, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Carrancudo, EOL Alcacuz, EOL Canjoão, EOL Cansanção, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Caliandra, EOL Barbatimão e EOL Amescla e uma Linha de Transmissão, em 230 kV, Circuito Simples, com cerca de nove quilômetros de extensão que interliga a Subestação A11.2 à Subestação A11.1, seguido de uma Linha de Transmissão, em 230 kV, com cerca de quatorze quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação Coletora A11.1 à Subestação Coletora A12.1, e por fim, de uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Juazeiro S.A.
CNPJ nº	:	19.502.341/0001-93
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 202, de 26 de junho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 51, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721026/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Sabiu, compreendendo: I - cinco Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 13.500 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A12.1 (Subestação Alto Sertão), 34,5/230 kV - 2x100 MVA e 230/500 kV - (3+1) x 250 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples em Barra Simples, dois Transformadores 34,5/230 kV e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, além de quatro Transformadores Monofásicos 230/500 kV, sendo um reserva e uma Seção de Barramento de 500 kV, na configuração de Arranjo em Anel, compartilhada pelas EOL Anísio Teixeira, EOL Angelim, EOL Tingui, EOL Jequitibá, EOL Umbuzeiro, EOL Jurema Preta, EOL Manineiro, EOL Embiruçu, EOL Imburana de Cabão, EOL Sabiu, EOL Saboeiro e EOL Facheio e uma Linha de Transmissão, em 500 kV, Circuito Simples, com cerca de sete quilômetros de extensão que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Sabiu S.A.
CNPJ nº	:	17.305.829/0001-03
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 207, de 30 de junho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 52, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721026/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Imburana Macho, compreendendo: I - seis Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 16.200 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A11.1, 34,5/230 kV - 2x100 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de Arranjo em Barra Simples, um dos dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, compartilhada pelas EOL Ico, EOL Imburana Macho, EOL Tamboril, EOL Macambira, EOL Taboquinha, EOL Acácia e EOL Angico, uma Linha de Transmissão, em 230 kV, Circuito Simples, com cerca de quatorze quilômetros de extensão que interliga a Subestação A11.1 à Subestação A12.1, e por fim, de uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Imburana Macho S.A.
CNPJ nº	:	19.502.538/0001-22
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 208, de 30 de junho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 53, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721026/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Angelim, compreendendo: I - oito Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 21.600 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A12.1 (Subestação Alto Sertão), 34,5/230 kV - 2x100 MVA e 230/500 kV - (3+1) x 250 MVA, com uma Seção de Barramento de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples em Barra Simples, dois Transformadores 34,5/230 kV e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, além de quatro Transformadores Monofásicos 230/500 kV, sendo um reserva e uma Seção de Barramento de 500 kV, na configuração de Arranjo em Anel, compartilhada pelas EOL Anísio Teixeira, EOL Angelim, EOL Tingui, EOL Jequitibá, EOL Umbuzeiro, EOL Jurema Preta, EOL Manineiro, EOL Embiruçu, EOL Imburana de Cabão, EOL Sabiu, EOL Saboeiro e EOL Facheio e uma Linha de Transmissão, em 500 kV, Circuito Simples, com cerca de sete quilômetros de extensão que, interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Angelim S.A.
CNPJ nº	:	19.502.690/0001-05
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 209, de 01 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Concede à empresa que especifica a co-habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, alterada pelas Instruções Normativas RFB nºs 778/2007, 955/2009 e 1.267/2012.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM TAUBATÉ/SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, combinado com o artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e tendo em vista o disposto no despacho exarado no processo administrativo nº 10860.721026/2015-11, resolve:

Art. 1º Conceder à empresa SADESUL PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 05.379.815/0001-47, CO-HABILITAÇÃO no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de acordo com os artigos 1º a 5º da Lei nº 11.488, de quinze de junho de 2007, e com a Instrução Normativa RFB nº 758, de 2007, e respectivas alterações posteriores.

Art. 2º Vincular a concessão ao projeto descrito abaixo:

Projeto	:	Central Geradora Eólica denominada EOL Amescla, compreendendo: I - cinco Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 13.500 kW de capacidade instalada; e II - Sistema de Transmissão de Interesse Restrito constituído de uma Subestação Coletora A11.2, 34,5/230kV - 2x100 MVA, com uma Seção de 34,5 kV, na configuração de Arranjo Simples, dois Transformadores e uma Seção de Barramento de 230 kV, na configuração de Arranjo em Barra Principal e Transferência, compartilhada pelas EOL Putumuju, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Carrancudo, EOL Alcacuz, EOL Canjoão, EOL Cansanção, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Caliandra, EOL Barbatimão e EOL Amescla e uma Linha de Transmissão, em 230 kV, Circuito Simples, com cerca de nove quilômetros de extensão que interliga a Subestação A11.2 à Subestação A11.1, seguido de uma Linha de Transmissão, em 230 kV, com cerca de quatorze quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação Coletora A11.1 à Subestação Coletora A12.1, e por fim, de uma Linha de Transmissão, em 500 kV, com cerca de sete quilômetros de extensão, Circuito Simples, que interliga a Subestação A12.1 à Subestação Igaporã III, de propriedade da Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - Chesf, compartilhada pelas EOL Pau d'Água, EOL Manineiro, EOL Barbatimão, EOL Imburana Macho, EOL Amescla, EOL Juazeiro, EOL Jataí, EOL Unha d'Anta, EOL Cedro, EOL Vellozia, EOL Angelim, EOL Umbuzeiro, EOL Facheio, EOL Sabiu, EOL Jurema Preta, EOL Saboeiro, EOL Coxilha Alta, EOL Conquista, EOL Botuquara, EOL Macambira, EOL Tamboril, EOL Carrancudo, EOL Ipê Amarelo, EOL Cabeça de Frade, EOL Canjoão, EOL Jequitiba, EOL Tingui, EOL Anísio Teixeira, EOL Lençóis, EOL Caliandra, EOL Ico, EOL Alcacuz, EOL Putumuju, EOL Cansanção, EOL Imburana de Cabão e EOL Embiruçu.
Pessoa Jurídica Titular	:	Centrais Eólicas Amescla S.A.
CNPJ nº	:	19.502.635/0001-15
Nº da Portaria de aprovação	:	SPE/MME nº 210, de 01 de julho de 2015
Setor de infraestrutura favorecido	:	Energia elétrica
Prazo estimado para execução da obra	:	De 01/03/2015 a 01/09/2015

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PAULO VICENTE DE JORGE

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL
DA 9ª REGIÃO FISCAL

**ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 19,
DE 25 DE AGOSTO DE 2015**

Ampliação de área alfandegada.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência prevista no artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e, ainda, considerando o que consta do processo nº 10909.002577/2007-61, declara:

Art. 1º O art. 1º do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 67, de 16 de outubro de 2007, publicado no Diário Oficial da União de 18 de outubro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1° Fica alfandegada, a título permanente, até 25 de janeiro de 2040, a instalação portuária, com área de 358.616 m2, composta de cais de atracação, pátios e demais edificações, localizada na Avenida Portuária Vicente Coelho, 1, São Domingos, no município de Navegantes (SC), administrada pela empresa PORTONAVE S/A - TERMINAIS PORTUÁRIOS DE NAVEGANTES, CNPJ 01.335.341/0001-80, autorizada a operar na modalidade de Terminal de Uso Privado, nos termos do Contrato de Adesão (Adaptação) nº 60/2015-Antaq, celebrado, em 26 de janeiro de 2015."

Art. 2º Permanecem inalteradas as demais disposições do referido Ato Declaratório.

Art. 3º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL
SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 471, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO, DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso da competência que lhe confere a Portaria STN nº 123, de 23 de abril de 2015, tendo em vista o disposto na Portaria nº 143, de 12 de março de 2004, e na Portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e em conformidade com o disposto no Decreto nº 578, de 24 de junho de 1992, na Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, na Portaria nº 652 MEFP/MARA, de 1º de outubro de 1992, e na Instrução Normativa Conjunta INCRA/STN nº 01, de 07 de julho de 1995, resolve:

Art. 1º Autorizar a emissão de 122.924 (cento e vinte e dois mil, novecentos e vinte e quatro) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 11.635.177,19 (onze milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, cento e setenta e sete reais e dezenove centavos), relacionados nas Solicitações de Lançamento/INCRA nºs 192/15, 200/15 e 201/15 :

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade	Financeiro Total (R$)
01/05/2011	92,63	5 anos	6% a.a.	5.545	513.633,35
01/12/2013	93,80	15 anos	3% a.a.	15.183	1.424.165,40
01/05/2015	94,89	5 anos	6% a.a.	102.196	9.697.378,44
Total				122.924	11.635.177,19

Art. 2º Autorizar o cancelamento de 134.763 (cento e trinta e quatro mil, setecentos e sessenta e tres) Títulos da Dívida Agrária - TDAs, na forma escritural, no valor de R$ 12.758.579,90 (doze milhões, setecentos e cinquenta e oito mil, quinhentos e setenta e nove reais e noventa centavos), em cumprimento a despacho autorizativo, conforme Ofícios INCRA nºs 525/2015-P, 526/2015-P e 533/2015-P, de 20.08.2015:

Data de Lançamento	Valor Nominal de Lançamento (R$)	Prazo de Vencimento	Taxa de Juros	Quantidade			Financeiro Total (R$)
				Resgatada	Vincenda	Total	
01/05/2011	92,63	15 anos	3% a.a.	1.188	4.357	5.545	513.633,35
01/12/2013	93,80	15 anos	3% a.a.	-	15.183	15.183	1.424.165,40
01/05/2015	94,89	5 anos	6% a.a.	-	114.035	114.035	10.820.781,15
Total				1.188	133.575	134.763	12.758.579,90

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

PORTARIA Nº 472, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA SUBSTITUTO DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, a portaria MF nº 102, de 08 de abril de 2010 e a Portaria SE/MF nº 123, de 23 de abril de 2015, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Tornar público, em cumprimento ao disposto no art. 3º da portaria STN nº 464, de 27 de agosto de 2015, o preço unitário da Letra do Tesouro Nacional, LTN, com os vencimentos abaixo, a ser emitida pelo Tesouro Nacional na operação especial a ser realizada em 28 de agosto de 2015:

Título	Código Selic	Título venc.	Preço unitário (R$)
LTN	100000	01.04.2016	925,615430
LTN	100000	01.10.2017	764,303923
LTN	100000	01.07.2019	610,673108

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA FERREIRA PASSOS

SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS

PORTARIA Nº 397 DE 30 DE JULHO DE 2015(*)

A SUBSECRETÁRIA DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482 de 16 de maio de 2011, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, no art. 6º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real - RLR, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de agosto de 2015.
R$ 1,00

ESTADOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
ACRE	3.652.309.592,16	304.359.132,68
ALAGOAS	5.507.187.766,68	458.932.313,89
AMAPÁ	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
AMAZONAS	9.838.923.288,72	819.910.274,06
BAHIA	22.790.319.060,96	1.899.193.255,08
CEARÁ	13.586.453.640,12	1.132.204.470,01
DISTRITO FEDERAL	14.722.310.013,72	1.226.859.167,81
ESPÍRITO SANTO	10.626.687.652,20	885.557.304,35
GOIÁS	13.573.856.877,36	1.131.154.739,78
MARANHÃO	9.620.638.290,60	801.719.857,55
MATO GROSSO	9.602.727.565,80	800.227.297,15
MATO GROSSO DO SUL	6.703.332.753,12	558.611.062,76
MINAS GERAIS	39.040.453.893,24	3.253.371.157,77
PARÁ	14.554.323.399,00	1.212.860.283,25
PARAÍBA	6.836.315.856,96	569.692.988,08
PARANÁ	25.415.756.876,40	2.117.979.739,70
PERNAMBUCO	15.680.851.392,60	1.306.737.616,05
PIAUÍ	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
RIO DE JANEIRO	41.615.088.687,00	3.467.924.057,25
RIO GRANDE DO NORTE	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
RIO GRANDE DO SUL	24.205.225.741,56	2.017.102.145,13

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RONDÔNIA	5.135.226.689,88	427.935.557,49
RORAIMA	2.320.120.681,08	193.343.390,09
SANTA CATARINA	16.867.410.694,08	1.405.617.557,84
SÃO PAULO	113.067.175.339,32	9.422.264.611,61
SERGIPE	5.586.227.078,88	465.518.923,24
TOCANTINS	5.639.190.535,92	469.932.544,66

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
Apucarana/PR	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Bacabal/MA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Bauru/SP	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Blumenau/SC	564.854.539,08	47.071.211,59
Campina Grande/PB	364.875.318,84	30.406.276,57
Coelho Neto/MA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Cristalina/GO	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Diadema/SP	707.881.368,96	58.990.114,08
Guarapuava/PR	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Juazeiro/BA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Maringá/PR	653.726.732,52	54.477.227,71
Porto Seguro/BA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Rio de Janeiro/RJ	14.793.647.976,24	1.232.803.998,02
São Carlos/SP	404.143.172,76	33.678.597,73
São Paulo/SP	34.723.481.229,36	2.893.623.435,78
Umuarama/PR	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Valinhos/SP	307.906.585,80	25.658.882,15

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real - RLR, dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real - RLR, indica que o ente da Federação não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727 de 1993, e/ou da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 2º Fica mantido o cálculo das deduções do Fundo Estadual de Combate à Pobreza para a apuração da RLR do Estado do Rio de Janeiro até a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal do pedido de esclarecimentos formulado por intermédio das Petições nº 53.262/2012 e nº 3.959/2014 da Advocacia-Geral da União.

Art. 3º As retificações dos valores da Receita Liquida Real - RLR, das unidades da Federação, tendo em vista alterações nas apurações.

R$ 1,00

DISTRITO FEDERAL					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGT	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/15	174 de 30/03/15	15.072.998.520,24	1.256.083.210,02	14.394.903.365,40	1.199.575.280,45
mai/15	211 de 29/04/15	15.737.813.276,40	1.311.484.439,70	14.525.622.190,56	1.210.468.515,88
jun/15	287 de 28/05/15	16.671.042.765,36	1.389.253.563,78	14.866.986.331,56	1.238.915.527,63
jul/15	344 de 29/06/15	17.205.458.625,36	1.433.788.218,78	14.865.593.363,04	1.238.799.446,92

R$ 1,00

MARANHÃO					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
mar/15	109 de 26/02/15	9.419.578.736,40	784.964.894,70	9.428.697.543,12	785.724.795,26
abr/15	174 de 30/03/15	9.407.655.192,48	783.971.266,04	9.416.773.999,08	784.731.166,59
mai/15	211 de 29/04/15	9.491.036.642,04	790.919.720,17	9.499.528.882,68	791.627.406,89
jun/15	287 de 28/05/15	9.557.115.367,20	796.426.280,60	9.555.943.241,52	796.328.603,46
jul/15	344 de 29/06/15	9.762.268.780,92	813.522.398,41	9.761.096.655,24	813.424.721,27

R$ 1,00

PARANÁ					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/15	174 de 30/03/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	24.399.962.791,92	2.033.330.232,66
mai/15	211 de 29/04/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	24.189.272.058,12	2.015.772.671,51
jun/15	287 de 28/05/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	24.499.763.772,00	2.041.646.981,00

R$ 1,00

RIO DE JANEIRO					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/15	174 de 30/03/15	42.363.674.433,72	3.530.306.202,81	42.332.562.231,36	3.527.713.519,28
mai/15	211 de 29/04/15	41.645.734.405,32	3.470.477.867,11	41.586.029.629,32	3.465.502.469,11
jun/15	287 de 28/05/15	41.675.877.238,44	3.472.989.769,87	41.595.232.395,84	3.466.269.366,32
jul/15	344 de 29/06/15	42.189.535.554,48	3.515.794.629,54	42.084.600.316,80	3.507.050.026,40

R$ 1,00

RIO GRANDE DO NORTE					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
mar/15	109 de 26/02/15	7.001.002.012,08	583.416.834,34	7.009.376.715,72	584.114.726,31
abr/15	287 de 28/05/15	7.049.245.822,44	587.437.151,87	7.058.342.141,16	588.195.178,43
mai/15	287 de 28/05/15	7.145.045.549,76	595.420.462,48	7.154.282.429,64	596.190.202,47
jun/15	287 de 28/05/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	7.194.772.198,92	599.564.349,91
jul/15	344 de 29/06/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	7.219.418.678,52	601.618.223,21

R$ 1,00

SERGIPE					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
fev/15	55 de 29/01/15	5.807.995.252,56	483.999.604,38	5.470.019.130,24	455.834.927,52
mar/15	109 de 26/02/15	5.860.977.789,60	488.414.815,80	5.523.001.667,40	460.250.138,95
abr/15	211 de 29/04/15	5.850.266.454,36	487.522.204,53	5.512.290.332,04	459.357.527,67
mai/15	211 de 29/04/15	5.821.225.390,44	485.102.115,87	5.483.249.268,24	456.937.439,02
jun/15	287 de 28/05/15	5.850.351.837,96	487.529.319,83	5.512.375.715,64	459.364.642,97
jul/15	344 de 29/06/15	5.874.937.134,00	489.578.094,50	5.536.961.011,68	461.413.417,64

R$ 1,00

TOCANTINS					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
jul/15	344 de 29/06/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	5.551.047.018,48	462.587.251,54

R$ 1,00

Apucarana/PR					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
jun/15	287 de 28/05/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	135.230.439,96	11.269.203,33

R$ 1,00

Campina Grande/PB					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/15	174 de 30/03/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	351.370.281,72	29.280.856,81

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

mai/15	211 de 29/04/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	351.801.000,36	29.316.750,03
jun/15	287 de 28/05/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	354.514.417,44	29.542.868,12

R$ 1,00

São Carlos/SP					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGTº	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/15	174 de 30/03/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	399.004.423,92	33.250.368,66
mai/15	211 de 29/04/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	399.763.856,64	33.313.654,72
jun/15	287 de 28/05/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	405.249.299,64	33.770.774,97

Art. 4º A retificação do valor da Receita Líquida Real - RLR, publicada anteriormente recalculada em função de medida liminar, tendo em vista alteração na apuração.

R$ 1,00

RIO DE JANEIRO					
MÊS	DIVULGAÇÃO ANTERIOR			VALOR ATUAL	
PAGT	PORTARIA Nº	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/15	174 de 0/03/15	39.432.322.474,92	3.286.026.872,91	39.401.210.272,56	3.283.434.189,38
mai/15	211 de 29/04/15	38.720.328.214,92	3.226.694.017,91	38.660.623.438,92	3.221.718.619,91
jun/15	287 de 8/05/15	38.748.229.663,08	3.229.019.138,59	38.667.584.820,48	3.222.298.735,04
jul/15	344 de 9/06/15	39.236.195.312,52	3.269.682.942,71	39.131.260.074,96	3.260.938.339,58

Art. 5º Os valores da Receita Líquida Real - RLR, recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação.
R$ 1,00

ESTADOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
BAHIA	22.247.318.417,76	1.853.943.201,48
GOIAS	13.193.317.536,84	1.099.443.128,07
MATO GROSSO DO SUL	6.645.846.475,08	553.820.539,59
RIO DE JANEIRO	38.648.483.592,12	3.220.706.966,01

Art. 6º A Receita Líquida Real - RLR é calculada a partir da receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele que se está apurando. A RLR MÉDIA MENSAL corresponde à média aritmética simples dos doze meses usados no cálculo.

Art. 7º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de agosto de 2015.

PRICILLA MARIA SANTANA

(*) Republicado no DOU Nº 145 de 31.07.2015, Seção 1, página 122, por ter saído com incorreção no original.

PORTARIA Nº 470, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DE RELAÇÕES FINANCEIRAS INTERGOVERNAMENTAIS DO TESOURO NACIONAL, Substituto, no uso das atribuições que lhe confere o art. 26 do ANEXO I do Decreto nº 7.482 de 16 de maio de 2011, tendo em vista o disposto no art. 2º, parágrafo único da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, no art. 1º, da Lei nº 11.533, de 25 de outubro de 2007, no art. 7º da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, nos arts. 2º e 3º da Lei nº 12.348 de 15 de dezembro de 2010, no art. 6º da Lei nº 12.872, de 24 de outubro de 2013, e na Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, torna público:

Art. 1º Os valores da Receita Líquida Real - RLR, dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios a serem utilizados como base de cálculo dos pagamentos a serem efetuados no mês de setembro de 2015.

R$ 1,00

ESTADOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
ACRE	3.664.256.892,48	305.354.741,04
ALAGOAS	5.593.801.798,92	466.150.149,91
AMAPÁ	3.015.745.153,92	251.312.096,16
AMAZONAS	9.873.692.509,44	822.807.709,12
BAHIA	22.844.439.102,84	1.903.703.258,57
CEARÁ	13.704.030.100,68	1.142.002.508,39
DISTRITO FEDERAL	15.006.735.689,64	1.250.561.307,47
ESPÍRITO SANTO	10.626.139.896,00	885.511.658,00
GOIÁS	13.634.876.858,52	1.136.239.738,21
MARANHÃO	9.794.310.231,24	816.192.519,27
MATO GROSSO	9.588.816.908,88	799.068.075,74
MATO GROSSO DO SUL	6.721.039.650,00	560.086.637,50
MINAS GERAIS	38.620.963.229,64	3.218.413.602,47
PARÁ	14.768.763.807,60	1.230.730.317,30
PARAÍBA	6.880.961.977,68	573.413.498,14
PARANÁ	25.855.495.462,20	2.154.624.621,85
PERNAMBUCO	15.724.956.872,04	1.310.413.072,67
PIAUÍ	6.804.787.414,56	567.065.617,88
RIO DE JANEIRO	41.441.324.566,92	3.453.443.713,91
RIO GRANDE DO NORTE	7.341.342.961,80	611.778.580,15
RIO GRANDE DO SUL	24.334.106.728,08	2.027.842.227,34
RONDÔNIA	4.965.344.188,68	413.778.682,39
RORAIMA	2.321.986.282,20	193.498.856,85
SANTA CATARINA	16.987.380.558,00	1.415.615.046,50
SÃO PAULO	113.249.612.800,92	9.437.467.733,41
SERGIPE	5.641.917.927,96	470.159.827,33
TOCANTINS	5.742.146.611,20	478.512.217,60

R$ 1,00

MUNICÍPIOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
Apucarana/PR	147.596.877,60	12.299.739,80
Bacabal/MA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Bauru/SP	557.653.940,52	46.471.161,71
Blumenau/SC	567.835.940,40	47.319.661,70
Campina Grande/PB	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Coelho Neto/MA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Cristalina/GO	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Diadema/SP	725.037.689,04	60.419.807,42
Guarapuava/PR	210.275.005,80	17.522.917,15
Juazeiro/BA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Maringá/PR	675.053.855,16	56.254.487,93
Porto Seguro/BA	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Rio de Janeiro/RJ	14.920.534.934,28	1.243.377.911,19
São Carlos/SP	409.235.496,36	34.102.958,03
São Paulo/SP	35.234.272.992,00	2.936.189.416,00
Umuarama/PR	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS
Valinhos/SP	311.166.616,44	25.930.551,37

§ 1º A apuração da Receita Líquida Real - RLR, dos Municípios se restringe àqueles que não foram relacionados no Anexo I ou no Anexo II da Portaria STN nº 693, de 20 de dezembro de 2010, e que possuem contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 24 de agosto de 2001, e/ou da Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993.

§ 2º A situação "Faltam Dados" no campo do valor da Receita Líquida Real - RLR, indica que o ente da Federação não apresentou a documentação necessária ao respectivo cálculo, conforme estabelece o contrato de refinanciamento de dívidas firmado com a União, ao amparo da Medida Provisória nº 2.185-35, de 2001, e/ou da Lei nº 8.727 de 1993, e/ou da Lei nº 9.496, de 11 de setembro de 1997.

Art. 2º Fica mantido o cálculo das deduções do Fundo Estadual de Combate à Pobreza para a apuração da RLR do Estado do Rio de Janeiro até a apreciação pelo Supremo Tribunal Federal do pedido de esclarecimentos formulado por intermédio das Petições nº 53.262/2012 e nº 3.959/2014 da Advocacia-Geral da União.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º As retificações dos valores da Receita Liquida Real - RLR, das unidades da Federação, tendo em vista alterações nas apurações.
R$ 1,00

ALAGOAS					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/14	141 de 28/03/14	5.050.342.216,68	420.861.851,39	5.050.361.564,28	420.863.463,69
mai/14	287 de 28/05/15	5.092.262.473,56	424.355.206,13	5.092.422.107,88	424.368.508,99
jun/14	287 de 28/05/15	5.128.729.783,44	427.394.148,62	5.128.935.417,72	427.411.284,81
jul/14	287 de 28/05/15	5.139.897.644,52	428.324.803,71	5.140.176.201,00	428.348.016,75
ago/14	287 de 28/05/15	5.197.055.173,68	433.087.931,14	5.197.333.730,16	433.111.144,18
set/14	287 de 28/05/15	5.179.145.716,44	431.595.476,37	5.179.428.425,52	431.619.035,46
out/14	287 de 28/05/15	5.235.595.713,00	436.299.642,75	5.235.878.422,08	436.323.201,84
nov/14	287 de 28/05/15	5.231.423.267,40	435.951.938,95	5.231.705.976,48	435.975.498,04
dez/14	287 de 28/05/15	5.288.998.796,16	440.749.899,68	5.289.010.855,32	440.750.904,61
jan/15	287 de 28/05/15	5.298.773.223,24	441.564.435,27	5.299.055.932,32	441.587.994,36
fev/15	287 de 28/05/15	5.336.045.014,80	444.670.417,90	5.336.327.723,88	444.693.976,99
mar/15	287 de 28/05/15	5.377.585.919,88	448.132.159,99	5.377.868.628,96	448.155.719,08
abr/15	287 de 28/05/15	5.350.340.554,08	445.861.712,84	5.350.603.915,56	445.883.659,63
mai/15	287 de 28/05/15	5.400.626.781,48	450.052.231,79	5.400.749.856,24	450.062.488,02
jun/15	287 de 28/05/15	5.437.828.553,88	453.152.379,49	5.437.905.628,68	453.158.802,39
jul/15	344 de 29/06/15	5.517.307.217,16	459.775.601,43	5.517.311.369,76	459.775.947,48
ago/15	397 de 30/07/15	5.507.187.766,68	458.932.313,89	5.507.191.919,28	458.932.659,94

R$ 1,00

CEARÁ					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
ago/14	632 de 30/10/14	12.533.865.034,68	1.044.488.752,89	12.533.858.287,44	1.044.488.190,62
set/14	632 de 30/10/14	12.639.988.308,00	1.053.332.359,00	12.638.717.505,00	1.053.226.458,75
out/14	632 de 30/10/14	12.704.308.991,76	1.058.692.415,98	12.703.038.188,76	1.058.586.515,73
nov/14	671 de 27/11/14	12.843.103.177,08	1.070.258.598,09	12.841.832.374,20	1.070.152.697,85
dez/14	671 de 27/11/14	12.924.166.157,64	1.077.013.846,47	12.922.895.354,64	1.076.907.946,22
jan/15	55 de 29/01/15	12.984.458.669,04	1.082.038.222,42	12.982.805.997,36	1.081.900.499,78
fev/15	55 de 29/01/15	12.962.392.126,44	1.080.199.343,87	12.960.738.945,60	1.080.061.578,80
mar/15	109 de 26/02/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	13.187.079.083,88	1.098.923.256,99
abr/15	174 de 30/03/15	13.146.296.410,80	1.095.524.700,90	13.200.069.323,64	1.100.005.776,97
mai/15	211 de 29/04/15	13.219.230.241,80	1.101.602.520,15	13.219.421.555,64	1.101.618.462,97
jun/15	287 de 28/05/15	13.350.031.288,20	1.112.502.607,35	13.350.221.293,32	1.112.518.441,11
jul/15	344 de 29/06/15	13.604.134.945,80	1.133.677.912,15	13.604.324.950,92	1.133.693.745,91
ago/15	397 de 30/07/15	13.586.453.640,12	1.132.204.470,01	13.586.643.645,24	1.132.220.303,77

R$ 1,00

MATO GROSSO					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
mar/15	344 de 29/06/15	9.524.890.863,36	793.740.905,28	9.521.538.319,68	793.461.526,64
abr/15	344 de 29/06/15	9.264.006.179,04	772.000.514,92	9.260.653.635,36	771.721.136,28
mai/15	344 de 29/06/15	9.302.590.817,64	775.215.901,47	9.299.238.274,08	774.936.522,84
jun/15	344 de 29/06/15	9.447.593.659,56	787.299.471,63	9.444.241.115,88	787.020.092,99
jul/15	344 de 29/06/15	9.536.755.007,64	794.729.583,97	9.533.402.464,08	794.450.205,34
ago/15	397 de 30/07/15	9.602.727.565,80	800.227.297,15	9.599.375.022,12	799.947.918,51

R$ 1,00

PARAÍBA					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/14	671 de 27/11/14	6.272.763.085,56	522.730.257,13	6.272.879.675,88	522.739.972,99
mai/14	671 de 27/11/14	6.349.332.075,24	529.111.006,27	6.349.552.113,36	529.129.342,78
jun/14	671 de 27/11/14	6.399.931.106,16	533.327.592,18	6.400.269.576,60	533.355.798,05
jul/14	671 de 27/11/14	6.440.688.537,84	536.724.044,82	6.441.144.506,04	536.762.042,17
ago/14	671 de 27/11/14	6.548.691.324,00	545.724.277,00	6.549.425.461,44	545.785.455,12
set/14	671 de 27/11/14	6.554.046.678,24	546.170.556,52	6.554.895.365,52	546.241.280,46
out/14	671 de 27/11/14	6.591.304.171,32	549.275.347,61	6.592.307.253,96	549.358.937,83
nov/14	632 de 30/10/14	6.636.329.554,68	553.027.462,89	6.637.467.242,76	553.122.270,23
dez/14	671 de 27/11/14	6.681.783.440,04	556.815.286,67	6.681.781.138,08	556.815.094,84
jan/15	734 de 29/12/14	6.720.114.605,76	560.009.550,48	6.720.112.303,80	560.009.358,65
fev/15	55 de 29/01/15	6.746.822.729,16	562.235.227,43	6.747.632.318,28	562.302.693,19
mar/15	109 de 26/02/15	6.727.394.230,56	560.616.185,88	6.727.395.672,48	560.616.306,04

R$ 1,00

PIAUÍ					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
jul/15	344 de 29/06/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	6.739.333.456,32	561.611.121,36
ago/15	397 de 30/07/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	6.729.797.888,88	560.816.490,74

R$ 1,00

RIO GRANDE DO NORTE					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
ago/15	397 de 30/07/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	7.244.928.697,32	603.744.058,11

R$ 1,00

Apucarana/PR					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
fev/15	55 de 29/01/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	132.615.929,28	11.051.327,44
mar/15	109 de 26/02/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	134.851.368,60	11.237.614,05
ago/15	397 de 30/07/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	138.741.379,56	11.561.781,63

R$ 1,00

Campina Grande/PB					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
jul/15	344 de 29/06/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	359.322.433,56	29.943.536,13

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

R$ 1,00

Guarapuava/PR					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
jul/15	344 de 29/06/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	202.257.776,88	16.854.814,74
ago/15	397 de 30/07/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	205.370.537,76	17.114.211,48

R$ 1,00

Maringá/PR					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
abr/15	174 de 30/03/15	FALTAM DADOS	FALTAM DADOS	642.355.939,92	53.529.661,66

R$ 1,00

São Carlos/SP					
MÊS PGTº	PORTARIA Nº	DIVULGAÇÃO ANTERIOR		VALOR ATUAL	
		RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
ago/15	397 de 30/07/15	FALTAM DADOS	33.678.597,73	404.178.861,36	33.681.571,78

Art. 4º Os valores da Receita Líquida Real - RLR, recalculados em função de medidas liminares concedidas em favor das unidades da Federação.
R$ 1,00

ESTADOS	RLR 12 MESES	RLR MÉDIA MENSAL
BAHIA	22.310.642.227,56	1.859.220.185,63
GOIÁS	13.244.384.217,36	1.103.698.684,78
MATO GROSSO DO SUL	6.663.292.135,44	555.274.344,62
RIO DE JANEIRO	38.461.364.660,28	3.205.113.721,69

Art. 5º A Receita Líquida Real - RLR é calculada a partir da receita realizada nos doze meses anteriores ao mês imediatamente anterior àquele que se está apurando. A RLR MÉDIA MENSAL corresponde à média aritmética simples dos doze meses usados no cálculo.

Art. 6º Esta Portaria tem efeitos financeiros para o mês de setembro de 2015.

EDÉLCIO DE OLIVEIRA

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 200, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o inciso I do Artigo 6º da Portaria nº 297, de 14 de agosto de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e, tendo em vista o disposto no art.14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º O art. 6º da Portaria nº 297, de 14 de agosto de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º .....

.....

c) nos casos de empreendimentos de interesse de empresas/grupos beneficiados por compromisso formal assumido em plano de recuperação judicial pelo banco administrador, para a concessão de novos créditos, desde que apresentem capacidade econômico-financeira para o endividamento das obrigações assumidas.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 201, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e, tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Condel/Sudeco), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para o exercício de 2016.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FCO deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, alterado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

II - sintonia com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), e das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudeco;

III - previsão de aplicação dos recursos do Fundo para as quatro Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FCO:

I - a Faixa de Fronteira;

II - a mesorregião diferenciada de Águas Emendadas;

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como estagnada ou dinâmica;

IV - os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FCO.

Art. 4º O Banco do Brasil deverá encaminhar ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Sudeco as propostas:

I - de programas de financiamento, até 30 de setembro de 2015;

II - de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2015.

Art. 5º Na elaboração das propostas de programas de financiamento e para aplicação dos recursos do FCO, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini, pequenos e pequenos médios produtores rurais e de micro, pequenas e pequena-médias empresas, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - a proposta de programação do FCO para o exercício de 2016 deverá ser formulada pelo Banco do Brasil, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a Sudeco;

III - especial apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;

IV - a proposta de aplicação dos recursos do FCO deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2016, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a) como fonte de recursos:

1 - as disponibilidades previstas para o final do ano de 2015;

2 - os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3 - repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício de 2016;

4 - remuneração das disponibilidades do Fundo;

5 - retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6 - outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b) como despesas e saídas de recursos:

1 - despesas com o pagamento da taxa de administração;

2 - despesas com auditoria externa independente;

3 - despesas com o bônus de adimplência;

4 - despesas com rebates;

5 - despesas com del credere;

6 - montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2016, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7 - despesas com a remuneração das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

8 - outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicação no exercício de 2016, apresentando estimativas para as seguintes aplicações, observada a vedação de que trata o § 1º deste artigo:

1 - por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 15% (quinze por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF;

2 - por programa de financiamento;

3 - por setor assistido;

4 - por porte de mutuário;

5 - por espaço prioritário da PNDR (art. 3º retro);

6 - por outras instituições financeiras (art. 9º da Lei nº 7.827/1989).

V - o documento contendo a proposta deverá informar que o Pronaf será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil;

VI - a proposta deverá conter linha ou programa de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do §3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

VII - deverá apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento de que tratam o inciso anterior;

VIII - os programas de financiamento do FCO deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

a) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens e atividades não financiáveis;

d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência;

h) forma de apresentação das propostas;

i) identificar as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FCO.

IX - na proposta de programação, deverá ser incluída relação dos municípios classificados por UF na Região Centro-Oeste e, dentro de cada UF, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

X - para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do FCO, o Banco do Brasil, em articulação com a SFRI/MI e com a Sudeco, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado.

§ 1º Fica vedada a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas, ressalvada a aplicação da alternativa prevista no § 3º.

§ 2º Para efeito do disposto no item 1 da alínea "c" do inciso III deste artigo, considera-se Unidade da Federação (UF), no caso do Distrito Federal, o próprio DF e os municípios do Estado de Goiás que fazem parte da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE) excluindo-se, no caso de Goiás, os referidos municípios.

§ 3º Alternativamente ao disposto no inciso III, alínea "c", item 1, e no §1º deste artigo, fica estabelecida a faculdade de a previsão inicial de aplicação dos recursos por UF observar os seguintes percentuais:

I - Distrito Federal: dezenove por cento (19%);

II - Goiás: vinte e nove por cento (29%);

III - Mato Grosso: vinte e nove por cento (29%);

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

IV - Mato Grosso do Sul: vinte e três por cento (23%).

§ 4º. No caso de adoção da alternativa prevista no parágrafo anterior:

I - a previsão de aplicação de recursos por UF deverá ser reprogramada até 31 de outubro de 2016, levando em consideração as contratações realizadas em cada UF até 30 de setembro de 2016, bem como as operações em fase final de contratação nesta data;

II - os Governos Estaduais e do Distrito Federal, em articulação com os administradores do FCO, definidos na Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, deverão envidar esforços para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação por UF estabelecido no inciso III, alínea "c", item 1, deste artigo;

III - o Banco do Brasil deverá encaminhar à Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e à Sudeco até 31 de outubro de 2016 a Programação do FCO para 2016 e o Caderno de Informações Gerenciais do FCO, posição de set/2016, atualizados com base nos valores reprogramados e/ou redistribuídos.

Art. 6º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto;

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto; e

b)nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012.

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 7º Observado o disposto no art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o encargo de ouvidor dos FCO poderá ser atribuído ao Ouvidor já ocupante do cargo na SUDECO, devendo a atribuição de competência ser aprovada pelo respectivo Conselho Deliberativo por proposta da respectiva Superintendência.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 202, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e, tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Condel/Sudam), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2016.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FNO deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de setembro de 1989, alterado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

II - as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA) e das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudam;

III - a previsão de aplicação dos recursos do Fundo para as sete Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FNO:

I - a Faixa de Fronteira;

II - as mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Xingu, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão) e Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins);

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

Art. 4º O Banco da Amazônia deverá encaminhar ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Sudam as propostas:

I -de programas de financiamento, até 30 de setembro de 2015;

II - de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2015.

Art. 5º Na elaboração das propostas de programas de financiamento e para aplicação dos recursos do FNO, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I -concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e de micro, pequenas e pequena-médias empresas, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - especial apoio a empreendimentos que priorizam o uso sustentável de recursos naturais, que promovam o Desenvolvimento sustentável e a Inclusão Social, bem como a difusão da inovação nas atividades florestais de bases sustentáveis e apoio às estratégias de produção;

III - especial apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;

IV - a proposta de programação do FNO para o exercício de 2016 deverá ser formulada pelo Banco da Amazônia, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a Sudam;

V - a proposta de aplicação dos recursos do FNO deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2016, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a) como fonte de recursos:

1 -as disponibilidades previstas para o final do ano de 2015;

2 -os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3 -repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício de 2016;

remuneração das disponibilidades do Fundo;

5 -retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6 -outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b)como despesas e saídas de recursos:

1 -despesas com o pagamento da taxa de administração;

2 -despesas com auditoria externa independente;

3 -despesas com o bônus de adimplência;

4 -despesas com rebates;

5 -despesas com del credere;

6 -montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2016, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7 -despesas com a remuneração das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

8 -outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicação no exercício de 2016, apresentando estimativas para as seguintes aplicações, observada a vedação de que trata o parágrafo único deste artigo:

1 -por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 5% (cinco por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF;

2 -por programa de financiamento;

3 -por setor assistido;

4 -por porte de mutuário;

5 - por espaço prioritário da PNDR (art. 3º retro);

6 - por outras instituições financeiras (art. 9º da Lei nº 7.827/1989).

VI - o documento contendo a proposta deverá informar que o Pronaf será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil;

VII - a proposta deverá conter programa ou linha de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do §3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

VIII - deverá apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento de que tratam o inciso anterior;

IX - os programas de financiamento do FNO deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

a) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens e atividades não financiáveis;

d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência;

h) forma de apresentação das propostas;

i) identificar as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FNO.

X - na proposta de programação, deverá ser incluída relação dos municípios classificados por UF da Região Norte e, dentro de cada UF, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

XI - para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do FNO, o Banco da Amazônia, em articulação com a SFRI/MI e com a Sudam, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado.

Parágrafo Único. Fica vedada a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas.

Art. 6º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;

b) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012; e

c) nos casos de empreendimentos, caracterizados como prioritários mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do fundo.

II- aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB);

c) a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 7º Observado o disposto no art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o encargo de ouvidor do FNO poderá ser atribuído ao Ouvidor já ocupante do cargo na Sudam, devendo a atribuição de competência ser aprovada pelo respectivo Conselho Deliberativo por proposta da Superintendência.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 203, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Regulamenta o art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e, tendo em vista o disposto no art. 14-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, com a redação dada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, resolve:

Art. 1º Estabelecer as diretrizes e orientações gerais para a definição, pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Condel/Sudene), das diretrizes e prioridades, com vistas à elaboração da proposta de programação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) para o exercício de 2016.

Art. 2º A formulação dos programas de financiamento do FNE deverá observar:

I - as diretrizes estabelecidas no art. 3º da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, alterado pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009;

II - sintonia com as orientações da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, das políticas setoriais e macroeconômicas do Governo Federal, do Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE) e das prioridades a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo da Sudene;

III - previsão de aplicação dos recursos do Fundo para as Unidades da Federação integrantes de sua área de atuação, de modo a permitir a democratização do crédito para as atividades produtivas da Região.

Art. 3º Os seguintes espaços, considerados prioritários pela PNDR, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, terão tratamento diferenciado e favorecido na aplicação dos recursos do FNE:

I - o Semiárido;

II - as mesorregiões diferenciadas de Águas Emendadas (municípios do Estado de Minas Gerais da área de atuação da Sudene), do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins), do Seridó, do Jequitinhonha/Mucuri e do Xingó;

III - os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

IV - os municípios das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE´s): do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA e da Grande Teresina.

Art. 4º O Banco do Nordeste do Brasil (BNB) deverá encaminhar ao Ministério da Integração Nacional (MI) e à Sudene as propostas:

I - de programas de financiamento, até 30 de setembro de 2015;

EXEMPLAR DE ASSINANTE
PROIBIDA A VENDA DA IMPRENSA NACIONAL

II - de aplicação dos recursos, até 30 de outubro de 2015.

Art. 5º Na elaboração das propostas de programas de financiamento e para aplicação dos recursos do FNE, serão observadas as seguintes orientações de caráter geral:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido, no que diz respeito ao percentual de limite de financiamento, aos projetos de mini, pequenos e pequeno-médios produtores rurais e de micro, pequenas e pequenas-médias empresas, bem como aos empreendimentos que se localizem nos espaços prioritários da PNDR;

II - a proposta de programação do FNE para o exercício de 2016 deverá ser formulada pelo BNB, em articulação com a Secretaria de Fundos Regionais e Incentivos Fiscais (SFRI/MI) e com a Sudene;

III - especial apoio a empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água;

IV - a proposta de aplicação dos recursos do FNE deverá apresentar quadro demonstrativo do orçamento previsto para o exercício de 2016, estimando a totalidade dos ingressos e das saídas de recursos previstos para o ano, especificando:

a) como fonte de recursos:

1- as disponibilidades previstas para o final do ano de 2015;

2- - os recursos originários dos retornos de financiamentos já concedidos;

3- repasses de recursos originários da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para o exercício de 2016;

4 - remuneração das disponibilidades do Fundo;

5 - retorno ao Fundo de valores relativos aos riscos assumidos pelo Banco;

6 - outras modalidades de ingresso de recursos, especificando a origem e os respectivos valores estimados.

b)como despesas e saídas de recursos:

1 - despesas com o pagamento da taxa de administração;

2- despesas com auditoria externa independente;

3 - despesas com o bônus de adimplência;

4 - despesas com rebates;

5 - despesas com del credere;

6 - montante das liberações/desembolsos de recursos previstos para 2016, decorrentes de operações contratadas em anos anteriores;

7 - despesas com a remuneração das operações do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf);

8 - outras saídas e/ou despesas, com especificação da origem e dos respectivos valores.

c) os recursos disponíveis para aplicação no exercício de 2016, apresentando estimativas para as seguintes aplicações, observada a vedação de que trata o parágrafo único deste artigo:

1 - por Unidade da Federação, mediante estimativa a ser realizada considerando a distribuição histórica das aplicações e a expectativa de demanda por crédito na Região, respeitado o mínimo de 4,5% (quatro e meio por cento) dos recursos disponíveis para aplicação em cada UF, exceto no Estado do Espírito Santo;

2 - por programa de financiamento;

3 - por setor assistido;

4 - por porte de mutuário;

5 - por espaço prioritário da PNDR (art. 3º retro);

6 - por outras instituições financeiras (art. 9º da Lei nº 7.827/1989).

IV - o documento contendo a proposta deverá informar que o PRONAF será operacionalizado de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), disciplinadas no Manual de Crédito Rural (MCR 10), publicado pelo Banco Central do Brasil;

V - a proposta de aplicação dos recursos do FNE deverá conter programa de financiamento específico para o atendimento à agropecuária irrigada e às operações de crédito de que tratam os incisos I e II, do §3º do art. 1º da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001;

VI - deverá apresentar previsão de aplicação de recursos do Fundo para as linhas ou programas de financiamento de que tratam o inciso anterior;

VII - os programas de financiamento do FNE deverão estabelecer, de forma clara e precisa, todas as condições a que se subordinarão as operações a serem realizadas, tais como:

a) beneficiários;

b) itens financiáveis;

c) itens e atividades não financiáveis;

d) d) limite financiável (percentual a ser financiado em relação ao orçamento apresentado);

e) teto dos financiamentos (valor máximo por cliente ou grupo econômico);

f) prazo das operações;

g) encargos financeiros e concessão de bônus de adimplência;

h) forma de apresentação das propostas;

i) identificar as exigências de garantias e outros requisitos para concessão de financiamento;

j) outras informações consideradas indispensáveis ao perfeito entendimento, pelos mutuários, do funcionamento e da operacionalização dos recursos do FNE.

VIII - na proposta de programação, deverá ser incluída relação dos municípios classificados por UF da área de atuação da Sudene e, dentro de cada UF, agrupados de acordo com a tipologia definida na PNDR;

IX - para a elaboração da proposta de aplicação dos recursos do FNE, o BNB, em articulação com a SFRI/MI e com a Sudene, deverá promover reuniões com técnicos e representantes dos Governos Estaduais e das classes produtoras e trabalhadoras de cada Unidade Federativa, objetivando adequar os programas de financiamento a serem propostos às necessidades das economias de cada Estado.

Parágrafo único. Fica vedada a distribuição dos recursos do Fundo, por Unidade da Federação, com base em cotas percentuais pré-definidas.

Art. 6º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicação em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;

b) nos casos de empresas de distribuição de energia elétrica sob intervenção do poder concedente, nos termos da Lei nº 12.767, de 27 de dezembro de 2012; e

c) nos casos de empreendimentos de interesse de empresas/grupos beneficiados por compromisso formal assumido em plano de recuperação judicial pelo banco administrador, para a concessão de novos créditos, desde que apresentem capacidade econômico-financeira para o endividamento das obrigações assumidas.

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos importados ou que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), para beneficiários com faturamento bruto anual superior a R$ 16.000.000,00 (dezesseis milhões de reais), exceto nos casos em que, alternativamente:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB);

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 7º Observado o disposto no art. 18-A da Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, o encargo de ouvidor do FNE poderá ser atribuído ao Ouvidor já ocupante do cargo na Sudene, devendo a atribuição de competência ser aprovada pelo respectivo Conselho Deliberativo por proposta da Superintendência.

Art. 8º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 204, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do parágrafo 6º do art. 10 da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e na alínea "a" do inciso XIII do art. 4º do Anexo I ao Decreto nº 8.275, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), para o exercício de 2016.

Art. 2º As prioridades para o FDA no ano de 2016 serão estabelecidas em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.074, de 22 de fevereiro de 2007, e com Plano Regional de Desenvolvimento da Amazônia (PRDA), observadas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada pela Lei Complementar nº 124, de 3 de janeiro de 2007.

§ 1º As seguintes Diretrizes serão observadas pela SUDAM na aprovação de projetos de investimentos no âmbito do FDA:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR:

a) a Faixa de Fronteira;

b) as mesorregiões diferenciadas do Alto Solimões, Vale do Rio Acre, Xingu, Bico do Papagaio (exceto os municípios do Estado do Maranhão) e Chapada das Mangabeiras (municípios do Estado de Tocantins);

c) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica.

II - promoção do desenvolvimento em bases mais sustentáveis;

III - inclusão social, com geração de emprego e incremento de renda;

IV - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

V - expansão, modernização e diversificação da base econômica da Amazônia;

VI - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas da Amazônia;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - inserção da economia da Amazônia em mercados externos em bases competitivas;

X - indução e apoio à inovação tecnológica;

XI - conservação e preservação do meio ambiente;

XII - atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de recursos financeiros de outras fontes;

XIII - valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

XIV - indução e apoio às melhores práticas produtivas.

§ 2º Conceder caráter prioritário para empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água.

Art. 3º Fica vedada a concessão de crédito para:

II - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

a)nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto; e

b)nos casos de empreendimentos, caracterizados como prioritários mediante manifestação do Ministério de Minas e Energia, que já tenham contratado operações de financiamento com recursos do fundo.

III - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), exceto nos casos em que:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 205, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste - FDCO.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso XX do art. 4º da Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009, e no inciso II do art. 6º do Anexo I ao Decreto nº 8.067, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FDCO), para o exercício de 2016.

Art. 2º As prioridades para o FDCO no ano de 2016 serão estabelecidas em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.074, de 22 de fevereiro de 2007, e com Plano Regional de Desenvolvimento do Centro-Oeste (PRDCO), observadas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (SUDECO), criada pela Lei Complementar nº 129, de 8 de janeiro de 2009.

§ 1º As seguintes Diretrizes serão observadas pela SUDECO na aprovação de projetos de investimentos no âmbito do FDCO:

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR:

a) a Faixa de Fronteira;

b) a mesorregião diferenciada das Águas Emendadas;

c) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como estagnada ou dinâmica;

d) os municípios da Região Integrada de Desenvolvimento do Distrito Federal e Entorno (RIDE), exceto os municípios localizados no estado de Minas Gerais, que não são beneficiários do FDCO.

II - promoção do desenvolvimento em bases mais sustentáveis;

III - inclusão social, com geração de emprego e incremento de renda;

IV - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

V - expansão, modernização e diversificação da base econômica do Centro-Oeste;

VI - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas do Centro-Oeste;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - apoio à implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - inserção da economia do Centro-Oeste em mercados externos em bases competitivas;

X - indução e apoio à inovação tecnológica;

XI - conservação e preservação do meio ambiente;

XII - atração e promoção de novos investimentos para a Região com alavancagem de recursos financeiros de outras fontes;

XIII - valorização das potencialidades turísticas como fator de desenvolvimento local;

XIV - indução e apoio às melhores práticas produtivas.

§ 2º Conceder caráter prioritário para empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água.

Art. 3º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto;

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), exceto nos casos em que:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 206, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece diretrizes e orientações gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do parágrafo 6º do art. 10 da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e na alínea "a" do inciso XIII do art. 4º do Anexo I ao Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes e Orientações Gerais para definição de prioridades e aprovação de projetos de investimentos com recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), para o exercício de 2016.

Art. 2º As prioridades para o FDNE no ano de 2016 serão estabelecidas em consonância com a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instituída pelo Decreto nº 6.074, de 22 de fevereiro de 2007, e com Plano Regional de Desenvolvimento do Nordeste (PRDNE), observadas as potencialidades e vocações econômicas da área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007.

§ 1º As seguintes Diretrizes serão observadas pela SUDENE na aprovação de projetos de investimentos no âmbito do FDNE.

I - concessão de tratamento diferenciado e favorecido aos projetos de investimentos em infraestrutura e aos projetos que se localizem nos espaços reconhecidos como prioritários pela PNDR:

a) o Semiárido;

b) as mesorregiões diferenciadas do Bico do Papagaio (municípios do Estado do Maranhão), da Chapada do Araripe, da Chapada das Mangabeiras (exceto municípios do Tocantins), do Seridó, do Jequitinhonha/Mucuri, do Xingó e Águas Emendadas (municípios do Estado de Minas Gerais, integrantes da área de atuação da SUDENE);

c) os municípios integrantes das microrregiões classificadas pela tipologia da PNDR como de baixa renda, estagnada ou dinâmica;

d) os municípios das Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDE´s): do Polo de Juazeiro/PE e Petrolina/BA e da Grande Teresina.

II - promoção do desenvolvimento includente e sustentável, com geração de emprego e incremento da renda;

III - ampliação e fortalecimento da infraestrutura regional;

IV - expansão, modernização e diversificação da base econômica do Nordeste;

V - aumento e fortalecimento das vantagens competitivas do Nordeste;

VI - fortalecimento e integração da base produtiva regional;

VII - integração econômica inter ou intrarregional;

VIII - implantação, fortalecimento e melhoria de arranjos e cadeias produtivas estratégicas;

IX - IX - apoio à inovação, integração e complementaridade tecnológica;

X - inserção da economia do Nordeste em mercados externos, em bases competitivas;

XI atração e promoção de investimentos para a Região com alavancagem de outras fontes de recursos.

§ 2º. Conceder caráter prioritário para empreendimentos não-governamentais de infraestrutura em abastecimento de água.

Art. 3º Fica vedada a concessão de crédito para:

I - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

a) nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto; e

b) nos casos de empreendimentos de interesse de empresas/grupos beneficiados por compromisso formal assumido em plano de recuperação judicial pelo banco administrador, para a concessão de novos créditos, desde que apresentem capacidade econômico-financeira para o endividamento das obrigações assumidas.

II - aquisição de máquinas, veículos, aeronaves, embarcações ou equipamentos que apresentem índices de nacionalização, em valor, inferior a 60% (sessenta por cento), exceto nos casos em que:

a) não haja produção nacional da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento;

b) a máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento cumpra o Processo Produtivo Básico (PPB); ou

c) a Nomenclatura Comum do MERCOSUL (NCM) da máquina, veículo, aeronave, embarcação ou equipamento importado tiver alíquota 0% do Imposto de Importação.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 207, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o inciso I do Artigo 3º da Portaria nº 301, de 14 de agosto de 2014

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no inciso I do parágrafo 6º do art. 10 da Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, e na alínea "a" do inciso XIII do art. 4º do Anexo I ao Decreto nº 8.276, de 27 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º O art. 3º da Portaria nº 301, de 14 de agosto de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 3º .....

I - aplicações em projetos de geração, transmissão e distribuição de energia, exceto:

nos casos de geração de energia para consumo próprio do empreendimento, admitida a comercialização da energia excedente, desde que limitada a 50% (cinquenta por cento) da capacidade de geração prevista no projeto; e

b) nos casos de empreendimentos de interesse de empresas/grupos beneficiados por compromisso formal assumido em plano de recuperação judicial pelo banco administrador, para a concessão de novos créditos, desde que apresentem capacidade econômico-financeira para o endividamento das obrigações assumidas.

....." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação

GILBERTO OCCHI

DESPACHOS DE JULGAMENTO
Em 28 de agosto de 2015

Nº 38 - PROCESSO no 59000.001059/2012-18. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Sindicância Investigativa com a finalidade de apurar os fatos noticiados no processo 59000.001059/2012-18, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso do objeto presente. VISTOS e EXAMINADOS os autos do Processo em apreço e considerando o contido no Despacho nº 67, de 10 de agosto de 2015 (fl. 189 a 190), ACATO suas razões e com fulcro no art. 143, da lei 8112/90 e no art. 4º, II, da Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, DECIDO: ACOLHO o Relatório Final da Comissão de Sindicância Investigativa (folhas 126 a 187); e DETERMINO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, conforme proposto no Despacho nº 67, de 10 de agosto de 2015 (fl. 189 a 190).

Nº 39 - PROCESSO no 59000.000640/2013-95. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Sindicância Investigativa com a finalidade de apurar os fatos noticiados no processo 59000.000640/2013-95, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso do objeto presente. VISTOS e EXAMINADOS os autos do Processo em apreço e considerando o contido no Despacho nº 69, de 11 de agosto de 2015 (fl. 268), ACATO suas razões e com fulcro no art. 143, da lei 8112/90 e no art. 4º, II, da Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, DECIDO: ACOLHO o Relatório Final da Comissão de Sindicância Investigativa (folhas 240 a 265); e DETERMINO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar.

Nº 40 - PROCESSO no 59000.000892/2012-33. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Sindicância Investigativa com a finalidade de apurar os fatos noticiados no processo 59000.000892/2012-33, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso do objeto presente. VISTOS e EXAMINADOS os autos do Processo em apreço e considerando o contido no Despacho nº 68, de 10 de agosto de 2015 (fl. 235), ACATO suas razões e com fulcro no art. 143, da lei 8112/90 e no art. 4º, II, da Portaria CGU nº 335, de 30 de maio de 2006, DECIDO: ACOLHO o Relatório Final da Comissão de Sindicância Investigativa (folhas 211 a 232); e DETERMINO a instauração de Processo Administrativo Disciplinar, conforme proposto no Despacho nº 68, de 10 de agosto de 2015 (fl. 235).

Nº 41 - PROCESSO no 59000.000959/2013-11. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar - PAD n.º 59000.000959/2013-11, com a finalidade de apurar os fatos noticiados no Processo MI n.º 59000.000887/2009-25, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso de seus trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente. VISTOS e EXAMINADOS os autos do Processo em apreço e considerando o contido na NOTA TÉCNICA nº 38/2015/CRG/GM/MI, de 17 de julho de 2015 (folhas 424 a 438) e no PARECER n.º 562/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU (folhas 440 a 444), ACATO suas razões e com fulcro no art. 168 da Lei nº 8.112/90, de 11 de dezembro de 1.990, DECIDO: ACOLHO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (folhas 349 a 365); e DETERMINO o ARQUIVAMENTO dos autos.

GILBERTO OCCHI

SUPERINTENDÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE

PORTARIA Nº 160, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO CENTRO-OESTE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VI do art. 17 do Anexo I do Decreto nº 8.277, de 27 de junho de 2014, e considerando as disposições expressas no Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, que prevê número máximo de candidatos aprovados, por quantitativo de vagas oferecidas, resolve:

Art. 1º Tornar sem efeito a Retificação do Resultado Final do Concurso Público - Edital Nº 1/2013, publicada na pág. 86, seção 3, do Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CLEBER ÁVILA

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 189, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Reconhece situação de emergência em municípios.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência nas áreas descritas no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações constantes na tabela.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
SC	Arabutã	Enxurradas - 1.2.2.0.0	1737	15/07/15	59050.000736/2015-20
SC	Flor do Sertão	Chuvas intensas - 1.3.2.1.4	078/2015	14/07/15	59050.000734/2015-31
SC	Passos Maia	Tornados - 1.3.2.1.1	367	16/07/15	59050.000748/2015-54

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA N° 1.395, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre o emprego da Força Nacional de Segurança Pública em apoio ao Sistema Prisional do Estado de Sergipe

O MINISTRO DE ESTADO DA JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto na Lei nº 11.473, de 10 de maio de 2007, no Decreto nº 5.289, de 29 de novembro de 2004, na Portaria nº 3.383, de 24 de outubro de 2013, no Convênio de Cooperação Federativa n° 9, de 18 de maio de 2012, celebrado entre a União e o Estado de Sergipe; e

Considerando a manifestação expressa do Governador do Estado de Sergipe, Jackson Barreto de Lima, contida no Ofício nº 390/15, de 12 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar o emprego da Força Nacional de Segurança Pública - FNSP, em caráter episódico e planejado, em consonância com as corporações envolvidas, pelo período de 30 (trinta) dias, ou até que cessem os motivos que ensejaram o pedido, nas ações de policiamento ostensivo, na modalidade de Rádio Patrulhamento, nos perímetros externos do Complexo Penitenciário Manuel Carvalho Neto.

Art. 2º A operação terá o apoio logístico e a supervisão dos órgãos de segurança pública do Ente Federado solicitante, nos termos do convênio de cooperação firmado entre as partes, bem como permissão de acesso aos sistemas de informações e ocorrências no âmbito da Segurança Pública.

Art. 3º O número de policiais a ser disponibilizado pelo Ministério da Justiça obedecerá ao planejamento definido pelos entes envolvidos na operação.

Art. 4º O prazo do apoio prestado pela FNSP poderá ser prorrogado, se necessário, conforme o art. 4º, § 3º, inciso I, do Decreto nº 5.289, de 2004.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ EDUARDO CARDOZO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 892, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera a Portaria nº 898, de 09 de setembro de 2014, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, que fixa as metas institucionais globais e intermediárias para a avaliação de desempenho institucional de que trata a Portaria nº 3.403, de 30 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 16 da Portaria nº 3.403, de 30 de outubro de 2013, do Ministério da Justiça, resolve:
Art. 1º O Anexo II da Portaria n° 898, de 09 de setembro de 2014, da Secretaria Executiva do Ministério da Justiça, passa a vigorar na forma do Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIVALDO DE CASTRO PEREIRA

ANEXO

METAS DE DESEMPENHO INTERMEDIÁRIAS

METAS INTERMEDIÁRIAS SE				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Implementar o Plano Anual de Capacitação (PAC) no âmbito do Ministério da Justiça.	Percentual de implementação do Plano Anual de Capacitação - MJ (PAC).	*(Valor orçamentário para Capacitação executado/ Valor orçamentário para Capacitação planejado) x 100*	Percentual	80%
Executar o limite orçamentário disponível até o final de outubro de 2015.	Percentual de execução do limite orçamentário disponível de janeiro a outubro de 2015.	*(LOE /LOD) X 100, onde: LOE - Limite Orçamentário Empenhado até o final de outubro de 2015; LOD - Limite Orçamentário Disponível até o final de outubro de 2015.*	Percentual	70%
METAS INTERMEDIÁRIAS GM				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Disponibilizar Portarias do Ministro aos servidores e colaboradores do MJ na intranet.	Percentual de publicação das Portarias assinadas pelo Ministro na intranet a partir de 2014.	*Índice = (PP/PA) x 100, onde: PP - Portarias Publicadas; PA - Portarias Assinadas.*	Percentual	100%
Dar cobertura jornalística dos eventos e assuntos do Ministério da Justiça.	Quantidade de material de conteúdo noticioso disponibilizado nos canais de comunicação social do MJ (website, redes sociais)	*Índice = de produção de conteúdo noticioso publicada nos canais de comunicação social eletrônica do MJ*	Número	700
METAS INTERMEDIÁRIAS SESGE				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Disponibilizar vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública com ênfase à segurança com cidadania para os Grandes Eventos.	Quantidade de vagas para capacitação e treinamento dos operadores de segurança pública.	*Vagas para capacitação*	Unidade	5.500
METAS INTERMEDIÁRIAS SAL				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Ampliar o acesso dos atos normativos de competência do MJ.	Percentual de portarias normativas de competência do MJ indexadas e classificadas.	*(Nº de portarias classificadas/ Nº de portarias publicadas) x 100*	Percentual	100%
Emitir opinião técnica sobre projetos normativos de interesse do MJ.	Percentual de projetos normativos analisados.	*(Nº projetos de lei; sanções; vetos e exposição de motivos eleitos de interesse do MJ/ Nº de projetos normativos analisados) x 100*	Percentual	100%
METAS INTERMEDIÁRIAS CONJUR				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Assegurar a legalidade administrativa dos atos praticados pelo Ministro de Estado e demais autoridades do MJ, seguindo a orientação normativa da AGU.	Percentual de atendimento dos processos e documentos analisados pela CONJUR.	*(Nº de pareceres e notas elaboradas pela CONJUR/ Nº de processos e documentos encaminhados para análise da CONJUR) x 100*	Percentual	70%
METAS INTERMEDIÁRIAS SENASP				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Disponibilizar 10 novos cursos na Rede Nacional de Educação à Distância (rede EaD).	Quantidade de cursos disponibilizados.	*Cursos disponibilizados*	Unidade	10
Produzir pareceres de prestação de contas.	Quantidade de pareceres produzidos.	*Pareceres produzidos*	Unidade	365
METAS INTERMEDIÁRIAS SENAD				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Ofertar vagas de capacitação para profissionais da saúde, educação, assistência social, justiça, segurança pública e conselheiros, para desenvolver estratégias de prevenção do uso indevido de drogas.	Quantidade de vagas ofertadas.	*Vagas ofertadas*	Unidade	40.000
Implantar/manter Centros Regionais de Referência no âmbito de Instituições de Ensino Superior Públicas para formação permanente dos profissionais que atuam na segurança pública, no Ministério Público, no Poder Judiciário e nas redes de atenção integral à saúde e de assistência social, com usuários de crack e outras drogas e seus familiares.	Quantidade de Centros Regionais de Referência implantados/ mantidos durante o período.	*Centros Regionais de Referência implantados/ mantidos*	Unidade	15
Disponibilizar/manter serviços de acolhimento destinados a atender pessoas com transtornos decorrentes do uso, abuso ou dependência de substância psicoativa.	Quantidade de vagas contratadas/ renovadas.	*Vagas contratadas/ renovadas*	Unidade	3.500
METAS INTERMEDIÁRIAS SRJ				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Elaborar parecer de provimento e vacância dos membros do Poder Judiciário, cuja nomeação compete ao Presidente da República.	Quantidade de processo analisados e pareceres emitidos.	*Pareceres de provimento; pareceres de vacância*	Unidade	50
Produzir pareceres de prestação de contas	Quantidade de pareceres produzidos.	*Pareceres produzidos*	Unidade	20
Emitir opinião técnica sobre projetos normativos em trâmite no CN, em matéria correlata ao Sistema de Justiça.	Percentual de projetos normativos analisados.	*(Nº de projetos normativos recebidos / Nº de projetos normativos analisados) x 100*	Percentual	100%
Disponibilizar vagas para capacitação de atores do Sistema de Justiça em métodos autocompositivos de solução de conflitos, por meio de cursos presenciais e à distância.	Quantidade de vagas disponibilizadas.	*Vagas em cursos presenciais; Vagas em cursos EaD*	Unidade	6.000
METAS INTERMEDIÁRIAS SNJ				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Realizar cursos de Programa Nacional de Capacitação e Treinamento para o Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro.	Quantidade de cursos realizados a partir de 2014.	*Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro*	Unidade	9
Emitir Certidões de Regularidade de Título de Utilidade Pública Federal e de OSCIP.	Quantidade de Certidões emitidas.	*Certidões de Regularidade de Utilidade Pública Federal e de OSCIP emitidas.*	Unidade	12.000
Atribuir Classificação Indicativa em Obras.	Quantidade de Obras Classificadas.	*Obras classificadas*	Unidade	8.000
Decidir Pedidos de Prorrogação de Prazos de Estada.	Quantidade de processo de prorrogação decidido.	*Processos de prorrogação de prazo de estada decididos*	Unidade	12.000
METAS INTERMEDIÁRIAS COMISSÃO DE ANISTIA				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Julgar requerimentos de anistia política (turma, plenário e decisões monocráticas) durante o período de novembro de 2014 a outubro de 2015.	Quantidade de processos julgados.	*Processos julgados em turma e plenário e decisões monocráticas*	Unidade	1.500
METAS INTERMEDIÁRIAS SENACON				
Descrição da meta	**Indicador**	**Fórmula de cálculo**	**Unidade de medida**	**Meta Prevista para o Ciclo 2014/2015**
Ampliar a base de Procons municipais integrados ao SINDEC durante o ciclo.	Quantidade de Procons municipais integrados ao SINDEC.	*Procons municipais integrados*	Unidade	30
Disponibilizar vagas em cursos presenciais e à distância da Escola Nacional de Defesa do Consumidor (ENDC).	Quantidade de vagas disponibilizadas.	*Vagas em cursos presenciais; Vagas em cursos EaD*	Unidade	2.300
Produzir e disponibilizar estudos do Centro de Inteligência em Defesa do Consumidor.	Quantidade de estudos produzidos/ disponibilizados.	*Notas técnicas; boletins; relatórios; pesquisas*	Unidade	100
Conclusão de procedimentos e processos administrativos no âmbito do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor.	Quantidade de procedimentos e processos administrativos concluídos.	*Respostas às consultas; decisões*	Unidade	900

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
COORDENAÇÃO-GERAL DE LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 181, DE 21 DE AGOSTO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE LOGÍSTICA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e tendo em vista os artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

Art.1º Determinar que em conformidade com a instrução processual adotada no Processo nº. 08008.000391/201416, bem como o disposto no Art. 7º da Lei nº 10.520/2002 cumulado com os incisos I e II, do Art. 87 da Lei nº 8.666/1993, que seja aplicada a seguinte penalidade à

empresa ALVES E YOSHIY COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 13.480.775/000153:

I - Advertência

II - Multa moratória correspondente a 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, incidente sobre o valor dos serviços não realizados, perfazendo o valor de R$ 139,89 (cento e trinta e nove reais e oitenta e nove centavos).

Art. 2º A multa moratória determinada no inciso II, do Art 1º, deverá ser emitida por meio de GRU, que será enviada à empresa ALVES E YOSHIY COMERCIAL E DISTRIBUIDORA LTDA., devendo ser paga em no máximo 30 (trinta) dias corridos a contar da data do recebimento, conforme estipulado no inciso II, do item 13.3, da Cláusula Décima Terceira, do Contrato nº 164/2013.

Art. 3º As penalidades determinadas nesta Portaria deverão ser devidamente registradas no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento E Gestão. Art. 3º Da penalidade determinada nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto nos termos do Art. 109 da Lei nº 8.666/93, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência da empresa deste expediente decisório.

Art. 4º - Da penalidade determinada nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto nos Arts. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SHIRLEY JACKCELY DOS SANTOS GOMES
Substituta

PORTARIA Nº 182, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

A COORDENADORA-GERAL DE LOGÍSTICA SUBSTITUTA, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 69, de 04 de junho de 2014, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2014, e tendo em vista os artigos 67 e 73, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores resolve:

Art.1º - Determinar que, em conformidade com a instrução processual adotada no Processo nº. 08008.001551/2014-36, bem como o disposto no Art. 7º da Lei 10.520/2002 cumulado com o inciso II, do Art. 87 da Lei 8.666/1993, que seja aplicada a seguinte penalidade à empresa URCAL CONSULTORIA LTDA., CNPJ: 00.729.009/001-38:

I - Multa moratória correspondente a 0,3% sobre o valor total da Nota de Empenho, por dia de atraso, perfazendo o valor de R$ 202,40 (duzentos e dois reais e quarenta centavos);

Art. 2º - A multa moratória determinada no inciso I do Art 1º deverá ser emitida por meio de GRU, que será enviada à empresa URCAL CONSULTORIA LTDA., devendo ser paga em no máximo 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento.

Art. 3º - A penalidade determinada nesta Portaria deverá ser devidamente registradas no SICAF, em conformidade com o disposto na IN nº. 02/2010 da Secretária de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 4º - Da penalidade determinada nesta Portaria caberá o Recurso Administrativo disposto nos Arts. 109, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666/1993, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da ciência deste expediente decisório.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

SHIRLEY JACKCELY DOS SANTOS GOMES
Substituta

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 28 de agosto de 2015

Nº 1032. Ato de Concentração nº 08700.007952/2015-63. Requerentes: BRE Ponte Participações SA e BR Properties SA. Advogados: Cristianne Saccab Zarzur, Marina Curi Penna e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1042. Processo Administrativo nº 08012.011881/2007-41. Representante: Companhia de Gás de São Paulo. Advogados/as: Marco Antônio Fonseca Júnior, Bruno de Luca Drago e outros/as. Representadas: Petróleo Brasileiro S.A. ("Petrobras"), White Martins Gases Industriais Ltda. ("White Martins") e GNL Gemini e Comercialização e Logística de Gás Ltda. ("GásLocal"). Advogados/as: André de Almeida Barreto Tostes, José Davi Cavalcante Moreira, Gustavo Aguiar da Costa e outros/as. Com fulcro no §1º do art. 50 da Lei 9.784/99, acolho a Nota Técnica nº 42/2015/CGAA4/SGA1/SG/CADE, de 28 de agosto de 2015, que teve como objetivo endereçar as questões levantadas nas petições SEI nº 0093122 (versão pública SEI nº 0095225) e SEI nº 0094756 (versão confidencial SEI nº 0094761).

Nº 1043. Processo Administrativo nº 08012.011881/2007-41. Representante: Companhia de Gás de São Paulo. Advs.: Marco Antônio Fonseca Júnior, Bruno de Luca Drago e outros/as. Representadas: Petróleo Brasileiro S.A, White Martins Gases Industriais Ltda. e GNL Gemini Comercialização e Logistica de Gás Ltda. Advs.: André Tostes, Bruno Almada, Olavo Zago Chinaglia, Rodrigo da Silva Alves dos Santos, Gustavo Aguiar da Costa e outros/as. Acolho a Nota Técnica nº 43/2015/CGAA4/SGA1/SG/CADE, aprovada pelo Superintendente-Adjunto, e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei Federal nº 9.784/1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação. Pelos fundamentos apontados, decido pelo deferimento parcial do pedido de abertura de informações formulado na petição SEI nº 0051165, nos termos recomendados pela referida Nota Técnica, devendo-se proceder, de ofício, à abertura das informações ali identificadas como públicas.

Nº 1.046. Ref.: Processo Administrativo nº 08012.005335/2002-67. Representantes: Editora Nova Atenas Ltda. e Ponto de Arte Editora Ltda. Representado: Ediouro Publicações S.A. Advogados: Luiz de Alencar Araripe Jr., Caio Mario da Silva Pereira Neto, Schermann Christie e outros. Tendo em vista que o processo encontra-se devidamente instruído, decido, pois, pelo encerramento da fase instrutória, ficando o Representado notificado para a apresentação de alegações finais em 5 (cinco) dias úteis, nos termos do art. 73 da Lei nº 12.529/2011 c.c. art. 156 do Regimento Interno do CADE, a fim de que, em seguida, a Superintendência-Geral profira suas conclusões definitivas acerca dos fatos.

EDUARDO FRADE RODRIGUES

RETIFICAÇÃO

No Despacho SG nº 1031/2015, publicado no DOU nº 161, de 28 de agosto de 2015, Seção I, página 53, referente ao Ato de Concentração nº 08700.004360/2015-90. Requerentes: . Advogados: Paulo de Tarso Ramos Ribeiro, Thiago Alves Ribeiro, Mônica de Melo Alves Ribeiro, Evandro Wilson Martins, Celso Cintra Mori, Rodrigo de Magalhães Carneiro de Oliveira, Cristianne Saccab Zarzur, Renê Guilherme da Silva Medrado, Lilian Barreira Spina. . Onde se lê: " Parecer Técnico nº 8", leia-se: "Parecer Técnico nº 10".

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 3.127, DE 7 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3393 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa GOCIL NORDESTE SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA - EPP, CNPJ nº 06.261.891/0001-16, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

500 (quinhentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.223, DE 13 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3519 - DPF/CXS/RS, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0115-67, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1080 (uma mil e oitenta) Munições calibre 38

754 (setecentas e cinquenta e quatro) Munições calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.274, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2853 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FORTRESS CENTRO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 01.850.645/0001-86, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 1801/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.276, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3438 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IPANEMA SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 03.601.036/0002-08, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1798/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.287, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3609 - DPF/MCE/RJ, resolve:

CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES RIO DAS OSTRAS, CNPJ nº 18.606.201/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

800 (oitocentas) Munições calibre 12

10000 (dez mil) Espoletas calibre 38

2548 (dois mil e quinhentos e quarenta e oito) Gramas de pólvora

9000 (nove mil) Projéteis calibre 38

1000 (um mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.319, DE 20 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2812 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INDUSTRIAS TEXTEIS SUECO LTDA, CNPJ nº 62.781.778/0001-32 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1559/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.346, DE 21 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3651 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0147-80, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

350 (trezentas e cinquenta) Munições calibre .380

750 (setecentas e cinquenta) Munições calibre 12

3680 (três mil e seiscentas e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 3.356, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3416 - DELESP/DREX/SR/DPF/SE, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SACEL ESCOLA DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO AO TIRO PARA VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 32.845.596/0001-17, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Sergipe, com Certificado de Segurança nº 1854/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.361, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2937 - DELESP/DREX/SR/DPF/MA, resolve:

CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa HOSPITAL SAO DOMINGOS LTDA., CNPJ nº 11.006.293/0001-30, para atuar no Maranhão.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.362, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3668 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve:

CONCEDER autorização à empresa ONDREPSB SERVIÇO DE GUARDA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 82.949.652/0001-31, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
2000 (duas mil) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.365, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3670 - DELESP/DREX/SR/DPF/PB, resolve:

CONCEDER autorização à empresa FATOR VIGILANCIA E SEGURANCA PRIVADA EIRELI, CNPJ nº 12.048.368/0001-09, sediada na Paraíba, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
3068 (três mil e sessenta e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.381, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3246 - DELESP/DREX/SR/DPF/MG, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SVS SISTEMA DE VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 15.615.069/0001-05, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 1763/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.386, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2841 - DPF/MII/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GUARDARE SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.723.488/0001-39, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1866/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.387, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3319 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HAS VIGILANCIA E SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.537.827/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1868/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.388, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3365 - DPF/AGA/TO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0053-66, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
367 (trezentas e sessenta e sete) Munições calibre .380
630 (seiscentas e trinta) Munições calibre 12
498 (quatrocentas e noventa e oito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.393, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3702 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve:

CONCEDER autorização à empresa LUGER CURSO DE FORMACAO E APERFEICOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 37.119.856/0001-90, sediada no Distrito Federal, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
80000 (oitenta mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Estojos calibre 38
80000 (oitenta mil) Projéteis calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.395, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3316 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa M.P.C - SOLUÇÕES EM SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 16.499.516/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1867/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.396, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3430 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PRESSSEG SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI, CNPJ nº 08.818.229/0001-40, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1870/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.398, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2769 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve:

CONCEDER autorização à empresa POLO SEGURANÇA ESPECIALIZADA LTDA, CNPJ nº 02.650.833/0001-23, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
33 (trinta e três) Revólveres calibre 38
594 (quinhentas e noventa e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.402, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3456 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve:

DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PANZER - CENTRO DE FORMAÇÃO EM SEGURANÇA PRIVADA LTDA-ME, CNPJ nº 10.659.272/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1871/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.404, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3695 - DELESP/DREX/SR/DPF/TO, resolve:

CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0052-85, sediada em Tocantins, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
450 (quatrocentas e cinquenta) Munições calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 3.406, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/3703 - DELESP/DREX/SR/DPF/PI, resolve:

CONCEDER autorização à empresa BRASÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 19.923.146/0001-37, sediada no Piauí, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
90 (noventa) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 33013, DE 24 DE JUNHO DE 2014.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08375.003238/2014-54 - SR/DPF/PB, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Autorizar a empresa PALLADIUM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.184.327/0001-38, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser PALLADIUM VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI EPP.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.335, DE 18 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.009292/2015-72 - DELESP/SR/SP, resolve:

Autorizar a empresa GLOBALL SECURITY SERVICOS DE SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 13.805.040/0001-52 , a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser GLOBALL SECURITY SERVICOS DE SEGURANCA EIRELI.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.336, DE 19 DE AGOSTO DE 2015.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08270.003623/2015-51 - SR/DPF/CE, resolve:

Autorizar a empresa BRASILI SEGURANCA DE VALORES LTDA, CNPJ nº 07.249.612/0001-61, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser BRASILI SEGURANÇA DE VALORES EIRELI.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.337, DE 19 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.005526/2015-11 - DELESP/SR/SP, resolve:

Autorizar a empresa TANKER SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 04.941.954/0001-50, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser TANKER SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 33.344, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação formulada pela parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08512.010551/2014-27 - SR/DPF/SP, resolve:

Autorizar a empresa TAE SEGURANCA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 06.957.223/0001-28, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser TAE SEGURANCA PRIVADA EIRELI.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Considerando a documentação constante dos autos e o resultado da sindicância realizado pela Polícia Federal, DEFIRO o pedido de permanência formulado por NUNO JOSE LAMELA DA COSTA DIAS ALVES, processo n.º 08335.000116/2014-82.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o(s) Pedido(s) de Prorrogação de Estada no País abaixo relacionados

Processo Nº 08000.024456//2014-81 - JANUSZ WOJCIECH BIENIASZ

Processo Nº 08000.022497/2014-32 - OLEG KOROVAYNO

Processo Nº 08000.023483/2014-36 - KRZYSZTOF MIECZYSLAW BOGUSZ, até 26/08/2016.

Defiro o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País

Processo Nº 08107.005603/2014-25 - LEOQUINA ALCINA DE FIGUEIREDO PINTO, até 19/02/2016.

Determino o ARQUIVAMENTO, dos pedidos de prorrogação diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.

Processo Nº 08000.015230/2014-99 - YUNFENG ZENG

Processo Nº 08000.024494/2014-33 - MARK BILDUA SALAS

Processo Nº 08000.024489/2014-21 - DAVOR FERIC

Determino o ARQUIVAMENTO do(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). abaixo relacionados;

Processo Nº 08000.023572/2014-82 - VILAS VISHWANATH BODKE

Processo Nº 08000.024722/2014-75 - WILSON BENARJI MUNDLAPATI BABU

Processo Nº 08000.011482/2014-49 - WALDER JIMENEZ ARIAS

Processo Nº 08000.007958/2014-47 - TOBIAS WINTER

Processo Nº 08000.024506/2013-49 - JACQUELINE MESA SIERRA

Processo Nº 08000.023000/2013-12 - NESTOR JR ALICANDO VILLAREAL

Processo Nº 08000.024067/2014-55 - JOHNNY PANGILINAN TAGUINOD

Processo Nº 08000.024745/2014-80 - MATO BEZJAK

Processo Nº 08000.014851/2014-55 - AIJAZUL HAQUE

Processo Nº 08000.022869/2014-21 - PRIMITIVO URBIEN MONDALA

Processo Nº 08000.016390/2014-55 - ADAM JOHN CRANFIELD e JODIE ANNE KEENAN

INDEFIRO os presentes pedidos de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo Nº 08270.006083/2012-14 - MARINA ROSSI

MULLER LUIZ BORGES

Torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 03/09/2012, seção 1, página 110, para indeferir o pedido de Permanência Definitiva com base em cônjuge brasileiro, considerando o disposto no art. 49, IV, da Lei nº 6.815/80, tendo em vista que o estrangeiro encontra-se fora do país por prazo superior a dois anos.

Processo Nº 08295.016266/2011-89 - THOMAS PATRICK MALIA

Face às diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido tendo em vista que o estrangeiro não foi localizado no endereço fornecido nos autos, restando prejudicada a instrução do processo.

Processo Nº 08505.019317/2014-54 - IKENNA EUGENE NWAKANMA

JOSÉ AUGUSTO TOMÉ BORGES
Substituto

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País

Processo Nº 08000.030057/2014-59 - RUDI PALM até 27/12/2016.

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o presente processo encontra-se instruído na forma da lei e, diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Prorrogação de Estada no País até 15/10/2016.

Outrossim, informo que o estrangeiro deverá ser autuado por infringir o disposto no Art. 125, XVI da Lei 6.815/80 c/c Art. 67, § 3° do Decreto 86.715/81.

Processo Nº 08000.031663/2014-91 - THEOPHILUS JOHANNES BLAAKMAN

Determino o ARQUIVAMENTO do(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). abaixo relacionados;

Processo Nº 08000.029720/2014-72 - JACOB MARK BICK

Processo Nº 08000.006943/2014-61 - JACOB ROBERT LENIHAN

Processo Nº 08000.026942/2014-33 - PRAGNESHKUMAR DURLABHBHAI TANDEL

Processo Nº 08000.026971/2014-03 - VINODKUMAR SIVALAYAM KRISHNAN

Processo Nº 08000.026965/2014-48 - DANISH MOOSA MODAK

Processo Nº 08000.026973/2014-94 - ANSHUL GARG

Processo Nº 08000.031434/2014-77 - DMITRIJS HODACENKO

Processo Nº 08000.025620/2014-77 - PIEDADE FERNANDES

Processo Nº 08000.029310/2014-21 - GORAN DJURCIC

Processo Nº 08000.014759/2014-95 - ERNESTO JR TOMAS SALACUP

Processo Nº 08000.024393/2014-62 - DIPU KOTTACKAL JOSE

Processo Nº 08000.024358/2014-43 - WARNER MORENO OBESO

Determino o ARQUIVAMENTO, dos pedidos de prorrogação diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.

Processo Nº 08000.027005/2014-03 - ALAA SEDIK MOHAMED MOUSTAFA

Processo Nº 08000.027931/2014-71 - EVANGELOS TSEVAS

Processo Nº 08000.024694/2014-96 - MARIUSZ SOLAK

Processo Nº 08000.023685/2014-88 - LORRAINE GLENDARRAGH

Processo Nº 08000.024380/2014-93 - LAMIT ANAK ENDAM

Processo Nº 08000.024352/2014-76 - GLENN JAMES MARAIS

Processo Nº 08000.024292/2014-91 - DONATO STELITANO

Determino o ARQUIVAMENTO do presente processo, uma vez que o contrato de afretamento venceu em 25/05/2015,

Processo Nº 08000.025624/2014-55 - AJAI KUMAR RAJBHAR

INDEFIRO o(s) pedido(s) de prorrogação do prazo de estada no País, Visto Temporário Item V, abaixo relacionados por falta do cumprimento de exigência junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

Processo Nº 08000.026946/2014-11 - CLIFORD TOLENTINO USANA

Processo Nº 08000.011240/2014-55 - CORDELIO DELA CRUZ BANTE

Processo Nº 08000.023386/2014-43 - BONIFACIO JR. PADRIQUES SALINAS

LEONARDO SILVA TORRES
P/Delegação de Competência

RETIFICAÇÃO

No Diário Oficial da União de 26/08/2015, Seção 1, Pág. 31.

Onde se lê:-Determino o ARQUIVAMENTO, diante da solicitação da Empresa responsável pela vinda do (a) estrangeiro (a) ao País,

Processo Nº 08000.003776/2014-05 - MORRIS SHU WEN.

Leia-se:-Determino o ARQUIVAMENTO do presente processo, por já ter decorrido prazo superior ao da estada solicitada.

Processo Nº 08000.003776/2014-05 - MORRIS SHU WEN.

DEPARTAMENTO DE JUSTIÇA, CLASSIFICAÇÃO, TÍTULOS E QUALIFICAÇÃO

PORTARIA Nº 115, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: WINAT TEXAS HOLDEM (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Cassino ou Cartas/Estratégia
Plataforma: Android/Java
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000821/2015-63
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: VIDEO POKER (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Cassino ou Cartas/Estratégia
Plataforma: Android/Java
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000822/2015-16
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: BEACHBALL (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000823/2015-52
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: BREAK BRICKS (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Puzzle
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000825/2015-41
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: CRAZYCABLECAR (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Plataforma/Puzzle

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000827/2015-31
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: 2IN1 PUZZLE PACK (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Cartas ou Cassino/Puzzle
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000833/2015-98
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: ANIMENTALS (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000837/2015-76
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: JEWEL EXPLOSION XMAS (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Aventura/Ação/Puzzle
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000843/2015-23
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: MATH BRAIN (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000846/2015-67
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: MY TIME TRACKER (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000847/2015-10
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: OLD SKOOL RACING (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Ação/Corrida
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000848/2015-56
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: PRO TENNIS 2013 (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Esporte
Plataforma: Java
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000851/2015-70
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: TITANS OF THE TRACK (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Android
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000857/2015-47
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: WONDER LAB (Inglaterra - 2015)
Produtor(es): THUMBSTAR
Distribuidor(es): TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Simulação/Educacional
Plataforma: Java
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000861/2015-13
Requerente: TECTOY ENTRETENIMENTO DIGITAL LTDA

Título: STAR WARS BATTLEFRONT (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): DICE
Distribuidor(es): SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Ação/Tiro em Primeira e Terceira Pessoa
Plataforma: Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000886/2015-17
Requerente: SONY DADC BRASIL INDÚSTRIA, COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO VÍDEO-FONOGRÁFICA LTDA.

Título: SWORD ART ONLINE: LOST SONG (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): BANDAI NAMCO
Distribuidor(es): ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Aventura/Ação
Plataforma: PlayStation Vita
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Conteúdo Sexual e Violência
Processo: 08017.000887/2015-53
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA

Título: THE BOOK OF UNWRITTEN TALES 2 (Áustria - 2015)
Produtor(es): NORDIC
Distribuidor(es): SONY MUSIC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Categoria: Aventura/Puzzle
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000888/2015-06
Requerente: RODRIGO GUIMARÃES ALTIERI

Título: AIR CONFLICTS PACIFIC CARRIERS (Alemanha - 2015)
Produtor(es): KALYPSO
Distribuidor(es): SONY MUSIC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Ação/Aventura/Simulação
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Linguagem Imprópria e Violência
Processo: 08017.000927/2015-67
Requerente: RODRIGO GUIMARÃES ALTIERI

Título: GRAND AGES MEDIEVAL (Alemanha - 2015)
Produtor(es): KALYPSO
Distribuidor(es): SONY MUSIC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Categoria: Estratégia
Plataforma: PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Violência
Processo: 08017.000928/2015-10
Requerente: RODRIGO GUIMARÃES ALTIERI

Título: SYBERIA COLLECTION (Áustria - 2015)
Produtor(es): NORDIC
Distribuidor(es): SONY MUSIC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dez anos
Categoria: Aventura/Ação/Puzzle
Plataforma: PlayStation 3
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000930/2015-81
Requerente: RODRIGO GUIMARÃES ALTIERI

Título: MEGA MAN LEGACY COLLECTION (Estados Unidos da América - 2016)
Produtor(es): CAPCOM U.S.A., INC.
Distribuidor(es): SONY (PSN) / MICROSOFT(VIA XBOX LIVE) / BOA COMPRA (VIA STEAM)
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Aventura
Plataforma: Computador PC/Nintendo 3DS/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000931/2015-25
Requerente: CAPCOM U.S.A., INC

Título: HASBRO FAMILY FUN PACK (França - 2015)
Produtor(es): UBISOFT
Distribuidor(es): Ubisoft
Classificação Pretendida: Não Informado
Categoria: Estratégia/Trivia/Board Game
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000936/2015-58
Requerente: ANDRES CHIRINO

Título: DIVINITY: ORIGINAL SIN ENHANCED EDITION (França - 2015)
Produtor(es): FOCUS HOME INTERACTIVE
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: RPG
Plataforma: Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas e Violência
Processo: 08017.000937/2015-01
Requerente: SING-FUN SHEK

Título: MOTOGP 15 (Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): NAMCO BANDAI
Distribuidor(es): ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Corrida
Plataforma: Xbox 360/PlayStation 3/Computador PC/Xbox ONE/PlayStation 4
Tipo de Análise: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000955/2015-84
Requerente: ECOGAMES DISTRIBUIÇÃO E SERVIÇOS LTDA.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

PORTARIA Nº 117, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Filme: A VIAGEM DOS COMEDIANTES (O THIASSOS, Grécia - 1975)
Produtor(es): Papalions Productions
Diretor(es): Theo Angeloppoulos
Distribuidor(es): BRETZ FILMES DISTRIBUIDORA E PRODUTORA LTDA - EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Drama/Documentário
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência e Sexo
Processo: 08000.022317/2015-01
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: WAYWARD PINES - 1ª TEMPORADA (+ ADICIONAIS) (WAYWARD PINES - SEASON 1, Estados Unidos da América - 2015)
Episódio(s): 01 A 10
Produtor(es): Chad Hodge/Donald de Line/Ashwin Rajan/Outros
Diretor(es): Zal Batmanglij/Tim Hunter/James Foley/Outros
Distribuidor(es): FOX SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Suspense
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.022749/2015-12
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OS ÚLTIMOS CAVALEIROS (LAST KNIGHTS, República Theca - 2015)
Produtor(es): Luci Y. Kim
Diretor(es): Kazuaki Kiriya
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de catorze anos
Contém: Violência , Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08000.023490/2015-19
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: MARCADO PELA PROMESSA (SEASONS OF GRAY, Brasil - 2015)
Produtor(es): Paul Stehlik Jr - Chris Mano
Diretor(es): Paul Stehlik Jr
Distribuidor(es): GRAÇA FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Processo: 08000.023936/2015-13
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: AMERICAN HORROR STORY - FREAKSHOW - 3ª TEMPORADA (+ ADICIONAIS) (AMERICAN HORROR STORY - FREAKSHOW - SEASON 4, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 a 13
Produtor(es): Brad Falchuk/Ryan Murphy
Diretor(es): Alfonso Gomez Rejon/Bradley Buecker
Distribuidor(es): FOX SONY PICTURES HOME ENTERTAINMENT DO BRASIL LTDA.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama/Terror
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezoito anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Violência Extrema
Processo: 08000.023938/2015-02
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: TUDO PARA FICAR COM ELA (BEHAVING BADLY, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Mad Chance
Diretor(es): Tim Garrick
Distribuidor(es): Cannes Produções S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Comédia
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Conteúdo Sexual e Linguagem Imprópria
Processo: 08000.024265/2015-08
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: JENNIFER LOPEZ - DANCE AGAIN (Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Fernanda Bretas/Domenic J. Cotter
Diretor(es): Ted Kenney
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.024437/2015-35
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: SUBMUNDO DAS LUTAS (RUMBLE, Estados Unidos da América - 2014)
Produtor(es): Hannibal Pictures
Diretor(es): R. Ellis Frazier
Distribuidor(es): ANTONIO FERNANDES FILMES LTDA / CALIFORNIA FILMES
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08000.024609/2015-71
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: OPERAÇÃO DRAGÃO (ENTER THE DRAGON, Estados Unidos da América / Hong Kong - 1973)
Produtor(es):
Diretor(es): Robert Clouse
Distribuidor(es): CINEMARK BRASIL S/A. / PARK CIRCUS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Ação/Policial/Suspense
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08000.024612/2015-94
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Trailer: AMERICAN ULTRA - ARMADOS E ALUCINADOS (AMERICAN ULTRA, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): David Alpert/Anthony Bregman/Kevin Scott Frakes/Raj Brinder Singh
Diretor(es): Nima Nourizadeh
Distribuidor(es): SM Distribuidora de Filmes Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama/Ação
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência
Processo: 08000.025033/2015-69
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: HITMAN - AGENTE 47 (HITMAN - AGENT 47, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Charles Gordon/Adrian Askerian/Alex Young
Diretor(es): Aleksander Bach
Distribuidor(es): Fox Film do Brasil Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos
Gênero: Ação
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Violência Extrema
Processo: 08000.025193/2015-16
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: BOB ESPONJA - MUNDO DA LUVA PARA SEMPRE (SPONGEBOB SQUARE PANTS - GLOVE WORLD FOREVER, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 10
Produtor(es): Nickelodeon
Diretor(es): Stephen Hillenburg
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025765/2015-59
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Série: BUBBLE GUPPIES - O CÃOZINHO E O ANEL (BUBBLE GUPPIES - THE PUPPY AND THE RING, Estados Unidos da América - 2014)
Episódio(s): 01 a 05
Produtor(es): Universal
Diretor(es): Jonny Belt
Distribuidor(es): PARAMOUNT HOME MEDIA DISTRIBUTION BRAZIL
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Infantil
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025768/2015-92
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

Filme: O RIO NOS PERTENCE (Brasil - 2013)
Produtor(es): Daza Cultural Ltda ME
Diretor(es): Ricardo Pretti
Distribuidor(es): DAZA CULTURAL LTDA ME
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de doze anos
Gênero: Drama
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Violência e Nudez
Processo: 08017.000907/2015-96
Requerente: DAZA PRODUÇÃO CULTURAL LTDA ME

Filme: PAYSANDU 100 ANOS DE PAYXÃO (Brasil - 2015)
Produtor(es): Urca Filmes Ltda.
Diretor(es): Gustavao Godinho
Distribuidor(es): URCA FILMES LTDA.
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000935/2015-11
Requerente: URCA FILMES LTDA

Filme: POEIRA (Brasil - 2015)
Produtor(es): Marcos Borba
Diretor(es): Paulo Tavares
Distribuidor(es): OFICINA DE VÍDEO
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Drama
Tipo de Análise: Digital
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dez anos
Contém: Drogas Lícitas
Processo: 08017.000954/2015-30
Requerente: OFICINA DE VÍDEO

Trailer: O SAMBA (Suíça - 2014)
Produtor(es): Georges Gachot
Diretor(es): Gaspar Noé
Distribuidor(es): IMOVISION
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Documentário
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000961/2015-31
Requerente: IMOVISION - TAG CULTURAL DISTRIBUIDORA DE FILMES LTDA.

Show Musical: ROCK IN RIO 30 ANOS - BOX BRASIL (Brasil - 2015)
Produtor(es): Musickeria Entretenimento Ltda.
Diretor(es): Bruno Biar Murtinho Braga
Distribuidor(es): MUSICKERIA ENTRETENIMENTO LTDA
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezoito anos
Gênero: Musical
Tipo de Análise: DVD
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de doze anos
Contém: Drogas Ilícitas
Processo: 08017.000965/2015-10
Requerente: MUSICKERIA ENTRETENIMENTO LTDA

Trailer: (GOOSEBUMPS - MONSTROS E ARREPIOS - TRAILER 2, Estados Unidos da América - 2015)
Produtor(es): Bill Bannerman
Diretor(es): Rob Letterman
Distribuidor(es): Columbia Tristar Buena Vista Films Of Brasil Ltda
Classificação Pretendida: Livre
Gênero: Aventura/Comédia
Tipo de Análise: Link Internet
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08000.025977/2015-36
Requerente: SET - SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA. EPP

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

DESPACHOS DO DIRETOR
Em 27 de agosto de 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

Despacho nº 248/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.023942/2015-62
Filme: "DRÁCULA DE BRAM STOKER"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos

CONSIDERANDO que o filme "DRÁCULA DE BRAM STOKER" foi classificado no ano 2000, como não recomendado para menores de catorze anos e, diante da atualização das disposições da classificação indicativa, o interessado solicitou nova análise da obra;

Resolve, em nova análise da obra determinar a revisão da classificação para "não recomendado para menores de catorze anos", alterando os descritores de conteúdo para: violência, nudez e conteúdo sexual.

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Despacho nº 252/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000867/2015-82
Filme: "EXPRESSO DO AMANHÃ"
Requerente: Playarte Pictures Entretenimento Ltda.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de catorze anos

Indeferir o pedido de reconsideração do filme, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de dezesseis anos", alterando o descritivo para "por conter: violência e drogas".

Despacho nº 251/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.012295/2015-63
Série: "THE MIDDLE UMA FAMÍLIA PERDIDA NO MEIO DO NADA - 5ª TEMPORADA"
Episódio(s): 5501 A 5524
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: TVSBT

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "Livre", e que durante a exibição foram observadas cenas incompatíveis com esta classificação;
RESOLVE indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de dez anos" por apresentar drogas lícitas e linguagem imprópria.

Despacho nº 249/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08017.008036/2014-78
Série: "GUERRA DAS GANGUES"
Episódio(s): 1AWZ79 1AWZ01 A 1AWZ12
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Emissora: Rede Globo

CONSIDERANDO que a emissora solicitou autoclassificação da obra como "não recomendado para menores de catorze anos" e que durante a exibição foram verificadas cenas incompatíveis com esta classificação;

Resolve indeferir o pedido de autoclassificação da obra, classificando-a como "não recomendado para menores de dezesseis anos" por apresentar violência extrema, drogas ilícitas e atos criminosos.

Em 28 de agosto de 2015

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 8, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 7 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014;

Despacho nº 253/2015/COCIND/DEJUS/SNJ
Processo MJ nº 08000.023937/2015-50
Filme: "BLADE RUNNER - O CAÇADOR DE ANDRÓIDES"
Requerente: SET - Serviços empresariais LTDA. EPP
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos

CONSIDERANDO que, o filme "BLADE RUNNER - O CAÇADOR DE ANDRÓIDES" foi classificado em 1993, como "não recomendado para menores de doze anos" e que por solicitação do interessado, foi procedida nova análise da obra;

Resolve indeferir o pedido alterando a classificação indicativa da obra para "não recomendado para menores de catorze anos" e alterar seus descritores de conteúdo para: violência e drogas lícitas.

DAVI ULISSES BRASIL SIMÕES PIRES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério da Pesca e Aquicultura

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 377, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA PESCA E AQUICULTURA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 87 da Constituição Federal, e de acordo com o disposto no art. 27 da Lei n.º 10.683, de 28 de maio de 2003, no Decreto de 1º de janeiro de 2015, e o que consta na Lei nº. 9.445, de 14 de março de 1997, regulamentada pelo Decreto nº. 7.077, de 26 de janeiro de 2010, na Instrução Normativa nº 10, de 14 de outubro de 2011, e a decisão judicial proferida no processo nº 0003526-62.2013.814.0063, em trâmite na Secretaria da Vara Única de Vigia, resolve:

Art. 1º Estabelecer a cota anual de óleo diesel atribuída aos Pescadores Profissionais, Armadores de Pesca e Indústrias Pesqueiras habilitadas à subvenção econômica nas aquisições de óleo diesel para embarcações pesqueiras, referente ao período da data desta publicação a 31 de dezembro de 2015, conforme relação constante no Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELDER BARBALHO

ANEXO I

Frota Pesqueira em Operação no Estado Pará - SINDICATO DAS INDUSTRIAS DE PESCA E DAS EMPRESAS ARMADORAS E PRODUTORAS, PROPRIETARIAS DE EMBARCAÇÕES DE PESCA INDUSTRIAL DO ESTADO DO PARA-SINPESCA				
NOME DAS EMPRESAS Nº do CNPJ ou CPF Categoria: Pescador Profissional, Armador de Pesca ou Indústria	Nome do Barco Nº do Título da Capitania dos Portos	Nº de Inscrição da Embarcação no R.G.P. M.P.A.	Previsão Consumo Diesel no Período de agosto a dezembro (Litros)	Previsão de Valor R$
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR III 0220028664	PA00000078	108.207,50	60.920,82
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR VI 0210256265	PA00000086	95.813,69	53.943,10
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR VII 0210202378	PA00000098	101.295,56	57.029,40
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR XIV 0210238585	PA00006248	101.295,56	57.029,40
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR XVI 4430055122	PA00005106	108.207,50	60.920,82
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR XVIII 0210317213	PA00133616	101.295,56	57.029,40
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	ECOMAR XX 0210317221	PA00133608	77.461,31	43.610,72
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	LEAL SANTOS 2 0220028575	PA00000226	89.378,44	50.320,06
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	LEAL SANTOS 3 0220028591	PA00000238	101.295,56	57.029,40
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	LEAL SANTOS 4 0220028656	PA00000240	108.207,50	60.920,82
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	LEAL SANTOS I 0220028567	PA00000218	101.295,56	57.029,40
ECOMAR INDUSTRIA DE PESCA S/A 83.382.721/0001-30	NISSHIN MARU 0210306386	PA00000346	101.295,56	57.029,40
VIGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI 22.967.608/0001-22	ECOMAR X 0210306670	PA00006524	77.461,31	43.610,72
VIGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI 22.967.608/0001-22	ECOMAR XII 0210307765	PA00006538	89.378,44	50.320,06
VIGIA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADOS EIRELI 22.967.608/0001-22	VIGIA IV 4010137614	PA00000324	89.378,44	50.320,06
TOTAL	15		1.451.267,48	R$ 817.063,59

Ministério da Saúde

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1885, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a instauração do Regime de Direção Fiscal na operadora Santo André Planos de Assistência Médica Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso VI do art. 6º e a alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno aprovado pela RN 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 05 de agosto de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves que colocam em risco a continuidade do atendimento à saúde, de acordo com os elementos constantes do processo administrativo nº 33902.077138/2005-13, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, na forma do disposto nos incisos I e III, do art. 82, da RN 197, de 2009, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica instaurado o Regime de Direção Fiscal na operadora Santo André Planos de Assistência Médica Ltda., registro ANS nº 40.019-0, inscrita no CNPJ sob o nº 02.282.844/0001-06.

Art. 2º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1888, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Ômega Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XXXIV do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e nos termos da alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 18 de agosto de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes do processo administrativo nº 33902.559459/2014-14, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretado o regime de Liquidação Extrajudicial na operadora Ômega Saúde - Operadora de Planos de Saúde Ltda., registro ANS nº 35.812-6, inscrita no CNPJ sob o nº 01.778.871/0001-01 e com fulcro no Inciso II, do art. 99, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação da operadora o dia 09 de março de 2010.

Art. 2º A liquidação extrajudicial será processada por liquidante nomeado por portaria específica da ANS, com amplos poderes de administração e liquidação, acarretando a perda do mandato dos administradores e membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos criados pelo estatuto da operadora, conforme dispõem os arts. 16 e 50 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, c/c o art. 24-D da Lei nº 9.656/98, e o disposto no inciso II do art. 20 e no art. 26 da Resolução Normativa - RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1889, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora Saúde Assistência Médica Internacional Ltda. - SAMI.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XXXIV do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e nos termos da alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 18 de agosto de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes dos processos administrativos nº 33902.073272/2010-02 e 33902.261972/2014-78, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretado o regime de Liquidação Extrajudicial na Saúde Assistência Médica Internacional Ltda. - SAMI, registro ANS nº 30.092-6, inscrita no CNPJ sob o nº 60.538.436/0001-60 e com fulcro no Inciso II, do art. 99, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação da operadora o dia 10 de março de 2009.

Art. 2º A liquidação extrajudicial será processada por liquidante nomeado por portaria específica da ANS, com amplos poderes de administração e liquidação, acarretando a perda do mandato dos administradores e membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos criados pelo estatuto da operadora, conforme dispõem os arts. 16 e 50 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, c/c o art. 24-D da Lei nº 9.656/98, e o disposto no inciso II do art. 20 e no art. 26 da Resolução Normativa - RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO OPERACIONAL - RO Nº 1890, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe a decretação do Regime de Liquidação Extrajudicial da operadora União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso XXXIV do art. 4º da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000, e nos termos da alínea "c" do inciso II do art. 86, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, na forma do disposto no art. 24 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, alterada pela Medida Provisória nº 2.177-44, de 24 de agosto de 2001, em reunião ordinária de 18 de agosto de 2015, considerando as anormalidades econômico-financeiras e administrativas graves constantes dos processos administrativos nº 33902.278765/2011-18, 33902.145814/2013-91 e 33902.627324/2014-99, adotou a seguinte Resolução Operacional e eu, Diretor-Presidente, determino a sua publicação:

Art. 1º Fica decretado o regime de Liquidação Extrajudicial na União Hospitalar Operadora de Planos de Saúde Ltda., registro ANS nº 41.378-0, inscrita no CNPJ sob o nº 04.284.478/0001-41 e com fulcro no Inciso II, do art. 99, da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, fixa-se como Termo Legal da Liquidação da operadora o dia 26 de junho de 2010.

Art. 2º A liquidação extrajudicial será processada por liquidante nomeado por portaria específica da ANS, com amplos poderes de administração e liquidação, acarretando a perda do mandato dos administradores e membros do Conselho Fiscal e de quaisquer outros órgãos criados pelo estatuto da operadora, conforme dispõem os arts. 16 e 50 da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, c/c o art. 24-D da Lei nº 9.656/98, e o disposto no inciso II do art. 20 e no art. 26 da Resolução Normativa - RN nº 316, de 30 de novembro de 2012.

Art. 3º Esta Resolução Operacional - RO entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor-Presidente

NÚCLEO BAHIA

DECISÕES DO CHEFE
Em 27 de agosto de 2015

Chefe do NÚCLEO DA ANS BAHIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 5953/2013 pelo Diretor Presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25772.006959/2015-33	PLAMED PLANO DE ASSISTENCIA MEDICA LTDA	343463.	15.594.468/0001-29	Deixar de garantir cobertura para procedimento previsto em lei. Art, 12, I, da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 77 da RN 124/2006.	48000 (QUARENTA E OITO MIL REAIS)
25772.013265/2014-71	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de cumprir a legislação referente à garantia dos benefícios de acesso e cobertura para consumidor apresentado. Art. 31 da Lei 9656/98, com penalidade prevista no art. 84 da RN 124/2006.	33000 (TRINTA E TRES MIL REAIS)

DANILO REBELO ALVES

NÚCLEO MINAS GERAIS

DECISÕES DO CHEFE
Em 27 de agosto de 2015

O Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.004723/2014-11	ALLIANZ SAÚDE S/A	000515	04.439.627/0001-02	Deixar de garantir os procedimentos Meniscorrafia - tratamento cirúrgico e Reconstruções Ligamentares de Pivot Central - Tratamento cirúrgico para o Sr. M.S.J., em 5/12/2014. (art. 12, inciso II, alínea "b" da Lei 9656/98).	80.000,00 (oitenta mil reais)
25779.017043/2014-68	UNIMED ITABIRA COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	335517	65.276.354/0001-09	Deixar de garantir, em maio de 2014, cobertura obrigatória, prevista em Lei, dos procedimentos de Artrodese da Coluna Lombar e Hérnia Discal Lombar - Tratamento Cirúrgico, para o beneficiário E.F.N., ao negar os materiais necessários ao procedimento. (art. 12, inciso II, alínea "e" da Lei 9656/98).	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)

RICARDO CASTRO RAMOS

DECISÕES DO CHEFE
Em 28 de agosto de 2015

O Chefe do NUCLEO DA ANS MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 132, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/011/2012, seção 1, fl. 41, pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25779.015622/2014-76	GOOD LIFE SAÚDE LTDA	305995	65.140.725/0001-20	Não informar o prestador Felício Rocho, como cadastrado na sua rede prestadora para a ANS, em 24.03.2014; e por reduzir a rede hospitalar, descredenciando o Hospital Felício Rocho, sem autorização da ANS, em 21.10.2014. (art. 8º da Lei 9656/98, c/c art. 13, anexo II da RN 85/04).	383.805,00 (trezentos e oitenta e três mil e oitocentos e cinco reais)
25779.021923/2014-39	UNIMED BELO HORIZONTE COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	343889	16.513.178/0001-76	Aplicar variação na contraprestação pecuniária da Sr.ª H.M.B., em fevereiro/2014, por mudança de faixa etária, em desacordo com as faixas etárias e os percentuais contratados do produto registro na ANS sob nº 424769/99-8. (art. 15 da Lei 9656/98).	Arquivamento - Anulação do auto de infração n° 60.018

RICARDO CASTRO RAMOS

NÚCLEO PARÁ

DECISÕES DO CHEFE
Em 28 de agosto de 2015

O - Uender Soares Xavier - Chefe do Núcleo Pará - NUCLEO DA ANS PARA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº RN 331 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
25780.006109/2014-55	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MEDICO LTDA	311961.	04.612.990/0001-70	Deixar de gar. em maio/14, cob. do proc.de artroplastia com implante, à benef. GSM.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	64000 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
25780.007734/2014-14	UNIMED DE MANAUS COOP. DO TRABALHO MEDICO LTDA	311961.	04.612.990/0001-70	Deixar de gar. em jun/14, cob. proc. tireoidectomia total mais esvaziamento radical bilateral e materiais, em caráter de emerg. a benef. GCR.Infr.art35C da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

25780.006539/2014-77	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Não houve infração por parte da operadora	Arquivado
25780.004720/2015-20	PREVENT SENIOR PRIVATE OPERADORA DE SAUDE LTDA	302147.	00.461.479/0001-63	Rescindir unilat., em 19/02/15, o contr. do benef. JPM sem previsão legal. Infr. art. 13 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.006730/2014-19	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de gar.em 21/01/14, proc. hemimandibulectomia, ao benef. WBV.Infr. art. 12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.006194/2014-51	HAPVIDA ASSISTENCIA MEDICA LTDA	368253.	63.554.067/0001-98	Deixar de gar.o proc. nefrolitotripsia extracorpórea, em 19/02/14, pelo ao benef. MJDC. Infr. art. 11,c/c art.12 da Lei 9656/98.	80000 (OITENTA MIL REAIS)
25780.006538/2014-22	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de gar. em jun/14 o proc. de fraturas de fíbula, redução incruenta,ao benef. CONP em caráter de urgência.Infr. art. 35C da Lei 9656/98.	100000 (CEM MIL REAIS)

UENDER SOARES XAVIER

NÚCLEO RIO DE JANEIRO

DECISÕES DO CHEFE

Em 24 de junho de 2015

O(A) Chefe de Núcleo - NUCLEO DA ANS RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe foram delegadas através da Portaria nº 137, de 30/10/2012, publicada no DOU de 08/11/2012, seção 1, fl. 42 pelo Diretor de Fiscalização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, e tendo em vista o disposto no inciso V do artigo II-A da RN 219/2010, e no parágrafo único do art. 22, no art.15, inc. V c/c art. 25, todos da RN nº 48, de 19/09/2003, alterada pela RN nº 155, de 5/6/2007, vem por meio deste dar ciência às Operadoras, relacionadas no anexo, da decisão proferida em processos administrativos.

Número do Processo na ANS	Nome da Operadora	Número do Registro Provisório ANS	Número do CNPJ	Tipo de Infração (artigos infringidos pela Operadora)	Valor da Multa (R$)
33902.428235/2011-19	VITALLIS SAÚDE S/A	413038.	01.045.690/0001-68	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, I da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 53.936/Arquivamento
33902.362454/2012-17	AMIL SAÚDE LTDA.	302872.	43.358.647/0001-00	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimentos solicitados (Art.12, I, " b" da Lei 9.656/98)	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
33902.311642/2013-50	UNIMED NOVA IGUACU COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO	344397.	28.714.533/0001-54	Ao rescindir unilateralmente o contrato em desacordo com a legislação vigente (Art.35, §5º da Lei 9.656/98 c/c Súmula 13/10)	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.349732/2012-32	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 53.656/Arquivamento
33902.217797/2014-81	GOLDEN CROSS ASSIST. INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir a cobertura integral para reembolso dos honorários do médico anestesista (Art.12, II, "c" da Lei 9.656/98)	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
33902.494536/2011-31	UNIMED DE CAMPOS COOP. DE TRABALHO MEDICO	352683.	40.294.225/0001-12	Comercializar produto de forma diversa da registrada na ANS. (Art.19, §3º da Lei 9.656/98)	386.242,1 (TREZENTOS E OITENTA E SEIS MIL, DUZENTOS E QUARENTA E DOIS REAIS E DEZ CENTAVOS)
33902.329946/2012-92	GOLDEN CROSS ASSIST. INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II, "e" da Lei 9.656/98)	88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS)
33902.465709/2013-75	PS PADRÃO ADM..DE BENEFÍCIOS LTDA	417271.	11.273.573/0001-05	Ao proceder o cancelamento do plano de saúde em desconformidade com o contrato (Art.25 da Lei 9.656/98)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.464408/2013-24	UNIMED DE BELÉM COOP. DE TRABALHO MÉDICO	303976.	04.201.372/0001-37	Rescindir unilateralmente o contrato, por inadimplência, sem notificação até o 50º dia útil de atraso(Art.13, § único, II da Lei nº 9.656/98)	Anulação do AI 52.254/Arquivamento
33902.481740/2013-53	GOLDEN CROSS ASSIST. INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Deixar de garantir a cobertura integral para reembolso dos honorários do médico anestesista (Art.12, II, "c" da Lei 9.656/98)	72.000,00 (SETENTA E DOIS MIL REAIS)
33902.801052/2011-52	UNIÃO HOSPITALAR OPERADORA DE PLANOS DE SAUDE LTDA	413780.	04.284.478/0001-41	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II, "a" da Lei 9.656/98)	32.000,00 (TRINTA E DOIS MIL REAIS)
33902.338338/2010-15	SERVIÇO SOCIAL DAS ESTRADAS DE FERRO - SESEF - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	312304.	33.909.540/0001-41	Deixar de garantir acesso a atendimento ambulatorial, descumprindo cláusula contratual (Art. 25 da Lei 9.656/98)	56.422,74 (CINQUENTA E SEIS MIL, QUATROCENTOS E VINTE E DOIS REAIS E SETENTA E QUATRO CENTAVOS)
33902.561226/2011-39	UNIMED-SÃO GONÇALO - NITERÓI - SOC.COOP.SERV.MED E HOSP LTDA	343731.	28.630.531/0001-87	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II, "e" da Lei 9.656/98)	64.000,00 (SESSENTA E QUATRO MIL REAIS)
33902.233402/2013-15	GOLDEN CROSS ASSIST. INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Ao realizar o redimensionamento da rede, por redução, sem prévia autorização da ANS (Art.17, §4º da Lei 9.656/98)	50.000,00 (CINQUENTA MIL REAIS)
33902.018450/2012-96	AMIL ASSIST. MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir a cobert. para os materiais necessários ao proced. solicitado (Art.12, II, "e" da Lei 9.656/98) e ao aplicar mecan. de regul. (direcionamento) sem prev. contratual (Art. 25 da Lei 9.656/98 c/c art. 4º, I, "b" da CONSU 08/98)	110.000,00 (CENTO E DEZ MIL REAIS)
33902.416584/2013-50	GOLDEN CROSS ASSIST. INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Ao imputar CPT ao beneficiário, sem seguir a previsão da RN 162/07, ref. a omissão de conhecimento de (Art.11 da Lei 9.656/98 c/c Art.15 da RN 162/07)	40.000,00 (QUARENTA MIL REAIS)
33902.395794/2012-16	ODONTOPREV S/A	301949.	58.119.199/0001-51	Deixar de garantir a cobertura para tratamento solicitado, em desconformidade com o contrato (Art.25 da Lei 9.656/98)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.303841/2012-11	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Ao cancelar o contrato do beneficiário, unilateralmente e em desconformidade com a legislação (Art.13, § único, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.519100/2013-23	AMIL ASSIST. MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Aplicar reajuste por mudança de faixa etária à mensalidade em desacordo com a regulamentação da ANS (Art.25 da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 53.937/Arquivamento
33902.727659/2011-63	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para tratamento solicitado (Art.12, IV, "c" da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.209405/2012-49	UNIMED-RIO COOP. DE TRABALHO MEDICO DO RIO DE JANEIRO	393321.	42.163.881/0001-01	Ao descumprir cláusulas do contrato de plano de saúde, ao qual beneficiário faz parte, com base em idade não elegível para tanto (Art. 25 da Lei 9.656/98)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)
33902.378465/2011-20	GRUPO HOSPITALAR DO RIO DE JANEIRO LTDA	309222.	31.925.548/0001-76	Ao aplicar em 03/2011, reajuste por mudança de faixa etária, de forma indevida (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c IN 22, Anexo I, Tema XIII, letra C)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.360186/2012-91	CAIXA DE ASSIST. DOS SERVID. DA CEDAE - CAC	321869.	31.934.805/0001-36	Deixar de garantir cob. para tratamento solicitado, em desconformidade com o regulamento do pl. coletivo de que o benef. participa (Art.25 da Lei 9.656/98)	24.000,00 (VINTE E QUATRO MIL REAIS)
33902.418260/2012-75	AMIL ASSIST. MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	326305.	29.309.127/0001-79	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II da Lei 9.656/98)	80.000,00 (OITENTA MIL REAIS)
33902.349704/2014-87	INSOLVÊNCIA CIVIL DE UNIMED BRASILIA COOP. DE TRABALHO MÉDICO	353574.	00.510.909/0001-90	Deixar de garantir a cobertura obrigatória para procedimento solicitado (Art.12, II da Lei 9.656/98)	Anulação do AI 56.711/Arquivamento
33902.601474/2011-20	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Ao aplicar em 04/2011, reajuste por mudança de faixa etária, em plano não regulamentado (Art.25 da Lei 9.656/98)	45.000,00 (QUARENTA E CINCO MIL REAIS)
33902.736356/2011-31	AMICO SAÚDE LTDA	306622.	51.722.957/0001-82	Ao deixar de oferecer plano de saúde, individual ou familiar, após o cancelamento do contrato colet. do qual o benef. participava (Art.25 da Lei 9.656/98 c/c art. 1º da CONSU 19/99)	35.000,00 (TRINTA E CINCO MIL REAIS)
33902.182682/2012-05	BRADESCO SAÚDE S/A	005711.	92.693.118/0001-60	Deixar de incluir em dez/2011, a recém-nascida, filha de beneficiário, descumprindo cláusula contratual (Art.25 da Lei 9.656/98)	60.000,00 (SESSENTA MIL REAIS)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

33902.101623/2015-89	AFINIDADE ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS LTDA.	416452.	08.854.041/0001-57	Ao postergar o início de vigência do cont. indevidamente (Art12,V da Lei 9656/98) e ao admitir ingresso de benef. em cont. colet. por adesão, em que a p. jurídica contratante não possui legitimidade (Art 25 da Lei 9656/98)	215.515,79 (DUZENTOS E QUINZE MIL, QUINHENTOS E QUINZE REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS)
33902.079601/2015-25	GOLDEN CROSS ASSIST. INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	403911.	01.518.211/0001-83	Ao impedir a participação dos beneficiários (P.C.B.C.C. e E.B.O.S.A.) em contrato coletivo (Art.14 da Lei 9.656/98)	100.000,00 (CEM MIL REAIS)

LEONARDO FICH

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.412, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

Considerando a necessidade de alteração no Certificado de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante Ranbaxy Laboratories Limited na certificação solicitada pela empresa Ranbaxy Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 73.663.650/0001-90, publicada pela Resolução RE nº 1.412, de 17 de abril de 2014, no Diário Oficial da União nº 75, de 22 de abril de 2014, seção 1, página 44 e em suplemento da Seção 1, páginas 134 e 135, para Sun Pharmaceutical Industries Limited, conforme expedientes nº 0981423/12-0 e 0654166/15-6.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.413, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

Considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa Glenmark Generics Limited na certificação solicitada pela empresa Glenmark Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 44.363.661/0001-57, publicada pela Resolução RE nº 3.905, de 17 de outubro de 2013, no Diário Oficial da União nº 204, de 21 de outubro de 2013, seção 1, páginas 39 e 40 e em suplemento da Seção 1, página 369 para Glenmark Pharmaceuticals Limited, conforme expedientes nº 0476721/13-7 e 0398853/15-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.414, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

Considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Cancelar a Certificação de Boas Práticas de Fabricação da empresa constante no anexo, publicada pela Resolução RE n° 839, de 7 de março de 2014, no Diário Oficial da União nº 46, de 10 de março de 2014, Seção I, página 38 e suplemento da Seção 1, páginas 23 e 24, conforme expediente 0157268/15-7.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.415, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.416, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

Considerando a necessidade de alteração no Certificado de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a razão social da empresa fabricante Ranbaxy Laboratories Limited na certificação solicitada pela empresa Ranbaxy Farmacêutica Ltda., CNPJ n.º 73.663.650/0001-90 publicada pela Resolução RE nº 1.708, de 12 de junho de 2015, no Diário Oficial da União nº 111, de 15 de junho de 2015, seção 1, página 66 e em suplemento da Seção 1, páginas 2 e 3, para Sun Pharmaceutical Industries Limited, conforme expedientes nº 0915188/14-5 e 0653803/15-7.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE N° 2.417, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.418, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.419, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Conceder Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.420, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento para os estabelecimentos de comercialização de medicamentos, farmácias e drogarias, em conformidade com o anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.421, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes do anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

RESOLUÇÃO - RE N° 2.422, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Concessão de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - N° 2.423, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.424, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344 de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.425, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.426, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.427, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.428, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.429, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Conceder Renovação de Autorização de Funcionamento das Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.430, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.431, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.432, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Renovação de Autorização de Funcionamento das Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.433, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.434, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a publicação da Concessão de Autorização de Funcionamento da Empresa abaixo citada, publicada pela Resolução n° 2.159 de 31 de julho de 2015, no Diário Oficial da União nº 146 de 3 de agosto de 2015, Seção 1 pág. 131 e Suplemento págs. 33 e 34.

Art. 2º Incluir, no Anexo da Resolução - RE nº 2.155, de 31 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 146, de 3 de agosto de 2015, Seção 1 pág. 131 Suplemento pág. 32, a empresa constante do anexo desta Resolução.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ANEXO

EMPRESA: VANSIL INDUSTRIA COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA
ENDEREÇO: RUA JOAO AUGUSTO CIRELLI, 640
BAIRRO: distrito INDUSTRIAL CEP: 13690000 - DESCALVADO/ SP
CNPJ: 50.472.547/0001-68
PROCESSO: 25351.031807/2015-60 AUTORIZ/MS: 1.14277.0
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
EXPEDIR: INSUMOS FARMACÊUTICOS/MEDICAMENTO
IMPORTAR: INSUMOS FARMACÊUTICOS

RESOLUÇÃO - RE N° 2.435, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso III do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a publicação da Alteração da Autorização Especial da Empresa abaixo citada, publicada pela Resolução n° 2.030 de 16 de julho de 2015, no Diário Oficial da União nº 136 de 20 de julho de 2015, Seção 1 pág. 54 e Suplemento págs. 52 e 53.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ANEXO

EMPRESA: EPHOS-106 PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
ENDEREÇO: AV. TALMA RODRIGUES RIBEIRO N. 147- GALPÃO 03-A Sala 25
BAIRRO: PORTAL DE JACARAIPE CEP: 29173795 - SERRA/ES
CNPJ: 05.656.727/0002-26
PROCESSO: 25351.419762/2015-70 AUTORIZ/MS: 1.14267.5
ATIVIDADE/ CLASSE
ARMAZENAR: MEDICAMENTO
DISTRIBUIR: MEDICAMENTO
EXPEDIR: MEDICAMENTO

RESOLUÇÃO - RE N° 2.436, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.437, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 02 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.438, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e aResolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º, do art. 59 e no inciso III do art. 52, do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 61 de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.439, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e aResolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º, do art. 59 e no inciso III do art. 52, do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 61 de 19 de março de 2004, resolve:

Art. 1º Conceder Renovação da Autorização de Funcionamento de empresa prestadora de serviço de Armazenagem em Recintos Alfandegados em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.440, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando os arts. 12, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da comercialização do produto GEL ANTI-SÉPTICO HIDRATANTE MAÇÃ VERDE DOCTOR CLEAN, lote 14040196F, fabricado em ABR/2014, cujo registro na ANVISA está vencido desde 07/2013, pela empresa Bulle de Savon Cosméticos Ltda, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação e comercialização do produto GEL ANTI-SÉPTICO HIDRATANTE MAÇÃ VERDE DOCTOR CLEAN, fabricado pela empresa Bulle de Savon Cosméticos Ltda (CNPJ: 68339779/0001-08).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.441, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário encaminhado pela Abbott Laboratórios do Brasil Ltda, em que as apresentações de 2 mg e 4 mg Retard do medicamento Akineton tiveram as bulas trocadas entre si e que o desvio foi identificado nos lotes 1006257, 1006305, 1006596, 1006597, 1006674 do medicamento AKINETON 2 mg (cloridrato de biperideno), 80 comprimidos e nos lotes 1006180 e 1006304 do medicamento AKINETON 4 mg RETARD (cloridrato de biperideno), 30 comprimidos revestidos, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso dos lotes 1006257 (Val 03/08/2018), 1006305 (Val 15/08/2018), 1006596 (Val 15/08/2018), 1006597 (Val 01/09/2018) e 1006674 (01/09/2018) do medicamento AKINETON 2 mg (cloridrato de biperideno), 80 comprimidos e dos lotes 1006180 (Val 25/07/2018) e 1006304 (Val 25/07/2018) do medicamento AKINETON 4 mg RETARD (cloridrato de biperideno), 30 comprimidos revestidos, fabricado por Abbott Laboratórios do Brasil Ltda (CNPJ 56.998.701/0001-16).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.442, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos VII e VIII do art. 52, aliado ao inciso I e § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

considerando os arts. 12, 50, 59 e 67, I, da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o art. 7º, XV, da Lei nº 9.782 de 26 de janeiro de 1999;

considerando a comprovação da fabricação/comercialização do produto sem registro, notificação ou cadastro na Anvisa SELKIT - Tecido emulsionado em álcool etílico, pela empresa Selolac Indústria e Comércio Artefatos Plásticos Ltda., que não possui Autorização de Funcionamento nesta Agência, RESOLVE:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da fabricação, distribuição, divulgação, comercialização e uso do produto SELKIT - Tecido emulsionado em álcool etílico, fabricado pela empresa Selolac Indústria e Comércio Artefatos Plásticos Ltda. (CNPJ: 09506490/0001-77), localizada na Rua Reginaldo Nascimento da Silva, 125, Jardim Três Marias, Taboão da Serra - SP.

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO - RE N° 2.443, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.444, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de produtos para a saúde, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.445, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso IV do art. 52 e no inciso I, § 1º do art. 59 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC N°29 de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015;

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 43, da Resolução RDC nº 39, de 14 de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.446, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.447, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Indeferir os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme decisão no Mandado de Segurança n.º 1005408-47.2015.4.01.3400, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.448, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Deferir os registros dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme decisão no Mandado de Segurança n.º 1005419-76.2015.4.01.3400, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.449, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Deferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.450, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, publicada no DOU de 27 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir as petições dos produtos saneantes, conforme relação anexa.

Art. 2º O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site:

http://www.anvisa.gov.br.

Art.3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.451, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição deverá ser consultado no site: http://www.anvisa.gov.br.

Art. 3.º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.452, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Conceder a Alteração da Razão Social da Empresa Estrangeira (Fabricante) do EQUIPAMENTO, alterando o nome da empresa Boston Scientific Clonmel Limited, para Boston Scientific Limited, mantendo o mesmo endereço Cashel Road, Clonmel, Co. Tipperary, Irlanda, em registros da empresa BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA, CNPJ 01513946000114, listados na relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.453, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.454, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência Geral de Produtos para a Saúde, na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.455, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1° Conceder a Transferência de Titularidade de Registro ou Cadastro e por consequente, cancelar o Registro ou Cadastro dos Produtos para Saúde na conformidade da relação anexa.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO N° 2.456, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Sangue, Tecidos, Células e Órgãos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO N° 2.457, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Sangue, Tecidos, Células e Órgãos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.458, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.459, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.460, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.461, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.462, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.463, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.464, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.465, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme relação anexa;

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.466, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Declarar o cancelamento de registro dos medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos sob os números de processos / números de registro constantes do anexo desta Resolução em virtude de caducidade de registro já publicada.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.467, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Declarar a caducidade do registro dos medicamentos similares, genéricos e específicos sob os números de processos constantes do anexo desta Resolução, nos termos do § 7º do art. 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 2º A caducidade de registro abrange os registros dos produtos cuja revalidação não tenha sido solicitada no prazo referido no § 6º do artigo 12 da Lei nº 6.360, de 1976.

Art. 3º Respeitando-se os prazos recursais será publicado o cancelamento dos registros constantes do anexo desta Resolução posteriormente, de modo a finalizar administrativamente os processos, para aqueles registros que não tiverem manifestação em contrário das empresas detentoras.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO-RE N° 2.468, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos, novos, específicos, dinamizados, fitoterápicos, biológicos e radiofármacos sob o nº. de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.469, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

Considerando o art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.196, de 2001;

Considerando a Resolução - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2008, seção 1, pág. 67, retificada no DOU nº 125, de 2 de julho de 2008, seção 1, pág. 56, que dispõe sobre o procedimento administrativo relativo à prévia anuência da Anvisa para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos; resolve:

Art. 1º Conceder prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE N° 2.470, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

de julho de 2013, e a RDC nº 31 de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015,

Considerando o art. 229-C da Lei nº 9.279, de 1996, acrescentado pela Lei nº 10.196, de 2001;

Considerando a Resolução - RDC nº 45, de 20 de junho de 2008, publicada no DOU nº 119, de 24 de junho de 2008, seção 1, pág. 67, retificada no DOU nº 125, de 2 de julho de 2008, seção 1, pág. 56, que dispõe sobre o procedimento administrativo relativo à prévia anuência da Anvisa para a concessão de patentes para produtos e processos farmacêuticos; resolve:

Art. 1º Negar prévia anuência aos pedidos de patente de produtos e processos farmacêuticos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.471, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 26 de julho de 2013, da Presidenta da República, publicado no DOU de 29 de julho de 2013, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto em seu inciso I do art. 59 e no inciso II do art. 51 do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n.º 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO ALENCAR PORTO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.473, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º, do art. 59 e no inciso III do art. 52, do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.474, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º, do art. 59 e no inciso III do art. 52, do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de endereço na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RESOLUÇÃO - RE Nº 2.475, DE 28 DE AGOSTO DE 2015(*)

O Diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 9 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 31, de 24 de julho de 2015, tendo em vista o disposto no inciso I, § 1º, do art. 59 e no inciso III do art. 52, do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 29, de 21 de julho de 2015, publicada no DOU de 23 de julho de 2015, e ainda amparado pela Resolução nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Conceder alteração de razão social na Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

(*) Esta Resolução e o anexo a que se refere serão publicados em suplemento à presente edição.

RETIFICAÇÕES (*)

Na Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 39, de 26 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União n° 164, de 27 de agosto de 2015, seção 1, pág. 47,

Onde se lê:

"Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação."

Leia-se:

"Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de 28 de agosto de 2015."

(*) Republicada por ter saído com incorreção no DOU n° 165, de 28 de agosto de 2015, Seção 1, página 69.

Na Resolução - RE N° 948, de 26 de março de 2015, publicada no Diário Oficial da União n° 60, de 30 de março de 2015, Seção 1 pág. 111 e Suplemento pág. 119,

Onde se lê:

"NÚMERO DO PARECER 034/15

NÚMERO DO PEDIDO PI 0406602-2

DEPOSITANTE DUPONT NUTRITION BIOSCIENCES APS

PROCURADOR DI BLASE, PARENTE, S.G. & ASSOCIADOS"

Leia-se:

"NÚMERO DO PARECER 034/15

NÚMERO DO PEDIDO PI 0406602-2

DEPOSITANTE DUPONT NUTRITION BIOSCIENCES APS

PROCURADOR SOERENSEN GARCIA ADVOGADOS ASSOCIADOS"

Na Resolução - RE Nº 1.475, de 14 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União n° 92, de 18 de maio de 2015, Seção 1 Pag. 51 e Suplemento Pág. 85,

Onde se lê:

EMPRESA: farmácia rosse & picão

ENDEREÇO: av marialva 302 - b

BAIRRO: aquidabam CEP: 86995000 - MARIALVA/PR

CNPJ: 12.156.433/0001-10

PROCESSO: 25351.238244/2015-07 AUTORIZ/MS: 7.38387.9

AT I V I D A D E / C L A S S E :

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:

EMPRESA: Farmácia Vasco & Cortez LTDA-ME

ENDEREÇO: Av. Cristóvão Colombo 1374

BAIRRO: Centro CEP: 86990000 - MARIALVA/PR

CNPJ: 12.156.433/0001-10

PROCESSO: 25351.238244/2015-07 AUTORIZ/MS: 7.38387.9

ATIVIDADE/CLASSE:

COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE

DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução RE nº 1.514, de 22 de maio de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 97, de 25 de maio de 2015, Seção 1, página 43, e em Suplemento da Seção 1, página 99, conforme expediente nº 0481256/15-5,

Onde se lê:

Empresa Fabricante: Bionet Co. Ltd	
Endereço: Ojeon-Dong, Uiwang-SI, Seoul	
País: Coréia do Sul	
Empresa solicitante: Comércio de Materiais Médicos Hospitalares Macrosul Ltda	CNPJ: 95.433.397/0001-11
Autorização de Funcionamento nº: 8.00702-1	
Expediente nº: 833061/10-1	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:	
Equipamentos de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

Leia-se:

Empresa Fabricante: Bionet Co. Ltd	
Endereço: #801, #802, #803, Shinil IT UTO, LS-Ro 13, Gunpo-Si, Gyeonggi-Do 435-030	
País: Coréia do Sul	
Empresa solicitante: Comércio de Materiais Médicos Hospitalares Macrosul Ltda	CNPJ: 95.433.397/0001-11
Autorização de Funcionamento nº: 8.00702-1	
Expediente nº: 833061/10-1	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:	
Equipamentos de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

Na Resolução RE nº 1.951, de 9 de julho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 131, de 13 de julho de 2015, Seção 1, página 69, e em Suplemento da Seção 1, página 113, conforme expediente 0672978/15-9:

Onde se lê:

Empresa Fabricante: D.O.R.C. Dutch Ophthalmic Research Center B.V.	
Endereço: Scheijdelveweg 2, 3214 VN, Zuidland	
País: Holanda	
Empresa solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares LTDA - ME	CNPJ: 04.967.408/0001-98

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Autorização de Funcionamento nº: 8.01175-8
Expediente nº: 0133248/15-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III e equipamentos de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.

Leia-se:

Empresa Fabricante: D.O.R.C. Dutch Ophthalmic Research Center (International) B.V.	
Endereço: Scheijdelveweg 2, 3214 VN , Zuidland	
País: Holanda	
Empresa solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares LTDA - ME	CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento nº: 8.01175-8	
Expediente nº: 0133248/15-1	
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:	
Materiais de uso médico da classe III e equipamentos de uso médico da classe III, fabricados na planta acima mencionada, enquadrados nas classes de risco conforme regras de classificação definidas na Resolução RDC nº 185, de 22 de outubro de 2001.	

Na Resolução - RE N° 1.861, de 26 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União n° 121, de 29 de junho de 2015 , Seção 01 Pag. 83 e Suplemento Pag. 27,

Onde se lê:

"NÚMERO DO PARECER 148/15
NÚMERO DO PEDIDO PI0013043-5
DEPOSITANTE ARKION LIFE SCIENCES
PROCURADOR MOMSEN, LEONARDOS & CIA.
FUNDAMENTOS ARTS. 24, 25 E 36, § 1º, DA LEI Nº 9.279/96 E ART. 5º § 2º DA RDC Nº 45/2008 DA ANVISA"

Leia-se:

"NÚMERO DO PARECER 148/15
NÚMERO DO PEDIDO PI0013043-5
DEPOSITANTE ARKION LIFE SCIENCES
PROCURADOR PRISCILA PENHA DE BARROS THEREZA
FUNDAMENTOS ARTS. 24, 25 E 36, § 1º, DA LEI Nº 9.279/96 E ART. 5º § 2º DA RDC Nº45/2008 DA ANVISA"
"

Na Resolução RE nº 2.252, de 07 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 151, de 10 de agosto de 2015, na Seção 1, pág. 49, e em Suplemento, página 169.

Onde se lê:

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A 6.05940-9
ALIMENTOS PARA SITUAÇÕES METABÓLICAS ESPECIAIS
PARA NUTRIÇÃO ENTERAL FORMULADO PARA PACIENTES
CRÍTICOS SOB TRAUMA OU QUEIMADOS ALEMANHA
25001.100949/2008-95 4.9660.0137.001-6
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
VIDRO 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 07/2019
NUTRICOMP / INTENSIVE G+
454 Alteração de Fórmula do Produto

Leia-se:

LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A 6.05940-9
FÓRMULA MODIFICADA PARA NUTRIÇÃO ENTERAL ALEMANHA
25001.100949/2008-95 4.9660.0137.001-6
PLASTICO 12 Meses
METALICA 12 Meses
VIDRO 12 Meses
ALIMENTOS PARA NUTRIÇÃO ENTERAL 07/2019
NUTRICOMP / INTENSIVE G+
454 Alteração de Fórmula do Produto

Na Resolução - RE nº 2.312, de 14 de agosto de 2015, publicada no Diário Oficial da União n° 156, de 17 de agosto de 2015, Seção 01 pág. 39 e Suplemento pág. 34, referente ao processo nº 25351.222177/2008-71,

Onde se lê:

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 1.00100-4
tocilizumabe
PRODUTOS NAO ENQUADRADOS EM CLASSES TERAPEUTICAS
Actemra 25351.222177/2008-71 01/2019
COMERCIAL 1.0100.0655.007-2 30 Meses
162 MG SOL INJ SC CT 1 SER PREENC VD TRANS X 0,9 ML
Não informado
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 1533
PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO
1948 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DA VIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMERCIAL 1.0100.0655.008-0 30 Meses
162 MG SOL INJ SC CT 4 SER PREENC VD TRANS X 0,9 ML
Não informado
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO
1533 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO
1948 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DA VIA DE ADMINISTRAÇÃO

Leia-se:

PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. 1.00100-4
tocilizumabe
PRODUTOS NAO ENQUADRADOS EM CLASSES TERAPEUTICAS
Actemra 25351.222177/2008-71 01/2019
COMERCIAL 1.0100.0655.007-2 30 Meses
162 MG SOL INJ SC CT 1 SER PREENC VD TRANS X 0,9 ML
Actemra SC
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO 1533
PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO
1948 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DA VIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMERCIAL 1.0100.0655.008-0 30 Meses
162 MG SOL INJ SC CT 4 SER PREENC VD TRANS X 0,9 ML
Actemra SC
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO
1533 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO
1948 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DA VIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMERCIAL 1.0100.0655.XXX-X 30 Meses
162 MG SOL INJ SC CT 1 SER PREENC VD TRANS X 0,9 ML + ENV LENÇO COM ALCOOL
Actemra SC
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO
1533 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO
1948 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DA VIA DE ADMINISTRAÇÃO
COMERCIAL 1.0100.0655.XXX-X 30 Meses
162 MG SOL INJ SC CT 1 SER PREENC VD TRANS X 0,9 ML + ENV LENÇO COM ALCOOL
Actemra SC
10373 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRINCÍPIO ATIVO
1533 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE NOVA CONCENTRAÇÃO
1921 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO A GRANEL
1923 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DO LOCAL DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO EM SUA EMBALAGEM PRIMÁRIA
1935 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DE ACONDICIONAMENTO PRIMÁRIO
1948 PRODUTO BIOLÓGICO - INCLUSÃO DA VIA DE ADMINISTRAÇÃO

Na Resolução - RE Nº 4.589, de 27 de novembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União n° 232, de 01 de dezembro de 2014, Seção 1 Págs. 39 e 40 e Suplemento Págs. 91 e 102,

Onde se lê:

EMPRESA: R R LTDA EPP
ENDEREÇO: TRAVESSA DOS MARTIRES N 284
BAIRRO: CEP: - SANTARÉM/PA
CNPJ: 10.508.466/0013-90
PROCESSO: 25351.685577/2014-32 AUTORIZ/MS: 7.32718.4
ATIVIDADE/ CLASSE:
COMÉRCIO ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS, INCLUSIVE SUJEITOS A CONTROLE ESPECIAL

Leia-se:

EMPRESA: R R LTDA EPP
ENDEREÇO: TRAVESSA DOS MARTIRES N 284
BAIRRO: CEP: - SANTARÉM/PA
CNPJ: 10.508.466/0013-90
PROCESSO: 25351.685577/2014-32 AUTORIZ/MS: 7.32718.4
ATIVIDADE/CLASSE
COMÉRCIO: ALIMENTOS PERMITIDOS/CORRELATOS/COSMÉTICOS/PERFUMES/PRODUTOS DE HIGIENE
DISPENSAÇÃO DE MEDICAMENTOS NÃO SUJEITOS AO CONTROLE ESPECIAL

Na Resolução RE nº 4.948, de 26 de dezembro de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 251, de 29 de dezembro de 2014, na Seção 1, pág. 25, e em Suplementos, página 77.

Onde se lê:

ERA NOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
LTDA 5.06369-6
QUITOSANA EM PÓ SÃO PAULO/SP
25351.181389/2014-94 5.6369.0056.001-7
CELULOSICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL
E OU DE SAUDE 12/2019
WHEAT GOLD / ERA NOVA / PHYTOQUALLIS / GABINATU´S
4045 Registro de Alimentos com Alegações de Propriedade Funcional
e/ou de Saúde - NACIONAL

Leia-se:

ERA NOVA INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO
LTDA 5.06369-6
QUITOSANA EM CÁPSULAS SÃO PAULO/SP
25351.181389/2014-94 5.6369.0056.001-7
CELULOSICA 24 Meses
METALICA 24 Meses
PLASTICA 24 Meses
ALIMENTOS C/ALEGAÇOES DE PROPRIEDADES FUNCIONAL
E OU DE SAUDE 12/2019
WHEAT GOLD / ERA NOVA / PHYTOQUALLIS / GABINATU´S
4045 Registro de Alimentos com Alegações de Propriedade Funcional
e/ou de Saúde - NACIONAL

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

CONSULTORIA JURÍDICA

PORTARIA Nº 1, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a aplicação do Guia do Fluxo Consultivo para o cumprimento das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos pela Consultoria Jurídica (CONJUR-MS/CGU/AGU) no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do art. 131 da Constituição Federal e do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União).

O CONSULTOR JURÍDICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 56 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando o disposto no art. 131 da Constituição Federal, cujo preceito dispõe que a Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que versa sobre as competências conferidas às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios, Agência Brasileira de Inteligência, Secretarias Especiais, Secretarias da Presidência da República e Comandos Militares das Forças Armadas, órgãos de execução da Advocacia-Geral da União;

Considerando o disposto no art. 12 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, que versa sobre as competências conferidas à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde (CONJUR-MS/CGU/AGU), órgão de execução da Advocacia-Geral da União, na consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.547/AGU, de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre a requisição de elementos de fato e de direito necessários à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na defesa dos direitos e interesses da União, suas autarquias e fundações e dá outras providências;

Considerando o disposto na Portaria nº 3.965/GM/MS, de 14 de dezembro de 2010, que aprova, dentre outros, o Regimento Interno da CONJUR-MS/CGU/AGU; e

Considerando o disposto no Guia do Fluxo Consultivo, aprovado por meio da Portaria nº 9/CGU/AGU, de 6 de abril de 2015, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a aplicação do Guia do Fluxo Consultivo para o cumprimento das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos pela Consultoria Jurídica (CONJUR-MS/CGU/AGU) no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do art. 131 da Constituição Federal e do art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993 (Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União).

Art. 2º A aplicação do Guia do Fluxo Consultivo no âmbito da CONJUR-MS/CGU/AGU tem por objetivos:

I - padronizar a atividade de gestão interna em relação aos demais órgãos consultivos da Advocacia-Geral da União (AGU);

II - organizar a atuação dos membros da Advocacia-Geral da União (AGU);

III - auxiliar a organização interna para o cumprimento de suas finalidades institucionais no âmbito do Ministério da Saúde;

IV - permitir a realização com maior eficiência das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos ao Ministério da Saúde; e

V - aperfeiçoar o relacionamento institucional da CONJUR-MS/CGU/AGU com o Ministério da Saúde e suas autoridades.

Seção I

Do Relacionamento Institucional

Art. 3º Para cumprimento do disposto no art. 2º, a CONJUR-MS/CGU/AGU adotará, entre outras medidas, as seguintes ações:

I - aprimoramento da interlocução entre todos os membros da AGU e o Ministério da Saúde e suas autoridades;

II - programação de calendário de visitas institucionais com participação de todos os membros da AGU às unidades do Ministério da Saúde, com o objetivo de:

a) realizar orientações preventivas sobre temas novos ou que sejam constatados vícios comumente praticados; e

b) permitir que o membro da AGU conheça pessoalmente as unidades, especialmente as respectivas autoridades e equipe de servidores públicos, instalações e condições de trabalho, atendidas pela CONJUR-MS/CGU/AGU; e

III - isoladamente ou em conjunto com outros órgãos da AGU, realização de palestras, cursos e treinamentos às autoridades e equipes de servidores públicos das unidades do Ministério da Saúde sobre temas recorrentes no cotidiano da atividade de consultoria jurídica.

Art. 4º As visitas institucionais serão agendadas pelo Gabinete do Consultor Jurídico (GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU) e previamente comunicadas a todos os membros da AGU com antecedência mínima de 7 (sete) dias para que todos organizem as suas rotinas de trabalho para fins de comparecimento.

Art. 5º O Consultor Jurídico, os Coordenadores-Gerais e os Coordenadores poderão designar 1 (um) ou mais membros da AGU de suas respectivas unidades ou daquelas que lhes forem diretamente subordinadas para representar a CONJUR-MS/CGU/AGU em reunião previamente agendada, independente do endereço combinado.

§ 1º A designação observará, se for o caso, as regras de prevenção, quando ciente com clareza o tema da reunião.

§ 2º Os pedidos de reunião oriundos das unidades do Ministério da Saúde e suas autoridades, sempre que possível, serão recebidos por escrito na CONJUR-MS/CGU/AGU, preferencialmente pelo endereço eletrônico gabinete.conjur@saude.gov.br ou pelo "e-mail" funcional do Consultor Jurídico ou do titular da respectiva unidade, contendo, se for o caso: número do processo, assunto, identificação da manifestação jurídica (se houver) e as questões de fato e de direito que caracterizam a dúvida objeto da demanda pela reunião.

§ 3º O registro de reunião poderá ser feito por qualquer meio físico ou digital, ata ou relatório, com registro das conclusões e das eventuais providências a serem adotadas e respectivos responsáveis, sendo obrigatória a posterior inserção no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS), observando-se o fluxo ali definido.

§ 4º Os registros de reunião serão inseridos no SAPIENS:

I - pelo GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU, nas reuniões com participação do Consultor Jurídico;

II - pelas Coordenações-Gerais, nas reuniões com participação dos Coordenadores-Gerais; e

III - pelas Coordenações, nas reuniões com participação, isoladamente ou em conjunto, dos Coordenadores e dos membros da AGU em exercício na respectiva unidade.

Art. 6º Consultas avulsas, por telefone ou por "e-mail", desde que tenha um mínimo de relevância temática ou administrativa, serão objeto de registro em "e-mail" dirigido ao GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU, pelo endereço eletrônico gabinete.conjur@saude.gov.br, para registro e arquivamento no SAPIENS, independentemente da consulta ter sido atendida em regime de plantão.

§ 1º O GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU poderá reencaminhar o "e-mail" para as unidades que lhe são subordinadas para o cumprimento do disposto no "caput".

§ 2º Ficam os membros da AGU em exercício nas Coordenações autorizados a encaminharem o registro da consulta avulsa de que trata o "caput" ao "e-mail" do Coordenador para registro e arquivamento no SAPIENS, independentemente da consulta ter sido atendida em regime de plantão.

Seção II

Da Atuação Funcional dos Membros da AGU

Art. 7º No exercício de suas atribuições funcionais, o membro da AGU é responsável pela condução do processo administrativo até a emissão do pronunciamento jurídico definitivo, cabendo-lhe requerer as diligências indispensáveis à instrução processual.

§ 1º As manifestações jurídicas dos membros da AGU serão exaradas com observância das orientações contidas no item 16 do Guia do Fluxo Consultivo.

§ 2º Além do disposto no § 1º, nos procedimentos administrativos que versem sobre ações judiciais os subsídios jurídicos a serem apresentados conterão, no mínimo, os seguintes elementos de direito, em conformidade com o regramento previsto no art. 3º da Portaria nº 1.547/AGU, de 29 de outubro de 2008:

I - a Constituição, as leis e demais normas, a jurisprudência, a doutrina e manifestações jurídicas de outros órgãos consultivos da AGU, aprovada pelo respectivo titular da unidade; e

II - caso existentes, as manifestações jurídicas consolidadas, aprovadas pela Coordenação, ou aquelas já utilizadas em casos similares ou análogos anteriormente na CONJUR-MS/CGU/AGU e que sejam aplicáveis aos fatos motivadores da pretensão deduzida em juízo.

Art. 8º Todas as manifestações jurídicas produzidas pelos membros da AGU serão numeradas, subscritas e juntadas no respectivo processo administrativo registrado no SAPIENS.

§ 1º Na hipótese de atuação em processo administrativo híbrido, a manifestação jurídica produzida nos termos do "caput" também será impressa e juntada nos autos físicos.

§ 2º Compete ao membro da AGU adotar as providências necessárias, conforme orientação da AGU, para obtenção e uso de "token" com certificação digital para fins de subscrição de suas manifestações jurídicas por meio de assinatura eletrônica.

§ 3º A obrigatoriedade de subscrição das manifestações jurídicas exclusivamente por meio de assinatura eletrônica com uso de "token" com certificação digital será definida pela AGU e será exigida na CONJUR-MS/CGU/AGU a partir da data em que for eventualmente fixada a sua adoção.

§ 4º É dever do membro da AGU certificar-se que a sua manifestação jurídica produzida integra base de dados informatizada do SAPIENS para fins de documentação, informação e compartilhamento institucional.

§ 5º O membro da AGU produzirá suas manifestações jurídicas no SAPIENS:

I - com adoção do Número Único de Protocolo (NUP) da AGU referente ao processo administrativo que estiver sob sua análise, caso existente, incluindo-se a citação na respectiva peça jurídica dos eventuais outros NUP da AGU cadastrados por remissão e também dos eventuais NUP do Ministério da Saúde; ou

II - com adoção do NUP do Ministério da Saúde referente ao processo administrativo que estiver sob sua análise e que estiver cadastrado no SAPIENS, caso inexistente NUP da AGU cadastrado no SAPIENS, incluindo-se a citação na respectiva peça jurídica dos eventuais outros NUP do Ministério da Saúde.

CAPÍTULO II

DO RECEBIMENTO, CLASSIFICAÇÃO E PROCEDIMENTOS PREPARATÓRIOS PARA DISTRIBUIÇÃO DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Art. 9º Os processos administrativos físicos e virtuais serão recebidos no âmbito da Consultoria Jurídica pela Divisão Judiciária (DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU).

§ 1º Para tramitação interna na CONJUR-MS/CGU/AGU, todos os processos administrativos deverão estar cadastrados pela DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU no SAPIENS mediante o preenchimento de todos os dados necessários.

§ 2º Na hipótese de processo administrativo físico, o seu cadastro ocorrerá na qualidade de processo híbrido no SAPIENS e a sua tramitação ocorrerá em meio físico e virtual no sistema de protocolo e arquivo do Ministério da Saúde e no SAPIENS, até que ocorra eventualmente o fim da tramitação física de processos administrativos no âmbito do Ministério da Saúde.

Art. 10. Na hipótese de recebimento de processos administrativos relevantes, quais sejam aqueles que versarem sobre matérias consideradas relevantes e estratégicas para as políticas públicas federais, especialmente as sob responsabilidade de condução pelo Ministério da Saúde, a DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU efetuará a classificação dos autos mediante identificação específica e diferenciada da matéria para fácil visualização por todos os membros da AGU e servidores públicos até a tramitação final do feito.

§ 1º Consideram-se processos administrativos relevantes os que versarem sobre:

I - Propostas de Emenda à Constituição (PEC), anteprojetos de lei, projetos de lei, medidas provisórias, projetos de decreto legislativo, propostas de atos normativos internacionais, projetos de decretos e minutas de portarias interministeriais e ministerial de instituição de políticas e programas públicos de saúde;

II - procedimentos licitatórios e dispensa ou inexigibilidade de licitação:

a) cujo valor estimado de aquisição de bens ou serviços para seja superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais); ou

b) que tratem de aquisição de imunobiológicos, inseticidas, medicamentos e outros insumos estratégicos por intermédio de organismos multilaterais internacionais;

III - propostas de negócios jurídicos por meio de procedimentos diversos dos previstos no "caput" do inciso II do § 1º e cujo valor estimado seja superior a R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais);

IV - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), de que trata o "caput" do art. 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

V - Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/ PCD), de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

VI - recursos administrativos para julgamento pelo Ministro de Estado da Saúde a respeito de:

a) certificação de entidades beneficentes de assistência social, de que trata a Lei nº 12.101, de 2009; e

b) incorporação de tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS);

VII - Programa Mais Médicos, de que trata a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013.

§ 2º Os membros da AGU poderão qualificar como relevantes outros processos administrativos, além daqueles previstos nos termos do § 1º, com emissão de despacho administrativo de restituição dos autos à DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU para as providências de que trata o "caput" do art. 10 e posterior restituição do feito.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, fica afastada a necessidade de apresentação do despacho administrativo à consideração superior.

§ 4º A unidade da CONJUR-MS/CGU/AGU que se constituir única ou última instância de elaboração ou aprovação de manifestação jurídica conclusiva, observadas as delegações de competência, efetuará o registro de todos os processos administrativos relevantes em planilha eletrônica de controle de sua responsabilidade.

§ 5º Para fins do disposto no § 4º, o membro da AGU em exercício na Coordenação que atuar como única instância de elaboração de manifestação jurídica conclusiva, conforme delegação de competência, também efetuará o registro de todos os processos administrativos relevantes em planilha eletrônica de controle de sua responsabilidade.

§ 6º Os membros da AGU encaminharão ao GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU, nos meses de janeiro e julho de cada ano, a relação de processos administrativos relevantes constantes na planilha eletrônica de controle de sua responsabilidade relativos, respectivamente, aos meses de julho a dezembro do ano anterior e aos meses de janeiro e junho do mesmo ano.

Art. 11. A CONJUR-MS/CGU realizará, nos meses de fevereiro e agosto de cada ano, a verificação da efetividade de sua atuação consultiva nos processos administrativos relevantes, respectivamente, entre julho e dezembro do ano anterior e entre janeiro e junho do mesmo ano.

§ 1º A efetividade da atuação consultiva consiste em verificar a finalização do trabalho consultivo e o resultado obtido, como indicador de desempenho da atividade consultiva.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 2º O GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU encaminhará, às unidades do Ministério da Saúde destinatárias das manifestações jurídicas produzidas em processos administrativos relevantes, expediente com pedido de informações a respeito da efetividade de sua atuação consultiva e resposta no prazo até 30 (trinta) dias.

§ 3º O expediente de que trata o § 2º terá, como anexo, formulário próprio para cada processo administrativo relevante, incluindo-se os dados do respectivo processo e os questionamentos que precisarão ser respondidos de acordo com a situação individualizada do feito.

§ 4º O GAB/CONJUR/MS disponibilizará no sítio eletrônico da CONJUR-MS/CGU/AGU na "intranet" da AGU as respostas apresentadas pelas unidades do Ministério da Saúde a respeito da efetividade de sua atuação consultiva.

Art. 12. Na hipótese de recebimento de processos administrativos prioritários, a DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU efetuará a classificação dos autos mediante identificação específica e diferenciada da matéria para fácil visualização por todos os membros da AGU e servidores públicos até a tramitação final do feito.

§ 1º Consideram-se processos administrativos prioritários os processos cuja área ou matéria seja qualificada como prioridade para o Ministério da Saúde.

§ 2º A qualificação de que trata o § 1º apenas poderá ser realizada:

I - pelo Gabinete do Ministro (GM);

II - pela Secretária-Executiva e Secretários das áreas finalísticas; e

III - pelo Consultor Jurídico, pelos Coordenadores-Gerais ou pelos Coordenadores.

Art. 13. Nos processos administrativos prioritários, o Consultor Jurídico, os Coordenadores-Gerais e os Coordenadores zelarão para que o prazo fixado para a elaboração da manifestação jurídica seja respeitado.

Parágrafo único. No caso de necessidade de ampliação do prazo de que trata o "caput", a justificativa do membro da AGU deverá ser pormenorizada e constar em tópico da manifestação jurídica.

Art. 14. Os processos administrativos físicos e virtuais serão distribuídos:

I - ao GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU, quando versarem sobre matérias de competência:

a) do GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU;

b) da Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos (COGEAJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU); e

c) da Coordenação-Geral de Acompanhamento Jurídico (COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU), exceto na hipótese de processos administrativos da competência da Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU);

II - à Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU), quando versarem sobre matérias de sua competência.

§ 1º A DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU observará as competências das unidades conforme previsto na Portaria nº 3.965/GM/MS, de 14 de dezembro de 2010, que aprovou, entre outros, o Regimento Interno da CONJUR-MS/CGU/AGU, para fins de distribuição dos processos administrativos.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, rol exemplificativo das competências específicas por unidade da CONJUR-MS/CGU/AGU encontra-se no Anexo.

§ 3º O processo administrativo físico ou virtual apenas será distribuído pela DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU depois de previamente realizadas pesquisas físicas e eletrônicas a respeito de eventuais outros processos administrativos a ele vinculados que estejam em trâmite ou arquivados no Ministério da Saúde ou na Advocacia-Geral da União, especialmente no caso de versarem sobre ações judiciais, com verificação de nome do interessado, número da ação judicial e da matéria em debate.

§ 4º A pesquisa eletrônica de que trata o § 3º será realizada nos sistemas de protocolo e arquivo do Ministério da Saúde e da Advocacia-Geral da União.

§ 5º Para fins do disposto no § 3º, caso a pesquisa identifique a existência de processos administrativos vinculados ao processo administrativo a ser distribuído, então caberá à DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU efetuar a prévia vinculação dos respectivos processos físicos e comunicar as medidas adotadas mediante despacho administrativo no processo administrativo físico e virtual.

§ 6º Em caso de eventuais dúvidas para a distribuição dos processos administrativos, inclusive quanto às competências das unidades da CONJUR-MS/CGU/AGU, a matéria será submetida ao Chefe da DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU para decisão.

§ 7º Na hipótese do § 6º, caso persista dúvida pelo Chefe da DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU sobre o tema, a matéria será submetida ao Gabinete do Consultor Jurídico para decisão.

Art. 15. Os processos administrativos físicos e virtuais distribuídos ao GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU serão avaliados para fins de emissão manifestação jurídica ou despacho de conteúdo administrativo pelo Consultor Jurídico ou para distribuição diretamente às demais unidades da CONJUR-MS/CGU/AGU.

§ 1º Os Coordenadores-Gerais efetuarão análise dos processos administrativos que lhes forem distribuídos para fins de emissão manifestação jurídica ou despacho de conteúdo administrativo ou para distribuição diretamente às demais unidades que lhe forem diretamente subordinadas.

§ 2º Os Coordenadores efetuarão análise dos processos administrativos que lhes forem distribuídos para fins de emissão manifestação jurídica ou despacho de conteúdo administrativo ou para distribuição diretamente aos membros da AGU em exercício na respectiva unidade.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

Seção I

Da Regra Geral de Distribuição e Redistribuição de Processos

Art. 16. Os processos administrativos físicos e virtuais que forem enviados às Coordenações serão distribuídos aos membros da AGU em exercício na respectiva unidade considerando-se a necessidade de prévio enquadramento em:

I - processos para distribuição geral;

II - processos para distribuição por retorno; e

III - processos para distribuição por prevenção.

Subseção I

Da Distribuição Geral de Processos Administrativos

Art. 17. A distribuição geral de processos administrativos será realizada aos membros da AGU em exercício na Coordenação na ordem cronológica de recebimento do processo na respectiva unidade, mediante distribuição automática no SAPIENS ou manual por meio de planilha eletrônica de controle sem prejuízo de seu registro no SAPIENS.

§ 1º Na hipótese de distribuição manual por meio de planilha eletrônica de controle, o membro da AGU contemplado com processo administrativo distribuído apenas voltará a receber novo processo administrativo quando se completar uma rodada de distribuição na qual todos os membros da AGU tenham sido contemplados, assegurando-se a equidade absoluta na distribuição.

§ 2º A planilha eletrônica de controle de distribuição será encaminhada mensalmente, inclusive com relatório sintético das distribuições feitas aos membros da AGU, à respectiva Coordenação-Geral para supervisão e aos respectivos membros da AGU para conhecimento.

§ 3º Fica a critério do Coordenador efetuar pequena flexibilização do cumprimento da regra prevista neste artigo, com vistas à acomodação de férias e licenças pelos membros da AGU, com o objetivo de que permaneça a equanimidade como atributo principal da distribuição dos processos administrativos, preferencialmente por meio de consenso entre os aludidos membros.

Art. 18. O Coordenador poderá realizar distribuição específica de processo administrativo a um determinado membro da AGU em exercício na respectiva unidade, dispensada a observância da sequência da rodada de distribuição de que trata o artigo anterior, de forma motivada, sem prejuízo da imediata compensação na distribuição seguinte dos processos administrativos para privilegiar a igualdade da carga de trabalho para cada membro da AGU.

Parágrafo único. A distribuição de que trata o "caput" será formalizada por despacho administrativo nos autos do processo administrativo com a respectiva motivação, que terá por balizas preferencialmente o interesse público envolvido, a relevância e o caráter estratégico da matéria para as políticas públicas federais, a identidade de processos administrativos que já se encontram sob responsabilidade do membro da AGU ou a serem distribuídos, a "expertise" do membro da AGU no tema ou o eventual interesse do membro da AGU sobre o caso.

Art. 19. O membro da AGU em exercício na Coordenação poderá ser afastado da distribuição:

I - a critério do Coordenador, para analisar processos administrativos de alta complexidade que exijam maior dedicação e atenção ou atender situações que justifiquem o afastamento pela sua natureza emergencial;

II - quando o membro da AGU for designado para elaborar minutas de editais e contratos, manifestações jurídicas referenciais, realizar cursos ou treinamentos destinados ao Ministério da Saúde ou quaisquer outras tarefas que venham contribuir para o desenvolvimento da CONJUR-MS/CGU/AGU;

III - quando for designado para representar o Coordenador em eventos determinados; e

IV - para participar de cursos de capacitação, congressos ou outros eventos de natureza jurídica.

§ 1º O afastamento da distribuição do membro da AGU e o respectivo período será registrado pelo Coordenador no SAPIENS e na planilha eletrônica de controle de distribuição de processos administrativos.

§ 2º O afastamento para a participação em cursos de capacitação, congressos ou eventos jurídicos será autorizado pelo Consultor Jurídico, ouvido o Coordenador e o Coordenador-Geral, que poderá indeferir o pedido caso a liberação do membro da AGU implique em prejuízo ao desenvolvimento das atividades jurídicas da CONJUR-MS/CGU/AGU.

§ 3º A distribuição de processos durante a participação do membro da AGU em eventos de curta duração poderá ser restringida, a critério do Coordenador, caso o referido membro venha a realizar mais de 1 (uma) participação no período de 12 (doze) meses.

Art. 20. Além do disposto no artigo anterior, a distribuição de processos ficará temporariamente suspensa em relação ao membro da AGU em exercício na Coordenação que se achar em gozo de férias, licença e outros afastamentos determinados pela AGU, concedidos nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A distribuição de processos ao membro da AGU será suspensa nos dias imediatamente anteriores ao início de suas férias, sendo de:

I - 9 (nove) dias úteis, no caso de marcação de férias em 1 (um) único período, cuja suspensão será registrada pelo membro da AGU no SAPIENS, na opção denominada "pré-férias";

II - 4 (quatro) dias úteis anteriores ao início do primeiro período de férias e 5 (cinco) dias úteis anteriores ao início do segundo período de férias, no caso de marcação de férias em 2 (dois) períodos, cuja suspensão será registrada pelo membro da AGU no SAPIENS, na opção denominada "pré-férias"; e

III - 3 (três) dias úteis anteriores ao início de cada período de férias, no caso de marcação de férias em 3 (três) períodos, cuja suspensão será registrada pelo membro da AGU no SAPIENS, na opção denominada "pré-férias".

§ 2º Nas férias de janeiro, o prazo de suspensão de distribuição será obrigatoriamente calculado dentro deste mês e somente poderá ser iniciado após a semana de recesso de ano novo.

§ 3º O período de suspensão de distribuição será concedido exclusivamente nos dias que antecedem imediatamente o início das férias, não podendo ser objeto de ajustes ou transferido para outra data.

§ 4º As férias de janeiro e o prazo de suspensão de distribuição que lhe antecedem não podem ser somados ao recesso de ano novo para fruição.

§ 5º O registro da suspensão da distribuição no sistema SAPIENS será de exclusiva responsabilidade do respectivo membro da AGU, encontrando-se sujeito às responsabilidades previstas em lei.

Art. 21. A distribuição de processos administrativos será realizada aos membros da AGU pelo Coordenador nos termos do art. 17.

§ 1º A distribuição de processos aos membros da AGU será realizada logo após o recebimento dos processos administrativos na Coordenação, priorizando-se a distribuição imediata dos urgentes que, depois de identificados, receberão uma tarja adesiva com a inscrição de urgente, se físico, bem como pela marcação da urgência no SAPIENS.

§ 2º São considerados processos administrativos urgentes:

I - os processos decorrentes de solicitações do Ministério da Saúde para atendimento de prazos judiciais ou contratuais;

II - os processos com prazos previstos cujo descumprimento possa prejudicar o objeto da consulta, tornando inócua a manifestação jurídica; ou

III - os processos cuja urgência seja definida pelo Coordenador, Coordenador-Geral ou Consultor Jurídico.

§ 3º Caso não tenha sido detectada a urgência do processo administrativo no ato de distribuição, o membro da AGU que perceber esta característica assumirá o processo distribuído, competindo-lhe identificá-lo como urgente diretamente no SAPIENS.

§ 4º Distribuído o processo administrativo pelo SAPIENS ao membro da AGU, a partir desta data o aludido membro será considerado instado para elaborar a sua manifestação jurídica, começando o prazo a fluir a partir do dia seguinte à tramitação.

§ 5º É dever do membro da AGU verificar no SAPIENS as tarefas que lhe foram distribuídas, a observância dos prazos ali definidos e a guarda dos processos administrativos físicos sob sua responsabilidade.

§ 6º Com a abertura de tarefa do respectivo processo administrativo no SAPIENS ao membro da AGU, encerra-se o ciclo ordinário de distribuição.

Art. 22. Os autos do processo administrativo físico serão examinados no ambiente da CONJUR-MS/CGU/AGU e a sua retirada das dependências deste órgão consultivo somente será realizada:

I - pelo Consultor Jurídico;

II - pelo Coordenador-Geral;

III - pelo Coordenador; e

IV - pelo membro da AGU em exercício na Coordenação, caso previamente autorizado pelo Coordenador.

§ 1º Na hipótese de retirada do processo administrativo físico das dependências da CONJUR-MS/CGU/AGU, o responsável pela sua guarda deve se manter acessível para contato pelo telefone ou por mensagem eletrônica para possibilitar a imediata apresentação dos respectivos autos, sempre que se fizer necessário.

§ 2º Os autos dos processos administrativos físicos devem permanecer acessíveis enquanto em análise na CONJUR-MS/CGU/AGU, sendo vedada a sua guarda em armário trancado.

Subseção II

Dos Processos Administrativos para Distribuição por Retorno

Art. 23. A distribuição dos processos administrativos por retorno será realizada aos membros da AGU em exercício na Coordenação, por meio do SAPIENS ou manualmente por meio de planilha eletrônica de controle sem prejuízo de seu registro no SAPIENS, quando:

I - o processo retornar após manifestação jurídica solicitando diligências necessárias à instrução processual;

II - houver apresentação de nova consulta solicitando esclarecimento de dúvidas ou questões suscitadas em torno do objeto examinado na manifestação jurídica exarada; e

III - o processo retornar com a finalidade de observar se foram cumpridas as orientações da manifestação jurídica anteriormente proferida.

Art. 24. Os processos administrativos para distribuição por retorno não farão parte de distribuição geral de que trata a Subseção I desta Seção e, após terem sido registrados como simples retorno, serão entregues diretamente ao membro da AGU responsável com a respectiva abertura de tarefa no SAPIENS.

Art. 25. Quando for distribuído um processo administrativo, por equívoco, em caso de retorno, o membro da AGU em exercício na Coordenação o restituirá no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do dia seguinte ao da data que lhe foi aberta tarefa pelo SAPIENS, ao Coordenador para correção da distribuição e, se assim não proceder, assumirá a responsabilidade pela condução do processo administrativo.

Subseção III

Dos Processos Administrativos para Distribuição por Prevenção

Art. 26. A distribuição dos processos administrativos por prevenção será realizada aos membros da AGU em exercício na Coordenação, por meio do SAPIENS ou manualmente por meio de

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

planilha eletrônica de controle sem prejuízo de seu registro no SAPIENS, quando:

I - nos procedimentos licitatórios em que houver impugnação ao edital, oferecimento de defesa e recursos, permanecendo o membro da AGU vinculado ao respectivo processo administrativo até a solução definitiva dos respectivos incidentes;

II - nos processos administrativos em que houver impugnação ou recurso a ato ou decisão, no qual o membro da AGU tenha se manifestado;

III - nos processos administrativos disciplinares decorrentes de sindicância na qual o membro da AGU tenha emitido manifestação jurídica;

IV - nos procedimentos disciplinares instaurados em virtude de nulidade apontada pelo membro da AGU em manifestação jurídica anterior;

V - nos procedimentos administrativos com fases distintas de execução em que o membro da AGU tenha emitido manifestação jurídica nas fases anteriores;

VI - nas situações em que o membro da AGU participou de reunião ou audiência com ou de interesse do Ministério da Saúde e suas autoridades, outros órgãos da AGU ou órgãos externos sobre o assunto objeto do assessoramento; e

VII - nas demais hipóteses em que, instituído o regime de plantão, o membro da AGU tomou conhecimento sobre o assunto objeto da consulta.

Parágrafo único. Os casos de prevenção serão distribuídos ao membro da AGU vinculado e serão computados como parte de distribuição geral de que trata a Subseção I desta Seção.

Art. 27. Nos casos de afastamento legal do membro da AGU prevento em exercício na Coordenação, os processos que lhe seriam destinados serão distribuídos a outro membro da AGU em exercício na respectiva Coordenação, caso não haja condições, pelo prazo processual, de que os autos aguardem o seu retorno, a critério da Coordenação.

Art. 28. Quando for distribuído um processo administrativo, por equívoco, acreditando-se ser caso de prevenção, o membro da AGU em exercício na Coordenação o restituirá no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do dia seguinte ao da data que lhe foi aberta tarefa pelo SAPIENS, ao Coordenador para correção da distribuição e, se assim não proceder, assumirá a responsabilidade pela condução do processo administrativo.

Subseção IV

Da Redistribuição dos Processos Administrativos

Art. 29. A redistribuição de processos administrativos ocorrerá quando:

I - o membro da AGU em exercício na Coordenação for afastado da distribuição para execução das tarefas colaborativas previstas nos incisos I a III do art. 19;

II - o processo administrativo tratar de matéria sujeita à especialização nos termos do art. 18, a critério do Coordenador;

III - a manifestação jurídica não for aprovada e houver necessidade do processo administrativo ser reexaminado por outro membro da AGU em exercício na Coordenação, nos termos do art. 9º da Portaria nº 1.399/AGU, de 5 de outubro de 2009;

IV - por motivo de impedimento ou suspeição, nos termos dos arts. 29 e 30 da Lei Orgânica da AGU, e dos arts. 18 e seguintes da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999;

V - em virtude de afastamento decorrente de caso fortuito ou força maior; e

VI - pela ocorrência de situações excepcionais definidas pelo Coordenador.

Art. 30. Sempre que possível, a redistribuição concederá prazo integral ao membro da AGU em exercício na Coordenação que receber o processo para elaborar sua manifestação jurídica.

Parágrafo único. Os fundamentos para a impossibilidade de concessão de prazo integral no caso de redistribuição serão descritos no despacho administrativo pelo Coordenador.

Art. 31. Nos casos de afastamentos legais superiores a 180 (cento e oitenta) dias, fica afastado o critério de distribuição por prevenção do processo administrativo em relação ao membro da AGU em exercício na Coordenação.

Art. 32. Os casos omissos e as dúvidas serão solucionados pelo Coordenador.

Subseção V

Das Disposições Finais

Art. 33. Aplicam-se, no que couber, as disposições desta Seção ao Consultor Jurídico, aos Coordenadores-Gerais e aos Coordenadores.

§ 1º O Consultor Jurídico poderá conduzir os processos administrativos diretamente ou avocá-los de quaisquer dos demais membros da AGU, de forma fundamentada, além de realizar sua distribuição específica para quaisquer dos referidos membros, nos termos do art. 18, observada a competência da unidade da CONJUR-MS/CGU/AGU de exercício do referido membro.

§ 2º O Coordenador-Geral poderá conduzir os processos administrativos diretamente ou avocá-los dos demais membros da AGU em exercício nas unidades que lhes são diretamente subordinadas, de forma fundamentada, além de realizar sua distribuição específica para quaisquer dos referidos membros, nos termos do art. 18, observada a competência da aludida unidade de exercício do referido membro.

§ 3º O Coordenador poderá conduzir os processos administrativos diretamente ou avocá-los dos demais membros da AGU em exercício na sua unidade, de forma fundamentada.

§ 4º Caso não seja possível que a manifestação jurídica seja exarada pelos ocupantes dos cargos de que trata o "caput" em decorrência das hipóteses previstas nesta Seção, os processos administrativos serão distribuídos aos membros da AGU designados para os encargos de substitutos dos respectivos cargos em comissão para fins de sua condução.

Art. 34. Os casos omissos e as dúvidas serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

Seção II

Da Regra Específica de Distribuição e Redistribuição de Processos Administrativos na Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU)

Art. 35. Os processos administrativos físicos e virtuais que forem enviados à CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU serão distribuídos pela DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU:

I - aos membros da AGU em exercício na respectiva unidade, quando envolver a análise e manifestação jurídicas sobre os processos de sua competência; e

II - ao Serviço de Suporte Jurídico (SERSUR/DAAJ/CODEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU), quando envolver a análise e manifestação administrativas sobre os processos de sua competência.

Art. 36. Para os membros da AGU em exercício na CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, a distribuição dos processos administrativos será realizada pela DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU considerando-se a necessidade de primeira classificação em processos que versam sobre:

I - ações judiciais de sua competência; ou

II - procedimentos administrativos residuais.

Art. 37. Após a classificação de que trata o artigo anterior, a DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU efetuará segunda classificação dos processos administrativos em:

I - processos para distribuição geral;

II - processos para distribuição por retorno; e

III - processos para distribuição por prevenção.

Subseção I

Da Distribuição Geral de Processos Administrativos que Versam sobre Ações Judiciais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos Membros da AGU

Art. 38. A distribuição geral de processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos membros da AGU em exercício na Coordenação será realizada na ordem cronológica de recebimento do processo na DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU, mediante distribuição automática no SAPIENS.

Parágrafo único. Fica a critério do Coordenador efetuar pequena flexibilização do cumprimento da regra prevista neste artigo, com vistas à acomodação de férias e licenças pelos membros da AGU, com o objetivo de que permaneça a equanimidade como atributo principal da distribuição dos processos administrativos, preferencialmente por meio de consenso entre os aludidos membros.

Art. 39. O Coordenador poderá realizar distribuição específica de processo administrativo de que trata esta Subseção a um determinado membro da AGU em exercício na respectiva unidade, de forma motivada.

§ 1º A distribuição de que trata o "caput" será formalizada por despacho administrativo nos autos do processo administrativo com a respectiva motivação, que terá por balizas preferencialmente o interesse público envolvido, a relevância e o caráter estratégico da matéria para as políticas públicas federais, a identidade de processos administrativos que já se encontram sob responsabilidade do membro da AGU ou a serem distribuídos, a "expertise" do membro da AGU no tema ou o eventual interesse do membro da AGU sobre o caso.

§ 2º A distribuição de que trata o "caput" será compensada posteriormente nas posteriores distribuições automáticas de processos administrativos realizadas pelo SAPIENS a partir do critério de balanceamento de carga, conforme item 4 do Manual para Distribuidores SAPIENS, Versão 1.0.8, com a finalidade de privilegiar a igualdade da carga de trabalho para cada membro da AGU.

Art. 40. Para fins de afastamento do membro da AGU da distribuição de que trata esta Subseção, aplica-se o disposto nos arts. 19 e 20.

Art. 41. A distribuição de processos administrativos de que trata esta Subseção será realizada aos membros da AGU pela DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU nos termos do art. 38.

§ 1º A distribuição de processos aos membros da AGU será realizada logo após o recebimento dos processos administrativos na DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU, priorizando-se a distribuição imediata dos urgentes que, depois de identificados, receberão uma tarja adesiva com a inscrição de urgente, se físico, bem como pela marcação da urgência no SAPIENS.

§ 2º São considerados processos administrativos urgentes:

I - os processos decorrentes de solicitações do Ministério da Saúde para atendimento de prazos judiciais ou contratuais;

II - os processos com prazos previstos cujo descumprimento possa prejudicar o objeto da consulta, tornando inócua a manifestação jurídica; ou

III - os processos cuja urgência seja definida pelo Coordenador de Subsídios Jurídicos, Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico ou Consultor Jurídico.

§ 3º Caso não tenha sido detectada a urgência do processo administrativo no ato de distribuição, o membro da AGU que perceber esta característica assumirá o processo distribuído, competindo-lhe identificá-lo como urgente diretamente no SAPIENS.

§ 4º Distribuído o processo administrativo pelo SAPIENS ao membro da AGU, a partir desta data o aludido membro será considerado instado para elaborar a sua manifestação jurídica, começando o prazo a fluir a partir do dia seguinte à tramitação.

§ 5º É dever do membro da AGU verificar no SAPIENS as tarefas que lhe foram distribuídas, a observância dos prazos ali definidos e a guarda dos processos administrativos físicos sob sua responsabilidade.

§ 6º Com a abertura de tarefa do respectivo processo administrativo no SAPIENS ao membro da AGU, encerra-se o ciclo ordinário de distribuição.

Art. 42. Na hipótese de se constituir processo administrativo híbrido, para fins de exame dos autos físicos de que trata esta Subseção aplica-se o disposto no art. 22.

Subseção II

Dos Processos Administrativos que Versam sobre Ações Judiciais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para Distribuição por Retorno aos Membros da AGU

Art. 43. A distribuição dos processos administrativos por retorno que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU será realizada aos membros da AGU em exercício na Coordenação, por meio do SAPIENS, quando:

I - o processo retornar após manifestação jurídica solicitando diligências necessárias à instrução processual;

II - houver apresentação de nova consulta solicitando esclarecimento de dúvidas ou questões suscitadas em torno do objeto examinado na manifestação jurídica exarada; e

III - o processo retornar com a finalidade de observar se foram cumpridas as orientações da manifestação jurídica anteriormente proferida.

Art. 44. Os processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para distribuição por retorno não farão parte de distribuição geral de que trata a Subseção I desta Seção e, após terem sido registrados como simples retorno, serão entregues diretamente ao membro da AGU responsável com a respectiva abertura de tarefa no SAPIENS.

Art. 45. Quando for distribuído um processo administrativo que versa sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, por equívoco, em caso de retorno, o membro da AGU em exercício na Coordenação o encaminhará no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do dia seguinte ao da data que lhe foi aberta tarefa pelo SAPIENS, ao SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para correção da distribuição e, se assim não proceder, assumirá a responsabilidade pela condução do processo administrativo.

Subseção III

Dos Processos Administrativos que Versam sobre Ações Judiciais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para Distribuição por Prevenção aos Membros da AGU

Art. 46. A distribuição dos processos administrativos por prevenção que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU será realizada aos membros da AGU em exercício na Coordenação, por meio do SAPIENS, quando:

I - nos processos administrativos em que houver impugnação ou recurso a ato ou decisão, no qual o membro da AGU tenha se manifestado;

II - nos procedimentos administrativos com fases distintas de execução em que o membro da AGU tenha emitido manifestação jurídica nas fases anteriores;

III - nas situações em que o membro da AGU participou de reunião ou audiência com ou de interesse do Ministério da Saúde e suas autoridades, outros órgãos da AGU ou órgãos externos sobre o assunto objeto do assessoramento; e

IV - nas demais hipóteses em que, instituído o regime de plantão, o membro da AGU tomou conhecimento sobre o assunto objeto da ação judicial.

Parágrafo único. Os casos de prevenção serão distribuídos ao membro da AGU vinculado e serão computados como parte de distribuição geral de que trata a Subseção I desta Seção.

Art. 47. Nos casos de afastamento legal do membro da AGU prevento em exercício na Coordenação, os processos que lhe seriam destinados serão distribuídos a outro membro da AGU em exercício na respectiva Coordenação.

Art. 48. Quando for distribuído um processo administrativo, por equívoco, acreditando-se ser caso de prevenção, o membro da AGU em exercício na Coordenação o encaminhará no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do dia seguinte ao da data que lhe foi aberta tarefa pelo SAPIENS, ao SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para correção da distribuição e, se assim não proceder, assumirá a responsabilidade pela condução do processo administrativo.

Subseção IV

Da Redistribuição dos Processos Administrativos que Versam sobre Ações Judiciais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos Membros da AGU

Art. 49. A redistribuição de processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU ocorrerá quando:

I - o membro da AGU em exercício na Coordenação for afastado da distribuição para execução das tarefas colaborativas previstas no art. 40;

II - o processo administrativo tratar de matéria sujeita à especialização nos termos do art. 40, a critério do Coordenador;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III - a manifestação jurídica não for aprovada e houver necessidade do processo administrativo ser reexaminado por outro membro da AGU em exercício na Coordenação, nos termos do art. 9º da Portaria nº 1.399/AGU, de 2009;

IV - por motivo de impedimento ou suspeição, nos termos dos arts. 29 e 30 da Lei Orgânica da AGU, e dos arts. 18 e seguintes da Lei nº 9.784, de 1999;

V - em virtude de afastamento decorrente de caso fortuito ou força maior; e

VI - pela ocorrência de situações excepcionais definidas pelo Coordenador.

Art. 50. Sempre que possível, a redistribuição concederá prazo integral ao membro da AGU em exercício na Coordenação que receber o processo para elaborar sua manifestação jurídica.

Parágrafo único. Os fundamentos para a impossibilidade de concessão de prazo integral no caso de redistribuição serão descritos no despacho administrativo pelo Coordenador.

Art. 51. Nos casos de afastamentos legais superiores a 180 (cento e oitenta) dias, fica afastado o critério de distribuição por prevenção do processo administrativo em relação ao membro da AGU em exercício na Coordenação.

Art. 52. Os casos omissos e as dúvidas serão solucionados pelo Coordenador.

Subseção V

Das Disposições Finais da Distribuição dos Processos Administrativos que Versam sobre Ações Judiciais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos Membros da AGU

Art. 53. O Consultor Jurídico poderá conduzir diretamente processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU ou avocá-los de quaisquer dos demais membros da AGU em exercício na respectiva unidade, de forma fundamentada, além de realizar sua distribuição específica para o Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico, o Coordenador de Subsídios Jurídicos ou quaisquer daqueles membros da AGU, nos termos do art. 39.

§ 1º O Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico poderá conduzir diretamente processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU ou avocá-los de quaisquer dos demais membros da AGU em exercício na respectiva unidade, de forma fundamentada, além de realizar sua distribuição específica para o Coordenador de Subsídios Jurídicos ou quaisquer daqueles membros da AGU, nos termos do art. 39.

§ 2º O Coordenador de Subsídios Jurídicos poderá conduzir diretamente processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU ou avocá-los dos demais membros da AGU em exercício na sua unidade, de forma fundamentada.

§ 3º Caso não seja possível que a manifestação jurídica seja exarada pelos ocupantes dos cargos em comissão de que trata este artigo em decorrência das hipóteses previstas nesta Seção, os processos administrativos serão distribuídos aos membros da AGU designados para os encargos de substitutos dos respectivos cargos para fins de sua condução.

§ 4º O Consultor Jurídico, o Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico e o Coordenador de Subsídios Jurídicos poderão solicitar da DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU que lhes sejam distribuídos diretamente processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para sua condução.

Art. 54. Os casos omissos e as dúvidas serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

Subseção VI

Da Distribuição Geral de Processos Administrativos Residuais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos Membros da AGU

Art. 55. A distribuição geral de processos administrativos residuais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos membros da AGU em exercício na Coordenação será realizada na ordem cronológica de recebimento do processo na referida unidade, mediante distribuição manual por meio de planilha eletrônica de controle sem prejuízo de seu registro no SAPIENS.

§ 1º O membro da AGU contemplado com processo administrativo residual distribuído apenas voltará a receber novo processo administrativo residual quando se completar uma rodada de distribuição na qual todos os membros da AGU tenham sido contemplados, assegurando-se a equidade absoluta na distribuição.

§ 2º A planilha eletrônica de controle de distribuição será encaminhada mensalmente, inclusive com relatório sintético das distribuições feitas aos membros da AGU, à respectiva Coordenação-Geral para supervisão e aos respectivos membros da AGU para conhecimento.

§ 3º Fica a critério do Coordenador efetuar pequena flexibilização do cumprimento da regra prevista neste artigo, com vistas à acomodação de férias e licenças pelos membros da AGU, com o objetivo de que permaneça a equanimidade como atributo principal da distribuição dos processos administrativos, preferencialmente por meio de consenso entre os aludidos membros.

Art. 56. O Coordenador poderá realizar distribuição específica de processo administrativo residual de que trata esta Subseção a um determinado membro da AGU em exercício na respectiva unidade, dispensada a observância da sequência da rodada de distribuição de que trata o artigo anterior, de forma motivada, sem prejuízo da imediata compensação na distribuição seguinte dos processos administrativos residuais para privilegiar a igualdade da carga de trabalho para cada membro da AGU.

Parágrafo único. A distribuição de que trata o "caput" será formalizada por despacho administrativo nos autos do processo administrativo residual com a respectiva motivação, que terá por balizas preferencialmente o interesse público envolvido, a relevância e o caráter estratégico da matéria para as políticas públicas federais, a identidade de processos administrativos que já se encontram sob responsabilidade do membro da AGU ou a serem distribuídos, a "expertise" do membro da AGU no tema ou o eventual interesse do membro da AGU sobre o caso.

Art. 57. Para fins de afastamento do membro da AGU da distribuição de que trata esta Subseção, aplica-se o disposto nos arts. 19 e 20.

Art. 58. A distribuição de processos administrativos de que trata esta Subseção será realizada aos membros da AGU pelo Coordenador nos termos do art. 55.

§ 1º A distribuição de processos aos membros da AGU será realizada logo após o recebimento dos processos administrativos na CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, priorizando-se a distribuição imediata dos urgentes que, depois de identificados, receberão uma tarja adesiva com a inscrição de urgente, se físico, bem como pela marcação da urgência no SAPIENS.

§ 2º São considerados processos administrativos urgentes:

I - os processos decorrentes de solicitações do Ministério da Saúde para atendimento de prazos judiciais ou contratuais;

II - os processos com prazos previstos cujo descumprimento possa prejudicar o objeto da consulta, tornando inócua a manifestação jurídica; ou

III - os processos cuja urgência seja definida pelo Coordenador de Subsídios Jurídicos, Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico ou Consultor Jurídico.

§ 3º Caso não tenha sido detectada a urgência do processo administrativo no ato de distribuição, o membro da AGU que perceber esta característica assumirá o processo distribuído, competindo-lhe identificá-lo como urgente diretamente no SAPIENS.

§ 4º Distribuído o processo administrativo pelo SAPIENS ao membro da AGU, a partir desta data o aludido membro será considerado instado para elaborar a sua manifestação jurídica, começando o prazo a fluir a partir do dia seguinte à tramitação.

§ 5º É dever do membro da AGU verificar no SAPIENS as tarefas que lhe foram distribuídas, a observância dos prazos ali definidos e a guarda dos processos administrativos físicos sob sua responsabilidade.

§ 6º Com a abertura de tarefa do respectivo processo administrativo no SAPIENS ao membro da AGU, encerra-se o ciclo ordinário de distribuição.

Art. 59. Na hipótese de se constituir processo administrativo híbrido, para fins de exame dos autos físicos de que trata esta Subseção aplica-se o disposto no art. 22.

Subseção VII

Dos Processos Administrativos Residuais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para Distribuição por Retorno aos Membros da AGU

Art. 60. A distribuição por retorno dos processos administrativos residuais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU será realizada aos membros da AGU em exercício na Coordenação, por meio do SAPIENS ou manualmente por meio de planilha eletrônica de controle sem prejuízo de seu registro no SAPIENS, quando:

I - o processo retornar após manifestação jurídica solicitando diligências necessárias à instrução processual;

II - houver apresentação de nova consulta solicitando esclarecimento de dúvidas ou questões suscitadas em torno do objeto examinado na manifestação jurídica exarada; e

III - o processo retornar com a finalidade de observar se foram cumpridas as orientações da manifestação jurídica anteriormente proferida.

Art. 61. Os processos administrativos residuais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para distribuição por retorno não farão parte de distribuição geral de que trata a Subseção VI desta Seção e, após terem sido registrados como simples retorno, serão entregues diretamente ao membro da AGU responsável com a respectiva abertura de tarefa no SAPIENS.

Art. 62. Quando for distribuído um processo administrativo residual de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, por equívoco, em caso de retorno, o membro da AGU em exercício na Coordenação o encaminhará no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do dia seguinte ao da data que lhe foi aberta tarefa pelo SAPIENS, ao Coordenador para correção da distribuição e, se assim não proceder, assumirá a responsabilidade pela condução do processo administrativo.

Subseção VIII

Dos Processos Administrativos Residuais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU para Distribuição por Prevenção aos Membros da AGU

Art. 63. A distribuição por prevenção dos processos administrativos residuais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU será realizada aos membros da AGU em exercício na Coordenação, por meio do SAPIENS, quando:

I - nos processos administrativos em que houver impugnação ou recurso a ato ou decisão, no qual o membro da AGU tenha se manifestado;

II - nos procedimentos administrativos com fases distintas de execução em que o membro da AGU tenha emitido manifestação jurídica nas fases anteriores;

III - nas situações em que o membro da AGU participou de reunião ou audiência com ou de interesse do Ministério da Saúde e suas autoridades, outros órgãos da AGU ou órgãos externos sobre o assunto objeto do assessoramento; e

IV - nas demais hipóteses em que, instituído o regime de plantão, o membro da AGU tomou conhecimento sobre o assunto objeto da ação judicial.

Parágrafo único. Os casos de prevenção serão distribuídos ao membro da AGU vinculado e serão computados como parte de distribuição geral de que trata a Subseção VI desta Seção.

Art. 64. Nos casos de afastamento legal do membro da AGU prevento em exercício na Coordenação, os processos que lhe seriam destinados serão distribuídos a outro membro da AGU em exercício na respectiva Coordenação, caso não haja condições, pelo prazo processual, de que os autos aguardem o seu retorno, a critério da Coordenação.

Art. 65. Quando for distribuído um processo administrativo, por equívoco, acreditando-se ser caso de prevenção, o membro da AGU em exercício na Coordenação o encaminhará no prazo máximo de 3 (três) dias, contados do dia seguinte ao da data que lhe foi aberta tarefa pelo SAPIENS, ao Coordenador para correção da distribuição e, se assim não proceder, assumirá a responsabilidade pela condução do processo administrativo.

Subseção IX

Da Redistribuição dos Processos Administrativos Residuais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos Membros da AGU

Art. 66. A redistribuição de processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU ocorrerá quando:

I - o membro da AGU em exercício na Coordenação for afastado da distribuição para execução das tarefas colaborativas previstas no art. 57;

II - o processo administrativo tratar de matéria sujeita à especialização nos termos do art. 57, a critério do Coordenador;

III - a manifestação jurídica não for aprovada e houver necessidade do processo administrativo ser reexaminado por outro membro da AGU em exercício na Coordenação, nos termos do art. 9º da Portaria nº 1.399/AGU, de 2009;

IV - por motivo de impedimento ou suspeição, nos termos dos arts. 29 e 30 da Lei Orgânica da AGU, e dos arts. 18 e seguintes da Lei nº 9.784, de 1999;

V - em virtude de afastamento decorrente de caso fortuito ou força maior; e

VI - pela ocorrência de situações excepcionais definidas pelo Coordenador.

Art. 67. Sempre que possível, a redistribuição concederá prazo integral ao membro da AGU em exercício na Coordenação que receber o processo para elaborar sua manifestação jurídica.

Parágrafo único. Os fundamentos para a impossibilidade de concessão de prazo integral no caso de redistribuição serão descritos no despacho administrativo pelo Coordenador.

Art. 68. Nos casos de afastamentos legais superiores a 180 (cento e oitenta) dias, fica afastado o critério de distribuição por prevenção do processo administrativo em relação ao membro da AGU em exercício na Coordenação.

Art. 69. Os casos omissos e as dúvidas serão solucionados pelo Coordenador.

Subseção X

Das Disposições Finais da Distribuição dos Processos Administrativos Residuais de Competência da CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU aos Membros da AGU

Art. 70. Aplicam-se, no que couber, as disposições das Subseções VI a IX desta Seção ao Consultor Jurídico, aos Coordenadores-Gerais e aos Coordenadores.

§ 1º O Consultor Jurídico poderá conduzir diretamente processos administrativos residuais ou avocá-los de quaisquer dos demais membros da AGU em exercício na respectiva unidade, de forma fundamentada, além de realizar sua distribuição específica para o Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico, o Coordenador de Subsídios Jurídicos ou quaisquer daqueles membros da AGU, nos termos do art. 56.

§ 2º O Coordenador-Geral poderá conduzir diretamente os processos administrativos residuais ou avocá-los de quaisquer dos demais membros da AGU em exercício na respectiva unidade, de forma fundamentada, além de realizar sua distribuição específica para o Coordenador de Subsídios Jurídicos ou quaisquer daqueles membros da AGU, nos termos do art. 56.

§ 3º O Coordenador poderá conduzir diretamente os processos administrativos residuais ou avocá-los dos demais membros da AGU em exercício na sua unidade, de forma fundamentada.

§ 4º Caso não seja possível que a manifestação jurídica seja exarada pelos ocupantes dos cargos de que trata o "caput" em decorrência das hipóteses previstas nesta Seção, os processos administrativos serão distribuídos aos membros da AGU designados para os encargos de substitutos dos respectivos cargos em comissão para fins de sua condução.

Art. 71. Os casos omissos e as dúvidas serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

Subseção XI

Da Distribuição de Processos Administrativos de Competência do Serviço de Suporte Jurídico (SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU)

Art. 72. A distribuição de processos administrativos de competência do Serviço de Suporte Jurídico (SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU) será realizada aos servidores públicos na ordem cronológica de recebimento do processo na referida unidade, mediante distribuição automática no SAPIENS.

Parágrafo único. Fica a critério do Chefe da Divisão de Acompanhamento de Ações Judiciais (DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU) efetuar pequena flexibilização do cumprimento da regra prevista neste artigo, com vistas à acomodação de férias e licenças pelos servidores públicos, com o objetivo de que permaneça a equanimidade como atributo principal da distribuição dos processos administrativos.

Art. 73. O Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU poderá realizar distribuição específica de processo administrativo de que trata esta Subseção a um determinado servidor público em exercício na respectiva unidade.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. A distribuição de que trata o "caput" terá por balizas preferencialmente o interesse público envolvido, a urgência da matéria, a identidade de processos administrativos que já se encontram sob responsabilidade do servidor público ou a serem distribuídos, a "expertise" do servidor público no tema ou o eventual interesse do servidor público sobre o caso.

Art. 74. O servidor público em exercício no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU poderá ser afastado da distribuição:

I - a critério do Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, para tratar de processos administrativos de alta complexidade que exijam maior dedicação e atenção ou atender situações que justifiquem o afastamento pela sua natureza emergencial;

II - quando o servidor público for designado para realizar cursos ou treinamentos destinados ao Ministério da Saúde ou quaisquer outras tarefas que venham contribuir para o desenvolvimento da CONJUR-MS/CGU/AGU;

III - quando for designado para representar o Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU em eventos determinados; e

IV - para participar de cursos de capacitação, congressos ou outros eventos de natureza administrativa ou jurídica.

§ 1º O afastamento da distribuição do servidor público e o respectivo período será registrado pelo Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU no SAPIENS.

§ 2º O afastamento para a participação em cursos de capacitação, congressos ou eventos de natureza administrativa ou jurídica será autorizado pelo Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, que poderá indeferir o pedido caso a liberação do servidor público implique em prejuízo ao desenvolvimento das atividades jurídicas da CONJUR-MS/CGU/AGU.

§ 3º A distribuição de processos durante a participação do servidor público em eventos de curta duração poderá ser restringida, a critério do Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, caso o referido servidor venha a realizar mais de 1 (uma) participação no período de 12 (doze) meses.

Art. 75. Além do disposto no artigo anterior, a distribuição de processos ficará temporariamente suspensa em relação ao servidor público em exercício no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU que se achar em gozo de férias, licença e outros afastamentos determinados pelo Ministério da Saúde, concedidos nos termos da legislação em vigor.

§ 1º A distribuição de processos ao servidor público será suspensa nos dias imediatamente anteriores ao início de suas férias, sendo de:

I - 9 (nove) dias úteis, no caso de marcação de férias em 1 (um) único período, cuja suspensão será registrada pelo servidor público no SAPIENS, na opção denominada "pré-férias";

II - 4 (quatro) dias úteis anteriores ao início do primeiro período de férias e 5 (cinco) dias úteis anteriores ao início do segundo período de férias, no caso de marcação de férias em 2 (dois) períodos, cuja suspensão será registrada pelo servidor público no SAPIENS, na opção denominada "pré-férias"; e

III - 3 (três) dias úteis anteriores ao início de cada período de férias, no caso de marcação de férias em 3 (três) períodos, cuja suspensão será registrada pelo servidor público no SAPIENS, na opção denominada "pré-férias".

§ 2º Nas férias de janeiro, o prazo de suspensão de distribuição será obrigatoriamente calculado dentro deste mês e somente poderá ser iniciado após a semana de recesso de ano novo.

§ 3º O período de suspensão de distribuição será concedido exclusivamente nos dias que antecedem imediatamente o início das férias, não podendo ser objeto de ajustes ou transferido para outra data.

§ 4º As férias de janeiro e o prazo de suspensão de distribuição que lhe antecedem não podem ser somados ao recesso de ano novo para fruição.

§ 5º O registro da suspensão da distribuição no sistema SAPIENS será de exclusiva responsabilidade do respectivo servidor público, encontrando-se sujeito às responsabilidades previstas em lei.

Art. 76. A distribuição de processos administrativos de que trata esta Subseção será realizada aos servidores públicos pela DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU e pelo SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, a depender do fluxo de tramitação do referido processo na CONJUR-MS/CGU/AGU, nos termos do art. 72.

§ 1º A distribuição de processos aos servidores públicos será realizada logo após o recebimento dos processos administrativos na DIJUD/CONJUR-MS/CGU/AGU ou no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, priorizando-se a distribuição imediata dos urgentes que, depois de identificados, receberão uma tarja adesiva com a inscrição de urgente, se físico, bem como pela marcação da urgência no SAPIENS.

§ 2º São considerados processos administrativos urgentes:

I - os processos decorrentes de solicitações do Ministério da Saúde para atendimento de prazos judiciais ou contratuais;

II - os processos com prazos previstos cujo descumprimento possa prejudicar o objeto da consulta, tornando inócua a manifestação jurídica; ou

III - os processos cuja urgência seja definida pelo Chefe do SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, Coordenador de Subsídios Jurídicos, Coordenador-Geral de Acompanhamento Jurídico ou Consultor Jurídico.

§ 3º Caso não tenha sido detectada a urgência do processo administrativo no ato de distribuição, o servidor público que perceber esta característica assumirá o processo distribuído, competindo-lhe identificá-lo como urgente diretamente no SAPIENS.

§ 4º Distribuído o processo administrativo pelo SAPIENS ao servidor público, a partir desta data o aludido servidor será considerado instado para elaborar despacho administrativo, começando o prazo a fluir a partir do dia seguinte à tramitação.

§ 5º É dever do servidor público verificar no SAPIENS as tarefas que lhe foram distribuídas, a observância dos prazos ali definidos e a guarda dos processos administrativos físicos sob sua responsabilidade.

§ 6º Com a abertura de tarefa do respectivo processo administrativo no SAPIENS ao servidor público, encerra-se o ciclo ordinário de distribuição.

Art. 77. É vedada aos servidores públicos a retirada de processos administrativos das dependências da CONJUR-MS/CGU/AGU.

Parágrafo único. Os autos dos processos administrativos físicos devem permanecer acessíveis enquanto em análise na CONJUR-MS/CGU/AGU, sendo vedada a sua guarda em armário trancado.

Art. 78. Não se aplicam aos processos administrativos de competência do SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU as regras de distribuição por retorno e por prevenção.

Art. 79. A redistribuição de processos administrativos de competência do SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU ocorrerá quando:

I - o servidor público em exercício no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU for afastado da distribuição para execução das tarefas colaborativas previstas no art. 74;

II - o processo administrativo tratar de matéria sujeita à especialização nos termos do art. 73, a critério do Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU;

III - por motivo de impedimento ou suspeição, nos termos dos arts. 18 e seguintes da Lei nº 9.784, de 1999;

IV - em virtude de afastamento decorrente de caso fortuito ou força maior; e

V - pela ocorrência de situações excepcionais definidas pelo Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 80. Sempre que possível, a redistribuição concederá prazo integral ao servidor público em exercício no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU que receber o processo para elaborar seu despacho administrativo.

Parágrafo único. Fica o Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU dispensado de motivar o fundamento pelo qual não concedeu prazo integral nos termos do "caput".

Art. 81. Os casos omissos e as dúvidas serão solucionados pelo Chefe da DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 82. O Chefe da DAAJ/CODEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU poderá conduzir diretamente os processos administrativos ou avocá-los dos servidores públicos em exercício no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Seção III

Disposições Finais

Art. 83. Ato específico do Consultor Jurídico poderá dispor sobre regras específicas ou extraordinárias de distribuição e redistribuição de processos administrativos nas unidades da CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 84. Encerrada em única ou última instância a produção da manifestação jurídica ou do despacho administrativo na CONJUR-MS/CGU/AGU, os processos administrativos serão enviados, a depender do caso concreto:

I - caso processo exclusivamente virtual:

a) ao DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU, para arquivamento ou expedição;

b) ao Serviço de Pessoal e Controle de Materiais (SPCM/CONJUR-MS/CGU/AGU) para arquivamento ou expedição;

c) aos demais órgãos da AGU, com ou sem trâmite prévio pelo Núcleo Técnico da Consultoria Jurídica (NUT/CONJUR-MS/CGU/AGU); e

d) ao arquivo setorial da CONJUR-MS/CGU/AGU; e

II - caso processo híbrido:

a) ao DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU, para arquivamento ou expedição;

b) ao SPCM/CONJUR-MS/CGU/AGU para arquivamento ou expedição; ou

c) aos demais órgãos da AGU, com ou sem trâmite prévio pelo NUT/CONJUR-MS/CGU/AGU.

CAPÍTULO IV

GERENCIAMENTO DE PRAZOS

Art. 85. Como regra geral para emissão de manifestações jurídicas, a CONJUR-MS/CGU/AGU adotará as medidas necessárias para que o prazo de que trata o art. 42 da Lei nº 9.784, de 1999, seja observado, nele compreendendo o protocolo, a prática de atos preparatórios e de mero expediente, e a disponibilização do processo ao Ministério da Saúde.

§ 1º O membro da AGU se manifestará no prazo máximo de 12 (doze) dias, contados a partir da data de recebimento, físico ou virtual, do processo administrativo, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

§ 2º O Parecer, a Nota e as Informações serão submetidos à Chefia, para apreciação, que se formalizará no prazo máximo de 3 (três) dias.

§ 3º Em caso de manifestação jurídica insuficiente, nos termos do § 1º do art. 9º da Portaria AGU nº 1.399, de 2009, a Chefia poderá estabelecer prazo específico para manifestação jurídica suplementar.

§ 4º Em caso de manifestação jurídica suplementar insuficiente, nos termos do § 2º do art. 9º da Portaria AGU nº 1.399, de 2009, a Chefia poderá determinar a redistribuição dos autos a outro membro da AGU, estabelecendo prazo específico para nova manifestação jurídica.

§ 5º Em hipóteses excepcionais, quando não for possível o cumprimento do prazo estabelecido no § 1º, o membro da AGU, com pelo menos 3 (três) dias de antecedência, solicitará à Chefia:

I - a prorrogação do prazo; e

II - a autorização para entrar em contato com a unidade assessorada do Ministério da Saúde, preferencialmente por mensagem eletrônica, com cópia para a Chefia, informando a data estimada para emissão da manifestação jurídica e as razões da prorrogação.

§ 6º Para fins do disposto no § 5º, a providência de prorrogação de prazo será registrada no SAPIENS, devendo a manifestação jurídica consignar as suas razões.

§ 7º Caso as razões do pedido de prorrogação do prazo decorram de afastamentos legais, tais como licença médica, férias ou qualquer outro fundamento normativo, o membro da AGU fará constar no despacho a expressão "por razões de afastamento legal".

§ 8º Se as razões da impossibilidade de cumprimento do prazo estabelecido no § 1º sejam de outra ordem pessoal, caberá ao membro da AGU submeter o assunto previamente a sua Chefia para deliberação.

§ 9º Em caso de deferimento do pedido de prorrogação do prazo pela Chefia, o membro da AGU entrará em contato com a unidade assessorada do Ministério da Saúde, preferencialmente por mensagem eletrônica, informando a data estimada para emissão da manifestação jurídica e as razões da prorrogação.

§ 10. A Chefia, a seu critério, poderá avocar o processo e, se entender conveniente e oportuno, distribuí-lo a outro membro da AGU, estabelecendo prazo para emissão da manifestação jurídica, independentemente da regra prevista no § 1º.

§ 11. A pedido da unidade assessorada do Ministério da Saúde, a Chefia poderá priorizar o assessoramento jurídico relativamente a um determinado processo, fixando prazo específico inferior ao previsto no § 1º, ou reduzindo-o, caso o prazo já esteja em curso.

§ 12. No exercício da competência prevista neste artigo, a Chefia considerará: a complexidade jurídica da matéria; a frequência com que o tema é analisado; os valores envolvidos; a quantidade de documentos sob análise; e a repercussão que a manifestação causará na observância, pelo membro da AGU, do prazo de emissão de manifestações jurídicas nos demais processos a ele distribuídos.

Art. 86. Não se aplicam os prazos dispostos no artigo anterior nos processos administrativos que se refiram a ações judiciais, cuja atuação será realizada em caráter prioritário pelos membros da AGU observando-se os prazos necessários para atendimento das solicitações de subsídios de fato e de direito pelos órgãos de contencioso da AGU e para cumprimento de decisões judiciais pelo Ministério da Saúde.

§ 1º Para fins do disposto no "caput", nos processos administrativos que se refiram a ações judiciais os membros da AGU observarão o regramento contido na Portaria nº 1.547/AGU, de 29 de outubro de 2008.

§ 2º O membro da AGU em exercício na CONJUR-MS/CGU/AGU, informado acerca de decisão judicial, comunicará ao Ministério da Saúde ou autoridade responsável pelo seu cumprimento ou, quando for o caso de suspensão de pagamento e desativação de rubrica ou código de sentença, à Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas (CGESP/SAA/SE/MS):

I - em até 3 (três) dias úteis, contados do recebimento da comunicação do órgão de contencioso da AGU, se a ordem judicial determinar cumprimento em prazo superior a 10 (dez) dias úteis; ou

II - imediatamente, se ordem judicial determinar cumprimento imediato ou em prazo igual ou inferior a 10 (dez) dias úteis.

Art. 87. Os registros de tramitação de processos administrativos e das respectivas manifestações jurídicas, especialmente quanto ao cumprimento de prazos previstos neste Capítulo, deverão estar apontados adequadamente no SAPIENS.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 88. As demandas do Ministério da Saúde, dos demais órgãos da AGU ou de outros órgãos ou entidades externas que requeiram pronto atendimento, no mesmo dia ou até o dia seguinte, com respectiva orientação jurídica inicial, serão atendidas pelo Consultor Jurídico, pelos Coordenadores-Gerais e pelos Coordenadores.

Parágrafo único. Ato específico do Consultor Jurídico poderá instituir escala de revezamento na CONJUR-MS/CGU/AGU entre os membros da AGU, em regime de plantão, para fins de atendimento das demandas nos termos do "caput".

Art. 89. As dúvidas, informações e demandas do Ministério da Saúde, dos demais órgãos da AGU ou de outros órgãos ou entidades externas que requeiram pronto atendimento, no mesmo dia ou até o dia seguinte, em relação a matérias de índole meramente administrativa, serão atendidas, conforme o caso e a relevância do tema, pelos servidores públicos e respectivas Chefias em atuação nas unidades da CONJUR-MS/CGU/AGU.

Parágrafo único. Ato específico do Consultor Jurídico poderá instituir escala de revezamento na CONJUR-MS/CGU/AGU entre os servidores públicos, em regime de plantão, para fins de atendimento das demandas nos termos do "caput".

Art. 90. Fica criado o NUT/CONJUR-MS/CGU/AGU, com a responsabilidade de elaboração de relatórios, estudos e subsídios técnicos nas áreas farmacêutica, médica e de inovação tecnológica em saúde, entre outros especializados, para apoio à CONJUR-MS/CGU/AGU no cumprimento de suas finalidades institucionais na defesa da União e na realização de ações proativas nas esferas administrativa e judicial.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 1º O NUT/CONJUR-MS/CGU/AGU será demandado também com abertura de tarefas no SAPIENS em processos administrativos físicos e virtuais.

§ 2º O NUT/CONJUR-MS/CGU/AGU prestará informações técnicas em auxílio aos membros da AGU, conforme manifestação jurídica por eles produzida em cada processo administrativo ou mediante requerimento administrativo específico.

Art. 91. Fica criado o Núcleo de Arquivo no âmbito da Divisão de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica (ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU), com a responsabilidade de gerenciar e otimizar as atividades de guarda, conservação, sobrestamento provisório e arquivamento de expedientes, documentos e processos administrativos para o cumprimento das finalidades institucionais da Divisão de Apoio Administrativo (DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU).

Art. 92. Não se aplica o disposto nesta Portaria aos processos administrativos físicos e virtuais distribuídos aos membros da AGU até o dia anterior à data de sua entrada em vigor.

Art. 93. As dúvidas e os casos omissos serão solucionados pelo Consultor Jurídico.

Art. 94. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO OLIVEIRA BRAGA

PORTARIA Nº 4, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre a adoção, em caráter emergencial, de redefinição das matérias constantes de processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/ COGEJUR/ CONJUR-MS/CGU/AGU) e que serão objeto de distribuição e redistribuição aos membros da AGU e aos servidores públicos ali em exercício para fins de análise e elaboração de manifestações jurídicas e despachos de conteúdo administrativo na Consultoria Jurídica (CONJUR-MS/CGU/AGU).

O CONSULTOR JURÍDICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 56 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando o disposto no art. 131 da Constituição Federal, cujo preceito dispõe que a Advocacia-Geral da União (AGU) é a instituição que, diretamente ou através de órgão vinculado, representa a União, judicial e extrajudicialmente, cabendo-lhe, nos termos da lei complementar que dispuser sobre sua organização e funcionamento, as atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo;

Considerando o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, que versa sobre as competências conferidas às Consultorias Jurídicas junto aos Ministérios, Agência Brasileira de Inteligência, Secretarias Especiais, Secretarias da Presidência da República e Comandos Militares das Forças Armadas, órgãos de execução da Advocacia-Geral da União;

Considerando o disposto no art. 12 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, que versa sobre as competências conferidas à Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Saúde, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, na consultoria e assessoramento jurídicos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a Portaria nº 1.547/AGU, de 29 de outubro de 2008, que dispõe sobre a requisição de elementos de fato e de direito necessários à atuação dos membros da Advocacia-Geral da União e da Procuradoria-Geral Federal na defesa dos direitos e interesses da União, suas autarquias e fundações e dá outras providências;

Considerando o disposto na Portaria nº 3.965/GM/MS, de 14 de dezembro de 2010, que aprova, dentre outros, o Regimento Interno da CONJUR-MS/CGU/AGU;

Considerando o disposto no Guia do Fluxo Consultivo, aprovado por meio da Portaria nº 9/CGU/AGU, de 6 de abril de 2015;

Considerando a Portaria nº 1/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 28 de agosto de 2015, que dispõe sobre a aplicação do Guia do Fluxo Consultivo para o cumprimento das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos CONJUR-MS/CGU/AGU no âmbito do Ministério da Saúde, nos termos do art. 131 da Constituição Federal e do art. 11 da Lei Orgânica da Advocacia-Geral da União;

Considerando as inúmeras tentativas da CONJUR-MS/CGU/AGU junto ao Gabinete do Advogado-Geral da União (GAB/AGU) de integração dos sistemas de protocolo e arquivo e tramitação de processos administrativos em meio digital entre o Ministério da Saúde e a AGU, que restaram infrutíferas por ausência de interesse do órgão central da AGU;

Considerando o elevado número de processos administrativos físicos e virtuais que diariamente ingressam na CONJUR-MS/CGU/AGU, especialmente aqueles encaminhados pelos órgãos de contencioso da AGU, para fins de cumprimento de decisões judiciais e fornecimento de subsídios necessários à defesa, manifestação de interesse em ingressar no feito e atuação proativa da União (Ministério da Saúde) e das autoridades do Ministério da Saúde, no exercício da função, na via judicial ou administrativa;

Considerando que, de um total ideal de 36 (trinta e seis) membros da AGU, reconhecido em ato do próprio Advogado-Geral da União, encontram-se hoje lotados neste consultivo apenas 15 (quinze) membros da AGU, sendo 14 (catorze) efetivamente na CONJUR-MS/CGU/AGU e 1 (um) em exercício provisório por motivo de saúde na Procuradoria da União no Estado do Espírito Santo (PU-ES/PRU2ªREGIÃO/PGU/AGU);

Considerando o reduzido número de membros da AGU em exercício na CONJUR-MS/CGU/AGU, apesar dos repetidos pedidos de reposição dos postos abertos pela saída de membros da AGU desta unidade feitos por este consultivo, diretamente ou mediante atuação do Ministro de Estado da Saúde junto ao Advogado-Geral da União, e também manifestados pela Corregedoria-Geral da Advocacia da União (CGAU/AGU), conforme Relatório de Correição Extraordinária nº 01/2010-CGAU/AGU e Relatório de Correição Ordinária nº 49/2013-CGAU/AGU, ambos aprovados pelo Advogado-Geral da União, onde se registra a necessidade urgente e imediata de alocação de novos membros da AGU neste consultivo, até hoje não efetivada;

Considerando que a conjugação do elevado número de processos administrativos diários com o reduzido número de membros da AGU inviabiliza por completo a análise pormenorizada dos processos administrativos referentes a ações judiciais recebidos nesta CONJUR-MS/CGU/AGU, reduzindo a atividade dos membros da AGU a uma tramitação mecânica de documentos que não condiz com a estatura constitucional da carreira;

Considerando que todas as unidades finalísticas da CONJUR-MS/CGU/AGU encontram-se atualmente deficitárias no número de membros da AGU em exercício, ensejando o acúmulo de processos administrativos e inviabilizando a prestação eficiente das atividades de consultoria e assessoramento jurídico nos temas de relevo e que devem ser foco de atuação dos membros da AGU;

Considerando que o Ministério da Saúde designou servidores públicos de seu Quadro de Pessoal, com formação jurídica, para o auxílio nas atividades desta CONJUR-MS/CGU/AGU com vistas a reduzir o impacto da falha de gestão da AGU na lotação de membros neste órgão consultivo; e

Considerando a necessidade premente de organização administrativa da CONJUR-MS/CGU/AGU, prestigiando-se a atuação efetiva dos membros da AGU em exercício neste órgão consultivo com vistas a fornecer ao Ministério da Saúde um trabalho eficiente e adequado de consultoria e assessoramento jurídico, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a adoção, em caráter emergencial, de redefinição das matérias constantes de processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU) e que serão objeto de distribuição e redistribuição aos membros da AGU e aos servidores públicos ali em exercício para fins de análise e elaboração de manifestações jurídicas e despachos de conteúdo administrativo na Consultoria Jurídica (CONJUR-MS/CGU/AGU).

Art. 2º Para fins de cumprimento do disposto nesta Portaria, apenas serão distribuídos e redistribuídos processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU) aos membros da AGU ali em exercício que tratem dos seguintes temas:

I - ações ordinárias ou ações civis públicas propostas pelo Ministério Público e Defensoria Pública, cujo pedido esteja incluído entre os temas constantes do Anexo;

II - ações civis públicas de caráter coletivo ou ações coletivas em geral propostas por Ministério Público, Defensoria Pública ou entidades da sociedade civil;

III - ações populares;

IV - mandados de segurança;

V - ações possessórias ou reivindicatórias;

VI - ações judiciais cujas tarefas sejam oriundas da Procuradoria-Geral da União (PGU/AGU) e da Secretaria-Geral de Contencioso (SGCT/AGU).

§ 1º Além do disposto no "caput", outros processos específicos poderão ser distribuídos e redistribuídos aos membros da AGU em exercício na CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU a critério do Consultor Jurídico.

§ 2º Caso os processos administrativos distribuídos ou redistribuídos não estejam classificados nos termos do "caput", os membros da AGU em exercício na CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU poderão encaminhar o feito ao Serviço de Suporte Jurídico (SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU) para fins de tramitação normal da matéria.

§ 3º Para fins do disposto no § 2º, o membro da AGU em exercício na CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU elaborará despacho administrativo, devidamente motivado com a indicação do fundamento pelo qual a matéria não se refere às previstas no "caput", para fins de posterior encaminhamento ao SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU.

§ 4º Caso o SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU identifique que a matéria também não se encontra sob alçada de atuação da COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, então o referido setor encaminhará o processo administrativo ao Gabinete do Consultor Jurídico (GAB/CONJUR-MS/CGU/AGU) para fins de redistribuição.

Art. 3º Excetuado o disposto no art. 2º, os demais administrativos processos administrativos que versam sobre ações judiciais de competência da Coordenação de Subsídios Jurídicos (CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU) serão distribuídos e redistribuídos aos servidores públicos em exercício no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, unidade a qual compete efetuar a seguinte classificação dos processos recebidos:

I - processos administrativos sobre novas matérias que ainda não tiveram qualquer tramitação no Ministério da Saúde;

II - processos administrativos com nova decisão judicial ou pedido de subsídios ou informações efetuado pelo órgão de contencioso da AGU e que tenham potencial de interferir no andamento da prestação dos subsídios de fato e de direito e no cumprimento da decisão judicial anteriormente encaminhada ao Ministério da Saúde pelo órgão de contencioso da AGU;

III - processos administrativos de mero retorno das unidades do Ministério da Saúde; e

IV - processos administrativos de reiteração de pedido de subsídios de fato e de direito e de comprovação de cumprimento de decisão judicial anteriormente encaminhada à CONJUR-MS/CGU/AGU pelo órgão de contencioso da AGU.

§ 1º O servidor público em exercício no SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU elaborará despacho administrativo com as seguintes medidas:

I - em caso de pedido de subsídios de fato e de direito cumulado com encaminhamento de decisão judicial para cumprimento pelo Ministério da Saúde, providenciar o envio dos autos à DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para que:

a) seja registrado no sistema SIPAR, caso ainda não realizado, e extraídas cópias do processo administrativo para encaminhamento às unidades técnicas competentes do Ministério da Saúde para prestação de subsídios de fato, especialmente informações técnicas sobre a matéria, e de direito; e

b) o processo administrativo ou documento principal seja encaminhado ao Gabinete da Secretaria finalística responsável pelo cumprimento da ordem judicial;

II - em caso de pedido de subsídios de fato e de direito cumulado com encaminhamento de decisão judicial para cumprimento pelo Ministério da Saúde, mas que trate exclusivamente de fornecimento de medicamentos, providenciar o envio dos autos:

a) com indicação da página eletrônica da CONJUR-MS/CGU/AGU na "intranet", onde constam os subsídios jurídicos referenciais deste consultivo, ao Núcleo Técnico da Consultoria Jurídica (NUT/CONJUR-MS/CGU/AGU) para que efetue o encaminhamento de subsídios técnicos diretamente ao órgão de contencioso da AGU que os solicitou; e

b) à DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para que o processo administrativo ou documento principal seja encaminhado ao Gabinete da Secretaria finalística responsável pelo cumprimento da ordem judicial;

III - em caso de exclusivo encaminhamento de decisão judicial para cumprimento pelo Ministério da Saúde, providenciar o envio dos autos à DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para que o processo administrativo ou documento principal seja encaminhado ao Gabinete da Secretaria finalística responsável pelo cumprimento da ordem judicial;

IV - em caso de pedido de subsídios de fato e de direito, providenciar o envio dos autos à DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para que seja registrado no sistema SIPAR, caso ainda não realizado, e extraídas cópias do processo administrativo para encaminhamento às unidades técnicas competentes do Ministério da Saúde para prestação de subsídios de fato, especialmente informações técnicas sobre a matéria, e de direito; e

V - em caso de pedido de subsídios de fato e de direito que trate exclusivamente de fornecimento de medicamentos, providenciar o envio dos autos, com indicação da página eletrônica da CONJUR-MS/CGU/AGU na "intranet", onde constam os subsídios jurídicos referenciais deste consultivo, ao NUT/CONJUR-MS/CGU/AGU para que efetue o encaminhamento de subsídios técnicos diretamente ao órgão de contencioso da AGU que os solicitou.

§ 2º A DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU adotará as providências de protocolo e arquivo e aquelas definidas conforme disciplina normativa da CONJUR-MS/CGU/AGU, conforme regramento em vigor, para fins de posterior envio dos processos administrativos, expedientes e documentos para as demais unidades do Ministério da Saúde ou órgãos da AGU.

Art. 4º Para avaliação do regular desempenho das atividades de que trata o art. 3º pelo SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU, o Consultor Jurídico junto ao Ministério da Saúde poderá determinar que os membros da AGU em exercício na CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU sejam incluídos no Sistema AGU de Inteligência Jurídica (SAPIENS) como integrantes do SERSUR/DAAJ/CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU apenas no tocante aos processos administrativos físicos, com peso de distribuição não superior a 20% (vinte por cento) para cada membro da AGU.

§ 1º A avaliação de que trata o "caput" será feita por amostragem, considerando-se a situação emergencial enfrentada pela CONJUR-MS/CGU/AGU e que impede a avaliação de todos os processos administrativos.

§ 2º O ato do Consultor Jurídico que determinar a medida de que trata o "caput" será consubstanciado em expediente para ciência dos membros da AGU em exercício na CODEJUR/COGEJUR/CONJUR-MS/CGU/AGU e das demais unidades da CONJUR-MS/CGU/AGU que tenham relação com o tema, incluindo-se as ações necessárias para sua implementação.

Art. 5º Aplicam-se as disposições contidas na Portaria nº 1/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 28 de agosto de 2015, exceto naquilo que contrariar o disposto nesta Portaria.

Art. 6º Casos omissos serão resolvidos pelo Consultor Jurídico do Ministério da Saúde.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO OLIVEIRA BRAGA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ANEXO

TEMAS CONTIDOS NAS AÇÕES ORDINÁRIAS OU AÇÕES CIVIS PÚBLICAS PROPOSTAS PELO MINISTÉRIO PÚBLICO E DEFENSORIA PÚBLICA

a) fornecimento de medicamentos:
- oncológicos;
- de alto custo (valor unitário superior a R$ 10.000,00);
- para doenças genéticas raras;
- análogos de insulina;

b) fornecimento de outros medicamentos, inseticidas e outros insumos estratégicos com valor unitário superior a R$ 10.000,00;

c) fornecimento de órteses, próteses e materiais especiais (dispositivos médicos implantáveis) com valor superior a R$ 10.000,00;

d) realização de tratamentos médico-hospitalares;

e) incorporação de tecnologias no Sistema Único de Saúde (SUS);

f) realização de obras;

g) repasse de recursos para aumento do Limite Financeiro de Média e Alta Complexidade;

h) habilitação de serviços de saúde;

i) matérias relativas a Direito Sanitário, Direitos Humanos, Bioética, matérias afins e tratados internacionais com repercussão na área da saúde;

j) Programa Mais Médicos, de que trata a Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013;

k) Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/ PCD), de que trata a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012;

l) Programa de Apoio ao Desenvolvimento Institucional do Sistema Único de Saúde (PROADI-SUS), de que trata o "caput" do art. 11 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009;

m) certificação de entidades beneficentes de assistência social, de que trata a Lei nº 12.101, de 2009; e

o) Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS), de que tratam a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, o Decreto nº 7.827, de 16 de outubro de 2012, e a Portaria nº 53/GM/MS, de 16 de janeiro de 2013.

PORTARIA Nº 5, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Dispõe sobre as atividades a serem realizadas pelo Núcleo de Arquivo da Divisão de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica (ARQ/ DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU), instituído pela Portaria nº 1/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 28 de agosto de 2015.

O CONSULTOR JURÍDICO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 56 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e

Considerando o disposto na Portaria nº 3.965/GM/MS, de 14 de dezembro de 2010, que aprova os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério da Saúde;

Considerando o disposto na Portaria nº 1/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 28 de agosto de 2015, cujo art. 91 criou o Núcleo de Arquivo no âmbito da Divisão de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica (ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU); e

Considerando a necessidade de otimização da atuação da Consultoria Jurídica nos processos administrativos submetidos à sua avaliação para fins de cumprimento eficiente de suas finalidades institucionais, resolve:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre as atividades a serem realizadas pelo Núcleo de Arquivo da Divisão de Apoio Administrativo da Consultoria Jurídica (ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU), instituído pela Portaria nº 1/CONJUR-MS/CGU/AGU, de 28 de agosto de 2015.

Art. 2º O ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU tem a responsabilidade de gerenciar e otimizar as atividades de guarda, conservação, sobrestamento provisório e arquivamento de expedientes, documentos e processos administrativos para o cumprimento das finalidades institucionais da Divisão de Apoio Administrativo (DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU).

Art. 3º O ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU contará com equipe de servidores públicos definida pelo Chefe da DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU, cuja condução de suas atividades será efetuada por responsáveis titular e auxiliar.

Art. 4º O ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU manterá sob guarda, conservação, sobrestamento provisório e arquivamento nas instalações da CONJUR-MS/CGU/AGU no 6º Andar do Edifício-Sede do Ministério da Saúde apenas os expedientes, documentos e processos administrativos registrados até os últimos 12 (doze) meses no âmbito do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Ao responsável titular do ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU compete adotar as providências necessárias para o cumprimento do disposto no "caput" em conjunto com os demais servidores públicos ali em exercício, sob direção do Chefe da DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU, a quem prestará contas de suas atividades.

Art. 5º O ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU manterá sob guarda, conservação, sobrestamento provisório e arquivamento nas instalações da CONJUR-MS/CGU/AGU no Subsolo do Edifício Anexo do Ministério da Saúde apenas os expedientes, documentos e processos administrativos registrados entre os últimos 12 (doze) meses e 36 (trinta e seis) meses no âmbito do Ministério da Saúde.

Parágrafo único. Ao responsável auxiliar do ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU compete adotar as providências necessárias para o cumprimento do disposto no "caput" em conjunto com os demais servidores públicos ali em exercício, sob gerenciamento do responsável titular e direção do Chefe da DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU, prestando contas a ambos de suas atividades.

Art. 6º Os responsáveis titular e auxiliar do ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU terão o prazo até 30 de junho de 2016 para o cumprimento do disposto nos arts. 5º e 6º nos prazos ali fixados, com apresentação, individualmente, dos relatórios parciais das atividades desempenhadas no ano de 2015 até o dia 31 de janeiro de 2016 ao Chefe da DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para análise e aprovação que, em seguida, também os apresentará em documento consolidado ao Consultor Jurídico.

Art. 7º Os responsáveis titular e auxiliar do ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU terão o prazo até 31 de julho de 2016 para apresentação, individualmente, dos relatórios finais das atividades desempenhadas nos anos de 2015 e 2016 ao Chefe da DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para análise e aprovação que, em seguida, também os apresentará em documento consolidado ao Consultor Jurídico.

Art. 8º Os representantes titular e auxiliar do ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CAGU/AGU terão o prazo até 31 de dezembro de 2016 para extinção da guarda, conservação, sobrestamento provisório e arquivamento nas instalações da CONJUR-MS/CGU/AGU no 6º Andar do Edifício-Sede do Ministério da Saúde dos expedientes, documentos e processos administrativos sob sua posse, com apresentação de relatório final das atividades desempenhadas no ano de 2016 até o dia 31 de janeiro de 2017 ao Chefe da DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para análise e aprovação que, em seguida, o apresentará ao Consultor Jurídico.

Art. 9º Os representantes titular e auxiliar do ARQ/DIAD/CONJUR-MS/CAGU/AGU terão o prazo até 31 de dezembro de 2016 para manutenção sob sua guarda, conservação, sobrestamento provisório e arquivamento nas instalações da CONJUR-MS/CGU/AGU no Subsolo do Edifício Anexo do Ministério da Saúde apenas dos expedientes, documentos e processos administrativos registrados até os últimos 24 (vinte e quatro) meses no âmbito do Ministério da Saúde, com apresentação de relatório final das atividades desempenhadas no ano de 2016 até o dia 31 de janeiro de 2017 ao Chefe da DIAD/CONJUR-MS/CGU/AGU para análise e aprovação que, em seguida, o apresentará ao Consultor Jurídico.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FABRÍCIO OLIVEIRA BRAGA

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 210, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 136/SGTES/MS, de 29 de junho de 2015, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 136/SGTES/MS, de 29 de junho de 2015, passa a vigorar com as alterações constantes do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	MÉDICO	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.080915/2015-14	FRANCISCA FRANCILDA SILVA DIONIZIO	1400154	RR	BOA VISTA
25000.082347/2015-88	REBECA LAIS QUAIATO	1400153	RR	DSEI LESTE RORAIMA

PORTARIA Nº 211, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 185, de 6 de agosto de 2015, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 185, de 6 de agosto de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.108121/2015-14	ANDRES FERNANDO GUERRA MARTIN	5100240	MT	DSEI XAVANTE

PORTARIA Nº 212, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera o Anexo da Portaria nº 171, de 29 de julho de 2015, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 55 do Anexo I do Decreto nº 8.065, de 7 de agosto de 2013, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 171, de 29 de julho de 2015, passa a vigorar com a alteração constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HÊIDER AURÉLIO PINTO

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.108231/2015-86	JOEL LEYVA RODRIGUEZ	3502243	SP	SOROCABA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 454, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe conferem o art, 6º, § 3º, do Decreto nº 7.689, de 2 de março de 2012, e o art. 2º da Portaria MPOG nº 172, de 27 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Estabelecer os limites orçamentários para as despesas com diárias, passagens e locomoção, a serem executados no exercício de 2015, pelas unidades do Ministério das Cidades.

§ 1º Entende-se por despesas com diárias, passagens e locomoção aquelas relativas às naturezas de despesa "33901414 - Diárias no País", "33901416 - Diárias no Exterior", despesa "33901514 - Diárias no País", "33901516 - Diárias no Exterior", "33903301 - Passagens para o País", "33903302 - Passagens para o Exterior", "33903602 - Diárias a Colaboradores Eventuais no Brasil" e "33903603 - Diárias a Colaboradores Eventuais no Exterior".

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANEXO

LIMITES PARA EMPENHO DE DESPESAS COM DIÁRIAS, PASSAGENS E LOCOMOÇÃO EM 2015
R$ 1,00

UNIDADE	ATÉ DEZ
GABINETE DO MINISTRO	500.000
SECRETARIA EXECUTIVA	1.650.000
SECRETARIA NACIONAL DE HABITAÇÃO	500.000
SECRETARIA NACIONAL DE SANEAMENTO AMBIENTAL	250.000
SECRETARIA NACIONAL DO TRANSPORTE E DA MOBILIDADE URBANA	450.000
SECRETARIA NACIONAL DE ACESSIBILIDADE E PROGRAMAS URBANOS	310.000
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	500.000
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS	1.300.000
EMPRESA DE TRENS URBANOS DE PORTO ALEGRE	600.000
TOTAL	6.060.000

GILBERTO KASSAB

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

DELIBERAÇÃO N. 144 DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Institui o Registro Nacional de Veículos em Estoque - RENAVE

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, ad referendum do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe confere o art. 12, inciso I, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Trânsito;

Considerando a edição da Lei n. 13.154, de 30 de julho de 2015;

Considerando a necessidade de regulamentação dos artigos 124, inciso III, 134, parágrafo único e 330, § 6º, do Código de Trânsito Brasileiro;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 80000.022551/2015-58, resolve:

Art. 1º Fica instituído o Registro Nacional de Veículos em Estoque - RENAVE, destinado a viabilizar a escrituração eletrônica dos livros de registro de movimento de entrada e saída de veículos, conforme previsto no art. 330 do Código de Trânsito Brasileiro - CTB.

§ 1º O RENAVE será administrado pelo Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN.

§ 2º O RENAVE é um sistema composto por dados do DENATRAN, da Secretaria da Receita Federal do Brasil e das Secretarias de Fazenda Estaduais, representadas pelo Conselho Nacional de Fazenda - CONFAZ, tendo por base a Nota Fiscal Eletrônica - NF-e.

Art. 2º As pessoas jurídicas cujo objeto social seja a comercialização de veículos novos ou usados, quando receberem veículos em seus estabelecimentos, independentemente do negócio jurídico celebrado, deverão:

I - Emitir Nota Fiscal Eletrônica de Veículos;

II - Autorizar o DENATRAN a ter acesso ao arquivo XML, em campo específico da NF-e.

§ 1º O descumprimento do previsto neste artigo impedirá o registro do veículo ou a atualização deste junto ao DETRAN.

§ 2º O disposto neste artigo aplica-se também ao recebimento de veículo em consignação.

Art. 3º O DENATRAN criará mecanismos de interoperabilidade com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as secretarias de fazenda estaduais, para fins de identificação da cadeia dominial e do estoque de veículos.

Parágrafo único. O DENATRAN e os departamentos estaduais de trânsito - DETRAN compartilharão informações com a Secretaria da Receita Federal do Brasil e as secretarias de fazenda estaduais sobre o domínio de veículos.

Art. 4º A partir da entrada do veículo no estabelecimento, a pessoa jurídica referida no art. 2º será considerada responsável por todas as penalidades, taxas e encargos de trânsito incidentes sobre o veículo, até a data de nova transmissão registrada no RENAVE.

§ 1º No caso de aquisição de veículo, a anotação no RENAVE da entrada do veículo em estabelecimento das pessoas referidas no art. 2º gera os mesmos efeitos da comunicação de venda prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro, e substitui o comprovante de transferência da propriedade previsto no art. 124, inciso III, daquele Código.

§ 2º A pessoa jurídica que receber o veículo será incluída na cadeia dominial do veículo no Sistema RENAVAM.

§ 3º No caso de veículo entregue às pessoas citadas no art. 2º em consignação, o proprietário permanece responsável pelo pagamento das taxas e encargos de trânsito incidentes sobre o veículo.

§ 4º Nos casos em que a entrada de veículo em estabelecimento da pessoa jurídica referida no art. 2º se der sem a transferência da propriedade, a inscrição da transmissão do veículo no RENAVE torna indisponível o registro no RENAVAM de nova transmissão pelo seu anterior proprietário, salvo no caso de entrega em consignação.

Art. 5º Nos casos em que a entrada de veículo em estabelecimento da pessoa jurídica referida no art. 2º se der sem a transferência da propriedade, esta pessoa jurídica terá o prazo de um ano para realizar esta transferência, para si ou para pessoa física ou jurídica não enquadrada no art. 2º, sob pena de inscrição de impedimento administrativo no registro do veículo no RENAVAM, e aplicação da pena prevista no art. 233 do CTB.

Parágrafo único. O deslocamento de veículo entre pessoas jurídicas referidas no art. 2º será registrado no RENAVE na forma daquele dispositivo, e só obrigará à emissão de novo CRV se ultrapassado o prazo previsto no caput ou se houver transferência de propriedade.

Art. 6º A transferência de propriedade do veículo pelas pessoas jurídicas referidas no art. 2º para o comprador, junto ao DETRAN, poderá ser realizada mediante apresentação do CRV do veículo e do documento auxiliar da NF-e de compra do veículo.

Parágrafo único. A transferência do veículo somente poderá ser efetuada para o comprador discriminado na NF-e de saída do RENAVE.

Art. 7º O disposto no art. 6º fica condicionado à emissão da NF-e de venda, tendo o comprador como destinatário, e à regularidade do registro da cadeia dominial no RENAVE.

Art. 8º O DENATRAN editará norma regulamentando as especificações técnicas do RENAVE, a partir do que serão adotados os procedimentos previstos nesta norma.

Art. 9º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RONALDO S. CAMARGO
Em exercício

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHOS DO MINSTRO

Em 16 de junho de 2015

Nº 845 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 396/2015/SEI-MC, constante do processo 53000.009950/2012-16, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Siqueira Campos/PR, por meio do canal a ser indicado pela Anatel, constante do Aviso de Habilitação nº 18, de 16 de dezembro de 2011, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO CULTURAL GILBERTO LEITE DE AQUINO	II	53000.009190/2012-38	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO DE COMUNICAÇÃO EDUCATIVA DE RADIODIFUSÃO	II	53000.006261/2012-41	Não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EXCLUSIVA EDUCATIVA	II	53000.005728/2012-36	Não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE PARANAENSE	II	53000.009648/2012-50	Não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Em 30 de julho de 2015

Nº 869 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 328/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU), constante do processo 53000.046348/2012-51, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Sapé/PB, por meio do canal 294E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO CHICO FLORENTINO	II	53000.043994/2012-67	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Em 16 de junho de 2015

Nº 879 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 393/2015/SEI-MC, constante do processo nº 53000.009950/2012-16, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Cultural Gilberto Leite de Aquino, participante do Aviso de Habilitação nº 18/2011, do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Siqueira Campos, estado do Paraná, por meio do canal a ser indicado pela Anatel, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Em 30 de julho de 2015

Nº 880 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 318/2015/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.056577/2011-01, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Associação Comercial e Industrial de Uruguaiana, participante do Aviso de Habilitação nº 13/2011, do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 2+E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 881 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 319/2015/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.056577/2011-01, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de Uruguaiana, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 2+E, constante do Aviso de Habilitação nº 13/2011, de 28 de outubro de 2011, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA	I	53000.003431/2012-36	Não apresentado.	Inabilitada	Indeferimento
ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E INDUSTRIAL DE URUGUAIANA	II	53000.066554/2011-05	Apresentado. Indeferido (ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão)	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Nº 993 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 487/2015/SJL/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.046333/2012-93, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Caetité, estado da Bahia, por meio do canal 286E, constante do Aviso de Habilitação nº 4, de 12 de julho de 2012, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 355, de 12 de julho de 2012.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
Fundação Cultural e Educacional Santana de Caetité	II	53000.038437/2012-24	Não apresentado	Inabilitada	Indeferimento

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Nº 1.002 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 468/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.009966/2012-11, de sorte a não conhecer do recurso interposto pela Fundação Educativa e Cultural Saturno, participante do Aviso de Habilitação nº 18/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de São Bento do Sul, estado de Santa Catarina, por meio do canal 212E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

Nº 1.003 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 468/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo 53000.009966/2012-11, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de São Bento do Sul/SC, por meio do canal 212E, constante do Aviso de Habilitação nº 18, de 16 de dezembro de 2011, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO CULTURAL E EDUCACIONAL BIGUAÇU	II	53000.067388/2011-56	Não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE PARANAENSE	II	53000.009613/2012-11	Após reanálise com fulcro no princípio da autotutela administrativa: não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL SATURNO	II	53000.008978/2012-28	Apresentado. Intempestivo Não conhecido.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO ÂNGELO REDIVO	II	53000.008866/2012-77	Não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO EXPANSÃO CULTURAL RÁDIO E TV CANOINHAS	II	53000.008705/2012-83	Não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Nº 1.012 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 531 / 2015 / SEI-MC, constante do processo 53000.007933/2012-12, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Alessandro Dassi de Radiodifusão Educativa, participante do Aviso de Habilitação nº 18/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Tupã, estado de São Paulo, por meio do canal 293E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 1.013 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER nº 531 / 2015 / SEI-MC, constante do processo 53000.009973/2012-12, de sorte a declarar frustrado o processo de seleção para outorga do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, na localidade de Tupã/SP, por meio do canal 293E, constante do Aviso de Habilitação nº 18, de 16 de dezembro de 2011, de acordo com o resultado final constante do Anexo deste, nos termos da legislação vigente, e das normas estabelecidas pela Portaria nº 420, de 14 de setembro de 2011.

ANEXO

PROPONENTE	TIPO	PROCESSO	RECURSO	PROPOSTA	CLASSIFICAÇÃO/ RESULTADO
FUNDAÇÃO ALESSANDRO DASSI DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA	II	53000.007933/2012-36	Apresentado. Indeferido. Ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CULTURAL NORTE PARANAENSE	II	53000.009597/2012-66	Após reanálise com fulcro no princípio da autotutela administrativa: não apresentado.	INABILITADA	INDEFERIMENTO
FUNDAÇÃO CEARENSE EDUCATIVA DE RÁDIO E TELEVISÃO	II	53000.009374/2012-07	Não apresentado	INABILITADA	INDEFERIMENTO

Legenda: I - Pessoa Jurídica de Direito Público Interno; II - Pessoa Jurídica de Natureza Privada.

Em 25 de agosto de 2015

Nº 1.055 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 96 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n.º 53000.009220/2012-15, resolve acolher o disposto no Parecer n.º 228/2015/SEI-MC, de sorte a INDEFERIR o pedido de autorização formulado pela RÁDIO CULTURA DE LAVRAS LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Lavras, estado de Minas Gerais, para realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da 7ª alteração contratual, datada em 2 de dezembro de 2009.

Em 24 de agosto de 2015

Nº 1.225 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER n° 906/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.000754/2012-78, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Onda Verde de Radiodifusão Brasil, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Leme, estado de São Paulo, por meio do canal 222E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 1.226 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER n° 906/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.006329/2012-92, de sorte a denegar provimento ao recurso interposto pela Fundação Cultural Educativa de Leme, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Leme, estado de São Paulo, por meio do canal 222E, tendo em vista a ausência de circunstâncias suscetíveis de rever a decisão.

Nº 1.227 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, resolve acolher o disposto no PARECER n° 906/2014/SJL/DDRA/CGAJ/CONJUR-MC/CGU/AGU, constante do processo nº 53000.064708/2011-16, de sorte a não conhecer o recurso interposto pela Fundação Regional de Radiodifusão Educativa, participante do Aviso de Habilitação nº 16/2011, do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, com fins exclusivamente educativos, no município de Leme, estado de São Paulo, por meio do canal 222E, tendo em vista a intempestividade da solicitação.

Em 27 de agosto de 2015

Nº 1.386 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 96 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.025848/2013-31, resolve acolher o disposto no PARECER Nº 758/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, de sorte a INDEFERIR o pedido de autorização formulado pela RÁDIO ELDORADO DO PARANÁ LTDA., concessionária do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de São José dos Pinhais, estado de Paraná, para realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da 15ª alteração contratual, de 30 de agosto de 2012.

RICARDO BERZOINI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO DE 24 DE JUNHO DE 2013

Nº 75/2013-CD - Processo nº 53500.014734/2011

Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 701, de 20 de junho de 2013. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A (CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79) e OI S/A, (CNPJ/MF nº 76.535.764/0326-90)

EMENTA: PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE AVERIGUAÇÃO. SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS. INTERRUPÇÕES NA PRESTAÇÃO DO STFC. PLANO DE AÇÃO. DESPACHO CAUTELAR. RECURSO ADMINISTRATIVO. RECURSO IMPROVIDO. 1. Em que pese a melhora geral nas interrupções verificadas em 2012, em relação a 2011, a medida cautelar combatida se justifica pela constatação de que as metas estabelecidas no Despacho Cautelar nº 3281/2012-PBQID/PBQI/SPB, de 26 de abril de 2012, não foram atingidas, à exceção do estado do Piauí. Além disso, não foram satisfatórios os resultados em relação à comunicação e à concessão de créditos aos usuários afetados pelas interrupções e, ainda, pela piora na situação das interrupções no estado do Rio de Janeiro. 2. Quanto ao mérito recursal, a presente medida cautelar se justifica pela presença da fumaça do bom direito, caracterizada pela afronta ao dever de continuidade das Concessionárias, e pelo perigo na demora, verificada no aumento do número de interrupções do STFC. 3. Os prazos estabelecidos para o cumprimento da cautelar, em especial, para o estado do Rio de Janeiro, mostram-se razoáveis, sendo que as recorrentes não trouxeram aos autos elementos que demonstrem a necessidade de dilação. 4. A comunicação e a concessão de crédito aos assinantes afetados pelas interrupções do STFC não comportam exceções. 5. Recurso conhecido e, no mérito, improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 319/2013-GCRZ, de 7 de junho de 2013, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo apresentado pela TELEMAR NORTE LESTE S/A, CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79, e pela OI S/A, CNPJ/MF nº 76.535.764/0326-90, em face da decisão do Superintendente de Serviços Públicos Substituto por meio do Despacho Cautelar nº 531/2013-PBQID/PBQI/SPB, de 28 de janeiro de 2013, nos autos do Processo em epígrafe, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente a decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Jarbas José Valente, Marcelo Bechara de Souza Hobaika, Rodrigo Zerbone Loureiro e Marcus Vinícius Paolucci.

ACÓRDÃO DE 14 DE ABRIL DE 2015

Nº 129/2015-CD - Processo nº 53500.029972/2012-53

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 773, de 9 de abril de 2015. Recorrente/Interessado: TRANSIT DO BRASIL LTDA. (CNPJ/MF nº 02.868.267/0001-20)

EMENTA: PEDIDO DE REVISÃO. NÃO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE PREVISTOS NO ART. 65 DA LEI DE PROCESSO ADMINISTRATIVO E NO ART. 90 DO REGIMENTO INTERNO. NÃO CONHECIMENTO. 1. O Pedido de Revisão não será conhecido quando não preenchidos os requisitos previstos no art. 65 da Lei nº 9.784/99 - Lei de Processo Administrativo e no art. 90 do Regimento Interno da Anatel, vale dizer, quando não forem apresentados fatos novos ou circunstâncias relevantes que justifiquem a inadequação de sanção aplicada no âmbito de Pado. 2. Não conhecer do Pedido de Revisão.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 37/2015-GCMB, de 2 de abril de 2015, integrante deste acórdão, não conhecer do Pedido de Revisão.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

ACÓRDÃOS DE 19 DE AGOSTO DE 2015

Nº 352/2015-CD - Processo nº 53500.027274/2013-02

Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. (CNPJ/MF nº 72.820.822/0001-20)

EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES (SCO). SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO (SEAC). DETERMINAÇÃO CAUTELAR. CARREGAMENTO, LINE UP E OFERTA DE PLANO BÁSICO DE CANAIS OBRIGATÓRIOS. DETERMINAÇÕES CAUTELARES. VERIFICAÇÃO DE CUMPRIMENTO. 1. Recurso Administrativo interposto em face de decisão do Superintendente de Controle de Obrigações (SCO), que negou conhecimento a Recurso Administrativo interposto contra decisão na qual se reconheceram como inadequadas as ações da Prestadora realizadas em atendimento a Despacho Cautelar prévio, impondo-se novas alterações de conduta e instauração de Pado. Caráter decisório da determinação. Cabimento recursal. Conhecimento e provimento do Recurso Administrativo. 2. Aplicação do disposto no art. 115, § 3º, do Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612/2013. Verificação do cumprimento das determinações de Despacho Cautelar prévio. Revogação do Despacho no qual se havia atestado descumprimento e exigido novas alterações na conduta da Prestadora. Conhecimento e provimento do Recurso Administrativo interposto contra tal Despacho. 3. Atesto do cumprimento das determinações contidas no Despacho Cautelar. Arquivamento do procedimento. 4. Determinação à SCO para avaliação em processos específicos de: a) nova proposta apresentada pela Prestadora quanto ao cumprimento da obrigação de line up; e, b) indícios de desconformidade na prestação de informações aos usuários na comercialização do Plano Básico.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 120/2015-GCIF, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão: a) conhecer e dar provimento ao Recurso Administrativo (protocolo nº 53500.003882/2015-85) interposto pela SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. contra a decisão contida no Despacho nº 383/2015-COGE/SCO, reformando-o, para julgar admissível o Recurso Administrativo (protocolo nº 53500.024938/2014-54) interposto contra a decisão contida no Despacho nº 4.800/2014-SCO, nos termos do art. 115 do Regimento Interno da Anatel (RIA), aprovado pela Resolução nº 612/2013; b) conhecer e dar provimento ao Recurso Administrativo (protocolo nº 53500.024938/2014-54) interposto pela SKY BRASIL SERVIÇOS LTDA. em face do Despacho nº 4.800/2014-SCO, revogando-se este ato administrativo; c) atestar o cumprimento das determinações contidas no Despacho Decisório nº 5.684/2013/COGE/SCO; e, d) determinar o arquivamento do presente procedimento, com fulcro no art. 52 da Lei nº 9.784/1999.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 353/2015-CD - Processo nº 53500.014669/2009-51

Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: TIM NORDESTE S/A (CNPJ/MF nº 01.009.686/0001-44)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO. RECURSO ADMINISTRATIVO, "ALEGAÇÕES ADICIONAIS". DESCUMPRIMENTO DA META PREVISTA NA LGT, NO RSMP E NO TERMO DE AUTORIZAÇÃO DO SMP. REFORMA DO VALOR DA SANÇÃO DE MULTA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO. 1. Quanto à materialidade das infrações, as irregularidades cometidas pela Recorrente foram devidamente comprovadas. 2. O cumprimento intempestivo da obrigação não tem o condão de afastar a infração, já que a regulamentação determina o prazo de implementação da meta imposta. 3. Incidência de prescrição quinquenal em relação às estações que obtiveram sua regularização através das respectivas licenças antes de 28 de janeiro de 2005, ou seja, 5 (cinco) anos antes da data que a Recorrente foi notificada de instauração do Pado. 4. Revisão da metodologia de cálculo de multa. Precedente do Conselho Diretor em processo semelhante da mesma Prestadora. 5. Superveniência de metodologia de cálculo de sanção, aprovada pela Portaria nº 790, de 26 de agosto de 2014. Novo cálculo com base na metodologia mais recente, considerando-se cada estação não licenciada como uma infração individual. 6. Pelo provimento parcial do Recurso Administrativo, com a revisão da sanção de multa imposta. 7. Pelo não conhecimento das Alegações Adicionais apresentadas, em face da ocorrência da preclusão consumativa.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 121/2015-GCIF, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, dar provimento parcial ao Recurso Administrativo interposto por TIM NORDESTE S/A para rever a multa aplicada para o montante de R$ 18.726,70 (dezoito mil, setecentos e vinte e seis reais e setenta centavos).

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 354/2015-CD - Processo nº 53500.012810/2010-14

Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS PRIVADOS. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. SERVIÇO MÓVEL PESSOAL. RECURSO ADMINISTRATIVO. INFRAÇÕES CARACTERIZADAS. RECURSO IMPROVIDO. DESCUMPRIMENTO DOS INDICADORES DE QUALIDADE. REVISÃO, DE OFÍCIO, DO VALOR DE MULTA APLICADO. 1. Apuração de descumprimento de obrigações do Plano Geral de Metas de Qualidade para o SMP, no período de janeiro a dezembro de 2010, a partir de dados do Sistema de Gerenciamento de Indicadores de Qualidade (SGIQ) e de autuações em processos de fiscalização da Anatel. 2. Constatação de inconsistências na metodologia de sanções de multa aplicadas, o que motivou revisar, de ofício, o valor inicialmente aplicado. 3. As infrações foram devidamente caracterizadas. 4. Recurso conhecido e, no mérito, improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel: a) conhecer do Recurso Administrativo apresentado pela TIM CELULAR S/A, CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80, em face da decisão do Superintendente de Serviços Privados consubstanciada por meio do Ato nº 1.973, de 9 de abril de 2012, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) reformar, de ofício, o Ato nº 1.973, de 9 de abril de 2012, para alterar a forma de cômputo das multas pelas irregularidades, reduzindo o valor da multa para R$14.632.918,44 (quatorze milhões, seiscentos e trinta e dois mil, novecentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos).

Com relação ao item "a", a decisão foi por unanimidade, nos termos propostos pelo Conselheiro Relator, Rodrigo Zerbone Loureiro, por meio da Análise nº 149/2013-GCRZ, de 18 de março de 2013, integrante deste acórdão. Quanto ao item "b", a decisão foi por maioria de três votos, nos termos do Voto nº 114/2015-GCIF, de 10 de agosto de 2015, também integrante deste acórdão. Neste item, votou vencido o Conselheiro Relator, Rodrigo Zerbone Loureiro, mantendo seu posicionamento nos termos da referida análise.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 355/2015-CD - Processo nº 53500.012812/2015-18

Conselheiro Relator: Rodrigo Zerbone Loureiro. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80)

EMENTA: SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. RECURSO ADMINISTRATIVO. REQUERIMENTO DE CELEBRAÇÃO DE TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA (TAC). ESTIPULAÇÃO DE PRAZO LIMITE PARA ADITAMENTO DO PLEITO DE CELEBRAÇÃO DE TAC. NECESSIDADE DE DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DE PROCESSOS INCLUÍDOS NA NEGOCIAÇÃO DOS TERMOS DO AJUSTE DE CONDUTA. PLEITO DE INCLUSÃO DE NOVO PROCESSO APRESENTADO EXTEMPORANEAMENTE. DECISÃO DE INADMISSÃO. CONDIÇÃO PREVIAMENTE NOTIFICADA À INTERESSADA. CONHECER E NEGAR PROVIMENTO. 1. A decisão contra a qual se insurge a Interessada, que excluiu o Processo nº 53500.012810/2010 da negociação para celebração de TAC em curso no bojo do Processo de Ajustamento de Conduta nº 53500.009464/2014 - por ter o requerimento de inclusão sido apresentado após data limite estipulada por meio do Despacho nº 3.560/2015/COQL/SCO, de 18 de maio de 2015 -, foi devidamente motivada, com vistas a assegurar a delimitação do universo de processos contemplados na negociação, para encaminhamento das tratativas dos compromissos a serem assumidos no bojo do TAC. 2. Não se vislumbra qualquer limitação ao direito de petição dos interessados, ou razão para reforma de decisão recorrida, uma vez que a decisão combatida pautou-se em critério temporal fixado com clareza, transparência e objetividade, em benefício da negociação, e notificado previamente às empresas envolvidas. 3. Pelo conhecimento e, no mérito, pelo seu não provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, nos termos da Análise nº 150/2015-GCRZ, de 31 de julho de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso Administrativo interposto pela TIM CELULAR S/A em desfavor do Despacho nº 3.560/2015/COQL/SCO, de 18 de maio de 2015, do Superintendente de Controle de Obrigações, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se integralmente os termos da decisão recorrida.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 356/2015-CD - Processo nº 53500.023469/2010-22

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: TELECOMUNICAÇÕES NORDESTE LTDA. (CNPJ/MF nº 02.995.233/0001-05)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA (HOME PASSED). OCORRÊNCIA. SANÇÃO DE CADUCIDADE. SUBSTITUIÇÃO PELA SANÇÃO DE MULTA. POSSIBILIDADE. 1. O descumprimento do cronograma de implantação do sistema (home passed) enseja a aplicação da sanção de caducidade, a qual, nos termos de julgados reiterados do Conselho Diretor, pode vir a ser convertida em sanção de multa. 2. Pela aplicação da sanção de multa em substituição à sanção de caducidade.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 149/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, considerando o descumprimento de metas do cronograma de implantação do sistema (home passed) e ressaltando o risco iminente de prescrição quinquenal: a) por ter sido tratada no âmbito do Pado nº 53572.001038/2007-66, excluir do presente processo a apuração da infração referente ao descumprimento da 1ª meta; e, b) no que concerne ao descumprimento das 2ª e 3ª metas, afastar a aplicação da sanção de caducidade, substituindo-a por sanção de multa no valor total de R$511.478,09 (quinhentos e onze mil, quatrocentos e setenta e oito reais e nove centavos).

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 357/2015-CD - Processo nº 53500.009607/2008-46

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: DATORA CENTRO DE COMPUTAÇÃO LTDA. (CNPJ/MF nº 96.295.506/0001-44)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PAF. RECURSO. CONTRIBUIÇÃO AO FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST). IDENTIFICAÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA (ROB). CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. Documentação apresentada em sede de recurso não trouxe argumentação hábil para reforma da decisão. 2. Conhecimento e não provimento do recurso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 151/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso interposto por DATORA CENTRO DE COMPUTAÇÃO LTDA. em face do Despacho nº 5.345/2012/ADPFA2/SAD, de 9 de agosto de 2012, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 358/2015-CD - Processo nº 53000.022170/2009-58

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: RÁDIO COLMÉIA LTDA. (CNPJ/MF nº 76.898.063/0001-79)

EMENTA: RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO. IRREGULARIDADE. ALTERAÇÕES DIÁRIAS DE POTÊNCIA. CONHECIMENTO E PROVIMENTO. DESCARACTERIZAÇÃO DA INFRAÇÃO. ARQUIVAMENTO. 1. Após alteração da potência efetivada pela Anatel no Plano Básico de Distribuição de Canais de Radiodifusão Sonora em Onda Média - PBOM, a etapa de recebimento da documentação e análise das características técnicas é realizada pelo Ministério das Comunicações. 2. A inexistência de elementos probatórios acerca da efetiva ocorrência da infração exige descaracterização da irregularidade e arquivamento dos autos. 3. Conhecimento e provimento. Descaracterização da infração.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 152/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso e dar-lhe provimento para reformar o Despacho Decisório nº 5.348, de 5 de novembro de 2013, e descaracterizar a infração ao item 5.4.2 do Anexo à Resolução nº 116/99, relativo à não redução de potência conforme estabelecido em ato de outorga, com conseguinte arquivamento dos autos.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 359/2015-CD - Processo nº 53000.046384/2009-10

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: ACAIABA EMISSORAS INTEGRADAS LTDA. (CNPJ/MF nº 16.036.352/0001-37)

EMENTA: PAI. RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO. DESCUMPRIMENTOS RELACIONADOS AO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA MODULADA. REVISÃO DO VALOR DA MULTA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. Cabe à Anatel a fiscalização, quanto aos aspectos técnicos, das respectivas estações dos serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens. Art. 211, parágrafo único. LGT. 2. Descumprimento relacionado ao Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, especificamente ao art. 163, da LGT, o qual diz que uso de radiofrequência depende de prévia outorga da Agência, enseja a aplicação da sanção de multa. 3. Revisão do valor da multa por erro material. 4. Recurso Administrativo conhecido para, no mérito, negar-lhe provimento.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 153/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão: a) conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo; e, b) revisar, de ofício, o Despacho nº 9.401, de 8 de novembro de 2011, substituindo o valor da multa aplicada para R$ 797,00 (setecentos e noventa e sete reais).

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

ACÓRDÃO Nº 360/2015-CD - Processo nº 53500.006214/2008-81

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL (CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF). FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST). EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2003. RECOLHIMENTO IRREGULAR. DECADÊNCIA DE PARTE DOS CRÉDITOS. RECURSO DE OFÍCIO CONHECIDO E DESPROVIDO. AFASTAMENTO DA APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DA MULTA DE MORA SOBRE CRÉDITOS CUJA EXIGIBILIDADE SE ENCONTRA SUSPENSA POR DECISÃO JUDICIAL. RECURSO VOLUNTÁRIO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de PAF instaurado em virtude dos indícios de irregularidades no recolhimento de valores devidos a título de contribuição ao FUST, no exercício de 2003. 2. As receitas derivadas dos serviços de prestação, utilidade e comodidade (PUC) são decorrentes da prestação de serviços de telecomunicações, bem como de serviços complementares, portanto, devem ser incluídas no cálculo da CIDE/FUST. 3. Possibilidade de lançamento durante a vigência de medida judicial que suspende a exigibilidade do crédito tributário. 4. Verificação de decadência parcial dos lançamentos, referentes aos meses de janeiro a agosto do exercício de 2003. Recurso de Ofício conhecido, por se amoldar à hipótese do Decreto nº 70.235/1972, e desprovido, uma vez que restou configurada a hipótese de decadência prevista no art. 150, § 4º, do CTN. 5. Recurso Voluntário conhecido e parcialmente provido no que tange às parcelas dos créditos suspensas, referentes à multa de mora, em razão de decisão judicial. Constituídos definitivamente os créditos tributários e publicada a decisão judicial que revoga a suspensão da exigibilidade concedida judicialmente, deve a Anatel conceder prazo de 30 (trinta) dias para o contribuinte efetuar o pagamento dessas parcelas dos créditos sem a incidência de multa de mora.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 154/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão: a) conhecer do Recurso de Ofício interposto em face da decisão contida no Despacho nº 889/2012/ADPFA2/SAD, alínea "c", uma vez que se amolda à hipótese do Decreto nº 70.235/1972, para, no mérito, negar-lhe provimento; e, b) conhecer do Recurso Voluntário interposto pela COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL, CNPJ/MF nº 71.208.516/0001-74, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial no sentido de afastar a aplicação de multa de mora sobre as parcelas dos créditos referentes às receitas de interconexão da empresa e uso de recursos de suas redes, uma vez que a exigibilidade delas está suspensa em razão de decisão judicial, mantendo-se os demais termos do Despacho nº 889/2012/ADPFA2/SAD.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

ACÓRDÃOS DE 20 DE AGOSTO DE 2015

Nº 363/2015-CD - Processo nº 53500.021113/2007-59

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: ADELPHIA COMUNICAÇÕES S/A, atualmente denominada VCB COMUNICAÇÕES S/A (CNPJ/MF nº 00.859.826/0001-00)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF). CONTRIBUIÇÃO PARA O FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST). EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2001. RECURSO DE OFÍCIO. DECADÊNCIA PARCIAL. 1. Trata-se de PAF instaurado em face da prestadora de Serviço de TV a Cabo, em virtude dos indícios de irregularidades no recolhimento de valores devidos a título de contribuição ao FUST, no ano de 2001. 2. A Superintendente de Administração-Geral recorre, de ofício, em razão da decadência de parte dos lançamentos. 3. A antecipação do pagamento ou o seu pagamento no vencimento atrai a incidência do art. 150, § 4º, do CTN. A notificação de lançamento de valores referentes aos meses de março a outubro, no entanto, deu-se após o prazo de 5 (cinco) anos contados do fato gerador, o que caracteriza a decadência do direito de lançamento. 4. Recurso de Ofício conhecido e não provido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 155/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício interposto em face da decisão proferida pela Superintendente de Administração-Geral por meio do Despacho nº 4.262/2012/ADPFA2/SAD, de 20 de junho de 2012, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 364/2015-CD - Processo nº 53500.024763/2007-56

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ/MF nº 66.970.229/0001-67)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF). AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO E RECOLHIMENTO DE VALORES DEVIDOS AO FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST). EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002. ARBITRAMENTO. COMPROVAÇÃO. DOCUMENTAÇÃO CONTÁBIL. RECURSOS, VOLUNTÁRIO E DE OFÍCIO. DECADÊNCIA. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. Trata-se de Processo Administrativo Fiscal instaurado em virtude da ausência de declaração e recolhimento de valores devidos ao FUST, no exercício financeiro de 2002, pela NEXTEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA., CNPJ/MF nº 66.970.229/0001-67, sucessora por incorporação da PROMOBILE TELECOMUNICAÇÕES LTDA. 2. Valores iniciais apurados mediante arbitramento. 3. Documentação contábil apresentada posteriormente permitiu identificar a receita de serviços de telecomunicações da empresa nos períodos em questão. 4. Havendo o pagamento pelo contribuinte, o prazo decadencial é contado a partir do fato gerador do tributo e, quando não houve o pagamento ou este foi intempestivo, o prazo decadencial seria contado a partir do exercício seguinte. 5. Em sede recursal, a Prestadora reprisa argumentos já apresentados em sede de defesa, que foram analisados e repudiados pela área técnica com apoio da Procuradoria Federal Especializada. 6. Conhecimento e não provimento dos Recursos, Voluntário e de Ofício. Mantida a decisão recorrida.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 156/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, conhecer dos Recursos interpostos para, no mérito, negar-lhes provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 365/2015-CD - Processo nº 53500.003394/2015-78

onselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: DIGITAL DESIGN - SERVIÇOS DE INFORMÁTICA LTDA. (CNPJ/MF nº 07.493.196/0001-42)

EMENTA: PADO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. DESCUMPRIMENTO RELACIONADO AO PAGAMENTO A DESTEMPO DA TFF. CONHECIMENTO E PROVIMENTO DO RECURSO. SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO DE CADUCIDADE POR ADVERTÊNCIA. POSSIBILIDADE PARA CASOS DE PAGAMENTO DO DÉBITO ANTES DO EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA, AINDA QUE EM ATRASO. 1. PADO instaurado em virtude do não pagamento da Taxa de Fiscalização de Funcionamento (TFF), referente aos anos de 2013 e 2014. 2. O não pagamento da TFF no prazo de 60 dias após a notificação do débito pela Anatel determinará a caducidade da autorização e a perda do direito de uso da radiofrequência associada. 3. A aplicação da caducidade da outorga, todavia, afigura-se medida passível de reavaliação à luz dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade que regem nosso ordenamento constitucional e legal, com vistas à avaliação da sanção mais adequada às peculiaridades de cada caso concreto. 4. O adimplemento do débito até o exaurimento da via administrativa do procedimento instaurado para sua apuração possibilita à autoridade a substituição da sanção de caducidade por outra menos gravosa, seja advertência ou multa, sempre com base nos parâmetros fixados na Lei Geral de Telecomunicações e no Regulamento de Aplicação de Sanções Administrativas. 5. Sanção de advertência em substituição à caducidade para a entidade que quitou seus débitos, depois de ter sido devidamente notificada e dentro do prazo regulamentar.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 157/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso para, no mérito, dar-lhe provimento no sentido de reformar o Ato nº 2.377, de 8 de abril de 2015, para afastar a sanção de caducidade para exploração do Serviço de Comunicação Multimídia, detida pela entidade que quitou seus débitos relativos à Taxa de Fiscalização e Funcionamento - TFF, nos exercícios de 2013 e 2014, e aplicar, em substituição, a sanção de advertência.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 366/2015-CD - Processo nº 53500.030043/2007-20

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: TIM CELULAR S/A (CNPJ/MF nº 04.206.050/0001-80)

EMENTA: PADO. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. SFI. INFRAÇÃO. ESTAÇÕES NÃO LICENCIADAS. OCORRÊNCIA. NOVA METODOLOGIA. CONVERSÃO EM DILIGÊNCIA. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS. 1. Cumprimento de diligência determinada pelo Conselho Diretor. Aplicação da Portaria nº 790/2014. Manual de Aplicação da Metodologia de Cálculo do valor base das sanções de multa por descumprimentos relativos a licenciamento de estações em desconformidade com a regulamentação. Retroatividade como exceção. Arts. 39, § 3º, e 41, parágrafo único, do novo RASA. Aplicação dos critérios do antigo RASA. 2. Conhecimento e provimento parcial do Pedido de Reconsideração.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 160/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Pedido de Reconsideração e dar-lhe provimento parcial a fim de reformar o Despacho nº 475/2012-CD, de 17 de janeiro de 2012, e reduzir a sanção de multa para o valor de R$ 745.604,58 (setecentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 367/2015-CD - Processo nº 53500.008839/2012-63

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: IBITURUNA TV POR ASSINATURA LTDA. (CNPJ/MF nº 02.280.384/0001-79) e DTH FAMILY TELECOMUNICAÇÕES LTDA. - ME (CNPJ/MF nº 09.467.811/0001-71)

EMENTA: PROCEDIMENTO DE EXTINÇÃO. CASSAÇÃO. PERDA DE CONDIÇÃO SUBJETIVA PARA OBTENÇÃO OU MANUTENÇÃO DA OUTORGA. 1. A Lei nº 12.485 garante a continuidade da outorga dos antigos serviços de TV por Assinatura ao prever que os termos de autorização já emitidos para as prestadoras desses serviços continuarão em vigor até o término de seus prazos de validade, respeitada a competência da Anatel quanto à regulamentação do uso e à administração do espectro de radiofrequências, devendo a Agência, no que couber, adequar a regulamentação desses serviços às disposições da nova Lei (art. 37, § 1º). Arquivamento do feito em relação à empresa adimplente quanto à regularidade fiscal. 2. Considerando que a regularidade fiscal é uma das condições subjetivas para obtenção e manutenção da outorga, a cassação é medida que se impõe nos termos dos arts. 133 e 139 da LGT. Extinção por cassação. Determinação de notificação a usuários quanto à possibilidade de rescisão contratual sem cobrança adicional de multa ou eventuais acréscimos.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 161/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão: a) arquivar o procedimento de extinção, por cassação, da outorga para explorar o Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite - DTH detida pela DTH FAMILY TELECOMUNICAÇÕES

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

LTDA. - ME, CNPJ/MF nº 09.467.811/0001-71; b) extinguir, por cassação, as outorgas para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, o Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC e o Serviço de Distribuição Multiponto Multicanal - MMDS outorgadas à IBITURUNA TV POR ASSINATURA LTDA., CNPJ/MF nº 02.280.384/0001-79, com efeitos a partir de 60 (sessenta) dias após a notificação da empresa quanto ao ato decisório de extinção das outorgas; e, c) determinar à IBITURUNA TV POR ASSINATURA LTDA., CNPJ/MF nº 02.280.384/0001-79, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação quanto ao ato decisório respectivo, a expedição de correspondência aos seus usuários a noticiar a possibilidade de rescisão contratual sem cobrança adicional de multa ou eventuais acréscimos.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 368/2015-CD - Processo nº 53500.004390/2008-88

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: GALAXY BRASIL LTDA. (CNPJ/MF nº 00.497.373/0001-10)

EMENTA: TRIBUTÁRIO. PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL (PAF). FUNDO DE UNIVERSALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES (FUST). EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2003. EXTINÇÃO DOS CRÉDITOS. RECURSO DE OFÍCIO. 1. Trata-se de PAF instaurado em face da prestadora do Serviço de Distribuição de Sinais de Televisão e de Áudio por Assinatura Via Satélite, em virtude dos indícios de irregularidades no recolhimento de valores devidos a título de contribuição ao FUST, no ano de 2003. 2. Nos termos do Parecer nº 734/2010/TMF/PGF/PFE-ANATEL, de 23 de julho de 2010, não incide FUST sobre os serviços decorrentes da atividade de habilitação ou cadastro de usuário e de equipamento para acesso a serviços de telecomunicações. 3. Recolhimento regular efetuado pela Prestadora. Necessidade de anular os lançamentos perpetrados. 4. Conhecimento e não provimento do Recurso de Ofício.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 163/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, conhecer do Recurso de Ofício em face do Despacho nº 575/2013/ADPFA2/SAD, de 29 de janeiro de 2013, para, no mérito, negar-lhe provimento.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

Nº 369/2015-CD - Processo nº 53500.003839/2015-10

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 782, de 13 de agosto de 2015. Recorrente/Interessado: TELEMAR NORTE LESTE S/A (CNPJ/MF nº 33.000.118/0001-79)

EMENTA: PEDIDO DE ANULAÇÃO. RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 4, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2014. INEXISTÊNCIA DE VÍCIOS. INDEFERIMENTO. 1. A Resolução Conjunta nº 4, de 16 de dezembro de 2014, não possui nenhum vício que justifique sua anulação. 2. Pedido de Anulação que merece ser indeferido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 164/2015-GCMB, de 7 de agosto de 2015, integrante deste acórdão, indeferir o Pedido de Anulação.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.391, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Processos n. 53500.006199/2015-08 e 53500.018478/2013-44 - Autoriza a substituição do satélite Eutelsat 8 West A pelo satélite Eutelsat 8 West B, associado ao Direito de Exploração de Satélite Estrangeiro ocupando a posição orbital 8,0º W, conferido por meio do Ato nº 4.320, de 31 de março de 2014, à EUTELSAT S/A, cujo representante legal é a EUTELSAT DO BRASIL LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, CNPJ/MF nº 03.916.374/0001-40.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ATO Nº 5.392, DE 26 DE AGOSTO DE 2015

Processos n. 53500.006199/2015-08, 53500.018478/2013-44 e 53500.019645/2013-74 - Autoriza a substituição do satélite Eutelsat 12 West A pelo satélite Eutelsat 12 West B, futura denominação do satélite Eutelsat 8 West A, associado ao Direito de Exploração de Satélite Estrangeiro ocupando a posição orbital 12,5º W, conferido por meio do Ato nº 4.318, de 31 de março de 2014, à EUTELSAT S/A, cujo representante legal é a EUTELSAT DO BRASIL LTDA., empresa constituída sob as leis brasileiras, com sede e administração no País, CNPJ/MF nº 03.916.374/0001-40.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 27 de julho de 2015

Nº 6.127 - Processo n.º 53500.022641/2013. Aplica à empresa Ar Telecom Provedor de Internet LTDA, CNPJ N.º 09.662.786/0001-87, autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, considerando o teor do Informe nº 331/2015/COGE3/COGE, a sanção de ADVERTÊNCIA, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Nº 6.128 - Processo n.º 53500.022847/2013. Aplica à empresa MEGALINK TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME, CNPJ N.º 10.218.064/0001-17, autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, considerando o teor do Informe nº 330/2015/COGE3/COGE, a sanção de ADVERTÊNCIA, por descumprimento do disposto no art. 39, do Regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia, aprovado pela Resolução nº 272 de 09 de agosto 2001.

Nº 6.134 - Processo n.º 53500.023401/2013. Aplica à empresa SUPERIMAGEM TECNOLOGIA EM ELETRÔNICA LTDA., 39.162.235/0001-15, autorizada a explorar o Serviço Telefônico Fixo Comutado, considerando o teor do Informe 328/2015/COGE3/COGE, a sanção de ADVERTÊNCIA, por descumprimento do disposto na Cláusula 8.1, inciso X, dos Termos de Autorização do STFC e/ou da Cláusula 9.1, inciso XII, dos Termos de Autorização do STFC, nas modalidades Longa Distância Nacional e Longa Distância Internacional.

ROBERTO PINTO MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada à autorização do serviço a: Nº 5.436. COOPERATIVA DOS MOTORISTAS AUTONOMOS DE IRANDUBA - COOMAI, CNPJ nº 07.465.102/0001-21. Nº 5.437. FRANCISLANE MOREIRA DA SILVA, CPF nº 869.220.762-49. Nº 5.438. FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACAULANDIA, CNPJ nº 11.876.352/0001-21. Nº 5.439. SALVARE SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ nº 11.268.565/0001-70. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado a: Nº 5.440. PDCA TELECOMUNICACOES LTDA - EPP, CNPJ nº 74.156.712/0001-30.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA
KATAVATIS NEVES
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 5.433, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Outorgar autorização de uso de radiofrequência(s) à(ao) PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0108-40, associada a autorização para exploração do Serviço Limitado Privado, aplicação Radiodeterminação.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 537, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.057470/2012-53, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO SOCIEDADE LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CAMPO BELO/MG, o canal 44 (quarenta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 650 a 656 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 564, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020970/2011-59, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO TUIUTI SA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PEDRO OSÓRIO/RS, o canal 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 566, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020977/2011-71, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO TUIUTI S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ARROIO GRANDE/RS, o canal 35 (trinta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 596 a 602 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 567, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.020975/2011-81, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO TUIUTI S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CHUÍ/RS, o canal 25 (vinte e cinco), correspondente à faixa de frequência de 536 a 542 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 584, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.059254/2012-42, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Prado/BA, o canal 40 (quarenta)?, correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 591, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.031563/2010-96, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Consignar à PREFEITURA DE SERRA NEGRA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de Serra Negra/SP?, o canal 42 (quarenta e dois)?, correspondente à faixa de frequência de 638 a 644 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 607, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.061081/2011-41, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO CÁSPER LÍBERO, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de UBERABA/MG, o canal 56 (cinquenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 722 a 728 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 991, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.046621/2010-86, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de VALENÇA/RJ, o canal 56 (cinquenta e seis), correspondente à faixa de frequência de 722 a 728 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 993, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.036433/2013-92, resolve:

Art. 1º Consignar à PREFEITURA MUNICIPAL DE PORECATU, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PORECATU/PR, o canal 47 (quarenta e sete), correspondente à faixa de frequência de 668 a 674 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.005, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021634/2011-23, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO ANHANGUERA S/A, autorizada a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de ARAGARÇAS/GO, o canal 34 (trinta e quatro), correspondente à faixa de frequência de 590 a 596 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.155, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.062755/2012-14, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO LAGES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de XANXERÊ/SC, o canal 45 (quarenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 656 a 662 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.231, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.021664/2011-30, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de PEIXE/TO, o canal 22 (vinte e dois), correspondente à faixa de frequência de 518 a 524 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.333, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.062727/2012-99, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO LAGES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de HERVAL D'OESTE/SC, o canal 45 (quarenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 656 a 662 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.334, DE 16 DE ABRIL DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.062729/2012-88, resolve:

Art. 1º Consignar à TELEVISÃO LAGES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CATANDUVAS/SC, o canal 45 (quarenta e cinco), correspondente à faixa de frequência de 656 a 662 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.778, DE 21 DE MAIO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.000989/2013-41, resolve:

Art. 1º Consignar à TV PONTA NEGRA LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de MOSSORÓ/RN, o canal 38 (trinta e oito), correspondente à faixa de frequência de 614 a 620 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 1.943, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.062735/2011-54, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de CANELA/RS, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 2.025, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.062742/2011-56, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de OSÓRIO/RS, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 2.325, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.062748/2011-23, resolve:

Art. 1º Consignar à FUNDAÇÃO FRATERNIDADE, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, na localidade de TAQUARI/RS, o canal 58 (cinquenta e oito), correspondente à faixa de frequência de 734 a 740 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 2.345, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo IV, Art. 71, inciso XXII, da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 53000.010288/2009-33, resolve:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Consignar à RÁDIO E TELEVISÃO DO PIAUI LTDA, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, na localidade de TERESINA/PI, o canal 20 (vinte), correspondente à faixa de frequência de 506 a 512 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º O instrumento pactual decorrente desta consignação será celebrado entre a concessionária e a União em prazo não superior a sessenta dias.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ DA SILVA FILHO

PORTARIA Nº 2.758, DE 4 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo subitem 9.1, da Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.001997/2012-23, da Nota Técnica nº 127/2013/GTRTV/DEOC/SCE-MC, e, em especial, do Despacho do Ministro de Estado das Comunicações nº 752/2015/SEI-MC, de 09 junho de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a TELEVISÃO GUAÍBA LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Porto Alegre, estado do Rio Grande do Sul, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de Vacaria, estado do Rio Grande do Sul, por meio do canal 12+ (doze decalado para mais), utilizando os sinais de televisão recebidos via satélite, visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Determinar que no prazo de quatro meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade apresente ao Ministério das Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ

PORTARIA Nº 2.856, DE 5 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo subitem 9.1, da Portaria nº 498, de 5 de dezembro de 2011, tendo em vista o que consta do Processo n.º 53000.002053/2012-73, Nota Técnica nº 425/2014/GTRTV/DEOC/SCE-MC, e, em especial, do Despacho do Ministro de Estado das Comunicações nº 754/2015/SEI-MC, de 05 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Autorizar, de acordo com o artigo 16 do Decreto n.º 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, a NASSAU EDITORA RÁDIO E TELEVISÃO LTDA., concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, no município de Recife, estado de Pernambuco, a executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, município de Araripina, estado de Pernambuco, por meio do canal 12+ (doze decalado para mais), utilizando os sinais de televisão recebidos via satélite, visando à retransmissão de seus próprios sinais.

Art. 2º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3º Determinar que no prazo de quatro meses, contado a partir da data de publicação desta Portaria, a entidade apresente ao Ministério das Comunicações o projeto técnico de instalação da estação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EMILIANO JOSÉ

DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 2.509, DE 28 DE JULHO DE 2015

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53900.018796/2015-64, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Gazeta Publicidade e Negócios Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Nova Mutum, estado de Mato Grosso, utilizando o canal 7- (sete decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV Ômega Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de São Paulo, estado de São Paulo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

INEZ JOFFILY FRANCA

DESPACHO DO DIRETOR

Em 28 de agosto de 2015

Nº 1.363 - O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, tendo em vista o disposto no art. 6º da Portaria MC nº 143, de 9 de março de 2012 e no uso das atribuições que lhe confere, resolve:

Dar publicidade às aprovações de local de instalação e equipamentos das estações e às alterações de características técnicas das entidades executantes do serviço de radiodifusão, seus ancilares e auxiliares, listadas em anexo.

JOVINO ALBERTO OLIVEIRA PEREIRA

ANEXO

ATO	TIPO	ENTIDADE	UF	LOCALIDADE	SERVIÇO	CANAL	PROCESSO
DESPACHO DEOC Nº 1020 DE 29/07/2015	APL	RBS PARTICIPAÇÕES S.A	SC	TIJUCAS	RTVD	35	53000.003633/2014-40
DESPACHO DEOC Nº 797 DE 27/07/2015	APL	RÁDIO E TELEVISÃO TAROBÁ LTDA	PR	PATO BRANCO	RTVD	36	53000.074902/2013-71
DESPACHO DEOC Nº 1191 DE 04/08/2015	APL	GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO	GO	ALTO PARAÍSO DE GOIÁS	RTVD	46	53900.002840/2014-33
DESPACHO DEOC Nº 1195 DE 04/05/2015	APL	GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS - AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO	GO	BOM JARDIM DE GOIÁS	RTVD	31	53900.002845/2014-66
DESPACHO DEOC Nº 1158 DE 28/07/2015	APL	TELEVISÃO GUAÍBA LTDA	RS	OSÓRIO	RTVD	21	53000.002345/2014-78
DESPACHO DEOC Nº 828 DE 29/07/2015	APL	TV UNIÃO DE MINAS LTDA	MG	IBIÁ	RTVD	30	53000.012530/2014-71
DESPACHO DEOC Nº 897 DE 29/07/2015	APL	TELEVISÃO PONTA PORÃ LTDA (TV MORENA)	MS	TRÊS LAGOAS	RTVD	35	53000.061607/2013-55
DESPACHO DEOC Nº 1015 DE 29/07/2015	APL	TELEVISÃO VERDES MARES LTDA	CE	IGUATU	RTVD	32	53000.073084/2013-90
DESPACHO DEOC Nº 1037 DE 29/07/2015	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	UAUÁ	RTVD	27	53000.007867/2013-85
DESPACHO DEOC Nº 1031 DE 29/07/2015	APL	RÁDIO E TV PORTOVISÃO LTDA	RS	CANELA	RTVD	40	53000.052363/2013-10
DESPACHO DEOC Nº 1109 DE 14/08/2015	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS	SP	PONGAÍ	RTVD	30	53900.016907/2015-06
DESPACHO DEOC Nº 1152 DE 14/08/2015	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS	SP	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PARDO	RTVD	30	53900.015189/2015-42
DESPACHO DEOC Nº 1255 DE 14/08/2015	APL	TELEVISÃO BANDEIRANTES DE PRESIDENTE PRUDENTE LTDA	SP	PRESIDENTE VENCESLAU	RTVD	41	53900.036635/2014-71
DESPACHO DEOC Nº 1219 DE 14/08/2015	APL	AGÊNCIA GOIANIA DE COMUNICAÇÃO - AGECOM	GO	CAIAPÔNIA	RTVD	31	53900.002848/2014-16
DESPACHO DEOC Nº 1253 DE 14/08/2015	APL	TELEVISÃO VERDES MARES LTDA	CE	CASCAVEL	RTVD	33	53900.026787/2014-66
DESPACHO DEOC Nº 1256 DE 14/08/2015	APL	TV JANGADEIRO LTDA	CE	CAMOCIM	RTVD	35	53000.009990/2014-11
DESPACHO DEOC Nº 1182 DE 14/08/2015	APL	RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA	SP	BEBEDOURO	RTVD	18	53900.036301/2014-06
DESPACHO DEOC Nº 1289 DE 14/08/2015	APL	GOVERNO DO ESTADOD E GOIÁS - AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO	GO	FORMOSA	RTVD	51	53900.004272/2014-13
DESPACHO DEOC Nº 844 DE 12/08/2015	APL	TV ÔMEGA LTDA	RJ	RIO DE JANEIRO	RTVD	21	53000.002111/2013-40
DESPACHO DEOC Nº 462 DE 12/08/2015	APL	FUNDAÇÃO PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS	SP	ANDRADINA	RTVD	38	53000.049631/2013-16
DESPACHO DEOC Nº 445 DE 12/08/2015	APL	TELEVISÃO LAGES LTDA	SC	CRICIÚMA	RTVD	46	53000.071570/2013-73
DESPACHO DEOC Nº 989 DE 12/08/2015	APL	TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA	SP	HOLAMBRA	RTVD	32	53000.063735/2012-52
DESPACHO DEOC Nº 1200 DE 12/08/2015	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	NORDESTINA	RTVD	30	53000.041458/2013-16
DESPACHO DEOC Nº 1206 DE 12/08/2015	APL	TELEVISÃO BAHIA LTDA	BA	MIGUEL CALMON	RTVD	30	53000.047534/2013-99
DESPACHO DEOC Nº 1213 DE 12/08/2015	APL	TV ÔMEGA LTDA	SP	PEDERNEIRAS	RTVD	49	53000.050737/2013-62
DESPACHO DEOC Nº 1275 DE 12/08/2015	APL	GOVERNO DO ESTADOD E GOIÁS - AGÊNCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO	GO	CAVALCANTE	RTVD	31	53900.002855/2014-18
DESPACHO DEOC Nº 1150 DE 11/08/2015	APL	TELEVISÃO GUAÍBA LTDA	RS	SANTO ÂNGELO	RTVD	21	53000.002346/2014-12
DESPACHO DEOC Nº 1148 DE 11/08/2015	APL	TELEVISÃO GUAÍBA LTDA	RS	CARAZINHO	RTVD	20	53000.002349/2014-56
DESPACHO DEOC Nº 1251 DE 11/08/2015	APL	FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO	MT	JUÍNA	RTVD	16	53000.076430/2013-91
DESPACHO DEOC Nº 907 DE 22/04/2015	APL	TV ÔMEGA LTDA	SP	RINÓPOLIS	RTVD	20	53000.050739/2013-51
DESPACHO DEOC Nº 939 DE 20/08/2015	APL	TV SERRA DOURADA LTDA	GO	ITAJÁ	RTVD	27	53900.001086/2014-14
DESPACHO DEOC Nº 882 DE 27/07/2015	APL	FUNDAÇÃO NAZARÉ DE COMUNICAÇÃO	AL	RONDONÓPOLIS	RTV-D	15	53900.018778/2014-00
DESPACHO Nº 1189/2015/SEI-MC DE 12/08/2015	APL	RADIO E TELEVISAO BANDEIRANTES LTDA	SP	SÃO JOAQUIM DA BARRA	RTV-PRI	15	53000.013326/2010-43
DESPACHO Nº 849/2015/SEI-MC DE 12/08/2015	APL	RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A	SP	FRANCA	RTV-SEC	47-	53900.022761/2014-49
DESPACHO Nº 544/2015/SEI-MC DE 12/08/2015	APL	TELEVISÃO CACHOEIRA DO SUL LTDA	MG	JACUTINGA	RTV-PRI	59-	53000.003737/2005-63
DESPACHO Nº 429/2015/SEI-MC DE 12/08/2015	APL	TELEVISAO PIONEIRA LTDA	PI	FLORIANO	RTV-SEC	4	53000.062660/2013-73
DESPACHO Nº 424/2015/SEI-MC DE 12/08/2015	APL	SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA	PI	PARNAÍBA	RTV-PRI	9+	53000.022444/2013-95

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES
SUBSECRETARIA-GERAL DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E ASSUNTOS JURIDICOS
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO "REGULARIZAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL - CAR"

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que as relações de cooperação técnica têm sido fortalecidas ao amparo do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado de 17 de setembro de 1996;

Considerando o desejo comum de promover a cooperação para o desenvolvimento sustentável;

Considerando que a cooperação técnica na área de uso sustentável e conservação da floresta tropical se reveste de especial interesse para as Partes;

Com referência à Ata das Negociações Intergovernamentais sobre a Cooperação Brasil-Alemanha para o Desenvolvimento Sustentável de 10 de dezembro de 2013;

Ajustam o seguinte:

Artigo 1.º

O presente Ajuste Complementar tem por objeto a implementação do projeto "Regularização Ambiental no Brasil - CAR" (doravante denominado "Projeto"), no marco da cooperação bilateral em benefício do objetivo de desenvolvimento da República Federativa do Brasil.

Artigo 2.º

(1) O Governo da República Federativa do Brasil designa:

1. a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores (ABC/MRE) como instituição responsável pela coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar e que, nessa matéria, orienta a instituição nacional, analisa a proposta de projeto e coordena sua análise no contexto das políticas setoriais do Governo, facilita a sua negociação, acompanha o desenvolvimento do projeto sob o aspecto técnico e para esse fim, realiza visitas e participa das missões e reuniões de planejamento, coordenação, monitoramento e avaliação previstas; e

2. o Ministério do Meio Ambiente como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes deste Ajuste Complementar, a qual não efetuará aquisições tampouco contratações de serviço ou pessoal como parte das atividades do Projeto e caso o necessite fazer, essas serão efetuadas de acordo com o regime jurídico e de normas brasileiro.

(2) O Governo da República Federal da Alemanha designa a Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH em Bonn e Eschborn como instituição responsável pela execução das atividades decorrentes do presente Ajuste Complementar.

Artigo 3.º

(1) Ao Governo da República Federativa do Brasil cabe:

1. contribuir com contrapartida não-financeira, na forma de servidores técnicos e gerenciais, instalações físicas e equipamentos, por parte do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sem alocação de recursos financeiros para os projetos. A contrapartida do Ministério do Meio Ambiente (MMA) ater-se-á ao seu mandato oficial e às atribuições de seus servidores;

2. conceder aos técnicos, em conformidade com os artigos 4.º, 6.º, 7.º e 9.º do Acordo Básico de Cooperação Técnica de 17 de setembro de 1996, os privilégios, a imunidade e a proteção aí referidos. A isenção dos equipamentos de impostos e encargos fiscais e a isenção de impostos concedida à GIZ obedecerão ao disposto nos artigos 4.º, 6.º, 7.º e 9.º do mencionado Acordo Básico.

3. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

(2) Ao Governo da República Federal da Alemanha cabe:

1. contribuir em recursos humanos e material, no montante total de até 2.000.000,00 de euros (dois milhões de euros)

2. acompanhar e avaliar o desenvolvimento do Projeto.

(3) O presente Ajuste complementar não implica qualquer compromisso de transferência de recursos financeiros de uma Parte à outra ou quaisquer encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Artigo 4.º

Todas as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do Projeto não inaugurarão uma nova relação jurídica entre as Partes.

Artigo 5.º

(1) Os pormenores do Projeto bem como das contribuições a prestar e dos compromissos a cumprir serão também registrados em um Termo de Compromisso de Execução a ser concluído entre o órgão executor brasileiro e a instituição executora alemã mencionados no artigo 2.º Esse Termo de Compromisso de Execução ficará sujeito às disposições legais vigentes na República Federal da Alemanha, desde que seja respeitada a legislação brasileira.

(2) O compromisso assumido pela República Federal da Alemanha para o Projeto será anulado, sem direito a substituição, se o Termo de Compromisso de Execução mencionado no parágrafo 1 não for firmado até 31 de dezembro de 2020.

(3) O compromisso assumido pela República Federal da Alemanha para o Projeto poderá ser reprogramado de comum acordo entre os dois Governos, sem que isto acarrete qualquer prejuízo para ambas as Partes. A possibilidade de reprogramação não se aplica a projetos da Iniciativa Internacional de Proteção ao Clima.

(4) As instituições executoras mencionadas no artigo 2.º elaborarão relatórios sobre os resultados obtidos no Projeto desenvolvido no âmbito deste Ajuste Complementar, os quais serão apresentados às instituições coordenadoras.

(5) Os documentos e produtos resultantes das atividades desenvolvidas no contexto do Projeto serão de propriedade conjunta das Partes.

Artigo 6.º

O presente Ajuste Complementar poderá ser emendado, em qualquer momento, por qualquer das Partes, pela via diplomática e por consentimento mútuo.

Artigo 7.º

Qualquer controvérsia relativa à interpretação ou à aplicação do presente Ajuste Complementar será resolvida diretamente pelas Partes, por via diplomática.

Artigo 8.º

Qualquer uma das Partes poderá notificar, a qualquer momento, por via diplomática, sua decisão de denunciar o presente Ajuste Complementar, cabendo às Partes decidir sobre a continuidade das atividades que estiverem em execução. A denúncia surtirá efeito seis (6) meses após a data da notificação.

Artigo 9.º

Nas questões não previstas no presente Ajuste Complementar, aplicar-se-ão as disposições do Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Alemanha, firmado de 17 de setembro de 1996,

Artigo 10.º

O presente Ajuste Complementar entrará em vigor na data de sua assinatura e vigorará por três (3) anos, sendo renovado automaticamente, até o cumprimento de seu objeto, salvo manifestação contrária de quaisquer das Partes.

Feito em Brasília, em 13 de agosto de 2015, em dois exemplares originais, em português e alemão, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

MAURO VIEIRA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

Pelo Governo da República Federal da Alemanha

DIRK BRENGELMANN
Embaixador da República Federal da Alemanha no Brasil

MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA PARA A REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE COOPERAÇÃO EM TERCEIROS PAÍSES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Federal da Alemanha
(doravante denominados "Partes"),

Considerando que o Brasil tem se destacado como importante provedor de cooperação técnica Sul-Sul nos últimos anos e que a Alemanha, com mais de 50 anos de cooperação técnica Norte-Sul, dispõe de ampla experiência, métodos sofisticados e vasta rede internacional de contatos com instituições de excelência;

Destacando que ambas as Partes compartilham uma visão comum de desenvolvimento, orientada em torno de princípios de progresso e inclusão social, de sustentabilidade ambiental, de paz e de estabilidade, que estão alinhados às Metas de Desenvolvimento do Milênio da ONU e a acordos internacionais sobre a eficácia da ajuda ao desenvolvimento;

Levando em consideração os princípios de apropriação do país beneficiário, alinhamento aos objetivos e sistemas do país beneficiário, bem como norteamento direcionado a resultados de desenvolvimento mensuráveis;

Desejando contribuir para a realização dessa visão por meio do desenvolvimento das capacidades institucional, pessoal, técnica e física, e fortalecer sua atuação em países selecionados, que enfrentem desafios de desenvolvimento, por meio da cooperação triangular;

Considerando que a cooperação triangular promove oportunidade única de aprendizado para todos os atores envolvidos e complementa a Cooperação Norte-Sul e a Cooperação Sul-Sul; e

Considerando que ambas as Partes terão a oportunidade de aprender a partir do trabalho conjunto no âmbito de um projeto ou programa concreto de apoio a terceiros países, baseando-se em suas experiências, práticas e conhecimentos,

Chegaram ao seguinte entendimento:

Seção I
Objetivos e Designações

1. O presente Memorando de Entendimento (doravante denominado "ME") tem por objetivo estabelecer as diretrizes sob as quais o Brasil e a Alemanha conjuntamente planejarão, executarão e avaliarão os projetos de cooperação com terceiros países, por meio de uso cordenado de recursos financeiros, tecnológicos e humanos de ambas as Partes no terceiro país.

2. Ambas as Partes concordam em realizar cooperação triangular efetiva, caso a caso e de acordo com suas respectivas capacidades, usando os princípios operacionais identificados no Processo de Diálogo de Heiligendamm (HDP) como referência para a realização da cooperação citada.

3. O presente ME não fixa metas para as ações a serem realizadas pelas Partes, tendo cada Governo liberdade para recomendar projetos de cooperação ou a coordenação de atividades, quando assim for considerado necessário ou apropriado. As potenciais áreas de intervenção conjunta serão definidas pelo terceiro país, em concordância com suas prioridades, e levarão em consideração mecanismos de coordenação existentes.

4. Futuras negociações bilaterais entre as Partes, sobre cooperação para o desenvolvimento, determinarão a estrutura dos projetos e programas conjuntos, bem como a alocação de novos recursos financeiros - inclusive aqueles destinados à cooperação triangular - por parte do Governo alemão.

5. Com vistas à execução das atividades de cooperação previstas no presente ME, as Partes, por meio deste instrumento, designam como autoridades competentes para executarem este instrumento as seguintes instituições (doravante denominadas "Agências"):

a) Pelo Governo do Brasil, a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério de Relações Exteriores (ABC/MRE); e

b) Pelo Governo da Alemanha, as instituições governamentais de cooperação, Deutsche Gesellschaft für Technische Zusammenarbeit GmbH (GTZ), KfW Entwicklungsbank (KfW), Centrum für Internationale Migration und Entwicklung (CIM), Deutscher Entwicklungsdienst (DED), (Institut für Weiterbildung und Entwicklung (InWEnt), Physikalisch-technische Bundesanstalt (PTB) e seus sucessores jurídicos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Seção II
Atividades e Princípios

1. Por meio do aproveitamento das melhores práticas das Agências para a implementação da cooperação para o desenvolvimento, as Partes planejarão e implementarão, conjuntamente e em coordenação com os governos dos terceiros países selecionados - principalmente, mas não de forma restritiva, países da América Latina e países de Língua Portuguesa da África -, atividades de cooperação baseadas na solicitação expressa do terceiro país e consistentes com as prioridades políticas das Partes.

2. As medidas de desenvolvimento empregadas na cooperação triangular serão caracterizadas pelos seguintes princípios:

a) apropriação do processo geral por parte do terceiro país;

b) ação conjunta (planejamento, implementação, monitoramento e avaliação) das três Partes; e

c) gestão orientada por resultados.

3. As atividades poderão ser realizadas em duas modalidades distintas:

a) Elaboração trilateral dos projetos. A partir do interesse inicial de um terceiro país expressado ao Brasil ou à Alemanha, as Agências convidarão uma a outra a fim de dar prosseguimento conjunto. Serão avaliados, de maneira conjunta, os potenciais impactos de desenvolvimento da ação proposta e sua adequação às prioridades das Partes. Caso essa análise seja favorável, o Brasil e a Alemanha poderão concordar em financiar o projeto no âmbito do respectivo programa. Logo que o financiamento for definido, o Brasil, a Alemanha e o terceiro país conduzirão a elaboração e implementação conjunta do projeto, levando em consideração os princípios acima mencionados e definindo de maneira clara as funções e responsabilidades de cada Parte envolvida.

b) Ação complementar em projetos pré-existentes. Cada Parte poderá convidar o outro a participar de medidas bilaterais pré-existentes de cooperação para o desenvolvimento, caso seja considerado que a cooperação triangular possa ampliar os resultados de desenvolvimento de tais medidas e caso o terceiro país tenha expressado seu interesse por esse tipo de cooperação. Se a Parte convidada anuir, ambas as Partes poderão concordar em incluir essa contribuição complementar ao respectivo programa.

4. As atividades definidas pelas Partes no âmbito da estrutura de cooperação triangular acima mencionada poderão incluir:

a) Consultoria de especialistas nacionais e internacionais, a curto, médio e longo prazo, para identificação, execução, monitoramento e avaliação de projetos conduzidos pelas instituições;

b) Apoio à gestão de redes e de conhecimento;

c) Missões de estudo, artigos de pesquisa e discussão, trabalhos de pesquisa e seminários;

d) Treinamento de especialistas dos países beneficiários na Alemanha ou Brasil com o apoio de ambos os países;

e) Apoio financeiro destinado à infra-estrutura, equipamentos e bens; e

f) Outras formas de cooperação baseadas nos acordos entre as Partes;

5. Para as atividades contempladas no presente ME, as Partes elaborarão um plano de trabalho de cooperação triangular, especificando a forma pela qual serão divididas as responsabilidades e compartilhados os custos financeiros entre as Partes e o terceiro país, bem como, se aplicável, os diferentes mecanismos de financiamento. As contribuições serão realizadas por meio de subvenção, excluindo-se outras formas como empréstimos e créditos.

Seção III
Financiamento

1. O presente ME não tem por objetivo impor compromisso ou obrigação financeira específica às Partes. A contribuição do Governo Alemão será fornecida por meio da estrutura do respectivo programa ou por meio da estrutura de novos projetos a serem negociados entre as Partes.

2. As atividades de cooperação internacional serão co-financiadas pelas Partes, em partes aproximadamente equivalentes, de acordo com as fortalezas e contribuições de cada um.

3. Este ME não implica a transferência de recursos entre as Partes ou qualquer outra atividade gravosa aos seus patrimônios nacionais.

4. As Partes definirão os métodos de financiamento, projeto a projeto, de acordo com os procedimentos internos de cada Parte. Todas as atividades das Partes realizadas no âmbito do presente ME estão sujeitas à disponibilidade de recursos e a acordos ou arranjos entre as Partes e partes públicas ou privadas pertinentes, no que diz respeito à prestação de assistência em gêneros. Cada Parte implementará suas atividades de assistência em conformidade com sua legislação interna, com as normas internacionais e, desde que compatíveis com as obrigações já citadas e com as leis dos terceiros países.

Seção IV
Acompanhamento e Avaliação

1. As Agências designadas enviarão missões conjuntas ao país beneficiário para monitorar e avaliar as atividades no âmbito do presente ME.

2. Cada Agência manterá a capacidade de executar a supervisão e a fiscalização internas dos projetos, de acordo com suas próprias regulamentações. Os resultados das investigações serão apresentados às Agências designadas e aos países beneficiários.

Seção V
Publicidade

1. As Partes pretendem cooperar no sentido de dar devida publicidade mútua às iniciativas de cooperação prestadas e deverão solicitar, ao governo do terceiro país, que dê publicidade, reconhecendo, em igual proporção, as contribuições individuais e conjuntas.

2. Relatórios publicados ou quaisquer outros aspectos relativos à disseminação de informações sobre as atividades de cooperação técnica resultantes do presente ME deverão ser anteriormente aprovados por ambas as Agências e deverão apresentar, em iguais dimensões, os emblemas oficiais da Cooperação Teuto-Brasileira para o Desenvolvimento, da Agência Alemã e da Agência Brasileira de Cooperação.

3. Qualquer infra-estrutura ou bem fornecido a países beneficiários no âmbito do presente ME deverá exibir, em igual proporção, os emblemas oficiais da Cooperação Teuto-Brasileira para o Desenvolvimento, da Agência Alemã e da Agência Brasileira de Cooperação.

Seção VI
Representantes Autorizados

As Partes serão representadas por autoridades no exercício dos cargos desempenhados pelos signatários do presente ME. Cada Parte poderá indicar representantes adicionais, autorizados a representá-lo em quaisquer atos, exceto modificações ao presente ME. Cada Parte deverá notificar a outra, por escrito e por via diplomática, de quaisquer alterações à relação de representantes autorizados ou em virtude da inclusão de representantes adicionais.

Seção VII
Alterações

O presente ME poderá ser emendado, por escrito, mediante acordo mútuo entre as Partes, por via diplomática.

Seção VIII
Solução de Controvérsias

Quaisquer controvérsias que possam surgir em decorrência da interpretação ou implementação do presente ME deverão ser dirimidas por meio de negociação direta entre as Partes, por via diplomática.

Seção IX
Direitos e Obrigações

O presente ME não cria direitos ou obrigações para as Partes no âmbito do Direito Internacional.

Seção X
Denúncia

Qualquer uma das Partes poderá denunciar o presente ME, em parte ou na sua totalidade, mas procurará fornecer notificação com antecedência de seis meses às outras Partes sobre sua respectiva intenção. No caso de denúncia, a notificação deverá especificar as atividades afetadas. A denúncia do presente ME suspenderá qualquer responsabilidade das Partes de destinar recursos financeiros ou outros para a implementação de projetos ou atividades definidos por acordo mútuo no âmbito do presente ME, salvo pagamentos cuja execução seja obrigatória para cumprir compromissos não rescindíveis, celebrados, por qualquer das Partes, anteriormente à denúncia do presente ME.

Seção XI
Assinatura e Entrada em Vigor

Este ME entrará em vigor na data de sua assinatura e permanecerá em vigor por período indeterminado.

Feito em Brasília, 31 de agosto de 2010, em dois exemplares, nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

Pelo Governo da República Federativa do Brasil

MARCO FARANI
Diretor da ABC/MRE

Pelo Governo da República Federal da Alemanha

HEIKE BACKOFEN-WARNECKE
Chefe-Adjunta do Departamento da América do Sul do Ministério do Desenvolvimento

PROTOCOLO SOBRE CONSULTAS POLÍTICAS ENTRE O MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS DA REPÚBLICA DO UZBEQUISTÃO

O Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

e

O Ministério dos Negócios Estrangeiros da República do Uzbequistão
(doravante denominados "Partes"),

Orientados pela Carta das Nações Unidas e pelos princípios consagrados no Direito Internacional;

Considerando serem benéficas para ambas as Partes a realização de consultas e a troca de opiniões, em diferentes níveis, sobre temas das relações bilaterais e problemas regionais e internacionais de interesse mútuo,

Acordam o seguinte:

Artigo 1º

As Partes organizarão reuniões regulares de consultas políticas, no nível ministerial ou em outros níveis decididos em comum acordo, sobre questões de interesse mútuo relacionadas a assuntos regionais e internacionais.

As Partes poderão, de comum acordo, formar grupos de peritos ou grupos de trabalho para o exame de questões específicas de interesse mútuo.

Artigo 2º

As Partes realizarão consultas sobre as seguintes questões prioritárias:

a. desenvolvimento das relações bilaterais;

b. questões regionais e globais de interesse mútuo;

c. troca de informações sobre matérias de interesse comum.

Artigo 3º

As consultas políticas entre as Partes serão realizadas bianualmente, no Brasil e no Uzbequistão, alternadamente.

Artigo 4º

As Partes estimularão a cooperação entre suas respectivas missões diplomáticas e consulares em terceiros países.

Artigo 5º

As Partes criarão condições favoráveis para a interação mútua, com o objetivo de facilitar o estreitamento dos laços bilaterais e a troca de experiências e opiniões por meio de visitas recíprocas.

Artigo 6º

As Partes poderão emendar este Protocolo. As emendas propostas deverão ser feitas em formas de aditamento a este Protocolo, sujeitas às condições previstas no Artigo 7º, a seguir.

Artigo 7º

1. Este Protocolo entrará em vigor na data de sua assinatura e terá validade de cinco (5) anos, sendo automaticamente prorrogado por períodos de um (1) ano.

2. Qualquer uma das Partes pode denunciar este Protocolo, a qualquer momento, mediante notificação, por escrito, à outra Parte. A denúncia vigorará seis (6) meses após a data de sua notificação.

Feito em Brasília, em 10 de agosto de 2007, em dois exemplares originais, nos idiomas português, uzbeque e inglês, sendo todos os textos igualmente autênticos. Em caso de divergência, prevalecerá o texto em inglês.

Pelo Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES
Ministro das Relações Exteriores
Interino

Pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros da Repúblicado Uzbequistão

IKHOMOJON TUITCHIEVITCH NEMATOV
1º Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério de Minas e Energia

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 5.432, DE 25 DE AGOSTO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.000477/2014-94. Interessada: Companhia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf. Objeto: (i) declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Interessada, a área de terra necessária à passagem da LT 230 kV Pau Ferro - Santa Rita II C1. A íntegra desta Resolução e seu Anexo consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.945, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece os adicionais das bandeiras tarifárias, de que trata o submódulo 6.8 do PRORET, com vigência a partir de 1º de setembro de 2015.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto no art. 7º, 13 e 23 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; nos arts. 15 e 16 da Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995; nos incisos XVII e XVIII, art. 3º, da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996; no art. 9º da Lei nº 9.648, de 27 de maio de 1998; no art. 13 do Decreto nº 2.003 de 10 de setembro de 1996; no art 4º, incisos IV e VIII, Anexo I, do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997; nos arts. 2º, 3º, inciso I, e 7º, do Decreto nº 2.655, de 2 de julho de 1998; nos §§ 1º e 2º, art. 1º, do Decreto nº 4.562, de 31 de dezembro de 2002; no art. 74 do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004; e o que consta do Processo nº 48500.000484/2015-77, e considerando:

as contribuições recebidas na Audiência Pública nº 53/2015, realizada no período de 14 de agosto de 2015 a 24 de agosto de 2015, resolve:

Art. 1º A partir de 1º de setembro de 2015, os valores a serem adicionados à tarifa de aplicação de energia, TE, serão de 25,00 R$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária amarela, e de 45,00 R$/MWh, quando da vigência da bandeira tarifária vermelha.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 673, DE 4 DE AGOSTO DE 2015

Estabelece os requisitos e procedimentos para a obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamento de potencial hidráulico com características de Pequena Central Hidrelétrica - PCH.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, de acordo com deliberação da Diretoria, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, art. 5º, §§ 2º e 3º, no Decreto nº 4.932, de 23 de dezembro de 2003, art. 1º, inciso II, o que consta do Processo nº 48500.004004/2014-66, e considerando:

os avanços obtidos com a Resolução Normativa nº 343/2008 ao estabelecer que a análise de projeto básico de Pequena Central Hidrelétrica - PCH deveria ter como ênfase os aspectos definidores do potencial hidráulico, e que tais aspectos estão sendo previamente definidos nos estudos de inventário para esses aproveitamentos;

a necessidade de revisão dos critérios de enquadramento de PCH;

a necessidade de compatibilizar os prazos das autorizações de empreendimentos de geração emitidos pela ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia - MME; e

as contribuições recebidas dos diversos agentes e setores da sociedade, por meio da Audiência Pública nº 057/2014, realizada no período de 16 de outubro de 2014 a 17 de novembro de 2014, em sua 1ª Fase; e de 14 de maio de 2015 a 12 de junho de 2015, em sua 2ª fase, resolve:

Art. 1º Estabelecer os requisitos e procedimentos para a obtenção de outorga de autorização para exploração de aproveitamento de potencial hidráulico com características de Pequena Central Hidrelétrica - PCH.

Art. 2º Serão considerados empreendimentos com características de PCH aqueles empreendimentos destinados a autoprodução ou produção independente de energia elétrica, cuja potência seja superior a 3.000 kW e igual ou inferior a 30.000 kW e com área de reservatório de até 13 km², excluindo a calha do rio.

§ 1º O aproveitamento hidrelétrico com área de reservatório superior a 13 km², excluindo a calha do rio, será considerado como PCH se o reservatório for de regularização, no mínimo, semanal ou cujo dimensionamento, comprovadamente, foi baseado em outros objetivos que não o de geração de energia elétrica.

§ 2º A regularização de que trata o §1º deste artigo será aferida por meio do volume útil e da vazão máxima turbinada.

CAPÍTULO I

DO REGISTRO DE INTENÇÃO À OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO (DRI-PCH)

Art. 3º Os requerimentos de intenção à outorga de autorização serão conferido por meio de despacho (DRI-PCH) a ser emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG.

Art. 4º Para fins de obtenção do DRI-PCH, o interessado deverá apresentar na ANEEL, conforme determinações disponíveis no sítio oficial da ANEEL na internet, os seguintes documentos:

I - requerimento de DRI-PCH, nos termos disponíveis no sítio da ANEEL na internet, assinado por pessoa física interessada ou pelo Dirigente Máximo de pessoa jurídica, inclusive consórcios, nos termos da legislação vigente;

II - comprovante de aporte da garantia de registro, nos termos do ANEXO I;

III - formulário de registro, nos termos disponíveis no sítio oficial da ANEEL na internet, acompanhados dos documentos requeridos;

IV - documentação que assegure devida autorização de uso, no caso de aproveitamentos que utilizem estruturas de propriedade da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios; e

V - no caso de pessoa jurídica, organograma do grupo econômico, promovendo abertura do quadro de acionistas, até a participação acionária final, inclusive de quotista/acionista pessoa física, constando o nome ou razão social, apresentando as participações diretas e indiretas, até seu último nível, inclusive as participações minoritária, superior a 5% (cinco por cento) e as participações inferiores a 5% (cinco por cento) quando o acionista fizer parte do Grupo de Controle por meio de Acordo de Acionistas.

Art. 5º Na concessão do DRI-PCH, a ANEEL observará:

I - existência de estudos de inventário aprovados;

II - conformidade dos documentos exigidos;

III - intervalo de sessenta dias entre a revogação do DRI-PCH e a solicitação de novo registro pelo mesmo interessado ou do grupo econômico do qual faça parte; e

IV - histórico do requerente, inclusive dos componentes do grupo econômico do qual faz parte, quanto ao comportamento no desenvolvimento de outros processos de autorização, inclusive nas etapas de elaboração e apresentação do projeto básico.

Art. 6º Para os inventários aprovados até a data de publicação desta Resolução, o DRI-PCH será conferido exclusivamente ao primeiro interessado que apresentar os documentos em conformidade ao disposto no art. 4º, respeitado o direito de preferência estabelecido no regulamento que trata dos estudos de inventário.

Art. 7º Para os inventários aprovados após a publicação desta Resolução, pelo prazo de 90 (noventa) dias a contar da data de publicação da aprovação dos respectivos estudos de inventário, serão conferidos mais de um DRI-PCH.

§1º. Após o prazo de que trata o caput, o DRI-PCH será conferido exclusivamente ao primeiro interessado que apresentar os documentos em conformidade ao disposto no art. 4º.

§2º Havendo mais de um DRI-PCH para o mesmo aproveitamento, será selecionado o interessado que primeiro protocolar na ANEEL o Sumário Executivo acompanhado das correspondentes Anotações de Responsabilidade Técnica e do projeto básico desenvolvido.

Art. 8º Não serão permitidas transferências de titularidade do DRI-PCH antes da entrega do Sumário Executivo.

§1º Após a apresentação do Sumário Executivo, as solicitações de alteração de titularidade do DRI-PCH deverão ser requeridas por ambos os interessados mediante apresentação dos documentos previstos no art. 3º, inclusive o comprovante de aporte de garantia de registro.

§2º O novo titular assumirá integralmente os direitos e obrigações originalmente constituídas pelo antecessor.

Art. 9º O DRI-PCH será revogado nos seguintes casos:

I - desistência formal em prosseguir no processo;

II - descumprimento à legislação vigente e aos termos desta Resolução, incluindo os prazos nela estabelecidos.

Parágrafo único. Caso o interessado tenha o DRI-PCH revogado em qualquer etapa do processo, este perderá o direito de preferência estabelecido no regulamento que trata dos estudos de inventário, inclusive na situação em que ele venha a solicitar novo pedido de DRI-PCH para o aproveitamento em questão.

CAPÍTULO II

DO projeto básico E do SUMÁRIO EXECUTIVO

Art. 10 A partir da publicação do DRI-PCH, o interessado terá o prazo de até 14 (quatorze) meses para elaboração do projeto básico.

§ 1º O projeto básico deverá ser elaborado tendo como referência o potencial hidráulico e a partição de quedas definidos nos estudos de inventário, observadas a boa técnica de engenharia, e deverá ser compilado em um Sumário Executivo.

§ 2º Serão admitidos ajustes no potencial hidráulico e na partição de quedas definidos no inventário, desde que de forma fundamentada e sem prejuízos aos demais aproveitamentos da cascata, devendo ser informadas à ANEEL quaisquer inconsistências encontradas no aproveitamento ótimo aprovado.

§ 3º A autorização para levantamentos de campo, quando solicitada pelo interessado, dar-se-á por meio de despacho depois de cumpridos os requisitos constantes do sítio da ANEEL.

§ 4º Findo o prazo de que trata o caput, o interessado deverá apresentar na ANEEL o Sumário Executivo, do qual constarão, dentre outras, as informações relacionadas aos aspectos definidores do potencial hidráulico e os parâmetros para o cálculo da garantia física, as correspondentes ART e o arquivo digital contendo o projeto básico desenvolvido, conforme orientações disponíveis no sitio da ANEEL.

§ 5º O Sumário Executivo deverá ser assinado pelo dirigente máximo da empresa e pelo responsável técnico pelo projeto básico.

§ 6º O DRI-PCH será revogado se constatadas inconsistências técnicas relevantes na proposta de utilização do aproveitamento, com consequente abertura do eixo inventariado a novos interessados.

§ 7º São de total e exclusiva responsabilidade do interessado e eventuais subcontratados o conteúdo, veracidade, consistência e legalidade das informações e documentos desenvolvidos, não os eximindo nas esferas civil, penal, administrativa e técnica, inclusive perante o CREA, compreendendo, também, os aspectos de segurança relacionados à barragem e demais estruturas do empreendimento.

§ 8º O DRI-PCH perderá sua eficácia caso o Sumário Executivo, as ART e o projeto básico não sejam apresentados no prazo de quatorze meses.

Art. 11 Se for verificada a declaração de informações falsas no Sumário Executivo, o interessado estará sujeito às seguintes penalidades:

I.Revogação do DRI-PCH;

II.Proibição de obter novos DRI-PCH pelo prazo de 24 meses; e

III.Execução da garantia financeira aportada.

Art. 12 A ANEEL analisará o Sumário Executivo observando os aspectos definidores do potencial hidráulico, principalmente, queda, potência e fator de capacidade.

§ 1º A compatibilidade do Sumário Executivo com os estudos de inventário e com uso do potencial hidráulico será atestada por meio da emissão de Despacho de Registro da Adequabilidade do Sumário Executivo (DRS-PCH), a ser emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG.

§ 2º O DRS-PCH tem como finalidades permitir que a ANEEL solicite a Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e que o interessado requeira o Licenciamento Ambiental pertinente junto aos órgãos competentes, sem prejuízo de antecipação dessas ações, quando couber, imediatamente após a publicação do DRI-PCH previsto no Capítulo I desta Resolução.

§ 3º O DRS-PCH perderá a vigência, independentemente de manifestação da ANEEL, caso o interessado não requeira a outorga em até 3 (três) anos, prorrogáveis por até 3 (três) anos, a critério da ANEEL, contados da data de sua publicação.

Art. 13 O DRS-PCH será revogado, a qualquer tempo, na ocorrência de uma das seguintes condições:

I.Houver fundados indícios de que seu titular, direta ou indiretamente, utiliza-o para desestimular, inibir ou impedir a iniciativa de outros interessados.

II. Não houver comprovação de que houve diligência do interessado na obtenção do licenciamento ambiental pertinente.

Parágrafo único. A revogação do DRS-PCH implicará na revogação do DRI-PCH, com consequente disponibilização do eixo inventariado a qualquer interessado.

CAPÍTULO III

DA OUTORGA DE AUTORIZAÇÃO

Art. 14 Após a obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica e do Licenciamento Ambiental pertinente, o interessado deverá apresentar, conforme orientações disponíveis no sítio da ANEEL, em até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da ANEEL, os documentos constantes no Anexo II.

§1º O não cumprimento do prazo previsto no caput implicará na revogação do DRS-PCH, com consequente disponibilização do eixo inventariado a qualquer interessado, e execução da respectiva garantia.

§ 2º. Os interessados deverão estar adimplentes com as obrigações setoriais de que tratam as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, e nº 9.427, de 1996, se forem titulares de concessão ou autorização para exploração de serviço de energia elétrica.

§ 3º Empresas estrangeiras e Fundos de Investimentos em Participações - FIP, para receber a outorga de autorização, deverão constituir, sob as leis brasileiras, empresa específica que atenda a todos os requisitos de qualificação e regularidade previstos.

Art. 15. Para fins de outorga, a ANEEL examinará o histórico do interessado, inclusive dos componentes do grupo econômico do qual faz parte, inclusive quanto ao comportamento e penalidades acaso imputadas no desenvolvimento de outros processos de autorização e concessão dos serviços de energia elétrica.

§ 1º A análise do processo de outorga será sobrestada caso se verifique a existência de irregularidades.

§ 2º Na hipótese do §1º, será assegurado ao interessado até 60 (sessenta) dias para regularização, findo o qual, sem manifestação do interessado ou descumpridas as determinações da ANEEL, será revogado o DRI-PCH e o DRS-PCH e disponibilizado o eixo inventariado para qualquer interessado.

§ 3º Sanadas as irregularidades, os documentos exigidos pelo art. 9º deverão ser atualizados e a ANEEL retomará a análise do processo de outorga.

§ 4º Considerado o histórico do requerente, ainda que sua situação esteja regular, a ANEEL poderá indeferir o requerimento de outorga e disponibilizar o eixo inventariado para qualquer interessado.

Art. 16. Atendidos os requisitos constantes deste capítulo e após o aporte da garantia de fiel cumprimento, nos termos do Anexo I, a ANEEL emitirá a outorga de autorização para a PCH em questão.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 17. No caso de transferência total ou parcial da titularidade da autorização, o sucessor deverá atender às condições estabelecidas nesta Resolução.

Art. 18. A instrução do processo de outorga será sobrestada caso o interessado manifeste a intenção de participar do leilão de energia nova subsequente.

Parágrafo único. Caso o interessado não venda energia no referido leilão, o processo de outorga será retomado nos termos deste Capítulo.

Art. 19. Será revogada a outorga de autorização quando, a qualquer tempo, houver fundados indícios de que seu titular, direta ou indiretamente, vise apenas alcançar resultado que iniba ou desestimule a iniciativa de outros interessados no mesmo potencial hidráulico, ou objetive a formação de reserva de potenciais para seu uso futuro.

Parágrafo único. Também será revogada a outorga de autorização daquele que fornecer informações inexatas quando do envio dos documentos previstos nesta Resolução.

Art. 20. O processo para emissão da outorga de autorização poderá ser encerrado, a qualquer tempo, se verificado que não foram atendidas as condições estipuladas para a adequada instrução processual.

CAPÍTULO IV

DA COMUNICAÇÃO DE IMPLANTAÇÃO DAS CENTRAIS GERADORAS COM CAPACIDADE REDUZIDA

Art. 21. A implantação de aproveitamentos hidrelétricos com potência igual ou inferior a 3.000 kW deverá ser comunicada à ANEEL.

§ 1º Para fins de comunicação, o interessado deverá cadastrar as informações sobre seu empreendimento, após sua implantação, conforme determinações disponíveis no sítio oficial da ANEEL na internet.

§ 2º A comunicação não isenta o empreendedor das obrigações ambientais e exigências requeridas pelos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, não gerando qualquer imputação de responsabilidades ao Poder Concedente ou à ANEEL.

§ 3º O aproveitamento hidrelétrico descrito no caput que vier a ser afetado por aproveitamento ótimo do curso d'água não acarretará ônus de qualquer natureza ao Poder Concedente ou à ANEEL, nos termos da legislação vigente.

Art. 22. Os titulares dos registros ativos, emitidos anteriormente à publicação da Lei nº 13.097/2015, para desenvolvimento de projetos básicos de aproveitamentos descritos no caput do art. 21 terão o prazo de 3 (três) anos contados da publicação desta Resolução para comunicar a sua implantação.

§ 1º A não implantação do aproveitamento no prazo estipulado ensejará a perda de vigência do despacho que concedeu o registro ativo, independentemente de manifestação da ANEEL.

§ 2° Para os empreendimentos descritos no caput que possuam mais de um interessado, serão mantidos todos os registros ativos até que um dos interessados comunique à ANEEL a implantação do aproveitamento, observado o prazo previsto no caput.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 23. Todos os processos de outorga de empreendimentos com características de PCH sob a égide das Resoluções n° 395, de 4 de dezembro de 1998 e n° 343, de 9 de dezembro de 2008, que estejam nas etapas de registro, aceite, ou que ainda não tiveram os projetos básicos aprovados, deverão apresentar o Sumário Executivo e as ART.

§ 1º Os Sumário Executivo e as ART dos projetos básicos referidos no caput deverão ser encaminhados em até 14 (quatorze) meses, contados da publicação desta Resolução, observados os requisitos previstos no art. 10º.

§ 2º Após o prazo de 14 (quatorze) meses, caso não haja manifestação por parte dos interessados, os registros serão revogados, os processos arquivados e os eixos disponibilizados para novos interessados.

§ 3º Os pedidos de registro ainda não avaliados deverão ser reapresentados com vistas a atender ao estabelecido nesta Resolução.

§ 4º Caso os projetos básicos aprovados sejam objeto de uma revisão, esta deverá se adequada aos novos critérios estabelecidos neste regulamento.

Art. 24. Todos os processos de outorga de empreendimentos sob a égide da Resolução n° 412, de 5 de outubro de 2010, que estejam nas etapas de registro, aceite, ou que ainda não tiveram os projetos básicos aprovados, deverão apresentar o Sumário Executivo.

Art. 25. Os aproveitamentos de PCH para os quais já existirem registros ativos para elaboração do projeto básico, anteriores a data de publicação desta Resolução, serão selecionados e hierarquizados nos termos da Resolução Normativa nº 343/2008 e da Resolução
nº 395/1998, a que se aplicar, respeitado o prazo remanescente de que trata o §3º do art. 3º da Resolução Normativa nº 343/2008.

Art. 26. A autorizada deverá disponibilizar nas instalações da usina, em até 120 (cento e vinte) dias após a liberação da operação comercial, o projeto "como construído", para efeito de registro das informações efetivamente executadas na obra, dos quais poderão ser solicitados cópia, a critério da ANEEL.

Parágrafo único. O interessado estará sujeito às penalidades previstas em regulamento específico, sem prejuízo do previsto nesta Resolução, caso o empreendimento seja implementado com modificações que afetem o potencial hidráulico considerado adequado, ou com outras modificações consideradas relevantes, imotivadamente e sem prévia autorização da ANEEL.

Art. 27. As outorgas de autorização emitidas após a publicação desta Resolução terão vigência de 35 (trinta e cinco) anos.

Parágrafo Único. Aplica-se o prazo de que trata o caput deste artigo às outorgas de que tratam a Resolução nº 395, de 4 de dezembro de 1998, a Resolução Normativa nº 390, a Resolução Normativa nº 391, ambas de 15 de dezembro de 2009, e a Resolução Normativa nº 412, de 05 de outubro de 2010, emitidas após a publicação desta Resolução.

Art. 28. Ficam revogados o Capítulo VI da Resolução ANEEL n° 395, de 04 de dezembro de 1998, a Resolução ANEEL nº 652, de 9 de dezembro de 2003, e as disposições contrárias constante da Resolução Normativa nº 343, de 9 de dezembro de 2008, observadas as regras de transição previstas neste Capítulo.

Art. 29. Os empreendimentos hidrelétricos sob a égide da Resolução n° 412, de 5 de outubro de 2010, que estejam nas etapas de registro, aceite, em análise, ou com os projetos básicos aprovados, e que se enquadram nos critérios dispostos no art. 2º, serão outorgados como PCH.

Art. 30. A Resolução Normativa nº 395, de 04 de dezembro de 1998, passa a vigorar com a seguinte alteração:

"Art. 19. Findo o processo de seleção definido no artigo anterior, e após a publicação do seu resultado, a ANEEL exigirá dos interessados a apresentação, em sessenta dias, prorrogáveis por igual período, dos documentos que comprovem sua regularidade jurídica e fiscal, bem como a sua qualificação técnica e capacidade de investimento para execução do empreendimento."

Art. 31. A Resolução Normativa nº 412, de 05 de outubro de 2010, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art.
3º.....

.....

§ 4º Efetivado o primeiro registro como ativo, a entrega do respectivo projeto básico e do Sumário Executivo deverá ser feita em até 14 (quatorze) meses contados da publicação do primeiro despacho de registro ativo, podendo este prazo ser prorrogado nos casos fortuitos ou de força maior, ou nos casos provocados por atos do Poder Público.

.....

Art. 8º-A As garantias financeiras já aportadas junto à ANEEL, anteriormente à publicação desta Resolução, deverão ser reapresentadas ao Agente Custodiante, por ocasião de eventual renovação/endosso, nas condições descritas no Manual disponibilizado no sítio eletrônico da ANEEL na internet.

.....

Art. 9º Atendidas às disposições previstas nos Capítulos I e II, relativas às etapas de registro e elaboração, o projeto básico e o Sumário Executivo deverão ser apresentados na ANEEL, conforme condições constantes do ANEXO I, complementado pelos ANEXOS II e III, bem como contendo o termo de responsabilidade disposto no sítio eletrônico da ANEEL na internet.

.....

Art. 14. Após a publicação da aprovação do projeto básico, o interessado deverá protocolar, em até 60 (sessenta) dias, prorrogáveis por igual período, a critério da ANEEL, os seguintes documentos originais ou cópias devidamente autenticadas:

.....

Art. 32. Esta Resolução será reavaliada 2 (dois) anos após a sua publicação.

Art. 33. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROMEU DONIZETE RUFINO

ANEXO I

DAS GARANTIAS DE REGISTRO E DE FIEL CUMPRIMENTO

1.As garantias de registro e de fiel cumprimento deverão ser aportadas no Agente Custodiante contratado pela ANEEL.

2.As modalidades e formas de aporte das garantias de registro e de fiel cumprimento estão disponíveis no sítio oficial da ANEEL na internet.

3.Ficam estabelecidos os seguintes valores para o aporte da garantia de registro:

Potência de Referência (kW)	Até 10.000	De 10.001 a 15.000	De 15.001 a 20.000	De 20.001 a 25.000	De 25.001 a 30.000
Valor (R$)	250.000,00	350.000,00	450.000,00	600.000,00	750.000,00

3.1.Será adotada como referência a potência definida para a PCH nos estudos de inventário correspondente.

3.2.Os valores constantes no caput serão atualizados em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e publicados pela ANEEL por meio de despacho a ser emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG.

4.A garantia de registro deverá ter a ANEEL como beneficiária e o interessado como tomador e vigorar por vigorar por, no mínimo, vinte e quatro meses a partir da data de solicitação de registro, devendo permanecer vigente até que se satisfaçam as condições previstas no item 4.2, e prorrogada 30 (trinta) antes do vencimento.

4.1.O interessado que não mantiver a garantia de registro nas condições previstas nesta Resolução estará sujeito às sanções administrativas e judiciais.

4.2.A garantia de registro será devolvida:

I - caso o DRI-PCH não seja conferido;

II - caso o interessado desista formalmente do processo:

a) em até 180 dias da data de publicação do DRI-PCH;

b) em qualquer momento, caso seja constatada, nos termos da legislação vigente, a inviabilidade ambiental do aproveitamento;

III - após a substituição, se for o caso, pela garantia de fiel cumprimento.

4.3.A garantia de registro somente será devolvida após comprovação, por parte do interessado, de inexistência de ações judiciais indenizatórias decorrentes dos eventuais levantamentos de campo realizados.

4.4.A garantia de registro será executada, por determinação expressa da ANEEL, nas seguintes hipóteses:

I - desistência por parte do interessado nos casos não contemplados no inciso II do item 4.2;

II - no caso de o Sumário Executivo previsto no art. 10 não ser entregue no prazo;

III - no caso de enquadramento ao previsto no art. 13 desta Resolução.

4.5.A execução da garantia de registro ocorrerá em processo próprio.

5.Para obter a outorga de autorização de que trata o Capítulo IV, o interessado deverá apresentar a garantia de fiel cumprimento, no valor de 5% (cinco por cento) do investimento, sendo este considerado equivalente a R$ 6.000,00 (seis mil reais)/kW instalado, tendo como referência a potência definida no Sumário Executivo, podendo este valor ser revisto a critério da ANEEL.

5.1.O valor constante no caput será atualizado em janeiro de cada ano pelo Índice Geral de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, e publicados pela ANEEL por meio de despacho a ser emitido pela Superintendência de Concessões e Autorizações de Geração - SCG.

5.2.A garantia de fiel cumprimento deverá ter a ANEEL como beneficiária e o interessado como tomador e vigorar por até 30 (trinta) dias após a entrada em operação comercial da última unidade geradora do empreendimento, devendo ser mantida nas condições previstas nesta Resolução, e prorrogada 30 (trinta) dias antes do vencimento, sempre que este marco ocorrer antes da entrada em operação comercial da última unidade geradora.

5.3.A garantia poderá ser substituída por outras garantias aceitas pela ANEEL, de valores progressivamente menores, à medida que, mediante comprovação junto à fiscalização da Agência, forem sendo atingidos os marcos descritos a seguir:

I - Início da concretagem da casa de força - redução de 10% (dez por cento) do valor originalmente aportado;

II - Descida do rotor da turbina da 1ª unidade geradora - redução de 40% (quarenta por cento) do valor originalmente aportado; e

III - Início da operação em teste da 1ª unidade geradora - redução de 60% (sessenta por cento) do valor originalmente aportado.

5.4.A garantia de fiel cumprimento será executada, por determinação expressa da ANEEL, nas seguintes hipóteses:

I - descumprimento do cronograma de implantação do empreendimento;

II - descumprimento das condições previstas no ato autorizativo quanto à potência instalada e ao número de máquinas;

III - alterações nos dados constantes do Sumário Executivo protocolado na ANEEL, sem anuência prévia da Agência, que resultem em redução da energia gerada ou interfiram na partição de quedas aprovada; e

IV - revogação da outorga de autorização.

5.5.A empresa deverá recompor a garantia no caso de execução total ou parcial da mesma.

5.6.A execução da garantia de fiel cumprimento não exime a autorizada das penalidades previstas na regulamentação específica.

5.7.A garantia de fiel cumprimento será devolvida nas seguintes condições:

I - no trigésimo dia posterior ao inicio da operação comercial da última unidade geradora; e

II - se for declarada pelo órgão competente a inviabilidade ambiental do empreendimento, 30 (trinta) dias após esta declaração.

5.8.No caso de transferência da outorga durante o período de validade da garantia de fiel cumprimento, a nova autorizada deverá substituir as garantias originais, as quais somente serão devolvidas após a validação das novas garantias.

5.9.As modalidades e formas de aporte da garantia de fiel cumprimento serão disponibilizadas no sítio eletrônico da ANEEL na internet.

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À OUTORGA

1.Organograma do Grupo Econômico, promovendo abertura do quadro de acionistas, até a participação acionária final, inclusive de quotista/acionista pessoa física, constando o nome ou razão social, obedecendo ao seguinte:

a)O organograma deverá apresentar as participações diretas e indiretas, até seu último nível;

b)A abertura deve considerar todo tipo de participação, inclusive minoritária, superior a 5% (cinco por cento); e

c)As participações inferiores a 5% (cinco por cento) também devem ser informadas, quando o acionista fizer parte do Grupo de Controle por meio de Acordo de Acionistas.

2.Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado no órgão competente, acompanhado do ato que instituiu a atual administração, observando, no que couber, o disposto na Lei nº- 6.404, de 15 de setembro de 1976;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. Contrato de Constituição de Consórcio, quando for o caso, firmado por instrumento público ou particular, na forma estabelecida no art. 279 da Lei nº 6.404, de 1976, e no art. 33 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, subscrito pelos representantes legais das empresas consorciadas e, o qual deverá contemplar as seguintes cláusulas específicas:

a)Indicação da participação percentual de cada empresa; e

b)Designação da líder do consórcio, com quem a ANEEL se relacionará e será perante ela responsável pelo cumprimento das obrigações descritas no ato autorizativo, sem prejuízo da responsabilidade solidária das demais empresas consorciadas.

4.Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);

5.Certificado de regularidade relativo ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);

6.Certidões de regularidade perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal, sendo que a regularidade para com a Fazenda Federal deverá ser comprovada por meio de Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com Efeito de Negativa, relativos a Tributos Federais, à Dívida Ativa da União e Contribuições Previdenciárias, expedida pela Secretaria da Receita Federal e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional.

7.Certidão Civil de Falências e Processo de Recuperação, emitida em até 30 (trinta) dias corridos anteriores à data de protocolo dos documentos na ANEEL, que comprove inexistir distribuição de ações de falência, ou Certidão de Insolvência Civil, no caso de sociedades civis;

8.Informação de Acesso emitida pela concessionária de distribuição, transmissão ou pelo ONS, a respeito da viabilidade e do ponto de conexão do empreendimento;

9. Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica;

10.Licença Ambiental pertinente;

11.Cronograma físico completo atualizado da implantação do empreendimento, apresentado por meio de tabela, onde deverão ser destacadas as datas dos principais marcos, conforme relação abaixo:

a)obtenção da Licença de Instalação (LI);

b)início da montagem do canteiro de obras;

c)início das obras civis das estruturas;

d)desvio do rio (discriminando por fase);

e)início da concretagem da casa de força;

f)início da montagem eletromecânica das unidades geradoras;

g)início das obras da subestação e linha de transmissão de interesse restrito;

h)conclusão da montagem eletromecânica;

i)obtenção da Licença de Operação - LO;

j)início do enchimento do reservatório;

k)início da operação em teste de cada unidade geradora; e

l)início da operação comercial de cada unidade geradora.

11.1. O cronograma físico a ser apresentado será constituído em compromisso do empreendedor para a implantação do empreendimento, e constará do ato autorizativo, determinando o acompanhamento do andamento do empreendimento pela fiscalização da ANEEL.

12.No caso de empresas organizadas sob a forma de consórcio deverá ser observado o seguinte:

a)As obrigações pecuniárias perante à ANEEL são proporcionais à participação de cada consorciada; e

b)Posteriormente a outorga, a transferência parcial ou total da autorização deverá ser solicitada à ANEEL, conforme legislação em vigor.

DESPACHOS DO DIRETOR-GERAL
Em 25 de agosto de 2015

N° 2.792 -O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da Diretoria e o constante do Processo nº 48500.003618/2015-10, decide indeferir o Requerimento Administrativo, com pedido de Medida Cautelar, interposto pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica - Abradee, com vistas à modulação dos recolhimentos das quotas da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, fixadas na Resolução Homologatória nº 1.857, de 27 de fevereiro de 2015, enquanto vigorar a liminar obtida pela Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres - Abrace em processo judicial.

Nº 2.801 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso de suas atribuições regimentais, tendo em vista a deliberação da Diretoria e o que consta do Processo nº 48500.004046/2014-05, decide: conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo interposto pela Companhia Energética do Ceará - COELCE, em face do Auto de Infração nº 032/2013-ARCE, lavrado pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará - ARCE; e (ii) manter a penalidade de multa em R$ 112.906,27 (cento e doze mil, novecentos e seis reais e vinte e sete centavos), valor este que deverá ser recolhido em conformidade com a legislação vigente.

N° 2.804 - O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA-ANEEL, no uso das atribuições regimentais, tendo em vista deliberação da diretoria e o que consta do Processo n° 48500.002393/2014-95, decide conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. - SPTE em face da Resolução Autorizativa nº 5.069, de 24 de fevereiro de 2015, que autorizou a Serra do Paracatu Transmissora de Energia S.A - SPTE, Contrato de Concessão n° 007/2007, a implantar reforços na SE Pirapora II, em Pirapora, estado de Minas Gerais.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 24 de agosto de 2015

Nº 2.769 Processo nº 48500.003249/2015-57. Interessado: Aurora Energia Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Pérola 1, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034569-5.01, UFV Pérola 2, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034570-9.01, UFV Pérola 3, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034571-7.01, UFV Pérola 4, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034572-5.01 UFV, Pérola 5, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034573-3.01, UFV Pérola 6, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034574-1.01 UFV Pérola 7, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034575-0.01, e UFV Pérola 8, cadastrada sob o CEG UFV.RS.PI.034576-8.01, todas com 30.000 kW de Potência Instalada, localizadas no município de Ribeiro Gonçalves, estado do Piauí. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.773 Processo nº 48500.003191/2015-41. Interessado: Contour Global do Brasil Holding Ltda. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Asa Branca Solaris I (CEG UFV.RS.RN.034583-0.01), UFV Asa Branca Solaris II (CEG UFV.RS.RN.034584-9.01), UFV Asa Branca Solaris III (CEG UFV.RS.RN.034585-7.01), UFV Asa Branca Solaris IV (CEG UFV.RS.RN.034586-5.01), UFV Asa Branca Solaris V (CEG UFV.RS.RN.034587-3.01), UFV Asa Branca Solaris VI (CEG UFV.RS.RN.034588-1.01) e UFV Asa Branca Solaris VII (CEG UFV.RS.RN.034589-0.01), sendo as seis primeiras com 30.000 kW de Potência Instalada e a sétima com 20.000 kW de Potência Instalada, localizadas no município de Parazinho, estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Em 28 de agosto de 2015.

Nº 2.829. Processo: 48500.003041/2015-38. Decisão: registrar o recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Barra da Onça I, cadastrada sob o UFV.RS.RN.034626-8.01, da UFV Barra da Onça II, cadastrada sob o UFV.RS.RN.034627-6.01, da UFV Barra da Onça III cadastrada sob o UFV.RS.RN.034628-4.01,e da UFV Barra da Onça IV, cadastrada sob o UFV.RS.RN.034629-2.01, localizadas no município de Santana do Matos, no estado do Rio Grande do Norte. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.837 Processo nº 48500.002785/2015-35. Interessado: CPFL Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Bom Conselho I, cadastrada sob o EOL.CV.PE.034592-0.01, com 29.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bom Conselho, no estado de Pernambuco.

Nº 2.838 Processo nº 48500.002826/2015-93. Interessado: CPFL Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Bom Conselho II, cadastrada sob o EOL.CV.PE.034593-8.01, com 29.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bom Conselho, no estado de Pernambuco.

Nº 2.839 Processo nº 48500.002828/2015-82. Interessado: CPFL Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Bom Conselho III, cadastrada sob o EOL.CV.PE.034595-4.01, com 29.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Bom Conselho, no estado de Pernambuco.

Nº 2.840. Processo nº 48500.001502/2011-12. Interessado: Campo dos Ventos I Energias Renováveis S.A. Decisão: alterar no Despacho nº 2272, de 14 de julho de 2015, o posicionamento georreferenciado do aerogerador CV-I-07 da EOL Campo dos Ventos I.

Nº 2.841. Processo nº 48500.001789/2011-72. Interessado: Campo dos Ventos V Energias Renováveis S.A. Decisão: alterar no Despacho nº 2274, de 14 de julho de 2015, o posicionamento georreferenciado do aerogerador CV-V-09 da EOL Campo dos Ventos V.

Nº 2.842. Processo nº 48500.000822/1998-18. Interessado: empresa Infoglobo Comunicação e Participações S.A. Decisão: autorizar a implantação do sistema de transmissão de interesse restrito da UTE Globo, cadastrada com o CEG UTE.GN.RJ.001033-2.01.

Nº 2.843. Processo nº 48500.001340/2004-22. Interessado: Energética Serranópolis Ltda. Decisão: (i) alterar, de 8.600 para 10.000 kW, a capacidade instalada da UTE Serranópolis, outorgada à empresa Energética Serranópolis Ltda., e (ii) registrar a Potência Instalada de 10.000 kW e a Potência Líquida de 9.500 kW.

A íntegra destes Despachos (e Anexos) consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Substituta

RETIFICAÇÃO

Na íntegra do Despacho nº 1.514, de 18 de maio de 2015, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, constante do Processo nº 48500.006086/2014-83, cujo resumo foi publicado no DOU, de 19 de maio de 2015, seção 1, página 46, n. 93, onde lê-se "EOL Mangue Seco 7", leia-se "EOL Usina Mangue Seco 7".

Na íntegra do Despacho nº 1.514, de 18 de maio de 2015, disponível no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/, constante do Processo nº 48500.006086/2014-83, cujo resumo foi publicado no DOU, de 19 de maio de 2015, seção 1, página 46, n. 93, retificar as coordenadas dos seguintes aerogeradores de seu Anexo.

Posição dos Aerogeradores (SIRGAS 2000 - Fuso 24S) - EOL Usina Mangue Seco 7

Aerogeradores	E (m)	N (m)
AEG-MS7-05	784386	9425289
AEG-MS7-06	784136	9425083

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELETRICIDADE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 2.833. Processo nº: 48500.003636/2014-11. Interessado: CELESC Distribuição S.A. - CELESC DIS. Decisão: reformar a decisão constante do Auto de Infração n° 088/2015-SFE, alterando o valor da multa para R$ 298.699,76 (duzentos e noventa e oito mil, seiscentos e noventa e nove reais e setenta e seis centavos), adotando como fundamento aqueles constantes na Análise do Pedido de Reconsideração. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

JOSÉ MOISÉS MACHADO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO ECONÔMICA E FINANCEIRA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 2.830. Processo nº 48500.002971/2015-74. Interessada: Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. Decisão: anuir ao contrato de prestação de serviços a ser celebrado entre a Interessada (Contratante) e AES Serviços TC Ltda. (Contratada) para operação de trinta e duas Lojas de Atendimento da Contratante, bem como a operação de novas Lojas de Atendimento, a exclusivo critério da Contratante, distribuídos em todos os municípios da concessão, para o recebimento de solicitações de serviços comerciais e técnicos, fornecimento de informações e atendimentos de reclamações, pelo prazo de 48 (quarenta e oito) meses, pelo valor global de R$ 81.321.600,00 (oitenta e um milhões, trezentos e vinte e um mil e seiscentos reais). A íntegra deste Despacho consta dos autos e está disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.831. Processo nº: 48500.006700/2010-83. Interessado: Companhia Energética do Ceará - COELCE. Decisão: Conhecer do recurso, uma vez que interposto tempestivamente e, no mérito, conceder parcial provimento, reduzindo a penalidade de multa constante do Auto de Infração nº 097/2012-SFF/ANEEL, de 14/08/2012, para o valor de R$ 16.820.803,91 (dezesseis milhões, oitocentos e vinte mil, oitocentos e três reais e noventa e um centavos), por entender caracterizadas as infrações tipificadas no artigo 6º, inciso IV, da Resolução supracitada, nos termos das razões apresentadas na Análise do Pedido de Reconsideração. A íntegra deste Despacho (e seus anexos) consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

ANTONIO ARAÚJO DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 2.834. Processo: 48500.006396/2014-12. Interessados: distribuidoras de energia elétrica com aniversário contratual no mês de agosto de 2015. Decisão: Fixar a Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE para os interessados. A íntegra deste Despacho estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

Nº 2.836 - O SUPERINTENDENTE DE GESTÃO TARIFÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pelo Submódulo 6.8 do PRORET, aprovado pela Resolução Normativa nº 649, de 27 de fevereiro de 2015, tendo em vista o disposto no art. 3º da Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, nos inciso X do art. 4º do Anexo I do Decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997, e o que consta no Processo nº 48500.006631/2014-31, resolve fixar a bandeira tarifária vermelha que vigorará no mês de setembro de 2015.

CLÁUDIO ELIAS CARVALHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA E ESTUDOS DO MERCADO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 2.832. Processo nº 48500.001580/2007-89. Interessados: Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S.A. e Zona da Mata Geração S.A. Decisão: registrar o Segundo, Terceiro e Quarto Termos Aditivos ao Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica celebrado em 26 de fevereiro de 2007. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

JÚLIO CÉSAR REZENDE FERRAZ

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO Nº 37, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A DIRETORA-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, dispostas na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, alterada pela Lei nº 11.097, de 13 de janeiro de 2005, e no art. 11, inciso III, da Resolução ANP nº 69, de 06 de abril de 2011, e com base na Resolução de Diretoria nº 640, de 19 de agosto de 2015;

Considerando que compete à ANP a regulação e a fiscalização das atividades econômicas integrantes da indústria do petróleo, gás natural, e biocombustíveis e do abastecimento nacional de combustíveis;

Considerando que o art. 3º, inc. VI do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998 determina que a fiscalização será exercida no sentido da educação e orientação dos agentes econômicos do setor, bem como da prevenção e repressão de condutas violadoras da legislação pertinente, e das disposições estabelecidas nos contratos e nas autorizações;

Considerando a necessidade de garantia das Melhores Práticas da Indústria do Petróleo e das normas de segurança operacional e meio ambiente fundadas em sistemas de gestão; resolve:

Art. 1º Esta Resolução tem por objetivo regular os casos em que os Agentes de Fiscalização da Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente (SSM) poderão conceder prazo para os Agentes Regulados ajustarem sua conduta ao disposto na legislação aplicável e nos Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, sem a aplicação imediata das penalidades previstas na Lei nº 9.847, de 26 de outubro de 1999.

Art. 2º Para os efeitos desta Resolução, além das definições contidas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, no art. 2º da Lei nº 12.351, de 22 de dezembro de 2010, no art. 2º da Lei nº 11.909, de 04 de março de 2009, nos Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural e na regulação da ANP pertinente, ficam incorporadas, para todos os fins e efeitos, no plural ou no singular, as seguintes:

I.Agente de Fiscalização: Especialista em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural, Técnico em Regulação de Petróleo e Derivados, Álcool Combustível e Gás Natural e Especialista em Geologia e Geofísica do Petróleo e Gás Natural, de acordo com as especificidades de cada cargo, previamente designado para o exercício da atividade fiscalizatória por meio de ato da Diretoria Colegiada, e indicado especificamente para a ação de fiscalização;

II.Agente Regulado: agente econômico titular dos direitos de exploração e produção de petróleo e gás natural, nos termos dos Contratos de Concessão, dos Contratos de Partilha de Produção e dos Contratos de Cessão Onerosa, ou empresa autorizada pela ANP a construir e/ou operar instalação integrante da indústria do petróleo e gás natural;

III.Causa-Raiz: ausência, negligência ou deficiência no sistema de gestão que possibilita a ocorrência de falhas que comprometem a segurança operacional e/ou o meio ambiente;

IV.Evidência Objetiva: informação qualitativa ou quantitativa, fundamentada em registros ou relatórios de ocorrências, registros fotográficos, documentos digitais ou impressos, procedimentos, observações, entrevistas, medições ou testes;

V.Não Conformidade (NC): prática ou procedimento que se encontra em desacordo com requisito disposto nas normas e na regulamentação aplicável à atividade ou nos Contratos de Exploração e Produção de Petróleo e Gás Natural, e cuja ocorrência é demonstrada por meio de Evidência(s) Objetiva(s);

VI.Não Conformidade Crítica: Não Conformidade que possa gerar risco grave e iminente às pessoas, ao meio ambiente, à instalação ou às operações;

VII.Não Conformidade em Tratamento: situação de uma Não Conformidade na qual o Agente Regulado elimina a(s) falha(s) verificada(s) em Evidência(s) Objetiva(s) e demonstra estar adotando medidas no sentido de dar Tratamento Abrangente e Preventivo à Causa-Raiz, cujo resultado somente poderá ser avaliado após o seu acompanhamento pela ANP;

VIII.Notificação de Segurança: ato administrativo que aponta, fundamentadamente, que uma Não Conformidade constatada em uma unidade ou instalação pode ocorrer em outras unidade(s) ou instalação(ões) do mesmo Agente Regulado, notificando-o a verificar a ocorrência da mesma, e tratá-la, se for o caso;

IX.Recomendação de Segurança: ato administrativo que reconhece uma conduta como irregular ou que expõe um entendimento administrativo acerca da aplicação da norma regulatória, após decisão condenatória definitiva da ANP sobre a matéria, determinando, de forma abrangente, que o(s) Agente(s) Regulado(s) abstenha(m)-se de praticá-la, ou que passem a observá-lo, sob pena da imediata lavratura do Auto de Infração correspondente;

X.Saneamento da Não Conformidade: ação através da qual o Agente Regulado elimina a(s) falha(s) verificada(s) em Evidência(s) Objetiva(s) e dá Tratamento Abrangente e Preventivo à Causa-Raiz da Não Conformidade, demonstrando que o resultado pretendido com as medidas adotadas foi alcançado;

XI.Tratamento Abrangente e Preventivo: processo de verificação e adequação por parte do Agente Regulado de modo a garantir que a Causa-Raiz ensejadora da Não Conformidade seja integralmente eliminada, no mínimo, no âmbito da instalação ou unidade operacional fiscalizada, não se atendo ao desvio constatado em sistema, equipamento ou procedimento, apontado por meio de Evidência Objetiva.

Art. 3º O Agente de Fiscalização poderá, com base em critérios técnicos, conceder prazo para Saneamento da Não Conformidade.

§1º. A Não Conformidade deverá ser classificada como: crítica, grave, moderada, ou leve.

§2º. Os prazos para Saneamento da Não Conformidade serão de:

I.30 (trinta) dias para Não Conformidades graves;

II.90 (noventa) dias para Não Conformidades moderadas;

III.180 (cento e oitenta) dias para Não Conformidades leves.

§3º. A Não Conformidade somente será considerada sanada quando o Agente Regulado demonstrar que eliminou a(s) falha(s) verificada(s) em Evidência(s) Objetiva(s) e que deu Tratamento Abrangente e Preventivo à Causa-Raiz.

§4º. Quando a decisão sobre o Saneamento da Não Conformidade depender de um acompanhamento dos resultados das medidas adotadas pelo Agente Regulado, a Não Conformidade será considerada como Não Conformidade em Tratamento.

§5º. Quando a Não Conformidade não for sanada no prazo fixado, ou quando, após o acompanhamento a que se refere o §4º, as medidas adotadas pelo Agente Regulado não produzirem o resultado pretendido, será lavrado o Auto de Infração correspondente.

Art. 4º O Agente Regulado será informado da decisão que reconhece o Saneamento da Não Conformidade ou que a classifica como Não Conformidade em Tratamento, ressalvado o disposto no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo único. A ANP poderá reconsiderar a decisão que reconhece o Saneamento da Não Conformidade, caso verifique, em ações de fiscalização posteriores ou em incidentes operacionais posteriores, que as medidas corretivas e preventivas informadas pelos Agentes Regulados não foram implementadas ou não produziram o resultado pretendido.

Art. 5º Haverá lavratura imediata do Auto de Infração, sem prejuízo de eventuais determinações adicionais por parte da ANP, quando:

I.tratar-se de Não Conformidade Crítica;

II.o Agente de Fiscalização verificar que o Agente Regulado não tomou qualquer medida no sentido de atender à determinação da legislação aplicável, ou as medidas tomadas sejam manifestamente incapazes de atingir a finalidade pretendida;

III.a ação de fiscalização tiver por finalidade a investigação de incidente ocorrido na instalação ou unidade operacional;

IV.a Não Conformidade for considerada insanável pelo Agente de Fiscalização;

V.for verificada para a mesma instalação ou unidade operacional, em prazo inferior a cinco anos, Não Conformidade por violação da mesma referência normativa indicada no relatório da ação de fiscalização;

VI.na hipótese de Notificação de Segurança, conforme disposto no art. 9º e seus parágrafos;

VII.na hipótese de Recomendação de Segurança, conforme disposto no art. 11 e seus parágrafos.

§1º. As Não Conformidades Críticas ensejarão a interdição total ou parcial, conforme o caso, da instalação ou unidade operacional.

§2º. Nas hipóteses de Não Conformidades Críticas, quando o Agente Regulado adotar durante o transcurso da ação de fiscalização providências capazes de cessar os riscos verificados, o Agente de Fiscalização lavrará o Auto de Infração, deixando de proceder à interdição.

§3º. Na hipótese do inciso V, se, após a ação de fiscalização, a instalação ou unidade operacional for transferida ou passar a prestar serviço a outro Agente Regulado, este será intimado para sanar as Não Conformidades identificadas.

Art. 6º A lavratura do Auto de Infração e a eventual aplicação da penalidade não isentam o Agente Regulado de promover a eliminação da(s) falha(s) verificada(s) em Evidência(s) Objetiva(s) e o Tratamento Abrangente e Preventivo da Causa-Raiz, relativas à Não Conformidade que deu origem à autuação.

Art. 7º O Agente Regulado deverá, em até 15 (quinze) dias a contar da expiração do prazo para Saneamento da Não Conformidade, encaminhar à ANP documentação que comprove as ações corretivas e preventivas realizadas.

Parágrafo único. O Agente Regulado é responsável pela veracidade e exatidão das informações prestadas e da documentação encaminhada, sob pena de aplicação das sanções cabíveis.

Art. 8º Em casos excepcionais, em que ficar comprovada a impossibilidade do adequado Saneamento da Não Conformidade no prazo fixado, o Agente Regulado poderá, justificadamente, apresentar plano de ação.

§1º. Para que seja deferido, o plano de ação para Saneamento da Não Conformidade deverá:

I.ser apresentado dentro do prazo fixado para o Saneamento da Não Conformidade;

II.conter a identificação dos profissionais responsáveis, o cronograma a ser adotado, e a indicação das medidas pretendidas;

III.apresentar as razões pelas quais o Agente Regulado entende ser impossível o adequado Saneamento da Não Conformidade dentro do prazo inicialmente fixado;

IV.ser objetivamente capaz de possibilitar a eliminação da(s) falha(s) verificada(s) em Evidência(s) Objetiva(s) e o Tratamento Abrangente e Preventivo da Causa-Raiz, em sua integralidade;

V.demonstrar que as medidas pretendidas são compatíveis com o risco verificado.

§2º. Juntamente com a apresentação do plano de ação, o Agente Regulado deverá apresentar provas de que já iniciou as diligências necessárias para a execução das medidas corretivas e preventivas nele contempladas.

§3º. A ANP poderá solicitar esclarecimentos adicionais a respeito do plano de ação apresentado pelo Agente Regulado, ou determinar as modificações que entender necessárias.

§4º. A decisão que deferir o plano de ação produzirá efeitos retroativos à data da sua apresentação.

§5º. Após o deferimento do plano de ação, o Agente Regulado somente poderá solicitar alterações mediante justificativa técnica adequada.

§6º. O deferimento do plano de ação não promove o Saneamento da Não Conformidade, que ficará subordinado ao fiel cumprimento do referido plano e à sua efetividade.

§7º. Na hipótese de apresentação de plano de ação pelo Agente Regulado, será lavrado o Auto de Infração correspondente quando:

I.o plano de ação for indeferido pela ANP;

II.o Agente Regulado deixar de observar o disposto no §2º deste artigo;

III.o plano de ação for descumprido, total ou parcialmente, pelo Agente Regulado, ou não produzir o resultado pretendido.

Art. 9º O Superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente poderá expedir Notificação de Segurança quando verificar, fundamentadamente, a possibilidade de que uma Não Conformidade identificada durante a ação de fiscalização no âmbito de uma unidade operacional ou instalação ocorra em outra(s) instalação(ões) ou unidade(s) operacional(is) do mesmo Agente Regulado.

§1º. Quando houver Notificação de Segurança, o Agente de Fiscalização, em ações de fiscalização posteriores, independentemente da gravidade, deixará de conceder prazo para o Saneamento da Não Conformidade objeto do ato de Notificação, lavrando imediatamente o Auto de Infração correspondente.

§2º. O eventual Saneamento da Não Conformidade no caso concreto que motivar a expedição da Notificação de Segurança não prejudica os efeitos desta em relação às demais unidades operacionais ou instalações abrangidas.

§3º. A Notificação de Segurança deverá indicar:

I.o número do processo administrativo, o período em que ocorreu a ação de fiscalização, e a identificação da instalação ou unidade operacional fiscalizada, podendo se basear em mais de uma ação de fiscalização;

II.a Não Conformidade utilizada como base, bem como a referência normativa apontada como infringida, indicada no relatório da ação de fiscalização;

III.as instalações, os tipos de instalação, ou unidade(s) operacional(is) abrangido(s);

IV.o âmbito geográfico ou a divisão administrativa do Agente Regulado dentro dos quais produzirá efeitos;

V.as razões de fato que tornam possível a ocorrência da Não Conformidade no âmbito das instalações ou unidades operacionais abrangidas;

VI.o prazo para a adequação das instalações ou unidades operacionais abrangidas, fixado de acordo com a gravidade da conduta e a complexidade da matéria abordada.

Art. 10 A partir do recebimento da Notificação de Segurança, o Agente Regulado poderá se manifestar quanto ao seu objeto no prazo de 10 (dez) dias.

§1º. Quando houver manifestação por parte do Agente Regulado, a Notificação de Segurança terá seus efeitos suspensos até a decisão do Superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente.

§2º. Da decisão do Superintendente, caberá recurso à Diretoria Colegiada no prazo de 10 (dez) dias, sem efeito suspensivo.

§3º. As ações corretivas e preventivas realizadas em instalações ou unidades operacionais específicas com o objetivo de atender à Notificação de Segurança serão verificadas em ações de fiscalização posteriores.

Art. 11 O Superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente poderá expedir Recomendação de Segurança quando identificar, após a decisão condenatória definitiva na esfera administrativa:

I.a possibilidade de reiteração da mesma conduta infracional em outras instalações ou unidades operacionais do Agente Regulado; ou

II.que o entendimento traçado pela decisão administrativa deverá ser adotado em outras instalações ou unidades operacionais do Agente Regulado.

§1º. Quando houver Recomendação de Segurança, o Agente de Fiscalização, em ações de fiscalização posteriores, independentemente da gravidade, deixará de conceder prazo para o Saneamento da Não Conformidade objeto do ato de Recomendação, lavrando imediatamente o Auto de Infração correspondente.

§2º. A Recomendação de Segurança deverá indicar:

I.o número do processo administrativo sancionatório que motivou a sua expedição, bem como o número do Auto de Infração correspondente, podendo se basear em mais de um precedente;

II.a conduta infracional utilizada como parâmetro, ou o entendimento administrativo consolidado na decisão definitiva, conforme o caso;

III.os tipos de instalação ou unidade(s) operacional(is) abrangido(s);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

IV.o âmbito geográfico ou a divisão administrativa do Agente Regulado dentro dos quais produzirá efeitos;

V.o prazo para a adequação das instalações ou unidades operacionais abrangidas, fixado de acordo com a gravidade da conduta e a complexidade da matéria abordada.

§3º. A Recomendação de Segurança poderá prever a extensão dos seus efeitos às instalações ou unidades operacionais dos demais Agentes Regulados, desde que encaminhada mediante ofício circular, e desde que o ato de Recomendação seja publicado no sítio eletrônico da ANP.

Art. 12 A partir do recebimento da Recomendação de Segurança, qualquer Agente Regulado cuja(s) instalação(ões) ou unidade(s) operacional(is) estiver(em) abrangida(s) no ato poderá se manifestar no prazo de 10 (dez) dias, sendo vedada a rediscussão do caso concreto que motivou a sua expedição.

§1º. Quando houver manifestação por parte de um ou mais Agentes Regulados, a Recomendação de Segurança terá seus efeitos suspensos até a decisão do Superintendente de Segurança Operacional e Meio Ambiente, que deverá ser única.

§2º. Da decisão do Superintendente, caberá recurso à Diretoria Colegiada no prazo de 10 (dez) dias, sem efeito suspensivo.

§3º. As ações corretivas e preventivas realizadas em instalações ou unidades operacionais específicas com o objetivo de atender à Recomendação de Segurança serão verificadas em ações de fiscalização posteriores.

Art. 13 A partir da entrada em vigor da presente Resolução, poderão ser expedidas Notificações de Segurança e Recomendações de Segurança, nos termos expostos nos artigos 9º e 11, com base em ações de fiscalização e decisões administrativas definitivas, respectivamente, realizadas pela Superintendência de Segurança Operacional e Meio Ambiente.

Art. 14 Os casos omissos serão objeto de análise e deliberação pela ANP.

Art. 15 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MAGDA MARIA DE REGINA CHAMBRIARD

DIRETORIA III

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 1.240 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa REPSOL LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES BRASIL LTDA., CNPJ nº 21.498.454/0001-04 .
PROCESSO ANP: 48600.002058/2015 - 40
MARCA COMERCIAL: REPSOL DIESEL TURBO THPD BXT
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 15W40
NÍVEL DE DESEMPENHO: API CI-4. API SL, ACEA E7-12, MB-APPROVAL 228.3. MAN 3275, MTU TYPE 2, CUMMIS CES 20078, VOLVO VDS-3, MACK EO-N, RENAULT VI RLD-2
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES A DIESEL
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016914

Nº 1.241 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa FUCHS LUBRIFICANTES DO BRASIL LTDA., CNPJ nº 43.995.646/0001-69:
PROCESSO ANP: 48600.002009/2015 - 15
MARCA COMERCIAL: LAGERMEISTER CXI MS
GRAU DE VISCOSIDADE: NLGI 1
NÍVEL DE DESEMPENHO:
PRODUTO: GRAXA LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: PARA ROLAMENTOS E MANCAIS DE DESLIZAMENTO, ENGRENAGENS ABERTAS, PINOS E BUCHAS SUJEITOS A ALTAS CARGAS E ÁGUA
REGISTRO DO PRODUTO: 0000005130
PROCESSO ANP: 48600.002008/2015 - 62
MARCA COMERCIAL: RENOLIT HLT 2 - KB-N12006-1.1
GRAU DE VISCOSIDADE: NLGI 1
NÍVEL DE DESEMPENHO:
PRODUTO: GRAXA LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: GRAXA PARA ROLAMENTOS SUBMETIDOS A ALTAS E BAIXAS TEMPERATURAS
REGISTRO DO PRODUTO: 0000005131
PROCESSO ANP: 48600.002010/2015 - 31
MARCA COMERCIAL: RENOLIT WTF
GRAU DE VISCOSIDADE: NLGI 2
NÍVEL DE DESEMPENHO:
PRODUTO: GRAXA LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: GRAXA PARA MECANISMOS SUBMETIDOS A BAIXAS TEMPERATURAS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000005132
PROCESSO ANP: 48600.002012/2015 - 21
MARCA COMERCIAL: TITAN EG GL4
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 90
NÍVEL DE DESEMPENHO: API GL-4
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: PARA TRANSMISSÕES MULTIUSO. CAIXAS DE CÂMBIO MANUAIS SINCRONIZADAS E NÃO SINCRONIZADAS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016909

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 1.242 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa VALVOLINE CUMMINS DO BRASIL LUBRIFICANTES LTDA, CNPJ nº 09.055.622/0001-91 .
PROCESSO ANP: 48600.002040/2015 - 48
MARCA COMERCIAL: VALVOLINE MOTORCYCLE 4T SEMISSINTÉTICO SL
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 10W30
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SL, JASO MA2.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTOCICLETAS 4 TEMPOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016902
PROCESSO ANP: 48600.002043/2015 - 81
MARCA COMERCIAL: VALVOLINE CVT FULL SYNTHETIC CONTINUOUSLY VARIABLE TRANSMISSION FLUID
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE NA / ISO NA
NÍVEL DE DESEMPENHO: . AUDI/VW G 052 516, G 052 180, FORD CVT30/MERCON C, SUBARU LINEARTRONIC CVTF, DAIHATSU AMIX CVTF-DC/AMIX CVTF DFE, HONDA HMMF, HONDA HFC-2, TOYOTA TC CVT FE, NISSAN NS-2 & NS-3, MITSUBISHI CVTF-DIAQUEEN J1/DIAQUEEN J-4/SP-III, SUBARU I-CVT, ECVT, NS-2, MINI COOPER EZL 799, HYUNDAI GENUINE CVTF, HYUNDAI/KIA SP-III, SUZUKI TC/NS-2/CVT GREEN/CVTF GREEN 2, CHRYSKER JEEP NS-2, DODGE/JEEP NS-2/CVTF+4, GM/SATURN DEX-CVT, FORD CVT 23, MERCEDES BENZ 236.20.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: TRANSMISSÕES CONTINUAMENTE VARIÁVEIS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016905
PROCESSO ANP: 48600.002044/2015 - 26
MARCA COMERCIAL: VALVOLINE TURBO DIESEL TRANSMISSION 40
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 40
NÍVEL DE DESEMPENHO: . CATERPILLAR TO-4, ALLISON C-4, DANA POWERSHIFT, KOMATSU DRESSER, KOMATSU KES 07.868.1.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: SISTEMAS DE TRANSMISSÃO.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016906
PROCESSO ANP: 48600.002045/2015 - 71
MARCA COMERCIAL: VALVOLINE TURBO DIESEL TRANSMISSION 50
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 50
NÍVEL DE DESEMPENHO: . CATERPILLAR TO-4, KOMATSU KES 07.868.1, TREMEC/TTC.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: SISTEMAS DE TRANSMISSÃO.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016907

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

Nº 1.243 -A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa INCOL-LUB INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA, CNPJ nº 04.338.434/0001-57 .
PROCESSO ANP: 48600.001803/2015 - 33
MARCA COMERCIAL: INCOL ALTA RODAGEM
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 25W60
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SJ
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES A GASOLINA, ETANOL, GNV, FLEX
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016915

Nº 1.244 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA, CNPJ nº 43.054.261/0001-05 .
PROCESSO ANP: 48600.001809/2015 - 19
MARCA COMERCIAL: KLUBERLUB HE 71-701 GHT
GRAU DE VISCOSIDADE: NLGI 1
NÍVEL DE DESEMPENHO:
PRODUTO: GRAXA LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: PARA ROLAMENTOS, PINOS, GUIAS E HASTES SUBMETIDAS A ALTAS CARGAS
REGISTRO DO PRODUTO: 0000005133
PROCESSO ANP: 48600.001796/2015 - 70
MARCA COMERCIAL: KLUBER-SUMMIT HYSYN FR
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE - / ISO 68 / NLGI -
NÍVEL DE DESEMPENHO: . N.A.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: ÓLEO HIDRÁULICO BIODEGRADÁVEL RESISTENTE AO FOGO
REGISTRO DO PRODUTO: 0000009032

Nº 1.245 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa BITZER COMPRESSORES LTDA, CNPJ nº 68.870.997/0001-74 .
PROCESSO ANP: 48600.002039/2015 - 13
MARCA COMERCIAL: BVC
GRAU DE VISCOSIDADE: ISO 32
NÍVEL DE DESEMPENHO: . NA.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: COMPRESSORES HERMÉTICOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016908

Nº 1.246 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa CASTROL BRASIL LTDA, CNPJ nº 33.194.978/0001-90:
PROCESSO ANP: 48600.002036/2015 - 80
MARCA COMERCIAL: STIHL 8017 H
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE NA / ISO NA
NÍVEL DE DESEMPENHO: API TC
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES 2 TEMPOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000000208
PROCESSO ANP: 48600.001722/2015 - 33
MARCA COMERCIAL: TRIBOL GR 100-00 PD
GRAU DE VISCOSIDADE: NLGI 00
NÍVEL DE DESEMPENHO: . NA.
PRODUTO: GRAXA LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: ROLAMENTOS INDUSTRIAIS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000005127
PROCESSO ANP: 48600.001919/2015 - 72
MARCA COMERCIAL: OPTIGEAR SYNTHETIC 800/1000
GRAU DE VISCOSIDADE: ISO 1000
NÍVEL DE DESEMPENHO: . NA.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: LUBRIFICANTE PARA ENGRENAGENS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016897
PROCESSO ANP: 48600.001926/2015 - 74
MARCA COMERCIAL: OPTIGEAR OG 7000
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE NA / ISO NA
NÍVEL DE DESEMPENHO: . NA
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: ENGRENAGENS ABERTAS, ROLAMENTOS E GUIAS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016898
PROCESSO ANP: 48600.001925/2015 - 20
MARCA COMERCIAL: BRAYCO MICRONIC 756
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE NA / ISO NA
NÍVEL DE DESEMPENHO: . NA
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: SISTEMAS HIDRÁULICOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016899
PROCESSO ANP: 48600.001921/2015 - 41
MARCA COMERCIAL: ANVOL SW 68
GRAU DE VISCOSIDADE: ISO 68
NÍVEL DE DESEMPENHO: . NA
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: LUBRIFICANTE HIDRÁULICO
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016900

Nº 1.247 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa REPSOL LUBRIFICANTES E ESPECIALIDADES BRASIL LTDA., CNPJ nº 21.498.454/0001-04 .

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO ANP: 48600.002057/2015 - 03
MARCA COMERCIAL: REPSOL ELITE COMPETICION
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 5W40
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SN, ACEA A3/B4-12, BMW LONGLIFE-01,
PORCHE A40, MB-APPROVAL 229.3, VW 502.00/505.00
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES À GASOLINA, DIESEL, ETANOL, FLEX E GNV
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016910
PROCESSO ANP: 48600.002054/2015 - 61
MARCA COMERCIAL: REPSOL HIGH MILEAGE
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 25W60
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SL
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES À GASOLINA, ETANOL, FLEX, GNV COM ALTA QUILOMETRAGEM.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016911
PROCESSO ANP: 48600.002060/2015 - 19
MARCA COMERCIAL: REPSOL DIESEL MULTI G BTX
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 15W40
NÍVEL DE DESEMPENHO: API CG-4/ MB 228.1 / MAN 271 / VOLVO VDS
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES A DIESEL
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016912
PROCESSO ANP: 48600.002059/2015 - 94
MARCA COMERCIAL: REPSOL DIESEL TURBO THPD MID SAPS BXT
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 15W40
NÍVEL DE DESEMPENHO: API CJ-4 , API SN, ACEA E7/E9-12, CUMMINS CES 20081, CAT ECF-3, DETROIT DIESEL 93K218, MAN M3575, MB-APPROVAL 228.31, VOLVO VDS-4, MTU TYPE 2.1
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES A DIESEL
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016913

Nº 1.248 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA., CNPJ nº 10.456.016/0001-67 .
PROCESSO ANP: 48600.001852/2015 - 76
MARCA COMERCIAL: SHELL ALEXIA
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 50
NÍVEL DE DESEMPENHO: . WARTSILA E MAN B&W (MOTORES 2T MARÍTIMOS).
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES MARÍTIMOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000000002
PROCESSO ANP: 48600.001848/2015 - 16
MARCA COMERCIAL: SHELL SPIRAX S4 CX
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 60 / SAE 30 / SAE 10W / SAE 50
NÍVEL DE DESEMPENHO: . CATERPILLAR TO-4.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: TRANSMISSÕES DE VEÍCULOS OFF-ROAD E SISTEMAS HIDRÁULICOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000013051
PROCESSO ANP: 48600.001851/2015 - 21
MARCA COMERCIAL: SHELL ALEXIA S4
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 40
NÍVEL DE DESEMPENHO: . WARTSILA, MAN DIESEL & TURBO, MHI (MITSUBISHI HEAVY INDUSTRIES).
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES MARÍTIMOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000014350
PROCESSO ANP: 48600.001849/2015 - 52
MARCA COMERCIAL: SHELL ALEXIA S6
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 50
NÍVEL DE DESEMPENHO: . MAN B&W.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES MARÍTIMOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016346
PROCESSO ANP: 48600.001850/2015 - 87
MARCA COMERCIAL: SHELL ALEXIA S5
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 50
NÍVEL DE DESEMPENHO: . WARTSILA, MAN B&W.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES MARÍTIMOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016347

Nº 1.249 -A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa IPIRANGA PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A, CNPJ nº 33.337.122/0141-87 .
PROCESSO ANP: 48600.001738/2015 - 46
MARCA COMERCIAL: IPIRANGA BRUTUS SINTÉTICO E6
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 10W40
NÍVEL DE DESEMPENHO: API CI-4, ACEA E6-12/E7-12/E9-12, MB 228.51, MAN M 3477, MAN 3271-1, MTU TYPE 3.1, VOLVO VDS-3, VOLVO CNG, RENAULT TRUCK RXD/RGD/RLD-2, MACK EO-N/EO-M PLUS, CUMMINS 20076/77, CAT ECF-1A, DEUTZ DQC IV-10 LA, SCANIA LOW ASH, JASO DH-2
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: MOTORES DIESEL AUTOMOTIVOS
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016917

Nº 1.250 - A SUPERINTENDENTE DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 61, de 18 de março de 2015, e com base no disposto na Resolução ANP nº 22/14, de 11 de abril de 2014, concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA., CNPJ nº 05.131.638/0001-85 .
PROCESSO ANP: 48600.001856/2015 - 54
MARCA COMERCIAL: LYNIX ORDENHADEIRA
GRAU DE VISCOSIDADE: ISO 68
NÍVEL DE DESEMPENHO: . N/A.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: INDUSTRIAL.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016918
PROCESSO ANP: 48600.001857/2015 - 07
MARCA COMERCIAL: LYNIX SYNTEC PREMIUM
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 10W-40
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SN.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: AUTOMOTIVO.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016919
PROCESSO ANP: 48600.001859/2015 - 98
MARCA COMERCIAL: LYNIX SYNTEC PREMIUM
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 5W-30
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SN, ILSAC GF-5.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: AUTOMOTIVO.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016919
PROCESSO ANP: 48600.001860/2015 - 12
MARCA COMERCIAL: LYNIX SYNTEC PREMIUM
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 10W-30
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SN, ILSAC GF-5.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: AUTOMOTIVO.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016919
PROCESSO ANP: 48600.001858/2015 - 43
MARCA COMERCIAL: LYNIX SYNTEC GOLDEN
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE 5W-40
NÍVEL DE DESEMPENHO: API SN, ACEA A3/B4-12, MB 229.3, VW 50200/50500, PORSCHE A40, RN 710/700.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: AUTOMOTIVO.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000016920

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE ADJUNTA
Em 28 de agosto de 2015

Nº 1.239 - A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E DE QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Resolução nº 10/07 (Portaria nº 90, de 26 de maio de 2004, e com base no disposto na Resolução ANP nº 10, de 7 de março de 2007, publicada em 9 de março de 2007), concede o registro do(s) produto(s) abaixo, à empresa KLUBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA, CNPJ nº 43.054.261/0001-05:
PROCESSO ANP: 48600.007709/2008 - 69
MARCA COMERCIAL: KLUBER-SUMMIT HYSYN FR
GRAU DE VISCOSIDADE: SAE - / ISO 68 / NLGI -
NÍVEL DE DESEMPENHO: . N.A.
PRODUTO: ÓLEO LUBRIFICANTE
APLICAÇÃO: ÓLEO RESISTENTE AO FOGO UTILIZADO EM SISTEMAS HIDRÁULICOS.
REGISTRO DO PRODUTO: 0000009032

CRISTIANE ZULIVIA DE ANDRADE MONTEIRO

SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 1.252 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Nº de Registro	Razão Social	CNPJ	Município	UF	Processo
PRSP0171726	AUTO POSTO A.R.F LTDA	21.815.723/0001-19	PAULINIA	SP	48610.008225/2015-47
PRAC0171724	AUTO POSTO CASSARO LTDA - EPP	20.277.135/0001-06	RIO BRANCO	AC	48610.008246/2015-62
PRMT0171709	AUTO POSTO CIDADE ALTA LTDA	19.092.169/0001-47	CAMPO VERDE	MT	48610.007414/2015-01
PRSC0171708	AUTO POSTO CONCORDIA EIRELI	10.365.643/0002-73	CONCORDIA	SC	48610.007421/2015-02
PRTO0171691	AUTO POSTO DE COMBUSTIVEIS IPE LTDA - EPP	21.018.822/0001-70	MIRACEMA DO TOCANTINS	TO	48610.008555/2015-32
PR/RJ0159242	AUTO POSTO DE GASOLINA SAO JORGE CAPIVARI LTDA.	20.288.678/0001-29	DUQUE DE CAXIAS	RJ	48610.006782/2014-42
PR/PR0171392	AUTO POSTO HANNAH LTDA	11.808.958/0001-20	COLOMBO	PR	48610.007308/2015-19
PRPR0171731	AUTO POSTO JAVE LTDA - ME	20.838.713/0001-36	CURITIBA	PR	48610.008316/2015-82
PRSC0171714	AUTO POSTO JOAIA LTDA - EPP	09.091.872/0001-87	TIJUCAS	SC	48610.007049/2015-26
PRPE0171736	AUTO POSTO J.SANTOS LTDA - EPP	15.457.527/0001-17	AGUAS BELAS	PE	48610.008542/2015-63
PR/SP0169633	AUTO POSTO REDENTORA EIRELI	21.183.596/0001-82	SAO JOSE DO RIO PRETO	SP	48610.002532/2015-14
PR/MA0171190	AUTO POSTO 5000 LTDA	18.955.346/0001-09	BALSAS	MA	48610.006992/2015-11
PR/SP0171109	AUTO POSTRO EXPRESSCAR LTDA - ME.	19.748.122/0001-99	ARARAQUARA	SP	48610.006692/2015-32
PRCE0171727	BEZERRA COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA	10.383.433/0010-18	CAMPOS SALES	CE	48610.008222/2015-11
PRSP0171716	BOITUVA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	21.131.871/0001-14	BOITUVA	SP	48610.007350/2015-30
PRRS0171702	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	45.543.915/0542-73	SAPUCAIA DO SUL	RS	48610.008393/2015-32
PRRS0171701	CARREFOUR COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	45.543.915/0543-54	GRAVATAI	RS	48610.008553/2015-43
PR/MT0171665	COMERCIAL AMAZÔNIA DE PETRÓLEO LTDA.	09.001.879/0014-85	CUIABA	MT	48610.008079/2015-50
PR/SP0171308	COMERCIAL NOROESTE DE COMBUSTIVEIS LTDA	20.919.578/0001-53	JALES	SP	48610.006867/2015-10
PRSC0171720	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS COPACABANA LTDA	04.290.969/0002-86	LAGES	SC	48610.008385/2015-96
PR/RS0171692	COMÉRCIO DE COMBUSTIVEIS ROCHA RASCH LTDA ME	00.729.543/0001-44	PORTO ALEGRE	RS	48610.008585/2015-49
PRPR0171717	COMERCIO DE COMBUSTIVEIS RUFATTO MARMELEIRO LTDA	20.697.206/0001-20	MARMELEIRO	PR	48610.006875/2015-58
PRSC0171735	COSTA COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP	21.477.341/0001-22	CAPIVARI DE BAIXO	SC	48610.008543/2015-16
PRMT0171715	DENISE COMERCIO DE COMBUSTIVEL LTDA - ME	11.667.190/0001-11	DENISE	MT	48610.007057/2015-72
PRBA0171699	DIAMANTE NEGRO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES LTDA	12.977.797/0002-41	JAGUAQUARA	BA	48610.008544/2015-52
PR/PE0171695	EDFRANKLIN DA SILVA REGO ME	05.402.648/0001-08	LAGOA GRANDE	PE	48610.008598/2015-18
PR/RJ0171693	F C AUTO POSTO LTDA	22.121.645/0001-15	CARMO	RJ	48610.008578/2015-47
PR/PA0171700	J D ALVES DE LIMA - ME.	19.631.161/0001-01	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	PA	48610.008591/2015-04
PRMA0171620	J. E. P. DOS SANTOS - EPP	20.306.507/0001-85	JOSELANDIA	MA	48610.008220/2015-14
PR/RN0171698	JMIC COMERCIO DE DERIVADOS DE PETRÓLEO LTDA	22.216.720/0001-21	ALTO DO RODRIGUES	RN	48610.008583/2015-50
PRRS0171718	L A BOHLKE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP	22.131.943/0001-96	ROLANTE	RS	48610.008382/2015-52
PRPE0171723	L. S. PASCOAL DE CARVALHO EIRELI - ME	22.703.858/0001-55	BODOCO	PE	48610.008392/2015-98

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PRPR0171733	MACUCO AUTO POSTO LTDA	18.985.303/0001-76	CAMPO MOURAO	PR	48610.008251/2015-75
PR/BA0169888	PETRONIO COMBUSTIVEIS LTDA - EPP.	20.288.022/0001-06	PAULO AFONSO	BA	48610.003144/2015-51
PRCE0171703	POSTO DE COMBUSTIVEL JATOBA LTDA - ME	21.106.235/0001-32	MARACANAU	CE	48610.008391/2015-43
PRGO0171704	POSTO MACIONIL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS EIRELI - EPP	20.059.675/0001-13	IPORA	GO	48610.007420/2015-50
PRRN0171712	POSTO MAS LTDA - ME	17.729.626/0001-36	CEARA-MIRIM	RN	48610.006488/2015-11
PRPI0171725	POSTO MATEUS DERIVADOS DE PETROLEO LTDA - EPP	04.818.827/0003-20	JAICOS	PI	48610.008242/2015-84
PRMA0171713	POSTO N. S. DE FATIMA LTDA	20.927.120/0001-46	MIRANDA DO NORTE	MA	48610.003348/2015-91
PR/PA0171696	POSTO PARADA OBRIGATÓRIO EIRELI	19.373.276/0001-43	BAIAO	PA	48610.008592/2015-41
PRMG0171729	POSTO PETROMAC LTDA	01.321.096/0007-48	URUANA DE MINAS	MG	48610.008314/2015-93
PRCE0171722	PROJECAO COMERCIO DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA.	22.278.355/0001-80	FORTALEZA	CE	48610.008386/2015-31
PRPE0171711	PSJB COMBUSTIVEIS LTDA - EPP	19.120.523/0001-08	IPUBI	PE	48610.006324/2015-94
PRPE0171734	R L C COMBUSTIVEIS - EIRELI	22.200.772/0001-00	SAO CAITANO	PE	48610.008554/2015-98
PRMT0171719	RODOMAX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	07.860.097/0004-02	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	MT	48610.008384/2015-41
PRMT0171728	RODOMAX COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	07.860.097/0005-85	ARAPUTANGA	MT	48610.008255/2015-53
PRMG0171730	SKINA AUTO POSTO LIMITADA	26.401.455/0001-02	ARAXA	MG	48610.008315/2015-38
PRMG0171721	SOCIEDADE DE PETROLEO ARFLA LTDA	25.296.138/0005-34	POTE	MG	48610.008388/2015-20
PRMT0171710	VANUSA DA SILVA MATOS - ME	19.902.288/0001-18	SANTA TEREZINHA	MT	48610.007117/2015-57
PR/RJ0171406	VIAMARINA ANGRA COMBUSTIVEIS LTDA.	20.786.044/0001-04	ANGRA DOS REIS	RJ	48610.007237/2015-54

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHO DA SECRETÁRIA EXECUTIVA
Em 28 de agosto de 2015

Nº 1.251 - A SECRETÁRIA EXECUTIVA da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, e de acordo com a Resolução de Diretoria nº 644, de 19 de agosto de 2015, torna público que a Diretoria Colegiada, na Reunião nº 814, de 19 de agosto de 2015, com base na Proposta de Ação nº 455, de 3 de junho de 2015, e no processo nº 48610.001302/2013-76, resolveu reprovar a revisão do Plano de Desenvolvimento do Campo de Tambaú, Bacia de Santos (Contrato de Concessão nº 48000.003577/97-41), operado pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, por não ter sido comprovada sua viabilidade econômica.

LUCIANA GONÇALVES DE MATTOS VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHOS DA SUPERINTENDENTE
Em 28 de agosto de 2015

Nº 1.253 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	631/2015
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE ESTUDOS AMBIENTAIS
Instituição Credenciada	INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA - ITP
CNPJ/MF	02.886.710/0001-96
Processo ANP	48610.005783/2014-70
Localização	Aracaju - SE
Linha de Pesquisa	Análise e monitoramento ambiental em áreas impactadas por atividades petrolíferas

Nº 1.254 -A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	630/2015
Unidade de Pesquisa	NÚCLEO DE ESTUDOS EM SISTEMAS COLOIDAIS
Instituição Credenciada	INSTITUTO DE TECNOLOGIA E PESQUISA - ITP
CNPJ/MF	02.886.710/0001-96
Processo ANP	48610.005786/2014-11
Localização	Aracaju - SE
Linhas de Pesquisa	Processamento de Biomassa empregando Fluidos Pressurizados
	Desenvolvimento de Processos Contínuos para produção de Biodiesel em meio Pressurizado
	Desenvolvimento de tecnologias para caracterização e processamento de emulsões
	Estudo do comportamento termodinâmico de fluidos produzidos na indústria de petróleo
	Estudo do comportamento de fases de sistemas de petróleo a alta pressão

Nº 1.255 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	632/2015
Unidade de Pesquisa	Laboratório de Análise de Compostos Orgânicos e Metais - LACOM
Instituição Credenciada	Universidade Federal do Rio Grande - FURG
CNPJ/MF	94.877.586/0001-10
Processo ANP	48610.005018/2015-31
Localização	Rio Grande - RS
Linhas de Pesquisa	Desenvolvimento de metodologias e caracterização físico-química de compostos químicos
	Desenvolvimento de processos oxidativos avançados para remedição de áreas contaminadas

Nº 1.256 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	633/2015
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE BIOQUÍMICA E BIOLOGIA MOLECULAR DE PLANTAS
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO - UFRRJ
CNPJ/MF	29.427.465/0001-05
Processo ANP	48610.005468/2015-23
Localização	Seropédica - RJ
Linhas de Pesquisa	Eficiência de Uso de Nutrientes e Metabolismo de Plantas visando a produção de biocombustível

Nº 1.257 - A SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 08 de julho de 2014, considerando a Resolução ANP nº 47/2012 e o Regulamento Técnico ANP nº 07/2012, que dispõem sobre os critérios e procedimentos para credenciamento de Instituições de Pesquisa e Desenvolvimento, no âmbito dos Contratos para Exploração, Desenvolvimento e Produção de Petróleo e Gás Natural, torna público o seguinte ato:

1-CREDENCIAR a Unidade de Pesquisa abaixo qualificada, habilitando-a a realizar atividades de pesquisa e desenvolvimento com recursos provenientes da Cláusula de Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento, em conformidade com as normas técnicas pertinentes, devendo estar relacionadas às linhas de pesquisa abaixo.

2-Cabe à unidade credenciada confirmar ou atualizar as informações referentes a este credenciamento a cada 12 (doze) meses, a contar da data de publicação deste Despacho.

Credenciamento ANP Nº	634/2015
Unidade de Pesquisa	LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA INDUSTRIAL - LII
Instituição Credenciada	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN
CNPJ/MF	24.365.710/0001-83
Processo ANP	48610.005309/2015-29
Localização	Natal - RN
Linhas de Pesquisa	Desenvolvimento e implementação de técnicas de automação para melhoria da confiabilidade operacional de processos industriais
	Desenvolvimento e implementação de técnicas de automação para melhoria da confiabilidade de atividades de exploração e produção de petróleo e gás

TATHIANY RODRIGUES MOREIRA DE CAMARGO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 137/2015-DF-SEDE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Nega provimento ao recurso interposto(187)
860.163/1993-EMILIO BINOTTO
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
860.235/2011-WAGNER ANTONIO CARNEIRO
Despacho publicado(256)
850.082/2008-XSTRATA BRASIL EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-Nos termos do Parecer nº 19/2015/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU aprovado pelo Senhor Procurador-Chefe, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão, CONHEÇO, e, DOU PROVIMENTO PARCIAL ao recurso de fls. 159/172 interposto pela interessada, para efeito de ser reformada a decisão de fls.155, e, ANULO o despacho de fls. 179, publicado no D.O.U em 14/11/2013.
850.779/2009-RM INDUSTRIA E COMERCIO E SERVIÇOS DE MINERAÇÃO LTDA ME-Nos termos do PARECER Nº 474/2014/HP/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, aprovado pelo Senhor Procurador-Chefe, que ora aprovo e adoto como fundamento desta Decisão, ANULO a Decisão de fls. 81, para que se restabeleça os efeitos da decisão que declarou a nulidade do alvará de pesquisa por inadimplência da TAH.
Determina o cancelamento do alvará de pesquisa(296)
816.028/2013-ROBERTO CESAR SALGADO FILHO- Alvará N°4.266- DOU de 22/05/2014
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
820.086/1983-ESPOLIO DE RAFAEL RIBEIRO DA LUZ
815.112/1999-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.
Fase de Disponibilidade
Despacho publicado(316)
832.056/2003-BRASROMA MINERAÇÃO, COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA-Nos termos do DESPACHO Nº 616/2015/MSM/PF-DNPM-DF/PGF/AGU, aprovado pelo Coordenador de Contencioso, Cobrança e Recuperação de Crédito, que ora aprovo e adoto como fundamento desta decisão:- CONHEÇO do recurso de fls. 217/221; por ser tempestivo, e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO;- CONHEÇO do recurso de fls. 185/187; por ser tempestivo, e, no mérito, DOU-LHE PROVIMENTO; - CONHEÇO do recurso de fls. 212/216, por ser tempestivo, e, no mérito, NEGO-LHE PROVIMENTO.
Não conhece o recurso interposto(1837)
800.131/2007-Interposto porICAL - INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.
800.132/2007-Interposto porICAL - INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.467/2009-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-COCAL DO SUL/SC, URUSSANGA/SC - Guia n° 48/2015-27.000TONELADAS-ARGILA- Validade:01 ANO

RELAÇÃO Nº 141/2015-DF-SEDE

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a averbação dos atos de penhora de direitos minerarios(1934)
Exequente:Fazenda do Estado de São Paulo- CPF ou CNPJ - DNPM 820.239/1997-JARI PRODUTOS E MATERIAIS DE MINERAÇÃO S.A.-REQUERIMENTO DE LAVRA N° /

CELSO LUIZ GARCIA

SUPERINTENDÊNCIA EM GOIÁS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 201/2015

Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
860.021/2007-MARCIO ANDRE DOS SANTOS- Registro de Licença N°028/2009-Onde se lê: "...Este Registro de Licença tem prazo de validade até 01/04/2015..." Leia-se: "... Este Registro de Licença tem prazo de validade até 24/02/2019 ..."
Fase de Requerimento de Licenciamento
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de licenciamento(1669)
862.094/2012-EDUARDO ANTONIO FONSECA CARDOSO- DOU de 16/01/2014
861.520/2013-SEBASTIÃO GONÇALVES BOA VENTURA- DOU de 15/04/2015
860.804/2014-NILMAR VAGNER VIEIRA DE SOUSA-DOU de 03/06/2015

RELAÇÃO Nº 258/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
860.721/2015-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
860.509/2015-GUSTAVO MARTINS HAMU
860.510/2015-JOSÉ MARIA BARROS
860.515/2015-EDSON DA SILVA
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
861.279/2014-GIRASSOL MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA.-OF. N°1023/2015
860.228/2015-MABRAZ DEMOLIÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°1029/2015
860.439/2015-MINERADORA SANTA BARBARA LTDA ME-OF. N°1031/2015
860.500/2015-ROSA E CAVALCANTE LTDA. ME-OF. N°1030/2015
860.528/2015-USINA BOA VISTA S)A-OF. N°1024/2015
860.561/2015-JOÃO BATISTA CAMARGO-OF. N°1026/2015
860.609/2015-CERÂMICA MOTA LTDA-OF. N°1028/2015

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA NO MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 148/2015

Ficam os abaixo relacionados cientes de que julgou-se improcedente(s) a(s) defesa(s) administrativa(s) interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (art. 3º, IX, da Lei nº 8.876/94, c/c as Leis nº 7.990/89, nº 8.001/90, art. 61 da Lei nº 9.430/96, Lei nº 9.993/00, nº 10.195/01 e nº 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Dívida Ativa, CADIN e ajuizamento da ação de execução.

Processo de Cobrança nº. 968.486/2013 - Areieiro Saara Ltda Me, CNPJ: 02.971.398/0001-39, NFLDP nº. 181/2013, Valor: R$ 40.356,46.

ANTÔNIO CARLOS NAVARRETE SANCHES

SUPERINTENDÊNCIA NO PARÁ

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 231 /2015

Fica(m) o(s) abaixo(s) relacionado(s), ciente(s) de que julgou-se parcialmente procedente a(s) defesa(s) administrativ a (s); interposta(s); restando-lhe(s) pagar, parcelar ou apresentar recurso ao Superintendente do DNPM/PA relativo ao(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº. 7.990/89 e 8.001/90, art. 61 da Lei nº. 9.430/96, Lei nº. 9.993/00, nº. 10.195/01 e 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIN e ajuizamento de ação de execução.
Processo de Cobrança nº. 950. 009/2013 .
Notificado: IMERYS RIO CAPIM CAULIM S/A .
CNPJ: 16.532.798/0001-52
NFLDP nº. 0 7 / 2013 .
Valor: R$ 40.989,73

RELAÇÃO Nº 232/2015

Fica(m) o(s) abaixo(s) relacionado(s), ciente(s) de que julgou-se improcedente (s) o(s) administrativo(s); interposto(s); restando-lhe(s) pagar ou parcelar o(s) débito(s) apurado(s) da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (Art. 3º, Inciso IX, da Lei 8.876/94. c/c as Leis nº. 7.990/89 e 8.001/90, art. 61 da Lei nº. 9.430/96, Lei nº. 9.993/00, nº. 10.195/01 e 10.522/02), no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de inscrição em Divida Ativa, CADIN e ajuizamento de ação de execução.
Processo de Cobrança nº. 950.286/2009
Notificado: DOW CORNING SILÍCIO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.872.297/0001-36
NFLDP nº. 13/2009
Valor: R$ 136.712,02
Processo de Cobrança nº. 950.292/2009
Notificado: DOW CORNING SILÍCIO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.
CNPJ: 04.872.297/0001-36
NFLDP nº. 16/2009
Valor: R$ 911.655,16

THIAGO MARQUES DE ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 87/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere de plano o requerimento de Autorização de Pesquisa(101)
811.535/2014-CONPASUL CONSTRUÇÃO E SERVIÇOS LTDA
810.097/2015-PLASMA PAVIMENTADORA E CONSTRUTORA LTDA
810.501/2015-FABIANO MACHADO DE OLIVEIRA
810.560/2015-CONSTRUTORA QUEIROZ GALVÃO S A
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
810.279/2015-P.A.P. CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS LTDA
Indefere requerimento de Autorização de Pesquisa- não cumprimento de exigência(122)
811.327/1996-MVM - MINERAÇÃO VISCONDE DE MAUÁ LTDA
810.030/2015-MARCELO SEVERO DA ROCHA ME
Indefere de Plano o Requerimento de Autorização de Pesquisa(126)
811.647/2014-MINERAÇÃO RS LTDA
810.077/2015-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA JÚNIOR
810.081/2015-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA JÚNIOR
810.240/2015-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA JÚNIOR
810.241/2015-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA JÚNIOR
810.244/2015-JOSÉ ANTONIO DE FRANÇA JÚNIOR
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.083/2015-JOSÉ LUIZ BARRETO DA COSTA-OF. N°1279/2015
810.084/2015-JOSÉ LUIZ BARRETO DA COSTA-OF. N°1279/2015
810.520/2015-JOAO GABRIEL SOARES DE BARROS HILLAL-OF. N°1548/2015
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
810.102/2015-ESCAVAÇÕES VIAMÃO LTDA
Indefere pedido de reconsideração(181)
811.037/2014-LOURENÇO CAPELESSO
Defere pedido de reconsideração(182)
811.258/2014-CONSTRULIX CONSTRUÇÕES E SANEAMENTO LTDA
Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
811.635/2012-CONSTRUSINOS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA.
810.499/2013-CONSTRUTORA SOLOFIX LTDA
810.946/2013-PEDRA VIVA COMERCIO DE PEDRAS E CALÇAMENTO LTDA.
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
810.262/2014-JOSÉ LUIZ BARRETO DA COSTA- Cessionário:Mineração Cerro Negro Ltda- CPF ou CNPJ 19.501.660/0001-84- Alvará n°4058/2014
810.378/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10515/2014
810.379/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10516/2014
810.380/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10517/2014
810.381/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10518/2014
810.382/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10519/2014
810.383/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10520/2014
810.384/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10521/2014
810.385/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10522/2014
810.386/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10523/2014
810.387/2014-ILGO JOÃO KOPPLIN FIRMA INDIVIDUAL- Cessionário:Mineração da Barra Ltda- CPF ou CNPJ 20.095.198/0001-41- Alvará n°10524/2014
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
810.502/2012-ROBERTO DE SIQUEIRA CORRÊA -Alvará N°3423/2014
810.503/2012-ROBERTO DE SIQUEIRA CORRÊA -Alvará N°3424/2014
810.504/2012-ROBERTO DE SIQUEIRA CORRÊA -Alvará N°3425/2014
810.505/2012-ROBERTO DE SIQUEIRA CORRÊA -Alvará N°3426/2014
810.621/2013-JANICE MARIA FOSCARINI VIAPIANA - Alvará N°9375/2013
811.300/2014-UGHINI EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. -Alvará N°2708/2015
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
810.060/2010-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI-Areia
811.197/2012-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI-Areia
810.610/2013-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI-Areia
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

810.801/2008-CARBONIFERA METROPOLITANA SA
810.434/2011-MARIA LUIZA DA CUNHA LEMOS
811.268/2011-ADEMAR JOSÉ RODRIGUES DA SILVA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo de validade da autorização de pesquisa(324)
810.439/2010-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO FI-ALVARÁ N°7586/2010
811.471/2011-COLMAR CALTHON FERREIRA SOARES-ALVARÁ N°416/2012
810.036/2013-ARLINDO GOMES DOS SANTOS &-ALVARÁ N°3718/2013
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
810.539/2015-PAULO ODILAR TRAMONTINI
Outorga a Permissão de Lavra Garimpeira com vigência a partir dessa publicação:(513)
810.348/2015-RONALDO OLIMPIO PEREIRA DE MORAES - PLG N°06/2015 de 19/08/2015 - Prazo 5 anos
Indefere por Interferencia Total(1339)
810.537/2015-AUGUSTO TRAMONTINI NETO
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(2112)
810.538/2015-PAULO ODILAR TRAMONTINI-OF. N°1522/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.030/1993-CONCRESUL BRITAGEM LTDA-OF. N°1422/2015
810.264/2015-FABRITA MINERAÇÃO LTDA-OF. N°1422/2015

SERGIO BIZARRO CEZAR

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 172/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
815.198/2012-TAKLA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-AI N°651/2014
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
815.096/2002-SERDEL SERVIÇOS DE DRENAGENS E ESCAVAÇÕES LTDA
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.900/2010-TERRA MATER PARTICIPAÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA.- Área de 690,91 ha para 42,82 ha-Argila
Determina arquivamento Auto de Infração -Relatório de Pesquisa(640)
815.227/2012-NAZCA PARTICIPAÇÕES LTDA.-AI N°973/2015
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
815.787/1996-TCE TRIUNFO COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA-OF. N°3504/2015
815.787/1996-TCE TRIUNFO COMÉRCIO E ENGENHARIA LTDA-OF. N°3504/2015
Determina cumprimento de exigência- RAL RETIFICADOR/Prazo 30 dias(1738)
815.890/1995-PLM CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA-OF. N°3503/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.304/1998-HOBI EXTRAÇÃO E COMERCIO DE AREIA LTDA.-IRINEÓPOLIS/SC - Guia n° 92/2015-50.000t/ano-Areia- Validade:20/08/2016
815.051/2005-OTÍLIA DE AMORIM SILVEIRA ME-ARAQUARI/SC - Guia n° 94/2015-35.000t/ano-Areia[Agregado]- Validade:16/04/2016
815.270/2007-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-ERMO/SC - Guia n° 95/2015-12.000toneladas/ano-Argila- Validade:21/08/2016
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
815.425/2004-MINERADORA PORTO LTDA ME- AI N°1152/2015 e 1153/2015

RELAÇÃO Nº 176/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Concede anuência e autoriza averbação da cessão parcial de direitos(175)
815.448/2013-EDEMILSO LUIZ VENSON- Alvará n°7389/2013 - Cessionario:815.525/2015-A. J. E TERRAPLANAGEM LTDA ME- CPF ou CNPJ 07841041/0001-50
815.525/2015-A.J.E TERRAPLANAGEM LTDA ME- Alvará n°7389/2013 - Cessionario:815.525/2015-A. J. E TERRAPLANAGEM LTDA ME- CPF ou CNPJ 07841041/0001-50
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
815.206/2014-GEO CASTRO CONSULTORIA LTDA- Cessionário:SIDNEY VALÉRIO DE MELO ME- CPF ou CNPJ 03181630/0001-06- Alvará n°5124/2014
815.059/2015-SERGIO AUGUSTO ZANDAVALLI- Cessionário:SERGIO AUGUSTO ZANDAVALLI- CPF ou CNPJ 08055551/0001-64- Alvará n°2831/2015
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.280/2011-VALDECIR MARCOS REBELATTO ME-OF. N°3552/2015 e 3553/2015
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
815.455/2003-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-MORRO DA FUMAÇA/SC - Guia n° 96/2015-50.000toneladas/ano-Areia- Validade:16/01/2016
Indefere requerimento de Guia de Utilização(626)
815.455/2003-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(806)
815.280/2011-VALDECIR MARCOS REBELATTO ME- AI N°1154/2015
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
815.199/1997-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.- Alvará n° 7517/2000 - Cessionário: PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA-CNPJ 03620927/0001-12
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
815.455/2003-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA- Guia de Utilização N°2/2014
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
014.936/1936-CARBONÍFERA BELLUNO LTDA.- AI N° 868/2015, 869/2015, 870/2015, 871/2015, 872/2015, 873/2015, 874/2015 e 875/2015
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
815.546/1986-FIRMA INDIVIDUAL MOACIR JOSÉ DA SILVA ME- Registro de Licença N°:199/1987 - Vencimento em 08/07/2017
815.563/1987-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA-Registro de Licença N°:337/1991 - Vencimento em 01/07/2019
815.563/1993-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA-Registro de Licença N°:337/1991 - Vencimento em 01/07/2019
815.033/1997-TONHÃO MATERIAL PARA CONSTRUÇÃO LTDA EPP- Registro de Licença N°:617/1997 - Vencimento em 30/06/2017
815.489/1998-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA-Registro de Licença N°:733/1999 - Vencimento em 08/06/2017
815.101/1999-JOÃO SALÉSIO PRIM EPP- Registro de Licença N°:740/2015 - Vencimento em 04/04/2016
815.570/2001-CRISTIANO ALVES CORREA ME- Registro de Licença N°:1024/2002 - Vencimento em 04/08/2016
Autorizo o aditamento de substância mineral(770)
816.023/2013-CONGONHAS EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA-Saibro e Diabásio-Registro de Licença N°1656/2015, DOU de 29/01/2015
Autoriza o englobamento de áreas contíguas(788)
815.258/2003-KLABIN SA- Processo englobado:815.335/2014

RELAÇÃO Nº 178/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
815.445/2009-MINERAÇÃO RIO DO VALLE LTDA. ME-Área de 655,23 ha para 47,56 ha-Feldaspato
815.415/2012-TERRA BRANCA MINERAÇÃO LTDA-Área de 50,05 ha para 47,99 ha-Areia
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
815.255/1999-CUBATÃO DRAGAGENS LTDA.-OF. N°3625/2015
815.095/2002-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°3646/2015
815.709/2005-IMOBILIÁRIA CASA NOVA LTDA-OF. N°3642/2015
815.799/2007-OSNILDO SILVESTRE KAMMER ME-OF. N°3623/2015
815.157/2013-GENERAL MOTORS DO BRASI LTDA.-OF. N°3642/2015
815.383/2014-CALWER MINERAÇÃO LTDA-OF. N°3651/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
815.095/2002-RIBEIRÃO MINERADORA LTDA EPP-OF. N°3647/2015
815.487/2003-MINERAÇÃO JUNDU LTDA.-OF. N°3621/2015
815.064/2007-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-OF. N°3624/2015
Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
000.631/1936-CARBONÍFERA CATARINENSE LTDA- AI N° 1097/2015, 1098/2015, 1099/2015, 1100/2011 e 1101/2015
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
815.092/1991-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA OTTOMAR LTDA-OF. N°3653/2015
815.145/2005-LAURO MAR EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA-OF. N°3654/2015
815.322/2010-DETONAÇÃO E PERFURAÇÃO PHD LTDA-OF. N°3652/2015
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
815.358/2015-PREFEITURA MUNICIPAL DE PONTE ALTA-OF. N°3644/2015
815.389/2015-MUNICIPIO DE BOCAINA DO SUL-OF. N°3645/2015
Fase de Registro de Extração
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(954)
815.479/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA-OF. N°3649/2015 e 3650/2015
815.480/2010-PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA VENEZA-OF. N°3650/2015

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Ministério do Desenvolvimento Agrário

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM MINAS GERAIS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria/INCRA/SR-06/N° 63, de 17 de dezembro de 2008, que criou o Projeto de Assentamento SANTA MARTHA, localizado no município de Jampruca, no Estado de Minas Gerais, publicada DOU Nº 249, de 23 de dezembro de 2008, Seção 1, Página 145, e no Boletim de Serviço N° 51, de 29 de dezembro de 2008, onde se lê "... localizado no município de Jampruca, no Estado de Minas Gerais", leia-se localizado nos municípios de Jampruca e Frei Inocêncio, no Estado de Minas Gerais, e onde se lê "... área de 1.007,4875 ha (hum mil e sete hectares, quarenta e oito ares e setenta e cinco centiares) ...", leia-se área de 998,7273 ha (novecentos e noventa e oito hectares, setenta e dois ares e setenta e três centiares).

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM SERGIPE

PORTARIA Nº 12, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA NO ESTADO DE SERGIPE, no uso das incumbências que lhe são conferidas no inciso VIII do artigo 132 do Regimento Interno deste Instituto, aprovado pela Portaria MDA nº 20/2009, publicada no DOU de 09 de abril de 2009.

Considerando a necessidade de dar destinação ao imóvel rural denominado Camaçari, com área de 1.315,3004 ha, (um mil trezentos e quinze hectares, trinta ares e quatro centiares), localizado no município de Itaporanga D`Ajuda, Estado de Sergipe, declarado de interesse social para fins de reforma agrária, pelo decreto de 27/12/2012, cuja imissão na posse se deu em 23/07/2015, em conformidade com o registro contábil no Sistema de Gerenciamento dos imóveis de uso especial da União - SIPIUnet, conta 12321.01.00 - status "em processo de incorporação".

Considerando que os órgãos técnicos específicos desta Superintendência Regional procederam a análise processo administrativo INCRA nº 54370.001333/2009-13 e decidiram pela regularidade da proposta, de acordo com os atos normativos que regulamentam a matéria, resolve:

Art. 1º Aprovar a proposta de destinação para assentamento de trabalhadores rurais do imóvel acima citado que prevê a criação de 90 (noventa) unidades agrícolas familiares, tendo em vista a peça técnica (LVA).

Art. 2°. Determinar à Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária (SR-23)/F desta Superintendência Regional para atualização cadastral do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e inclusão do arquivo gráfico relativo ao seu perímetro na base de dados cartográficos.

Art. 3°. Criar o Projeto de Assentamento Vitória da Conquista, código SIPRA nº SE0241000, área de 1.315,3004 ha, (um mil trezentos e quinze hectares, trinta ares e quatro centiares), localizado no município de Itaporanga D`Ajuda, Estado de Sergipe, a ser implantado por esta Superintendência Regional, em articulação com as Diretorias desta Instituição.

Art. 4°. Providenciar a comunicação à Prefeitura municipal a criação deste Projeto de assentamento para inclusão das famílias no Cadastro Único para Programa Sociais (CadÚnico).

Art. 5°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WESLEY TEIXEIRA RODRIGUES DE MENEZES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO SUL DO PARÁ

PORTARIA N° 19, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA no SUL do PARÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 45 da Instrução Normativa/INCRA/ nº 83, de 30 de julho de 2015, combinado com o Art. 132, inciso XVI do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria/MDA/ n° 20, de 08 de abril de 2009 e,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Considerando os parâmetros e critérios estabelecidos nas Portarias/MDA/nºs 6/2014 e 243/2015;

Considerando os termos da Resolução/CDR/SR-27/Nº 002, de 29 de junho de 2015, resolve:

Art. 1° - Adquirir o imóvel rural denominado "Fazenda Caumé", situado no município de Tucumã, Estado do Pará, registrado na matrícula de nº 3.870, Livro 02-T, fls. 150 do Serviço Notarial e de Registros Públicos da Comarca de Tucumã/PA, com área registrada de 382,3995 hectares, cadastrado no INCRA sob o nº 950.165.627.216-5, pelo valor total de R$ 1.543.535,25 (hum milhão, quinhentos e quarenta e três mil, quinhentos e trinta e cinco reais e vinte e cinco centavos), sendo R$ 1.366.512,26 (hum milhão, trezentos e sessenta e seis reais e vinte e seis centavos) o valor da terra nua (VTN) em Títulos da Dívida Agrária (TDA) e R$ 177.022,99 (cento e setenta e sete mil, vinte e dois reais e noventa e nove centavos) o valor das benfeitorias;

Art. 2° - Autorizar o lançamento de Títulos da Dívida Agrária com prazo de resgate de 05(cinco) anos e remuneração de 6% ao ano, conforme Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, no valor de R$ 1.366.512,26 (hum milhão, trezentos e sessenta e seis mil, quinhentos e doze reais e vinte e seis centavos), referentes ao pagamento integral da terra nua, nominativos a Darli Magguiani Duarte, portadora do CPF nº 320.691.201-63;

Art. 3º - Solicitar a Diretoria de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e a de Gestão Administrativa a adotarem as providências necessárias previstas nos Art. 1º e 2º;

Art. 4° - Determinar que a aquisição se opere livre e desembaraçada de quaisquer ônus e/ou gravames, com prévia comprovação de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, relativo aos 05(cinco) últimos exercícios, inclusive o atual, conforme previsto no art. 21, da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, bem como da Taxa de Serviços Cadastrais - CCIR e ainda, fazer constar das escrituras públicas de compra e venda que cabe ao promitente vendedor, a responsabilidade total quando ao pagamento dos encargos e obrigações trabalhistas decorrentes de eventuais vínculos empregatícios mantidos com os empregados que trabalham ou tenham trabalhado no imóvel sob aquisição ou outras reclamações de terceiros, incluindo aquelas relativas a indenizações por benfeitorias;

Art. 5º - Condicionar a liberação dos recursos financeiros para pagamento do imóvel, ao seu registro, em nome do INCRA, no competente Cartório de Registro de Imóveis.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO SÉRGIO GARCIA

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

PORTARIA Nº 421, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do art. 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto nº 6.275, de 28 de novembro de 2007;

Considerando a alínea i do subitem 4.2 do Termo de Referência do Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade, aprovado pela Resolução Conmetro n.º04, de 02 de dezembro de 2002, que outorga ao Inmetro competência para compor comissões técnicas para o desenvolvimento de instrumentos efetivos de operacionalização de Programas de Avaliação da Conformidade;

Considerando a Portaria Inmetro n.º 76, de 28 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 01 de fevereiro de 2011, seção 1, páginas 172 e 173, que aprova a primeira revisão do Regimento Interno das Comissões Técnicas para assessorar o Inmetro no desenvolvimento destes Programas;

Considerando a necessidade de atualização da Comissão Técnica para "Bicicletas de Uso Infantil", criada pela Portaria Inmetro n.º 90, de 06 de abril de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 10 de abril de 2006, seção 01, resolve baixar as seguintes disposições:

Art. 1º Revisar a composição da Comissão Técnica "Bicicletas de Uso Infantil", conforme abaixo:

I. Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro;

a) Coordenação Geral de Acreditação - Cgcre;

b) Diretoria da Avaliação da Conformidade - Dconf;

c) Diretoria de Metrologia Científica e Industrial - Dimci;

d) Rede Brasileira de Metrologia Legal e Qualidade - RBMLQ-I;

II. Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares - Abraciclo;

III. Associação Brasileira dos Fabricantes, Distribuidores, Exportadores e Importadores de Bicicletas, Peças e Acessórios - Abradibi;

IV. Associação de Consumidores- PROTESTE;

V. Federação do Comércio do Estado de São Paulo - FECOMERCIO-SP;

VI. Sindicato Interestadual da Indústria de Materiais e Equipamentos Ferroviários e Rodoviários - Simefre; e

VII. Sociedade Brasileira de Pediatria - SBP.

Parágrafo único. Cada uma das instituições supramencionadas deverá ser representada por um titular e um suplente, conforme estabelecido no Regimento Interno das Comissões Técnicas.

Art. 2º Estabelecer que a Comissão Técnica ora revisada tem como objetivo propor instrumentos efetivos de operacionalização, implementação e melhoria das atividades relativas aos Programas de Avaliação da Conformidade para Bicicletas de Uso Infantil.

Art. 3º Revogar a Portaria Inmetro n.º 90/2006 a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

PORTARIA Nº 422, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Consulta Pública Proposta de Regulamento Técnico da Qualidade para Berços Infantis estabelecendo o aperfeiçoamento dos requisitos obrigatórios de segurança para a disponibilização de berços infantis no mercado nacional.

ORIGEM: Inmetro / MDIC.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO, no uso de suas atribuições, conferidas no § 3º do 4º da Lei n.º 5.966, de 11 de dezembro de 1973, nos incisos I e IV do art. 3º da Lei n.º 9.933, de 20 de dezembro de 1999, e no inciso V do art. 18 da Estrutura Regimental da Autarquia, aprovada pelo Decreto n.º 6.275, de 28 de novembro de 2007, resolve:

Art. 1º Disponibilizar, no sitio www.inmetro.gov.br, a proposta de texto da Portaria Definitiva referente ao Regulamento Técnico da Qualidade para Berços Infantis.

Art. 2º Declarar aberto, a partir da data da publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o prazo de 30 (trinta) dias para que sejam apresentadas sugestões e críticas relativas aos textos propostos.

Art. 3º Informar que as críticas e sugestões deverão ser encaminhadas no formato da planilha modelo, contida na página http://www.inmetro.gov.br/legislacao/, preferencialmente em meio eletrônico, e para os seguintes endereços:

- Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro

Diretoria de Avaliação da Conformidade - Dconf

Divisão de Regulamentação Técnica e Programas de Avaliação da Conformidade - Dipac

Rua da Estrela n.º 67 - 3º andar - Rio Comprido

CEP 20.251-021 - Rio de Janeiro - RJ, ou

- E-mail: dipac.consultapublica@inmetro.gov.br

§ 1º As críticas e sugestões que não forem encaminhadas de acordo com o modelo citado no caput serão consideradas inválidas para efeito da consulta pública e devolvidas ao demandante.

§ 2º O demandante que tiver dificuldade em obter a planilha no endereço eletrônico mencionado acima, poderá solicitá-la no endereço físico ou no e-mail elencados no caput.

Art. 4º Estabelecer que, findo o prazo fixado no art. 2º, o Inmetro se articulará com as entidades que tenham manifestado interesse na matéria, para que indiquem representantes nas discussões posteriores, visando à consolidação do texto final.

Art. 5º Publicar esta Portaria de Consulta Pública no Diário Oficial da União, quando iniciará a sua vigência.

JOÃO ALZIRO HERZ DA JORNADA

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

CIRCULAR Nº 55, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, nos termos do Acordo sobre a Implementação do Artigo VI do Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio - GATT 1994, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 30, de 15 de dezembro de 1994, e promulgado pelo Decreto nº 1.355, de 30 de dezembro de 1994, de acordo com o disposto no art. 5º do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, e tendo em vista o que consta do Processo MDIC/SECEX 52272.000611/2015-46 e do Parecer nº 39, de 20 de agosto de 2015, elaborado pelo Departamento de Defesa Comercial - DECOM desta Secretaria de Comércio Exterior - SECEX, considerando existirem elementos suficientes que indicam que a extinção do direito antidumping aplicado às importações do produto objeto desta Circular levaria, muito provavelmente, à continuação ou retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente, decide:

1. Iniciar revisão do direito antidumping instituído pela Resolução CAMEX nº 66, de 2 de setembro de 2010, publicada no D.O.U. de 3 de setembro de 2010, retificada em 15 de outubro de 2010, aplicado às importações brasileiras de sacos de juta, comumente classificadas no item 6305.10.00 da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM, originárias da Índia e de Bangladesh.

1.1. Tornar públicos os fatos que justificaram a decisão de início da revisão, conforme o anexo à presente circular.

1.2. A data do início da revisão será a da publicação desta circular no Diário Oficial da União - D.O.U.

2. A análise da probabilidade de continuação ou retomada do dumping que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014. Já a análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano que antecedeu o início da revisão considerou o período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014.

3. De acordo com o disposto no § 3º do art. 45 do Decreto nº 8.058, de 2013, deverá ser respeitado o prazo de vinte dias, contado a partir da data da publicação desta circular no D.O.U., para que outras partes que se considerem interessadas e seus respectivos representantes legais solicitem sua habilitação no referido processo.

4. A participação das partes interessadas no curso desta investigação de defesa comercial deverá realizar-se por meio de representante devidamente habilitado.

5. A intervenção em processos de defesa comercial de representantes legais que não estejam habilitados somente será admitida nas solicitações de prorrogação de prazo para apresentação de respostas aos questionários e nas apresentações de respostas aos questionários. A regularização da habilitação dos representantes que realizarem estes atos deverá ser feita em até 91 dias a contar da data do início desta revisão, sem possibilidade de prorrogação. Na hipótese de a empresa solicitar prorrogação do prazo de resposta ao questionário por meio de correspondência institucional, inclusive eletrônica, a regularização da habilitação somente será exigida para os representantes que apresentarem as respostas aos questionários. A ausência de regularização da representação nos prazos e condições previstos fará com que os atos a que fazem referência este parágrafo sejam havidos por inexistentes.

6. A representação de governos estrangeiros dar-se-á por meio do chefe da representação oficial no Brasil ou por meio de representante por ele designado. A designação de representantes deverá ser protocolada junto ao DECOM em comunicação oficial da representação correspondente, na qual deverá constar expressamente o processo de defesa comercial a que se refere a designação.

7. Na forma do que dispõe o art. 50 do Decreto nº 8.058, de 2013, serão remetidos questionários aos produtores ou exportadores conhecidos, aos importadores conhecidos e aos demais produtores domésticos, conforme definidos no § 2º do art. 45 do referido decreto, que disporão de trinta dias para restituí-los, contados da data de ciência. Presume-se que as partes interessadas terão ciência de documentos impressos enviados pelo DECOM 5 (cinco) dias após a data de seu envio ou transmissão, no caso de partes interessadas nacionais, e 10 (dez) dias, caso sejam estrangeiras, conforme o art. 19 da Lei 12.995, de 18 de junho de 2014.

8. De acordo com o previsto nos arts. 49 e 58 do Decreto nº 8.058, de 2013, as partes interessadas terão oportunidade de apresentar, por escrito, os elementos de prova que considerem pertinentes. As audiências previstas no art. 55 do referido decreto deverão ser solicitadas no prazo de 5 (cinco) meses, contado da data de início da revisão, e as solicitações deverão estar acompanhadas da relação dos temas específicos a serem tratados. Ressalte-se que somente representantes devidamente habilitados poderão ter acesso ao recinto das audiências relativas aos processos de defesa comercial e se manifestar em nome de partes interessadas nessas ocasiões.

9. Na forma do que dispõem o § 3º do art. 50 e o parágrafo único do art. 179 do Decreto nº 8.058, de 2013, caso uma parte interessada negue acesso às informações necessárias, não as forneça tempestivamente ou crie obstáculos à revisão, o DECOM poderá elaborar suas determinações finais com base nos fatos disponíveis, incluídos aqueles disponíveis na petição de início da revisão, o que poderá resultar em determinação menos favorável àquela parte do que seria caso a mesma tivesse cooperado.

10. Caso se verifique que uma parte interessada prestou informações falsas ou errôneas, tais informações não serão consideradas e poderão ser utilizados os fatos disponíveis.

11. À luz do disposto no art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, a revisão deverá ser concluída no prazo de dez meses, contado de sua data de início, podendo esse prazo ser prorrogado por até dois meses, em circunstâncias excepcionais.

12. De acordo com o contido no § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, as medidas antidumping de que trata a Resolução CAMEX nº 66, de 2010, permanecerão em vigor, no curso desta revisão.

13. Todos os documentos referentes à presente revisão deverão indicar o produto, o número do Processo MDIC/SECEX 52272.000611/2015-46 e ser dirigidos ao seguinte endereço: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR, DEPARTAMENTO DE DEFESA COMERCIAL - DECOM - EQN 102/103, Lote I, sala 108, Brasília - DF, CEP 70.722-400, telefones: (0XX61) 2027-9366/7735/7889 e ao seguinte endereço eletrônico: sacosdejuta@mdic.gov.br.

DANIEL MARTELETO GODINHO

ANEXO

1. DOS ANTECEDENTES

1.1. Da investigação original

Em 1991, a então Coordenadoria Técnica de Tarifas - CTT recebeu pleito do Instituto de Fomento à Produção de Fibras Vegetais da Amazônia - IFIBRAM, de investigação de prática de dumping nas exportações para o Brasil de sacos de juta originárias de Bangladesh e da Índia.

A investigação foi iniciada por intermédio da Circular DECEX nº 412, de 7 de novembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União (D.O.U.) de 11 de novembro de 1991. A análise das informações disponíveis levou à aplicação de direito antidumping provisório e, posteriormente, ao encerramento da investigação com aplicação de direito antidumping definitivo, conforme tabela abaixo, por intermédio da publicação no D.O.U. de 2 de outubro de 1992 da Portaria MEFP nº 648, de 30 de setembro de 1992.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Direito Antidumping Original

País	NBM	Direito Antidumping
Índia	6305.10.0100	24,8 %
	6305.10.9900	5,6 %
Bangladesh	6305.10.0100	49,1 %
	6305.10.9900	58,7 %

1.1. Da primeira revisão

Em 6 de março de 1997, a Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) fez publicar no D.O.U. a Circular nº 7, de 4 de março de 1997, dispondo que o prazo de vigência do direito antidumping encerrar-se-ia em 2 de outubro de 1997 e que, de acordo com o art. 41 da Resolução CPA nº 00-1227, de 1987, as partes interessadas poderiam solicitar revisão para fins de prorrogação do direito.

Em 1º de abril de 1997, o IFIBRAM manifestou interesse na revisão e em 26 de maio de 1997, atendendo ao disposto no § 2º do art. 57 do Decreto nº 1.602, de 1995, apresentou petição de prorrogação do direito.

Por intermédio da publicação no D.O.U., de 24 de setembro de 1997, da Circular SECEX nº 39, de 22 de setembro de 1997, foi iniciada a revisão do direito antidumping aplicado às importações brasileiras de sacos de juta da Índia e de Bangladesh.

Por meio da Portaria Interministerial do MICT/MF nº 16, publicada no D.O.U. de 24 de setembro de 1998, a revisão foi encerrada com prorrogação dos direitos antidumping aplicado às importações de sacos de juta, originárias da Índia e de Bangladesh, conforme tabela a seguir:

Direito Antidumping

País	NCM	Direito Antidumping
Índia	6305.10.00	38,9 %
Bangladesh	6305.10.00	64,5 %

1.2. Da revisão de meio de período

Em 12 de abril de 2002, o Consulado Geral da Índia, em nome do Conselho de Desenvolvimento dos Fabricantes de Juta - JMDC, com base no disposto no inciso I do art. 58 do Decreto nº 1.602, de 1995, protocolou petição de revisão do direito antidumping então em vigor, alegando a inexistência de prática de dumping por parte das empresas indianas.

Diante dos indícios apresentados pelo peticionário, foi iniciada a revisão do direito antidumping, exclusivamente para a Índia, por intermédio da publicação no D.O.U., de 19 de julho de 2002, da Circular SECEX nº 28, de 18 de julho de 2002.

Face à insuficiência das informações apresentadas, a revisão foi encerrada e o direito antidumping não foi alterado. Esta decisão foi objeto da Circular SECEX nº 50, de 8 de julho de 2003, publicada no D.O.U. de 9 de julho de 2003.

1.3. Da segunda revisão

Em 17 de fevereiro de 2003, a SECEX publicou no D.O.U. a Circular nº 8, de 14 de fevereiro de 2003, tornando público que o prazo de vigência dos direitos antidumping em questão encerrar-se-ia em 24 de setembro de 2003 e que as partes interessadas poderiam solicitar revisão dos referidos direitos.

O IFIBRAM, na qualidade de representante dos produtores de fibras vegetais e indústrias de sacaria de juta, protocolou petição no MDIC, em 27 de junho de 2003, de prorrogação do prazo de vigência dos direitos em questão.

A revisão foi iniciada em 11 de setembro de 2003, data da publicação no D.O.U. da Circular SECEX nº 69, de 10 de setembro de 2003.

A Resolução nº 28, de 22 de setembro de 2003, da Câmara de Comércio Exterior - CAMEX, publicada no D.O.U. de 26 de setembro do mesmo ano, tornou público que os direitos antidumping permaneceriam em vigor enquanto perdurasse a revisão.

Por intermédio da Resolução CAMEX nº 24, de 9 de setembro de 2004, publicada no D.O.U. de 10 de setembro de 2004, foi encerrada a revisão com prorrogação dos direitos antidumping aplicados às importações de sacos de juta originárias da Índia e de Bangladesh, na forma de alíquota específica fixa, conforme a seguir discriminado:

Direito Antidumping Definitivo

País	Direito Antidumping
Índia	US$/kg
. Gloster Jute Mills Limited	- zero -
. Cheviot Company Limited	- zero -
. Howrah Mills Company Limited	- zero -
. Birla Corporation Limited	- zero -
. The Ganges Manufacturing Co. Ltd.	- zero -
. Demais empresas	0,22
Bangladesh	
. Todas as empresas	0,22

1.4. Da terceira revisão

Em 26 de novembro de 2008, por intermédio da publicação no D.O.U. da Circular SECEX nº 81, de 25 de novembro de 2008, foi dado conhecimento público de que o prazo de vigência dos direitos antidumping aplicados às importações de sacos de juta, originárias da Índia e de Bangladesh, encerrar-se-ia em 10 de setembro de 2009.

O IFIBRAM, em documento protocolado em 16 de março de 2009 neste Ministério, manifestou interesse na revisão de direitos antidumping.

Em 12 de junho de 2009, o IFIBRAM protocolou no MDIC petição de revisão do direito antidumping.

Tendo sido verificada a existência de indícios de continuação da prática de dumping, no caso da Índia, e a probabilidade de retomada de tal prática, no caso de Bangladesh, e a probabilidade de retomada do dano à indústria doméstica, a revisão foi iniciada por intermédio da Circular SECEX nº 49, de 9 de setembro de 2009, publicada no D.O.U. de 10 de setembro de 2009.

Por intermédio da Resolução CAMEX nº 66, de 2 de setembro de 2010, publicada no D.O.U. de 3 de setembro de 2010, retificada em 15 de outubro de 2010, foi encerrada a revisão com prorrogação dos direitos antidumping aplicados às importações de sacos de juta originárias da Índia e de Bangladesh, na forma de alíquota específica fixa, conforme a seguir discriminado:

Direito Antidumping Definitivo

País	Direito Antidumping
Índia	US$/kg
. Birla Corporation Limited	0,15
. Demais empresas	0,45
Bangladesh	
. Todas as empresas	0,16

2. DA REVISÃO

2.1. Dos procedimentos prévios

Em 4 de dezembro de 2014 foi publicada no D.O.U. a Circular SECEX nº 74, de 3 de dezembro de 2014, que tornou público que o prazo de vigência do direito antidumping aplicado pela Resolução CAMEX nº 66, de 2010, se encerraria no dia 3 de setembro de 2015. Adicionalmente, foi informado que, conforme previsto no art. 111 do Decreto nº 8.058, de 26 de julho de 2013, as partes que desejassem iniciar uma revisão deveriam protocolar petição de revisão de final de período, no mínimo, quatro meses antes da data de término do período de vigência do direito antidumping.

2.2. Da petição

Em 30 de abril de 2015, o IFIBRAM protocolou petição de revisão do direito antidumping aplicado às importações de sacos de juta originárias da Índia e de Bangladesh, com base no art. 106 do Decreto nº 8.058, de 2013, doravante também denominado Regulamento Brasileiro.

Após exame preliminar da petição, foi solicitado ao peticionário, no dia 11 de maio de 2015, com base no §2º do art. 41 do Regulamento Brasileiro, informações complementares àquelas fornecidas na petição, as quais foram apresentadas no dia 19 de maio de 2015.

2.3. Das partes interessadas

Uma vez que não foram verificadas importações de sacos de juta no período de análise de continuação/retomada de dumping, foram consideradas como partes interessadas, além do peticionário, das empresas representadas por este, do outro produtor nacional identificado e dos governos da Índia e de Bangladesh, os produtores/exportadores desses países e os importadores brasileiros identificados em períodos anteriores, nos termos do inciso V do § 2º do art. 45 do Regulamento Brasileiro.

Em atendimento ao estabelecido no art. 43 do Regulamento Brasileiro, os produtores/exportadores de Índia e Bangladesh e os importadores brasileiros foram identificados por meio dos dados detalhados de importação fornecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), do Ministério da Fazenda.

2.4. Da verificação in loco na indústria doméstica

Fundamentado nos princípios da eficiência, previsto no caput do art. 2º da Lei nº 9.784, de 1999, e da celeridade processual, previsto no inciso LXXVIII do art. 5º da Constituição Federal de 1988, foram realizadas as verificações in loco dos dados apresentados pela indústria doméstica.

Em face do disposto no art. 175 do Decreto nº 8.058, de 2013, solicitou-se anuência para que equipe de técnicos realizassem verificações in loco dos dados apresentados pelas empresas Jutal Empresa Industrial de Juta S.A., no período de 25 a 29 de maio de 2015, em Manaus - AM, e Companhia Têxtil de Castanhal (CTC), no período de 8 a 12 de junho de 2015, em Castanhal - PA, respectivamente.

Após consentimento das empresas, foram realizadas verificações in loco na Castanhal e na Jutal, nos períodos propostos, com o objetivo de confirmar e de obter maior detalhamento das informações prestadas pelas empresas na petição de revisão de final de período e na resposta ao pedido de informações complementares.

Cumpriram-se os procedimentos previstos nos roteiros previamente encaminhados às empresas, tendo sido verificadas as informações prestadas. Também foram obtidos esclarecimentos acerca dos processos produtivos dos sacos de juta e das estruturas organizacionais das empresas. Por fim, foram consideradas válidas as informações fornecidas pelas empresas, depois de realizadas as correções pertinentes.

As versões restritas dos relatórios das verificações in loco foram juntadas aos autos restritos do processo. Todos os documentos colhidos como evidência do procedimento de verificação foram recebidos em bases confidenciais. Cabe destacar que as informações doravante apresentadas incorporam os resultados das referidas verificações in loco.

3. DO PRODUTO E DA SIMILARIDADE

3.1. Do produto objeto do direito antidumping

O produto objeto do direito antidumping é o saco de juta, originário da Índia e de Bangladesh. Os sacos de juta são constituídos, basicamente, de tecido de juta costurado em três lados e têm como finalidade principal a embalagem e armazenagem de commodities agrícolas. Os sacos de juta, a depender do processo produtivo, também podem ser costurados em apenas dois lados, porém isso não altera as características do produto. As principais culturas que demandam o referido produto são as de café, açúcar e cacau e em menores quantidades as de algodão, batata e pimenta.

Os seguintes itens não estão incluídos no escopo do produto objeto do direito antidumping: sacos de juta para embalagem de conjuntos de abotoaduras; sacos de juta para embalar garrafas; sacos de juta para elementos de decoração; e bolsas e sacolas de juta.

O processo de produção dos sacos de juta segue o modelo tradicional das unidades de produção de têxteis, tendo início com a transformação da fibra vegetal em fio e posteriormente em tela, tecido e saco de juta, por meio de processos caracterizados pelo esforço mecânico.

Além disso, o processo de fabricação de sacos de juta é bastante difundido e não contempla diferenças significativas, não havendo, portanto, alterações em termos de tecnologia que afetem o produto final. Ressalte-se que na última revisão, no caso da Índia, apurou-se que, apesar de fabricar produto de primeira (hessian) e de segunda qualidade (sacking), apenas o de primeira qualidade era destinado ao Brasil. Porém, é importante registrar que ante a diferença de preços entre esses produtos (hessian e sacking), em alguma medida, é possível a substituição de um tipo por outro.

O processo produtivo dos sacos de juta resume-se, basicamente, à três estágios, quais sejam: 1) Fiação: etapa que tem seu início na recepção da matéria-prima em bruto e vai até o fio embalado em bobinas, simples ou retorcido; 2) Tecelagem: é a segunda fase do processo que se inicia com o fio produzido pela fiação o qual é transformado em tecido acabado denominado de tela; e 3) Acabamento: é a última fase da produção, onde o tecido recebido da tecelagem é preparado para ser vendido ou transformado em sacos.

O saco de juta não é um produto totalmente homogêneo, pois podem ser encontradas diferenças em termos da titulação do fio e de sua dimensão. O título consiste em uma relação entre massa e comprimento.

3.2. Do produto fabricado no Brasil

Os sacos de juta fabricados no Brasil também se destinam, em sua maior parte, à embalagem de commodities agrícolas. Segundo o peticionário, a principal variação observada nesse produto está relacionada à titulação do fio. No caso da juta, usualmente se utiliza o título em Lb/spangle (libras por 14.400 jardas). Assim, ao afirmar que um fio tem 10 Lb/sp, isso significa que o fio pesa 454g em cada 14.400 jardas. No Brasil, o mercado é caracterizado pelo uso de fio de 10,5 (Lb/sp).

Usualmente, o produto é comercializado em unidades (sacos). Porém, as empresas produtoras no Brasil também mantêm alguns registros em quilogramas.

Atualmente, não há normas ou regulamentos técnicos a que estejam sujeitos os sacos de juta fabricados no Brasil e/ou os importados.

3.3. Da classificação e do tratamento tarifário

O produto objeto da presente revisão comumente classificase no item 6305.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul - NCM, cuja descrição é "Sacos de quaisquer dimensões, para embalagem, de juta ou de outras fibras têxteis liberianas da posição 53.03".

A alíquota do Imposto de Importação desse item tarifário manteve-se em 35%, durante todo o período de avaliação da probabilidade de continuação ou retomada do dano.

Acrescenta-se que o Brasil possui os seguintes acordos de preferências tarifárias, relativos à supracitada NCM: APTR04 (Peru - Brasil), preferência tarifária de 14%; APTR04 (Argentina/México - Brasil), preferência tarifária de 20%; APTR04 (Chile/Colômbia/Cuba/Uruguai - Brasil), preferência tarifária de 28%; APTR04 (Equador - Brasil), preferência tarifária de 40%; APTR04 (Bolívia/Paraguai - Brasil), preferência tarifária de 48%; ACE18 (Mercosul - Brasil), preferência tarifária de 100%; ACE35 (Chile - Mercosul), preferência tarifária de 100%; ACE36 (Bolívia - Mercosul), preferência tarifária de 100%; ACE58 (Peru - Mercosul), preferência tarifária de 100%; ACE59 (Colômbia/Equador - Mercosul), preferência tarifária de 100%; e ACE62 (Cuba - Mercosul), preferência tarifária de 100%.

Por fim, há o Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e Israel, em vigor desde 27 de abril de 2010, que concede a margem de 60% de preferência tarifária para este país.

3.4. Da similaridade

O § 1º do art. 9º do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece lista dos critérios objetivos com base nos quais a similaridade deve ser avaliada. O § 2º do mesmo artigo estabelece que tais critérios não constituem lista exaustiva e que nenhum deles, isoladamente ou em conjunto, será necessariamente capaz de fornecer indicação decisiva.

Conforme exposto, os sacos de juta originários da Índia e de Bangladesh, assim como aqueles produzidos no Brasil, apresentam as mesmas características físicas, são fabricados com as mesmas matérias-primas, possuem as mesmas aplicações (embalagem de commodities agrícolas) e suprem o mesmo mercado, sendo, portanto, diretamente concorrentes entre si.

Dessa forma, diante das informações apresentadas, ratifica-se a conclusão alcançada na investigação original e nas revisões anteriores de que o produto fabricado no Brasil é similar ao produto objeto do direito antidumping.

4. DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

Segundo o peticionário, há atualmente três empresas produtoras de sacos de juta no Brasil, a saber: Companhia Têxtil de Castanhal - CTC; Jutal Empresa Industrial de Juta S.A. - Jutal; e Brasjuta da Amazonia S.A. Fiação, Tecelagem e Sacaria - Brasjuta.

Não foram identificados outros produtores nacionais de sacos de juta. Cabe ressaltar que a Companhia Têxtil de Aniagem e a Amazonjuta Têxtil Fibra Ltda, que foram identificadas como produtoras na revisão anterior, encerraram suas operações anteriormente ao início do período de análise da probabilidade de continuação/retomada de dano (janeiro de 2010).

De acordo com o art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, o termo indústria doméstica poderá ser definido como o conjunto de produtores cuja produção conjunta constitua proporção significativa da produção nacional total do produto similar doméstico.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

As empresas CTC e Jutal, que conforme estimativas da petição, responderam por 69% da produção nacional do produto similar em 2014, forneceram seus dados para fins da análise de continuação ou retomada do dano. A Brasjuta, por sua vez, manifestou apoio à petição.

Desse modo, para fins de análise da probabilidade de continuação ou retomada do dano, definiu-se como indústria doméstica as linhas de produção de sacos de juta das empresas CTC e Jutal.

5. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DUMPING

De acordo com o art. 107 c/c o art. 103 do Decreto nº 8.058, de 2013, a determinação de que a extinção do direito levaria muito provavelmente à continuação ou à retomada do dumping deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo a existência de dumping durante a vigência da medida; o desempenho do produtor ou exportador; alterações nas condições de mercado, tanto do país exportador quanto em outros países; e a aplicação de medidas de defesa comercial sobre o produto similar por outros países e a consequente possibilidade de desvio de comércio para o Brasil.

5.1. Da existência de indícios de continuação/retomada de dumping

De acordo com o art. 7º do Decreto nº 8.058, de 2013, considera-se prática de dumping a introdução de um bem no mercado brasileiro, inclusive sob as modalidades de drawback, a um preço de exportação inferior ao seu valor normal.

Na presente análise, utilizou-se o período de janeiro de 2014 a dezembro de 2014, a fim de se verificar a existência de indícios de continuação/retomada da prática de dumping nas exportações para o Brasil de sacos de juta, quando originárias da Índia e de Bangladesh.

5.1.1. Da Índia

5.1.1.1. Do valor normal

O peticionário sugeriu que fosse adotado, ao amparo do inciso II do art. 14 do Decreto nº 8.058, de 2013, valor normal construído no país exportador.

O valor normal construído foi obtido com base em informações relativas à indústria doméstica e à empresa indiana Birla Corporation Limited, além de preços praticados no mercado indiano para determinados fatores de produção. Foram estimados os custos unitários fixos e variáveis de fabricação de sacos de juta na Índia, sendo adicionadas a esses custos estimativas de despesas operacionais e de lucro operacional, excluindo-se despesas de venda referentes a transporte e handling.

Primeiramente, procurou-se estimar o custo da matéria-prima (fibra natural de juta) utilizada para fabricar sacos de juta na Índia. Considerou-se que a fibra natural de juta seria importada de Bangladesh. O custo desse insumo foi apurado a partir das importações originárias de Bangladesh realizadas pela empresa Castanhal, cujo preço médio foi equivalente a US$ 689,77/t na condição FOB. Na sequência, foram incorporados a esse preço os custos estimados no transporte das fibras até a porta da fábrica de sacos de juta na Índia.

Cabe registrar que a utilização, para fins de apuração do custo da fibra de juta na Índia, de dados de uma empresa brasileira, relativos a importações de fibras de juta originárias de Bangladesh, em detrimento do emprego de informações referentes a aquisições ou vendas de fibras realizadas pela Índia, deve-se ao fato de estarem incluídos outros produtos, além das fibras naturais de juta, na nomenclatura constante das estatísticas indianas que engloba esse produto.

O frete internacional incorrido no transporte das fibras do porto de embarque em Bangladesh ao porto de desembarque na Índia foi estimado com base nas informações constantes do endereço eletrônico worldfreightrates.com, considerando-se como commodity os produtos têxteis.

Já em relação às despesas referentes ao desembaraço no porto indiano e ao frete interno do porto à fábrica de sacos de juta na Índia, utilizou-se o valor apurado na revisão anterior.

Adicionou-se ainda imposto de importação de 10% do preço CIF. Essa alíquota consta da Tarifa Externa da Índia para o código tarifário 5303.10 - fibra de juta.

Desse modo, o preço da fibra natural de juta na porta da fábrica do produtor de sacos de juta indiano foi estimado em US$ 849,59/t.

Por fim, foi adicionado um fator técnico de perda no processo produtivo equivalente a Conf.% apurado a partir da experiência da empresa Castanhal, conforme informado na petição. Assim, o custo da fibra natural de juta necessária para a produção de uma tonelada de sacos de juta foi estimado em US$ Conf.

Na sequência, foram adicionados os custos de outros insumos e de manutenção, cujos valores foram apurados a partir dos dados da indústria doméstica, utilizando-se as relações percentuais entre tais custos e o custo da matéria prima.

O preço de energia elétrica no mercado interno indiano foi obtido do endereço eletrônico: www.data.gov.in sendo equivalente a 6,66 rúpias por Kwh. O valor em rúpias foi convertido para dólares estadunidenses por meio de taxa de câmbio média do período de análise de dumping apurada com base nas taxas diárias constantes do endereço eletrônico do Banco Central do Brasil, resultando no preço da energia de US$ 0,109/kwh. A quantidade de Kwh para fabricação de uma tonelada de saco de juta foi apurada por meio do consumo e produção da indústria doméstica, conforme verificado. Assim, o custo de energia foi estimado em 57,42 US$/t.

No caso de outras utilidades e outros custos fixos, devido à ausência de fontes de informação para o mercado indiano, estes custos foram estimados com base na estrutura de custo da indústria doméstica.

A metodologia utilizada para se estimar os custos com mão de obra direta e indireta consistiu em se estimar inicialmente, a partir dos dados verificados da indústria doméstica, a quantidade de horas de trabalho necessárias para se produzir 1 tonelada de sacos de juta. Para isso, tomou-se como base a produção total da planta, incluindo sacos de juta e demais produtos, e considerou-se que a produção ocorre em 16 horas por dia, 25 dias por mês e 12 meses por ano. Na sequência, foram considerados a quantidade de empregados por turno verificada na indústria doméstica e o salário na Índia, apurado por meio do endereço eletrônico: www.delhi.gov.in, convertido em dólares estadunidenses. No caso da mão de obra indireta, o salário foi multiplicado pelo fator 2,52, correspondente à relação de salários entre mão de obra direta e indireta verificada na indústria doméstica. Dessa forma, o custo de mão de obra direta alcançou US$ 250,40/t, e o da mão de obra indireta, US$ 51,05/t.

Para fins de estimativa da depreciação, das despesas operacionais e do lucro operacional, foram utilizados os dados do balanço da empresa Birla, produtora de sacos de juta na Índia, para os anos fiscais encerrados em março de 2014 e em março de 2015. Inicialmente, foram apurados os percentuais para cada ano fiscal e, em seguida, calculou-se a média ponderada pelo número de meses inclusos no período de análise de retomada de dumping.

Os detalhes do cálculo do valor normal construído da Índia estão demonstrados na tabela abaixo:

Valor Normal da Índia ex fabrica (em US$/t)

Custo de Matéria-prima	Conf.
Outros Insumos (Conf. % da matéria-prima)	Conf.
Manutenção (Conf. % da matéria-prima)	Conf.
Custo Energia consumida	57,42
Outras Utilidades (Conf. % da Energia)	Conf.
Outros Custos Fixos (Conf. % da matéria-prima)	Conf.
Mão de obra direta	250,40
Mão de obra indireta	51,05
Custo de Manufatura	1.671,33
Depreciação Birla (6,91% do custo de manufatura)	115,54
Custo de Produção	1.786,87
Despesas Administrativas Birla (4,58% do custo de produção)	81,86
Despesas de Venda, exclusive transporte (Birla 1,71% do custo de produção)	30,59
Despesas Financeiras Birla (1,54% do custo de produção)	27,55
Custo Operacional Total, exclusive despesas de transporte (COT)	1.926,87
Lucro operacional Birla (8,46% do COT)	163,02
Valor Normal ex fabrica	2.089,89

Dessa forma, com vistas ao início deste processo de revisão, apurou-se o valor normal para a Índia de US$ 2.089,89/t (dois mil e oitenta e nove dólares e oitenta e nove centavos por tonelada), na condição ex fabrica.

5.1.1.2. Da retomada de dumping

Uma vez que não foram verificadas exportações da Índia para o Brasil no período de análise da continuação/retomada do dumping, avaliou-se a probabilidade de retomada de dumping, caso o direito antidumping em vigor não seja prorrogado. Para tanto, comparou-se o valor normal da Índia, internalizado no Brasil, com o preço médio ex fabrica da indústria doméstica, nos termos do § 3º do art. 107 do Decreto nº 8.058, de 2013.

Para fins de apuração do valor normal internado no Brasil, inicialmente adicionou-se ao valor normal ex fabrica o frete interno na Índia, as despesas de desembaraço no porto de embarque, além de frete e seguro internacional, obtendo-se assim o valor normal na condição CIF. Em seguida, foi acrescido imposto de importação (35% do preço CIF), Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM (25% do frete internacional) e demais despesas de internação no Brasil, apurando-se, desse modo, o valor normal da Índia, internado no Brasil.

Por questões de coerência, o frete interno e as despesas de desembaraço na Índia foram apurados mediante a mesma metodologia adotada na estimativa do custo da matéria prima, estimando-se para tais despesas o valor apurado na revisão anterior.

Para fins de estimativa do frete internacional, tomou-se como base inicialmente as DIs fornecidas pelo peticionário referentes às importações de fibras de juta originárias de Bangladesh, realizadas pela empresa Castanhal ao longo do período de análise de retomada de dumping. Constam desses documentos os valores de frete internacional e as quantidades envolvidas na operação.

A fibra de juta, ainda que não macerada, possui peso específico (peso/volume) muito semelhante ao saco de juta. Além disso, observa-se grande semelhança no acondicionamento desses produtos para fins de transporte internacional por via marítima. Pode-se inferir, portanto, que, para um mesmo trajeto e data, tais produtos incorreriam em fretes unitários muito próximos.

As fibras de juta de Bangladesh importadas pela empresa Castanhal foram desembarcadas no porto de Belém. No entanto, quando ocorrem importações de sacos de juta, o desembarque é, em geral, efetuado na região sudeste, visto que a maior parte dos consumidores está situada nessa região.

No endereço eletrônico worldfreightrates.com foram obtidos os valores atuais de frete incorridos no transporte de produtos têxteis do porto de embarque na Índia (Kolkata) ao porto de Santos, e do porto de Bangladesh (Chittagong) ao porto de Belém. Apurou-se então a relação percentual entre tais fretes e aplicou-se esse percentual ao frete unitário médio referente às importações de fibras de juta da empresa Castanhal, estimando-se assim o frete internacional que seria incorrido em eventuais importações de sacos de juta da Índia no período de análise de dumping.

O seguro internacional foi estimado com base nos dados obtidos no endereço eletrônico worldfreightrates.com, em que se considera o valor de seguro de 2% do frete para produtos têxteis.

As despesas de internação no Brasil foram estimadas com base na revisão anterior. Tendo em vista que tais despesas são, em geral, recolhidas em reais, levantou-se inicialmente o valor em reais dessas despesas no último período da revisão. Em seguida, tal valor foi atualizado para o período de análise de dumping por meio do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI. Por fim, esse valor foi convertido para dólares estadunidenses aplicando-se a taxa média de câmbio do período apurada com base nos dados extraídos do endereço eletrônico do Banco Central do Brasil.

Dessa forma, para fins da presente revisão, o valor normal da Índia, na condição CIF internado no Brasil, corresponde a US$ 3.197,83/t (três mil cento e noventa e sete dólares estadunidenses e oitenta e três centavos por tonelada).

Verificou-se que, no período de análise de retomada de dumping, o preço médio ex-fabrica das vendas da indústria doméstica no mercado interno correspondeu a US$ 3.108,01/t (três mil cento e oito dólares estadunidenses e um centavo por tonelada).

Uma vez que o valor normal CIF internado da Índia se mostrou superior ao preço ex fabrica da indústria doméstica, pode-se concluir pela existência de indícios de que, muito provavelmente, haverá retomada da prática de dumping por parte dos produtores/exportadores indianos, na hipótese de não prorrogação do direito antidumping, visto que esses produtores/exportadores, de forma a serem competitivos no mercado brasileiro, necessitariam praticar preços inferiores ao valor normal nas suas exportações de sacos de juta para o Brasil.

5.1.2. De Bangladesh

5.1.2.1. Do valor normal

O peticionário sugeriu que fosse adotado, ao amparo do inciso III do art. 34 da Portaria SECEX nº 44, de 2013, valor normal construído no país exportador.

O valor normal construído foi obtido com base em informações relativas à indústria doméstica e à C&A Textiles Ltd., empresa têxtil situada em Bangladesh, além de preços praticados no mercado interno de Bangladesh para determinados fatores de produção. Foram estimados os custos unitários fixos e variáveis de fabricação de sacos de juta em Bangladesh, sendo adicionadas a esses custos estimativas de despesas operacionais e de lucro operacional, excluindo-se despesas de venda referentes a transporte e handling.

Primeiramente, procurou-se estimar o custo da matéria-prima (fibra natural de juta) utilizada para fabricar sacos de juta em Bangladesh. O custo desse insumo foi apurado a partir das importações originárias de Bangladesh realizadas pela empresa Castanhal, cujo preço médio foi equivalente a US$ 689,77/t na condição FOB. Na sequência, foram deduzidos desse preço os custos estimados no desembaraço das fibras no porto de Bangladesh e no transporte da fábrica de fibras ao porto, de forma a se apurar o preço ex fabrica das fibras de juta em Bangladesh.

Em seguida, adicionou-se a esse preço o frete interno incorrido no transporte das fibras até a fábrica de sacos de juta em Bangladesh. Desse modo, o preço da fibra natural de juta na porta da fábrica do produtor de sacos de juta em Bangladesh foi estimado em US$ 689,88/t.

Os fretes internos foram estimados a partir de informações fornecidas pela empresa Confidencial, a qual realiza negócios em Bangladesh envolvendo fibras de juta.

Dentre as despesas de internação em Bangladesh, as despesas de manuseio e estufagem foram apuradas com base em faturas da empresa Confidencial, que realiza tais serviços no porto de Bangladesh, e no volume de fibras que podem ser transportadas em cada contêiner. Nas faturas, constam as despesas por contêiner, e o volume de fibras por contêiner foi apurado com base em informações presentes nas declarações de importação da empresa Castanhal.

Já os gastos referentes à preparação de documentos, bem como inspeção e liberação da carga, foram apurados a partir de informações obtidas no endereço eletrônico www.doingbusiness.org, e considerando o volume médio de fibras de juta envolvido em cada operação de importação da Castanhal no período de análise de dumping, calculado com base em dados constantes das declarações de importação da empresa.

Por fim, foi adicionado um fator técnico de perda no processo produtivo equivalente a Confidencial% apurado a partir da experiência da empresa Castanhal, conforme informado na petição. Assim, o custo da fibra natural de juta necessária para a produção de uma tonelada de sacos de juta foi estimado em US$ Confidencial.

Na sequência, foram adicionados os custos de outros insumos e de manutenção, cujos valores foram apurados a partir dos dados da indústria doméstica, utilizando-se as relações percentuais entre tais custos e o custo da matéria prima.

O preço da energia elétrica no mercado interno de Bangladesh foi extraído do endereço eletrônico: www.dpdc.org.bd/index.php/customer-service/tariff-rates, sendo equivalente a 7,42 tacas por Kwh. O valor em tacas foi convertido para dólares estadunidenses por meio de taxa de câmbio média do período de análise de dumping apurada com base nas taxas diárias constantes do endereço eletrônico do Banco Central do Brasil, resultando no preço da energia de US$ 0,095/kwh. A quantidade de Kwh para fabricação de uma tonelada de saco de juta foi apurada por meio do consumo e produção da indústria doméstica, conforme verificado. Assim, o custo de energia foi estimado em 50,21 US$/t.

Verificou-se no endereço eletrônico supracitado que é cobrada uma taxa mensal em Bangladesh quando a demanda excede a 30 kw no mês. Existe ainda uma taxa mensal de serviço. Assim, com base nas médias mensais de volume de produção e de demanda de energia elétrica da indústria doméstica no período de análise de dumping, foram apurados os custos decorrentes dessas taxas que são incorridos na fabricação de uma tonelada de saco de juta. Em seguida, tais custos foram adicionados ao custo inicial sem taxas, determinando-se assim o custo total de energia elétrica.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

No caso de outras utilidades e outros custos fixos, devido à ausência de fontes de informação para o mercado de Bangladesh, estes custos foram estimados com base na estrutura de custo da indústria doméstica.

Os custos com mão de obra direta e indireta de Bangladesh foram estimados com base na mesma metodologia empregada para a Índia, à exceção do método de estimativa do salário para mão de obra indireta. Nesse caso, tal salário foi estimado apurando-se a média entre os salários dos trabalhadores das classes profissional e especializada, constantes de estudo da ILO (International Labour Organization) denominado "Bangladesh - Seeking better employment conditions for better socioeconomic outcomes", o qual pode ser obtido no endereço eletrônico: www.ilo.org. Em relação à mão de obra direta, considerou-se o salário da classe semiespecializada também presente no referido estudo.

O custo de mão de obra direta alcançou US$ 277,30/t, e o da mão de obra indireta, US$ 34,69/t. As tabelas a seguir demonstram o cálculo do custo incorrido com mão de obra direta e indireta em Bangladesh:

Para fins de estimativa da depreciação, das despesas operacionais e do lucro operacional, foram utilizados os dados do balanço da C&A Textile Ltd., empresa têxtil situada em Bangladesh, para o período de julho de 2013 a junho de 2014.

Os detalhes do cálculo do valor normal construído da Índia estão demonstrados na tabela abaixo:

Valor Normal de Bangladesh - *ex fabrica* (em US$/t)

Custo de Matéria-prima	Conf.
Outros Insumos Conf.% da matéria-prima	Conf.
Manutenção Conf.% da matéria-prima	Conf.
Energia Elétrica	51,01
Outras Utilidades Conf.% da Energia	Conf.
Outros Custos Fixos Conf.% da matéria-prima	Conf.
Mão de obra direta	277,30
Mão de obra indireta	34,69
Custo de Manufatura	1.429,13
Depreciação C&A Textile Ltd. 11,81% do custo de manufatura	168,83
Custo de Produção	1.597,96
Despesas Administrativas C&A Textile Ltd. 1,84% do custo de produção	29,35
Despesas de Venda, exclusive transporte, C&A, 0,83% do custo de produção	13,31
Despesas Financeiras C&A Textile Ltd. 4,37% do custo de produção	69,83
Custo Operacional Total, exclusive despesas de transporte (COT)	1.710,45
Lucro Operacional C&A Textile Ltd. 22,29% do COT	381,19
Valor Normal ex-fabrica	2.091,63

Dessa forma, com vistas ao início deste processo de revisão, apurou-se o valor normal para Bangladesh de US$ 2.091,63/t (dois mil e noventa e um dólares estadunidenses e sessenta e três centavos por tonelada), na condição ex fabrica.

5.1.2.2. Da retomada de dumping

Uma vez que não foram verificadas exportações de Bangladesh para o Brasil no período de análise da continuação/retomada do dumping, avaliou-se a probabilidade de retomada de dumping, caso o direito antidumping em vigor não seja prorrogado. Para tanto, comparou-se o valor normal de Bangladesh, internalizado no Brasil, com o preço médio ex fabrica da indústria doméstica.

Para fins de apuração do valor normal internado no Brasil, inicialmente adicionou-se ao valor normal ex fabrica o frete interno em Bangladesh, as despesas de desembaraço no porto de embarque, além de frete e seguro internacional, obtendo-se assim o valor normal na condição CIF. Em seguida, foi acrescido imposto de importação (35% do preço CIF), Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - AFRMM (25% do frete internacional) e demais despesas de internação no Brasil, apurando-se, desse modo, o valor normal de Bangladesh, internado no Brasil.

Por questões de coerência, em relação às despesas de desembaraço no porto de embarque em Bangladesh, foram adotados os mesmos valores que haviam sido estimados para o cálculo do custo da matéria-prima. O frete interno da fábrica de sacos de juta até o porto de embarque foi estimado somando-se o frete da fábrica de sacos de juta até a fábrica de fibras de juta com o frete da fábrica de fibras de juta até o porto de embarque.

Tendo em vista que não foram verificadas exportações de sacos de juta de Bangladesh para o Brasil no período de análise de dumping, estimou-se o frete internacional utilizando-se a mesma metodologia adotada na construção do valor normal da Índia. Nesse caso, por meio do endereço eletrônico worldfreightrates.com, apurou-se a relação percentual entre os fretes do porto de Bangladesh ao porto de Santos e do porto de Bangladesh ao porto de Belém. Em seguida, aplicou-se tal percentual ao frete unitário médio referente às importações de fibras de juta da empresa Castanhal, estimando-se assim o frete internacional que seria incorrido em eventuais importações de sacos de juta de Bangladesh no período de análise de dumping. Em relação ao seguro internacional, foi adotado o valor de 2% do frete, conforme estimativa constante do endereço eletrônico worldfreightrates.com.

No tocante às despesas de internação no Brasil, uma vez que tais despesas não variam em função da origem, bem como do preço do produto internado, adotou-se o mesmo valor estimado na construção do valor normal da Índia.

Dessa forma, para fins da presente revisão, o valor normal de Bangladesh, na condição CIF internado no Brasil, corresponde a US$ 3.199,55/t (três mil cento e noventa e nove dólares estadunidenses e cinquenta e cinco centavos por tonelada).

Conforme já mencionado, no período de análise de retomada de dumping, o preço médio ex-fabrica das vendas da indústria doméstica no mercado interno correspondeu a US$ 3.108,01/t (três mil cento e oito dólares estadunidenses e um centavo por tonelada).

Uma vez que o valor normal CIF internado de Bangladesh se mostrou superior ao preço ex fabrica da indústria doméstica, pode-se concluir pela existência de indícios de que, muito provavelmente, haverá retomada da prática de dumping por parte dos produtores/exportadores de Bangladesh, na hipótese de não prorrogação do direito antidumping, visto que esses produtores/exportadores, de forma a serem competitivos no mercado brasileiro, necessitariam praticar preços inferiores ao valor normal nas suas exportações de sacos de juta para o Brasil.

5.2. Do desempenho do produtor/exportador

A fim de avaliar o potencial exportador da Índia e de Bangladesh, o peticionário apresentou dados de: a) produção de fibras de juta na Índia e Bangladesh; b) produção de produtos e sacos de juta na Índia e Bangladesh; c) exportações de produtos de juta da Índia e Bangladesh; e d) exportações de sacos de juta da Índia. Não foi possível ao peticionário obter dados de consumo de sacos de juta nos mercados internos da Índia e de Bangladesh.

Inicialmente, o peticionário apresentou dados referentes à produção de fibra de juta de 2010 a 2013, segundo estatística da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations - FAO). A Índia e Bangladesh se destacaram como os principais produtores mundiais de fibras de juta, seguido pela China, terceiro produtor mundial. A tabela abaixo apresenta os dados de produção de fibras de juta:

Produção Mundial de Fibra de Juta (em 1.000 t)

PAÍS	2010	2011	2012	2013
Índia	1.799,1	1.960,4	1.912,0	1.944,0
Bangladesh	923,5	1.523,3	1.452,0	1.391,0
China	40,0	43,5	39,4	35,5
Outros	66,0	56,0	52,3	52,2
Total	2.828,5	3.583,2	3.455,7	3.422,7

Produção Mundial de Fibra de Juta (em %)

PAÍS	2010	2011	2012	2013
Índia	63,6	54,7	55,3	56,8
Bangladesh	32,6	42,5	42,0	40,6
China	1,4	1,2	1,1	1,0
Outros	2,3	1,6	1,5	1,5
Total	100,0	100,0	100,0	100,0

Segundo os dados disponibilizados pela FAO, observa-se que a Índia e Bangladesh juntos responderam sempre por mais de 96% da produção mundial de fibras de juta no período de 2010 a 2013. Em 2013, esses dois países representaram quase 98% da produção mundial de fibras de juta.

Os dados constantes das tabelas apresentadas a seguir, referentes a produtos de juta, indicam que, muito provavelmente, a capacidade instalada para fabricação de produtos de juta, incluindo o produto objeto do direito, foi, no mínimo, mantida tanto na Índia quanto em Bangladesh durante a vigência do direito.

Produção de Sacos e Produtos de Juta - Índia e Bangladesh (em 1.000 t)

País/Produto	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Índia				
Sacos de Juta Hessian	206,5	244,4	239,9	210,0
Sacos de Juta Sacking	921,6	1.076,9	1.165,1	1.218,2
Total Sacos de Juta	1.128,1	1.321,3	1.405,0	1.482,2
Total Produtos de Juta	1.323,3	1.565,7	1.582,4	1.591,3
Bangladesh				
Sacos de Juta Hessian	40,9	45,2	51,1	57,6
Sacos de Juta Sacking	202,5	196,2	269,0	275,8
Total Sacos de Juta	243,4	241,4	320,1	333,4
Total Produtos de Juta	695,2	729,1	885,3	977,3
India +Bangladesh				
Sacos de Juta Hessian	247,4	289,6	291,0	267,0
Sacos de Juta Sacking	1.124,1	1.273,1	1.434,1	1.494,0
Total Sacos de Juta	1.371,5	1.562,7	1.725,1	1.761,6
Total Produtos de Juta	2.018,5	2.294,8	2.467,7	2.568,6

Consideradas em conjunto, a produção de sacos de juta da Índia e de Bangladesh aumentou em todos os períodos indicados na tabela anterior independentemente da qualidade do tipo do saco (hessian ou sacking): +13,9% de 2009/2010 a 2010/2011; +10,4% de 2010/2011 a 2011/2012; e +2,1% de 2011/2012 a 2012/2013. De 2009/2010 a 2012/2013, a produção de sacos de juta na Índia e em Bangladesh acumulou crescimento de 28,4%.

Adicionalmente, em consulta ao Bangladesh Jute Mills Corporation, apurou-se a produção de produtos de juta em Bangladesh, em fardos, em toneladas métricas, para o período de 2009/2010 a 2013/2014, conforme indicado na tabela a seguir.

Produção Produtos de Juta - Bangladesh (em 1.000 t)

Período	Sacos de Juta Hessian	Sacos de Juta Sacking	Outros produtos de juta	Total
2009/2010	25,3	101,7	16,6	143,6
2010/2011	32,2	111,5	22,6	166,3
2011/2012	35,0	119,9	21,5	176,4
2012/2013	34,7	133,7	23,0	191,4
2013/2014	27,3	118,7	20,8	166,7

Segundo os dados acima, apesar da redução da produção de sacos de juta dos tipos hessian e sacking de 2012/2013 a 2013/2014, observa-se que a produção conjunta dos mesmos cresceu 15% de 2009/2010 a 2013/2014.

O peticionário também apresentou estudo do International Jute Stuty Group, que contém dados sobre as exportações de produtos de juta, os quais se encontram reproduzidos na tabela a seguir.

Exportações de Produtos de Juta (em 1.000 t)

País de Exportação	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013
Índia	163,5	182,9	211,7	171,1
Bangladesh	459,4	475,5	696,3	651,7
Total	622,9	658,4	908,0	822,8

De acordo com os dados disponibilizados no estudo International Jute Stuty Group, observa-se que, apesar da queda nas exportações de produtos de juta de 2011/2012 a 2012/2013 (-19,2% Índia; -6,4% Bangladesh), houve tendência de crescimento ao longo do período completo indicado (2009/2010 a 2012/2013), com crescimento nas exportações da Índia (+4,6%) e de Bangladesh (+42%). Considerando os dois países juntos, observa-se aumento de 32,1% nas exportações nesse mesmo intervalo.

Baseado também no estudo International Jute Stuty Group, o peticionário apresentou dados sobre os preços e volume de exportação de sacos de juta da Índia conforme indicados na tabela a seguir. Não havia informações sobre os preços e volume de exportação de sacos de juta de Bangladesh.

Exportações de Sacos de Juta - Índia

	2010	2011	2012
Volume (em 1.000 toneladas)	61,5	136,7	148
Preço	2009/2010	2010/2011	2011/2012
Sacos de juta Hessian (US$/100 metros)	33,3	39,4	35,3
Sacos de juta Sacking (US$/100 sacos)	62,7	72,6	65,6

Ao se considerar os dados referentes às exportações de sacos de juta da Índia, constatou-se crescimento ao longo de todo o período de 2010 a 2012, sendo que em 2012, tais exportações acumularam aumento de 140,7%, quando comparadas aos valores de 2010.

O peticionário apresentou também informações referentes ao Anual Report and Accounts 2013-2014 da Birla Corporation Limited, produtor indiano de sacos de juta que participou da revisão anterior. O Relatório indica que a indústria de juta é de fundamental importância para a economia local de West Bengal.

O documento destaca ainda a redução da embalagem compulsória no mercado indiano, que consiste na redução do nível de exigibilidade na utilização de sacos de juta para embalagem de commodities na Índia. A embalagem compulsória foi reduzida para 90% da produção, no caso do grão, e 20% para o açúcar. Essa redução foi objeto de decisão do Cabinet Committee on Economic Affairs (CCEA). Desse modo, ocorreu queda significativa da demanda interna por sacos de juta. Por conseguinte, a empresa focou no mercado externo, sendo que as exportações mais do que dobraram de 2012/2013 para 2013/2014.

EM ATUALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

De acordo com as tabelas anteriores, no intervalo de 2010/2011 a 2012/2013, é possível concluir que o volume de exportações de saco de juta representa ainda pouco do total produzido na Índia, apesar do crescimento nesse período, como se observa na tabela a seguir:

Produção de Sacos de Juta x Exportações de Sacos de Juta - Índia (em 1.000 t)

Período	Produção de Sacos de Juta	Exportações de Sacos de Juta	(B) / (A)
2010/2011	1.321,3	61,5	4,7%
2011/2012	1.405,0	136,7	9,7%
2012/2013	1.482,2	148,0	10,0%

Apesar da participação das exportações de sacos de juta da Índia ser pouco relevante em relação ao total da produção indiana de sacos de juta, essa relação aumentou de 4,7% para 10% no triênio 2010/2011 a 2012/2013. Soma-se a isso o fato de que o consumo no mercado interno indiano tende a diminuir, conforme indicado no Anual Report and Accounts 2013-2014 da Birla Corporation Limited. Dessa forma, pode-se inferir que a Índia possui considerável potencial para elevar suas exportações de saco de juta para o Brasil, cujo mercado em expansão desde 2012, correspondeu a apenas 12,3 mil toneladas em 2014, ou seja, menos de um décimo das exportações de saco de juta da Índia em 2012/2013 (148 mil toneladas) e menos de um centésimo da sua produção de sacos de juta nesse mesmo período (1.482 mil toneladas).

De acordo com as tabelas anteriores, no intervalo de 2010/2011 a 2012/2013, também é possível concluir que o volume de exportações de produtos de juta em relação ao total produzido em Bangladesh, apesar de ter oscilado, representou parcela significativa, como se observa na tabela a seguir:

Produção de Produtos de Juta x Exportações de Produtos de Juta - Bangladesh (em 1.000 t)

Período	Produção de Produtos de Juta	Exportações de Produtos de Juta	(B) / (A)
2010/2011	729,1	475,5	65,2%
2011/2012	885,3	696,3	78,7%
2012/2013	977,3	651,7	66,7%

A despeito de dados sobre as exportações exclusivamente de sacos de juta de Bangladesh não estarem disponíveis para fins de início desta revisão, é possível concluir, ante aos dados indicado na tabela, que há elevado potencial exportador de sacos de juta de Bangladesh para o Brasil, ante ao perfil exportador do setor produtor de produtos de jutas de Bangladesh (exportações representaram cerca de dois terços ou mais do total produzido) e a atratividade do mercado brasileiro, em expansão desde 2012.

À luz do exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que há indícios de elevado potencial da Índia e de Bangladesh para exportar sacos de juta para o Brasil a preços de dumping, caso o direito antidumping em vigor não seja prorrogado, tendo em vista que: a) o volume de exportação de sacos de juta em relação à produção de sacos de juta da Índia, apesar de ainda pouco representativo, apresentou crescimento no triênio 2010/2011 a 2012/2013, passando de 4% para 10%, e tende a crescer de forma mais relevante, considerando a informação sobre a queda no consumo interno no mercado indiano de sacos de juta na Índia, de acordo com o Anual Report and Accounts 2013-2014 da Birla Corporation Limited; e b) o perfil exportador do setor produtor de jutas de Bangladesh - que exportou cerca de dois terços da sua produção de produtos de juta no triênio 2010/2011 a 2012/2013 - o que indica potencial para que este país eleve suas exportações de sacos de juta para o Brasil, considerando a expansão observada no mercado brasileiro de 2012 a 2014.

5.3. Das alterações nas condições de mercado

Em sua análise, o peticionário afirma que a alteração na legislação interna indiana tornou ainda mais relevante o crescimento das exportações indianas. Nesse sentido, o peticionário argumenta que a indústria de juta seria de fundamental importância para a economia de West Bengal, de modo que a redução da embalagem compulsória, e a consequente queda na demanda interna de sacos de juta, resultou no aumento das exportações daquele país.

5.4. Da aplicação de medidas de defesa comercial

Em pesquisa no sítio eletrônico da OMC referente ao período de 1995 a junho de 2014, não foi identificada aplicação de direito antidumping em outros países sobre o produto similar exportado por Índia e Bangladesh.

5.5. Da conclusão dos indícios de continuação ou retomada do dumping

Além de haver indícios de que poderia haver retomada do dumping nas exportações originárias da Índia e de Bangladesh, há indícios de existência de substancial potencial exportador dessas origens, significativamente superior ao mercado brasileiro.

Ante o exposto, concluiu-se, para fins de início da revisão, que há indícios de que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente haverá retomada de dumping nas exportações de sacos de juta originárias da Índia e de Bangladesh para o Brasil.

6. DAS IMPORTAÇÕES E DO MERCADO BRASILEIRO

Neste item serão analisadas as importações brasileiras, o mercado brasileiro e o consumo nacional aparente de sacos de juta, uma vez que houve consumo cativo pela indústria doméstica. O período de revisão para determinar se a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano corresponde ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, dividido da seguinte forma: P1 - janeiro de 2010 a dezembro de 2010; P2 - janeiro de 2011 a dezembro de 2011; P3 - janeiro de 2012 a dezembro de 2012; P4 - janeiro de 2013 a dezembro de 2013; e P5 - janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

6.1. Das importações

Para fins de apuração dos valores e das quantidades de sacos de juta importadas pelo Brasil em cada período, foram utilizados os dados de importação referentes ao item tarifário 6305.10.00, fornecidos pela RFB.

Na NCM sob análise são classificadas importações de outros produtos distintos do produto objeto do direito antidumping. Por esse motivo, realizou-se depuração das informações constantes dos dados oficiais, de forma a obter valores referentes ao produto objeto do direito antidumping. Foram desconsideradas as seguintes categorias de produtos: (i) sacos de juta para embalagem de conjuntos de abotoaduras; (ii) sacos de juta para embalar garrafas; (iii) sacos de juta para elementos de decoração; e (iv) bolsas e sacolas de juta.

6.1.1. Do volume das importações

A tabela seguinte apresenta os volumes do total de importações de sacos de juta, após depuração, no período de revisão à indústria doméstica:

Importações (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Bangladesh	-	100,0	-	-	-
Índia	100,0	1.020,6	64,2	45,5	-
Subtotal objeto da revisão	100,0	1.107,8	64,2	45,5	-
Paraguai	100,0	26,7	-	-	-
Subtotal Exceto sob Revisão	100,0	26,7	-	-	-
Geral	100,0	572,6	32,4	23,0	-

O volume das importações objeto do direito antidumping cresceu de P1 para P2 (+1.007,8%), e reduziu nos demais períodos: de P2 para P3 (-94,2%), de P3 para P4 (-29,1%) e de P4 para P5 (-100,0%).

Com relação ao volume das importações do produto similar originário da outra origem, já que no caso consta apenas o Paraguai, houve queda de P1 para P2 (-73,3%) e de P2 para P3 (-100,0%). Nos demais períodos não foram registradas importações desse país ou de qualquer outro.

Quanto ao total das importações brasileiras de sacos de juta, houve aumento de P1 para P2 (+472,6%), e redução nos demais períodos: de P2 para P3 (-94,3%), de P3 para P4 (-29,1%) e de P4 para P5 (-100,0%).

6.1.2. Do valor e do preço das importações

A fim de dar mais uniformidade à análise de valor e preço das importações, foram utilizados montantes em base CIF, já que frete e seguro normalmente têm impacto relevante sobre o preço dos produtos quando internados no Brasil.

As tabelas a seguir apresentam a evolução do valor e do preço CIF das importações de sacos de juta no período de revisão de continuação ou retomada do dano à indústria doméstica.

Importações (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Bangladesh	-	100,0	-	-	-
Índia	100,0	1.120,5	76,8	64,3	-
Subtotal objeto de Revisão	100,0	1.212,7	76,8	64,3	-
Paraguai	100,0	33,2	-	-	-
Subtotal Exceto sob Revisão	100,0	33,2	-	-	-
Total	100,0	580,4	35,6	29,8	-

Os valores totais CIF das importações objeto do direito antidumping cresceram no primeiro período, de P1 para P2 (1.112,7%), e diminuíram nos três períodos subsequentes, de P2 para P3 (-93,7%), de P3 para P4 (-16,3%), e de P4 para P5 (-100,0%).

Em relação ao valor total CIF das importações das demais origens, apenas o Paraguai nesse caso, houve importação somente nos dois primeiros períodos, em P1 e P2. As variações registradas foram: de P1 para P2 (-66,8%) e de P2 para P3 (-100,0%).

Com relação aos valores totais CIF das importações brasileiras de sacos de juta, observou-se crescimento apenas no primeiro período, de P1 para P2 (+480,4%), e redução nos demais períodos: P2 para P3 (-93,9%), de P3 para P4 (-16,3%) e de P4 para P5 (-100,0%).

A tabela a seguir, por sua vez, reflete o comportamento do preço médio, em dólares estadunidenses por tonelada, na condição CIF, das importações brasileiras de sacos de juta no período de revisão de continuação/retomada de dano à indústria doméstica.

Preço das Importações (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Bangladesh	-	100,0	-	-	-
Índia	100,0	109,8	119,7	141,2	-
Preço médio objeto revisão	100,0	109,5	119,7	141,2	-
Paraguai	100,0	124,4	-	-	-
Preço médio - exceto sob revisão	100,0	124,4	-	-	-
Preço médio	100,0	101,4	109,9	129,8	-

Observou-se que o preço CIF médio das importações objeto do direito antidumping cresceu até P4. As variações registradas foram: de P1 para P2 (+9,5%), de P2 para P3 (+9,3%) e de P3 para P4 (+18,0%). Em P5, não houve importação de sacos de juta.

Em relação ao Paraguai (único fornecedor além dos países investigados), observou-se um aumento de P1 para P2 (+24,4%). De P3 para P5, não houve importação desse país.

Cabe ressaltar que, durante os dois primeiros períodos (P1 e P2) do período total de revisão (P1 a P5), o preço CIF médio das importações objeto do direito antidumping manteve-se inferior ao da outra origem fornecedora (Paraguai).

6.2. Do mercado brasileiro

Para dimensionar o mercado brasileiro de sacos de juta foram consideradas as quantidades fabricadas e vendidas no mercado interno pela indústria doméstica e pelo outro produtor nacional, líquidas de devoluções, bem como as quantidades importadas apuradas com base nos dados de importação fornecidos pela RFB, apresentadas no item anterior. Cabe ressaltar que como há consumo cativo, o CNA é superior ao mercado brasileiro.

Mercado Brasileiro (em número-índice)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outras Empresas	Importações Objeto do Direito Antidumping	Importações - Demais Países	Mercado Brasileiro
P1	100,0	-	100,0	100,0	100,0
P2	101,5	-	1.107,8	26,7	117,5
P3	62,4	100,0	64,2	-	68,0
P4	60,8	309,6	45,5	-	79,9
P5	77,8	599,0	-	-	114,6

Observou-se que o mercado brasileiro de sacos de juta apresentou diminuição apenas no período de P2 para P3 (-42,1%), e crescimento nos demais: de P1 para P2 (+17,5%), de P3 para P4 (+17,6%) e de P4 para P5 (+43,4%). Ao analisar o período completo da revisão (P1 a P5), houve aumento do mercado brasileiro de 14,6%.

6.3. Do consumo nacional aparente (CNA)

Consumo Nacional Aparente (em número-índice)

Período	Vendas Indústria Doméstica	Vendas Outras Empresas	Importações Origens Investigadas	Importações Outras Origens	Consumo Cativo	Consumo Nacional Aparente
P1	100,0	-	100,0	100,0	100,0	100,0
P2	101,5	-	1.107,8	26,7	157,0	117,6
P3	62,4	100,0	64,2	-	91,3	68,1
P4	60,8	309,6	45,5	-	69,2	79,9
P5	77,8	599,0	-	-	102,4	114,6

Tendo em vista que a participação do consumo cativo no CNA foi inferior a 0,5% ao longo de todo o período objeto da revisão, a evolução do CNA foi praticamente equivalente ao comportamento do mercado brasileiro.

6.4. Da evolução das importações

6.4.1. Da participação das importações no mercado brasileiro

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A tabela a seguir apresenta a participação das importações no mercado brasileiro de sacos de juta.

Participação das Importações no Mercado Brasileiro (em número-índice)

Período	Importações Objeto do Direito Antidumping	Importações Demais Países	Mercado Brasileiro
P1	100,0	100,0	100,0
P2	942,8	22,7	100,0
P3	94,4	-	100,0
P4	57,0	-	100,0
P5	-	-	100,0

Observou-se que a participação das importações objeto do direito antidumping no mercado brasileiro cresceu apenas de P1 para P2 (+14,4 p.p.) e diminuiu nos dois períodos subsequentes, de P2 para P3 (-14,5 p.p.) e de P3 para P4 (-0,6 p.p.), fechando P5 sem participação no mercado brasileiro.

6.4.2. Da participação das importações no consumo nacional aparente

Participação das Importações no CNA (em número-índice)

Período	Importações Objeto do Direito Antidumping	Importações Demais Países	Consumo Nacional Aparente
P1	100,0	100,0	100,0
P2	941,8	22,7	100,0
P3	94,3	-	100,0
P4	57,0	-	100,0
P5	-	-	100,0

Conforme já observado, uma vez que a participação do consumo cativo no CNA foi inferior a 0,5% ao longo de todo o período objeto da revisão, a evolução da participação das importações no CNA foi praticamente idêntica à verificada em relação ao mercado brasileiro.

6.4.3. Da relação entre as importações e a produção nacional

A tabela a seguir apresenta a relação entre as importações do produto objeto do direito e a produção nacional de sacos de juta.

Importações Objeto do Direito Antidumping e Produção Nacional (em número-índice)

Período	Produção Indústria Doméstica (A)	Produção Outras Empresas (B)	Produção Nacional (C=A+B)	Importações Objeto do Direito Antidumping (D)	[(D) / (C)] (%)
P1	100,0	-	100,0	100,0	100,0
P2	109,6	-	109,6	1.107,8	1.011,0
P3	71,6	100,0	81,4	64,2	78,8
P4	60,8	176,6	78,2	45,5	58,2
P5	84,4	389,3	122,8	-	-

Observou-se que a relação mais significativa entre as importações objeto do direito antidumping e a produção nacional de sacos de juta ocorreu em P2 (17,1%), representando um salto de 15,4 p.p. em relação à P1. A partir desse período, houve redução de 15,8 p.p. de P2 a P3 e de 0,3 p.p. de P3 a P4. Em P5, não houve importação.

6.5. Da conclusão a respeito das importações

À luz do exposto, de P1 a P4, constatou-se redução das importações objeto do direito antidumping tanto em termos absolutos (passou de 184 toneladas em P1 para 84 toneladas em P4), quanto em relação à produção (queda de 0,7 p.p.) e ao consumo no Brasil (queda de 0,7 p.p.); e em P5, não houve mais registro de importações de nenhum país.

7. DOS INDICADORES DA INDÚSTRIA DOMÉSTICA

O período de análise dos indicadores da indústria doméstica corresponde ao período de janeiro de 2010 a dezembro de 2014, dividido da seguinte forma: P1 - janeiro de 2010 a dezembro de 2010; P2 - janeiro de 2011 a dezembro de 2011; P3 - janeiro de 2012 a dezembro de 2012; P4 - janeiro de 2013 a dezembro de 2013; e P5 - janeiro de 2014 a dezembro de 2014.

Como já informado, de acordo com o previsto no art. 34 do Decreto nº 8.058, de 2013, a indústria doméstica foi definida como as linhas de produção de sacos de juta das empresas CTC e Jutal, que representa 69% da produção nacional do produto similar doméstico. Dessa forma, os indicadores considerados refletem os resultados alcançados pelas citadas linhas de produção.

Foram realizados ajustes nos dados reportados pelas empresas nas respostas à petição e no pedido de informação complementar tendo em conta os resultados da verificação in loco.

Foram efetuados ajustes em dados referentes a vendas no mercado interno (faturamento bruto, impostos, fretes e devoluções), a outras entradas e saídas de estoques, a deduções da receita bruta, a descontos e abatimentos, a custos dos produtos vendidos, a despesas operacionais, a lucro líquido e ao fluxo de caixa. Os ajustes, bem como os elementos que motivaram os ajustes, encontram-se explicitados nos relatórios das verificações in loco, juntados aos autos do processo desta revisão.

Para uma adequada avaliação da evolução dos dados em moeda nacional, apresentados pela indústria doméstica, foram corrigidos os valores correntes com base no Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna - IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas.

De acordo com a metodologia aplicada, os valores em reais correntes de cada período foram divididos pelo índice médio do período, multiplicando-se o resultado pelo índice médio de P5. Essa metodologia foi aplicada a todos os valores monetários em reais apresentados.

7.1. Do volume de vendas

A tabela a seguir apresenta as vendas da indústria doméstica de produto de fabricação própria, líquidas de devoluções:

Vendas da Indústria Doméstica (em número-índice)

	Vendas totais (A)	Vendas no Mercado Interno (B)	(B) / (A) (%)	Vendas no Mercado Externo (C)	(C) / (A) (%)
P1	100,0	100,0	100,0	-	-
P2	101,5	101,5	100,0	-	-
P3	62,4	62,4	100,0	-	-
P4	60,8	60,8	100,0	-	-
P5	77,8	77,8	100,0	-	-

Cabe ressaltar que não houve vendas da indústria doméstica ao mercado externo, no período de análise de dano.

As vendas destinadas ao mercado interno, que representaram o total das vendas da indústria doméstica, registraram crescimento de P1 para P2 (+1,5%) e de P4 para P5 (+27,9%), enquanto houve redução de P2 para P3 (-38,5%) e de P3 para P4 (-2,6%). Considerando todo o período de revisão (P1 a P5), o volume total de vendas do produto similar pela indústria doméstica apresentou queda de 22,2%.

7.2. Da participação do volume de vendas no mercado brasileiro e no CNA

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas da indústria doméstica destinadas ao mercado interno brasileiro. Cabe ressaltar que como houve consumo cativo, o consumo nacional aparente (CNA) é superior ao mercado brasileiro.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no Mercado Brasileiro (em número-índice)

	Vendas no Mercado Interno	Mercado Brasileiro	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	101,5	117,5	86,4
P3	62,4	68,0	91,8
P4	60,8	79,9	76,0
P5	77,8	114,6	67,8

A participação das vendas de sacos de juta da indústria doméstica no mercado brasileiro cresceu apenas de P2 para P3 (+5,2 p.p), e reduziu nos demais períodos: P1 para P2 (-13,1 p.p), P3 para P4 (-15,2 p.p) e P4 para P5 (-8,0 p.p). Considerando todo o período de revisão (P1 a P5), observou-se queda de 31,1 p.p. nessa participação.

A tabela a seguir apresenta a participação das vendas internas da indústria doméstica no consumo nacional aparente.

Participação das Vendas da Indústria Doméstica no CNA (em número-índice)

	Vendas no Mercado Interno	Consumo Nacional Aparente	Participação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	101,5	117,6	86,3
P3	62,4	68,1	91,7
P4	60,8	79,9	76,1
P5	77,8	114,6	67,8

Conforme já observado, uma vez que a participação do consumo cativo no CNA foi inferior a 0,5% ao longo de todo o período objeto da revisão, a evolução da participação da indústria doméstica no consumo nacional aparente foi praticamente idêntica à verificada em relação ao mercado brasileiro.

7.3. Da produção e do grau de utilização da capacidade instalada

Para cálculo da capacidade instalada (nominal e efetiva), a empresa Castanhal considerou a maior produção mensal realizada de P1 a P5 (921.657 quilogramas em julho de 2011). Dessa forma, para calcular a capacidade instalada efetiva, dividiu o total produzido em julho de 2011 por 22 e multiplicou por 264, que corresponde ao número de dias de trabalho efetivo. Em se tratando da capacidade instalada nominal, partiu-se do mesmo volume de produção, dividiu-se por 22 e multiplicou-se por 360 (produção em todos os dias do ano).

Quanto à empresa Jutal, a capacidade produtiva foi calculada a partir de relatórios diários da produção, baseada na média obtida a partir de um dia de produção aleatório para cada mês do período de análise (P1 a P5). Dessa forma, foi obtida a média de produção em quilogramas por hora para cada uma das máquinas de fiação utilizadas no processo produtivo. Para o cálculo da capacidade efetiva, multiplicou-se essa média pelo número de máquinas e pelo número de horas trabalhadas (21h). Para fins de capacidade nominal, considerou-se 24h trabalhadas. Considerou-se 300 dias trabalhados para o cálculo das duas capacidades.

O grau de ocupação foi calculado em função da produção de sacos de jutas. Nesse caso, a capacidade instalada efetiva refere-se também apenas ao produto similar (sacos de juta).

A tabela a seguir apresenta a capacidade instalada efetiva da indústria doméstica, sua produção e o grau de ocupação dessa capacidade efetiva.

Capacidade Instalada, Produção e Grau de Ocupação (em número-índice)

Período	Capacidade Instalada Efetiva	Produção (Produto Similar)	Grau de ocupação (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	100,0	109,6	109,6
P3	100,0	71,6	71,6
P4	100,0	60,8	60,8
P5	100,0	84,4	84,4

O volume de produção de sacos de juta da indústria doméstica registrou crescimento no primeiro período, de P1 para P2 (+9,6%), redução nos dois períodos subsequentes, de P2 para P3 (-34,7%) e de P3 para P4 (-15,1%), e aumento no último período, de P4 para P5 (+38,8%). Ao se considerar os extremos da série (P1 a P5), o volume de produção da indústria doméstica reduziu 15,6%.

O grau de ocupação da capacidade instalada efetiva registrou tendência semelhante à produção, com crescimento de P1 para P2 (+7,1 p.p.) e de P4 para P5 (+17,7 p.p.), e redução de P2 para P3 (-28,5 p.p.) e de P3 para P4 (-8,1 p.p.). No período completo (P1 a P5), verificou-se queda de 11,8 p.p. no grau de ocupação da capacidade instalada.

7.4. Dos estoques

A tabela a seguir indica o estoque acumulado no final de cada período analisado, considerando em P1 o estoque inicial de 88,7 toneladas.

Estoque Final (em número-índice)

Período	Produção	Vendas Internas	Consumo Cativo	Outras entradas e saídas	Estoque Final
P1	100,0	100,0	100,0	(100,0)	100,0
P2	109,6	101,5	157,0	(133,6)	779,8
P3	71,6	62,4	91,3	(221,3)	1.036,1
P4	60,8	60,8	69,2	(224,1)	348,1
P5	84,4	77,8	102,4	(186,7)	563,1

Cabe ressaltar que não houve vendas no mercado externo e nem revendas e que o item "Outras entradas e saídas" referem-se a ajustes e baixas de estoques.

O consumo cativo cresceu de P1 para P2 (+57,0%) e de P4 para P5 (+48,1%), e reduziu de P2 para P3 (-41,8%) e de P3 para P4 (-24,3%). No período total de revisão (P1 a P5), o consumo cativo aumentou em 2,4%.

O estoque final registrou redução apenas de P3 para P4 (-66,4%), e crescimento nos demais períodos: P1 para P2 (+679,8%), P2 para P3 (+32,96%) e de P4 para P5 (+61,8%). Considerando-se todo o período de revisão (P1 a P5), o volume do estoque final da indústria doméstica cresceu 463,1%.

A tabela a seguir, por sua vez, apresenta a relação entre o estoque acumulado e a produção da indústria doméstica em cada período de revisão.

Relação Estoque Final/Produção (em número-índice)

Período	Estoque Final (A)	Produção (B)	Relação A/B (%)
P1	100,0	100,0	100,0
P2	779,8	109,6	711,6
P3	1.036,1	71,6	1.447,7
P4	348,1	60,8	572,8
P5	563,1	84,4	667,4

A relação estoque final/produção apresentou melhora apenas de P3 para P4 (-8,7 p.p), e deterioração nos demais períodos: de P1 para P2 (+6,0 p.p), de P2 para P3 (+7,3 p.p) e de P4 para P5 (+1,0 p.p.). Avaliando-se os extremos da série (de P1 para P5), a relação estoque final/produção registrou deterioração de 5,6 p.p.

7.5. Do emprego, da produtividade e da massa salarial

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

As tabelas a seguir foram elaboradas a partir das informações constantes da petição de abertura.

De forma a se apurar o número de empregados relativo ao produto similar, para as áreas de produção, administração e vendas, efetuou-se rateio com base na produção do produto similar. Assim, no número total de empregados dessas áreas, aplicaram-se os percentuais de participação do produto similar na produção total da empresa para cada período.

Número de Empregados (em número-índice)

Número de Empregados	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	80,1	80,1	52,9	66,5
Administração e Vendas	100,0	121,2	121,2	67,5	69,6
Total	100,0	82,2	82,2	53,7	66,6

Verificou-se que o número de empregados que atuam na linha de produção reduziu de P1 para P2 (-19,9%) e de P2 para P3 (-41,2%), e cresceu de P3 para P4 (+12,5%) e de P4 para P5 (+25,6%). Ao se analisar os extremos da série (de P1 para P5), o número de empregados ligados à produção reduziu 33,5%.

Em relação aos empregados envolvidos nos setores administrativos e vendas do produto objeto do direito antidumping, houve crescimento no primeiro período, de P1 para P2 (+21,2%), redução nos dois períodos subsequentes, de P2 para P3 (-41,1%) e de P3 para P4 (-5,3%), e crescimento no último período, de P4 para P5 (+3,0%). O número de empregados desses setores variou negativamente em 30,4%, de P1 para P5.

Produtividade por Empregado (em número-índice)

Período	Produção	Empregados ligados à produção	Produção por empregado envolvido na produção
P1	100,0	100,0	100,0
P2	80,1	109,6	136,8
P3	47,0	71,6	152,1
P4	52,9	60,8	114,8
P5	66,5	84,4	126,9

A produtividade por empregado ligado à produção apresentou queda apenas de P3 para P4 (-24,5%). Nos demais períodos, houve incrementos: de P1 para P2 (+36,8%), de P2 para P3 (+11,2%) e de P4 para P5 (+10,5%). Assim, considerando-se todo o período de revisão (de P1 para P5), a produtividade por empregado ligado à produção aumentou 26,9%.

Na apuração da massa salarial para as áreas de produção, administração e vendas, utilizou-se o mesmo critério de rateio adotado no cálculo do número de empregados referente a tais áreas.

Massa Salarial (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Linha de Produção	100,0	105,8	67,5	58,1	75,2
Administração e Vendas	100,0	101,2	77,4	67,1	64,1
Total	100,0	105,2	68,9	59,3	73,6

A massa salarial dos empregados da linha de produção cresceu de P1 para P2 (+5,8%), reduziu de P2 para P3 (-36,2%) e de P3 para P4 (-14,0%), e cresceu de P4 para P5 (+29,5%). Considerando todo o período de revisão (de P1 para P5), a massa salarial dos empregados ligados à linha de produção teve queda de 24,8%.

A massa salarial dos empregados ligados à administração e venda apresentou crescimento apenas no primeiro período, de P1 para P2 (+1,2%). Nos demais períodos, houve redução: de P2 para P3 (-23,5%), de P3 para P4 (-13,3%) e de P4 para P5 (-4,5%). Dessa forma, considerando o período completo da série (de P1 para P5), a massa salarial total registrou uma queda de 35,9%.

7.6. Do demonstrativo de resultado

7.6.1. Da receita líquida

Os valores das receitas líquidas obtidas pela indústria doméstica no mercado interno estão deduzidos dos valores de fretes incorridos sobre essas vendas.

Receita Líquida das Vendas da Indústria Doméstica (em número-índice)

	Receita Total	Mercado Interno		Mercado Externo	
		Valor	% no total	Valor	% no total
P1	100,0	100,0	100	-	-
P2	112,8	112,8	100	-	-
P3	60,7	60,7	100	-	-
P4	52,1	52,1	100	-	-
P5	81,1	81,1	100	-	-

A receita líquida total, que correspondeu às vendas do produto similar doméstico no mercado interno, apresentou crescimento de P1 para P2 (+12,8%) e de P4 para P5 (+55,7%), e redução de P2 para P3 (-46,2%) e de P3 para P4 (-14,2%). Ao se considerar todo o período de revisão (de P1 para P5), a receita líquida total caiu 18,9%.

7.6.2. Dos preços médios ponderados

Os preços médios ponderados de venda, apresentados na tabela a seguir, foram obtidos pela razão entre as receitas líquidas e as respectivas quantidades vendidas apresentadas nos itens 7.6.1 e 7.1.

Preço Médio de Venda da Indústria Doméstica (em número-índice)

	Preço no Mercado Interno	Preço no Mercado Externo
P1	100,0	-
P2	111,1	-
P3	97,3	-
P4	85,7	-
P5	100,0	-

Observou-se que o preço médio do produto similar doméstico no mercado interno apresentou crescimento de P1 para P2 (+11,1%) e de P4 para P5 (+21,8%), e redução de P2 para P3 (-12,5%) e de P3 para P4 (-11,9%). Ao se considerar todo o período de revisão (de P1 para P5), o preço cresceu 4,3%.

7.6.3. Dos resultados e margens

As tabelas a seguir exibem a demonstração de resultados e as margens de lucro associadas, obtidas com a venda de sacos de juta no mercado interno.

Demonstração de Resultados (em número-índice)

Itens	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	112,8	60,7	52,1	81,1
CPV	100,0	108,5	67,2	62,9	82,9
Resultado Bruto	100,0	163,8	(14,8)	(73,9)	60,2
Despesas Operacionais	100,0	116,8	82,6	50,0	63,4
Despesas gerais e administrativas	100,0	113,1	74,0	56,8	78,8
Despesas com vendas	100,0	112,0	66,2	54,3	66,3
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	(78,7)	93,4	(149,1)	(311,4)
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	(100,0)	522,4	366,3	(170,6)	777,6
Resultado Operacional	(100,0)	(76,2)	(166,8)	(157,3)	(66,3)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(76,5)	(140,9)	(156,5)	(90,6)
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	(73,1)	(138,1)	(156,5)	(85,8)

Margens de Lucro (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Margem Bruta	100,0	145,2	(24,3)	(141,9)	74,2
Margem Operacional	(100,0)	(67,6)	(274,7)	(301,9)	(81,7)
Margem Operacional (exceto RF)	(100,0)	(67,8)	(232,1)	(300,3)	(111,8)
Margem Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	(64,8)	(227,4)	(300,5)	(105,8)

Para fins de rateio das despesas e receitas operacionais relativas às vendas do produto similar, tomou-se inicialmente o faturamento bruto da empresa e apurou-se o percentual de participação do produto similar nesse faturamento. Em seguida, aplicou-se tal percentual às despesas e receitas operacionais referentes à empresa, apurando-se assim as despesas e receitas relativas ao produto similar.

A rubrica "Outras despesas (receitas) operacionais" é composta basicamente por: Confidencial.

O CPV apresentou redução de P2 para P3 (-38,1%) e de P3 para P4 (-6,4%) e crescimento de P1 para P2 (+8,5%) e de P4 para P5 (+31,8%). Considerando todo o período de analisado (P1 para P5), houve uma queda de 18,9%.

Relativamente ao lucro bruto, foram registrados resultados positivos somente em P1, P2 e P5. No período acumulado (P1 para P5), foi registrado uma redução do lucro bruto de 39,8%.

A margem bruta apresentou queda de P2 para P3 (-Conf. p.p.) e de P3 para P4 (-Conf. p.p.) e crescimento de P1 para P2 (+Conf. p.p.) e de P4 para P5 (+Conf. p.p.). Dessa forma, ao longo do período analisado (P1 para P5), houve uma redução de Conf. p.p.

As despesas gerais e administrativas reduziram de P2 para P3 (-34,6%) e de P3 para P4 (-23,2%) e cresceram de P1 para P2 (+13,1%) e de P4 para P5 (+38,7%). No período completo de análise (P1 para P5), essas despesas registraram uma redução de 21,2%.

As despesas com vendas caíram de P2 para P3 (-40,4%) e de P3 para P4 (-18,0%) e cresceram de P1 para P2 (+12,0%) e de P4 para P5 (+22,2%). Dessa forma, de P1 para P5, essas despesas reduziram 33,7%.

Em relação ao resultado financeiro, as despesas financeiras superaram as receitas somente em P3, sendo que a diferença entre receitas e despesas cresceu 211% de P1 a P5. Já no tocante às outras despesas/receitas operacionais líquidas, as despesas superaram as receitas em P2, P3 e P5.

A indústria doméstica operou com prejuízos operacionais (operacional, operacional exclusive as receitas e despesas financeiras, e resultado operacional sem as receitas e despesas financeiras e outras despesas/receitas operacionais) durante todo o período de revisão de continuação ou retomada de dano.

A margem operacional apresentou crescimento de P1 para P2 (+Conf. p.p.) e de P4 para P5 (+Conf. p.p.) e queda de P2 para P3 (-Conf. p.p.) e de P3 para P4 (-Conf. p.p.). Ao longo de todo o período de revisão (P1 para P5), houve uma variação positiva de Conf. p.p.

Já a margem operacional sem as receitas e despesas financeiras registrou crescimento de P1 para P2 (+Conf. p.p.) e de P4 para P5 (+Conf. p.p.) e queda de P2 para P3 (-Conf. p.p.) e de P3 para P4 (-Conf. p.p.). De P1 para P5, observou-se redução de Conf. p.p.

Finalmente, a margem operacional sem as receitas e despesas financeiras e outras despesas/receitas operacionais, apresentou crescimento de P1 para P2 (+Conf. p.p.) e de P4 para P5 (+Conf. p.p.) e queda de P2 para P3 (-Conf. p.p.) e de P3 para P4 (-Conf. p.p.). No período de P1 para P5, observou-se redução de Conf. p.p.

Demonstração de Resultados Unitária (em número-índice)

Itens	P1	P2	P3	P4	P5
Receita Líquida	100,0	111,1	97,3	85,7	104,3
CPV	100,0	106,8	107,6	103,4	106,6
Resultado Bruto	100,0	161,3	(23,6)	(121,6)	77,4
Despesas Operacionais	100,0	115,1	132,3	82,3	81,6
Despesas gerais e administrativas	100,0	111,4	118,5	93,4	101,3
Despesas com vendas	100,0	110,3	106,0	89,2	85,2
Resultado financeiro (RF)	(100,0)	(77,5)	149,6	(245,2)	(400,5)
Outras despesas (receitas) operacionais (OD)	(100,0)	514,5	586,8	(280,7)	1.000,2
Resultado Operacional	(100,0)	(75,1)	(267,2)	(258,7)	(85,2)
Resultado Operacional (exceto RF)	(100,0)	(75,3)	(225,7)	(257,3)	(116,6)
Resultado Operacional (exceto RF e OD)	(100,0)	(72,0)	(221,2)	(257,5)	(110,3)

Verificou-se que o CPV unitário diminuiu apenas de P3 para P4 (-3,9%), e cresceu nos demais períodos: de P1 para P2 (+6,8%), de P2 para P3 (+0,7%) e de P4 para P5 (+3,1%). Considerando todo o período de análise de dano (P1 a P5), o CPV unitário aumentou em 6,7%.

Com relação ao resultado bruto unitário, verificaram-se valores positivos em P1 (R$ Conf.), P2 (R$ Conf.) e P5 (R$ Conf.), e negativos em P3 (-R$ Conf.) e P4 (-R$ Conf.). De P1 para P5, houve uma redução desse indicador de 22,6%.

Em relação às despesas operacionais unitárias, observou-se que este indicador sofreu redução de P3 para P4 (-37,8%) e de P4 para P5 (-0,9%), e crescimento de P1 para P2 (+15,1%) e de P2 para P3 (+15,0%). Dessa forma, as despesas operacionais unitárias caíram 18,4%, de P1 para P5.

Considerando o CPV e as despesas operacionais, tomados em conjunto, observou-se redução de P3 para P4 (-10,2%), e crescimento nos demais períodos, de P1 para P2 (+8,1%), de P2 para P3 (+3,1%) e de P4 para P5 (+2,6%). Considerando-se os extremos da série (P1 para P5), houve aumento de 2,7%.

O prejuízo operacional unitário apresentou redução de P1 para P2 (-24,9%), de P3 para P4 (-3,2%) e de P4 para P5 (-67,1%), e crescimento de P2 para P3 (+255,9%), refletindo em uma queda de 14,8%, de P1 para P5.

Excluindo-se o resultado financeiro, o prejuízo operacional unitário apresentou redução de P1 para P2 (-24,7%) e de P4 para P5 (-54,7%), e crescimento de P2 para P3 (+199,7%) e de P3 para P4 (+14,0), refletindo em um aumento de 16,6%, de P1 para P5.

Ao serem desconsiderados o Resultado Financeiro e as Outras Despesas/Receitas operacionais, verifica-se redução do prejuízo operacional unitário de P1 para P2 (-28,0%) e de P4 para P5 (-57,1%), e crescimento de P2 para P3 (+207,1%) e de P3 para P4 (+16,4), refletindo em um aumento de 10,3%, de P1 para P5.

7.7. Dos fatores que afetam os preços domésticos

7.7.1 . Dos custos

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A tabela a seguir apresenta o custo de produção associado à fabricação de sacos de juta pela indústria doméstica.

Custo de Produção (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4	P5
Custos Variáveis	100,0	105,4	99,1	95,9	113,1
Matéria-prima	100,0	107,5	96,9	94,0	127,4
Outros insumos	100,0	107,9	107,7	106,9	88,3
Utilidades	100,0	83,5	90,6	93,4	90,6
Outros custos variáveis	100,0	87,3	91,7	59,7	69,6
Custos Fixos	100,0	103,7	107,0	106,1	94,2
Mão de obra direta	100,0	96,4	88,5	90,8	85,4
Depreciação	100,0	69,5	83,8	83,6	61,2
Mão de obra indireta	100,0	106,2	133,8	122,1	112,1
Outros custos fixos	100,0	195,0	278,1	260,4	175,1
Custo de Produção	100,0	104,7	102,4	100,1	105,3

Verificou-se que houve crescimento do custo unitário de produção do produto similar doméstico de P1 para P2 (+4,7%) e de P4 para P5 (+5,1%). Nos demais períodos houve redução: P2 para P3 (-2,3%) e de P3 para P4 (-2,2%). No período de revisão de continuação ou retomada do dano (P1 para P5), observou-se aumento de 5,1% do custo de produção do produto similar doméstico.

O aumento do custo de produção de P1 para P5 se deveu principalmente à substancial elevação do custo da matéria prima nesse último período. Em P5, esse custo cresceu 35,6% em relação ao período anterior e 27,4% se comparado a P1.

7.7.2. Da relação custo/preço

A relação entre o custo de produção e o preço indica a participação desse custo no preço de venda da indústria doméstica, no mercado interno, ao longo do período de revisão.

Participação do Custo no Preço de Venda (em número-índice)

	Custo de Produção	Preço de Venda no Mercado Interno	Relação (%)
P1	100,0	7.015,19	100,0
P2	104,7	7.795,07	94,2
P3	102,4	6.824,07	105,2
P4	100,1	6.010,64	116,9
P5	105,3	7.318,48	100,9

Observou-se que a relação custo de produção/preço se deteriorou de P2 para P3 (+Conf. p.p.) e de P3 para P4 (+Conf. p.p.), e apresentou melhora de P1 para P2 (-Conf. p.p.) e de P4 para P5 (-Conf. p.p.). Ao considerar todo o período de revisão (de P1 para P5), a relação custo de produção/preço registrou deterioração de Conf. p.p.

7.8. Do Fluxo de caixa

A tabela a seguir indica o fluxo de caixa apresentado pela indústria doméstica na petição de início da revisão.

Cabe ressaltar que devido à impossibilidade de se separar os valores relacionados somente do produto similar de determinadas contas contábeis, concluiu-se por considerar somente o valor total líquido gerado de caixa, ou seja, considerando a totalidade dos negócios das empresas.

Fluxo de Caixa (em número-índice)

----	P1	P2	P3	P4	P5
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades Operacionais	(100,0)	(47,1)	(116,9)	28,4	(11,4)
Caixa Líquido das Atividades de Investimentos	(100,0)	(216,7)	136,5	(84,9)	(87,1)
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	100,0	46,3	(27,8)	19,3	45,3
Aumento (Redução) Líquido (a) nas Disponibilidades	(100,0)	(85,4)	(162,4)	36,7	(4,3)

Ao longo de todo o período analisado, verificou-se geração de caixa somente em P4. No entanto, houve redução do fluxo negativo de caixa de P1 a P5. Neste último período, a redução das disponibilidades foi 95,7% inferior à redução verificada em P1.

7.9. Do retorno sobre investimentos

A tabela a seguir indica o retorno dos investimentos, calculado pela divisão do valor do lucro líquido relativo à totalidade dos negócios da indústria doméstica pelo valor do ativo total dessa indústria, constante de suas demonstrações financeiras.

Tal indicador foi apresentado pela indústria doméstica na petição de início da revisão. Ressalte-se que os valores totais do lucro líquido e do ativo total da indústria doméstica no período de análise de probabilidade de continuação ou retomada do dano conferiram com os cálculos efetuados a partir dos demonstrativos financeiros da empresa para esse mesmo período.

Retorno sobre os Investimentos (em número-índice)

---	P1	P2	P3	P4	P5
Lucro Líquido (A)	100,0	261,8	(1.337,2)	(1.679,6)	957,4
Ativo Total (B)	100,0	108,7	100,3	91,5	100,6
Retorno (A/B) (%)	100,0	240,9	(1.333,6)	(1.836,2)	951,9

Após retornos positivos sobre investimentos nos dois primeiros períodos, foram verificados retornos negativos em P3 e em P4. Já em P5, o retorno sobre investimentos foi o mais expressivo da série, correspondendo a um valor 9,5 vezes maior que o retorno observado no primeiro período.

7.10. Da capacidade de captar recursos ou investimentos

Para avaliar a capacidade de captar recursos, foram calculados os índices de liquidez geral e corrente a partir dos dados relativos à totalidade dos negócios da indústria doméstica, constantes de suas demonstrações financeiras.

O índice de liquidez geral indica a capacidade de pagamento das obrigações de curto e de longo prazo e o índice de liquidez corrente, a capacidade de pagamento das obrigações de curto prazo.

Capacidade de captar recursos ou investimentos (em número-índice)

----	P1	P2	P3	P4	P5
Índice de Liquidez Geral	100,0	94,9	90,8	78,9	83,9
Índice de Liquidez Corrente	100,0	102,0	107,0	94,1	96,8

Segundo os dados apresentados na tabela anterior, observou-se que todos os índices foram sempre maiores que 1, o que indica que a indústria doméstica teve capacidade de honrar suas obrigações, tanto no curto prazo como no longo prazo durante o período de análise de probabilidade de retomada ou continuação do dano.

Não obstante, os índices de liquidez reduziram-se na comparação entre os períodos extremos. O índice de liquidez geral teve redução de 16,1% de P1 a P5, enquanto que o índice de liquidez corrente caiu 3,2% nesse mesmo intervalo.

7.11. Da conclusão sobre os indicadores da indústria doméstica

O volume de vendas da indústria doméstica no mercado interno reduziu-se em 22,2% de P1 para P5. Considerando que o mercado brasileiro se expandiu 14,6% nesse mesmo intervalo, a participação das vendas da indústria doméstica nesse mercado registrou queda de 31,1 p.p., de P1 para P5. Tal queda se deve ao surgimento de um novo produtor nacional, que passou a deter parcela significativa do mercado em P5.

Verificou-se que, de P1 para P5, a receita líquida com as vendas do produto similar no mercado interno reduziu-se de forma menos acentuada (-18,9%) do que a redução do volume vendido (-22,2%), devido ao aumento do preço médio (+4,3%) nesse mesmo intervalo. Já de P4 para P5, a receita líquida nas vendas internas cresceu (+55,7%), devido ao aumento da quantidade vendida (+27,9%) e do preço médio das vendas internas (+21,8%).

A relação custo/preço apresentou deterioração de P1 a P5 (+0,8 p.p.). Dessa forma, em P5, o resultado bruto e a margem de lucro bruta se reduziram em relação a P1 (-39,8% e -2,0 p.p., respectivamente). Já em relação ao resultado operacional e à margem de lucro operacional, foram registrados valores negativos em todos os períodos (P1 a P5), ainda que sejam desconsiderados o resultado financeiro e as receitas e despesas operacionais não reportadas como administrativas ou de vendas.

Desse modo, considerando-se o comportamento dos indicadores da indústria doméstica, pode-se concluir pela existência de dano à indústria doméstica no período de análise. Tal conclusão teve por base, principalmente, a queda das vendas internas e da receita obtida em tais vendas de P1 a P5, a redução do resultado e da margem bruta nesse intervalo, a perda da participação da indústria doméstica no mercado brasileiro, e o fato de terem ocorrido resultados operacionais negativos ao longo de todo o período de análise.

8. DOS INDÍCIOS DE CONTINUAÇÃO OU RETOMADA DO DANO

O art. 108 c/c o art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que a determinação de que a extinção do direito levará muito provavelmente à continuação ou à retomada do dano à indústria doméstica deverá basear-se no exame objetivo de todos os fatores relevantes, incluindo: a situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito; o impacto provável das importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica; o comportamento das importações do produto objeto da medida durante sua vigência e a provável tendência; o preço provável das importações objeto de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro; alterações nas condições de mercado no país exportador; e o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

8.1. Da situação da indústria doméstica durante a vigência definitiva do direito

O art. 108 c/c o inciso I do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelecem que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinada a situação da indústria doméstica durante a vigência do direito.

Em face do exposto no item 7, concluiu-se que, ao longo da vigência do direito antidumping, houve continuação do dano à indústria doméstica. De P1 para P5, verificou-se que, a despeito da expansão do mercado brasileiro de sacos de juta (+14,6%), a indústria doméstica reduziu o volume de vendas do produto similar no mercado interno (-22,2%), perdendo participação no mercado (-31,1 p.p.) e reduzindo a receita líquida auferida com tais vendas (-18,9%), a despeito do aumento do preço (+4,3%), ainda inferior ao aumento no custo de produção (+5,1%).

Com a redução das vendas de P1 a P5, o nível de estoque final acumulado aumentou (+463,1%), a despeito da queda da produção (-15,6%) e do aumento do consumo cativo (+2,4%), em um mercado em expansão. Com isso, a relação estoque final/produção se deteriorou em 5.6 p.p.

Finalmente, nos que diz respeito aos indicadores financeiros, verificou-se que a indústria doméstica reduziu seus resultados e suas margens brutas em razão da piora na relação custo/preço, além de ter operado durante todo o período de análise de probabilidade de retomada ou continuação de dano com prejuízos operacionais, seja considerando ou desconsiderando o resultado financeiro ou as outras despesas/receitas operacionais.

8.2. Do comportamento das importações

O art. 108 c/c o inciso II do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o volume de tais importações durante a vigência do direito e a provável tendência de comportamento dessas importações, em termos absolutos e relativos à produção ou ao consumo do produto similar no mercado interno brasileiro.

Conforme o exposto no item 6, verificou-se que, de P1 a P4, houve redução do volume das importações objeto do direito antidumping, sendo que, em P5, não foram verificadas importações de saco de juta. Isso não obstante, constatou-se que, em P2, as importações objeto do direito antidumping somaram 2.034 toneladas, mesmo com o direito em vigência. Esse montante representou 16,1% do mercado brasileiro naquele período. Tal fato se configura em um indicativo da capacidade conjunta de Índia e Bangladesh para aumentarem substancialmente suas exportações de sacos de juta para o Brasil caso o direito antidumping seja extinto.

Ademais, Índia e Bangladesh produziram 1,8 milhões toneladas de sacos de juta em 2012/2013, conforme detalhado no item 5.2 supra. Tal produção equivale a mais de 140 vezes o mercado brasileiro de 2014 (P5), de 12,3 mil toneladas. Verificou-se ainda que somente a Índia exportou 148 mil toneladas de sacos de juta em 2012, o que corresponde a 12 vezes o mercado nacional. Cabe ressaltar que as exportações indianas vêm crescendo continuamente devido à retração da demanda interna em decorrência da redução da embalagem compulsória, conforme já explicitado.

Ante o exposto, resta claro, para fins de início da revisão, que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, muito provavelmente os produtores/exportadores da Índia e de Bangladesh retomarão as suas exportações de sacos de juta para o Brasil em quantidades substanciais, tanto em termos absolutos como em relação à produção e ao consumo, de forma que o dano à indústria doméstica decorrente de tais exportações voltará a ocorrer.

8.3. Do preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro

O art. 108 c/c o inciso III do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o preço provável das importações com indícios de dumping e o seu provável efeito sobre os preços do produto similar no mercado interno brasileiro.

Para esse fim, buscou-se avaliar, inicialmente, o efeito das importações objeto do direito antidumping sobre o preço da indústria doméstica no período de revisão. De acordo com o disposto no § 2º do art. 30 do Decreto nº 8.058, de 2013, o efeito do preço das importações com indícios de dumping sobre o preço do produto similar nacional no mercado interno brasileiro deve ser avaliado sob três aspectos. Inicialmente, deve ser verificada a existência de subcotação significativa do preço do produto importado em relação ao do produto similar no Brasil, ou seja, se o preço internado do produto sujeito ao direito é inferior ao preço do produto brasileiro. Em seguida, examina-se eventual depressão de preço, isto é, se o preço do produto importado teve o efeito de rebaixar significativamente o preço da indústria doméstica. O último aspecto a ser analisado é a supressão de preço, que ocorre quando as importações objeto do direito antidumping impedem, de forma relevante, o aumento de preços, que teria ocorrido na ausência de tais importações, devido ao aumento de custos.

Para o cálculo dos preços internados do produto importado dos países sob análise, foi considerado o preço de importação médio ponderado, na condição CIF, em reais, obtido dos dados oficiais de importação disponibilizados pela RFB.

Em seguida, foram adicionados: (i) o Imposto de Importação efetivamente pago, obtido também dos dados de importação da RFB; (ii) o AFRMM, calculado aplicando-se o percentual de 25% sobre o valor do frete internacional referente a cada uma das operações de importação constantes dos dados da RFB, desconsiderando-se as operações isentas; (iii) as despesas de internação; e (iv) o direito antidumping recolhido em cada período.

As despesas de internação foram estimadas com base no valor apurado no último período da revisão anterior. Tal valor foi corrigido monetariamente para cada período da revisão atual por meio do IGP-DI.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Em relação ao direito aplicado, a conversão para reais foi feita para cada operação de importação, com base na taxa de câmbio da data do desembaraço. Além disso, o valor do direito para P1 foi apurado considerando-se as alíquotas vigentes na revisão anterior para as operações de importação desembaraçadas anteriormente à aplicação das alíquotas correntes.

Por fim, os preços internados do produto objeto do direito antidumping, em reais, foram atualizados com base no IGP-DI, para fins de comparação com os preços da indústria doméstica, também atualizados.

As tabelas a seguir demonstram os cálculos efetuados e os valores de subcotação obtidos no período de revisão.

Preço CIF internado do produto objeto do direito (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4
Preço CIF	100,0	105,5	133,3	159,6
Imposto de Importação	100,0	61,3	79,0	159,6
AFRMM	100,0	81,4	68,9	164,5
Despesas de Internação	100,0	108,5	115,0	122,0
Direito Antidumping	100,0	132,7	168,3	77,2
Preço CIF Internado	100,0	98,5	123,8	149,7

Comparação entre os preços do produto objeto do direito e do produto similar nacional (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4
Preço CIF Internado	100,0	90,7	107,7	122,7
Preço Ind. Doméstica	100,0	111,1	97,3	85,7
Subcotação	100,0	271,5	15,5	(205,8)

Dentre os períodos em que ocorreu importação, somente em P4 não se verificou subcotação. No entanto, considerando-se que apenas em P2 foi constatado volume significativo de importações e que nesse período se observou o maior nível de subcotação, resta demonstrado que, na hipótese de não prorrogação do direito antidumping, muito provavelmente ocorrerá subcotação do preço do produto importado em relação ao preço do produto similar fabricado pela indústria doméstica.

Dessa forma, é possível inferir que, caso o direito não seja prorrogado, muito provavelmente os preços de dumping do produto importado terão por efeito, nos próximos cinco anos, em razão de estarem subcotados em relação ao nacional, deprimir ainda mais os preços do produto similar fabricado pela indústria doméstica, levando, por conseguinte, ao agravamento do dano.

8.4. Do impacto provável das importações com indícios de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso IV do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o impacto provável de tais importações sobre a indústria doméstica, avaliado com base em todos os fatores e índices econômicos pertinentes definidos no § 2º e no § 3º do art. 30.

Assim, para fins de abertura desta revisão, buscou-se avaliar inicialmente o impacto das importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Verificou-se que a participação de tais importações no mercado brasileiro se mostrou inferior a 2% em P1, P3 e P4, sendo que em P5 não foram verificadas importações. Somente em P2 ocorreu volume significativo de importações objeto do direito antidumping. Porém, não se constatou melhora nos indicadores da indústria doméstica em P5, quando comparado a P2. Desse modo, pode-se concluir que as importações objeto do direito antidumping não impactaram negativamente os indicadores da indústria doméstica durante o período de vigência do direito antidumping.

No entanto, conforme já mencionado, a produção de sacos de juta dos países sob análise no período 2012/2013 somou volume superior a 140 vezes o mercado brasileiro em P5, e, em 2012, somente a Índia exportou montante equivalente a 12 vezes o mercado nacional. Ademais, as exportações indianas vêm crescendo continuamente devido à retração da demanda interna em decorrência da redução da embalagem compulsória. Constatou-se ainda que, em P2, as importações objeto do direito antidumping representaram 16,1% do mercado brasileiro, mesmo com o direito em vigência.

Esses fatores indicam que, caso o direito antidumping seja extinto, as exportações originárias da Índia e de Bangladesh a preços de dumping, muito provavelmente, voltarão a atingir volumes significativos, tanto em termos absolutos quanto em relação ao consumo e à produção, o que muito provavelmente levará ao agravamento do dano à indústria doméstica.

8.5. Das alterações nas condições de mercado

O art. 108 c/c o inciso V do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, devem ser examinadas alterações nas condições de mercado nos países exportadores, no Brasil ou em terceiros mercados, incluindo alterações na oferta e na demanda do produto similar, em razão, por exemplo, da imposição de medidas de defesa comercial por outros países.

Com a redução do nível de exigibilidade na utilização de sacos de juta para embalagem de commodities na Índia, e consequente retração da demanda de sacos de juta no mercado interno indiano, os produtores da Índia passaram a direcionar sua produção para o mercado externo. Verificou-se que as exportações da Índia cresceram 140,4% de 2010 a 2012. Tais alterações nas condições de mercado na Índia indicam que, caso o direito antidumping em vigor seja extinto, as exportações dos países objeto da revisão para o Brasil muito provavelmente aumentarão em magnitude suficiente para que ocorra o agravamento do dano à indústria doméstica.

O mercado brasileiro expandiu-se em 14,6% de P1 a P5. Presumindo-se a mesma taxa de expansão para os próximos 5 anos, tem-se ao final do período um consumo interno de 14,1 mil toneladas. Tal consumo permanecerá bem inferior aos volumes de produção e exportação dos países objeto da revisão. Nos períodos mais recentes com dados disponíveis, o volume de produção desses países somou 1,8 milhões de toneladas e somente as exportações da Índia alcançaram 148 mil toneladas. Isso demonstra que o direcionamento de uma pequena parcela desse potencial exportador para o Brasil muito provavelmente seria suficiente para levar à retomada do dano à indústria doméstica decorrente de importações originárias de Índia e Bangladesh, caso o direito fosse extinto.

8.6. Do efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica

O art. 108 c/c o inciso VI do art. 104 do Decreto nº 8.058, de 2013, estabelece que, para fins de determinação de continuação ou retomada de dano à indústria doméstica decorrente de importações objeto do direito antidumping, deve ser examinado o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto de dumping sobre a indústria doméstica.

Inicialmente, cabe analisar o comportamento das importações oriundas das outras origens não sujeitas ao direito antidumping. De P1 para P2, tais importações apresentaram redução significativa, 73,3%. Nos períodos subsequentes não ocorreram importações originárias de outras origens. Registre-se ainda que o preço médio dessas importações se mostrou mais elevado que o do produto investigado em ambos os períodos. Esse comportamento indica que, muito provavelmente, essas importações não causarão dano à indústria doméstica na hipótese de extinção do direito antidumping.

Não foram observados outros fatores que pudessem ter tido impacto sobre a indústria doméstica durante o período de revisão. Em primeiro lugar, não houve alterações nas condições de demanda do produto sujeito ao direito, dado que o mercado brasileiro apresentou crescimento de 14,6%, de P1 para P5. Além disso, não foram observados progressos tecnológicos ou impacto de eventuais processos de liberalização das importações sobre os preços domésticos - já que a alíquota do imposto de importação para o produto objeto do direito, assim como as preferências tarifárias, se mantiveram inalteradas durante todo o período de revisão. Ademais, tampouco se observaram práticas restritivas ao comércio de produtores domésticos e estrangeiros e à concorrência entre eles. Cabe acrescentar ainda que o consumo cativo não se mostrou significativo, representando menos de 0,5% do consumo nacional aparente ao longo de todo o período de revisão.

Finalmente, a indústria doméstica não exportou de P1 a P5, o que demonstra a inexistência de impactos significativos no comportamento dos custos fixos de produção e nos volumes vendidos no mercado interno pela indústria doméstica em decorrência de suas exportações.

Ante o exposto, se concluiu, para fins de abertura da revisão, que, caso o direito antidumping não seja renovado, o efeito provável de outros fatores que não as importações objeto do direito antidumping sobre a indústria doméstica não afastará eventual dano a ser retomado em razão de tais importações.

8.7. Da conclusão sobre os indícios de continuação ou retomada do dano

Conforme já mencionado, o volume de sacos de juta produzido por Índia e Bangladesh no período 2012/2013 foi 140 vezes maior que o mercado brasileiro em P5, sendo que, em 2012, somente a Índia exportou montante equivalente a 12 vezes o mercado nacional. Ademais, as exportações indianas vêm crescendo continuamente devido à retração da demanda interna em decorrência da redução da embalagem compulsória. De 2010 a 2012, tais exportações cresceram 140,4%. Constatou-se ainda que, em P2, as importações objeto do direito antidumping representaram 16,1% do mercado brasileiro, mesmo com o direito em vigência. Naquele período, tais importações cresceram de forma acentuada, com aumento de 1.008% em relação ao período anterior.

Além disso, ao se desconsiderar o direito antidumping, verifica-se que, em P2, único período em que ocorreram importações em volume significativo, o preço médio do produto objeto do direito antidumping internado no Brasil foi inferior ao preço médio do produto fabricado pela indústria doméstica, demonstrando que, muito provavelmente, ocorrerá subcotação do produto importado dos países sob revisão em relação ao nacional, na hipótese de extinção do direito.

Em face de todo o exposto, pode-se concluir, para fins de abertura desta revisão, pela existência de indícios suficientes de que, caso o direito antidumping não seja prorrogado, haverá retomada do dano à indústria doméstica decorrente das importações objeto do direito.

Constatou-se que, dentre os períodos em que ocorreu importação, somente em P4 o preço médio CIF internado no Brasil do produto objeto do direito antidumping não esteve subcotado em relação ao preço da indústria doméstica. No entanto, verificou-se a ocorrência de volume significativo de importações apenas em P2, período em que se observou o maior nível de subcotação, com margem de 27,5% em relação ao preço da indústria doméstica, a despeito da aplicação do direito antidumping.

Verificou-se depressão dos preços da indústria doméstica de P1 a P4. Nesse intervalo, o preço médio caiu 14,4%, ao passo que o custo unitário total (CPV + despesas operacionais) subiu 0,1%. No entanto, não se pode atribuir tal depressão às importações objeto do direito antidumping, uma vez que essas importações ocorreram em volume significativo somente em P2, e não se observou melhora na relação preço/ custo da indústria doméstica a partir desse período.

Para fins de se averiguar a possiblidade de retomada de dano à indústria doméstica, na hipótese de extinção do direito antidumping, comparou-se o preço da indústria doméstica com o preço do produto objeto do direito antidumping internado no Brasil, desconsiderando-se o direito, conforme demonstrado na tabela a seguir. Uma vez que o prejuízo sofrido pela indústria doméstica não decorreu das importações objeto do direito antidumping, os preços da indústria doméstica não foram ajustados.

Comparação entre os preços do produto objeto do direito e do produto similar nacional (em número-índice)

	P1	P2	P3	P4
Preço CIF Internado, exclusive direito	100,0	87,0	103,0	129,8
Preço Ind. Doméstica	100,0	111,1	97,3	85,7
Subcotação	100,0	203,3	75,3	(82,8)

9. DA RECOMENDAÇÃO

Consoante à análise precedente, concluiu-se que há indícios de que a extinção do direito antidumping muito provavelmente levará à retomada do dumping e do dano à indústria doméstica dele decorrente.

Propõe-se, desta forma, o início de revisão para fins de averiguar a necessidade de prorrogação do prazo de aplicação do direito antidumping às importações brasileiras de sacos de juta, comumente classificadas no item 6305.10.00 da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM), originárias da Índia e de Bangladesh, com a manutenção dos direitos em vigor, nos termos do § 2º do art. 112 do Decreto nº 8.058, de 2013, enquanto perdurar a revisão.

PORTARIA Nº 61, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Altera a Portaria SECEX no 23, de 14 de julho de 2011, para dar nova redação aos arts. 17, 20, 28, 30, 60, 83, 111, 118, 124, 134 e 257-A e aos Anexos I e XVII, incluir os arts. 40-A e 257-B e o Anexo XXVIII, e revogar os arts. 64 e 133.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I, III e XIX do art. 15 do Anexo I do Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, resolve:

Art. 1º Os arts. 17, 20, 28, 30, 60, 83, 111, 118, 124, 134 e 257-A e os Anexos I e XVII da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 17. .....

§ 1º .....

I - importações ao amparo dos benefícios da Zona Franca de Manaus e das Áreas de Livre Comércio;

.....

V - importações de mercadorias sujeitas à anuência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), quando previsto na legislação específica;

VI - importações a que se refere o §1º do art. 43; e

VII - importações sujeitas às cotas tarifárias a que se refere o art. 60.

§ 2º Nas hipóteses previstas no §1º, exceto o inciso II, se houver outro tratamento administrativo que exija anuência prévia ao embarque, o licenciamento deverá ser efetuado previamente ao embarque da mercadoria no exterior.

.....

§ 5º As anuências de competência do DECEX constantes em pedidos de Licença de Importação relativos a operações amparadas pela Lei nº 12.350, de 20 de dezembro de 2010, e Lei nº 12.780, de 9 de janeiro de 2013, poderão ser efetuadas após o embarque das mercadorias no exterior, mas anteriormente ao despacho aduaneiro.

....." (NR)

"Art. 20. Quando forem verificados erros ou omissões no preenchimento do pedido de licença ou a inobservância de procedimentos administrativos, os órgãos anuentes registrarão, no próprio pedido, advertência ao importador, solicitando a correção.

.....

§ 4º Nas importações de mercadorias sujeitas a cotas, o DECEX poderá indeferir o pedido de licença de importação que apresente uma das situações a que se refere o caput." (NR)

"Art. 28. .....

§ 1º .....

.....

VI - regime tributário do imposto de importação;

VII - fundamento legal do imposto de importação;

....." (NR)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"Art. 30. .....

.....

§ 3º Os documentos apresentados com base neste artigo, se enviados sem prévia solicitação pelo DECEX, não serão considerados." (NR)

"Art. 60. As importações amparadas em Acordos no âmbito da ALADI sujeitas a cotas tarifárias serão objeto de licenciamento não automático pelo DECEX e deverão observar as normas do Anexo XXVIII.

Parágrafo único. O importador deverá obter o Certificado de Origem Preferencial, emitido em conformidade com os critérios estabelecidos no acordo que ampara a operação." (NR)

"Art. 83. .....

I - laudo técnico com descrição do processo produtivo dos bens exportados, a ser formulado conforme o art. 80 desta Portaria, acompanhado de justificativa do índice que relaciona o valor das importações ou aquisições no mercado interno com o valor das exportações;

....." (NR)

"Art. 111. É obrigatória a menção expressa da participação do fabricante-intermediário no registro de exportação (RE), conforme Anexo IX." (NR)

"Art. 118. .....

I - o valor em reais, a quantidade na unidade de medida estatística, a descrição, o código da NCM, os números de inscrição no CNPJ do emissor e do comprador e o número e a data da emissão da nota fiscal correspondente às mercadorias adquiridas no mercado interno que foram empregadas ou consumidas na industrialização do produto exportado;

.....

V - o valor em reais, a quantidade na unidade de medida estatística, o código da NCM, os números de inscrição no CNPJ do emissor e do comprador, o número e a data da emissão constantes da nota fiscal de venda à empresa comercial exportadora constituída na forma do Decreto-Lei nº 1.248, de 1972, quando for o caso; e

....." (NR)

"Art. 124. O prazo de validade do ato concessório de drawback integrado isenção, determinado pela data-limite estabelecida para a realização das importações ou aquisições no mercado interno vinculadas, será de 1 (um) ano, contado a partir da data de sua emissão." (NR)

"Art. 134. É obrigatória a menção expressa da participação do fabricante-intermediário na ficha "Drawback" do RE, conforme Anexo IX." (NR)

"Art. 257-A. O uso do meio eletrônico para a apresentação de documentos relacionados às operações de comércio exterior para atender a exigências de competência do DECEX será realizado nos termos deste artigo.

.....

§ 2º A documentação anexada eletronicamente ao dossiê deverá ser pertinente a todos os processos a ela vinculados.

§ 3º Não serão considerados pelo DECEX documentos não exigidos com base nesta Portaria ou apresentados em desconformidade com ela.

§ 4º Para a anexação eletrônica de documentos relativos a exigências em processos de registros de exportação e de concessão de drawback, modalidade suspensão, o número de identificação "ID" do documento e o número do dossiê no qual este se encontra deverão ser informados, quando da resposta da exigência pelo usuário, no módulo específico de exportação ou de drawback do Siscomex, conforme o caso.

§ 5º Na anexação eletrônica de documentos relativos às operações de exportação e drawback, modalidade suspensão, os documentos serão considerados recebidos na data da resposta à exigência pelo usuário no módulo específico de exportação ou de drawback do Siscomex, conforme o caso.

§ 6º No envio de documentos por meio do sistema eletrônico, relativos às operações de drawback, modalidade suspensão, o usuário deverá compartilhar o documento, no sistema, com o DECEX e com a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 7º No envio de documentos por meio do sistema eletrônico relativos às operações de importação, será considerado, para fins de análise, o dossiê mais antigo vinculado à licença de importação.

8º Além dos outros meios já previstos nesta Portaria, serão admitidos, na forma deste artigo, os documentos elencados na tabela a seguir, a partir das datas nela referidas:

Data	Documentação	Referência Normativa
15 de dezembro de 2014	Documentos relativos a aspectos comerciais;	Art. 30
	Laudo Técnico, Documentos para Comprovação de Preço e outros Documentos no Drawback, Modalidade Suspensão;	Art. 87, §1º, I e III, e §2º
	Laudo Técnico, Documentos para Comprovação de Preço e Auto de Infração para Comprovação de Modificações das Condições do Ato Concessório no Drawback, Modalidade Suspensão;	Art. 94, I, II e IV
	Termo de Verificação de Destruição de Mercadoria no Drawback, Modalidade Suspensão;	Art. 166, III
	Certidão do Corpo de Bombeiros e Cópia do Relatório da Companhia Seguradora;	Art. 167, I e II
	Boletim de Ocorrência e Cópia do Relatório da Companhia Seguradora;	Art. 168, I e II
	Documentos Adicionais para Análise do Registro de Exportação;	Art. 188
	Solicitação de Alteração no Registro de Exportação.	Art. 190, §2º
1º de setembro de 2015	Certificado de Origem para Obtenção de Cota Aladi;	Art. 4º do Anexo XXVIII
	Atestado de Inexistência de Produção Nacional.	§2º do Art. 40-A
15 de setembro de 2015	Catálogo técnico para análise em Exame de Similaridade;	Art. 36
	Solicitação de Análise de compatibilidade de NCM.	Art. 104, parágrafo único
1º de outubro de 2015	Declaração de Origem;	Art. 15-A
	Catálogo Técnico ou Memorial Descritivo para Importação de Material Usado;	Arts. 44 e 45
	Solicitação de prorrogação de Ato Concessório.	Art. 97, §§4º, 5º e 6º e Art. 98, §§1º e 2º
15 de outubro de 2015	Pedido de manifestação do DECEX em caso de Retificação de DI amparada por LI;	Art. 28
	Demais documentos exigidos no licenciamento de importação.	Art. 19

§ 9º Os documentos exigidos nos incisos III, VIII, IX, XI, XII e XVI do artigo 42 e nos artigos 36, 44 e 45 desta Portaria, quando enviados na forma do artigo 257-A, deverão ser encaminhados até a data do registro da licença de importação.

§ 10. Para a apresentação eletrônica dos documentos a que se referem os arts. 36 e 44, o nome do arquivo anexado deverá ser idêntico ao do modelo do bem a ser importado, constante no catálogo, e o número do dossiê deverá ser inserido no campo "informação complementares"." (NR)

"ANEXO I

.....

Art. 1º .....

.....

II - .....

.....

c) .....

.....

c.6) observar, ao realizar inclusões e renovações, o período de vigência da habilitação, o qual se recomenda não seja superior a 5 (cinco) anos, permitidas renovações.

.....

FORMULÁRIO DE HABILITAÇÃO DE CADASTRADORES E USUÁRIOS NOS MÓDULOS ADMINISTRATIVOS DO SISCOMEX

I - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIDOR

(preenchimento pelo servidor a ser habilitado)

ÓRGÃO OU ENTIDADE E UNIDADE ADMINISTRATIVA	ENDEREÇO DO LOCAL DE TRABALHO	
NOME COMPLETO DO USUÁRIO	CPF	MATRÍCULA SIAPE
CARGO	TELEFONE (DDD/RAMAL)	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)

II - AUTORIDADE SOLICITANTE

(dados e assinatura do titular da unidade administrativa à qual o servidor a ser habilitado se vincula)

NOME COMPLETO DO SOLICITANTE	CARGO/FUNÇÃO	
ASSINATURA E CARIMBO	TELEFONE (DDD/RAMAL)	ENDEREÇO ELETRÔNICO (E-MAIL)

III - IDENTIFICAÇÃO DO SISTEMA

(em caso de dúvida no preenchimento deste item, consulte-nos pelo correio eletrônico "siscomex@mdic.gov.br")

TIPO: **USUÁRIO** **CADASTRADOR LOCAL** **CADASTRADOR PARCIAL**	SISTEMA DESEJADO:	PERFIL:

IV - TERMO DE RESPONSABILIDADE

(leitura, preenchimento e assinatura pelo servidor a ser habilitado)

1) Declaro estar ciente das disposições referentes à habilitação de servidores nos módulos administrativos do Siscomex, conforme Portaria Secex nº (indicar esta Portaria) e comprometo-me a:
a) substituir a senha inicial gerada pelo Siscomex, quando for o caso, por outra secreta, pessoal e intransferível;
b) acessar o Sistema exclusivamente por necessidade do serviço;
c) não revelar fora do âmbito profissional fato ou informação de qualquer natureza de que tenha conhecimento por força de minhas atribuições, salvo em decorrência de decisão de autoridade competente na esfera administrativa ou judicial;
d) não permitir que pessoas não autorizadas tenham acesso aos dados em tela, impressos ou gravados em meios eletrônicos;
e) não me ausentar da estação de trabalho sem bloquear ou encerrar a sessão em uso no Siscomex, garantindo assim a impossibilidade de acesso indevido por pessoas não autorizadas;
f) responder em todas as instâncias, pelas consequências das ações ou omissões de minha parte que possam colocar em risco ou comprometer a exclusividade do conhecimento de minha senha ou a utilização dos privilégios a que tenho acesso;
g) preservar o sigilo de minha senha de acesso e não permitir que terceiros dela se utilizem.
2) Além disso, estou ciente de que:
a) devo resguardar o sigilo sobre os dados de natureza comercial, fiscal, financeira e cambial a que terei acesso;
b) os dados acessados são para uso exclusivo do Órgão ou Entidade Governamental a que estou vinculado no exercício das atividades, tanto de anuência quanto de acompanhamento das operações de comércio exterior, não podendo divulgá-los ou repassá-los para terceiros;
c) todas as informações registradas nas bases de dados são de propriedade da SECEX e dos órgãos gestores do SISCOMEX;
d) a autorização para divulgação de informações consideradas confidenciais se dará mediante solicitação formal ao Diretor do DECEX e será concedida de forma expressa e escrita;
e) em caso de dúvida acerca da confidencialidade de determinada informação, o responsável deverá tratá-la sob sigilo até que venha a ser autorizado a agir de modo diverso pelo DECEX.
f) devo solicitar o cancelamento do acesso caso deixe de exercer o cargo ou deixe de exercer atividade relacionadas a comércio exterior no órgão ou entidade;
g) em caso de quebra de sigilo, estarei sujeito à responsabilidade penal, civil e administrativa, na forma da legislação em vigor;
h) em hipótese alguma se interpretará o silêncio do DECEX como liberação de qualquer dos compromissos ora assumidos.
3) Os cadastradores locais/parciais são responsáveis, ainda, por:
a) identificar a quantidade necessária de usuários do órgão com habilitação no sistema;
b) verificar as condições necessárias para a habilitação do servidor;
c) garantir que sejam atendidas as condições necessárias para a habilitação do servidor;
d) manter o controle dos usuários do órgão habilitados nos sistemas de que é cadastrador, realizando as inclusões, exclusões e demais procedimentos de manutenção das habilitações;
e) manter arquivo dos Termos de Responsabilidade de todos os servidores do órgão habilitados no Siscomex, bem como lista permanente e atualizada desses usuários;
f) responder solidariamente com o servidor habilitado, no que couber, quando constatada qualquer irregularidade no uso do acesso ao Siscomex;
g) observar, ao realizar inclusões e renovações, o período de vigência da habilitação, que não deverá ser superior a 5 (cinco) anos, permitidas renovações ao término de cada período.

_____, ____/____/_____
LOCAL DATA

_____
CARIMBO E ASSINATURA

V - APROVAÇÃO DO CADASTRADOR

(preenchimento pelo cadastrador após a habilitação do servidor)

NOME DO CADASTRADOR	CPF	TELEFONE
NÚMERO. E TIPO DO EXPEDIENTE DE SOLICITAÇÃO DE HABILITAÇÃO	ASSINATURA/CARIMBO/DATA	

." (NR)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"ANEXO XVII

.....

Art. 1º .....

.....

§ 7º Os pleitos para a obtenção de parcelas de cotas a que se referem os §§3º e 6º deverão ser formalizados por mensagem eletrônica dirigida ao DECEX (decex.cgex@mdic.gov.br), no qual constará a quantidade a ser exportada, até o limite de 24 toneladas por pedido.

.....

Art. 2º .....

.....

§ 2º .....

.....

III - .....

.....

b) o pedido de cota extra deverá ser formalizado pelo ponto focal da empresa produtora/exportadora por mensagem eletrônica dirigida ao DECEX (decex.cgex@mdic.gov.br), no qual constará a quantidade a ser exportada;

.....

§4º Os exportadores que negociarem vendas do gênero "intracota" deverão obter os formulários do Certificado de Origem em agências do Banco do Brasil S.A. autorizadas pelo DECEX a emitir esses documentos, e apresentá-los às referidas agências, preenchidos sem rasuras, conforme roteiro fornecido pelo banco.

....." (NR)

Art. 2º Ficam incluídos os arts. 40-A e 257-B e o Anexo XXVIII à Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"Art. 40-A. O exame de similaridade para as importações de máquinas, equipamentos, aparelhos, instrumentos, suas partes e peças de reposição, e películas cinematográficas virgens, destinados à indústria cinematográfica e audiovisual, e de radiodifusão, que requeiram a redução à zero das alíquotas da contribuição para o PIS/PASEP-Importação e da COFINS-Importação a que se refere o inciso V do §12 do art. 8º da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.171, de 6 de agosto de 2004, será realizado por meio de licenciamento não automático de importação pelo DECEX.

§1º No preenchimento do pedido de LI, o importador deverá observar o seguinte:

I - no campo "informações complementares", deverá constar o enquadramento da operação, como "Lei nº 10.865, de 2004, §12, V, e Decreto nº 5.171, de 2004"; e

II - no campo "Destaque NCM" da ficha "Mercadoria" deverá ser preenchido o código "555".

§2º O importador deverá encaminhar ao DECEX, na forma do art. 257 ou 257-A desta Portaria, atestado de inexistência de produção nacional, emitido por entidade representativa da indústria, de âmbito nacional, acompanhado de ofício contendo a relação dos licenciamentos a que o atestado se refere.

§3º A análise do pedido de LI referente às operações previstas no caput fica condicionada ao recebimento, pelo DECEX, do documento mencionado no §2º deste artigo."

"Art. 257-B A partir da data 1º de janeiro de 2016 somente será aceito o uso do meio eletrônico para a apresentação dos documentos previstos no art. 257-A, salvo disposição em contrário nesta Portaria.

§1º O uso do disposto no art. 257-A será alternativo em relação ao art. 257 até a data de 31 de dezembro de 2015.

§2º Excepcionalmente, em caso de indisponibilidade do sistema por motivo técnico acima de 4 (quatro) horas consecutivas, serão admitidos, a partir de 1º de janeiro de 2016, os documentos enviados conforme o art. 257."

"ANEXO XXVIII

COTAS TARIFÁRIAS NO ÂMBITO DA

ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE INTEGRAÇÃO (ALADI)

Art. 1º O licenciamento não automático a que se refere o art. 60 desta Portaria dar-se-á conforme os procedimentos definidos neste Anexo e conforme as cotas globais e o limite máximo inicial por empresa previstos nas tabelas do art. 9º deste anexo.

Parágrafo único. O licenciamento para fins de controle de preferências tarifárias referidas neste artigo poderá ser efetuado após o embarque da mercadoria no exterior, mas anteriormente ao despacho aduaneiro.

Art. 2º Quando do pedido da LI no SISCOMEX, o importador deverá fazer constar:

I - na ficha "Mercadoria":

a) o código NALADI do produto a ser importado;

b) no campo "Especificação", a descrição do produto a ser importado e a indicação da margem de preferência pleiteada, da seguinte forma: "Margem de preferência _____ (especificar se 'intracota' ou 'extracota') de __%, conforme disposto no Acordo _____ nº __.";

II - na ficha "Negociação":

a) no campo "Regime de Tributação": Código 1 (Recolhimento Integral);

b) no campo "Acordo Tarifário": ALADI

c) no campo "Código do acordo ALADI": o Código correspondente ao acordo que ampara a operação; e

III - no campo "Informações Complementares", na hipótese de importação com margem de preferência intracota:

a) que o produto é originário do país mencionado no pedido da licença, conforme as regras de origem preferenciais contidas no acordo que ampara a operação; e

b) que se compromete a apresentar ao DECEX, quando solicitado, em até 30 (trinta) dias contados a partir da exigência formulada no SISCOMEX, a documentação que comprova o efetivo embarque da mercadoria no exterior, bem como o Certificado de Origem Preferencial, emitido conforme as regras de origem previstas no acordo que ampara a operação.

Parágrafo único. A opção pela margem de preferência a que se refere a alínea "b" do inciso I deverá ser a mesma para todos os produtos constantes na LI.

Art. 3º O exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX.

Art. 4º Para importações intracota, o DECEX, mediante mensagem específica no SISCOMEX, poderá solicitar a apresentação de documentação que comprove o efetivo embarque da mercadoria no exterior, bem como o respectivo Certificado de Origem Preferencial, como requisito para o deferimento do pedido de LI.

§ 1º Na situação referida no caput, o DECEX alocará provisoriamente a cota solicitada para a empresa pleiteante.

§ 2º A efetiva concessão da cota estará condicionada à apresentação, pela empresa, da documentação exigida, na forma do art. 257, ou anexada eletronicamente na forma do art. 257-A desta Portaria, em até 30 (trinta) dias contados a partir da exigência formulada no SISCOMEX.

§ 3º A não observância do §2º implicará o indeferimento do pedido de LI e o estorno da cota previamente alocada, que será restabelecida para o montante global.

Art. 5º Nos casos de importações intracota em que haja previsão de limite máximo inicial por empresa, cada importador poderá obter mais de uma LI, desde que a soma dos montantes das LI não ultrapasse esse limite.

Parágrafo único. Atingido o limite máximo inicial estabelecido, novas concessões para a mesma empresa estarão limitadas ao montante efetivamente despachado para consumo.

Art. 6º Caso seja constatado o esgotamento de cota global, o DECEX não emitirá novas LI a ela relacionadas, ainda que já registrado pedido de licença no SISCOMEX.

Art. 7º Não se aplica o disposto no art. 2º, inciso I, alínea "b" e inciso III, no art. 3º e no art. 5º à distribuição das cotas estabelecidas pelo ACE 55 Brasil - México, que será realizada conforme critérios definidos no próprio Acordo.

Art. 8º Os procedimentos dispostos neste Anexo não se aplicam às importações extracota sem margem de preferência.

Parágrafo único Na hipótese do caput, o importador não deverá selecionar o Acordo Tarifário "ALADI" na ficha "Negociação".

Art. 9º Os produtos, cotas globais, vigência, margem de preferência e limites máximos iniciais por empresa serão os definidos nas Tabelas a seguir:

TABELA I - Acordo de Complementação Econômica n° 38, entre Brasil e Guiana

Versão SH	NALADI/SH	Descrição / Observações sobre o produto	Cota	Vigência Anual	Margem de Preferência		Limite máximo inicial por empresa
					Intracota	Extracota	
1996	0904.11.00	Pimenta não triturada nem em pó Exceto pimentas pretas ou brancas	100 t em conjunto com o código NALADI 0904.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	-	10 t em conjunto com o código NALADI 0904.12.00
	0904.12.00	Pimenta triturada ou em pó Exceto pimentas pretas ou brancas	100 t em conjunto com o código NALADI 0904.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	-	10 t em conjunto com o código NALADI 0904.11.00
	1006.10.10	Arroz com casca ("paddy") não parabolizado	10.000 t em conjunto para os códigos NALADI 1006.10.10, 1006.20.00, 1006.30.10, 1006.30.20 e 1006.40.00	1º/jan a 31/dez	100%	-	3.500 t em conjunto para os códigos NALADI 1006.10.10, 1006.20.00, 1006.30.10, 1006.30.20 e 1006.40.00
	1006.20.00	Arroz descascado (arroz "cargo" ou castanho)	Ver código NALADI 1006.10.10	1º/jan a 31/dez	100%	-	Ver código NALADI 1006.10.10
	1006.30.10	Arroz semibranqueado ou branqueado sem polir ou brunir	Ver código NALADI 1006.10.10	1º/jan a 31/dez	100%	-	Ver código NALADI 1006.10.10
	1006.30.20	Arroz semibranqueado ou branqueado polido ou brunido	Ver código NALADI 1006.10.10	1º/jan a 31/dez	100%	-	Ver código NALADI 1006.10.10
	1006.40.00	Arroz quebrado (trinca de arroz*)	Ver código NALADI 1006.10.10	1º/jan a 31/dez	100%	-	Ver código NALADI 1006.10.10
	1701.11.00	Açúcar em bruto de cana, sem adição de aromatizantes ou de corantes	10.000 t	1º/jan a 31/dez	100%	-	1.000 t

TABELA II - Acordo de Complementação Econômica n° 41, entre Brasil e Suriname - comércio de arroz

Versão SH	NALADI/SH	Descrição / Observações sobre o produto	Cota	Vigência Anual	Margem de Preferência		Limite máximo inicial por empresa
					Intracota	Extracota	
2002	1006.10.92	Arroz com casca não parabolizado - não estufado	10.000 t em conjunto para os códigos NALADI 1006.10.92, 1006.20.20 e 1006.30.21	1º/jan a 31/dez	100%	-	3.500 t em conjunto para os códigos NALADI 1006.10.92, 1006.20.20 e 1006.30.21
	1006.20.20	Arroz descascado não parabolizado - não estufado	Ver código NALADI 1006.10.92	1º/jan a 31/dez	100%	-	Ver código NALADI 1006.10.92
	1006.30.21	Arroz descascado não parabolizado - não estufado-polido	Ver código NALADI 1006.10.92	1º/jan a 31/dez	100%	-	Ver código NALADI 1006.10.92

TABELA III - Acordo Complementação Econômica n° 53 entre Brasil e México

Versão SH	NALADI/SH	Descrição / Observações sobre o produto	Cota	Vigência Anual	Margem de Preferência		Limite máximo inicial por empresa
					Intracota	Extracota	
1996	0703.20.00	Alhos	1.300 t	1º/mar a 15/jul	100%	-	125 t
	1001.10.00	Trigo duro	10.000 t	1º/jan a 31/dez	50%	-	Não Há
	2830.10.00	Sulfetos de sódio	6.000 t	1º/jan a 31/dez	100%	40%	400 t
	2917.37.00	Tereftalato de dimetila	35.000 t	1º/jan a 31/dez	100%	20%	1.000 t
	3206.11.00	Pigmentos e preparações à base de dióxido de titânio, contendo, em peso, 80% ou mais de dióxido de titânio, calculado sobre matéria seca, tamanho médio de partícula superior ou igual a 6 microns, com adição de modificadores (correspondente à NCM 3206.11.11)	20.000 t	1º/jan a 31/dez	50%	30%	2.000 t
	3206.11.00	Pigmentos e preparações à base de dióxido de titânio, contendo, em peso, 80% ou mais de dióxido de titânio, calculado sobre matéria seca, exceto tamanho médio de partícula superior ou igual a 6 microns, com adição de modificadores (correspondente à NCM 3206.11.19)	15.000 t	1º/jan a 31/dez	50%	30%	1.500 t
	3903.19.10	Poliestireno de uso geral (GPPS)	4.000 t	1º/jan a 31/dez	60%	25%	Não Há
	3907.60.00	Tereftalato de polietileno	6.000 t	1º/jan a 31/dez	70%	25%	500 t
	3920.20.10	Outras chapas, folhas, tiras, fitas e películas de polipropileno	2.000 t	1º/jan a 31/dez	60%	30%	50 t

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TABELA IV - Acordo de Complementação Econômica n° 55, entre Mercosul e México - setor automotivo

Versão SH	NALADI/SH	Descrição / Observações sobre o produto	Cota	Margem de Preferência	
				Intracota	Extracota
2002	8703.21.00 8703.22.00 8703.23.00 8703.24.00 8703.31.00 8703.32.00 8703.33.00 8703.90.00 8704.21.00 8704.22.00 8704.31.00 8704.32.00	Automóveis de passageiros e outros veículos automóveis principalmente concebidos para o transporte de pessoas (exceto os da posição 8702), incluídos os veículos de uso misto (station wagons) e os automóveis de corrida. Veículos automóveis para transporte de mercadorias	De 19/3/2015 a 18/3/2016: US$ 1,560 bilhão. De 19/3/2016 a 18/3/2017: US$ 1,606.800 bilhão. De 19/3/2017 a 18/3/2018: US$ 1,740.654 bilhão. A partir de 19/3/2019: livre comércio.	100%	-

TABELA V - Acordo De Complementação Econômica nº 59, entre Mercosul, Colômbia, Equador e Venezuela

NALADI/SH	Descrição / Observações sobre o produto	Cota	Vigência Anual	Margem de Preferência		Limite máximo inicial por empresa
				Intracota	Extracota	
6115.19.90	Meias-calças, meias de qualquer espécie e artefatos semelhantes, incluídas as meias para varizes, de malha: Outras (meias-calças, não de fibras sintéticas, não de lã ou pelos finos) De malha não elástica, sem borracha	A) Cota não cumulativa de US$ 1.200.000 em conjunto para os códigos NALADI 6115.19.90, 6115.20.10, 6115.20.90, 6115.91.00, 6115.92.00, 6115.93.90 e 6115.99.90, com aproveitamento máximo de US$ 600.000 por código NALADI. B) "Panties" (roupa interior feminina) 100% algodão ou algodão lycra. Cota não cumulativa de US$ 750.000 em conjunto com o produto "meias para homem 100% algodão" do código NALADI 6115.92.00, com aproveitamento máximo de US$ 250.000 por código NALADI.	1º/jan a 31/dez	100%	40%	A) US$ 60.000,00 B) US$ 25.000,00
6115.20.10	Meias acima do joelho e meias até o joelho, de senhora, de título inferior a 67 decitex por fio simples: De fibras sintéticas ou artificiais De malha não elástica, sem borracha	Ver código NALADI 6115.19.90	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 60.000,00
6115.20.90	Meias acima do joelho e meias até o joelho, de senhora, de título inferior a 67 decitex por fio simples: Outros De malha não elástica, sem borracha	Ver código NALADI 6115.19.90	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 60.000,00
6115.91.00	Outros: De lã ou de pêlos finos De malha não elástica, sem borracha	Ver código NALADI 6115.19.90	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 60.000,00
6115.92.00	Outros: De algodão De malha não elástica, sem borracha	Ver código NALADI 6115.19.90	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 60.000,00
	Outros: De algodão Meias para homem 100% algodão	Cota anual não cumulativa de US$ 750.000 em conjunto com o produto "panties" (roupa interior feminina) 100% algodão ou algodão-lycra, com aproveitamento máximo de US$ 250.000 por código NALADI.	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6115.93.90	Outros: De fibras sintéticas (não para varizes) De malha não elástica, sem borracha.	Ver código NALADI 6115.19.90	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 60.000,00
6115.99.90	Outros: De outras matérias têxteis (não de fibras sintéticas) De malha não elástica, sem borracha.	Ver código NALADI 6115.19.90	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 60.000,00
6202.11.00	De lã ou de pêlos finos	Cota não cumulativa de US$ 250.000 em conjunto para os códigos NALADI 6202.11.00, 6204.21.00, 6204.31.00, 6204.33.00, 6204.39.10, 6204.39.90, 6204.51.00, 6204.53.00, 6204.61.00, 6204.69.90, 6206.40.00, 6209.30.00 e 6211.12.90	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6202.12.00	De algodão	Cota não cumulativa de US$ 450.000 em conjunto para os códigos NALADI 6202.12.00, 6202.92.00, 6204.22.00, 6204.32.00, 6204.42.00, 6204.52.00, 6204.62.00, 6206.30.00, 6209.20.00 e 6211.42.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6202.92.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6203.22.00	De algodão	Cota não cumulativa de US$ 1.000.000 em conjunto para os códigos NALADI 6203.22.00, 6203.32.00, 6203.42.00 e 6211.32.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 100.000,00
6203.32.00	De algodão Inclusive "americanas"	Ver código NALADI 6203.22.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 100.000,00
6203.42.00	De algodão	Ver código NALADI 6203.22.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 100.000,00
6204.21.00	De lã ou de pêlos finos	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.22.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6204.31.00	De lã ou de pêlos finos	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.32.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6204.33.00	De fibras sintéticas	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.39.10	De fibras artificiais	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.39.90	Outros	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.42.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6204.51.00	De lã ou de pêlos finos	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.52.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.53.00	De fibras sintéticas Saias	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.61.00	De lã ou de pêlos finos	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6204.62.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6204.69.90	Outros	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6205.20.00	De algodão	Cota não cumulativa de US$ 180.000 em conjunto para os códigos NALADI 6205.20.00, 6207.11.00 e 6207.91.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 18.000,00
6205.30.00	De fibras sintéticas ou artificiais	US$ 200.000	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 20.000,00
6206.30.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6206.40.00	De fibras sintéticas ou artificiais Blusas	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40% para blusas fora da cota	US$ 25.000,00
6207.11.00	De algodão	Ver código NALADI 6205.20.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 18.000,00
6207.91.00	De algodão	Ver código NALADI 6205.20.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 18.000,00
6209.20.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6209.30.00	De fibras sintéticas Casacões e casacos; saias; blusas	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40% para casacões e casacos, saias e blusas fora da cota	US$ 25.000,00
6211.12.90	Outros	Ver código NALADI 6202.11.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 25.000,00
6211.32.00	De algodão	Ver código NALADI 6203.22.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 100.000,00
6211.42.00	De algodão	Ver código NALADI 6202.12.00	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 45.000,00
6214.90.00	De outras matérias têxteis De algodão	Cota não cumulativa de US$ 150.000	1º/jan a 31/dez	100%	40%	US$ 15.000,00

."

Art. 3º Ficam revogados os artigos 64 e 133 da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011.

Art. 4º Fica aprovada a 2ª edição do Manual de Anexação, de que trata o art. 257-A, §1º, da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, cujos arquivos digitais encontram-se disponíveis na página eletrônica do Siscomex, no endereço www.siscomex.gov.br.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARTELETO GODINHO

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO DA PRODUÇÃO

CONSULTA PÚBLICA Nº 35, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Secretário do Desenvolvimento da Produção do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, de acordo com os artigos 8º e 9º da Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 170, de 4 de agosto de 2010, torna pública a proposta de alteração do Processo Produtivo Básico - PPB de MONITOR DE SINAIS BIOLÓGICOS E CABO COM SENSOR DE SINAIS BIOLÓGICOS.

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

O texto completo está disponível no sítio da Secretaria do Desenvolvimento da Produção, no endereço:

http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=2&menu=3335

As manifestações deverão ser encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta no Diário Oficial da União, a todos os seguintes e-mail: cgel.ppb@mdic.gov.br, mcti.ppb@mct.gov.br e cgapi@suframa.gov.br.

CARLOS AUGUSTO GRABOIS GADELHA

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 987, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº. 273, de 27 de abril de 2009, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 581ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base nos elementos constantes no Processo nº 02501.001376/2005-39,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 1º Revogar, a partir de 28 de julho de 2015, a Resolução nº. 338, de 23 de junho de 2008, publicada no Diário Oficial da União em 03 de julho de 2008, seção 1, página 84, a qual outorgou a VCP-MS Celulose Sul Mato Grossense Ltda. o uso de recursos hídricos no rio Paraná, com a finalidade de combate a incêndio, no Município de Três Lagoas - MS, em virtude de os usos pleiteados serem considerados de pouca expressão e, portanto, independerem de outorga, conforme disposto na Resolução ANA nº. 1.175, de 16 de setembro de 2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 24 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere à Portaria nº 100, de 23/05/2013, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA em sua 581ª Reunião Ordinária, realizada em 24 de agosto de 2015, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, resolveu outorgar à:

Nº 985 - Bioenergética Vale do Paracatu S.A., rio Preto, Município de Unaí/Minas Gerais, irrigação.

Nº 986 - Aqua Viva Agropecuária Organikum Ltda, rio Piranhas-Açu, Município de Carnaubais/Rio Grande do Norte, aquicultura.

Nº 988 - Tecnocell Industrial Ltda., rio Piraí, Município de Piraí/Rio de Janeiro, indústria.

Nº 989 - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio Verde Grande, Município de Montes Claros/Minas Gerais, abastecimento Público.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÃO Nº 990, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu emitir a outorga preventiva à:

União, por intermédio do Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA, Reservatório da UHE Igarapava (rio Grande), Município de Rifaina/São Paulo, aquicultura.

O inteiro teor da Resolução de outorga preventiva, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÃO Nº 992, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº. 273, de 27 de abril de 2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º de fevereiro de 2010, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2010, e nos elementos constantes no Processo nº 02501.001101/2015-77, resolveu:

Art. 1º Revogar, a partir de 15 de abril de 2015, a linha 113 do Anexo I da Resolução ANA nº 860, de 16 de dezembro de 2011, publicada no Diário Oficial da União em 28 de dezembro de 2011, Seção 1, página 80, a qual outorgou a Jebson da Silva FI o direito de uso de recursos hídricos no rio Pomba, com a finalidade de mineração, declaração de uso no CNARH nº. 63179, no Município de Leopoldina - MG, por motivo de desistência do interessado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

RESOLUÇÕES DE 27 DE AGOSTO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO da AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da competência a que se refere a Resolução nº 273, de 27/04/2009, torna público que o DIRETOR JOÃO GILBERTO LOTUFO CONEJO, com fundamento no art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução nº 6, de 1º/02/2010, publicada no DOU de 3/02/2010, resolveu outorgar à:

Nº 991 - Antônio Avânio Feitosa, rio São Francisco, Município de Belo Monte/Alagoas, irrigação.

Nº 993 - Clodomir I S Crespo-Me, rio Muriaé, Município de Campos dos Goytacazes/Rio de Janeiro, mineração.

Nº 994 - Construtora OAS S.A., rio São Bartolomeu, Município de Luziânia/Goiás, indústria.

Nº 995 - AAT International Ltda., Reservatórios da UHE's de Moxotó e Paulo Afonso I e II, Município de Paulo Afonso/Bahia, aquicultura.

Nº 996 - Santa Vitoria Acucar e Alcool Ltda, Reservatório da UHE São Simão (rio Paranaíba), Município de Santa Vitória/Minas Gerais, irrigação.

Nº 997 - João Rodrigues Soares Neto, rio São Francisco, Município de Xique-Xique/Bahia, irrigação.

Nº 998 - Lucas Luenmerson Ramalho da Silva, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/Pernambuco, irrigação.

Nº 999 - Marco Antonio Galo ME, Reservatório da UHE Caconde (rio Pardo), Município de Poços de Caldas/Minas Gerais, mineração.

Nº 1.000 - Martins Horôncio da Silva, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 1.001 - Grandhis Artefatos de Concreto Ltda ME, rio Sapucaí, Município de Altinópolis/São Paulo, mineração.

Nº 1.002 - Fazenda Santa Helena Agropecuaria Ltda, Reservatório da UHE Furnas (rio Grande), Município de Alfenas/Minas Gerais, irrigação e criação animal.

Nº 1.003 - Edvaldo da Costa Mello e Everaldo da Costa Mello, rio Parnaíba, Município de Floriano/Piauí, esgotamento sanitário.

Nº 1.004 - Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, rio Camanducaia, Município de Camanducaia/Minas Gerais, abastecimento público e esgotamento Sanitário.

Nº 1.005 - Almir Domingo Miotti, Reservatório da UHE Batalha (ribeirão do Cristal), Município de Cristalina/Goiás, irrigação.

Nº 1.006 - Antonio Alexandre Luizotti, rio Mogi-Guaçu, Município de Leme/São Paulo, aquicultura.

Nº 1.007 - Benedito Batista da Silva, rio Jaguari Mirim, Município de Andradas/Minas Gerais, dessedentação animal e esgotamento sanitário.

Nº 1.008 - Renato Chicon Silva, rio Parnaíba, Município de Miguel Alves/Piauí, irrigação.

Nº 1.009 - Consórcio Pavotec - Vilasa - EPC, rio São Francisco, Município de Propriá/Sergipe, indústria.

Nº 1.010 - Vanádio de Maracás S.A, Reservatório UHE de Pedra (rio de Contas), Município de Maracás/Bahia, mineração.

Nº 1.011 - Ricardo dos Santos Miranda, Reservatório da UHE Sobradinho (rio São Francisco), Município de Casa Nova/Bahia, irrigação.

Nº 1.012 - Abrahão Pires Pereira, açude riacho do Paulo, Município de Livramento de Nossa Senhora/Bahia, irrigação.

Nº 1.013 - Gonçalo José Pereira, açude riacho do Paulo, Município de Livramento de Nossa Senhora/Bahia, irrigação.

Nº 1.014 - Sebastião Lima de Caires, açude riacho do Paulo, Município de Livramento de Nossa Senhora/Bahia, irrigação.

O inteiro teor das Resoluções de outorga, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

RODRIGO FLECHA FERREIRA ALVES

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

DELIBERAÇÃO Nº 540, DE 21 DE JULHO DE 2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 14, inciso III, e no art. 15 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 413, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1° Conceder à Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., CNPJ 60.883.329/0001-70, a renovação da Autorização nº 71-A/2015, para acesso à amostra de componente do patrimônio genético brasileiro para as finalidades de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "BIO 1005", e seu termo aditivo, constante nos autos do Processo nº 02000.001117/2006-30, observado o disposto na Medida Provisória n° 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no Decreto n° 3.945, de 28 de setembro de 2001, a partir de 22 de abril de 2015 e por mais 2 (dois) anos, a contar da data desta publicação.

§ 1º Considera-se renovada a Autorização n° 71/2012, concedida por meio da Deliberação n° 290, de 14 de fevereiro de 2012.

§ 2º A decisão do CGEN levou em consideração a decisão constante do processo judicial n° 0021670-88.2012.403.6100, e considerou que o acesso ao conhecimento tradicional associado contido no objeto da Autorização nº 71/2012 está finalizado e a solicitação será arquivada.

Art. 2° Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Aditivo do Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios - CURB, registrado neste Conselho sob nº 34/2012, apresentado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Art. 3º As informações constantes do Processo nº 02000.001117/2006-30, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 542, DE 21 DE JULHO DE 2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 14, inciso III, e no art. 15 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 413, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1° Conceder à Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda., CNPJ 60.883.329/0001-70, a renovação da Autorização nº 62-A/2015, para acesso à amostra de componente do patrimônio genético brasileiro para a finalidade de desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "DT 1002", constante nos autos do Processo nº 02000.002916/2005-42, observado o disposto na Medida Provisória n° 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no Decreto n° 3.945, de 28 de setembro de 2001, a partir de 20 de dezembro de 2013 e por mais 2 (dois) anos, a contar da data desta publicação.

Parágrafo único. Considera-se renovada a Autorização n° 062/2011, concedida por meio da Deliberação n° 275, de 19 de julho de 2011.

Art. 2° Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere anuência ao Projeto de Repartição de Benefícios apresentado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos de acordo com a Resolução CGEN nº 40, de 27 de fevereiro de 2013.

§ 1º O Projeto de Repartição de Benefícios a que se refere o caput deste artigo possui, em síntese, as seguintes características:

I - número de registro no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: 22/2015;

II - proponente: Natura Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda.;

III - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação; e

IV - fundamento legal: arts. 1º e 2º da Resolução CGEN nº 40, de 27 de fevereiro de 2013, e, por analogia, aos termos dos arts. 16, § 4º; 27 a 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º As informações constantes do Processo nº 02000.002916/2005-42, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 543, DE 21 DE JULHO DE 2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 14, inciso III, e no art. 15 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 413, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder à Beraca Ingredientes Naturais S.A., CNPJ 21.042.390/0001-32, a Autorização nº 266/2015, para acesso à amostra de componente do patrimônio genético brasileiro para a finalidade de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "Projeto Beraca de Biodiversidade Brasileira 13.15", constante nos autos do Processo nº 02000.000726/2015-62, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória n° 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no art. 8° do Decreto n° 3.945, de 28 de setembro de 2001, pelo prazo de 5 (cinco) anos a contar da data desta publicação.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético confere, ainda, anuência ao Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefícios - CURB apresentado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos, nos termos do art. 29 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001.

Parágrafo único. O Contrato a que se refere o caput deste artigo possui, em síntese, as seguintes características:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

I - número de registro no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: 173/2015;

II - contratado: Proprietários de área privada no município de Igarapé-Miri/PA e associação sediada no estado do Pará;

III - contratante: Beraca Ingredientes Naturais S.A.;

IV - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação; e

V - fundamento legal: arts. 16, § 4º; 27 a 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

Art. 3º As informações constantes do Processo nº 02000.000726/2015-62, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 544, DE 21 DE JULHO DE 2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 14, inciso III, e no art. 15 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 413, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder à Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ, CNPJ 33.781.055/0001-35, a Autorização nº 267/2015, para acesso à amostra de componente do patrimônio genético brasileiro para as finalidades de bioprospecção e desenvolvimento tecnológico, de acordo com os termos do projeto intitulado "Desenvolvimento de um fitomedicamento à base de espécie da família Asteraceae", constante nos autos do Processo nº 02000.002406/2014-66, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e na Resolução CGEN nº 35, de 27 de abril de 2011. A Autorização terá prazo de 4 (quatro) anos a contar da data desta publicação.

Art. 2º Por meio desta Deliberação, o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético dispensa a apresentação do Termo de Anuência Prévia e confere anuência ao Projeto de Repartição de Benefícios apresentado no âmbito do processo em epígrafe, para que produza os efeitos jurídicos de acordo com a Resolução CGEN nº 40, de 27 de fevereiro de 2013.

§ 1º O Projeto de Repartição de Benefícios a que se refere o caput deste artigo possui, em síntese, as seguintes características:

I - número de registro no Conselho de Gestão do Patrimônio Genético: 23/2015;

II - proponente: Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ;

III - objeto: repartição de benefícios oriundos do projeto mencionado no art. 1º desta Deliberação; e

IV - fundamento legal: arts. 1º e 2º da Resolução CGEN nº 40, de 27 de fevereiro de 2013, e, por analogia, aos termos dos arts. 16, § 4º; 27 a 29, da Medida Provisória nº 2.186-16, de 2001.

§ 2º O CGEN determinou que por ocasião da apresentação do relatório seja detalhada a realização das alocações dos recursos oriundos da repartição de benefícios.

Art. 3º As informações constantes do Processo nº 02000.002406/2014-66, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 546, DE 21 DE JULHO DE 2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 14, inciso III, e no art. 15 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 413, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Postergar a apresentação do projeto de repartição de benefícios, previsto na Resolução nº 40/2013, pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, CNPJ 00.348.003/0001-10, até o início do desenvolvimento tecnológico ou o depósito de pedido de patente, no âmbito do processo nº 02000.001256/2014-73, referente ao projeto intitulado "Aproveitamento dos co-produtos provenientes do processamento [de matérias-primas de espécie da Família Arecaceae] como ingredientes para as indústrias alimentícia e de cosméticos", incluído no portfólio de projetos da Autorização Especial de Acesso e de Remessa de Amostra de Componente do Patrimônio Genético para fins de Bioprospecção nº 001-B/2013, em analogia aos termos previstos para postergação do CURB nos §§ 4º e 5º do artigo 9º-D do Decreto nº 3.945/2001.

Art. 2º As informações constantes do Processo nº 02000.001256/2014-73, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 548, DE 22 DE JULHO DE 2015

A PRESIDENTE DO CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO faz saber que o Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso das competências que lhe foram conferidas pela Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e pelo Decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001, tendo em vista o disposto no art. 14, inciso III, e no art. 15 do seu Regimento Interno, publicado por meio da Portaria nº 413, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Art. 1º Conceder a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa, CNPJ 00.348.003/0001-10, a Renovação de Autorização Especial nº 001-C/2015, para acesso a amostras de componentes do patrimônio genético brasileiro para a finalidade de bioprospecção, observado o disposto no art. 16 da Medida Provisória n° 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e no art. 9°-D do Decreto n° 3.945, de 28 de setembro de 2001.

§1º O prazo de duração da Renovação de Autorização Especial nº 001-C/2015 corresponde ao período de 22 de janeiro de 2015 a 21 de janeiro de 2017.

§2º Considera-se renovada a Autorização Especial n° 001-B/2013, concedida por meio da Deliberação n° 381, de 24 de julho de 2013.

Art. 2º A renovação de autorização de que trata o artigo 1º desta Deliberação não se aplica ao processo nº 02000.000846/2009-11, anexo V da Autorização Especial nº 001-B/2013, o qual encontra-se sob diligência e será apreciado em apartado pelo Conselho de Gestão do Patrimônio Genético.

Art. 3º As informações constantes dos processos anexos da Autorização Especial nº 001-B/2013, incluindo o Processo nº 02000.002921/2008-06, embora não transcritas aqui, são consideradas partes integrantes deste documento.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CRISTINA BARROS

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

SECRETARIA DE ORÇAMENTO FEDERAL

PORTARIA Nº 47, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO FEDERAL, tendo em vista o disposto no art. 7º, caput, e inciso III, do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e a delegação de competência de que trata o art. 2º, inciso II, da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, resolve:

Art. 1º Ajustar o detalhamento constante dos Anexos I e II da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTHER DWECK

ANEXO I

REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO - PAC (RP 3)
(Anexo II da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
51000	Ministério do Esporte	8.000.000
TOTAL		8.000.000

Inclui recursos de todas as fontes.

ANEXO II

ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO - DESPESAS DISCRICIONÁRIAS (RP 2)
(Anexo I da Portaria MP nº 168, de 22 de maio de 2015)
R$ 1,00

ÓRGÃOS		Disponível
51000	Ministério do Esporte	8.000.000
TOTAL		8.000.000

Inclui recursos de todas as fontes.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHO DO COORDENADOR-GERAL
Em 28 de agosto de 2015

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0331/2015 de 25/08/2015, 0334/2015 de 26/08/2015 e 0339/2015 de 27/08/2015, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46094002149201517 Empresa: SAMPAIO CORREA FUTEBOL CLUBE Prazo: 15 Mês(es) Estrangeiro: CRYSTAL ERIN BRADFORD Passaporte: 504230798 Mãe: FAYE BRADFORD Pai: DWAYNE SCOTT; Processo: 46094002148201572 Empresa: SAMPAIO CORREA FUTEBOL CLUBE Prazo: 15 Mês(es) Estrangeiro: ERICA K WHEELER Passaporte: 511557463 Mãe: MELISSA COOPER Pai: ERIC WHEELER; Processo: 46094002147201528 Empresa: AMERICA ESPORTE CLUBE Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: JAMES PAUL BOONSTOPPEL Passaporte: M9674532 Mãe: ROSEMARY BOONSTOPPEL Pai: MICHAEL JAMES BOONSTOPPEL; Processo: 46094002137201592 Empresa: ASSOCIACAO SOCIAL E ESPORTIVA SADA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: FREDERIC WINTERS Passaporte: GA668650 Mãe: MARGARET ANNE PAJAK Pai: BARRY ARTHUR WINTERS.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 46215015493201552 Empresa: FERNANDA COSTA MELO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Juana Guzman Aybar Passaporte: SC6476184 Mãe: santa maria rosa elena de jesus Pai: casimiro guzman vallejo; Processo: 46205011017201581 Empresa: WINBRAS INCORPORACOES SOCIEDADE DE PROPOSITO ESPECIFICO SPE LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FRANCISCO JOSE CAMPOS PEREZ Passaporte: AAD293728 Mãe: FINA PÉREZ CALLES Pai: FRANCISCO CAMPOS BERMEJO; Processo: 46094001883201569 Empresa: ZOOMLION BRASIL INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE MAQUINAS DE CONCRETO LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: DAQIAN XU Passaporte: G54351304 Mãe: LIU DAYA Pai: XU LIMEI; Processo: 47039008427201577 Empresa: ANDRE MEGUERDITCH ARAKELIAN Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRISANTA VELASQUEZ BACQUEL Passaporte: EB8134339 Mãe: ZENAIDA GUNDRAN VELASQUEZ Pai: JUANITO SABANGAN VELASQUEZ; Processo: 47039009128201550 Empresa: KITE SHOP COMERCIO DE ARTIGOS ESPORTIVOS LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO DIOGO BONTEMPO GAMELAS Passaporte: L683781 Mãe: MARIA MANUELA MAIS REDONDO BOMTEMPO Pai: LUIS ANTONIO GAMELAS DA SILVA MAIA; Processo: 47039008641201523 Empresa: LINDT & SPRUNGLI (BRAZIL) HOLDING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RONNIE GWADA Passaporte: X1895588 Mãe: ANITA STUDER Pai: PATRICK ADHURA GWADA; Processo: 47039008680201521 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VIJAY KUMAR LAKHERA Passaporte: G3104354 Mãe: Asha Lakhera Pai: Vinod Kumar Lakhera; Processo: 47039008692201555 Empresa: SONY COMPUTER ENTERTAINMENT DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE MARKETING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YUSUKE HIRATA Passaporte: TZ0683734 Mãe: MEGUMI HIRATA Pai: KENICHI HIRATA; Processo: 47039008693201508 Empresa: TSE INDUSTRIA DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YAEN JIN RYU Passaporte: M05748360 Mãe: CHAYEON PARK Pai: INMAN RYU; Processo: 47039008695201599 Empresa: SONY COMPUTER ENTERTAINMENT DO BRASIL COMERCIO E SERVICOS DE MARKETING LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOSHIYUKI KOIZUMI Passaporte: TK6373384 Mãe: SADAKO KOIZUMI Pai: KAZUYOSHI KOIZUMI; Processo: 47039008727201556 Empresa: KPMG TRANSACTION AND FORENSIC SERVICES LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHN PAUL CARTER Passaporte: 516647384 Mãe: PAULINE MARIE CARTER Pai: JOHN CARTER; Processo: 47039008744201593 Empresa: 4U CONSTRUCOES LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GONZALO MANUEL RUIZ ROA Passaporte: 1103986780 Mãe: NELY DOLORES ROA ANDRADE Pai: MANUEL RUIZ IZQUIERDO; Processo: 47039008751201595 Empresa: 4U CONSTRUCOES LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SERGIO GONTAN CARVAJAL Passaporte: BC494074 Mãe: MARIA CANDELAS CARVAJAL ALVAREZ Pai: JESUS MANUEL GONTAN JIMENEZ; Processo: 47039008758201515 Empresa: DIAMOND TOOLS BRASIL FERRAMENTAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YIXIONG FU Passaporte: G47568838 Mãe: SHUIHUA ZHANG Pai: GUOCHANG FU; Processo: 47039008761201521 Empresa: CONSTRUGOMES BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTÓNIO DA MOTA BARBOSA Passaporte: M557847 Mãe: MARIA DAS DORES ROCHA DA MOTA Pai: JOÃO GAMA BARBOSA; Processo: 47039008764201564 Empresa: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO GERENCIAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TIAGO ANDRÉ DOS SANTOS MARQUES Passaporte: N553034 Mãe: CRISTINA MARIA RAMALHINHO DOS SANTOS MARQUES Pai: ANDRE MARTINHO MARQUES; Processo: 47039008771201566 Empresa: BRITISH AMERICAN TOBACCO AMERICAS PRESTACAO DE SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUGO ANDRES HERNANDEZ HERRERA Passaporte: E795554 Mãe: OLGA MARIA HERRERA GONZALEZ Pai: JOSE HUGO HERNANDEZ GONZALEZ; Processo: 47039008767201506 Empresa: MCGRAW HILL FINANCIAL INFORMACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JAIME DOMINGUES HENRIQUES Passaporte: M818446 Mãe: MARIA DA GLORIA COELHO DOMINGUES Pai: JULIO RAIMUNDO HENRIQUES; Processo: 47039008770201511 Empresa: AD DIALETO AGENCIA DE PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CAROLINE ANNICK JEANNE BESANCON Passaporte: 10CL31348 Mãe: CATHERINE BESANCON Pai: JEAN PIERRE BESANCON; Processo: 47039008779201522 Empresa: BARRY CALLEBAUT BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARGUERITE BARDIN Passaporte: 14AI18253 Mãe: VERONIQUE WOOD Pai: PASCAL BARDIN; Processo: 47039008783201591 Empresa: KEC DO BRASIL COMERCIO E IMPORTACAO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS THIESSEN Passaporte: C2VX5VPYJ Mãe: SUSANNE FRANZ Pai: HEINRICH THIESSEN; Processo: 47039008786201524 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roberto Valenti Passaporte: YA0522475 Mãe: Elidia Arrabito Pai: Giovani Valenti; Processo: 47039008798201559 Empresa: ROYAL & SUNALLIANCE SEGUROS (BRASIL)S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Luke Anthony Hallett Passaporte: 099269069 Mãe: Patricia Dorothy Hallett Pai: Anthony William Hallet; Processo: 47039008801201534 Empresa: IHS INFORMACOES E INSIGHT LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sarai Cristina Parra Rojas Passaporte: 059773078 Mãe: Axa Vicenta Rojas Kovach Pai: Jose Dario Parra Andrade; Processo: 47039008810201525 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PYUNGIL YANG Passaporte: M60350998 Mãe: SUEOP PARK Pai: SUNGIL YANG; Processo: 47039008811201570 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGSEOK PARK Passaporte: M59075439 Mãe: SUNDEOK LIM Pai: HYOYEOL PARK; Processo: 47039008812201514 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HEE CHEA KANG Passaporte: M08503232 Mãe: SUNEOP PARK Pai: SANGYEOL KANG; Processo: 47039008813201569 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEUNG YOON JUN Passaporte: M09926292 Mãe: HUISUN KIM Pai: DONGHWI JUN; Processo: 47039008815201558 Empresa: SEIL ENG CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUNGKOOK KIM Passaporte: JN0622892 Mãe: SUNSIM HONG Pai: GYESAM KIM; Processo: 47039008817201547 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MASAHIRO FUJII Passaporte: MZ 1051152 Mãe: Hisako Fujii Pai: Kazuyuki Fujii; Processo: 47039008829201571 Empresa: BUNGE ALIMENTOS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RACHID ABBOU Passaporte: 13C139849 Mãe: El Hassani Zoubida Abbou Pai: Ornar Abbou; Processo: 47039008846201517 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIAOCHEN WANG Passaporte: E04092498 Mãe: SHUFEN ZHANG Pai: LINGFU WANG; Processo: 47039008857201599 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: XIANGHUA LI Passaporte: E36939584 Mãe: BAOZHEN YAN Pai: CHANGLIANG LI; Processo: 47039008862201500 Empresa: TOYO INK BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SATOTARO TANAKA Passaporte: TR 1348078 Mãe: SATOMI TANAKA Pai: RIHO TANAKA; Processo: 47039008869201513 Empresa: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: AUREL-DAN SELEGEAN Passaporte: 052920228 Mãe: VALENTINA PAL Pai: AUREL SELEGEAN; Processo: 47039008870201548 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ADITHYA RAMANAND PAI Passaporte: J2378425 Mãe: Preetham Pai: Ramanand Pai Bantwal; Processo: 47039008872201537 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Setu Nema Passaporte: H9547061 Mãe: Manjulata Nema Pai: Shashikant Nema; Processo: 47039008873201581 Empresa: BAYER S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIMONE OTTO Passaporte: C75C4TC7N Mãe: Gabriele Maria Otto Pai: Klaus-Dieter Christian Otto; Processo: 47039008890201519 Empresa: AMDOCS (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RAMESH REDDY KONAPA Passaporte: H6372179 Mãe: Konapa Bharathi Pai: Konapa Yagavendra Reddy; Processo: 47039008893201552 Empresa: SBM DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael Benoit David Aillaud Passaporte: 15AP14261 Mãe: Françoise Jacqueline Paule Mainet Pai: Serge Pierre Luc Aillaud; Processo: 47039008892201516 Empresa: HCL (BRAZIL) TECNOLOGIA DA INFORMACAO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KAFEEL AHMAD ANSARI Passaporte: H1018857 Mãe: AKHTAR JAHAN Pai: JAMEEL AHMAD ANSARI; Processo: 46094002133201512 Empresa: CERTA IMPORTACAO E COMERCIO DE PECAS E ACESSORIOS AUTOMOTIVOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KE WANG Passaporte: E00182411 Mãe: CHEN XIUYING Pai: WANG LIJUN; Processo: 47039008952201592 Empresa: DELOITTE TOUCHE TOHMATSU CONSULTORES LTDA. Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: LOIC RONAN FERRARI Passaporte: 08CH57021 Mãe: FRANCINE HELENE STEFFEN Pai: ANDRE ALFRED FERRARI.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039007272201551 Empresa: DRILLTEC SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RAUL ANTONIO QUINTANA Passaporte: AAA812685; Processo: 47039007274201541 Empresa: DRILLTEC SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAMES GREGORY MAINGOT Passaporte: 135382587; Processo: 47039007275201595 Empresa: DRILLTEC SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: STEFFEN TOBER Passaporte: C3JJ2F36F; Processo: 47039007277201584 Empresa: DRILLTEC SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FRANK HAMANN Passaporte: C0GHXG5W6; Processo: 47039007279201573 Empresa: DRILLTEC SERVICOS DE PERFURACAO LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIAN ARTHUR WOOD Passaporte: 099190972; Processo: 47039007968201588 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD ANDREW HINCHLIFFE Passaporte: 207260842; Processo: 47039007970201557 Empresa: EMBRAER S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JONATHAN MATTHEW NEWTON Passaporte: 109607604; Processo: 47039008122201565 Empresa: ROBERT BOSCH LIMITADA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOROTHEE GISELA BURGGRAEFIN UND GRAEFIN ZU DOHNA-SCHLOBITTEN Passaporte: C4TYFH5GM; Processo: 47039008133201545 Empresa: CSP - COMPANHIA SIDERURGICA DO PECEM Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAIHYUN JO Passaporte: M86787781; Processo: 46094001855201541 Empresa: VESTAS DO BRASIL ENERGIA EOLICA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE HENRIQUE MAGALHAES CARVALHO Passaporte: N571549; Processo: 47039008803201523 Empresa: SIMPRO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAURIZIO FORNARI Passaporte: YA7191389; Processo: 47039008865201535 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MARCO ZANATTA Passaporte: YA4347741; Processo: 47039008877201560 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOHN THOMAS WRIGHT IV Passaporte: 501044108; Processo: 47039008916201529 Empresa: EISENMANN DO BRASIL EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KARL-JOSEF OTTO Passaporte: C88XC3JJX; Processo: 47039008918201518 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOJCIECH TADEUSZ ZEMBURA Passaporte: EG4402671; Processo: 47039008919201562 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PAWEL MACIEJ SPIEWAK Passaporte: EH0236192; Processo: 47039008922201586 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JAN WAWRZOLA Passaporte: ED9150323; Processo: 47039008924201575 Empresa: DURR BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TOMASZ GRZEGORZ HANKIEWICS Passaporte: EA1875199; Processo: 47039008931201577 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RANJIT KUMAR PATHAK Passaporte: G6789593; Processo: 47039008945201591 Empresa: EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA. Prazo: até 01/01/2016 Estrangeiro: JOERG BALLA Passaporte: C7JT84W87; Processo: 47039008971201519 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VASILE GHEORGHE Passaporte: 086863184; Processo: 47039008973201516 Empresa: SNEF ENGENHARIA S/A Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZAMFIR VOICU Passaporte: 053010386; Processo: 47039008974201552 Empresa: PORSCHE CONSULTING LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANDREAS TORSTEN BAHKE Passaporte: C1VY06WLM; Processo: 47039008976201541 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XUEKUN LIU Passaporte: E06126956; Processo: 47039008978201531 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ZHANDONG YAO Passaporte: G59526644; Processo: 47039008980201518 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEJIA ZHANG Passaporte: G22894671; Processo: 47039008984201598 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FABRIZIO GARBARINO Passaporte: AA3884194; Processo: 47039008999201556 Empresa: NESTLE SUL - ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PIERRE BONHOMME Passaporte: 13DC79553; Processo: 47039009001201531 Empresa: NESTLE SUL - ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JULIEN BRYAN PIERRE-HENRI CLAUDE FERRER Y SANTA CREU Passaporte: 12AV22656; Processo: 47039009007201516 Empresa: FISERV DO BRASIL SOLUCOES FINANCEIRAS LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AVIK KUMAR DAS Passaporte: F9042353; Processo: 47039009018201598 Empresa: HALLIBURTON SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MEHDI SEBDANI MAZROOEE Passaporte: 498611806; Processo: 47039009029201578 Empresa: CONFAB INDUSTRIAL SOCIEDADE ANONIMA Prazo: até 01/07/2016 Estrangeiro: DANIEL ALEJANDRO DE ROSA Passaporte: AAB678849; Processo: 47039009033201536 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ERIC AUBREY PIETERSE Passaporte: M00040662; Processo: 47039009034201581 Empresa: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SYDNEY NOEL FORLEE Passaporte: A04386085; Processo: 47039009038201569 Empresa: CPM BRAXIS S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PRASHANTH HIRAHALLI MURALI Passaporte: K1591370; Processo: 47039009054201551 Empresa: CONSORCIO ANDRADE GUTIERREZ-CAMARGO CORREA - LINHA 5 - LILAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE MANUEL PRIETO RAMOS Passaporte: AAF035804; Processo: 47039009104201509 Empresa: AMBEV S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NICOLA ROTTOLI Passaporte: YA0074323.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 47041003533201515 Empresa: GARDLINE MARINE SCIENCES DO BRASIL S.A. Prazo: até 10/12/2015 Estrangeiro: AARON KYLE ROGERS Passaporte: 307869681 Estrangeiro: ABU BAKAR Passaporte: B0144814 Estrangeiro: ANGUS SANTOSO Passaporte: A4886943 Estrangeiro: ANTE DUBRAVAC Passaporte: 003695627 Estrangeiro: BENJAMIN JAMES CUDD Passaporte: 465499779; Processo: 47041003534201560 Empresa: GARDLINE MARINE SCIENCES DO BRASIL S.A. Prazo: até 10/12/2015 Estrangeiro: GORDON PETER KINCLA Passaporte: 511344597 Estrangeiro: THOMAS DARRELL KIBBEY Passaporte: 527937180 Estrangeiro: TIMOTHY PETER GODFREY Passaporte:

VERSÃO DE ASSINANTE DU

207796444; Processo: 47041003717201585 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Angelo Spada Passaporte: YA3067515 Estrangeiro: Eduardo Amirante Passaporte: AA06227227 Estrangeiro: Michele De Gaetano Passaporte: YA7048050 Estrangeiro: Valentino Schiano Di Zenise Passaporte: AA3594319; Processo: 47041003731201589 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: EDWIN MALLORCA TRONCO Passaporte: EB9295305; Processo: 47041003772201575 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SENTHURPANDIAN KATTURAJAN Passaporte: Z2024657; Processo: 47041003775201517 Empresa: FARSTAD SHIPPING S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SIGMUND HAMMERSLAND Passaporte: 31034723; Processo: 47041003776201553 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEWART NICHOLAS WILSON Passaporte: 099252879; Processo: 47041003788201588 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dimitrios Mares Passaporte: AI1574318; Processo: 47041003790201557 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD MICHAEL MATHERNE Passaporte: 454727916; Processo: 47041003789201522 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 28/01/2017 Estrangeiro: JON MIKKJAL HENRIKSEN Passaporte: 203134603; Processo: 47041003791201500 Empresa: V. SHIPS BRASIL S/A Prazo: até 26/07/2016 Estrangeiro: Krzysztof Wroblewski Passaporte: EG5138920; Processo: 47041003792201546 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PANAGIOTIS PATESTOS Passaporte: AI2066429; Processo: 47041003794201535 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: até 25/04/2017 Estrangeiro: Volodymyr Kukin Passaporte: EP206533; Processo: 47041003795201580 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Serhii Chavdar Passaporte: ET333430; Processo: 47041003796201524 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: IDAR CORNELIUS BOESTRAND Passaporte: 29221804 Estrangeiro: PATRICK JOHANNES KEIJLEWER Passaporte: NWLH00HK6; Processo: 47041003798201513 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: BJOERN FREDRIK NYSTROEM Passaporte: 85125162; Processo: 47041003799201568 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gumersindo Jr. Cervantes Navaja Passaporte: EC3835595; Processo: 47041003801201507 Empresa: RELIANCE SERVICOS MARITIMOS DO BRASIL LTDA Prazo: até 31/01/2016 Estrangeiro: MAURI ASLAK VAAHTERA Passaporte: 82756361; Processo: 47041003803201598 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Saul Laguador Placino Passaporte: EB6755344; Processo: 47041003804201532 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Peter Ash Passaporte: 720107040; Processo: 47041003805201587 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASIMIS ILIAS Passaporte: AI0243047 Estrangeiro: Christos Arvanitakis Passaporte: AH3749826 Estrangeiro: GERASIMOS MANDILAS Passaporte: AH2862003; Processo: 47041003806201521 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Melvin Samiano Sarreal Passaporte: EB4400737; Processo: 47041003807201576 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 01/09/2016 Estrangeiro: Daniel Roy Carroll Passaporte: 421914403; Processo: 47041003810201590 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALLAN DIZON GUEVARRA Passaporte: EB5269176; Processo: 47041003809201565 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Stavros Passadis Passaporte: AK2230714 Estrangeiro: Theofylaktos Saraptsis Passaporte: AM0642978; Processo: 47041003811201534 Empresa: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: até 01/07/2017 Estrangeiro: HENRIK ROBERT KRESS Passaporte: 86596020 Estrangeiro: STEVEN ALDO RYAN Passaporte: N7120790; Processo: 47041003812201589 Empresa: TEEKAY PETROJARL PRODUCAO PETROLIFERA DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Lynn Rebecca Mork Passaporte: 30972814; Processo: 47041003813201523 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Mohammed Abdel-Rahma M A Kadouk Passaporte: 0991926213 Estrangeiro: Scott Barr Passaporte: 521154752; Processo: 47041003814201578 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: THEODOR CRISTIAN STAN Passaporte: 052172175; Processo: 47041003815201512 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEMIR ASTAFOVIC Passaporte: 155035898; Processo: 47041003816201567 Empresa: DRAGABRAS SERVICOS DE DRAGAGEM LTDA Prazo: até 15/02/2016 Estrangeiro: JOSEPHUS JOHANNES RASENBERG Passaporte: NXBK20K10 Estrangeiro: PATRICK DRIESSENS Passaporte: EM240585; Processo: 47041003817201510 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Loreto Obusa Pepe Passaporte: EB9185055; Processo: 47041003818201556 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRAHAM ANTHONY WALKER Passaporte: 526223964; Processo: 47041003820201525 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 28/01/2017 Estrangeiro: JULIA CASADO Passaporte: 07AR40707; Processo: 47041003819201509 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 05/08/2016 Estrangeiro: IGOR TICAK Passaporte: 225013430; Processo: 47041003822201514 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 28/01/2017 Estrangeiro: DAVID JOSEPH LEWIS Passaporte: 510162809; Processo: 47041003828201591 Empresa: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: JAN FRANCISZEK KAWIECKI Passaporte: EB0527520; Processo: 47041003830201561 Empresa: CIA DE NAVEGACAO NORSUL Prazo: até 09/08/2016 Estrangeiro: Ratnesh Kumar Giri Passaporte: J9760561 Estrangeiro: Samir Kumar Jena Passaporte: G6514715; Processo: 47041003836201538 Empresa: ACAMIN NAVEGACAO E SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 19/06/2017 Estrangeiro: HEMANTKUMAR GOPALBHAI TANDEL Passaporte: H8162085 Estrangeiro: MAHENDRA YASHWANT SAWANT Passaporte: L2503226; Processo: 47041003831201513 Empresa: PETRODIN SERVICOS MARITIMOS E PETROLEO LTDA - ME Prazo: até 01/03/2017 Estrangeiro: KJELL HELGE LINDGREN Passaporte: 29446375; Processo: 47041003835201593 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIRCEA DANIEL PAUNESCU Passaporte: 15329954; Processo: 47041003834201549 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Dominic Talaguit Pagani Passaporte: EC4628821 Estrangeiro: Ruel Maliksi Manongsong Passaporte: EC3163723; Processo: 47041003838201527 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Marlow Gultiano Sarvida Passaporte: EC4522533; Processo: 47041003839201571 Empresa: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIP ERIC THOMAS STELLER Passaporte: NS97L3LJ3; Processo: 47041003841201541 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BERNARDUS ANTHONIUS JOHANNES VAN DEN BERG Passaporte: NS8F3FRL4 Estrangeiro: CORNELIS CONSTANT GERARDUS MARIA PRONK Passaporte: BW9468051 Estrangeiro: JELMER ADRIAAN URBANUS Passaporte: BYL2KK8P5 Estrangeiro: STANLEY STRIK Passaporte: NV390K660; Processo: 47041003840201504 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Vladimir Bondarenko Passaporte: 733144690.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039008155201513 Empresa: DRESSER-RAND DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JENNIE GUADALUPE ORELLANA Passaporte: 507920567; Processo: 47039008317201513 Empresa: CUATRECASAS, GONCALVES PEREIRA, CONSULTORIA EM NEGOCIOS LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PILAR VERONICA PRADOS PUCHADES Passaporte: AAH155162.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 47039009216201551 Empresa: REBOLA PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DAMIAN SIGUENZA Passaporte: 488840998 Estrangeiro: MARYANN SANTOS VIEIRA Passaporte: 528152635 Estrangeiro: SUEMYRA AYEESHA SHAH Passaporte: 488679244 Estrangeiro: TEREN DELVON JONES Passaporte: 517464405; Processo: 47039009185201539 Empresa: POPLOAD SERVICOS JORNALISTICOS S/S LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CHRIS ALEXANDER WOLFE HOLM Passaporte: 28703906 Estrangeiro: DAVID HOWARD HEILMAN Passaporte: 460170669 Estrangeiro: SONDRE LERCHE VAULAR Passaporte: 27330390; Processo: 47039009222201517 Empresa: ARTE RUMO PRODUCOES ARTISTICAS LTDA - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: MARTHA KATER Passaporte: 10AY49065 Estrangeiro: RODRIGO GUSTAVO COVACEVICH KARLEZI Passaporte: P00425460; Processo: 47039009154201588 Empresa: R & C EVENTOS, PROMOCOES E PUBLICIDADE LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BRANN TIMOTHY DAILOR Passaporte: 460538286 Estrangeiro: DARREN GRANT SANDERS Passaporte: 039730835 Estrangeiro: JASON DANIEL LUPEITUU Passaporte: 460746209 Estrangeiro: MICHAEL MORGAN HOWE Passaporte: 463766240 Estrangeiro: NORMAN PETER COSTA Passaporte: 422017361 Estrangeiro: PATRICK PHILIP BENTI JR Passaporte: 444329169 Estrangeiro: ROBERT WILSON DALLAS Passaporte: 490522495 Estrangeiro: RONALD ANGELO MUSARRA Passaporte: 488161759 Estrangeiro: TROY JAYSON SANDERS Passaporte: 518763063 Estrangeiro: WILLIAM BREEN KELLIHER Passaporte: 488161654 Estrangeiro: WILLIAM BRENT HINDS Passaporte: 488975122; Processo: 47039009149201575 Empresa: INSTITUTO INTERIOREM TERRAE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: SHEENA ALEXANDRA LYNCH Passaporte: GK868706; Processo: 47039009150201508 Empresa: INSTITUTO INTERIOREM TERRAE Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ROSARIO MUÑOZ MASSANAS Passaporte: AAF706558; Processo: 47039009218201541 Empresa: ASSOCIACAO DE CULTURA, EDUCACAO E ASSISTENCIA SOCIAL SANTA MARCELINA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JONATHAN MARK THORNE Passaporte: 458498353; Processo: 47039009156201577 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Bruno Tripoli Passaporte: YA8296165; Processo: 47039009159201519 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Dominic Andreas Limburg Passaporte: X1309428; Processo: 47039009162201524 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: TILMAN ANDREAS DR. HOPPSTOCK Passaporte: C5H7YXXY2; Processo: 47039009168201500 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Hani Song Passaporte: X3340039; Processo: 47039009179201581 Empresa: MISSISSIPI PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: ALAN WESTRUP HERTZ Passaporte: 488618614 Estrangeiro: SCOTT HENDERSON Passaporte: 488545411 Estrangeiro: TRAVIS JAMES CARLTON Passaporte: 039738212; Processo: 47039009172201560 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Katri Johanna Rusanen Kartano Passaporte: PY1811516; Processo: 47039009220201510 Empresa: 24BIT MANAGEMENT PRODUCOES MUSICAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: CARL DANIEL CRAIG Passaporte: 488499364; Processo: 47039009207201561 Empresa: 24BIT MANAGEMENT PRODUCOES MUSICAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DANUEL ROBERT TATE Passaporte: GC005068 Estrangeiro: MATHEW DAVID JONSON Passaporte: HG061485 Estrangeiro: PATRICK MICHAEL KEITH SIMPSON Passaporte: GC077940; Processo: 47039009208201513 Empresa: 24BIT MANAGEMENT PRODUCOES MUSICAIS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATHEW DAVID JONSON Passaporte: HG061485; Processo: 47039009188201572 Empresa: DIOGO ANDRADE TELES Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: RYAN KEIRAN WHARE Passaporte: N1878089; Processo: 47039009226201597 Empresa: OVERLOAD EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANDREW PAUL BAZINET Passaporte: 504704816 Estrangeiro: DANIEL JOSEPH PIZARRO Passaporte: 474175312 Estrangeiro: DAVID ANDREW MC KEE Passaporte: 505440413 Estrangeiro: GERALDO CASTILLO Passaporte: 533527098 Estrangeiro: JEFFREY ROBERT JARVIS JR Passaporte: 517615681 Estrangeiro: JOHN LUCAS BAAB Passaporte: 534230968 Estrangeiro: JOSEPH ANTHONY SECCHIAROLI Passaporte: 530425406 Estrangeiro: MARIUSZ DUDA Passaporte: AU5538599 Estrangeiro: MATEUSZ ADAM DUDAR Passaporte: AT 3419523 Estrangeiro: MICHAL KRZYSZTOF LAPAJ Passaporte: EC 7156173 Estrangeiro: MILTON ROBERTO MENDONÇA Passaporte: 522175073 Estrangeiro: PIOTR GRUDZINSKI Passaporte: EH 8662681 Estrangeiro: PIOTR WLODZIMIERZ KOZIERADZKI Passaporte: EE 7665961 Estrangeiro: STEVEN CARLOS PADIN Passaporte: 481113175; Processo: 47039009204201527 Empresa: SANDRO VITOR DE JESUS QUEIROZ - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: NEIL WILLIAM THOMSON Passaporte: 707701441; Processo: 47039009238201511 Empresa: OVERLOAD EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: GARRY MICHAEL NAPLES JR Passaporte: 508678103 Estrangeiro: LAWRENCE JOHN ROBERTS JR Passaporte: 531943540 Estrangeiro: MICHAEL C FELDMAN Passaporte: 455684220 Estrangeiro: NICOLE MILLER Passaporte: 515937494 Estrangeiro: PAUL AUGUST KUHR III Passaporte: 532529994 Estrangeiro: VITO JOSEPH MARCHESE Passaporte: 531739538

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 46215014706201529 Empresa: FORES DO BRASIL SISTEMAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: Fabio Cavina Passaporte: YA2463378 Mãe: Anna Samori Pai: Gian Luigi Cavina; Processo: 46212011331201575 Empresa: SNR ROLAMENTOS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: BRUNO GAUTHIER Passaporte: 11CA52935 Mãe: JEANINE GEORGETTE DE LA BORDE Pai: LUCIEN GAUTHIER; Processo: 47039008876201515 Empresa: AGRO NEW MAQUINAS AGRICOLAS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HELDER MANUEL MENDES ALVARENGA Passaporte: N594586 Mãe: Maria Isabel Pinto Mendes Alvarenga Pai: Antonio Pereira Cruz Alvarenga; Processo: 47039008878201512 Empresa: MITSUI & CO. (BRASIL) S.A. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RYO SAITO Passaporte: TR2519296 Mãe: Chiyoko Saito Pai: Koichi Saito; Processo: 47039008939201533 Empresa: BYD DO BRASIL LTDA. Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: FENBIAO YANG Passaporte: E10678800 Mãe: ERNU LIU Pai: ZHIHAI YANG; Processo: 47039009006201563 Empresa: ACBAR IMOVEIS - SPE - LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LUIS ACED VILLACAMPA Passaporte: AD499123 Mãe: PILAR VILLACAMPA JAVIERRE Pai: SEBASTIAN ACED ESPALLARGAS; Processo: 47039009041201582 Empresa: COTY BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAURENT FRANCOIS NIELLY Passaporte: 450676941 Mãe: CLAUDE DE MONTGOLFIER Pai: MICHEL NIELLY.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 47039001402201542 Empresa: TENSILE COMERCIO DE ELETRO-ELETRONICOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: CHAOBO ZHOU Passaporte: G39883345; Processo: 46094001215201531 Empresa: RESILIENCIA INTELIGENTE BRASIL EIRELI - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DEREK WILLIAM JACKSON Passaporte: 504018837; Processo: 46094001483201553 Empresa: WAN XIN IMPORTACAO CONFECCAO E COMERCIO DE ROUPAS E ARMARINHOS LTDA - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JING LI Passaporte: PA1365101; Processo: 46205010334201581 Empresa: OVERPOL BRASIL RECICLAGEM LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ENRICO PIAJA Passaporte: AA5932374; Processo: 46205010455201522 Empresa: CB EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FRANCESCO STELLATELLI Passaporte: YA6868224; Processo: 46094001811201511 Empresa: DTL PAN CONSULTORIA EM MODA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LILI PAN Passaporte: G31857281; Processo: 46094001803201575 Empresa: COMERCIAL CHALEX IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: XIONG CHEN Passaporte: E32990587; Processo: 46205011399201543 Empresa: XPRO ADMINISTRADORA DE OBRAS DE CONSTRUCAO LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Vitoldas Usaris Passaporte: 23016414; Processo: 46094001894201549 Empresa: ARIANO CONSTRUCOES LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LUCA RAMPOLDI Passaporte: YA6652799; Processo: 46094002112201599 Empresa: CASA DE VINHOS COMERCIO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: SARA BISCARO Passaporte: YA6952863; Processo: 47039008678201551 Empresa: TREVISI ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Andrea Francesca Trevisi Passaporte: AA1407421; Processo:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

47039008934201519 Empresa: CARRINHO EM CASA - INTERMEDIACOES DE SERVICOS DE ENTREGA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID GRANT RUSSELL Passaporte: 505634623; Processo: 47039008993201589 Empresa: CASA BRANCA ALUGUEIS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: DAVID DE LA CRUZ NUNEZ Passaporte: BA419059; Processo: 47039008998201510 Empresa: GIOVENZANA DO BRASIL INSTALACOES ELETROMECANICAS EIRELI - EPP Prazo: Indeterminado Estrangeiro: Paolo Matteo Maria Cavadini Passaporte: YA1259681; Processo: 47039009037201514 Empresa: ESTILONOX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS EM INOX LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSÉ TEIXEIRA MÃO-CHEIA Passaporte: N789313.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: TOSHIHIRO INOUE a exercer concomitantemente o cargo de Administrador na empresa EUROAMERICAN ADMINISTRACAO EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA. processo: 46094.001781/2015-43, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.030365/2012-18.

O Coordenador Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: MANUEL ANTONIO MENDES TEIXEIRA a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na empresa EMPRESA CONSTRUTORA BRASIL SA processo: 47039.008881/2015-28, anteriormente autorizado através do Processo: 47039.008881/2015-28.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094002122201524 Empresa: Emilio Sanchez Martinez Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Emilio Sanchez Martinez Passaporte: 3769980; Processo: 47039008288201581 Empresa: BERNARD ROCHA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANA MARGARIDA DIAS FERNANDES Passaporte: L702871; Processo: 46094001734201508 Empresa: MARECHAL VESTIBULARES S/S LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARILDA DIAS DE OLIVEIRA Passaporte: NW68FHDK2; Processo: 47039007346201550 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUCIO DAVIDE COLOGNA Passaporte: YA7342555; Processo: 47039007347201502 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Davide Cascini Passaporte: YA4582613; Processo: 47039007348201549 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GIOELE CHIESA Passaporte: YA3422738; Processo: 47039007349201593 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Piero Castellanelli Passaporte: AA2938477; Processo: 47039007350201518 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RINO FANETTI Passaporte: YA3421045; Processo: 47039007487201572 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: VITTORINO BEZ Passaporte: YA4694391; Processo: 47039007489201561 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Leonardo Travaini Passaporte: AA2937424; Processo: 47039007490201596 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Stefano Fontana Passaporte: AA2864542; Processo: 47039007491201531 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Luca Doriguzzi Zordanin Passaporte: YA3269107; Processo: 47039007492201585 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Daniele Valt Passaporte: YA3269164; Processo: 47039007496201563 Empresa: HOLCIM (BRASIL) S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Vincenzo Paone Passaporte: YA1062923; Processo: 47039006619201549 Empresa: BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOAN BAPTISTA TAPIA BOIL Passaporte: PAA730993; Processo: 47039009051201518 Empresa: ALCHEMY SERVICOS DE MARKETING; EVENTOS E CONSULTORIA LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: AMBER JOHNSTON Passaporte: PA2278048.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: tornar sem efeito o deferimento do processo nº. 47039.006841/2015-41, Requerente: COMAU DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, Estrangeiro: GIUSEPPE SPAMPANATO, Passaporte: AA2111831, publicado no DOU nº. 163, de 26/08/2014, Seção 1, Página 57.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido, previsto no parágrafo 1º do art. 4º da Resolução Normativa n. 104, de 2013, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 46094.001750/2015-92, Empresa: CAMILLA TELLES PAIVA Estrangeiro: ALBERTO JOSE BEJARANO MORALES Passaporte: 053729044.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, resolve: não conhecer do pedido de reconsideração, em razão da intempestividade do pedido, previsto no parágrafo 1º do art. 4º da Resolução Normativa n. 104, de 2013, do Conselho Nacional de Imigração. Processo: 46215.008432/2015-39, Empresa: STEP COMPUTER ACADEMY SERVICOS DE TREINAMENTOS LTDA Estrangeiro: ANDRII KROKHIN Passaporte: EE873852.

RETIFICAÇÃO

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 133 de 15/07/2015, Seção 1, p. 55, Processo: 46094.001646/2015-06, onde se lê: Pai: HUANZHI WEI, leia-se: Pai: GUOSHUN FENG.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 142 de 28/07/2015, Seção 1, p. 111, Processo: 47039.007421/2015-82, onde se lê: Mãe: BETINNA NOTZON, leia-se: Mãe: WALBURGA BETTINA NOTZON.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 157 de 18/08/2015, Seção 1, p. 92, Processo: 47039.008028.2015-14, onde se lê: Pai: DONALD DIONIOSIO JUAREZ OVIEDO, leia-se: Pai: DONALD DIONICIO JUAREZ OVIEDO.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, a retificação publicada no DOU nº. 157 de 18/08/2015, Seção 1, p. 99, onde se lê: Processo: 47041.006725/2015-22, leia-se: Processo: 47039.006725/2015-22.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, a retificação publicada no DOU nº. 157 de 18/08/2015, Seção 1, p. 99, onde se lê: Processo: 47039.007621/2015-84, leia-se: Processo: 47039.007621/2015-35.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 145 de 31/07/2015, Seção 1, p. 88, Processo: 46201.004885/2015-45, onde se lê: Requerente: ASTRAL BRASIL AGENCIA DE VIAGENS, TURISMO E EVENTOS LTDA - ME, leia-se: Requerente: ASTRAL AGÊNCIA DE VIAGENS LTDA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 136 de 20/07/2015, Seção 1, p. 124, Processo: 47039.006848/2015-63, onde se lê: Estrangeiro: GUILHERMO ANTONIO FIGUERO REQUENA, leia-se: Estrangeiro: GUILLERMO ANTONIO FIGUEROA REQUENA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 136 de 20/07/2015, Seção 1, p. 122, Processo: 47039.007574/2015-20, onde se lê: Prazo: 4 Ano(s), leia-se: Prazo: 2 Ano(s).

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 160 de 21/08/2015, Seção 1, p. 160, Processo: 47039.008543/2015-96, onde se lê: Passaporte: AAC836743, leia-se: Passaporte: AAC836746.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHO DA COORDENADORA-GERAL
Em 28 de agosto de 2015

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.002759/2011-32	22600280	Acre Beer Distribuidora de Bebidas Importação e Exportação	AC
2	46200.002749/2011-05	22600299	Acre Beer Distribuidora de Bebidas Imporação e Exportação	AC
3	46201.000521/2002-71	6882382	SESC - Administração Regional no Estado de Alagoas	AL
4	46201.000720/2013-32	200135767	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - Uncisal	AL
5	46201.000722/2013-21	200135741	Universidade Estadual de Ciências da Saúde de Alagoas - Uncisal	AL
6	46201.009104/2012-66	24910805	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária	AL
7	46202.005882/2013-57	200378171	Transportes São José Ltda.	AM
8	46202.005883/2013-00	200378147	Transportes São José Ltda.	AM
9	46202.005884/2013-46	200378104	Transportes São José Ltda.	AM
10	46202.019951/2011-48	20624603	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
11	46202.019952/2011-92	20624611	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
12	46202.019953/2011-37	20624620	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
13	46202.019954/2011-81	20624698	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
14	46202.019955/2011-26	20624646	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
15	46202.019956/2011-71	20624654	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
16	46202.019957/2011-15	20624662	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
17	46202.020002/2011-19	20624194	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
18	46202.020005/2011-44	20624123	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
19	46202.020006/2011-99	20624131	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
20	46202.020007/2011-33	20624158	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
21	46202.020017/2011-79	20629095	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
22	46202.020018/2011-13	20629184	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
23	46202.020019/2011-68	20629087	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
24	46202.020020/2011-92	20629109	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
25	46202.020022/2011-81	20629133	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
26	46202.020024/2011-71	20629150	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
27	46202.020025/2011-15	20629141	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
28	46202.020026/2011-60	20629168	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
29	46202.021693/2013-21	201315939	Kaiamba Comercio de Produtos de Beleza e Higiene Ltda -	AM
30	46202.021772/2012-51	17906920	Nissin Brake Do Brasil Ltda	AM
31	46202.019950/2011-01	20624590	Senso Engenharia e Comércio Ltda.	AM
32	46017.002393/2012-50	24204250	Ernesto Dias Filho	BA
33	46017.002395/2012-49	24204919	Ernesto Dias Filho	BA
34	46017.002396/2012-93	24204242	Ernesto Dias Filho	BA
35	46017.002397/2012-38	24204897	Ernesto Dias Filho	BA
36	46017.002398/2012-82	24204889	Ernesto Dias Filho	BA
37	46017.002399/2012-27	24204935	Ernesto Dias Filho	BA
38	46017.002401/2012-68	24204900	Ernesto Dias Filho	BA
39	46017.002403/2012-57	24203769	Ernesto Dias Filho	BA
40	46017.002404/2012-00	24203785	Ernesto Dias Filho	BA
41	46017.002405/2012-46	24203777	Ernesto Dias Filho	BA
42	46017.002406/2012-91	24204234	Ernesto Dias Filho	BA
43	46017.002407/2012-35	24204986	Ernesto Dias Filho	BA
44	46017.002408/2012-80	24205001	Ernesto Dias Filho	BA
45	46017.002409/2012-24	24204994	Ernesto Dias Filho	BA
46	46017.002410/2012-59	24204960	Ernesto Dias Filho	BA
47	46204.005641/2010-45	20859295	Fundação ABM De Pesquisa e Extensão Na Área da Saúde - Fabamed	BA
48	46281.002593/2009-87	19588615	Jose Raimundo Gonçalves De Jesus - EPP	BA
49	46783.000308/2009-32	18768601	Fibria Celulose S.A.	BA
50	46783.000309/2009-87	18768610	Fibria Celulose S.A	BA
51	46783.000311/2009-56	18768580	Fibria Celulose S.A.	BA
52	46783.000313/2009-45	18768547	Fibria Celulose S/A	BA
53	46783.000314/2009-90	18768539	Fibria Celulose S.A	BA
54	46783.000315/2009-34	18768091	Fibria Celulose S.A.	BA
55	46783.000312/2009-09	18768555	Fibria Celulose S.A	BA
56	46783000310/2009-10	18768598	Fibria Celulose S.A.	BA
57	46783.000319/2009-12	18768512	Fibria Celulose S.A.	BA
58	46017.002394/2012-02	24204870	Ernesto Dias Filho	BA
59	46017.002402/2012-11	24204927	Ernesto Dias Filho	BA
60	46205.019650/2011-94	20337027	M.Dias Branco S.A Comercio Industria	CE
61	46206.007457/2013-62	7852894	Jose Huilton Pereira Xavier ME	DF
62	46287.000101/2012-64	20551509	EAD Consultoria Educacional e Pesquisa Ltda. ME	ES
63	46287.000196/2011-35	16545621	Celgran Granitos e Mármores Ltda.	ES
64	46287.000197/2011-80	16545630	Celgran Granitos e Mármores Ltda.	ES
65	46287.000198/2011-24	16545648	Celgran Granitos e Mármores Ltda.	ES
66	46287.000717/2011-54	16549813	Telhas Cinco Estrelas Ltda. - EPP	ES
67	46208.001033/2014-55	202644685	PB Construções e Comércio Ltda.	GO
68	46208.001141/2014-28	202759814	Sidnei Martins Gontijo	GO
69	46208.001142/2014-72	202775551	Sidnei Martins Gontijo	GO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

70	46208.016107/2013-77	202514013	Sidnei Martins Gontijo	GO
71	46208.016268/2013-61	202558657	Sidnei Martins Gontijo	GO
72	46208.016269/2013-13	202558576	Sidnei Martins Gontijo	GO
73	46208.016392/2013-26	202575870	Sidnei Martins Gontijo	GO
74	46208.016393/2013-71	202575888	Sidnei Martins Gontijo	GO
75	46208.016394/2013-15	202576248	Sidnei Martins Gontijo	GO
76	46223.002552/2012-81	20130805	Sd Viana Empreiteira Ltda - ME	MA
77	46248.001014/2011-18	24085324	Camila Zandonadi Lopes Me	MG
78	46248.001015/2011-54	24085332	Camila Zandonadi Lopes Me	MG
79	46248.001017/2011-43	24085359	Camila Zandonadi Lopes ME	MG
80	46249.000618/2010-48	21920800	Celulose Nipo Brasileira S.A. - Cenibra	MG
81	46502.000075/2011-00	22242279	Tower Automotive do Brasil S/A	MG
82	46504.001852/2011-13	22466673	ERG Engenharia Ltda.	MG
83	46504.001853/2011-50	22466665	ERG Engenharia Ltda.	MG
84	47747.001126/2012-83	22518843	Data World Pesquisa E Consultoria S/C. Ltda	MG
85	47747.001127/2012-28	22518835	Data World Pesquisa E Consultoria S/C. Ltda	MG
86	47747.001664/2010-14	19674830	Construtora Almeida Costa Ltda	MG
87	47747.001665/2010-51	19674881	Construtora Almeida Costa Ltda	MG
88	47747.005589/2012-14	24605409	Irnas Indústria e Comércio Ltda.	MG
89	47747.006556/2011-19	22449809	Consorcio MTS - IBR	MG
90	47747.006557/2011-55	22449795	Consorcio MTS - IBR	MG
91	47747.007071/2011-34	22434640	Bambu Verde Confecções Ltda.	MG
92	47747.007195/2013-81	201406420	Frigotutti Alimentos Ltda - Me	MG
93	47747.007196/2013-26	201406365	Frigotutti Alimentos Ltda - Me	MG
94	47747.007197/2013-71	201406250	Frigotutti Alimentos Ltda - Me	MG
95	46248.001016/2011-07	24085340	Camila Zandonadi Lopes ME	MG
96	46017.008543/2011-58	24213195	Maria Lúcia Silveira Coelho Denipote	PA
97	46017.008547/2011-36	24213268	Maria Lúcia Silveira Coelho Denipote	PA
98	46222.001347/2007-41	14304376	J. Colares Lopes Filho Serviços Ltda.	PA
99	46222.002810/2011-58	21138699	Prev Saúde Núcleo de Prevenção da Saúde Ltda.	PA
100	46222.008824/2009-61	14425483	Bertillon Serviços Especializados Ltda.	PA
101	46222.011065/2012-19	21236496	Nobrega Alimentos Ltda.	PA
102	46222.011066/2012-63	21236470	Nobrega Alimentos Ltda.	PA
103	46222.004445/2008-11	14364981	Chao Verde Ltda	PA
104	46222.006932/2009-07	14427621	Empresa Brasileira De Telecomunicacoes S.A. Embratel	PA
105	46213.010752/2010-64	18523978	Exata Engenharia Ltda.	PE
106	46213.016621/2011-71	16948602	Companhia Energética de Pernambuco -CELPE	PE
107	46213.016628//2011-93	16948661	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	PE
108	46213.016644/2011-86	16902211	Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	PE
109	46213.016664/2011-57	18530419	Companhia Energética de Pernambuco -CELPE	PE
110	46297.001228/2013-62	201303931	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	PE
111	47533.000026/2011-64	23445858	Irmandade da Santa Casa de Londrina	PR
112	47533.000921/2012-60	23536780	Consilux Consult e Const Elet Ltda	PR
113	47533.001130/2013-38	23549173	Silobase Construções Industriais Ltda	PR
114	47533.001131/2013-82	23549165	Silobase Construções Industriais Ltda	PR
115	47533.007075/2012-17	23539410	Montana Indústria de Máquinas Ltda.	PR
116	47533.000025/2011-10	23445840	Irmandade da Santa Casa de Londrina	PR
117	47533.001292/2011-12	23525789	Petróleo Brasileiro S.A.	PR
118	47533.006963/2012-12	23531215	CCD Transporte Coletivo S.A.	PR
119	47533.001129/2013-11	23549181	Silobase Construções Industriais Ltda	PR
120	46215.001714/2009-67	19440596	Mobilita Comércio Indústria e Representações Ltda.	RJ
121	46215.029248/2005-51	11587555	Sociedade Brasileira de Instrução	RJ
122	46215.031476/2012-10	24901695	Ifortix Instalações e Construções Ltda	RJ
123	46217.007791/2011-25	18391630	Hapvida Assistencia Medica Ltda	RN
124	46216.004319/2012-21	25117581	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
125	46216.004320/2012-56	17796342	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
126	46216.004323/2012-90	25117564	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
127	46216.004324/2012-34	17810060	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
128	46216.004325/2012-89	25117556	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
129	46216.004327/2012-78	17803225	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	RO
130	46216.004329/2012-67	24416916	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
131	46216.004330/2012-91	25117548	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
132	46216.004332/2012-81	17810094	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
133	46216.004431/2012-62	23777931	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
134	46216.004437/2012-30	17810078	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
135	46216.004321/2012-09	17796334	Construtora Norberto Odebrecht S/A	RO
136	46617.001413/2012-14	12668540	Montesucos Indústria de Alimentos Ltda.	RS
137	46218.004893/2013-41	200461907	Peon Recursos Humanos Ltda.	RS
138	46218.004894/2013-95	200461885	Peon Recursos Humanos Ltda.	RS
139	46218.004895/2013-30	200461834	Peon Recursos Humanos Ltda.	RS
140	46218.005072/2013-21	12285943	André Albuquerque Cabral e Cia. Ltda.	RS
141	46218.005073/2013-76	12285951	André Albuquerque Cabral e Cia. Ltda.	RS
142	46617.000576/2013-52	24928461	Rápido Transpaulo Ltda.	RS
143	46617.000582/2013-18	25312782	Rápido Transpaulo Ltda.	RS
144	46617.000602/2013-42	25300091	Contemporânea Comércio de Calçados Ltda. ME	RS
145	46617.004673/2004-23	11198133	Atento Brasil S.A.	RS
146	46617.006966/2009-50	18946852	Alpha Recursos Humanos Ltda.	RS
147	46617.012171/2012-86	23780347	Bunge Alimentos S.A.	RS
148	46617.013003/2012-16	24948501	Capa Engenharia S/A	RS
149	46617.015232/2012-67	24968307	Arte no Pé Calçados Ltda. EPP	RS
150	46617.015234/2012-56	24968293	Arte no Pé Calçados Ltda. EPP	RS
151	46617.016443/2012-17	24921840	Irwin Industrial Tool Ferramentas do Brasil Ltda.	RS
152	46617.017776/2012-63	23643706	Vilmar Bertoncello	RS
153	46617.017777/2012-16	23643714	Vilmar Bertoncello	RS
154	46617.017778/2012-52	23643722	Vilmar Bertoncello	RS
155	46617.007985/2012-07	23797525	Unimed Porto Alegre- Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico Ltda.	RS
156	46617.013799/2012-07	24926230	Pettenati S.A. Industria Textil	RS
157	46617.015235/2012-09	24968285	Arte no Pé Calçados Ltda. EPP	RS
158	46617.000577/2013-05	25312791	Rápido Transpaulo Ltda.	RS
159	46218.005074/2013-11	12285935	André Albuquerque Cabral e Cia. Ltda.	RS
160	47620.000506/2010-65	16394364	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina	SC
161	46220.002173/2012-11	20651597	Teka Fiação Ltda.	SC
162	46221.000724/2012-00	21058954	Restaurante La Tavola Ltda	SE
163	46221.003284/2010-72	17946051	Consórcio Contern-Tardelli	SE
164	46219.001036/2013-89	150321	Klc Transportes, Locação e Comércio Ltda -EPP	SP
165	46219.001251/2013-80	200077911	Leroy Merlin Cia Brasileira de Bricolagem	SP
166	46219.004998/2013-90	200102346	Full Gestão Total de Serviços Ltda	SP
167	46219.005820/2014-47	203070887	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
168	46219.005821/2014-91	203070780	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
169	46219.005822/2014-36	203070771	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
170	46219.005823/2014-81	203070763	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
171	46219.005824/2014-25	203070755	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
172	46219.005825/2014-70	203070739	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
173	46219.005826/2014-14	203070704	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
174	46219.005827/2014-69	203070691	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
175	46219.005829/2014-58	203070631	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
176	46219.005830/2014-82	203070623	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
177	46219.005832/2014-71	203070470	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
178	46219.006249/2014-88	203068564	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
179	46219.009474/2014-76	203576047	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
180	46219.009476/2014-65	203577418	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
181	46219.009477/2014-18	203577434	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
182	46219.009478/2014-54	203577451	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
183	46219.009480/2014-23	203577485	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
184	46219.009481/2014-78	203577515	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
185	46219.009483/2014-67	203577531	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
186	46219.009485/2014-56	203577558	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
187	46219.009487/2014-45	203577582	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
188	46219.009488/2014-90	203577591	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
189	46219.009489/2014-34	203577604	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
190	46219.009490/2014-69	203577612	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
191	46219.009492/2014-58	203577639	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
192	46219.009495/2014-91	203577663	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
193	46219.009496/2014-36	203577710	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
194	46219.009497/2014-81	203578007	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
195	46219.009615/2014-51	203573722	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
196	46219.024370/2014-91	205302823	Lojas Renner Sociedade Anonima	SP
197	46219.024378/2014-58	205303064	Lojas Renner S.A.	SP
198	46219.024380/2014-27	205303048	Lojas Renner S.A.	SP
199	46219.024381/2014-71	205303081	Lojas Renner S.A.	SP
200	46219.024382/2014-16	205303102	Lojas Renner S.A.	SP
201	46219.024383/2014-61	205303099	Lojas Renner S.A.	SP
202	46219.024384/2014-13	205303111	Lojas Renner S.A.	SP
203	46219.024385/2014-50	205312365	Lojas Renner Sociedade Anonima	SP
204	46219.024390/2014-62	205302882	Lojas Renner S.A.	SP
205	46219.024391/2014-15	205302891	Lojas Renner S.A.	SP
206	46219.024392/2014-51	205302904	Lojas Renner S.A.	SP
207	46219.024395/2014-95	205302939	Lojas Renner S.A.	SP
208	46219.024396/2014-30	205302947	Lojas Renner S.A.	SP
209	46219.024397/2014-84	205302955	Lojas Renner S.A.	SP
210	46219.024399/2014-73	205302971	Lojas Renner S.A.	SP
211	46219.024400/2014-60	205302980	Lojas Renner S.A.	SP
212	46219.024402/2014-59	205303005	Lojas Renner S.A.	SP
213	46219.024404/2014-48	205303021	Lojas Renner S.A.	SP
214	46219.024405/2014-92	205303030	Lojas Renner S.A.	SP
215	46219.037719/2006-45	11970448	Banco Bradesco S.A.	SP
216	46219.037728/2006-36	11970316	Banco Bradesco S.A.	SP
217	46219.037729/2006-81	11970341	Banco Bradesco S.A.	SP
218	46219.037814/2006-49	12168688	Banco Bradesco S.A.	SP
219	46219.037819/2006-71	12168769	Banco Bradesco S.A.	SP
220	46254.001611/2013-17	200319230	Departamento de Água e Esgoto	SP
221	46254.001612/2013-61	200319248	Departamento de Água e Esgoto	SP
222	46254.002775/2014-42	203665988	Lencois Equipamentos Rodoviários Ltda. - ME	SP
223	46254.002776/2014-97	203665996	Lencois Equipamentos Rodoviários Ltda. - ME	SP
224	46254.002777/2014-31	203666003	Lencois Equipamentos Rodoviários Ltda. - ME	SP
225	46255.001347/2009-25	15989461	Termointer New Intercambiadores Ltda	SP
226	46258.000403/2012-80	21373027	Guimarães Metalúrgica e Construções Ltda.	SP
227	46258.002778/2012-84	23871628	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda.	SP
228	46259.005327/2013-70	201086638	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
229	46259.005328/2013-14	201086620	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
230	46259.005330/2013-93	201086603	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
231	46259.005331/2013-38	201086590	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
232	46259.005333/2013-27	201086573	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
233	46259.005338/2013-50	201086514	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

234	46259.005342/2013-18	201086468	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
235	46259.005343/2013-62	201086450	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
236	46259.005345/2013-51	201086433	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
237	46259.005355/2013-97	201085933	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
238	46259.005364/2013-88	201085534	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
239	46259.005373/2013-79	201085003	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
240	46259.005410/2013-49	201076594	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
241	46259.005422/2013-73	201075270	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
242	46259.005424/2013-62	201075148	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
243	46259.005432/2013-17	201074893	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
244	46259.005437/2013-31	200980742	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
245	46259.005439/2013-21	200968360	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
246	46259.005440/2013-55	200968602	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
247	46259.005452/2013-80	200982672	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
248	46259.005453/2013-24	200982729	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
249	46259.005467/2013-48	201057140	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
250	46259.005468/2013-92	201030322	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
251	46259.005472/2013-51	201057212	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
252	46259.005482/2013-96	201031060	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
253	46259.005486/2013-74	201027500	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
254	46259.005491/2013-87	200985698	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
255	46259.005503/2013-73	201030080	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
256	46259.005504/2013-18	201030110	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
257	46259.005505/2013-62	201030179	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
258	46259.005507/2013-51	201051320	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
259	46259.005509/2013-41	201051788	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
260	46259.005510/2013-75	201051460	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
261	46259.005520/2013-19	201054213	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
262	46259.006009/2013-26	201068613	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
263	46259.006012/2013-40	201031442	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
264	46259.006016/2013-28	201057573	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
265	46259.006019/2013-61	201068460	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
266	46259.006022/2013-85	201068508	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
267	46259.006024/2013-74	201068532	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
268	46259.006026/2013-63	201057522	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
269	46259.006028/2013-52	201057549	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
270	46263.001453/2006-67	12114103	Magenta Indústria e Comércio Ltda.	SP
271	46265.002992/2012-41	24359912	Hospimetal Industria Metalurgica de Equipamentos Hospitalares Ltda	SP
272	46454.000262/2010-17	19359373	Destilária Ibérica Ltda. - EPP	SP
273	47999.002508/2008-86	15318559	Irmandade Santa Casa de Misericórdia de São José dos Campos	SP
274	46265.003353/2011-12	21405433	Mrv Engenharia e Participacoes Sa	SP
275	46258.002788/2012-10	23869755	Alta Paulista Indústria e Comércio Ltda.	SP
276	46258.002405/2012-11	23868589	Floralco Açúcar e Álcool Ltda.	SP
277	46259.006004/2013-01	201053322	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
278	46259.005339/2013-02	201086492	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
279	46259.006011/2013-03	201031400	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
280	46262.001076/2013-03	200435256	Lucila Maria Rezende Piccolo Pecas - EPP	SP
281	46259.005508/2013-04	201051362	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
282	46259.005353/2013-06	201086352	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
283	46259.005434/2013-06	201074648	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
284	46259.005430/2013-10	201074958	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
285	46259.005367/2013-11	201085224	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
286	46259.005457/2013-11	201030390	Município de Piracicaba (Prefeitura de)	SP
287	46259.006002/2013-12	201053420	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
288	46219.009493/2014-01	203577647	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
289	46219.024379/2014-01	205303056	Lojas Renner S.A.	SP
290	46219.024403/2014-01	205303013	Lojas Renner Sociedade Anonima	SP
291	46219.024386/2014-02	205302840	Lojas Renner Sociedade Anonima	SP
292	46219.024393/2014-04	205302912	Lojas Renner S.A.	SP
293	46219.009479/2014-07	203577477	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
294	46219.009486/2014-09	203577566	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
295	46219.009484/2014-10	203577540	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
296	46219.005828/2014-11	203070666	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
297	46219.009475/2014-11	203576144	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
298	46219.009491/2014-11	203577621	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
299	46219.024377/2014-11	205303072	Lojas Renner S.A.	SP
300	46219.005819/2014-12	203104994	M5 Industria E Comercio Ltda.	SP
301	46219.009482/2014-12	203577523	M5 Industria e Comercio Ltda.	SP
302	46219.024401/2014-12	205302998	Lojas Renner S.A.	SP
303	46226.000600/2011-95	18421962	Elofort Serviços Ltda.	TO
304	46226.004131/2011-83	18484468	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda.	TO
305	46226.004420/2011-82	18436897	Transmarques - Locacao & Transportes Ltda	TO
306	46226.004658/2011-16	18477836	Pedro Afonso Açucar e Bioenergia S.A.	TO
307	46226.008159/2012-71	18470912	Renauto Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda.	TO
308	46226.008522/2012-58	17768993	Prosegur Brasil S.A. - Transportadora de Valores e Segurança	TO
309	46226.018110/2013-15	200603591	Locadora Aguiar & Silva Ltda. - ME	TO
310	46226.008019/2012-01	18475507	Chicago Engenharia Construções e Comercio Ltda	TO
311	46226.008160/2012-03	18470904	Renauto Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda.	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46201.000808/2011-92	705.036.413	Edvaldo A. Jovenal	AL
2	46202.005885/2013-91	200.071.645	Transportes São José Ltda.	AM
3	46287.000102/2012-17	506.600.602	EAD Consultoria Educacional e Pesquisa Ltda. ME	ES
4	46287.000113/2012-99	100.248.250	EAD Consultoria Educacional e Pesquisa Ltda. ME	ES
5	46287.000204/2011-43	705.038.041	Celgran Granitos e Mármores Ltda.	ES
6	46287.000205/2011-98	100.193.633	Celgran Granitos e Mármores Ltda.	ES
7	46287.000718/2011-07	705.042.910	Telhas Cinco Estrelas Ltda. - EPP	ES
8	46208.016395/2013-60	200.216.457	Sidnei Martins Gontijo	GO
9	46239.000185/2007-44	505.855.658	Departamento Municipal de Eletricidade de Poços de Caldas	MG
10	46248.001018/2011-98	705.039.391	Camila Zandona Di Lopes ME	MG
11	46248.001019/2011-32	100.200.699	Camila Zandona Di Lopes ME	MG
12	46502.001985/2013-63	200.191.284	Frigomontagens Ltda. - EPP	MG
13	46504.001851/2011-61	506.531.228	ERG Engenharia Ltda.	MG
14	47747.001125/2012-39	506.589.447	Data World Pesquisa e Consultoria S/C Ltda.	MG
15	47747.005591/2012-93	506.652.742	Irnas Indústria e Comércio Ltda. EPP	MG
16	47747.006558/2011-08	506.562.867	Consórcio MTS IBR	MG
17	47747.007072/2011-89	506.568.610	Bambu Verde Confecções Ltda.	MG
18	47747.007198/2013-15	200.142.534	Frigotutti Alimentos Ltda. ME	MG
19	46210.001015/2010-09	506.358.330	EBC - Empresa Brasileira de Construções Ltda.	MT
20	46210.002810/2010-14	100.165.494	Geosolo Engenharia Planejamento e Consultoria Ltda.	MT
21	46653.000475/2011-83	506.466.931	Destilaria de Álcool Libra Ltda.	MT
22	46222.004846/2007-90	505.897.733 - TRet nº 506.672.808	T. A. do Amaral - ME	PA
23	46222.011069/2012-05	200.015.184	Nobrega Alimentos Ltda. ME	PA
24	46213.023657/2012-92	200.027.476	Companhia Usina Bulhões	PE
25	46214.000796/2012-38	506.585.328	Instituto Cultural Santa Rita	PI
26	46214.004560/2012-71	100.273.688	Sena Segurança Inteligente e Transporte de Valores Ltda.	PI
27	47533.002474/2013-64	200.046.403	Silobase - Construções Industriais Ltda.	PR
28	47533.006968/2012-37	100.273.068	CCD Transporte Coletivo S.A.	PR
29	47533.006969/2012-81	506.643.531	CCD Transporte Coletivo S.A.	PR
30	47533.007074/2012-64	100.273.661	Montana Indústria de Máquinas Ltda.	PR
31	47533.007076/2012-53	506.642.992	Montana Indústria de Máquinas Ltda.	PR
32	46215.000273/2003-91	505.131.714	Brasilian Travel Bureau S.A.	RJ
33	46215.032813/2011-13	506.530.329	Shell Brasil Ltda.	RJ
34	46215.108357/2010-09	100.173.331	Editora JB S.A.	RJ
35	46217.007444/2013-64	200.169.424	Pipa Bar e Restaurante Groupo Ltda. ME	RN
36	46218.000522/2013-90	200.036.581	Rápido Transpaulo Ltda.	RS
37	46218.000523/2013-34	200.036.599	Rápido Transpaulo Ltda.	RS
38	46218.003604/2013-96	200.049.038	Contemporânea Comércio de Calçados Ltda. ME	RS
39	46218.004892/2013-04	200.080.725	Peon Recursos Humanos Ltda.	RS
40	46218.005094/2013-91	200.081.446	André Albuquerque Cabral e Cia. Ltda.	RS
41	46218.013850/2012-75	200.003.798	Pettenati S.A. Indústria Têxtil	RS
42	46218.014523/2012-31	200.010.514	Arte no Pé Calçados Ltda. EPP	RS
43	46218.014524/2012-85	200.010.506	Arte no Pé Calçados Ltda. EPP	RS
44	46218.016071/2012-21	200.013.858	Irwin Industrial Tool Ferramentas do Brasil Ltda.	RS
45	46218.016072/2012-76	200.016.610	Irwin Industrial Tool Ferramentas do Brasil Ltda.	RS
46	46218.016289/2012-86	200.026.518	Vilmar Bertoncello	RS
47	46220.002265/2012-09	506.597.679	Teka Fiação Ltda.	SC
48	46219.001878/2012-50	506.579.379	Vila Velha Corretora de Seguros Ltda.	SP
49	46219.022325/2013-11	200.166.662	Evenmob Consultoria de Imóveis Ltda.	SP
50	46219.024512/2013-30	200.180.428	Tellus do Brasil Ltda.	SP
51	46219.037823/2003-30	505.776.642	Banco Bradesco S.A.	SP
52	46254.002774/2014-06	200.294.504	Lençóis Equipamentos Rodoviários Ltda. - ME	SP
53	46258.000404/2012-24	506.582.931	Guimarães Metalúrgica e Construções Ltda.	SP
54	46258.002164/2011-11	506.504.573	Floralco Açúcar e Álcool Ltda.	SP
55	46258.002165/2011-66	100.202.438	Floralco Açúcar e Álcool Ltda.	SP
56	46263.000604/2012-16	506.589.056	Sotrange Transportes Rodoviários Ltda.	SP
57	46473.004593/2004-50	505.308.452 - TRet nº 506.681.742	Proficenter Planejamento Ltda.	SP
58	46473.005644/2007-11	505.928.442 - TRet nº 505.928.442	Romaria Empreendimentos Ltda.	SP

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

59	46473.010474/2009-41	506.317.650	Sauber Comércio e Serviços Limpeza Ltda.	SP
60	47999.003554/2008-01	506.109.569	Sociedade Beneficente Luso Brasileira Nossa Senhora de Fátima	SP
61	46226.000601/2011-30	506.464.717	Elofort Serviços Ltda.	TO
62	46226.004129/2011-12	506.524.370	Prudencia Vigilância e Segurança Ltda.	TO
63	46226.008161/2012-40	506.586.286	Renauto Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda.	TO
64	46226.008162/2012-94	100.240.445	Renauto Comércio de Peças e Acessórios para Veículos Ltda.	TO
65	46226.018062/2013-57	200.090.399	Locadora Aguiar & Silva Ltda. ME	TO

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46502.000079/2011-80	22242317	Tower Automotive do Brasil S.A.	MG
2	46017.008540/2011-14	24213233	Maria Lúcia Silveira Denipote	PA
3	46216.004433/2012-51	17803284	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	RO
4	46219.005831/2014-27	203070585	M5 Indústria e Comércio Ltda.	SP
5	46219.024387/2014-49	205302858	Lojas Renner S.A.	SP
6	46219.024388/2014-93	205302866	Lojas Renner S.A.	SP
7	46219.024389/2014-38	205302874	Lojas Renner S.A.	SP
8	46219.024398/2014-29	205302963	Lojas Renner S.A.	SP

1.3- Conhecendo e negando provimento ao recurso. Mas Julgando improcedente o auto de infração

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.007149/2010-34	14192683	VRG Linhas Aéreas S.A.	AL
2	46201.007150/2010-69	14192691	VRG Linhas Aéreas S.A.	AL
3	46201.007151/2010-11	14192705	VRG Linhas Aéreas S.A.	AL
4	46201.007152/2010-58	14192713	VRG Linhas Aéreas S.A.	AL
5	46216.004328/2012-12	23777907	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	RO
6	46216.004432/2012-15	17803276	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	RO
7	46219.009494/2014-47	203577655	M5 Indústria e Comércio Ltda.	SP
8	46219.024394/2014-41	205302921	Lojas Renner S.A.	SP
9	46259.005398/2013-72	201.078.759	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP
10	46259.005506/2013-15	201.027.950	Município de Piracicaba (Prefeitura do)	SP

1.4- Conhecendo e negando provimento ao recurso e de ofício julgando improcedente o auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.001140/2014-83	202760162	Sidnei Martins Gontijo	GO
2	46216.004326/2012-23	17810051	Construtora Norberto Odebrecht S.A.	RO

1.5 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47747.001663/2010-61	19674848	Construtora Almeida Costa Ltda.	MG
2	46210.004040/2010-36	22641947	Destilaria de Álcool Libra Ltda.	MT
3	46653.000473/2011-94	18844821	Destilaria de Álcool Libra Ltda.	MT
4	46653.000474/2011-39	18843395	Destilaria de Álcool Libra Ltda.	MT
5	46214.000793/2012-02	18296319	Instituto Cultural Santa Rita	PI
6	46259.012141/2011-13	21642249	Roberta Teresa Braggion andrello Confecções ME	SP
7	46259.012142/2011-50	21472858	Roberta Teresa Braggion andrello Confecções ME	SP
8	46263.000607/2012-41	21504105	Sotrange Transportes Rodoviários Ltda.	SP
9	46472.015039/2009-12	19399316	Teletarget Sistema de Telemarketing Ltda.	SP
10	46472.015040/2009-47	19399324	Teletarget Sistema de Telemarketing Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	47747.001646/2010-24	506.367.878	Construtora Almeida Costa Ltda.	MG
2	47747.001647/2010-79	100.159.508	Construtora Almeida Costa Ltda.	MG
3	46217.006703/2009-53	506.309.860	Município de Currais Novos (Prefeitura do)	RN
4	46259.012140/2011-61	506.573.010	Roberta Teresa Braggion andrello Confecções ME	SP
5	46472.004875/2010-13	100.168.426	Rodrigues Alfano & Cia. . Ltda. - EPP	SP
6	46472.015041/2009-91	506.326.641	Teletarget Sistema de Telemarketing Ltda.	SP

1.6 Pelo não conhecimento, por ausência de admissibilidade. Mas julgando a notificação improcedente.

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46260.005243/2013-05	200.164.155	Comercial M. Moreira - Comércio de Bebidas Ltda. ME	SP

1.7 Pelo não conhecimento, por ausência de admissibilidade, mantendo a procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46238.000955/2012-26	24111821	Total Forte Segurança e Vigilância Ltda.	MG
2	46238.000956/2012-71	24111830	Total Forte Segurança e Vigilância Ltda.	MG
3	46238.001029/2012-78	24113360	Total Forte Segurança e Vigilância Ltda.	MG
4	46238.001030/2012-01	24113379	Total Forte Segurança e Vigilância Ltda.	MG
5	46238.001068/2012-75	24113506	Total Forte Segurança e Vigilância Ltda.	MG
6	46617.005220/2012-24	23707003	Construtora Tenda S.A.	RS
7	46473.008139/2012-88	23813822	Testin Tecnologia de Materiais Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46238.001027/2012-89	506.641.171	Total Forte Segurança e Vigilância Ltda.	MG
2	46238.001028/2012-23	100.271.804	Total Forte Segurança e Vigilância Ltda.	MG
3	46263.005048/2008-80	506.179.664	Elo Indústria e Comércio de Borracha Ltda.	SP

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46017.013573/2012-67	7705280	Ademar Antonio Marçal	BA
2	47747.000167/2013-33	200078976	Central HDTV Eireli	MG
3	47747.000168/2013-88	200.078.984	Central HDTV Eireli	MG
4	46502.000022/2011-81	19623691	CND Prestação de Serviços e Comércio Ltda.	MG
5	46302.000277/2012-81	22330470	Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL	MG
6	47747.003076/2012-79	22531122	Progeo Engenharia Ltda.	MG
7	47747.004224/2010-10	18764665	Reframax Ltda.	MG
8	46241.001300/2010-54	22173285	Siderúrgica Noroeste Ltda.	MG
9	46653.000737/2011-18	18842160	Transportadora Cristina Ltda. ME	MT
10	47533.005627/2012-44	23417803	Leathergel Indústria e Comércio de Produtos de Pet Shop	PR
11	47533.0112062012-52	23460326	Nova Gestões Serviços de Cobrança Extra-Judicial Ltda.	PR
12	46617.013873/2012-87	24940330	Contemporânea Comércio de Calçados Ltda. ME	RS
13	46472.007973/2010-02	21784043	Auto Escola Garcia Ltda.	SP
14	47999.004701/2009-32	19803435	General Motors do Brasil Ltda.	SP
15	46385.000215/2011-15	21461422	Transportadora Americana Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46502.000023/2011-25	506.457.214	CND Prestação de Serviços e Comércio Ltda.	MG
2	46234.000173/2010-65	100.157.017	Comercial São Paulo de Combustíveis e Lubrificantes Ltda.	MG
3	46239.001049/2009-33	506.269.965	Indústria Têxtil Jorge Miguel Dabul Ltda.	MG
4	47747.004225/2010-55	506.391.566	Reframax Ltda.	MG
5	46653.000734/2011-76	506.472.957	Transportadora Cristina Ltda. ME	MT
6	46222.006267/2006-09	505.714.868	A. C. Felipe & Cia. Ltda.	PA
7	46222.012249/2006-58	505.817.632	E.M.B. de Souza	PA
8	46670.000934/2007-34	505.947.200	Fundação Municipal Hospitalar de Macaé	RJ
9	46218.003274/2009-52	506.198.421	Comunidade Evangélica Luterana São Paulo	RS
10	46218.016071/2012-21	200.013.858	Irwin Industrial Tool Ferramentas do Brasil Ltda.	RS
11	46472.007974/2010-49	506.440.630	Auto Escola Garcia Ltda.	SP
12	46263.003751/2011-59	506.549.666	Bravetex Telecomunicações Brasil Ltda.	SP

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46243.000415/2012-73	24135828	Construtora Lider Ltda.	MG
2	46263.003750/2011-12	23937866	Bravetek Telecomunicações Brasil Ltda.	SP
3	46263.000792/2008-98	13651587	Clodoaldo Edson de Olibeira - ME	SP
4	46219.017760/2014-13	204544017	Unidade Gerontologica Paulista - Residência Assistida Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	46213.007956/2001-27	073306	GB Entrega de Títulos e Encomendas Ltda.	PE

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.009371/2011-42	18744605	Tecnoplacas Indústria e Comércio Ltda.	AM
2	46208.010096/2011-50	20422792	Hospital Santa Lúcia Ltda.	GO
3	47747.000174/2013-35	200.079.018	Central HDTV Eireli	MG
4	46246.000922/2013-68	200588273	Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda.	MG
5	47747.007173/2010-79	22129553	Magonominas Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	MG
6	47747.007174/2010-13	22129545	Magonominas Administradora e Corretora de Seguros Ltda.	MG
7	47747.003980/2012-84	22505962	Ouro Lanches Ltda.	MG
8	46241.001300/2010-54	22173285	Siderúrgica Noroeste Ltda.	MG
9	46317.001874/2011-82	23318236	Datasilos Indústria e Comércio de Máquinas Ltda.	PR
10	47533.005603/2012-95	23417790	Leathergel Indústria e Comércio de Produtos de Pet Shop	PR
11	46259.001293/2013-44	24738638	Fabrício Roberto Desuó ME	SP
12	46259.001294/2013-99	24738620	Fabrício Roberto Desuó ME	SP
13	46259.008206/2013-80	201728656	Teletarget Sistema de Telemarketing Ltda.	SP
14	46259.008207/2013-24	201728605	Teletarget Sistema de Telemarketing Ltda.	SP

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46218.012581/2011-49	705.041.417	Fisma - Faculdade Integrada de Santa Maria	RS
2	46259.001295/2013-33	200.059.327 - TAD nº200.182.242	Fabrício Roberto Desuó ME	SP
3	46259.008205/2013-35	200.161.415	Zelepel Indústria e Comércio de Artefatos de Papel S.A.	SP

2.4 Pela nulidade de ato processual.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46258.000406/2012-13	24373035	Guimarães Metalúrgica e Construções Ltda.	SP
1	46258.000407/2012-68	100.238.807	Guimarães Metalúrgica e Construções Ltda.	SP

3. Pelo arquivamento em razão de:
3.1- Incidência da prescrição prevista do art. 1º §1º da Lei 9.873/99.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46296.000274/2007-14	13734199	Charles Soares do Nascimento	PE
2	46213.007410/2008-42	13696408	Mill Indústria de Alimentos Ltda.	PE
3	46255.004399/2001-04	5939542	Serra Leste Indústria e Comércio, Importação e Exportação ltda.	SP

LORENA GUIMARÃES ARRUDA

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 27 de agosto de 2015

Tendo em vista os Acórdãos prolatados no Processo Judicial 0032689-53.2002.8.26.0576 da 5ª Vara Cível de São José do Rio Preto do Tribunal de Justiça de São Paulo; com supedâneo na Portaria Ministerial 326/2013 e na Nota Técnica 380/2015/AIP/SRT/MTE, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, exclui da base territorial do STEFZA - SINDICATO DOS FERROVIARIOS DA ARARAQUARENSE, CNPJ 60.006.954/0001-33, Processo 46000.003280/93-27, os Município de Araraquara/SP e o Distrito de Tutóia.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 969/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve: INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 46085.000514/2012-15, de interesse do SINTERTV - Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Radiodifusão e Televisão na cidade de Campina Grande - Estado da Paraíba, CNPJ 15.290.855/0001-71, nos termos do art. 23, § 9º, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 26, § 4º, da Lei 9.784/1999, faz saber aos que a presente notificação virem ou delas tiverem conhecimento que, NOTIFICA os representantes dos seguintes Sindicatos, para ciência do inteiro teor dos Ofícios abaixo listados, devolvidos por motivo de não localização dos respectivos endereços e/ou recusa no recebimento:

SINPAT - Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado do Amapá, Ofício 1218/CIS/CGRS/SRT/MTE;

SINPEL - Sindicato das Indústrias de Papel e Celulose no Estado do Amapá, Ofício 1257/CIS/CGRS/SRT/MTE;

SINAV - Sindicato das Indústrias da Construção e Reparação Naval no Estado do Amapá, Ofício 1220/CIS/CGRS/SRT/MTE;

SINDMAG - Sindicato das Indústrias de Mármores e Granitos no Estado do Amapá, Ofício 1219/CIS/CGRS/SRT/MTE;

SINJAP - Sindicato das Indústrias de Joalheria e Ourivesaria no Estado do Amapá, Ofício 1200/CIS/CGRS/SRT/MTE.

As entidades detêm o prazo IMPRORROGÁVEL de 20 (vinte) dias para a realização/atendimento dos procedimentos expostos nos citados ofícios, sob pena de INDEFERIMENTO dos seus respectivos processos, nos termos da Portaria MTE 326 de 01 de março de 2013.

Em cumprimento à Decisão Judicial 0002031-59.2014.5.10.0014, interposta na 14ª Vara de Brasília do Tribunal Região do Trabalho 10ª Região, o Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

Processo	46215.004300/2014-57
Entidade	SINPOSPETRO NITERÓI E REGIÃO - Sindicato dos Empregados em Posto de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava Rápidos e Loja de Conveniência de Niterói e Região
CNPJ	19.569.506/0001-44
Abrangência	Intermunicipal
Base Territorial	Rio de Janeiro: Araruama, Cachoeiras de Macacu, Guapimirim, Iguaba Grande, Itaboraí, Magé, Maricá, Niterói, Petrópolis, São Gonçalo, Saquarema, Tanguá e Teresópolis
Categoria Profissional	Os empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Troca de Óleo, Lava-Rápidos e Loja de Conveniência, que exerçam função de: Frentista diurno e noturno, gerente, caixa, pessoal de escritório, lavador, valeteiro, enxugador, lubrificador, encarregado, chefe de pista, gerente, recepcionista, vendedor e/ou atendente da loja de conveniência, promotor de vendas, faxineiro

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do Pedido de Registro de Sindical, dá ciência do requerido pela entidade abaixo mencionada, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008.

Processo	46211.000483/2015-52
Entidade	Federação Interestadual dos Notários e Registradores do Sudeste e Centro Oeste - FINORSC
CNPJ	13.918.301/0001-40

Representação Estatutária: Coordenação das entidades a ela filiadas que tenha representação da Categoria Econômica dos Notários e Registradores, na Base Territorial Interestadual: Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais e Rio de Janeiro. Obs.: As entidades de grau superior coordenam o somatório das entidades a elas filiadas. Entidades fundadoras: a) SINOREG-RJ - Sindicato dos Notários e Registradores (Processo 46000.002488/93-92, CNPJ 40.174.278/001-08); b) RECIVIL - RECIVIL - SINDICATO DOS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS (Processo 46000.008934/97-32 , CNPJ 38.731.253/0001-08); c) SINOREG/GO - SINDICATO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DO ESTADO DE GOIAS (Processo 46000.000322/98-73, CNPJ 02.249.018/0001-57); d) SINOREG/MG - SINDICATO DOS NOTARIOS E REGISTRADORES DE MINAS GERAIS (Processo 24260.002796/90-81, CNPJ 25.694.076/00019-95); e) SINOREG - ES - Sindicato dos Notários e Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Espírito Santo (Processo 46000.001988/2002-03, CNPJ 02.510.599/0001-39).

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Nota Técnica 544/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE e no art. 6º da Instrução Normativa 19, de 30 de dezembro de 2014, resolve RESTABELECER o registro sindical da FUNSPRO - Federação Unitária dos Trabalhadores no Serviço Público no Estado de Rondônia, CNPJ 63.761.746/0001-38, Processo 24000.001764/92-36, após verificação do preenchimento dos requisitos do número mínimo de entes filiados junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais, na forma do art. 534 da Consolidação das Leis do Trabalho, combinado com o parágrafo 3º do art. 20 da Portaria MTE 186/2008.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 3º da Portaria 186/2014 (alterada por meio da Portaria 373/2014) e Nota Técnica 546/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve SUSPENDER os códigos sindicais das entidades abaixo relacionadas, as quais se encontram com os seus respectivos mandatos desatualizados há mais de 4 (quatro) anos junto ao Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, após o transcurso de prazo dado por meio da publicação no DOU do dia 02 de julho de 2015, Seção 1, págs. 61 e 62, n.° 124, sem terem efetuado as devidas atualizações. Os respectivos códigos serão reativados à medida que forem regularizadas as suas situações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

CNPJ	Denominação
00.300.837/0001-56	FENEN/AL - Federação dos Estabelecimentos de Ensino no Estado de Alagoas
00.417.848/0001-10	SINDCOM/RN - Sindicato dos Empregados em Empresas Prestadoras de Serviço de Locação de Mão-de-Obra e Atividades Similares ou Conexas
00.432.633/0001-79	SINDECON/DF - Sindicato dos Economistas do Distrito Federal
00.436.820/0001-20	SINDIPESCA - Sindicato dos Trabalhadores nas Empresas de Pescas e Similares no Estado do Espírito Santo
00.799.681/0001-08	SINPA - Sindicato Patronal do Comercio de Paulo Afonso e Região/BA
00.976.815/0001-00	SINCLASP - Sindicato dos Classificadores de Produtos de Origem Vegetal, Animal e Mineral do Estado de São Paulo
00.995.959/0001-04	SINDIPROM - Sindicato dos Professores Municipais de Palmas
01.907.800/0001-53	SINDTRALPORTOS - Sindicato dos Trabalhadores em Retirada de Lixo nos Navios, Varreduras e Limpeza de Pátios e Dependência Portuária nos Portos do Estado do ES
01.990.100/0001-75	SINCAR - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Carnes e Derivados de Amambaí - MS
03.087.771/0001-56	SINDHOSFRAN - Sindicato dos Hospitais e Estabelecimento de Saúde do São Francisco - BA
03.865.244/0001-25	SINDIREVE - dos Revendedores de Veículos de Passeio, Caminhões, Ônibus, Tratores, Motocicletas, Lanchas, Jet-Ski, Aviões, Novos, Usados, Nacionais, Importados e Afins do RN
04.385.089/0001-02	SSPMPB-SC - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Porto Belo - SC
04.527.188/0001-81	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Colina - SP
04.529.138/0001-33	SSPMP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pirajuba - MG
04.818.346/0001-52	SINCOMATE - Sindicato do Comércio de Matelândia - PR
05.014.217/0001-74	SESCAP/AC - Sindicato das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento Pericias, Inform e Pesquisas no Estado do Acre
05.242.669/0001-03	SINTRAMAC - Sindicato dos Trabalhadores no Comércio Armazenador, Auxiliares de Administração no Comércio de Café em Geral e Auxiliares de Administração de Armazéns Gerais de Curitiba e Região Metropolitana - PR
05.274.354/0001-48	Sindicato Intermunicipal dos Trabalhadores em Serviços de Saúde dos municípios de Jequié, Jitaúna, Itagi, Aiquara, Jaguaquara, Maracás, Itiruçu, Manoel Vitorino, Lafaiaete Coutinho e Boa Nova - SINDSAÚDE-BA
05.519.977/0001-33	SINDVETDF - Sindicato dos Médicos Veterinários do Distrito Federal
05.895.681/0001-17	SINAGI-CE - Sindicato das Academias de Ginásticas do Estado do Ceará
05.974.923/0001-68	SINDAC - Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde de Belo Horizonte
06.057.160/0001-53	SINDILOJAS - Sindicato dos Lojistas do Comercio de São Luis
06.340.114/0001-67	Sindicato das Empresas e Cursos de Informática de Curitiba e Região Metropolitana - PR
06.471.346/0001-54	SINACAP - Sindicato dos Arrumadores no Comercio Armazenador de Pedreiras - MA
06.790.240/0001-13	Sindicato do Comércio Varejista de Pescados e Vendedores Ambulantes de São Luís/MA
07.095.366/0001-30	STIPPCPPC - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Papel, Papelão, Celulose, Pasta de Madeira para Papel, Papelão e Cortiça de Franca e Região
07.214.986/0001-41	SINDIMVET/AL - Sindicato dos Médicos Veterinários e Zootecnistas de AL.
07.243.256/0001-79	SINDATACADISTA - Sindicato do Comércio Atacadista de Artigos Sanitários de Parnaíba - PI
07.243.306/0001-18	SINCOM - Sindicato do Comércio Atacadista de Louças, Tintas e Ferragens de Parnaíba - PI
07.243.330/0001-57	SINDREP - Sindicato dos Representantes Comerciais do Estado do Piauí
07.359.463/0001-93	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Vera Cruz - BA
07.418.163/0001-38	Sindicato dos Trabalhadores nos Serviços Portuários de Camocim - CE
07.461.110/0001-08	SISEMBPI/RS - Sindicato dos Servidores e Empregados Municipais do Balneário Pinhal - RS
07.571.066/0001-80	SIMVEPA - Sindicato dos Médicos Veterinários do Pará

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

07.609.978/0001-02	Sindicato das Empresas Reparadoras de Veículos e Acessórios de Araranguá/SC.
07.677.481/0001-13	SINPOM-BA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Antonio Gonçalves - BAHIA
07.886.980/0001-10	SINREVGÁS - Sindicato dos Revendedores de Gás do Estado da Bahia
08.007.829/0001-28	Sindicato dos Notários, Registradores e Escrivães de Londrina e Região
08.203.747/0001-59	SINDÁGUA/RN - Sindicato dos Trabalhadores.Prod.Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto e Meio Ambiente do RN
08.504.800/0001-51	SISEPS-SP - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Socorro
08.684.681/0001-66	SIMCER - Sindicato dos Músicos e Compositores do Estado de Roraima
08.928.190/0001-13	SINPRATERJ - Sindicato dos Profissionais Autônomos de Transporte Escolar do Estado do Rio de Janeiro
09.123.050/0001-30	SINTECT/RN - Sindicato dos Trabalhadores da Empresa de Correios e Telégrafos do RN
13.243.506/0001-73	SCVFJ - Sindicato do Comercio Varejista e dos Feirantes Jequié - BA
13.251.368/0001-74	SACASA - Sindicato dos Arrumadores no Comércio Armazenador de Santo Amaro - BA
14.789.192/0001-71	SCAVRIT - Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Itabuna
15.254.428/0001-38	SACS - Sindicato dos Arrumadores da Cidade do Salvador
16.449.597/0001-96	SISMUSB - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sr. do Bonfim - BA
18.970.608/0001-04	STICMDEMIRAI - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Mirai - MG
19.095.108/0001-33	SINDSEPMA - Sindicato dos Serv. Públicos Municipais de Andradas - MG
19.712.215/0001-63	SINTICEL/PN - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Papel, Papelão e Cortiça de Ponte Nova - MG
20.458.899/0001-06	SEESSSD - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Santos Dumont - MG
22.234.967/0001-70	USP - União Sindical dos Trabalhadores de Patos de Minas - USP
22.700.017/0001-94	SINDHORBSCON - Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares de Governador Valadares/MG
24.156.804/0001-42	SINDRIOACIMA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção Civil de Rio Acima - MG
24.177.487/0001-40	SINTSAR - Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde do Município de Arapiraca
24.999.989/0001-57	SINDICON - Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Sete Lagoas
25.222.068/0001-46	Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Pirapora MG - SINDIPIRA
25.461.245/0001-47	SINCOEMG - Sindicato dos Comissários e Consignatários de MG
26.201.418/0001-50	STIEXTRA - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Extrativas de Antônio Dias/MG
26.566.505/0001-01	SINDIVET-MT - Sindicato dos Médicos Veterinários do Estado de Mato Grosso
27.219.815/0001-12	SINDAGUA - Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Purificação e Distribuição de Águas e em Serviços de Esgotos de Petrópolis
30.778.203/0001-74	SINDCONSERTES - Sindicato dos Consultadores de Carga e Descarga nos Portos do ES
30.875.314/0001-07	FITEE - Federação Interestadual dos Trabalhadores em Estabelecimento de Ensino
33.377.920/0001-82	SINDAF - Sindicato dos Agentes e Técnicos Fazendários de Goiás
34.111.278/0001-58	Sindicato da Indústria da Refinação do Açúcar do Município do Rio de Janeiro
34.160.960/0001-30	Sindicato do Vigias Portuários do Estado do Rio de Janeiro - RJ
34.790.899/0001-05	SINSERR - Sindicato das Secretárias e Secretários no Estado de Roraima
34.813.089/0001-27	SINDIVEÍCULOS - Sindicato do Comércio Varejista de Veículos do Estado de Roraima.
40.858.201/0001-49	SINDICONPE - Sindicato das Indústrias de Pastelaria, Rotisseria, Confeitaria e Pizza do Estado de Pernambuco
41.876.640/0001-47	SINDEESS - Sindicato dos Empregados em Estabelecimento em Serviço de Saúde do Município de Três Pontas
42.189.720/0001-97	Sindicato dos Motoristas e Condutores da Marinha Mercante do Estado da Bahia
43.717.743/0001-90	Sindicato dos Corretores de Café de São Paulo
43.970.623/0001-08	SCAVR - Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Araraquara - SP
45.562.816/0001-47	SINDSERV - sindicato dos servidores públicos município de Mauá
46.106.498/0001-72	SINDITAX - Sindicato dos Condutores de Automóveis e de Veículos Rodoviários de Campinas
48.554.349/0001-00	SINCOVAG - Sindicato do Comércio Varejista de Guaratinguetá
49.429.491/0001-80	SCAVRSJRP - Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de S J Rio Pardo
50.977.909/0001-72	SINCAVIR - Sindicato dos Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários de Jundiaí - SP
52.845.229/0001-20	SINDSOLV - Sindicato Nacional do Com. Atacadista de Solventes de Petróleo
53.309.035/0001-73	SINDISERVE - Sindicato dos Serv. Pub. Municipais de Pres. Venceslau
57.717.282/0001-60	SINDFUN - Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Jaboticabal - SP
58.622.374/0001-29	SITREPFESP - Sindicato dos Treinadores Profissionais de Futebol do Est. SP
59.935.957/0001-72	SEANOR - Sindicato dos Escreventes e Auxiliares Notariais e Registrais do Estado de São Paulo
61.594.404/0001-45	SADASP - Sindicato dos Ajudantes de Despachantes Aduaneiros de São Paulo
62.657.903/0001-05	SINCAL - Sindicato do Comércio Varejista de Carvão Vegetal e Lenha no Est. SP
62.803.010/0001-12	S.C.T.B.R.SP - Sindicato dos Carregadores Transportadores Bagagens em E
72.559.016/0001-40	Sindicato Microempresas e Empresas de Pequeno Porte do Comercio Lojista SP
75.247.544/0001-51	Sindicato dos Estivadores e Trabalhadores em Estiva de Minérios de Antonina
80.907.918/0001-58	SINDHOSPUM - Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Umuarama - PR
80.922.693/0001-09	SINDSPA - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Apucarana
81.642.282/0001-22	SINTESPO - Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos Estaduais de Ensino Superior de Ponta Grossa - PR
82.717.786/0001-27	SITICON Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção Civil de Itajaí - SC
83.006.700/0001-10	SIMARS - Sindicato das Ind Mandioca e do Açúcar de Rio do Sul, Ilhota e São João Batista - SC
84.782.655/0001-59	SINDHERSCAR - Sindicato Hospitais e Estabelecimento de Serviços Saúde de Campo Mourão e Região - PR.
88.870.530/0001-31	GSFM - Grêmio Sindicato dos Funcionários Municipais de Novo Hamburgo
90.094.533/0001-72	SIMCA - Sindicato dos Municipários de Canoas
91.096.545/0001-07	SMSMRS - Sindicato dos Municiparios de Santa Maria-RS
91.147.355/0001-63	SINDICARNES - RS - Sindicato do Comércio Atacadista de Carnes Frescas e Congeladas do RS
92.464.437/0001-02	SINDILOJAS DOM PEDRITO - Sindicato do Comércio Varejista de Dom Pedrito
92.758.143/0001-85	SINDOMÉSTICA - Sindicato dos Empregados Domésticos de Porto Alegre, Canoas, Gravataí, Cachoeirinha, Guaiba, Alvorada, Esteio, Sapucaia do Sul e Viamão
93.238.053/0001-26	SSPMS - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Sarandi
97.406.524/0001-19	SINDOPIN - Sindicato dos Operadores Portuários de Itajaí e Navegantes

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 3º da Portaria 186/2014 (alterada por meio da Portaria 373/2014) e Nota Técnica 545/2015/CIS/CGRS/SRT/MTE, resolve SUSPENDER os códigos sindicais das entidades abaixo relacionadas, após o transcurso de prazo dado por meio da publicação no DOU do dia 24 de setembro de 2013, Seção 1, págs. 63 a 66, sem terem efetuado as devidas atualizações. Os respectivos códigos serão reativados à medida que forem regularizadas as suas situações junto ao Ministério do Trabalho e Emprego.

CNPJ	Entidade
00.710.057/0001-84	SINTTRANSTUR/AL - Sindicato dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários Intermunicipal, Interestadual e Interior do Estado de Alagoas.
12.315.800/0001-80	SOEAL - Sindicato dos Odontologistas no Estado de Alagoas
51.810.307/0001-99	SINTRAMOV-RP - Sindicato dos Trabalhadores na Movimentação de Mercadorias em Geral de Ribeirão Preto
92.001.700/0001-19	formulário SISMURG - Sindicato dos Servidores Municipais de Rio Grande
93.075.232/0001-90	Sindicato dos Empregados em Serventias Notarias e Registrais e em Pessoas Jurídicas Afins no Estado do Rio Grande do Sul

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 228, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DOS TRANSPORTES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, inciso II, da Constituição Federal;

considerando o disposto no item c do parágrafo único do artigo 26, do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que define medidas para o exercício da supervisão ministerial; e

considerando a necessidade de conhecimento prévio dos reajustes e revisões tarifárias realizadas pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, que influem diretamente nas políticas públicas conduzidas por este Ministério, com vistas a harmonizar as políticas e programações do Governo com o setor de atuação da entidade; resolve:

Art. 1º A Secretaria de Fomento para Ações de Transportes deste Ministério, deverá comunicar ao Ministro de Estado dos Transportes os reajustes e revisões tarifárias dos serviços públicos previstos no inciso VII do art. 24, da Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, aprovados pela Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com 10 (dez) dias de antecedência às publicações no Diário Oficial da União.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.823, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Altera a Resolução ANTT nº 4.624, de 5 de maio de 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, conferidas pela Lei nº 10.233/2001, art. 20, inc. II e art. 25, inc. V; pelo Decreto nº 4.130/2002, Anexo I, art. 2º, inc. II, art. 4º, inc. VI; e pela Resolução ANTT nº 3.000/2009, Anexo, art. 25, inc. VIII e art. 109, inc. I; fundamentada no Voto DCN - 202, de 27 de agosto de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.070995/2015-06, RESOLVE:

Art. 1º Alterar a Resolução ANTT nº 4.624, de 5 de maio de 2015, a qual passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14. Tanto para os casos de renovação quanto para os casos de novas contratações, o valor mínimo do LMG relativo aos seguros de RCG e RO para cada uma das categorias constantes do Anexo único será reajustado pela variação acumulada do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas - FGV no período compreendido de janeiro de 2015 até o 4º (quarto) mês imediatamente anterior à data de início da vigência da apólice." (NR)

"Art. 16. (...)"

"§ 1º A concessionária deverá encaminhar à ANTT cópia da apólice de seguro contratada até 10 (dez) dias após o seu recebimento." (NR)

ANEXO

"(...)":

LMG Mínimo = $PTKU_{15,4}$ x CR x $A_{15,4}$ x FCM

"Onde:

1. PTKU15,4: produção de transporte da concessionária no período de 12 (doze) meses, compreendido o intervalo do 15º (décimo quinto) até o 4º (quarto) mês imediatamente anterior ao início da vigência da apólice, medida em toneladas por quilômetro útil - TKU e aferida pelo

módulo SIADE do Sistema de Acompanhamento e Fiscalização do Transporte Ferroviário - SAFF; (NR)

2. CR: coeficiente de referência para o seguro de RCG ou de RO correspondente à categoria na qual se encontra a concessionária, constante na Tabela 1 do presente Anexo;

3. $A_{15,4}$: indicador utilizado para adequação do coeficiente de referência no período de 12 (doze) meses, compreendido o intervalo do 15º (décimo quinto) até o 4º (quarto) mês imediatamente anterior ao início da vigência da apólice, calculado por: (NR)

$A_{15,4}$ = 1, se $ISP_{15,4}$ £ ISR; ou

$A_{15,4}$ = 1 + 0,5 ? [($ISP_{15,4}$ - ISR) / ISR], se $ISP_{15,4}$ > ISR.

3.1. $ISP_{15,4}$: índice de segurança praticado pela concessionária no período de 12 (doze) meses, compreendido o intervalo do 15º (décimo quinto) até o 4º (quarto) mês imediatamente anterior ao início da vigência da apólice medido em acidentes por milhão de trem x quilômetro e aferido pelo módulo METAS do SAFF; (NR)

3.2. ISR: índice de segurança de referência para a categoria na qual se encontra a concessionária, constante na Tabela 1 do presente Anexo;

4. FCM: fator de correção monetária do LMG, calculado pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas - FGV, acumulado no período compreendido de janeiro de 2015 até o 4º (quarto) mês imediatamente anterior ao início da vigência da apólice." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.824, DE 27 DE AGOSTO DE 2015

Defere o pedido de Autorização Especial do serviço Lajeado (RS) - Joinville (SC) à empresa Viação União Santa Cruz Ltda.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DMV - 018, de 27 de agosto de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.160156/2015-71, resolve:

Art. 1º Deferir o pedido de Autorização Especial do serviço Lajeado (RS) - Joinville (SC) à empresa Viação União Santa Cruz Ltda.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

SUPERINTENDÊNCIA DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA

PORTARIA Nº 259, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

A Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária, da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Deliberação n.º 157/10, de 12 de maio de 2010, fundamentada no que consta do Processo n.º 50510.029658/2015-14, resolve:

Art. 1º Autorizar a construção de acesso na faixa de domínio da Rodovia Presidente Juscelino Kubitschek, BR-040/MG, no trecho entre o km 578+200m e o km 581+330m, na Pista Sentido Rio de Janeiro, em Belo Vale/MG, de interesse da Gerdau Açominas S/A.

Art. 2º Na construção e conservação do referido acesso, a Gerdau deverá observar as medidas de segurança recomendadas pela Via 040 - Concessionária da BR-040 S/A, responsabilizando-se por danos ou interferências com redes não cadastradas e preservando a integridade de todos os elementos constituintes da Rodovia.

Art. 3º A Gerdau não poderá iniciar a construção do acesso objeto desta Portaria antes de assinar, com a Via 040, o Contrato de Permissão Especial de Uso, referente às obrigações especificadas, e sem apresentar a licença ambiental, se necessária.

Art. 4º A Via 040 deverá encaminhar, à Unidade Regional de Minas Gerais - URMG, uma das vias do Contrato de Permissão Especial de Uso, tão logo seja assinado pelas partes.

Art. 5º A Gerdau assumirá todo o ônus relativo à construção, à manutenção e ao eventual remanejamento desse acesso, responsabilizando-se por eventuais problemas decorrentes do mesmo e que venham a afetar a Rodovia.

Art. 6º A Gerdau deverá concluir a obra de construção do acesso no prazo de 121 (cento e vinte e um) dias após a assinatura do Contrato de Permissão Especial de Uso.

§ 1º Caso a Gerdau verifique a impossibilidade de conclusão da obra de construção do acesso no prazo estabelecido no caput, deverá solicitar à Via 040 sua prorrogação, por período não superior ao prazo original, devendo fazê-lo antes do esgotamento do mesmo, a fim de que seja analisado o pedido e emitida a autorização.

§ 2º Se a solicitação de prorrogação de prazo for recebida pela ANTT após o esgotamento do prazo original, caberá apenas a concessão de um novo prazo.

Art. 7º Caberá à Via 040 acompanhar e fiscalizar a execução do projeto executivo por ela aprovado e manter o cadastro referente ao acesso.

Art. 8º A Gerdau deverá apresentar, à URMG e à Via 040, o projeto as built, em meio digital (CAD) referenciado aos marcos topográficos da Rodovia.

Art. 9º A autorização concedida por meio desta Portaria tem caráter precário, podendo ser revogada, anulada ou cassada a qualquer tempo, de acordo com critérios de conveniência e oportunidade da ANTT.

Parágrafo único. A Gerdau abstém-se de cobrar qualquer tipo de indenização em razão da revogação, anulação ou cassação da autorização, bem como reembolso em virtude dos custos com as obras executadas.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VIVIANE ESSE

PORTARIA Nº 260, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

O Superintendente de Exploração da Infraestrutura Rodoviária - Substituto da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições e em conformidade com a Resolução n.º 3.000/2009, de 28 de janeiro de 2009, fundamentado no que consta do Processo n.º 50500.189868/2015-71;

Considerando o disposto no art. 11, caput, parágrafos 1º e 2º da Lei nº 13.103, de 2 de março de 2015;

Considerando o disposto no art. 6º inciso I do Decreto nº 8.433, de 16 de abril de 2015; e

Considerando o disposto na Portaria nº 944, de 8 de julho de 2015, do Ministério do Trabalho e Emprego, resolve:

Art. 1º A relação dos trechos das concessões federais de rodovias que dispõem de pontos de parada ou de locais de descanso adequados ou em processo de adequação será publicada na página eletrônica da ANTT no dia 31 de agosto de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ÉRICO REIS GUZEN

DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRAESTRUTURA DE TRANSPORTES

PORTARIA Nº 1.170, DE 21 DE AGOSTO DE 2015(*)

Disciplina a distribuição da competência para licitação e contratação entre a Administração Central e as respectivas Superintendências Regionais do DNIT e dá outras providências.

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE INFRA-ESTRUTURA DE TRANSPORTES - DNIT, tendo em vista o constante no artigo 4º e artigo 24, do Anexo I do Decreto nº 8.489, de 10 de julho de 2015, publicado no D.O.U. de 13 de julho de 2015, e no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 124, incisos IV e V, do Regimento Interno do DNIT, aprovado pela Resolução nº 10, de 31 de janeiro de 2007, do Conselho de Administração, publicada no D.O.U de 26/02/2007, e em conformidade com a Resolução C.A nº 20, de 13 de abril de 2015, publicada no D.O.U de 29 de abril de 2015, e tendo em vista o constante no processo nº 50600.018513/2010-66, e

CONSIDERANDO que o DNIT é órgão gestor e executor, em sua esfera de atuação, da infraestrutura de transporte terrestre e aquaviário, integrante do Sistema Federal de Viação;

CONSIDERANDO o permanente propósito da Administração do DNIT em descentralizar as competências, de modo a aproximá-la dos fatos, pessoas ou problemas a atender, e;

CONSIDERANDO que a delegação de competência agiliza a solução dos procedimentos administrativos e reverte em prol da coletividade, resolve:

CAPÍTULO I

DOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS E DOS CONTRATOS

Art. 1º DELEGAR aos Superintendentes Regionais do DNIT competência plena e responsabilidade decorrentes para a realização dos procedimentos licitatórios em todas as suas fases (abrangendo elaboração dos editais nos padrões aprovados pelo DNIT, nomeação de Comissão de Licitação, do leiloeiro administrativo ou oficial, publicação do resumo do edital conforme legislação pertinente, homologação e adjudicação do objeto de licitação, publicação do resultado, lavratura, assinatura do contrato e publicação no D.O.U. do extrato do contrato), com vistas à contratação de empresas especializadas para realização de:

I Obras de Manutenção/Conservação (PATO) e do Programa CREMA com vigência inicial de até 03 anos, independentemente de valor;

II Obras limitadas a 7 (sete) vezes o valor estabelecido no Item "b" do Inciso I, do Art. 23 da Lei nº 8.666/93 (atualmente em R$ 10.500.000,00), nos seguintes casos:

a) Restauração:
b) Construção;
c) Adequação de Capacidade;
d) Eliminação de Pontos Críticos;
e) Melhoramentos; e
f) Duplicação.

III Serviços de Supervisão para as obras de:

a) Manutenção/Conservação (PATO), independentemente de valor;

b) Programa CREMA - independentemente de valor;

c) Restauração - independentemente de valor;

d) Aqueles cujos os valores estejam limitados a 7 (sete) vezes o valor estabelecido no Item "b" do Inciso I, do Art. 23 da Lei nº 8.666/93 (atualmente em R$ 10.500.000,00), nos seguintes casos:

- Construção;
- Adequação de Capacidade;
- Eliminação de Pontos Críticos;
- Melhoramentos; e
- Duplicação.

IV Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA de empreendimentos, cujo valor estimado esteja limitado a sete vezes o valor estabelecido no item b do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93 (atualmente em R$ 10.500.000,00).

V Elaboração de Anteprojetos e Projetos de Engenharia de empreendimentos cujo valor estimado esteja limitado a sete vezes ao estabelecido no item b do inciso I do art. 23 da Lei nº 8.666/93 (atualmente em R$ 10.500.000,00).

VI Elaboração de estudos e programas ambientais, supervisão e gestão ambiental de empreendimentos, cuja expedição das respectivas licenças ambientais seja de competência do Estado ou do Município.

§ 1º Os casos não contemplados nos itens acima, poderão ser objeto de delegação de competência por meio de portaria específica do Diretor-Geral, devendo ser solicitada pela Superintendência Regional à Diretoria Setorial, a qual deverá submetê-la à Diretoria Colegiada, para aprovação.

§ 2º As Superintendências Regionais deverão, durante a instrução do procedimento licitatório, solicitar à Diretoria Setorial a emissão de Declaração de Existência de Recursos Orçamentários, a qual providenciará junto à Diretoria-Geral a emissão da Declaração Exigida na Lei de Responsabilidade Fiscal (Art. 15 a 17).

§ 3º As minutas dos editais e contratos deverão seguir o modelo padrão do DNIT e deverão ser submetidas à Procuradoria Federal Especializada/DNIT nos Estados.

§ 4º Os Contratos de Crema com vigência inicial superior a 03 anos, Gerenciamento, PROARTE e BR-LEGAL bem como os programas de controle de peso e de velocidade serão licitados na Sede, independentemente do valor orçado.

§ 5º Excepcionalmente, por motivos relevantes devidamente justificados e decisão da Diretoria Colegiada, mediante portaria especifica do Diretor-Geral, poderá ser delegada aos Superintendentes a realização de licitação nos casos discriminados no § 4º.

§ 6º Para definição do custo estimado da obra, objeto do projeto de engenharia, deverá ser adotada a planilha de Custos Médios Gerenciais a ser obtida no seguinte endereço eletrônico: http://www.dnit.gov.br/planejamento-e-pesquisa/planejamento/custo-medio-gerencial.

§ 7º Para os itens da presente portaria em que há limitação de valor, a estimativa de valores dos empreendimentos será definida pela tabela de custos gerenciais atualizada do DNIT para efeito de confronto com os limites estabelecidos.

CAPITULO II

DOS ADITIVOS CONTRATUAIS

SEÇÃO I

PRAZOS CONTRATUAIS

Art. 2º DELEGAR aos Superintendentes Regionais do DNIT competência plena e responsabilidades decorrentes, para os seguintes procedimentos no âmbito de sua atribuição (abrangendo aprovação, lavratura, assinatura e publicação no D.O.U. dos respectivos termos aditivos)

I Suspensão e restituição de prazos de todos os contratos, independentemente de valor.

II Prorrogação de prazo de todos os contratos, exceto os de gerenciamento, ainda que delegados, independentemente de valor.

III Prorrogação de prazo, aumento de valor em razão da prorrogação de prazo e adequação de equipe dos contratos de supervisão de obra de todos os contratos, independentemente de valor.

Parágrafo Único. Os casos não contemplados nos itens acima poderão ser objeto de delegação de competência por meio de portaria específica do Diretor-Geral, devendo ser solicitada pelo Superintendente Regional à Diretoria-Setorial, a qual deverá submetê-la a Diretoria Colegiada para aprovação.

SEÇÃO II

REVISÃO DE PROJETO EM FASE DE OBRAS

Art. 3º DELEGAR competência plena e as responsabilidades decorrentes, aos Superintendentes Regionais do DNIT, para a realização dos procedimentos de revisão de projeto em fase de obras, referente aos casos previstos no art. 1º desta Portaria, bem como para aprovação, lavratura, assinatura e publicação dos respectivos termos aditivos.

Parágrafo único. Os casos não contemplados neste artigo, poderão ser objeto de delegação de competência por meio de portaria específica do Diretor-Geral, devendo ser solicitada pela Superintendência Regional à Diretoria Setorial, a qual deverá submetê-la à Diretoria Colegiada, para aprovação.

SEÇÃO III

DEMAIS PROCEDIMENTOS CONTRATUAIS

Art. 4º DELEGAR competência plena e as responsabilidades decorrentes, aos Superintendentes Regionais do DNIT, para, no âmbito de sua atribuição:

I Elaboração, análise, aceitação e/ou aprovação de Anteprojetos e Projetos de Engenharia, referentes aos casos previstos no art. 1º desta Portaria;

II nomear comissão para analisar e aprovar os Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental - EVTEA, os projetos de engenharia e os estudos e programas ambientais de que tratam os incisos IV, V e VI do art.1º desta Portaria;

III nomear Comissão de Recebimento de obras ou serviços;

IV emitir ordem de início, de paralisação e reinicio de obras e serviços;

V emitir termo de recebimento das obras e serviços executados;

VI efetuar os procedimentos de cálculo dos reajustamentos de todos os contratos, formalizados na Sede ou nas Superintendências Regionais, bem como aprovar, lavrar, assinar e publicar os respectivos aditivos ou apostilamentos decorrentes;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

VII acompanhar e operacionalizar os procedimentos de licenciamento ambiental, referentes a projetos e obras de infraestrutura, interagindo junto aos órgãos ambientais da esfera municipal, estadual e representações federais nos Estados;

VIII promover todos os atos necessários ao atendimento das condicionantes estabelecidas nas licenças ambientais;

IX promover todos os atos necessários à obtenção das anuências a serem concedidas pelos órgãos envolvidos no procedimento de licenciamento, de acordo com a legislação ambiental;

X obter junto aos órgãos ambientais competentes as respectivas licenças;

XI providenciar o atendimento de todas condicionantes ambientais estabelecidas no procedimento de licenciamento ambiental e prestar todas as informações requeridas pelos órgãos ambientais;

XII incorporar aos contratos de obras a Instrução de Serviço/DG nº 03, de 04 de fevereiro de 2011, que define a Responsabilidade Ambiental das Contratadas - RAC.

XIII Proceder eventuais rescisões de contratos nos casos previstos no art. 1º desta Portaria, bem como lavratura, assinatura e publicação dos termos aditivos de rescisão.

Art. 5º DELEGAR competência plena e as responsabilidades decorrentes, aos Superintendentes Regionais do DNIT, para, no âmbito de sua atribuição, no que pertine ao procedimento de Desapropriação, para:

I Contratação de Serviços de Assessoramento à Desapropriação mediante Termo de Referência Padrão estabelecido pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa;

II Representar o DNIT nos atos de assinatura de Declaração de Reconhecimento de Limites, bem como nos respectivos mapas e memoriais descritivos em se tratando de Faixa de Domínio, de acordo com o estabelecido na Lei nº 6.015/73, alterada pela Lei nº 10.931/04, podendo subdelegar aos Supervisores das Unidades Locais com atribuição sob o trecho;

III Representar o DNIT nos atos de assinatura de comunicação às autoridades que detiverem a administração de bens públicos de uso comum que forem alcançados por declaração de utilidade pública, visando a afetação dos mesmos ao Sistema Federal de Viação;

IV Representar o DNIT nos atos de assinatura de Instrumentos Públicos de escrituras de desapropriação pelo DNIT e/ou doação por terceiros de imóveis declarados de utilidade pública;

V Nomear Comissão de Desapropriação para supervisionar, coordenar e executar os trabalhos de desapropriação e contratar, quando necessário, consultoria para apoio à execução desses serviços de acordo com os modelos de Termo de Referência aprovados pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa.

§ 1º As Superintendências Regionais serão responsáveis pela regularização patrimonial decorrente das desapropriações de que trata a presente Portaria.

§ 2º A área da Diretoria de Planejamento e Pesquisa, responsável pela atividade de desapropriação, deverá supervisionar e orientar a execução das delegações previstas nesta Portaria.

Art. 6º DELEGAR competência plena e as responsabilidades decorrentes, aos Superintendentes Regionais do DNIT, para, no âmbito de sua atribuição:

I aprovar os projetos técnicos e expedir autorização de serviço referentes a solicitações para utilização de faixas de domínio das rodovias federais sob atribuição do DNIT.

II autorizar a lavratura e assinatura dos Contratos de Permissão Especial de Uso e os respectivos aditamentos, bem como os termos de rescisão contratual, de acordo com a minuta-padrão aprovadas pela Diretoria Colegiada do DNIT.

III emitir a Guia de Recolhimento da União - GRU, efetuando o acompanhamento quanto ao pagamento.

CAPITULO III

ANÁLISES JURÍDICAS

Art. 7º Determinar que os procedimentos relativos aos atos a seguir relacionados, deverão ser submetidos às Procuradorias Federais Especializadas nas respectivas Superintendências Regionais:

I os atos delegados às Superintendências Regionais por esta Portaria ou por atos específicos, exceto quando houver a avocação para a sede.

II os casos de declaração de emergência e respectiva dispensa de licitação, por parte das Superintendências Regionais, exceto as avocadas, e;

III as emergências e respectivos contratos relativos à Lei nº 12.340/2010.

CAPITULO IV

AVOCAÇÃO

Art. 8º Nos atos delegados para os Superintendentes Regionais fica reservado o direito da Administração Central, por meio da Diretoria Setorial correspondente, de avocar os procedimentos, exercendo as mesmas atribuições ora delegadas.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º O planejamento, a programação, a operacionalização, a execução, a fiscalização e o controle de todos os atos e procedimentos, decorrentes desta Portaria, devem observar as disposições legais vigentes e os padrões e normas internas do DNIT.

Art. 10º Ficam por este ato revogadas as disposições contrárias previstas na Portaria de nº 1.511 de 12 de setembro de 2014, publicada no D.O.U de 15 de setembro de 2014, Seção 1, página 161, bem como nos demais atos cujas disposições sejam incompatíveis com esta Portaria.

Art. 11º Essa Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

VALTER CASIMIRO SILVEIRA
Interino

(*) Republicado por ter saído, no DOU nº 161, de 24/08/2015, Seção 1, pág. 68, com incorreção no original.

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA Nº 94, DE 28 DE AGOSTO DE 2015

Autoriza a implantação das funcionalidades do Sistema ELO previstas nos incisos II, III e IV do art. 47 da Portaria CNMP-PRESI nº 63, de 26 de maio de 2015, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso das atribuições previstas no art. 130-A, § 2º, I, da Constituição Federal, e no art. 39 da Resolução nº 119, aprovada pelo Plenário em 24 de fevereiro de 2015;

Considerando o disposto na parte inicial do caput do art. 47 da Portaria CNMP-PRESI nº 63, de 26 de maio de 2015, que, em consonância com o art. 36 da Resolução nº 119, de 2015, prevê a implementação, de forma gradual e modular, do Sistema ELO e de suas funcionalidades;

Considerando a necessidade de dar cumprimento à norma programática insculpida no parágrafo único do art. 47 da Portaria CNMP-PRESI nº 63, de 2015, que fixou o prazo de 90 (noventa) dias para regulamentação e implementação da funcionalidade prevista no inciso III deste mesmo artigo, consistente na possibilidade de realização de citações, intimações, notificações e demais atos de comunicação por meio do Sistema ELO;

Considerando que, além da funcionalidade prevista no inciso III do art. 47 da Portaria CNMP-PRESI nº 63, de 2015, também se encontram aptas a serem implementadas as funcionalidades previstas nos incisos II e IV do mesmo dispositivo; e

Considerando que, nos termos do art. 36, § 2º, da Resolução nº 119, de 2015, a publicação do ato de implementação das fases e funcionalidades do Sistema Elo deverá ocorrer na página eletrônica e na intranet do Conselho Nacional do Ministério Público, bem como no Diário Oficial da União com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, quando se reportarem à sua utilização externa, RESOLVE:

Art. 1º Autorizar a implantação das funcionalidades do Sistema ELO previstas nos incisos II, III e IV do art. 47 da Portaria CNMP-PRESI nº 63, de 26 de maio de 2015, a partir do dia 1º de outubro de 2015.

Art. 2º As funcionalidades de que trata o art. 1º serão regidas pela Resolução CNMP nº 119, de 24 de fevereiro de 2015, e pela Portaria CNMP-PRESI nº 63, de 26 de maio de 2015.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS

SECRETARIA-GERAL

RETIFICAÇÃO

Na pauta da 17ª Sessão Ordinária de 2015 do CNMP, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 28/08/2015, págs. 127/131, onde se lê:

75) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Relator: Cons. Cláudio Henrique Portela do Rego

Origem: Distrito Federal

Leia-se:

75) Procedimento de Controle Administrativo n.º 0.00.000.000334/2015-78

Requerente: Conselho Nacional do Ministério Público

Requerido: Ministério Público do Estado de Sergipe

Assunto: Visa apurar a efetividade do controle de residência fora da Comarca no âmbito do Ministério Público do Estado de Sergipe, inclusive em relação aos casos anteriormente observados, conforme o item 7.14 do Relatório Conclusivo de Inspeção do Ministério Público do Estado de Sergipe.

Relator: Cons. Walter de Agra Júnior

Origem: Distrito Federal

PLENÁRIO

ACÓRDÃO DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PROCESSO: RPD Nº 0.00.000.000025/2015-06
RELATOR: Conselheiro Fábio George Cruz da Nóbrega
Requerente: Corregedoria-Geral do Ministério Público do Estado do Mato Grosso
REQUERIDO: Membro do Ministério Público do Estado do Mato Grosso
ADVOGADO: Rubimar Barreto Silveira - OAB/MT Nº. 3.640
EMENTA: REVISÃO DE PROCESSO DISCIPLINAR. PRÁTICA POR PROMOTORA DE JUSTIÇA DE ATOS QUE DENOTAM MENOSCABO A SERVIDORA QUE LHE ERA SUBORDINADA. NOTÓRIO DESCOMPASSO ENTRE O ARCABOUÇO PROBATÓRIO E A DECISÃO ABSOLUTÓRIA. PROCEDÊNCIA. APLICAÇÃO DA SANÇÃO DISCIPLINAR DE ADVERTÊNCIA.

1. Pedido de Revisão de Processo Administrativo Disciplinar cujo cabimento se justifica pela alegação de manifesta contrariedade entre os fatos apurados e a decisão absolutória proferida a par deles.

2. Promotora de Justiça que praticou atos que implicaram menoscabo a servidora que lhe era subordinada, a exemplo, especialmente, do lançamento de correção de teor ofensivo em requerimento de férias formulado por esta.

3. Infração aos deveres funcionais de zelar pelo respeito aos servidores e tratá-los com urbanidade, previstos no art. 134, incisos IV e V, da Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Mato Grosso.

4. Procedência do pedido revisional para a aplicação da sanção disciplinar de advertência.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos, acordam os Conselheiros do Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público, por maioria, em julgar procedente a presente Revisão de Processo Disciplinar para aplicar à requerida a sanção disciplinar de advertência, nos termos do voto do Relator, vencidos os Conselheiros Orlando Rochadel, Fábio Stica, Sérgio Ricardo de Souza e Leonardo Farias, que o julgavam improcedente. A Presidente declarou suspeição, por motivo de foro íntimo.

FÁBIO GEORGE CRUZ DA NÓBREGA
Conselheiro Relator

DECISÕES DE 27 DE AGOSTO DE 2015

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO N° 0.00.000.000335/2015-12
RELATOR: LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
ADV.: NÃO CONSTA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE - MP/SE
ADV.:NÃO CONSTA

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 43, inciso IX, alínea b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO do presente PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO face a regularidade do Contrato nº 005/2012 do Ministério Público do Estado de Sergipe.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator

PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS N° 1.00136/2015-86
RELATOR: LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
REQUERENTE: JOÃO ALMEIDA MASCARENHAS FILHO
ADV.: LUIZ AUGUSTO REIS DE AZEVEDO COUTINHO - OAB/BA 14.129
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO ESTADO DA BAHIA
ADV.: NÃO CONSTA

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, com fundamento no artigo 43, inciso IX, alínea b, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público, determino o ARQUIVAMENTO do presente PEDIDO DE PROVIDÊNCIAS face a perda superveniente do objeto.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator

REPRESENTAÇÃO POR INERCIA OU POR EXCESSO DE PRAZO N° 1.00010/2015-20
RELATOR: LEONARDO HENRIQUE DE CAVALCANTE CARVALHO
REQUERENTE: RICARDO DE LIMA CATTANI
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE PERNAMBUCO - MP/PE

DECISÃO

(...)

Não há, portanto, que se falar em excesso de prazo ou inércia por parte do Parquet já que este realizou seu exercício com presteza, cuidado e assiduidade dentro das margens legais, mostrando interesse nos fatos relatados pelo autor. Ante o exposto, determino o arquivamento do feito com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

LEONARDO CARVALHO
Conselheiro Relator

PROCESSO: RIEP Nº 1.00207/2015-31
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: RAQUEL GIOVANINI DE MOURA
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Tendo em vista a petição de fl. 08, na qual a representante manifesta a sua falta de interesse no prosseguimento do feito, homologo o pedido e determino o arquivamento da presente Representação por Inércia ou por Excesso de Prazo nº 1.00207/2015-31, com fundamento no art. 43, inciso IX, alínea "b", do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público. Arquive-se.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

DECISÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2015

PROCESSO: PCA Nº 0.00.000.001754/2014-91
RELATOR: ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
REQUERIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PERNAMBUCO

DECISÃO

(...)

Ante o exposto, por constatar que o Ministério Público do Estado de Pernambuco se adequou às exigências dispositivas das mencionadas resoluções, determino o arquivamento do presente PCA nº 0.00.000.001754/2014-91, com fundamento no art. 43, IX, "b", do RICNMP, sem prejuízo de nova análise, por este Conselho Nacional, em caso de eventual notícia de descumprimento daqueles atos normativos.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Conselheiro Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÕES DE 25 DE AGOSTO DE 2015

PROCESSOS: INSPEÇÃO - INSP N. 0.00.000.001007/2014-52
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTERESSADO: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Decisão:

(...)

À vista do exposto, somos pela REJEIÇÃO DOS EMBARGOS por INTEMPESTIVIDADE. Acaso ultrapassada a preliminar, no mérito, pela rejeição dos embargos por inexistência da contradição apontada pelo embargante.

Brasília, 19 de agosto de 2015
DARLAN BENEVIDES DE QUEIROZ
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

Acolho a presente manifestação e determino seja oficiado ao Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, ADONIAS ZAM, na forma apontada na manifestação elaborada pelo Membro Auxiliar desta Corregedoria Nacional.

Cumpra-se.

Brasília, 25 de agosto de 2015
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

PROCESSO DE INSPEÇÃO Nº0.00.000.001007/2014-52.
EMBARGANTE: GRUPO ESPECIAL DE TRABALHO EM EXECUÇÃO PENAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.
EMBARGADA: CORREGEDORIA NACIONAL.

Decisão:

(...)

21. Diante do quanto foi exposto, nego seguimento ao presente Embargos de Declaração, por não ter sido demonstrada a existência de obscuridade, contradição ou omissão na parte do Relatório Conclusivo de Inspeção, apontada pelo embargante.

Comunique-se o Plenário.

Intime-se.

Brasília, 25 de agosto de 2015
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

INSPEÇÃO - INSP N. 0.00.000.001007/2014-52
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
INTERESSADO: CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Decisão:

(...)

13. À vista do exposto, somos pela REJEIÇÃO DOS EMBARGOS por INTEMPESTIVIDADE. Acaso ultrapassada a preliminar, no mérito, pela rejeição dos Embargos por inexistência da contradição apontada pelo embargante.

Brasília, 19 de agosto de 2015
DARLAN BENEVIDES DE QUEIROZ
Membro Auxiliar da Corregedoria Nacional

1.1.1.1) Acolho a presente manifestação e determino seja oficiado ao Procurador de Justiça do Ministério Público do Estado do Espírito Santo, ELIEZER SIQUEIRA DE SOUZA, na forma apontada na manifestação elaborada pelo Membro Auxiliar desta Corregedoria Nacional.

1.1.1.2) Cumpra-se.

Brasília, 25 de agosto de 2015
CLÁUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

DECISÃO DE 28 DE AGOSTO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000491/2015-83
RECLAMANTE: LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
ADVOGADO DO REQUERENTE: ROBERTO TEIXEIRA - OAB/SP Nº 22.823 E OUTROS
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Trata-se de recurso interno interposto pelo reclamante (fl. 270/298) em face da decisão de fl. 251/259, que determinou o arquivamento da reclamação disciplinar.

Considerando que a publicação da decisão se operou em 21.08.15- sexta-feira (fl. 260) e que a petição de recurso foi protocolada no Conselho Nacional do Ministério Público em 27.08.15 (f. 270), conheço do recurso interposto, porquanto tempestivo (fl.268/269).

Mantenho a decisão impugnada por suas próprias razões (fl.251/259).

Na forma dos artigos 153 e 154 do Regimento Interno do CNMP, determino o envio dos autos à Secretaria Geral para distribuição a um Conselheiro Relator

Publique-se,
Registre-se e
Intime-se.

Brasília-DF, 28 de agosto de 2015
CLAUDIO HENRIQUE PORTELA DO REGO
Corregedor Nacional do Ministério Público

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 6, DE 24 DE AGOSTO DE 2015

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa do Patrimônio Público, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.034599/15-57, que tem como interessados as Administrações Regionais do DF, A3 Brasil Eventos Ltda., Impacto Organização e Eventos Ltda - EPP e SWOT Serviços de Festas e Eventos Ltda., a fim de apurar possíveis irregularidades na Adesão a Atas de Registro de Preços.

FERNANDA DA CUNHA MORAES
Promotora de Justiça

Tribunal de Contas da União

PLENÁRIO

ATA Nº 30, DE 26 DE AGOSTO DE 2015
(Sessão Extraordinária Reservada do Plenário)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 18 horas e 40 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes, com causa justificada, o Presidente Aroldo Cedraz e os Ministros Walton Alencar Rodrigues e Augusto Nardes.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

O Tribunal Pleno homologou a Ata nº 29, referente à sessão extraordinária realizada em 19 de agosto (Regimento Interno, artigo 101).

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 2170, adotado no processo nº TC-005.472/2015-6, constante da Relação nº 42 do Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 2171, adotado no processo nº TC-009.259/2015-5, constante da Relação nº 38 do Ministro José Múcio Monteiro;

Acórdão nº 2172, adotado no processo nº TC-008.611/2014-9, constante da Relação nº 35 do Ministro Vital do Rêgo; e

Acórdão nº 2173, adotado no processo nº TC-008.633/2015-0, constante da Relação nº 17 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou o processo listado a seguir e aprovou o seguinte acórdão:

Acórdão nº 2174, adotado no processo nº TC-016.381/2014-9, cujo relator é o Ministro José Múcio Monteiro; e

Acórdão nº 2175, adotado no processo nº TC-033.192/2014-6, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os processos nºs:

TC-003.850/2015-3, TC-020.308/2015-9 e TC-020.430/2015-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-032.820/2014-3, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro; e

TC-007.113/2013-7, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos nºs 2171 e 2174, a seguir transcritos.

RELAÇÃO Nº 38/2015 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 2171/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, e 53 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 234 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em conhecer da denúncia, para no mérito considerá-la improcedente em face da inexistência de qualquer irregularidade nos fatos narrados; tornar essa decisão pública e arquivar o processo, dando-se ciência do decidido ao denunciante e ao TRE/PI, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.259/2015-5 (DENÚNCIA)
1.1. Denunciante: identidade preservada
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (TRE/PI)
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secex/PI
1.6. Advogado constituído nos autos: não há
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há

Ata n° 30/2015 - Plenário
Data da Sessão: 26/8/2015 - Extraordinária de Caráter Reservado

ACÓRDÃO Nº 2174/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.381/2014-9
2. Grupo I - Classe VII - Denúncia
3. Responsável: Nabor Wanderley da Nóbrega Filho (CPF 460.798.404-30, ex-prefeito)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Patos/PB
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: Secex/PB
8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de denúncia acerca de possíveis irregularidades na execução pela Prefeitura Municipal de Patos/PB das ações do Programa Projovem Trabalhador - Juventude Cidadã, com recursos da ordem de R$ 1.859.550,00, para o exercício de 2012.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária Reservada, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 12, § 3º, 53, § 4º, 55, caput e § 2º, e 58, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer da presente denúncia, considerando-a parcialmente procedente, no que se refere à dispensa indevida de licitação e à locação de veículos não pertencentes à contratada;

9.2. aplicar multa a Nabor Wanderley da Nóbrega Filho (ex-prefeito), no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Trabalho e Emprego, à Prefeitura Municipal de Patos/PB e ao denunciante;

9.5. retirar o sigilo dos autos, preservando a identidade do denunciante.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 30/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 26/8/2015 - Extraordinária de Caráter Reservado.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-2174-30/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro (Relator), Ana Arraes, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

O acórdão nº 2174, apreciado de forma unitária, consta também do Anexo I desta Ata, juntamente com o relatório e voto em que se fundamentou. O referido anexo, de acordo com a Resolução nº 184/2005, está publicado na página do Tribunal de Contas da União na internet.

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo II desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 18 horas e 43 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 2 de setembro e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 28 de agosto de 2015.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão prevista para 02/09/2015, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

031.372/2013-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

006.396/2012-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Advogado constituído nos autos: não há

008.762/2015-5
Natureza: Representação
Representante: Rodrigo Maia da Fonte, Juiz Federal da 14ª Vara /PE
Órgão/Entidade/Unidade: Advocacia-geral da União
Advogado constituído nos autos: não há

009.900/2015-2
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Hospital Federal dos Servidores do Estado
Advogado constituído nos autos: não há

010.990/2015-1
Natureza: Representação
Representante: Luanda Comércio de Surprimento para informática Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Advogado constituído nos autos: não há

020.459/2014-9
Natureza: Representação
Representante: Justiça Federal - Seção Judiciária do Espírito Santo
Órgão/Entidade/Unidade: Agência Nacional de Telecomunicações
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

012.583/2011-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Departamento Penitenciário Nacional; Governo do Estado do Acre
Advogada constituída nos autos: Cíntia Tashiro (OAB/DF 18.050)

017.445/2015-9
Natureza: Representação
Representante: Fóton Informática e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
Advogados constituídos nos autos: Rodrigo Badaró de Castro, OAB/DF 2.221-A, Antonio Carlos G. Gonçalves (OAB/DF 33.766 e OAB/SP 195.691)

028.227/2013-1
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Saúde de Mato Grosso; Mato Grosso Secretaria de Administração, atual Secretaria de Estado de Gestão
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

008.608/2006-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo Constitucional do Distrito Federal e Polícia Militar do Distrito Federal
Advogado constituído nos autos: Ailton Sebastião da Silva (OAB/DF 13.928)

009.514/2010-4
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2009
Responsáveis: Adeilson Teixeira Bezerra e outros
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência de Trens Urbanos de Maceió/AL da Companhia Brasileira de Trens Urbanos
Advogados constituídos nos autos: Gustavo Igor Vasconcelos Lopes Calheiros - OAB/AL 9393, Fabrício Silva Ramos - OAB/AL 6986, Maria Edite Barreto Fantini - OAB/PE 14070-D, José Eduardo Barros Correia - OAB/AL 3875, Aristênio de Oliveira Juca Santos - OAB/AL 3148, Carlos Henrique Barbosa de Sampaio - OAB/AL 1626, Sandra de Almeida Silva - OAB/AL 6521, Reinaldo Cavalcanti Moura - OAB/AL 1972 e Fabrycya Parlla Rodrigues Lucas - OAB/AL 5798

017.973/2011-2
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Egilmário Silva Bezerra e Inácio Roberto de Lira Campos, Construtora Harpan Ltda., José Pereira de Carvalho, e Carlos Antônio Amaral Soares; Ji Construções Civis Ltda., e Ivanaldo Alves dos Santos e Jailton Silva de Almeida
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Cacimba de Areia/PB
Advogado constituído nos autos: João Lopes de Sousa Neto (OAB/PB 11.996)

Ministra ANA ARRAES

026.281/2011-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2010
Responsáveis: Carmen Silveira de Oliveira; Fabio Feitosa da Silva; Fauze Martins Chequer; Herbert Borges Paes de Barros; Izabel Maria Madeira de Loureiro Maior; Jose Armando Fraga Diniz Guerra; Jose Rafael Miranda; Lena Vânia Carneiro Peres; Marcia Ustra Soares; Paulo de Tarso Vannuchi; Perly Cipriano; Rogério Sottili
Órgão/Entidade/Unidade: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

007.346/2013-1
Natureza: Recurso de Revisão
Recorrente: Sebastião Ferro de Moraes
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Paraúna - GO
Advogados constituídos nos autos: Ricardo Cézar Gomes (OAB/GO 8765) e Otávio Vinícius Moreira de Barros (OAB/GO 27984)

012.905/2005-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Adeildo Máximo Bezerra; Amir Galdino de Oliveira; Estanislau da Costa Sa Junior; Infinity Consultorias Empresariais e Serviços Ltda.; Isabel Cristina Tanese; Jose Julio de Siqueira Sartori; José Lincoln Daemon; Júlio César de Oliveira de Albuquerque Pereira; Laerte de Lima Rimoli; Noel Dorival Giacomitti; Smp&b Comunicação Ltda.; Walter Batista Alvarenga
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério do Esporte; Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração
Advogada constituída nos autos: Maria Cristina da Costa Fonseca (OAB/DF 14.974)

013.509/2015-2
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre
Advogado constituído nos autos: não há

016.616/2015-4
Natureza: Representação
Representante: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS
Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional do Seguro Social
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

000.279/2010-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério das Cidades, Caixa Econômica Federal, Município de Fortaleza e Fundação de Desenvolvimento Habitacional de Fortaleza
Advogados constituídos nos autos: Adam Luiz Alves Barra, OAB/DF 19.786; Alanna Castelo Branco Alencar, OAB/CE 6.854; Alexandre Wagner Vieira da Rocha, OAB/DF 17.510; Aline Lisboa Naves Guimarães, OAB/DF 22.400; Ana Cecília Costa Ponciano, OAB/DF 22.260; Anastácia de Barros Barbosa, OAB/DF 18.539; Anna Maria Marques de Almeida, OAB/DF 4.045; Augusto Silveira de Almeida Junior, OAB/DF 13.297; Bruna Carneiro Tavares Nunes, OAB/DF 27.680; Carla Beatriz Hamu Silva Cherulli, OAB/DF 17.041; Carlos Antônio Silva, OAB/DF 10.293; Carlos Henrique Bernardes Castello Chiossi, OAB/SP 157.199; Ceres de Jesus Silva Araujo, OAB/MA 3.396; Christiane Barozi Porto, OAB/DF 17.596; Cintia Tashiro, OAB/DF 18.050; Claudia Lourenco Midosi May, OAB/DF 7.833; Daniel Aquino Schneider, OAB/DF 20.829; Eder Pessoa da Costa, OAB/SP 186.327; Edson Pereira da Silva, OAB/DF 5.100; Eduardo Pereira Bromonschenkel, OAB/DF 28.207; Elga Lustosa de Moura Nunes, OAB/DF 17.788; Elisia Sousa Xavier, OAB/DF 6.591; Estanislau Luciano de Oliveira, OAB/MG 62.564; Eugenia Costeski Crosati, OAB/DF 24.512; Fabiana Calviño Marques Pereira, OAB/DF 16.226; Fernando José Azalim Piantavini, OAB/DF 18.404; Flavio Adalberto Ramos Giussani, OAB/SP 42.217; Frederico Gazolla Rodrigues Renno, OAB/MG 81.176; Gilson Costa de Santana, OAB/DF 19.557; Girlana Granja Peixoto Moreira, OAB/DF 18.405; Gisela Ladeira Bizarra Morone, OAB/DF 5.794; Giselle D´Avila Honorato Furtado, OAB/MG 81.996; Guilherme Lopes Mair, OAB/SP 241.701; Gustavo Anderson Ferreira de Barros, OAB/PE 15.576; Helena Sirimarco Moreira Guedes, OAB/DF 29.026; Iran Neves Brito Junior, OAB/DF 15.856; Isabella Gomes Machado, OAB/DF 10.482; Janiele Queiroz Mendes, OAB/DF 18.871; José Antônio Martins Lacerda, OAB/MG 80.450; José Linhares Prado Neto, OAB/DF 18.806; José Nicodemos Rodrigues Varela, OAB/DF 13.187; Jose Oscar Cruvinel de Lemos Couto, OAB/MG 98.128; José Oswaldo Fernandes Caldas Morone, OAB/SP 64.911; e OAB/DF 32.192; Júlio Vitor Greve, OAB/DF 7.677; Leonardo da Silva Patzlaff, OAB/DF 16.557; Leonardo Groba Mendes, OAB/DF 16.291; Leonardo Pinto Fontes, OAB/RJ 122.499; Leonardo Tostes dos Santos, OAB/DF 19.481; Ligia Carolina Bortoloni Ide, OAB/MG 96.654; Lyanna Magalhães Castelo Branco, OAB/CE 17.841; Luiz Eduardo Alves Rodrigues, OAB/DF 18.176; Marcelo Frossard Pincinato, OAB/DF 21.768; Marcos Antônio Silva, OAB/DF 27.933; Marcos Ulhoa Dani, OAB/MG 83.645; Maria Angelica Silva de Souza Maia, OAB/DF 22.439; Maria de Fátima Vieira de Vasconcelos, OAB/DF 9.253; Maria Isabel da Cruz, OAB/DF 7.216; Maria Laura Domingues O Alcoforado, OAB/PE 8.895; Marília Regueira Dias, OAB/DF 18.461; Mario Luiz Machado, OAB/DF 4.848; Mauricio de Oliveira Ramos, OAB/DF 22.441; Mauro José Garcia Pereira, OAB/DF 9.482; Meire Aparecida de Amorim, OAB/DF 19.673; Natanael Lobão Cruz, OAB/PE 19.050; Neiva de Fátima Pereira, OAB/MG 56.865; Osival Dantas Barreto, OAB/DF 15.431; Paulo Alexandre Vieira Moço, OAB/DF 23.859; Rafael Resende de Andrade, OAB/SE 5.201; Renata Costa Silva Brandão, OAB/MG 73.532; Salvador Congentino Neto, OAB/SP 158.736; Samir Nacim Francisco, OAB/DF 1.640; Satiro Lazaro da Cunha, OAB/DF 5.286; Sérgio Luiz Guimarães Farias, OAB/DF 8.540; Tiago Ribeiro Rebouças, OAB/CE 22.745; Wanessa Rosa Oliveira Mendes, OAB/DF 22.527 e Wesley Cardoso dos Santos, OAB/DF 16.752

008.530/2005-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Sérgio Yoshio Nakamura, Domingos Sávio de Medeiros, Júlio Augusto Miranda Filho, e Fidens Engenharia S.A.
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Estadual de Estradas de Rodagem do Acre
Advogados constituídos nos autos: Alexandre Aroeira Salles, OAB/MG n. 71.947; Marina Hermeto Corrêa, OAB/MG n. 75.173; Patrícia Guércio Teixeira, OAB/MG n. 90.459; Renata Aparecida Ribeiro Felipe, OAB/MG n. 97.826; Francisco de Freitas Ferreira, OAB/MG n. 89.353; Tathiane Vieira Viggiano Fernandes, OAB/MG n. 101.379; Cynthia Póvoa de Aragão, OAB/DF n. 22.298; Érlon André de Matos, OAB/MG n. 103.096; Vitor Magno de Oliveira Pires, OAB/MG n. 6.089-E; Vanessa Drumond Patrus Ananias, OAB/MG n. 8.381-E; Nayron Sousa Russo, OAB/MG n. 8.534-E; Mariana Barbosa Miraglia, OAB/MG n. 8.140-E; Simone Castro Feres de Melo, OAB/MG n. 9.038-E; Mariana do Espírito Santo Costa, OAB/MG n. 11.770-E; Rodrigo Oliveira Freitas, OAB/DF n. 6.456-E; João Paulo Machado Baumotte, OAB/DF n. 21.756; Olívia Tonello Mendes Ferreira, OAB/DF n. 21.776; e Fernando Daniel Faria da Conceição, OAB/AC n. 2.535

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

425.130/1998-3
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alberto Carvalho de Souza; Eldan Veloso; Eugênia Lemos Barros Bárbara; Frederico Alberto de Andrade; José Reynaldo da Cunha Santos Arozo Vieira da Silva; José Rogério Salles; Nicolau Zaiden Neto; Omar José Silva da Encarnação e Paulo Afonso Romano
Órgão/Entidade/Unidade: Município de Rondonópolis/MT
Advogados constituídos nos autos: José Pereira da Silva Neto (OAB/MT 3.273) e Letícia de Alarcão Vaz Antunes (OAB/DF 18.104)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

017.219/2015-9
Natureza: Representação
Representante: Ideorama Comunicação Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Federal de Biblioteconomia
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

PROSSEGUIMENTO DE VOTAÇÃO

Ministro AROLDO CEDRAZ

003.957/2014-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Aroldo de Almeida e Silva; Nicole Costa e Silva Leventi
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Cuiabá/MT
Advogado constituído nos autos: não há
Revisor: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES (44/2014)

003.993/2014-0
Natureza: Pensão Civil
Interessadas: Emylly Nathalya Silva Lopes; Monica Cristina Telles da Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Superintendência Estadual do INSS em Maceió/AL
Advogado constituído nos autos: não há
Revisor: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES (44/2014)

003.997/2013-8
Natureza: Pensão Civil
Interessada: Célia Maria Guimarães Tapioca
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Salvador/BA
Advogado constituído nos autos: não há
Revisor: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES (44/2014)

010.227/2013-0
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Luiz Andrey Gayer Braga
Órgão/Entidade/Unidade: Gerência Executiva do INSS em Passo Fundo/RS
Advogado constituído nos autos: não há
Revisor: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES (44/2014)

012.735/2007-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Carlos Baptista Branco; Érico Thadeu Ferreira Silva
Advogado constituído nos autos: não há
Revisor: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES (44/2014)

Ministro JOSÉ JORGE

027.778/2008-6
Tipo: Tomada de Contas Especial
Responsável: Rainel Barbosa Araújo
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Miracema do Tocantins/TO
Advogado constituído nos autos: Ricardo Alves Pereira - OAB/TO 2.500
Revisor: Ministro AROLDO CEDRAZ (33/2014)

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Ministro BENJAMIN ZYMLER

032.700/2010-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgãos/Entidades/Unidades: Município de Campina Grande - PB e Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Responsável: Cássio Rodrigues da Cunha Lima
Advogados constituído nos autos: Jovino Machado Neto (OAB/PB 10.727), Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21.359), Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e Adale Telles Freitas (OAB/SF 18.453)
Revisor: Ministro BRUNO DANTAS (48/2014)

Ministra ANA ARRAES

024.882/2014-3
Natureza: Relatório de Acompanhamento
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Portos da Presidência da República e Agência Nacional de Transportes Aquaviários
Advogado constituído nos autos: não há
Revisor: Ministro VITAL DO RÊGO (34/2015)

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

012.611/2006-9
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2005
Responsáveis: Homero Alves Pereira, Antônio Carlos Carvalho de Sousa, João Conceição Alencastro, Benedito Francisco de Almeida, Celso Luiz Lima, Edivaldo José da Silva, José Ribeiro da Silva, José Almir da Silva, Romildo Adelino Greselle, Duílio Mayolino Filho
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado de Mato Grosso
Advogados constituídos nos autos: Maria Letícia Tamer Godinho, OAB/DF n. 15.755; Maria de Fátima Carneiro, OAB/DF n. 1.194-A; George Macêdo Pereira, OAB/DF n. 14.339; Eustáquio Inácio de Noronha Neto, OAB/MT n. 12.548; Ricardo da Cunha Borges, OAB/MG n. 71.258; Antônio Sagrilo, OAB/DF n. 14.380; Luis Eduardo Mendonça Borges, OAB/DF n. 26.140; Antonio Égiton Vargas, OAB/DF n. 31.109; Marcelo dos Santos Barbosa, OAB/MT n. 4.886; Diego Ricardo Marques, OAB/DF n. 30.782; Thiago Groszewicz Brito, OAB/DF n. 31.762; e Paulo Cochrane, OAB/RJ n. 68.901
Revisor: Ministro RAIMUNDO CARREIRO (19/2013)

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

004.068/2014-9
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade/Unidade: Casa da Moeda do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há

016.114/2010-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alfredo de Oliveira Filho; Devanice Ribeiro Guimarães; Dinorah D Araujo Berbert de Castro; Francisco Lopes de Ávila; Jose Ulisses Ferreira Junior; José Neiva Eulálio; José Raimundo Fernandes dos Santos; Laudélio Santos Fonseca; Maria Dajuda Melo Guimarães; Maria Emilia Coelho Pereira; Pedro Paim Vieira; Suzana Maria Pimentel Ribeiro; Urania Oliveira Lima; Vera Lucia Lima de Santana; Zenia Pinto Vieira Rosa
Órgão/Entidade/Unidade: Universidade Federal da Bahia
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro BENJAMIN ZYMLER

028.924/2014-2
Natureza: Representação
Representante: GSA Comércio e Serviços Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Ministério da Integração Nacional
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

011.689/2015-3
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério das Comunicações, Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Agência Nacional de Aviação Civil e Agência Nacional de Transportes Terrestres
Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

003.632/2015-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Integração Nacional e Secretaria de Estado de Infraestrutura de Alagoas
Advogados constituídos nos autos: não há

014.355/2015-9
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Caixa Econômica Federal; Instituto Estadual do Ambiente; Ministério das Cidades
Advogado constituído nos autos: não há

021.726/2015-9
Natureza: Consulta
Consulente: Supremo Tribunal Federal
Advogado constituído nos autos: não há

029.384/2006-4
Natureza: Recurso de Revisão (Tomada de Contas Simplificada)
Recorrente: Ministério Público junto ao TCU
Órgão/Entidade/Unidade: 1ª Divisão de Levantamento
Advogado constituído nos autos: não há

033.905/2012-6
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas Brasileiras S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

007.498/2010-1
Natureza: Pedido de Reexame (Relatório de Auditoria)
Recorrentes: Luiz Antonio Pagot; Hideraldo Luiz Caron; Luis Munhoz Prosel Junior
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Advogado constituído nos autos: João Gabriel Perotto Pagot (OAB/MT 12.055)

015.041/2015-8
Natureza Embargos de Declaração (Agravo)
Embargante: Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio Grande do Sul
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério de Minas e Energia e Agência Nacional de Energia Elétrica
Advogados constituídos nos autos: Angela Von Mühlen (OAB/RS 49.157) e Pedro Inácio Von Ameln Ferreira e Silva (OAB/RS 69.018)

017.061/2005-2
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Neudo Ribeiro Campos e Roosevelt Campos da Rocha
Órgão/Entidade/Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
Advogados constituídos nos autos: Cynthia Póvoa de Aragão (OAB/DF 22.298), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885), Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (OAB/DF 6.546) e Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (OAB/DF 41.796)

017.544/2011-4
Natureza: Consulta
Consulente: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há

020.648/2015-4
Natureza: Representação
Representante: Vox Tecnologia da Informação Ltda.
Órgão/Entidade/Unidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
Advogados constituídos nos autos: Renata Lôbo Quadros (OAB/BA 19.594) e Cândido Emanoel Viveiros Sá Filho (OAB/BA 8.708)

Ministra ANA ARRAES

000.773/2015-8
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

007.308/2010-8
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrentes: Maria do Perpétuo Socorro dos Santos Rosendo-ME e Plinio Oliveira Silva
Órgão/Entidade/Unidade: Prefeitura Municipal de Conceição do Lago-Açu/MA
Advogados constituídos nos autos: Antônio Augusto Sousa (OAB/MA 4.847) e outro, Elson Januário Fagundes (OAB/MA 7.641)

018.515/2014-2
Natureza: Pedido de Reexame (Representação)
Recorrente: Associação dos Advogados do Banco do Brasil
Órgão/Entidade/Unidade: Banco do Brasil S.A.
Advogados constituídos nos autos: Alessandro Zerbini Ruiz Barbosa (OAB/RJ 108.741), Alexandre Pocai Pereira (OAB/SC 8.652), Aline Crivelari (OAB/SP 230.844) e outros, Helena Patrícia Freitas (OAB/MG 19.760), Ênio Galan Déo (OAB/SP 141.362), Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva (OAB/MG 65.572), José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB/ MG 79.757), Luana Katarine Rocha de Souza (OAB/SP 284.566), Luiz Knob (OAB/PR 31.578), Márcio Antônio Sasso (OAB/PR 28.922), Rodrigo Augusto da Fonseca (OAB/MG 84.523), Sérvio Túlio de Barcelos (OAB/MG 44.698), Tatiane Rodrigues Soares (OAB/DF 16.141), Thiago de Oliveira Santoro (OAB/RJ 159.610), Tatiana Martins da Costa Camarão (OAB/MG 61.066) e outros

020.788/2014-2
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Banco do Brasil S.A., Fundo Nacional de Aviação Civil e Secretaria de Aviação Civil
Advogado constituído nos autos: não há

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

024.918/2014-8
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Agência Nacional de Aviação Civil; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República
Procuradores constituídos nos autos: Márcia Uchôa de Oliveira da Rocha (Infraero), Rosimeire Gaudad Sardinha Carneiro (Infraero)

037.600/2011-7
Natureza: Embargos de Declaração (Solicitação do Congresso Nacional)
Embargante: Agência Nacional de Saúde Suplementar
Órgãos/Entidades/Unidades: Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministérios da Justiça, da Integração Nacional, da Educação, da Cultura, da Ciência, Tecnologia e Inovação, das Comunicações, do Esporte, da Saúde e dos Transportes
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro VITAL DO RÊGO

010.507/2014-0
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Conselho Nacional da Justiça; Departamento de Coordenação e Governança das Estatais; Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Defesa
Advogada constituída nos autos: Valleska Guimarães de Lima Magalhães (OAB/DF 21.801)

014.223/2014-7
Natureza: Consulta
Consulente: Presidente do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Advogado constituído nos autos: não há

019.466/2014-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

023.205/2012-1
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgão/Entidade/Unidade: Conselho Regional de Administração de Santa Catarina
Advogado constituído nos autos: não há

027.900/2009-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional Eleitoral
Advogado constituído nos autos: não há

045.514/2012-7
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessado: Senado Federal
Órgão/Entidade/Unidade: Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria e Serviço Social da Indústria
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

003.479/2013-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Integração Nacional; Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Advogados constituídos nos autos: Benedicto Pereira Porto Neto OAB 88465/SP) e outros

003.480/2013-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Órgãos/Entidades/Unidades: Ministério da Integração Nacional; Secretaria dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

014.777/2015-0
Natureza: Solicitação do Congresso Nacional
Interessada: Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Pública da Câmara dos Deputados
Órgão/Entidade/Unidade: Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
Advogado constituído nos autos: não há

Em 31 de agosto de 2015
MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária do Plenário

EXTRATO DE PAUTA(EXTRAORDINÁRIA RESERVADA)
Sessão prevista para 02/09/2015, às 14h30

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

003.850/2015-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

018.033/2015-6
Natureza: Administrativo
Advogado constituído nos autos: não há

020.308/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Advogado constituído nos autos: não há

020.430/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro AUGUSTO NARDES

016.370/2015-5
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

008.525/2015-3
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

Ministra ANA ARRAES

028.291/2013-1
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

029.394/2014-7
Natureza: Denúncia
Advogado s constituído s nos autos: Roberto Alves da Cruz, OAB/RJ n. 88.935; Laerte Jorge Baptista dos Santos, OAB/RJ n. 40.186 e Leandro de Carvalho Monteiro, OAB/RJ n. 106.811

032.526/2014-8
Natureza: Denúncia
Advogados constituídos nos autos: Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior, OAB/DF n. 29.760; Murilo Queiroz M. Jacoby Fernandes, OAB/DF n. 41.796 e Jean Augusto Pereira, OAB/DF n. 39.989

034.444/2014-9
Natureza: Representação
Advogado constituído nos autos: não há

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

001.217/2015-1
Natureza: Denúncia
Advogado constituído nos autos: não há

Em 28 de agosto de 2015
LUIZ HENRIQUE POCHYLY DA COSTA
Secretário das Sessões

2ª CÂMARA

ATA Nº 29, DE 25 DE AGOSTO DE 2015
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Raimundo Carreiro
Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária da Sessão: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

Às 16 horas, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e da Representante do Ministério Público, Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a Ata n.º 28 referente à Sessão Ordinária realizada em 18 de agosto de 2015.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-011.543/2014-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes;

TC-023.892/2008-2, cujo relator é o Ministro Raimundo Carreiro;

TC-006.013/2011-2, TC-046.725/2012-1, cuja relatora é a Ministra Ana Arraes;

TC-010.511/2014-8, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-016.383/2013-3, cujo relator é o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa; e

TC-017.737/2013-3, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do § 5º do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo nº TC-024.849/2007-8 (Ata nº 3/2014) e a Segunda Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 6033/2015.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 5693 a 6009.

RELAÇÃO Nº 21/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 5693/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Mario Renato Oncken, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.836/2014-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mario Renato Oncken (324.442.739-15)
1.2. Órgão/Entidade: Gerência Executiva do INSS - Londrina/PR - INSS/MPS
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5694/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em reiterar as determinações exaradas pelo TCU no subitem 9.5, Acórdão 1025/2009 - TCU - 2ª Câmara, concedendo o prazo de 30 (trinta) dias para que a JUSTIÇA FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS DA 1ª REGIÃO/DF, envie ao TCU, via Sisac, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, novo ato de aposentadoria de Hugo Zauli Sobrinho (CPF 013.535.946-53), livre da irregularidade apontada no Acórdão 1025/2009 - TCU - 2ª Câmara, de acordo com o estabelecido no subitem 9.5 do referido *decisum*.

1. Processo TC-007.364/2008-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alcino Barreto Coelho Junior (155.125.256-20); Antonio França Ramos (017.840.992-87); Assunção Ferreira Maia (155.062.406-78); Belisária Antunes Fernandes de Souza (583.656.481-72); Hugo Zauli Sobrinho (013.535.946-53); Jose Liafran Carvalho Almendra (039.007.543-49); José Alves Lima (018.234.772-91); Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/df (); Maria Aparecida de Andrade (211.624.506-06); Sol Benitah Salgado (049.472.662-87)
1.2. Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5695/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso V, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", e 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em arquivar os presentes autos, em conformidade com os pareceres uniformes emitidos.

1. Processo TC-014.288/2006-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Responsável: Maria de Fátima Abreu de Andrade (060.880.073-20)
1.2. Interessados: Maria de Fatima Abreu de Andrade (060.880.073-20); Renato Rita Caon (306.434.900-78)
1.3. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5696/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.289/2015-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Salomão (003.018.922-53); Francisco Antonio da Costa (044.028.982-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Dnit nos Estados do Pará e Amapá - Dnit/MT
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5697/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.315/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto Alves dos Santos (008.499.445-20); Angenito Costa (008.405.305-44); Antonio Alberto Costa Oliveira (050.602.735-04); Francisco Bertoldo do Nascimento (029.256.305-10); Helio Bento dos Santos (036.720.695-15); Horacio Muniz Filho (057.102.275-87); Irenito Pereira Gonçalves (867.624.945-87); Jorge Esmeraldo (172.012.685-20); Jose Francisco dos Santos (182.647.355-68); Jose Marcelino de Azevedo Brito (005.054.805-06); Jose Nunes Logrado (002.920.875-00); Manoel Santos do Nascimento (215.373.995-00); Mauricio Sullivan Guedes (116.494.372-34); Mauricio Sullivan Guedes (116.494.372-34); Waldomiro Alves Grilo (163.799.185-15); Yedo Torres Nogueira (004.761.455-20); Yedo Torres Nogueira (004.761.455-20)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5698/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria de Gileno de Souza Gomes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.380/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gileno de Souza Gomes (189.195.027-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado do Rio de Janeiro
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5699/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.436/2015-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Aleixo Mateus (037.975.031-72); Antônio Feitoza da Silva (033.079.131-15)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5700/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de concessão de aposentadoria de Neide Conceição Sales da Cruz, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.444/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Neide Conceição Sales da Cruz (385.123.191-00)
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5701/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal de Fernando Facchin Filho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.826/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernando Facchin Filho (955.034.718-49)
1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5702/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito dos atos de admissão de pessoal dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.829/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Carneiro Valença (354.307.537-34); Allan Cristhian Souza da Costa (023.647.801-01); Anisio Tolentino de Souza Neto (020.847.971-60); Bruna Carla Bezerra Carvalho (023.882.891-30); Carolina Raquel Barbosa Oliveira Campos (029.942.583-58); Claudia Cristina Aguiar Matos (089.555.664-25); Eliliane Thais Morais de Melo Bezerra (068.801.704-55); Guilherme Dorneles Reis (001.610.480-30); Gustavo Henrique Camara Franca (011.642.994-17); Leticia Santos Mauricio (075.656.459-07); Mario Oliveira Dumay (008.614.681-55); Marly Menezes Dantas (865.226.207-15); Thalita Gomes de Oliveira (025.279.851-14)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5703/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal de Lucas Marcelo Ramos Batista, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.201/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Lucas Marcelo Ramos Batista (023.433.861-02)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5704/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, 260, § 5º do Regimento Interno, e art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação de mérito do ato de admissão de pessoal de Maria de Lourdes Barillo Ribeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.206/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Maria de Lourdes Barillo Ribeiro (185.029.031-87)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5705/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Geraldo Arcanjo Vieira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-007.491/2004-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Geraldo Arcanjo Vieira
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5706/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º do Regimento Interno do TCU, e 7º da Resolução 206/2007-TCU, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação do ato de concessão de pensão civil de Joao Luiz Teixeira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.180/2010-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Joao Luiz Teixeira (752.046.067-34)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5707/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I; da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I; do Regimento Interno/TCU, aprovado pela Resolução n. 155/2002, em julgar regulares as contas do Sr. André Genn de Assunção Barros (CPF: 246.733.234-91); da Sra. Maria Helena Guedes de Pinho Maciel (CPF: 068.592.164-68); do Sr. Ivanildo da Cunha Andrade (CPF: 063.449.764-20); do Sr. Pedro Paulo Pereira Nóbrega (CPF: 028.872.584-00), do Sr. Wlademir de Souza Rolim (CPF: 821.776.274-00) e do Sr. João André Pegado Ferreira (CPF: 352.303.804-97), dando-lhes quitação plena, conforme proposta da unidade técnica, ratificada pelo representante do Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-024.253/2014-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)
1.1. Responsáveis: André Genn de Assunção Barros (246.733.234-91); Ivanildo da Cunha Andrade (063.449.764-20); João André Pegado Ferreira (352.303.804-97); Maria Helena Guedes Soares de Pinho Maciel (068.592.164-68); Pedro Paulo Pereira Nóbrega (028.872.584-00); Wlademir de Souza Rolim (821.776.274-00)
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região;
1.7.2. Informar à Sefip e SecexAdministração sobre o assunto tratado no item 9.1 da instrução da unidade técnica (peça 130), para que tomem as providências que julgarem necessárias, se ainda não tomaram ciência do assunto.

ACÓRDÃO Nº 5708/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso I, do Regimento Interno, e no art. 36 da Resolução-TCU nº 259/2014, em:
a) considerar cumprida a determinação constante do item 1.6.1 do Acórdão 1.168/2015- TCU-2ª Câmara (alínea "a");
b) considerar implementada a recomendação contida no item 1.6.2.2 do Acórdão 1.168/2015-TCU-2ª Câmara (alínea "c");
c) considerar não aplicável a recomendação contida no item 1.6.2.1 do Acórdão 1.168/2015-TCU-2ª Câmara (alínea "b");
d) promover o apensamento deste processo ao TC 030.219/2012-4, conforme art. 36 da Resolução-TCU 259/2014, dando ciência desta deliberação à Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e ao Ministério da Ciência e Tecnologia e Inovação (MCTI), nos termos da proposta da unidade técnica (peça 6), dos autos.

1. Processo TC-017.518/2015-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Financiadora de Estudos e Projetos
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5709/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a"; 235; 237, inciso VII, e parágrafo único; 250, inciso I; do Regimento Interno/TCU, em conhecer da representação formulada por Mariane Paula e Silva (CPF 029.060.591-10), para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e encaminhar cópia desta deliberação e da instrução de peças 3/5 aos representantes, promovendo, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Selog (peça 3).

1. Processo TC-017.478/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa de Planejamento e Logística S.A.
1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. Dar ciência à Empresa de Planejamento e Logística, com base no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, para que sejam adotadas providências internas que previnam a ocorrência de outras situações semelhantes, sobre o não detalhamento de forma objetiva, no item 11.8.4, "b", do Edital do Pregão Eletrônico 3/2015, dos critérios de avaliação de comprovação de capacidade técnica das empresas licitantes, ao não exigir a obrigação de comprovarem já ter prestado serviços similares aos do objeto licitado com no mínimo vinte postos de trabalho, afrontando o disposto no art. 3º da Lei 8.666/1993, bem como o art. 19, XXV, "a", e §5º, I, e §§ 7º e 8º, da IN - SLTI/MPOG 2/2008.
RELAÇÃO Nº 27/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro RAIMUNDO CARREIRO

ACÓRDÃO Nº 5710/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-012.037/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Eloi Borges dos Santos (032.591.291-20); Geisa Jadão Viana (206.685.708-49); Gilberto Domingues Cidade (023.586.461-72); Gilberto Novais de Sousa (097.613.221-49); Gilson Duarte Ferreira dos Santos (072.635.891-68); Giselda Vilela da Rocha (057.200.601-20); Guilerme Severiano de Rezende Viegas (374.626.107-44); Hosanilda Anulino Alves de Oliveira (430.336.286-72); Ione Gomes Adriano (146.325.941-72); Iracy Pereira Vaz (116.815.861-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5711/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-016.385/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Eduardo de Barros Forni (949.606.238-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5712/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidores do Banco Central do Brasil, cujos ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento da interessada;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento da interessada, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.298/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cirlene Bressanelli (754.904.127-04)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Central do Brasil
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5713/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, de ex-servidor da Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, encaminhados a este Tribunal para apreciação na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que o cruzamento com o sistema Sisac comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.316/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Helena Riscado Guerra Bastos (189.130.597-20)
1.2. Órgão/Entidade: Comissão de Valores Mobiliários
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5714/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.333/2015-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Calheiros da Silva (007.432.164-15); Benildes de Melo Guimaraes (007.553.974-87); Elida Pinto Paes (075.610.594-34); Floriano Vicente de Oliveira (092.297.794-15); Floriano Vicente de Oliveira (092.297.794-15); Helena Pinto Botelho Alcides de Castro (003.478.094-72); João Gonçalves de Melo (026.365.304-87); Luiz de Medeiros Novaes (002.922.304-00); Maristela Brandao de Lyra (003.584.364-00); Pedro Moreira de Cerqueira (042.058.714-49); Rivadavia Romeiro e Silva (007.271.134-53); Sebastião Carlos dos Santos (060.238.194-00); Sebastião Carlos dos Santos (060.238.194-00)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Alagoas
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5715/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.334/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rafael de Souza Silva (036.648.565-20)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5716/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidor de Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo, cujo ato foi encaminhado a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento do interessado;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento do interessado, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.336/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: João Alcidino da Silva (659.399.648-34)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Espírito Santo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5717/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, de ex-servidores da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais, encaminhados a este Tribunal para apreciação na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que o cruzamento com o sistema Sisac comprova que houve falecimento dos interessados, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.338/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos Miranda Smith (410.610.207-20); Léa Leite Costa (456.437.506-78); Suzana de Oliveira (225.861.131-87)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5718/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidores de Superintendência da Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.343/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antônio Augusto de Assis Pacheco Roos (489.372.828-87); Antonio Martins (013.162.068-15); Diason José Kuba (010.511.308-59)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5719/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, de ex-servidor da Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo, encaminhados a este Tribunal para apreciação na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que o cruzamento com o sistema Sisac comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.344/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jaime Fernandes Costa (339.051.348-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de São Paulo
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5720/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria de ex-servidores de Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá, cujos atos foram encaminhados a este Tribunal, por intermédio do sistema Sisac, para apreciação, conforme a sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007.

Considerando que no cruzamento dos sistemas Sisac e Siape notou-se o falecimento dos interessados;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro no artigo 71, inciso III, da Constituição Federal de 1.988; c/c nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU.

Considerar prejudicada a apreciação de mérito dos atos a seguir discriminados, por perda de objeto, tendo em vista o falecimento dos interessados, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.433/2015-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Sarmento Pantoja (020.782.522-04); Jose Maria Rodrigues da Silva (041.908.902-00); Odeth Gomes de Lima (180.826.102-04)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão no Amapá
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5721/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Aposentadoria, de ex-servidor do Superior Tribunal de Justiça, encaminhado a este Tribunal para apreciação na sistemática definida na Instrução Normativa nº 55/2007, por intermédio do sistema Sisac.

Considerando que o cruzamento com o sistema Sisac comprova que houve falecimento do interessado, exclusão por falta de recadastramento há mais de um ano ou reversão da concessão, razão pela qual o ato está prejudicado por perda do objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007; e

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

Considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato a seguir discriminado, por perda de objeto, conforme dispõe o art. 7º da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.448/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eduardo Alves Batista (119.152.501-53)
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5722/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-018.570/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonia Andresa Cardoso Figueira (669.567.062-53); Carla Cristina de Mendonca Oliveira (825.190.645-87); Caroline Schappo (064.803.179-98); Juliana Costa Garcia Miyabayashi (310.943.698-10); Tricia Maria de Farias Rodrigues Borges (673.705.352-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5723/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão de servidor da Cobra Tecnologia S.A., encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que no ato de admissão constante deste processo foi detectada a existência do respectivo desligamento, conforme verificação da documentação anexada;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto o ato de admissão abaixo relacionado, tendo em vista não produzir mais efeito financeiro, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-018.775/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vitor Aguiar Batista (020.853.891-71)
1.2. Órgão/Entidade: Cobra Tecnologia S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5724/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores da Ministério da Fazenda (vinculador), encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar **prejudicados por inépcia** os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) Determinar ao Órgão de Pessoal que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal na instrução da unidade técnica ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do M.P. no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992;

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do M.P.

1. Processo TC-019.437/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carla Rincon Sartori (319.569.878-19); Carolina Furtado Krachinski (034.999.339-42); Carolina de Azevedo Paes (295.576.868-55); Denilson Roberto Zych (962.188.359-87); Everton Aguiar de Oliveira (083.618.556-02); Monica Cristina Marzullo de Freitas Cintra Vidal (056.073.367-43); Sady Heyse da Silva (940.721.759-00)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5725/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidores Conselho Nacional de Justiça, encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar **prejudicados por inépcia** os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) Determinar ao Órgão de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal na instrução da unidade técnica ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça no sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992;

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Conselho Nacional de Justiça.

1. Processo TC-019.440/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Amanda Côrtes Gomes (003.901.921-71); Karina Dias de Góis Murta (000.793.111-56)
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Justiça
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5726/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, do Banco da Amazônia S.A., encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foram identificadas as inconsistências de informações detalhadas no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desses atos por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que as inconsistências detectadas nos atos em apreciação podem decorrer de falha no preenchimento das informações constantes do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar **prejudicados por inépcia** os atos constantes deste processo, pela impossibilidade de formulação de juizo sobre sua legalidade, pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) Determinar ao Órgão de Pessoal do Banco da Amazônia S.A. que cadastre novos atos no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal na instrução da unidade técnica ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Banco da Amazônia S.A. sentido de que o encaminhamento de atos Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992;

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Banco da Amazônia S.A.

1. Processo TC-019.454/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Antonio Fernando dos Santos Costeira (936.364.232-15); Evaldo Sena Rodrigues Junior (665.718.392-53); Jaqueline da Costa Maciel (000.899.342-45); Joselia Silva Ramos (011.047.463-52); Luan Jorge Rufino (015.295.552-64)
1.2. Órgão/Entidade: Banco da Amazônia S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5727/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos este auto de Admissão, de servidor do Banco do Brasil S.A., encaminhado a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que após análise eletrônica feita pela Sefip foi identificada a inconsistência de informação detalhada no relatório da unidade técnica;

Considerando que esse tipo de falha impossibilita a apreciação da legalidade desse ato por essa Corte, posto que não há esclarecimento do gestor de pessoal que venha justificar os erros apontados;

Considerando que o parecer do órgão de Controle Interno pela legalidade pressupõe que os documentos constantes do processo físico não corroboram os dados cadastrados no Sisac, indicando que a inconsistência detectada no ato em apreciação pode decorrer de falha no preenchimento da informação constante do sistema Sisac;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, e no 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução TCU nº 206/2007, alterada pela Resolução 237/2010, em:

a) considerar **prejudicados por inépcia** o ato constante deste processo, pela impossibilidade de formulação de juízo sobre sua legalidade, pela existência de inconsistência entre informações prestadas;

b) Determinar ao Órgão de Pessoal do Banco do Brasil S.A. que cadastre novo ato no sistema Sisac, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da notificação, e encaminhe-os via Controle Interno, corrigindo as falhas apontadas por esse Tribunal na instrução da unidade técnica ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta, caso as falhas aqui apontadas sejam confirmadas pelo gestor de pessoal;

c) orientar ao Órgão de Pessoal do Banco do Brasil S.A. no sentido de que o encaminhamento de ato Sisac a este Tribunal com omissões e inconsistências injustificadas pode ensejar a aplicação de multa ao responsável, nos termos do inciso II, art. 58, da Lei nº 8443, de 1992;

d) encaminhar cópia da instrução da unidade técnica ao Órgão de Pessoal do Banco do Brasil S.A.

1. Processo TC-019.455/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Clelia Rocha de Carvalho (089.198.414-38)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5728/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos estes autos de Admissão, de servidor do Banco do Brasil S.A., encaminhados a este Tribunal sob o manto da IN TCU nº 55, de 2007.

Considerando que nos atos de admissão constantes deste processo foram detectadas a existência dos respectivos desligamentos, conforme verificação da documentação anexada;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, diante das razões expostas pelo Relator, com fulcro nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os 1º, inciso VIII; 17, II; 62, III; 137, IV; 143, II e 260, do RI/TCU, em:

Considerar prejudicado por perda de objeto os atos de admissão abaixo relacionados, tendo em vista não produzirem mais efeitos financeiros, por força do art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 2007, alterada pela Resolução 237/2010.

1. Processo TC-020.196/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jose Carlos Claro Apostolo (077.071.078-61); Laercio de Oliveira Araujo (377.689.238-20); Luciana Dominguez da Silva (348.662.678-79); Mario Alberto Tresler (284.750.238-60); Ralph Soares Calvert (107.292.607-55)
1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5729/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal.

1. Processo TC-006.301/2011-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Alda Tavares de Brito (672.070.817-15); Carminda Morgado Souza (542.493.687-34)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5730/2015 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS, relacionados e discutidos este Pedido de Reexame em Pensão Civil, interposto pela Diretoria do Pessoal Civil da Marinha, contra o Acórdão 2169/2015 - 2ª Câmara - (Peça 22).

Considerando a ausência de interesse recursal;

Considerando o parecer do Ministério Público junto a este Tribunal;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, por unanimidade, com fundamento no art. 48, da Lei 8.443/92 c/c os arts. 143, IV, "b" e 286, do RI/TCU; em:

a) não conhecer do pedido de reexame, em razão da ausência de interesse recursal, nos termos do artigo 48 da Lei 8.443/1992 e artigo 282 do Regimento Interno/TCU;
b) dar ciência ao recorrente do teor deste Acórdão.

1. Processo TC-031.405/2014-2 - PEDIDO DE REEXAME (PENSÃO CIVIL)
1.1. Recorrente: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha (00.394.502/0056-18)
1.2. Interessados: Arlete de Freitas Almeida (727.488.697-53); Daysi Luci Vasconcelos de Oliveira (008.336.167-73); Edson Leão Alevato (430.640.787-04); Isis Bruna do Carmo Alevato (157.003.317-05); José Carlos de Araujo (372.185.227-34); João Vitor Conceição Rocha (117.471.164-75); Maria Clara da Conceição Rocha (117.470.904-92); Maria das Graças Leal Souza (394.581.562-20); Natalma Lemos Silvano Borges (669.821.467-15); Nilzelena de Souza Oliveira (109.049.407-64); Petronilha Martins (069.787.158-40); Rosivan Pereira Vinhas Rocha (524.581.304-10); Silvia Regina Santos (597.198.937-53)
1.3. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.4. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Relatora da deliberacao recorrida: Ministra Ana Arraes
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.8. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 5731/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento do subitem 1.9. do Acórdão nº 3115/2015-TCU-2ª Câmara, que determina à SPU/MS - Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que:

" 1.9.1. Realize inspeções in loco nos imóveis da União situados na sua circunscrição, bem como realize o cadastramento completo de informações dos imóveis e observe a legislação referente a avaliação e atualização de bens dominiais, observando o acórdão sobre a auditoria nos imóveis da União;
1.9.2. Informe ao TCU, no prazo de 120 dias, no que couber, o resultado do atendimento ao Acórdão 171/2015 - Plenário, em especial os subitens 9.2, 9.6, 9.7 e 9.10."

Considerando que as justificativas apresentadas pelo Sr. Mário Sérgio Sobral Costa, Superintendente do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso do Sul, transcritas e analisadas na instrução da unidade técnica, dão conta da realização das fiscalizações requeridas.

ACORDAM, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 17, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, em:
a) considerar **atendidas** as determinações constantes do subitem 1.9 do Acórdão nº 3115/2015-TCU-2ª Câmara;

b) encaminhar, à Secex Administração, **cópia** da documentação juntada à Peça 4 dos presentes autos, como subsídio para os trabalhos de monitoramento determinados no subitem 9.12 do Acórdão nº 171/2015-TCU-Plenário; e

c) **arquivar** o presente processo, por já ter cumprido o objetivo para a qual foi constituído, com fulcro no artigo 169, II, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-014.184/2015-0 (MONITORAMENTO)
1.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU/MS (00.414.607/0022-42)
1.2. Órgão/Entidade: SPU/MS - Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso do Sul. - MPOG - Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
1.3. Responsável: Mário Sérgio Sobral Costa, Superintendente do Patrimônio da União no Estado de Mato Grosso do Sul 1.3. Relator: Ministro Raimundo Carreiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (SECEX-MS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

RELAÇÃO Nº 14/2015 - 2ª Câmara
Relatora - Ministra ANA ARRAES

ACÓRDÃO Nº 5732/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.186/2015-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Maria Aparecida da Silva Santos (CPF 161.685.931-87); Maria Jose de Carvalho (CPF 314.472.601-04); Sandra Maria Guimaraes dos Santos Rangel (CPF 299.667.281-04); Sebastião Gonçalves de Queiroz (CPF 103.644.551-87); Virginia Montes de Novaes (CPF 345.706.081-91).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5733/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.294/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Amene de Cassia Jabaly Bonfim Dias (CPF 783.292.727-53); Clovis dos Santos (CPF 118.335.485-15); Ginaldo Francisco da Cruz (CPF 035.849.845-72); Rosilda Arruda Ferreira (CPF 252.588.184-20).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5734/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.306/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Florisnete Farias Rabelo (CPF 069.101.652-68); Francisco Hermes Santos da Silva (CPF 080.651.282-20); Francisco Maximiano Cordeiro dos Anjos (CPF 061.897.252-87); Francisco dos Santos Fagundes (CPF 047.811.202-53); Gilmar Silva de Lima (CPF 049.657.522-87); Graça Maria Evangelista Leitão (CPF 142.558.472-15); Idelza Barata Costa (CPF 102.362.102-97); Isa Maria Oliveira da Silva (CPF 042.138.742-49); João Pereira da Cunha (CPF 094.866.152-68); João Pessoa de Andrade Figueira Filho (CPF 049.012.232-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5735/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.311/2015-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Aglaci de Fatima Marquetti (CPF 797.054.059-72); Alice Kondrusik (CPF 709.629.959-91); Ana Mazur (CPF 500.258.809-34); Ana Plocharski (CPF 699.017.409-91); Artur Adao Carvalho (CPF 491.918.029-20); Eunice Lukaszewski Zacharow (CPF 016.588.599-87); Helena Maria Simonard Loureiro (CPF 549.768.127-15); Joao Carlos de Oliveira (CPF 676.083.619-72); Josefa Lourenço de Meira (CPF 008.665.989-87); Leonida do Nascimento (CPF 348.633.979-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5736/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.316/2015-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Maria Elza da Silva (CPF 273.640.114-04); Maria Gerusa de Melo Azedo (CPF 123.068.864-15); Maria Imaculada de Abreu (CPF 165.114.414-15); Maria José Barros de Brito (CPF 101.427.114-20); Maria do Socorro da Silva (CPF 256.857.404-68); Marileide Maria da Silva (CPF 169.673.724-91); Marlene Maria da Silva Teixeira (CPF 292.793.304-97); Paulo Fernando Soares do Nascimento (CPF 186.701.804-72); Paulo Henrique Novaes Martins de Albuquerque (CPF 062.311.364-34); Rebeca Julia Melo Tavares (CPF 225.203.414-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5737/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.318/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Antonio Lucas de Brito (CPF 071.254.374-00); Davidina Marques (CPF 140.885.094-04); Edilene Ferreira de Oliveira Derio (CPF 242.130.714-72); Elizabete Silva de Castro (CPF 357.812.384-68); Maria do Ceo Costa (CPF 049.759.014-04); Maria do Socorro Candido (CPF 222.298.254-53); Thassio Cleiton Fernandes Galvao (CPF 059.351.924-89); Valmir Francisco Cardoso (CPF 199.208.904-30).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5738/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.321/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Alencar Antonio da Cunha (CPF 147.977.479-00); Cid Jose Carvalho (CPF 416.904.279-49); Edna Maria Bernardes de Borja (CPF 376.752.149-00); Ivani Alves Batista Gonçales de Oliveira (CPF 990.239.118-49); Julio Cesar Leal Mendes (CPF 343.663.429-87); Vera Herweg Westphal (CPF 665.196.089-04).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5739/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados e fazer a determinação do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.254/2015-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Carlos Rosemberg Luiz (CPF 058.357.981-72); Divina Gonçalves Ferreira (CPF 161.031.731-91); Eliana Gabriel Aires (CPF 044.464.371-00); Elizabeth Landi de Lima e Souza (CPF 124.276.081-49); Eneiva Borges (CPF 267.407.451-53).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Goiás.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. determinar à Sefip que corrija o campo "Dados da Concessão - Data da Publicação" para fazer constar a efetiva data de publicação das Portarias de Aposentadoria, conforme peça 1 destes autos.

ACÓRDÃO Nº 5740/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Edineuza Barbosa Goes das Santos e fazer a determinação do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.264/2015-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessada: Edineuza Barbosa Goes das Santos (CPF 078.918.302-15).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. determinar à Sefip que corrija os campos "Dados da Concessão - Data da Publicação e Dados do Servidor - Nome do Servidor" para fazer constar as informações corretas, conforme peças 1 e 2 destes autos.

ACÓRDÃO Nº 5741/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Adélia do Rosário Coelho, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.336/2015-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessado: Adélia do Rosário Coelho (CPF 138.772.916-00).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5742/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.390/2015-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Ana Claudia da Silva Carneiro (CPF 810.885.077-00); Luzia Anatildes Paes Muniz (CPF 351.064.097-72).
1.3. Unidade: Instituto Benjamim Constant.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5743/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.417/2015-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Rosana do Rocio Schechtel (CPF 321.775.429-87); Salete Kozel Teixeira (CPF 448.034.789-53); Sonia Cristina do Nascimento Sivek (CPF 470.400.849-53); Sonia Maria Ribeiro Reis (CPF 479.291.629-15); Vanda Simoes dos Santos (CPF 392.903.609-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5744/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.420/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Classe de Assunto: V.
1.2. Interessados: Gladis Eva Uberti (CPF 270.728.600-10); Maria Jose Correa Martins (CPF 801.254.500-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5745/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados relacionados nos autos e fazer a determinação constante no item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-001.771/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cesar Augusto Hass Loureiro (CPF 737.411.240-87); Graziela Guimarães (CPF 689.300.460-53); Iuri Correa Soares (CPF 676.901.220-00).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. determinar a Secretaria de Fiscalização de Pessoal que proceda a correção da informação de jornada de trabalho do ato de admissão (nº de controle 10013393-01-2012-000095-7) de Cesar Augusto Hass Loureiro, de dedicação exclusiva para a jornada de 40 horas semanais, com fundamento no Art. 6º, § 1º, inciso II da Resolução-TCU 206/2007.

ACÓRDÃO Nº 5746/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-009.673/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabio Junior Silva de Souza (CPF 857.616.053-68); Francisco Edson Rodrigues da Silva (CPF 048.270.593-06); Francisco Gultierrez Lima Souza (CPF 040.668.483-97); Francisco Norton Falcão Chaves (CPF 002.600.323-60); Francisco Rodrigo Ferreira (CPF 047.173.773-97); Francisco Thiago Correia de Souza (CPF 668.171.023-91); Frederico Levi de Andrade Castro (CPF 008.304.053-64); Guilherme da Silva Braga (CPF 037.677.663-37); Gustavo da Silveira Wilke (CPF 003.250.160-97); Hélio Yuri Araújo Leite (CPF 639.558.733-15).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5747/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Elvis Antonino Campanhari, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.592/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Elvis Antonino Campanhari (CPF 094.701.128-57).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5748/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.630/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aldecina Costa Sousa (CPF 483.177.053-15); Bruno Serviliano Santos Farias (CPF 006.534.253-41); Claudia Regina de Andrade Arrais Rosa (CPF 272.045.373-00); Claudiane Santos Araujo (CPF 024.678.273-05); Diogo Barros dos Santos Lima (CPF 018.620.183-40); Elena Steinhorst Damasceno (CPF 706.785.961-15); Erivanio da Silva Carvalho (CPF 050.115.128-19); Francisca das Chagas Viana (CPF 733.367.003-10); Guilherme Borges Pereira (CPF 068.076.086-59); Guilherme Ferreira Cezar (CPF 023.010.613-70); Helvio de Souza Vilhena (CPF 103.709.433-68); Jose Arnaldo dos Santos Ribeiro Junior (CPF 600.239.013-81); Lia Silva Fonteles (CPF 008.359.233-47); Luana Martins Cantanhede (CPF 027.373.693-04); Luis Otacio Pereira (CPF 042.087.003-27); Paulo Vitor Soeiro Pereira (CPF 969.756.873-15); Pedro Martins Lima Neto (CPF 009.175.863-79); Raul Marcel Ribeiro Barros (CPF 819.343.353-04); Richard Diego Leite (CPF 056.304.766-61); Rodrigo Nascimento Reis (CPF 027.326.553-92).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5749/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-012.399/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Emerson Machado de Carvalho (CPF 654.082.681-87); Erika Rosendo de Sena Gandra (CPF 287.790.038-00); Fabio Perboni (CPF 196.456.808-08); Felipe Jose Carbone (CPF 820.289.150-72); Flavia Andreia Marin (CPF 258.154.888-60).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5750/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-012.921/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alcicléia Souza Valente (CPF 745.249.092-49); Andréa Ramos da Silva (CPF 697.594.132-72); Bruno Ramos Lino (CPF 053.669.166-58); Dalbi Jose Damasceno Pires (CPF 197.290.732-87); Francisca do Nascimento Pereira Filha (CPF 322.307.532-15).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5751/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-012.941/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Regiane Oliveira Rodrigues (CPF 946.549.483-68); Richard Diego Leite (CPF 056.304.766-61); Rosana Sousa Pereira (CPF 012.004.013-10); Sueli de Souza Costa (CPF 052.330.268-13); Taissa Caroline Silva Rodrigues (CPF 031.574.923-73).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5752/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-012.966/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Edio Raniere da Silva (CPF 901.968.139-72); Fernando Machado Machado (CPF 972.896.120-00); Francine Novack Victoria (CPF 009.663.030-24); Giniani Carla Dors (CPF 936.806.780-53); Ione Maria Pereira Haygert Velho (CPF 661.335.990-49).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5753/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-012.976/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de assunto: IV.
1.2. Interessados: Diego Jose Zanzarini Delfiol (CPF 009.969.371-29); Diego Nunes (CPF 047.957.069-80); Diego de Brito Piau (CPF 071.343.346-94); Diogo Gomes Novaes (CPF 055.382.766-94); Edson Nossol (CPF 031.429.829-06).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5754/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da unidade técnica, com alteração do Ministério Público junto ao TCU e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de Luiz Antonio de Lima Junior; Marconi Silva Miranda e Marcos Aurelio Moreira; em realizar diligência à Universidade Federal de Juiz de Fora, em relação aos atos de Luiz Campos Junior e Marcus Flavio Carvalho e Carvalho, a fim de: (i) informar se Marcus Flavio Carvalho e Carvalho permanece ocupando dois cargos públicos de Médico na Prefeitura Municipal de Governador Valadares, bem como os horários em que trabalha naquele Município, a fim de restar comprovada nos autos a regularidade das acumulações e a compatibilidade de horários; e (ii) informar os horários de trabalho de Luiz Campos Junior nos empregos e cargos públicos que exerce, a fim de restar comprovada nos autos a compatibilidade de horários entre as atividades (públicas e privadas) desempenhadas pelo interessado ou que as acumulações irregulares não mais subsistem.

1. Processo TC-013.051/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luiz Antonio de Lima Junior (CPF 081.610.516-23); Luiz Campos Junior (CPF 731.763.206-63); Marconi Silva Miranda (CPF 975.890.806-59); Marcos Aurelio Moreira (CPF 723.349.596-34); Marcus Flavio Carvalho e Carvalho (CPF 068.227.216-73).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5755/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-013.057/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sahra Ferreira Pinheiro (CPF 077.317.816-31); Stela Cristina Hott Correa (CPF 975.600.067-87); Teresa Cristina Goulart Bittencourt (CPF 015.884.206-55); Thaisa Netto Souza Valente (CPF 086.859.746-58); Thiago Cesar Nascimento (CPF 051.852.916-99).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5756/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-013.063/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Heloisa Maria Murgel Starling (CPF 377.444.456-00); Jacqueline Gomes Rodrigues (CPF 081.006.376-01); Janaina Thais Rodrigues Luiz (CPF 089.460.496-18); Juliana Costa Moreira (CPF 054.432.176-66); Juliano Alves Figueiredo (CPF 008.784.906-20).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5757/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-013.082/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joana Rostirolla Batista de Souza (CPF 360.190.738-07); Joelma Morais Ferreira (CPF 884.795.104-63); Jonas Otaviano Praça de Souza (CPF 056.600.104-74); Joselma Araújo de Amorim (CPF 028.277.594-38); Julian Nogueira de Queiroz (CPF 042.999.264-55).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5758/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-013.100/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Vanusa Andrade Barankievicz (CPF 025.363.499-77); Wilson Mota da Silva (CPF 829.978.459-04); Yhann Hafael Trad Perandre (CPF 073.510.719-00); Yohana de Oliveira Cauduro (CPF 042.522.699-97).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5759/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-013.165/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Jorge Lopes Machado Ramos (CPF 013.486.407-74); Alan Gomes Poppl (CPF 809.375.190-49); Alexandre Pereira dos Santos (CPF 809.832.350-15); Alexandre Vagtinski de Paula (CPF 975.326.810-68); Ana Cristina Garcia Dias (CPF 630.409.300-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5760/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-013.177/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Raquel Fraga e Silva Raimondo (CPF 312.454.958-95); Regis Adriel Zanette (CPF 007.617.729-79); Renato Gorga Bandeira de Mello (CPF 956.084.190-49); Roberta Rigo Dalla Corte (CPF 693.424.660-87); Rodrigo Coimbra Santos (CPF 747.768.940-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5761/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-014.034/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de assunto: IV.
1.2. Interessados: Raphael Ligeiro Barroso Santos (CPF 059.645.186-56); Raphaela Sobreira Goto (CPF 957.458.152-72); Rene Francisco Boschi Goncalves (CPF 181.010.668-02); Rita de Cassia da Rosa Santo (CPF 440.898.562-72); Robenare Marques dos Santos Conceicao (CPF 598.530.932-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5762/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-014.037/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sheila Cristina Martins e Silva (CPF 895.306.162-87); Sheila da Silva Ferreira Leal (CPF 605.777.112-53); Silverio Sirotheau Correa Neto (CPF 685.601.842-87); Silvia Cristina Santos da Silva (CPF 995.579.082-20); Simone Maria Costa de Oliveira Moreira (CPF 286.545.013-91).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5763/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-014.043/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Danon Clemes Cardoso (CPF 038.906.679-61); Denize Cristina Kaminski Ferreira (CPF 054.317.089-61); Elaine Souza dos Santos (CPF 059.936.269-33); Erika de Castro Vasques (CPF 037.889.319-06); Fatima Beatriz Caballero Nunez (CPF 470.802.059-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5764/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-014.047/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lidia da Silva Ribeiro (CPF 028.771.899-96); Lucas Prado Carvalho (CPF 042.756.426-35); Lucieli Rossi (CPF 023.266.539-71); Marilia Pedroso Xavier (CPF 044.720.179-46); Mauricio Dalri Timm do Valle (CPF 041.908.809-14).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5765/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-014.053/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leandro Zulian Gallina (CPF 008.381.510-43); Luciana Pazini Papi (CPF 995.257.550-53); Marco Aurelio Silveira Boff (CPF 570.613.190-20); Mariana Recamonde Mendoza (CPF 003.831.690-03); Marleny Blanco Gonzalez (CPF 826.850.290-87).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5766/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-014.058/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cristiano Egger Veçossi (CPF 013.967.020-32); Cristina Silva Feltrin (CPF 992.924.240-68); Cíntia Fernandes da Silva (CPF 048.859.669-65); Daniel Morin Ocampo (CPF 018.402.610-56); Eliane Maria Farias Lukaszczyk (CPF 741.554.400-59).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5767/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-014.061/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gabriela Carvalho Collazzo (CPF 008.085.250-50); Gabriela Souto Alves (CPF 015.807.390-83); Kalinca Léia Becker (CPF 010.771.850-22); Leandro Conceição Pinto (CPF 006.105.525-54); Letícia de Castro Gabriel (CPF 001.181.140-42).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5768/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.120/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gustavo Muniz Dias (CPF 083.850.797-26); Humberto Fonseca Mendes (CPF 666.721.981-72); Iara Mouradian Pedó (CPF 368.647.038-19); Jesus Pascual Mena Chalco (CPF 231.117.568-82); José Nilo Favero (CPF 323.975.186-00).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5769/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.131/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rita de Cassia Freitas Santos (CPF 048.580.079-95); Roana Marques Soares (CPF 086.094.859-51); Roberto Dombroski de Souza (CPF 021.901.279-20); Roberto Kittel Pohlmann (CPF 023.844.450-30); Rodrigo Nogueira Giovanni (CPF 123.367.088-33).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5770/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-015.140/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabio Duarte de Oliveira (CPF 020.870.041-29); Fabio Henrique Paniagua Mendieta (CPF 011.487.401-80); Flavia Belintani Blum Haddad (CPF 143.873.918-47); Flavio Hiroshi Kaneko (CPF 338.535.148-04); Francielle Priscyla Pott (CPF 030.320.361-78).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5771/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.141/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Genivaldo David de Souza Schlick (CPF 710.610.611-91); Geziel Rodrigues de Andrade (CPF 032.471.461-05); Jonison Almeida dos Santos (CPF 024.806.401-08); José Correa Rodrigues Filho (CPF 456.928.581-34); Juliana Danielly de Rezende Miguel (CPF 005.778.031-58).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5772/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.150/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alan Patrick da Silva Siqueira (CPF 093.653.047-25); Andre Mota do Livramento (CPF 099.299.997-95); Claudia Vieira Costalonga (CPF 127.070.187-83); Daniel Vale (CPF 129.510.007-07); Fabricio Albani Oliveira (CPF 056.836.977-78).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5773/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.153/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexandre Goulart Arruda (CPF 082.599.156-00); Cleiton Magela Luz (CPF 013.658.796-82); Djamar Campos Terra (CPF 757.039.716-91); João Henrique Rodrigues (CPF 086.572.106-81); Marcelino Vitor de Brito (CPF 948.516.206-59).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5774/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.157/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniela Savi Geremia (CPF 050.836.839-11); Darlan Martins Lara (CPF 561.321.669-04); Elitana Antoniolli (CPF 024.738.701-01); Fabiana Brum Haag (CPF 687.380.130-53); Gilza Maria de Souza Franco (CPF 296.365.198-89).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5775/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.166/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Guilherme Martins Leandro (CPF 076.939.126-57); Joao Batista Emiliano (CPF 545.219.396-00); Marcio Antonio da Silva (CPF 008.352.176-39); Marco Antonio Coda Albino Dias (CPF 257.713.706-06); Mariana Alves dos Santos (CPF 059.992.186-24).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5776/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.168/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rosangela Maria Ferreira (CPF 011.977.996-05); Thiago Moraes Martins (CPF 051.307.856-81); Tiago Mendonça de Oliveira (CPF 052.478.756-56); Willian Carlos Leal (CPF 050.447.296-80).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5777/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.173/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Abraham Braganca de Vasconcellos Weintraub (CPF 149.226.428-89); Adenauer Girardi Casali (CPF 917.789.210-00); Alessandra Mussi Ribeiro (CPF 264.038.248-99); Alexandre Pazetto Balsanelli (CPF 298.261.128-79); Aline Klassen (CPF 986.006.480-68).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5778/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da unidade técnica, com alteração do Ministério Público junto ao TCU e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de Claudia Aline Azevedo dos Santos Mesquita; Conceicao Reis de Sousa; Daniel Augusto Feldmann; Daniel Monteiro Huertas; em realizar diligência para averiguar se o Professor Dan Rodrigues Levy exerce 80 horas semanais de trabalho, 40 horas referente ao cargo de Professor Auxiliar na Universidade Federal de São Paulo, e 40 horas semanais na ISCP Sociedade Educacional Ltda., nos cargos de Coordenador Pedagógico (28 horas) e Professor de Ensino Superior (12 horas), inserindo nos autos, documentos que comprovem a compatibilidade de horários, tendo em vista o disposto no inciso XVIII do art. 117 da Lei 8.112/1990.

1. Processo TC-015.178/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Claudia Aline Azevedo dos Santos Mesquita (CPF 813.292.102-04); Conceicao Reis de Sousa (CPF 907.234.067-15); Dan Rodrigues Levy (CPF 688.974.052-15); Daniel Augusto Feldmann (CPF 269.604.298-54); Daniel Monteiro Huertas (CPF 143.981.538-02).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5779/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.187/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Helga Tatiana Tucci (CPF 265.036.518-80); Iara Rocha Antunes Pereira Bresolin (CPF 041.832.179-54); Igor Dias Medeiros (CPF 780.035.719-87); Ilana Seltzer Goldstein (CPF 257.879.768-43); Indaia de Santana Bassani (CPF 226.045.548-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5780/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.190/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Juliana Elaine Perobelli (CPF 338.067.888-04); Juliana Luporini Dreyfuss (CPF 025.341.769-43); Leila Thomazelli Thieghi (CPF 250.997.238-37); Leonardo Haddad (CPF 286.021.848-32); Leticia Meazzini de Oliveira (CPF 301.377.748-69).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5781/2015 - TCU - 2ª Câmara
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.194/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Maria Teresa Junqueira Garcia (CPF 249.652.838-80); Mariana Agostini de Moraes (CPF 009.043.020-40); Mariana Lazarini (CPF 007.964.315-90); Marta Denise da Rosa Jardim (CPF 449.797.030-20); Martin Fabio Jennings Simoes (CPF 414.896.752-72).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5782/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.198/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Regiane Albertini de Carvalho (CPF 269.316.158-40); Renata Marcilio Candido (CPF 225.180.038-78); Renata Rosito Tonelli (CPF 291.189.418-93); Renato Alessandro Martins (CPF 300.814.948-07); Rene Rojas Rocca (CPF 231.848.068-04).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5783/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.204/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Tiago Dias Martins (CPF 050.590.289-33); Tiago Rodrigues Macedo (CPF 105.707.177-36); Uira Felippe Garcia (CPF 078.812.087-59); Vanessa Vendramini Vilela (CPF 036.939.566-26); Veneziano de Castro Araujo (CPF 007.963.184-33).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5784/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.208/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriano Manicoba da Silva (CPF 310.892.698-54); Aender Luís Gumarães (CPF 334.831.418-63); Afonso Celso Turcato (CPF 304.459.398-00); Aldemir Versani de Souza Callou (CPF 262.313.478-26); Alessandra Ferreira Ignez (CPF 308.821.248-62).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5785/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.215/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Francisco Gerencsez Geraldino (CPF 312.586.638-30); Carlos Henrique Rossi (CPF 299.389.128-69); Carlos Roberto dos Santos Junior (CPF 322.464.548-24); Cecilia Pereira de Andrade (CPF 053.468.496-37); Cesar Augusto Ilódio Alves (CPF 256.539.018-14).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5786/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.221/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Edson Anibal de Aquino Guedes Filho (CPF 276.576.728-97); Eduardo Antonio Bolla Junior (CPF 334.702.318-85); Eduardo Aparecido Roberti (CPF 338.985.868-71); Eduardo José Ozi (CPF 021.715.658-45); Eduardo Rogerio Gonçalves (CPF 218.778.788-55).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5787/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.228/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Giseli de Souza Lucas (CPF 033.155.156-03); Gladston Ferraz da Silva (CPF 926.603.988-87); Glauber Eduardo Goncalves (CPF 305.550.068-75); Glauco Aparecido de Campos (CPF 358.400.228-10); Guilherme Shoiti Ueda (CPF 038.493.319-03).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5788/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.229/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gustavo Maciulis Dip (CPF 246.027.818-70); Helio Fritz Kiessling (CPF 003.936.208-67); Huyra Estevao de Araujo (CPF 329.147.738-38); Icaro Zanetti de Carvalho (CPF 339.295.818-25); Ingrid Cristina Mariano (CPF 370.449.768-16).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5789/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.238/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Luiz Teruo Kawamoto Junior (CPF 130.002.448-83); Luiziane Medeiros Shirmer (CPF 004.373.840-04); Marcela Ortiz Pagoto de Souza (CPF 294.974.528-88); Marcela Soares Pacheco (CPF 329.759.668-65); Marcelo Cavaguti (CPF 983.775.409-59).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7 Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5790/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.242/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marlon Cavalcante Maynart (CPF 215.820.798-11); Mateus Moreira de Souza (CPF 356.926.988-46); Matheus Moreira Costa (CPF 326.058.418-80); Michele Oliveira da Silva (CPF 306.912.348-17); Michelle Alves da Silva (CPF 219.321.128-04).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5791/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.249/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rafael Madureira dos Anjos (CPF 330.410.538-70); Rafael Prearo Lima (CPF 052.037.396-09); Raissa Maria Mattos Gonçalves (CPF 086.849.566-21); Raphael Saverio Spozito (CPF 288.491.648-23); Raíssa de Oliveira Chappaz (CPF 369.846.308-35).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5792/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.252/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Robertson Gozzi (CPF 523.640.708-72); Robson Barbosa (CPF 077.588.768-46); Rodrigo Eduardo Predolin (CPF 266.853.388-06); Rogério Lúcio Lima (CPF 002.843.491-94); Rômulo de Campos Gomes (CPF 345.519.118-52).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5793/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da unidade técnica, com alteração do Ministério Público junto ao TCU e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de Joyce da Silva Tore; Juari de Oliveira Lira; Jéssica Caroline dos Santos Xavier; Leilian Cristine de Oliveira Caetite; Leonardo Ayres de Souza Allerding; Livia Pereira de Castro; Lucas Nunes Evangelista; Lucas Trombeta; Luciano Silvério Junior; Luisa Falcioni Alvarenga; Luiz Fernando Baltazar; Maicon Teixeira; Mailsom Jose de Souza; Marcelo Alecsander Chagas Leite; Marcelo Hideki Sirasuma; Marcio Luiz Garbin; Marco de Freitas Maciel; Marta Daiana Menezes dos Santos e Matheus Mendes de Oliveira; e em realizar diligência ao órgão de origem para seu pronunciamento quanto à ressalva suscitada pelo controle interno no formulário de admissão de Márcio Huerta Rodrigues Alves, qual seja: "(...)possui CNPJ ativo como microempresário (nº 07.767.863/0001-38) infringindo simultaneamente o artigo 117 da Lei 8.112 e o artigo 14, I, do Decreto 94.664/87".

1. Processo TC-015.507/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Joyce da Silva Tore (CPF 365.682.198-43); Juari de Oliveira Lira (CPF 347.989.598-04); Jéssica Caroline dos Santos Xavier (CPF 383.759.688-54); Leilian Cristine de Oliveira Caetite (CPF 376.189.478-30); Leonardo Ayres de Souza Allerding (CPF 065.883.479-79); Livia Pereira de Castro (CPF 294.688.168-77); Lucas Nunes Evangelista (CPF 103.282.856-09); Lucas Trombeta (CPF 393.827.958-39); Luciano Silvério Junior (CPF 390.792.468-16); Luisa Falcioni Alvarenga (CPF 392.179.548-61); Luiz Fernando Baltazar (CPF 356.979.488-16); Maicon Teixeira (CPF 396.808.988-06); Mailsom Jose de Souza (CPF 413.928.718-75); Marcelo Alecsander Chagas Leite (CPF 694.799.766-68); Marcelo Hideki Sirasuma (CPF 226.085.898-80); Marcio Luiz Garbin (CPF 347.671.788-78); Marco de Freitas Maciel (CPF 351.264.458-98); Marta Daiana Menezes dos Santos (CPF 352.826.428-40); Matheus Mendes de Oliveira (CPF 391.275.128-51); Márcio Huerta Rodrigues Alves (CPF 269.288.478-75).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5794/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.508/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Mauricio Izidoro (CPF 294.338.938-24); Mauricio Supplizi da Costa (CPF 289.265.048-83); Mauricio de Mello Martinho (CPF 222.796.418-95); Michelle Mantovani (CPF 408.946.948-12); Mike Militello (CPF 357.078.808-36); Natalia Gea (CPF 366.534.188-47); Natasha Ramos Morare (CPF 418.663.138-78); Natália Paranhos Caoduro (CPF 414.435.368-06); Nelio de Freitas Queiroz (CPF 338.481.218-24); Nicolas Uehara (CPF 324.762.038-90); Nilton Aparecido de Oliveira Júnior (CPF 406.008.038-13); Odilon dos Santos Nascimento (CPF 097.130.958-20); Pascoal José Finardi (CPF 101.503.118-85); Paulo Cavasini (CPF 345.030.428-31); Philippe Otávio Nunes Sá (CPF 339.606.118-70); Pricila Caroline do Nascimento (CPF 039.067.869-43); Priscila Moura Arakaki (CPF 295.026.998-23); Rafael Adriano Arantes Ferreira (CPF 075.924.146-51); Rafael Cavalcanti Braga (CPF 338.628.688-77); Rafael da Silva Guedes (CPF 227.385.148-04).

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5795/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.520/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Fabio Junior Arruda Lima (CPF 072.976.079-08); Fabio Poffo (CPF 036.195.079-96); Fabio Vieira (CPF 017.634.189-79); Felipe Antunes da Silva (CPF 387.167.428-18); Fernanda Cristina Ferreira Lopes (CPF 057.007.549-16); Fernanda Gonsalves de Andrade (CPF 072.369.509-12); Fernanda Moraes de Jesus (CPF 067.199.939-76); Fernando Prado Dacas (CPF 063.705.599-38); Fernando da Cruz Pinheiro (CPF 334.768.148-74); Francine dos Santos Zanotto (CPF 642.101.892-00); Gabriel Filipe Iahn (CPF 054.448.929-28); Gabriela Favero (CPF 055.420.369-37); Gisele Silveira (CPF 006.683.339-60); Guilherme Migliorini (CPF 092.171.899-36); Helder Alves Ribeiro (CPF 061.720.109-99); Igor Moraes Chaves (CPF 001.694.740-11); Igor Tadeu Lombardi de Almeida (CPF 089.181.646-10); Israel Vasconcelos Cardoso (CPF 047.529.829-27); Izabel Nazare Campos da Silva (CPF 671.777.359-68); Joana Fontanela (CPF 057.852.109-16).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5796/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.526/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Adson Pereira de Souza (CPF 925.289.451-91); Daniel Quesiti Accattini (CPF 285.814.498-24); Diego Henrique Machado Gabriel (CPF 028.521.061-08); Karine Silva Pereira (CPF 016.699.991-14); Kênia Daniela Prado Ferreira Alves (CPF 792.730.501-82).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5797/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.529/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Jeanne Gonçalves Rocha (CPF 089.713.336-69); Jesse Italo Silva (CPF 068.837.436-00); Jonatan Souza Albernaz (CPF 106.802.206-07); Jose Roberto Pereira da Silva (CPF 688.632.256-72); Keila Cristina Carvalho de Oliveira (CPF 038.195.536-22); Leonardo Carmo Viana (CPF 106.962.306-74); Leonardo Mendes Marinho (CPF 062.819.686-54); Liciane Mateus da Silva (CPF 067.417.796-71); Liliane Dantas Correa de Morais (CPF 085.894.686-66); Lucas Amaral de Pádua (CPF 102.039.756-00); Lucas de Assis Silva Teodoro (CPF 119.642.126-93); Maike Vinhal Camargos (CPF 095.902.846-39); Marcia Gabellini (CPF 937.761.016-87); Marcos Vinicius Souza Mota (CPF 098.361.916-66); Maria Lucia Bertolucci (CPF 240.515.606-78); Maria Regina Campaner Locatelli (CPF 434.360.729-15); Mayke Franklin da Cruz Santos (CPF 119.360.506-76); Melissa Fernanda Resende Martinez (CPF 087.503.776-39); Nair Soares da Silva Souza (CPF 351.631.516-49); Pedro Lara de Melo (CPF 099.586.846-83).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5798/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Ana Paula Quintino Rocha, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.534/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Ana Paula Quintino Rocha (CPF 063.481.846-50).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5799/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.538/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Joelse Pereira dos Santos (CPF 315.107.818-46); José dos Santos Ferreira (CPF 002.072.511-69); João Otavio Cenedezi Pimenta (CPF 002.818.741-58); João Paulo Fernandes (CPF 011.708.931-12); Jucimara Neves da Silva (CPF 011.669.101-80); Juliana Souza do Nascimento (CPF 910.118.091-68); Katia El Hage Ferreira (CPF 731.846.911-87); Laura Elisa dos Santos (CPF 018.455.611-20); Laura Rodrigues Correia (CPF 024.642.401-09); Liberalina Vieira Lemos (CPF 542.318.091-00); Lidiane de Medeiros Barbosa (CPF 005.809.601-96); Lilyan Agatha Silva Cristaldo (CPF 022.359.651-56); Livia Pesente de Lacerda (CPF 011.965.071-12); Luan Thiago de Oliveira Caceres (CPF 019.379.051-36); Lucas Gabriel Ortiz de Carvalho (CPF 031.824.821-22); Lucelia Ferreira Vignol (CPF 929.423.690-00); Luciana Goulart Ferreira (CPF 260.990.548-39); Luciene da Silva Santos Bomfim (CPF 019.672.491-05); Lurian Cassia Sa de Rufino Wege (CPF 035.682.621-00); Manoel Felipe da Paz Almeida (CPF 048.198.315-50).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5800/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.544/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Arenilson Costa Ribeiro (CPF 662.652.663-49); Eline Rocha Teixeira Fernandes (CPF 698.930.631-91); Kairo Pimentel Lima (CPF 659.685.143-53); Katiana Silva Marques Moreira (CPF 009.510.893-90); Klean Alex Fonseca de Carvalho (CPF 045.787.643-38); Rosângela de Jesus Santos (CPF 020.514.213-31); William Jhone Ferreira Dias (CPF 012.547.393-19).

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5801/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.548/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Aline Brozzo de Azevedo (CPF 600.459.623-08); Altevir de Oliveira Rosas (CPF 970.091.722-34); Andrea Rodrigues de Jesus Cota (CPF 807.756.082-20); Andressa da Silva Bernardes (CPF 015.649.972-00); Andrezza Farias Alvernaz (CPF 000.490.712-46); Camila Caroline de Lima Silva (CPF 934.630.812-53); Denise da Silva Pontes (CPF 893.230.092-53); Francisco Douglas Silva de Alcantara (CPF 026.933.922-17); Francisco Ricardo de Oliveira Cunha (CPF 020.984.482-52); Giuliano Cardoso Feitosa (CPF 897.111.732-04); Grace Docimo Bentes (CPF 768.794.612-04); Ismael Carlos Silva e Silva (CPF 011.845.072-79); Jair Lopes Cavalcante (CPF 821.204.552-87); Jaqueline Telis de Oliveira (CPF 005.190.702-08); Juliana Maria Monteiro Dobrões (CPF 009.331.664-00); Juzenir Joaquim de Lima da Silva (CPF 687.254.262-49); Katiuscia Pedrosa Rodrigues (CPF 632.645.872-20); Lazaro Vieira da Silva (CPF 843.905.732-68); Leandro da Silva Costa (CPF 013.385.852-90); Maiane Rafaela Silva de Oliveira (CPF 001.255.332-84).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5802/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.601/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jefferson Caramori (CPF 010.251.539-52); Joao Paulo Gollner Reis (CPF 089.062.869-61); Juciane Fazolo (CPF 047.381.009-39); Juliani Borchardt da Silva (CPF 011.303.910-78); Laura Spaniol Martinelli (CPF 019.531.160-43); Marcel Eduard Armanini (CPF 071.884.709-10); Marisete Rodrigeri (CPF 017.667.369-55); Mauricio Moreira de Souza (CPF 958.576.300-10); Michel Arcari (CPF 067.147.409-05); Mirian Lovis de Souza (CPF 893.664.849-72); Priscilla Romano (CPF 282.044.728-70); Rafael Arcari (CPF 067.160.829-05); Ricardo Osmar Voss (CPF 461.273.480-72); Roberto Raota Jonikaites (CPF 047.747.209-50); Salete Teresinha Tartari Gobbi (CPF 528.724.400-20); Seloi Regina Lenz Fiorini (CPF 641.880.190-34); Vera Bregalda da Cruz (CPF 047.990.429-47); Victor Hugo Canali Xavier (CPF 007.188.020-80); Wilson Ramos Mayer (CPF 077.743.509-85).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5803/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.612/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carina Rau (CPF 030.660.079-01); Clarice Lima da Silva (CPF 044.903.489-59); Diogo Augusto Barros Pereira (CPF 009.564.299-47); Eduardo Fagundes Eggea (CPF 033.061.219-08); Lucas Seidy Sakuramoto Bonilha (CPF 322.164.508-20); Maria Ligia Freire Guilherme (CPF 011.761.036-44); Milena Novak Aggio (CPF 084.400.199-63); Valeria Aparecida Monteiro (CPF 026.035.509-77).
1.3. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5804/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Edgar Cesar Giordani, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.653/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Edgar Cesar Giordani (CPF 590.927.939-49).
1.3. Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Concórdia - ME.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5805/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.659/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Mariana Takeuchi Fonseca (CPF 318.645.418-22); Marina França (CPF 671.519.578-15); Milton Santo da Silva (CPF 182.418.468-94); Moacir Ferez David (CPF 008.406.508-76); Nadir Lopes (CPF 105.695.318-70); Pedro Francisco Rossetto (CPF 248.404.298-12); Priscila Veronica Sartorio (CPF 378.938.188-83); Rafael Joao da Luz (CPF 292.411.178-18); Rafael Jose Ferreira da Silva (CPF 319.909.988-28); Rafael Moura Carvalho (CPF 382.590.028-25); Ricardo Moreno Gloria (CPF 144.077.738-12); Ricardo Tavares Rapace (CPF 214.616.718-17); Roberto Fabio Conway Baccarat (CPF 133.965.748-18); Ronaldo Braz Silvestre (CPF 289.581.978-54); Samer Ali Zahra Iak (CPF 310.954.198-03); Sandra das Graças Marcondes (CPF 183.803.688-19); Sergio Pinheiro (CPF 105.189.668-10); Sergio Setsuo Maeda (CPF 194.600.128-76); Simone Ribeiro Bittencourt (CPF 621.988.825-15); Sumyre Ebisui (CPF 381.704.788-63).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5806/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.660/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Tais Soares Ramiro (CPF 146.462.648-03); Tatiana Leite Fernandes (CPF 245.434.158-17); Teresa Keiko Watanabe (CPF 100.555.448-00); Uilton Lopes de Novais (CPF 342.476.988-69); Valquiria Fontalva da Silva (CPF 377.897.028-31); Vanessa Leite dos Santos (CPF 338.715.878-50); Vilma Feliz de Souza (CPF 114.021.598-11); Vitor Fernandes Jaguanharo Carvalho (CPF 425.797.548-22); Viviane Amaral Silva (CPF 323.028.738-07); Viviane da Silva (CPF 268.029.808-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5807/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.666/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Henrique Santos Coelho (CPF 399.804.498-10); Cesar Eduardo Armelin (CPF 369.781.928-30); Cibele Franco (CPF 267.181.908-02); Cid Ruiz Pardini (CPF 654.493.208-68); Cidinei Magalhaes Sargaco (CPF 323.303.188-20); Cilene de Vico Pardini (CPF 008.275.978-27); Claudia Rizia Aguiar Munhoz (CPF 322.445.838-05); Claudinei Ramos Neves (CPF 391.736.098-54); Claudio Diniz da Silva (CPF 111.689.388-64); Constancia Adelia Garcia Bozz (CPF 344.365.268-95); Cynthia de Oliveira Santos (CPF 975.919.045-15); Dagmar Benedito Baltieri de Oliveira (CPF 067.274.668-90); Damito Sanches Sigalas Dameão da Silva (CPF 328.860.068-40); Daniel Henrique Soliman (CPF 326.616.788-08); Daniel Ricardo Silva (CPF 246.616.118-45); David Muramoto Hayashi (CPF 342.600.538-76); Davis Wilian Graciano de Toledo (CPF 284.583.138-20); Dejair Jose de Matos (CPF 289.934.368-86); Diego Saturnino Araujo da Silva (CPF 458.192.058-20); Diogo Carvalho Santos (CPF 310.897.898-58).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5808/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres da unidade técnica, com alteração sugerida pelo Ministério Público junto ao TCU, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de Douglas Arcanjo de Lima; Douglas Gonçalves Martins; Douglas Massao Miyamoto; Douglas Mendes da Silva Del Duque; Edilson Jorge Casarini; Edson Serafim dos Santos; Eduardo Palmeira da Silva; Elmisson Santana de Lima Silva; Eric de Jesus Viana; Erica Mayumi Shimada Konno; Evaldo de Sousa; Evandro Tamaiti; Everson Olegario; Fabiana Andrea Fracacio Frighetto; Fabiana Pereira de Castro; Fabricio Quellis Godoy; Felipe Matos Silva; Fernanda Vasconcelos de Lima; e em realizar diligência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo para que o gestor de pessoal preste esclarecimentos quanto às informações constantes do parecer do controle interno nos atos de Edson Luis Xavier e de Felipe Novaes Rangel.

1. Processo TC-015.667/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Douglas Arcanjo de Lima (CPF 368.694.338-79); Douglas Gonçalves Martins (CPF 335.405.388-79); Douglas Massao Miyamoto (CPF 326.519.738-74); Douglas Mendes da Silva Del Duque (CPF 346.819.898-19); Edilson Jorge Casarini (CPF 086.676.318-09); Edson Luis Xavier (CPF 260.052.058-97); Edson Serafim dos Santos (CPF 134.487.098-83); Eduardo Palmeira da Silva (CPF 023.339.504-04); Elmisson Santana de Lima Silva (CPF 305.990.058-23); Eric de Jesus Viana (CPF 223.334.218-60); Erica Mayumi Shimada Konno (CPF 301.290.138-89); Evaldo de Sousa (CPF 130.726.298-89); Evandro Tamaiti (CPF 338.224.668-67); Everson Olegario (CPF 214.005.708-24); Fabiana Andrea Fracacio Frighetto (CPF 178.785.408-61); Fabiana Pereira de Castro (CPF 262.475.688-43); Fabricio Quellis Godoy (CPF 308.691.308-89); Felipe Matos Silva (CPF 428.857.588-56); Felipe Novaes Rangel (CPF 394.576.398-39); Fernanda Vasconcelos de Lima (CPF 368.765.928-39).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5809/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.678/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Giroleti Silva (CPF 014.358.210-09); Camila Scheid (CPF 015.418.530-24); Fábio Santos de Souza (CPF 953.069.780-53); Greyce Ramires da Silva (CPF 913.792.700-06); Natália Cecília Rebelo (CPF 021.979.180-52); Sibele Schneider de Lima (CPF 014.995.230-92).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5810/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.680/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alirio Daniel Vieira Marques (CPF 516.350.202-63); Andre Luiz Lauria Norinha (CPF 441.767.082-04); Angelica Aguiar Costa Lima (CPF 885.111.462-53); Carla Gomes de Lima (CPF 919.904.672-53); Cristiane Naiara Araujo de Souza (CPF 529.444.172-15); Gerson Barreiros da Silva (CPF 858.715.242-49); Ivanilson Izaias Mendes (CPF 884.236.032-53); Juliana Verçosa de Freitas (CPF 000.444.212-14); Juscelino Silva de Lima (CPF 007.702.892-90); Luiz Guilherme Oliveira Marques (CPF 915.457.222-34); Marckson Monteiro da Silva (CPF 844.415.262-53); Moises Alves dos Santos Filho (CPF 047.565.172-34); Raul Ferreira Spindola (CPF 016.529.572-43); Tereza Cristina Borges Pinho Pinheiro (CPF 971.560.270-34); Valdelario Farias Cordeiro (CPF 342.953.302-30); Wladimir de Sena Raposo (CPF 933.529.802-68).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5811/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.683/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anderson Neves Cunha (CPF 002.583.371-50); Daniel Barros da Silva (CPF 014.155.321-92); Delvan Luis de Souza (CPF 006.206.221-21); Jose Ricardo Goncalves Duarte (CPF 021.801.601-86); Josue Ramos de Oliveira (CPF 496.824.821-00); Kizzy Ariadne de Souza Rezende Wenceslau (CPF 005.658.111-42); Marco Antonio Biotto (CPF 036.006.391-88); Maryana Meyer (CPF 032.720.931-33); Odenilson Sales dos Santos (CPF 571.007.131-53); Thays Cristyna Cardoso (CPF 021.399.271-09); Valdimar Santiago Cunha (CPF 937.726.451-00); Washington Diego Fonseca de Arruda (CPF 017.706.271-11).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5812/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-015.760/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andrei Luis Cerqueira (CPF 016.491.720-95); Caren Joseana Henz (CPF 017.824.970-05); Cristiane de Oliveira Endres (CPF 011.851.940-96); Cristiano de Avila Dotto (CPF 937.201.730-20); Daniela Fonseca da Silva (CPF 996.861.980-91); Elizete Evaldt Rodrigues (CPF 408.330.200-30); Felipe Alcantara Gomes (CPF 008.008.650-06); Fernando Reginatto dos Santos (CPF 015.131.580-90); Giselle Massaro (CPF 826.700.990-68); Janaina de Oliveira (CPF 705.079.880-00); Kelen Munari Dolejal (CPF 809.540.220-68); Luciana Terres Gingueleski (CPF 007.722.050-19); Marcio Figueiro Ferreira (CPF 008.645.560-55); Nelson Oliveira da Rosa (CPF 215.471.810-87); Paulo Vinicius Lima da Silva (CPF 954.100.230-72); Pedro Ulysses Berta Wayne (CPF 475.394.450-68); Rosangela Ellwanger Soares (CPF 221.118.670-04); Thais Del Rio Della Giustina (CPF 820.503.170-34).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5813/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-016.618/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Danielli Vacari de Brum (CPF 955.709.420-68); Denirio Itamar Lopes Marques (CPF 928.949.680-00); Emerson Ciocheta Roballo (CPF 941.999.060-53); Fernanda Murussi Domingues (CPF 985.729.110-49); Graciele Hilda Welter (CPF 971.198.490-34).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de São Vicente do Sul - ME.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5814/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-016.770/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anie Coutinho de Oliveira (CPF 923.599.900-63); Cristian Dias Fernandes (CPF 943.544.720-15); Patricia da Conceição Fantinel (CPF 653.525.300-78); Sonia Souza Franco Bretanha (CPF 617.394.480-49); Vanessa Caldeira Leite (CPF 992.876.090-04).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5815/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-016.888/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jesuete Pacheco Brandao (CPF 075.458.352-04); Joelma Remigio de Araujo (CPF 024.291.314-80); Lucyanne de Melo Afonso (CPF 636.035.002-53); Marcio Lima de Aguiar (CPF 610.936.022-87); Maria de Jesus Campos de Souza Belem (CPF 405.320.892-00); Mary Andrea Xavier Lages (CPF 151.720.258-20).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5816/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-017.092/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Cristina de Araujo (CPF 737.837.494-68); André Gustavo Barbosa da Paz Mendes (CPF 010.696.374-08); Cicera Romana Cardoso (CPF 474.656.974-68); Eduardo Sergio de Medeiros Pereira (CPF 429.682.914-91); Francisco Audrin Armstrong Rufino (CPF 670.935.824-00); José Rauryson Alves Bezerra (CPF 010.069.964-27).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5817/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-017.185/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andre Ricardo Dierings (CPF 889.012.540-34); Andréia Modrzejewski Zucolotto (CPF 673.734.880-72); Ben Hur Costa de Campos (CPF 677.816.750-53); Cimara Valim de Melo (CPF 729.287.600-59); Greicimara Vogt Ferrari (CPF 004.318.450-26).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5818/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-017.197/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marcos Aurélio Pereira Santana (CPF 568.569.624-87); Orleans Silva Martins (CPF 039.571.714-07); Talden Queiroz Farias (CPF 000.158.984-90); Willy Paredes Soares (CPF 010.219.914-06).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5819/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-017.315/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Andréa do Amparo Carotta de Angeli (CPF 259.940.768-05); Fabrício Scapini (CPF 941.047.940-15); Fernanda Sarturi (CPF 955.315.480-87); Liane Teresinha Wendling Roos (CPF 271.224.680-20).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Maria.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5820/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-017.403/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Kleber Saiva de Sousa (CPF 425.503.433-87); Francisca Geny Lustosa (CPF 357.554.153-15); José Arnaldo Motta de Arruda (CPF 060.873.373-34); Kátia Virginia Viana Cardoso Braga (CPF 436.866.643-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5821/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-017.409/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Janayna Bertollo Cozer Casotti (CPF 042.134.957-36); Jose Eduardo Costa Silva (CPF 564.031.606-30); Luiz Antonio Borges Junior (CPF 154.175.318-63); Marcus Vinicius Marvila das Neves (CPF 104.908.217-66).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5822/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.571/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Moreira de Souza Correa (CPF 839.128.603-78); Almi Freire de Lima (CPF 385.199.171-00); Carlos Wilson Dantas de Almeida (CPF 031.682.314-79); Francisco Gomes de Oliveira Neto (CPF 064.574.214-74); Gabriella Valle Dupim da Silva (CPF 007.777.749-25).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5823/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.576/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Marina Marchi Mujica (CPF 123.015.127-38); Marisa Camargo (CPF 001.416.120-61); Rafael Matias Feltrin (CPF 003.741.580-88); Sandra Regina Coracini (CPF 425.693.620-34); Tatiana Lopes Duarte (CPF 000.858.950-08).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5824/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Tiago Rafael Gregory, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.577/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Tiago Rafael Gregory (CPF 969.939.600-87).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Pampa.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5825/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.580/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Gibson Meira Oliveira (CPF 049.754.604-32); Gilvanete Dantas de Oliveira Pereira (CPF 504.547.494-49); Helder Pablo Justino de Lima (CPF 049.963.574-44); Italo Curvelo dos Anjos (CPF 059.105.324-13); Jerônimo José de Oliveira (CPF 056.053.674-71).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5826/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.585/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Amanda Canterle Bochett (CPF 013.910.140-30); Cesar Augusto Gonzalez (CPF 017.148.700-14); Garibaldi da Silveira Junior (CPF 023.154.960-12); Geison Mendes de Freitas de Oliveira (CPF 004.798.850-95); Greice Tabarelli (CPF 834.130.570-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5827/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.586/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Joice Machado (CPF 004.682.100-75); Katiele Hundertmarck (CPF 006.884.940-05).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5828/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.590/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anna Elisa Martins (CPF 079.043.406-74); Eduardo Toledo de Souza (CPF 044.291.906-90); Guilherme de Souza Moura (CPF 898.840.356-87); Henrique de Senna Mota (CPF 050.591.856-05); Marcos Venicius de Castro (CPF 824.249.006-63).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5829/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Sandro Baldo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.591/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Sandro Baldo (CPF 073.117.326-03).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5830/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Tatianne Gizele Marques Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.595/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Tatianne Gizele Marques Silva (CPF 058.991.956-30).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5831/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.596/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Calinka Rodor Ramos de Souza (CPF 098.072.987-41); Claudio Cesar Junca (CPF 017.259.237-26); Filipe Arthur Firmino Monhol (CPF 122.749.637-03); Kassia Cristina Andrade Freitas (CPF 047.689.896-08); Paulo Ribeiro Netto (CPF 075.933.937-63).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5832/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.602/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rodrigo Marciente Teixeira da Silva (CPF 340.588.198-63); Sandra Cristina Vieira Jucá (CPF 768.273.722-00); Tatiane Loureiro da Silva (CPF 812.199.702-04); Viviane Maia Corrêa (CPF 858.725.712-91).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5833/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.618/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Layon Mescolin de Oliveira (CPF 077.974.846-86); Luccas Brando (CPF 067.785.596-67); Luciano Machado Tomaz (CPF 081.717.206-84); Luciene Viana Ferreira (CPF 043.136.456-75); Luisa Antunes Garcia de Campos (CPF 015.001.056-78).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5834/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.620/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rodrigo Manoel Pires Amaral (CPF 318.737.586-34); Steffane Aguilar (CPF 086.669.456-05); Tamara Aparecida Nogueira dos Anjos (CPF 096.081.166-43); Wellington Marcos da Silva (CPF 685.745.336-53).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5835/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.621/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adonis Rogerio Fracaro (CPF 000.988.260-00); Adriele Carolini Waideman (CPF 054.434.269-07); Alexandre Batista de Jesus Soares (CPF 677.685.040-20); Ana Paula Sone (CPF 040.383.229-20); Andres Eduardo Coca Salazar (CPF 233.669.838-25).
1.3. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5836/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.625/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Thiago Alberto Rigo Passarin (CPF 050.773.199-95); Thiago dos Santos Cavali (CPF 082.246.939-10).
1.3. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5837/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.627/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Débora Vasconcelos Bastos Marques (CPF 066.906.816-02); Elias Evangelista Gomes (CPF 062.623.406-96); Felipe Andrade Velozo (CPF 072.551.936-33); Kellen Rocha de Souza (CPF 348.422.868-73); Larissa Gonçalves Souza (CPF 103.470.046-44).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5838/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.629/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Amanda de Souza Santos (CPF 025.105.065-36); Ana Paula Antonello Sieg (CPF 019.099.970-56); Camila Heidrich Medeiros (CPF 024.948.530-36); Elisa Sa Britto Castro Alves (CPF 006.452.940-12); Fabiane Beletti da Silva (CPF 978.599.150-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5839/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de Yuri das Neves Valadão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.632/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Yuri das Neves Valadão (CPF 014.784.070-85).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5840/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.635/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Lyndon Johnson Batista de Souza (CPF 464.676.703-10); Marcelino de Oliveira Fonteles (CPF 181.099.853-00); Maria Fernanda Batista Ferreira (CPF 017.460.233-25); Raul Matos Araujo (CPF 037.215.563-48); Tiago da Costa Silva (CPF 600.438.043-14).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - ME.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5841/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.637/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Paula da Silva (CPF 054.816.336-71); Carolina Merheb Dini (CPF 295.919.938-38); Clovis Correa Junior (CPF 710.165.971-34); Fabio da Veiga Ued (CPF 086.871.216-79); Fernando Max Lima (CPF 014.418.276-92).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5842/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.646/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Erivanio da Silva Carvalho (CPF 050.115.128-19); Evaristo Jose de Lima Neto (CPF 711.828.963-91); Isabell de Kassia Mendonca Trindade (CPF 019.158.373-16); Maria Alice de Vasconcelos Feio Messias (CPF 839.696.592-72); Polyana Amorim Chagas (CPF 008.310.413-58).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5843/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.655/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Pedro Augusto Alvim Sabino (CPF 074.240.056-50); Rafael Fonseca Drumond (CPF 073.416.196-43); Rafaela Fernandes Leite (CPF 096.292.426-13); Ralph Werner Heringer Oliveira (CPF 043.415.056-88); Valeria Savia Tome Franca (CPF 015.458.986-18).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5844/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.658/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Moisés João Zotti (CPF 960.041.850-00); Pedro Lovato Gomes Jardim (CPF 981.434.410-91).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5845/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.659/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bolivar Zanella Ribeiro (CPF 033.132.383-43); Juliana Lapa Rizza (CPF 011.098.400-55); Luisa Rodrigues Cornetet (CPF 020.730.590-07); Rodrigo Lemos Soares (CPF 005.682.780-62); Tiago Pereira Armão (CPF 012.634.450-71).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5846/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.669/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Rodrigo Tiago Ribeiro (CPF 249.267.548-35); Thais Christina Cunha (CPF 025.776.186-11); Vickele Sobreira (CPF 065.713.856-86); Wemerson Gomes Borges (CPF 848.940.406-20).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5847/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.674/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Camila Wohlgemuth Schaan (CPF 834.749.940-34); Camila Zanette Oppermann (CPF 764.634.270-04); Candissa Silva da Silva (CPF 009.270.490-58); Carolina Bertoluci (CPF 000.094.560-90); Caroline Deutschendorf (CPF 003.318.980-39).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5848/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.680/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fabio Spuldaro (CPF 809.296.720-20); Fabiola Satler (CPF 029.518.819-75); Fabricio Bergelt de Sousa (CPF 905.705.610-00); Fernanda Machado Balzan (CPF 948.231.700-91); Fernando Soliman (CPF 958.197.380-04).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5849/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.683/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Hugo Daniel Welter Ribeiro (CPF 047.356.729-66); Ivan Sereno Montenegro (CPF 092.039.817-05); Jeferson Krawcyk de Oliveira (CPF 910.406.710-04); Jeruza Lavanholi Neyeloff (CPF 007.540.180-08); Joares Luiz Moretti Junior (CPF 003.764.910-86).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5850/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.691/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Patrick Dubugras Barone (CPF 043.038.467-08); Paulo Correa da Silva Neto (CPF 005.733.910-41); Raphaella de Oliveira Migliavacca (CPF 000.978.390-35); Renata Ortiz Pedrini (CPF 001.931.950-97); Renata Salatti Ferrari (CPF 007.420.160-30).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5851/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.693/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sandro Cadaval Goncalves (CPF 606.425.300-25); Sheila Nascimento dos Santos Morisso (CPF 977.192.690-04); Silvia Raquel Jandt (CPF 002.668.860-35); Simone Marcia dos Santos Machado (CPF 704.167.880-68); Stefania Pigatto Teche (CPF 802.502.380-04).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5852/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de William Lorenzi, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.695/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: William Lorenzi (CPF 008.891.700-29).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5853/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.704/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruno Lopes Bastos (CPF 792.613.535-68); Bruno Marcello Bomfim (CPF 787.629.285-20); Caio Ruda de Oliveira (CPF 043.486.685-74); Calil Darze Neto (CPF 405.896.175-91); Camila Cavalcante Farias (CPF 347.306.168-98).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5854/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão dos interessados abaixo relacionados.

1. Processo TC-018.710/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ecivaldo de Souza Matos (CPF 790.594.495-68); Eder Batista Regis (CPF 025.749.635-12); Ederlan de Souza Ferreira (CPF 790.530.682-87); Eduardo Alves Reis (CPF 008.758.045-43); Eduardo de Carvalho Motta Junior (CPF 016.138.025-52).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5855/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.774/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anyssa de Oliveira Barbosa (CPF 083.748.854-08); Samuel de Araújo Milfont (CPF 924.958.773-20); Ubilina Maria da Conceição (CPF 053.686.664-38); Viviani Quinto de Azevedo (CPF 561.214.313-34).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5856/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Fabricio Henricco Chagas Bastos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.776/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Fabricio Henricco Chagas Bastos (CPF 369.023.568-58).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal da Grande Dourados.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5857/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Gustavo Oliveira Fernandes Melo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.777/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Gustavo Oliveira Fernandes Melo (CPF 831.123.325-04).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5858/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.780/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ricardo Teodoro (CPF 311.775.948-46); Wanderley Marcos Monteiro (CPF 260.508.108-77).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do ABC.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5859/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.782/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Carlos Eduardo Alencar Almeida (CPF 891.022.073-20); Flávia Cristiane Vieira da Silva (CPF 060.503.904-60); Gizelle do Nascimento Menezes (CPF 017.245.113-27); Josilene de Araújo Ribeiro (CPF 580.502.303-25); Lucas Ribeiro Macedo (CPF 040.243.813-26).
1.3. Unidade: Universidade Federal do Cariri.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5860/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Jose Cirqueira Martins Junior, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.786/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Jose Cirqueira Martins Junior (CPF 822.717.633-04).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5861/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.787/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adriana Hoffmann (CPF 006.179.799-52); Angela Elisabeth Rutzen (CPF 021.428.329-11); Antonio Junges (CPF 230.368.260-68); Benito Eduardo Araujo Maeso (CPF 909.232.279-20); Carla Cristiane Mello (CPF 008.658.569-07); Carliza Fiabane (CPF 005.896.749-43); Clarice Lima da Silva (CPF 044.903.489-59); Dorval Rocaglio (CPF 067.254.489-09); Elisabete Cristina Pereira Eches (CPF 040.136.839-46); Fabiano Antonio de Souza (CPF 008.538.679-09); Fabio Schunig (CPF 040.084.949-60); Fernanda Rodrigues Mendonça (CPF 597.445.101-53); Gabriel Augusto Schiochet (CPF 080.426.709-07); Humberto Handchuka Piccin (CPF 041.478.549-58); Ilizete Gonçalves Lenartovicz (CPF 005.717.119-01); Indianara Gonçalves Camilo Curvello (CPF 040.882.729-78); Jader da Silva de Medeiros (CPF 044.609.329-70); Leonardo Caparroz Cangussu (CPF 040.153.749-83); Luiz Henrique Lima (CPF 056.856.759-50); Mara Elisa Ferri Groth (CPF 585.404.909-00).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5862/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.791/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alessandra de Cássia Ribeiro da Silva (CPF 666.735.000-00); Alex Mateus Ferigolo (CPF 015.046.540-80); Almir Borges Pedroso (CPF 001.542.150-31); Fernanda Cristofari Machado (CPF 965.126.100-59); Greice Pinto Meireles (CPF 022.156.890-56); Marilia Boessio Tex de Vasconcellos (CPF 015.060.260-01); Mirian Socal Barradas (CPF 008.575.350-56); Nivaldo José Moser (CPF 382.603.109-10); Regis Gindri Lancanova (CPF 015.442.970-84); Wagner Danton de Bittencourt Bilhalva (CPF 803.054.660-20).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5863/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.792/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ailson Vasconcelos da Cunha (CPF 056.168.496-00); Ana Luiza Borges de Paula Nunes (CPF 035.878.216-31); Andrea Mello Behrend Casagrande (CPF 040.207.536-60); Carlos da Silveira (CPF 026.258.326-73); Cassia Regina Migliorança Brandão (CPF 052.721.599-69); Claudio Galeno Caldeira (CPF 619.724.606-68); Edmilson Laurentino da Silva (CPF 069.154.768-81); Fernanda Paula de Castro Pereira (CPF 086.450.016-59); Fernando Fernandes de Oliveira (CPF 060.563.246-48); Francisco das Chagas Roque Machado (CPF 716.968.301-68); Guilherme Prata Garcia Cordeiro (CPF 095.528.236-50); Jeferson Dutra Salomao (CPF 494.619.236-00); Loana Nunes Velasco (CPF 998.866.001-44); Marcela Afonso Barcelos Borges (CPF 055.631.286-44); Marcio da Silva Fernandes (CPF 982.559.676-72); Marcus Vinicius Batista dos Santos (CPF 085.206.696-11); Olivar Gonçalves Borges (CPF 027.518.206-11); Rosa Amelia Barbosa (CPF 068.661.766-54); Schneider Pereira Caixeta (CPF 016.897.181-02); Thomas Bessa Ferreira (CPF 074.150.656-46).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5864/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Márcia Greyciliane da Silva Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.796/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Diogo Mairon Cunha Xavier (CPF 062.679.974-05).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5865/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.797/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Evandro da Fonseca Hood (CPF 025.961.340-12); Lucía Silveira Alda (CPF 021.186.940-67); Marcos Antonio de Oliveira Junior (CPF 016.587.770-77).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5866/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.801/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Leonidas Pena de Alencar (CPF 000.292.571-07); Lia Nara Balta Quinta (CPF 014.334.191-06); Lucas Machado Gardin (CPF 005.769.841-40); Luciano Pastor de Lima (CPF 691.671.171-04); Marcel Luiz Tanahara (CPF 017.342.011-77); Maria Rozana da Mota (CPF 563.088.251-15); Maria da Graça Cardoso Pereira Bomfim (CPF 013.810.441-74).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5867/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.804/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Ana Carla Serra Gomes (CPF 960.507.133-91); Andrea Joana Sodré de Sousa (CPF 984.272.703-30); Camila Correia Cunha Ferratto (CPF 018.040.053-39); Cintia Regina Goveia Costa Lira (CPF 003.100.943-30); Francisco Miranda da Cruz (CPF 877.185.103-87); Jackgrayce Dutra Nascimento Silva (CPF 854.830.443-04); João Victor Mapurunga Caracas (CPF 026.758.433-42); Leonardo de Sousa Dias (CPF 649.441.663-20); Leonilson Ribeiro Nunes (CPF 471.379.593-34); Luzivane Ramos Cabral (CPF 033.111.683-99); Margareth Barros Teixeira (CPF 291.968.923-15); Michelle de Fátima Ferreira Lima (CPF 020.158.013-67); Raquel de Fátima Santos do Nascimento (CPF 018.753.523-09); Roberta Lobão Carvalho (CPF 007.424.023-47); Robson Caldas e Silva (CPF 027.198.663-85); Tanyse Ribeiro Coimbra (CPF 027.087.863-77); Tarcísio Souza Costa (CPF 011.531.173-47); Verônica Diniz da Silva (CPF 024.776.553-88); Vinícius dos Santos Puca (CPF 010.864.753-64); Wanderson Oliveira da Silva (CPF 013.247.923-02).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5868/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Denise Silva Telles, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.806/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Denise Silva Telles (CPF 069.125.887-27).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5869/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.811/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Eveline Teixeira de Oliveira Sousa (CPF 021.562.253-70); Francisco Igor Arraes Alves Rocha (CPF 434.206.803-68); Margaret de Paiva Noroes (CPF 477.590.623-20).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5870/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Márcia Greyciliane da Silva Nascimento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.813/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Márcia Greyciliane da Silva Nascimento (CPF 526.925.152-34).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5871/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.820/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Bruna Angela Antonelli (CPF 008.248.309-46); Kedma de Magalhaes Lima (CPF 008.302.314-39); Luiz Antonio Neto Silva (CPF 053.603.114-28); Mary Lucy de Souza Gonzaga (CPF 083.612.664-53); Vanessa de Souza Santos (CPF 028.086.165-62).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5872/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.821/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Aline Keryn Pin (CPF 008.975.489-14); Jonas Daniel Ribeiro (CPF 053.126.889-67); Rafaela Andolhe (CPF 000.759.120-90); Rejane Maria Politowski Uzeika (CPF 018.325.610-70); Vanessa Goulart Dorneles (CPF 813.516.740-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal da Fronteira Sul.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5873/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.828/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Geovani Nunes Grapiglia (CPF 064.542.639-32); Rodrigo dos Santos Veloso Martins (CPF 124.480.577-70); Tiago Eufrasio Maciel (CPF 051.765.089-40).
1.3. Unidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5874/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.852/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Fernanda Pereira da Cruz (CPF 690.982.470-91); Gilberto Giovani Dubiela (CPF 920.651.399-00); Jorge Henrique Rupp (CPF 605.806.829-00); Luiz Carlos Boaretto (CPF 592.189.919-49); Marcelo Marcos Montagner (CPF 934.376.929-68).
1.3. Unidade: Escola Agrotécnica Federal de Rio do Sul - ME.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5875/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.857/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Cassia Andrade Martins (CPF 366.407.408-42); Cintia dos Reis Santos (CPF 366.636.478-06); Claudio Saburo Shida (CPF 073.405.888-84); Cledson Akio Sakurai (CPF 156.898.478-28); Cristina Pontes Bonfiglioli (CPF 160.656.538-96); Daisy Kaunert de Souza (CPF 022.287.528-35); Daniela Akie Hirakawa (CPF 258.146.418-60); Daniela Silva Canella (CPF 066.859.226-56); Daniela Verzola Vaz (CPF 293.436.488-71); Denilson Rodrigues Batista (CPF 306.844.238-98); Denise Maria Fortes Villas Boas Saleh (CPF 072.869.368-24); Eduardo Ferro dos Santos (CPF 256.992.358-33); Elaine Angelina Colagrande (CPF 126.926.638-10); Elisa Haddad de Oliveira (CPF 075.471.669-46); Elisangela Vinhato (CPF 273.526.388-65); Erica Freire Antunes (CPF 277.210.178-90); Erika Cecilia Soares Oliveira (CPF 145.807.918-00); Fernando Cesar de Freitas Barbosa (CPF 343.319.788-18); Flavio Donizete Batistella (CPF 271.444.488-11); Flavio Tayra (CPF 128.379.538-81).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5876/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.861/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Priscila Caroline do Nascimento (CPF 039.067.869-43); Priscila Enrique de Oliveira (CPF 029.928.859-59); Raquel Annoni (CPF 029.353.389-01); Raquel dos Santos Donatini (CPF 186.594.088-70); Reginaldo de Jesus Costa Farias (CPF 617.441.312-87); Rejane Augusta de Oliveira Figueiredo (CPF 179.593.348-89); Ricardo Borges Machado (CPF 820.773.041-20); Ricardo Di Bartolomeo (CPF 076.788.748-47); Ricardo Ruiz Mazzon (CPF 306.783.868-89); Roberta Lima (CPF 181.639.688-50); Robson Barbosa (CPF 077.588.768-46); Rodrigo Afonso Garcia (CPF 293.094.428-59); Rosilene Neide de Almeida Agripino (CPF 601.299.136-34); Sandra Regina Leite de Campos (CPF 084.099.538-54); Sandro Luis da Silva (CPF 069.014.308-76); Satie Lucia Nishimaru Sumita (CPF 815.393.478-34); Silvio Cesar Ribeiro dos Reis (CPF 142.549.778-08); Simone Nacaguma (CPF 168.037.668-37); Solange Leite de Moraes Pilotto (CPF 158.099.848-86); Solange Reis Ferreira (CPF 793.350.557-00).
1.3. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5877/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de Admissão de Silvana Aparecida Domingues Arantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.863/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Silvana Aparecida Domingues Arantes (CPF 973.575.966-72).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Lavras.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5878/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Monaliza Rios Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.864/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Monaliza Rios Silva (CPF 039.230.184-95).
1.3. Unidade: Universidade Federal Rural do Semiárido.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5879/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.865/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alexandro Relvas Pereira (CPF 779.003.082-53); Jones Ribeiro Nogueira (CPF 657.127.902-97); Jose Antonio Viana de Matos (CPF 413.379.482-68); Sienne Cunha de Oliveira (CPF 242.916.172-91).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5880/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.869/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Daniel Neto (CPF 276.025.754-15); Givanildo Ramos de Souza (CPF 049.339.274-21); Heise Cristine dos Santos Aires (CPF 869.314.154-68); Pablo Radamés Cabral de França (CPF 064.375.124-66); Paulo Roberto Genú da Silva (CPF 278.308.454-68); Rebeca Mattos Queiroz (CPF 054.548.034-56); Rogéria Maria Rodrigues da Silva (CPF 687.160.604-15); Sthelio Braga da Fonseca (CPF 102.412.827-05).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5881/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Wilker de Carvalho Marques, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.871/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Wilker de Carvalho Marques (CPF 708.911.683-20).
1.3. Unidade: Centro Federal de Educação Tecnológica do Piauí - ME.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5882/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.875/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elaine Berges da Silva (CPF 122.500.958-84); Eliana Contharteze Grigoletto (CPF 321.954.138-08); Eliana Contharteze Grigoletto (CPF 321.954.138-08); Eliana Kobayashi (CPF 145.801.568-89); Ellen Felizardo Pinto (CPF 375.730.528-04); Ellen de Lima Souza (CPF 333.230.838-65); Erica Mayumi Shimada Konno (CPF 301.290.138-89); Eveli de Almeida Sanches (CPF 057.603.948-94); Fabio Alexandre Goncalves (CPF 277.904.688-04); Fabio Nosse Niime (CPF 340.128.458-45); Fabricio Garcia de Araujo Ribeiro (CPF 012.319.036-35); Fernando Jose Zaituni (CPF 065.105.738-81); Fernando de Oliveira (CPF 790.922.848-15); Fioravante Stefani Neto (CPF 334.351.688-03); Francisco Supino Marcondes (CPF 214.013.688-83); Frederico de Oliveira Simões (CPF 416.181.608-18); Fábio Maluf Jazra (CPF 049.442.988-70); Gabriela Xavier da Silva (CPF 084.351.476-06); Geraldo Magela Martins Caldeira (CPF 046.568.248-01); Gil Carlos Silveira Porto (CPF 893.426.235-49).
1.3. Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5883/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Luciana Patricia Possa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.883/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessada: Luciana Patricia Possa (CPF 056.103.906-21).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de São João Del Rei.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5884/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.885/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Alyson Paulo Santos (CPF 805.603.855-87); Creycianne Benjamim da Silva (CPF 802.586.112-00); Debora Cristina Passos de Sá (CPF 005.915.762-36); Eloy da Silva Rocha (CPF 436.754.922-49); Jheralmy Hastem Santos Araujo da Silva (CPF 000.994.212-24); Leandro Coutinho Alho (CPF 843.209.662-87); Rafaela Fernanda Batista (CPF 059.582.986-40).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5885/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.887/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Anderson Amorim Alves (CPF 024.098.673-32); Christian Jose Mendoza Castiblanco (CPF 232.896.888-01); Jose Maria Paixao Filho (CPF 067.207.063-49); Wandaik Moura Arcangelo (CPF 029.890.563-94).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5886/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Angelica Sousa da Mata, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.889/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Angelica Sousa da Mata (CPF 077.235.426-07).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5887/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.891/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Emerson David de Moura Oliveira (CPF 656.752.073-68); Joao Dutra de Araujo Neto (CPF 012.042.193-38); Wanney Cavalcante Pinheiro (CPF 011.235.033-03).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5888/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Renato Wendell Ferreira Damasceno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.895/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Renato Wendell Ferreira Damasceno (CPF 009.633.774-50).
1.3. Unidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5889/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Thayna Aparecida de Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.897/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessado: Thayna Aparecida de Oliveira (CPF 024.870.351-02).
1.3. Unidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5890/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-018.903/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Caroline Simoes Simon (CPF 828.018.780-49); Carolini Hofstatter Korb (CPF 010.739.930-00); Cassius Ferreira Vargas (CPF 732.436.800-00); Catia Catarina da Silva Guedes (CPF 580.498.600-78); Catia Catarina da Silva Guedes (CPF 580.498.600-78); Catia Guimaraens Teixeira (CPF 013.919.990-02); Catia Guimaraens Teixeira (CPF 013.919.990-02); Celeni Teixeira Souto da Silva (CPF 208.493.200-97); Cesar Augusto Carvalho (CPF 816.337.690-20); Cesar Augusto Machado de Souza (CPF 732.127.840-91); Cezar Augusto Albuquerque Cabral (CPF 316.612.200-10); Charles Marcelo Kinast (CPF 000.785.410-26); Charles Marcelo Kinast (CPF 000.785.410-26); Christina Garcia da Silva Fraga (CPF 703.343.310-72); Cibele Teixeira Amaral (CPF 933.335.010-15); Cinara Rejane Gomes da Silveira (CPF 593.816.710-87); Cinara Rejane Gomes da Silveira (CPF 593.816.710-87); Cintea Raquel Borges (CPF 011.530.880-61); Cintia Belardineli Moraes (CPF 000.057.530-58); Cintia Belardineli Moraes Soares (CPF 000.057.530-58).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5891/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.908/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Diego Espindula da Silva (CPF 001.758.270-95); Diego Jacques Faria (CPF 007.136.880-92); Diego Menger Cezar (CPF 007.504.290-89); Diego Piedade Borges (CPF 008.212.910-09); Diogo Rocha Preto (CPF 007.508.380-94); Diogo Silva Climaco Sacramento (CPF 008.178.240-30); Diogo Silva Climaco Sacramento (CPF 008.178.240-30); Diogo Silva Germano (CPF 000.941.810-55); Diogo Silva Germano (CPF 000.941.810-55); Dione Machado Araujo (CPF 982.699.500-25); Domingas Compagnoni Duarte (CPF 375.315.490-34); Douglas da Silva Lima (CPF 991.201.780-34); Driele Leao Ebling (CPF 015.338.660-66); Edinei Marcos Obem (CPF 965.763.160-20); Edisneida Thomasi (CPF 544.094.460-53); Edson Eleuterio Telles (CPF 543.022.260-72); Eduardo de Cassio Rodrigues Peres (CPF 960.930.720-53); Elaine Maria Souto Zanoni (CPF 997.275.360-34); Elaine Teresinha Batista (CPF 638.485.200-44); Elaine da Silva Carrasco (CPF 450.212.600-49).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5892/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.910/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Elisiane Palharini (CPF 964.477.700-00); Elizabete Rodrigues Martins (CPF 509.947.000-91); Elizandra Birkheuer (CPF 995.185.030-87); Elizandra Birkheuer (CPF 995.185.030-87); Elizandra Franca dos Santos (CPF 812.260.550-87); Eloine Aparecida Oliveira de Freitas (CPF 013.984.210-14); Elyani Dilelio Noble de Noble (CPF 493.127.909-00); Emilene Goncalves Teixeira (CPF 980.557.120-34); Emilly Guterres Vargas (CPF 021.894.080-75); Emily Sarturi das Neves (CPF 814.195.380-04); Erecilda Victor Venancio (CPF 658.610.430-00); Erika Fernanda Dias (CPF 944.388.200-06); Estela Maris de Souza Vianna (CPF 481.677.700-87); Ester de Goes Machado (CPF 475.023.550-49); Evandro Siqueira Pires (CPF 013.106.380-47); Everton Barbosa dos Reis (CPF 838.278.380-53); Fabiana Bitencourt de Souza Silva (CPF 000.971.180-52); Fabiana Carniel Goncalves (CPF 632.221.400-49); Fabiana Gomes Ortiz (CPF 823.224.140-34); Fabiana Silva Costa (CPF 817.493.500-25).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5893/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.918/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Jose Neverton da Silva Serpa (CPF 806.301.540-15); Joseani de Oliveira da Silva (CPF 012.332.570-64); Joselise Belo de Souza (CPF 489.687.570-20); Josue da Silva (CPF 004.818.530-22); Josue da Silva (CPF 004.818.530-22); Joyce Vidal Sarmento (CPF 958.258.350-91); Joyce Vidal Sarmento (CPF 958.258.350-91); Juarez Gil de Souza (CPF 397.521.430-91); Julia Bitencourt Simao (CPF 830.034.360-15); Julia Bitencourt Simao (CPF 830.034.360-15); Julia Medeiros Sorrentino (CPF 014.989.200-47); Juliana Fraga da Silva (CPF 820.413.500-91); Juliana Ghisleni de Oliveira (CPF 955.888.170-87); Juliana Machado Schardosim (CPF 008.019.910-05); Juliana Pires Marafon Franz (CPF 947.640.000-59); Juliana Ribeiro Berteli (CPF 273.420.708-74); Juliana Silveira da Silva (CPF 939.176.350-20); Juliana Teloken de Souza (CPF 014.811.640-07); Juliana Teloken de Souza (CPF 014.811.640-07); Juliano Abreu Pinto (CPF 812.861.040-68).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5894/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.919/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Juliano Oliveira Schwalm (CPF 813.126.440-87); Juliano da Silva de Almeida (CPF 969.455.670-87); Julio Antonio Baisch da Silva (CPF 811.361.960-72); Julio Cunha dos Santos (CPF 373.402.120-00); Jusimara Rodrigues Rocha (CPF 969.782.520-34); Jussara Comaru Cabral Farias (CPF 635.564.300-10); Kamila de Abreu Teixeira (CPF 812.978.820-91); Karen D Oliveira Desessards (CPF 747.907.900-10); Karen Elisabete Bastos Lopes (CPF 807.644.520-53); Karen Oliveira Soares (CPF 017.324.940-02); Karen Oliveira Soares Rodrigues (CPF 017.324.940-02); Karen Regina Silva de Souza (CPF 017.609.010-08); Karen Regina Silva de Souza (CPF 017.609.010-08); Karina Costa Machado (CPF 011.850.170-46); Karina Mariante Monteiro (CPF 000.816.640-44); Karine Furlan da Costa (CPF 003.041.140-81); Karine Margarites Lima (CPF 712.139.370-00); Katiusse do Amaral Soares (CPF 825.664.700-06); Kelen Patricia Burke (CPF 008.291.980-16); Kelen Patricia Mayer Machado (CPF 004.621.310-41).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5895/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.927/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Monica Borba de Azeredo (CPF 013.878.900-26); Monica Echeverria de Oliveira (CPF 904.015.650-68); Naira Liedke Bernardes dos Santos (CPF 030.929.100-36); Naira Liedke Bernardes dos Santos (CPF 030.929.100-36); Naira Liz Tosca Toldo (CPF 675.520.300-97); Naira Liz Tosca Toldo (CPF 675.520.300-97); Nanci Araujo Schinoff (CPF 978.073.540-20); Natali Pedroso Rodrigues (CPF 001.501.830-03); Neidi Darcieli da Veiga (CPF 022.017.140-88); Neila Magda de Oliveira Escopelli (CPF 906.417.440-72); Neila Magda de Oliveira Escopelli (CPF 906.417.440-72); Neise Schoninger (CPF 978.922.380-34); Neusa Maria Jakobowski (CPF 742.202.170-53); Nicole Fernandes Morais (CPF 002.761.800-54); Nilton Francisco Natel Leite (CPF 183.593.880-91); Nissie Frantz Soares da Silva (CPF 021.222.720-31); Nubia D Avila Marchi (CPF 962.146.510-91); Odair Jose dos Santos Xavier (CPF 995.068.900-72); Odelta dos Santos Allende (CPF 946.075.160-15); Omar Moreira Bacha (CPF 659.949.810-87).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5896/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.933/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Sabrina Freire Rodrigues (CPF 980.911.580-68); Sabrina Reimundo Ribeiro (CPF 001.293.150-01); Salete Maria Federizzi (CPF 448.938.090-91); Samandra Paz Azevedo (CPF 018.668.970-55); Samuel Casasola (CPF 006.828.300-89); Samuel Nobre Garighan (CPF 889.876.120-15); Sandra Brancher (CPF 964.338.250-87); Sandra Izabel Cidade (CPF 543.473.860-87); Sandra Maira Nunes Sant Anna (CPF 354.809.120-20); Sandra Riboli Dias (CPF 903.119.650-91); Sandra da Silva Blanco (CPF 773.629.180-20); Sandro Soares Raulino (CPF 916.736.400-44); Sara Neli da Silva Delgado (CPF 613.507.700-78); Sara Ramos Leao (CPF 358.678.760-04); Shanon Diego Fernandes Lopes (CPF 541.057.811-20); Shidarttha Ghauthanma de Mendonca (CPF 003.346.960-11); Shirlei Costa Carrer (CPF 008.230.860-89); Shirlei Soares Lemos (CPF 002.454.060-93); Silvana Junges (CPF 995.852.350-72); Silvana Palmeiro Marcantonio (CPF 512.559.010-04).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5897/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.934/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Silvana Scotto Barden (CPF 985.539.920-04); Silvia Andrea Rosa da Costa (CPF 964.730.700-44); Silvia Fernandes da Silva Viva (CPF 959.289.100-10); Silvia Paz Becke Tasca (CPF 950.331.730-49); Silvio Antonio Vieira (CPF 421.361.990-72); Silvio Roberto Pereira de Souza (CPF 453.816.150-00); Simara Roberta Trasel (CPF 000.373.820-55); Simeia Correa de Matos (CPF 016.204.120-98); Simone Ambos da Silva (CPF 964.091.770-20); Simone Machado Wester (CPF 917.709.550-20); Simone Pedroso da Rosa (CPF 819.763.800-49); Simone Pereira Fernandes (CPF 003.974.149-43); Simone Sa Britto Garcia (CPF 537.103.200-20); Simone Terezinha de Freitas Cabral (CPF 943.408.030-49); Simone de Quadros Pinto (CPF 001.213.490-20); Sinara dos Santos Machado (CPF 540.723.100-00); Sirlene Antonia Correa (CPF 284.080.408-55); Sirlene Antonia Correa (CPF 284.080.408-55); Soheyla Mohd Souza Rabie (CPF 038.962.849-24); Sonete de Lima Padilha (CPF 968.753.130-49).
1.3. Unidade: Hospital de Clínicas de Porto Alegre.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5898/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.977/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Classe de Assunto: IV.
1.2. Interessados: Adrielle Costa Gomes (CPF 016.323.135-45); Alexandre Barberi (CPF 155.203.798-31); Alexnaldo Teixeira Rodrigues (CPF 939.959.385-15); Alysson Viana Martins (CPF 079.468.064-00); Anderson Fabrício Andrade Brasil (CPF 781.208.375-68); Andre Pires Felix da Silva (CPF 102.705.327-06); Andre Resende de Senna (CPF 083.612.007-89); Anilton de Oliveira Antunes (CPF 934.085.875-15); Antonio Carlos Cruz Freire (CPF 778.575.005-00); Bruna de Andrade Braga Mendes (CPF 803.635.045-91); Bruno Faria Rohde (CPF 008.621.610-45); Bárbara Patrícia da Silva Lima (CPF 054.768.944-62); Caio Porto de Castro

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

(CPF 034.413.195-59); Caio Victor Damasceno Carvalho (CPF 027.809.065-61); Camila Carneiro Meccia (CPF 826.425.675-91); Carla Caroline Valenca de Lima (CPF 012.928.065-83); Carlos Leonardo Martins Guimaraes (CPF 920.975.531-68); Carlos Vinicius Andrade Silva (CPF 046.917.385-84); Carolina Freire da Gama Costa (CPF 941.116.505-20); Carolina de Paula Diniz (CPF 028.756.799-02).

1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5899/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.979/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Iris Gomes dos Santos (CPF 822.183.405-00); Isabela Soares Pimenta (CPF 014.116.195-79); Ivan do Carmo Machado (CPF 013.726.005-90); Izadora Alves de Miranda Fragoso (CPF 021.309.145-35); Jacqueline Silva Alves Pacheco (CPF 051.050.125-77); Jacqueline dos Santos Silva (CPF 887.706.995-34); Jamerson Carneiro de Oliveira (CPF 039.260.225-31); Jorge Luiz de Paula (CPF 320.385.773-15); Marcio Astor Pooter (CPF 888.931.381-15); Marconi Jose Soares Chaves (CPF 645.291.504-53); Marcus Vinicius Alves Lima (CPF 041.407.145-06); Maria Isis Santos e Santos (CPF 029.998.635-78); Marialva de Castro Calabrich Schlucking (CPF 348.940.805-59); Mariana de Almeida Moraes Gibaut (CPF 034.517.705-39); Marize Souza Carvalho (CPF 262.213.065-15); Mauricio Costa Alves da Silva (CPF 506.321.085-68); Mauricio Damasceno Souza (CPF 925.769.745-20); Mirele Viegas da Silva (CPF 989.826.484-53); Moreno Laborda Pacheco (CPF 007.895.365-01); Muller Ribeiro Andrade (CPF 025.677.125-18).

1.3. Unidade: Universidade Federal da Bahia.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5900/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Bruno Deleprane, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.982/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Bruno Deleprane (CPF 092.338.357-31).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5901/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.984/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Edsel Rocha Leitão (CPF 704.787.087-34); Eliane Moreira Santos Ruas Sereno (CPF 070.476.137-81); Fabiano Basso do Santos (CPF 007.899.510-88); Fabio Nogueira Pereira (CPF 080.281.207-41); Fernanda Brasileiro de Almeiida (CPF 042.091.607-50); Fernanda Mendes Pires (CPF 105.997.587-40); Fernanda Sales (CPF 007.583.637-88); Fernanda de Souza Hott (CPF 072.623.427-38); Fernando Alves Mazzini (CPF 003.267.217-97); Flavia de Fátima Zanon Oliveira (CPF 013.554.207-33); Flavio Morais de Souza (CPF 005.114.367-42); Francisco de Paula Careta (CPF 093.198.827-62); Fuviane Galdino Moreira (CPF 099.244.057-22); Gabriela Oliveira (CPF 142.424.347-58); Heraldo Ferreira Borges (CPF 009.773.257-50); Isaias Alves (CPF 097.010.907-56); Ivo Azeredo Rizzoli Godoy (CPF 099.278.057-80); Jonaina Fiorim Pereira de Oliveira (CPF 086.577.617-26); Jorge Renato Bautz Tagarro (CPF 761.607.427-87); Érica Duarte Silva (CPF 057.093.066-90).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5902/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.985/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: José Gilvan dos Santos (CPF 490.522.175-72); José Luiz Marques Rocha (CPF 066.556.386-82); Julia de Assis Pinheiro (CPF 099.608.197-60); Juliana Machado Barroso (CPF 078.169.317-94); Karen Purper Freitas Magiero (CPF 076.708.157-95); Karina Musso Pereira (CPF 053.945.097-94); Karina Pedrini Fraga (CPF 119.340.147-02); Karla Anacleto de Vasconcelos (CPF 031.811.957-90); Karla Dubberstein Tozetti (CPF 110.116.877-39); Klesia Pirola Madeira (CPF 102.403.187-06); Leidjaira Juvanhol Lopes (CPF 124.061.627-96); Leila Cristina Brunelli Costa Valle (CPF 080.886.967-12); Leomar dos Santos Vazzoller (CPF 252.281.707-82); Leonardo Nascimento Casati (CPF 124.365.367-16); Letícia de Nadai Marcon (CPF 101.988.187-93); Lorena Barros Furieri (CPF 105.618.077-36); Luana Frigulha Guisso (CPF 098.776.187-02); Luana da Silva Baptista Arpini (CPF 113.612.607-42); Luciana Jardim Massard (CPF 005.369.677-84); Luciano Bertollo Rusciolelli (CPF 033.409.395-35).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5903/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.990/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Edmon Neto de Oliveira (CPF 084.506.796-64); Gillian Mariana Luciano Volpato (CPF 081.341.336-22); Mariana Pereira Galvane (CPF 016.021.586-22).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5904/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.993/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Bergson Henrique Nunes Bezerra (CPF 014.846.833-07); Rafael Torres Correia Lima (CPF 052.345.974-23).

1.3. Unidade: Universidade Federal da Paraíba.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5905/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicados, por perda de objeto, os atos de admissão dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.994/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessados: Fabio Antonio Gabriel (CPF 004.064.419-79); Fernando Araujo Borges (CPF 041.881.729-40); Heloise Garcia Knapik (CPF 045.257.719-50); Joao Paulo Rocha Neto (CPF 039.926.019-60); Washington Luiz Afonso dos Santos (CPF 713.840.499-91).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Paraná.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5906/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Marcia Leite Pereira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.998/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Marcia Leite Pereira (CPF 019.508.587-66).

1.3. Unidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5907/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento no art. 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o ato de admissão de Moline Masieiro Ribeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.000/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Classe de Assunto: IV.

1.2. Interessado: Moline Masieiro Ribeiro (CPF 058.578.199-03).

1.3. Unidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.7. Advogado: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5908/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do Regimento Interno, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil dos interessados a seguir relacionados e fazer a determinação do item 1.8 abaixo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-029.196/2014-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Classe de assunto: V.

1.2. Interessados: Antonia Coutinho de Oliveira (CPF 835.762.157-00); Arlette Mattos Mattoso (CPF 101.029.377-02); Cleonice Ribeiro Costa da Silva (CPF 095.806.147-50); Genesio Sant'anna (CPF 060.559.107-56); Genesio Sant'anna (CPF 060.559.107-56); Hilda Anselmo de Melo (CPF 334.917.714-04); Izabel Silva dos Santos (CPF 029.914.777-09); Julia Gomes do Valle (CPF 090.272.197-61); Laida Ardalia (CPF 838.056.721-87); Laida Ardalia (CPF 838.056.721-87); Maria Ivone Linhares Furtado de Mello (CPF 320.790.793-87); Maria Julia de Souza (CPF 416.774.984-04); Maria da Conceição Silva (CPF 251.493.005-78); Maria de Lourdes Pereira de Sant'anna (CPF 009.045.307-79); Nelly da Silva Alves (CPF 609.074.527-87); Rosa Maria Malaquias Vidal (CPF 208.579.777-68).

1.3. Unidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha.

1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.

1.5. Representante do Ministério Público: procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado: não há.
1.7. determinar à SEFIP para que realize a correção no campo "Dados do Instituidor" em relação ao regime antes da Lei 8.112/1990, substituindo CLT pela Lei 1.711/1952 nos formulários Sisac deste processo.

ACÓRDÃO Nº 5909/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, e com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c a súmula TCU 145, em retificar, por inexatidão material, o acórdão 4679/2015-2ª Câmara, item 9.1, para que, onde se lê: "com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b" e §§ 1º e 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:"; leia-se: "com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b" e §§ 1º e 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:", mantidos os demais termos da deliberação ora retificada.

1. Processo TC-025.679/2010-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2009)
1.1. Classe de Assunto: II.
1.2. Responsáveis: Alcantaro Correa (CPF 003.791.239-91); Alfredo Ender (CPF 123.403.839-00); Amauri Alberto Buzzi (CPF 309.073.659-49); Antônio Carlos Polenti (CPF 008.497.178-92); Ari Oliveria Alano (CPF 077.550.409-25); Carlos Alberto Baldissera (CPF 031.713.709-30); Carlos Artur Barboza (CPF 216.329.797-72); Carlos Henrique Perez (CPF 062.409.218-66); Carlos Kracik Rosa (CPF 003.960.019-04); Cid Erwin Lang (CPF 034.107.578-72); Célio Goulart (CPF 001.884.689-00); Daniel Thiesen Horongoso (CPF 901.669.499-49); Hermes Tomedi (CPF 493.574.929-68); José Fernando da Silva Rocha (CPF 474.216.300-15); Leocádia Maccagnan (CPF 494.803.919-53); Luis Carlos Guedes (CPF 010.382.208-90); Luis Miguel Vaz Viegas (CPF 965.882.258-49); Neimar Borges Braga (CPF 572.082.800-10); Ramiro Cardoso (CPF 378.269.309-44); Sergio Luiz Gargioni (CPF 145.246.359-04); Sérgio Luiz Pires (CPF 005.524.638-92).
1.3. Unidade: Departamento Regional do Sesi no Estado de Santa Catarina.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex-SC).
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5910/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, em considerar cumpridas pela Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão as determinações do subitem 9.2 do acórdão 4.031/2014-2ª Câmara; em encerrar este processo de monitoramento e apensá-lo em definitivo ao TC 014.611/2013-9, nos termos do art. 169, inciso I, do Regimento Interno, e do art. 5º, inciso II, da Portaria Segecex 27/2009; e em fazer a determinação constante no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-001.539/2015-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Classe de Assunto: III.
1.2. Unidade: município de Viana - MA.
1.3. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão (Secex-MA).
1.6. Advogado: não há.
1.7. com fulcro no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 e no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, determinar à Controladoria-Geral da União no Maranhão que, nas próximas contas da Superintendência Estadual da Funasa no Maranhão, informe o andamento dos processos em tramitação no Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal até o desfecho das ações que suspenderam a continuação da execução da obra do Convênio 1354/2001 pelo Município de Viana (MA) com outra licitante e mantiveram o contrato com a Mendes Cunha Construções e Serviços Ltda., destacando especificamente se, ao final, restou comprovado o abandono injustificado da obra pela contratada; e, nesse caso, se houve instauração da devida tomada de contas especial; e
1.8. dispensar o monitoramento da determinação acima.

ACÓRDÃO Nº 5911/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido no processo e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em: (i) conhecer desta representação; (ii) indeferir o requerimento de medida cautelar; (iii) considerar improcedente a representação; (iv) dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à representante e à Universidade Federal de Campina Grande; e
V. arquivar os autos.

1. Processo TC-019.162/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Zêlo Locação de Mão de Obra - Eireli (CNPJ 10.339.944/0001-41).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5912/2015 - TCU - 2ª Câmara

Vista esta representação, com pedido de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades no pregão eletrônico 36/2015 da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, que objetiva a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de natureza continuada de limpeza, conservação e higienização nos *campi* universitários de Patos e Sousa.

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade pertinentes;

considerando que a representante questionou a apresentação de resposta à impugnação da empresa após o prazo estabelecido no art. 12, § 1º, do Decreto 3.555/2000; a exigência de instalação pela contratada de equipamentos de coleta eletrônica de ponto biométrico; a vedação ao somatório de atestados de capacidade técnica; e a aceitação apenas de atestados técnicos relativos a serviços de limpeza em edificações não residenciais;

considerando que a unidade técnica apurou a ausência de caráter restritivo nas cláusulas do edital contestadas, por, em suma:

a) a comissão de licitação da UFCG, na análise da impugnação apresentada pela representante, ter fundamentado a exigência de sistema de ponto biométrico do ponto de vista do interesse público, ante o benefício de melhor gerenciamento e fiscalização dos serviços a serem contratados, o que se coaduna com a jurisprudência do TCU, que admite exigências de utilização de tecnologia mais atualizada para prestação de serviços (acórdãos 1.228/2014 e 3.138/2014, do Plenário);

b) não constar vedação absoluta ao somatório de atestados de capacidade técnica no edital, uma vez que a soma é permitida quando os contratos originários das certidões tenham sido executados de forma concomitante, em consonância com a jurisprudência do Tribunal (acórdão 2.387/2014 - Plenário, por exemplo), a qual reconhece que, para determinados serviços, a execução sucessiva de objetos de pequena dimensão pode não ser capaz de capacitar a empresa automaticamente para a execução de objetos maiores; e

c) a comprovação de experiência técnica na limpeza de edificações não residenciais mostrar-se justificável no caso, diante das características dos serviços objeto da licitação;

considerando que, embora a resposta à impugnação da representante, protocolada no dia 28/7/2015, às 14h34 (peça 1, p. 172), tenha sido disponibilizada no Comprasnet no dia 29/7/2015, às 18h06 (peça 4, p. 2), poucas horas após o prazo previsto no art. 18, § 1º, do Decreto 5.450/2005 (que regulamenta o pregão na forma eletrônica), e não no dia 30/7/2015, como afirmou a representante, a ocorrência não inviabilizou a participação da empresa no certame, aberto no dia 31/7/2015, conforme se vê nos documentos às peças 5 e 6; e

considerando que houve a participação de um grande número de empresas no pregão (28 no item 1 e 27 no item 2), situação que corrobora a inexistência de restrição à competitividade nas cláusulas impugnadas;

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer emitido no processo e com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, em:

I. conhecer desta representação;

II. indeferir o requerimento de medida cautelar;

III. considerar improcedente o pedido constante da representação;

IV. dar ciência desta deliberação, bem como da instrução da unidade técnica, à representante e à Universidade Federal de Campina Grande; e

V. arquivar os autos.

1. Processo TC-019.422/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Classe de Assunto: VI.
1.2. Representante: Zêlo Locação de Mão de Obra - Eireli (CNPJ 10.339.944/0001-41).
1.3. Unidade: Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.
1.4. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco - Secex/PE.
1.7. Advogado: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
ACÓRDÃO Nº 5913/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos e com fundamento nos arts. 234, § 2º, e 237, VII e parágrafo único, do Regimento Interno, c/c arts. 103, § 1º, e 105, parágrafo único, da Resolução TCU 259/2014, em não conhecer desta representação, em encaminhar cópias desta deliberação à Universidade Federal do Pampa e à empresa representante e em arquivar este processo.

1. Processo TC-019.655/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Unidade: Universidade Federal do Pampa.
1.2. Relatora: ministra Ana Arraes.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina - Secex/SC.
1.5. Advogado: João Luis de Castro (OAB/SP 248.871).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 5914/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de **pedido de reexame** interposto por Célia Maria da Silva Corrêa Oliveira, reitora da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, contra os itens 9.2 e 9.4.1 do Acórdão 4.387/2009-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria do Sr. Creodil da Costa Marques, recusando-lhe o registro e determinando a cessação dos pagamentos do ato impugnado, e item 9.1 do Acórdão 1.561/2011-TCU-2ª Câmara, que imputou multa à Sra. Célia Maria da Silva Corrêa Oliveira, pelo não atendimento à determinação contida no subitem 9.4 do Acórdão 4.387/2009-TCU-2ª Câmara .

Considerando que, regularmente notificada, em **14/9/2009** (peça 1, p. 50), acerca da deliberação recorrida (Acórdão 4.387/2009-TCU-2ª Câmara), a interessada somente compareceu aos autos em **5/11/2014**, oportunidade em que protocolizou seu pedido de reexame (peça 23);

Considerando que o prazo para a interposição desse recurso é de 15 (quinze) dias, nos termos dos artigos 285 e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU;

Considerando que "a data de início do prazo é contada a partir do primeiro dia em que houver expediente no Tribunal", nos termos do art. 19, §3º, da Resolução TCU 170/2004, o termo **a quo** para análise da tempestividade foi o dia **15/9/2009**, sendo certo que o termo final para sua interposição se deu no dia **29/9/2009**;

Considerando, paralelamente, que a interessada não apresenta fatos novos capazes de alterar o mérito do acórdão alvejado, o que, por si só, inviabiliza o conhecimento da peça recursal em tela, **ex vi,** nos termos do artigo 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 285, caput e §2º, e 286, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU;

Considerando o princípio da fungibilidade e que, ante as circunstâncias expostas, os pareceres da unidade técnica e do representante do Ministério Público junto a este Tribunal são convergentes no sentido do não conhecimento do recurso (peças 32, 33, 34 e 37);

Considerando, por fim, que as determinações constantes dos acórdãos citados no **caput** foram cumpridas, consoante o Acórdão 2.196/2015-TCU-2ªCâmara.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso II; 285, § 2º; e 286, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, em:
a) **não conhecer do pedido de reexame** interposto por Célia Maria da Silva Corrêa Oliveira, por restar intempestivo e não apresentar fatos novos;
b) dar ciência desta decisão à recorrente e à Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

1. Processo TC-005.222/2006-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Recorrente: Célia Maria da Silva Corrêa Oliveira (018.751.938-20).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
1.6. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.7. Advogado constituído nos autos: Claudismar Zupiroli (OAB/DF 12.250) e outros.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5915/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento das determinações exaradas no Acórdão 1.182/2006-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 16/5/2006, o qual considerou ilegais os atos de aposentadoria dos interessados entre outras irregularidades, em razão da inclusão em seus proventos da vantagem da URP de fevereiro de 1989, bem como das determinações proferidas pelo Acórdão 5.579/2013-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 17/9/2013.

Considerando que as determinações dos mencionados Acórdãos não foram cumpridas na íntegra pela UFMA, em razão de decisões judiciais que asseguram a manutenção do pagamento dos quintos, em desacordo com a jurisprudência do Tribunal, à aposentada Carmen Lúcia Freire Ferreira (Ação Ordinária 0045007-17.2014.4.01.3700-6ª Vara Federal/MA), e da URP à inativa Conceição de Maria Costa Soares (Ação Ordinária 2009.37.00.009192-9, da 5ª Vara Federal/MA);

Considerando que já há determinação desta Corte para acompanhamento da Ação Ordinária 2009.37.00.009192-9, da 5ª Vara Federal/MA;

Considerando a inclusão da rubrica relativa ao percentual de 3,17% (URV) nos proventos dos aposentados Antônio José da Silva Pereira, Carmen Lúcia Freire Ferreira, Conceição de Maria Costa Soares, Judimar Moura Ribeiro e Loide Célia de Brito, em data posterior à disponibilização dos respectivos atos a esta Corte de Contas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de **monitoramento** dos Acórdãos 1.182/2006-TCU-2ª Câmara e 5.579/2013-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges (CPF 151.602.703-53), pró-reitora de recursos humanos da Universidade Federal do Maranhão, dando- lhe ciência a esse respeito;

b) fazer as determinações especificadas nos itens 1.7. e 1.8.

1. Processo TC-009.261/2005-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antonio Jose da Silva Pereira (027.465.653-15); Carmen Lucia Freire Ferreira (027.847.773-91); Conceição de Maria Costa Soares (068.592.163-87); Eudino Lima da Silva Filho (023.959.245-04); Jayme dos Santos Reis (022.184.023-00); Judimar Moura Ribeiro (054.659.823-49); Loide Celia de Brito (111.549.694-87); Maria Eugenia Rocha Medeiros (040.246.993-34); Maria Rita Almeida Castro (125.508.843-53); Maria da Graça Reis de Albuquerque (091.388.111-20); Natalia Oliveira Lustosa (043.779.153-04).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Maranhão que promova a absorção da vantagem da URV, relativa ao percentual de 3,17%, percebida pelos aposentados Antônio José da Silva Pereira (CPF 027.465.653-15), Carmen Lúcia Freire Ferreira (CPF 027.847.773-91), Conceição de Maria Costa Soares (CPF 068.592.163-87), Judimar Moura Ribeiro (CPF 054.659.823-49) e Loide Célia de Brito (CPF 111.549.694-87), nos termos do Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, com detalhamento trazido pelo Acórdão 269/2012-TCU-Plenário e nos termos dos Acórdãos 5.074/2013-TCU-2ª Câmara e 197/2014-2ª Câmara;

1.8 Determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 0045007- 17.2014.4.01.3700 (6ª Vara Federal/MA), ainda em trâmite na referida Vara Federal.

ACÓRDÃO Nº 5916/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea e, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar por mais 30 (trinta) dias, a contar da notificação da presente deliberação, o prazo para o cumprimento da determinação constante do subitem 9.3.1 do Acórdão 1.469/2015-TCU-2ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-010.167/2012-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5917/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento do Acórdão 7.863/2012-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.139/2012-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Alberto Vieira de Mendonça (051.359.585-68).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que disponibilize, no Sisac, o ato de aposentadoria (10499806-04-2013-000196-0) de Carlos Alberto Vieira de Mendonça (CPF 051.359.585-68), que ainda se encontra em edição no gestor de pessoal.

ACÓRDÃO Nº 5918/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de **monitoramento** do Acórdão 4.559/2012-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.182/2012-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alberto Neves Hiltner (037.100.685-68); Ana Maria Soares Greve (085.181.905-25); Anair Araujo Reis (127.658.995-68); Antonia Joviniano de Santana (050.886.745-20); Antônio Bispo dos Santos (078.304.675-87); Cipriano Carlos Luckesi (036.506.695-87); Georgina Almeida Lomanto (109.811.525-20); Geovaldo Pires Nascimento (050.999.865-87); Ginaldo Francisco da Cruz (035.849.845-72); Helenita Figueiredo Santos (078.605.445-04); Ivomar Carvalhal Britto (069.108.075-53); Jacira Dolores dos Santos (094.586.385-34); José Bento de Santana (030.348.285-00); Luiz Augusto de Matos Amorim (046.108.575-53); Magda Helena Rocha Dantas (169.245.925-20); Manoel Santos Silva (162.932.315-20); Manoelito Damasceno (050.012.185-00); Maria Celina Barreiros Siquara da Rocha (085.137.915-04); Maria Christina Fernandes Cardoso (101.198.925-53); Maria de Fátima dos Santos Lopes (173.838.035-15).

1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal da Bahia que, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, envie ao Controle Interno, nos termos do subitem 1.6.1 do Acórdão 4.559/2012-TCU-2ª Câmara e da Instrução Normativa TCU 55/2007, o ato de aposentadoria 10789901-04-2012-000320-4, de interesse de Antônio Bispo dos Santos (CPF 078.304.675-87), que ainda se encontra em edição no gestor de pessoal.

ACÓRDÃO Nº 5919/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de **monitoramento** do Acórdão 2.945/2012-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.186/2012-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Heitor Rosa (002.466.111-20); Orlando Luiz de Souza (086.089.891-15); Renato Antonio da Costa (040.317.331-00).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal de Goiás que, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, envie ao Controle Interno, nos termos do subitem 1.6.1 do Acórdão 2.945/2012-TCU-2ª Câmara e da Instrução Normativa TCU 55/2007, o ato de aposentadoria 10791108-04-2013-000001-6 emitido em favor de Orlando Luiz de Souza (CPF 086.089.891-15), que ainda se encontra em edição no gestor de pessoal.

ACÓRDÃO Nº 5920/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria às interessadas a seguir relacionadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.148/2015-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ivone Girardi (028.773.028-06) e Ligia Maria Lima Cabrera (003.804.798-50).

1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Santo André/SP.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5921/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de **monitoramento** do Acórdão 2.346/2012-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 10/4/2012, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria à Manoel Chaves Filho, em razão do pagamento destacado, por força de decisão judicial, de parcela relativa à URP (percentual de 26,05% de fevereiro de 1989), em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal.

Considerando que a manutenção do pagamento da URP aos docentes da FUFPI teve por base a concessão da ordem, nos autos do Mandado de Segurança 31.412, interposto junto ao Supremo Tribunal Federal, no qual se obteve decisão favorável, em 1º/8/2013, com trânsito em julgado em 22/5/2014;

Considerando que, para situações análogas, esta Corte tem entendido ser possível ajustar os valores pagos a título da parcela referente à URP, a partir do trânsito em julgado do MS 31.412, a exemplo do decidido nos Acórdãos 7.856/2014-TCU-1ª Câmara e 3.347/2015-TCU-2ª Câmara entre outros;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.987/2011-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Manoel Chaves Filho (047.071.923-00).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que, a partir do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, promova a absorção da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga sob a forma de rubrica judicial a Manoel Chaves Filho (CPF 047.071.923-00), pelas leis que vierem a alterar a estrutura remuneratória do servidor inativo com eficácia posterior à referida decisão.

ACÓRDÃO Nº 5922/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento do Acórdão 7.585/2012-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.667/2011-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Julio Cezar Gandarela Rezende (036.446.935-87).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Sergipe.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal de Sergipe que, no prazo de 30 (trinta) dias:

1.7.1 recalcule e absorva a parcela residual de 3,17%, referente à URV, contida no contracheque de Júlio Cezar Gandarela Rezende (CPF 036.446.935-87), de acordo com os critérios definidos no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, detalhado pelo Acórdão 269/2012- TCU-Plenário, e nos termos do Acórdão 197/2014-TCU-2ª Câmara, considerando-se, para tanto, as reestruturações da carreira do servidor;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7.2 cadastre no Sistema Sisac, nos termos da Instrução Normativa TCU 55/2007, ato de cancelamento de concessão relativo à aposentadoria do servidor Julio Cezar Gandarela Rezende (CPF 036.446.935-87), tendo em vista seu retorno à atividade em cumprimento ao Acórdão 7.585/2012-TCU-2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 5923/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de **monitoramento** do Acórdão 5.981/2012-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 14/8/2012, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria à José Olímpio da Paz Filho, em razão do pagamento destacado, por força de decisão judicial, de parcela relativa à URP (percentual de 26,05% de fevereiro de 1989), em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal.

Considerando que a manutenção do pagamento da URP aos docentes da FUFPI teve por base a concessão da ordem, nos autos do Mandado de Segurança 31.412, interposto junto ao Supremo Tribunal Federal, no qual se obteve decisão favorável, em 1º/8/2013, com trânsito em julgado em 22/5/2014;

Considerando que, para situações análogas, esta Corte tem entendido ser possível ajustar os valores pagos a título da parcela referente à URP, a partir do trânsito em julgado do MS 31.412, a exemplo do decidido nos Acórdãos 7.856/2014-TCU-1ª Câmara e 3.347/2015-TCU-2ª Câmara entre outros;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.316/2011-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Olímpio da Paz Filho (067.031.783-72).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que, a partir do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, promova a absorção da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga sob a forma de rubrica judicial a José Olímpio da Paz Filho (CPF 067.031.783-72), pelas leis que vierem a alterar a estrutura remuneratória do servidor inativo com eficácia posterior à referida decisão.

ACÓRDÃO Nº 5924/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de monitoramento do Acórdão 5.841/2012-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 7/8/2012, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria à José Djalma de Lacerda, em razão do pagamento destacado, por força de decisão judicial, de parcela relativa à URP (percentual de 26,05% de fevereiro de 1989), em desacordo com a jurisprudência deste Tribunal.

Considerando que a manutenção do pagamento da URP aos docentes da FUFPI teve por base a concessão da ordem, nos autos do Mandado de Segurança 31.412, interposto junto ao Supremo Tribunal Federal, no qual se obteve decisão favorável, em 1º/8/2013, com trânsito em julgado em 22/5/2014;

Considerando que, para situações análogas, esta Corte tem entendido ser possível ajustar os valores pagos a título da parcela referente à URP, a partir do trânsito em julgado do MS 31.412, a exemplo do decidido nos Acórdãos 7.856/2014-TCU-1ª Câmara e 3.347/2015-TCU-2ª Câmara entre outros;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.341/2011-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Djalma de Lacerda (043.759.803-97).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí que, a partir do trânsito em julgado do MS 31.412/DF, promova a absorção da vantagem referente à URP de fevereiro de 1989, paga sob a forma de rubrica judicial a José Djalma de Lacerda (CPF 043.759.803-97), pelas leis que vierem a alterar a estrutura remuneratória do servidor inativo com eficácia posterior à referida decisão.

ACÓRDÃO Nº 5925/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **legal**, para fins de registro, o ato de **concessão de aposentadoria** à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.341/2015-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizabeth Jones (074.838.562-20).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Boa Vista/RR.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5926/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **legal**, para fins de registro, o ato de **concessão de aposentadoria** à interessada a seguir relacionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.342/2015-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Edileusa Benta Neri de Oliveira (229.270.181-20).
1.2. Órgão: Gerência Executiva do INSS - Goiânia/GO.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5927/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §1º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **legal**, para fins de registro, o ato de **concessão de aposentadoria** ao interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.362/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gladstone Lorentz Cordova (075.056.206-49).
1.2. Órgão: Gerencia Executiva do INSS - Teófilo Otoni/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5928/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **prejudicado**, **por perda de objeto**, o exame de mérito do ato de **concessão de aposentadoria** a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.427/2011-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Affonso Paulo Guimaraes (110.286.029-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: Renata Von Hoonholtz Trindade e outros.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5929/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de **monitoramento** do Acórdão 5.248/2009-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em fazer as determinações especificadas no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.753/2003-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Silvio Guedes Peixoto (043.023.701-49); Valderli Borges Nascimento (026.018.771-20); Zezuca Pereira da Silva (039.093.871-87).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Universidade Federal de Goiás que:
1.7.1 efetue o pagamento dos "quintos de FC" aos inativos Valderli Borges Nascimento (CPF 026.018.771-20) e Zezuca Pereira da Silva (CPF 039.093.871-87), cujos atos de aposentadoria foram julgados ilegais pelo Acórdão 5.248/2009-TCU-2ª Câmara, sob a forma de VPNI, ajustando os valores das respectivas parcelas àqueles pagos no mês da publicação das sentenças proferidas nos Mandados de Segurança 2003.35.00.015061-8 (1ª Vara Federal/GO) e 2000.35.00.002343-1 (9ª Vara Federal/GO), devidamente atualizadas, desde então, exclusivamente pelos reajustes gerais concedidos ao funcionalismo, tendo em vista a revogação das liminares deferidas nos Mandados de Segurança n. 28.653 e 28.655, já transitados em julgado no Supremo Tribunal Federal, que haviam suspenso os efeitos da referida deliberação do Tribunal;
1.7.2 apure o montante pago em desacordo com a sistemática prevista no subitem anterior e proceda ao ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a partir da data de publicação do Acórdão 835/2012-TCU-Plenário;
1.7.3 emita e disponibilize no SISAC novos atos de concessão de aposentadoria em favor dos inativos Valderli Borges Nascimento (CPF 026.018.771-20) e Zezuca Pereira da Silva (CPF 039.093.871-87), escoimados das irregularidades verificadas no Acórdão 5.248/2009-TCU-2ª Câmara, conforme esclarecimento contido no subitem 9.5 do referido *decisum* e nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 5930/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de **monitoramento** do Acórdão 3.264/2010-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 29/6/2010, que considerou ilegais os atos de concessão de aposentadoria aos interessados Carlos Cecy, Laurinda Mussalam Assis, Luiz Antônio Passos Cardoso, Luiz Carlos Pereira, Nelson Copruchinski e Neusi Garcia Segura Tomasi.

Considerando que o inativo **Luiz Antônio Passos Cardoso**, após ter sido comunicado sobre as determinações contidas no Acórdão 3.264/2010-TCU-2ª Câmara, ingressou com a Ação Ordinária 5011986-14.2010.404.7000, que tramita na 1ª Vara Federal do Paraná, cuja sentença afastou as determinações expedidas pelo Tribunal de Contas da União à UFPR e determinou a manutenção do pagamento da vantagem previdenciária ao servidor.

Considerando que a referida Ação Ordinária encontra-se pendente de julgamento de mérito no Tribunal Regional Federal da 4ª Região;

Considerando que as demais determinações foram integralmente cumpridas pela Universidade Federal do Paraná;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-020.427/2006-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Cecy (000.064.169-34); Laurinda Mussalam Assis (005.047.699-87); Lincoln Lopes Teixeira (185.160.509-63); Luiz Antonio Passos Cardoso (167.345.059-87); Luiz Carlos Pereira (000.769.969-72); Nelson Copruchinski (087.535.479-34); Nelson Roseira Gomes (000.169.509-68); Neusi Garcia Segura Tomasi (370.698.299-49); Rineo Lanconi (110.052.469-04); Sieg Odebrecht (001.742.899-87); Sieg Odebrecht (001.742.899-87); Sigurd Walter Bach (000.129.479-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Paraná.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 08/06/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária 5011986- 14.2010.404.7000/1ªVF-PR, de interesse de Luiz Antônio Passos Cardoso (CPF 167.345.059-87), que tramita no Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5931/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§1º e 4º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **legal**, para fins de registro, o ato de **concessão de aposentadoria** à interessada, com ressalva de que a falha inicialmente apontada, contagem de tempo ficto, tornou-se irrelevante com a edição da Lei Complementar 144/2014, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-021.589/2013-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Tereza Queiroz Gomes da Silva (043.319.744-72).
1.2. Órgão: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: Karolynne Queiroz Saraiva (OAB/AL 8.570).
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5932/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de **monitoramento** das determinações exaradas no Acórdão 8.674/2012-TCU-2ª Câmara, proferido na sessão de 20/11/2012, o qual considerou ilegais os atos constantes dos autos, em razão da inclusão, nos proventos, da vantagem denominada URP, concedida por sentença judicial, sem que fossem promovidas as absorções por força da reestruturação da respectiva carreira.

Considerando que as determinações constantes do referido **decisum** foram cumpridas pela Universidade Federal do Maranhão - UFMA, apesar da mora em relação ao ato de Francisco de Assis Braga de Oliveira;

Considerando que a documentação apresentada pela UFMA indica que o descumprimento da deliberação em relação ao referido inativo deveu-se a equívocos na área operacional do departamento de pessoal da UFMA, área vinculada à Pró-Reitoria de Recursos Humanos, os quais já foram devidamente sanados;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso II, do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

c) acolher as razões de justificativa apresentadas pela Sra. Maria Elisa Cantanhede Lago Braga Borges (CPF 151.602.703-53), pró-reitora de recursos humanos da Universidade Federal do Maranhão, dando- lhe ciência a esse respeito;

d) fazer a determinação especificada no item 1.7.

1. Processo TC-030.748/2012-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Delzuita Costa do Nascimento (104.468.773-87); Francisco Tadeu de Almeida (100.064.863-04); Francisco de Assis Braga de Oliveira (054.569.673-91); Joao Brasil Campos (074.560.693-87).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar à Universidade Federal do Maranhão que apure o montante indevidamente recebido a título de URP pelo inativo Francisco de Assis Braga de Oliveira (CPF 054.569.673-91), a partir da data de publicação do Acórdão 8.674/2012-TCU-2ª Câmara, o qual considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria ao interessado e promova o ressarcimento ao erário, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990.

ACÓRDÃO Nº 5933/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar **legais,** para fins de registro, os atos de **admissão** dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.997/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Juliano Fontoura da Costa (643.825.080-53); Julio Mascarenhas de Souza (761.438.130-00); Karen Cristina Sales Pais (790.795.711-72); Leandro Sousa Araujo (976.289.485-53) e Leticia Bertelli Eizerik (004.688.660-51).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5934/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar **legais,** para fins de registro, os atos de **admissão** dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.007/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sueli Batista de Almeida (654.217.527-04); Swami Salgado Wanderley Junior (026.822.137-58); Tania Argentino (282.892.588-95); Telma Danzi Salvia (097.052.408-09) e Tânia Andrade Pimenta (569.871.106-20).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5935/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de monitoramento do Acórdão 4.395/2012-TCU-2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 243, e 259, inciso I, do Regimento Interno, em arquivar os autos, nos termos do artigo 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, sem prejuízo de se fazer a determinação especificada no subitem 1.7, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.134/2012-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clerton Linhares Gomes (662.687.103-04); Expedito Wellington Chaves Costa (365.985.693-20).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - MEC.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Reiterar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará, a determinação formulada pelo subitem 1.6 do Acórdão 4.395/2012 -TCU-2ª Câmara, para que emita, no prazo de trinta dias, sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, novos atos de admissão em favor de Clerton Linhares Gomes (CPF 662.687.103-04) e Expedito Wellington Chaves Costa (CPF 365.985.693- 20), livres das inconsistências apontadas nos autos.

ACÓRDÃO Nº 5936/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar **legais,** para fins de registro, os atos de **admissão** dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.497/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Pereira dos Santos Fonseca (013.397.461-82); Adriana de Oliveira Serpa (022.364.087-57); Alexandre Togeiro Torres (048.559.836-16); Aline da Silva Onofre (008.560.281-77); Alynne Godois Brito (004.695.771-50); Alynne Monique de Sousa Farias (733.466.831-68); Alysson de Carvalho Pinheiro Lago (013.046.956-46); Ana Claudia Scheiner dos Santos (866.683.821-34); Ana Marcia Faria Valadao (081.201.196-14); Andre Ricardo Santana da Costa (963.054.441-53); Andrea Mroginski Ribeiro (841.024.891-34); Beatriz Kobayashi Dourado (080.915.337-80); Caio Cesar dos Santos Bernardo (036.210.091-83); Caio Martins Franco (033.833.811-02); Carlos Frederico de Vasconcelos Vilar (553.000.571-34); Carolina Favero de Souza (051.201.856-14); Carolina Loreto Carvalheira (967.453.801-10); Cinthia Fernanda Marques da Silva (307.568.798-76); Claudia Rejane Sa Cesar (458.015.921-72) e Claudia Teresa Carvajal Garcia (059.416.147-99).
1.2. Órgão: Ministério do Turismo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5937/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar **legais,** para fins de registro, os atos de **admissão** dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.501/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Robson de Lima Silva (008.232.311-94); Rodrigo Batista Santana Rios (705.938.091-49); Rodrigo Moreles Arevalos (008.327.611-41); Rodrigo dos Reis Sorato (700.908.821-72); Romulo Silva Raposo (018.196.971-85); Ronald Jonas Neri (557.872.231-87); Samarina Silva Carreira (058.787.594-11); Sarah Porto dos Anjos (010.376.311-29); Suellen Aguiar Borges (025.076.801-13); Thaise Naiara de Sousa Silva (015.067.561-58); Valeria Aparecida Pais (187.454.378-07); Valquiria Salgado Quilici (015.810.951-12); Vanderly Ramos Ventura de Souza (505.169.301-68); Vanessa Mayara de Sousa Chagas (014.960.453-00); Vania Linhares Santos (870.415.291-34); Willana Santos Félix (539.673.801-49) e William Massayuki Fujii (703.000.971-15).
1.2. Órgão: Ministério do Turismo.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5938/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar **legal,** para fins de registro, o ato de **admissão** do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.513/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Renato Roque Dantas (011.505.204-69).
1.2. Órgão: Conselho Superior da Justiça do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5939/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar **legais,** para fins de registro, os atos de **admissão** dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.730/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Emily Velame Deitos (047.318.775-20); Luiza Araujo Barbosa (010.092.845-50); Ticiana Aguiar de Oliveira (033.319.785-23) e Vinicius Medrado Guimaraes (029.487.245-03).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5940/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, §1º, do Regimento Interno/TCU, em considerar **legais,** para fins de registro, os atos de **admissão** dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.735/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Maria Lacerda Assunção de Mello (048.898.734-22); Ara Maria Arruda de Araújo (053.186.394-88); Daniele Luize de Lima Rios (066.026.554-00); Emily Miliane Mendonça Bezerra Lira (067.772.304-08); Gerardo Majela de Castro Júnior (892.953.403-10); Isabel Carvalho Lima Pires (053.130.254-73); Lais Chaves Pinheiro Gavazza (033.468.985-63); Maria da Guia Silva de Medeiros (058.277.704-69) e Zélia Costa Santos Bezerra (071.579.094-30).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5941/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em **considerar prejudicado**, por perda de objeto, o exame de mérito do **ato de admissão** do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.971/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sérgio de Araújo Silva (731.971.306-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5942/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **prejudicado**, **por perda de objeto**, o exame de mérito do **ato de admissão** do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.973/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jaelson Ferreira da Silva (011.623.044-48).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5943/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **prejudicado**, **por perda de objeto**, o exame de mérito do **ato de admissão** do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-018.976/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Daniel Queiroz da Silva (000.652.221-13).
1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5944/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **prejudicado**, **por perda de objeto**, o exame de mérito do **ato de admissão** do interessado a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.004/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Devapi Souza Sampaio (021.936.505-94).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5945/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, em **considerar prejudicados**, por perda de objeto, os exames de mérito dos **atos de admissão** dos interessados a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-019.007/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Botelho dos Santos (010.701.610-98); Fernando Vargas de Souza (116.937.137-05); Milton Barcellos Filho (293.857.680-34) e Viviane Cristina Carraro Carvalho (021.832.459-64).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 23ª Região/MT.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5946/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II e 260, §5º, do Regimento Interno do TCU, em considerar **prejudicado, por perda do objeto**, o exame de mérito do ato de pensão civil constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.758/2007-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Alexandre Brisola (048.950.279-29).
1.2. Órgão: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5947/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea *e*, e 183, inciso I, alínea d, do Regimento Interno/TCU, em prorrogar, excepcionalmente, até a data de 30/9/2015, o prazo para cumprimento da determinação constante do subitem 1.7 do Acórdão 1.298/2015-TCU-2ª Câmara, de acordo com o parecer emitido nos autos.

1. Processo TC-019.684/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)
1.1. Órgão: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado da Bahia.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5948/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, alínea a, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) **julgar regulares com ressalva** as contas de Flavio Humberto Pascarelli Lopes (CPF 052.728.232-49), Henrique Cerf Levy Neto (CPF 017.674.612-91), José Renato Frazão Crespo (182.334.142-04), dando-lhes quitação, com fulcro nos arts. 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8443/1992, c/c os arts. 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU;

b) dar ciência ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas sobre as seguintes impropriedades, identificadas na apreciação das contas do órgão no exercício de 2013:

b.1) a adesão ilimitada à ata de registro de preços, representa um desvirtuamento do Sistema de Registro de Preços (SRP), conforme identificado na gestão de aquisições/compras, afrontando reiteradas decisões da Corte de Contas, em especial o Acórdão 1.233/2012-TCU-Plenário;

b.2) o procedimento licitatório de longa duração pode representar falta de planejamento, resultando na não contratação e, consequentemente, perda orçamentária, conforme identificado na condução do processo licitatório destinado à contratação da obra de reforma e ampliação do edifício sede do TRE/AM, afrontando os princípios estabelecidos no artigo 6º do Decreto-Lei 200/1967;

c) fazer as determinações e recomendações especificadas nos subitens 1.7 e 1.8;

d) encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da unidade técnica ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas;

e) arquivar o presente processo, nos termos do artigo 169, inciso III, do RITCU.

1. Processo TC-035.010/2014-2 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)
1.1. Responsáveis: Flávio Humberto Pascarelli Lopes (052.728.232-49); Henrique Cerf Levy Neto (017.674.612-91); José Renato Frazão Crespo (182.334.142-04).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex-AM).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Recomendar ao Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas, com fundamento no art. 250, III, do Regimento Interno do TCU, que avalie a conveniência e a oportunidade de:

1.7.1. estabelecer uma política de gestão de risco abrangente, que envolva estratégias que identifiquem e alinhem os potencias riscos institucionais, fortaleça as decisões em respostas aos riscos e aprimore os controles internos administrativos, a exemplo da adoção pelo Tribunal Eleitoral do Rio Grande do Sul de resolução que dispõe sobre política de gestão de risco (Resolução TRE/RS 249/2014);

1.7.2. disponibilizar e divulgar os procedimentos licitatórios em conformidade com a Lei Complementar 101/2000 (arts. 48 e 48-A) alterada pela Lei Complementar 131/2009, com vistas a assegurar a transparência, mediante a liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público e nesse sentido, disponibilizar, no decorrer da execução da despesa, no momento de sua realização, dados referentes ao número do correspondente processo, ao bem fornecido ou ao serviço prestado, à pessoa física ou jurídica beneficiária do pagamento e, quando for o caso, ao procedimento licitatório realizado;

1.7.3. elaborar indicadores de desempenho de gestão que permitam aferir objetivamente a economicidade, eficiência e eficácia da administração, com vistas à adoção tempestiva de medidas capazes de corrigir distorções, prevenir desvios e otimizar a gestão dos recursos públicos sob sua administração;

1.8. Determinar à Coordenadoria de Controle Interno do Tribunal Regional Eleitoral no Amazonas, que faça constar nos próximos relatórios de auditoria de gestão do TRE/AM as providências adotadas acerca das recomendações especificadas no item 1.7.

ACÓRDÃO Nº 5949/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de recurso de reconsideração interposto por Valdeci Ferreira de Assis (114.348.644-72), contra o Acórdão 4.621/2014-TCU-2ª Câmara, o qual determina o arquivamento do processo 014.836/2013-0 sem cancelamento do débito.

Considerando que cabe recurso de reconsideração contra decisões **definitivas** e que o Acórdão recorrido alberga decisão **terminativa**, nos termos do art. 201, § 3º, e 285 do Regimento Interno/TCU;

Considerando que não há previsão no Regimento Interno/TCU de espécie recursal contra a decisão combatida;

Considerando a apresentação de novos elementos pelo responsável e a previsão regimental de desarquivamento do processo para julgamento;

Considerando a proposta da unidade técnica, com anuência do MP/TCU, no sentido de conhecer do pedido em tela como mera petição, bem como o desarquivamento dos presentes autos, para análise do conteúdo como elementos de defesa.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 32, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º; 277, inciso I; 278, § 2º, e 285 do Regimento Interno do TCU, em:

a) não conhecer do expediente apresentado pelo Sr. Valdeci Ferreira de Assis como recurso de reconsideração;

b) desarquivar o presente processo, com fundamento no art. 21, § 1º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 199, § 3º, do Regimento Interno/TCU;

c) restituir os autos à Secex-AL para que examine a petição apresentada como elementos de defesa, a fim de subsidiar a análise de mérito, considerando os novos elementos apresentados pelo responsável;

d) dar ciência desta decisão ao responsável, à Fundação Nacional de Saúde e à Prefeitura Municipal de Ouro Branco/AL.

1. Processo TC-014.836/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Recorrente: Valdeci Ferreira de Assis (114.348.644-72).
1.2. Entidade: Prefeitura Municipal de Ouro Branco - AL.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur) e Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex-AL).
1.8. Advogado constituído nos autos: não há.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5950/2015 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de pedido formulado pelo Sr. Adalberto Gomes Vilanova, relativo ao parcelamento de dívida decorrente da multa imputada por meio do Acórdão 5.771/2014-TCU-2ª Câmara.

Considerando que inicialmente o responsável havia solicitado o parcelamento da multa em vinte parcelas mensais, nos termos do requerimento de peça 48, p.2;

Considerando que, em momento posterior, o responsável pleiteou o parcelamento da dívida na "quantidade máxima de parcelas admitidas por esta Corte" (peça 61, p. 2);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da multa aplicada por meio do Acórdão 5.771/2014-TCU- 2ª Câmara ao Sr. Adalberto Gomes Vilanova (153.028.303-53) em 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, acrescida da atualização monetária devida, alertando-o de que, conforme disposto no § 2º do art. 217 do Regimento Interno do TCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-037.705/2011-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Adalberto Gomes Vilanova (153.028.303-53); Canindé Construções Ltda (01.778.442/0001-26).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex-PI).
1.6. Advogado constituído nos autos: Wilson Guerra de Freitas Junior (OAB/PI 2.462/93)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 25/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

ACÓRDÃO Nº 5951/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.627/2009-8 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Emília Lima Santos (904.546.185-49).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal - TRE/DF.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal que disponibilize, no sistema Sisac, no prazo de 30 (trinta) dias, o ato de alteração da pensão deixada por Eulálio Moreira Ferreira Santos, incluindo no fundamento legal da concessão a Emenda Constitucional n. 70/2012, alterando a forma de cálculo do benefício pensional, garantindo a paridade com os proventos dos servidores em atividade, em observação ao disposto nos subitens 9.2.4 e 9.2.5 do Acórdão n. 2.553/2013 - Plenário.

ACÓRDÃO Nº 5952/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea **a**, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar as contas dos responsáveis a seguir indicados regulares com ressalva e dar-lhes quitação, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação aos responsáveis e à Caixa Econômica Federal, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-004.631/2015-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: José Cassimiro de Araújo Neto (713.479.763-53); Maria Regina Queiroz de Almeida (731.257.503-00).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Madeiro/PI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5953/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, em determinar, desde logo, por economia processual, nos termos do art. 93 da Lei n. 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea **a**, 169, inciso VI, e art. 213 do Regimento Interno/TCU, além dos arts. 6º, inciso I, 7º, inciso III, e 19 da IN/TCU n. 71/2012, o arquivamento do presente processo, sem o cancelamento da dívida, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe possa ser dada quitação, sem prejuízo de dar ciência desta deliberação ao responsável e à Fundação Nacional de Saúde, para adoção das medidas previstas no parágrafo único do art. 16 da referida Instrução Normativa, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.112/2015-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Jose Rui Nogueira Aguiar (032.694.853-87).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Senador Sá/CE.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5954/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei n. 8.666/1993, c/c os arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, 235, 237, inciso VII, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda do seu objeto, tendo em vista a anulação do Edital de Concorrência n. 001/2015, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante e à Prefeitura Municipal de João Costa/PI, de acordo com o parecer da Secex/CE:

1. Processo TC-011.329/2015-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Compacta - Engenharia e Serviços Ltda. - Epp (05.564.129/0001-46).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de João Costa/PI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Armando Ferraz Nunes, OAB/PI n. 14/77; Rodrigo Isac Martins, OAB/BA n. 19.644.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5955/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea **a**, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no **caput** do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia da instrução produzida pela unidade técnica e desta deliberação ao representante, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/AM:

1. Processo TC-019.133/2015-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Xinaik Silva de Medeiros (465.239.442-04), Prefeito.
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iranduba/AM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).
1.6. Advogado constituído nos autos: Waldir Lincoln Pereira Tavares, OAB/AM n. 3.998.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
RELAÇÃO Nº 25/2015 - 2ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 5956/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º, inciso I, da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de aposentadoria a seguir relacionados, já que houve a cessação dos efeitos financeiros dos respectivos atos, motivada pelo falecimento de seus beneficiários, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.418/2015-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adroaldo Vieira Santos (CPF 077.366.495-53) e Maria Ceres Aranha Coli (CPF 465.188.947-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5957/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, por força da cessação do respectivo efeito financeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.848/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: João Luiz D'Amato Figueiredo (CPF 086.838.697-92).
1.2. Órgão/Entidade: Escola de Saúde do Exército (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5958/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicadas, por inépcia, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.494/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Nicholas de Mello Ilha (CPF 848.117.650-87) e Rodrigo da Silva Costa (CPF 054.240.103-77).
1.2. Órgão/Entidade: Escola Preparatória de Cadetes do Exército (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar:
1.7.1. à Escola Preparatória de Cadetes do Exército que cadastre, no prazo de 60 (sessenta) dias, novos atos de Nicholas de Mello Ilha (CPF 848.117.650-87) e Rodrigo da Silva Costa (CPF 054.240.103-77) no sistema Sisac, e os encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo a falha apontada por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta; e
1.7.2. à Sefip que arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento sobre o cumprimento da determinação exarada à Escola Preparatória de Cadetes do Exército no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5959/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 3º, §§ 6º e 7º, da Resolução nº 206/2007, c/c o subitem 9.4 do Acórdão 420/2007-TCU-Plenário, em considerar prejudicada, por inépcia, a apreciação para fins de registro do ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.516/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Evandro Moreira de Carvalho (CPF 395.258.646-34).
1.2. Órgão/Entidade: Indústria de Material Bélico do Brasil (CE/MD).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7. Determinar:

1.7.1. à Indústria de Material Bélico do Brasil que cadastre, no prazo de 60 (sessenta) dias, novo ato de Evandro Moreira de Carvalho (CPF 395.258.646-34) no sistema Sisac, e o encaminhe ao Tribunal de Contas da União, via Controle Interno, corrigindo a falha apontada por este TCU e/ou preenchendo o campo de "Esclarecimentos do Gestor de Pessoal", detalhando a situação concreta; e

1.7.2. à Sefip que arquive os presentes autos, sem prejuízo do monitoramento sobre o cumprimento da determinação exarada ao Indústria de Material Bélico do Brasil no item 1.7.1 deste Acórdão.

ACÓRDÃO Nº 5960/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 259, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, e art. 7º da Resolução/TCU nº 206/2007, em considerar prejudicadas, por perda de objeto, as apreciações para fins de registro dos atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, por força da cessação dos respectivos efeitos financeiros, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.233/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carolina Fernanda de Souza Mendes (CPF 009.845.281-99); Danilo Carneiro Catunda Esmeraldo (CPF 011.627.893-52); Filipe Braga Cunha (CPF 022.945.921-82); Joisa Maria Barroso Loureiro (CPF 621.063.503-25); Juliana Carvalho Frota Mattos (CPF 794.534.301-53); Mariane Arantes Rocha de Oliveira (CPF 865.857.891-72); Paulo Cesar de Campos Amaral (CPF 606.079.986-87); Pedro Fernandes Lopes (CPF 990.355.701-97); Regina Lúcia Nogueira (CPF 163.923.908-12) e Selma de Jesus Proença (CPF 110.259.528-47).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente (vinculador).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5961/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.124/2010-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Jairo Soares Santana Neto (CPF 721.560.741-00); Patricia Pires Brasil (CPF 719.433.311-20) e Thaysa Thayna Pires Santana (CPF 721.561.121-34).

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5962/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.026/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alba Lima Camara Ribas (CPF 006.184.027-05); Ana Alice Matias Bueno (CPF 889.787.027-91); Carmen Lucia Menezes de Vasconcellos (CPF 317.088.547-20); Emilia Barros de Souza (CPF 032.950.877-68); Gloria Lopes Correa (CPF 599.228.697-72); Ierece Gonçalves de Castro e Silva (CPF 026.110.317-20); Ignezita Matias Azevedo (CPF 852.463.447-20); Ilka de Paula Barros (CPF 088.557.062-68); Ilma Marins Pinheiro (CPF 771.122.027-87); Irene Claudia Menezes de Vasconcellos (CPF 374.409.507-04); Isabel Reinoso Varanda (CPF 073.126.657-99); Mariana Benedita da Costa Rodrigues (CPF 088.197.877-92); Vera Cristina Menezes de Vasconcellos (CPF 607.227.897-34); Vera Lucia de Azevedo Casseres (CPF 024.763.367-42) e Zoraida Gonçalves Pereira da Rosa (CPF 021.958.457-59).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5963/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.029/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ara Coeli Mafra Espindola (CPF 408.053.797-20); Auitela Therezinha Freitas de Oliveira (CPF 508.897.967-34); Cassia Ribeiro Fajardo Tanure (CPF 961.247.507-59); Dalma Ribeiro Fajardo Campos (CPF 071.322.357-02); Deise da Costa Ribeiro (CPF 812.931.437-15); Elza Coelho Pires (CPF 030.724.997-21); Lourdes de Paula Menezes (CPF 883.642.917-34); Maria Helena da Silva Torres (CPF 805.283.097-49); Maria das Graças de Brito Elias (CPF 318.635.747-00); Maria de Fatima Alves Ferreira (CPF 391.243.207-49); Miralda Ferreira (CPF 958.092.367-15) e Patricia Ribeiro Fajardo Campos (CPF 071.184.887-47).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5964/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.037/2015-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Gloria Lucia do Couto Azeredo (CPF 769.567.767-15); Helena Adelia de Mendonça (CPF 001.634.217-81); Ilva Luzia da Silva Goulart (CPF 081.299.467-18); Janaina Margarete Santos de Assis (CPF 005.032.621-02); Joyce Cristina Lemos Trindade (CPF 100.615.657-76); Marilza Antonio da Silva Almeida (CPF 923.239.367-00); Marlene Fonseca da Silva (CPF 018.540.347-66); Nyce Gloria Sabino (CPF 006.230.457-70); Solange Aparecida do Couto Pinto (CPF 007.579.297-45); Soraya Nunes da Silva (CPF 001.162.327-65); Suely Maria de França Schwarc (CPF 521.104.787-72) e Theresinha Lacerda Vermelho Campos (CPF 106.401.237-08).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5965/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.038/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Lucia Barreto Queiroz Lopes (CPF 861.051.837-04); Ana Lucia de Assis Ross (CPF 191.091.997-72); Cristina Maria Novaes Pontes Maia de Oliveira (CPF 847.407.877-68); Helena Dias Cardoso (CPF 801.521.637-00); Lilia Maria Faria Rocha Pontes (CPF 071.343.007-90); Linamar Mota Ribeiro (CPF 329.583.587-04); Luciana Maria Rodrigues Migliavacca (CPF 085.455.127-16); Maria Jose da Silva Rocha (CPF 499.029.977-91); Maria de Jesus Souza (CPF 016.673.267-24); Marysia Vasconcellos Chaves Mota (CPF 430.676.467-20) e Pedra Soares de Souza (CPF 002.567.887-66).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5966/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.040/2015-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Aurora de Vasconcelos Victal Pereira (CPF 367.325.167-87); Celeste Amalia de Sena Silva (CPF 008.869.467-43); Gloria de Souza Assumpção Pires dos Anjos (CPF 870.836.397-87); Katia Cristina Aragão de Gouvea (CPF 029.789.197-95); Leticia Mota de Almeida (CPF 143.344.147-02); Luiza Oliveira de Souza (CPF 044.928.907-93); Maria Eduarda Teixeira dos Santos (CPF 158.685.537-99); Maria de Fatima Souza do Nascimento (CPF 941.141.027-87); Nazareth Cavalcante Lima (CPF 816.363.424-34); Priscila Medeiros Ferro de Gouvea (CPF 045.913.635-62); Sueli Batista Martins Silva (CPF 999.219.957-15) e Vanda Ferreira de Almeida (CPF 884.268.077-04).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5967/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.041/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Eledir Silva Christo da Silva (CPF 898.108.217-00); Eloana Siqueira de Oliveira (CPF 956.747.647-00); Eutimia dos Santos Aboud do Nascimento (CPF 427.201.507-97); Fatima Felicidade da Costa Lourenço (CPF 907.270.377-49); Gerusa Cristina Lacerda de Oliveira (CPF 469.455.042-04); Gislaine Botelho Barbosa (CPF 032.963.267-15); Izilda Augusto dos Santos (CPF 492.754.107-04); Lia Barbosa Dias (CPF 097.518.727-90); Marcia Valeria Siqueira de Oliveira (CPF 755.775.857-91); Maria Olivia Gonçalves (CPF 571.554.887-04); Marion Pereira de Carvalho Gonçalves (CPF 041.561.967-04); Marlene Barbosa Lopes (CPF 299.978.877-00); Marta Nolding Maia (CPF 546.535.337-68); Ruth Maria Chaves Vilhena (CPF 468.934.827-87) e Soraya Elias de Abreu Pim (CPF 719.717.267-53).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5968/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.044/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Acely Cogliatti Marinho (CPF 127.995.687-93); Ana Paula Novaes Paim (CPF 008.590.787-10); Ana Pereira de Lima Marques (CPF 097.998.887-00); Celia Ferreira de Almeida (CPF 962.812.437-49); Cintia de Sá e Silva (CPF 519.484.947-87); Claudia de Sá e Silva (CPF 573.934.277-53); Debora da Silva Rodrigues (CPF 024.482.767-22); Leonor de Castro Marmelo (CPF 994.576.957-04); Maria Faustina da Silva Andrade (CPF 573.501.087-53); Monica de Sá e Silva (CPF 485.170.977-34); Norma Morais da Silva (CPF 000.495.777-60); Sonia Pereira de Lima (CPF 523.401.047-34); Veronica da Silva Rodrigues (CPF 042.635.347-19); Wanda Avolio Fernandes Lima (CPF 363.964.947-87) e Yolanda de Faria Alencar (CPF 452.464.757-00).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 5969/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.047/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Gama Pinheiro Vieira (CPF 076.184.517-88); Bianca e Silva Botelho Antonio (CPF 047.888.707-89); Camilla Teixeira Botelho (CPF 146.470.687-57); Cristiane Liese Torres Salgado (CPF 691.024.490-72); Hadilsara Souza Fortuna (CPF 937.107.397-72); Ingrid Milena Marques de Andrade (CPF 745.440.552-53); Joilce Soares de Mendonça (CPF 036.529.787-90); Lidia Guedes Coelho (CPF 847.965.457-00); Lorrayne Teixeira Botelho (CPF 155.314.977-76); Luisa Andrea Torres Salgado (CPF 580.908.940-20); Marcia Barbosa da Fonseca (CPF 470.494.137-04); Maria Helena Batista Vieira (CPF 100.106.457-72); Marinete de Freitas Batista (CPF 806.902.547-68); Michelle Teixeira Botelho (CPF 116.899.667-85); Tania Regina de Tolentino Santiago (CPF 404.487.897-87); Vera Lucia Guedes Coelho de Oliveira (CPF 609.713.397-91) e Waldete Maria Barbosa da Fonseca (CPF 119.975.247-91).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5970/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.050/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alessandra Aparecida Guimarães (CPF 314.699.812-20); Ana Cristina Nunes Barbosa (CPF 084.915.218-60); Andréia Cristina Guimarães (CPF 162.728.588-17); Anna Antonia Magalhães dos Santos (CPF 822.440.498-68); Beatriz Rodrigues Camargo (CPF 079.247.248-93); Herminia Maria de Marco Melo Dias (CPF 150.940.768-50); Isabela Aparecida Americo Braga (CPF 489.242.358-00); Lilian Maria Murari Spicciati (CPF 101.335.868-63); Maria Eunice Baptista Menezes (CPF 423.011.573-34); Maria Nascimento Siqueira (CPF 077.022.218-87); Marisa Camperoni Girardi (CPF 119.428.228-80); Mynon Rose Guimarães (CPF 135.172.522-04); Patrícia Marisa da Silva Nogueira (CPF 096.460.708-50); Rosa Regina Gatto Quinto Siqueira (CPF 804.328.248-04); Sandra Regina Guimarães (CPF 529.021.371-68); Tânia Maria Nunes Barbosa dos Santos (CPF 084.622.268-05) e Wilma Camperoni Bortoluzzi (CPF 980.788.018-15).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5971/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.052/2015-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Enicia Gonzales Machado (CPF 289.457.718-40); Flávia Alves Medeiros (CPF 082.169.148-14); Fátima Pimentel Manhães Mosso (CPF 471.584.501-63); Heldali Serra Campos Marques (CPF 610.414.918-91); Lilian Dutra Rodrigues de Medeiros (CPF 387.557.768-09); Magdalena Pimentel Manhãs Mosso (CPF 212.480.758-70); Maria Barroso da Cunha (CPF 117.730.398-14); Maria Bernardete da Silva do Nascimento (CPF 625.063.748-68); Maria Ivete Santi (CPF 102.409.908-38); Marina Rodrigues Gall (CPF 291.163.738-04); Marina de Oliveira Machado (CPF 335.581.919-00); Meriluze Rosa de Oliveira Ferreira (CPF 126.366.598-54); Neli Makowski de Oliveira (CPF 210.440.548-32) e Véra Maria de Lima Castro (CPF 249.777.528-13).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5972/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.057/2015-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Cassia Rejane Camacho (CPF 662.022.480-68); Denise da Silva Brand (CPF 222.077.240-34); Ilda da Rosa Goulart (CPF 192.422.120-91); Iluotes Teresinha Muller (CPF 650.338.920-53); Magali Navraski de Lima (CPF 333.927.060-00); Maria Cleri Brisola da Rosa (CPF 631.437.980-68); Maria Helena Ramos Baseggio (CPF 196.920.480-04); Marilene Schwartz (CPF 431.381.950-91); Rosaura Lima de Paula (CPF 334.830.860-72); Roseli Ingrid Muller Gonçalves (CPF 211.234.200-25); Silvana Lidbom (CPF 486.103.800-68); Teresa Guilardi Borstmann (CPF 587.693.580-87); Valiana Badial (CPF 326.199.440-15) e Zaida Teresinha Velasque de David (CPF 179.401.330-04).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5973/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.058/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Albrantina da Mota Fontoura (CPF 888.364.010-15); Ana Leony de Campos Silveira (CPF 339.923.800-25); Andreia Soares Charao (CPF 554.352.200-25); Diva Alcione Magno de Aragão (CPF 293.396.420-15); Edith Vianna Jaques (CPF 383.928.950-53); Elaine Santos do Nascimento (CPF 309.640.910-20); Eliane Cecilia Tochtrop (CPF 478.968.090-87); Gabriela Picoli (CPF 921.616.850-15); Jane Maria Santos do Nascimento (CPF 460.754.370-53); Joanete Binda (CPF 420.568.530-00); Marlene Fagundes Ennes (CPF 986.680.640-53); Marli Ayres da Silva (CPF 528.304.030-53); Marli Ennes Milano do Canto (CPF 252.858.400-82); Olinda de Fatima Carvalho de Almeida (CPF 533.753.940-04); Rosane Ennes Verfe (CPF 244.533.400-44); Silsomar de Aragão Parussini (CPF 000.359.360-61); Silvana Fagundes Ennes (CPF 410.552.680-49); Sirlei Nascimento Monteiro (CPF 330.846.880-87); Soeni de Aragão Cabral (CPF 404.698.400-72); Suzerlei Marques Moreira (CPF 618.423.469-20) e Suzerli dos Santos Marques (CPF 469.696.160-53).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5974/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.060/2015-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Beatriz Pinheiro de Lemos Souza (CPF 487.538.660-53); Catia Celene Damasceno Rosolen (CPF 640.468.690-20); Cecy Mello (CPF 676.051.840-34); Dulce Schenini de Marsillac Motta (CPF 632.615.610-68); Eliane Terezinha de Mattos Souto (CPF 573.587.610-49); Elida Madalena Couto Goya (CPF 408.872.190-04); Evania Fatima Rizzi Pereira (CPF 428.791.240-34); Gleuza Lima Fioravanti (CPF 238.742.100-06); Ione Tazyr Pinheiro de Lemos (CPF 303.145.930-04); Irene Maria Brum Coelho Corsini (CPF 653.231.490-00); Jane Maria Pinheiro de Lemos (CPF 303.146.150-91); Jussara Ramires (CPF 716.088.340-34); Lourdes Moro (CPF 986.573.131-20); Madelaine Alessandra Aita Silveira (CPF 943.185.650-68); Mariangela Aita Marconatto (CPF 811.558.910-15); Martha Celina do Couto Goya (CPF 193.322.970-53); Neusa Rizzi (CPF 561.458.700-44); Nicolaca Corina do Couto Goya (CPF 238.352.060-87); Nilda Marieta Brum Coelho Xavier (CPF 712.458.550-34) e Rosa Fernandez (CPF 878.586.651-20).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5975/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.061/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Beatriz Terezinha Lerin Ludke (CPF 010.069.398-90); Carmem Lerin Mazzotti (CPF 642.499.300-25); Cleia Maria Munchen Martins (CPF 334.312.211-49); Eva Nila Rodrigues Flores (CPF 771.847.690-15); Helena Maria Lerin Osmarin (CPF 683.910.300-59); Maria Helena Cunha da Cunha (CPF 072.678.307-22); Maria Jeanine Munchen (CPF 506.101.550-91); Maria Lourdes Murliki (CPF 319.811.000-91); Miria Josefa Baguinski da Silva (CPF 353.628.800-63); Rosa Maria Lerin Provensi (CPF 518.581.930-87) e Terezinha Pasternak (CPF 319.782.820-87).

1.2. Órgão/Entidade: Terceira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5976/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.065/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Carmen Lucia Nogueira de Souza Schons (CPF 601.350.856-91); Elvina Pereira Nunes Vianna (CPF 593.501.806-34); Fatima Maria Nogueira de Souza (CPF 509.265.007-91); Kate Emrich Guaracy (CPF 958.339.516-15); Lucilia Maria Bacelar dos Santos (CPF 073.053.202-00); Maria Aparecida de Carvalho Botelho (CPF 028.108.456-46); Maria Aparecida de Paiva Souza (CPF 530.036.246-87); Maria Julia Oliveira dos Santos (CPF 476.193.250-34); Maria Silva Cardoso (CPF 854.632.216-34); Maria Vieira de Castro (CPF 032.116.516-08); Marília de Fatima da Silva Santos (CPF 062.636.516-36); Sonia Christina da Silva (CPF 005.762.136-59); Soraya Tavares Bahia da Rosa (CPF 916.020.337-49); Síria Julio (CPF 280.894.566-34) e Sônia Julio (CPF 232.359.856-20).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5977/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.067/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Andréia Lúcia Dias Delon (CPF 885.480.826-15); Arlette do Amaral Loureiro (CPF 039.952.306-52); Carmem Lucia de Souza Machado (CPF 008.269.067-70); Carmen Lucia de Souza Machado (CPF 008.269.067-70); Danielle Mansur Gonçalves (CPF 047.220.636-21); Danielli de Mattos Machado (CPF 007.587.216-17); Danielli de Mattos Machado (CPF 007.587.216-17); Giuliana Andreia Machado Labbadi Hoellinger (CPF 912.712.906-34); Maria Aparecida Pivato Oliveira (CPF 948.141.716-68); Maria

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Aparecida da Silva Brangioni Carneiro (CPF 033.758.446-03); Maria Helena Souto Mendes (CPF 082.057.218-74); Marlene Pacheco Moreira Abizaid (CPF 899.237.236-15); Regina Lucia de Souza Machado (CPF 167.334.016-49); Regina Lucia de Souza Machado (CPF 167.334.016-49) e Rosalva da Silva Oliveira (CPF 871.343.736-49).

1.2. Órgão/Entidade: Quarta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5978/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.070/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alvorita Leite Bittencourt (CPF 252.416.809-34); Ana Julia dos Santos de Oliveira (CPF 968.105.219-68); Ana Magali Monich (CPF 482.725.749-34); Ana Paula Sedrez (CPF 015.923.769-67); Benta Fatima Sedrez (CPF 459.018.809-00); Esvanir Aparecida Bordin Zarpelon (CPF 222.616.518-56); Eva Tereza Martins (CPF 334.685.830-87); Ewelyse Marques Maggio Sansana (CPF 039.433.549-03); Izabel Alves de Oliveira (CPF 615.847.709-53); Karin Lilian Strucker Guesser (CPF 512.389.349-00); Katia Neli do Rosario (CPF 511.107.509-78); Margarida Mann Martins (CPF 385.600.620-68); Maria Aparecida Alves de Oliveira (CPF 615.731.759-00); Maria Cristina Alves de Oliveira (CPF 775.309.939-68); Maria Emilia dos Santos Oliveira (CPF 000.891.859-78); Maria Helena Maia da Rocha Paranhos (CPF 186.024.019-49); Maria Vitoria Reikdal (CPF 017.699.369-04); Mayrsa Jamile Martinez Miltos (CPF 581.654.449-72); Patricia Helena Sedrez Ramos (CPF 817.708.639-15); Tereza de Fatima Goulart Rios (CPF 016.954.989-50) e Wanda Maria Maia da Rocha Paranhos (CPF 147.190.029-00).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5979/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.072/2015-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Adarcy Cercal Graça (CPF 059.043.159-53); Aurora Mercer Gonçalves (CPF 079.268.399-49); Clotilde Mendes Ferreira (CPF 252.911.819-15); Deoceli Jussara Passerino (CPF 403.010.019-87); Erotilde Mercer Gonçalves Alves (CPF 214.559.619-49); Eunice Mercer Gonçalves Guimarães (CPF 230.507.809-91); Gilda Verginia Quint Castro (CPF 216.125.289-53); Guilhermina de Fatima da Silva Ghignatti (CPF 836.459.779-53); Iveti Ulber da Motta (CPF 100.832.377-20); Ligia Ulber (CPF 712.589.149-72); Maria Helena Ribeiro (CPF 356.136.459-49); Mariluz Ribeiro Ducci (CPF 356.136.379-20); Marines Ulber Ranzato (CPF 747.034.479-91); Marlene Marcon Ribeiro (CPF 072.539.749-72); Nilce Canan (CPF 567.621.609-30); Regina Coeli Lise (CPF 356.690.559-34); Sandra Maria da Silva Ghignatti (CPF 713.622.409-82); Selma Sant'Ana de Oliveira (CPF 456.881.689-00); Sonia Sant'Ana de Oliveira (CPF 022.965.199-20); Sueli Ulber (CPF 291.962.809-72) e Thais Helena Passerino da Costa e Silva (CPF 519.271.019-72).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5980/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.073/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Adma Boing (CPF 221.350.579-91); Cecilia Hrysyk Savio (CPF 666.102.229-91); Celia Aparecida Francisco Reginato (CPF 705.901.179-04); Denise Moreira Silva (CPF 522.791.209-25); Edilce Boing Melo (CPF 378.441.059-68); Eli Boing (CPF 223.937.909-00); Evanda Martins de Oliveira (CPF 019.596.519-19); Iracema Cardoso Bogucheski (CPF 044.014.599-62); Izabel Hrysyk Vieira (CPF 039.349.379-26); Lais de Sá Moreira (CPF 147.334.129-91); Liana de Sá Moreira (CPF 147.143.109-68); Lucia Esther Figueiredo da Silva (CPF 017.203.659-38); Luiza de Sá Moreira (CPF 005.175.779-68); Madalena Cardoso (CPF 258.155.129-15); Marinalva Rodrigues Barreto (CPF 411.959.069-00); Marli Boing (CPF 200.345.209-53); Rosa Hrysyki Araujo (CPF 048.224.389-96); Rosemari Correa (CPF 059.646.529-72); Rosilda Correa Buzzi (CPF 339.673.699-00); Salete Hrysyk Kampmann (CPF 038.752.819-93); Sonia Regina Francisco (CPF 565.239.129-49) e Veronica Hrysyk May (CPF 694.795.699-49).

1.2. Órgão/Entidade: Quinta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5981/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.077/2015-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alice dos Anjos Rezende Santos (CPF 532.682.965-72); Ana Lúcia Silva Macedo (CPF 147.875.395-15); Ana Paula Alves Senna Santos (CPF 013.100.845-56); Anna Maria Caldeira Bião Luna (CPF 022.697.785-45); Bárbara Maria Aguiar Luna (CPF 008.721.355-94); Celsina Angélica Britto de Oliveira Silva (CPF 793.402.296-49); Celycia Mary Badaro Paiva (CPF 696.591.095-04); Danielle Elaine da Silva (CPF 097.221.184-55); Dilma Alves Senna (CPF 338.125.785-49); Djalceli Bahia Badaro Moreira (CPF 008.971.377-01); Maria Angélica Britto de Oliveira Vieira (CPF 163.033.005-10); Maria Terezinha Brito de Oliveira (CPF 483.636.695-04); Maria de Jesus Santos (CPF 940.588.905-25); Maria de Lourdes Britto de Oliveira (CPF 554.885.365-15); Maria do Carmo Souza Santos (CPF 629.526.177-91); Marilda Brito de Oliveira (CPF 178.288.803-91); Marinalva Nascimento Silva (CPF 017.152.585-09); Marivalda Brito de Oliveira Lima (CPF 573.622.465-87); Marly Britto de Oliveira Andrade (CPF 053.816.815-34); Nair de Carvalho Menezes (CPF 240.223.905-06); Rosenice Maria da Silva (CPF 550.132.105-00); Rosiane Maria Bento da Silva (CPF 042.932.474-08); Rosilda Maria da Silva (CPF 365.161.635-53); Rosângela Maria da Silva (CPF 857.768.584-53); Rubenice Maria da Silva (CPF 808.331.604-00); Rubneia Maria Bento da Silva (CPF 012.758.884-10); Vitor Leonardo Souza Senna (CPF 081.307.915-28) e Zilar Badaro de Carvalho (CPF 775.891.735-68).

1.2. Órgão/Entidade: Sexta Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5982/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.081/2015-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Albertina Vieira Ferreira (CPF 324.856.974-34); Carmen Lucia da Silva (CPF 108.528.914-15); Cecilia Maria Miranda de Oliveira (CPF 379.815.444-91); Claudia Rejane Miranda do Vale (CPF 789.083.534-53); Cleonice Rocha da Silva (CPF 042.846.074-72); Diana Flavia Miranda de Oliveira (CPF 450.559.804-78); Edna Marieta Pinheiro de Souza (CPF 422.537.994-91); Elizabeth Miranda de Oliveira (CPF 110.583.154-04); Genilza Vicente da Silva (CPF 778.986.644-34); Glaucia Betania Miranda de Oliveira Tillmann (CPF 355.303.834-91); Heloisa de Cassia da Silva (CPF 215.580.434-20); Jane Fatima Vargas dos Santos (CPF 032.169.467-89); Janice Conceição Vicente da Silva (CPF 081.555.784-10); Julia Sania Miranda de Oliveira (CPF 153.605.552-20); Leoncio Felipe Avelino da Costa Silva (CPF 002.296.914-47); Licelia de Sousa Faria (CPF 020.127.584-87); Maria Aparecida Mendes (CPF 839.000.124-15); Maria Gorete Costa de Albuquerque (CPF 248.527.594-72); Maria das Graças Sousa Martins (CPF 039.399.104-06); Maria de Fatima Cavalcanti Costa (CPF 080.534.564-72); Rocelia Maria Alcantara dos Santos (CPF 406.866.717-91); Rosa Maria Costa Lima (CPF 832.780.954-72); Silvia Rejane Bagetti de Lima (CPF 053.168.244-74); Stella Natalie Avelino da Costa Silva (CPF 002.296.924-19); Veronica Maria Cavalcanti Costa (CPF 226.429.864-20) e Vilma Fortunato da Silva Mendonça (CPF 792.047.164-87).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5983/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.082/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ana Maria de Araujo Torres Pontes (CPF 089.151.214-49); Auxiliadora Maria Torres da Costa Pereira (CPF 574.730.564-68); Doroti Goemann Bezerra (CPF 024.248.314-32); Fernanda de Souza Costa (CPF 774.534.767-04); Janaina Chacon Chaves de Lira (CPF 030.364.544-03); Luciene Portela Barbosa (CPF 127.105.714-04); Maria Bernadete de Lima Martins (CPF 476.196.944-04); Maria da Penha Martins Freire (CPF 018.665.574-67); Maria das Graças Fonseca Gomes (CPF 727.347.364-20); Rita Gomes da Silva (CPF 178.478.318-80); Sara Cavalcanti Ramalho (CPF 580.438.374-49) e Tatiana Reinaldo Martins (CPF 971.641.943-00).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5984/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.084/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Albertina Maria Silveira (CPF 020.564.914-94); Ana Maria Oliveira Macedo Marinho (CPF 348.510.622-49); Ana Maria Oliveira Macedo Marinho (CPF 348.510.622-49); Anessy Cortez Costa (CPF 876.771.304-10); Beatriz da Silva Miranda (CPF 078.814.174-04); Deyse Viviane Pinheiro de Miranda (CPF 011.862.504-70); Gisele Rodrigues Xavier (CPF 911.667.807-91); Ione de Oliveira Monteiro (CPF 786.312.467-00); Josilda Ramspacher Soares de Oliveira (CPF 239.422.317-00); Josilda Ramspacher Soraes de Oliveira (CPF 239.422.317-00); Josileide Mendonça de Oliveira (CPF 068.589.104-68); Josileide Mendonça de Oliveira (CPF 068.589.104-68); Josilene Soares de Oliveira (CPF 162.359.914-87); Josilene Soares de Oliveira (CPF 162.359.914-87); Kilza Cavalcanti de Albuquerque (CPF 243.836.784-91); Marcia de Melo Braga (CPF 403.012.220-53); Maria Jose Sandres Dias Macena (CPF 102.109.544-34); Maria Luiza Teles da Silva (CPF 680.323.904-72); Norma de Oliveira Scarano (CPF 205.567.994-53); Zelyta Pinheiro de Faro (CPF 066.034.594-34) e Zilka Albuquerque Costa (CPF 881.936.164-72).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5985/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-016.088/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Ingrid Vales Ribeiro (CPF 753.455.361-04); Izaneide Nascimento Rodrigues (CPF 743.193.022-49); Josefa Luiza da Costa Gomes (CPF 692.915.194-72); Marina de Melo Quintanilha Ribeiro (CPF 000.118.811-94) e Natalha Alves Barroso (CPF 015.402.391-44).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5986/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.094/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Ana Claudia Rossato Magalhães de Moura (CPF 818.477.851-15); Angelica de Fatima Serrano Gomes (CPF 618.425.758-72); Carmen Benites (CPF 927.811.281-04); Catarina Solange dos Santos Boaventura (CPF 408.684.781-72); Douglas Medina de Oliveira (CPF 070.011.151-42); Edenira Madrid da Silva (CPF 930.182.151-68); Edith Ribeiro Terra (CPF 613.927.581-49); Hirione Scipião Adolfo dos Santos (CPF 558.466.701-30); Isabela Beatriz Medina de Oliveira (CPF 070.011.381-93); Maria Fatima do Couto (CPF 254.518.711-91); Maria Salome Bartola Lucero Vargas de Oliveira (CPF 201.542.831-34); Maria da Guia de Jesus Valeriano (CPF 267.633.461-15); Pracedina Izabel Pimentel (CPF 175.765.981-15); Renan Lucio Medina de Oliveira (CPF 070.011.231-61) e Tatiane Almeida Valeriano (CPF 006.494.661-44).

1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5987/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.099/2015-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Andrea Neves de Jesus (CPF 780.115.900-49); Dirce Maria Rosa (CPF 910.704.656-15); Ivonete Alves de Oliveira (CPF 803.830.179-04); Janete Quirino de Oliveira Ramalho (CPF 918.668.121-49); Luciana Neves de Jesus (CPF 579.604.881-34); Luciana Santanna (CPF 722.197.851-49); Maria de Fátima Sousa Araujo (CPF 239.736.501-44); Maria de Lourdes Feitosa Costa (CPF 342.716.351-20); Marilda Ferreira da Silva (CPF 150.708.161-87); Rubia Ribeiro Ramalho (CPF 866.607.806-53) e Therezinha Guerra Pouso (CPF 224.723.631-68).

1.2. Órgão/Entidade: Décima Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5988/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.132/2015-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Alda Maria Sartori Leão (CPF 709.155.397-72); Alexandra Ferro Monteiro (CPF 148.763.787-03); Ana Maria Alves Chun (CPF 663.026.687-00); Cleide Maria de Araujo Alves (CPF 822.738.717-91); Daria de Oliveira Cabral (CPF 347.767.948-29); Diva de Azevedo Pinto (CPF 021.591.237-30); Elizabeth Arêas de Sá e Cruz (CPF 086.673.647-62); Estela Maria Sartori Milagres (CPF 338.017.387-87); Jaciara Lemos de Souza Guedes (CPF 734.931.987-87); Maria Augusta Sdrubolini Henares (CPF 310.265.978-03); Maria José de Abreu Piskac (CPF 335.731.907-15); Mercedes Maria Giacomazzi Zandonai (CPF 898.313.900-59); Raquel Sartori Pinhão (CPF 271.650.357-53); Tatiana Maria Alves Barbosa (CPF 093.376.137-60) e Yara Regina Sartori Alho (CPF 024.034.847-84).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5989/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.137/2015-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Alana Maria Carneiro Del Vecchio (CPF 902.290.888-72); Ana Maria Diniz Lelis (CPF 787.539.296-91); Anna Josepha Pina Bulhões (CPF 355.977.471-34); Beatriz Carneiro de Almeida (CPF 190.970.427-04); Clélia Maria de Almeida Salles (CPF 226.553.445-53); Edemar Galeano Paschoal Bulhões (CPF 032.875.751-98); Elaine Ribeiro Machado (CPF 734.470.487-00); Elany Cristina de Carneiro Del Vecchio Orioli (CPF 755.225.438-68); Elizabete Moura da Vitória Ramos (CPF 355.464.177-49); Elizabeth Carneiro Del Vecchio (CPF 666.213.218-72); Ivone Diniz Lelis (CPF 438.813.606-97); Jaciara de Pina Bulhões (CPF 176.905.871-00); Jacy de Pina Bulhões Rodi (CPF 107.894.051-72); Jane Pina de Bulhões (CPF 225.890.741-15); Joelma Pina Bulhões Paixão (CPF 637.459.331-68); Josiani Pina Bulhões Antunes (CPF 366.358.471-20); Josimar Pina Bulhões (CPF 403.540.671-68); Maria Therezinha Gomes Faria (CPF 151.625.028-12); Neyde da Costa Scoralick (CPF 082.851.487-93); Rosemary Alves Ramos Maia (CPF 816.101.147-87); Selma Diniz Lelis (CPF 534.181.236-00) e Uyara de Carneiro Del Vecchio (CPF 376.197.088-98).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5990/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.145/2015-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Aline Sabrina da Silva Lima (CPF 072.151.624-60); Angela de Jesus Rodrigues (CPF 012.491.717-84); Marilda de Oliveira Santos Fernandes (CPF 415.543.458-04); Regina Brasília de Abreu Oliveira Sacramento (CPF 660.421.607-10); Sebastiana Paulino de Vasconcelos (CPF 044.732.764-06) e Solange Santos de Andrade (CPF 258.769.388-82).

1.2. Órgão/Entidade: Subdiretoria de Inativos e Pensionistas - Área Militar (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5991/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.367/2015-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Pedro Daniel Bezerra da Paz (CPF 121.077.214-08) e Priscylla Vitoria Bezerra da Paz (CPF 121.077.164-04).

1.2. Órgão/Entidade: Sétima Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5992/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.418/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Eunice Coutinho Scanoni (CPF 173.686.181-68) e Sonia Maria Closa Scanoni (CPF 445.705.201-97).

1.2. Órgão/Entidade: Nona Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5993/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.380/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Debora de Jesus Fernandes Anunciação (CPF 082.128.017-13); Neide Raquel Anunciação Dantas (CPF 605.456.587-72) e Neli Raquel Mendonça da Anunciação (CPF 593.524.347-49).

1.2. Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5994/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de pensão militar a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-019.068/2015-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Maria Lucia Fortunato (CPF 037.774.358-56); Neuza Fortunato Alonso (CPF 144.696.368-35) e Tereza Pereta Fortunato (CPF 132.473.078-18).

1.2. Órgão/Entidade: Segunda Região Militar (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5995/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de reforma a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.796/2015-1 (REFORMA)

1.1. Interessado: Adelcio Ricardo Sant'Anna Teixeira (CPF 032.613.117-54).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Inativos e Pensionistas (CE/MD).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 5996/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar legal, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, o ato inicial de reforma em favor do servidor Alfredo Stahlberg (CPF 014.694.950-15), que tem como nº de controle (10714952-07-2010-005045-0); e

b) excluir por duplicidade, nos termos do Acórdão 2100/2010-TCU-Plenário (item 1.5.1.2), o ato inicial de reforma em favor do servidor Alfredo Stahlberg (CPF 014.694.950-15), que tem como nº de controle (10714952-07-2010-000237-5)**,** devendo ser realizado o lançamento no sistema Radar dessa proposição:

1. Processo TC-013.834/2015-0 (REFORMA)
1.1. Interessado: Alfredo Stahlberg (CPF 014.694.950-15) e Alfredo Stahlberg (CPF 014.694.950-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5997/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.975/2015-0 (REFORMA)
1.1. Interessados: Afonso Irineu Bernardi (CPF 242.995.457-53); Afonso Tadeu da Conceição (CPF 069.337.851-49); Ailton Pereira dos Santos (CPF 042.613.188-65); Ailton de Castro Marinho (CPF 019.897.584-87); Aires Luciano (CPF 151.481.650-49); Airton Schmitt (CPF 185.285.037-04); Alberto Garcia Mora (CPF 042.771.717-53); Alberto Souza Vieira (CPF 315.556.167-04); Alfredo Severo Luzardo (CPF 002.436.123-20) e Alirio Cândido Adriano (CPF 072.278.769-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5998/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.979/2015-6 (REFORMA)
1.1. Interessados: Artur Antonio de Abreu Santos (CPF 448.991.908-59); Ary Batista da Rocha (CPF 045.634.177-34); Ary Guimarães Pimenta (CPF 046.733.017-49); Audizio de Almeida Cruz (CPF 174.230.237-87); Avandelino Santana (CPF 132.600.908-78); Ayr de Moura Bello (CPF 037.656.528-49); Benigno Ponciano da Silva (CPF 393.488.657-49); Braz Silvestre (CPF 091.114.921-04); Bruno Werner Krischer (CPF 194.116.770-53) e Calistrato Salles Teixeira (CPF 041.063.268-68).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 5999/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.986/2015-2 (REFORMA)
1.1. Interessados: Fernando José Fernandes Gomes (CPF 038.970.365-68); Fernando Nepomuceno Cerdeira (CPF 050.649.537-04); Fernando de Menezes Cavalcanti (CPF 190.455.577-20); Flavio William de Carvalho Pacheco (CPF 053.514.867-41); Francisco Airton Braga (CPF 070.146.862-91); Francisco Antonio Cavalcante (CPF 029.389.952-53); Francisco Antônio Fernandes do Valle (CPF 098.747.807-97); Francisco Assis da Silva (CPF 099.090.360-53); Francisco Edson de Araujo Lima (CPF 029.051.402-91) e Francisco Ângelo de Sousa Filho (CPF 740.868.718-15).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6000/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.987/2015-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Francisco Gerson Colares Nogueira (CPF 002.097.241-53); Francisco Morais da Rocha Junior (CPF 088.575.392-53); Francisco Peron Diniz (CPF 058.990.013-72); Francisco Porciúncula Nessar da Silva (CPF 246.324.658-87); Francisco Raimundo Rodrigues de Souza (CPF 282.959.518-15); Francisco William Sales Rios (CPF 329.244.027-00); Francisco de Assis Oliveira de Souza (CPF 129.983.467-15); Francisco de Paulo Lopes Braga (CPF 123.725.524-49); Frederico Celso Gall (CPF 602.470.968-49) e Gelson de Almeida Gallo (CPF 018.283.205-87).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6001/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.989/2015-1 (REFORMA)
1.1. Interessados: Gilson Romano Spader (CPF 165.773.530-34); Hamilton Dutra Vargem (CPF 369.035.907-49); Helder Machado de Carvalho (CPF 093.120.217-53); Hilton Pereira dos Santos (CPF 026.672.232-68); Ingo Jorge Radtke (CPF 042.293.802-59); Iracet Alberto Azambuja de Souza (CPF 105.597.010-04); Irineu Miranda Filho (CPF 333.333.607-30); Itallo Collopy (CPF 158.978.007-82); Itamar de Toledo Colaço (CPF 037.642.068-53) e Ivan Eudóxio Rodrigues (CPF 151.224.416-34).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6002/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.993/2015-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Jose Carlos da Silva (CPF 241.393.944-04); José Agostinho de Maciel (CPF 002.975.264-72); José Alberto Batista (CPF 581.546.988-20); José Bento Diniz (CPF 017.200.079-34); José Bruno Camelo (CPF 886.341.168-91); José Carlos Campos (CPF 046.414.857-04); José Carlos Maciel da Silva (CPF 024.498.897-87); José Carlos Pessôa (CPF 013.085.052-72); José Carlos Roseira Cardoso (CPF 289.915.597-00) e José Carlos dos Santos (CPF 004.286.474-72).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6003/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.999/2015-7 (REFORMA)
1.1. Interessados: Luiz Carlos Menezes de Barros (CPF 002.921.174-34); Luiz Carlos Teixeira (CPF 053.696.145-04); Luiz Fernando Regnier Marques (CPF 095.948.767-00); Luiz George Marcelino da Trindade (CPF 181.292.936-68); Luiz Ricardo de Jesus (CPF 548.503.558-20); Luiz Walter Soares Evangelista (CPF 169.723.410-00); Magnus José Pires (CPF 054.522.607-49); Marcílio Dias de Matos Gonçalves (CPF 004.082.391-15); Márcio Bhering Cardoso (CPF 001.830.323-49) e Márcio da Cunha Gomes Carneiro (CPF 038.118.837-04).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6004/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.004/2015-9 (REFORMA)
1.1. Interessados: Oswaldo Gomes (CPF 715.512.398-68); Otacilio Soares Pinto (CPF 009.265.666-87); Paullo Sergio Barbosa Esteves (CPF 209.519.228-15); Paulo Cesar Vaz (CPF 008.202.532-00); Paulo Cesar da Silva (CPF 055.835.004-68); Paulo Cesar dos Santos (CPF 038.825.004-68); Paulo Célio de Amorim Pires (CPF 071.280.614-87); Paulo Cézar Félix (CPF 053.311.378-49); Paulo Emilio Rodrigues de Carvalho (CPF 041.834.527-91) e Paulo Henrique Vieira Pinto (CPF 106.700.170-00).
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6005/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.011/2015-5 (REFORMA)

1.1. Interessados: Sergio Antonio Muller (CPF 089.646.020-72); Sergio Barbosa Gonçalves (CPF 032.121.307-68); Sergio Franco Giorgi (CPF 020.954.247-00); Sergio Silva Moraes (CPF 068.378.409-91); Severino Gonçalves Ramos Filho (CPF 021.901.097-87); Solanir José Gazzola (CPF 740.707.468-20); Sueo Shiraishi (CPF 053.191.108-04); Sérgio Marques (CPF 183.901.100-91); Sérgio Sotto Mayor (CPF 033.119.377-91) e Teógenes Maurício Rios (CPF 028.867.407-30).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6006/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de reforma a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.014/2015-4 (REFORMA)

1.1. Interessados: Wanderlei Carlos da Costa Neves (CPF 032.640.768-53); Washington de Alencar Freire (CPF 067.917.357-91); Wilson Estrela dos Anjos (CPF 028.849.847-04); Wilson Jose Romao (CPF 003.626.974-34); Wilson Silva (CPF 057.032.551-04); Wolmar Villar (CPF 060.409.008-06); Zenon Gorgônio Cabral (CPF 029.748.357-91) e Zildemar José Holanda de Souza (CPF 740.856.978-20).

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria de Administração do Pessoal (Comando da Aeronáutica).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 6007/2015 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de tomada de contas especial instaurada em desfavor do Sr. Landoifo Duarte da Fonseca, ex-prefeito do município de Santa Cruz do Piauí/PI, em razão de irregularidades apontadas na execução do Convênio nº 1.692/2000 (Siafi nº 415217), firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e o aludido município, com o objetivo de promover a implantação de poços chafarizes padrão Funasa nos povoados de Cumbi, Lagoa Vermelha, Várzea da Cruz e Chapada, compreendendo a perfuração, a captação, o recalque, a reservação e a distribuição, além da aplicação do programa de educação em Saúde e Mobilização Social (PESMS);

Considerando que nestas contas especiais foi apurado um débito de R$ 21.282,14, em valores atuais;

Considerando que a IN TCU nº 71/2012, ao regulamentar a instauração, a organização e o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União dos processos de tomada de contas especial, dispôs, em seu art. 6º, inciso I, que pode ser dispensada a instauração da tomada de contas especial quando o valor do débito atualizado monetariamente for inferior a R$ 75.000,00;

Considerando que o art. 19 do referido ato normativo estendeu as disposições constantes do aludido art. 6º às tomadas de contas especiais ainda pendentes de citação válida e que se encontrarem em tramitação no Tribunal de Contas da União;

Considerando, dessa forma, que, pelo fato de esta TCE apresentar débito inferior ao valor de alçada fixado pela IN TCU nº 71/2012, o Tribunal pode determinar o arquivamento destes autos, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443/1992, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o devedor, para que lhe seja dada a devida quitação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, c/c os arts. 6º, inciso I, e 19, **caput**, da IN TCU nº 71/2012, em arquivar a presente tomada de contas especial, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.443/1992, sem cancelamento do débito, a cujo pagamento continuará obrigado o espólio do devedor falecido, Sr. Landolfo Duarte da Fonseca (CPF 097.093.554-49), para que lhe seja dada a devida quitação, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-025.452/2014-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Landoifo Duarte da Fonseca (CPF 097.093.554-49).

1.2. Órgão/Entidade: Município de Santa Cruz do Piauí/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/PI que envie cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, ao representante legal do espólio do Sr. Landoifo Duarte da Fonseca e à Fundação Nacional de Saúde, sem prejuízo de recomendar que a Funasa adote as medidas cabíveis para obter o eventual ressarcimento do erário por outros meios adequados, atentando, ainda, para a previsão contida no art. 15, inciso IV, da IN TCU nº 71/2012, que autoriza a consolidação dos diversos débitos do mesmo responsável com vistas à instauração de tomada de contas especial.

ACÓRDÃO Nº 6008/2015 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em considerar cumprida a determinação expedida à Fundação Nacional de Saúde (Funasa) por meio do item 1.7.1 do Acórdão 7.294/2014-TCU-2ª Câmara, prolatado na apreciação do TC 002.493/2014-4, e fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-000.901/2015-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Município de Camocim/CE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar à Secex/CE que:

1.7.1. encaminhe cópia do presente Acórdão, acompanhada de cópia do parecer da unidade técnica, à Fundação Nacional de Saúde (Funasa); e

1.7.2. apense os presentes autos ao TC 002.493/2014-4, em obediência aos arts. 36 e 37 da Resolução TCU nº 259/2014.

ACÓRDÃO Nº 6009/2015 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que os presentes autos tratam de representação autuada em cumprimento ao Acórdão 7.305/2013-TCU-2ª Câmara, prolatado no julgamento do TC 015.511/2013-8, que tratou de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional, em desfavor do ex-prefeito de Dirceu Arcoverde/PI, diante da não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 1000/2001;

Considerando que, no julgamento da referida tomada de contas especial, tendo sido concluído que a parcela das obras a cargo do município de Dirceu Arcoverde/PI fora executada conforme o plano de trabalho do Convênio nº 1000/2001, mas que o município de São Lourenço/PI não executara completamente o trecho da adutora sob a sua responsabilidade, restou evidenciado que havia uma relação de interdependência entre o objeto do Convênio nº 1000/2001, então em análise, e o objeto de outro convênio celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e o município de São Lourenço/PI, de modo que a funcionalidade do sistema adutor como um todo, conforme concebido originalmente, somente poderia ser plenamente alcançada caso os dois municípios houvessem concluído a contento a parcela que cabia a cada um deles;

Considerando que, na análise do TC 015.511/2013-8, ficou também evidenciado que os gestores do Ministério da Integração Nacional já teriam, em momento anterior, firmado convênio contemplando possivelmente o mesmo objeto do convênio daquelas contas especiais e as mesmas localidades, qual seja, o Pró-Água Semi-Árido/MIN, firmado com a Semar e o Governo do Estado do Piauí, para o abastecimento d'água em 9 municípios da região, e que, assim, o abastecimento de água do município estava sendo feito pelo Sistema Adutor de Garrincho, recém-inaugurado à época;

Considerando que o citado Acórdão 7.305/2013-TCU-2ª Câmara, ao arquivar o TC 015.511/2013-8 por falta de pressupostos para desenvolvimento válido e regular do processo, já que não restara confirmada a suposta irregularidade praticada pelo ex-gestor, trouxe, em seus itens 9.2.1 e 9.2.2, determinações, encaminhadas à Secex/PI com o intuito de elucidar as situações verificadas nos autos, nos seguintes termos:

"*9.2.1. promover as diligências e/ou as inspeções necessárias para apurar as possíveis falhas no convênio celebrado entre o Ministério da Integração Nacional e o município de São Lourenço/PI, relativamente à parcela das obras do sistema de adutora que estavam a cargo desse município, bem assim as possíveis falhas no convênio celebrado com vistas à realização das obras da adutora do Garrincho, que contribuíram, inclusive, para a falta de funcionamento do sistema de adutora objeto desta tomada de contas especial;*

9.2.2. promover, com fulcro no art. 43, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, a audiência dos gestores do Ministério da Integração Nacional para que apresentem, no prazo de 15 (quinze) dias, as razões de justificativas acerca da celebração de convênios com objetos e localidade coincidentes e com o propósito de suprir idêntica demanda, especificamente em relação aos convênios firmados com vistas à construção da adutora do Garrincho e da adutora de que trata este processo."

Considerando que, diante disso, a Secex/PI realizou diligências junto ao Ministério da Integração Nacional, ao município de São Lourenço do Piauí e à Procuradoria da República no Estado do Piauí;

Considerando que a unidade técnica, procedendo à análise das respostas às diligências, verificou, nos 24 Km de extensão da adutora, a seguinte situação:

1) no ajuste entre Dirceu Arcoverde/PI e o Ministério da Integração Nacional (por meio da Secretaria de Infra-Estrutura Hídrica), objeto do Convênio nº 1000/2001:

a) 14 km finais;

b) com a estação de bombeamento d'água (EB-3);

c) um reservatório apoiado de fibra de vidro com capacidade de P/10m3;

2) no ajuste entre São Lourenço/PI e a União com a supervisão da Agespisa, objeto do Contrato de Repasse nº 014073411/2002/SEDU/CAIXA:

a) 10 km iniciais de extensão;

b) EB-1 e EB-2;

Considerando que, de acordo com a documentação carreada aos autos, as obras da etapa inicial da construção de adutora com 24 km de extensão foram financiadas pelo Contrato de Repasse nº 014073411/2002/SEDU/CAIXA, que teve como objeto a transferência de recursos financeiros da União para a execução de implantação de sistemas de abastecimento de água através de adutoras, usando uma estrutura de poços tubulares já existentes, conduzindo água de boa qualidade para consumo humano e para pequenas atividades rurais, no município de São Lourenço do Piauí, tendo sido comprovada, na prestação de contas apresentada, a boa e regular gestão dos recursos do ajuste;

Considerando que, assim, a conclusão da unidade técnica foi no sentido de que, embora no primeiro momento tenha sido verificado que o sistema adutor como um todo (os 24 km de extensão) ainda não estava em funcionamento, porque apenas a parte das obras referente ao município de Dirceu Arcoverde/PI, objeto do Convênio nº 1000/2001 estava pronta, destacando-se que a outra parte, a cargo do município de São Lourenço/PI, objeto do Contrato de Repasse nº 014073411/2002/SEDU/CAIXA, e que tinha relação de interdependência com a primeira, veio a ser concluída posteriormente, quando se pôde ter a funcionalidade do sistema adutor como um todo, conforme concebido originalmente, haja vista que o funcionamento do sistema adutor só se alcançaria com a finalização, por parte dos dois municípios, da parcela da obra que cabia a cada um deles executar;

Considerando, dessa forma, que, em relação ao item 9.2.1 do Acórdão 7.305/2013-TCU-2ª Câmara, não restaram evidenciadas falhas no Contrato de Repasse nº 014073411/2002/SEDU/CAIXA firmado com o município de São Lourenço do Piauí para realizar os 10 Km iniciais da adutora, mas, tão somente, a conclusão das obras em momento posterior àquela sob a responsabilidade do município de Arcoverde/PI;

Considerando que, em relação ao item 9.2.2 do Acórdão 7.305/2013-TCU-2ª Câmara, a Secex/PI concluiu que não haveria a necessidade de se realizar a audiência dos gestores do Ministério da Integração Nacional, haja vista a verificação de que, na verdade, não houve a celebração de convênios com objetos e localidade coincidentes e com o propósito de suprir idêntica demanda, pois o Sistema Adutor do Garrincho engloba mais cidades, sendo bem maior que o sistema sob investigação nestes autos, englobando-o, razão pela qual não se pode afirmar que houve uma necessária sobreposição de obras, já que os municípios de São Lourenço/PI e de Dirceu Arcoverde/PI estão posicionados geograficamente na área do Sistema Adutor do Garrincho;

Considerando, de toda sorte, que, a título de comparação, o Sistema Adutor Garrincho constitui-se da Adutora do Garrincho (composta de: sistema de captação por flutuante; 9 estações elevatórias; estação de tratamento de água tipo FAD; 14 reservatórios; 189,50 km de adutoras com diâmetro variando de 400 mm e 75 mm; além de sistema de automação) e dos Sistemas Independentes de Fartura (compostos de: ampliação do açude Fartura; sistema de captação em flutuante e sistema simplificado de desinfeção - ETA e Caracol, composto de implantação de 5 poços profundos; sistema simplificado de desinfecção - ETA; construção de reservatório apoiado de 250m^3; e implantação de 15 km de rede elétrica) e visa ao abastecimento das cidades de São Raimundo Nonato, Cel. José Dias, São Lourenço, Dirceu Arcoverde, Bonfim do Piauí, Várzea Branca, Anísio de Abreu, Jurema e São Braz, além de várias comunidades, devendo atender a uma população de cerca de 61.500 habitantes no final do plano (vide plano de trabalho do Convênio nº 027/2003 trazido em anexo pela Nota Técnica TSA 04/2014 - p. 3 da Peça nº 19);

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Considerando, enfim, pelo exposto, que as falhas objeto de apuração na presente representação, balizados pelos itens 9.2.1 e 9.2.2 do Acórdão 7.305/2013-TCU-2ª Câmara, não se verificaram, configurando-se a improcedência da presente representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VI e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em conhecer da presente Representação, para no mérito considerá-la improcedente, e fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-032.879/2013-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessada: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).
1.2. Órgão/Entidade: Município de São Lourenço do Piauí/PI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (Secex/PI).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Lomanto Soares Barbosa (OAB/PI 7.055) e outros.
1.7. Determinar à Secex/PI que arquive os presentes autos.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 6010 a 6047, a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 6010/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.294/2005-3.
2. Grupo I - Classe III - Monitoramento.
3. Interessados: Adriano Ernesto de Oliveira (001.065.264-72); Antônio Vieira da Rocha Filho (001.861.124-91); Célia Maria Medeiros de Luna Freire (233.278.804-25); Dilson Viana Borges (000.504.824-91); Fausto Ribeiro Tenório (028.900.704-68); Francisco de Paula Ramos Pedrosa (000.178.844-20); Jose Durval Campelo Costa (000.729.584-72); Josefa Severina da Silva (167.490.574-20); Leonor Leôncio da Silva (138.030.854-20); Lúcia Lopes da Silva (103.498.394-68); Lucy do Sacramento Paixão Mascarenhas (707.273.684-00); Maria Aury Carneiro Fidelis (045.782.444-15); Maria do Carmo Araújo (090.311.034-20); Maria do Socorro Maciel Monteiro (070.522.004-49); Marina Sônia Alves Correia (073.035.724-49); Marluce Ferraz Coelho (018.886.414-87); Moadir Suliano de Lira (071.706.884-68); Moisés Wolfenson (036.253.974-04); Severina Maria Monteiro (097.582.324-87); e Sônia Ratis Camara (102.996.024-00).
4. Unidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Pernambuco.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão nº 1.433/2006-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais as aposentadorias dos interessados, em decorrência da inclusão de parcela referente ao adiantamento pecuniário - PCCS nos proventos, da concessão irregular de quintos com fundamento na Lei nº 6.732/1979 a servidores ex-celetistas, e do recebimento indevido de adicional pelo exercício de atividade insalubre.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar prejudicado o presente monitoramento em relação às aposentadas Maria do Carmo Araujo e Marluce Ferraz Coelho, haja vista seus falecimentos;
9.2. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Pernambuco que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência deste acórdão;
9.2.1.1. proceda à correta absorção da parcela "*DPNI - § 4º, art. 5º, da Lei 11.490/07*" (adiantamento pecuniário - PCCS) pelas alterações na estrutura remuneratória dos ex-servidores Adriano Ernesto de Oliveira, Antônio Vieira da Rocha Filho, Célia Maria Medeiros de Luna Freire, Dilson Viana Borges, Fausto Ribeiro Tenório, Francisco de Paula Ramos Pedrosa Jose Durval Campelo Costa, Josefa Severina da Silva, Leonor Leôncio da Silva, Lucia Lopes da Silva, Lucy do Sacramento Paixão Mascarenhas, Maria Aury Carneiro Fidelis, Maria do Carmo Araújo, Maria do Socorro Maciel Monteiro, Marina Sônia Alves Correia, Marluce Ferraz Coelho, Moadir Suliano de Lira, Moises Wolfenson, Severina Maria Monteiro e Sônia Ratis Camara, conforme determinam os arts. 2º, §§ 2º e 4º, 7º, 7ºA e 7ºB, parágrafo único, da Lei 11.355/2006, alterada pelas Leis 11.490/2007 e 11.784/2008;
9.2.1.2. regularize os atos referentes a Lucy do Sacramento Paixão Mascarenhas e Moisés Wolfenson, que apresentam como parcela indevida a vantagem relativa à incorporação de quintos da Lei nº 6.732/1979, deferida a servidores que eram regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho antes do advento da Lei nº 8.112/1990.
9.2.2. emita novos atos, livres das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU pelo Sistema de Apreciação e Registro de Atos de Admissão e Concessões (Sisac) no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, nos termos dos arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 15, § 1º, da Instrução Normativa - TCU 55/2007
9.3. alertar ao gestor de pessoal do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde em Pernambuco que o descumprimento de deliberação desta Corte pode ensejar aplicação de multa, na forma do art. 58, inciso VII, da Lei nº 8.443/1992;
9.4. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento dos subitens 9.2.1 e 9.2.2 desta deliberação.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6010-29/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6011/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.962/2009-0.
1.1. Apenso: 003.951/2014-6
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração
3. Interessado/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Angelina da Costa Rodrigues (090.340.302-10); Danielle de Nazare Chiappetta (699.964.312-15); Iracema da Cunha Chiappetta (440.088.722-72); José de Nazaré Chiappetta (055.428.472-34); Rafaela de Nazaré Chiappetta (843.649.122-04).
3.3. Recorrentes: Iracema da Cunha Chiappetta (440.088.722-72); Rafaela de Nazare Chiappetta (843.649.122-04); Danielle de Nazare Chiappetta (699.964.312-15), sucessoras de José de Nazaré Chiappetta (falecido).
4. Entidade: Município de Ponta de Pedras/PA.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Maria da Glória Carvalho Castro, OAB/PA 10.739, José Lealdo dos Anjos, OAB/PA 14.573, e Thiago Teles de Carvalho, OAB/PA 18.537.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração em face do Acórdão nº 2.831/2015-TCU-2ª Câmara (peça 91), por meio do qual o Tribunal conheceu e rejeitou embargos de declaração opostos pelas interessadas contra o Acórdão nº 7.950/2014-TCU-2ª Câmara, que negou provimento a recurso de reconsideração interposto pelo ex-prefeito do município de Ponta de Pedras/PA, Sr. José de Nazaré Chiappetta (falecido) e pela Sra. Angelina da Costa Rodrigues, ex-presidente do Conselho Municipal de Alimentação Escolar (CAE), em face do Acórdão nº 2.612/2013-TCU-2ª Câmara, retificado por inexatidão material mediante o Acórdão nº 4.144/2013 do mesmo colegiado,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. declarar que a reiteração, pelo recorrente, de sucessivos Embargos Declaratórios, não suspenderá a consumação do trânsito em julgado do Acórdão nº 2.612/2013-TCU-2ª Câmara, o qual julgou irregulares suas contas, condenando-o em débito e aplicando-lhe multa; e
9.3. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam às embargantes e ao interessado.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6011-29/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6012/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.910/2014-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessadas: Ana Maria Batista Nunes (316.754.761-87), Lídia Martins de Sabóia (086.754.301-91) e Regina Lúcia Barrozo (119.273.211-15).
4. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de atos de concessão e alteração de aposentadorias em favor de ex-servidoras vinculadas ao Tribunal Superior do Trabalho,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, c/c arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno e com o art. 15 da Instrução Normativa TCU 55/2007, em:
9.1. considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria de Ana Maria Batista Nunes e Lídia Martins de Sabóia;
9.2. destacar os atos de concessão de aposentadoria inicial e alteração de Regina Lúcia Barrozo para reexame pela unidade técnica, nos termos da Questão de Ordem/TCU, Sessão Ordinária do Plenário de 25/3/2015, de forma a reapreciar os atos à luz do decidido pelo STF no Recurso Extraordinário 638115;
9.3. dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e às interessadas;

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6012-29/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6013/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.680/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Câmara dos Deputados (vinculador).
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Advogados constituídos nos autos:
8.1. Jorge Ulisses Jacoby Fernandes (6.546/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.2. Jaques Fernando Reolon (22.885/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.3. Álvaro Luiz Miranda Costa Júnior (29.760/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.4. Gustavo Valadares (18669/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.5. Cynthia Póvoa de Aragão (22.298/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.6. Renata Arnaut Araujo Lepsch (18.641/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.7. Melanie Costa Peixoto Sousa (14.585/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.8. Murilo Queiroz Melo Jacoby Fernandes (41.796/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.9. Carla Mayrink Santos Moraes (27789/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.10. Sofia Rodrigues Silvestre Guedes (27635/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.11. Diva Belo Lara (37.438/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.12. Gustavo de Carvalho Linhares (17854/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.13. Victor Matheus Scholze de Oliveira (39.503/DF-OAB), representando Atlântico Engenharia Ltda.
8.14. Amanda Helena da Silva, representando Atlântico Engenharia Ltda.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos pelo Sr. Romulo de Sousa Mesquita, Diretor-Geral da Câmara dos Deputados contra o Acórdão nº 3.472/2015-TCU-2ª Câmara, constante da Relação 15/2015, por mim submetida ao colegiado na sessão de 30/6/2015,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6013-29/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6014/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.629/2013-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Nei Osvaldo Missau (225.476.900-63), Neide Maria Gomes Batista Werner (137.280.244-49); Nelcione Alano (263.513.740-49), Nelma Belfort de Miranda (158.671.373-68), Nelson de Freitas Barbosa Filho (358.046.299-72), Nereu Lucio de Souza Muniz (347.553.656-00), Neuza Terezinha Pinto (238.249.210-49), Newton Bezerra Paulino da Silva (138.214.904-20), Newton Hidenori Ishii (171.173.809-34) e Noaman Raimundo Alencar (179.066.441-15).
3.2. Recorrente: Neide Maria Gomes Batista Werner (137.280.244-49).
4. Órgão: Departamento de Polícia Federal.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos e Secretaria de Fiscalização de Pessoal.
8. Advogados constituídos nos autos: Carmen Rachel Dantas Mayer (8432/PB-OAB) e Germana Maria de Oliveira Barros (12.762/PB-OAB).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Neide Maria Gomes Batista Werner contra o Acórdão 6.628/2013-TCU-2ª Câmara, que considerou ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Neide Maria Gomes Batista Werner, em razão do cômputo irregular de tempo de serviço prestado sob a égide da Lei 3.313/1957, bem como pela contagem de fração de licença prêmio sem embasamento legal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em, com fundamento nos arts. 33, 39, inciso II, e 48 da Lei 8.443/1992, nos arts. 259, inciso II, 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno/TCU e no art. 6º, § 1º, da Resolução TCU 206/2007;
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Neide Maria Gomes Batista Werner, para, no mérito, dar-lhe provimento, de forma a passar a considerar legal o seu ato de aposentadoria, concedendo-lhe registro;
9.2. rever de ofício o Acórdão 6.628/2013-TCU-2ª Câmara, para considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria em favor de Neuza Terezinha Pinto;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal do Tribunal que proceda à correção dos atos em questão no sistema Sisac, de forma a contemplar a menção à Lei Complementar 144/2014 no fundamento legal das aposentadorias indicadas nos subitens anteriores;
9.4. dar conhecimento da presente deliberação à recorrente, às interessadas Nelma Belfort de Miranda e Neuza Terezinha Pinto e ao Departamento de Polícia Federal.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6014-29/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6015/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 027.480/2013-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Monitoramento
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Márcia Perales Mendes Silva (214.861.902-00).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Amazonas.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento decorrente do Acórdão 2.334/2013-TCU/Plenário, proferido no TC 012.390/2013-5, para verificar o cumprimento das determinações contidas nos Acórdãos 253/2010 e 2.732/2012, ambos da 2ª Câmara, prolatados no âmbito dos processos TC-017.512/2008-0 e TC 005.914/2010-8, respectivamente;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar atendidas as determinações contidas nos subitens 1.4.1.1, 1.4.1.2, 1.4.1.3, 1.4.1.4, 1.4.1.5, 1.4.1.6, 1.4.1.7, 1.4.1.11 e 1.4.1.13 do Acórdão 253/2010-2ª Câmara e no subitem 9.7.2 do Acórdão 2.732/2012-2ª Câmara;
9.2. considerar não mais aplicáveis as determinações contidas nos subitens 1.4.1.8, 1.4.1.9 e 1.4.1.12 do Acórdão 253/2010-2ª Câmara e no subitem 9.7.1 do Acórdão 2.732/2012-2ª Câmara;
9.3. considerar não cumprida a determinação contida no subitem 1.4.1.10 do Acórdão 253/2010-2ª Câmara;
9.4 aplicar à Sra. Márcia Perales Mendes Silva, Reitora da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443, de 16 de Julho de 1992, c/c o art. 268, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da multa ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente da data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar o desconto da dívida na remuneração da servidora, observado o disposto no art. 46, da Lei 8.112, de 11 de Dezembro de 1992;
9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação e não seja possível o desconto determinado no subitem anterior;
9.7. autorizar, desde logo, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c art. 217 do Regimento Interno do TCU, caso solicitado pela responsável, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada trinta dias, devendo incidir sobre cada parcela os encargos legais devidos;
9.8. alertar a responsável que o não recolhimento de qualquer das parcelas importa no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do parágrafo único do art. 26 da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
9.9. fixar novo prazo de 90 (noventa) dias para que a Universidade Federal do Amazonas adote providências com vistas a identificar e solicitar o reembolso dos valores relativos aos bilhetes de passagens aéreas pagas à Empresa Tucunaré Turismo, na execução do Contrato nº 15/2007, que não foram utilizadas pelos seguintes favorecidos:

Nome	Bilhete(s)	Valor (R$)
Lauro Castelo Branco Filho	1002-88117, 1002-88118	2.087,42
Vitorino Nunes	1002-88121, 1002-88122	2.007,00
Maria Célia Figueiredo	1002-88133, 1002-88132	1.119,00
Francisca Suely Neblina	1002-88189, 1002-88190	2.231,42
Nilo França	1002-88357, 1002-88358	2.415,42
Waterloo Almeida	1002-88390, 1002-88391	2.007,00
José Raimundo Mafra	1002-89112, 1002-89113	2.155,42
José de Arribamar Souza	1002-89169, 1002-89170	1.119,00
Antônio Oliveira	1002-90313	1.051,42
Jorge Oliveira	1002-90496, 1002-90497	2.245,00
Maria Perpétua Freitas	1002-92277, 1002-92278	1.835,42
Maria de Fátima Ferreira	1002-92294, 1002-92295	1.227,00
Diogo Brasil	1002.92362, 1002-92363	1.275,42
Marilza Lima	1002-92367, 1002-92368	1.575,43
Antônio Bezerra	1002-93573	309,42
Eliezio Sousa	1002-93953, 1002-93954	1.119,00
Marcos Vitor Carvalho	1002-94560, 1002-94561	2.087,42
Maria Suely Ambrosio	1002-94597, 1002-94598	2.365,42
Aloisio Santos	1002-94898, 1002-94899	1.880,00
Janderci Fonseca	1002-100132	821,42
Maria Dorilda Vivian	1002-100352, 1002-100353	1.227,00
Vilany Barbosa	1002-101524	669,42
Izanez Silva	1002-101556, 1002-101557	1.965,42

9.10. alertar a Reitora da Universidade Federal do Amazonas que o não atendimento do subitem anterior caracterizará reincidência no descumprimento de decisão desta Corte e poderá ensejar a aplicação de nova sanção pecuniária, com base no art. 58, inciso VII, da Lei 8.443, de 1992;
9.11. determinar à SECEX/AM que monitore o cumprimento da determinação constante do item 9.9 desta deliberação, nos presentes autos;
9.12. juntar cópia desta deliberação aos autos do TC-017.512/2008-0 e do TC-005.914/2010-8, nos termos do art. 5º, inciso II, da Portaria-Segecex 27, de 19 de Outubro de 2009;

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6015-29/15-2.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Ana Arraes e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6016/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 000.428/2014-0.
2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho (CPF 409.317.303-68).
4. Unidades: Município de Presidente Vargas/MA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.
5. Relatora: ministra Ana Arraes.
6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Maranhão - Secex/MA.
8. Advogado: não há.

9. Acórdão:
VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos destinados ao Programa Brasil Alfabetizado (Bralf) no município de Presidente Vargas/MA, nos exercícios de 2007 e 2009.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas 'a' e 'c'; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 6º; 214, inciso III, alínea 'a'; e 217 do Regimento Interno, em:
9.1. considerar revel Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho;
9.2. julgar irregulares as contas de Luiz Gonzaga Coqueiro Sobrinho;
9.3. condená-lo ao recolhimento aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) das quantias abaixo indicadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora das datas indicadas até a data do pagamento:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
21/12/2007	23.952,00
21/12/2007	15.968,00
4/9/2009	22.170,00

9.4. aplicar-lhe multa de R$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;
9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;
9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;
9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;
9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;
9.9. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor; e
9.10. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6016-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6017/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.483/2014-5.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Marcos Antonio Alvim (CPF 350.474.296-87).

4. Unidades: Município de Araguari/MG e Fundo Nacional de Saúde - FNS.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogados: Arnaldo Silva Júnior (OAB/MG 72.629) e outros.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde contra Marcos Antônio Alvim, ex-prefeito de Araguari/MG, em decorrência da não aprovação da prestação de contas do convênio 1916/2002 (Siafi 456337), destinado ao "apoio técnico e financeiro para aquisição de equipamentos e materiais permanentes, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS)".

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c" e §§ 1º e 2º; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Marcos Antônio Alvim;

9.2. condená-lo ao recolhimento ao Fundo Nacional de Saúde de R$ 8.080,00 (oito mil e oitenta reais), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 6/12/2012 até a data do pagamento;

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6017-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6018/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 002.909/2012-0.

2. Grupo II - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Araújo Construções Ltda. (CNPJ 76.599.059/0001-00).

4. Unidades: Município de Grão Pará/SC e Ministério da Integração Nacional.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: subprocuradora-geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogada: Michele Piazza Alexandre (OAB/SC 22.571) e outros.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto pela empresa Araújo Construções Ltda. contra o acórdão 3.319/2014 - 2ª Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e dar-lhe provimento;

9.2. excluir a empresa Araújo Construções Ltda. do débito indicado no item 9.1 do acórdão 3.319/2014 - 2ª Câmara e tornar sem efeito a multa que lhe foi aplicada pelo item 9.2 daquele acórdão.

9.3. arquivar as contas da empresa Araújo Construções Ltda., sem julgamento de mérito, ante a ausência do pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentaram, à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, em complementação às informações prestadas por meio do Ofício 0357/2014-TCU/SECEX-SC, de 15/07/2014;

9.5. dar ciência desta deliberação à recorrente.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6018-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6019/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 009.781/2014-5

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fundação de Desenvolvimento Regional - Funder (CNPJ 26.124.982/0001-17) e Luiz Carlos Cabral Junior (CPF 645.674.866-68).

4. Unidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - Codefasf.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex/MG).

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada contra a Fundação de Desenvolvimento Regional (Funder) e seu ex-presidente Luiz Carlos Cabral Júnior em razão da não aprovação da prestação de contas do convênio 0.95.05.0066/00 (Siafi 577.015), cujo objeto era a recomposição da cobertura vegetal de nascentes, margens e áreas degradadas na bacia do rio São Francisco.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 202, § 8º; 214, inciso III, alínea "a"; e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revéis Luiz Carlos Cabral Júnior e a Fundação de Desenvolvimento Regional - Funder;

9.2. julgar irregulares as contas de Luiz Carlos Cabral Júnior e da Funder;

9.3. condenar solidariamente Luiz Carlos Cabral Júnior e a Fundação de Desenvolvimento Regional - Funder ao recolhimento à Codevasf dos valores abaixo, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora das respectivas datas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
325.987,05	29/12/2006
325.987,06	27/12/2007

9.4. aplicar a Luiz Carlos Cabral Júnior e à Fundação de Desenvolvimento Regional - Funder, individualmente, multas de R$ 60.000,00 (sessenta mil reais), a serem recolhidas ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.5. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.6. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelos responsáveis antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.8. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento das correspondentes notificações e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.9. alertar aos responsáveis que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.10. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à Codevasf e ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6019-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6020/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.177/2015-7.

2. Grupo II - Classe IV - Admissão.

3. Interessados: Bruno Moreira Silva (CPF 039.657.769-59), Camila Arai Seque Ouki (CPF 311.788.888-86), Camila Bertini Martins (CPF 332.440.428-21), Carla Alessandra Scorza Bahi (CPF 150.880.868-65) e Carlos Haruo Arasaki (CPF 052.953.048-17).

4. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes atos de admissão de servidores da Universidade Federal de São Paulo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais e registrar os atos de Bruno Moreira Silva, Camila Arai Seque Ouki, Camila Bertini Martins, Carla Alessandra Scorza Bahi e Carlos Haruo Arasaki;

9.2. determinar à Universidade Federal de São Paulo que:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2.1. apure eventual descumprimento do art. 117, inciso XVIII, da Lei 8.112/1990 por Carlos Haruo Arasaki, ante a constatação da existência de outros dois vínculos empregatícios mantidos por aquele servidor, sendo um deles com a própria Universidade Federal de São Paulo e o outro com a entidade privada Associação Paulista para o Desenvolvimento da Medicina, conforme extraído da Relação Anual de Informações Sociais relativa ao exercício de 2014 (RAIS - 2014);

9.2.2. caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências de sua alçada, nos termos da Lei 8.112/1990;

9.2.3. informe este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações acima.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6020-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6021/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.290/2015-8.

2. Grupo II - Classe IV - Admissão.

3. Interessado: Romualdo da Silva Correa (CPF 791.735.004-53).

4. Unidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal - Sefip.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este ato de admissão de Romualdo da Silva Correa no cargo de médico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 259 a 263 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legal e registrar o ato de admissão de Romualdo da Silva Correa no cargo de médico da Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

9.2. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte que:

9.2.1. apure eventual descumprimento do art. 117, inciso XVIII, da Lei 8.112/1990 por Romualdo da Silva Correa, ante a constatação da existência de três vínculos mantidos por aquele servidor (dois cargos na universidade e um emprego na APEC Sociedade Potiguar de Educação e Cultura Ltda., CNPJ 084.80071/0002-21), conforme a Relação Anual de Informações Sociais relativa a 2014 (RAIS - 2014);

9.2.2. caso seja constatada a incompatibilidade das jornadas de trabalho, adote as providências de sua alçada, nos termos da Lei 8.112/1990;

9.2.3. informe a este Tribunal acerca do resultado das apurações no prazo de 60 (sessenta) dias; e

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que monitore o cumprimento das determinações do item 9.2 deste acórdão.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6021-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6022/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 015.469/2014-0.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Dulce Benigna Dias Alvarenga Baptista (CPF 960.411.966-49).

4. Unidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: procurador-geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG.

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico contra Dulce Benigna Dias Alvarenga Baptista em razão do descumprimento de obrigações constantes do Termo de Concessão e Aceitação de Bolsa no Exterior para realização de curso de doutorado junto à London School of Hygiene and Tropical Medicine, no período de novembro de 2003 a outubro de 2007.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Dulce Benigna Dias Alvarenga Baptista;

9.2. condená-la ao recolhimento aos cofres do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq de R$ 345.443,80 (trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e quarenta e três reais e oitenta centavos), atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora de 23/12/2013 até a data do pagamento;

9.3. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento da dívida acima imputada;

9.4. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pela responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

9.6. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência de encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.7. alertar à responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.8. dar ciência deste acórdão, acompanhado de cópia do relatório e do voto que o fundamentaram, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6022-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6023/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 025.026/2013-5.

2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração.

3. Recorrente: Antônio José dos Santos Lima (CPF 428.214.871-34).

4. Unidades: Município de Luís Correia/PI e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogada: Suéllen Vieira Soares (OAB/PI 5.942).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o recurso de reconsideração interposto por Antônio José dos Santos Lima contra o acórdão 357/2015 - 2ª Câmara, que, em essência, julgou irregulares as contas do ex-prefeito do Município de Luís Correia/PI relativas ao convênio 1.690/2005, celebrado com a Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de reconsideração e negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Procuradoria da República no Estado do Piauí e aos demais destinatários do acórdão recorrido.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6023-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6024/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 032.697/2014-7.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Manoel Carlos Fernandes (CPF 490.662.346-87).

4. Unidades: Município de Pedras de Maria da Cruz/MG e Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

5. Relatora: ministra Ana Arraes.

6. Representante do Ministério Público: subprocurador-geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (Secex-MG).

8. Advogado: não há.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) contra Manoel Carlos Fernandes, ex-prefeito de Pedras de Maria da Cruz/MG, em decorrência da rejeição parcial da prestação de contas de recursos repassados àquele município a partir do convênio CV 1318/01 (número Siafi 443418), cujo objeto era a execução de melhorias habitacionais em 40 residências, para controle da doença de Chagas.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pela relatora e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19; 23, inciso III; 26; 28, inciso II; e 57 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno, em:

9.1. considerar revel Manoel Carlos Fernandes e julgar irregulares suas contas;

9.2. condená-lo ao recolhimento à Fundação Nacional de Saúde dos valores a seguir especificados, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora das datas indicadas até a data do pagamento:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
97.760,00	13/6/2002
1,00	2/1/2003
1,00	3/2/2003
1,00	5/3/2003

9.3. aplicar-lhe multa de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a ser recolhida ao Tesouro Nacional, com atualização monetária, calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;

9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas, caso venha a ser solicitado pelo responsável antes do envio do processo para cobrança judicial;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.7. fixar o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias a contar do recebimento da notificação e o das demais a cada 30 (trinta) dias, com incidência dos encargos legais sobre o valor de cada parcela;

9.8. alertar ao responsável que a inadimplência de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. remeter cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, ao procurador-chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6024-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes (Relatora) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6025/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.966/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.

3. Responsáveis: Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87); Sandra Maria Ferreira de Souza (089.696.472-87).

4. Entidade: Município de Igarapé-Miri/PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).

8. Advogados constituídos nos autos: Leandro Araújo Filho, OAB/PA 13.682, e José Luiz Messias Sales, OAB/PA 6.150-A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em desfavor dos ex-secretários municipais de saúde do município de Igarapé-Miri/PA, Manoel Raimundo Pantoja Araújo e Sandra Maria Ferreira de Souza, em face das irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria 5.270/2008 e em Relatórios Complementares, todos do Denasus;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, julgar regulares com ressalvas as contas da Sra. Sandra Maria Ferreira de Souza (089.696.472-87), dando-lhe quitação;

9.2. com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'c', 19 e 23, inciso III, julgar irregulares as contas do Sr. Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87) e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor.

a) irregularidade: ausência de boletim cirúrgico ou dados insubsistentes de boletim anestésico e/ou cirúrgico para comprovar o ato cirúrgico:

Data da Ocorrência	Valor (R$)
4/4/2006	396,71
7/10/2006	517,88
29/10/2006	517,88
30/10/2006	517,88
10/1/2007	522,88
12/1/2007	562,88
17/1/2007	517,88
21/1/2007	517,88
25/1/2007	396,71
26/1/2007	557,88
01/2/2007	552,90
1/2/2007	273,14
10/2/2007	273,14
24/2/2007	601,68

II) irregularidade: não localização de 02 ESF e 01 equipe implantada com ausência de componente médico e enfermeiro:

Data da Ocorrência	Valor (R$)
16/3/2005	12.366,00
14/4/2005	12.366,00
10/5/2005	12.366,00
10/6/2005	12.366,00
12/7/2005	12.366,00
11/8/2005	12.366,00
13/9/2005	12.366,00
14/10/2005	12.366,00
21/11/2005	12.366,00
9/12/2005	12.366,00
13/1/2006	12.366,00
22/2/2006	12.366,00
29/3/2006	12.366,00
13/4/2006	16.200,00
21/6/2006	16.200,00
18/7/2006	16.200,00
19/8/2006	16.200,00
26/9/2006	16.200,00
24/10/2006	16.200,00
23/11/2006	16.200,00
18/12/2006	16.200,00

III) irregularidade: descumprimento de carga horária pelos profissionais da ESB da Unidade Boa Esperança/Matinha e não implantação (efetivo funcionamento) da ESB Vila Maiauatá:

Data da Ocorrência	Valor (R$)
10/6/2005	850,00
10/6/2005	3.000,00
13/7/2005	850,00
11/8/2005	850,00
13/9/2005	850,00
14/10/2005	850,00
17/11/2005	850,00
9/12/2005	850,00
13/1/2006	850,00
21/2/2006	850,00
1/4/2006	850,00
13/4/2006	850,00
16/5/2006	3.500,00
16/5/2006	1.700,00
21/6/2006	1.700,00
18/7/2006	1.700,00
19/8/2006	1.700,00
26/9/2006	1.700,00
24/10/2006	1.700,00
23/11/2006	1.700,00
18/12/2006	3.400,00

9.3. aplicar ao Sr. Manoel Raimundo Pantoja Araújo (253.581.032-87), a multa prevista na Lei 8.443/1992, art. 57, c/c o Regimento Interno/TCU, art. 267, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendida a notificação;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6025-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6026/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.820/1999-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Prestação de Contas).

3. Interessado/Recorrente:

3.1. Interessado: Administração Regional do Senac no Distrito Federal (03.296.968/0001-03).

3.2. Recorrente: Sérgio Koffes (057.181.121-34).

4. Entidade: Administração Regional do Senac no Distrito Federal.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: Luiz Claudio de Almeida Abreu, OAB/DF 301; Simão Guimarães de Sousa, OAB/DF 1.023; Marisa Valadares Gontijo Guimarães, OAB/DF 11.625; Teresa Amaro Campelo Bezerra, OAB/DF 3.037; Paulo Marcelo de Carvalho, OAB/DF 15.115 e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas relativa ao exercício de 1998 da Administração Regional do Senac no Distrito Federal, nos quais foram opostos embargos de declaração por Sérgio Koffes, por meio de seus representantes legais, em face do Acórdão 2.219/2014-TCU-2ª Câmara, que não conheceu do recurso de reconsideração interposto pelo mesmo recorrente, por intempestivo, contra o Acórdão 1.276/2012-TCU-2ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los, tornando insubsistente o item 9.1 do Acórdão 2.219/2014-TCU-2ª Câmara;

9.2. determinar o retorno dos autos à Secretaria de Recursos (Serur) para que proceda à análise de mérito do recurso de reconsideração interposto por Sérgio Koffes contra o Acórdão 1.276/2012-TCU-2ª Câmara, conferindo-lhe efeito suspensivo;

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, ao embargante.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6026-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6027/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-010.208/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Geraldo Francisco de Morais (ex-prefeito, CPF 061.098.531-00).

4. Entidade: Município de Brejo Grande do Araguaia/PA.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará - Secex/PA.

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Geraldo Francisco de Morais, CPF 061.098.531-00, ex-prefeito do município de Brejo Grande do Araguaia/PA, período de gestão 1997-2000, de 2001-2004 e de 2009-2012, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados à municipalidade, mediante o Convênio 751078/2000, no valor de R$ 50.000,00, objetivando a aquisição de veículo automotor destinado a transporte de alunos, no âmbito do Programa Nacional de Transporte Escolar - PNATE;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas de Geraldo Francisco de Morais, e, em consequência, condená-lo em débito pelo valor abaixo indicado, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora calculados a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento e com o abatimento do valor já satisfeito, nos termos da legislação vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
50.000,00 D	04/01/2001
981,02 C	20/05/2004

9.2. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação;

9.3. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Pará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6027-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6028/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.468/2015-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação.

3. Interessado: Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte (29.745.714/0001-00).

4. Órgão/Entidade: Município de Caraúbas - RN.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (SECEX-RN).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela Promotoria de Justiça da Comarca de Caraúbas/Ministério Público do Estado do Rio Grande do Norte, a respeito de possíveis irregularidades ocorridas na condução, pelo município de Caraúbas/RN, das Tomadas de Preço 2 e 3, ambas de 2011;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235, c/c o art. 237, inciso IV, ambos do Regimento Interno do TCU, para, no mérito, considerá-la improcedente;

9.2. dar ciência ao Ministério do Turismo sobre a existência de incorreções no registro do Contrato de Repasse Siafi 659568, tanto no Portal da Transparência, no qual deixou de constar o valor pactuado (R$ 273.000,00), quanto no sistema Siurb, da Caixa Econômica Federal, no qual o número original do contrato (312713-15) difere do consignado no sistema Siafi (0029643-PC), ressaltando que tais incorreções podem levar a erros de controle;

9.3. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao representante e à Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN;

9.4. arquivar este processo.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6028-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6029/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.141/2011-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria (Monitoramento de Acórdão)

3. Interessada: Roseli de Hunca Cabrera (264.521.620-04).

4. Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento do cumprimento do Acórdão 7.288/2011-TCU-2ª Câmara que apreciou pela ilegalidade os atos inicial e alteração referentes à concessão de aposentadoria à Roseli de Hunca Cabrera (CPF 264.521.620-04), ex-servidora da Universidade Federal de Santa Catarina;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator em:

9.1. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com fundamento no artigo 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988; artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; e artigo 1º, inciso VIII, c/c artigo 262 do Regimento Interno/TCU que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência da presente deliberação:

9.1.1. promova a imediata absorção da rubrica referente a hora extra, por inexistir decisão judicial que resguarde seu pagamento atual, bem como da vantagem da URV, relativa ao percentual de 3,17%, constantes dos proventos de Roseli de Hunca Cabrera (CPF 264.521.620-04), nos termos do Acórdão 2.161/2005- TCU-Plenário, com detalhamento trazido pelo Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, e nos termos dos Acórdãos 5.074/2013-TCU-2ª Câmara e 197/2014-TCU-2ª Câmara, considerando-se, para tanto, a reestruturação da carreira promovida pela Lei 12.772, de 28 de dezembro de 2012;

9.1.2. dê ciência do inteiro teor da presente deliberação à interessada;

9.2. determinar à Sefip que dê ciência do inteiro teor da presente deliberação à UFSC e monitore o cumprimento deste Acórdão, adotando as medidas cabíveis em caso de descumprimento.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6029-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6030/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.447/2011-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (06.553.481/0001-49); e Paulo Afonso Lages Gonçalves (051.628.073-20).

4. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde do Piauí (Sesapi).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS/MS), em desfavor do Sr. Paulo Afonso Lages Gonçalves, ex- Secretário Estadual de Saúde do Piauí (Sesapi), e do próprio Estado do Piauí, em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio 2.477/1998 (Siafi 362959), celebrado entre o Ministério da Saúde e a Secretaria estadual, com o objetivo de dar apoio financeiro à implementação e continuidade do Programa de Atendimento aos Desnutridos e às Gestantes de Risco Nutricional;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Estado do Piauí, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, inciso I, 209, inciso III, 210, *caput*, e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundo Nacional de Saúde, acrescida dos encargos legais, calculados a partir da data discriminada, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data da ocorrência	Valor histórico (R$)
5/11/1999	169.157,62
2/2/1999	15,70
Total:	**169.173,32**

9.2. julgar irregulares as contas do Senhor Paulo Afonso Lages Gonçalves, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e nos arts. 1.º, inciso I, 209, inciso II, 210, § 2º, e 214, inciso III, do Regimento Interno, e aplicar a multa prevista no art. 58, inciso I, da referida lei, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3.autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.4.autorizar, caso requerido e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.5.esclarecer aos responsáveis que, em caso de parcelamento da dívida, a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.6.encaminhar cópia da presente deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Piauí, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6030-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6031/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.955/2010-3.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Prestação de Contas)

3. Embargante: CHC Táxi Aéreo - EPP (02.383.519/8000-15).

4. Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: Gilmar Viana Mourato (OAB/MT 14625-B) e Rosângela Piva Mourato (OAB/MT 12.504).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela empresa CHC Táxi Aéreo - Ltda. em face do Acórdão 748/2015-TCU-2ª Câmara, prolatado na Sessão de 3/3/2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência desta deliberação à embargante.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6031-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6032/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.599/2009-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Força Sindical (65.524.944/0001-03).

4. Órgão: Secretaria de Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (SETEPS/PA).

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogado constituído nos autos: Thiago Groszewicz Brito, OAB/DF 31.762.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes que tratam de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 3.445/2015-TCU-2ª Câmara, que rejeitou embargos declaratórios opostos em face do Acórdão 5.535/2014-TCU-2ª Câmara, que julgou irregular a presente tomada de contas especial, instaurada em virtude da não comprovação da completa execução do objeto do Contrato 40/99-SETEPS/PA, celebrado entre a Secretaria de Trabalho e Promoção Social do Estado do Pará (SETEPS/PA) e a Força Sindical;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração com base nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los, por inexistir contradição na deliberação embargada;

9.2. alertar à embargante que a interposição de novos embargos com nítido caráter protelatório implicará o recebimento de futuras impugnações a esse título como simples petição, conforme art. 287, §6º, do RITCU, sem efeito suspensivo;

9.3. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, à embargante.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6032-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6033/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.849/2007-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas).

3. Recorrente: Petrobras Gás S.A. - MME (42.520.171/0001-91).

4. Entidade: Petrobras Gás S.A. - MME.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: Marta Maria Leite de Castro Viana (OAB/RJ 68.915).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas, nos quais foi interposto recurso de reconsideração contra o Acórdão 1.964/2012 - TCU - 2ª Câmara.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pela Petrobras Gás S.A, para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se o Acórdão 1.964/2012- 2ª Câmara inalterado; e

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, à recorrente.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6033-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministro que votou com ressalva, conforme voto revisor: Raimundo Carreiro (Presidente).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6034/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.968/2012-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: José Donato de Araújo Neto (CPF 141.964.843-87, gestão: 2001-2008) e Joan de Albuquerque Rocha (CPF 066.320.846-20, gestão: 2009-2012).

4. Entidade: Município de Canavieira/PI.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí - Secex/PI.

8. Advogados constituídos nos autos: Hilanna Martina Lopes Mousinho Neiva (OAB/PI 6544), Hercílio de Azevedo Aquino (OAB/DF 33.148) e Ana Lúcia Albuquerque Rocha Aquino (OAB/PI 6632-A).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Piauí - Funasa/Core/PI, tendo em vista a omissão no dever de prestar contas da aplicação dos recursos repassados pelo Convênio 484/2003, celebrado entre a Fundação e o Município de Canavieira/PI com o objetivo de construir o Sistema de Esgotamento Sanitário na sede daquela municipalidade;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Joan de Albuquerque Rocha;

9.2. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a" e "c", 19, **caput**, 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Donato de Araújo Neto, ex-prefeito de Canavieira-PI, e condená-lo ao pagamento das quantias abaixo indicadas, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas de ocorrência a seguir informadas, até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação em vigor:

Débito	Data de ocorrência
R$ 159.855,88	16/3/2006
R$ 113.618,01	3/5/2006
R$ 46.237,99	3/5/2006

9.3. aplicar ao Sr. José Donato de Araújo Neto, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas do responsável, caso não atendidas as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor;

9.6. encaminhar cópia do presente acórdão, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6034-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6035/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº 046.641/2012-2.

2. Grupo II; Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas).

3. Recorrente: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC.

4. Entidade: Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

5.1 Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur.

8. Advogados constituídos nos autos: Marco Antônio Fioravante (OAB/DF 25.314) e Fábio Rasi (OAB/DF 12.321).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de reconsideração interposto pela Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC contra o Acórdão 4.995/2013-TCU-2ª Câmara, que, ao apreciar a prestação de contas da entidade, relativas ao exercício de 2011, julgou regulares com ressalva as contas de Maria Tereza Cruvinel, Nelson Breve Dias e Virgílio Brilhante Sirimarco, dando-lhes quitação, e regulares com quitação plena as contas dos demais responsáveis;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela Empresa Brasil de Comunicação S/A - EBC, nos termos dos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, para, no mérito, dar-lhe provimento, aproveitando-se esta decisão à responsável não recorrente, Sra. Maria Tereza Cruvinel, nos termos do art. 281 do Regimento Interno do TCU;

9.2. alterar os termos do Acórdão 4995/2013 - 2ª Câmara para, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, julgar regulares com quitação plena as contas de Nelson Breve Dias, Virgílio Sirimarco Brilhante e Maria Tereza Cruvinel;

9.3. dar ciência do presente Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam à recorrente e a Maria Tereza Cruvinel.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6035-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 6036/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-012.814/2011-3.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Companhia Brasileira de Eventos e Empreendimentos Ltda. (CNPJ 01.779.096/0001-09), Francisca Regina Magalhães Cavalcante (CPF 142.838.833-87), Graziela de Queiroz Macedo (CPF 032.948.046-44), Instituto Goiano do Terceiro Setor (CNPJ 03.853.004/0001-00), José Paulino de Castro (CPF 097.232.506-91), José Pedro Celestino de Oliveira Junior (CPF 227.303.891-72), Lumina Light Control Representação, Importação, Comércio e Serviços Ltda. (CNPJ 04.994.185/0001-58), Manoelina Pereira Medrado (CPF 813.428.531-72), Márcio Ferreira do Nascimento (CPF 075.580.448-12), Marta Feitosa Lima Rodrigues (CPF 232.407.093-68), Murillo de Miranda Basto Neto (CPF 606.109.801-49), Rubens Portugal Bacellar (CPF 186.710.639-68) e Samuel Coelho Rodrigues (CPF 893.441.381-68).

4. Entidade: Instituto Goiano do Terceiro Setor - IGTS.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO.

8. Advogados constituídos nos autos: Ana Carolina Vasconcelos Fonseca, OAB/DF 14.389-E; Carlos André Viana Gonçalves, OAB/DF 14.072- E; Diego Ricardo Marques, OAB/DF 30.872; Fabrício de Queiroz Nunes, OAB/DF 13.158-E; Felipe Rocha Lopes, OAB/DF 12.141-E; Giuliane Lya Magalhães da Silva, OAB/DF 39.847; Hudson Gutemberg de Souza, OAB/DF 27.500; Huilder Magno de Souza, OAB DF/18.444; Luiz Antônio Muniz Machado, OAB/DF 750-A; OAB/RJ 024.281, OAB/MA 7.736-A e OAB/SP 214.046; Maisa Lacerda de Azevedo, OAB/DF 39.326; Manuel Ninaut Filho, OAB/DF 6.995; Noeli Andrade Moreira, OAB/MG 62.050 e OAB/DF 24.534; Simone Hajjar Cardoso, OAB-DF/13.493; e Sociedade L. A. Machado - Advogados Associados S/S, OAB-DF/190/92-RS.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo em desfavor do Sr. José Pedro Celestino de Oliveira Júnior, presidente do Instituto Goiano do Terceiro Setor - IGTS, em decorrência da omissão no dever de prestar contas do Convênio 967/2007, cujo objeto era apoiar a implementação do projeto intitulado Réveillon Fest Folia 2007, previsto para ser realizado na cidade de Caldas Novas-GO, nos dias 28 a 31/12/2007, com apresentações de diversas bandas.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual os Srs. Márcio Ferreira do Nascimento, José Paulino de Castro, Graziela de Queiroz Macedo, Manoelina Pereira Medrado e as empresas Companhia Brasileira de Eventos e Empreendimentos Ltda. e Lumina Light Control Representação Importação Comércio e Serviços Ltda.;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 22, da Lei 8.443/1992, julgar regulares com ressalva as contas dos Srs. Rubens Portugal Barcellar, Murillo de Miranda Basto Neto e Samuel Coelho Rodrigues, e das Sras. Marta Feitosa Lima Rodrigues e Francisca Regina Magalhães Cavalcante, dando-se-lhes quitação;

9.3. com fundamento nos arts. 16, inciso III, alínea **a**, e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas do Sr. José Pedro Celestino de Oliveira Junior e do Instituto Goiano do Terceiro Setor, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento da quantia de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora calculados a partir de 28/2/2008 até a data do efetivo recolhimento, com fixação de prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor;

9.4. aplicar ao Sr. José Pedro Celestino de Oliveira Junior e ao Instituto Goiano do Terceiro Setor a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do artigo 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6036-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6037/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC-016.854/2014-4.

2. Grupo: II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração.

3. Embargantes: Anacleto Juliao de Paula Crespo (CPF 298.723.084-20), Pedro Ricardo da Silva (CPF 113.501.304-78), e Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania - Iatec (CNPJ 04.174.523/0001-05).

4. Órgão: Ministério do Turismo.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: não atuou.

8. Advogados constituídos nos autos: Adalberto A. de Melo Neto, OAB/PE 24.803; Hamilton Pereira da Mota Jr., OAB/PE 17.025; Marcella Spinelli, OAB/PE 28.899; Ellen Leão, OAB/PE 21.054; Bruno Afonso Bezerra, OAB/PE 26.707.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos os presentes Embargos de Declaração opostos pelos Srs. Anacleto Juliao de Paula Crespo e Pedro Ricardo da Silva, bem como pelo Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania - Iatec, contra o Acórdão n. 3.430/2015 - 2ª Câmara., proferido nos autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em face da não aprovação da prestação de contas do Convênio 45/2008 que teve por objeto a realização do evento intitulado "Festa de São José de São João/PE 2008" .

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos presentes Embargos de Declaração, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta Deliberação aos embargantes.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6037-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO 6038/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 038.211/2012-2.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros (CPF 195.630.601-30); Luiz Antônio Aires da Silva (CPF 118.366.601-20); Prodiet Farmacêutica Ltda. (CNPJ 81.887.838/0001-40); Milênio Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda. (CNPJ 03.553.585/0001-65) e Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda. (CNPJ 26.921.908/0001-21).

4. Órgão: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secex/GO.

8. Advogados constituídos nos autos: Antônio Augusto Rosa Gilberti, OAB/GO 11.703; Fabrício David de Souza Gouveia, OAB/GO 22.784; Marcelo Barbosa Rongel Rocha, OAB/RJ 104.574; Márcio Pacheco Magalhães, OAB/GO 5.795, e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pela Secretaria de Estado da Saúde de Goiás - SES/GO, em cumprimento às disposições do Acórdão 45/2008 - Plenário (subitem 9.2.3), do Acórdão 1.789/2010 - 2ª Câmara (subitem 1.6.1) e do Acórdão 2.770/2011 - 2ª Câmara, especificamente com relação às irregularidades decorrentes dos processos de pagamentos dos contratos resultantes do Pregão 219/2004, realizado para aquisição de medicamentos de alto custo com recursos públicos federais.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas **b** e **c**, 19, **caput**, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos responsáveis a seguir relacionados, condenando-os, na forma solidária indicada, ao pagamento das quantias especificadas, acrescidas da atualização monetária e dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas de origem até a do efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional da Saúde, na forma da legislação em vigor:

9.1.1. Sr. Fernando Passos Cupertino de Barros solidariamente com o Sr. Luiz Antônio Aires da Silva e com a empresa Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.:

Data de Origem	Valor (R$)
20/06/2005	3.850,81
20/06/2005	10.948,00
20/06/2005	948,60
20/06/2005	2.599,96
20/06/2005	730,42
20/06/2005	2.228,54
20/06/2005	10.948,00
20/06/2005	23.716,23
09/09/2005	10.166,00
23/08/2005	2.228,54
09/09/2005	1.317,50
09/09/2005	10.948,00
09/09/2005	2.311,06
23/11/2005	948,60
23/11/2005	2.888,84
18/01/2006	15.414,44
23/11/2005	10.166,00
18/01/2006	1.581,00
18/01/2006	6.498,83
18/01/2006	12.512,00
13/02/2006	12.512,00
03/03/2006	1.031,73
19/05/2006	1.157,36

9.1.2. Sr. Fernando Passos Cupertino de Barros solidariamente com o Sr. Luiz Antônio Aires da Silva e com a empresa Milênio Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda.:

Data de Origem	Valor (R$)
12/08/2005	139,23
22/08/2005	1.288,77
12/08/2005	928,20
09/09/2005	696,15
09/09/2005	696,15
23/11/2005	626,54
18/01/2006	399,13
27/01/2006	2.775,32

9.1.3. Sr. Fernando Passos Cupertino de Barros solidariamente com o Sr. Luiz Antônio Aires da Silva e com a empresa Prodiet Farmacêutica Ltda.:

Data de Origem	Valor (R$)
04/07/2005	2.005,90
20/06/2005	24.187,19
20/06/2005	5.865,00
20/06/2005	5.865,00
20/06/2005	35.190,00
09/09/2005	22.287,00
09/09/2005	15.249,00

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

23/08/2005	11.730,00
09/09/2005	10.557,00
09/09/2005	4.420,00
23/08/2005	7.310,00
23/08/2005	5.865,00
23/11/2005	11.730,00
23/11/2005	11.730,00
23/11/2005	11.730,00
23/11/2005	37.536,00
23/11/2005	46.920,00
18/01/2006	11.730,00
18/01/2006	3.797,30

9.2. aplicar, com base no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, a multa de R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) aos Srs. Fernando Passos Cupertino de Barros e Luiz Antônio Aires da Silva; de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais) à empresa Hospfar Indústria e Comércio de Produtos Hospitalares Ltda., de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) à empresa Milênio Distribuidora de Produtos Farmacêuticos e Hospitalares Ltda. e de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) à empresa Prodiet Farmacêutica Ltda., fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea **a**, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se referem os subitens acima, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Goiás, em consonância com o disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, bem como ao Ministério Público do Estado de Goiás, ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás e à Secretaria da Saúde do Estado de Goiás.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6038-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6039/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.721/2013-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3.Responsáveis: Asclepíades Costa de Souza (CPF 234.073.012-00); Gold Time Comércio Importação, Exportação, Indústria e Construção Civil Ltda. (CNPJ 02.282.815/0001-36).

4. Entidade: Município de Jutaí/AM.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (Secex/AM).

8. Advogados constituídos nos autos: Maria de Cássia Rabelo de Souza (OAB/AM 2.736); Alcimar Almeida Sena (OAB/AM 2.788).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional (MI) em desfavor do Sr. Asclepíades Costa de Souza, ex-prefeito de Jutaí/AM (gestão: 2001-2004), diante da execução apenas parcial do Convênio nº 693/2001, cujo objeto consistia na construção de sistema de abastecimento de água nas comunidades de Coptana e Copessu;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis o Sr. Asclepíades Costa de Souza e a empresa Gold Time Comércio Importação, Exportação, Indústria e Construção Civil Ltda., nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Asclepíades Costa de Souza, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo, individualmente ou em solidariedade com a empresa Gold Time Comércio Importação, Exportação, Indústria e Construção Civil Ltda., conforme a tabela a seguir, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados desde as datas indicadas até o efetivo recolhimento, abatendo-se, na oportunidade, as quantias eventualmente já recolhidas, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU):

9.2.1. débito individual do Sr. Asclepíades Costa de Souza:

Valor (R$)	Data
353,02	20/12/2002

9.2.2. débito solidário do Sr. Asclepíades Costa de Souza e da empresa Gold Time Comércio Importação, Exportação, Indústria e Construção Civil Ltda.:

Valor (R$)	Data
23.285,45	27/11/2002

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. Asclepíades Costa de Souza e à empresa Gold Time Comércio Importação, Exportação, Indústria e Construção Civil Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida importância aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente até a data do pagamento, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e do Voto que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para a adoção das medidas judiciais cabíveis.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6039-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6040/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.607/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Moacir Bezerra Freire (CPF 001.074.173-91).

4. Entidade: Município de Alto Santo/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor do Sr. Moacir Bezerra Freire, ex-prefeito do Município de Alto Santo/CE (gestão 1997-2000), em razão da execução parcial do Convênio nº 95.603/1998, com vigência no período de 2/7/1998 a 14/5/1999, cujo objeto consistia na construção de escola do ensino fundamental com duas salas de aula no assentamento Ipanema com 466,68m², com o emprego de recursos financeiros na ordem de R$ 100.000,00 da parte da concedente, além de R$ 10.000,00 da parte do convenente, perfazendo o montante de R$ 110.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Moacir Bezerra Freire, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Moacir Bezerra Freire, com fundamento no art. 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e no art. 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 38.349,85 (trinta e oito mil, trezentos e quarenta e nove reais e oitenta e cinco centavos), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 29/12/1998 até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas importâncias aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU);

9.3. aplicar ao Sr. Moacir Bezerra Freire a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU);

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, e do art. 207, § 7º, do RITCU, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6040-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6041/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.325/2014-5.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Francisco das Chagas Alves (CPF 626.153.357-15).

4. Entidade: Município de Pacujá/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo (MTur) em desfavor do Sr. Francisco das Chagas Alves, ex-prefeito do município de Pacujá/CE (gestão: 2005-2008), diante da não apresentação de documentação exigida para a prestação de contas do Convênio nº 516/2008 (Siafi/Siconv nº 630.693), cujo objeto consistia no apoio à realização dos festejos juninos, no período de 14/6 a 1º/7/2008;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o Sr. Francisco das Chagas Alves, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Francisco das Chagas Alves, com fundamento nos arts. 1º inciso I, 16, inciso III, alínea "c", e 19, **caput**, da Lei nº 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 100.000,00 (cem mil reais), atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados desde 29/8/2008 até a data da efetiva quitação, abatendo-se os valores já devolvidos e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento da referida quantias aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

9.3. aplicar ao Sr. Francisco das Chagas Alves a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde já, com amparo no art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas constantes deste Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, caso requerido, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, do RITCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas constantes deste Acórdão, caso não atendidas as notificações; e

9.6. encaminhar cópia do presente Acórdão, bem como do Relatório e da Proposta de Deliberação que o fundamenta, à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações penais e civis cabíveis, bem como ao Ministério do Turismo, para conhecimento.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6041-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Raimundo Carreiro (Presidente), Augusto Nardes, Ana Arraes e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 6042/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.723/2005-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsáveis: Ivo José da Silva (198.107.501-10); Luiz Garcez da Silva (217.994.741-00).

4. Entidade: Município de Turvânia - GO.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Advogados constituídos nos autos:

8.1. Advogado constituído nos autos pelo Sr. Luiz Garcez da Silva: Diogo de Macedo Silva, OAB/GO 23.442.

8.2. Advogado constituído nos autos pelo Sr. Ivo José da Silva: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada contra o Sr. Ivo José da Silva, ex-prefeito do Município de Turvânia - GO, em razão da omissão de prestação de contas do Convênio n.º 750042/2000-FNDE, celebrado entre a o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-Ministério da Educação e a Prefeitura Municipal de Turvânia/GO, objetivando a aquisição de veículo automotor zero Km (ônibus, micro-ônibus, perua ou embarcação), destinado exclusivamente ao transporte dos alunos matriculados no ensino fundamental, das redes estadual e municipal, residentes prioritariamente na zona rural, de modo a garantir o seu acesso e permanência na escola.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir do presente processo o Sr. Luiz Garcez da Silva, tendo em vista a sua isenção de responsabilidade quanto aos fatos apurados nestes autos;

9.2. encaminhar os presentes autos à Secretaria de Recursos - Serur -, a fim de que proceda ao exame do recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU em face do Acórdão n.º 4975/2008 - 2ª Câmara, que julgou irregulares as contas do Sr. Ivo José da Silva.

9.3. dar ciência do inteiro teor desta deliberação aos responsáveis e ao interessado.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6042-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6043/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.233/2011-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto (I): Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda. (CNPJ: 03.059.584/0001-69); Ronald Correa da Silva (CPF: 015.918.511-49)

3.2. Recorrente: Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda. (CNPJ: 03.059.584/0001-69).

4. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde/Funasa.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).

8. Advogado[s] constituído[s] nos autos: Maikel Elias Mouchaileh (21297/GO-OAB); Débora Maria de Souza Dantas (26986/GO-OAB); Ana Paula Penha Moreira (23815/GO-OAB); Sara França Eugênia (32581/GO-OAB), representando Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda..

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial, interposto pela empresa Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda., contra o Acórdão 1.488/2012-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal condenou-a, solidariamente com o Senhor Ronald Corrêa da Silva, ex-Prefeito do Município de Araguatins/TO (gestão de 2001-2004), ao pagamento de débitos, relacionados à inexecução contratual, cumulados com a penalidade pecuniária definida no art. 57 da Lei Orgânica do TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do Recurso de Reconsideração interposto pela empresa Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda., com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei nº 8.443/92, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, com a finalidade de redução do débito que outrora lhe fora atribuído, de forma que os subitens 9.1 e 9.2 passarão a ter a seguinte redação:

"9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, caput, e 23, inciso III, da Lei n. 8.443/1992, julgar irregulares as presentes contas, condenando os responsáveis a seguir indicados ao pagamento do débito nos valores originais relacionados, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir das datas consignadas até a efetiva quitação, nos termos da legislação em vigor, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida a favor da Fundação Nacional de Saúde - Funasa:

9.1.1. Sr. Ronald Corrêa da Silva:

Valor (R$)	Data de ocorrência
165.105,50	16/05/2001

9.1.2. Sr. Ronald Corrêa da Silva solidariamente com a empresa Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda.:

Valor (R$)	Data de ocorrência
732.145,96	16/05/2001

9.2. aplicar individualmente ao Sr. Ronald Corrêa da Silva e à empresa Fortesul - Serviços, Construções e Saneamento Ltda. a multa prevista nos arts. 19, caput, e 57 da Lei n. 8.443/1992, respectivamente nos valores de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R$ 23.967,00 (vinte e três mil, novecentos e sessenta e sete reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;"

9.2. dar ciência do inteiro teor desta Deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, a Recorrente, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Tocantins e à Fundação Nacional de Saúde/Funasa.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6043-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6044/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.684/2013-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Neurilan Fraga (063.907.651-34); Rodolmildo Rodrigues Silva (062.277.591-04); Vilson Ascari (107.546.791-87).

4. Entidade: Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT; Fundação Nacional de Saúde/MT - Funasa.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

8. Advogado constituído nos autos: Elaine Moreira do Carmo (8946/MT-OAB), representando Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde/MT (Funasa/MT) em razão da inexecução do objeto do Convênio 2086/2001, que tinha por objeto a ampliação do sistema de esgotamento sanitário do conjunto habitacional Santo Antônio, sob a responsabilidade do Sr. Rodomildo Rodrigues Silva (CPF 062.277.591-04), ex-prefeito do município de Nortelândia/MT (gestão 2001-2004) à época da formalização e execução do convênio.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo;

9.2. encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do Relatório e do Voto que o fundamentam para:

9.2.1. o Sr. Rodomildo Rodrigues Silva;

9.2.2. a Prefeitura Municipal de Nortelândia - MT;

9.2.3. a Fundação Nacional de Saúde - Funasa.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6044-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6045/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 034.228/2013-6.

2. Grupo II - Classe de Assunto (II): Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Hospital Antonio Castro (CNPJ: 29.237.088/0001-41); Márcio Sauerbronn de Carvalho (CPF: 743.679.007-20).

4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde/FNS-MS.

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogado constituído nos autos: Rogério Dias Serrano (88493/RJ-OAB), representando Márcio Sauerbronn de Carvalho.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Diretoria Executiva o Fundo Nacional da Saúde contra o Sr. Márcio Sauerbronn de Carvalho, na condição de Presidente do Conselho Administrativo do Hospital Antônio Castro, localizado no Município de Cordeiro/RJ, decorrente da não realização dos objetivos pactuados com a União, por intermédio do Ministério da Saúde (MS), representada pelo Banco do Brasil S.A. no Contrato de Repasse 479/1998.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Hospital Antonio Castro (CNPJ: 29.237.088/0001-41);

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Senhor Márcio Sauerbronn de Carvalho (CPF: 743.679.007-20), ex-presidente do Conselho Administrativo do Hospital Antonio Castro;

9.3. fixar, com fundamento nos arts. 12, §§ 1º e 2º, e 22, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU - RITCU), o recolhimento dos valores indicados a seguir aos cofres do Fundo Nacional de Saúde - FNS, atualizados monetariamente desde as datas indicadas até a data do efetivo recolhimento, nos termos da legislação vigente:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
78.684,00	9/10/2001
124.497,96	26/12/2002

9.4. informar ao Senhor Márcio Sauerbronn de Carvalho e ao Hospital Antonio Castro que a liquidação tempestiva do débito, com incidência apenas da atualização monetária, sanará o processo de modo que as contas poderão ser julgadas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito, não só atualizado, mas, aí, acrescido de juros de mora, além da aplicação de multa legal no valor de até 100% do dano atualizado, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU;

9.5. autorizar, desde já, caso solicitado, o parcelamento das dívidas a que se refere este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas, nos termos do art. 217 do RITCU, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, §2º, do RITCU;

9.6. dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis arrolados nestes autos.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6045-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6046/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.284/2011-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto II: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Cirlene de Souza Ferreira (CPF n.º 863.575.301-15); Sistema de Apoio Ao Menor Carente - Samec (CNPJ n.º 03.309.307/0001-67); Wanderland Rodrigues Costa (CPF n.º 186.133.491-53).

4. Entidade: Sistema de Apoio ao Menor Carente/DF (Samec/DF).

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial de responsabilidade do Sistema de Apoio ao Menor Carente/DF, do Sr. Wanderland R. Costa, Presidente da entidade, e da Sra. Cirlene de Souza Ferreira, Vice-Presidente da entidade, instaurada em razão da impugnação das despesas do Convênio n.º 227/2006, celebrado entre a entidade e o Ministério do Esporte (ME), no valor de R$ 557.000,00, dos quais foram repassados apenas R$ 305.400,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 julgar irregulares as contas do Sistema de Apoio ao Menor Carente/DF, do Sr. Wanderland R. Costa e da Sra. Cirlene de Souza Ferreira, com fulcro no art. 1º, inciso I, no art. 16, inciso III, alínea "c", da Lei n.º 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 19 e o art. 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-os, em solidariedade, ao pagamento dos valores discriminados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento desses valores aos cofres do Tesouro Nacional, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora calculados a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

VALOR ORIGINAL (R$)	DATA DA OCORRÊNCIA
73.180,00	1/9/2006
203.600,00	17/9/2007

9.2 aplicar ao Sistema de Apoio ao Menor Carente/DF, ao Sr. Wanderland R. Costa e à Sra. Cirlene de Souza Ferreira a multa referida no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor individual de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a partir das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 autorizar, desde já, se requerido, o pagamento das dívidas mencionadas nos itens 9.1 e 9.2 em até 36 (tinta e seis) parcelas mensais consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 16 de junho de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento das notificações, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.4 alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.5 autorizar, desde logo, caso não sejam atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial dos valores acima, na forma da legislação em vigor;

9.6 remeter cópia do presente Acórdão, e do Relatório e Voto que o fundamentam à Procuradoria de República no Distrito Federal, para adoção das providências que julgar pertinentes, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/92.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6046-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 6047/2015 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 037.311/2011-5

2. Grupo II - Classe I - Pedido de Reexame em Relatoria de Auditoria

3. Recorrentes: Eduardo Mendes Marques (CPF 366.004.234-04), Geomar dos Santos Martins (CPF 968.421.994-68), Georgiany Paula Bessa Campelo (CPF 025.109.834-66), Manoel Bizerra da Costa (CPF 672.483.224-15), Maria de Fátima Rosado Nogueira (CPF 085.733.524-34) e Sheila Regina de Moura (CPF 022.115.244-00)

4. Entidade: Município de Mossoró/RN

5. Relator: Ministro Raimundo Carreiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos

8. Advogado constituído nos autos: Não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Pedidos de Reexame interpostos por Maria de Fátima Rosado Nogueira, Eduardo Mendes Marques, Geomar dos Santos Martins, Georgiany Paula Bessa Campelo, Manoel Bizerra da Costa e Sheila Regina de Moura contra o Acórdão nº 1692/2013-TCU-2ª Câmara, por meio do qual foram rejeitadas as razões de justificativa e aplicada multa aos responsáveis,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 48 e 33 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Pedidos de Reexames para, no mérito, dar-lhes provimento, de modo a tornar insubsistentes as multas individualmente aplicadas aos Recorrentes Maria de Fátima Rosado Nogueira; Manoel Bizerra da Costa; Eduardo Mendes Marques, Geomar dos Santos Martins, Sheila Regina de Moura e Georgiany Paula Bessa Campelo, constantes, respectivamente, dos itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão nº 1692/2013-TCU-2ª Câmara;

9.2 dar ciência deste Acórdão, bem como do Relatório e Voto que o fundamentam, aos Recorrentes.

10. Ata n° 29/2015 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 25/8/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-6047-29/15-2.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Ana Arraes (na Presidência), Augusto Nardes, Raimundo Carreiro (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

Foram proferidas, sob a Presidência da Ministra Ana Arraes, as Deliberações quanto aos processos relatados pelo Ministro Raimundo Carreiro.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 44 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretária

Aprovada em 28 de agosto de 2015.

RAIMUNDO CARREIRO
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Poder Judiciário

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO

PORTARIA Nº 2.120, DE 26 DE AGOSTO DE 2015 (*)

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 54 e § 2º do art. 55 da Lei Complementar nº 101, de 4-5-2000,

CONSIDERANDO a análise efetuada pela unidade semag/diref-TCU, referente ao RGF - Relatório de Gestão Fiscal - 1º quadrimestre de 2015 deste TRT 14, qual delimitou até o dia 28.08.2015 para a republicação do supracitado documento;

CONSIDERANDO as justificativas apresentadas pela Secretaria de Orçamento e Finanças deste Regional, onde informa a não inclusão da natureza de despesa de exercícios anteriores referente a rubrica inativos com recursos vinculados no relatório publicado anteriormente em maio de 2015;

CONSIDERANDO a planilha retificadora apresentada pela Secretária de Orçamento e Finanças deste Regional na data de hoje, conforme demonstrativos enviados à SGP - Secretaria-Geral da Presidência, para republicação, conforme orientação do Tribunal de Contas da União, via e-mail, datado de 20 de agosto de 2015, resolve:

I - REPUBLICAR o Relatório de Gestão Fiscal - 1º quadrimestre de 2015, correspondente ao período de maio de 2014 a abril de 2015, em razão dos motivos acima registrados.

II - DETERMINAR: Diretoria-Geral das Secretarias e Secretaria de Orçamento e Finanças que adotem rotinas e procedimentos, exigindo acurada análise por ocasião da elaboração e publicação do RGF - Relatório de Gestão Fiscal deste Regional;

III - Dê-se ciência a DSCIA, para que proceda, análise e controle dos dados republicados, referente a retificadora do RGF do 1º quadrimestre de 2015.

Des. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ

ANEXO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL			
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL			
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL			
MAIO DE 2014 A ABRIL DE 2015			
RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1,00			
DESPESA COM PESSOAL	Despesas Executadas (Últimos 12 meses)		
	Liquidadas (a)	Insc. em Restos a Pagar não processados (b)	Total (c)=(a)+(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	231.503.539,10	285.670,68	231.789.209,78
Pessoal Ativo	189.081.358,78	244.764,08	189.326.122,86
Pessoal Inativo e Pensionistas	42.422.180,32	40.906,60	42.463.086,92
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§1º do art. 19 da LRF) (II)	36.513.497,95	265.686,40	36.779.184,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	124.325,61	246.763,82	371.089,43
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	36.389.172,34	18.922,58	36.408.094,92
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	194.990.041,15	19.984,28	195.010.025,43
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL			
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)			642.507.277.660,00
% DA DESPESA TOTAL COM PESSOAL -DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV) x 100	0,030348%	0,000003%	0,030351%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III art. 20 da LRF)-<%>	0,063041%		405.043.012,91
LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) -<%>	0,059889%		384.790.862,26
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art.59 da LRF) -<%>	0,056737%		364.538.711,62

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14ª SOF/SEÇÃO CONTABILIDADE ANALITICA. 25-05 2015 às 18:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da lei 4.320/64.

2) Despesas com Precatório da Administração Indireta foi de R$ 727396,86 e Despesas com Precatório da Administração Direta foi de R$ 2.937.799,14.

3) Despesas com Requisições de Pequeno Valor (RPV), executadas por meio de descentralização externa de crédito (destaque): despesas liquidada R$ 2.712583,88.

Des. FRANCISCO JOSÉ PINHEIRO CRUZ
Presidente do Tribunal

RAIMUNDO JOSÉ ZACARIAS DA COSTA
Diretor-Geral das Secretarias

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
Diretor de Serviço de Controle Interno e Auditoria

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
Secretária de Orçamento e Finanças

(*) Republicação por ter saído no DOU nº 100, Seção 1, pag nº 101, em 28.05.2015, com incorreção do original.

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM

RETIFICAÇÃO

No artigo 1º e 2º da Resolução Cofen nº 486 de 24 de agosto de 2015, publicada no DOU nº 165, seção 1, pág, 95, de 24/08/2015, onde se lê: "Art. 1º - Incluir na redação da Resolução Cofen nº 459/2014, o seguinte artigo: Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Cofen nº 259/2001 Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação", leia-se: "Art. 1º A Resolução Cofen nº 459/2014 passa a vigorar acrescida do art 6º, com a seguinte disposição: Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Resolução Cofen nº 256/2001. Art 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário".

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

RETIFICAÇÃO

No acórdão RECURSO DE ARQUIVAMENTO - RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3619/2015 - ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul (Sindicância nº 348/2012), publicado no D.O.U. nº 145 de 31 de julho de 2015, Seção 1, página 186/187, onde se lê: "(...) RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3691/2015 (...)" leia-se "(...) RECURSO EM SINDICÂNCIA CFM Nº 3619/2015 (...)".

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

MACHADO DE ASSIS

CUIDADOS SIMPLES PODEM EVITAR DEVOLUÇÕES DE MATÉRIAS

A Imprensa Nacional alerta aos responsáveis pelo encaminhamento de matérias que os arquivos para publicação no Diário Oficial da União, além de devidamente identificados segundo a natureza do ato (tipo do ato), devem conter codificação própria dos formatos, com caracteres de controle, conforme determina o art. 46 da Portaria nº 268, de 5 de outubro de 2009, sob pena de devolução da matéria.

Veja como inserir a codificação dos formatos no texto:

##ATO Tipo de ato

##TEX Texto da matéria

##DAT Data (exceto extratos e retificações)

##ASS Nome da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)

##CAR Função da autoridade signatária (exceto extratos e retificações)



FORMATAÇÃO COMPLETA REDUZ O RISCO DE DEVOLUÇÃO